REVISTA

DO

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO

BRASILEIRO

Fundado no Rio de Janeiro em 1838

TOMO LXXVII

PARTE I

1914

Hoc facit, ut longos durent bene gesta per annos
Et possint sera posteritate frui

DIRECTOR :

DR. B. F. RAMIZ GALVÃO

INSTITUTUM
HISTORICO GEOGRAPHICUM
IN URBE FLUMINENSI
CONDITUM
DIE XXI OCTOBRIS
A·D·MDCCCXXXVIII

RIO DE JANEIRO

1915

REVISTA

DO

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO

BRASILEIRO

REVISTA

DO

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO

BRASILEIRO

REVISTA

DO

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO

BRASILEIRO

Fundado no Rio de Janeiro em 1838

TOMO LXXVII

1914

PARTE I

Hoc facit, ut longos durent bene gesta per annos
Et possint sera posteritate frui

DIRECTOR:

DR. B. F. RAMIZ GALVÃO

RIO DE JANEIRO

1915

Este trabalho, parte de um livro que, com o titulo « Os Hollandezes no Rio Grande do Norte », vai em breve publicar o sr. dr. Augusto Tavares de Lyra, foi lido na 1.ª sessão ordinaria do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, a 20 de Abril de 1914. Nelle estuda o seu illustre auctor a conquista e occupação do territorio em que veiu a constituir-se a capitania do Rio Grande do Norte, até ao momento em que tal região foi assaltada e senhoreada pelas forças da Companhia das Indias Occidentaes.

A documentação abundante e escolhida valoriza ainda mais o escripto, que ora damos á estampa.

(Nota da Direcção).

A COLONIZAÇÃO DA CAPITANIA DO RIO GRANDE DO NORTE ATÉ Á OCCUPAÇÃO HOLLANDEZA

PELO

DR. AUGUSTO TAVARES DE LYRA

(SOCIO HONORARIO DO INSTITUTO)

A Colonização da Capitania do Rio Grande do Norte

A historia da Norte America conservou e transmittiu ás novas gerações, considerado como um dos maiores vultos dos tempos coloniaes, o nome de John Smith, cuja estatua figura no Capitolio, em Washington. Prestou grandes serviços á colonia da Virginia.

Mas o que o tornou popular e contribuiu para que fizesse jus ao respeito da posteridade foi a vida aventurosa, que levou.

Como director do primeiro nucleo de colonos que se estabeleceu alli, ás margens do James River, o principal cuidado de Smith foi explorar o paiz e conquistar a sympathia e alliança dos Indigenas. Em uma das frequentes excursões que fazia pelas florestas do interior, foi aprisionado pelos Indios. O chefe da tribu, Powhatan, condemnou-o á morte. Smith é conduzido ao logar do supplicio e já tinha a cabeça sôbre a pedra sacrifical, quando Pocahontas, filha do cacique, intercede por elle e salva-o. Os selvagens não só o puzeram em liberdade, como o fizeram accompanhar por uma escolta a Jamestown. Taes impressões deixou entre a gente de Powhatan, que, quando precisava de viveres, os recebia do chefe indigena, ou da nobre e sensivel Pocahontas, cuja figura se tornou lendaria entre os Norte-americanos. Esta rapariga, pela sua fidelidade e dedicação, facilitou alli a obra dos Inglezes. [1]

---

[1] Rocha Pombo, «Historia do Brasil», vol. III, nota 3.ª a pags. 284 e 285.

Foi tambem pela intervenção da filha de um maioral dos Indios que em 1548 Jeronymo de Albuquerque escapou á morte, quando já condemnado a ser repasto de selvagens. Vindo para Pernambuco em companhia de seu cunhado Duarte Coelho, donatario da Capitania, ahi se conservara desde 1535, distinguindo-se nas famosas luctas, que se seguiram ao inicio da colonização. Os Indigenas batidos e derrotados recuaram pouco a pouco; mas, uma vez por outra, voltavam a atacar os colonizadores. Foi o que se deu em fins de 1547, quando se apresentaram ameaçadores nas immediações de Olinda e Iguarassú.

Alguns dias depois, em 2 de Janeiro de 1548, em recontro com elles, caïa em seu poder, sendo condemnado, como seus companheiros, ao horrivel sacrificio da anthropophagia. Diz a chronica que, delle apaixonado, a filha de *Arco-Verde* (Uirã-ubi), chefe da horda vencedora, conseguiu de seu pai arrancá-lo ao captiveiro e á vingança dos seus. E assim «o rei do coração da enamorada filha do morubixaba» dominou por ella os selvagens, que, vivendo em paz duradoura, deram mais tarde aos Portuguezes apoio decisivo na conquista de todo o Norte.

Jeronymo de Albuquerque, inclinado aos amores faceis, teve muitos filhos naturaes, que perfilhou e tractou sempre com ternura [1]; e entre elles, — havidos da filha de *Arco-Verde*, aquella mesma que salvára sua vida em transe angustioso e que, baptizada, tomára o nome de Maria do Espirito Sancto, — Catharina de Albuquerque, que casou com Philippe Cavalcanti, fidalgo florentino; Brites de Albuquerque, casada com Sibaldo Lins, tambem florentino e fidalgo, que se tornaram troncos de nobres e respeitaveis familias; e Jeronymo de Albuquerque. [2]

---

1 Vide, entre outros, Oliveira Lima, «Pernambuco», pag. 14; Joaquim Manuel de Macedo, «Anno Biographico», vol. I, pag. 251; e Jaboatão, «Orbe serafico», vol. I, pag. 146.

2 «Catalogo Genealogico», por frei Antonio de Sancta Maria Jaboatão, publicado no t. LII da «Revista do Inst. Hist. Brasil.», pags. 13 e 42.

Foi este o primeiro capitão-mór do Rio Grande do Norte e o glorioso conquistador do Maranhão, onde falleceu a 11 de Fevereiro de 1618, na edade de 70 annos.

Cursando as aulas do collegio dos Jesuitas de Olinda, aprendeu a ler, a escrever e a falar bem o portuguez, o que foi, no dizer de Macedo, toda a sua instrucção litteraria. Jámais exqueceu, porém, a lingua *tupi*, que foi a de sua primeira infancia.

Bravo, indomito e soberbo, era, pelo nome de seu pai, muito respeitado dos Portuguezes; e, pelo de seu avô materno, objecto prestigioso do amor e do orgulho dos Indios amigos, extendendo-se sua fama e o temor de seu braço pelas **tabas** dos selvagens ainda não submettidos. [1]

Aos vinte annos luctava valorosamente na Parahiba, e, com o correr dos tempos, aureolou-o justo renome de heroico combatente. Os perigos não o intimidavam. Pelo contrario, afervoravam-no no devotamento e bravura, com que serviu sempre á sua Patria.

O seu merito pessoal e as suas ligações com os Indigenas, de que descendia pelo lado materno, eram garantia do successo de seus exforços na colonização da Capitania: o exito que obteve confirmou o acêrto da escolha com que o honrara Manuel Mascarenhas, entregando-lhe, como vimos anteriormente, o commando do *Forte dos Reis*.

Os *Potiguares* occupavam a região do litoral comprehendida entre os rios Parahiba e Jaguaribe. Senhoreavam, portanto, as costas do Rio Grande do Norte e foi com elles que se deram os primeiros attritos entre os colonizadores e os habitantes da terra.

Nação forte e poderosa, inimiga dos *Tabajares*, já alliados dos Portuguezes, aquelles Indios approximaram-se naturalmente dos Francezes, e estimulados por elles, moviam guerra de exterminio aos que teriam de ser os senhores do nosso solo [2].

---

[1] «Anno Biographico», cit., pag. 178.

[2] Frei Jaboatão (*Novo Orbe Serafico*, cit., vol. I, pag. 13), escreve a respeito delles o seguinte: «Huma posta de carne humana

Submette-los era uma necessidade e, embora não fosse facil a empresa, Jeronymo de Albuquerque tentou realiza-la, tendo a fortuna de consegui-lo.

Valeu-se para isso do auxilio de *Ilha Grande*, que havia sido preso e que dispunha de influencia entre os Indigenas, por ser feiticeiro e um dos seus principaes. Soltando-o e instruindo-o, mandou que fosse tractar com os parentes e induzi-los á paz.

Recebido com vivas demonstrações de alegria na primeira aldeia a que chegou, fez ver ao que ia. Foram logo convocados os maioraes das outras aldeias, entre os quaes *Pau Secco* e *Sorobobé*. [1]

---

vinha a ser para elles (diz hum escriptor) o fabuloso nectar dos Deoses. Com este criavão os meninos mais regalados, com este alimentavão os fracos, e os enfermos mais enfastiados. Em confirmação do dito, trasladarey aqui o que escreve o mesmo author. Chegava certo missionario da Sagrada Companhia a huma sua Aldêa dos Sertões, e nella achou a huma India já muy velha, e no ultimo da vida. Applicou-lhe primeiro toda a medicina da alma, e vendo-a já bem disposta espiritualmente, e a grande fraqueza em que estava, e o sumo fastio, que mostrava, querendo-lhe applicar tambem algum alento para o corpo, lhe disse (fallando-lhe ao modo da terra): minha Avó (assim chamão ás que são mui velhas) se eu vos dera agora um bocado de açucar, ou algum outro conforto lá das nossas partes do mar não o comerias ?

Respondeo-lhe a velha, e a que já julgava o Padre bem disposta para morrer: Ay meu neto, nenhuma cousa da vida desejo, tudo me aborrece já, só huma cousa me poderia tirar agora este fastio. Se eu tivera agora huma mãozinha de hum Rapaz Tapuya, de pouca idade e tenrrinha, e lhe chupara aquelles ossinhos, então me parece tomara algum alento : porem eu, coitada de mim, já não tenho quem me vá frechar um destes! »

[1] Porto Seguro, « Historia Geral do Brasil », vol. I, pag. 395, ahi inclue tambem o joven Camarão, que de modo tão notavel devia figurar depois, pelos seus feitos, durante o dominio hollandez, nas paginas da Historia brasileira.

Ilha Grande falou-lhes a linguagem da prudencia, e taes razões apresentou, que mereceu os applausos de todos, especialmente das mulheres, que «antes queriam ser escravas dos Brancos do que viver em tanto receio de continuas guerras e rebates».

Convenceram-se os chefes potiguares da conveniencia de cessarem as hostilidades contra os Portuguezes. [1]

As pazes foram tractadas; e d. Francisco de Sousa, governador geral, de tudo informado por Manuel Mascarenhas, determinou que fossem solennemente celebradas, o que se effectuou em 11 de Junho de 1599, na Parahiba, presentes Feliciano Coelho de Carvalho, com os officiaes da Camara, Manuel Mascarenhas Homem e Alexandre de Moura, que devia succeder-lhe no govêrno de Pernambuco, o ouvidor geral Braz de Almeida e outras pessoas, servindo de interprete frei Bernardino das Neves.

Tranquillo quanto aos Indios, em consequencia das pazes com elles feitas, desvelou-se Jeronymo de Albuquerque em fundar uma povoação nas proximidades do forte. Essa povoação tomou, em 25 de Dezembro do mesmo anno (1599), o nome de cidade do Natal. [2]

---

[1] Frei Vicente de Salvador, «Historia do Brasil», cap. XXXIII.

[2] Segundo Porto Seguro (*op. cit.*, vol. I, pags. 396), esse nome lhe foi dado em virtude, sem duvida, de se haver inaugurado o seu pelourinho ou a sua egreja-matriz no dia 25 de Dezembro do mesmo anno da fundação. Milliet de Saint-Adolphe («Diccionario Geographico Historico e Descriptivo do Imperio do Brasil») pensa que foi por ter coincidido a inauguração da egreja com a festividade do nascimento de Nosso Senhor (1599). Frei Jaboatão («Novo Orbe Seraflco», cit., vol. I, pag. 170) é de parecer que o nome lhe adveio do facto de ser erigido em porochia, com egreja-matriz, sob a invocação de Nossa Senhora da Apresentação, pela festa do nascimento do Senhor daquelle mesmo anno. Ayres de Casal (« *Chorographia brasilica* »), vol. II, pags. 186, diz que tomou esse nome por se encontrar a inauguração da sua matriz com a festividade do nascimento de Nosso Senhor em 1599. Frei Agostinho de Sancta Maria, em seu « *Sanctuario Marianno* » (« *Apontamentos para a Historia dos Jesuitas no Brasil* »

*
* *

A pouco mais do que a continuação das obras da fortaleza, ás luctas e consequentes pazes com os Indios e á fundação de Natal deve ter-se limitado o primeiro govêrno de Jeronymo de Albuquerque, porque já no comêço do anno de 1600 era João Rodrigues Collaço quem exercia o mando supremo na Capitania. Não podemos affirmar precisamente quando se operou essa successão. É de presumir, entretanto, que os factos se tenham passado assim : Feita a conquista, Manuel Mascarenhas nomeou Jeronymo de Albuquerque commandante do forte e retirou-se, como ficou dicto, em companhia de Feliciano Coelho, sendo, sem duvida, sua resolução seguir para a Bahia, afim de inteirar o governador geral do occorrido. Antes de realizar essa viagem, chegou ao seu conhecimento que as pazes com os Gentios haviam sido tractadas. Uma vez na então capital do Brasil colonial, informou de tudo a d. Francisco de Sousa, e este, ao mesmo tempo que ordenava que as pazes fossem, como foram, solennemente celebradas, nomeou Collaço para commandante do forte e capitão-mór, car-

---

pelo dr. Antonio Henriques Leal, vol. I) não justifica a razão de ser do nome. Apenas informa que elle não foi o primitivo: « Feitas estas (as pazes), começou-se logo a povoação a uma legua da fortaleza, dando-se-lhe *depois* o nome de cidade do Natal ». Frei Vicente do Salvador (*op. cit.*, cap. XXXIII) diz: «Feitas as pazes com os Potiguares se começou logo a fazer uma povoação no Rio Grande a uma legua do forte, a que chamam a *cidade dos Reys*, a qual governa tambem o Capitão do Forte ». O dr. Vicente de Lemos, presidente do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte, apaixonado cultor das cousas do passado e conhecedor profundo de tudo que se refere ao Estado, diz, em seu interessante livro « *Capitães-Mores e Governadores do Rio Grande do Norte* » : « A 25 de Dezembro do mesmo anno (1599) Jeronymo de Albuquerque, saíndo da fortaleza, na distancia de meia legua n'um terreno elevado e firme, que já se denomina *povoação dos Reis*, demarcou o sitio da cidade que recebeu o nome de Natal, em honra desse glorioso dia, que assignala no mundo da Christandade o nascimento do divino Redemptor ».

gos que Jeronymo de Albuquerque exercia por delegação de Mascarenhas, que fôra quem commandára as forças de occupação. [1]

O que é fóra de duvida é que, em Janeiro de 1600, Collaço estava investido das suas funcções, de accordo com as ordens do governador geral. Demonstra-o o seguinte documento: [2] — Manuel Mascarenhas Homem, Capitão Mór da Capitania de Pernambuco por Sua Magestade, que por mandato do dito Senhor vem conquistar este Rio Grande e fazer nelle a fortaleza dos Reis Magos a qual obra o dito Governador Geral tem provido de Capitão, que actualmente está servindo, ao qual mandou por Regimento que ora lhe desse, etc.: Faço saber aos que esta minha carta de doação e sesmaria for mostrada e ao conhecimento della tomar, por lhe pertencer, que a mim me enviou a dizer por sua petição o Capitão desta Fortaleza dos Reis Magos, João Rodrigues Collaço, dizendo que o Governador Geral deste Estado o mandara vir ser o Capitão desta Fortaleza do Rio Grande e lhe mandara por seu Regimento seguisse e guardasse o Regimento que lhe eu desse, e, estando elle, o dito João Rodrigues Collaço, servindo nesta fortaleza e vendo que a tenção de Sua Magestade era povoar-se e cultivar-se esta terra e sertão della, por dar principio as cultivar, queria fazer casas e plantios ou o que a seu bem estiver, sem por isso pagar nenhum fôro, nem tributo algum, o qual

---

[1] Nos « *Apontamentos sobre a Questão de Limites entre os Estados do Ceará e Rio Grande do Norte* », dissemos que, depois da fundação de Natal, Jeronymo de Albuquerque se demorára ainda um anno no Rio Grande do Norte. Essa affirmação, feita naturalmente em consequencia de leituras que fizemos na epocha em que escreviamos aquelle trabalho, não a encontrámos depois confirmada em parte alguma. Mas num ponto ella não soffre contestação; em começo de 1600 já Jeronymo de Albuquerque não era mais commandante do forte e capitão mór da Capitania.

[2] Vide « *Revista do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte* », vol. VI, pags. 138 e seguintes.

O original do livro em que foi registada esta sesmaria está archivado no mesmo Instituto.

poderão mandar demarcar, conforme a esta minha carta, e ao longo do rio, oitocentas braças o sitio que lhe parecer para tomar as ditas braças que pede de dez palmos cada uma, visto ser a primeira data de que se lhe passara seu auto de demarcação e esta se registará de novo de um anno no livro de Registros da Fazenda de Sua Magestade deste Almoxarifado, a qual mando se cumpra e se guarde como nella se contem sem lhe ser posta duvida nem embargo algum. Dada nesta Fortaleza dos Reis Magos aos nove dias do mez de Janeiro de 1600, sobre meu signal, e a que desta nota se tirar será por mim assignada e sellada com o sinete de minhas armas; e por até o presente não haver escrivão de Sesmarias mandei a Affonso Fernandes, Escrivão desta Fortaleza, que esta fizesse neste livro que está assignado pelo Capitão della, o qual se entregará ao Escrivão que houver de ser das sesmarias para nelle escrever as sesmarias que se derem. E eu, Affonso Fernandes, que a escrevi — *Manoel Mascarenhas Homem.*»

Este documento, além de provar que em 1600 Collaço já governava o Rio Grande, evidencia tambem que no mesmo anno Mascarenhas alli estivera pela segunda vez. E provavelmente não foi a sua ultima viagem, porque Knivet nos informa de uma outra, realizada em fins de 1601 ou começo de 1602. [1]

O povoamento do solo e o cultivo das terras eram indispensaveis para a consolidação da conquista. Rodrigues Collaço procurou desenvolve-los, fazendo largas concessões de sesmarias. [2]

---

[1] «*Rev. do Instit. Hist. e Geogr. Bras.*», tomo XLI, parte 1.ª, pag. 267.

[2] Em Portugal datava do tempo de d. Fernando, ultimo rei da primeira dynastia, a concessão de terras, sob o pagamento de uma renda barata, fixada na sexta parte dos fructos,—a sesma,—para attender ás necessidades do desenvolvimento da agricultura. Dahi a denominação de *sesmarias*.

As *Ordenações*, cartas régias, alvarás e varias determinações posteriores regulavam essa materia, no decorrer dos annos. (Vide, entre outros,

Do exame dessas concessões, que todas são hoje conhecidas, graças ás pacientes investigações e pesquizas do barão de Studart [1], verifica-se que as datas de terras, outorgadas durante seu govêrno, tendo attingido, pelo lado do Sul, o rio Curimataú, não iam, pelo do Norte, além de duas ou tres leguas do Forte dos Reis. Para o interior, extendiam-se ao longo das margens dos rios Potengi e Jundiahi, que já alcançavam maiores distancias, as demais ficavam nos logares proximos do litoral. O facto de encaminhar-se de preferencia na direcção do Sul a corrente colonizadora era natural e logico.

Do Sul tinha vindo ella, batendo e expulsando os Potiguares e os Francezes — estes nas proximidades dos portos, aquelles na costa e no interior até a serra de *Capaóba* (actualmente Serra Raiz);—do Sul tinham vindo tambem as colonias expedicionarias, em companhia de Feliciano Coelho; pelo Sul tinham ellas, com Mascarenhas, voltado para a Parahiba e Pernambuco. Tractava-se, portanto, de ponctos explorados, de estradas conhecidas. Com o Norte já se não dava o mesmo. O desenvolvimento da criação, o arroteamento dos campos, as necessidades da defesa é que iam permittir desviar para esse lado, em procura do Ceará, a attenção e os exforços dos conquistadores.

Natal pouco progredira. Poucos foram os que requereram sesmaria no sitio da cidade, e destes mesmos nem todos se aproveitaram das concessões. A propria matriz, para cuja construcção era natural que maior fosse a solicitude dos povos naquella epocha em que a fé religiosa era uma grande força, podemos calcular o que seria, quando em 1614, ainda não tinha nem ao menos portas. [2]

A fortaleza contava duzentas praças de guarnição, afóra os officiaes; e a capitania tivera, desde o comêço, o seu vigario,

---

João de Lyra Tavares, *Apontamentos para a Historia Territorial da Parahyba*).

[1] *Documentos para a Historia do Brasil*, vol. II, pags. III e seguintes, e tambem o vol. VII da *Rev. do Inst. Hist. e Geog. do Rio Grande do Norte*, pags. 5 e seguintes.

[2] *Documentos para a Historia do Brasil*, cit., vol. II, pags. 117.

Gaspar Gonçalves Rocha, que, em 1601, obteve uma data dos terrenos, onde construira as casas em que vivia. [1]

É desse tempo o episodio, de que nos fala frei Vicente do Salvador [2] e a que se refere o dr. Vicente de Lemos, em seu precioso livro. [3]

Quando governava Collaço, veio ter á capitania um degredado pelo bispo de Leiria, o qual escreveu na sua sentença: « vá para o Brasil, donde tornará rico e honrado ». Esse degredado casou com uma mulher que da metropole tambem viera alli ter e conseguiu adquirir dous ou tres mil cruzados. Era para elles a fortuna. Mas, além desta, lograram egualmente consideração e respeito, porque, tendo nascido um filho do capitão-mór, e sua mulher, d. Beatriz de Meneses, os convidaram para padrinhos da criança. Com o parentesco espiritual, vieram as relações de familia, e com estas as distincções sociaes.

Collaço foi substituido por Jeronymo de Albuquerque, — o mesmo que o precedera — entre 3 de Julho e 8 de Agosto de 1603, porque de 3 de Julho é a ultima data de terras concedidas por aquelle e de 8 de Agosto a primeira concedida pelo seu successor. [4]

« D. Filippe, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'alem mar, em Africa, Senhor de Guiné,

---

1 *Documentos para a Historia do Brasil*, cit., vol. II, pags. 123. Essas casas deviam ser, como todas do então povoado, verdadeiros ranchos de palha ou casebres de taipa.

2 *Op. cit.*, cap. XXXIII.

3 *Capitães-Mores e Governadores do Rio Grande do Norte*, cit.

4 Na *Correspondencia de Diogo Botelho*, publicada no tomo LXXIII da *Rev. do Inst. Hist. Geog. Bras.*, encontra-se, a pags. 114, um depoimento de João Rodrigues Collaço, prestado a 6 de Septembro de 1603, m que se affirma ser elle ainda capitão-mór do Rio Grande.

Deve ter havido engano: era ex-capitão-mór, porque, já então Jeronymo de Albuquerque, investido do govêrno por patente régia, practicava todos os actos de administração.

e da Conquista, Navegação e Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, etc.

Faço saber aos que esta carta virem que havendo respeito aos serviços que Jeronymo de Albuquerque, morador na Capitania de Pernambuco, me tem feito naquellas partes até agora: Hei por bem e me praz de lhe fazer mercê da Capitania do Forte do Rio Grande, por tempo de seis annos, na vagante dos providos antes de 18 de Janeiro de 601, em que lhe fiz essa mercê, com a qual capitania terá e haverá o ordenado, proes e precalços que tiveram e houveram as pessoas que até agora serviam, que lhe será pago no livro, o almoxarife da dita capitania aos quarteis de cada anno, e pelo treslado desta carta, que será registrada no livro de sua despeza pelo escrivão de seu cargo, e com conhecimento do dito Jeronymo de Albuquerque lhe será levado em conta o que lhe pela dita maneira assim pagar. Pelo que mando ao dito capitão da dita Capitania de Pernambuco que ora é e ao deante fôr, que tanto que pela dita maneira ao dito Jeronymo de Albuquerque couber entrar na tal capitania lhe dê a posse della e lh'a deixe servir e haver o ordenado, proes e precalços que lhe pertencerem, como dito é, e elle jurará em minha chancellaria, aos santos Evangelhos, que bem, e verdadeiramente o sirva guardando em tudo a mim, meu serviço e ás partes seu direito: de que se fará assento nas costas desta carta que por firmeza do que dito hé lh'a mandei dar por mim assignada, e sellada do meu sello pendente e antes que o dito Jeronymo de Albuquerque parta deste Reino me dará menagem pela dita capitania, segundo uzo e costumes delle, de que apresentará certidão nas costas deste de Diogo Velho. Meu secretario Luiz Figueira a fez em Lisboa a 9 de Janeiro de 1603. Jonalves Soares o fez escrever.— *Rei*». [1]

---

[1] Parece que Jeronymo de Albuquerque, entregando o govêrno da capitania a Collaço em 1600, seguiu para a Europa, a pleitear o logar de seu capitão-mór effectivo, o que conseguiu em 18 de Janeiro de 1601; mas demorou-se alli até principio do anno de 1603, quando, expedida a carta de sua nomeação e dada ao rei menagem pela dicta capitania, antes

O novo governador tinha desta vez o tempo de que precisava para tornar mais fecunda a sua acção, e aproveitou-o utilmente, mandando percorrer o littoral para o Norte, até ás salinas de Macau, fazendo explorar a costa do sal, que ficou de todo conhecida, e organizando expedições ao interior, onde, á distancia de quarenta leguas, foi encontrada uma mina de ferro. Foi nesse tempo que se fundou o primeiro engenho de fabricar assucar, que houve na Capitania, em terras que Jeronymo de Albuquerque concedera a seus filhos Antonio e Mathias de Albuquerque, em 2 de Maio de 1604, e que comprehendiam cinco mil braças quadradas na varzea do Cunhaû e duas leguas em Canguaretama. O engenho tomou o nome daquella varzea.

Essa sesmaria foi, posteriormente, considerada exorbitante, mandando el-rei, por provisão de 28 de Septembro de 1612, reduzi-la á metade.

A ordem teve seu cumprimento legal, apesar de terem Alexandre de Moura, capitão-mór de Pernambuco, e o ouvidor, que a executaram em 1614, encontrado o engenho construido e as terras cultivadas; mas, annos depois, a Metropole reconsiderou o que fôra disposto na citada provisão e confirmou integralmente a concessão primitiva, que foi approvada pelo alvará de 2 de Agosto de 1628. [1]

Em 1603 Pero Coelho de Sousa, impellido pelo desejo de descobrir phantasticas riquezas, obtinha, além de outros favores.

---

de partir do reino, segundo a recommendação da mesma carta, voltou elle ao Brasil, aqui chegando e assumindo o govêrno da Capitania em meiados desse anno.

(« *Notas Explicativas do Auto da Repartição das Terras do Rio Grande do Norte* », pelo operoso e competente desembargador Luiz Fernandes, vice-presidente do Inst. Hist. e Geogr. do Estado, *in* « Rev. » do mesmo Instituto, vol. VII, pags. 80 e seguintes.

[1] « *Documentos para a Historia do Brasil* », cit., vol. II, pags. 114, 130 e 155; e « *Biographias de Homens Illustres de Pernambuco* », pelo commendador Antonio Joaquim de Mello, vol. III, pag. 127.

a nomeação de capitão-mór do Ceará e aventurava-se, com alguns socios, a coloniza-lo. Na Parahiba despachou tres barcas com polvora, munições e mantimentos pera o rio Jaguaribe, onde foi encontra-los com sessenta e cinco soldados e duzentos Indios. Por terra foi feita essa travessia, como por terra foi feita mais tarde, — depois de frustrada a tentativa de colonização, — a viagem de retorno (por Simão Nunes Correia, que fôra o commandante do forte, então fundado á margem do Jaguaribe, quando se retirava com a sua gente), e, ainda em seguida, pelo proprio Pero Coelho de Sousa, que, abandonado por quasi todos os que o haviam accompanhado, se viu forçado,—sem embarcações em que se transportasse, — a emprehender a marcha a pé, com dezoito soldados, que lhe ficaram fieis, sua mulher e cinco filhos, fazendo estes caminharem na frente, depois os soldados e, atrás de todos elle e a mulher. Dessa marcha nos deixou Porto Seguro a seguinte descripção : [1]

«Logo na primeira jornada começam os trabalhos. Caminhavam pela areia e quando o sol aqueceu, sentiam as creanças doloridos os pés, e causava compunção, o seu choro, que era acompanhado da lastima dos soldados e dos gemidos da pobre mãe.

No segundo dia, já o capitão-mór teve que carregar dois filhos pequenos, que não podiam mais andar, e começaram as queixas pela falta de agua, o que não se remediou senão no dia seguinte em que, encontrando uma cacimba, descançaram todos junto della dois dias. No sexto dia a marcha se effectuou com grandes receios dos indios selvagens visinhos, dos quaes se viam de longe fumaças, e se tiveram por inimigos. Mas dentro de pouco, se apresentaram outros dois inimigos peiores, na fome e na sêde, dos quaes começaram a morrer alguns. O primeiro que se enterrou foi um carpinteiro ; e nesta occasião os que já não podiam andar disseram ao Capitão-mór que os deixassem alli ficar, que com a morte se lhes acabariam os trabalhos, como

---

1 *Op. cit.*, vol. I, pags. 406 e 407.

succedia áquelle que alli sepultavam. Animados entretanto por Pero Coelho, proseguiram a marcha, porém não tardou a morrer outro homem; e então D. Thomazia, que assim se chamava a mulher do capitão-mór, ao ver-se com os seus filhos em redor de si, dizendo-lhe que não podiam mais com tanto soffrimento e que antes queriam morrer como aquelle homem, começou a chorar e a dizer ao marido que salvasse elle a vida, que ella antes morreria alli em companhia de seus filhos. Ouvindo taes exclamações, tambem os soldados choravam, e o capitão-mór, graças á sua muita constancia, animava a todos promettendo-lhes que dentro de pouco encontrariam agua. Mas as duas cacimbas que encontraram chamadas *Amargosa* e *do Guamoré*, eram taes que ninguem dellas podia beber. Em caminho, tiveram que passar uns mangues, com o lodo até á cintura, onde ao menos encontraram alimento em uns carangueijos *urutús*, que comiam taes como os tomavam.

D'alli marcharam para as salinas varios dias; e, estando nellas, viram passar um barco, mas não conseguiram ser delle vistos; e, pouco depois, morreu o filho mais velho do capitão-mór, de 18 annos de edade; e se pode fazer ideia de como ficariam os pais, acabando de perder o animo todos os soldados que se viam tão fracos que o menor vento os derribava. Felizmente por uma singular reacção agora que todos os homens perdiam o animo, recobrava-a D. Thomazia e a esta circunstancia providencial deveu a misera caravana o chegar até o Rio Grande, bem que todos desfigurados como cadaveres, e o capitão-mór mais morto que vivo, de modo que d'ahi a poucos dias entregou a alma ao Criador ».

Frei Vicente do Salvador, de cuja narrativa se aproveitou Porto Seguro, accrescenta ainda alguns pormenores sôbre essa retirada de Pero Coelho; [1] mas a tocante descripção que transcrevemos é bastante para evidenciar como já se atravessava o littoral, em dezenas de leguas do Forte dos Reis, para o Norte, com relativa segurança.

---

[1] *Op. cit.*, cap. XLIII.

E esta advinha principalmente da amizade dos Indios potiguares, que, nessa epocha, já accompanhavam os colonizadores á Bahia, embarcando-se em Pernambuco, para destroçar os Aimorés. [1]

Em 1607, foi tambem por terra que os padres Francisco Pinto e Luiz Ferreira se passaram á serra de Ibiapaba; e, morto o primeiro, foi ainda por terra que o segundo chegou ao Rio Grande, de cuja fortaleza teria de saïr o verdadeiro fundador da capitania do Ceará, Martim Soares (fôra companheiro de Pero Coelho), que, contando com o concurso de *Jacaúna,* ermão de *Camarão,* levantou em 1609, na emboccadura do rio do Ceará, um fortim e uma ermida, sob invocação de Nossa Senhora do Amparo.

Todos estes factos occorriam no segundo govêrno de Jeronymo de Albuquerque, indicando de modo irrecusavel que, durante elle, a sua preoccupação maxima foi alargar a área da colonização, fortalecer a alliança com os Indios, devassar o sertão e concorrer para que as armas portuguezas levassem além das fronteiras de sua capitania, em busca do extremo septentrional, o prestigio de seu valor. Esse era egualmente o pensamento a que obedeciam o capitão-mór de Pernambuco, Alexandre de Moura, successor de Manuel Mascarenhas, e o governador-geral d. Diogo Botelho, que fôra nomeado em 20 de Fevereiro de 1601 para substituir d. Francisco de Sousa.

Sob o govêrno de d. Diogo Botelho, a despesa com a capitania orçava em 3:225$180; e taes eram já então as necessidades e exigencias da administração do Brasil, que, em 25 de Junho de 1604, se resolvia a creação do *Conselho da India,* conselho que foi abolido dez annos depois, para ser novamente restabelecido em 1642, com a denominação de *Conselho Ultramarino.* [2]

---

[1] Varnhagen diz que o numero desses indios foi de 800, mas da «Correspondencia de Diogo Botelho» (Tomo LXXIII da «Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.», cit., pags. 62), vê-se que elle foi de 1.300.

[2] Porto Seguro, *op. cit.*, vol. I, pags. 410, 413 e 414.

D. Diogo Botelho retirou-se do govêrno, que occupára desde 1 de Abril de 1602 até 7 de Janeiro de 1608 [1], assumindo-o d. Diogo de Meneses e Siqueira, que, nomeado em 22 de Agosto de 1606, só em Septembro do anno seguinte poude embarcar [2], tendo na viagem arribado ao Rio Grande do Norte e seguindo d'alli para Pernambuco, depois de haver, segundo Porto Seguro, creado em Natal os logares de provedor e tabellião.

Foi do tempo de Diogo de Meneses a nova divisão da colonia em dous govêrnos geraes, ficando sob sua jurisdicção as capitanias do Norte e sob a de d. Francisco de Sousa a das do Sul. Elle não occultou á Metropole, em sua correspondencia, o resentimento que esse acto lhe trouxe; mas, apesar disto, foi administrador habil, energico e operoso. O seu govêrno foi dos melhores que tivemos naquella epocha; e a carta que em 1.º de Março de 1612 dirigiu ao soberano indica como via com clareza o problema da conquista e colonização do Norte, propondo o estabelecimento de mais tres capitanias, uma das quaes, — a do Jaguaribe, — devia abranger o territorio, que vai desde o Assú até um pouco acima do rio daquelle nome. [3]

É incontestavel que foi de valiosa importancia para Jeronymo de Albuquerque a assistencia solícita, que lhe dispensou d. Diogo de Meneses, como já lhe haviam dispensado os seus antecessores; mas não ha negar que a elle mais directamente cabem, como governador da capitania extrema dos dominios portuguezes, as glorias e os triumphos alcançados no avanço da colonização. E, si relevantes já eram os seus serviços, maiores seriam mais tarde, quando, num rasgo de justo e legitimo orgulho, sellaria a

---

1 Vide «Correspondencia» na «Rev. do Instit. Hist. e Geogr. Brasil.» t. LXXIII, pags. 11.

2 Carta régia de 7 de Junho de 1607 (tomo LXXIII da «Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Brasil.», cit., pags. 19).

3 Rocha Pombo, *op. cit.*, vol. III, nota a pags. 655.

capitulação de La Ravardière, em 27 de Novembro de 1614, com o sobrenome de Albuquerque Maranhão, que passou aos seus descendentes, relembrando, através della, a grandeza da victoria que obtivera na opulenta região, donde havia expellido os Francezes.

Depois de Jeronymo de Albuquerque, coube a Lourenço Cirne o govêrno da capitania. É de 21 de Agosto de 1609 a patente real de sua nomeação. Ignora-se, porém, a data de sua posse, que se deu provavelmente em 1610. Nesse anno, a 3 de Outubro, já governava Francisco Caldeira Castel Branco. [1]

A *Razão do Estado do Brasil*, obra inspirada por d. Diogo de Meneses e escripta por Diogo de Campos, «um dos typos mais notaveis como homem de govêrno e como homem de guerra entre quantos figuram na nossa historia colonial», nos informa do que era a capitania em 1612, isto é, logo depois do govêrno de Jeronymo de Albuquerque e em meio do de Peixoto Cirne. [2]

Convem conhecer alguns trechos dessa obra:

«...A fortaleza dos Reis está em cinco gráos de equinocial; ao sul tem o assento e sitio que se vê na sua pranta fol. 124, e por natureza olha ambas as costas deste Estado, assim a do norte a sul, como a de leste a oeste, até o Maranham, donde se acaba nossa conquista, pelo qual respeito foi este porto o mais demandado, e mais defendido dos corsarios que outro algum do Brasil; porquanto vinhão aqui do resgate da Mina a sarar das enfermidades de guiné e concertando suas nãos, e fornecendo de manti-

[1] Vide «Capitães-Móres e Governadores do Rio Grande do Norte», cit. Esse importante trabalho, largamente documentado, fornece copioso subsidio para o estudo da historia do Estado no seculo XVII.

[2] Nessa obra encontram-se muitos dados sôbre limites, rendas, cultura, população, armamento, etc., das oito capitanias do Rio Grande, Parahiba, Itamaracá, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Ilhéos e Porto Seguro. Está accompanhada de varios mappas. Foi redigida em 1613. Diogo de Campos foi tambem, annos depois, o auctor da «Jornada do Maranhão.»

mentos, agoa e lenha que lhes davão os Indios nesta parte, aportavão depois onde lhe parecia, o que hoje não podem fazer com tanto commodo por razão desta fortaleza, a qual tambem importa para favorecer nossos navios no tempo do sul, que desgarrados não podem tomar Pernambuco nem Paraiba, e fica-lhes este remedio que he grandissimo, e por seu respeito assegurados os demais portos desta Capitania, a saber Corimataug porto dos buzios e ponta negra, que como se vê na carta fol. 124, todos são de importancia e conhecidos hoje de nossos pilotos nos quaes antigamente os Indios comião os hospedes que aqui chegavão e hoje com paz e quietação grande a respeito da fortaleza, ajudão e encaminhão todos os que por mar ou por terra aqui chegão, como experimentou o Governador Dom Diogo de Menezes, quando aqui veio desgarrado indo para o seu governo.

Nesta consideração e em outras que o tempo tem mostrado, e mostra cada dia que já de antes se presumião se fez a dita fortaleza dos Reis até estar em defesa povoada e guarnecida, como se devia em tempo de guerra, deixando-lhe de presidio mais de duzentos soldados com tantos officiais ; tanto custa, que houve de vir a menos tanto que as necessidades desapparecerão, e se atalharão com a obra, na qual tanto parou o augmento quanto lhe começarão de fazer carga do pouco que rendia, e não dos males que com ella se atalhavão ; de modo que o anno de seiscentos e trez lhe reformarão tudo, até ficarem sessenta praças ; depois com as pazes do norte ficou em trinta ; d'ahi a poucos dias lhe mandarão pôr quarenta, até que informado Sua Magestade do que convinha mandou, em Agosto de seiscentos e dez, que tivesse oitenta soldados, afora os officiaes ; e assim hoje está com este numero, que se vê na lista.

Tem mais hua povoação, a meia legua da fortaleza pelo Rio acima, como se vê no ponto A, a qual tem pobromente acommodados até 25 moradores brancos fóra da obrigação da fortaleza e destes tem pelas Roças e Rêdes e fazendas principiadas da capitania até oitenta moradores os quaes pedirão modo de governança e se lhes concedeo o anno de seiscentos e onze, pelo Governador Dom Diogo de Menezes, o qual com parecer da Relação elegeo o Juiz, hum vereador escrivão da Camara, procurador

de Conselho, e Procurador dos Indios, e assim vivem hoje, de que se tem dado avizo a Sua Magestade. [1]

O anno de seiscentos e onze se demarcou, por ordem do dito Senhor, esta Capitania, partindo com a Parahiba pelo Rio Guaiahug, [2] e ficando-lhe, o engenho de Camaratuba, e ao Rio Grande o de Jeronymo de Albuquerque no rio Cunhahua, e pela banda do norte da Fortaleza, como fica dito [3], pelo rio Guaiahug, [4] ficando-lhe toda a terra que vai de Siará até este Rio por ser deserta e de areaes em que não ha cousa de proveito

---

[1] Tendo chegado á Bahia em 5 de Junho de 1609 os desembargadores nomeados para a Relação alli creada, foi esta logo installada. Por occasião da occupação hollandeza, foi extincta (alvará de 5 de Abril de 1626), mandando-se applicar ao pagamento das tropas os gastos que com ella se faziam. As coisas voltaram ao estado anterior e assim permaneceram pelo espaço de um quarto de seculo (1652).

Antes de ser installada a Relação, d. Diogo de Meneses, quando arribara a Natal em 1607, havia creado, como vimos, os logares de provedor e tabellião no Rio Grande, « por haver encontrado o povo sem justiça e sem meios de a requerer (Porto Seguro, *op. cit.*, vol, I, pag. 416). Essa providencia tinha sido tomada para attender a necessidades occorrentes. A organização da Capitania só póde, porém, ser considerada definitiva depois da creação da Camara : até então o que havia era apenas um govêrno militar. Rectificamos, assim, a opinião que manifestamos em outro logar affirmando que devia datar de 1606 ou de pouco antes a sua organização politica e administrativa (vide « *O Rio Grande do Norte* », livro que publicámos em 1911).

[2] Hoje Guajú.

[3] No comêço do capitulo sôbre o Rio Grande, parte essa que não transcrevêmos.

[4] Hoje Piranhas ou Assú. Não era propriamente o limite da Capitania : era do territorio já perfeitamente conhecido e explorado. O limite com o Ceará veiu a ser fixado mais tarde na Cordilheira do Apodi, quando elle foi colonizado (Vide « *Apontamentos sobre a Questão de Limites entre os Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte* », cit.)

mais que as Salinas, [1] que dizem de guamaré ou caruratamar, que são de importancia a respeito do muito sal que podem nellas carregar-se, como na arraya das Indias de Castella.

A terra desta Capitania geralmente he terra fracca mais para gados e criações que para Canaveaes e Roças, e ás vezes falta nellas chuvas; mas tem muitas partes em que se podem fazer fazendas ainda que as agoas são rasteiras e os mattos não são de madeiras reaes como os da Parahiba; mas não faltão os que hoje podem ser necessarios; lenhas não faltarão nunca.

Tem este distrito dezasseis Aldêas de Indios, algumas mui pequenas, todas mal governadas e inquietas por lhes faltar a Doutrina de Clerigos e Capelães ou de padres, ou de quaesquer outros Religiosos: os da Companhia por missão mandão a certos tempos dous padres a visitar esta gente, mas como duraõ pouco com elles nunca ficaõ em estado que possaõ servir aos moradores, para que assim huns e outros Se Sustentem, e facilitem.

Á Sombra desta fortaleza e destas Aldêas se fez a paz com os de Jaguaripe, e passou a povoar o Capitão Martin Soares Moreno com sós cinco Soldados, e hum Cappellão fiado na visinhança e na amisade que tem com todos os principaes dos Indios de hũa e de outra parte; e assim, Sem outro cabedal mais que o dos bons tratos e Reputação da fortaleza, estaõ já nossos conquistadores feito assento no Camusipe quarenta legoas do Maranhão; tal é a escala da dita fortaleza.

Foi orçada esta Capitania no que rende com o Engenho.

Faz de despeza:

---

[1] A sesmaria que comprehendia estas Salinas foi dada por Jeronymo de Albuquerque, em 20 de Agosto de 1605, a seus filhos Antonio e Mathias de Albuquerque (« *Documentos para a Historia do Brasil* », cit., vol. II, pags. 134).

Igreja

Ao Vigario	200$000
Ao Coadjutor	25$000
Aos Ordinarios.	43$000
	268$360

Fazenda

Ao Provedor	$
Ao Escrivaõ da Fazenda	50$000
Ao Almoxarife	60$000
	110$000

Gente de Guerra

Ao Capitão de Seu ordenado	200$000
Ao Alferes por Sua Mag.e.	96$000
Ao Embandeirado	14$400
Ao Sargento.	60$000
A hum tambor	33$600
A hum Condestavel	50$000
A dous Bombardeiros.	80$000
A quatro Cabos d'Esquadra	153$600
A 40 mosqueteiros a 33$600.	1:344$000
A 40 Arcabuzeiros a 28$800.	1:152$000
Somma toda a despeza . . .	3:183$600
	8.904 crusados a 360 rs.

Toda esta fortaleza do Rio Grande está por acabar; naõ chega por algũas partes ao Cordaõ, e assim tem menos de dezoito palmos d'alto, faltando-lhe todos parapeitos e antulhos das quatrinas, todas as casas da Vivenda e almazens, não tem poço, nem Sisterna, nem fonte, antes Com muito trabalho, todos os dias, se provem de muito longe, em vazilhas de agoa ou de casimbas da

praia; naõ tem restrello nem contra portaõ, e até as portas da mesma fortaleza estão consumidas do tempo; finalmente é a mais miseravel vivenda que se pode achar no Mundo, por não estar acabada, pelo que os Soldados fogem della como da morte.

O ambitto e traça desta fortaleza se mostra em grande no ponto B e como ficava sendo acabada porque, como fica advertido, só está em defeza, e o Recife em que está Situada Seis horas o cobre o mar, e outras tantas fica, como se vê na dita pranta, que passear por todas as partes, arrimando-se á cuzenha raza quaes quer mosqueteiros; porquanto Sem parapeitos, nem esteiras, tem os do forte necessidade de assistirem descubertos á defeza do muro, e descobrindo-se, claro está, que os de baixo São melhores, e assim de razão á defeza naõ pode parar ninguem, pelo que está em notavel perigo de huma escala vista, e de hum etardo; não trato nas demais couzas da paga e mantimentos dos Soldados, por Ser a mais mizeravel de toda a costa.

Tem esta fortaleza as Armas e munições Seguintes:

De Bronze nove peças de 18 a 38 quintaes e jogaõ balla de 9 até 15 libras; São 4 peças de grande alcance e todas de Reputação, e muito serviço, e estaõ bem a ponto.

Mais 17 peças de ferro coado de 9 até 17 quintaes, jogaõ de balla de 3 até 7 libras.

Todas estas peças estaõ de modo maltratadas do ar do mar, da quentura, e humidade, que todas Se desfazem em folhas de ferrugem, e criaõ gretas e abelheiros dentro, pelo que naõ ouzaõ de fiar-se dellas os artilheiros, e assim a maior parte estaõ apeadas.

Pela mostra que o anno de 611 tomou o Sargento mór deste Estado, vizitando esta fortaleza, Se acharaõ efectivos 75 Soldados com suas armas bem a ponto, e o Capitaõ e officiaes maiores e menores da primeira plana (pareceraõ no Almazem).

Pareceraõ no Almazem 23 quintaes de polvora.

Mil e duzentas balas de ferro coado.

Oito quintaes de chumbo em pasta e pelouros.

Quatro Serras altas.

Doze jarras por vidrar que não podem ter agoa.

200 canos de arcabuzes e mosquetes velhos.

20 piques no corpo da guarda.

24 mosquetes de sobrescelente.

Não tem nenhem murraõ, peito, nem rodella, nem outra couza tocante a defesa, pouco murrão de frandres, Servem-se com os da terra.

Nesta Capitania ha minas de ferro que descobrio Jeronymo de Albuquerque, a quarenta legoas da Fortaleza, o anno de 608.

Tem algum páo Brazil fino; mas mui raro a respeito de lho arrancarem os francezes até ás Raizes, quando alli continuavaõ; [1] tem Jacaranda mais delgado que o da Bahia; tem páo Amarello para tintas e outras madeiras para obras de toda a sorte d'embarcações ou cazas.

Todo genero de criaçaõ multiplica muito, e nos matos ha muita caza e em toda a costa grandes pescarias e muito Ambar» [2]

O que diz Diogo de Campos é a confirmação, com mais desenvolvimento, do que se encontra em uma « *Relação das Capitanias do Brasil* », do principio do seculo XVII, escripta provavelmente pouco antes e, ha alguns annos, publicada na « *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro* ». [3]

« Começando pela parte do Norte, a primeira Capitania é a do Rio Grande que está em 4 graós e meio da linha para a banda do Sul e é de Sua Magestade e tem uma bôa fortaleza; posto que não de todo acabada, meia legoa della está uma povoação de obra de vinte e cinco ou trinta moradores; os visinhos vivem de criação de gados e mantimentos que cultivão, e pescaria, e renderão os dizimos duzentos e cincoenta mil reis, na fortaleza ha nove pessas de artilharia, de bronze, e dezenove de ferro coado, é bastamente provida d'armas e munições.

---

[1] O córte do pau-brasil foi regulamentado em 1605 (regimento de 12 de Dezembro).

[2] Esta cópia foi extrahida da existente na Bibliotheca Nacional, que, como se sabe, tem algumas differenças da do Instituto Historico e Geographico Brasileiro.

[3] Tomo LVII, 1.ª parte, pags. 5 *et sequ.*

Ha nesta Capitania um Capitão, por Sua Magestade, que tem de ordenado cem mil réis cada anno.

Um Alferes que tem de soldo cinco mil réis por mez e seu mantimento.

Um Sargento que tem quatro mil réis.

Um tambor que tem quatro cruzados.

Quatro cabos d'esquadra dois mil réis cada mez.

Oitenta soldados mosqueteiros a mil e seiscentos réis por mez e seu mantimento. Um ferreiro. Um carpinteiro. Um pedreiro que tem por mez 320 réis e seu mantimento.

Ha um Vigario que tem a vara das almas, e tem de ordenado cada anno duzentos mil réis, importão os ordinarios da Igreja iquarenta mil réis cada anno ».

Por esses dous documentos, tem-se bem uma idéa da deficiencia dos recursos de defesa com que contava a Capitania. Mas isto não foi obstaculo a que já então se tivesse realizado uma obra consideravel : a colonização caminhou sempre, a paz com o gentio não foi perturbada, o sertão desbravou-se em parte e a conquista proseguiu, irradiando-se com direcções diversas.

A Peixoto Cirne seguiu-se, como vimos, Francisco Caldeira Castel Branco, de cujo nome não nos fala Porto Seguro, mas de quem se póde affirmar, com absoluta segurança, que governou a Capitania. Ha disto provas irrecusaveis. [1]

Seu govêrno não foi além de Junho de 1615, porque, dado o devido desconto, tendo sido commissionado pelo governador geral, d. Gaspar de Sousa, para tractar dos negocios do govêrno em Portugal e correr antes a Capitania do Maranhão, seguiu no commando de uma armada, composta de um patacho, duas caravelas e um caravelão e chegou a Sancta Maria de Guachanduba a 1 de Julho do mesmo anno. [2] Francisco Caldeira foi mais tarde o fundador da Capitania do Pará.

No Rio Grande foi seu successor Estevam Soares de Albergaria, nomeado em 14 de Septembro de 1613. Parece certo que

[1] Barão de Studart, *op. cit.*, vol. II, pags. 111 e seguintes.

[2] Dr. Vicente de Lemos, *op. cit.*

esteve no govêrno até 1618, quando o substituiu Ambrosio Machado, nomeado em 20 de Agosto de 1616. Foi sob a administração deste que « em 1619 terminaram as obras da igreja matriz, começada desde os tempos da conquista. Isto consta da data gravada na pedra fundamental que foi encontrada no anno de 1786, depois de reedificada em 1694, pois os Hollandezes, no periodo da sua conquista, arrasaram a primitiva egreja.» [1]

Seguiu-se Bernardo da Motta, cuja nomeação é de 3 de Março de 1619. O dr. Vicente de Lemos presume que o seu govêrno começou em 1621, não excedendo a Junho de 1625.

O capitão-mór, que lhe succedeu, foi nomeado em 13 de Julho de 1624. Chamava-se Francisco Gomes de Mello. Achava-se em Lisboa, quando alli chegou a noticia da occupação da Bahia pelos Hollandezes, facto que, como era natural, alarmou o govêrno e o povo, por ser uma ameaça a todas as colonias hispanholas e portuguezas da America.

Providencias immediatas foram tomadas, sendo a principal dellas o apresto de uma poderosa esquadra que, sob o commando de d. Fradique de Toledo, devia vir em soccorro daquella praça e das demais, que se encontravam desapparelhadas para a resistencia. A organização da esquadra, porém, não se podia fazer sem alguma delonga.

Outras resoluções foram, por isto, desde logo adoptadas. A confirmação de Mathias de Albuquerque como substituto de Diogo de Mendonça Furtado, governador da Bahia que fôra preso pelos invasores, a nomeação de d. Francisco de Moura para *capitão-mór do Reconcavo*; a recommendação a Francisco Coelho de Carvalho, — nomeado governador do Maranhão e já em viagem, afim de assumir o seu cargo — para que se detivesse em Pernambuco; a ordem ao governador do Rio de Janeiro, Martim de Sá, para que acudisse com gente e mantimentos á cidade occupada,

---

[1] Livro 1.º das Cartas e Provisões do Senado da Camara do Natal, de 1659 a 1662, e Livro dos Acontecimentos notaveis de 1755 por deante, ambos existentes no Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte.

foram, além de outras, medidas aconselhadas e tornadas effectivas desde o primeiro momento.

A Francisco Gomes de Mello coube trazer a Mathias de Albuquerque, com a noticia dessas resoluções, os primeiros recursos enviados então para o Brasil [1]. Estes vieram em duas caravelas, de que foram capitães elle e Pedro Cadena.

A de seu commando chegou a Pernambuco um pouco antes da outra, em fins de Septembro, dando logar ás maiores manifestações de alegria. [2]

Não se sabe exactamente quando Francisco Gomes de Mello entrou em exercicio; mas tudo leva a crer que foi no fim de 1624 ou comêço de 1625. Em 26 de Maio deste ultimo anno, chegou á Bahia, commandando uma esquadra de trinta e quatro navios, o almirante Hendriksoon, que da Hollanda viera para soccorrer os seus compatriotas e manter a occupação daquella cidade. Era tarde. Desde o 1.° do mesmo mez ella se rendera e estava em poder das forças restauradoras do dominio portuguez. O almirante batavo seguira então para o Norte, onde se demorou com sua esquadra, na bahia da Traição, de 20 de Junho até principio de Agosto.

Durante sua permanencia alli, foram feitas diversas explorações aos logares vizinhos. De uma dellas, encaminhada para o engenho Cunhaú, nos dá conta, entre outros, Joannes de Laet, director da Companhia das Indias Occidentaes: — «A 19 (*de Julho*) o capitão Uzeel com uma partida de soldados e indigenas fez uma entrada, caminho do Rio Grande; encontrou um engenho com algumas trezentas caixas de assucar e mui numeroso gado, mas não poude trazer este nem aquellas, por ter de fazer um longo caminho por mattas bastas, bem como durante duas ou tres horas por agua. Chegou ao quartel a 23 sem trazer cousa

---

[1] Porto Seguro, *Historia das luctas com os Hollandezes no Brasil*, 2.ª ed., pag. 28-29.

[2] Manuel Severim, citado á nota 1 da pag. 119, vol. IV, *op. cit.*, Rocha Pombo.

alguma, salvo os indigenas que trouxeram limões para os doentes. [1]

Informado da estadia dos Hollandezes na Parahiba e das suas incursões pelo interior desta e da Capitania do Rio Grande, Mathias de Albuquerque providenciou de Pernambuco para que fossem desalojados, confiando o commando das fôrças, que para esse fim fizera organizar, a Francisco Coelho de Carvalho, governador nomeado para o Maranhão.

Com essas fôrças operaram os capitães-móres daquellas duas Capitanias, Antonio de Albuquerque e Francisco Gomes de Mello. Este foi, depois da invasão de Pernambuco em 1630, o bravo commandante do fórte de Afogados, onde, além de actos de bravura, practicou um, que bem merece ser referido. Os Hollandezes atacaram o Cabo de Sancto Agostinho, cuja defesa estava entregue ao capitão Bento Maciel Parente, com sessenta homens. Francisco Gomes apressou-se a ir em seu auxilio com parte da fôrça de que dispunha e, alli chegando, apesar de ter jurisdição superior ao capitão Maciel Parente e de haver sido capitão-mór do Rio Grande, collocou-se e combateu sob suas ordens, dando um exemplo de rara abenegação naquelles tempos, em que tanto se pleiteavam distincções e tanto se apuravam questões de precedencia. [2]

A Francisco Gomes de Mello seguiu-se como capitão-mór Cypriano Porto Carreiro, nomeado por carta patente de 22 de Julho de 1627. Desconhece-se a data da sua posse e bem assim a duração de seu govêrno, que o dr. Vicente de Lemos pensa não ter ido além de 1631.

Considerava-se então a fortaleza dos Reis a melhor do Brasil. Estava armada com onze canhões de bronze, todos meio coronados, muitas colubrinas, e mais doze ou treze canhões de ferro. Estes, porém, eram imprestaveis. As muralhas mediam de nove a dez palmos de espessura, sendo o intervallo cheio de barro. Guarneciam-na de cincoenta a sessenta praças pagas.

---

[1] Vide *Annaes da Bibliotheca Nacional*, vol. XXX, pags. 96.

[2] Porto Seguro, *Hollandezes no Brasil*, cit., pags. 80.

Havia na Capitania cinco a seis aldeias, que, reunidas, podiam contar septessentos a septessentos e cincoenta Indios frecheiros, e a principal dellas era chamada Mepibû, situada a septe milhas ao Sul do Natal.

Os habitantes mais abastados viviam habitualmente nas suas fazendas e vinham apenas nos domingos e dias sanctificados ouvir missa. Nesse raio de seis a nove milhas não residiam mais de cento e vinte a cento e trinta camponios, na sua maioria rusticos.

Dous eram os engenhos existentes: um, no *Ferreiro Torto*, de fogo morto pela ruindade das terras; e o outro na varzea de Cunhaû, a dezenove milhas ao Sul do Natal. Safrejavam de seis a septe mil arrobas de assucar annualmente, e nessa zona moravam sessenta a septenta colonos com suas familias. Criavam bastante gado e exportavam farinha e milho para Pernambuco, em os mesmos barcos em que seguiam as caixas de assucar, que não excediam, em regra, de cem a cento e dez. Esta exportação fazia-se na distancia de meia legua por um rio, onde chegavam os barcos.

A sessenta milhas da fortaleza para o Norte havia grandes e extensas salinas, creadas pela natureza, cujo sal extrahiam os colonos. [1]

Para substituir Cypriano Porto Carreiro, foi nomeado em 1630, por patente real, André Pereira Temudo. É o que nos diz Porto Seguro [2]. Temos, porém, muitas dúvidas sôbre si elle chegou então a governar a Capitania. Foi em Fevereiro daquelle anno que os Hollandezes se assenhorearam de Pernambuco; e,

---

[1] Dr. Vicente de Lemos, obra cit., pags. 14 e 15 e *Revista do Instituto Archeologico de Pernambuco*, vol. 55.

[2] *Historia Geral do Brasil*, cit., vol. II, pags. 1211. É bom assignalar que Porto Seguro affirma tambem (vol. I, pags. 457) que, quando Luiz Aranha de Vasconcellos foi nomeado para reconhecer o Amazonas e expulsar alguns subditos hollandezes e de outras nações que se haviam installado no Norte, recebeu, entre outros auxilios que tivera em Pernambuco e no Maranhão, quatro soldados que lhe foram dados por *André Pereira Temudo, capitão do Rio Grande.* Terá elle, porventura, governado a Capitania annos antes, quando se deu esse facto?

entre os que os combateram com maior denodo e audacia nessa occasião, figura o capitão André Pereira Temudo, que, na villa de Olinda, pagou com a vida a heroica resistencia que offerecera ao invasor [1]. Ora, não sendo provavel que, ao mesmo tempo e nas mesmas capitanias do Norte, servissem com identico posto, dous capitães de egual nome, parece mais presumivel que se tracte de uma só pessoa, e que a nomeação tivesse sido feita antes de ser conhecida em Portugal a noticia da morte do referido capitão, que, conforme se infere de affirmações do auctor do *Castrioto Luzitano*, era commandante de um troço de soldados bisonhos, levantados, havia pouco, no reino. [2]

Essa presumpção não é infundada, porque o proprio Porto Seguro [3] nos informa de um govêrno interino de Domingos da Veiga Cabral, depois de 1630, govêrno que talvez haja precedido o de Pedro Mendes de Gouveia, que era o capitão mór quando a Capitania foi occupada pelos Hollandezes em fins de 1633. Infelizmente, é impossivel exclarecer esses e outros pontos de nossa historia. Nos archivos do Estado não se encontra nenhum documento anterior á conquista hollandeza. Nesse periodo, que se extende de 1633 a 1654, foram todos destruidos; e disto nos dá testimunho uma carta do Senado da Câmara do Natal, dirigida á metropole em 3 de Junho de 1741, na qual, tractando do rio Salgado para a Aldeia Velha, assim se exprime: «As terras, que comprehendem á roda desta cidade uma legua, pertenciam ao Conselho que as aforava, mas perdera o foral pela tradição que ha de que o foral perdeu-se com os mais livros na invasão hollandeza». [4]

---

[1] Porto Seguro diz que esse capitão se chama *Antonio* Pereira Temudo, (*Hollandezes no Brazil*, citado, pags. 52, e *Historia Geral do Brasil*, tambem citada, vol. I, pags. 501). Mas a verdade é que em muitos escriptores da epocha e alguns modernos encontramo-lo com o nome de *André* Pereira Temudo.

[2] *Castrioto Lusitano*, por frei Raphael de Jesus, pags. 26.

[3] *Historia Geral do Brasil*, vol. II, pags. 1211.

[4] *Registro das Cartas e Provisões do Senado da Camara do Natal* de 1730 a 1743, pags. 141. Vide dr. Vicente de Lemos, obra citada.

Desde que Manuel Mascarenhas Homem se apossou da Capitania, até que ao desventurado Gouveia coube o infortunio de interromper a série de serviços, que vinham sendo prestados pelos seus antecessores, haviam decorrido pouco mais de trinta e cinco annos; e, si, durante elles não se fizera tudo quanto era possivel, é incontestavel que se conseguira muito, conforme veremos mais tarde, quando tivermos de estudar em conjuncto e com maior largueza a obra da colonização, durante o seculo XVII, retomando-a desde o momento em que são expulsos os Hollandezes.

Em todo o caso, o Rio Grande do Norte já não era um territorio desconhecido.

Para o Sul, em toda a faixa do littoral e numa zona de algumas leguas para o interior, a corrente immigratoria estava definitivamente encaminhada, notando-se ao longo da costa e ás margens dos rios Pitimbú, Pirangi, Trahiri, Jacú, Curimataú, Guajú e outros, num trabalho persistente e intenso de desbravamento do solo. Para o Norte, o povoamento não ultrapassava ainda o Macaranguape, a dez ou doze leguas da capital; mas nas ferteis varzeas, banhadas pelo baixo Ceará-Mirim e seus affluentes, bem como na lagôa e rio Guagerú (Extremoz), os colonos já procuravam um novo *habitat*. Pelas terras marginaes do Potengi e pelas do Jundiahi, que nelle desagúa, facto identico se dava.

A pesca florescia nas praias e nos rios, e a industria da criação prosperava por toda a parte. Dentro em pouco, por occasião da invasão, seria no S. Francisco e nas Campinas rio-grandenses que Portuguezes e Flamengos iriam buscar recursos para a alimentação de suas fôrças, transformando, por isto mesmo, aquellas regiões em theatro de luctas memoraveis.

O assucar era fabricado apenas em dous engenhos: o *Ferreiro Torto*, onde se deu a primeira matança depois da occupação hollandeza, e o *Cunhaú*, tão célebre pelos feitos gloriosos que nelle se desdobraram no decurso dessa occupação e um dos mais importantes de todo o Norte.

Neste ultimo estava localizado o principal nucleo de população da Capitania; septenta ou oitenta colonos e suas respectivas

familias. *Rio das mulheres* significa a palavra *Cunhaú*; mas não foi por encontra-las alli em grande numero, como poderá parecer á malicia de alguns, que os colonizadares preferiram taes paragens. Foi, sim, por serem de muito conhecidas e, principalmente, por se terem Jeronymo de Albuquerque e seus filhos estabelecido naquelle ponto e poderem, com o prestigio de que gosavam pela posição e pela fortuna, offerecer em suas propriedades protecção e abrigo contra as violencias e abusos de toda a ordem, a que estava exposta a pobre gente que immigrava para o Brasil.

A fóra Cunhaú, eram Natal, contando de trinta a trinta e cinco casas, e Ferreiro Torto os dous centros mais populosos. O resto da população estava espalhado pelas roças e fazendas.

Ao todo, os habitantes não deviam exceder de algumas centenas de brancos e de alguns milhares de Indios [1] que com elles viviam em relativa harmonia.

A Capitania formava uma freguezia, desde a sua fundação, [2] e com juiz, camara, escrivão e procurador do Conselho, provedor, escrivão da Fazenda e almoxarife, procurador dos Indios e escrivão das datas e demarcações, dispunha de um apparelho governativo, embora imperfeito, de que era chefe o capitão-mór, tambem commandante da fortaleza dos Reis, ao tempo uma das melhores.

O gado que se alimentava de suas ricas pastagens, a abundancia do peixe em suas costas, a caça em grande quantidade, a farinha e o milho que produzia, o assucar fabricado em seus engenhos, os fructos silvestres e o seu incipiente commercio já lhe asseguravam, na sua modestia e pobreza, elementos bem apreciaveis de vida, quando a ambição e a cubiça do invasor, espalhando a destruição e a morte, fizeram da necessidade da

---

[1] No vol. IX da *Rev. do Inst. Hist. e Geog. do Rio Grande do Norte*, pags. 226, lê-se uma nota, affirmando ser de trinta mil o numero de Potiguares combatentes. Talvez haja exaggêro no calculo.

[2] Vide opinião do desembargador Luiz Fernandes, na *Revista do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte*, vol. VII, pags. 95.

defesa a imposição suprema. Interrompia-se assim, no meio de duras provações, a grande obra começada. O esforço não seria porém, perdido.

Mais tarde, affirmado pela primeira vez o nosso espirito de nacionalidade na expulsão dos intrusos, proseguir-se-ia, com o mesmo ardor e impeto irresistiveis, no labor fecundo.

ASPECTOS DO PERIODO REGENCIAL

PELO

DR. JOSÉ VIEIRA FAZENDA

BIBLIOTHECARIO DO INSTITUTO

Conferencia realizada na sala de Cursos do Instituto Historico do Brasil, a 6 de Fevereiro de 1914.

Este trabalho do erudito dr. Vieira Fazenda compendia interessantes reminiscencias de um dos mais agitados periodos da nossa Historia, qual foi o regencial.

Lardeiam-no, como tudo que sai da penna do illustre bibliothecario do Instituto, notas e observações, inéditas e curiosas, sôbre pessoas e cousas daquella phase memoravel.

(NOTA DA DIRECÇÃO).

ASPECTOS DO PERIODO REGENCIAL

CONFERENCIA REALIZADA NA SALA DE CURSOS DO INSTITUTO HISTORICO DO BRASIL PELO DR. JOSÉ VIEIRA FAZENDA, A 6 DE FEVEREIRO DE 1914.

Grande foi a sorpreza do povo e da tropa reunidos no Campo da Acclamação, quando Miguel de Frias Vasconcellos leu o decreto firmado pelo sr. d. Pedro I, abdicando em seu filho o throno do Brasil.

Com enthusiasticos vivas, intensas demonstrações de alegria e palmas, foi, pois, iniciado o periodo chamado regencial, que vai de 7 de Abril de 1831 a 23 de Julho de 1840.

Os que porém faziam moderada e sensata opposição ao govêrno do primeiro imperador apenas desejavam a reintegração do ministerio, demittido em 5 de Abril e substituido por outro, composto de pessoal reputado reaccionario.

Para commemorar o facto extraordinario, os patriotas intentaram mudar o nome do Campo da Acclamação, outrora de

S. Domingos e depois de Sancta Anna, pela denominação de *Campo da Honra*. Mezes depois circulavam pela cidade pasquins em que se liam os seguintes versos:

> Da honra fui campo outrora,
> Muito que ver ainda temos;
> Tudo serei, mas agora,
> Sou campo do nós queremos
> E campo do fóra, fóra!

O 7 de Abril foi até certo ponto uma revolução incruenta, pois apenas houve uma victima — o cidadão brasileiro Manuel de Aguiar Brandão, moço de vinte annos de edade, ferido mortalmente por uma bala, disparada casualmente quando ouvia a leitura do decreto de abdicação.

Annos depois, nesse mesmo local, os patriotas com delirantes manifestações saudavam a terminação da Regencia. Havia sido proclamado maior o sr. d. Pedro II, por um golpe de Estado meio parlamentar, e o segundo imperador subia ao throno não tendo ainda attingido á maioridade, que só deveria alcançar em 2 de Dezembro de 1843. Foi então cantiga da moda:

> Queremos Pedro Segundo
> Embora não tenha edade;
> A Nação dispensa a lei
> E viva a Maioridade!

Sôbre esse govêrno regencial assim se exprimiu em 1835 Manuel Alves Branco, em seu relatorio do Ministerio da Justiça: «Eu concluirei, finalmente, senhores, repetindo-vos o que já uma vez inculquei e é que agora, mais do que nunca, apparece a urgente necessidade de um poder inaccessivel ás intrigas locaes, imparcial e forte, contra quem nada possam os chefes irregulares de minorias turbulentas. Desenganae-vos! Não é a fôrça da razão não é a da civilização, não é a do progresso que mina as entranhas de um govêrno de tyrannos. Não. Ao povo do Brasil não é negado algum direito. As nossas revoluções actuaes não têm nada de

idealismo ou de philanthropismo; o seu character é sómente o de paixões ferozes, de vicios infames, de bruta estupidez e de barbara insolencia. Decidi, pois, si a pretexto de despotismos presumidos do govêrno, devem nossos concidadãos continuar a soffrer effectivos despotismos de turbulentos cegos e ferozes.»

Neste periodo, de tantas calamidades, vacillavam as instituições; por toda a parte motins, desordens e movimentos revolucionarios. A anarchia, provocada por audaciosos e intrigantes, ameaçava a propria integridade do nosso vasto territorio. A comarca do Rio Negro sublevada, o Pará rebellado, bem como o Ceará, Pernambuco, Alagôas, a Bahia, patenteando nesses tempos o mais desolador aspecto.

Aqui, no Rio de Janeiro, não foram menos temerosos os movimentos oriundos do odio e das paixões mesquinhas. Em tempo, porém, foram reprimidos.

Na parte Sul do Brasil revoltou-se a provincia do Rio Grande. Foi proclamada a Republica de Piratinim; a guerra civil, chamada dos *Farrapos*, só terminou em 1845, graças á intervenção do invicto cabo de guerra, mais tarde duque de Caxias.

A primeira phase desses nove annos foi, principalmente, o tempo das rusgas, dos fecha-fechas, da guerra aos papeletas. Não havia socêgo nem tranquillidade. Ao som das matracas acudiam os guardas nacionaes para fazer frente a disturbios de toda a ordem. Boatos alarmantes circulavam sem cessar, compellindo as familias ao abandono dos centros povoados para se refugiarem longe do bulicio dos amotinadores. Por sua vez os capoeiras, cedendo aos máos instinctos, assassinavam a torto e a direito, visando, com especialidade, os Portuguezes natos e até os adoptivos, que haviam abraçado a nossa independencia. Pullulavam os crimes e, para reprimi-los, os governantes não encontravam nas leis os indispensaveis meios coercitivos. Muitos discursos, muitos pareceres, mas nada de práctico para pôr um dique á gangrêna moral que avassallava o Brasil.

Quem se não recorda, por exemplo, das proezas do famigerado Pedro Hispanhol e da horda de cannibaes, auctores da celebre tragedia da *Ilha da Caqueirada* e os da escuna *Sancta Clara*? Para escarmento de tanta maldade a forca permanecia

armada no Largo do Capim, hoje Praça General Osorio, só se estragando com o tempo, até que Aureliano a mandou retirar dalli, pois servia apenas de brinquedo aos desoccupados.

Os governos regenciaes, como já disse, não dispunham de meios para oppôr-se a tantos e tão multiplicados desatinos. Ante as exigencias dos representantes do poder executivo, o legislativo cruzava os braços, empenhando-se em discussões estereis, indo ao ponto de negar as providencias reclamadas pelos ministros da justiça!

Excluam-se do periodo regencial as trez figuras magnas de Evaristo, Feijó e Vasconcellos, secundados por mais alguns patriotas sinceros, e quem sabe si esses nove annos de govêrno democratico não seriam de esterilidade numa quadra afflictiva!

Os homens politicos, absorvidos pelo jogo de interesses partidarios, apresentavam-se divididos, procurando corromper e dando em resultado a maior desorganização. Amigos de vespera tornavam-se inimigos irreconciliaveis. Sectarios de idéas inteiramente oppostas ligavam-se no dia seguinte, constituindo uma reunião hybrida e, por isso mesmo, instavel.

Como si não fossem sufficientes tantos elementos perturbadores da tranquillidade publica, um boato horrivel circulou, levando o terror ao seio das familias; quero referir-me á *Sociedade Gregòriana*, fundada, ao que dizem, para o assassinato das pessoas brancas. Verdadeiras *Vesperas Sicilianas*, seriam a imitação do que se passara annos antes na Republica de S. Domingos.

O chirurgião formado Joaquim José da Silva denunciou o dr. Joaquim Candido Soares de Meirelles como auctor de tanta covardia e malvadez. Meirelles defendeu-se publicando pequeno opusculo (1831). Retrucou-lhe Silva. Por sua vez Meirelles, auxiliado por seu cunhado, o chirurgião Jacintho Reis, triplicou. Felizmente tudo se limitou a esta controversia e de tal sociedade nunca mais se fallou, salvo em ligeiras referencias, publicadas nos jornaes da opposição.

Li algures que um escriptor corcunda asseverava serem as anomalias do tempo devidas á presença, em nosso firmamento, de alguns cometas. Mello Moraes pae em um dos seus numerosos trabalhos escreveu: « Em 1832 appareceu um desses astros

errantes. Caminhava tão rapidamente, que por pouco não levava ante si o nosso pobre planeta. »

Por outro lado, o velho da *visão de Itajurú* prophetizava calamidades de toda sorte, como a erupção de um Vesuvio. A publicação desse opusculo causou sensação e foi o thema obrigado de todas as conversas e mesmo das cogitações dos politicos da Regencia. Felizmente nem todas as catastrophes anunciadas tiveram realidade. Antes assim.

«O *7 de Abril*, escrevia em 1860 Theophilo Ottoni, foi uma verdadeira *journeé de dupes*. Projectado por homens de idéas liberaes muito adeantadas, jurado sôbre o sangue dos Canecas e dos Ratclifs, o movimento tinha por fim o estabelecimento do govêrno do povo por si mesmo, na significação mais lata da palavra. Vi com pezar apoderarem-se os moderados do leme da revolução, elles que só na ultima hora tinham appellado comnosco para o juizo de Deus».

Com effeito, logo após o dia da revolução trez partidos se formaram: os adeptos do primeiro imperador, Caramurús, que desapprovavam o golpe revolucionario; os exaltados ou mais tarde Farroupilhas e Jurujubas, dos quaes falla Ottoni, e os moderados ou Chimangos. Estes ficaram á testa do govêrno e anteriormente faziam opposição aos governos de d. Pedro, pois só desejavam a execução fiel da Constituição de 1824.

No intuito de salvar os principios estatuidos, buscavam conservar a monarchia representativa e, com ella, as liberdades publicas de accôrdo com a ordem e progresso.

Evaristo da Veiga, nos dias seguintes aos da revolução, prégava o exquecimento do passado, paz e tranquillidade.

Foi importantissima a obra desse partido. que muito e melhor serviria, si não fossem as intrigas, odios e paixões de seus antagonistas, baldados em suas esperanças.

Que o Brasil não estava preparado para adoptar as ideas ultra-liberaes, nem os principios puramente democraticos, provam-no os factos desse verdadeiro ensaio do periodo regencial.

Passando rapidamente dos tempos coloniaes para a independencia, de pouco serviram os nove annos do govêrno do primeiro imperador. Attendendo á camarilha que o cercava, d.

Pedro foi-se tornando cada vez mais impopular. Exquecera-se do seu papel de monarcha constitucional para lembrar-se de seus antecessores portuguezes, em cujas veias circulava sangue differente do do povo que o havia acclamado.

Vasto territorio, de população atrazada e disseminada, faltando-lhe meios de communicação, em boa hora comprehendeu o partido moderado não estarem os Brazileiros aptos para gozar das vantagens de liberdade exaggerada. E a anarchia que rebentou em varios pontos do paiz demonstrou-o á saciedade.

Reunir em uma aggremiação poderosa todos os bem intencionados, fundar um partido compacto de defensores da liberdade e da independencia, com agentes em todas as provincias — tal foi o escopo de Evaristo, chefe do partido moderado, o *livreiro*, como pejorativamente o chamou João Loureiro, em uma das cartas escriptas ao conselheiro Costa e Sá, e cujas cópias foram ha pouco offerecidas ao Instituto Historico, por intermedio do secretario perpetuo, pelo integro deputado federal e illustre consocio sr. dr. Homero Baptista.

Esse *livreiro*, porém, contentou-se com o ser apenas deputado! E elle, que poderia ter sido tudo, com a mais nobre abnegação, raramente imitada, tornou-se pela *Aurora Fluminense* o supremo invencivel director da opinião publica. «Houve no seu tempo, diz Francisco Octaviano, characteres tão energicos como o de Evaristo, intelligencias, talvez, superiores á delle, dedicações do mesmo quilate, mas ninguem foi tão constantemente sereno, ninguem se preparou para os acontecimentos, nem os acolheu, nem os encaminhou com mais previsão do que esse cidadão, cuja divisa ainda hoje bem pode ser a de todo patriota.» «*Uma patria respeitada não tanto pela grandeza do seu territorio como pela união de seus filhos; não tanto pelas leis escriptas como pela convicção da honestidade; não tanto pelas instituições deste ou daquelle molde, como pela prova real de que essas instituições favorecem ou, quando menos, não contrariam a liberdade e o desenvolvimento da Nação* ».

Bem é de vêr: a lucta partidaria accendeu-se logo entre as trez grandes facções: — Caramurús ou Retrogrados, Jurujubas ou Farroupilhas (os exaggerados), e os Chimangos ou Moderados.

Eleita a regencia provisoria, (Carneiro de Campos, Vergueiro

e Lima e Silva), mezes depois foi constituida a Regencia permanente, composta, como se sabe, de Lima e Silva, Costa Carvalho e Braulio Muniz. Dos doze Ministerios nomeados pelos Regentes destacou-se notavelmente o de que fizeram parte o padre Diogo Antonio Feijó e Bernardo Pereira de Vasconcellos.

Para acceitação de tão espinhoso cargo, Feijó impoz condições que foram satisfeitas.

Tenho á vista o programma, ou como hoje se diz, a plataforma com que esse ministerio se apresentou á Nação, documento tambem offerecido, em cópia, pelo distincto parlamentar, cujo nome ha pouco citei.

Energico, dotado de inquebrantavel vontade, não temendo as difficuldades, Feijó suffocou as sedições da tropa, dissolveu-a, creando as *Guardas Nacionaes* em substituição ás antigas milicias e as Guardas Municipaes Permanentes. Fez frente aos rebeldes da Ilha das Cobras, aos amotinados do theatro S. Pedro, então Constitucional Fluminense, e aos revolucionarios de 3 de Abril de 1832, capitaneados pelo exaltado Miguel de Frias e tambem aos Caramurús, batidos e derrotados em 17 de Abril daquelle anno.

Accusado na Camara de haver practicado arbitrariedades, Feijó defendeu-se com energia e acrimonia. Interrogado, em aparte por um deputado, sôbre os meios com que contava para fazer sustar as desordens, respondeu: — Com o auxilio de quatro mil guardas nacionaes, sempre promptos á primeira voz, e appellando para o patriotismo das patentes superiores do exercito, dos magistrados, dos funccionarios publicos e até do clero, formando um corpo vigilante contra os insubordinados.»

E de tal companhia fez parte o bispo do Rio de Janeiro, o qual, segundo dizem, até montou guarda á porta de uma das nossas repartições publicas!

Como chefe dos Caramurús, que tinha quartel no Paço da Boa Vista, era indigitado José Bonifacio.

Inimigo dos Andradas e aproveitando-se dos sucessos de 17 de Abril, em que tão ridicula figura fez o famoso barão de Bulow, Feijó pretendeu arrancar de José Bonifacio a tutoria dos filhos de d. Pedro I, confiada, na hora dos desenganos, ao banido de 1823.

Passou o projecto na Camara dos Deputados; no Senado, porém, caïu por um voto. Feijó, sempre irascivel e odiento, pedio a demissão de ministro, continuando, entretanto, a ser alvo dos insultos e improperios dos adversarios.

O que Feijó não conseguiu em 32, obteve o govêrno em 33, após os tristes successos de Dezembro. Transcrevo aqui um documento egualmente offerecido ao Instituto Historico pelo sr. dr. Homero Baptista, em autographo.

Ill.mo e Ex.mo Sr. Tendo de responder ao officio de V. Ex., que acompanhava o Decreto da Regencia de 14 do corrente, digo que não reconheço na mesma o direito de suspender-me do exercicio de Tutor de Sua Magestade o Imperador e de Suas Augustas Irmãs. Cederei á força, pois que a não tenho; mas estou capacitado que nisto obro conforme a lei e a razão; pois que nunca cedi a injustiças e a despotismos, ha longo tempo premeditados, e ultimamente executados para vergonha deste Imperio. Os Juizes de Paz fizeram tudo para me commoverem; porém a tudo resisti, e torno a dizer que só cederei á força. Deus guarde a V. Ex. Paço da Boa Vista, 15 de Dezembro de 1833. Ill.mo e Ex.mo Sr. Antonio Pinto Chichorro da Gama. *Dr. José Bonifacio de Andrada e Silva.* »

José Bonifacio foi preso, desterrado para a Ilha de Paquetá e sendo chamado ao jury não compareceu, tendo por advogado o conselheiro Japiassú, que lhe conseguiu absolvição unanime.

Tambem mais tarde Feijó — segredos da politica — fez pazes com os Andradas e alliado a Antonio Carlos e a Martim Francisco alistou-se no partido liberal, em opposição a Bernardo de Vasconcellos.

Muito se tem escripto sôbre o chamado golpe de estado de 30 de Julho de 1832.

Reunidos na casa do padre José Custodio, na Chacara da Floresta, os politicos influentes deviam assentar no seguinte: a Regencia pediria demissão, bem como o ministerio, a Câmara dos Deputados se converteria em convenção nacional e decretaria as leis necessarias e urgentes. Tudo ficára combinado de vespera; alguns dos iniciados, porém, recuaram e a medida revolucionaria fracassou. O ministerio e a Regencia conservaram-se em seus

postos, organizando-se depois o ministerio dos quarenta dias, de que fizeram parte Hollanda Cavalcanti, Araujo Lima e Bento Barroso Pereira. Nada obteve da Câmara, retirando-se a 13 de Septembro.

Evaristo, contrario ao golpe de estado, cedeu á maioria, e quando os adversarios o accusaram, nas paginas da *Aurora Fluminense* deu explicações anodynas, appellando para o futuro. Arrependido talvez, calou-se, e nunca mais, salvo êrro, tractou do assumpto. Tambem não se soube o que saïria da tal convenção: salvar-se-hia o Brasil ou a pedra, no dizer de Evaristo, caïda da montanha continuaria a rolar-se?

Em 1832 o redactor da *Aurora Fluminense* escapou de um attentado á sua vida. Pois bem, os opposicionistas não trepidaram em assoalhar que tudo aquillo fôra simples comedia, levada a effeito pelos amigos de Evaristo, com a annuencia deste, para o fazer passar por victima de odios politicos.

Em Septembro de 1834 fallecia em Lisboa o ex-primeiro imperador. Pouco antes passara nas Câmaras a chamada lei do Acto addicional, em que foram estabelecidas a quasi autonomia das Provincias e outras medidas de character democratico, ficando resolvido que o poder executivo seria exercido por um só regente. Cercearam, porém, os legisladores as attribuições deste primeiro magistrado da nação, pois não poderia elle dissolver a Câmara, sendo-lhe apenas permittido por exemplo, adiar as sessões.

Eleito o padre Antonio Feijó, acceitou, por suggestão de Evaristo, o cargo. Era tempo de dar unidade ao govêrno; Braulio Muniz havia fallecido e o outro regente, Costa Carvalho, se retirára para S. Paulo, de sorte que toda a responsabilidade da situação pezava sôbre o general Lima e Silva.

Tremenda opposição soffreu o regente Feijó, collocando-se Vasconcellos á frente dos adversarios e declarando, no seu jornal *O Sete de Abril*, guerra de morte ao antigo correligionario e amigo, bem como a todos os ministros.

Ao regente imputava-se cumplicidade com os rebeldes do Rio Grande. Dos ministros do gabinete de 16 de Maio de 1837, composto de Alves Branco, Costa Pereira e Montezuma, foi este

o alvo predilecto dos motejos e satyras do redactor do *O Sete de Abril*. Do ministro da marinha — Tristão Pio dos Santos — mudara a opposição o nome para o de *Alegrão Impio dos Diabos*.

A 12 de Maio de 1837 fallecia Evaristo, a cujos conselhos por ultimo Feijó não attendia, sempre caprichoso e surdo ás conveniencias da politica, não ligando importancia alguma á Câmara, em cujo seio crescia o numero dos adversarios. Vem de molde citar a sua ultima *Falla do Throno* em 31 de Outubro de 1836: « Augustos e Dignissimos Senhores representantes da Nação. Seis mezes de sessão não bastaram para descobrir remedios adequados aos males publicos: oxalá que na futura sessão o patriotismo e sabedoria da Assembléa Geral possa satisfazer ás urgentissimas necessidades do Estado. Está fechada a sessão. »

Consultados os amigos, e antes que estes decidissem qualquer cousa, Feijó abandonou o cargo em 13 de Septembro de 37, chamando para o mesmo Pedro de Araujo Lima, em quem via a possibilidade de ser um *bom rei constitucional*.

Iam occupar o govêrno os adeptos de Bernardo de Vasconcellos. Desde 1834 prégava este grande homem de estado a necessidade de um novo partido, eminentemente monarchico, symbolo do justo meio, pensamento da verdadeira moderação e ancora da salvação do estado.

Á nova agremiação politica deu Vasconcellos o nome de Partido do Regresso. Inestimaveis e inexqueciveis os serviços prestados por Vasconcellos no ministerio de 19 de Septembro de 1837, constituido de homens como Bernardo de Vasconcellos, Maciel Monteiro, Miguel Calmon, Rodrigues Torres e Rego Barros. Infelizmente uma dissidencia com o regente, por motivo eleitoral, obrigou Vasconcellos a exonerar-se do posto de honra, com tanto brilho e proveito occupado. Afastou-se elle da politica, só reapparecendo mais tarde, quando Araujo Lima o chamou para fazer frente aos promotores da maioridade.

Depois de differentes phases, por que passou a idéa e das quaes tractam largamente os trabalhos de Araripe, Moreira de Azevedo, Ottoni, Justiniano José da Rocha, Salles Torres Homem, Felix Pacheco, Barão do Rio Branco, Joaquim Nabuco, João Baptista de Moraes, Homem de Mello e outros, subiu ao throno

d. Pedro II, discriminando-se os dous partidos, liberal e conservador, que durante o segundo reinado (1840-1889) revezaram-se, embora sempre em lucta, na culminancia do poder, contribuindo com patriotismo e honestidade para o progresso e engrandecimento do paiz.

Darei agora pallida idéa da imprensa opposicionista. Como se deixa ver, os jornaes daquelle tempo foram a valvula, de onde partiram offensas e calumnias contra os governantes. A linguagem caustica e desabrida de alguns artigos ainda hoje provoca verdadeiras nauseas.

Com a vida pagou um desses foliculários a audacia de invadir o lar das familias. Não tendo sido poupado o do regente Lima e Silva, seu filho, brioso militar de dezoito annos, Carlos Miguel de Lima e Silva, jurou tomar prompto desforço. Encontrando-se no Largo da Carioca com o redactor do *Brasil Afflicto* perguntou-lhe si era elle o auctor da verrina e, ante a affirmativa, Carlos Miguel tirou da espada e de um só golpe fendeu mortalmente o craneo do imprudente redactor Carlos de Oliveira.

Na cópa do seu chapeu foram encontrados varios numeros da folha, indicando isso que Oliveira se propunha a distribui-los.

Eis uma proclamação publicada no *Esbarra*, jornaleco só excedido pelo *Fado dos Chimangos*, que pôz remate a tudo quanto a ousadia, a imprudencia e a torpeza dos escriptores anarchicos havia imaginado: — « Com effeito o sanguinario govêrno da regencia, composto dos mais abjectos dragões, desafia cada vez mais contra si a execração do povo, que pasmado admira a audacia e insolencia com que elle o acommette! Não é possivel encontrar-se um composto tal de malvadeza e bestialidade. Mais estupidos e selvagens e mais ferozes que tigres, os nossos capoeiras governamentaes só attendem ás suas particulares paixões e a uma incomprehensivel cubiça! Orgãos e escravos da ladra facção chimanga, a vontade desta é a primeira das leis, embora se comprometta a Nação e se percam o repouso e prosperidade publicos. » E, continua, « os Regentes são malvados, sanguinocratas, affeiçoados aos crimes e roubos. Monstros que tanto têm abusado da paciencia do povo. » Conclue: « Porém nosso coração palpita de jubilo com a lembrança de que breve está o termo de

nossas amarguras: o raio da vingança nacional breve vibrará sobre os salteadores, piratas, alcoviteiros, pelintras, sevandijas, bandalhos e estupidos, embusteiros, petulantes, incestuosos e malcreados camellos. Nenhum Chimango, ainda o mais desprezivel, deixará de ser castigado como merece; não haverá a minima contemplação com os renegados, descarados, sem vergonha, adoptivos patifes e necios que até contra os seus conterraneos conspiram, etc.

Da mesma linguagem usavam mais ou menos a *Nova Luz*, o *Escalado*, o *Jurujuba*, a *Torre de Babel*, o *Filho da Terra* e tantos outros, verdadeiros pasquins de opposição, só com o intuito de excitar a opinião publica e levar o panico ao interior das familias.

Em 12 de Dezembro de 1833 foi accusado o periodico *Lafuente* por ter propagado injurias contra o regente; o mesmo aconteceu ao *Verdadeiro Caramurú* por offensas á moral publica. Pois bem, como responsavel appareceu certo servente de botica de nome Estanisláo Teixeira da Motta, que foi entre nós o primeiro *testa de ferro*. Soffreu a condemnação na fórma da lei. Da typographia do *Diario do Rio* (Diario da Manteiga, como o alcunhavam) saïam impressas em avulso todas as verrinas, correspondencias particulares, e pasquins que se pregavam nos logares publicos.

Em favor do govêrno respondiam com energia o *Tempo*, o *Independente*, o *Grito da Patria*, a *Verdade*, o *Brasileiro*, o *O Sete de Abril* (a principio) e principalmente a *Aurora Fluminense*, que só deixou de ser publicada em 1835.

De dous dos iracundos pamphletarios fez a psychologia Evaristo Ferreira da Veiga, e suas palavras deram a impressão mais nitida do caso: «Tiradas poucas excepções o jornalismo caramuruano do Rio de Janeiro, cuja variedade de titulos póde ao longe fazer algum ruido, divide-se em jornaes «Queiroz» e em jornaes «David»; são os srs. João Baptista de Queiroz ex-redactor da *Matraca* e do *Jurujuba dos Farropilhas*, e David da Fonseca Pinto ex-redactor do *Poraquê* e do *Verdadeiro Patriota*, os quaes inundam a cidade com periodicos, que de ordinario não passam do quarto numero. Estes dous paladinos da retrogradação, ambos empregados por d. Pedro I e demitidos depois da revolução, ambos egualmente notaveis pela immoralidade da sua conducta,

pelas acções vergonhosas com que se têm feito conhecidos na sociedade são, contudo, distinctos um do outro como escriptores, por qualidades que denunciam á primeira vista as suas producções e que as differenciam: *A Lima Surda*, o *O Pai José*, a *A Babosa*, o *Restaurador*, o *O Tamoio Constitucional* e parte do *O Caôlho* e do *O Permanente* são o lote do sr. Queiroz; pezam sôbre os hombros do sr. David: o *Adoptivo*, o *Papeleta*, o *Brasileiro*, o *Pardo*, o *Andradista*, o *Lafuente* e parte do *Bemtevi*, da *Loja do Belchior* e do *Esbarra*. O primeiro affecta a finura, profundidade e estylo mysterioso, procura com desvello analogias reconditas e falsas e quer parecer philosopho e pensador á maneira dos cynicos mais depravados. O segundo tem fumos de litterato, pilha Felinto Elysio e mais alguns quinhentistas para ter o ar de purista em linguagem e é sempre declamador e pedante. O primeiro não contente da immundicie que encontra na superficie da terra, vai cava-la no fundo e com esforço. O segundo cententa-se com o que acha á superficie para enfeitar os seus immundos escriptos. O primeiro prégando a restauração e facilitando-lhe os caminhos, a cada passo manifesta que zomba com papelões aristocratas, a quem a está fazendo e cujos interesses defende por um calculo de perversidade. O segundo aspira a ser popular e adular a multidão e não póde disfarçar a aversão, o antigo odio que vota aos Brasileiros e a sua sympathia exclusiva por tudo que é do outro mundo. O primeiro encara a restauração como um meio de chegar á anarchia eusanguentada, ao regimen do terror, á dominação dos demagogos ferozes. O segundo olha a anarchia como o caminho que vai ter á restauração e á tyrannia imperial. O primeiro alheia o prazer barbaro de decapitar victimas no tribunal revolucionario e de sacrificar á sua inveja e raiva negra todas as notabilidades sociaes, adulando para esse fim as paixões da populaça. O segundo conta enviar á forca e ás galés os amigos da liberdade brasileira, gosando o favor do principe, em cujo serviço se tem arrastado tanto. »

Foi com profusão cultivado o genero satyrico, e os poetastros do tempo faziam circular pelo povo quadrinhas, decoradas e cantadas. Por exemplo, contra os Andradas;

«Chamam servis os Andradas,
É calumnia, é falso, é peta.
São liberaes a matar,
E que diga a Malagueta».

Móte (dado pel'*O Sete de Abril* de 1833):

«Na têta do desengano
Muita gente está mamando.
Mamam gigantes Andradas,
Caramurús vão chuxando».

Glóza:

«A mesa dos engeitados,
Agora ficou mamada.
Pobre gente malfadada,
Todos oito regeitados
Quem serão os deputados?
Nem o Chico mexicano,
Nem Martim, nem seu mano,
Nem Gustavo, nem Japy,
Deixam de chuxar aqui
Na têta dos desenganos.

Ah! vergonha dos gigantes!
Oh! malditos moderados!
Andradas assim deixados,
Quaes pirronicos gigantes
Ou cançados Rossinantes?
Pobre Rio miserando,
Eu já vou augurando
Bernardas, rusgas, patadas,
Porque junto com os Andradas
Muita gente está mamando.

Quaes rafados tubarões
Cahiram todos na pêta,
Agora mamam na têta
Dos Matracas e dos Girões.
Por isso taes papelões
Merecem mil pateadas,
Uma grosa de lambadas
Com xarope de babosa,
Pois com gente bem tinhosa
Mamam gigantes Andradas.

Pedroso mamou na têta,
O Getulio na babosa,
Mas é cousa pouco airosa
Os Menezes tem gurgeta
Lá no fundo da gaveta.
Gama o dedo vae chupando,
Vae Almeida resignando,
Menezes perdeu o tino,
Castro Alves tocou sino,
Caramurús vão chuxando ».

Contra Bernardo de Vasconcellos :

«De bronca loquacidade
É Bernardo sem questão
Dizedor de Bernardices,
Impondo-se de sabichão ! »

Retirado do poder, não deixou Feijó de continuar a ser alvo de seus muitos inimigos. Da lavra do Pinheiro (*Petisca*) appareceu um poemeto — *O Pesadelo*. Nesses versos, aliás feitos com certa habilidade, são postos pela rua da amargura o ex-regente, Montezuma, o conego Januario, Pantoja e outros.

Por sua vez Januario não deixava de pôr em relevo os erros de Vasconcellos. E quem lê a *Mutuca Picante* admira-se de que esse sacerdote se servisse do ridiculo para combater os adversarios.

Estavam em moda as cartas politicas e os dialogos em tom de conversa sôbre os acontecimentos. Citaremos os mais curiosos de taes escriptos, dentre os quaes se destacam a celebre *Visão de Itajurú. Carta politica de Brasilicus acerca dos Successsos occorridos no Brasil, de 7 de Abril até o anno de 1834. Ultima confissão* (sic) *do ex-Imperador á nação Brasileira — Cartas patrioticas offerecidas aos cidadãos Brasileiros em defesa do governo representativo*, etc. São 12 cartas contra o projecto de lei, em 13 de Outubro de 1831 — Ao respeitavel publico — O Cortesão e o Homem de Aldeia — Dialogo entre dous cidadãos do Reino de Zilbra—Discussão interessante sobre a Federação entre o Sr. Tiburcio, que quer ser Deputado, e o Sr. Prudencio Fazendeiro — Lamentação Patriotica do Dr. da Roça, seguida de um interessante dialogo entre o mesmo Doutor e um condiscipulo — Desengano ao publico ou

Exposição da Minha Arbitraria Prisão na Provincia da Bahia, 1831, por Cypriano José Barata de Almeida — Dialogo entre um Liberal e um Corcunda, ou Excellencias do Governo Constitucional Representativo, 1831 — Aviso aos Honrados Patriotas Guardas Nacionaes e ao Bom Povo desta Cidade, 1833 (assignados) *Gançõs do Capitolio* — O Genio do Brasil mostrando em Scenas Interessantes o Espelho da Verdade para o Desengano dos Homens, 1831.

Cumpre não exquecer a Carta Posthuma de D. Pedro, Duque de Bragança, aos Brasileiros, remettida pelo Doutor T... (1835).

Este documento attribuido ao ex-imperador um dia antes de sua morte, causou grande sensação. É positivamente apocrypho, conforme declarou mais tarde o dr. Tavares, (vulgo *dr. Canudo*) facultativo que assistiu aos ultimos momentos de d. Pedro, representados numa estampa que a revista *A Renascença*, quando dirigida pelo sr. Max Fleiuss, inseriu com um artigo deste.

Disse Tavares que na madrugada de 26 de Septembro de 1834, data que se attribue á carta imperial, já o duque de Bragança «havia perdido a falla e não conservava, ostensivamente ao menos, o pleno e seguido uso da sua alta intelligencia.»

Não póde tambem ser exquecida a célebre carta ou exposição de Bernardo de Vasconcellos, em que este estadista deu as razões por que a convite do regente Lima acceitou o cargo de ministro do Imperio em 22 de Julho de 1840.

O exercicio deste cargo durou apenas 9 horas, reputadas por Vasconcellos como as mais honrosas de toda a sua vida publica.

Vehementes discussões houve entre politicos em destaque no tempo da Regencia: dentre ellas citarei as de Evaristo da Veiga com o visconde de Cayrú, acerca dos versos do Hymno da Independencia; as de Antonio Carlos e Evaristo; a de Martim Francisco e Vasconcellos, de Honorio Hermeto e Aureliano Coutinho.

A nova phase politica em que entrou o Brasil depois de 7 de Abril, caracterizada por verdadeira ebulição, devia trazer grandes embaraços aos novos governantes. Ficou abalado, como era de esperar, o credito publico.

A situação financeira devia ser melindrosa, tendo á vista

os *deficits* dos exercicios anteriores: houve logo decrescimento das rendas e depreciação do credito publico. A Alfandega do Rio teve em 31 a diminuição de quasi quatro milhões de suas rendas. As apolices foram cotadas a quarenta e cinco. Já no anno antecedente não havia sido paga á Inglaterra a annuidade do emprestimo brasileiro. Desde 1828 fôra suspenso o pagamento da divida portugueza, havendo se accumulado em quatro annos a somma de 400 mil libras esterlinas. Na brilhante e erudita conferencia sôbre os *Financistas Brasileiros* lida na Bibliotheca Nacional em 22 de Dezembro, o sr. senador Leopoldo de Bulhões fez um admiravel resumo das medidas financeiras postas em práctica pelo govêrno da Regencia para dominar as crises. São do illustre parlamentar, e por duas vezes ministro da Fazenda, as seguintes palavras: «Encerra-se em 1840 o cyclo do govêrno regencial, que embora atormentado pelas dissenções politicas e sedições militares poude legar o restabelecimento da ordem, a prohibição do trafico dos negros, a carta de alforria das provincias com o Acto Addicional e a eliminação do cobre. O movimento do commercio internacional, que nos primeiros annos da regencia foi de 69 mil contos, em 1840 elevava-se a 95 mil, e as rendas, de 10 mil contos tinham subido a 15 mil contos, contribuindo para ellas a importação com cêrca de 9 mil contos e a exportação com quasi 4 mil.»

Tanto basta para justificar o procedimento patriotico dos governantes regenciaes, patriotismo que, na phrase de Joaquim Nabuco, era inspirado por alguma cousa do sopro puritano. «Os homens tinham nesse tempo outro character, accrescenta Nabuco, outra solidez, outra tempera; os principios conservavam-se em toda a sua fé e pureza; os ligamentos moraes que seguram e apertam a communhão estavam ainda fortes e intactos, e por isso a pezar do desgoverno, mesmo por causa do desgoverno, a regencia apparece como uma grande épocha nacional animada.»

Desfilam agora ante a nossa imaginação, além dos já citados, os vultos venerandos de Silva Lisbôa, Fernandes Pinheiro, Villela Barbosa, Caldeira Brandt, Alves Branco, Paula e Sousa, Calmon, José Clemente, Costa Carvalho, Vergueiro, Alvares Machado e tantos outros, todos de probidade incontestavel,

todos patriotas. Muitos delles figuram na tela de Porto Alegre, existente nesta sala, verdadeira joia do Instituto, conseguida pela intervenção do secretario perpetuo.

Evaristo, Alves Branco e Feijó pobres morreram. O enterro da ex-regente Lima e Silva foi feito ás expensas da Irmandade da Cruz dos Militares!

Trecho da nossa historia, que apresenta tantas virtudes dignas de imitação, certo não foi periodo esteril.

O Brasil civilizava-se, diffundia-se a instrucção primaria e secundaria.

Foi nessa épocha creado o Collegio Pedro II. Reformou-se a Academia de Bellas Artes, tiveram notavel incremento a Sociedade de Medicina, a Auxiliadora da Industria Nacional.

Em 1838 fundava-se o Instituto Historico e Geographico Brasileiro, cuja vida de 75 annos tem sido gloriosa e proficuamente vivida.

Renasceram as sciencias, as artes, a litteratura. Magalhães, Porto Alegre, Torres Homem, José Maria do Amaral, Justiniano da Rocha, Odorico, Mont'Alverne, Januario, Francisco Manuel e João Caetano são os verdadeiros expoentes desses tempos de rejuvenescimento.

A cidade, capital do imperio, crescia em população. Em 1834 houve necessidade da creação de mais uma freguezia — a da Gloria.

Graças ao estabelecimento da Companhia Nitherohy-Inhomirim, já se podia commodamente ir á cidade fronteira, elevada em 1835 a capital de provincia, sem serem necessarias as faluas que levavam na travessia duas e tres horas, conforme estivesse ou não o mar favoravel.

Data da Regencia a primeira concessão para uma estrada de ferro.

O carro de boi, as rêdes e as cadeirinhas cediam o passo ás gondolas-omnibus e, depois, ás diligencias. As traquitanas, as banguias e as desengoçadas sêges eram substituidas por vehiculos mais commodos e decentes.

A vida do povo era simples e patriarchal, e os laços de

familia mais estreitos e sinceros. Conservavam-se as sagradas tradições. Davam cunho especial á sociedade.

Depois das missas em S. José, Carmo e Candelaria, o burguez abastado ia visitar os parentes. Na frente caminhavam os filhos de menor edade, seguiam-se as mocinhas e no couce do pequeno prestito o chefe, dando o braço á sua dona.

A ganga amarella e azul estavam em moda. Começou o uso dos chapéos de copa alta, com o competente tópe nacional. Baniram-se em pouco os calções. Os ultimos a delles usar foram o Balbino, fiscal ou cousa que o valha de S. José, e o escrivão José Gomes da Silva.

Quem não tivesse quatro casacas : uma preta para actos de ceremonia, outra verde com botões amarellos, outra azul e mais outra côr de rapé era considerado pobretão. O conego Januario tornou-se notavel pelo apreço que dava á côr de rapé.

Nas senhoras eram constantes os vestidos de cintura alta, sapatinhos rasos, ligados ás pernas por fitas pretas, vestidos e saias curtas. Crivos, rendas e bicos de Sinha-Anninha, os penteados de dias solennes de procissão davam que fazer aos cabelleireiros. Dentre elles teve fama o Cassemaju. E fazer bugres nos penteados não era cousa facil! Nos bailes dançavam-se o miudinho, o muquirão, o minuete afandangado, o solo inglez e as contradanças ou quadrilhas. As classes baixas preferiam o corta-jaca, o cateretê, etc. O S. Pedro de Alcantara, o S. Januario, o S. Francisco eram muito frequentados. O povo miudo preferia, porém, as paradas, os fogos de artificio, o jogo da bola, as brigas de gallo e os leilões ás portas das egrejas. Por causa das rusgas e fecha-fechas, o bispo ordenou que as festividades religiosas terminassem antes do sol posto.

A procissão dos Passos deixou de fazer estações nos oratorios collocados em certas ruas, o ultimo dos quaes chegou até nossos dias na rua Visconde de Inhaúma. A imagem devia entrar em sete egrejas para evitar tumultos nos assistentes.

Continuavam a ser concorridas as procissões de S. Sebastião, de Cinzas, do Enterro e «Corpus Christi», não só da Cathedral como das freguezias.

Quem não tem saudades dos fogos do Espirito Sancto e

das celebres barracas do Campo de Sancta Anna, onde se celebrizou o Telles?!

O chá, café, cerveja, substituiram o classico e refrigente aluá.

O Francione, salvo o êrro, introduziu o uso do gêlo. E a primeira casa em que se tomou sorvete foi a de Aureliano.

Conta-se até que certo sujeito improvisado, a quem foi offerecido um sorvete, começou a soprar, pensando ser fumaça o que elle via do copo desprender-se.

O velho Carceler estabelecera a sua confeitaria á rua do Ouvidor e fazia concorrencia ás freiras da Ajuda, peritas nas empadinhas de camarão, nos pães de lot, nos bons bocados, nas viuvas, nos desmamados, esfoliados, pasteis de carne.

Na medicina usava-se e abusava-se dos vomitorios, ventosas seccas e sarjadas, sangrias e lavagens intestinaes, como se diz modernamente, conhecidas então pelo nome de *ajudas*.

Eram poucos os dentistas. Não haviam apparecido ainda os profissionaes americanos. Os barbeiros mulatos, creoulos e pretos da costa, exerciam a profissão que deu alcunha ao Tiradentes. Na minha infancia conheci um *cabra*, o Adão, residente na travessa do Guindaste. Tinha immensa clientela. Manejava com pericia o boticão e a chave Garangeot.

As moças tractavam as amigas por «minhas candongas», «minhas prisões», «meus feitiços», «meus ciumes» *et reliqua*.

Estava em moda o diccionario das flores. Por meio delle se correspondiam os namorados, e por intermedio das mucamas e dos moleques pernosticos faziam sentir ás queridas affectos de coração.

Formigavam ás portas das egrejas as velhas de mantilha, vulgo «baratas».

Nas praias de d. Manuel e na Prainha despejavam-se os «tigres». Nas ruas e praças eram lançados o lixo e outros detritos.

Entretanto, em 1842 Sigaud asseverava: «O Brasil é feliz. Não conhece a febre amarella, o cholera e a peste!»

Era crescido, porém, o numero dos elephantiacos, dos ery-

sipelosos e dos *boiotas*. Até um chafariz perto do morro de Sancto Antonio teve esta denominação!

Nos salões *smarts*, como hoje se diz, tinham cabimento e applauso as nossas plangentes modinhas.

Estavam em moda o *bitu'* — *quando as glorias que eu gosei* — *Arvoredo tu já viste* — *Si os meus suspiros pudessem*. E um depois notavel politico estreava-se, enviando á sua querida dolorida versalhada. Começava assim: «*Mandei um terno suspiro saber noticias de Armina*».

Apezar de severa repressão continuavam o selvatico entrudo e os Judas pregados nas arvores, criticando impiedosamente diversos individuos conhecidos e até membros da governação.

Esse abuso dava-se com frequencia entre os negociantes das ruas Direita e Rosario. Vingavam-se, sem muito espirito, dos seus desaffectos ou competidores.

Os homens de negocios saïam dos seus telonios sem chapéo e gravata. Deviam os caixeiros ignorar a direcção dos patrões. Iam tomar fresco no cáes edificado por Luiz de Vasconcellos e demolido em 1840, ou jogar dominó nos botequins e gamão á porta das boticas.

Havia abundancia de fructas: o cajú, as mangas, os ananazes, os cambucás de Mauá e as fructas do conde da ilha do Saravatá. Mau grado as ordens de Paulo Fernandes, viam-se aqui e alli casas com janellas de rotulas com ares de xadrez de policia.

E ahi temos em simples apanhado os aspectos do periodo regencial. Epocha tumultuaria, em que as paixões politicas tanto se accenderam, deixou ella o germem da democracia que havia de proliferar, dando-nos o reinado de d. Pedro II e evoluindo depois para a Republica.

Que me perdôem os êrros e lacunas os que me ouvirem e os que me lerem. A visão do passado instrue, encanta e muitas vezes consola.

O BANDEIRISMO NO BRASIL

(Subsidios para o estudo desse importante phenomeno da nossa evolução)

POR

BASILIO DE MAGALHÃES

Socio correspondente do Instituto

(Resumo das trez conferencias que realizou no Instituto Historico e Geographico Brasileiro, a 18 e 25 de Maio e 3 de Junho de 1914).

O sr. Basilio de Magalhães, nas trez conferencias que realizou no Instituto, expoz longamente o resultado dos estudos e pesquisas que fizera no Archivo Nacional sôbre o devassamento dos nossos sertões durante o periodo colonial, e de suas prelecções nos offereceu os resumos adeante insertos.

Como se verá, este trabalho mais se refere ao descobrimento das riquezas mineraes do Brasil do que á expansão territorial propriamente dicta, e escuda-se em documentos que exclarecem ou rectificam episodios notaveis da epopéia bandeiristica.

(Nota da direcção).

O BANDEIRISMO NO BRASIL

(Subsidios para o estudo desse importante phenomeno da nossa evolução)

I

A primeira conferencia versou sôbre :

A) *Cyclo das esmeraldas e cyclo da prata* ;
B) *O inicio do grande cyclo espontaneo do ouro* ;
C) *O primeiro manifesto official do ouro.*

Resumo da conferencia :

« Começa o orador explicando que, convencido, como Silvio Romero, de que — « sabemos mais e melhor da historia do antigo Egypto, depois dos grandes descobrimentos modernos, do que da historia do interior de nossa propria Patria » — não vacillou elle, filho da terra mineira e lente de um gymnasio paulista, em acceitar o honroso, mas difficil encargo official de vir pesquisar, nos archivos federaes, os elementos dilucidativos do phenomeno culminante de nossa evolução colonial : — a conquista e povoamento do sertão brasileiro, ou melhor, a triplicação da área do territorio nacional pelos bandeirantes.

Lamenta que a outros, melhor aquinhoados de talento e de capacidade, não fosse incumbida essa ardua missão, que interessa capitalmente á mais fulgida das nossas tradições. Deplora que os livros, onde até agora os estuda a nossa juventude intelligente, andem inçados de tantas erronias e de tantas lacunas, faceis,

entretanto, de expurgar e preencher. E pensa que o Instituto Historico, excelso guardião de nossos fastos, deve levar por deante a gloriosa tarefa de reavivar cada vez mais o culto do nosso passado, a exemplo do que se dá em todos os paizes progressivos do Orbe. Si elle muito ha feito em tal sentido, muito ainda é o que lhe resta fazer. Não é possivel que as raizes, de que ascende a seiva á floração da nossa nacionalidade, se aprofundem bem na consciencia dos nossos compatricios, lhes ministrem licções proveitosas e lhes mereçam a devida veneração, enquanto sôbre ellas pairar o vago das lendas, a infixidez das suas fibras fundamentaes. Ousa suggerir a reedição, convenientemente annotada e a *separata* em volumes destinados á vulgarização, de obras inestimaveis, cuja raridade constitue hoje serio obstaculo aos que se abalançam a estas investigações sôbre a remota infancia da nossa Patria. Em tal caso estão as *Memorias* de frei Gaspar da Madre de Deus, de monsenhor Pizarro, de Felicio dos Santos, assim como as producções de Pedro Taques, de Antonil, de Azevedo Marques e do conselheiro Silva Lisboa. E a essa magna faina deve junctar-se outra não menos importante, qual a da publicação dos preciosos documentos, existentes no Archivo e na Bibliothéca Nacionaes, sendo que os ha tambem, ainda ineditos, no proprio Instituto Historico.

As peças officiaes, que o orador pacientemente colligiu no Archivo Nacional, sôbre o bandeirismo no Brasil, deram-lhe, no periodo de 1664 a 1700, um volume de 518 grandes paginas dactylographadas, das quaes um terço de notas suas, e tem já em preparo um segundo tomo de egual tamanho, referente ás duas primeiras decades do seculo XVIII, não devendo ser menor o que vai desde a separação politica de Minas até 1750, data do tractado que, ratificando as conquistas dos Bandeirantes, delimitou as fronteiras actuaes da nossa Patria.

Não foi pequeno o trabalho, que lhe deu a rebusca de taes papeis, assim como a deletreação e confronto dos mesmos com as asserções dos chronistas, linhagistas e historiographos. Mas, longe ainda de ter alcançado a plena satisfacção do seu proposito, já se atreve, entanto, a affirmar que não se póde conhecer a historia do Brasil sem esse meticuloso e perseverante exfôrço.

É fructo de taes investigações o que vai expor, não com o intuito de fazer praça de uma erudição que não possue, mas com o simples e respeitoso desejo de submetter-se ao julgamento dos doutos membros deste illustre gremio e de vir collaborar com elles na interpresa civica de dilucidar e enaltecer as nossas venerandas tradições.

Dos dous factos maximos do nosso passado colonial, — a epopeia pernambucana, oriunda das invasões neerlandezas, e a epopeia paulista das bandeiras, oriunda das impulsões indomitas da raça, das condições do *habitat* e de circunstancias politicas,— a primeira está mais que estudada e exclarecida, ao passo que a segunda, mais longa, mais intensa, mais prenhe de resultados que não attingiram ás ultimas consequencias, está ainda em grande parte envolta em mantos de phantasia e em sombras de mysterio.

O certo é que os Portuguezes, menos de meio seculo após o apossamento da terra que lhes coubera na partilha de Tordesilhas, cogitaram de desvendar-lhe as ambicionadas opulencias mineraes. Mas todas as tentativas, realizadas com esse escopo, a influxo da Metropole ou dos seus prepostos aqui, mallograram-se por completo. Foi preciso que surgisse nos altiplanos de Piratininga o numeroso nucleo dos fortes Mamelucos, para que ao seu abraço viril se abrisse o virgem coração maravilhoso do Brasil.

Não é proposito do conferencista apreciar agora as causas, ethnicas, mesologicas e politicas, da intensa e extensa expansão, que teve alli o seu fóco de pujante e insopitavel actividade.

Desde a entrada de Pero Lobo, em 1531, nos campos do Iguassú, até á jornada de Agostinho Barbalho Bezerra, em 1664, no sertão do rio Doce, a acção da Metropole se produzira em pura perda, e bem applicavel se tornára aos Lusos a phrase de frei Vicente do Salvador, de que elles se contentavam com andar arranhando as terras ao longo do mar, como caranguejos... Contudo, naquelle espaço de tempo os Mamelucos paulistas já haviam conquistado as provincias jesuiticas de Guairá e dos Tapes, preando-lhes os selvicolas, já haviam iniciado o povoamento do Paraná e de Sancta-Catharina, já haviam penetrado no Rio

Grande do Sul, e aprestavam-se para o total devassamento do *Hinterland* e do *farwest* brasileiros.

Ha, pois, um cyclo official, que é o acima demarcado, e um cyclo espontaneo, que coincide chronologicamente com o outro, mas o excede de muito na marcha ascencional, separando-se em cyclo da caça ao Indio e cyclo da caça ás riquezas mineraes. Este, por sua vez, comprehende o cyclo das esmeraldas, o cyclo do ouro, subdividindo-se este ultimo em cyclo do ouro de lavagem e cyclo do ouro de minas (ouro de fundição, ouro de betas e veieiros).

a) *Cyclo das esmeraldas e cyclo da prata* — Diz o orador, fundando-se no « Roteiro de Vasco da Gama », que as pedras coradas foram a primeira preoccupação dos Portuguezes, tanto nas Indias orientaes como em sua colonia americana. Aqui, o ambito das pesquisas circunscreveu-se em exigua faixa littoranea, abrangendo as zonas contiguas do Espirito-Sancto, da Bahia e Minas, nos contrafortes da serra do Mar e na bacia do rio Doce, especialmente.

Os documentos que se lhe depararam e que enfeixou no referido volume, reportam-se ás expedições de Agostinho Barbalho Bezerra, Fernão Dias Paes Leme e Garcia Rodrigues Paes. Cita, a proposito desses emprehendimentos, os escriptos de Pedro Taques, Azevedo Marques, monsenhor Pizarro, conselheiro Silva Lisboa, Calogeras, Diogo de Vasconcellos e Oliveira Lima, assim como o poemeto de Bilac, rectificando claudicações e desfazendo assertos erroneos ou phantasiosos.

Em face da carta régia de 16 de Dezembro de 1667, encontrada no Archivo Nacional pelo orador, não assente este á duvida de Calogeras quanto á data da impetração de soccorro feita por Agostinho Barbalho aos Paulistas: — julga, pois, verosimil a asserção de Taques sôbre o termo de 9 de Agosto de 1666, e assignala que Diogo de Vasconcellos confundiu Fernão Paes de Barros, que foi não só o prestador do referido auxilio, como ainda, depois, ajudou efficazmente a expedição fundadora da Colonia do Sacramento. Mostra que se tem exaggerado a duração das pesquisas de Fernão Dias no sertão mineiro, elevada por Oliveira Lima (qual se lê no vol. XVII da «Rev. do Inst. Hist. e Geogr. de

S. Paulo») a dez annos, quando hoje é sabido que o intrepido bandeirante partiu da villa natal a 21 de Julho de 1674 e succumbiu nas vizinhanças do Sumidouro, em dias de Maio de 1681. Tambem á versão do embalsamamento, geralmente adoptada, acha preferivel o relato de Azevedo Marques, segundo o qual só os ossos do velho sertanista é que foram transportados para o seu jazigo perpetuo no mosteiro de S. Bento, onde antes custeara elle a creação de uma capella, enganando-se redondamente Diogo de Vasconcellos ao attribuir-lhe, a mais, a fundação do cenobio.

Deplora que o grande poeta brasileiro não haja dedicado alguns dos seus versos lapidares á conspiração do Sumidouro, posta em registo por Taques,—que aureolou a Fernão Dias em fero Junio Bruto dos sertões mineiros,—e patenteia como a inspiração genial de Bilac o levou a exprimir uma profunda e inconcussa verdade, quando disse do « caçador de esmeraldas »:

> «Cada passada tua era um caminho aberto!
> Cada pouso mudado, uma nova conquista!
> E, enquanto ias, sonhando o teu sonho egoista,
> Teu pé, como o de um deus, fecundava o deserto!»

Refere-se ainda ao bando de 3 de Septembro de 1681, mandado publicar, a tom de caixas, na capitania de S. Paulo, e no qual se comminavam as penas de morte e de confisco a toda pessoa «que fosse ás minas de esmeraldas descobertas por Fernão Dias Paes», e cita, finalmente, a carta régia de 23 de Dezembro de 1683, graduando a Garcia Rodrigues Paes em capitão-mór da nova entrada para a continuação dos descobrimentos, que eram tambem, pelo mesmo documento, attribuidos áquelle digno filho do perseverante e imperterrito ancião paulista,

«violador de sertões, plantador de cidades!»

Pondera que a grande via de penetração do *Hinterland* mineiro, trilhada pelo «caçador de esmeraldas», embora já antes perlustrada pela infructifera bandeira de Glimmer, só se tornou fixa e prestadia, depois do povoamento das margens do Parahiba definitivamente conquistadas ao gentio pelos sertanistas de S. Paulo, e onde, em meiados do seculo XVII, já eram legalmente villas quasi todas as cidades que as juncam: assim como pela

feliz lembrança, que Fernão Dias foi o primeiro a pôr em práctica, de plantar roças nos seus forçados e longos pousos, na tragica porfia de septe annos, em que andou á cata dos cobiçados seixos verdes.

Historía os episodios mais curiosos daquellas bandeiras, interpretando-os á luz das peças officiaes, encontradas no Archivo Nacional, — mercê das quaes se lhe revelou a existencia de mais um companheiro da audaciosa expedição, João Carvalho da Silva, cujo nome é de todo ignorado dos chronistas, vindo, emtanto, na patente de 29 de Novembro de 1698 como tendo auxiliado, durante cinco annos, as pesquisas de Fernão Dias, — e conclue esta parte asseverando que, embora fossem julgadas não verdadeiras as esmeraldas que o velho Paulista e seu filho apanharam nos sertões do Sabarabussú e fizeram chegar ás mãos do soberano luso, os exforços de ambos se não baldaram, antes serviram a apontar aos seus contemporaneos a rota, por onde haviam de chegar ao descobrimento dos mirificos thesouros que repletaram o Brasil, e, mais ainda, a sua metropole venturosa, desde o esvaecer do seculo XVII.

Quanto ao cyclo da prata, recenseia as lendas que escandeciam então o espirito dos Europeus, quaes a de grande serra resplandecente e a do *el-dorado*, esta pura creação de sir Walter Raleigh, e diz que a proximidade do Perú devia fatalmente induzir os Portuguezes a acreditar na existencia do metal branco em sua possessão americana, dando-se assim origem a episodios curiosos, felizmente já hoje destrinçados, qual o de Roberio Dias. Em varios dos documentos que colligiu acha-se a prata commummente associada ás esmeraldas, nos anceios de facil enriquecimento por parte dos dynastas bragantinos. As mais dignas de menção, das muitas peças officiaes que compulsou, são as que concernem á bandeira de Amaro Fernandes (cujo nome conseguiu laboriosamente precisar), auxiliada por Diogo de Almeida e Lara e José Tavares de Siqueira, á jornada de Godoy Collaço á Vaccaria e á expedição do Manuel de Borba Gato a Sabarabussú. Todas visavam exclusivamente ao descobrimento de minas de prata, tendo sido ordenadas por Arthur de Sá e Menezes, a primeira a 1 de Outubro de 1697, a segunda e a terceira, respectivamente, a 8 de

Março e 15 de Outubro de 1698. Antes disso, já se havia tentado explorar a prata em Biraçoiaba, por 1687, graças a uma expedição chefiada por Luiz Lopes de Carvalho e auxiliada por frei Pedro de Sousa, mineralogista reinol. Mas, na região de Sorocaba viu-se que rendia o ferro mais que o alvo argento, e aquellas outras bandeiras foram todas de resultados nullos, excepto a de Borba Gato, que em 1700-1701 revelou as magnificas jazidas de ouro de Sabará. Das duas expedições de 1698, de capital importancia para a historia paulista, tractará o orador mais detidamente em sua terceira palestra.

b) O inicio do grande cyclo espontaneo do ouro — O erudito Oliveira Lima, numa prelecção sôbre «A conquista do Brasil», realizada em Bruxellas a 4 de Abril de 1910, asseverou que as bandeiras devassadoras do interior do nosso paiz se aproveitavam tanto quanto possivel, dos rios, para subi-los ou desce-los. Tal asserto só é verdadeiro em pequena parte, porquanto a grande penetração dos sertões não foi feita por via fluvial, nem mesmo a de Goiaz e Matto-Grosso, e o descobrimento do *Hinterland* e do *farwest* brasileiros foi effectuado por bandeiras que seguiram as antigas trilhas dos Indigenas e não pelos «caminhos que andam», qual definiu Pascal os rios.

Si na primeira metade do seculo XVII, isto é, sob o dominio hispanhol, que apagára as fronteiras na America do Sul, unificando-a sob o sceptro dos Philippes, os intrepidos sertanistas de S. Paulo extinguiram quasi todas as reducções jesuiticas meridionaes, cujo territorio assim veiu a integrar-se na soberania portugueza, a sua actividade se não arrefeceu depois da subida dos Braganças ao throno lusitano, e o periodo de 1670 a 1694 assignala uma intensa montaria aos selvicolas para o Sudoeste e para o Norte, com as expedições famosas de Francisco Pedroso Xavier, Estevam Ribeiro, Bayão Parente, Domingos Jorge Velho e Paschoal Paes de Araujo. Em documentos que se depararam ao orador no Archivo Nacional (bandos de Duarte Teixeira Chaves, de 4 de Abril e 25 de Outubro de 1684), verificou elle que os caçadores de escravos buscavam então, preferentemente, as regiões do Sul da Bahia. A segunda metade do seculo XVII é

tambem do descobrimento, pelos Paulistas, do ouro de lavagem do Paraná e do povoamento de Sancta Catharina.

Mas a rota de Glimmer, decisivamente retomada e beneficiada por Fernão Dias Paes Leme, attrahiu os sertanistas de Taubaté, tanto mais que Garcia Rodrigues e Borba Gato a haviam de seguida trilhado e retrilhado, insinuando aquelle ter encontrado ouro de lavagem nos ribeiros que corriam para Sabarabussú. Tornou-se, portanto, Taubaté o centro de irradiação do grande cyclo espontaneo do ouro, e a serra lendaria o alvo predilecto dos homens destemerosos, a quem tentava inamolgavelmente o demonio da *auri sacra fames.*

A bandeira de Antonio Rodrigues de Arzão, em 1693, pertence de facto ao dominio da Historia. Mas só as de Bartholomeu Bueno de Siqueira e Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, partidas de Taubaté no anno seguinte, é que balisam o verdadeiro inicio da nova expansão descobridora. A do coronel taubateano, transformando-se de caçadora de Indios em caçadora de ouro, na região de Itaverava, assignala o fim do dilatado cyclo da montaria paulista aos nossos ermãos das selvas.

Póde o orador fixar as datas acima, graças ás peças historicas que manuseou e colligiu, datas que, assentadas de outro modo por chronistas e historiographos, não se conciliam com as provas officiaes.

Achado o ouro no Itaverava e mais abundantemente no ribeirão do Carmo e no Tripuhi, ao expirar do seculo XVII, as minas, que até então se chamavam de Taubaté, multiplicaram-se por toda parte no alvorar da centuria seguinte, que foi quando se revelaram as de Sabará, Caeté e rio das Mortes. Fez-se mistér ao habil governador que presidiu a essa prodigiosa expansão, Arthur de Sá e Menezes, dividir o *Hinterland* aurifero em dous districtos, chamados respectivamente «Minas dos Cataguazes» e «Repartição do rio das Velhas», accrescidos, logo depois, do districto de Itacambira, mais tarde fundidos todos na denominação collectiva de Minas-Geraes.

c) *O primeiro manifesto official do ouro.* Embora compatricios nossos, de indiscutivel competencia, hajam versado esta questão com raro brilho e profundez, como os srs. drs. Calogeras e Diogo

de Vasconcellos, quer o orador trazer a sua exigua contribuição ao completo exclarecimento do assumpto.

Arzão, em 1693, achou, com effeito, algumas oitavas de ouro no rio da Casca, mas não o deu a manifesto legal, nos precisos termos dos regimentos de 1619 e 1644, ainda então vigorantes, contentando-se com o fundir duas memorias, das quaes guardou uma, ficando a outra para o capitão-mór da capital do Espirito-Sancto, que fidalgamente o accolhera no seu trabalhoso regresso do sertão. Mas o ouro encontrado por uma das expedições de 1694, esse veiu ter ás mãos de Carlos Pedroso da Silveira, que logo se dirigiu para aqui e o manifestou ao governador Sebastião de Castro Caldas, provavelmente em 16 de Junho de 1695, pois são dessa data as cartas, que ao mesmo tempo o taubateano e o preposto da metropole dirigiram a Pedro II.

Do estudo da patente de capitão-mór de Itanhaem, dada a Carlos Pedroso da Silveira por Arthur de Sá e Menezes a 23 de Maio de 1699, renovada a 17 de Junho de 1700 e a 19 de Agosto de 1701, assim como por d. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre a 5 de Outubro de 1705, verifica-se que aquelle «finorio auxiliar da expedição descobridora», na phrase de Calogeras, ou um dos cabos da bandeira immediata á de Arzão, como pensa Azevedo Marques, estribado na apresentação dos officiaes da camara de Taubaté, dirigida ao rei em 3 de Novembro de 1763, deve ter sido nomeado provedor dos quintos de Taubaté em 1695, presumivelmente na segunda metade desse anno, por Sebastião de Castro Caldas; que até Maio de 1699, fizera elle trez viagens a esta capital, «duas com as amostras do ouro das novas minas dos Cataguazes» e a terceira a conduzir a renda da casa da fundição a seu cargo, «trez arrobas e quatorze arrateis de ouro». Tudo induz a crer que a primeira viagem fosse a do manifesto do ouro descoberto na região da Itaverava em 1694 ou começo de 1695, e que a segunda fosse para a exhibição regulamentar das amostras do fulvo metal, que o coronel Salvador Furtado, em 1696, achára copiosamente no ribeirão do Carmo. Alem disso esta nova intermediação do prestamista de capitaes á jornada de Bartholomeu Bueno de Siqueira está corroborada por investigações feitas, não ha muito, nos archivos mineiros.

Os documentos, que se depararam ao orador no Archivo Nacional sôbre esta materia, evidenciam que coube a Carlos Pedroso da Silveira aquella primazia e que Sebastião de Castro Caldas teve a honra de presidir, assim, ao surto legal da grande caça ao ouro.

Rectifica o conferencista muitos equivocos que pejam os compendios didacticos e as obras de vulto dos nossos melhores historiadores, demonstrando que Antonio Paes de Sande, por accomettido de um insulto apoplectico em meiados de 1694, fôra substituido, no govêrno do Rio de Janeiro, desde 7 de Outubro do mesmo anno, por André Cussaco, que, a seu turno e por ordem régia, entregou o poder a Sebastião de Castro Caldas, em 19 de Abril de 1695. Sande, segundo o asserto de monsenhor Pizarro, falleceu aqui a 22 de Fevereiro de 1695.

Finalmente, mostra o conferencista como Arthur de Sá e Menezes, tomando posse de sua missão especial a 2 de Abril de 1697, veiu em occasião opportuna para pôr em prova a sua notavel capacidade de administrador.

Em carta de 1 de Março de 1697 ao rei, Castro Caldas, que começara a organizar a regencia fiscal das minas, annunciava o descobrimento de 18 a 20 ribeiros de ouro, do melhor e mais copioso possivel, no sitio de Taubaté, o que quer dizer, no sertão dos Cataguazes. O seu successor, munido de amplissima jurisdicção, correu logo a S. Paulo, e tal foi a sua habilidade em agradar aos Paulistas e em bem orienta-los, que os resultados mais portentosos não tardaram a coroar a sua acção perseverante e sagaz, ora energica, ora de desmarcada tolerancia, mas sempre a collimar o ouro, — aspiração suprema da metropole exinanida, emmaranhada a esse tempo nos azares da guerra de successão da Hispanha...

II

A segunda conferencia versou sôbre o seguinte :

A) *Mineiros ;*
B) *O «caminho novo»;*
C) *Organização do regimen administrativo e fiscal das minas.*

Resumo da conferencia :

«Pondera o orador que não proposíta fazer em suas rapidas palestras, nem a tão ardua empresa pudera já abalançar-se, a historia integral do bandeirismo, mas apenas esboça-lo, em seus episodios fundamentaes, á luz das provas authenticas que colligiu, reportando-se tão sómente a circunstancias fóra da orbita temporal desses documentos, quando isso se impuzer á dilucidação da these ventilada; e, embora as suas pesquizas estejam concluidas até á data de 1700, como declarou em sua exposição inicial, todavia as peças officiaes, reunidas para os outros volumes em preparo, possibilitam-lhe trazê-las em apoio dos factos ora tractados.

Tendo-se referido, na conferencia anterior, a José Rebello Perdigão, cumpre o dever de lembrar que as informações prestadas pelo ex-secretario de Arthur de Sá, em 1733, ao padre Diogo Soares, foram publicadas pelo dr. Orville Derby no vol. V da «Revista do Instituto Historico de São Paulo», sendo da lavra do dr. Capistrano de Abreu, alli não chamado, entretanto, á auctoria, o resumo de que se utilizou aquelle operoso scientista. A estes infatigaveis e profundos cultores da Historia Patria, que

lhes deve serviços de valia inestimavel, rende o conferencista o preito da sua inequivoca admiração. E aproveita o ensejo para agradecer ao dr. Vieira Fazenda a preciosa contribuição trazida, pelas columnas do *Jornal da Tarde,* ao asserto do orador quanto á data do fallecimento de Antonio Paes de Sande.

É provavel que não rectifique todos os enganos, de datas e de nomes principalmente, que pullulam nas obras antigas e modernas sôbre o assumpto de que ora se occupa: — fôra, aliás, tarefa cansativa e fastidiosa, e está convencido de que taes equivocos se não dariam, si os escriptores houvessem examinado os documentos, em vez de se andarem repetindo uns aos outros. É seu proposito deliberado pôr á margem tanto as micrologias, como as affirmações de todo em todo desajudadas de qualquer elemento probante. No vasto campo da copiosa seara, em que se projectou a acção da longa e formidavel epopeia bandeiristica, podem respigar á vontade os poetas e os romancistas; mas é mister que os verdadeiros cultores da Historia, refugando para o dominio esthetico as lendas e ficções, se adstrinjam rigorosamente aos factos comprovados, á licção incontradictavel dos documentos.

Jazem ainda envoltas em escurezas muitas circunstancias de vulto, respeitantes á revelação e aproveitamento das fartas riquezas mineraes do Brasil, assim como á attitude da Metropole e dos seus representantes aqui, ao tempo do grande cyclo dos descobrimentos. Das mais importantes dellas vai agora tractar o orador, servindo-se das peças officiaes existentes no Archivo Nacional e dos proveitosos subsidios que colheu nos especialistas.

a) *Mineiros.* — Os nossos antepassados, quando se arrojavam aos sertões bravios, em busca das pedras e metaes preciosos, ignoravam por completo os methodos scientificos que permittem conhecer os minerios, distinguir os verdadeiros dos falsos e explora-los convenientemente. Nem é isso de admirar, porque, no seculo XVII e primordios do XVIII, ainda a Mineralogia, ramo especial da Chimica, se resentia do atrazo desta disciplina positiva, não de todo despojada então das velleidades chimericas da alchimia.

E' bem verosimil a presumpção do dr. Derby de que os primeiros devassadores do nosso *Hinterland* se hajam feito accompanhar, mesmo nos seus incursos de montaria aos selvicolas, por practicos já experimentados na colheita do ouro do littoral paulista. E a tradição pelo menos conservou o caso do mulato das minas de Coritiba, descobridor do «ouro preto», que se não pôde, entretanto, identificar com o Duarte Lopes, das reminiscencias de Perdigão.

Desde que o govêrno da Metropole teve noticias mais certas das opulencias do sub-solo da sua colonia americana, fez aos seus prepostos aqui a promessa formal de enviar-lhes artifices e mineiros, destinados ás explorações e exames, ainda que fosse preciso contracta-los nos reinos extrangeiros (c. r. de 14 de Janeiro de 1693). A esse compromisso, porém, foi dada mui deficiente, quasi nulla satisfacção.

As peças historicas que o orador colligiu a este respeito são deveras interessantes, e permittiram-lhe chegar á conclusão de que até nisto se viram quasi de todo desajudados da corôa lusitana os nossos audaciosos compatricios.

A patente de João Martins Claro, de 7 de Fevereiro de 1698, conta que elle andou pelos sertões, durante septe annos, com um religioso mercenario, vindo ao descobrimento de minas, e que, em 1694 e 1695, mandára a Manuel de Aguiar e Mendonça, com dez escravos seus, a ver si encontrava ouro de beta nos morros de Bathé, (talvez Taubaté), e, ainda, que foi elle, durante cinco mezes, o hospedeiro de João Alvares Coutinho, o practico da missão de d. Rodrigo de Castello Branco, a qual, depois das inuteis tentativas de Itabaiana e da inepta administração das minas de Paranaguá, chegou a S. Paulo por meiados de 1680.

Desvanecidos com as cartas de Affonso VI, os potentados paulistas apparelharam-se para prestar o seu braço forte á jornada no encalço de Fernão Dias, e em 1680, não só deram possante ajuda á expedição fundadora da Colonia do Sacramento, como ainda foram exclusivamente elles que formaram a do fidalgo castelhano em demanda do Sabarabussú. Mas, apercebida a comitiva de todo o necessario, d. Rodrigo, que estava na villa de S. Paulo, desde 20 de Julho daquelle anno, não se dispunha

a partir, e um dos impecilhos era João Alvares Coutinho, que allegava os seus 67 annos, os seus achaques e até a sua falta de dentes. Não esteve por isso o energico Mathias Cardoso, tenente general da gente da leva, que logo prometteu fazer conduzir em rêde o «mineiro» recalcitrante e sustenta-lo com os mantimentos, que a sua velhice e doença reclamavam. E só assim rumou para a serra das Esmeraldas, a 19 de Março de 1681, a numerosa expedição, que, além de varios sertanistas famosos, se compunha de 240 Indios auxiliares. Do completo mallogro della dirá o orador na proxima palestra, observando, contudo, desde já que os prestimos do «mineiro» Coutinho não deixaram traço algum perduravel na historia da mineração do Brasil.

As cartas regias de 8 de Fevereiro de 1687 e 23 de Outubro de 1692 (esta com annexos curiosos) referem-se ao mineralogista reinol frei Pedro de Sousa, que realizou investigações sôbre a prata em Biraçoiaba, e desfazem equivocos de Azevedo Marques sôbre a missão improficua daquelle cenobita e as interpresas de Luiz Lopes de Carvalho. E a provisão de Bernardo Mendes da Silva, de 29 de Novembro de 1698, revela a existencia de outro religioso entendido em cousas de mineração, o benedictino frei Fructuoso, que fez alguns exames e ensaios na mina de Ibituruna, o «primeiro lar da Patria Mineira», na phrase de Diogo de Vasconcellos.

Arthur de Sá reclamára do soberano, em carta de 13 de Junho de 1697, os artifices e mineiros promettidos. A resposta do secretario de Estado, (a 13 de Janeiro do anno seguinte), falla nuns Hispanhoes (d. Pedro de Inistroza, Estapleton e Melendes), e num Flamengo, que não foram mandados ao Brasil, parece que a bem nosso, pois não passavam de uns incompetentes e mentirosos maiores de marca. Como não viessem taes homens, deputou o governador a Buenos-Aires, provavelmente em começos de 1698 (a sua carta ao rei é de 27 de Maio desse anno), a um Francisco Moreira da Cruz, afim de contractar alli um practico de mineração. Mas o embaixador foi accommettido de apoplexia na Colonia do Sacramento, e por lá se ficou estuporado, frustrando-se essa diligencia. Em suas cartas de 22, 24 e 26 de Maio de 1698 a Pedro II, insiste o habil governador na deploravel falta

de mestres da arte de minerar, pelos quaes suspiravam os Paulistas, que só por tradições conheciam as pedras e metaes, e dá conta do apparecimento, aqui, de um Manuel Pereira, vindo da capital platina e consummado patranheiro. Deste, apezar de nelle ter pouca ou nenhuma confiança, e de outro práctico, que por crime de primeira cabeça fugira do Paraguai e se homiziara em Itú, onde o encontrára em Fevereiro de 1698 o preposto régio, que lhe não declina o nome, serviu-se Arthur de Sá para a inutil jornada da Vaccaria, em busca de minas de prata, que Pereira dissera haver abundantes na serra da «Iguassaba», dando o informe como por elle ouvido do governador de Potosi.

Taques falla na c. r. de 26 (27 em Silva Lisboa) de Janeiro de 1700, dando como certa a vinda, para o Brasil, de 4 mestres da arte de minerar: João Nunes, Antonio Borges, Antonio da Silva e Antonio Martins. E, fiando-se de mais na palavra do genealogista de S. Paulo, o erudito e probo Calógeras attribue a esses quatro Portuguezes «a aprendizagem, phenomenalmente rapida, dos mineiros da terra, e a multiplicação dos methodos, admiravelmente adaptados ás condições locaes e ao estado do conhecimento dos operarios», e acredita deverem-se áquelles profissionaes os trabalhos aperfeiçoados de exploração dos veios dos corregos e dos depositos marginaes, descriptos por Antonil em 1711.

O que o orador logrou apurar, mercê dos documentos que se lhe depararam em suas recentes pesquisas, não corrobora a illação a que chegou o competente auctor das «Minas do Brasil e sua legislação».

Vieram, com effeito, os quatro Portuguezes, mas só a um delles, Antonio Borges de Faria, coubera o nome de «mestre», não passando os trez outros de «aprendizes», tanto que áquelle demarcou o governador a mensalidade de 15$000 e aos outros apenas 6$000, fallecendo um destes logo após a chegada.

Ao tempo de Arthur de Sá, parece que nada fizeram de prestavel, pois este a elles se não refere em sua longa correspondencia com a Metropole. É certo, porém, que, tendo Borges pedido ao rei, obtendo-a, em 7 de Dezembro de 1700, ordem para que em suas jornadas ao *Hinterland* mineiro fosse ajudado por

Garcia Rodrigues Paes ou Manuel de Borba Gato, este andou com elle em diligencias pelo sertão, em busca de minas de prata, qual se infere da provisão de guarda-mór interino dada a Garcia Rodrigues Paes o moço por Arthur de Sá em 3 de Janeiro de 1702. Taes explorações foram necessariamente infructiferas.

Em cartas ao soberano, de 15 de Septembro de 1702 e 10 de Agosto de 1703, d. Alvaro da Silveira patenteia a nenhuma confiança que tinha na habilitação e nos prestimos de Borges, que cuidava mais dos seus interesses particulares do que do serviço real. E, enfim, d. João V, por ordem de 3 de Abril de 1709, attendendo, além de outros motivos, «ao pouco fruito que tem surtido do seu trabalho, e delligencia a que o mandei em descubrimento das minas do ouro, e dificuldade que concidera na continuação da que tem principiado no Rio das mortes», demittiu-o das funcções de «mineiro», mandando-o regressar para o reino. Mas Borges, abandonando a profissão em que se desmoralizára, aqui se deixou ficar e fez-se agricultor ou negociante, pois obteve, em 1711, uma sesmaria ás margens do rio Inhumirim, de sociedade com José Pinheiro de Macedo, e já antes, em 1710, assignára, com outros «homens de negocio», uma petição a Castro Moraes, para o transito pelo «caminho velho» em direcção ás Minas.

Assim, á vista dessas provas robustas e convincentes, o orador reclama os elogios, que o douto Calogeras tributou aos quatro Portuguezes vindos como «mineiros» em 1700, para os gloriosos paulistas, que, desenvolvendo simultaneamente a sua pasmosa energia physica e a sua capacidade intellectual, aperfeiçoaram, sem auxilio extranho, os rudes processos primitivos por que extrahiam o ouro dos corregos e das betas, repletando do fulvo metal, quasi de todo baldadamente para o Brasil, os cofres do velho e empobrecido Portugal, que o canalizou para a Inglaterra e para o Papado...

b) O caminho novo.—Os antigos historiographos patricios não ligaram a devida importancia ás grandes vias especialmente abertas para a penetração e intercommunicação do ***Hinterland*** aurifero, que tanto interesse despertaram ao jesuita Andreoni. Dos modernos, Calogeras e Diogo de Vasconcellos foram os uniços que se preoccuparam com o assumpto, dando aquelle maior

desenvolvimento aos seus estudos. Como, porém, não houvessem manuseado todas as peças officiaes concernentes a esta materia, e mereçam rectificados alguns dos seus assertos, notadamente os do auctor da «Historia antiga das Minas-Geraes», vai expôr o conferencista o que a este proposito logrou colher da licção dos documentos.

Arthur de Sá, estando na terra paulista de Outubro de 1697 a Março de 1698, cogitou alli da abertura de uma estrada, que puzesse as minas recem-descobertas em facil communicação com a séde do seu govêrno. O primeiro que se lhe apresentou disposto ao magno emprehendimento foi Amador Bueno da Veiga; mas taes foram as exigencias deste, que o delegado régio lhe rejeitou *in limine* a proposta. Appareceu-lhe, então, Garcia Rodrigues Paes, que se offereceu para abrir o caminho á propria custa, contanto que o governador o auxiliasse. Ora, como, pelo plano do filho do «caçador de esmeraldas», em vez de trez mezes se gastariam apenas quinze dias entre a capital do Sul e as minas, facilitando-se tambem o descobrimento do Sabarabussú, Arthur de Sá, em sua carta ao rei, de 24 de Maio de 1698, acceitou e recommendou esse projecto, que foi approvado pela c. r. de 22 de Outubro do mesmo anno.

Lança luz decisiva sôbre a notavel interpresa a provisão de 2 de Outubro de 1699 (não referida pelos predictos escriptores), da qual se infere que Garcia poz logo mãos á obra, trabalhando indefessamente durante 18 mezes, com alguns homens brancos, mais de 40 negros (dos quaes lhe morreram 5), e fazendo despesas consideraveis, em logar de, como os seus conterraneos, andar a enriquecer-se na lavra do ouro. Pedira elle o auxilio de 10.000 cruzados aos mesmos moradores do Rio de Janeiro que, pouco antes, tinham offerecido quasi egual quantia a quem abrisse caminho para os campos geraes.

Comprometteram-se elles, negociantes e sesmeiros, a entregar-lhe aquella importancia, logo que se rematasse a estrada livre. Mas, vindo Garcia a reclamar o dinheiro, foi-lhe este recusado. Dahi a provisão pela qual o governador, pensando assim resarcir os prejuizos do honesto e activo Paulista, lhe concedeu o monopolio do «caminho novo», durante dous annos, para o tra-

fego de generos de commercio, devendo, contudo, o filho de Fernão Dias leva-lo a cabo á sua custa.

Esse acto de Arthur de Sá foi approvado pela c. r. de 26 de Outubro de 1700.

Que essa picada, alvo constante dos moradores do Rio do Janeiro desde mais de 20 annos atraz, já estava feita por Garcia até, «a resaca de donde começam os campos geraes confinantes com os corraes da Bahia», isto é, até á hoje cidade de Barbacena, antiga «Borda do Campo», testimunha-o a carta de Pedro Taques de Almeida, dirigida ao governador geral do Estado do Brasil em 20 de Março de 1700 e dada a lume pelo dr. Derby na «Revista do Instituto Historico de São Paulo», vol. V.

Como, a 15 de Novembro de 1701, extranhasse o soberano que Arthur de Sá não se utilizasse do «caminho novo» para a jornada que fizera ás minas, explicou-lhe d. Alvaro da Silveira, que foi quem respondeu a essa missiva a 7 de Septembro de 1702, que a estrada não se prestava a cavalgaduras, mas Garcia estava pondo todo o cuidado no acabamento della e já havia plantado roças na Parahiba.

Já antes o comprovado zêlo do filho de Fernão Dias merecera do rei a provisão de 19 de Abril de 1702, pela qual fôra nomeado guarda-mór das minas de S. Paulo por trez annos.

A 14 de Julho de 1703 enviava d. Alvaro a Pedro II um «memorial» de 8 do mesmo mez e anno, em que Garcia allegava lhe haverem fugido quasi todos os escravos, o que lhe empecia a conclusão do caminho para os campos geraes e minas do Sabarabussú, appellando o governador para a ajuda por parte da Metropole ao utilissimo emprehendimento. A 3 de Março de 1704, o monarcha resolveu que se dessem a Garcia alguns Indios, pagos por este, mas recusou-se a fornecer-lhe auxilio pecuniario, levantando a suspeita de que se aproveitasse delle em pura perda o Paulista, a quem já havia recompensado com as anteriores mercês, e outras mais ainda lhe promettia, si a obra tivesse implemento.

A 24 de Maio de 1704 d. Alvaro participava ao rei o descobrimento de um atalho entre os campos geraes e S. Antonio de Sá, trilhado por um Indio e explorado por Felix Madeira e seu

filho Felix de Gusmão, offerecendo-se este ultimo a abrir a estrada á sua custa.

Parece que esta tentativa morreu em o nascedouro. No mesmo anno, como se vê da c. r. de 23 de Septembro de 1704, Amador Bueno da Veiga renovou ao soberano luso a proposta que em 1698 fizera a Arthur de Sá, offerecendo-se, em troca de sesmarias e mercês honorificas, a abrir á sua custa, no prazo de um anno, um caminho dobradamente mais curto «do que aquelle que abriu o capitão Garcia Rodrigues Paes» e pelo qual pudessem passar cavalgaduras. Esta petição deve ter tido o mesmo destino da proposta primitiva, porque sôbre ella silenciam os registos officiaes.

Era colossal o trabalho a que mettera hombros o filho do «caçador de esmeraldas», porquanto, qual se infere das peças historicas analysadas, o caminho que elle se compromettera a franquear não findava na mais proxima região do ouro, mas devia attingir ao remoto Sabarabussú.

Dando làrgas á phantasia sôbre um informe que lhe proporcionou a obra de Azevedo Marques, Diogo de Vasconcellos attribue a Domingos Rodrigues da Fonseca Leme o remate do «caminho novo». Deixando de lado varias claudicações do historiador mineiro sôbre o parentesco entre Leme e Paes e a sua deploravel confusão entre este e Garcia Rodrigues Velho — limita-se o orador a restabelecer a verdade dos factos precipuos. Fonseca Leme nada mais fez do que soccorrer a Garcia Rodrigues Paes, de quem era cunhado, com 18 escravos, durante cinco mezes e meio, para o acabamento da primeira parte do «caminho novo», em que este andava ha seis annos,—di-lo a patente de 22 de Outubro de 1724, — o que faz acreditar que essa ajuda de Fonseca Leme tenha sido posta em practica em fins de 1703 ou começo de 1704, effectivamente a epocha de mais apuros para o filho de Fernão Dias, que atacára a grandiosa empresa em 1698.

Quem poz a ultima demão no «caminho novo» foi Bernardo Soares de Proença, como o evidencia a provisão régia de 6 de Julho de 1725. Por ella, d. João V mandou agradecer áquelle sargento-mór o ter concluido a estrada a cargo de Garcia Rodri-

gues Paes e indeferiu o requerimento do velho Paulista quanto ás terras que reclamava, como recompensa do seu trabalho.

Pensava o filho do «caçador de esmeraldas» que o seu compromisso com o govêrno da metropole estava plenamente solvido, tanto que já antes, em face da ordem régia de 16 de Abril de 1722, determinando-lhe a continuação da diligencia, da mesma se excusára, dizendo-se ancião e viuvo com o encargo de trez filhas solteiras. A estrada realmente estava feita: faltavam-lhe sómente retoques e melhorias, e nisso consistiu principalmente o serviço de Proença, que a abreviou de quatro dias. Ao expirar, nonagenario, em 1738, devia ter sentido fundamente o aculeo da ingratidão do soberano, o generoso Paulista, cujo ousado projecto serviu de base á locação dos trilhos da E. F. Central do Brasil.

c) ***Organização do regime administrativo e fiscal das minas*** — É fóra de duvida que as primeiras auctoridades estabelecidas no sertão aurifero foram Carlos Pedroso da Silveira, como provedor da casa dos quintos mandada fundar em Taubaté (em 1704 mudada para Parati, e não inversamente, como pensa o dr. Derby, repetido pelo dr. Diogo de Vasconcellos), e José de Camargo Pimentel, como guarda-mór das minas descobertas no sertão dos Cataguazes, tendo sido ambos nomeados por Sebastião de Castro Caldas. Attesta-o a palavra do successor deste, Arthur de Sá e Meneses, que galardoou com honras novas a Pedroso da Silveira, mas demittiu a Pimentel, accusando-o de peculato, embora pouco depois rehabilitasse o celebre bandeirante, a quem fez, em 9 de Dezembro de 1699, alcaide-mór da capitania de S. Vicente e S. Paulo, e que mereceu a curiosissima carta de Pedro II de 25 de Janeiro de 1701, na qual o soberano lhe recommendava continuasse e augmentasse o bom procedimento; afim de que tambem ficassem cobertos e exquecidos os êrros dos primos defunctos de Pimentel...

Pela provisão de 13 de Janeiro de 1698 confiou o governador a Garcia Rodrigues Velho (tio materno de Garcia Rodrigues Paes) o posto de guarda-mór das minas dos Catáguazes.

Reveladas as riquezas do Sabará, dividiu Meneses toda a região aurifera em duas zonas distinctas, tendo por limite o Su-

midouro, poncto de occupação permanente, graças á bandeira de Fernão Dias, e, por isso, geralmente conhecido; e assim, por provisão de 23 de Fevereiro de 1700, nomeou a Manuel Lopes de Medeiros guarda-mór das minas dos Cataguazes, e, pela de 6 de Março do mesmo anno, entregou egual cargo, na repartição do Rio das Velhas, a Manuel de Borba Gato. A 17 de Novembro de 1700 foi Medeiros, que abandonara o posto, substituido por Domingos da Silva Bueno, tendo sido a provisão firmada pelo governador no Ribeirão do Carmo, sempre com a clausula daquella separação de districtos. No anno seguinte, a 13 de Fevereiro, creou Arthur de Sá mais um districto, o da Itacambira (Tocambira, segundo as notas de provisões), nomeando-lhe guarda-mór a Antonio Soares Ferreira. Só a 19 de Abril de 1702 instituiu a Metropole o cargo de superintendente das minas, provendo-o no desembargador José Vaz Pinto, que a 12 de Julho prestou fiança e tomou posse em mãos de Francisco de Castro Moraes. Foi pessimo e deshonesto funccionario esse togado, como o palpabilizam varios documentos, examinados pelo orador.

Como fossem de difficil applicação os regimentos reaes de 30 de Janeiro de 1619 e 7 de Junho de 1644, Arthur de Sá elaborou e promulgou em S. Paulo o de 3 de Março de 1700, peça valiosa e interessantissima, pois, além do mais, revela a existencia de guarda-móres intrusos nas minas recem-descobertas, assim como a attitude de violenta rebeldia dos bandeirantes contra Garcia Rodrigues Velho, quando este foi lá exercer a sua jurisdicção. Traz a data de 17 de Abril de 1702 o regimento real mandado pôr em práctica nas minas dos sertões do Estado do Brasil.

Arthur de Sá e Meneses, como o conferencista conseguiu ha poucos dias verificar, só se retirou definitivamente das minas depois de 18 de Julho de 1702. A esse tempo, já estavam por elle nomeadas todas as demais auctoridades exigidas pelo systema fiscal então vigorante (procuradores, provedores e thesoureiros da fazenda), assim como os escrivães dos guardas-móres e os notarios das execuções, tendo recaído de preferencia a sua escolha nos mais benemeritos dentre os bandeirantes paulistas. Deixou, em summa, plenamente organizado o regime administrativo e

fiscal das minas, só não tendo instituido o apparelho judicial, porque para tanto não dispunha de alçada.

Tem-se dicto e repetido que a expansão dos descobrimentos no *Hinterland* mineiro foi devida á rivalidade entre os Paulistas e os Taubateanos, e esta versão achou guarida especial em José Joaquim da Rocha e em Southey.

Para o conferencista, é isto uma lenda, oriunda do mal comprehendido attrito entre as primeiras expedições defrontadas na Itaverava e da opposição que os descobridores iniciaes fizeram a José de Camargo Pimentel e a Garcia Rodrigues Velho. Esta sua opinião mais se robusteceu com a leitura da phrase contida no depoimento de Perdigão:—«recusando os Paulistas *dar partilha* aos Taubateanos», porquanto quem dava partilha era o guarda-mór e não o descobridor, e «Paulistas» foram os primeiros guardas-móres das minas.

A seu ver, o coefficiente maximo da irradiação paulista, no comêço do grande cyclo, foi a *fome*, pelas duas medonhas crises de 1697-1698 e 1700-1701, comprovadas por varios documentos.

Patenteiam as peças officiaes que desde logo se operou o *rush* de aventureiros de todos os matizes, desta capital, do Espirito-Sancto e sobretudo da Bahia, para a região maravilhosa, onde o ouro surdia em alluviões á flor da terra, como aos acenos de uma fada benfazeja.

O delirio do rapido e portentoso enriquecimento apoderou-se de todos os cerebros, encandecendo-os, e obcecando-os numa febre contínua e insopitavel.

Paulistas e forasteiros não tinham tempo de pensar no plantio de mantimentos juncto ás lavras. O tempo era pouco para a colheita das pepitas luzentes no fundo das bateias. Entretanto, a população, em tôrno das catas, crescia desmedidamente. Era fatal que, num dado momento, que se repetiu, se lhes impuzesse a dispersão pelos mattos, como unica medida salvadora contra a morte por inanição juncto aos thesouros metallicos. A essas duas debandadas, que um *status necessitatis* determinou, é que se deve, com o descobrimento de novas jazidas e corregos auriferos, a fundação de muitos dos centros populosos de Minas-Geraes.

Embora os governadores, desde Arthur de Sá, vedassem a

ida de escravos de lavoura do Rio de Janeiro para as minas, tambem se fez sentir na capital do Sul o doloroso flagello da fome. Os primeiros annos do seculo XVIII accusam uma tal carestia de viveres nesta cidade, que os prepostos regios andavam a mendigar farinha ás outras povoações do littoral brasileiro.

Outra consequencia do descobrimento das grandes riquezas mineraes de nossa Patria foi o amortecimento do espirito militar. Não obstante a organização de milicias territoriaes, feita por Arthur de Sá, e os cuidados e previsões do seu digno successor, esta encantadora Guanabara, por seu estado de indefensão e pelo arrefecimento que a miragem da opulencia e do góso trouxera ás virtudes dos Lusos marciaes, tornou-se facil presa de Duguay-Trouin.

Ao lado de beneficios incontaveis, não foram pequenos os males, que nos acarretou a *auri sacra fames*...»

III

A terceira conferencia versou sôbre o seguinte:

A) A administração de Arthur de Sá e Meneses;
B) O regime tributario das minas:
C) A expedição á Vaccaria (indulto de Gaspar de Godoy Collaço) e a expedição a Sabarabuçú (indulto de Manuel de Borba Gato).

Resumo da conferencia:

«Confessa-se o orador profundamente sensibilizado pelas gentilezas que lhe têm sido prodigalizadas no Instituto Historico, em boa hora confiado á proficiente direcção do sr. conde de Affonso Celso, em quem não sabe o que mais admirar, si o invejavel talento e a apurada cultura do espirito, si a inexcedivel fidalguia do tracto pessoal; e dá-se parabens a si mesmo pela honra, que tanto o desvaneceu, de ver a sua desengalanada palavra de obscuro professor sertanejo attrahir áquelle recincto os mais abalisados mestres da Historia Patria e tantos dos mais conspicuos representantes da litteratura nacional.

Refere-se á grata surpresa e alta honra que teve e mereceu com a presença do sr. dr. Lucas Ayarragaray, digno ministro argentino, e Sebastião Sette, seu velho mestre, legionario da abolição e da Republica, e a quem deve a formação do seu espirito.

Sente-se sobremodo feliz, por haver attingido o alvo a que visava. Não consistia este em exhibir nenhuma producção de fino lavor esthetico, destinada a arrancar applausos ao frivolo snobismo contemporaneo. Era, ao contrario, a arida exposição, fria, austera e desnuda, como a propria verdade, de alguns factos da nossa evolução colonial, sôbre os quaes pairavam duvidas e incertezas e se travavam controversias indirimiveis. O orador, tendo colhido documentos que os exclareciam, julgou do seu dever patentea-los aos seus compatricios, que merecidamente pontificam neste augusto templo de nossas veneraveis tradições. Não realizou, disse-o já preliminarmente, nenhum trabalho de conjuncto, nenhuma apreciação integral do phenomeno culminante da phase heroica do nosso passado: — demonstrou apenas, tomando-lhe ao acaso alguns episodios de maior relevo, que é possivel, mediante a cuidadosa pesquisa e o paciente estudo das peças officiaes, olvidadas na poeira dos archivos publicos, elucidar e reconstituir uma grande parte, ainda mal conhecida, dos nossos fastos.

O que elle fez é pouco, muito pouco ainda, bem o sabe e reconhece. Mas, agora, ao findar a sua pequena série de conferencias, está certo de que conseguiu alguma cousa a mais: — despertou para o assumpto a attenção dos doutos, dos investigadores eminentes, e nutre fundadas esperanças de que estas suas achegas sirvam de incentivo a que os mais idoneos lhe tomem das mãos a empresa, tão mal posta nellas, e a levem a termo com o prospero exito que ella merece, a prol dos nossos fóros de civilização e de cultura. Si isso acontecer, como espera, maior será ainda a sua satisfacção.

a) A administração de Arthur de Sá e Meneses.—É uma individualidade a cujo tino politico até agora não se preiteou a devida justiça, e que, entanto, merece alcandorada a pleno destaque, para que bem se aquilate a valia inestimavel do seu poderoso influxo nos destinos da melhor porção da nossa Patria, quando esta, mercê da intrepidez dos bandeirantes paulistas, cimentava no Sul, após a imperecivel epopeia dos Pernambucanos contra as invasões neerlandezas ao Norte, os fundamentos da na-

cionalidade futura, triplicando-lhe não só as fronteiras, como tambem cooperando no surto dos nossos ideaes de autonomia.

Arthur de Sá e Meneses governára o Estado do Maranhão de 1687 a 1690, e, depois de haver prestado outros serviços na Metropole, escolheu-o Pedro II para successor effectivo de Antonio Paes de Sande, interinamente substituido por Sebastião de Castro Caldas, que a esse tempo era governador da Parahiba. Sá e Meneses veio, pois, para o Brasil, com os mesmos poderes, com a mesma «amplissima jurisdicção» (cartas régias de 14 e 16 de Janeiro de 1693 e 25 de Dezembro de 1700) do seu antecessor.

Empossou-se do seu alto cargo a 2 de Abril de 1697 e encetou logo o desempenho de sua missão especial, que consistia, como elle proprio o declarou em carta ao soberano (de 25 de Maio de 1698), em «se fazerem descobrimentos que pudessem fazer patente o que ha tantos annos se difficulta».

Tanto os escriptores antigos como os modernos baralharam de tal modo os successos da administração de Arthur de Sá, que vem a poncto rectificar aqui os equivocos principaes, para que se restabeleça a ordem no cháos em que laboraram o conselheiro Silva Lisboa, monsenhor Pizarro, a «Revista do Archivo Publico Mineiro», Calogeras e Diogo de Vasconcellos, notadamente quanto ás jornadas do governador a S. Paulo e ao *Hinterland* mineiro.

Aquelle delegado da soberania portugueza permaneceu nesta capital até 15 de Outubro de 1697, tendo então preparado, além de outros actos de sua elevada funcção, a bandeira de Amaro Fernandes, auxiliada por Diogo de Almeida e Lara e José Tavares de Siqueira, em busca de minas de prata na Repartição do Sul. Naquelle dia passou o govêrno da praça do Rio de Janeiro a Martim Correia Vasques e partiu para S. Paulo. Estanciando por lá até Março de 1698, visitou quasi todas as villas importantes, interveio na lucta dos Pires e Camargos, interessou-se efficazmente pela sorte dos Indios, cuidou do apparelho judicial, começou a organizar o fisco e a defesa militar das capitanias, incrementou os descobrimentos de ouro e montou a expedição á Vaccaria.

A 3 de Abril de 1698 já despachava nesta capital, tendo, além do mais, determinado as jornadas a Castilhos e a Sabara-

bussú, no mesmo anno, e ficou aqui até 8 de Outubro de 1699, seguindo, então, pela segunda vez, para a terra dos bandeirantes, deixando novamente encarregado do commando da praça do Rio de Janeiro a Martim Correia Vasques. Nesta outra visita a S. Paulo organizou definitivamente os terços de auxiliares e da ordenança, formando companhias em todas as localidades sufficientemente populosas, proveu cargos de justiça (exorbitando, nisso, dos poderes de sua alçada), e, sobretudo, traçou melhor a defesa dos interesses do erario lusitano, vinculados á producção das minas recem-descobertas.

A 19 de Março de 1700 já estava de retôrno a esta séde do seu govêrno, onde apenas se demorou o tempo indispensavel ao preparo da sua primeira viagem ao sertão dos Cataguazes e do rio das Velhas, para onde rumou a 23 de Agosto de 1700, tendo passado a direcção suprema da práça a Francisco de Castro Moraes. Nas minas tomou varias providencias conducentes á boa execução do seu programma administrativo, tentando egualmente conjurar a crise da fome, animando a expansão dos descobrimentos e premiando os exforços dos valorosos e incansaveis Paulistas, mas vendo, infelizmente, uma das suas resoluções de mais palpavel equidade, o edital de 17 de Dezembro de 1700 desapprovado pela inepcia do soberano.

A 1 de Julho de 1701 reassumiu o seu posto aqui, mas pouco depois, em meiados de Septembro, partiu outra vez para os districtos auriferos, onde ainda mandou a Borba Gato e a Borges de Faria em busca de minas de prata, e por lá se deixou ficar practicando actos de administração até 18 de Julho de 1702, de certo por não saber que o seu successor, d. Alvaro da Silveira de Albuquerque, já havia tomado posse do seu elevado cargo desde 12 de Julho daquelle anno.

Observa o orador que a falta de estudo dos documentos de vias de successão levou os historiographos a confusões deploraveis, trasladadas até nos livros didacticos. Explica que, saíndo o capitão-general da sua residencia official para o interior, o govêrno da praça do Rio de Janeiro era, em regra, commettido ao mestre de campo mais antigo, que o assumia mediante preito e homenagem e o exercia, assim, no goso do *jus imperii*, em que

ficava subrogado, e que lhe possibilitava tractar com os representantes de potencias extrangeiras. Nem então era licito deixar acephala de magistrado supremo a cidade fundada por Estacio de Sá, quando na guerra de successão da Hispanha se envolvera, Portugal, como satellite da politica ingleza, e daqui é que partiam soccorros para a colonia do Sacramento. Mas o titular effectivo projectava a sua acção sôbre todo o territorio que lhe fôra confiado, em qualquer parte delle em que estivesse, ao passo que o seu substituto não transcendia a orbita da séde do govêrno, sinão para as decisões que lhe facultava, *stricti juris*, a funcção successoria. Do contrario, dar-se-ia o absurdo de reconhecer-se a collisão de duas auctoridades eguaes, munidas dos mesmos poderes, dentro de uma só esphera jurisdiccional. Cita, a proposito, o caso de Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho e Francisco de Castro Moraes, mal referido pelos compendios, por occasião do victorioso assalto de Duguay-Trouin ao Rio de Janeiro, em 1711.

Graças ás peças officiaes consultadas, organizou o orador o seguinte quadro synoptico dos periodos de administração de Arthur de Sá e Meneses e a sua substituição no govêrno da praça do Rio de Janeiro, advertindo que duas das datas são ainda susceptiveis de melhor averiguação, pois não tem a estolida ousadia de affirmar que já haja visto *todos* os documentos existentes no Archivo Nacional:

Arthur de Sá e Meneses: — 2 de Abril de 1697 a 15 de Outubro de 1697;

Martim Correia Vasques (1.ª viagem de Arthur de Sá e Meneses a S. Paulo): — 15 de Outubro de 1697 a 3 de Abril de 1698;

Arthur de Sá e Meneses: — 3 de Abril de 1698 a 8 de Outubro de 1699;

Martim Correia Vasques (2.ª viagem de Arthur de Sá e Meneses a S. Paulo: — 8 de Outubro de 1699 a 19 de Março de 1700;

Arthur de Sá e Meneses: — 19 de Março de 1700 a 22 de Agosto de 1700;

Francisco de Castro Moraes (1.ª viagem de Arthur de Sá e Meneses ás minas): — 23 de Agosto de 1700 a 1 de Julho de 1701

Arthur de Sá e Meneses: — 1 de Julho de 1701 a 20 de Septembro de 1701;

Francisco de Castro Moraes (2.a viagem de Arthur de Sá e Meneses ás minas): — 20 de Septembro de 1701 a 12 de Julho de 1702.

No entender do conferencista, que leu toda a estirada correspondencia de Arthur de Sá com a Metropole e lhe accompanhou quasi todos os passos da admiraval gestão aqui, foi aquelle um habil e capacissimo estadista, a quem já é tempo de render a nossa Patria, pelos orgãos legitimos dos seus antistites litterarios, o preito a que fizeram jus os indeslembraveis serviços por elle prestados durante o quinquennio de 1697 a 1702, o qual, si não fôra a sua actividade, a sua politica de largo descortino e larga tolerancia, como ao deante se evidenciará, talvez não tivesse produzido os resultados portentosos em que se desentranhou copiosamente. A longa e acertada administração de Arthur de Sá e Meneses foi, em summa, um coefficiente de valor incalculavel para a conquista e civilização de um immenso tracto da nossa terra benfadada, o qual lhe deve os lineamentos da grandeza e da cultura com que tão justamente se ufana agora.

b) O regime tributario das minas — Não proposita o orador historiar *in globo* a fórma, por que a Metropole instituiu aqui a cobrança dos impostos do ouro. A quem quizer aprofundar esta questão, recommenda a leitura da interessante monographia, de lavra alheia, que monsenhor Pizarro inseriu no fim da parte 2.a do vol. VIII de suas «Memorias», o exhaustivo trabalho intitulado «Minas e quintos do ouro», do dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos, dado á estampa no vol. VI da «Revista do Archivo Publico Mineiro», e os documentos, ainda ineditos, existentes na bibliotheca deste Instituto Historico, relativos á missão especial de Martinho de Mendonça, em 1733. A obra de Calogeras traz, no vol. I, um substancioso resumo de tudo quanto concerne á antiga legislação tributaria das minas do Brasil.

Rememorando, todavia, que a taxa dos quintos, inscripta já nos foraes das capitanias hereditarias, fôra mais especializadamente sanccionada pelo alvará de 18 de Janeiro de 1618 e respectivo regimento de 30 de Janeiro de 1619, não revogados nessa

parte pelas leis posteriores de 1644, 1700 e 1702, — nota apenas que o pagamento de 30 arrobas annuaes resultou de um accôrdo entre os extractores do fulvo metal e d. Braz Balthazar da Silveira em 1713, installando-se logo o negregado systema da capitação, que se prolongou até findar o reinado de d. João V. Em 1750, ao subir d. José, estabeleceu-se a finta determinada de 100 arrobas annuaes, a qual se extendeu até d. João VI, prendendo-se ás derramas de sua cobrança a para sempre memoravel tragedia da Inconfidencia.

O que o orador deseja assignalar é que os papeis velhos, que encontrou no Archivo Nacional, lhe desvendaram muitos factos curiosos, ligados a esta materia.

Entre as medidas principaes, tomadas aqui pelos prepostos regios ou emanadas directamente da Metropole, figuram a subordinação da praça de Santos á do Rio de Janeiro e a prohibição do transito e do trafego pelo «caminho velho», tudo para que se não extraviasse o ouro das minas. São abundantes os documentos concernentes ás providencias officiaes, destinadas a impedir os descaminhos do precioso metal, e merecem lidos os bandos de Arthur de Sá, para que o *bel thesouro* não fosse contrabandeado e para que não deixassem de ser pagos os quintos devidos á corôa. Como um de taes actos comminasse, além de outras, as penas da fogueira aos delinquentes, Pedro II lhe mandou moderar aquella fórma inquisitorial de castigo, pela carta régia de 29 de Outubro de 1698. Por ahi se vê que os pro-consules lusitanos chegavam a ser «mais realistas do que o rei», na defesa dos interesses do fisco.

Em 1698, deu-se uma occorrencia sôbre a qual silenciam os chronistas e de que o orador colligiu todo o elemento probatorio: — o attentado dos cunhos falsos. Foi cabeça deste crime o benedictino frei Roberto, reinol ao que parece, o qual, consoante o informe de Arthur de Sá ao rei (carta de 22 de Maio de 1698), «não só fazia os cunhos para pôr no ouro, como tambem os vendia ás pessoas que lh'os queriam comprar». Aberta a devassa sob a direcção de Carlos Pedroso da Silveira, pois o facto se déra em Taubaté, apurou-se nao só a responsabilidade de frei Roberto, como ainda a de Domingos Dias de Torres e a do proprio vigario

daquella villa, o padre José Rodrigues Preto, e de outras pessoas mais, cujos nomes não foram declinados, mas compunham, com os tres predictos individuos, a numerosa *societas sceleris*. De certo por não trazer batina ou burel, Torres chegou a ser preso; mas esse mesmo, minando a cadeia e limando-lhe os gradis, fugiu a exemplo dos tonsurados com quem se acumpliciara, pois o padre Preto se escondera nas minas e frei Roberto levara tal sumiço, que, em fins de 1699, ainda se não sabia bem si vagueiava pelas incultas brenhas do Brasil ou si havia passado ao seu torrão natal de além-Atlantico.

Entretanto, apesar do delicto dos cunhos falsos ser «execrando», ser de nunca vista «enormidade», na linguagem suggestiva de Arthur de Sá, Pedro II não tardou a desfraldar sôbre os seculares culpados a bandeira misericordiosa do perdão, tornando-a depois (pela carta régia de 20 de Dezembro de 1700) extensiva aos ecclesiasticos.

A carta régia de 27 de Janeiro de 1700 revelou ao conferencista outro tributo, de que não fallam os estudiosos de nossa Historia, — o da vintena dos quintos do ouro, collectado annualmente para a casa da rainha. O que esse documento proporciona de mais singular é que, tendo fallecido a «sôbre todas muito amada e prezada mulher que Deus tem na gloria» do sr. d. Pedro II, — que, aliás, a havia tomado, com o throno, do proprio ermão o sôbre todos infeliz Affonso VI, — ainda o monarcha, sem que houvesse convolado a novas nupcias, mandava que se continuasse o pagamento da vintena na mesma fórma anterior, isto é, para a a casa de uma rainha que não existia...

Convem, por fim, accentuar que os premios aos descobridores das riquezas mineraes do Brasil consistiam geralmente em mercês honorificas ou postos militares sem sôldo dos cofres reaes, e, quando os governadores eram auctorizados a prometter-lhes «tenças», logo se clausulava, como se vê da carta régia de 26 de Novembro de 1698, que fossem assentadas «no rendimento das mesmas minas».

O systema da Metropole resumia-se, portanto, nesta pasmosa simplicidade: — repletar o seu erario, sem dispendio de um ceitil, com os preciosos dons que a natureza liberalizára á

nossa terra, e que não os invasores e senhores della, porém sim os Mamelucos audazes lhe arrancavam ás entranhas virgens, opulentas e fecundas.

c) *A expedição á Vaccaria (indulto de Gaspar de Godoy Collaço) e a expedição a Sabarabussú (indulto de Manuel de Borba Gato).* — Azevedo Marques, sem duvida por não conhecer os documentos, ora descobertos pelo orador, no que respeita a Gaspar de Godoy Collaço, assevera que este célebre Paulista, em consequencia dos serviços que prestára nas explorações e conquista dos sertões da Vaccaria até ás serras vizinhas do Paraguai, fôra galgando os postos militares até alcançar o de tenente-general.

O certo, entretanto, é que elle não teve este titulo nem para os terços de auxiliares nem para a ordenança, pois a patente de 3 de Março de 1698, firmada por Arthur de Sá e Meneses, o elegeu tão sómente para «tenente-general da jornada que se vai fazer á Vaccaria», em busca de minas de prata.

Entra o conferencista a explicar o motivo determinante da escolha de Collaço para essa expedição e o porque se relaciona ella, politicamente, com a de Sabarabussú.

Oriunda de ambições de mando, estalára em S. Paulo, desde meiados do seculo XVII, a pertinaz e sanhosa contenda dos Pires e Camargos, na qual se enquadra o doloroso episodio de Alberto Pires e Leonor de Camargo, envolto ainda em celagens romanescas, que a penna de Taques sobredourou e que a lyra de Benedicto Octavio sonorizou nas rimas do seu poema *Anankê*. A Metropole e os seus mais graduados prepostos intervieram na deploravel rusga de familias, que parecia acalmada no fim daquella centuria. Mas o govêrno portuguez entendeu de quebrar o padrão da moeda na sua colonia americana, contrariando nisso os sabios e previdentes conselhos de Arthur de Sá, e o povo de S. Paulo rebellou-se contra a odiosa medida, que tanto o ia prejudicar. Note-se que o exemplo da côrte lusitana fructificára aquem-mar, a tal poncto, que as camaras paulistas, segundo o informe daquelle governador, «quando haviam mistér dinheiro por emprestimo, baixaram as sobreditas moedas, e, quando lhes pareceu fazer os seus pagamentos, os levantaram, dando ás patacas de quatro oi-

tavas e meia o preço de dous cruzados» (carta de 1 de Junho de 1698 ao rei).

Quando Arthur de Sá estava prestes a partir para S. Paulo, em Outubro de 1697, de lá mandaram dizer-lhe que era excusado querer elle ir a S. Paulo, porque elles, os Paulistas, se sabiam muito bem governar, e proferiram palavras taes, que o governador as achou indignas de fazer presentes ás vistas do soberano, chegando os sublevados ao poncto de deitarem um pasquim ameaçador na casa do juiz Isidoro Tinoco, com o intuito de obstarem ao proconsul da Metropole, pela intimidação, a subida áquellas capitanias, *ad instar* do que, em 1660, tinham feito a Salvador Correia de Sá e Benevides.

O potentado, que acaudilhava todo esse movimento, generalizado pelas mais importantes localidades, era Pedro Ortiz de Camargo. E, como Gaspar de Godoy Collaço se manifestasse disposto a obedecer ás ordens régias, relativas á baixa da moeda, entre os dous se levantou azeda porfia, caïndo sem vida aquelle regulo temeroso, prostrado pelo bacamarte do seu conterraneo e adversario.

Arthur de Sá chegou a S. Paulo a tempo de assistir a este lobrego desfecho da sanguinosa contenda e a tempo de impedir que as duas familias rivaes, de animo agora mais exacerbado, se dessem a batalha, a que estavam dispostas.

É de imaginar com que difficuldade não luctou o habil representante da soberania portugueza para conter sobretudo os Camargos, ainda mais violentos e rancorosos que os Pires. Note-se que o governador era hospede de Lourenço Castanho Taques o moço, da estirpe dos Pires, e que isto, afóra o mais que consta das peças historicas, concorre a explicar porque Arthur de Sá, dando ao rei parte da scena luctuosa, traça contra Pedro Ortiz um verdadeiro libello accusatorio, buscando exculpar a Collaço. É preciso ler todas as provas deste levante, para que bem se comprehenda a tactica desenvolvida então por Arthur de Sá, quer juncto aos Paulistas, quer perante o soberano. Commettido o assassinio, empecida a peleja apparelhada pelas duas familias, o governador, que devia estar sobejamente inteirado da indole vingativa dos Camargos, immediatamente afastou da villa de S

Paulo o homicida, e, de certo com a mira de o pôr fóra do alcance de uma vindicta de outro modo inevitavel, pouco depois, a 3 de Março, o nomeava para a expedição á Vaccaria, que partiu desta capital no comêço de Junho do mesmo anno.

Preparada esta leva, communicou-a Arthur de Sá a Pedro II, por carta de 26 de Maio de 1698, elogiando o cabo que para ella escolhera e declinando-lhe o nome; e só depois, a 1.º de Junho, foi que participou ao rei a morte perpetrada em S. Paulo, fornecendo o nome da victima, pintada com as mais negras côres, mas occultando o do réu, a quem chamava «um dos melhores homens que ha naquellas capitanias». O soberano, que approvara a bandeira e mandara agradecer os novos serviços esperados de Collaço, por carta de 20 de Outubro de 1698, dous dias depois, respondendo á segunda carta de Arthur de Sá, e seguramente não sabendo que se tractava da mesma pessoa, insinuava a abertura de uma devassa sôbre a sangrenta acção occorrida em S. Paulo, «porque ainda que o seu procedimento (de Pedro Ortiz) fosse tão indigno, e o matador respeitado por bom homem, isso o não livra do crime que commetteu neste delicto, e de ser castigado conforme merecer por elle».

Pois bem: — a punição de Collaço, que falleceu em S. Paulo a 10 de Dezembro de 1713, foi apenas a jornada da Vaccaria.

Ora, si se confrontarem as duas patentes expedidas por Arthur de Sá e Meneses em 1698, — a de 3 de Março, dada a Collaço, e a de 15 de Outubro, dada a Borba Gato, — ver-se-á facilmente que ambas obedeceram á mesma inspiração e aos mesmos intuitos, diversificando apenas nos nomes dos patenteados e nas datas, assim como na hypothese, razoavelmente prevista pela ultima, de Garcia Rodrigues Paes, que conservava o seu titulo de capitão-mór do descobrimento das esmeraldas, galardoado pela carta régia de 23 de Dezembro de 1683, querer, não obstante occupado na abertura do «caminho novo», ir exercer a sua jurisdicção no mesmo poncto a que era mandado aquelle seu afim, caso esse em que se deveriam ajudar reciprócamente, para a consecução do escopo, que levava Borba Gato.

Não conheceram a patente de 15 de Outubro de 1698 os escriptores antigos, que vaga ou erradamente lhe fazem referen-

cias, como Taques, Azevedo Marques, Xavier da Veiga e José Joaquim da Rocha, tendo este chegado ao poncto de affirmar que Arthur de Sá premiara a Borba Gato com o posto de «tenente-general de uma das praças do Rio de Janeiro»! E, dos ainda vivos, nem Diogo de Vasconcellos nem Calogeras a examinaram como fôra mistor, pois que o dr. Derby já a inserira (bem que sem respeito á graphia original, notadamente quanto ao toponymico essencial) no vol. V da «Revista do Instituto Historico de S. Paulo».

Perscrutando o curioso documento e as demais provas authenticas que existem sôbre este assumpto, obteve o conferencista o resultado que passa a expor, excusando-se de varias rectificações de menos valia, exigidas pelos equivocos de que se resentem os tractadistas.

Quando a leva de d. Rodrigo do Castello-Branco se encaminhou para a tão cobiçada serra do Sabarabussú, ao encalço de Fernão Dias, deparou-se-lhe no arraial de Paraopeba a tosca urna funeraria, em que Garcia Rodrigues transportava para o torrão natal os ossos do pae, e do digno filho do «caçador de esmeraldas» recebeu o administrador geral das minas do Brasil o saquinho das pedras verdes, destinadas ao manifesto perante o soberano. O attestado dessa entrega, redigido em hispanhol e firmado por d. Rodrigo, traz a data de 8 de Outubro de 1681, e foi lavrado no Sumidouro, cujas roças, assim como as de Itacambira e dos mattos das pedrarias, passaram, no mesmo acto, ao poder do representante do soberano. O cabo José de Castilhos ficára de guarda á jazida, onde Fernão Dias colhera os seixinhos corados, e Borba Gato postara-se, como sentinella avançada, com um pequeno contingente do seu mando, á bocca da extensa região da imaginaria Golconda, nas cercanias do Sumidouro, celebrizado por tantos eventos tragicos nos primordios da conquista do nosso *Hinterland*.

Ou porque o fidalgo castelhano lhe exigisse os petrechos bellicos e obediencia egual á que lhe rendera Garcia Rodrigues, ou por qualquer outro motivo até hoje ignorado — o certo é que entre os dous se abriu conflicto, e d. Rodrigo alli tombou exanime, em fins de Outubro de 1681, ou no fundo abrupto de uma cata, a um empurrão de Borba Gato (como narra Taques), ou va-

rado por uma carga de trabuco, que o Paulista destemeroso, ou um dos seus pagens (esta, talvez, uma attribuição posterior dos interessados em innocentar o Borba), lhe apontára ao peito.

Não vingaram a morte do seu chefe os commandados de d. Rodrigo, que formavam, no entanto, um batalhão respeitavel: — conterraneos e amigos do homicida, retrocederam uns prestemente para S. Paulo, enquanto outros, mais timoratos, se afundaram nos latibulos do sertão bravio.

Calham agora aqui as lendas quanto ao homizio e ao chamado indulto do Borba.

Tem-se affirmado, sem o adminiculo de qualquer vislumbro de prova, sinão o aereo e variegado dos relatos postos em registo, que o réu de lesa-magestade, foragido no intricado recesso das terras interiores, ou estanciou no meio de cabildas, de que se fez «morubixaba» acatado, ou andou a descobrir ouro, ou ainda que veio montar uma fazenda agricola no alto Parahiba.

Apenas de um roteiro existente na Bibliotheca Nacional, e cujas duas cópias não mantêm entre si a precisa congruencia, consta o nome de um *Capitão Manoel de Borba* como auxiliar de uma bandeira do padre João de Faria, a qual, em epocha anterior a 1694, descobriu uns ribeiros auriferos nos taboleiros dos rios Grande, das Mortes e Sapucahi.

E é geral a crença, tanto dos escriptores nacionaes, como dos extrangeiros (Henderson, Handelman, Southey e outros) que o perdão de Borba Gato lhe foi offerecido, em nome do rei, por Arthur de Sá, a trôco de revelar o responsavel pelo homicidio de d. Rodrigo as jazidas de ouro que achara no Sabará, imaginando alguns dos nossos compatricios, que versaram a questão, entrevistas prévias e jornadas do governador com o Paulista inconciliaveis com os dados das provas officiaes.

Todas estas supposições promanaram evidentemente de haver Borba Gato achado, em 1700-1701, as abundantes riquezas auriferas daquella região, a que fôra mandado pelo proconsul lusitano em busca de minas de prata; e, como fêcho desse acervo de «entes de razão», não faltou quem affirmasse ter elle pago a Arthur de Sá (não ao rei, como fôra logico) o favor do indulto, mediante o nababesco presente de trinta arrobas de

ouro, que o bemaventurado governador conduziu consigo para Portugal...

Ora, a denuncia do grave crime de Outubro de 1681 fôra levada ao conhecimento do rei pela carta dos officiaes da camara da villa de S. Paulo, de 2 de Novembro de 1682. E Arthur de Sá, ao vir para o Brasil em 1697, não podia ignorar aquelle acontecimento, que teve necessariamente larga repercussão na Metropole, pela alta posição e linhagem da victima.

Nada mais natural do que, indo elle a S. Paulo, lá intercedessem pelo Borba os parentes e amigos deste, principalmente aquelles em cujo seio teve o governador a mais captivante hospitalidade, e é até provavel que Garcia Rodrigues Paes, ao offerecer-se tão generosamente para o franqueiamento do «caminho novo», falasse tambem em pról do cunhado, foragido havia mais de tres lustros e sob a ameaça tremenda das penas draconianas das Ordenações do Reino.

Taes presumpções, contudo, por mais justificaveis que sejam, não permittem que nellas sós se fundamente um acto de clemencia de obtenção rara e difficil, uma graça que era regalia especial do poder majestatico.

Mas Arthur de Sá, logo na sua primeira visita á terra dos bandeirantes, teve necessidade de usar de uma politica de larga tolerancia, qual a que poz em práctica no tocante a Gaspar de Godoy Collaço.

Para que, pois, as ficções multiformes que se têm bordado em relação ao caso de Borba Gato, si a attitude do governador para com este se póde explicar pelos mesmos motivos capitaes que o impelliram a não proceder contra o assassino de Pedro Ortiz?

O perdão em troca de revelações de jazidas auriferas, ou até de «esmeraldas», conforme a versão inacceitavel admittida por Xavier da Veiga, é pura phantasia, sem sustentaculo algum nas peças officiaes. A patente de 15 de Outubro de 1698, lavrada aqui no Rio de Janeiro, e não em S. Paulo, como foi a de Collaço, nomeando a Borba Gato «tenente-general na jornada do descobrimento da prata de Sabarábuassú» (*sic*), é expressiva e concludente, pelos seus proprios termos. Nella não se cogita de ouro,

nem se falla do crime do Paulista. Ora, como ella é identica á de 3 de Março, não ha outra illação a tirar, sinão que aquella foi um consectario logico desta, — como o orador queria demonstrar.

Demais, d. Rodrigo de Castello-Branco era castelhano, e não tinha parentes em Portugal, nem no Brasil.

E que os tivesse... Mina de prata ou de ouro, que se descobrisse na Vaccaria ou no Sabarabussú, valia então pela melhor defesa, e importava em sentença absolutoria dos maiores crimes, sentença tacita, mas effectiva.

Receberam os sertões mineiros o baptismo de sangue, quer das veias do filho bastardo de Fernão Dias, quer das veias do fidalgo castelhano, quer, emfim, das veias dos Paulistas e forasteiros, na tremenda refrega dos «emboabas». Mas, — honra seja aos nossos antepassados!, — os seus assomos de autonomia e a sua envergadura insobrepujavel não são lendas espurias, são verdades inconcussas e luminosas!

Para que revivam melhor essas figuras inolvidaveis, appella o orador para os mestres das boas letras nacionaes e para os cultores emeritos da Historia Patria, não offerecendo o seu exemplo pessoal, pois reconhece a apoucada valia deste, mas, não fallando na obrigação egual que incumbe a tantos outros, infelizmente adormecidos sôbre os louros que conquistaram, revela, talvez commettendo uma indiscreção, que está certo de lhe ser perdoada, que o festejado auctor do «Nababo dos tempos coloniaes» e dos «Sonhos de ouro» vai em breve, com as rutilancias do seu estylo primoroso, reevocar a individualidade historica do assassino de d. Rodrigo de Castello-Branco, do famoso Manuel de Borba Gato, que morreu em avançada ancianidade, depois de haver perpetuado o nome na titanica epopeia dos nossos sertões.

Urge que refaçamos, aos clarões vigorosos da verdade, as nossas tradições e a nossa vida. Ás gerações de agora e ás gerações porvindouras não podemos dar melhor ensinamento que o que resalta do pugillo de bandeirantes intrepidos, indomaveis nos seus éstos de independencia e galharda altivez, heroicos e generosos, herculeos na sua pujante força de vontade, de energia inquebrantavel e fecunda, mesmo quando violenta e sangui-

nosa, aos quaes devemos a extensão dos nossos lindes, a conquista e povoamento do coração do paiz, a revelação das nossas riquezas deslumbradoras e os prodromos do nosso *self-government*.

No espelho sem jaça desse passado remoto é que devem mirar-se os homens do presente, para que preparem á nossa posteridade um futuro próspero e risonho, e para que, cumprindo os desejos e tornando realidades as aspirações dos que formaram immensa e esplendorosa esta terra amada, aqui surja, enfim, o povo grande, o povo forte, o povo viril, digno da Patria brasileira !»

FASTOS PARAENSES

AS PRIMEIRAS RUAS DE BELÉM

PELO

Dr. Manuel de Mello Cardoso Barata
(Socio honorario do Instituto)

Assumpto de difficil indagação é este, de que ora se occupa o eminente dr. Manuel de Mello Cardoso Barata, que, tractando do estabelecimento das primeiras vias publicas da capital paraense, teve alli ensejo de inserir notas curiosas relativas a Francisco Caldeira Castello Branco, Bento Maciel Parente e Pedro Teixeira.

Não menos curiosas as observações sôbre a ***Primeira loja maçonica no Pará.***

(NOTA DA DIRECÇÃO)

FASTOS PARAENSES

AS PRIMEIRAS RUAS DE BELÉM

I

Tendo partido de S. Luiz de Maranhão a 25 de Dezembro de 1615, Francisco Caldeira de Castello Branco veio ancorar, nos ultimos dias de Janeiro de 1616, defronte da ponta de terra mais proeminente da bahia do Guajará, que lhe pareceu era sitio accommodado para se fortificar. Desembarcando no mesmo dia da chegada, logo entrou á levantar uma ligeira fortificação de fachina e terra ou « cêrca de madeira », quanto bastava, na curteza de tempo e de meios, para se precaver contra o provavel ataque dos Indios. [1]

---

[1] Os documentos manuscriptos contemporaneos e os historiadores que fazem fé, — e não são poucos, — são accordes em affirmar que era de madeira o chamado forte feito em 1616 por Francisco Caldeira. E nós vamos nessa boa companhia, deitando para o lado umas novas historias de fancaría, que por ahi se improvisam, com menoscabo da verdade, alma e esplendor da Historia, no dizer de Navarrete.

Na parte extrema e juxtafluvial do logar em que estava aquella cêrca de madeira, fez Bento Maciel Parente construir, em 1622, um forte *de tapias de pilon, con portadas de cal y canto, y trez baluartes con su cava, y mas fortificaciones a lo moderno* », como escreve, textualmente, o mesmo Maciel Parente, no seu *Memorial*, apresentado a Filippe IV (1627).

Nesta fortificação, em cujo recincto Francisco Caldeira fez levantar umas casas rusticas, de palha, e onde se recolheu com a gente da sua expedição, poz elle o nome de ***Presepio de Belém*** e foi este o nucleo primordial da actual cidade, que o mesmo seu fundador dedicou á invocação de ***Nossa Senhora de Belém***, não de ***Sancta Maria de Belém***, como erradamente se tem escripto e vulgarizado.

A linha da fortificação abrangia, pelo lado de terra, parte da área que veio a ser a ***praça da Matriz*** (depois largo da Sé), e tinha ao lado do Norte um portão de saída para a praia proxima, onde havia desembarcado Francisco Caldeira. Á beira dessa praia

---

A precaução, não já contra as frechas dos Indigenas, mas contra as colubrinas e pedreiros dos navios hollandezes, determinára a construcção deste forte em taes condições de resistencia.

É a este forte de 1622 que se refere Johan de Laet, no seu *Novo Mundo* (ed. de 1633 e 1640), e não ao de 1616, que já não existia ao tempo em que este auctor escreveu a sua obra, nem tivera a estructura por elle descripta, que é a mesma referida por Maciel Parente.

É a este forte de 1622 que se refere o testimunho presencial de Pedro Teixeira, na sua *Relação* de viagem, enviada de Quito a Lima, em 1638, ao vice-rei do Perú, conde de Chinchon.

Este mesmo forte de 1622 foi por vezes reparado e reformado durante o periodo colonial, em 1749, 1759, 1766 e 1793 ; mas delle nada mais resta, sinão o logar e o fôsso sêcco.

Caïdo em ruina, foi resolvido reedifica-lo, no tempo do imperio. Começaram para isso as obras em 1848, com a construcção de uma muralha de cantaria, com seu contraforte, na parte banhada pelas aguas do rio, para evitar novos desmoronamentos da ribanceira pedregosa (*scopum* no texto latino de De Laet) que formava a já mencionada ponta de terra e até então conservada na sua feição natural, e em cujo cimo assentava a barbeta. Depois de varias interrupções, foram essas obras concluidas em 1868.

É este o forte que hoje ahi se vê, phantasiosamente denominado *Castello*, desartilhado e desmantelado.

foi depois (1653) estabelecida a primeira alfandega do Pará, com a frente e uma ponte sôbre a bahia, e em cujo logar, chamado posteriormente *porto do Collares*, está hoje o novo predio de n. 4, com frente para a actual travessa do Marquez de Pombal.

Em 1619, já dominados pelas armas os guerreiros *Tupinambás*, até as suas ultimas aldeias do rio Pará, foi-se dilatando a cidade para fóra do recincto fortificado.

O primeiro caminho, aberto na matta adjacente, foi a *rua do Norte*, que se prolongava pela margem do rio, de Norte a Sul. Ia ter este caminho ao sitio em que o capitão-mor Bento Maciel Parente edificou, em 1621, a sua casa de morada, por elle doada, em 1627, ao frades carmelitas calçados, para que ahi fundassem o seu convento e egreja, donde veio chamar-se *largo do Carmo* a esse logar. [1]

Pelo mesmo tempo, e successivamente, abriram-se outros dous caminhos parallelos, que foram a *rua do Espirito Sancto* e a *rua dos Cavalleiros* (nome de uma familia ahi moradora).

Em 1622, tendo Maciel Parente mandado erigir a primeira egreja de S. João, [2] abriu-se o quarto caminho parallelo, que, partindo da chamada depois calçada do Collegio, ia saïr em frente daquelle pequeno templo, e que se chamou *rua de S. João* (depois Ilharga de Palacio e hoje rua de D. Thomazia Perdigão). Esse mesmo nome foi mudado posteriormente para a rua que vai daquella egreja ao largo do Quartel, e chamada hoje de João Diogo.

Consecutivamente foram-se abrindo caminhos transversaes

---

[1] Este foi o primeiro convento e primeira egreja do Carmo. O segundo convento foi começado em 1696 e concluido em 1700. A segunda egreja foi principiada em 1708 e terminada em 1721. Foi demolida em 1766, ficando de pé só a capella-mór, e a nova egreja, que é a actual, começou a ser reedificada, pela planta delineada pelo architecto italiano Antonio José Landi, do arco dò cruzeiro á frontaria, que é toda de fina cantaria, mandada vir lavrada de Lisboa.

[2] A segunda egreja de S. João, tambem de taipa, foi erigida em 1686, no mesmo logar da primeira, demolida, e serviu de matriz de N.

áquelles quatro, os quaes foram — a *travessa da Residencia* [1], a *rua da Atalaia*, a *rua d'Agua de Flores* e a *rua da Barroca*, onde findava o perimetro da cidade, pelo lado meridional.

Da rua da Atalaia para a rua da Barroca abriram-se ainda a *rua do Aljube* e a *rua da Alfama*.

S. de Belem (1722-1724) e de cathedral de N. S. da Graça (1724-1726, 1748—1755).

A terceira egreja, de pedra e cal, actualmente existente, foi começada, ainda no mesmo logar, em 1772, pelo risco traçado pelo architecto Landi, em forma octogonal, e acabada em 1777.

1 Por não terem casa certa para sua morada, quando vinham de Maranhão (então séde do governo do Estado) em visita de inspecção á capitania do Pará, os governadores aposentavam-se em casas particulares, das melhores, que lhes eram cedidas por seus donos. Para obviar a este onus vexatorio resolveu-se edificar um palacio para os chefes do Estado, e o palacio foi começado em 1676 e concluido em 1680, pelo custo de sete mil cruzados. Era de taipa de pilão, com dous pavimentos, 14 janellas de sacada com balaustres de madeira no pavimento superior da fachada principal e tres janellas identicas em cada uma das fachadas lateraes. Era chamado *casa da residencia*, em observancia de um decreto regio que determinou assim se chamassem as habitações dos governadores, e não palacios. Dahi o nome de *travessa da Residencia* á que entrava da proximidade occidental daquelle edificio para a rua do Norte, e que depois se chamou travessa da Sé e da Rosa, hoje da Vigia.

Estando esse palacio já muito damnificado e ameaçando desabar, foi demolido em 1759. No mesmo logar, augmentado para os fundos, mandou o governador Fernando da Costa de Ataïde Teive edificar novo palacio, pela planta traçada por Landi, no estylo classico italiano.

Começaram em 1767 as obras, que terminaram em 1771, e importaram em duzentos mil cruzados. É este o palacio que nos deixou o governo colonial. O imperio fez-lhe por vezes diversos reparos e melhoramentos internos, conservando-lhe sempre o estylo original e a harmonia architectonica do conjuncto. A Republica, nas duas investidas reformadoras que lhe tem dado, interna e externamente, mutilou, aleijou, enxertou, emplastou, pintalgou o pobre palacio, transformando-o nessa cousa

Quando, em 1627, os frades capuchos de Sancto Antonio, deixando o seu hospicio de Una, levantaram o seu primeiro convento e egreja no sitio que por isso se chamou *largo de Sancto Antonio*, [5] entrou a extender-se a ci lade para esse lado, chamado *Campina*, por ser o campo ou suburbio do nucleo primeiro povoado.

---

hybrida, monstruosa, que ahi está, a attestar a nossa comprehensão artistica e o mau emprêgo dos dinheiros publicos. E, por cumulo de vandalismo, arrazaram-lhe o jardim e o pomar de bellas arvores seculares, reduzindo-os a cavallariça e caserna de janizaros.

E andam por ahi uns patriotas platonicos a fallar nas nossas reliquias historicas...

[5] Nenhum clerigo secular ou regular accompanhou a expedição de Francisco Caldeira ao Pará. O padre Manuel Felgueira de Mendonça, primeiro vigario da matriz, veio a 26 de Outubro de 1618. Os primeiros franciscanos capuchos da provincia de Sancto Antonio, e primeiros missionarios, que para cá vieram, foram — fr. Antonio da Merciana, fr. Christovam de S. Joseph, fr. Sebastião do Rosario e fr. Philippe de S. Boaventura, os quaes saïram de Lisboa a 22 de Junho de 1617 e aqui chegaram a 28 de Julho do mesmo anno.

Vieram com o capitão André Pereira, que voltava da metropole, aonde tinha ido, no anno antecedente, levar a noticia da jornada de Francisco Caldeira ao Pará, e que foi o nosso primeiro chronista, escrévendo alli a sua importante *Relação do que ha no grande rio das Amazonas novamente descoberto, Ano de 1616*, publicada por primeira vez em 1889 por Marcos Jimenez de la Espada. Pela «Folha Geral da despeza ordinaria que se faz em cada hum anno no Estado do Brasil, ordenada por Alvará de 10 de Junho de 1617» (Doc. ined.) mandou-se fornecer aos quatro religiosos uma pipa de vinho, um quarto de azeite doce, outro quarto de farinha de trigo e duas arrobas de cera lavrada, alem do ordinario para sua subsistencia.

Albergaram-se em um modesto hospicio de madeira e palha, que á pressa levantaram juncto ao forte do Presepio, no logar em que depois (1653) os jesuitas fundaram o seu primeiro Collegio de Sancto Alexandre, actual palacio episcopal. Em 1618 os quatro religiosos capuchos abando-

Em communicação com o convento, estabeleceu-se então um caminho. Partia este do alto da calçada do Collegio, e atravessando uma ponte de estiva, [1] seguia abeirando o littoral, quasi em linha recta, até o convento. Ahi findava a cidade pelo lado do Norte, e continuava a dominar erecta a floresta secular.

Esse caminho bipartiu-se depois em *rua da Cadeia* (do largo das Mercês para o de Palacio) e *rua de Sancto Antonio* (do largo das Mercês para o convento).

A rua da Boa-Vista, depois da Imperatriz e hoje 15 Novembro, era, praia, até o anno de 1820, em que só tinha edificações ao lado oriental, e se chamava *rua da Praia*.

Do *Largo das Mercês* para o Norte, e parallella á rua de Sancto Antonio, abriu-se a *rua do Açougue*, (depois da Industria),

---

naram aquelle primeiro hospicio e foram levantar novo hospicio na aldeia do Una, de indios *taujaras*, cêrca de meia legua da cidade. Alli vieram fundar, em 1627, o seu primeiro convento e egreja no logar que ficava então á beira do rio, e que se chamou largo de Sancto Antonio.

Nesse mesmo logar foi erigida a segunda e actual egreja, começada em 1736 e concluida em 1743. Desse tempo é tambem o segundo e actual convento, com a sua cêrca.

[1] Um grande paul, conhecido pelo nome indigena de *Piri*, occupava uma parte oriental da cidade, extendendo-se da extremidade meridional da rua do Espirito Sancto ao largo da Trindade, no cumprimento de 600 braças, com 300 de largura. Para alem delle estava a fazenda agricola de S. José, do capitão-mór Hilario de Sousa de Azevedo, para onde se ia dando volta pelo caminho chamado da *Cruz das Almas*, que partia do largo da Polvora. Á entrada desse caminho havia uma cruz de madeira, ao sopé da qual estava uma caixinha de esmolas para as almas do purgatorio. Esse caminho, que se chamou depois *rua da Cruz das Almas*, tem hoje o nome de Arcipreste Manuel Theodoro.

Do paul derivava um ribeiro ou igarapé, que corria pela depois estrada de S. José, atravessava a parte septentrional do largo de Palacio e desaguava no logar da Doca de Ver-o-peso, então mais reentrante que actualmente. Ahi, perto desse logar, entre o fim da Calçada do Collegio e o principio da rua da Cadeia, estava sôbre o igarapé, a ponte que dava

cujas casas do lado occidental deitavam os fundos para a praia, que foi depois a rua de Belem e hoje *boulevard* da Republica.

Parallelamente á rua da Cadeia, a *rua da Paixão*, [1] que terminava no *largo de Sancta Luzia*, depois *largo da Misericordia*, que ainda hoje tem este ultimo nome, não obstante ter sido supprimido, por ter sido todo edificado, nas suas quatro faces.

Em 1676, tendo chegado 50 familias da ilha do Faial, compostas de 234 pessoas de ambos os sexos, abriu-se (22 de Janeiro) a *rua de S. Vicente*, em que foram localizadas aquellas familias.

Atravessando as referidas ruas, abriram-se do littoral para dentro, os caminhos que tiveram depois os nomes de — *rua do Pelourinho, rua de S. Matheus, rua do Passinho, rua das Mercês, rua das Gaivotas e rua dos Mirandas.*

Por esta ultima ia-se, através da matta, para o depois chamado largo da Casa da Polvora ou simplesmente largo da Polvora, donde seguiam os caminhos para S. José e para o engenho do Utinga (Itinga — Agua-branca). Este ultimo caminho teve posteriormente as denominações de — estrada de Nazareth, estrada da Independencia e estrada do Marcó da Legua.

Eram estas, ao findar o seculo XVII, as ruas da cidade fundada por Francisco Caldeira.

Ecclesiasticamente, constituia ella uma só freguezia, a de N. S. de Belem, até o anno de 1727, em que foi dividida em duas, a da Sé e a da Campina (Sancta Anna), que teve por matriz pro-

---

communicação ás duas vias publicas. O mencionado paul foi mandado aterrar (1804) pelo governador conde dos Arcos, e ahi foram abertas as estradas do Arsenal (hoje do Almirante Tamandaré), de S. José (hoje 16 de Novembro) e das Mungubeiras, da estrada do Arsenal para o largo do Quartel (hoje travessa de S. Matheus).

[1] *Paixão* era o appellido, por que era vulgarmente conhecido o negociante portuguez Antonio Rodrigues Martins, morador nessa rua, á cuja entrada, lado oriental, canto do largo de Palacio, tinha a sua casa de morada, ha annos demolida e substituida pelo actual predio de sobrado, n. 2. Rodrigues Martins foi mestre de campo (coronel de milicias), thesoureiro geral do commercio de Indios e cavalleiro de Christo.

visoria a egreja do Rosario, e por divisa a rua (hoje *travessa*) de S. Matheus.

Bem se vê que, chronologicamente, tão *velha* é uma como outra das duas partes da cidade primeva, sem que nada justifique o andar-se a chamar agora *cidade velha* a uma dellas, como si fôra esta uma cidade afastada, abandonada e em ruinas, quando a verdade é que essa *cidade velha* faz parte integrante da cidade actual, e nella se acham — o palacio do governo, o palacio episcopal, a cathedral e o arsenal de marinha, sendo a maioria dos seus edificios particulares de reconstrucção posterior a 1860, e muitos delles de construcção moderna.

Para só nos referirmos ao Brasil, na Bahia, no Rio de Janeiro, em S. Paulo, no Recife, por exemplo, ninguem chama *cidade velha* á parte que foi nucleo de fundação dessas cidades, muito anteriores á de Belem.

É uma originalidade *nephelibatica* da nossa terra, como é o chamar *travessas* ás vias publicas tão largas e extensas quanto as differentes ruas, através das quaes aquellas se prolongam, e, em muitos casos, mais largas e extensas as *travessas* que as mesmas ruas; como é o chamar *curro* ao matadouro publico...

As ruas não tinham seus nomes officialmente inscriptos nas esquinas; eram conhecidas vulgarmente pelos nomes dos seus moradores mais na voga, pelos das egrejas e edificios publicos nellas situados, ou pelo de qualquer particularidade occasional ou local.

Tambem não eram calçadas; a primeira que teve calçamento, feito de pedras irregulares, da terra (grés ferruginoso), foi a rua do Paixão, em 1757. E esse systema de calçamento continuou até depois de meado o seculo XIX, em que se começou a faze-lo com parallelepipedos de granito, importados do extrangeiro.

As casas, geralmente de um só pavimento, de taipa de pilão, de taipa de vara ou de mão, não eram numeradas; indicava-se a situação de cada uma dellas dizendo que ficava á mão direita ou esquerda, indo ou vindo, pegada á de fulano ou passando a de sicrano; e assim eram tambem mencionadas nos documentos publicos.

II

Já 188 annos eram passados da fundação da cidade. As suas ruas não tinham os nomes indicados nas esquinas, nem eram numeradas as casas.

Foi em 1804 que o conde dos Arcos, governador e capitão general do Estado, determinou que a camara municipal fizesse inscrever os nomes das ruas nas paredes dos seus angulos, devendo ser esses nomes pintados com letras brancas em campo negro, e fizesse tambem numerar as casas, com algarismos e fundo daquellas mesmas côres, pintados na verga das suas portas de entrada. A numeração então feita era de numeros seguidos, e começava ao lado esquerdo da entrada da rua até o fim della, donde passava para o lado fronteiro, e continuava o seu principio: por este modo:

Lado esquerdo — 1, 2, 3, 4, 5, 6.

Lado direito — 12, 11, 10, 9, 8, 7.

Annos depois, em portaria de 2 de maio de 1840, o presidente da Provincia, João Antonio de Miranda, mandou que a camara fizesse numerar todas as casas a cidade, e designasse as ruas, travessas, becos e largos com os nomes que já tivessem, e que á camara parecessem adequados. Ao mesmo tempo recommendou que «se conservassem os nomes por que alguns desses logares fossem de longa data conhecidos, com a unica excepção de que a uma das ruas principaes se daria o nome de — *Rua de D. Pedro 2.º*; á outra, o de — *Rua 13 de Maio*, em attenção a ser esse o dia em que as tropas da legalidade se apoderaram da capital; á outra,

o de — *Rua de Andrea*, por ser este o delegado do governo supremo que reduziu á paz a Provincia ».

O nome do Imperador foi dado ao largo da Polvora, que passou a ser *Praça de D. Pedro 2.º*, sendo então alinhada e arborizada.

Pela implantação do novo regimen politico (que tão maus fructos tem dado !...) essa denominação foi mudada para a de *Praça da Republica.*

Quanto aos outros dois nomes indicados para outras duas ruas, a camara resolveu, em sessão de 6 de maio daquelle mesmo anno, que se respondesse ao presidente da Provincia que « causará talvez no futuro males de graves consequencias o mudar-se-lhes os nomes, que presentemente têm e sempre conservarão desde a sua primitiva, porque pelos titulos de propriedade ora existentes, não serão no futuro conhecidos os lugares que elles designarem, e muito mais não havendo um caso urgente para que esta mudança tenha lugar ».

Por essas razões, não foi dado a nenhuma rua o nome de 13 de Maio (de 1836) dia em que aqui se restabeleceu a ordem social, a tranquilidade e segurança publica. [1]

Só om 1888 é que o nome foi dado á rua Formosa (antiga do Paixão), mas em commemoração da data da lei de libertação dos escravos.

---

[1] Não obstante, a data memoravel não deixou de ser commemorada.

Na primeira sessão da segunda legislatura da assembléa legislativa provincial, aos 17 de agosto de 1840, o deputado dr. Francisco da Silva Castro apresentou o seguinte projecto de lei, para que fosse de grande gala o dia 13 de Maio :

« A Assembléa Legislativa Provincial decreta :

Art. unico — O dia 13 de Maio será de grande gala em toda a Provincia, em memoria da restauração da capital pelas tropas imperiaes, e por tal motivo se manifestarão todas as provas do publico regosijo. Paço da Assembléa Provincial do Pará, 17 de agosto de 1840 ».

Pelas mesmas razões allegadas pela camara, tambem o nome do benemerito marechal Andrea, que ainda hoje se recommenda á grata memoria dos bons paraenses, deixou de ser dado a uma rua da cidade que aquelle esforçado e probo servidor do Brasil libertára das hordas depredadoras e sanguinarias da *cabanada*.

Em sessão da camara, de 4 de Fevereiro de 1841, foi proposto que se mandasse avivar e pôr onde não houvesse os nomes das ruas e travessas, e numerar de novo os predios, de maneira que os numeros pares ficassem ao lado direito da rua, e os numeimpares ao lado esquerdo, « por ser este o methodo mais seguido entre Nações mais civilizadas ». Depois de grande debate, entrou em discussão si se devia pedir ao governo que fizesse a despesa, ou se esta devia ser feita á custa das rendas da camara ; e depois de varias informações e esclarecimentos, que se pediram sobre quem havia pago a ultima numeração que se fez (em 1804), foi afinal resolvido que se fizesse á custa das rendas da camara. Mas, como esta despesa, não estivesse designada na respectiva lei de orçamento, foi resolvido que em tempo opportuno se requisitasse á Assembléa Provincial legislativa (que então votava o orçamento municipal) houvesse de decretar uma verba para occorrer á dita despesa, e então teria logar a numeração.

Assim, pela lei provincial n. 100, de 5 de Julho de 1841, que orçou a receita e fixou a despesa municipal para o anno financeiro de 1842-1843, foi a camara autorisada a dispender a quantia de 500$000 com os letreiros das ruas, travessas e praças.

O systema então indicado para a numeração das casas foi assim executado (1842) :

Na falta da collecção completa do jornal TREZE DE MAIO, que publicava os trabalhos da assembléa, não pudemos verificar se este projecto fôra convertido em lei. E' certo, porém, que como tal não se acha comprehendida na *Collecção das leis da Provincia do Pará* (1838-1899).

Entretanto, o citado jornal, na sua edição de 15 de maio de 1841, dá noticia que « o 13 de Maio desse anno foi commemorado com salvas de artilharia e espectaculo de gala no *Theatro Providencia*, com a presença do vice-presidente da Provincia, que, perante a effigie imperial, deu vivas ao imperador, á Assembléa Legislativa e á Nação brasileira »,

Lado esquerdo—1, 3, 5, 7, 9, 11.

Lado direito—22, 20, 18, 16, 14, 12.

A lei n. 217, de 15 de Novembro de 1851, dispoz que a camara mandasse inscrever impreterivelmente, no anno financeiro de 1852, os letreiros das ruas, travessas e praças ou largos da cidade; e obrigou os proprietarios dos predios a fazerem numerar as portas de suas propriedades, pela ordem numerica, conforme fosse designada pela camara. Esta ordem numerica foi a mesma já adoptada anteriormente.

O regulamento de 7 de junho de 1862, para a arrecadação e fiscalização do imposto predial, determinou que todas as casas de cada rua seriam numeradas, de uma a outra extremidade, por duas series de numeros, sendo a dos pares seguidamente posta ao lado direito, e a dos impares ao esquerdo do caminhante que partisse do começo da rua.

Esta numeração, como tambem a designação dos nomes das ruas, continuou a ser feita ainda pelo mesmo systema da de 1842 e 1852, sempre com algarismos e caracteres brancos em fundo preto, pintados nas vergas das portas e nas paredes das esquinas.

Por uma postura de março de 1884, a camara determinou que a numeração dos predios fosse de algarismos brancos, em relevo, sobre placas de ferro, fundidas, de fundo preto, ficando os numeros pares ao lado direito, e os impares ao lado esquerdo, alternadamente, desta fórma:

Lado esquerdo—1, 3, 5, 7, 9, 11...

Lado direito—2, 4, 6, 8, 10, 12...

Este novo systema de numeração em placas não chegou, porém, a ser realisado, então.

Em outubro de 1890 a camara contractou com Hammond & C.ª o serviço da numeração dos predios e designação dos nomes das ruas, de conformidade com a ordem numerica estabelecida pela postura de 1884, mas sobre placas de metal esmaltado, com fundo azul, e com algarismos e letras brancas.

Deste modo foi feito o serviço em 1891, e é este o systema ainda em uso.

III

A PRIMEIRA LOJA MAÇONICA NO PARÁ

Com este mesmo titulo, e na edição deste jornal, de 13 de setembro de 1911, publicamos um ligeiro trabalho histórico, em que démos noticia da fundação, nesta cidade de Belem, da primeira loja maçonica, que se chamou TOLERANCIA, e foi regularizada no dia 15 de dezembro de 1832.

Como documentação áquelle trabalho, damos agora á publicidade a seguinte interessante *prancha*, transcripta do livro de Registo da Correspondencia do Gr.·. Or.·. do Brasil, n.º 60 do Catalogo do Archivo do Gr.·. Or.·., fl. 16 v. e 17.

« A' Gl.·. do Gr.·. Arch.·. do Unv.·. S.·. S.·. S.·.
Cariss.·. e Resp.^{mos}.·. Irms.·.

O Gr.·. Or.·. do Brasil, a quem foi presente a vossa prancha, datada de 22 do 11.º mez do A. 5831 [1], na qual, participando a vossa installação, pedis a vossa reunião ao Centro Commum da Maçonaria brasileira, e igualmente Constituições que vos regularizem, protestando conformar-vos com os Estatutos e Regulamentos Geraes do Gr.·. Or.·., recebeu com o maior jubilo esta tão grata noticia, a qual foi applaudida na forma conhecida dos verdadeiros Maç.·., e admittindo e reconhecendo-vos entre as LL.·. do seu circulo, vos concedo a creação de um Sol.·. Cap., para o que se vos expede a competente

[1] 22 de janeiro de 1831.

Carta Capitular, e igualmente vos envia a Constituição Maç.·. Brasileira que acaba de ser jurada pelo Gr.·. O.·. e pelas LL.·. do seu Circulo. Por esta occasião vos faz saber que tem nomeado para seu delegado em a Provincia do Pará ao Cariss.·. e Respmo.·. Ir.·. José Soares de Azevedo [1] *C.·. K.·. S.·.*, munindo-o do competente Diploma e poderes convenientes a esta alta cathegoria.

O Gr.·. Or.·. do Brasil, confiando em que a R.·. L.·. *Tolerancia* se esforçará em levantar altares á virtude, dirige votos ao Gr.·. A.·. do U.·. pela sua prosperidade e brilhantismo.

Dada na Off.·. da Sap.^{ma}.·., Gr.·. L.·. do Gr.·.

[1] José Soares de Azevedo nasceu na cidade do Porto, em Portugal, a 17 de Março de 1800. Em 1821 recebeu em Paris o grau de bacharel em letras.

Em seguida partiu para Maranhão, onde se amparou a uma casa commercial, e abraçou a causa da independencia do Brasil, tornando-se cidadão brasileiro. Sendo, porém, mal succedido no commercio, passou-se para o Pará, e aqui se fez guarda livros, dedicando-se ao mesmo tempo á imprensa e á politica.

Com os paraenses, seus amigos, João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha e Marcos Antonio Rodrigues Martins (*Mundurucu Paiquicé*), fundou e redigiu os periodicos—*A Opinião* (1831), o *Echo Paraense* (1831-32) e *O Despertador* (1832), todos orgãos do partido liberal moderado, defensor da ordem e das garantias constitucionaes, então hostilizado pelo presidente da provincia, Machado de Oliveira, que dava apoio ao desordeiro conego Baptista Campos, de quem por fim se tornou inimigo, quando lhe conheceu as manhas.

Um artigo, aliás sensato e commedido, publicado pelo *Despertador*, serviu de pretexto para ser este denunciado pelo presidente, por offensas á sua auctoridade, sendo o responsavel do jornal condemnado a dois annos de prisão e multa de 800$000. Foi suspensa a publicação do periodico. Além disso, os tres jor-

Or.·. do Brasil aos 4 do 8.º mez do A.·. da V.·. L.·. de 5832 (1). Por mandado da Sap.·. Gr.·. L.·. »

---

nalistas foram processados, com outros cidadãos notaveis, seus correligionarios, como agentes da revolta popular de 1831, que obstou a uma das continuas subversões do conego. Para escaparem á prisão, tiveram de expatriar-se e a 14 de agosto de 1832 embarcaram no brigue escuna *Ametista*, que sahia para a cidade de Salem, na America do Norte. Dalli partiram depois para o Rio de Janeiro, onde representaram á regencia contra os desmandos do presidente da provincia, que foi então demittido, mas que desobedeceu impunemente á determinação do governo, conservando-se no exercicio da presidencia. No Rio de Janeiro publicaram o notavel opusculo, anonymo,—*O Pará em 1832* (hoje rarissimo), em que foram narrados com verdade os acontecimentos da provincia, e redigido principalmente por Soares de Azevedo.

Os seus dois companheiros de odysséa voltaram ao Pará, e aqui continuaram a pugnar pela ordem e segurança publica, contra a facção turbulenta chefiada por Baptista Campos, de triste memoria.

Soares de Azevedo ficou no Rio de Janeiro, onde fez parte da Sociedade Defensora da Liberdade e independencia nacional, de que Evaristo da Veiga foi um dos fundadores.

Alguns annos depois passou a Pernambuco, onde fundou, em 1839, o Collegio Pernambucano, e foi professor de francez, de lingua e literatura nacional do Lyceu, leccionando particularmente, em sua casa, essas e outras materias, depois de aposentado. Foi socio fundador do Instituto Archeologico e Geographico e do Conservatorio Dramatico, socio da Academia de Inscripções e de Bellas Letras do Instituto de França, official da Rosa, etc., e falleceu na cidade do Recife a 8 de março de 1876.

[1] 4 de outubro de 1832.

BARAO DO RIO APA

(MARECHAL ANTONIO ENÉAS GUSTAVO GALVÃO)

ESBOÇO BIOGRAPHICO

PELO

DR. SEBASTIÃO DE VASCONCELLOS GALVÃO

(Socio effectivo do Instituto)

No esbôço biographico do barão do Rio Apa, rende o dr. Sebastião de Vasconcellos Galvão o preito de justiça que se deve áquelle servidor da Patria. Prendem-se sobretudo á guerra do Paraguai e á phase inicial do regime republicano os factos principaes da vida do illustre militar, documentadamente referidos no trabalho ora inscrito em nóssa «Revista».

(NOTA DA DIRECÇÃO).

BARÃO DO RIO APA

(MARECHAL ANTONIO ENÉAS GUSTAVO GALVÃO)

ESBOÇO BIOGRAPHICO

O marechal do exercito brasileiro, Antonio Enéas Gustavo Galvão, barão do rio Apa, desceu ao tumulo admirado pelo paiz inteiro, que o reconhecia como um soldado de alevantado merito e chorado, sinceramente, como uma gloria imperecivel de nossas armas, entre as mais notaveis, que tambem já passaram á galeria celebre dos patriotas e dos generaes inclitos, como foram Caxias, Osorio, Camara, Andrade Neves, Porto Alegre, Diodoro e outros, que tanto se dignificaram.

Fazendo desfilar todos os factos de sua luminosa existencia, demonstraremos que vulto de relevancia, que estatura de destaque foi elle na Historia nacional, principalmente na militar, onde, sem contestação, era o perfeito prototypo dos que nitidamente sabem comprehender sua missão na carreira que escolhem.

Desde a campanha do Paraguai até aos dias da Republica, o livro de sua vida tem paginas rutilantes!

Procurae ainda hoje, no insignificante resto dos bravos sobreviventes de nossas luctas bellicas, saber quem foi Enéas Galvão, e ouvireis cada um com o enthusiasmo e calor falar de seu nome; elogios largos, os mais honrosos, lhe serão feitos em todos os estadios das posições a que ascendeu, sempre com merecimento incontestavel.

É muito curioso e digno de notar-se que o barão do Rio Apa pertence por herança a uma familia distincta, toda de militares salientes e memoraveis, e que chegaram á era presente com uma historia gloriosa e com uma tradição heroica.

Folheae os annaes do exercito brasileiro e ahi encontrareis, mais que em nenhuma outra familia, na sua, esse traço characteristico de quanto lhe constituiu o typo accentuadamente marcial.

Elle era conjunctamente a essencia do homem honrado, do espirito justo e do character modelar. Sympathico tambem, valoroso, accessivel a todos, bom, franco e leal, Antonio Enéas subiu a todos os postos a que poderia chegar o militar, mas unicamente pelo grande merecimento, que forçava as promoções, que as impunha até lhe grangear várias distincções.

Para melhor se conhecer o Brasileiro illustre, abramos-lhe o livro da vida. Entremos no scenario onde elle appareceu, caminhou, fulgurou, foi homem, cidadão, pae de familia, soldado, bravo, heróe, e, por fim, caiu vencido, mas sómente pela soberana terrivel que a ninguem poupa. Chronologicamente sigamos os diversos aspectos de sua existencia até o extremo momento em que se lhe fechou o cyclo de acção entre os homens, cedendo á lei eterna e fatal da natureza.

Na pequena villa do Soccorro, da antiga provincia de Sergipe, nasceu o barão do Rio Apa, o marechal Antonio Enéas Gustavo Galvão, em 19 de Outubro de 1832. Era filho do general José Antonio da Fonseca Galvão, Pernambucano, a quem coube o 2.° commando das forças expedicionarias ao Sul de Matto Grosso, por occasião da campanha do Paraguai, e de sua consorte d. Maria Clementina de Vasconcellos Galvão.

Descendia, pelo lado paterno, de Manuel Lopes Galvão, fidalgo da casa real portugueza, mestre de campo do regimento da cidade de Olinda de Pernambuco, um dos restauradores dessa capitania, na guerra da expulsão dos Hollandezes, em 1654, na qual serviu com o posto de capitão de infantaria; e de Manuel da Fonseca Jayme, tambem fidalgo da casa real portugueza, capitão-mór do Ceará Grande e governador da capitania em 1715.

Pela parte materna era oriundo de Luiz Mendes de Vasconcellos Pinto de Meneses. Era ermão do conspicuo e valoroso marechal do exercito, o visconde de Maracajú, Rufino Enéas Gustavo Galvão, fallecido em 1909, ultimo ministro da guerra no govêrno monarchico, do gabinete visconde de Ouro Preto, sendo tambem um distincto engenheiro militar è auctor de uma curiosa, extensa e valiosa memoria historica (inedita), documentada, sôbre a guerra do Paraguai. Os generaes Hermes Ernesto da Fonseca, Severiano Martins da Fonseca (barão de Alagôas), Manuel Diodoro da Fonseca, — o fundador da Republica,—e dr. João Severiano da Fonseca, appellidados os Machabeus, e filhos do coronel Manuel Mendes da Fonseca Galvão, figura militar proeminente na guerra dos Cabanos em Pernambuco, — eram seus parentes.

Antonio Enéas muito cedo iniciou sua carreira, antes dos 14 annos, edade de verdadeira puericia.

A 3 de Maio de 1846 entrou para a Armada Nacional, como aspirante a guarda marinha, servindo até 25 de Novembro de 1847; e, de 22 de Abril de 1853 a 1 de Outubro do mesmo anno, esteve como piloto extranumerario da Armada. Ainda nesse mesmo anno e mez, a 24, com 21 annos sentou praça no corpo fixo de S. Paulo, sendo reconhecido 1.° cadete a 3 de Novembro. Seguiu logo em diligencia para a provincia do Pará, onde em 22 de Dezembro foi addido ao 11.° batalhão de infantaria, á disposição do respectivo commandante das armas.

Em 4 de Janeiro de 1854 passou a effectivo do referido batalhão, mas foi dispensado de servir juncto ao commando das armas.

Successivamente, nesse mez, a 14, teve a promoção de 2.° sargento, e logo após a 1.°, na data de 20 de Março. No seguinte mez, a 4, estando na villa de Chaves, foi chamado a Belem para servir como empregado da secretaria do commando das armas.

Tinha o nobre estimulo dos que querem se distinguir e elevar na carreira escolhida. Assim, solicitando licença para estudar o curso de sua arma na Eschola Militar, obteve-a em 4 de Novembro.

Deixou, pois, o Pará, afim de realizar seu desideratum, em

Janeiro de 1855, em demanda da Côrte, onde logo foi addido ao 1.º regimento de cavallaria. Em 5 de Março realizou sua matricula, servindo-lhe os preparatorios anteriormente prestados na Academia de Marinha.

Approvado plenamente no 1.º anno da Escola, em Novembro desse anno, seguidamente se apresentou para o serviço militar.

Matriculou-se em Março de 1856 no 2.º anno, cujos exames prestou em Janeiro de 1857. Mas apresentou-se logo após, a 12 de Fevereiro, ao 1.º regimento, e, a seu pedido, em 7 de Março, foi transferido para o 1.º de infantaria, no character ainda de cadete.

Por acto de 30 desse mesmo mez teve mudança para o corpo fixo de São Paulo, onde chegou a 7 de Maio, ficando empregado na respectiva secretaria.

Com a requisição do Ministerio do Imperio e auctorização do da Guerra, feita em 19 de Outubro, dalli passou a servir, como desenhista ajudante, na Repartição das Terras Publicas de São Paulo.

Esse anno finda com uma nova phase em sua vida, pois que passou á classe dos officiaes. Assim, por decreto de 9 de Dezembro foi promovido ao posto de alferes, na arma de infantaria, tendo classificação no corpo fixo de São Paulo, ao qual já tinha pertencido. Em 1858, o presidente da provincia louvou-o por bons serviços prestados.

Ajudante que era no referido corpo, em Março de 1859 seguiu em diligencia especial para Sanctos ; e em seu regresso, com bom desempenho da mesma, foi, no mez de Junho, transferido para o batalhão de deposito em Sancta Catharina. Ahi, porém, pouco se demorou, porque logo em Septembro partiu para Bahia, á disposição do respectivo commandante das armas, passando então a exercer as funcções de seu ajudante de ordens, encarregado do detalhe.

Em 1.º de Fevereiro de 1861, na qualidade de addido, foi para o esquadrão de cavallaria. Depois lhe foi mandado ter o mesmo exercicio na companhia de egual arma estacionada em Pernambuco.

Solicitando voltar ao batalhão de deposito, que estava em Sancta Catharina, é attendido em seus desejos, e a 8 de Dezembro do mesmo anno chega áquella ex-provincia. Entretanto mal alli aportára, a 22 de Maio do anno immediato de 1862 já o mudavam para a guarnição do Minas, e logo após, a 3 de Junho, era-lhe designada a diligencia de accompanhar presos ao Rio de Janeiro.

Em Agosto regressou, e a 25 de Septembro foi nomeado director da Eschola Regimental, conjunctamente com a incumbencia de inspeccionar a eschola de recrutas.

Dadas novas instrucções a essa eschola, foi incumbido do ensino das mesmas, e bem assim do jogo de baioneta.

Em Dezembro solicitou e obteve licença para estudar o curso de estado maior de 1.ª classe. Com similhante fim partiu para a Côrte, onde em 1863 se matriculou na Eschola Central.

Por decreto de 14 de Março foi promovido ao posto de tenente, por estudos, com a antiguidade de 2 de Dezembro do anno anterior, sendo classificado no corpo fixo de Minas Geraes, mas continuando matriculado na Eschola, onde terminou o curso de infantaria e fez a 1.ª cadeira do 1.º anno do curso normal de 1860.

Passou a 14 de Junho de 1864 da fileira para o logar de ajudante, entrando no seguinte mez no exercicio de seu posto.

Em 5 de Septembro foi escolhido director da eschola regimental, mas deixou o exercicio em Novembro, porque a 11 seguiu em diligencia para o arraial do Infeccionado. Ao voltar foi louvado em ordem do dia da Secretaria Militar, pelo bom desempenho dado á commissão.

Prestou exame de arma em 6 de Janeiro de 1865, e teve approvação plena.

Como houvesse sido nomeado em Fevereiro pelo presidente da provincia de Minas, para commandante, em commissão, do 1.º corpo de voluntarios, deixou o exercicio da funcção de ajudante. Por acto de 23 de Março a mesma auctoridade elevou-o a majór, e logo após, a 31, ao posto de tenente coronel. Esse acto foi precedido da declaração de que o fazia pelo «zelo, intelligencia e bons serviços prestados».

Em seguida, a 10 de Maio, parte para Matto Grosso, fazendo parte das forças em operações no Sul dessa provincia.

Em virtude de ordem do commando das forças passou em 19 de Outubro a commandar interinamente a 1.ª brigada. Logo em 28 de Novembro recebe louvor pelo «garbo, disciplina, intelligencia e regularidade mantidas no mencionado corpo de voluntarios, que tomou o numero 17.

Em 21 de Dezembro passou a estacionar no Coxim, e, depois, a 25 de Abril de 1866, marchou para a villa de Miranda. Ahi, em 24 de Dezembro, o coronel commandante das forças, ao deixar o respectivo cargo, especializou Antonio Enéas como «crédor de merecidos elogios, não só por sua intelligencia, zêlo e esmero com que se tem desvelado no arranjo, instrucção e disciplina d'aquelle batalhão, do qual foi o organizador, como tambem pela aptidão extraordinaria, prudencia digna de nota, com que dirigiu a brigada que lhe estava confiada, characteres tanto mais dignos de apreciação, quanto tão distinctos em joven e esperançoso official».

Em consideração dos serviços militares prestados na provincia de Matto Grosso o govêrno, por decreto de 9 de Janeiro de 1867, nomeou-o cavalleiro da Ordem de Christo.

Nessa mesma data, como se tivesse dissolvido a primeira brigada, assumiu o commando do 17.º corpo de Voluntarios da Patria.

A 10 de Abril marchou em demanda do Rio Apa, onde passou a fazer um reconhecimento.

Regressando a 15, prosegue para o forte da Bella Vista, na republica do Paraguai, toma a 20 o posto militar de Machôrra e acampa a 21 no logar denominado Corrego da Invernada. D'ahi regressou com as forças inimigas por ocasião da retirada das mesmas para Nioac, e o batalhão faz a vanguarda no ultimo combate, recebendo diversas cargas de cavallaria.

Assistiu tambem aos tiroteios de 14, 15, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 27 e 28 de Maio, constituindo com sua brigada, ora a vanguarda, ora a retirada, e quasi sempre flanqueando as forças expedicionarias. Nêsse entretanto é vencido pelo clima de paragens tão inhospitas. Adoece gravemente e é preciso partir sem

demora para o Rio de Janeiro, no gôso de uma licença, Mas a verdade manda repetir que inolvidaveis foram os serviços que já então Enéas Galvão prestára em Matto Grosso.

Ao lado desse facto corre outra versão. Enéas era cheio dos mais nobres estimulos, prezava muito seu nome e zelava immenso sua honra militar. Sentira-se incompatibilizado por ficar sob o commando de um official mais graduado no posto effectivo, porém, em commissão. Esse incidente aliás consta de sua fé de officio.

Por decreto de 1.º de Junho foi promovido por estudos ao posto de capitão, e classificado no 21.º batalhão de infantaria.

Foi agraciado, em acto de 19 de Agosto, com a venera de official da Ordem da Rosa, pelos serviços prestados nos combates de 8 e 9 de Março. Ainda nessa occasião é condecorado com medalha de ouro concedida aos expedicionarios ao Sul de Matto Grosso.

Pouco se demorou na capital do imperio. Licenciado que estava, por cinco mezes, desistiu da licença e apresentou-se a 26 de Dezembro, afim de seguir para o Paraguai.

No começo de 1868, a 7 de Janeiro, com aquelle destino embarca afim de se junctar ao exercito em operações naquella Republica, e dirigindo um contingente de 300 homens os apresentou ao commando do 2.º corpo do exercito.

A 3 de Fevereiro, nomeado fiscal do 52.º corpo de Voluntarios, assume o exercicio dessa funcção. No dia 26 de Março é escolhido major em commissão, e a 10 de Abril o 32.º batalhão de Voluntarios o tem á frente como seu commandante. Então assiste ao sitio de Humaitá até o abandono da mesma praça.

Em seguida faz-se preciso partir para o Chaco, e a 25 de Julho elle embarca para alli com o respectivo corpo.

Após o sitio daquella fortaleza, entrou no combate de 26, exactamente quando o inimigo tentava fugir.

A respeito desse combate, o coronel argentino Theophilo Ivamoresby, participando ao general Ignacio Riva os successos occorridos, classificou Enéas Galvão como um bravo, «pois que, commandando o batalhão n.º 32, fez este com *valor* e *prompta* obe-

diencia honrar e glorificar a bandeira brasileira que tremulava orgulhosa em meio do patriotico batalhão».

Elle assistiu ainda aos tiroteios de 27, 28, 29, 30 e 31 de Julho, e aos de 1, 2, 3, 4 e 5 de Agosto.

A 8 desse mez embarcou para Humaitá, e logo a 12 volta ao Chaco, fazendo parte do 2.° corpo do exercito. Atravessando o rio Paraguai, a 5 de Dezembro, desembarca na Estancia de Sancto Antonio e faz a vanguarda das forças expedicionarias, que partiram no seguinte dia para Villeta.

Alli, a 6, toma parte no combate de Itororó e, transpondo a ponte sob mil perigos, avança e carrega valorosamente com o seu 32.° de Voluntarios. Isto declaram em suas partes os commandantes da 1.ª divisão e da 8.ª brigada, e teve tambem especial menção nas respectivas ordens do dia. Mas nesse combate foi ferido gravemente, baixando ao hospital de sangue, no mesmo dia.

A 17 do mesmo mez o commandante em chefe promove-o ao posto de major «por denodada bravura e coragem». Essa promoção foi confirmada pelo governo, por decreto de 20 de Fevereiro do anno seguinte.

E, como precisasse tractar-se dos ferimentos recebidos em 18 de Dezembro anterior, obteve uma licença do respectivo commando, e partiu para o Rio de Janeiro.

Por decreto de 28 de Julho de 1869 foi agraciado com o titulo de cavalleiro da Ordem de São Bento de Aviz.

Nesse entretanto, soldado valoroso que era, mas junctamente alma affectiva, sentindo attracções para um lar, para os carinhos de uma esposa, enlevado em sonhos de amor, a 1.° de Maio de 1869 contrahiu nupcias com d. Maria da Gloria de Carvalho Galvão. Rapida illusão, que célere se esvaiu! No seguinte anno logo, em 27 de Abril de 1870, aquella que lhe povoára a mente de enlevos feiticeiros e gentis, o idolo de seu coração, desapparecia nas sombras da morte, deixando-lhe como penhor de lembrança um filhinho, que teve o nome de seu progenitor.

Em 17 de Janeiro de 1870 passou á fiscalização do 1.° batalhão de infantaria, em que ficou addido por determinação do ministro da Guerra.

Ao terminar o commando do referido batalhão, em 6 de Outubro, foi louvado por «sua dedicação ao serviço e esforço que empregou para o bem estar de seus commandados.»

É nomeado, por decreto de 6 de Septembro, cavalleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro, «pelos serviços prestados nos combates de 1868.»

A 7 de Novembro desse anno, de accôrdo com a lei n.º 1755 de 28 de Junho, ainda se lhe confere o uso do distinctivo do posto de tenente coronel, em que foi commissionado no Paraguai.

Incumbido, por acto do Governo, de 10 de Maio de 1871, para reorganizar o 5.º batalhão de infantaria, desempenhou a melindrosa commissão até 18 de Agosto.

Relevantes serviços prestou a esse batalhão, que se achava em deploravel estado. Não tinha escripturação, estava indisciplinado e se encontrava em completo relaxamento. Quando o deixou transformado inteiramente, o governo o louvou, «pelo zelo, intelligencia, disciplina e bôa ordem com que se houve na ardua fiscalização de que foi incumbido.»

Os proprios officiaes dirigiram-lhe um voto de gratidão «pela maneira illustrada, reflectida, e delicada com que commandara o batalhão.»

No fim desse anno, em 25 de Novembro, casa-se em segundas nupcias com d. Constança Justina de Meneses e Cruz.

No mez de Maio de 1872 obteve o diplôma da medalha geral da campanha ao Paraguai com o passador de ouro n.º 4, e o da medalha de merito militar, — pelos reiterados actos de bravura em diversos combates. —

Por portaria de 6 de Junho foi-lhe designado novamente o commando do 5.º batalhão, e, ao deixa-lo, ainda recebe elogios «pelo alto conceito que sempre mereceu, intelligencia, zelo, disciplina, qualidades que formam um militar cumpridor de seus deveres.»

Em virtude do acto de 23 de Abril de 1873 foi escolhido para commandante do deposito de Instrucção de Sancta Catharina, conservando-se nesse exercicio trez annos.

Alli, em 3 de Fevereiro de 1874, incumbido pelo presidente da provincia de inspeccionar o corpo policial, foi louvado «pelo

bom desempenho e promptidão, e por ter correspondido satisfatoriamente á espectativa da Presidencia.» Recebeu louvores ainda, a 13 de Junho, do referido presidente em visita ao Deposito, «pelo estado de asseio, regularidade da escripturação, disciplina das praças e bôa ordem do aquartellamento.»

Cheia de louvores foi a passagem de Antonio Enéas, por toda a parte, onde teve de cumprir deveres, porque os desempenhava sempre com rara distincção. Tambem a Secretaria da Guerra, em ordem do dia de 12 de Dezembro, o elogiou «pela promptidão e acêrto com que se houve no cumprimento das ordens do ministro da Guerra relativamente ao embarque de cem praças, afim de seguirem em diligencia para o Norte».

Por decreto de 28 de Junho foi promovido por antiguidade á effectividade do posto de tenente coronel, e designado para commandante do 1.º batalhão de infantaria. Nessa occasião deixando o commando do Deposito, a 22 de Julho, na ordem do dia da Secretaria militar foi elogiado «pela bôa coadjuvação, intelligencia, dedicação ao serviço e disciplina que soube manter no Deposito, alem de outros predicados que o tornam recommendavel ao exercito.» Em ordem regimental de 7 de Novembro foi declarado haver sido remettido, com officio da repartição do ajudante general, do dia anterior, para ser averbado, o do inspector do 5.º batalhão de infantaria, de 17 de Maio de 1873, no qual o elogia pelo bom desempenho de seus deveres quando commandou esse batalhão.

O acto do ministro da Guerra, de 27 de Novembro de 1879, mandou transcrever o trecho de elogio do relatorio de 29 de Outubro anterior do inspector do Deposito de Sancta Catharina. Esse inspector naquella peça official considera-o «official possuidor de todos os predicados que constituem um perfeito militar, intelligente, zelôso, activo, disciplinadôr, honesto, prudente, circunspecto, subordinado e de trato lhano, qualidades que o recommendam.»

Por aviso de 10 de Dezembro fez parte da commissão que devia organizar uma ordenança para os exercicios e manobras das trez armas do exercito.

Em virtude de disposição orçamentaria, o anno de 1880

devia iniciar-se cobrando-se o imposto de transito, conhecido pelo povo sob o nome de *imposto do vintem*. Era ministro da Fazenda o saudoso e muito notavel Brasileiro dr. Affonso Celso de Assis Figueirêdo, depois visconde de Ouro Preto e hoje uma tradição das mais gloriosas do nosso paiz.

Desde o primeiro dia da cobrança do mesmo imposto, começaram questões entre passageiros, que não queriam paga-lo, e os conductores das companhias de bonds. Foram crescendo as reluctancias e recusas ao pagamento da contribuição, surgiram ameaças e actos aggressivos, e chegaram até ao ponto de haver manifestações tumultuarias. Ao principio o trafego foi passageiramente interrompido nas diversas linhas, menos na Companhia Jardim Botanico. Posteriormente, os factos tomaram character gravissimo, de verdadeira revolução popular.

Augmentou o movimento, e os trilhos foram arrancados em varios pontos da cidade. Os carros retirados das linhas eram ora despedaçados ora queimados.

Foi principalmente na rua Uruguaiana, onde os lamentaveis acontecimentos tomaram maior vulto. A força publica teve inevitavelmente de intervir. Entre ella e os amotinados deu-se terrivel conflicto, resultando trez mortes, algumas contusões, 21 ferimentos, dos quaes 9 em praças de linha, 3 officiaes e em 15 praças urbanas.

Antonio Enéas Galvão foi o incumbido de manter a ordem. Como um meio complementar de dar melhor noticia sôbre essa *questão do vintem*, em seguida transcrevemos o officio de 2 e 3 de Janeiro de 1880, dirigido ao visconde da Gavea, ajudante general do exercito.

« Quartel do Commando do 1.° batalhão de Infantaria, na Praça da Acclamação, 2 de Janeiro de 1880.

« Em cumprimento ás ordens de V. Ex.ª, marchei hontem ás quatro horas da tarde, com o batalhão de meu commando e mais um contingente do 10.° batalhão de Infantaria, de 200 homens, afim de render 300 praças do 7.° batalhão da mesma arma e 50 do 1.° Regimento de Cavallaria, já postados no largo de São Francisco de Paula, manter a ordem publica e tomar as duas barricadas que fecharam o quarteirão da rua Uruguaiana, compre-

hendido entre as do Ouvidor e Septe de Septembro. Para esse fim determinei ao capitão commandante do contingente do 10.° batalhão de Infantaria, que marchasse em direcção á rua Uruguaiana, emquanto que eu com o batalhão de meu commando, marchando pela rua Ouvidor, tomaria de assalto a barricada por esse lado, coadjuvando-me elle nesse momento.

«Chegando á rua do Ouvidor mandei o batalhão fazer alto em columna de divisões, alguns passos adeante da casa *Notre Dame*, e determinei ao capitão Manuel Rodrigues Bragança que intimasse aos sediciosos que guarneciam a referida barricada, de se retirarem para suas casas, e que pelos meios legaes reclamassem do Governo o que entendessem ser de justiça. Não sendo, porêm, minha intimação attendida, dirigi-me em pessôa e procurei convence-los de que deviam retirar-se, pois aquella reunião e resistencia eram illicitas, pois me veria obrigado a empregar a força para manter a ordem e o respeito á lei. Não se me permittiu acabar de fallar, e jogaram-me parallelipipedos e garrafas, seguidos ao mesmo tempo de alguns tiros de revolver.

«Á vista de similhante aggressão quando eu, primeiro, por meios conciliatorios, procurava dissuadi-los, mandei o batalhão tomar de assalto a barricada e á ponta de baioneta. Os sediciosos então se retiraram d'ahi para se fazerem fortes na segunda. Mas a força, proseguindo em sua marcha, os foi levando por deante, entretanto que os mesmos eram protegidos por outros, que dos sobrados atiravam sôbre o batalhão grande quantidade de parallelipipedos, garrafas, dando conjunctamente tiros de revolver. O batalhão por isso foi obrigado a fazer alto e repellir o novo ataque com alguns tiros dirigidos á casa, onde se acha estabelecida a typographia da *Gazeta de Noticias*, da qual partia grande porção de projecteis lançados sôbre a força.

«Assim fui conseguindo que essa resistencia fosse diminuindo; reforcei o primeiro pelotão com o segundo e foi tomada a segunda barricada. Desde logo ambas as barricadas ficaram guarnecidas com 150 praças, e ao chegar mais tarde um contingente do 10.° batalhão, fiz guarnecer a da rua Septe de Septembro. Ainda mandei retirar aquelles dous pelotões e os concentrei na primeira barricada afim de que estivessem promptos a tomar duas

outras novas. Em uma d'ellas os sediciosos tinham atravessado um bond virado, e em outra muitos canos e alguns materiaes, e começavam a guarnece-las. Não conseguiram, entretanto, porque eu tinha mandado patrulhar constantemente mais essa parte da rua Uruguaiana,—a comprehendida entre as do Ouvidor e Rosario. As barricadas eram formadas por bonds atravessados na largura da rua, cheios de parallelipipedos e dos mesmos inteiramente rodeados, para garantir que tivessem movimento. Em quanto isso faziam, ao mesmo tempo, arrancaram grandes trechos de trilhos de bonds.

«Nesse desagradavel conflicto succumbiram trez individuos, ficando feridos diversos.

«Retirando-me para o largo de São Francisco de Paula, ahi fiz centro de operações aguardando acontecimentos ulteriores.

«No policiamento geral da cidade procedi sempre em harmonia com as instrucções do desembargador chefe de Policia.

«Sendo immensa a massa popular que enchia o largo de São Francisco de Paula, as ruas do Ouvidor e adjacentes, para manter a ordem, nessa parte, foi preciso haver habilidade, energia e muita actividade. Assim conseguiu-se que pelas 11 horas da noite estivesse a ordem restabelecida e pouco povo occupasse as rúas. Entretanto, anteriormente, muitas vezes houve em que a cavallaria foi obrigada a carregar sôbre os sediciosos. Estes, continuando em diversos logares, aos gritos de *viva a Republica*, a embaraçar e parar o transito de todos os vehiculos, formavam ao mesmo tempo novos centros de resistencia.

«Fui muito coadjuvado no restabelecimento da ordem pública pelo digno chefe de Policia, por seus delegados e bem assim pelo major commandante geral da guarda urbana, Manuel Joaquim Pereira Junior, e pelo tenente commandante da estação do largo da Sé, que fizeram exforços inauditos para que a ordem fosse restabelecida, evitando quanto possivel derramamento de sangue.

«Quanto ao procedimento do batalhão, directamente sob meu commando, V. Ex. fará o juizo que entender, em face das communicações recebidas do desembargador chefe de Policia e mais auctoridades competentes. Contudo é de meu dever commu-

nicar a V. Ex. que o capitão commandante da 7.ª companhia, Franklin do Rego Cavalcanti de Albuquerque Barros, não obstante eximido do serviço por ser o secretario da Inspecção da Fabrica de Polvora, voluntariamente apresentou-se ao batalhão e nelle se conservou até a ultima retirada. O capitão Wenceslau Freire de Carvalho, commandante do contingente do 10.º, mais uma vez, confirmou o bom conceito que delle tenho formado, pela maneira com que cumpriu as ordens recebidas. Muito coadjuvado fui tambem pelo capitão do mesmo contingente Candido Leopoldo Esteves.

«Não tenho expressões para patentear a V. Ex. a grande coadjuvação que me prestou o alferes do 1.º regimento de Cavallaria, Boaventura Magesse de Castro Pereira, pois em toda a parte em que se fez preciso seu auxilio, revelou muita energia e ao mesmo tempo prudencia para com o povo. A coadjuvação que me prestou o 2.º cadete, 2.º sargento, Julio Cesar Castro Oliva tambem deve ser mencionada aqui.

«Quanto ao contingente do 7.º batalhão mandei 100 praças para proteger o reassentamento dos trilhos na rua Uruguaiana. Depois as mesmas se retiraram com o resto do contingente, conforme a ordem de V. Ex., para o quartel do batalhão sob meu commando. Bom foi o comportamento das mesmas praças naquella incumbencia.

«No batalhão de que sou commandante foram feridos, a tiro de revolver, dous soldados, ficando contusos por parallelipipedos e garrafas, trez officiaes e quatro praças. Taes ferimentos e contusões foram verificados por medicos da policia e do exercito.

«Sei tambem que além daquelles ferimentos, muitos outros houve, mas sem gravidade, e foi por isso que não fiz apresentar os que os receberam, para serem incluidos nos autos de corpos de delicto.

«Eis em resumo o que me cumpre communicar a V. Ex.

«Ill.mo ex.mo sr. conselheiro tenente general visconde da Gavea, ajudante general do Exercito. (Assignado) Antonio Enéas Gustavo Galvão, tenente coronel commandante».

2) — «Quartel do commando do 1.º batalhão de Infantaria, na praça da Acclamação, 3 de Janeiro de 1880.

«Em cumprimento ás ordens de V. Ex. marchei hontem ás quatro horas da tarde com o batalhão do meu commando e mais um contingente do 1.º Regimento de Cavallaria, afim de manter a ordem publica que principiava, novamente, a alterar-se.

«No largo de São Francisco de Paula fiz o centro das forças que se tinham de reunir tendo em vista diversas casas, que naquella região vendem armamentos. Em seguida, conforme me foi requisitado pelo desembargador chefe de Policia, fiz guarnecer os extremos do quarteirão da rua Uruguaiana, comprehendido entre as do Ouvidor e Septe de Septembro, onde os sediciosos já tinham principiado a levantar os parallelipipedos do calçamento. Depois mandei postar nas casas que vendem armamentos, das ruas Theophilo Ottoni, Ourives e Quitanda, praças do batalhão de fuzileiros navaes, afim de obstar que saïsse qualquer armamento. Mantive ao mesmo tempo a ordem por aquelles logares, visto como tambem estava o mesmo batalhão á minha disposição.

«Nada mais de extraordinario, felizmente, occorreu, a não ser pequenas tentativas para arrancamento de trilhos, e bem assim alguns grupos de pessoas de pouca importancia, dando *vivas á republica*. Uns e outros foram dispersados.

Ás 10 e meia horas, já tudo pacificado e apenas pouca gente nas ruas, me retirei de accordo com as ordens de V. Ex. e em harmonia com o desembargador chefe de Policia. Alli ficou como refôrço uma pequena força. Todas as forças á minha disposição, portaram-se com uma disciplina admiravel, não tendo a notar nenhuma infracção de cumprimento de seus deveres. É o que me cumpre communicar a V. Ex.

Illm. e exm. sr. conselheiro tenente general visconde da Gavea, ajudante general do Exercito. (Assignado): — Antonio Enéas Gustavo Galvão, tenente coronel commandante.»

Em acto do Governo de 7 de Janeiro foi louvado o tenente coronel Antonio Enéas Gustavo Galvão «pela maneira digna com que se houve no commando das forças que restabeleceram a ordem alterada pelas lamentaveis occurrencias de 1 a 4 de Janeiro, as quaes puzeram em sobresalto a população pacifica da Capital do Brasil.»

No seguinte anno de 1881 o decreto de 14 de Maio o promoveu por merecimento ao posto de coronel, sendo classificado no mesmo 1.º batalhão de infantaria.

O ministro da Guerra indo em visita inesperada ao quartel de seu batalhão, no immediato mez de Junho, tão agradavel impressão recebeu que logo, em data de 25, mandou em ordem do dia da Repartição do Ajudante General se elogiasse ao brioso e distincto militar « pelo modo porque desempenhou seus deveres, mencionando que elle ministro na visita que fez ao respectivo quartel tudo encontrara em boa ordem. »

Em 1882, a officialidade de seu batalhão, como uma homenagem a seu valôr, resolveu offertar-lhe uma espada de honra, e o Govêrno em 3 de Agosto concedeu-lhe permissão para usa-la.

Presidia, em 1883, a então provincia do Paraná o conselheiro Carlos de Carvalho. O commercio dalli se recusava ao pagamento de um imposto creado por lei. Os animos se exaltaram, houve uma revolta, e o presidente da provincia para esmaga-la com muita urgencia requisitou do Governo geral um batalhão de linha, então de 800 praças.

O Governo immediatamente chama á sua presença os commandantes do 7.º e 10.º de infantaria, communicando-lhes a necessidade imperiosa da partida, em acto continuo, de forças com destino ao Paraná.

Mas ambos dando-se como inteirados, contudo o primeiro declarou que lhe eram precisos pelo menos dous dias para poder seguir, e o segundo solicitava trez impreteriveis. Isto foi a 31 de Março de 1883.

Então, pela confiança que desde muito nas difficuldades já vinha inspirando Enéas Galvão, o governo lembrou-se do seu nome. Recorreu á sua não desmentida promptidão marcial, e amôr ao cumprimento de deveres, e encontrou-os acendrados. Ouvido, pois, sôbre a missão a desempenhar, deu como resposta que seu batalhão dentro de uma hora estaria prompto a partir; isto é, « precisava apenas do tempo imprescindivel para dar os toques de formatura e distribuição da munição. »

Realmente, incumbido assim da expedição, á hora indicada

apresentou-se e embarcou com destino ao Paraná, levando um effectivo de 800 praças.

Muita admiração causou tamanha promptidão e a presteza no cumprimento de ordens.

Desembarcou a 2 de Abril na cidade de Antonina, e marchou no mesmo dia para Coritiba, onde aquartellou a 6.

A 14 regressou d'alli com a felicidade de ver a ordem publica restabelecida, tendo desempenhado sua difficil missão a contento geral.

Essa expedição foi assignalada na voz popular sob a curiosa denominação de *Campanha do exemplo.*

O ministro da Guerra mandou, em ordem do dia de 19, louva-lo «pela maneira satisfactoria com que desempenhou aquella commissão e a presteza com que marchou o batalhão.»

Tambem, por aviso de 27 do referido mez, foi mandado averbar o topico do officio de 13, da presidencia do Paraná, que muito notadamente o recommendou á consideração do Governo.

O inspector de seu batalhão, em officio de 11 de Fevereiro de 1884, ao encerrar a inspecção assim se expressou:—«Cumpro um acto de justiça que se me torna grato, felicitando ao coronel Antonio Enéas Gustavo Galvão pelo zelo, intelligencia e dedicação que tem empregado no cumprimento de suas funcções, tornando-se digno de toda a consideração e illimitada confiança.»

Promovido a brigadeiro, por decreto de 25 de Julho de 1885, o ajudante-general do Exercito o louvou em ordem do dia á guarnição «pela maneira sempre muito digna e correcta com que exerceu por espaço de nove annos o commando do batalhão, em cujo exercicio demonstrou predicados e attributos, que determinaram com a maior justiça sua elevação ao generalato.»

O major que o substituiu no commando, em sua ordem regimental, datada de 25, ainda como interprete dos officiaes e praças, referindo-se a Enéas Galvão disse: «que elle no longo decurso de 15 annos de exercicio nos espinhosos cargos de fiscal e commandante, manifestou sempre as mais admiraveis qualidades militares, sabendo grangear dedicada estima e subida consideração, eterna gratidão, profundo respeito e immensa veneração.»

Em 30 do mesmo mez de Julho teve sua primeira commissão como general. Foi nomeado para inspeccionar os 7.º e 10.º batalhões de infantaria. Então a 5 de Septembro apresentou seu relatorio, mas sómente relativo ao primeiro d'aquelles batalhões, porque nesse momento o desviaram para outra commissão. Tinha fallecido o general incumbido de inspeccionar o Asylo dos Invalidos da Patria e elle, em data de 15, fôra o escolhido para concluir a inspecção.

Mais uma distincção recebeu com o decreto de 30 desse mez, no qual o governo imperial lhe conferiu a commenda da ordem de São Bento de Aviz.

Voltou em Fevereiro de 1886 á inspecção do 10.º batalhão, do que, logo realizada, apresentou circunstanciado relatorio.

Nesse interim rebentou, no Estado Oriental, um movimento revolucionario, e o governo brasileiro julgou necessario e urgente enviar elementos para guarnecer a fronteira do Rio Grande do Sul. Ao brigadeiro Antonio Enéas mandou-se com brevidade partir para alli, e elle, a 24 de Março, seguiu com aquelle destino.

A revolução, porém, depressa fracassando, pela derrota e consequente internação de Arredondo, seus serviços cessavam, e por isso, a 10 de Abril seguinte, de regresso chegava ao Rio de Janeiro.

Por portaria de 23 de Junho foi nomeado presidente da commissão encarregada de dar parecer sôbre o projecto de ordenanças de clarim e cornetas. E ainda, no fim desse anno, a 4 de Dezembro, teve a incumbencia de inspeccionar o Hospital de Andarahi, e em seguida o 7.º batalhão.

Cessou essa commissão logo após, pois que o decreto de 5 de Fevereiro de 1887 o designou para commandante das Armas do Rio Grande do Sul, cujo exercicio assumiu a 25; deixou-o a 15 de Abril de 1888, por haver solicitado exoneração.

A respeito desse commando, em 19 de Junho, o presidente do Rio Grande do Sul enviou ao Governo geral um officio, em que honrosamente sôbre elle assim se expressou: — « Não pode ver-se privada sem profunda magua de tão distincto chefe a parte do exercito estacionada nesta guarnição, e assim tambem

a administração desta provincia, de tão valioso auxiliar, em quem sempre encontrei o mais decidido apoio, a par do criterio, energia, actividade, zêlo e demais qualidades que o fazem um verdadeiro ornamento da nobre classe a que pertence; e que por esse modo manifesta-lhe sua sincera gratidão, pelos muitos e excellentes serviços que prestou durante a administração desta mesma presidencia, a qual muito e muito deve á sua pericia, perfeita lealdade e dedicação.»

Não se pode dizer mais num juizo espontaneo.

No mez de Abril ainda, a 20, foi nomeado commandante da 1.ª brigada de infantaria, que a 16 na Côrte fôra organizada. Em outra portaria de 28 de Maio foi escolhido como um dos membros da commissão de promoções.

A ordem do dia de 23 de Agosto, da repartição do ajudante general do Exercito, fez — « especial menção pelo luzimento de uniforme, bella apparencia e regularidade em todos os movimentos da força militar que, sob seu commando, formou no dia anterior, para a solennidade de recepção de S. M. o Imperador.»

Por decreto de 30 de Março de 1889, como galardão e reconhecimento de seu incontestado valor e grande sobreexcellencia, o imperador distinguiu-o com o titulo nobiliarchico, com grandeza, de barão do Rio Apa. O proprio acto da mercê diz — « em attenção aos relevantes serviços prestados ao Paiz.» —

— Em virtude de solicitação do ministro da Justiça, que reclamava a prestação de serviços seus, desde 9 de Agosto, o ministro da Guerra o pôz á disposição daquelle ministerio, sem prejuizo do serviço em que se achava. Em 16 do mesmo mez foi-lhe incumbido o commando superior da Guarda Nacional da Côrte.

Naquelle exercicio o veiu encontrar o *Quinze de Novembro*, em que se proclamou a Republica.

*
* *

O Governo Provisorio, entre seus primeiros actos, violenta e injustamente o reformou no posto de marechal de campo.

Depressa, porém, comprehendeu o êrro e a iniquidade commettida.

De um homem superior como elle nunca se pretere o valor.

O marechal Enéas era militar de uma personalidade distincta, qualquer que fosse o aspecto apreciado. Acima de tudo collocava sua patria.

Si de nenhum modo concorreu para a proclamação da Republica, da mesma maneira não concorreria para a restauração da monarchia. Era isso uma questão vencida.

Si a Republica veio extemporanea, a volta do extincto regime era impossivel e improficua. Agora só havia caminhar para a frente, cuidar da felicidade do Paiz sob a nova forma de governo!

Eram, pois, infundados os receios e mesmo as suspeitas, de que poderia ser um elemento para a restauração. Nunca se envolveu em conspirações, e nunca esteve á mercê das ambições politicas e das paixões de quem quer que fosse. Sua linha de conducta na vida particular e na vida publica foi sempre egual, correcta, não digna de censura. Teve inalteravelmente a consciencia nitida de seus deveres, que practicou sem um desvio siquer, como homem de bem, desde o lar ao mais alto posto social.

Convencido da injustiça practicada e mesmo precisando de seus serviços militares, o Governo Provisorio, em 4 de Outubro de 1890, um anno quasi depois, declarou de nenhum effeito o decreto da reforma, voltando elle á effectividade de seu posto.

Por decreto de 13 de Novembro teve a gran-cruz da ordem militar de S. Bento de Aviz. E por outro decreto de 25 foi nomeado ajudante general do exercito, cuja funcção assumiu no seguinte dia.

Por essa epocha tambem recebeu o diploma da medalha concedida pela Republica Argentina aos officiaes e praças que tomaram parte na guerra contra o Paraguai.

Feita a reforma do exercito em que, reduzido o numero das patentes de generaes, de quatro para trez, e substituidas as denominações de brigadeiro, marechal de campo, tenente general e marechal de exercito, para general de brigada, general de

divisão e marechal,—elle, por decreto de 28 de Julho de 1891, foi considerado general de divisão.

Começa o anno de 1892 com uma revolta na fortaleza de Sancta-Cruz.

Em 18 de Janeiro, o sargento Silvino de Macedo, da mesma fortaleza, revoltou essa praça de guerra com o auxilio de crescido numero de outros companheiros da guarnição dalli. Prenderam o commandante coronel Bezerra, e bem assim todos os officiaes que lá se achavam. Na proxima fortaleza da Lage, tambem o movimento foi accompanhado, tendo por cabeça o almoxarife Medeiros Sobrinho, que sublevou a guarnição e soltou os presos.

O commandante desta, o major Varella, passara em terra a noite de 17 e, ao regressar, ás 7 horas da manhã de 18, foi feito prisioneiro dos revoltosos.

Estes factos eram os pródromos de um movimento que a Armada devia accompanhar, seguir-se na Capital Federal e irradiar-se ainda pelos Estados, onde havia elementos politicos á frente.

O movimento politico tinha por fim a deposição do presidente da Republica e a reforma constitucional.

Mas, as horas do dia 18 corriam todas, uma a uma... Nenhum signal de correspondencia e auxilio vinha da esquadra, donde tudo esperavam!... Pelo contrario, todos os factos indicavam que as fôrças de mar permaneciam fieis ao Governo.

Pela tarde começou o desanimo a invadi-los. Ao caïr a noite, ás 6 horas, já se mostravam arrependidos. Então soltaram o major Varella e entregaram-lhe o commando da fortaleza.

Este, novamente no commando, logo recolheu os presos e marinheiros nas cisternas, e elle proprio guardou as respectivas chaves. Quando isso ahi acontecia, chega, da parte do sargento Silvino, um batelão com munições dirigido pelo cadète Carvalho, que immediatamente foi preso pelo mesmo major Varella.

Sem mais incidentes, nesse logar, a revolta estava terminada.

Mas na fortaleza de Sancta Cruz ella continuava. De lá começaram, successivamente, a atirar balas sôbre lanchas e navios do pòrto, e ainda para a cidade.

Em tal emergencia, e afim de suffocar essa revolta, o Governo investiu o barão do Rio Apa, ajudante general do exercito, do commando das forças que deviam tomar de assalto a fortaleza da Sancta Cruz.

Elle para cumprimento de sua missão, ás 5 horas da tarde de 19, embarca sem demora no Arsenal de Guerra, com seu estado maior. Ao approximar-se, porém, do ancoradouro dos paquêtes, — porque a fortaleza atirava sempre nessa direcção, — foi obrigado a mudar de itinerario. Encaminhou-se assim para a ponte de São Domingos, afim de não sacrificar talvez a fôrça, cuja directriz primeiro fôra para Jurujuba.

Desembarcadas as tropas em São Domingos, o commandante em chefe das mesmas providenciou, afim de não as cansar e mais depressa proseguirem, para que com as precisas munições de guerra e de bocca, tudo fosse conduzido em bondes até o extremo da linha, então em Icarahi.

Alli, dispôz toda a fôrça de modo a marchar á defesa de qualquer emboscada, conforme aviso recebido.

Ás dez e meia horas da noite chegaram á base do forte do Pico. Desde logo o reconheceu, sustentando tiroteio com as fôrças do 7.° batalhão de infantaria.

Rio Apa, após haver sido informado pelo tenente coronel Ferraz do reconhecimento feito e posições tomadas pelo batalhão deste, providenciou para que o 10.° batalhão, ao mando do coronel Silvestre Travassos, ficasse cobrindo o flanco da fortaleza Marechal Floriano Peixoto. Ordenou tambem que o 7.° se collocasse á direita da praia de Jurujuba, que domina o forte do Pico, e se mantivesse o tiroteio, durante toda a noite, mas poupando, entretanto, quanto possivel, as munições.

Na alvorada de 20, de accôrdo com suas ordens, foi ao som da musica, seguindo-se o necessario reconhecimento local. O general accompanhou-o com os commandantes dos corpos e com os officiaes de seu estado maior.

O capitão Achê, em cumprimento de ordens, foi á enseada da Jurujuba onde tinham ficado com a respectiva guarnição as duas metralhadoras, e conjunctamente as munições de bocca e

guerra, e trouxe-as na lancha do Arsenal, alli abrigada e aguardando ordens do general.

Immenso risco de vida correu aquelle capitão ao atravessar a enseada da Jurujuba, pois que a lancha estava ao alcance dos tiros dirigidos por um canhão Krupp. Os revoltosos conseguiram durante a noite assenta-lo no forte do Pico e d'alli, dominando a referida enseada, hostilizavam com granadas toda a força.

A intensidade do fogo do canhão exigia forçosamente o emprêgo de alguma artilharia. De facto na collina fronteira ao Pico assestou-se a mesma. De lá, certamente os revoltosos seriam batidos e se protegeria simultaneamente o assalto, já iniciado em um unico caminho existente e quasi inaccessivel.

O major Cabral com 30 praças e um corneteiro foi o encarregado da execução das ordens dadas, que comprehendiam tão importante quanto audacioso plano.

Enquanto isso acontecia, a esquadra recebeu ordem de bombardear activamente a fortaleza de Sancta Cruz. Ao coronel Callado que se apresentou com dous canhões do 2.° regimento foram dadas instrucções para auxiliar o assalto planejado.

O major Cabral, como comprehendesse a grande difficuldade do assalto, reclamou mais soldados e officiaes. O general Enéas sem demora deu-lhe o refôrço de 25 praças do 7.° de infantaria e mais 30 do 10.° com diversos officiaes e inferiores de ambos os corpos.

O mesmo general por occasião de subir a fôrça determinou, para não prejudica-la, que o fogo cessasse. Ainda ordenou ao resto da fôrça estar de promptidão e subir immediatamente ao primeiro signal dos atacantes.

E na verdade, feita a conveniente distribuição dos elementos de combate, acto continuo realizou-se a subida.

Rompe o fogo de cima, protegendo a fôrça que fazia o assalto.

O tenente Cabral e o sargento Dionysio foram os primeiros a penetrar no forte, mas o segundo destes, lá dentro, recebeu uma bala que o feriu em ambas as pernas. Seguem os demais officiaes, e bem assim todo o contingente que alli se achava.

Renhido combate se travou então com os ousados e valentes revoltosos. Depois alguns, — ou para fugirem, ou julgando, talvez, que sustentariam lucta mais vantajosa com os batalhões que nessa occasião chegavam, abrem o portão da fortaleza. De fóra entra uma descarga brutal e a crescido numero prostra por terra. Diversos officiaes, muitos inferiores e praças são tambem feridos, alem de grande mortandade das ultimas.

Ao mesmo tempo, debaixo, o 7.º e o 10.º batalhões de infantaria avançavam pelo ingreme e tortuoso caminho, que liga o forte á praia.

O general Antonio Enéas com seu estado maior accompanhou-os, afim de anima-los a accelerar a marcha. Os cornetas receberam ordem de continuar no toque de avançar.

Depressa ambos os batalhões attingiram o forte. Nelle penetraram entre *vivas e fóras*, na perseguição incessante dos revoltosos.

O 7.º logo occupou o parapeito fronteiro á fortaleza Sancta Cruz, e conjunctamente todas as faces lateraes, portões e toda a parte enfim, onde pudesse haver a possibilidade de uma surpreza.

Um canhão Krupp abandonado pelos revoltosos bem como munições foram conduzidos para a muralha, onde o mesmo assestado passou a prestar grande serviço.

Era preciso avançar o 10.º batalhão para o assalto á fortaleza; mas o general julgou conveniente que toda a força descansasse um pouco, afim de cobrar novos alentos no recomeçar da lucta.

Depois, sob a protecção da fuzilaria da muralha e das descargas de canhão, o batalhão fez a ascenção. Durante esta, foi incessantemente perseguido com enormes descargas da artilharia de Sancta Cruz, do Krupp que estava no Pico e pela fuzilaria desse forte.

Embora já senhores do forte, contudo ainda não eram poupados um só instante pelas granadas e balas que vinham de Sancta Cruz.

Mas rompe o fogo da esquadra. Então o general Enéas Galvão comprehendeu o momento propicio para agir decisivamente

contra os revoltosos. Ao major Octaviano de Brito Galvão, encarregado de dirigir a bocca de fogo, determinou immediatamente que lhe enviasse successivas granadas e lanternêtas.

Apertados assim, em breve chegou a angustiosa situação ao campo dos revoltosos. Elles hastearam a bandeira branca.

Aquelle signal de paz fez cessar as hostilidades do forte.

Da banda de Sancta Cruz teve logo entrada no mesmo forte, sendo conduzido á presença do general, o 1.º tenente Mesquita, um dos prisioneiros dos revoltosos. Vinha em nome do coronel Bezerra communicar que os mesmos se entregavam á descrição, e pediam o comparecimento do general á fortaleza, afim de nella restabelecer a ordem e a auctoridade.

Enéas fez incontinente seguir uma ala do 7.º batalhão de infantaria para recolher os revoltosos á prisão.

Acto continuo tambem elle se dirigiu para aquelle local, á frente do resto das forças.

O sargento Silvino de Macêdo, chefe do movimento, foi encontrado gravemente ferido.

Deste modo terminaram os successos, e a ordem ficou totalmente restabelecida.

*

* *

Como um acto de acendrada justiça, por aviso de 25 de Janeiro, consignado em ordem do dia «o Governo do Paiz reconhecendo e agradecendo os importantes serviços que prestou o general de divisão Antonio Enéas Gustavo Galvão, na qualidade de commandante de todas as fòrças que concorreram para a repressão da *Revolta da fortaleza de Sancta Cruz*, na barra do Rio de Janeiro, manda elogia-lo com a declaração de que taes serviços pelo mesmo Governo são considerados relevantissimos».

Por decreto de 7 de Abril foi nomeado conselheiro de guerra.

A ordem do dia de 19 desse mez, da repartição do ajudante-general, publicando o aviso de 16 do ministro da Guerra, declarou que este, em nome do presidente da Republica, fora «encarregado de louva-lo pelas acertadas medidas que tomou por occasião do movimento sedicioso de 10 e dos dias subse-

quentes, dando mais uma vez prova de sua dedicação á causa da Patria».

Novamente foram reclamados seus serviços junto ao ministro da Guerra, como ajudante general do exercito. Elle que sempre, e desde longo tempo, os prestára com inexcedivel zêlo, desta vez ainda os deu com incontestavel direito a ser elevado á mais alta patente do exercito. E assim foi; o decreto de 5 de Septembro de 1893 declarou-o marechal.

No dia seguinte rebentou a *revolta da Armada* conhecida por *Seis de Septembro*. Extraordinarios e inexqueciveis serviços lhe deveu o governo legal na victoria, pelos meios de defesa que concentrou na direcção.

Elle multiplicou-se na acção que desenvolveu.

Sereno, judicioso, disciplinado, aguerrido, imperterrito, impassivel, numa actividade pasmosa, entre os mais rudes incomodos, jámais se poupou. Inspirava elle medidas precisas, intelligentemente tudo previa, a toda a parte attendia, fazia prodigios, foi mais uma vez um heróe, um general digno de admiração!...

Mas, em meio de tudo isso, arruinou sua saúde, minou sua existencia. Dentro em pouco sua vida ia ser sacrificada, elle ia desapparecer do scenario do mundo!...

É que, mais alto que tudo, para elle estava o dever, tal como o acceitara e o comprehendêra!

Serviu como ministro da Guerra interino durante a ausencia do titular effectivo, o general Moura, que fôra ao Rio Grande do Sul.

Depois, em 1 de Fevereiro de 1894, suscitando-se um conflicto entre elle e o director da Casa de Correcção, no qual se melindrou, sentindo-se desautorado e offendido, demittiu-se. Grande pezar causou sua retirada daquelle elevado cargo, que com tanta superioridade desempenhava.

Entretanto, fóra das funcções publicas, não muito tempo passado, apezar de todos os sacrificios feitos defendendo o governo legal e dando provas irrefragaveis de sua disciplina militar e de seu character firme, foi injustamente suspeitado como sympathico ao movimento revoltoso, e o proprio governo acreditou.

Talvez para isso concorresse o facto de ser elle muito que-

rido entre os de sua classe, onde grande era sua influencia; e ainda mesmo o exemplo recente do almirante Custodio de Mello, que deixára a pasta da Marinha e se constituira chefe da revolta da Armada.

Como quer que fosse, em face dessas cousas, profundamente abalado já em sua saúde, e afim mesmo de evitar algum dissabôr, solicitou uma licença, e seguiu para o interior do Estado de Minas, onde permaneceu até o termo da revolta.

Quando voltou, porém, dia a dia seus soffrimentos physicos se foram aggravando. Assim correu o resto do anno de 1894, e abriu-se o de 1895...

Já não restavam esperanças de salva-lo! Nenhuma illusão se tinha a respeito da molestia que o dominava!... Mais uma vez a sciencia fallia!...

Uma lesão cardiaca, muito adeantada, a cada instante estreitava o horizonte de seus dias...

Era estuante a estação, na cidade do Rio de Janeiro. Da rua Mariz e Barros n.º 36, onde morava, afim de que elle respirasse um ar mais brando, mais livre e mais leve, resolveram os seus, por conselho medico, transporta-lo dalli para o hotel de Sancta Theresa, no morro do mesmo nome.

Tudo embalde! O mal progredia...

Chega, por fim, a noite de 24 para 25 de Março! Uma noite de mudo desespêro e angustias fundas... afogadas de lagrimas dolorosas da familia que via, sem remedio, escoarem os minutos, entre os quaes o chefe adorado desappareceria para sempre!...

Approxima-se o termo do drama pungente... Como por uma irrisão á dôr, o sol nascente surge além... do lado do mar... e penetra no aposento luctuoso do egregio lidador agonizante!...

Falta-lhe o ar... vêm-lhe em auxilio os balões de oxygenio... abrem depressa as portas e as janellas, para que elle possa respirar e ver pela derradeira vez o céo limpido e profundo, a luz que refulge em doirados clarões... e, para ainda, contemplar, ao longe, a cinta azul do vasto mar!...

Depois de alguns momentos de repouso, — eram seis horas da manhã, — o momento extremo soou!... A voz sumiu-se-lhe, as palpebras cerraram-se tranquillas deixando um fio de lagrimas

correr na face, e dos labios que se entreabriram exhalou-se o alento derradeiro do defensor da Patria!!!

Estava tudo consumado!

Grande consternação pública produziu sua morte.

O exercito, com o desapparecimento do marechal Antonio Enéas Gustavo Galvão, perdeu um dos mais correctos e denodados militares, a Patria um dos filhos mais valorosos e dilectos, e a familia um dos mais extremosos e perfeitos chefes.

Que extraordinario e modelar typo de soldado foi elle!

No cemiterio de São Francisco Xavier, ao lado esquerdo da entrada, ergue-se o monumento, em que repousam seus despojos mortaes.

Dentre os varios jornaes do Rio de Janeiro que lhe noticiaram a morte, transcrevamos, ao menos, como confirmação de quanto asseveramos, o seguinte excerpto do que publicou o *Jornal do Brazil*, de 26 de Março de 1895:

«Marechal Barão do Rio Apa

«Verdadeiro typo de soldado, obediente, energico, firme, sensato, Enéas Galvão teve o rarissimo condão de fazer-se sympathico de seus companheiros de armas e de merecer a confiança de seus chefes e dos cidadãos que delle dependiam.

«De 1885 até agora, é que se lhe podem narrar os serviços extraordinarios, que as circunstancias especialissimas, em que esse periodo foi agitado, fizeram sobrelevar os meritos excepcionaes do barão do Rio Apa.

«Em 1889 o gabinete Ouro Preto, o ultimo da monarchia, confiara ao brigadeiro Rio Apa a reorganização da Guarda Nacional, e todos o vimos no afanoso labutar desse serviço, sempre correcto, sempre benevolente, sempre conciliador.

«A Republica o surprehendeu no posto de commandante superior dessa milicia, e a dictadura inicial do novo regimen entendeu que devia affastar do serviço activo o valente militar.

«Arrependeu-se, porém, a tempo, e Enéas Galvão voltou a occupar no Exercito o posto e o logar a que lhe dava direito seu espirito essencialmente militar.

«Era Ajudante General quando a sedição de Sancta Cruz, em 20 de Janeiro de 1892, motivou os rapidos movimentos que deram ganho de causa ás forças legaes contra os revoltosos que guarneciam aquella importante fortaleza, e ainda todos se lembram como elle proprio, em pessoa, dirigiu o assalto á arma branca em que se distinguiram tantos valorosos cidadãos dos corpos da guarnição desta Capital.

«Na revolta de seis de Septembro, o governo legal deveu á firmeza, á calma, á prudencia, ao criterio, á disciplina e á imperturbabilidade do barão do Rio Apa, o seu melhor elemento de victoria. Enéas Galvão concentrou em si toda a direcção da defesa.

«Tivemos quasi quotidianamente occasião de aprecia-lo na sua triplice qualidade de cidadão, de militar e de homem de governo.

«Multiplicava-se este homem. De manhã á noite, da noite á madrugada o barão do Rio Apa era sempre visto correctamente fardado; dormindo uma ou duas horas, sempre attento ás menores particularidades do serviço, verificando as inscripções dos voluntarios, compulsando os mappas das forças, analysando as notas dos fornecimentos de munições de guerra e de bocca, lembrando medidas, respondendo a officios, cartas e telegrammas, e ainda tendo tempo para dar solução ás exigencias da mesquinha politicagem, com que o atormentavam durante o nefasto periodo da revolta.

«O ajudante general do Exercito não perdia jámais a calma. Sabemos, por quem sempre esteve a seu lado, que o barão do Rio Apa dava aos mais moços o mais frisante exemplo de energia indomavel e actividade febril, sempre firme em seu posto, sem fraquezas, sem duvidas, escudado pelo principio legal que elle representava.

«Uma das suas principaes qualidades era o coração brando e grato. Enéas Galvão não exquecia um serviço recebido ou um favor gentilmente feito. Si algum acto se lhe póde attribuir de menos consentaneo com a bondade ou com a humanidade, deve lhe ser levado á conta de obediencia militar, que elle queria passiva como elle a exercia. E era justo e era equitativo, do que podem dar testimunho todos quantos tiveram de tractar com elle,

especialmente nos tormentosos dias em que a defesa da auctoridade contra a revolta egualou civis e militares que se aggremiaram para a suffocação da caudilhagem.

«Quando o barão do Rio Apa, ferido em suas prerogativas de commandante de praça, pediu demissão que, sem a menor reluctancia, hesitação ou duvida lhe foi logo concedida, foi geral a tristeza entre os que defendiam a lei e a auctoridade.

«E isto foi o balsamo que lhe suavizou a dôr da ferida, como elle proprio declarou aos dous mais elevados representantes de uma das corporações, que mais sacrificios fez para a victoria da lei.»

Finara-se o homem, mas a posteridade recebia-lhe o nome dignificado e imperecivel...

Foi, devéras, uma perda sensibilissima para a Nação o seu desapparecimento!

Enéas Galvão era a encarnação de uma das mais legitimas glorias brasileiras. Na historia militar foi sua figura a de um heróe, e toda sua trajectoria de soldado constituiu uma serie de serviços meritorios, prestados ao paiz com a maior dedicação e proficiencia.

É de precioso valor a sua fé de officio. Na mesma, em relevo, são taes os factos que, em qualquer paiz serviriam para notabilizar não só quem delles foi auctor, como ainda a corporação de que tivesse feito parte.

O exercito brasileiro, realmente, possuia-se do mais nobre orgulho em contar em seu gremio o vulto inexquecivel e proeminente do marechal Antonio Enéas Gustavo Galvão, barão do Rio Apa!

A CORRESPONDENCIA DO BARÃO WENZEL DE MARSCHALL

(AGENTE DIPLOMATICO DA AUSTRIA NO BRASIL DE 1821 A 1831)

PELO

Dr. Jeronymo de A. Figueira de Mello

Curiosa e muito interessante esta correspondencia do barão Wenzel de Marschall, que, em character diplomatico, aqui esteve no Rio de Janeiro de 1821 a 1831, isto é, num dos periodos mais agitados da evolução brasileira.

Nosso distincto patricio, o dr. Jeronymo de A. Figueira de Mello, teve a feliz lembrança de recorrer ao archivo do Ministerio de Extrangeiros em Vienna d'Austria, e de extrahir dessa correspondencia o mais importante e digno de ser conhecido.

Adeante se vai ler na integra o trabalho do dr. Figueira de Mello, que o começara a publicar no «Jornal do Commercio», em Fevereiro de 1913.

(Nota da direcção).

A CORRESPONDENCIA DO BARÃO WENZEL DE MARSCHALL

(Agente diplomatico da Austria no Brasil de 1821 a 1831)

Menos de um mez depois de ter partido para Lisboa, com sua côrte, el-rei d. João VI, seguiu a 21 de Maio com o mesmo destino, o barão de Sturmer, ministro de S. M. Imperial e Real Apostolica, deixando no Rio de Janeiro, na qualidade de agente diplomatico, o barão Wenzel de Marschall (*) que, observador attento e perspicaz dos acontecimentos que de perto precederam a nossa independencia e dos que a ella se seguiram até 1830, dei-

---

(*) Wenzel (Philippe Leopoldo), barão de Marschall, nasceu em Luxemburgo em 1784 e falleceu em Marburgo a 28 de Dezembro de 1851.

Descendente de uma antiga familia da Thuringia, educou-se na Academia Militar de Vienna.

Fez a campanha de 1805, na qual se distinguiu sendo promovido a capitão. Addido á Legação Austriaca em S. Petersburgo, prestou bons serviços. Fez tambem a campanha de 1813, como major de hussardos, sendo addido ao quartel general da Prussia; até Abril de 1819 conservou-se em Pariz, juncto ao duque de Wellington.

Nomeado secretario de Legação no Brasil, foi em seguida, no mesmo posto, agente diplomatico, tendo aproveitado os lazeres da vida diplomatica para estudos scientificos. Em 1826 foi promovido a enviado extraordinario e ministro plenipotenciario no Rio de Janeiro, em 1832 a general e nomeado enviado extraordinario em Parma, de onde, em 1838, foi removido para os Estados Unidos, sendo ao mesmo tempo agraciado com o titulo de conselheiro privado.

Em 1840 fizeram-no tenente-general e em 1841 ministro plenipotenciario em Lisboa, onde permaneceu até 1847, retirando-se, nesse anno, á vida privada... De todos os monarchas juncto aos quaes serviu recebeu condecorações: pertencia á Legião de Honra, á Ordem do Banho; possuia a Cruz de S. Leopoldo e pelo imperador Francisco foi nomeado cavalleiro de Sancto Estevam.

xou volumosissima correspondencia diplomatica sôbre essa phase tão interessante da nossa historia patria.

Animado pelas referencias feitas a esses documentos diplomaticos por notaveis historiadores brasileiros, resolvi procurar extrahir da correspondencia do barão de Marschall o que me pareceu notavel e digno de registo nos factos politicos e sociaes observados durante a sua larga estadia no Brasil. Sôbre ser muito difficil um trabalho dessa ordem, ao emprehende-lo maiores me pareceram os tropeços pela distancia em que me acho, a falta de elementos capazes de me esclarecer. Sirva esta declaração para desculpa das numerosas incorrecções que, sem duvida alguma, virão neste meu tentamen e para reconhecimento da boa vontade com que o emprehendi, aproveitando os archivos relativos ao Brasil existentes no Ministerio dos Negocios Extrangeiros em Vienna d'Austria, e que tão gentilmente foram postos á minha disposição.

Jeronymo de A. Figueira de Mello.

Vienna, Dezembro de 1912.

Anno de 1821.

Apenas entra no exercicio do seu cargo, já a 21 de Maio envia o barão de Marschall os seus primeiros officios ao principe de Metternich.

Difficil, critica, e, portanto, interessante, sob o ponto de vista diplomatico, era a situação em que se encontrava o Brasil...

Partira d. João VI para Lisboa com a familia real e a sua côrte, deixando atrás de si a população da capital brasileira diminuida, e uma situação financeira das mais melindrosas. Recusaram as capitanias do Norte obedecer á Regencia instituida pelo rei, pautando o seu proceder pelas decisões das Côrtes de Lisboa. Em Pernambuco crescia a animosidade entre Portuguezes e Brasileiros. A auctoridade do principe regente limitava-se uni-

camente ás provincias do Rio de Janeiro, São Paulo, Sancta Catharina, Rio Grande do Sul, Cisplatina (ainda que ahi diminuida) e Minas Geraes, já trabalhada esta ultima por commoções politicas...

Extrema era a fermentação politica no Rio de Janeiro; republicanos, independentes, absolutistas, recolonizadores (apoiados estes nas tropas portuguezas), agitavam-se. Patriotas eminentes electrizavam a opinião brasileira com as publicações feitas no «Reverbero», provocadas por Gonçalves Ledo, o conego Januario, José Clemente Pereira, frei Sampaio.

Delineara-se, pois, a situação do Brasil como prenhe de acontecimentos que não deviam tardar em realizar-se e ser seguidos de muitos outros, que formam a agitada historia do reinado de d. Pedro I. A esses acontecimentos, até o anno de 1830, assistiu o barão de Marschall.

Á agitação que precedera a partida d'el-rei d. João VI succedera, após a sua realização, uma calma toda apparente.

Procurando firmar a sua auctoridade, e remover os tropeços que desde logo se antepunham ao exercicio della, visando o principe a ordem na administração e as economias que, tão necessarias, se impunham, procedera d. Pedro, logo depois da partida de seu pae, á visita das administrações publicas e por sua ordem succediam-se os córtes nas despesas.

OFFICIO DE 21 DE MAIO DE 1821—LETRA A

Registando o renascimento da tranquillidade publica, e sobretudo as economias introduzidas na Côrte, o barão de Marschall nota-as de modo especial, « D. Pedro, diz elle, étant d'un caractère porté à la parcimonie. » Reduziam-se as despesas e com ellas os dias consagrados ás audiencias publicas e ao beija-mão... (*)

(*) Na transcripção dos trechos mais interessantes da correspondencia do barão de Marschall reproduzi fielmente as suas impressões, as suas phrases, com a orthographia e a grammatica (algumas vezes bastante curiosas, empregadas nos seus officios.

O dia festivo de 13 de Maio passa tranquillamente: parada de tropas, beija-mão, promoções e graças, estas em pequeno numero, rematando a solennidade do dia um espectaculo no theatro, ao qual comparecem em grande gala o regente e a princeza real.

Sublinha Marschall, em seu officio, o facto de gritar o principe, primeiro que todos: «Viva El-Rey, *Nosso Senhor!*» Pouco enthusiasmo nota no povo por essa occasião; regista o facto de não ter sido lembrada a Constituição, «o medo e a reserva, diz elle, dominando essa reunião»; segundo o uso, durante o espectaculo, o retrato do rei apparecia em uma scena allegorica. Chama-lhe a attenção o facto de ter-se cantado um hymno á Constituição dedicado pelo principe real, seu auctor, tanto da musica como das palavras, aos Portuguezes.

Com tranquillidade se realizam, em 15 e 16 de Maio, as eleições dos districtos, e das provincias; «la parfaite tranquillité à laquelle tout a eu lieu est une nouvelle preuve que sans la malhereuse idée de Mr. Pinheiro d'employer cette assemblée pour en obtenir des pétitions dans le sens du gouvernement tout se serait passé paisiblement; Mr. Pinheiro est certainement un homme de bien et même de talents; il eut fait merveille il y a deux ans, mais lui et tous ses collègues étaient de l'opinion qu'ayant été portés à leurs emplois par le peuple, ou pour mieux dire, par un parti, ils se trouvaient liés à agir jusqu'à un certain point sous son influence et par ses moyens».

OFFICIO DE 21 DE MAIO DE 1821—LETRA B.

Fazendo ligeira referencia, no fim do seu primeiro officio, ás pessoas presas por occasião do dia 21 de Abril, enceta o laborioso agente diplomatico um longo officio, no qual se expande em considerações e apreciações sôbre o estado politico do Brasil, ao iniciar-se a administração do principe real.

Não se abalança a formar qualquer juizo sôbre a administração do regente, «da qual o Conde dos Arcos é a alma», não o faz por ser demasiado recente e a posição do principe tanto

mais difficil, quanto privada de todo meio de acção sôbre outro ponto que o Rio de Janeiro, não podendo nem mesmo legalmente traçar o fim que deveria procurar attingir. E' uma administração, diz elle, que se limita, por isso, a manter o que existe ainda e a conquistar a confiança por suas medidas administrativas, medidas que, apesar de terem produzido bons effeitos, não são sinão palliativos, «le mal, ici, n'étant pas dans de mauvaises lois, mais dans la non éxécution de celles qui éxistent». Fossem quaes fossem os abusos que a extrema fraqueza do Governo Real deixasse introduzir em todos os ramos da administração, diz Marschall, não foram elles que trouxeram a revolução; o paiz por sua fertilidade e o augmento do seu commercio prosperava, gozava do genero de independencia que constitue o fim de todos os votos dos Americanos, não achava nem no grau de sua civilização, nem na situação dos Estados limitrophes uma razão qualquer de fazer uma comparação em desvantagem sua. Desejava por certo o paiz algumas reformas, mas não pensava de modo algum em concessões importantes: era feliz e crê poder affirmar que as primeiras seguranças de melhoramentos, publicados antes de 26 de Fevereiro, eram mais do que desejara. Essa publicação apressou a revolução aqui, porque os Portuguezes que a fizeram,—e não podiam ter outro fim, fazendo-a, sinão privar a auctoridade real de todo o meio de acção contra elles, — receiaram não ser bem succedidos, uma vez attendidas as queixas parciaes. Os revolucionarios, attendidas que foram as suas queixas, attingiram o seu fim, o rei poz-se á sua mercê, obtiveram delle tudo quanto quizeram, mas a existencia do Brasil como reino, como unido a Portugal está compromettida e com ella o que podia dar um pouco de lustre e de força á monarchia portugueza.

« A facilidade com a qual a revolução se propagou nas cidades com guarnição, e em relações directas com a mãe patria, o amor proprio e a extrema ignorancia dos Portuguezes lhes fizeram crêr que tudo seria possivel e facil: e concebeu-se o projecto de isolar as differentes provincias deste reino e de as pôr cada uma em relação directa com Lisboa. « Ce morcellement une fois exécuté, l'action sur chacune d'elles eut été plus facile et plus sûr.»

O movimento de 21 de Abril, as tentativas feitas e egualmente reprimidas na Bahia e em Pernambuco, terão o mesmo effeito que em Portugal? é cousa muito mais para desejar-se do que para esperar-se. O que os Brasileiros reclamam é a independencia, não da familia de Bragança, nem sob fórmas republicanas, mas de Portugal, é um bem que lhes foi porporcionado pela permanencia do rei neste paiz durante treze annos, e que as suas leis e as suas promessas lhes garantiram para o futuro: voltar atrás é impossivel, todos os factos confirmam essa opinião; na Bahia, cujo exemplo foi tão funesto, a noticia da partida do rei deve ter produzido a mais viva, a mais funesta impressão; o descontentamento foi geral, e nessa mesma cidade, apesar das proclamações, parece certo que não se pensou alli ainda, nem na eleição, nem em enviar deputados a Lisboa; em S. Paulo, em Villa Rica, no Rio Grande, provincias limitrophes das colonias hispanholas insurgidas, tudo permaneceu tranquillo e sómente por ordem do rei e com a maior indifferença prestou-se juramento á Constituição. Não era, portanto, uma Constituição que este paiz desejava, mas o nome della, tendo sido pronunciado uma vez. Portugal possuindo uma, será necessaria tambem outra para o Brasil. A de Portugal não lhe pode convir, o estado da civilização e natureza da propriedade sendo inteiramente differentes: é, portanto, necessaria uma constituição, que satisfaça as principaes cidades commerciantes, pois, no interior, nem se pensa nisso. Si a Casa de Bragança tem ainda um meio de conservar este paiz, não póde ser outro sinão o de voltar ao projecto do conde de Palmella, mas o peior é que aquillo que era facil e simples então, não o é mais neste momento.

« Suppõe-se que o principe regente tem a intenção de tornar-se independente; não o creio, pois o que disso obteria é aquillo que já possue; e, além do mais, privar-se-ia, para uma epocha futura, da soberania de Portugal.

Reflectindo-se, porém, sôbre os progressos da democracia em Portugal, sôbre a modificação politica que lá achará o rei á sua chegada, elle considera isso como o que de melhor póde fazer: reunir este paiz e o reconstituir, illudindo mesmo, si preciso fôr, ordens e disposições que não poderiam ser impostas ao

rei sinão pela força e cujos resultados seriam desastrosos; elle não teria feito sinão o que uma politica sábia e previdente lhe prescreveria de mais util, tanto para a casa de Bragança, como para o bem-estar real dos dous reinos.

O que tem dado logar á supposição precitada é a mudança na linguagem do principe; não fala mais na proxima partida, nem do seu desejo de estar em Portugal; aliás, sua conducta resente-se algumas vezes da violencia do seu genio: até agora é mais temido do que amado; ao partido constitucional desagradou a expressão empregada no dia 13 no espectaculo: « Viva o Rei, *Nosso Senhor!* » Essa formula tinha por toda a parte sido omittida depois de 26 de Fevereiro. — Em todo o caso a difficuldade maior está em que, para mudar a ordem de cousas existentes, para pôr outra vez no Brasil os interesses brasileiros em primeira linha, só se dispõe de tropas portuguezas, de uma disciplina bastante relaxada, e ás quaes revelaram o segredo da sua força—; será sempre muito difficil impedir que sejam influenciadas pelos revolucionarios portuguezes.

« Ha, portanto, pouca esperança para a conservação deste paiz; pois essa esperança não se poderia fundar sinão em vistas sábias e esclarecidas nas Côrtes de Lisboa. A epocha critica será a da chegada da Constituição; o mais desejavel seria que antes dessa epocha a Bahia se tivesse reunido ao Rio de Janeiro, esses dous governos agindo de accôrdo poderiam sós conseguir dar á auctoridade real uma força, que a puzesse em condições de resistir á influencia democratica de Portugal. »

— O character de agente diplomatico, que obtivera Marschall (pois nessa qualidade o havia deixado o barão de Sturmer), não o acceitara d. João VI sem difficuldade. Refere o barão de Marschall que, quando o barão de Sturmer o fez reconhecer como agente de S. M. I. e R. Apostolica no Brasil, o rei parecia não querer que agentes diplomaticos ou encarregados de negocios «'en forme» fossem acreditados juncto ao Governo do Brasil; motivo pelo qual foi adoptada essa denominação, que deixava a questão aberta. Ao referir ao principe de Metternich essa questão, suscitada pelo reconhecimento do character especial do seu cargo, o diplomata austriaco o baseara em exemplos mais ou menos similhantes de

alguns dos seus collegas no Rio de Janeiro. Assim é, diz elle, que, ao passo que se fazem difficuldades ao meu reconhecimento, Mr. Apleton, encarregado de negocios dos Estados Unidos da America e o sr. Cromlin, encarregado de negocios do rei dos Paizes Baixos, exercendo ao mesmo tempo as funcções de consules geraes, e que esperam aqui ordens ulteriores dos seus governos, e o sr. Maler, consul geral e encarregado de negocios de França, tem, desde a partida de S. M., continuado as suas funcções juncto ao novo Governo nas mesmas relações em que se achavam antes, ou porque o rei não tivesse mais expressado nos ultimos dias, depois da nomeação de um ministro dos Negocios Extrangeiros, sua vontade a esse respeito de uma maneira tão precisa, ou porque o conde dos Arcos o fizesse por si proprio. Apesar de reconhecer que se apressaria desde já em expedir os negocios commerciaes (como fizera antes) e votaria uma attenção particular a um objecto tão interessante para o commercio austriaco, confessa, entretanto, que, no caso de ser-lhe negado o reconhecimento como agente diplomatico, não se julgaria feliz em ser rebaixado á categoria de mero agente commercial, o que exprime dizendo: « Ce ne serait cependant qu'avec un extrème chagrin que je pourrais me voir reduit à être un simple agent commercial, et à entrer ainsi dans une carrière qui m'est absolument étrangère et pour laquelle je ne sens ni goût ni disposition. »

OFFICIO DE 6 DE JUNHO DE 1821

Empossado da auctoridade em momentos difficeis, procurava o principe regente grangear a fé no seu Governo.

Não o conseguiu, porém, diz Marschal, apesar dos seus esforços, como bem o demonstraram o decreto sôbre a segurança das propriedades e o que versava sôbre a liberdade pessoal.

« Tranquillas se realizam as eleições em 21 de Maio, indo nesse dia o principe real, em grande gala, ao espectaculo, para o qual um grande camarote tinha sido reservado para os eleitores.

« Esmerara-se o principe em desvelar-se pelo bem publico,

occupando-se de todas as melhoras que cria possiveis. Mas não conseguia essa politica desarmar a opposição desenfreada; não podendo atacar, nem os actos emanados da administração, nem a conducta pessoal do principe, os facciosos suspeitaram das suas intenções e não trepidaram em dizer que elle só de bocca era constitucional, que em 21 de Abril fôra quem dera a ordem para espingardear o povo, e finalmente que o conde dos Arcos (que então se tornara inteiramente impopular) o dominara por completo.»

Chegaram, porém, por esse tempo, noticias da Bahia de terem alli, ao saber-se dos acontecimentos de 21 de Abril, ornado a Bolsa com pannos pretos, haverem armado navios e ter ficado prompta a partir uma força de 2500 homens, com o fim de apoiar no Rio de Janeiro o partido constitucional.

Concorrem todas essas novas para que se azedem os espiritos, espalhando-se então o boato, que entretanto não se confirmou, de que os jornaes da Bahia haviam inserido em suas columnas virulento artigo contra o principe, a quem accusaram de ser o auctor desse attentado.

Já, porém, iam as cousas demasiado longe... Convenceu-se o principe regente de que era necessario afastar os principaes agitadores, dentre elles sobresaïndo o major Garcez.

«Este e seus officiaes espalham pela cidade que, si no dia 21 elles tivessem executado as ordens, muita gente teria perecido; que o principe os tinha mandado com a ordem de matar a todos os que se encontrassem na Bolsa.»

Os acontecimentos do dia 5 provocam o alarme em toda a cidade; andam os soldados em correrias pelas ruas principaes da cidade, comprando polvora e balas; fecharam-se as casas; barricadas se erguiam no interior das lojas, temendo-se que fossem saqueadas.

Minuciosa é a descripção que faz Marschal do que se passou na sala, em que a Municipalidade havia sido convocada por motivo dos ultimos acontecimentos.

«Le Padre José, homme de mauvaises mœurs et basse extration, porta la parole au nom du public». Escuta-o o principe com infinito sangue frio, respondendo-lhe: que, quanto ao conde

dos Arcos, na verdade era seu amigo, mas que elle o era ainda mais do bem publico e do povo, e que para o provar retira-lhe o cargo de secretario de Estado e o mandará para Lisboa pelo primeiro paquete. Finalizara o principe a sua arenga, dizendo que, quanto ao resto, elle havia convocado os eleitores para saber si o povo desejava verdadeiramente o que se lhe pedia.

— Os eleitores reunidos, tendo adoptado a mesma opinião do partido que tinha meios com que apoia-la, o principe lhes disse que lhe pedissem tudo quanto quizessem, que a tudo annuiria...» Attendidas que foram as exigencias do povo, «le Prince déclara à l'état major, à la Municipalité, aux Electeurs et au nombre considérable de personnes qui se trouvoient réunies dans la salle que ce n'étoit nullement par ambition qu'il avoit accepté le gouvernement, que son désir et son espoir avoient été de rendre le peuple heureux, qu'il étoit jeune et fort, et se sentoit capable au besoin de travailler pour nourrir sa femme et ses enfants; que c'étoit la seconde fois que l'on le faisoit venir ici; mais qu'il leur donnoit sa parole, sur la quelle ils pouvoient compter; que si cela lui arrivoit une troisième fois, il s'embarquerait le lendemain.»

Á agitação, á commoção que tanto tinham abalado os animos dos habitantes do Rio de Janeiro, succederam, felizmente, a calma e a tranquillidade, e na mesma noite desse dia em que se tinham dado tão notaveis acontecimentos, comparecia d. Pedro, com a princeza real, ao espectaculo, sendo bem recebidos pelos espectadores. «Il se montra absolument comme de coutume avec beaucoup de calme et d'assurance».

«Le peuple n'a pris aucune part au mouvement, les nègres montroient une joie féroce, et disoient que les blancs alloient se tuer entre elles». (*sic*).

«Les troupes brésiliennes réunies d'abord dans leurs quartiers, ensuite au Rocio par l'ordre du Prince, étoient tranquilles, mais outrées de ce qui se passait, un mot aurait suffit à les faire marcher contre les factieux: elles étoient entièrement dévouées au Gouvernement: peut-être n'a-t-il pas assez connu leurs dispositions.»

A conducta do principe regente, desde a partida do rei e

particularmente no dia de hontem ficou acima de todo elogio: mostrou a maior calma e sangue frio e infinita coragem e presença de espirito; si tivesse tido ao seu lado um unico militar capaz e com um pouco de experiencia, desde o primeiro momento teria podido marchar contra os revoltosos e faze-los depôr as armas.

A unica cousa que lhe falta é a experiencia; « n'ayant, ou ne croyant avoir aucun moyen de résistence, il a cedé de bonne grace.»

Triste era então a situação, em que se encontrara o Governo da Regencia. Não duvida, porém, Marschall, em firmar a sua esperança no character do principe, cujo proceder, diz elle, muito differe da conducta do seu antigo ministro e amigo o conde dos Arcos, que, na sua opinião, merece o duro qualificativo de cobarde: « La depression doit être regardée, comme entière pour le moment, quoiqu'il est resté nominalement à la tête du gouvernement, mais il y a encore de la ressource et de l'espoir dans son caractère personnel. Le Comte dos Arcos est le seul des Ministres qui n'ait pas osé paraître; à sa place étant militaire, c'est une grande lâcheté; il s'est dit malade.»

No dia seguinte installara-se a Junta Provisoria, «cujos membros são gente que, como em 26 de Fevereiro, não tomou parte no movimento: sem as tropas portuguezas o socêgo nunca teria sido alterado.»

OFFICIO DE 17 DE JUNHO DE 1821 — N.º 5, LETRA A.

Á eleição de 21 de Maio de 1821, na qual se elegeram os deputados da provincia do Rio de Janeiro ás Côrtes portuguezas, quizera o principe dar uma especie de solennidade, fazendo illuminar a sala de espectaculos, preparar um camarote para os deputados e eleitores (indo elle proprio ao theatro, em grande gala) e fazendo-os conduzir ás suas casas ao som da musica.

Lavrava, porém, o descontentamento no povo, apesar dessas demonstrações publicas e da publicação de differentes decretos, como o que se referia ao imposto sôbre o sal, á segurança das propriedades, á liberdade individual. — Os espiritos não se acha-

vam satisfeitos, e a animosidade, a desconfiança a respeito da administração do conde dos Arcos eram geraes: em cada medida nova enxergava-se um encaminhamento para a independencia: o decreto sôbre o sal era censurado, e com razão, pois, com effeito, tirava ao Governo um dos seus recursos para fazer frente á sua manutenção e satisfazer os credores; nos outros dous decretos encontraram o que dizer: estabelecer, diziam, por decreto, os beneficios esperados da Constituição era o mesmo que tornar assim a adopção della menos urgente e mesmo inutil. Não eram essas as unicas medidas que traziam descontente o espirito da população. A essas medidas de ordem civil veiu junctar-se outra, de character militar. «O projecto de constituir o Exercito brasileiro em brigadas, projecto de que só verbalmente se tractou, o facto de procurar-se effectuar o preenchimento do numero de praças por uma ordem de recrutamento, que não se achava assignada por nenhum ministro, mas sómente pelo Governador militar, o teôr dessa ordem, a qual declarava que todo aquelle que se apresentasse dentro de um certo prazo teria baixa depois de tres annos de serviço, mas que não fixava termo algum para aquelle que, decorrido esse prazo, fosse designado pelo sorteio, medida cujo character não era de modo algum provisorio, indispôz a todos em geral: foi essa ordem retirada antes do dia 5; já, porém, era demasiado tarde, já produzira o seu effeito.

Varios dictos inconsiderados do conde dos Arcos contribuiram para augmentar a desconfiança dos Portuguezes. Crê-se geralmente que a Bahia se inclina á independencia. Assegurava o conde dos Arcos, sem comtudo explicar-se, que contava com ella, suppunha-se em geral que agia de combinação com ella.

Além dessas queixas dos Portuguezes, era o conde dos Arcos mais deservido do que sustentado pelos seus collegas, com excepção do conde de Louzã, «qui est entièrement nul».

Os dous outros sentiram minguar a sua dignidade, por não serem ministros e sim méros secretarios de Estado, o que os punha em situação inferior e lhes assegurava vencimentos inferiores aos recebidos pelos collegas».

E, para arrematar a série de queixas contra o Governo, o

facto de publicar-se a correspondencia do rei com a Bahia foi considerado como um encargo.

«O principe, que sabiam deixar-se inteiramente levar pelo conde dos Arcos, era impopular; por toda a parte o recebiam com um silencio de máu agouro.» O Governo achava-se em embaraços e o trahia: mas não eram sómente essas as difficuldades que assoberbavam a situação da administração: faltava o dinheiro com que fazer frente aos gastos. «Aucune province n'envoyant de fonds, ses ressources se bornent à peu près aux entrées de la douane de Rio de Janeiro.»

Não dão resultado as economias: «l'économie la plus grande qui a de faite (sic) été de suite établie n'est point un remède suffisant.»

Si era esse o estado afflictivo de desorganização com que se luctava no Rio de Janeiro, séde da Regencia, não era mais brilhante a situação das provincias. Assim, o Rio Grande do Sul recusa o novo governador que lhe é enviado, nomeia uma Juncta e isola-se; as fragatas *Venus* e *União* seguem com o fim de buscar tropas em Montevidéo: sabia-se que se havia dado a essas tropas o conselho de não obedecer, de ficarem unidas sem se deixar dividir e de atirar sôbre esses navios, no caso em que tivessem necessidade de dinheiro: o Governo do Rio Grande do Sul, assegura-se, convidara os de Minas e Mato-Grosso a unir-se a elle.

Em meio dessas effervescencias na séde do Governo e nas provincias, ficara ainda uma questão ao mesmo tempo judicial e politica, a que não tinha sido dado andamento, nem solução alguma.

Era a questão dos réus do dia 21 de Abril, cujo processo se alongara. Todas estas causas junctas, diz Marschall, facilitaram o movimento, mas o que o causou foi a indiscreção que empregaram ao despedirem Garicas (sic) e seus officiaes: «l'affaire du 21 avril étoit dans l'opinion publique entièrement à leur charge et les rendaient extrèmement odieux, on les tratoit publiquement d'assassins, sans que le Gouvernement cherche (sic) a les protéger, et à faire justice de leurs plaintes.»

A respeito da celebre ordem de 21 de Abril e da petição, que fizeram novamente esses officiaes, para que lhes fosse fornecida

uma declaração de que elles não tinham feito si não cumprir com as ordens recebidas, o barão de Marschall tende a crer que essa ordem foi só verbal e provavelmente dada pelo principe « en un moment de chaleur et de colère où il s'étoit mis plus encore contre la foi blessé du Roi son père et de ses ministres qui lui conseilloient de souscrire à toutes les pretentions des factieux, que contre eux-mêmes: cet ordre ne fut point modéré: quoiqu'il en soit, l'officier qui l'a reçue est indigne de ce nom, dès qu'il a pu sans prévaloir soit contre les factieux si la chose n'était point absolument nécessaire, ou contre l'autorité qui le lui a donné. »

Resumindo em seu officio os motivos e as consequencias do movimento sedicioso do dia 5, o representante austriaco explica ao principe de Metternich as causas e os determinantes desse levante. Desde o dia 4 sabia-se que se realizaria; as proclamações circularam escriptas á mão: distribuiam-n-as os officiaes de caçadores. O governador militar, Avilez, fôra ter com o conde dos Arcos no dia 4, á noite, para preveni-lo do que havia, e dizer-lhe que era sôbre elle (Arcos) que desabaria a tempestade. — O conde dos Arcos, descontente com esse general, que cria impossivel de aproveitar-se, por ter muito poucos meios para isso, despediu-o, dizendo que, pelo contrario, era a elle proprio governador militar que a agitação visava e que no dia seguinte receberia sua demissão. Parece que desde aquelle momento esse official, que tem mais vaidade e amor proprio do que cabeça, poz-se do lado dos revoltosos. No dia 5 pela madrugada o principe foi avisado. Dirigiu-se immediatamente á residencia do conde dos Arcos, a quem despertou e informou do que havia, e lhe disse que elle iria. Assegura-se que esse ministro lhe aconselhou não fizesse tal, que esperasse e tomasse consigo algumas tropas brasileiras. O principe, confiante, foi só, sendo mal recebido.

— O conde dos Arcos, que, acompanhando-o, teria podido guia-lo, deixou-se ficar em casa; parece, entretanto, que não ficou de todo inactivo. O general Avilez recebeu noticia de que o movimento era effectivamente dirigido contra si, e não tomou o conselho de ficar em casa, por prudencia. Ao mesmo tempo, ordem foi dada ao general Curado, brasileiro, que já figurara nas eleições,

para que tomasse o commando nesse dia, e se fizesse acompanhar de guardas de policia a cavallo; morando no campo, elle, só chegou com 60 dragões, quando já os caçadores e o 11.º batalhão estavam postados no Roscio (sic); e retirou-se immediatamente; formaram os dragões, como todas as outras tropas; Avilez não se havia conformado com a ordem recebida, arengou á tropa que marchava para o Rocio, fez alguns fracos esforços para dete-las e acabou por segui-las. Ao comparecer perante o principe, este, pensando sempre que a tropa se achava descontente com elle, quiz despedi-lo e dar o commando ao general Caretti; tudo, porém, havia mudado, os officiaes insistiram por que fosse conservado, e que se lhe dessem dous adjunctos.

«Il parait d'après tout ceci que le Comte dos Arcos avoit un plan formé, de garantir le Brésil de l'influence des Cortes et de leur constitution, de le réunir, et de rétablir peut-être entièrement le pouvoir monarchique. Le plan dont je n'aurai pu m'empecher de regarder la réussite comme heureuse pour la maison de Bragance et ce pays, qui auroit pu être le refuge de la famille Royale en cas de besoin; ne pouvoit s'exécuter qu'en se débarassant des troupes Portugaises; il a echoué, et le fait a prouvé que le Comte d'Arcos n'étoit point une tête assez forte pour le suivre dans tous ses détails, et manquoit absolument de caractère dans le moment de l'exécution.

Le Prince s'est, à ce que l'on dit, montré trop violent le matin, lorsqu'il fut à la caserne des chasseurs, en arrivant à la place du Roscio où étoient déjà formées les troupes, et à la salle du spectacle où il a été de cinq heures de suite. Il étoit au contraire très calme sans abattement et il eut été impossible de deviner que c'étoit son autorité que l'on y abatait.

—Lorsque le Padre José commença son herengue il lui demanda qui il étoit et ce qu'il vouloit; et, sur sa réponse qu'il venait au nom du peuple,—quels sont, dit-il, les preuves de votre mission,—cet éclesiastique, interdit, lui répondit que s'il vouloit il apporterait dans deux heures 400 signatures; et moi, dit le Prince, il ne me faudra que deux minutes pour en avoir deux mille contre vous. Les officiers intervinrent alors, disant que n'étant point habiles à parler ils avoient choisi le père qui étoit prédi-

cateur pour être leur organe ; soit, dit le Prince, je vous écouterai alors au nom des officiers ou de la troupe, mais je vous préviens qu'elle n'est point la nation, elle y appartient, mais n'en fait pas même une partie comme troupe, car vous avez vu qu'elle est même formellement exclue des elections; voici la Municipalité qui est une autorité constituée ; qui peut parler au nom de la nation ; voici les electeurs que j'ai convoqué qui parleront au nom du peuple.

Lorsqu'il eut consenti au renvoi du Comte d'Arcos, il leur dit: mais qui mettra-t-on à sa place, on lui representa que c'etoit à faire la nomination ; fort bien, dit-il, mais proposez qui vous croyez bon pour cela ; ayant nommé plusieurs noms au hazard entre autres celui du juge conservateur des Anglais, un officier nommé Pedro Alvarez Diniz qu'il connaissoit étant de la même ville, et le Prince dit de suite, c'est bien, que ce soit Pedro A. Diniz, c'est ainsi que se fit sa nomination : quoique trois des secrétaires d'Etat fussent présents, le Prince n'étoit secondé par personne, le Comte de Louzã pleuroit et vouloit à toute force avoir une junte pour les finances afin qu'il n'eut plus qu'à signer ; le Prince fut obligé de le secouer par le bras et de lui demander s'il perdoit entièrement la tête ; les deux autres, charmés de la disgrâce du Comte d'Arcos, jouoient un rôle fort equivoque ; ce fut le Prince qui dût lui même rediger les deux décrets. »

Longe de acalmar-se a agitação, com as imposições feitas ao principe e por elle aceitas e com a installação da Juncta, não estava ainda finda a fermentação dos espiritos :

« Les officiers resistent toujours sur une declaration qu'ils ont agi le 21 Avril d'après des ordres reçus ; ont dit que le Prince a cédé, cependant rien de cette nature n'a encore paru, s'il persiste à refuser, ils feront un nouveau mouvement, s'il accorde, il se rend odieux et s'avilit, l'alternative est bien penible. »

Para o diplomata austriaco, attento observador do que acontecia, afigura-se a proclamação de Jorge de Avilez (a de 6 de Junho de 1821, na Impressão Regia), a mais extraordinaria de todas.

Em meio de toda essa agitação dos espiritos, da desorgani-

zação da administração, da limitação do poder do regente á provincia do Rio de Janeiro, da completa indisciplina das tropas conduzidas pelos seus officiaes, não notava Marschall, por parte dos ministros nem da Juncta, a minima actividade, no sentido de conjurarem crises que porventura se pudessem produzir:

«Les Ministres actuels ainsi que la Junte, tous gens tranquilles, se bornent à assurer autant que possible la tranquillité du moment, aucun ne pense à l'avenir, le Comte d'Arcos ayant été également blamé pour le bien et le mal qu'il a fait, ils en sont venus au prince, que moins ils feroient, mieux ce seroit.»

As desconfianças de ser o principe um joguete do conde dos Arcos mudaram de objecto, e a Juncta, que o substituira, caïdo aquelle do poder, já era suspeita de ser um instrumento passivo do principe.

Ácerca do successor do conde dos Arcos diz Marschall: «M. Pedro Alvarez Deniz est un homme qui ne paraît doué ni d'esprit ni de caractère, mais qui est entièrement étranger aux fonctions qu'il doit remplir, ayant toujours été dans les tribunaux, il dit, lui-même que n'étant placé que par hazard il ne comptoit pas être Ministre un mois et feroit le moins qu'il pourroit.»

Os movimentos subversivos dos dias anteriores, a agitação que ainda perdura nos espiritos, o écho de todos esses acontecimentos ainda não amortecido, não conseguem tirar ao agente diplomatico austriaco a calma na apreciação das qualidades e da attitude dos soldados portuguezes e brasileiros: «Il faut rendre justice au soldat portugais: ils ne font que suivre aveuglement les ordres de leurs officiers; du reste je crois qu'on n'a jamais vu de troupes en rébellion ouverte contre le Gouvernement avoir individuellement autant de calme et une conduite aussi modérée; ils sont là: dans les *congrès politiques* ainsi que le Gouverneur Militaire les nomme dans son ordre du jour...... à une parade, sans jactance quelconque, même après le succès. La discipline interieure de chaque corps est réellement conservée, le mal est dans les officiers. Le soldat brésilien est également impassible, leurs officiers sont mécontents, se trouvent humiliés, mais n'ayant point de chefs ils n'agissent point.»

Perdura a agitação na cidade alarmada, durante alguns dias

temendo cada um pelo que era seu e armando-se em sua casa.

A calma, diz Marschall, vai renascendo; a nova, chegada a 12, de que se recebera em Lisboa com alegria que havia o rei jurado a Constituição e voltará; de que se equipara uma esquadra para ir ao seu encontro e de que iam ser embarcados 4.000 homens para substituir as tropas que estão aqui, levanta a esperança; um e outro partido desejam egualmente a remoção dessas tropas.

Não é a mesma a attitude do principe, não é a mesma a sua actividade nos negocios; aos quarteis vai elle novamente, tendo-se tornado um pouco mais popular desde a partida do conde dos Arcos, mas « tem agora as mãos atadas e toma pouca parte nos negocios».

Bem diversa era então a attitude, que tinham em publico Portuguezes e Brasileiros: « Os Portuguezes moram quasi todos na cidade, occupando a maior parte dos empregos publicos; são os unicos, sobretudo depois dos ultimos acontecimentos, que falam francamente e dizem as suas opiniões; os Brasileiros são reservados, medrosos, têm realmente elevado grau de fleugma e de apathia; as pessoas de maior destaque entre elles, como o general Philisberto José Severiano (*sic*), que o Rei mandou para a Europa, lhes fazem falta; outros perderam momentaneamente a sua influencia, sendo desse numero Luiz José, Manuel Jacintho, Velloso (*sic*), Secura (*sic*), « et est donc bien difficile, surtout après les derniers troubles, qui ont entièrement tournés contre eux, de connaitre leur opinion, qui seroit cependant ici la véritable opinion publique.»

Sôbre a attitude particular dos Portuguezes para com os Brasileiros e sôbre as previsões que lhe suscitam os ultimos acontecimentos, são dignos de nota os seguintes conceitos do diplomata austriaco:

« Les Portugais méprisant les Americains comme une race dégénérée, croyent à present qu'ils en resteront facilement les maitres, si les troupes de Lisbonne arrivent bientot et ne prennent point l'esprit de celles qu'elles doivent relever; c'est possible pour un temps, mais cela ne peut durer, car il est dans la nature des choses, que le Portugal, pays pauvre, s'il domine,

cherche autant que possible à tirer à lui la substence de celui-ci, qui connait dejá trop bien son interêt et ses ressources pour s'y soumettre à la longue ; ce qui le retient en ce moment est la crainte bien fondé des gens de couleur. Si au contraire ces troupes n'arrivent point, de nouveaux troubles auront lieu, car une tranquillité basée sur la faiblesse du Gouvernement ne peut inspirer de confiance ; si le Prince quitte le pays, ce dont il montre même dans son interieur fréquemment l'envie, les partis ne seront plus retenus par rien, et une guerre civile et l'expulsion des Européens peut être la suite du prémier incident imprévu ; la mine est chargée, il ne faut que l'étincelle qui l'allume. »

OFFICIO DE 17 DE JUNHO DE 1821. — N.º 5. LETRA B.

Nomeado que foi o desembargador Pedro Alvares Diniz para substituir o conde dos Arcos, e sendo sabedor, pelas gazetas trazidas por uma fragata hollandeza, « do glorioso successo das medidas tomadas para o restabelecimento da ordem no reino de Napoles e na Saboia », vai o barão de Marschall fazer a sua visita de etiqueta ao ministro, o qual, tomando conhecimento das noticias contidas nas gazetas que lhe trazia Marschall, lhe disse : « que j'étois certain que ce qui flatterait le plus le cœur de S. M. l'Empereur, étoit qu'une reussite aussi prompte que complette avoit été obtenue, à ce qu'il paraissait, presque sans effusion de sang, et que c'étoit une nouvelle preuve que les événements survenus n'étoient que l'œuvre d'un parti de factieux, qui avait sû imposer silence, pour un moment, à l'opinion publique, mais n'avoit jamais été appuyé, et qu'il étoit bien facheux qu'ils fussent ici si éloignés de tout secours.»

« Essa opinião, diz o barão de Marschall, francamente annunciada por um homem que chegou de modo tão irregular ao posto que occúpa, é nova prova de que até agora os sediciosos não puderam elevar ao poder alguem que fosse inteiramente do partido delles.»

Continuando a contar a sua conversa com Pedro Alvares Diniz, diz Marschall :

« Essa transição nos tendo levado naturalmente ao presente

estado dos negocios aqui, elle me disse que o mal era grande, que provinha do facto de, na ausencia de meios sôbre os quaes contar, haver-se feito opposição aberta ao mau espirito da tropa portugueza, em vez de procurar-se circunscreve-lo e dar-lhe uma direcção menos perigosa para a salvação do Estado; que agora não se podia saber o que aconteceria, «que dans le fait, il n'y avait point de gouvernement; qu'il étoit bien à desirer que le Roi envoyât de Lisbonne la Constitution et de bonnes troupes qui pûssent rétablir l'ordre. Je lui fis l'observation que le mal étoit pressant et le remède tardif; que la troupe devait dejá sentir elle-même qu'elle avoit été trop loin pour pouvoir s'arrêter avec sureté et que le désir de leur propre conservation les feroit aller en avant. Il y auroit, dit-il, un moyen mais...» «Ce moyen, diz Marschall, «le seul qui reste, qui saut aux yeux de tous, d'employer les troupes du pays, aucun Portugais n'osera jamais le proposer.»

Si aliás os homens agora no poder não pertencem de modo algum ao punhado de facciosos que se tornaram senhores e arbitros do Governo, estão elles, em seu maior numero, longe de ser francamente dedicados ao poder legitimo: «la révolution de Portugal et l'idée d'une Constitution leur sourit, sans vouloir la destruction de la Monarchie, l'embarras du pouvoir Royal, l'abbaissement de la Noblesse et le degré d'importance qu'ils se figurent avoir acquis,—flatte singulièrement leur amour propre. Cependant aucun d'eux n'est capable de former un plan fixe, d'executer un coup hardi; chacun d'eux est transporté dans une sphère qui lui est, ou en partie ou entierèment étrangère, c'est encore ce dont se plaint avec beaucoup de franchise Mr. Alvarez Déniz; lui et ses collègues, sentant que le hazard les a portés où ils se trouvent, et voyant assez clair pour prevoir que cela ne peut avoir qu'une durée éphemère, se bornent à expédier les affaires journalières et à éviter tout ce qui pourroit les compromettre; avec de telles instruments que peut faire le Prince Royal, il doit succomber et le moment de son départ sera celui de la perte du Brésil pour le Portugal.»

OFFICIO DE 17 DE JUNHO DE 1821. — N.º 5. LETRA C.

O paquete inglez que chegou a 13 de Junho de 1821 tardára mais do que de costume; não havia noticias officiaes da Europa. Aproveitaram-se disso para espalhar os boatos mais absurdos, sobretudo a respeito da Austria, das derrotas na Italia, dos disturbios no interior e de muitas outras cousas. Tendo chegado, por fim, um navio procedente da Inglaterra e uma fragata hollandeza, assim como o paquete, as noticias que trouxeram põem fim a «ces rumeurs repandues et alimentées en grande partie par la Légation Espagnolle».

«Les Brésiliens qui n'ont pas lieu d'aimer les révolutions et toutes les personnes bien pensantes ont pris une part très vive au succès des mesures de notre Gouvernement en Italie. La troupe portugaise et en général les Portugais établis ici n'ont pas vu la chose du même œil, ils commencent à croire que cette heureuse influence pourrait se faire sentir jusqu'en Portugal, et le grand nombre d'entre eux attend de leur Cortés et de leur constitution un remède à tous les maux avec la même bonne foi avec laquelle ils ont attendu jusqu'ici Dom Sebastien. Cependant le manifeste de l'Autriche a été, sous l'administration du Comte d'Arcos, inséré tout au long dans la gazette de Rio de Janeiro, sans le moindre commentaire.»

— A 7 de Junho de 1821 embarcara para Portugal o conde dos Arcos, e por essa occasião, conta Marschall, chegaram aos seus ouvidos rumores de que o paquete, que toca de costume na Bahia, recebera ordem de seguir directamente; «mas não são certos esses boatos», diz elle, o facto é que «si elle tem ainda partidarios nessa cidade ou no novo Governo, poderiam surgir complicações».

— Fundara-se, nas serras de Macacú, a colonia suissa, que acabava de receber o nome de Nova Friburgo: parecia o novo estabelecimento destinado a perecer em breve, taes eram as más condições em que se achava: «Le Comte dos Arcos avoit voulu donner au Comte de Cé l'administration de la Colonie Suisse; l'ordre n'étant point encore expédié le 5, il n'est pas à

croire que la chose ait lieu à present ; du reste elle est dans un tel état qu'elle n'avoit point besoin de cet administrateur pour l'achever. »

A todas as difficuldades com que se luctava, vinha junctar-se a difficil situação financeira, soffrendo o commercio muito pela angustia da situação em que se encontrava: os descontos eram feitos a taxas exorbitantes, sendo quasi impossivel obter-se dinheiro e pagando-se 20 % para as remessas para Montevideu, não se realizavam os negocios.

As noticias do Rio da Prata davam a situação como estacionaria: nem Puyrredon, nem Ramirez, Rodriguez, Carreras, nem San Martin, faziam progressos...

OFFICIO DE 27 DE JUNHO DE 1821.—N. 6 LETRA A.

Voltando a falar da sedição que impoz ao principe a nomeação da Juncta e a demissão do conde dos Arcos, extende-se de novo o barão de Marschall em detalhar a revolta desse dia.— « Os tres regimentos portuguezes tinham seus quarteis na parte mais populosa da cidade e fizeram causa commum, sentindo-se odiosos egualmente á população e ao Governo; não deixaram, porém, de ter seus receios e acautelar-se. No dia 16, á noite, alarmados provavelmente por falsas noticias, pensaram que se tivesse a intenção de ataca-los e que duas peças de artilharia, que se encontravam nas estrebarias reaes, a isso estivessem destinadas; um destacamento do 11.º batalhão foi ter ás oito horas ás estrebarias reaes, apoderou-se das duas peças e as trouxe para o seu quartel; outro destacamento de caçadores chegou alguns instantes depois com a mesma intenção, mas sabendo-as em logar seguro, retirou-se tranquillamente; enviaram essas tropas fortes patrulhas para diversos pontos... As tropas brasileiras, ao saberem do que acontecia, tomaram egualmente as armas e aprompataram-se para agir.

A policia, a pé e a cavallo, posta em movimento pelo general commandante, era a unica tropa que percorria toda a cidade e procurava manter a ordem; os outros corpos estavam sob as

armas nos seus quarteis, tendo postos avançados e sentinellas, promptos ao ataque ou á defesa; com o raiar da aurora desvaneceu-se a inquietação.

«Desde esse dia, refere Marschall, a tranquillidade voltou e acha-se melhor estabelecida do que havia sido depois do dia 5.»

O batalhão de caçadores reoccupou o seu quartel em S. Christovam e os officiaes delle enxotaram o padre José, «leur organe du 5 de ce mois, en lui conseillant de prendre garde à ce qu'il dirait à l'avenir...

Le Prince Régent a depuis de nouveau visité les casernes. Il donne ses audiences comme de coutume, se reservant les affaires de grace et de détails, mais renvoyant à la Junte tout ce qui pourrait donner lieu à une loi ou décret.»

Acha o barão de Marschall digna de nota a ordem publicada pelo intendente geral da policia, ameaçando todo o perturbador da ordem de ser tractado como réu de lesa-magestade, e logo a commenta, dizendo:—«Du reste, ce qui prouve combien peu l'esprit de la population Brésilienne est révolutionnaire c'est qu'entre les requetes presentés à la Junte provisoire, il y en a une où l'on demande l'établissement de l'inquisition et une autre qui dénonce un Club de franc-maçons.»

Ao erario depauperado, sem recursos e sem animadoras esperanças de futuro mais prospero, fizera o governador de Pernambuco as remessas habituaes para o mez de Abril e metade do mez de Maio. Não lhe regateia Marschall os elogios á administração:—«conserva com tanta firmeza quanto bom-senso a ordem em seu governo.»

Diversa da de Pernambuco era a attitude da Bahia para com o Governo do Principe Regente; e, além do mais, não mandava dinheiro, o que devia constituir motivo de queixa bastante grave: «La Junte de Bahia tient toujours la même marche; autant qu'elle n'est pas populaire elle a demandé des trouppes à Lisbonne; le Président de cette Junte écrit ici des lettres très soumises qu'il assure qu'il sent combien une réunion entière seroit nécessaire au bien de la Monarchie, mais où il s'excuse sur l'opposition qu'il trouve dans la Junte et les ménagements qu'il doit avoir, le fait est qu'ils attendent pour voir comment les

choses tourneront en Portugal; comme ils n'envoyent depuis trois mois aucun argent au trésor on avait essayé de tirer sur eux quelques traits, elles furent toutes protestées.»

Villa-Rica, Goyaz e S. Paulo, que a Bahia tinha procurado attrahir a si, recusam-se a prestar juramento, antes de chegar ordem do rei para esse fim.

No Rio Grande a Juncta chamára a si a administração da provincia, regendo-se pelas antigas leis que assim providenciaram, no caso em que vagasse o posto de governador.

Em Montevidéu, prestam as tropas portuguezas juramento á constituição, antes de terem recebido para isso ordem do rei; pelo contrario, a divisão ligeira, composta unicamente de tropas brasileiras, recusa-se a isso, «et ce qu'il y a de plus extraordinaire c'est que leur protestation a été inséré dans la gazette du 19 de ce mois, sans aucun commentaire.»

A mesma gazeta relata, após a chegada do paquete, as victorias das armas austriacas em Napoles, e «elle termine l'article du Piedmont en disant, que de cette manière la rebellion avoit été etouffé en moins de quinze jours; ces articles n'ont pas fait ici la moindre impression, quand au sens dans lequel ils sont redigés. Il n'a paru jusqu'à présent aucune déclaration du Prince sur l'ordre donné aux troupes le 21 avril.» «Votre altesse, diz Marschall ao principe de Metternich, verra que l'on cherche à cette heure, à montrer la nécessité d'agir, où l'on se trouvait, cette piéce (é a proclamação datada do Rio de Janeiro, de 8 de Junho intitulada: «*Documentos irrefragaveis do nobre caracter portuguez*) a fait un bon effet depuis qu'elle a paru. Dupradt, le principal auteur de la journeé du 21 a fait une espèce d'amende honorable. Si l'on eut publié la chose le lendemain de l'événement on auroit peut étre evité tout ce qui a eu lieu depuis, mais le Ministère d'alors n'étoit point faché de laisser toute la responsabilité et l'odieux de la chose sur le Prince Régent et la peur des Cortes fut le seul sentiment qui les guida. Le Général Caula, Ministre de la Guerre, qui a certainement pris une part active à la chûte du C.te d'Arcos qu'il haïssait; commence à tomber en discrédit à son tour.»

As más condições do banco aggravavam-se consideravelmente, sendo absolutamente impossivel obter-se dinheiro metallico.

OFFICIO DE 27 DE JUNHO DE 1821. — N. 6. LETRA B.

Depois de noticiar a partida do ministro inglez, Thornton, occupa-se Marschall com as noticias trazidas pela fragata ingleza *Andromaque*, vinda de Valparaiso com quarenta e dous dias de viagem, noticias que deram o Callao tranquillo, estando sempre lord Cockrane deante desse porto, e referiam estar San Martin sempre em Huaro, onde se fortificara. Transportava a *Andromaque* para a Europa quatro milhões de piastras e levava lady Cockrane, assim como a esposa e a familia do ex-vice-rei de Lima, Pezuela.

Começavam corsarios a mostrar-se deante da barra do Rio de Janeiro, inquietando-se a população sôbre a sorte de varios navios portuguezes, e correndo rumores de se terem apoderado de um navio hispanhol, que levava para a Europa deputados do Perú.

« Le Ministre d'Espagne est toujurs ici et continue ses fonctions, on l'accuse et surtout sa légation d'avoir été en grande partie le moteur des troubles qui ont eu lieu ici; il est certain que ses attachés avoient des principes très pernicieux et ne gardoient aucune mesure, ni dans leur conduite, ni dans leur langage; le Gouvernement est bien payé de tous les embarras qu'il leur a suscité à Buenos-Ayres. »

Tudo se prestava a murmurações, e mais uma causa para ellas foi a chegada do marquez de Angeja, tenente-general portuguez, que veiu de França com sua familia, «croyant trouver le Roi. Votre Altesse n'ignore certainement point qu'il a dû quitter le Portugal, parce que après avoir pris une part active avec les carbonari, il les a dévoilé: son arrivé ici est un veritable mal en ce qu'elle augmente la défiance contre le Gouvernement; on a dejà murmuré de le voir dimanche 24 dans la loge du Prince où cependant son rang l'appeloit, étant chambellan. »

OFFICIO DE 12 DE JULHO DE 1821. — N. 7. LETRA A.

Desde 27 de Junho, escreve Marschal a 12 de Julho, a tranquillidade tem-se mantido inalterada.

Falava-se em que seria substituido o governador militar

Avilez: havia muito que pedira licença para ir a Lisbôa; tinha difficuldade em obte-la, tanto mais quanto entre a gente da tropa armada era thema de discussões o saber si essa licença lhe devia ser dada pelo principe ou pela Juncta, «Juncta que não tem sinão attribuições legislativas, nada faz, limitando-se até agora a publicar uma proclamação.»

— Faltavam noticias de Montevidéu, desde que alli se devia ter sabido da partida do rei.

Fôra enviada contra ordem de não embarcarem as tropas que deviam vir dalli para o Rio de Janeiro, mas o navio que as levava, tendo soffrido avarias, fôra obrigado a arribar.

«É desejo geral que essa tropa se recuse a embarcar, tendo ella direito a pretender o soldo atrazado de 22 mezes; o thesouro não está em condições de pagar essa quantia; a difficuldade do dinheiro é enorme e augmenta cada dia.»

Considerando as noticias do Rio Grande, as quaes asseveravam que nessa provincia o povo se dispunha a receber o governador nomeado pelo rei, e dizendo as de S. Paulo, pelo contrario, ter-se procedido alli á eleição de uma Juncta provisoria sob a presidencia do antigo governador, considerando ainda as asseverações dos Portuguezes do Rio de Janeiro que viam nessa situação um movimento tendente á independencia,—« Il est difficile, diz o barão de Marschall, de les croire entièrement sur parole, appellant ainsi tout ce qui n'est pas une soumission entière aux Cortes du Portugal.» Tanto na Bahia, onde a situação continuava no mesmo pé, como no Rio de Janeiro, parecia-lhe que os differentes partidos se observavam e esperavam o effeito da chegada do rei a Portugal... « Entre temps on peut dire qu'il n'y a ici aucun Gouvernement, le Prince n'a point de pouvoir, la Junte non plus, la véritable force d'action est dans la trouppe, qui grâce a Dieu ne l'exerce pas pour le moment.»

Continuavam os corsarios a cruzar deante da barra do Rio de Janeiro, não molestando a nenhum navio portuguez. Um desses corsarios capturara o «Maypú», brigue de guerra hispanhol, que vinha de Lima em direcção a Cádiz, e que arribara ao porto do Rio de Janeiro para prover-se de viveres. Levava o «Maypú» a seu bordo os deputados encarregados de represen-

tar ao rei de Hispanha sôbre o perigo premente em que se achava o Perú: eram elles o marquez de Valombrozo e o coronel Don Antonio Sevara, este ultimo auctor da destituição do vice-rei Pezuela. Despojados do dinheiro que traziam, foram postos com parte da tripulação a bordo de um navio negreiro, que fazia vela para o porto do Rio de Janeiro, onde felizmente puzeram pé em terra, não tendo aliás soffrido nenhuns maus tractos.

Haviam partido para Lisboa os deputados ás Côrtes pela provincia do Rio de Janeiro.

A situação era tão incerta, que a «Magicienne», corveta ingleza que entrara no porto trazendo um navio negreiro capturado ao Norte da linha, causara com sua chegada certo alarma entre os negociantes inglezes, por temerem que désse logar esse facto a alguma discussão de penosas consequencias nesse momento.

OFFICIO DE 12 DE JULHO DE 1821. — N.º 7. LETRA B.

Os conceitos do barão de Marschall sôbre as personalidades e os acontecimentos politicos dessa epocha, consignados nesse officio, são tão interessantes, que seria priva-los, traduzindo-os, do valor que lhes prestam as proprias expressões desse diplomata:

« L'issue du mouvement révolutionnaire du 5 de Juin a été tellement contraire à ce que l'on attendait généralement du Prince Régent, et il y a des contradictions si fortes entre la manière de faire et le langage de ce Prince, que sans vouloir chercher à les expliquer, ce que j'avoue, m'est entièrement impossible; je crois au moins devoir informer Votre Altesse de tout ce qui peut faciliter à en porter un jugement.

« Le Prince Royal n'a reçu de fait aucune éducation; il a peu lu et n'a jamais vécu avec des personnes instruites; la jalousie de son père, la négligence souvent indécente avec laquelle les favoris du Roi et même ses Ministres le traitoient, lui firent goûter le C.te d'Arcos, qui avait au moins quelque vernis d'instruction et osa s'attacher à lui; ce qui lui fit encourir la disgràce du Roi; du reste le Prince avec de l'esprit naturel et un

sens très juste, avait un grand désir d'activité et de mouvement, qui ne recevant aucune direction se tourna vers la Musique et les exercices violents. La Princesse Royale avec laquelle, malgré que ce Prince soit quelque fois un peu brusque, il a toujours vécu dans une intelligence parfaite et pour laquelle il a un véritable attachement, partageant ses goûts et ses plaisirs, son mariage n'y apporta aucun changement; son respect pour le Roi dont l'usage est de se plaindre, quelque fois de ses enfants, mais de ne jamais les reprendre, étoit et a toujours été très grand; mais il détestait ses favoris et ses ministres, le montrait assez fréquemment et nourrissait contre toute mesure du Gouvernement un esprit d'opposition décidé; de là provenoit l'attachement marqué pour le Portugal que l'on négligoit et le mépris exprimé sans aucun ménagement contre le Brésil et ses habitants.

«La révolution de Portugal éclata et trouva par les mêmes raisons en lui un partisan; je crois qu'il fut dès l'origine travaillé par les principaux moteurs, qui cherchèrent á la lui faire goûter; l'accès étoit facile chez un Prince qui doué d'un caractère ardent sentait vivement l'état de dépendance et d'ignorance absolue où on le laissoit et qui ne désiroit rien plus que d'être une fois en action; on alla jusqu'à lui faire des propositions de partir sécrétement pour le Portugal, et je crois pouvoir assurer que les moyens d'execution étoient prêts; toutefois averti par de meilleurs conseils, qui ne lui cachérent point le mal irréparable qu'une démarche aussi irrégulière que coupable attireroit sur l'État et sur lui même, il attendit l'arrivé du Comte de Palmella.

« Dès ce moment il paroit que le C.te d'Arcos, jaloux de l'influence qu'il exerçait sur l'esprit du Prince, avait fait naître quelques préventions contre le C.te de Palmella; aussitôt qu'il se fut convainqu qu'il n'etoit point homme à agir entièrement dans son sens, il les augmenta et réussit d'autant plus facilement que ce Ministre ne fit rien pour gagner la confiance du Prince.

«La révolution du 26 février eut lieu, Votre Altesse en connait tous les détails; des soupçons graves pesèrent sur le C.te d'Arcos et le Prince pour la part qu'on leur supposoit y avoir pris: bien des raisons existent à présent pour en douter; pour le

C.te d'Arcos, qu'il a dès ce moment été extremement impopulaire près des Portugais, qui ont chaque fois été les auteurs des mouvements qui ont eu lieu successivement. Pour le Prince, — l'air aisé et exempt de tout embarras et l'activité qu'il déploya dans cette journée, fut ce qui fit naître l'idée qu'il n'y était point étranger, ayant montré les mêmes qualités dans celle du 5 Juin, qui étoit entièrement dirigé contre son autorité légale et la seule personne qu'il affectionnoit, il seroit injuste de les attribuer à autre chose qu'à son caractère personnel.

«Toute fois, si d'après mon opinion que je crois juste, mais que je soumet respectueusement à la haute pénétration de Votre Altesse, il est à cet égard à l'abri de tout blame, il n'en est pas moins certain que les idées que l'on appelle si improprement dans le siècle présent, constitutionnelles et libérales, ont fait sur l'Esprit de ce Prince, jeune, sans expériences, aigri contre les favoris et la faiblesse du Roi son Père, des progrès considérables.

«Il a pris, dès le 26 février, quelque part à l'administration, malheureusement sans attribution distincte et chercha à en profiter pour introduire dans le Ministère qu'on lui formoit le C.te d'Arcos; mais le Roi n'y consenti qu'après le 21 avril; jusque là il cherchoit bien plus à brider l'autorité, que son départ le forçoit de laisser au Prince son fils, qu'à lui donner les moyens d'agir et les malheurs qui se suivoient chaque jour n'avoient fait qu'augmenter sa défiance habituelle.

Le Ministère agissait dans le même sens mais par un autre motif, chez eux c'étoit la crainte que les Cortes ne les rendit responsables d'un acte quelconque qui mit le Brésil à même d'exprimer sa volonté et de soutenir ses interêts et la cause Royale.

«Dans la journée du 21 Avril, le Prince qui comme tout le monde étoit impatienté de l'indécision du Roi, qui ne savoit s'il vouloit partir ou rester, fit son possible pour empêcher le Roi et ses Ministres d'accéder aux prétentions des factieux; ce fut lui, qui s'assura de la trouppe et finit par la faire agir, mais quoique ce fut lui qui en donna l'ordre, il n'en est pas moins certain que c'etoit du consentement du Roi; d'un consentement

tacite, parce que dès qu'il y a du danger le roi n'a plus aucune volonté et perd toutes facultés, ses Ministres n'en avoient pas plus que lui, le danger étoit urgent.

Il réussit et profita de cette occasion pour faire entrer le Comte dos Arcos dans le Ministére qu'on lui laissoit.

— « Une grande faute du Ministère du Roi à cette époque fut de ne point justifier par une proclamation ce que l'on avoit fait: l'article de la Gazette ne parut que trois jours après, ce fut tout; les adversaires du Gouvernement eurent le champ libre, ses partisans ne savoient que répondre.

« Depuis le départ du Roi, j'ai fait mon possible pour informer Votre Altesse de la marche des événements: que le Comte d'Arcos avait un plan fixe me parait certain et prouvé; resteroit à savoir si le Prince Régent a connu ce plan dans toute son étendue, s'Il l'approuvoit, s'Il le suit encore, ou cherche au moins à y revenir, en cas que l'occasion s'en présente; c'est sur ce point qui me paroit être intéressant pour juger la marche qu'il tiendra, que je ne peux fixer mes doutes. Le Comte dos Arcos n'étoit surement point dans les principes constitutionnels; il est le seul des fidalgos ici, qui n'ait point prêté le serment à la constitution, ayant joué le malade après le 26 fevrier; les différents décrets qu'il a fait publier, étoient, sans aucun doute, dans le sens de rendre le Gouvernement populaire et d'anticipper ce qu'une constitution pourroit assurer. Depuis le départ du Roi jusqu'au 5 Juin, dans aucune occasion ou n'a crié *vive la Constitution*, pas même à l'election des députés aux Cortès; cependant, d'un autre côté, le Prince a composé dans le même temps une hymne à l'honneur de cette constitution, musique et paroles, l'a fait imprimer et envoyer à toutes ses connoissances, on la chantoit au spectacle en sa presence.

« Le Comte d'Arcos très jaloux de son ascendant sur le caractère du Prince, a dès le départ de la Cour, fait cesser toutes les communications qui d'après l'usage introduit par le Roi avoit lieu avec le Corps diplomatique. Le Prince Régent n'a voulu voir aucun des Ministres Etrangers qu'en audience publique, quoique plusieurs aient cherché à lui parler, et en ait même recontré explicitement le désir, tel que Mr. le Ministre d'Angleterre; —

faisant quelque fois ma Cour à S. A. I.le Madame la Princesse Royale, le Prince passe et repasse par l'appartement, mais ne parle jamais des affaires publiques, quoiqu'il l'ait fait fréquemment autre fois, et que je crois en être bien vue; Il a continué de même depuis le départ du Comte d'Arcos, quoiqu'il ai trop de bon sens pour avoir aucune confiance dans les Ministres qu'il a à présent. Son entourage est entièrement Portugais, ce qui est fidalgo est absolument nul, assez honnête gens du reste, mais aussi incapable d'agir que de conseiller; Il vit familièrement avec eux et affecte jusque dans son intérieur *le plus intime* des idées entièrement populaires; Il a par exemple à la nouvelle de la réussite des mesures de notre Gouvernement en Italie, montré un déplaisir, disant que si son Père vouloit rétablir les choses sur l'ancien pied en Portugal, lui n'en établirait pas moins la Constitution ici; qu'Il ne desiroit pas un grand pouvoir, qui n'étoit qu'un grand fardeau, et qu'Il se trouveroit heureux d'avoir les mains liées; Il parut même le soir du 5 Juin n'être pas mécontent de la journée; comment accorder ceci, avec un caractère actif et plein de vivacité, ne souffrant qu'avec peine la moindre contradiction et avec une volonté très absolue dans son intérieur; avec sa conduite dans la journée du 5, où il a fait ce qu'Il a pu pour conjurer l'orage, et où c'est certainement à lui que l'on le doit, d'avoir une Junte qui jusqu'à présent est un instrument passif entre ses mains; car Il n'étoit secondé par personne, enfui avec les nouvelles d'Italie insérées dans la gazette dans lè sens dont j'ai eu l'honneur de rendre compte à Votre Altesse.

«Le Prince voit assez facilement les aventuriers, Il tient cela peut-être du Comte d'Arcos qui avoit le même goût, Il reçoit même encore le Padré Macamboa, un révolutionnaire très masqué qui est sorti de prison le 5 Juin, cependant on ne lui connait dans ce moment qu'une seule personne de confiance avec laquelle Il passe souvent plusieurs heures, c'est son confesseur le *Padré Antonio,* Royaliste décidé; qui met même trop peu de ménagements dans la manière de s'énoncer et dit depuis long-temps hautement que l'on devrait reduire avec les trouppes du pays, les douzecents Portugais qui font la loi, aussi le mauvais esprit

de la faction Militaire commence-t-il à se tourner contre lui et le Baron de S.t Amaro, son ami, et je ne serais point étonné de les en voir être les victimes.

«A présent le Prince Régent montre même aux personnes avec lesquelles il est le plus intime un grand désir de retourner en Portugal et assure qu'Il profitera de la prémière occasion où il puisse quitter décemment.

«S'il m'est permis d'enoncer ma façon de voir, je crois que le Prince n'est liberal que parce qu'Il a reçu des gens du parti quelques idées qui ne sont point digerées, et que son manque d'expérience et d'instruction ne le mettent pas à même d'apprécier à leur juste valeur; ayant souffert du Gouvernement du Roi il en est venu au point de croire de bonne foi, jusqu'à un certain point, que le mal tenait à cette forme de Gouvernement : Il désire franchement le bien et feroit volontairement des sacrifices pour l'obtenir.

«Il a approuvé les mesures du Comte d'Arcos, mais n'en a pas je crois connu toute la tendance, ce Ministre, je suppose, connaissant ses préjugés youloit le faire entrer peu à peu dans ses vues; et cherchoit en outre à le distraire des affaires pour avoir les mains plus libres; c'est au moins la seule manière de m'expliquer l'issue de la journée du 5 Juin.

«Dans ce moment le Prince est degouté; peu habitué au travail et aux hommes je crains que les obstacles qu'Il a trouvé à faire ce qu'Il croyait véritablement utile ne l'aient rebuté et que cédant au dépit qu'il en éprouve il ne les croit insurmontables; entouré de gens qui ont tous réellement moins de moyens que lui, Il ne peut ni se confier à eux ni se tracer à lui même une ligne fixe, ses idées n'étant point arretées sur ce qu'il y auroit à faire.

«Les Brésiliens accusent la faction Portugaise d'ici, de vouloir à toute force faire partir le Prince; ils pourroient avoir raison, car ils le craignent encore et croiront être plus les maîtres s'Il était parti; — mais ce départ seroit d'après ma manière de voir un grand mal pour les affaires en Portugal et pour le Brésil; le grand lien entre les deux pays est certainement l'attachement commun à la Maison de Bragance, la conduite des provin-

ces de l'Intérieur et les craintes des portugais — partout où ils sont parvenus à faire une révolution momentanée, en fait également preuve; si le Prince s'en va, le dernier lien qui attachait les uns et reprimait les autres sera rompu. En Portugal tant que le Roi vivra sa présence ne peut faire que du mal à la cause Royale, par la désunion et la méfiance existante entre le Père et le fils, ni l'un ni l'autre ne changera, le Roi sera toujours mal conseillé et il faut l'avouer, il n'est pas conseillable.

«Il seroit au contraire extremement avantageux à cette même cause, que quelque soit la tournure que prendront les affaires dans ce moment, le Prince Royal put y rester entièrement étranger; le moment viendroit alors où les passions de la multitude étant un peu calmées, et les vues des malveillans généralement connues et appreciées, ce Prince avec les qualités personnelles qu'Il a et un peu plus d'experience qu'Il acquerera dans les temps présents pourroit beaucoup faire et rétablir au moins en partie l'ordre et le gouvernement légal.»

OFFICIO DE 22 DE JULHO DE 1821 — N.º 8. LETRA A

Nenhuma novidade apparecia no scenario politico; entretanto, debaixo dessa monotonia, dessa calma apparente, fermentava a agitação, e já havia quinze dias se fixavam varias datas para um novo movimento, «car, diz jocosamente o barão de Marschall, ils ont jusqu'à présent toujours été fixés et connus d'avance», sem que cousa alguma tivesse acontecido; esse annunciado movimento era dirigido contra o general Caula, ministro da Guerra, que por sua vez se tornava odioso aos sediciosos, e tinha além disso por fim estabelecer uma Junta executiva. Em meio dessa agitação, não era facil de certo a tarefa do principe, antes bem difficil.

«O principe regente faz o que póde para acalmar o máo espirito da tropa, restabelecer a confiança e a união entre a de Portugal e a do Brasil.»

Succediam-se com curtos intervallos as festas que dava o principe com o intuito de congraçar Brasileiros e Portuguezes, infelizmente sem resultado, como diz Armitage: «Here both par-

ties made their appearance, dissembled their resentments, feasted together, and left each other as irreconciliable enemies as ever.» Realizara-se a 13 de Julho de 1821 uma dessas festas, um jantar campestre, no qual se achavam reunidos pelo general commandante os chefes dos differentes corpos:

«O principe compareceu a essa festa como por acaso, beberam á sua saúde e á daquelle que mantivesse a constituição e a união; no dia seguinte os officiaes se reuniram por seu proprio alvitre e foram todos beijar a mão do principe regente, agradecer-lhe a honra que elle lhes tinha feito e protestar-lhe adhesão e devotamento á sua pessoa.»

A 19 realizara-se outra reunião; desta vez no outro lado da bahia, honrando-a com a sua presença o principe regente e a princeza real. Conta Marschall que, tendo ficado os principes até muito tarde, e levantando-se o vento e a neblina no momento em que partiram passaram Suas Altezas Reaes, parte da noite sôbre a bahia, correndo certo perigo...

Ainda não estavam amortecidos os echos dessas duas festas, e já outra era annunciada; devia ser dada pelos officiaes para celebrar a sua união; assistiriam a ella o principe regente e a princeza real... Estava pelos organizadores da festa fixado o dia 24 de Agosto; haviam entrado em accordo sôbre essa data, designando-a para festejar o anniversario da revolta do Porto...

«Le Prince pour prouver sa bonne foi dans ses idées constitutionnelles dont on doute toujours (et dont je le crois bien revenu) et parce qu'on a depuis longtemps designé cette journée comme destinée à une nouvelle émeute; il est certain qu'un bal vaut encore mieux qu'une révolution et que l'on gagnera au moins un mois.»

«On cherche de cette manière à gagner du temps et à maintenir l'ordre jusqu'à ce que l'on ait des nouvelles de l'arrivée du Roi en Portugal et que les mesures prises de là — puissent assurer la tranquillité d'une manière plus stable.»

O fim que têm em mira os sediciosos é sempre o de estabelecer-se uma Junta provisoria, á qual seja confiado o poder executivo; elles sabem que esse facto forçaria a partida do principe, o qual varias vezes tem declarado não querer acceder: «ils le

nommeroient sans difficulté Président de cette Junte et il est plus que probable qu'Il seroit comme tel plus le maitre qu'Il ne l'est à présent; mais le Prince parait décidé à ne vouloir d'aucun pouvoir qui ne lui ai pas été délégué par le Roi. »

Existia, diz Marschall, havia muito tempo, similhante projecto, que foi illudido por duas vezes: desde 26 de Fevereiro os 14 individuos que compuzeram depois o Ministerio estavam designados como membros de uma Junta e a lista dessa Junta havia sido apresentada com esse fim: «le Roi par le conseil de Thomas Antonio leur donnait exclusivement toutes les grandes places; et satisfait d'avoir obtenu la sanction du Roi pour la Constitution et de voir figurer les mêmes noms qu'avoient été présentés, on se borna à cela pour cette journée. » No dia 5 de Junho, continua Marschall, procuraram novamente attingir esse fim; o principe regente não poude evitar a Junta, mas « il la rendit nulle en lui donnant des attribuitions législatives; ce jour là encore on crut avoir assez fait d'obtenir le renvoi du Comte d'Arcos. Il est presqu'impossible de douter qu'il n'y ait ici quelques meneurs principaux qui fomentent les troubles, et dont ceux qui jouent un rôle ostensible ne sont que les instruments, après chaque mouvement les auteurs immédiats perdent subitement leur influence mais ils sont aussi facilement remplacés par d'autres aussi obscurs et aussi nuls par eux-mêmes que ceux qui les ont précedés; excepté le Major Garcez et l'Enseigne Sá, qui sont les deux officiers qui font marcher les Chasseurs et entrainent par là les autres trouppes, tous sont partis pour le Portugal et la plupart de leur propre mouvement, le nommé Dupradt et le Padré Macamboa ont fait de même le 19 de ce mois ».

Voltando ás accusações que fizera á Legação de Hispanha e sobretudo aos secretarios dessa missão, «imbuidos de idéas perniciosas», attribue-lhes o barão de Marschall grande parte da responsabilidade nos movimentos sediciosos que se haviam realizado:

«C'est de plus en plus au Ministre et à la mission d'Espagne que l'on attribue ce rôle odieux; on ne saurait douter que la conduite de Mr. Pan (*sic*) à Lisbonne ne soit pour quelque chose dans cette opinion mais plusieurs autres faits la confirment et laisse peu de possibilité au doute. »

Não são, porém, diz Marschall, os da Legação de Hispanha os unicos a fomentar esses movimentos ; os Americanos do Norte, diz elle, «travaillent de leur coté les Brésiliens», e, o que é mais grave certamente, «tout concourt à hater la perte du Brésil pour le Portugal.»

As noticias das provincias vizinhas do Rio de Janeiro não são menos alarmantes: rebenta uma sedição no Tejuco; de S. Paulo enviam ao principe uma deputação, que assegurava o cumprimento, por parte da Provincia, das ordens do principe, quaesquer que fossem, mas pedia-lhe acatasse as suas representações no que dissesse respeito aos verdadeiros recursos e interesses da Provincia; em Santos a tropa brasileira revoltava-se, por ter o Governo confessado a impossibilidade em que se achava de pagar os soldos atrazados.

De Montevidéu chegavam noticias de que as tropas que deviam embarcar para o Rio de Janeiro nas fragatas *União* e *Venus* achavam-se promptas a partir. Esperava-se ainda que lhes fosse dada contra-ordem... Sobre os negocios dessa provincia, diz Marschall :

« Un article de la *Gazette* de Buenos-Ayres du 27 dit que le Roi de Portugal a declaré reconnaitre l'independance de la Province de Montevideo dans son état actuel, et qu'un Congrès provincial va étre réuni à Montevideo pour declarer les intentions de la dite Province, soit sur son indépendance ou son désir d'être reunie au Brésil; cette nouvelle m'a été confirmé de plusieurs parts; on disait que cette mesure provenait du C.te d'Arcos, d'après les dates je la crois plutot du Ministère Royal et une mesure préparatoire à l'envoi des deputés de cette Province aux Cortés de Lisbonne; le Gouvernement a gardé ici, sur cette affaire, le silence le plus absolu. »

A 19 partem para Lisboa varios navios; embarcam nelles mais de 800 passageiros, a maior parte pensionistas ou empregados do Estado. O Governo lhes facilita o embarque, com o fim de alliviar os encargos do thesouro, o qual só consegue sustentar-se por meio de emprestimos que lhe faz o Banco, « que já o preveniu de que isso não podia continuar». «Reduzir-se-ão desse modo, diz Marschall, os recursos do Governo ás unicas rendas

da provincia, muito minguadas estas pela diminuição das entradas na alfandega.»

«Le Prince Régent fait toujours bonne contenance; Il parait beaucoup en public et travaille pareillement avec les Ministres; Il semble n'avoir aucun autre plan que de se maintenir jusqu'à ce qu'Il puisse avoir des ordres du Roi, auquel Il a écrit pour lui représenter qu'Il n'étoit plus que gouverneur de Rio de Janeiro et n'avoit à sa disposition aucun moyen d'action; il ne montre pas de regrets du Comte d'Arcos.»

OFFICIO DE 22 DE JULHO DE 1821.—N.° 8. LETRA B.

Grandemente, por certo, preoccupavam os espiritos os acontecimentos que, havia annos, se desenrolavam na America Hispanhola, cuja independencia não devia tardar em completar-se. Deviam esses acontecimentos assumir especialmente, aos olhos do diplomata austriaco, consideravel proporção.

O officio de 22 de Julho de 1821, letra B, com effeito, elle o consagra a informações ao principe de Metternich sôbre o andamento das operações e o estado dos negocios no Perú, no Chile e nas margens do Prata, segundo as noticias chegadas ao Rio de Janeiro, «das provincias sublevadas da America do Sul». Achava-se San Martin em Huaro, luctando contra as epidemias que dizimavam o seu exercito.

Lord Cockrane se apoderara de Arica, onde varios navios e 100.000 piastras lhe caïram nas mãos; suppunha-se que elle procuraria abrir uma communicação com o Potosi, «região que devia estar disposta para a causa do Chile e da independencia, o que era tanto mais facil quanto não havia alli nenhuma tropa hispanhola.»

«Uma grande desintelligencia reina entre o general San Martin e lord Cockrane, este ultimo tem mesmo muito pouca consideração ás ordens do Governo chileno e agora ataca indifferentemente qualquer navio, nem o pavilhão inglez respeita e faz vender as presas ou dellas se serve como transportes, depois de lhes ter destruido a carga, sem que tenham sido condemnados por tribunal algum: «il est enfin dans toute la force du terme un

pirate et chef de flibustiers. C'est pour rémédier à un mal qui empire chaque jour, que le Commodore Hardy a réuni les principaux batimens de la division anglaise sur la côte du Chili, où l'on assure qu'il va rester en permanence, ce qui est d'autant plus nécessaire que jusqu'à présent les batimens anglais qui y étoient stationnés, et particulièrement l'*Andromaque*, Capitaine Schérif, qui y a été trois ans, ont favorisé de toute manière cet aventurier. »

Em Buenos Aires reinava calma. Infestavam a campanha bandos de *montoneros*, que tomavam cada um o nome de exercito «et dévastent à qui mieux... » «l'anarchie et la désolation est à son comble».

OFFICIO DE 27 DE AGOSTO DE 1821. — N.º 9. LETRA A.

A 12 de Agosto de 1821 fundeou no porto do Rio de Janeiro o paquete inglez « Swiftsure », trazendo as duplicatas dos despachos que o principe de Metternich dirigira de Laibach, a 12 e 13 de Maio de 1821, ao barão de Sturmer, e que o principe Esterhazy transmittiu a esse Ministro e, na ausencia delle, ao barão de Marschall. «Quoique ces dépêches, dont j'ai pris connaissance, autorisé par les instructions que m'a laissé à cet égard Monsieur le Baron de Sturmer et par l'adresse précitée de Mr. le Prince Esterhazy, ne me fussent point directement adressées, et j'eusse pu me dispenser sans responsabilité de les communiquer au Ministre des affaires etrangères au Brésil, il m'a semblé que le but de Votre Altesse étant de mettre tous les Gouvernements à même d'apprécier les principes qui avoient dirigés les réunions de Troppau et de Laibach et les mesures adoptés avec un aussi heureux succès pour le retablissement de l'ordre en Italie; je ne pouvais qu'entrer en ses intentions en faisant cette communication et que quoique S. A. R. le Prince Régent fut naturellement circonscrit dans la politique par les instructions que lui a laissé le Roi, il ne pouvait qu'être utile à ce Prince, que la naissance appellera un jour à la Couronne, d'être informé de la marche des événements en Europe.

«La depêche circulaire ne précisant point dans quelle forme

cette communication devait etre faite et refléchissant qu'en la faisant par écrit il devenait necessaire de détailler comment cette dépêche m'étoit parvenue et pourquoi je croyais devoir en faire communication; ne pouvant dire que j'en avais reçu l'ordre; je m'arretai à la faire verbalement. Je pris donc copie de la dépêche circulaire et de la declaration et me rendis le 15 chez Mr. Pedro Alvarez Diniz, auquel j'en fis lecture et en remis les copies en le prévenant de quelle manière ces pièces m'étoient parvenues et que je n'avais et ne pouvais avoir d'ordre formel de les lui communiquer; le changement de Gouvernement qu'avoit amené le depart de Sa Majesté n'étant à cette époque point encore connu en Europe, que toutefois je croyais en le faisant entrer dans les vues de ma Cour et faire une chose utile et agréable à S. A. R, le Prince Régent. M'étant assuré auparavant que le Vice Consul de Russie n'avait reçu aucun ordre de sa Cour, j'ai communiqué egalement à Mr. le Ministre des affaires étrangères la circulaire Russe, comme un acte que je savais être authentique. Monsieur Pedro Alvarez Deniz m'a beaucoup remercié; quoiqu'il n'ait probablement rien compris à ce que je lui avais lû, n'étant pas moins ignorant de toutes langues étrangères que ne l'etoit Mr. Ihomas Antonio»...

A respeito das consequencias do congresso de Laibach, a *Gazeta do Rio de Janeiro* de 21 de Agosto de 1821 continha uma declaração na qual dizia que se haveriam de inserir a circular e as instrucções mandadas depois do congresso de Laibach aos ministros da Russia junto às differentes Cortes, e que seriam publicadas por inteiro, mas que a folha «se absterá de antemão de affirmar sobre o seu conteúdo nenhuma das reflexões que se apresentarão naturalmente ao leitor penetrante.»

OFFICIO DE 27 DE AGOSTO DE 1821. — LETRA B.

As noticias de Montevidéu, e entre ellas a de haver o Congresso dado o seu voto no sentido de ficar a Banda Oriental unida ao Brasil, provocaram pela sua natureza a curiosidade do Barão de Marschall, a quem não pareceu muito espontanea essa decisão, pois «on assure, diz elle, que la population de la pro-

vince se prononce fortement contre cette déclaration de députés, qui sont tous attachés aux Portugais par des emplois.» Desejoso de saber mais circumstanciadamente o que se dava na margem esquerda do Prata, resolve obter noticias exactas do proprio Ministro dos Negocios Extrangeiros. «J'ai profitté de la visite que j'ai fait le 16 à Mr. le Ministre des affaires étrangères, pour lui demander s'il pouvait me donner quelques renseignements sur cette transaction, dont les gazettes de Buenos Ayres faisaient mention. Mr. Pedro Alvez me répondit que cela avoit été dès le principe une vilaine affaire, et que cela finirait de même, que du reste cela ne le regardait point et que ceux qui étoit à Lisbonne en devait répondre.»

«Il parait que le tout date du Ministère de Mr. Pinheiro, si on se rappelle que l'affaire du 21 avril doit également lui être attribué, on ne peut s'empecher de reconnoitre qu'il a fait de son mieux pour rendre justice au Roi sur la répugnance et la dèfaveur qu'Il lui avoit constamment marqué.»

OFFICIO DE 27 DE AGOSTO DE 1821.—N.° 7, LETRA C.

Julgando deverem ceder ás circumstancias do momento, determinaram o Principe Regente e o seu Conselho que os dias 24 de Agosto e 15 de Setembro, anniversarios da revolução no Porto e em Lisboa, seriam considerados como dias de gala na Côrte e como taes commemorados.

Para essas festas recebera Marschall um convite do Ministro dos Negocios Extrangeiros e uma communicação informando-o de que seria cantado um *Te-Deum*, ao qual se seguiria grande recepção na Côrte.

Ao ver que esses convites eram meras communicações, não respondeu, e acreditou seguir as instrucções do Principe de Metternich abstendo-se de ir á Côrte, «ne croyant pas pouvoir présenter des felicitations sur pareil sujet». Para não dar aso a commentarios, tomara a precaução de ir na vespera ao palacio de S. Christovam, para felicitar suas Altezas Reaes pela feliz chegada da Esquadra Real ao Tejo.

OFFICIO DE 27 DE AGOSTO DE 1821.—N. 9, LETRA D.

Em fins do mez de Julho de 1821 echoava na cidade do Rio de Janeiro a noticia de ter fugido um dos caixas do Banco, causando esse facto muita inquietação nos primeiros dias, até que se poude verificar a quanto montava a quantia subtrahida. As fallencias succediam-se, entre ellas uma era evidentemente fraudulenta: o seu autor fôra preso: « primeira vez, diz Marschall, que esse acto da justiça se dá no Rio de Janeiro ».

Haviam fundeado no porto as fragatas *União* e *Venus*; chegara tarde a contra-ordem de não embarcarem as tropas; pensava-se em reexpedir esses navios para transportar 1.200 homens para a Bahia, « embora pareça certo que o armamento de Lisboa, destinado a essa cidade, já alli tenha chegado. »

« Pensa-se, assim, diz Marschall, assegurar esse ponto do paiz: e não sómente isso: essa medida tem por fim evitar despesas ao Governo, pois recairia então o soldo da tropa sobre os recursos da provincia; resta a saber si com o espirito de opposição, que as ultimas transacções fizeram nascer em Montevidéu, o resto das tropas será sufficiente para se manter alli. »

Cada dia mais temerosa se tornava a crise financeira. Resolvendo o Banco recorrer ás medidas energicas, queimava de uma só vez tres milhões de cruzados em moeda papel.

O numerario desapparecera por completo.

As noticias espalhadas a 22 de Agosto, relatando a chegada feliz, a 3 de Julho, de toda a Esquadra Real ás aguas do Tejo, movem o Governo a solennizar tão notavel facto.

Logo no dia 23, celebrava-se na Capella Real solenne *Te-Deum*, seguido de outro no dia 24, conforme fôra ajustado.

A essas festas refere-se Marschall em sua correspondencia: chama-lhe a attenção antes de tudo o tom especial dos sermões prégados por essa occasião: « le *te-deum* fut précédé d'un sermon où l'on prêcha la souveraineté du peuple au lieu de la morale de Jesus-Christ », e, mais adeante, conta: « au gala où se trouvait, excepté moi, tous les employés diplomatiques ici présens, le Prince ne laissa pas même au Ministre d'Espagne le

temps de lui faire un compliment sur la révolution, mais se mit de suite à parler de son Père.» Como se vê pelo que diz Marschall, o Ministro de Espanha não perdia occasião de espalhar as «suas perniciosas idéas». Descreve em seguida o Barão de Marschall o baile do dia 24, baile a que não assistiu, porque julgara, como disse, não dever comparecer a festa dessa ordem: S. S. A. A. R. R. com todos conversavam; recitaram-se versos que eram saudados por vivas ao Rei, á Religião, á Pátria e á Constituição; o nome do Rei foi freneticamente applaudido, assim como o da Patria; nem uma voz se levantou saudando a Constituição, apesar do anniversario. «c'est que, dans une réunion un peu nombreuse, la majorité est necessairement brésilienne».

OFFICIO DE 27 DE AGOSTO DE 1821. — N. 9, LETRA E.

A noticia da chegada do Rei ao Tejo, não podendo deixar duvidas sobre a grande questão de se saber si «o poder legislativo ou a revolta terá em Portugal a victoria», e a sua influencia devendo fazer-se immediatamente sentir na America portugueza, o Barão de Marschall emprehende traçar um quadro geral da situação do Brasil:

Quanto ás provincias do Norte, nenhuma communicação directa existe com ellas; sabe-se que todas esposaram a causa das Côrtes.

No Pará, os principios de independencia absoluta parecem prevalecer na maioria da população. Do Maranhão chegam noticias de uma revolta da gente de côr, felizmente reprimida.

Em Pernambuco formam-se contra Luiz do Rego conjurações que elle previne e abafa por sua actividade e determinação. Em um conselho geral da provincia, ao qual comparecem os deputados pernambucanos ás Côrtes, em numero de 9, e dous supplentes, decide-se que as quantias guardadas como de costume em reserva para o pagamento das letras do Thesouro Real do Rio de Janeiro, seriam empregadas no pagamento das dividas da provincia e que essas letras não seriam mais honradas.

«Toute la conduite de Luiz do Rego, qui est le seul employé public du Brésil qui ait opposé une résistance active aux

revolutionnaires, prouve qu'il n'a plus eu le pouvoir de s'opposer avec fruit à cette détermination ».

Na Bahia, ao receber-se a noticia da chegada de novas tropas portuguezas para reforço da guarnição, mostram os Portuguezes uma alegria excessiva e insultante para com os Brazileiros, que, azedados por essas demonstrações, haviam estado prestes a reagir; tudo, porém, havia sido evitado, graças á firmeza do commandante do batalhão portuguez. Fôra a Bahia theatro de rixas isoladas; adiaram-se as eleições. Corria o boato de que tinham começado a subtrahir a polvora que havia em um velho convento que servia de deposito; submettidos os frades a interrogatorio, dous haviam fugido: á vista disso, declarara o Governo contrabando de guerra a polvora de canhão que fosse introduzida, decorrido o prazo de tres mezes.

Quanto ás remessas de dinheiro, tomara a Bahia a mesma determinação que Pernambuco.

« Si le renfort portugais arrive à temps, il sera peut-être possible de se maintenir pour le moment sur ce point, mais le parti Brésilien y est très puissant, et c'est la ville du Brésil où se trouve réuni le plus de richesse et d'instruction ».

Em Villa-Rica quasi rebenta, a 17 de Julho, uma revolução, tendo por fim mudar a fórma do Governo, estabelecer uma junta provisoria, evitando toda relação com o Rio de Janeiro. Fôra reprimido esse movimento, tendo o Governador enviado um correio ao Principe Regente para informal-o desses acontecimentos e pedir-lhe autorização de estabelecer elle proprio uma Junta provisoria, temendo ser forçado a assim proceder.

A provincia de S. Paulo estava tranquilla; a insurreição de Santos fôra dominada.

No Rio Grande, o espirito publico não era máu, em geral, embora se tivesse alli formado uma Junta provisoria, na ausencia do governador, que, si logo nomeado tivesse ido occupar o seu posto, teria sido bem recebido, mas a « morosidade habitual dos portuguezes faz com que elle esteja ainda no exercito do sul e que se torne muito duvidoso o que acontecerá, si elle se apresentar agora. »

« Ici l'ordre n' a pont été troublé depuis le mois de Juin et

l'harmonie est assez bien établie entre les troupes Portugaises et Brésiliennes ; il est certain que la réunion des officiers à des dîners que leurs A. A. I. I. et R.R. ont honorés de leur présence et l'idée du Bal pour célébrer l'anniversaire de ce qu'ils appellent leur régénération politique, ont beaucoup contribué à ce calme et ont empèché une émeute, émeute qui paraissait inévitable, au commencement de Juillet ; mais une tranquillité qui repose sur d'aussi faibles bases ne saurait inspirer beaucoup de confiance. Le Junte provisoire est aussi nulle que si elle n'existait pas ; le Prince Régent reunit assez fréquemment la trouppe pour des parades et éxércices. Il travaille comme auparavant avec les Ministres et donne audience une fois par semaine, mais depuis le 5 Juin aucun changement quelconque n'a été fait : la *Gazette* publie régulièrement les discussions des Cortes et les décrets qui émanent de cette assemblée ».

O grande embaraço para o Governo, constituem-nó sempre as más finanças; as rendas da provincia do Rio de Janeiro não são sufficientes e, sem o soccorro do Banco, nem as despesas correntes poderiam ser pagas. Publicara o Banco uma declaração de que, momentaneamente, elle não poderia pagar sinão uma sexta parte em moéda, mas nem por isso pagava regularmente e a moéda desapparecera inteiramente da circulação ; embora o soldo dos officiaes fosse ainda pago em valor metallico, e o dos soldados em cobre, o que fazia um total de 95 contos de réis por mez, esse numerario desapparecia logo. « Uma das primeiras causas, além da desconfiança, diz Marschall, é que as casas inglezas, que ha muito tempo não tiravam seus capitaes daqui, esperando um cambio menos desfavoravel, alarmaram-se e ordenaram aos seus correspondentes liquidassem por qualquer preço. Paga-se neste momento pela piastra, que vale 400 réis, mas cuja taxa como moéda brasileira é elevada a 960 réis, 6 e 7 % de agio ; para a moéda de ouro do Brasil, que vale na Europa um quinto de menos que o seu valor nominal, 14 %, e para o dobrão 28 %... »

« Votre Altesse voit par cet apperçu que la situation du Brésil est bien précaire et que le gouvernement que le Roi y a laissé n'a plus d'action sur d'autre Province que celle de Rio de

Janeiro, encore y est elle subordonnée aux mouvements d'une faction que l'on n'a pas de moyens de réprimer. — On ne pouvait s'attendre à d'autres résultats après le décret des Cortes du 18 avril qui, en reconnaissant tout gouvernement qui s'eleverait au Brésil en opposition au légitime a donné ici um champ libre à tous les intrigans et mal intentionnés, ce décret a été imprimé dans l'ordre des sessions des Cortês et a paru dans la *Gazette* de cette ville du 30 Juin.

« J'ai pris plusieurs fois, Mon Prince, la liberté d'informer Votre Altesse de mon opinion personnelle sur la marche de S. A. R. le Prince Régent et j'ai cru d'autant plus devoir le faire que la faction dont l'esprit desorganisateur agite le monde, attaquant particulièrement les Princes, leurs qualités individuelles entrent pour beaucoup dans la résistance qu'on peut bien espérer lui voir opposée ; je continuerais donc de même, quoique je regarde cette tache comme bien difficile à remplir et chercherois au moins á m'en acquitter avec candeur et impartialité.—Je suis peiné de le dire, mais il me semble que S. A. R. le Prince Régent ne justifie point tout ce que l'on pouvait espérer d'une reunion de plusieurs qualités heureuses, qu'Il possède reellement; le manque d'instruction absolue se fait sentir et il sera bien difficile de rémédier au mal d'une mauvaise éducation ; malgré l'économie qu'il a voulu introduire dans sa maison, il parait que peu à peu les mêmes désordres qui rendoient les depenses de la Cour du Roi si exorbitantes s'y introduisent ; le pire est que ce Prince ne parait pas sentir entièrement le danger de sa position ; rien ne montre qu'Il pense à l'avenir ; comme son père, il parait oublier immédiatement après une crise ce qui s'est passé ; les diners d'officiers et le bal du 24 ont sûrement été une idée lumineuse, puisqu'ils ont prévenu un nouveau mouvement et rétabli momentanément l'harmonie entre les troupes, mais ces réunions se sont multipliés et ont dégénéré en parties de plaisirs; il n'y avoit que S. A. J.le et R.le et la femme du Général Commandant, de dames, après ces repas le Prince a autorisé des jeux et des danses entre les officiers, aux quels Il a lui même plusieurs fois pris part, sans réfléchir que cette familiarité était peu propre à inspirer le respect.

« Je ne puis douter qu'au moins quelques personnes de sa cour n'aient cherchés à lui faire sentir ces inconvenances, mais Il est tres entier dans ses volontés et peu disposé à suivre des conseils.

« Son entourage est toujours le même, les événemens leur ont ouvert les yeux, ils conviennent tous que le départ du Prince sera le signal d'un soulèvement général et de la séparation du Brésil, ils reconnaissent égolement que ce parti Brésilien a été créé par les révolutions faites par les Portugais, mais le Prince ne parait pas s'en soucier et je crois qu'Il partage l'opinion des plus éxagérés qui pensent que l'on pourra conserver ce pays par la force.

« Les dernières nouvelles du Portugal ont fait une impression très forte sur toute la Cour de L. L. A. A. I. et R ; l'opinion qui y est générale est que le Roi dégouté des chagrins journaliers qu'il doit éprouver, abdiquera et se retirera dans quelque Monastère, jè crois même que le Prince Régent partage cette manière de voir sur l'avenir ; son affection pour le Roi est réelle et franche. Il en a encore donné des preuves non equivoques à la nouvelle de son heureuse arrivée à Lisbonne ; mais Il pense que son Père ne pourra jamais se faire au sistème constitutionnel et ne doute nullement que lui-même réussira facilement, je crois voir dans sa conduite une tendance générale pour établir l'opinion qu'Il est franchement constitutionnel et disposé à se preter à toute réforme utile ; Il est de bonne foi et pense que c'est l'administration de son Père et ses favoris que l'on attaque ; enfin Il croit, que c'est au Roi et ne veut point voir que c'est à la Royauté que l'on veut. Si cet évenement arrivait, je ne doute nullement que lè Prince présumant trop de ses propres forces, ne suive en partie la même marche que le Roi, Il s'embarquerait sans hesiter pour Lisbonne et se mettrait de même à la merci de ses ennemis ; quels que puissent être les résultats d'une telle détermination en Portugal, je crois pouvoir assurer que ce départ entrainerait de suite la perte du Brésil. »

OFFICIO DE 27 DE AGOSTO DE 1821. — N. 9, LETRA F.

Ao relatar as noticias da America Espanhola, o Barão de Marschall descia a minucias, preoccupado sempre com a influencia que pudessem exercer sobre a sorte da parte portugueza da America, onde dominavam ainda as idéas monarchicas. Talvez tivesse elle em mente, ao narrar a Metternich as atrocidades que então se perpetravam nas margens do Prata, influenciar o poderoso Ministro no sentido de sustentar a todo o transe as instituições monarchicas da America Portugueza... É assim que refere a morte por decapitação de Ramirez, Governador de Entre-Rios, cuja cabeça, posta n'uma gaiola de ferro, fôra suspensa á abobada da igreja de Santa-Fé. E, talvez ainda para influenciar o animo de Metternich contra as tendencias dos portuguezes admiradores da «Divinal Constituição», accrescenta: «Ce chef (falla de Ramirez) et Carrera étaient soutenus sous mains par les Portugais.»

OFFICIO DE 14 DE SETEMBRO DE 1821

Trazendo a data de 1 de Agosto, chegara ás mãos do agente diplomatico austriaco um numero da *Gazeta* de Buenos Aires, contendo noticias do Congresso de Montevidéu, que se reunira a 18 de Julho. Dizia a *Gazeta* platina que «o Congresso votara com promptidão e facilidade sua reunião ao Brasil, não tendo sido as eleições nem livres nem populares e tendo por inteiro dependido do bel-prazer do chefe do exercito, accrescentando que a imbecilidade de quinze pessoas não era capaz de violar os direitos, nem de mudar os destinos da America».

Esse artigo, para ler o qual Marschall diz não ter tido sinão alguns instantes, causou-lhe grande impressão, e elle proprio o confessa, dizendo: — «Cet acte, sur lequel je ne me permes aucun commentaire, est, on peut dire, le dernier que le Roi ait fait de son libre arbitre, il a été tenu très secret: ce qui pourrait peut-être le rendre explicable jusqu'à un certain point, est la certitude que le Roi et son Ministre croient avoir à cette

époque de rester au Brésil, ne doutant point de la reussite des mesures qu'ils avoient pris pour cela et dont la journée du 21 avril a prouvé cambien elles étaient insuffisantes. »

Chegadas as ultimas noticias de Portugal, recebidas em 25 de Agosto, relatando o desembarque d'El-Rei em terras portuguezas e o juramento que prestara á Constituição a 4 de Julho, nada mais se sabia do que em Portugal se passava. A ignorancia era completa. « E o que se sabe, diz Marschall, basta para mostrar que a chegada do Rei não tinha produzido mudança alguma favoravel ».

Continuadamente se repetem nos officios as desconfianças do Barão de Marschall a respeito dos verdadeiros sentimentos do Principe Real : — « Le Prince Royal cherche visiblement, surtout depuis cette époque, à établir qu'il est franchement constitutionnel, qu'il l'a été dès l'origine et qu'il a supporté avec effet la cause des Cortès. »

A falta de noticias dava ensejo a boatos extraordinarios: « Depuis hier il courait un bruit que le Roi avoit abdiqué! sans que cela paru étonné ou affecté qui que ce soit, on disait la nouvelle venu de Pernambouc ».

OFFICIO DE 1 DE OUTUBRO DE 1821.—N. 11, LETTRA A.

A 27 de Agosto de 1821 fundeava no porto do Rio de Janeiro um navio mercante, vindo de Portugal. Procedia do Porto, e trazia uma gazeta dessa cidade relatando os acontecimentos de Lisboa do dia 4 de Julho. Apenas chegada a gazeta, fôra ella reimpressa com a lista dos proscriptos. Pareceram, porém, ao Barão de Marschall essas medidas de prescripção bastante anodinas: « pois foi publicada essa lista, sem que os que dentre elles se acham no Rio de Janeiro tenham sido por emquanto inquietados.»

Conforme fôra annunciado, realizara-se no dia 25 de Setembro a ceremonia religiosa commemorativa da revolução do Porto. Convidado para ella, o Corpo Diplomatico não compareceu, nem ás salvas dadas por essa occasião corresponderam os vasos inglezes e a fragata franceza, ancorados na bahia do Rio de Janeiro.

A 24 de Setembro espalharam-se nó Rio de Janeiro noticias

a respeito da sedição tramada na Bahia e descoberta em principios do mesmo mez. Receioso, procurara o Governo abafal-as quanto possivel: desconheciam-se pormenores, sabia-se apenas da intenção dos sediciosos de fazer voar pelos ares o convento em que se aquartelavam as tropas. A falta de segurança pessoal, que já se notava havia tempos no Rio de Janeiro continuava a exigir sérias providencias por parte das autoridades: « Le peu de vigueur du Gouvernement laisse le champ libre à tous les crimes; aucun juge n'ose faire arreter un individu; aussi les assassinats se multiplient, des bandes de 15 et 20 hommes armés dévalisent les maisons et j'ai été obligé comme tout autre de me procurer un nombre d'armes à feu, personne ne pouvant plus compter sur la Police pour sa sureté ».

O facto de serem reforçadas as forças navaes franceza e ingleza no Rio de Janeiro despertava nos Portuguezes pouca satisfação. Ao mesmo tempo que eram augmentadas essas forças extrangeiras, ordenava D. Pedro que se aprestassem um navio de linha e uma fragata, que havia muitos annos apodreciam no porto.

As noticias da America Espanhola, chegadas ao Rio de Janeiro, e sobretudo as que provinham do Perú, onde se debatia nos ultimos transes a dominação espanhola, davam por victoriosa a causa da emancipação. Lima caira em poder dos insurgentes, não tanto pela sorte das armas, como pela carestia e pela fome, « chegando, diz Marschall, uma tonelada de farinha a valer 130 pesetas, segundo as ultimas cartas recebidas dessa cidade. »

Apreciando as consequencias da quéda da « tres veces coronada ciudad do Lima », diz Marschall: « Suppõe-se que o Perú formará um estado independente do Chile, as localidades não permittindo uma ligação inteira.

« A falta de liberdade de communicação por mar é a causa da perda do Perú pela Corte de Espanha, depois de 11 annos de guerra.

«Quem mais lucrará com essa situação é o Chile, «achando nelle (Perú) uma saida para os seus cereaes e outros productos. Esse Estado é o que, parece, tomara mais cedo uma especie de consistencia, pois tem bons portos e todos os elementos de uma marinha, o que nem o Perú nem Buenos Aires podem possuir. »

OFFICIO DE 1 DE OUTUBRO DE 1821. — N. 11, LETTRA B.

Referindo-se ao officio de 14 de Setembro, em que noticiava quanto o Principe Regente se esmerava em fazer crer, depois da noticia do juramento do Rei á Constituição, que havia sido sempre constitucional e sustentado com exito essa causa. Referindo-se tambem aos artigos da *Gazeta do Rio de Janeiro*, de 24 de Agosto de 1821 e de 1 de Setembro desse anno, diz Marschall: « Esses artigos são inseridos como não officiaes, mas ninguem lhes desconhece a fonte. » E continúa : « Les publications que rien (d'après mon opinion) ne peut justifier, puis qu'elles entachent le caractère du Prince, tant pour le rôle qu'il prétend avoir joué, que pour celui qu'Il joue, ou cherchanl à se populariser aux depens de Son Père et souverain, ont, en général, produit un mauvais effet, tous les gens bien pensans de quelque parti qu'ils soient, les ont hautement blamés; plusieurs des Ministres ont nié en avoir eu connaissance ou y avoir pris la moindre part; si quelqu'un a conseillé la chose, ce ne peut être que le Général Caula, Ministre de la Guerre, homme d'assez d'esprit, mais faux et sans aucun caractère. »

Diversos foram os modos por que foi acolhida a chegada dos decretos trazidos pelo brigue « Providencia », em 15 de Setembro: «L'effet que ces mesures ont produit est très différent selon les partis qui divisent la population : les Portugais des basses classes, qui sont la plupart de petits marchands et des commis, ont montré leur joie de voir les riches et les nobles être en disgrâce et dans le malheur.

« La troupe Portugaise a commencé à manifester quelqu'inquiétude sur la manière dont les différens mouvemens qui ont été fait ici seroit jugé par les Cortés. — La noblesse qui est attaché au Prince est toujours dans le même stupeur, et l'on peut le dire, dans la même imbécillité; ils trouvent que tout s'est très heureusement passé, puisqu'il n'y a eu ni émeute ni sang répandu; et quand au sort de ceux qui ont été exilés, ils s'en croient entièrement à l'abri étant du parti du Prince Royal; le Prince lui même parait approuver hautement tout ce qui s'est

passé, il tient toujours les mêmes propos et est tellement prévenu, qu'Il n'a pas même paru sensible à la décision que l'on a prise pour les gouvernemens de Bahia et Maragnon, décision qui met, de fait, fin à sa Régence dans ce Royaume, et que l'on n'a pas même eu l'attention de faire transmettre par lui à ces gouvernemens. Il ne pense avec tout son entourage, qu'à retourner à Lisbonne, qui est pour eux la terre promise; une manière de voir et de faire en opposition aussi directe avec le bon sens et la raison m'ont fait croire, pendant longtemps qu'il dissimulait, mais je suis forcé de convenir quoique cela me paraisse incroyable, qu'Il parait être de bonne foi; l'ignorance la plus entière et une extrème présomption sont la cause de cet aveuglement.

« Les Brésiliens ont été en revanche extremement choqués de ses mesures. la Régence donnoit au Brésil comme Royaume un certain relief, qu'ils perdent avec peine, la détermination prise pour Bahia et Maragnon et la circulaire du Ministre de la marine qui rétablit pour ce pays un ordre de chose qui rappelle ce qui existoit avant le séjour du Roi ici, l'envoi d'un renfort de troupes à Bahia, qui y est dejà arrivé, leur parait un présage de ce qu'ils ont à attendre dans l'avenir; leur esprit est extrêmement monté et déjà il commence à entrer en action sur différents points. »

Si na Bahia e em Pernambuco a agitação recorria a meios violentos, no Rio de Janeiro recorria á imprensa, cujos orgams, inteiramente sob a influencia do partido portuguez detentor do poder, inseriam em suas columnas artigos violentos contra o Principe Regente e a antiga administração. Por outro lado, os votos, nas eleições que se realizaram, depois de reforçada a guarnição, recairam todos em « zelosos republicanos. »

Pela cidade corria, como cousa certa, diz Marschall, o boato de que os deputados do Brasil tinham recebido dos seus eleitores o encargo de exigir que tropa alguma portugueza fosse enviada ao Brasil e de pedir que as Cortes se reunissem alternativamente no Brasil e em Portugal, « cette opinion vraie ou fausse montre la tendance générale. »

« La proclamation des Cortés n'a produit aucun effet quelconque, ce ne sont que des paroles qui ne sont point en harmo-

nie avec les faits et la conduite des Portugais et de la troupe. »

A narrativa que faz Marschall dos tumultos no theatro, a 18 de Setembro de 1821, differe um pouco do que nos refere Pereira da Silva na sua «Historia da Fundação do Imperio Brasileiro», e os vivas dados, taes quaes são descriptos por Marschall, explicam melhor a causa dos tumultos havidos nessa occasião: além de que a expressão «vivas particulares» (P. da Silva) mal explica o que pudessem ser esses vivas. Diz Marschall: «Peu s'en est fallu les jours derniers qu'un incident on ne peut plus insignifiant n'ait donné lieu à une nouvelle insurrection. Le 18 au spectacle une personne inconnue entra dans la loge des officiers d'état major, se penche en avant et crie à deux reprises, Vive le Prince Régent, *natre Maitre*; ce cri réprouvé par les Cortès donna lieu à un improvisateur, qui se presenta de suite, d'amplifier sur ce texte, le Parterre se mit à crier en opposition, Vive le Prince Constitutionnel, S. A. R. se montra et l'ordre fut rétabli, mais depuis ce jour on trouve jornellemunt des placards imprimés accusant le Prince de vouloir se rendre indépendant avec les Brésiliens et qui appellent les Portugais aux armes. Le Prince Régent auquel on peut bien plutôt reprocher son étrange prévention pour le Portugal ses habitans et la révolution, a donné des ordres pour qu'une investigation fut faite; les officiers présens ont été appellés à faire leur déposition devant un Conseil de guerre, ils ont en outre dû publier une justification dans les feuilles publiques; il y a un mois qu'un incident de cette nature auroit infailliblement produit un mouvement, mais la nouvelle que la garnison va etre relevée, a rendu les meneurs un peu plus circonspect.

«Ce qui accelerera encore la perte de ce pays sera que chaque mouvement qui aura lieu à Lisbonne sera singé ici par les Portugais, surtout s'il est dirigé contre l'autorité légitime, contre laquelle ils sont pleins de courage, tandis qu'ils commencent à devenir très craintifs contre les habitans du pays; à la cérémonie du 15 Septembre anniversaire de la révolte de Lisbonne le moine chargé du sermon s'est permis de prêcher l'indépendance sans que cela ait excité aucune réclamation; en général on

entend bien plus souvent citer dans la chaire Guillaume Tell et Washington que les Evangélistes.

«Le projet des Cortès est clair; ils veulent que chaque province du Brésil soit directement en rapport avec Lisbonne comme centre commun je le crois mauvais, parce qu'il n'y avoit, en général, point assez d'union ni de relations entre les différentes provinces pour faire craindre un soulèvement spontané et général, et qu'en n'ayant point de centre commun, on se prive ainsi d'un point central a porté, d'où l'on auroit pu envoyer plus promptement que de l'Europe des secours sur le point menacé. La Province qui voudra léver l'étendart de l'indépendance n'aura à calculer que la résistance immédiate qu'elle peut éprouver et est sûre si elle a vaincu celle-là, d'être au moins pendant six ou huit mois à même de préparer ses autres moyens de défense.

«Que le commandant d'une Province soutienne la voisine est une chose difficile, chacun n'ayant que le nombre de troupe qu'il croit nécessaire à sa propre sureté et regardant la conservation de la Province qui lui est confiée comme sa principale responsabilité.

«D'ailleurs avec des garnisons aussi faibles que celles que le Portugal sera en état de maintenir, la discipline la plus severe seroit absolument nécessaire elle est entièrement perdu et j'ose me permettre de croire que ce n'est pas sous un Gouvernement comme le présent qu'elle se rétablira.

«La nouvelle de la prise de Lima qui a au moins un grand degré de vraisemblame est encore un événement qui hatera la separation, l'exemple agira et le Chili qui par sa situation, parait être celui des états qui se forment des débris des colonies Espagnoles dans l'Amérique du Sud, le plus propre à avoir une marine ne manquera pas de seconder les efforts des americains.

«Cette nouvelle offre encore un autre exemple, la Capitale du Pérou n'est tombé que parce que les insurgés etaient maitres de la mer, depuis 11 ans cette province soutenoit la guerre à ses propres frais sans secours de la Métropole; les Cortès d'Espagne ont par leur impéritie donné lieu à la révolte des colonies, ils l'ont également donné à la chute de Lima, puisque c'est depuis leur rétablissement en 1820 que l'Espagne n'a plus envoyé une

barque dans la mer du Sud, quelques vaisseaux eussent suffis. On peut juger à l'attention qu'ils ont voué à un objet aussi urgent et d'un interet aussi majeur ce que le Portugal avec la même forme de Gouv.t — fera à son tour pour le Brésil. »

OFFICIO DE 24 DE OUTUBRO DE 1821. — N. 13, LETRA A.

Appareciam, novamente, pasquins sediciosos que eram distribuidos e pregados cada dia «com tanta impunidade como se poderia tel-o feito para com ordens do Governo.»

Agastado com isso, recommendara o Principe Regente ao Ministro do Interior que fizesse com que o Intendente Geral da Policia cumprisse com o seu dever com mais zelo e puzesse toda a sua vigilancia em descobrir e fazer prender os promotores dessa propaganda anarchica, accrescentando que cada um devia fazer o seu dever e que no caso contrario elle proprio Ministro, ou o Intendente Geral da Policia, devia abandonar o cargo. Tomando ao pé da letra tanto a recommendação como a admoestação, demittira-se o Ministro: nomeado por occasião da sedição de 5 de Junho, só a contra gosto aceitara o cargo.

Queixavam-se delle, accusando-o de pouco laborioso. O motivo da sua timidez (Pereira da Silva dil-o «*excessivamente timorato*») nol-o dá Marschall: «Não lhe faltam caracter e boas intenções, nem muita rectidão, mas elle, como todos os seus collegas, tremia com a idea da responsabilidade perante as Cortes.»

«Celui qui le remplace et qu'il doit avoir lui-même proposé à S. A. R, en lui disant que chacun vaudroit mieux que lui pour le poste et que celui-là valait mieux que tous les autres, est également un homme de loi, trés peu connu, qui a été employé a Goa et a la reputation d'avoir du zèle et de la facilité dans les affaires; il n'étoit pas même connu personnellement du Prince Régent.» Depois de explicar, como vemos acima, a demissão de Pedro Alvares Diniz (explicação essa muito mais clara do que a de Pereira da Silva) e de referir-se ao ministro recem-nomeado, o desembargador Francisco José Vieira, conta-nos Marschall a visita que lhe fizera a oito desse mez: «Fui-lhe fazer a visita do costume no dia 8 deste mez; queixou-se amargamente das

petições sem numero e algumas vezes muito insolentes que lhe eram dirigidas: o que se procurava, disse elle, obter out'rora por favor, quer-se agora pela força e intimidando o governo; tudo está deste modo confundido e o unico caminho que se obstinam em nunca tomar é aquelle que a lei prescreve.»

OFFICIO DE 24 DE OUTUBRO DE 1821. — N. 13, LETRA B.

Celebrara-se com muita solennidade o dia 12 de Outubro, anniversario natalicio do Principe Regente.

Para realçar o brilho da festa, realizou-se uma parada, para a qual havia poucos espectadores, «tant de bruit qu'avait couru d'un mouvement pour l'indépendance dans cette journée étoit accredité et la plupart des habitans aisés étaient allés la passer à la campagne.»

«S. A. R. n'a fait aucune promotion ni grâce ni ce jour, ni le 19, son jour de fete, Il n'a usé du droit que lui a délégué le Roi, qu'une seule fois avant le 5 Juin; les nominations faites depuis ont été nécessités, soit pour suivre ou pour éviter des insurrections.»

O Conde de Casa Flores, Ministro de Hespanha, que esperava no Rio de Janeiro ordens de sua Côrte, recebe a de reassumir suas funcções em Lisboa: «desde a Nota que dirigiu ao Ministerio sobre o reconhecimento do Governo de Buenos-Aires e a reunião da Banda Oriental ao Brasil, nunca mais foi á Côrte; attribue-se a esse Ministro ter sido um dos fomentadores dos disturbios.»

A proposito da chegada de noticias de Villa-Rica, informando haver-se installado alli a Junta provisoria, sem esperar para isso ordem do Principe, resolvendo pôr logo em execução as suas deliberações, dando, comtudo, parte ao Regente e ficando directamente responsavel desses actos perante as Côrtes, diz Marschall: «Le fait est que dans le moment présent cette responsabilité directe, vu la distance, est entièrement illusoire, et que par cette déclaration ils se trouvent réellement indépendants de Rio de Janeiro et de Lisbonne.»

A 5 de Outubro partira o brigue de guerra «Providencia»,

com rumo á Bahia e Pernambuco, tendo-se notado que o Principe acompanhara esse navio até á barra e havia sido a ultima pessoa a delle desembarcar.

Não estavam ainda plenamente confirmadas as noticias da tomada de Lima, e tanta magnitude tinham essas novas procedentes da America Espanhola (ás quaes dava Marschall a devida importancia), que o chefe de uma firma ingleza, que espalhara a noticia da quéda daquella cidade, fôra preso; as cartas chegadas de Buenos-Aires desmentiam essa informação.

OFFICIO DE 24 DE OUTUBRO DE 1821. — LETRA C.

Causara a maior impressão no espirito dos habitantes do Rio de Janeiro, cidade inteiramente commerciante, o relatorio das despesas, publicado pelo Governo. Não que a situação do Banco não fosse já conhecida, que não se soubesse qne o Governo só com difficuldade obteria os emprestimos de que carecia todos os mezes, para cobrir as despesas correntes; mas o que se sabia tambem era que, desde o momento em que as Côrtes reconhecessem a divida do Governo, esse importante estabelecimento estaria ao abrigo de todo perigo, e que a divida brasileira não era bastante consideravel para que o emprestimo proposto não se realizasse com facilidade; não se duvidava, apezar do primeiro obstaculo posto pelas Côrtes, de que, depois de uma deliberação mais aturada, se apressariam ellas em sanccionar uma medida que manteria o banco, sustentando-o, «sendo esse banco o mais forte laço que une as cidades maritimas do Brasil a Portugal.»

« Cette opinion reposant sur des principes parfaitement justes étoit si prononceé que le credit de la banque, auquel l'embarras du Gouvernement et la recherche du numéraire, que les maisons étrangères faisoient acheter pour retirer leurs fonds, avoient portés une funeste atteinte, se relevoit depuis trois semaines; l'argent qui le 1.^{er} du mois étoit à 8 et 7, pour cent, ne trouvoit plus d'acheteurs à 2 $^1/_2$.

«Cette publication a fait dire sur le champ aux Portugais: c'est une manœuvre du parti Brésilien; ils n'ont pu réussir à leurs projets du 12, à présent ils veulent faire sauter la banque et rom-

pre ce Lien entre le Brésil et le Portugal, et la chose provenant du Gouvernement, il est clair que le Prince Régent est de ce parti.

«C'est ce raisonnement qui parait fondé, qui a effrayé et fait voir dans cette publication un projet déterminé de la malveillance.

«On a observé, que la mesure étoit essentiellement de nature à faire tomber le crédit, que la remarque que ce crédit tombait malheureusement tous les jours étoit fausse, puisque le prix de l'argent étoit retombé graduellement de 8 à 2 pour cent.»

(Apreciando Marschall as despesas do Governo, chama-lhe a attenção o facto de deverem necessariamente diminuil-as a partida para Lisboa de varios pensionistas do Estado e todos os officiaes que pertenciam a outras capitanias).

«J'ai exposé ces faits à Votre Altesse, qu'Elle daigne me permettre d'y ajouter mon opinion, il n'y a aucune apparence que cette démarche soit faite avec une intention formelle de nuire à la banque: encore moins d'être utile au parti Brésilien; le trésorier général *Caetano Gomes* qui a signé et les comptes rendus et le budget est portugais aussi bien que le Ministre des finances, Président du Trésor, le Comte de Louzão, mais le premier est un homme grossier ignorant; élevé par la faction, parce qu'il étoit ignoré; n'ayant d'autre situation que de se faire valoir et chargeant le tableau pour se faire un mérit de sa bonne foi; il serait aussi possible qu'il eut eu le projet d'effraier le Ministre et de le faire quitter son poste, espérant le remplacer; quand au dernier, il joint à très peu de moyens la plus extrême pusillanimité, est entièrement subjugué par le trésorier général et auroit cru se rendre très responsable en empechant cette publication; je regarde le tout comme le chef d'œuvre de l'imbécillité.»

OFFICIO DE 24 DE OUTUBRO DE 1821. — N. 13, LETRA D.

Continuavam a ser pregados cartazes sediciosos, parecendo provir de dous partidos; os primeiros affixados accusavam o Principe Regente de se tornar independente com os Brasileiros e os generaes Caula e Avilez, Pedro Alvares Diniz e o Marquez d'An-

geja, e outros varios juizes, todos portuguezes, de chefiarem a conjuração; esses cartazes chamavam os Portuguezes, especialmente o batalhão N. 3, ás armas; os outros cartazes provinham de um partido brasileiro, e exortavam a sacudir o jugo das Côrtes e da soldadesca, dizendo que o Brasil queria uma Constituição, leis e um Soberano, mas nunca um Principe absoluto; e tinham assim ares de mostrar ao Principe Regente que não podia fazer nada de melhor do que pôr-se á frente delles brasileiros e declarar-se independente: não indicavam comtudo o nome do Principe.

« A inquietação era muito grande na cidade, dizia-se publicamente que o Principe seria declarado e proclamado Imperador do Brasil no dia 1.°, seu anniversario natalicio, que tinha attrahido a si parte da tropa portugueza e que só se podia contar com o batalhão de caçadores N. 3; esse regimento, que está aquartelado em S. Christovam, no seu antigo quartel, se havia provisto de cartuchos, tinha dous canhões e preparava-se para resistir. O que dava mais credito a todos esses rumores, era a impunidade com que se distribuiam e affixavam esses appellos á revolta. »

Chegara por fim o momento do Governo agir, tomando providencias; fel-o, demittindo a Pedro Alvares Diniz e nomeando em seu logar a Vieira. Uma proclamação do Intendente Geral da Policia, affixada no mesmo dia, recommendava socego, confiança e ordem. Pouco energica pareceu ao Principe essa proclamação, fazendo elle publicar e distribuir outra (é a proclamação de 4 de Outubro de 1821, cujo preambulo Marschall traduz « Prière *aux fluviens* »), redigida por elle proprio, Principe. Á vista desse facto, demittira-se o Intendente Geral da Policia, substituindo-o José Ignacio da Cunha: « cette mesure et la proclamation du Prince (dont les gens sensés ont trouvé la rédaction peu convenable) ont calmés les esprits, et l'on a vu dans cette dernière à travers les phrases révolutionnaires, qu'une dénégation formelle de tout projet personnel d'indépendance. Ne sachant comment parvenir a arreter les distributions de pamphlets les officiers Portugais autorisés par le Prince se mirent à faire eux mêmes la police et le 4 un individu qui voulait remettre une proclamation Brésilienne dans la maison du Vicomte de Rio Secco et quelques autres, qui arrachaient celles du Prince furent arretés, leurs aveux

donnèrent lieu à l'arrestation de plusieurs autres personnes, dans le nombre desquelles sont trois officiers du Régiment de cavallerie de la garnison de celte ville, troupe brésilienne.

« Il paraît certain qu'un Complot existoit que l'on voulait effectivement l'indépendance du Brésil et en declarer le Prince Régent Empereur, mais le tout étoit un projet informe mené par des gens obscurs et sans moyens, plusieurs croyent encore que les principales familles Brésiliennes étoient informées du projet et l'appuyoient; que le Prince lui-même ne l'ignorait pas e ne l'avait arreté, que lors qu'il se fut convainquu qu'il ne pourroit parvenir à gagner le Batt.on de chasseurs et que le départ du Brich la providencia pour Bahia et Pernambouc étoit en relations avec le complot.

« La tranquillité et la confiance se rétablirent peu à peu e la journée du 12 se passa tranquillement, cependant les habitants n'ont été entièrement rassurés qu'après ce jour. »

Com o paquete inglez chegado da Bahia vieram noticias dos ultimos acontecimentos que alli se tinham dado. — Desmentia o Governo da Bahia os boatos que haviam corrido de uma conjuração e de uma tentativa de fazer voar pelos ares o convento em que estavam as tropas, e publicara duas cartas: uma dirigida ao Padre Guardião do Convento, para sua justificação, e outra ao Commandante das tropas, para explicar o facto e assegurar-lhe que devia ter inteira confiança, sabendo achar-se entre irmãos e amigos. «Mais toutes ces pièces prouvent qu' effectivement cette tentative n'a pas eu lieu, leur ton prouve également combien l'on y est inquiet et craintif.

« Le rapport de l'Ouvidor de la ville du Recif (Pernambouc) en date du 22 Septembre et la proclamation du Gouvernement provisoire dont le Général Luiz do Rego étoit président prouvent que quoique les insurgés avoient déjà commencé les hostilités, ils n'avoient point encore osez prononcer le mot d'indépendance et coloraient leur révolte du prétexte de faire renvoyer le Gouverneur et le Commandant Portugais; il ne serait pas même étonnant s'ils avoient reussis depuis à se rendre maître de la ville, que le Gouvernement établi par eux se déclara responsable aux Cortes comme à l'autorité la plus distante et ayant le moins

d'action sur eux, ainsi que l'a fait Bahia qui n'a cependant pas encore envoyé un obole à Lisbonne depuis le 10 février; par cette manière ils gagnent du tems et sont indépendant avant d'en avoir prononcé le mot. »

A chamada de Luiz do Rego a Portugal pelas Cortes é, na opinião de Marschall, o acto mais inconsiderado que seja dado conceber em momentos tão difficeis. « Ainsi cette Assemblée après avoir allumé l'incendie par ses décrets révolutionnaires prive encore dans le moment du plus grand danger, le parti Portugais de son appui; cet officier d'un caractère ferme et décidé autour duquel le danger avoit rallié les Européens, qui avoit jusqu'à présent su contenir sa troupe, sera bien difficile à remplacer. Il est inconcevable comment les mesures des Cortès sont parvenues en si peu de temps à désorganiser entièrement ce pays et à créer une haine profonde contre le nom Portugais et un esprit d'indépendance que je crois impossible de comprimer pendant longtemps; ni l'un ni l'autre n'existoient il y a un an: on entendoit quelques plaintes contre les employés, mais le païs prospérait, le Commerce et l'Agriculture faisoient des progrès rapides, toutes les rentes et taux haussaient continuellement, le Roi et la famille Royale étaient non seulement respectés, mais l'attachement qu'on leur portait étoit une espèce d'adoration; la révolution est passé la dessus comme le feu du Ciel et a tout détruit.

« L'attachement au Roi et à la famille de Bragance existe encore, mais le départ de S. M. et la conduite que la continuelle nécessité de plaire au parti portugais, pour empecher des insurrections a fait tenir au Prince Régent, son désir de partir, pour sortir une fois de la position pénible et délicate où il se trouve ici; leur fait croire qu'ils sont entièrement abandonnés par eux: si l'esprit général est tourné vers l'indépendance il ne l'est pas du tout vers le sisteme Republicain, leurs cœurs, leurs idées leurs interets leur feroient preférer un état monarchique, et ce ne sera que forcé par le manque absolu d'un individu assez élevé pour pendre la première place qu'ils deviendront republique.

« Il y a même deux nuances très distinctes dans l'opinion publique; les villes maritimes dont la plupart des habitans vivent

des profits journaliers de leur commerce, traînent plus au Portugal, avec lequel ils ont des rapports plus ou moins directs: elles craignent et cherchent á èloigner tout état de chose qui entraveroit, même pour um tems, leurs relations hatuelles; aussi resteront elles tranquilles tant que l'on n'attaquera point leur commerce. — Les habitans des provinces de l'interieur qui cultivent et recueillent presque tout ce qui est nécessaire à leur entretien sont plus décidés, ce sont eux qui donneront le mouvement et ce sont eux que l'on aura le moins de possibilité de réprimer.

« Le Prince Régent montre toujours un grand désir de sortir de la position vraiment bien pénible où'Il se trouve; je le crois entièrement étranger aux projets que le parti Portugais voulait lui attribuer ici; son plus grand tort est son espèce d'enthousiasme — révolutionnaire qui ne parait pas encore baisser; c'est ce qui me fait souvent croire qu'il dissimule, mais cette dissimulation seroit bien soutenue, son ignorance explique beaucoup et sa présomption doit être nourrie par son entourage qui est d'une médiocrité incroyable; ses manières sont toujours les mêmes, trés ouvert et trés affable envers tout le monde; Il éxécute les décréts des Cortés, prône leurs mesures et sa proclamation étoit assurément trés violente, mais de fait personne n'a été vexé par lui pour ses opinions ni pour des faits antérieurs à la révolution et ceux des éxilés par le décrét des Cortes qui se trouvent encore ici sont traités comme auparavant et reçus à la Cour.

« Depuis qu'Il est occupé, on n'entend plus parler de ces actes de violence où il se portait autre fois; enfin quelqu'ait été sa conduite, je ne puis m'empecher de croire et d'espérer qu'Il pourra un jour relever le trône de la situation avilissante oùil est tombé. »

OFFICIO DE 16 DE NOVEMBRO DE 1821. — N. 15, LETRA A.

O paquete portuguez, que a 13 de Maio fundeara na bahia do Rio de Janeiro, era portador da noticia de haverem partido de Lisboa o Barão de Sturmer, Ministro da Austria, e o Ministro da

Russia. No seu numero de 1 de Novembro inseria a *Gazeta do Governo*, em um artigo não official, um extracto do *Astro Lusitano*, jornal lisboeta, sobre esse acontecimento, artigo esse redigido da maneira mais insolente.

A mesma folha do Governo, de 6 e 8 do referido mez, dera a circular de Silvestre Pinheiro, assim como toda a correspondencia trocada por essa occasião, sem accrescentar-lhes a menor reflexão.

Magoara-se com isso o Barão de Marschall, e os sentimentos, que lhe causaram essas publicações, conta-os *elle* com pormenores: «não sendo o artigo em questão nem official, nem redigido aqui, mas extrahido de uma Gazeta de Lisboa, não julguei, apesar da sua inconveniencia que me devesse queixar delle; não vi, porém, com indifferença a negligencia do Ministerio (pois em boa fé eu não posso attribuil-o sinão a isso), deixando inserir numa folha, sobre a qual exerce ainda alguma influencia, um artigo cujas tendencias são evidentemente a de transviar a opinião publica e de provocar a repetição de semelhantes attentados, e de não ter, pelo menos, si não era possivel impedil-o, feito preceder a publicação feita no jornal do Governo.» E accrescenta: « Tive a honra de informar a Vossa Alteza da attitude que acreditei dever manter no dia 24 de Agosto e a 15 de Setembro, — sem que disso tenha resultado o menor inconveniente; si outra festividade de igual natureza tivesse sido celebrada, immediatamente depois das publicações a que me refiro, não duvido que tivesse dado logar a um insulto e, portanto, á minha partida, não sendo o Governo bastante forte para ousar dar uma satisfação; daqui até 26 de Fevereiro, é provavel que isso tenha caido no esquecimento; em todo caso, estou resolvido, como já tive a honra de informar a Vossa Alteza, a seguir, emquanto não receber qualquer ordem, a mesma conducta, evitando com cuidado tudo o que possa provocar um insulto e repellil-o com firmeza, si se realizar.»

OFFICIO DE 16 DE NOVEMBRO DE 1821. — LETRA B.

Desde os acontecimentos do começo do mez de Outubro, permanecia inalterada a tranquillidade publica na provincia do Rio de Janeiro; os individuos presos por essa occasião tinham sido pouco a pouco soltos, ou porque não se tivessem encontrado provas sufficientes contra elles, ou porque se tivesse — acreditado que era melhor abafar toda a questão.

Continuava o Regente na sua politica de economias nas suas despesas; o decreto de 23 de Outubro fixava a quantia que elle tiraria do thesouro publico, limitando-a sobre a renda da Casa de Bragança, que as Côrtes haviam fixado para a sua dotação; dous outros decretos limitavam os vencimentos dos Ministros, secretarios de Estado, a 8.000 cruzados e determinavam, até nova ordem, uma retenção de metade sobre todas as pensões que não eram concedidas por uma renumeração de serviços.

O brigue *13 de Maio,* que levara a Portugal o Conde dos Arcos, voltára ao Rio de Janeiro a 29 de Outubro, trazendo a noticia do inquerito aberto a respeito do Conde dos Arcos no Rio de Janeiro e na Bahia, e a da ordem das Cortes para a remoção e substituição de Luiz do Rego, assim como para a partida do Batalhão Portuguez que formava a guarnição de Pernambuco.

A execução desta ultima ordem terminara, diz Marschall, a pacificação da provincia de Pernambuco, elegendo-se novas juntas em Pernambuco e em Goyana. Parece, porém, que a pacificação da provincia não se havia realizado de modo completo, a ponto de garantir a situação, pois o proprio Marschall nos diz: «... et déja plus de cinq cents Européens ont quitté cette ville emportant tout ce qu'ils pouvoit de leur propriété; la seule force militaire qui y est à present sont les milices du pays, en grande partie des mulatres et un bataillon de nègres.»

Relatando amiudadamente os factos que provocaram a installação da Junta provisoria em Villa Rica, assim como as deliberações que ella havia tomado, entre estas a de não manter

relações sinão com as Côrtes de Portugal, e a de construir uma casa para cunhagem de moeda propria, diz Marschall (embora os factos lhe pareçam certos): « J'ai entendu d'une autre source qui mérite quelque confiance qu'ils avaient déclarés retenir le quint et vouloir battre monnaye jusqu'à ce que les Cortés aient décrétés l'établissement d'un pouvoir éxécutif et d'un Prince de la maison Royale ici; étant déterminés à ne pas se laisser traiter en colonie; on s'attend chaque jour à apprendre l'expulsion de D.m Manoel de Portugal e Castro, cidevant gouverneur à présent Président de la Junte, contre le quel un parti violent s'est prononcé et l'on craint même pour ses jours. »

Não eram mais tranquillizadoras as noticias do que se dava no Rio Grande do Sul: « O governador que o Rei havia nomeado para o Rio Grande, Carlos de Saldanha, tinha sido alli recebido no mez de Outubro sem opposição, e suas primeiras medidas pareciam ter sido geralmente approvadas; mas acaba-se de saber que o General Marques, brasileiro, o particular mais rico da Provincia, fez ultimamente uma tentativa para expulsal-o; não foi bem succedido nessa empresa, mas a sua influencia é tão grande, que não se duvida de que vença por fim; isso completará o isolamento de todas as Provincias deste Reino e poderia ainda ter outras consequencias, o filho desse individuo commandante da divisão ligeira de tropas brasileiras addida ao exercito do General Le Cor; divisão que seguirá sem duvida alguma o mesmo espirito hostil contra os Portuguezes que os governos de S. Paulo e do Rio de Janeiro aos quaes ella pertence; é a mesma divisão que quando as tropas Portuguesas forçaram o general Lecor a jurar a Constituição, recusou-se a praticar esse acto. »

Realizara-se a partida para a Europa, dos deputados por S. Paulo, e, ao referir essa noticia, sublinha o agente diplomatico austriaco o facto de ter-lhes o Governo dessa Provincia entregue « *sous le titre de certains points sur lesquels ils sont priés de porter l'attention des Cortés,* une espèce d'instruction. »

« Une copie de cette instruction a été transmise par ce Gouvernement au Prince Régent en les lui soumettant et en le priant de vouloir bien les faire imprimer: (il n'y a point d'imprimerie à St. Paul): le Prince lui a repondu qu'il ne pouvait le

faire d'autorité mais que la liberté de la presse étant decreté, ils pouvaient en faire usage ; cette instruction est sous presse actuellement, mais n'a point encore paru. »

OFFICIO DE 16 DE NOVEMRRO DE 1821. — N. 15, LETRA C.

Com o brigue de guerra inglez « Bever », fundeado a 7 de Novembro, e vindo de Montevidéu, haviam por fim chegado pormenores sobre a tomada de Lima pelos insurgentes, ficando Callao, cuja guarnição havia sido reforçada, em poder das tropas reaes espanholas. — As noticias do Alto Perú davam por concluido um armisticio. Nas provincias do Rio da Prata, a ordem parecia restabelecer-se um pouco. Carrera acabava de ser derrotado, preso e decapitado em Mendoza ; elle, como Ramirez, « étaient à la solde des Portugais » ; Artigas vivia ignorado no Paraguay, onde era vigiado ; em Buenos Aires, Rodriguez procurava pôr em ordem a administração interna do paiz.

OFFICIO DE 16 DE NOVEMBRO DE 1821. — N. 15, LETRA D.

Alarmava-se sobremodo o Barão de Marschall com o aspecto que lhe apresentava a situação do Brasil ; « J'ai été plusieurs fois dans le cas d'exprimer à Votre Altesse mon peu de confiance dans les mesures que les Cortès avoient adoptèes envers ce pays; depuis le décrét entièrement subversif, de tout gouvernement du 18 avril de cette année et des effets qu'elles devoient produire; e même esprit désorganisateur, la même ignorance complette des interets de ce pays et de tout principe d'administration continuent à hater de jour en jour la séparation.

A Monte Video, un officier fait soulever la trouppe de l'armée du Sud et force son chef a preter serment à la constitution : les Cortès approuvent et applaudissent une Conduite qui doit détruire entièrement toute discipline militaire ; à Rio de Janeiro la trouppe orce le 5 Juin le Prince Régent à jurer et à faire jurer les bases de le Constitution contro l'esprit d'un article des mêmes bases, qui n'ordonne ce serment que pour le Portugal ; ils opèrent un changennent violent dans le Ministère et l'administration et le

Cortès approuvent tout et proclament que dans cette *Journée glorieuse et mémorable*, la Cause de la Justice et de la Raison a de nouveau triomphé. — Ils enveloppent dans le même decrét sur l'accusation de la Junte de Bahia, le Comte dos Arcos, comme favorisant l'indépendance et le Président de la Junte de Pernambouc qui combat les insurgés américains. Après avoir détruit les anciens gouvernemens ils mettent une affectation marquée à ne reconnaitre par aucun acte, aucune parole, le Régime établi par le Roi, et prefère de laisser s'accroitre de jour en jour l'anarchie à la quelle ce pays est livrée, a reconnaitre et sanctionner une mesure émanée du pouvoir légitime ; dans tous les actes des Cortès qui ont rapports au Brésil, dans leurs réponses aux différentes autorités qui se sont élevées dans ce pays, le Prince Régent n'est désigné que S. A. R., dans celle à la Junte provisoire de cette Province, créé par ce Prince au 5 Juin qui leur rapporte les événemens de cette journée et les informent des attributions que S. A. R. leur a concédées ; ils disent qu'ils ont entendu avec plaisir la première partie et pris connoissance de la seconde ; enfin l'on seroit tenté de croire que ce sont eux qu veulent amener la séparation, au moins leurs mesures y ont-elles une tendance directe.

« Le Prince Régent n'a reçu depuis le départ du Roi, ni de S. M., ni des Cortes aucun ordre, aucune direction quelconque ; sans trouppe, sans argent, que pent-Il faire, surtout lorsque tous les actes en opposition avec son autorité, ont été hautement approuvés et applaudis par l'assemblée qui a usurpé tous les parvoirs ; le résultat en est l'anarchie la plus complette, l'isolement absolu de toutes les provinc s ; pour peu qu'elle dure, quels sont les moyens de les ramener à l'ordre, de satisfaire ou étouffer tant de nouvelles prétentions qui se seront élevées; de combien les choses seroient differentes si par un acte de vigueur le Prince Régent avoit soutenu le 5 Juin le Régime tel que le Roi le luiavoit confié ; ce Prince parait le sentir. Il est un peu revenu de son aveugle confiance dans les Cortes, et un mot qu'il a dit dernièrement pourrait le faire croire, qu'Il apprécie le Comte dos Arcos, dont la faiblesse dans cette Journée est à mes yeux un veritable crime; on le plaignait devant Lui, Il ré-

pondit par un proverbe Portugais: « Quand on ne veut pas faire le loup, il ne faut pas se revêtir de sa paux.»

« Dans l'état présent des choses, je crois pouvoir affirmer sans hésiter, qu'il n'y a plus qu'un moyen pour conserver l'union d'une manière durable, c'est l'établissement du siège de la Monarchie au Brésil; du moment où cela n'est pas, ce pays se retrouve dans la même position que le reste de l'Amérique et suivra la même marche.

« Je crois pouvoir ajouter que le rappel du Prince Régent amenera probablement de suite cette séparation pour la plus grande partie de ce Royaume; au lieu qu'en le laissant ici et en l'appuyant de toutes manières il y aurait peut être encore une possibilité de rétablir l'ordre, de ramener les différentes provinces à son centre commun et de prolonger la dépendance du Brésil de la mère patrie.

« Enfin il n'y a surtout pas un moment à perdre pour reconnoitre la dette du Gouvernement et soutenir la banque; une trentaine de millions de cruzades que les villes maritimes et particulièrement Rio de Janeiro ont à prétendre étant un des plus forts liens qui les rattachent au Portugal qu'il est également indispensable d'avoir une escadre Portugaise sur les Côtes, qui choquera moins et imposera plus que des garnisons et qui pourra se porter partout où le danger l'exigera».

— « J'ai eu l'honneur de transmettre a Votre Altesse dans cette même expédition les instructions des deputés de la province de St. Paul; elles ont été rédigées par un *M. Andrade*, qui a résidé longtemps en Europe et est un homme de beaucoup d'esprit; c'est à lui que l'on doit que le gouvernement de St. Paul dont il est le vice-président s'est rattaché le plus possible à la Régence établie par le Roi. Ces instructions qui contiennent plusieurs idées chimériques telles que son tribunal d'amphyctions, en ont d'autres que l'on peut regarder comme nationales ici, elles acquierent encore un degré d'importance de plus, en ce que ce seront probablement les seules qui auront été données avec des points de vue généraux et que ce sera une raison pour que la masse des députés américains s'y rattachent, surtout provenant d'une province qui ne peut exciter de jalousie; il pa-

rait au moins certain, que c'est le cas pour celles de Rio de Janeiro, Minas, Goyas et Rio Grande et qu'ils sont décidés à demander ces concessions pour elles, u'ils ne les obtiennent pas pour le tout, ce n'est pas la partie le plus riche du Brésil, en objets d'exportations, mais c'est sans comparaison la plus forte par le nombre et la vigueur de la population.

« Je dois encore faire observer que dejà à present la représentation de l'Amérique dès qu'elle sera complette, sera presqu'aussi nombreuse que celle du Portugal, parce que quoique les esclaves n'ayent point été admis à voter, il parait certain que l'on les a compris dans le dénombrement de 34 m. habitans pour un député ; cela doit au moins avoir eu lieu à Minas qui a 13 deputés ce qui feroit une population de 450.000 âmes, si les esclaves n'avaient point été compris, comme il y a une proportion d'au moins 3 pour 1, cela feroit une population de près de deux millons pour cette province, ce qui n'est pas regardé comme possible. »

OFFICIO DE 22 DE NOVEMBRO DE 1821. — N. 16, LETRA A.

Por um navio vindo da Bahia e fundeado a 17, chegara ao Rio de Janeiro a noticia do movimento sedicioso que se realizara na cidade do Salvador em 3 de Novembro, com o fim de derrubar o governo. Eis como Marschall descreve essa sedição : «... parece que desde o dia 1 circulavam na cidade pamphletos incendiarios e appellos ao povo, em que se protestava devotamento ás Côrtes e á Constituição, mas em que se atacava o Governador da Provincia como despotico e se designava o dia 8 para derruba-lo... Informada a Junta do que se tramava, tomou logo medidas de defesa, ficando em sessão toda a noite de 2 a 3 ; aquartelaram-se as tropas. — No dia 3, umas trinta pessoas, quasi todos militares, reuniram-se ás 10 da manhã e saïram gritando *Viva a Constituição, vivam as Côrtes, abaixo o Governo actual.* Chegados á praça forçaram a entrada do paço municipal, apoderaram-se do estandarte e fizeram-se seguir pela Municipalidade até ao Palacio da Junta, onde se achava esta reunida... À vista desses factos, acabava a Junta de fazer com que saïssem aquelles dos seus mem-

bros que commandavam corpos portuguezes, com ordem de faze-los marchar; entrementes, encheram os facciosos a sala, intimaram os membros da Junta a demittir-se, censurando-os pelo seu despotismo e dizendo que vinham em nome do povo pô-los fora, e eleger um Governo legal .. Os membros da Junta, ainda presentes, entraram em negociações e protestaram contra essa violencia, por constituirem elles o Governo legal, estabelecido pelo suffragio do povo e sanccionado pelas Côrtes e pelo Rei, que a esse titulo era esse Governo sagrado, e que, mesmo quando fossem tyrannos, não se podia reclamar contra elles sinão perante as Côrtes. Chegara em fim a tropa; cada um dos commandantes dos corpos foi chamado por sua vez á sessão; declaram-se todos pelo Governo e os facciosos foram presos; os principaes dentre elles acabaram mesmo pedindo que fossem presos. Immediatamente foram os facciosos postos a bordo de um navio, afim de serem transportados para Portugal.»

«Ce qui donne à ce fait une importance plus particulière est que le meneur etoit un Lieut. Colonel Gourdillo, dont le frère est au service du Prince Régent et qui a éte employé lui même, comme j'ai eu l'honneur d'en rendre compte dans le temps à Votre Altesse par le Comte dos Arcos dans la négotiation entamée avec le Gouvernement, pour le ramener à reconnoitre l'autorité de Riò de Janeiro, ce même Ministre l'avoit après la non réussite de sa commission, placé dans cette ville avec un grade supérieur, probablement dans l'intention d'y avoir quelqu'un de dévoué. Un cousin du général Philisberto et l'aide de camp du Comte de Palma ancien gouverneur sont également du nombre des arretés; il parait qu'ils avoient comptés sur la cooperation d'une partie de la trouppe qui leur a manqué à l'éxécution; à trois heures de l'après midi l'ordre a été rétablie. »

OFFICIO DE 22 DE NOVEMBRO DE 1821. — N. 16, LETRA B.

A *Gazeta Official* publicara o decreto das Côrtes, no qual se mandava fazer a remesssa de 1200 homens de tropa para o Rio de Janeiro. A esse respeito assim se exprime Marschall :

«La Gazette de cette ville du 20 de ce mois publie le de-

cret des Cortés qui ordonne l'envoi de 1200 hommes pour relever a garnison de cette ville, et celui concernant l'élection et l'organisation d'une Junte Provisoire de Gouvernement à Pernambouc; ce dernier Décret que j'ai l'honneur de transmettre ci-joint en original et traduction est remarquable, en ce qu'on peut le regarder comme un essai de Gouvernement que les Cortès ont l'intention d'établir au Brésil. — Il me semble sujet à bien des inconvéniens. Les Pouvoirs administratifs et militaires y restent également séparés dans les cas d'une invasion ou d'un soulèvement; où l'unité peut seule produire et assurer le succès de mesures énergiques. Le Gouvernement civil étant électif devra naturellement être renouvellé fréquemment aussi souvent au moins que ceux auxquels ou donne le droit de l'élire, ainsi tous les deux ans, on pourra donc avoir presque continuellement une administration neuve et sans expérience que deviendront leurs emplois, pendant l'absence de ceux élus, s'ils sont remplacés, voilà une augmentation réel d'employés à chaque nomination.

« Je crois devoir faire observer à Votre Altesse que les Cortès ont dans cette occasion, suivis le même sistème de violence absolu sur la Régence du Brésil dont j'ai fait mention dans mon respectueux rapport n.° 15, Lettre D. du 16 de ce mois; dans tout ce qui a rapportau Gouvernement ils mettent Gouv.ent du Royaume; mais ni du R.me Uni, ni du R.me du Brésil, laissant la chose dans le Vague et à l'interprétation des Pernambuciens.— Le Ministère ici continue en conséquence à transmettre les ordres à cette Province, mais on ignore à qui elle jugera à propos de se réunir.»

Tinham chegado aos ouvidos do Barão de Marschall noticias de que se projectava a fundação de uma Universidade no Rio de Janeiro; (já os principaes cargos estavam concedidos). Essa medida, diz elle, era geralmente censurada como prematura e de natureza a ser revogada ou alterada pelas Côrtes.

Continuava aberto o inquerito a respeito do Conde dos Arcos, desde o dia 9, e até ao dia 17 ninguem se havia ainda apresentado... Apesar das ordens que recebera, pois as estava aguardando no Rio de Janeiro, não se preparava a partir o Minis-

tro de Hespanha. Quanto ás noticias da America, tão importantes, cifravam-se em haver o Governo de Buenos Aires cassado as cartas de corso, não julgando mais imprescindiveis á independencia os corsarios. — No Perú, La Serna se havia retirado para o interior; San Martin luctava em Lima com as mesmas difficuldades soffridas pelas tropas reaes o Cochrane acabava de perder o melhor dos seus navios, o *San Martin*, naufragado na bahia de Chorrillos (que Marschall grapha « Tschurillo »)

OFFICIO DE 16 DE DEZEMBRO DE 1821. — N. 17, LETRA B.

Produzira extrema fermentação a chegada do brigue mercante portuguez *Lusitania*, portador das primeiras noticias das determinações das Côrtes a respeito da volta do Principe Real, das suas viagens, da formação dos governos provinciaes e da extincção dos tribunaes. Abandonavam o Brasil, um após outro, os diplomatas acreditados no Rio de Janeiro. Appleton, e Crombim, encarregados de negocios dos Estados Unidos e da Hollanda, partem para os seus respectivos paizes. Por sua vez e em fim, preparava-se a deixar terras brasileiras, acompanhado por todo o pessoal da Legação, o Conde de Casa Flores, Ministro de Hespanha, e com elle partia tambem o ex-Vice Rei do Perú, Pezuela, não deixando nem mesmo um Consul. Haviam chegado por essa epoca noticias certas da tomada de Lima e de Callao pelas tropas insurgentes. Em Buenos-Aires reinava calma, « la mort de Carrera et Ramirez est un événement très heureux pour ces provinces. »

OFFICIO DE 12 DE DEZEMBRO DE 1821. — N. 17, LETRA C.

Apreciando a situação incerta em que se encontrava o Brasil, consigna Marschall as suas impressões em longo officio, no qual desenvolve as suas opiniões sobre os acontecimentos que então se produziam :

« J'ai déjà eu l'honneur d'informer Votre Altesse dans mon rapport Letre B de la même date, de l'arrivée du Brich Lusitania, le 23 du mois passé et des nouvelles qu'il avoit apporté ;

il me reste à Lui rendre compte en autant qu'il m'est possible de l'effet qu'elles ont produit; à Pernambouc l'ordre transmis à Luiz do Rego, de rester de nouveau comme Commandant de la trouppe, n'est arrivé qu'après son départ, celui du Bataillon Portugais n'avait point encore eu lieu, mais on n'en a pas moins continué les préparatifs pour son embarquement et il est fort douteux que des trouppes envoyés du Portugal y soient reçus ou puissent s'y maintenir; ce qui a été difficile à Luiz do Rego, homme de tête et de cœur qui connoissoit très bien le pays et y avoit un parti nombreux, peut être regardé comme impossible à tout autre; la Junte de Gouvernement y a été établie aux applaudissements du peuple, qui criait, vive la Junte que l'on fait et défait.

« À Bahia les déterminations des Cortès n'ont pas été mieux accueillis; le Gouvernement actuel ne veut pas se désaisir du pouvoir qu'il s'est arrogé et qui s'étend sur le militaire, les finances et toutes les branches de l'administration; il doit avoir: (par ce qui m'a été assuré par des personnes habituellement bien informées) adressé un office au Prince Régent pour lui offrir de reconnoitre la Régence telle q i'elle avoit été établie par le Roi à son départ; le Prince a répondu, qu'il étoit trop tard, qu'ils avoient commencé les désordres en se séparant et qu'après que leur détermination avoit été sanctionée par les Cortès, il n'avoit plus le droit d'y rien changer; que tout ce qu'il pouvoit faire étoit de transmettre leur office aux Cortès et les assurer qu'Il seroit toujours prét de faire pour eux ce qui seroit en son pouvoir.—On a reçu quelques détails sur l'émeute du 3 Novembre; elle devoit être soutenue par les milices de la campagne sous un particulier très riche et très influent nommé Anteneto (*sic*) qui ne parut point à tems, la Junte n'a été maintenu que par la bonne contenance de la trouppe Portugaise, mais l'opinion est tellement prononcée que les chefs de deux corps Brésiliens qui se trouvent dans cette ville, n'ont pas craint de faire imprimer une protestation énergique, contre sa maniére de procéder dans cette affaire.

« Ici le mécontentement est général et la fermentation très grande, cela n'est pas étonnant, puis que d'après un calcul fait

le départ de la Cour et l'extinction des tribunaux jettera dans la misère et le désespoir huit cent familles; on paraissait d'abord vouloir empecher de vive force le départ du Prince; mais la trouppe ne voulant point prendre parti, on en est revenu à des voies plus mesurées, une pétition signée par tout ce qu'il y a de plus marquant a été presenté au Prince à cet effet, avant même l'arrivée des ordres officiels et on lui a demandé la permission de la faire imprimer. Il a répondu qu'ils en avoient le droit, mais que quoiqu'il fut très sensible à leur attachement, il devoit les prévenir qu'il obeiroit aux ordres qu'il recevroit du Roi et des Cortès.

«Il s'est formé depuis quelques tems une association sous la présidence du Comte de Palma, premier magistrat et autorisé par une lettre du Ministre de l'intérieur qui l'assuroit de l'approbation du Prince Régent; son but est d'établir une Académie des Sciences qui encourageroit les progrès de l'agriculture, de l'industrie et des Arts au Brésil; cette association se compose de tout ce qu'il y a de personnages marquans pour leur instruction ou influence; un certain Silvestre Rabello, ancien secrétaire du Comte de Palmella en est l'âme, ils ont demandé au Prince Régent une autorisation plus formelle en lui soumettant les bases de leur institution et se proposent s'ils l'obtiennent de tenir le 16 de ce mois leur séance d'installation. Ce projet a causé beaucoup de jalousie aux Portugais, ne voyant en lui qu'un but, celui de lier des relations dans les différens gouvernemens et d'avoir un centre commun; de la même manière que l'on s'est servi à Lisbonne de la société de la miséricorde pour préparer la révolution du Portugal...

«Depuis l'arrivée du Brick Dom Michel, cette méfiance et la fermentation ont encore augmenté et l'on designe la journeé du 10 comme devant produire un mouvement du parti Brésilien; comme cependant la trouppe quoique mécontente des Cortès et de retourner en Portugal où elle s'attend a être licenciée, ne veut point y prendre part, je ne pense pas qu'un mouvement ait réellement lieu, ni dans cette journeé ni au départ du Prince Royal.

«L'ex-gouverneur de Minas, Dom Manuel de Portugal, est arrivé ici; il n'est point douteux que la Junte de cette province

qui s'est également attribué tous les pouvoirs et exige de ses députés qu'ils défendent ce droit aux Cortès, d'après le principe que la Souverainetè réside dans la nation, ne s'oppose au décret des Cortès, sur les gouvernemens provinciaux; ses députés ne sont pas encore partis pour l'Europe, ceux de Goyaz, Matto Grosso et Rio Grande ne sont pas encore nommès.

« Le Prince a dès l'arrivée des ordres de Lisbonne fait réimprimér ces décréts pour l'installation d'un gouvernement provisoire et son retour en Europe...

Il parait décidé à partir dès qu'Il le pourra, ce qui d'après les formalités prescrites, pourrait être dans le commencement de février. — Il est tellement emporté dans ses résolutions que je crains que malgré que S. A. I.le Madame la Princesse Royale attende le terme de sa grossesse pour le mois de Mars, ni cette considération ni celle de la saison ne l'arrête. Ce n'est pas que je croie qu'au fond il désire partir, je le crois revenu de bien des erreurs et si on le forçoit à rester il n'en serait peut-être pas faché, mais Il ne fera rien pour cela lui-même et croira écarter par cette précipitation tout soupçon et méfiance sur ses intentions.

« Il n'est pas aussi généralement aimé au Brésil que le Roi, qui l'est beaucoup, ses opinions avant la révolution et la ligne de conduite qu'Il a été forcé de tenir depuis, en sont les principales aisons; il serait, je pense, injuste de lui attribuer la situationr où il laissera ce pays à son départ, on a trop espéré de lui au commencement; et j'ai, je l'avoue, partagé cette erreur, et on le déprécie trop à present. Il a plusieurs qualités heureuses mais il a des défauts qui lui sont très préjudiciables; de la légèreté, peu de suite dans ses projets, la même facilité que son père à abandonner ses amis, mais avant tout beaucoup de presomption et de vanité; c'est à elle qu'il faut attribuer le parti qu'Il a pris le 26 février, sa conduite depuis ce moment me paraissait prouver que l'ambition personelle n'y entroit pour rien. Il a de l'esprit naturel et de la vivacité, mais cet esprit même qui n'est dirigé ni par une instruction solide ni par l'expérience a été un désavantage pour lui.

« Si au lieu d'être contrarié et avili par toutes les détermi-

nations des Cortès, on l'avoit appuyé ici, Il aurait fait très bien et l'union aurait pu se consolider, c'eut au moins été beaucoup que de la conserver dans ce moment de crise; à présent l'époque où cela étoit possible est passé, le principal lien, celui de l'amour pour le Souverain et la famille de Bragance est rompu par leur départ, le Brésil n'est plus retenu que par des garnisons portugaises, je crois pouvoir assurer que ce ne sera pas pour longtemps ».

OFFICIO DE 12 DE DEZEMBRO DE 1821. — P. S. AO N. 17, LETRA C.

Referindo-se á publicação do officio da Junta da Bahia, de 14 de Novembro de 1821, diz o agente diplomatico:

« Je ne puis m'empecher aussi de faire remarquer à Votre Altesse que cette publication et celle des instructions des députés de S. Paul par ordre: deux jours après celle des décréts précités des Cortès, ne me parait point être fort en harmonie; cependant l'influence du Gouvernement sur cette feuille est trop connue pour pouvoir supposer que cela y a été inséré sans son agrément.

« On parle du départ du Prince Royal comme très prochain et comme devant avoir lieu sur la frégate l'Union, avant l'arrivée des trouppes et des batimens qu'on lui envoit à cet effet, je ne puis assurer Votre Altesse que cela soit certain, mais d'après le caractère de ce Prince, c'est au moins très possible. »

OFFICIO DE 12 DE DEZEMBRO DE 1821. — N. 17, LETRA D.

Julgando muito proxima a partida do Principe Real, mostra-se Marschall dominado por penosa perplexidade: « La possibilité d'un départ très prochain de L. L. A. A. R. R. sans que j'ai reçu aucune direction de Votre Altesse, me fait un devoir de lui exprimer la perplexité où je me trouve.

« La prolongation de mon sejour ici n'ayant été motivé que sur l'interêt que Sa Majesté l'Empereur prend à Son Auguste Fille, je n'hésite point à regarder dans ce cas mes fonctions comme terminées et à me rendre en Europe. — Si la légation autrichienne se trouvoit encore à Lisbonne, il eut été indifférent

au bien du service, sur quel point je me fus dirigé et que ce fut à Londres ou Lisbonne qui j'attendis les ordres de Votre Altesse ; mais après les faits qui ont eu lieu, sur lesquels les déterminations de l'Auguste Cour me sont encore inconnus, la question est absolument changé ; le même motif qui m'a fait rester ici, pourroit rendre agréable à Votre Altesse d'être informé d'une manière certaine de la situation de Lisbonne à l'arrivée du Prince Royal et de son Auguste Épouse, sans qu'Elle jugea convenable d'y envoyer expressément quelqu'un ; dans cette supposition je remplirai le but en m'y rendant directement et y attendant les ordres qu'Elle jugera convenable de me donner... »

Ignorando Marschall que determinação adoptar, pede a Metternich que lhe envie ordens para Londres ou Lisboa, pois, passando por Lisboa, diz elle, « ce ne sera que comme voyageur, mes fonctions cessant naturellement dès que je quitte ce pays-ci, et je me bornerai à observer et à rendre compte à Votre Altesse.»

Mal suppunha o Barão de Marschall que longos annos ficaria elle ainda no Brasil.

Estava a findar o anno de 1821, que, segundo Oliveira Lima (« D. João VI »), « depois de 26 de Fevereiro, foi o anno typico da oppressão portuguesa, num supremo esforço de conservação. »

NOTAS DO IMPERADOR

AO

Livro do conselheiro Tito Franco de Almeida
sobre "o conselheiro Francisco José Furtado,,

COLLIGIDAS POR

MAX FLEIUSS

(Socio Honorario e Primeiro Secretario Perpetuo do Instituto)

Concatenando as «Notas do Imperador» á obra que mais collimou demonstrar e detrahir o poder pessoal de d. Pedro II no longo reinado deste, — a isso se não limitou o trabalho do primeiro secretario perpetuo do Instituto, pois o acompanhou de depoimentos de alta valia.

(NOTA DA DIRECÇÃO).

Notas do Imperador

Dentre os livros preciosos pertencentes ao Instituto Historico e Geographico Brasileiro,—e não são poucos,—um existe, de grande importancia, resultante dos commentarios nelle de proprio punho escriptos pelo sr. d. Pedro II.

É o que se denomina «*O Conselheiro Francisco José Furtado, Biographia e estudo de Historia politica contemporanea*, pelo conselheiro Tito Franco de Almeida. Rio de Janeiro, Eduardo & Henrique Laemmert, 1867.»

Em sessão do Instituto, de 3 de Septembro de 1906, tivemos ensejo de ler algumas das copiosas notas, lançadas á margem das folhas desse trabalho pelo Imperador, provocando a leitura immediatas explicações do saudosissimo sr. visconde de Ouro Preto, presente á sessão, que era presidida pelo inolvidavel marquez de Paranaguá.

Convém transcrever as interessantes observações do visconde de Ouro Preto, valioso depoimento historico de um Brasileiro que jámais faltou á verdade, e cujo desassombro civico tanto fulgor trouxe á sua nobre figura, no julgar do publicista argentino D. Ramon Carcano — um dos marcos da nossa vida nacional — «... *el pensamiento y accion del pais desenvueltos en el tiempo, son historia y leyenda, drama y epopeya ; ciencia, poesia y arte ; riqueza, industria y comercio, desde Cabral a Caxias, desde Pombal y José Bonifacio a Ouro Preto y Rio Branco*».

É uma pagina da historia politica do Imperio : cumpre divulga-la, maxime reposando em documentos de indiscutivel honradez e authenticidade.

Ei-la :

«O sr. visconde de Ouro Preto declara que fará algumas re-

velações, que não serão sem interesse para o Instituto, pois se refere ao livro, cujos excerptos o notas leu o sr. 1.º secretario. Esse livro appareceu quando mais accesa se feria a lucta, entre os denominados *liberaes historicos* e *liberaes progressistas*, causando certa impressão.

Entendeu contrapôr-lhe refutação o gabinete de 3 de Agosto de 1866, presidido pelo eminente Zacharias de Góes, e do qual faziam parte os nobres actual marquez de Paranaguá, primeiro na pasta da Justiça e depois na da Guerra, conselheiros Martim Francisco, que da de Extrangeiros passou para a da Justiça, Sousa Dantas na da Agricultura, e quem o está recordando mal geria a da Marinha.

Ao organizar-se esse ministerio, ficára com a pasta da Guerra o barão de Uruguaiana, que mezes depois se retirou, sendo substituido na pasta pelo sr. marquez de Paranaguá. Para preenchimento da vaga aberta foi nomeado o senador Sá e Albuquerque. Fallecendo este, a vaga foi preenchida pelo illustrado sr. conselheiro Silveira de Sousa, felizmente ainda vivo. Sobrevivem, pois, tres testemunhas do que vai dizer.

Por designação dos collegas, foram incumbidos de promover a resposta ao livro do sr. Tito Franco de Almeida os ministros da Agricultura e da Marinha, que por sua vez a confiaram ao deputado por Pernambuco, dr. Sousa Carvalho, correligionario prestimosissimo e desinteressado. Affirma-o, porque em vida e depois de morto foi muito injustamente accusado. Nunca o viu propugnar pretenção propria, mas proteger as de outrem, amigos ou adversarios.

Sousa Carvalho encarregou do trabalho ao intelligentissimo dr. Luiz de Carvalho Mello Mattos, que se finou precocemente. O dr. Mello Mattos foi, portanto, quem escreveu as *Paginas da Historia Constitucional*, explicando e combatendo os factos e apreciações expostas na *Biographia do Conselheiro Furtado*. Era um character nobilissimo; trabalhou gratuitamente; e releva accrescentar — tambem a publicação não custou um real aos cofres publicos.

Alguns dos factos alludidos eram antigos, delles não tinha noticia o escriptor, que exigiu informações. Não podiam dar-lh'as

ministros, que egualmente mal os conheciam. Resolveram solicita-las respeitosamente ao imperador, que as prestou com a maior benevolencia.

Occorre de momento a lembrança de duas. A primeira dizia respeito ás palavras attribuidas ao sr. senador Eusebio de Queiroz, quando ministro da Justiça. Assegurava-se que, de uma feita, em despacho, e fechando a pasta, dissera: « Com Vossa Majestade sómente se póde ser ministro uma vez. »

O imperador, consultado, respondeu simplesmente: « Os senhores conhecem o Eusebio e sabem que a uma alta capacidade juncta maneiras tão delicadas que o inhibiriam de offender a quem não póde reagir. »

Era uma balela. É verdade que Eusebio não tornou a ser ministro; mas foi conselheiro de Estado, cargo de egual categoria. Si não acceitou a nomeação depois offerecida, foi por motivos de saúde, não por desgostos com o chefe do Estado. Mais de uma vez o disse a pessoas de intimidade, como póde attesta-lo o distincto sr. senador da Republica, dr. Oliveira Figueiredo, que lh'o ouviu. Alludira o sr. Tito Franco de Almeida á demissão do ministro Honorio, depois marquez de Paraná, porque exigiu a demissão do inspector da Alfandega e não a obtivera por *favoritismo.*

Declarou o imperador: « Nunca tive favoritos. Recusei, é certo, a demissão do inspector da Alfandega desta cidade e concedi a do ministerio, que disso fizera questão, por dous motivos. Em primeiro logar, *não me provara* o ministro nenhuma irregularidade no procedimento daquelle funccionario honestissimo. Depois, eu era então muito moço: começava a exercer as minhas funcções e entendi dever mostrar que tinha vontade e resolução. »

O sr. presidente dá o seguinte áparte: E o imperador accrescentou: « Hoje não procederia assim. »

O sr. visconde do Ouro Preto (continúa): Exactamente; e mais que: « Tanto Honorio não se magoou commigo, que depois serviu nos mais altos cargos de immediata confiança. »

Rematará estas reminiscencias, que revelam o sentir intimo do finado imperador, citando caso occorrido com o orador. Um dia,

conversando com Sua Majestade sôbre cousas politicas, teve a ousadia de dizer-lhe que não pouco contribuiram para desenvolver-se a propaganda republicana a impassividade com que eram combatidas e calumniadas as instituições vigentes e seus representantes, e mais a convicção arraigada de ser caminho seguro para chegar promptamente aos cargos mais elevados a aggressão á dynastia. Retorquiu-lhe serena e nobremente o sr. d. Pedro II: «Sou sensivel ás injustiças e me dóem os apódos; mas o meu dever não permitte que, por injurias pessoaes, prive o paiz dos serviços de Brasileiros distinctos. As cousas unicas de que posso dispôr livremente, conferindo-as aos que sei não me serem infensos, são os cargos da minha casa, que não dão proventos, nem privilegios».

Basta o que tem dicto para que a geração nova vá conhecendo quem era o grande morto.»

A esta exposição brilhante e leal, convém accrescentar uma carta que tambem promovemos, de outro personagem, cuja austeridade de character era de todos reconhecida:—o conselheiro Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo.

Abra-se a *Revista do Instituto*, relativa a 1906, e a pags. 425 da Parte II, ler-se-ha o seguinte:

«— O sr. Fleiuss, 1.° secretario, diz que, encontrando-se com o illustrado sr. senador Oliveira Figueiredo, e entretendo conversação com elle a respeito do incidente havido entre o senador Eusebio de Queiroz e Sua Majestade o imperador, incidente de que tão brilhantemente se occupou na sessão passada o ex.^mo^ sr. visconde de Ouro-Preto, muito digno 3.° vice-presidente, obteve do mesmo senador Oliveira de Figueiredo a promessa de sua exposição escripta sôbre o assumpto. Insistindo o orador no seu pedido, por carta, recebeu a resposta que vai lêr:

«Respondendo á carta de V. datada de hoje, em que mostra desejo de que eu explique o motivo pelo qual o eminente sr. visconde de Ouro-Preto, na sessão do Instituto Historico, de 3 do corrente mez, invocou o meu testimunho contra a assercão de que o grande estadista conselheiro Eusebio de Queiroz declarara que, com o imperador, um homem de brio não podia ser ministro duas vezes, venho expôr o unico facto que em meu espirito

deixou a convicção de não ser esse o modo de pensar daquelle illustre conselheiro.

Em uma tarde de meiados do anno de 1859, achava-me eu na residencia do digno desembargador Francisco de Queiroz Coutinho Mattoso Camara, casa situada em uma rua á esquina da do Nuncio, em uma festa de familia delle,—baptizado de uma filha, quando o conselheiro Eusebio de Queiroz, ermão do referido desembargador, que tambem alli se achava, foi chamado por carta ao Paço de S. Christovão.

Voltando dalli, cêrca das 10 horas da noite, referiu-nos no gabinete de seu ermão, em presença deste, do meu inolvidavel amigo e collega o dr. Eusebio de Queiroz, filho do conselheiro, e na minha, que o imperador, ao começar sua conferencia com elle, lhe expuzera que o gabinete Abaeté pedira demissão, e como elle imperador estava de accôrdo com as opiniões politicas emittidas pelo conselheiro no recente discurso no Senado, o encarregava de organizar novo gabinete; respondeu o conselheiro, manifestando-se muito reconhecido á prova de confiança, mas pedindo dispensa da alta commissão, porque seu estado de saúde, mórmente seu incommodo de olhos, não lhe permittia o trabalho indispensavel do importante cargo de presidente do Conselho. A isso ponderou o imperador, com algum pesar, si era proposito do conselheiro não servir mais á Nação, como ministro de Estado.

Disse-nos, então, o conselheiro, que essa observação do imperador o commoveu muito, e contra ella protestou, assegurando ao imperador que o unico motivo de sua recusa era o máo estado de sua saúde.

O tom com que o conselheiro Eusebio de Queiroz, na intimidade, referiu-nos o sentimento que experimentara com a observação de Sua Majestade, levou-me a crer que elle jámais tivesse dicto que com o imperador não se podia ser ministro duas vezes.

Conservo tão alta veneração pela memoria do conselheiro Eusebio de Queiroz, que me sinto feliz em dar o meu testemunho sôbre a completa integridade de seu elevado character. Releve-me as lacunas desta exposição, que deve necessariamente resentir-se da fraqueza de minha memoria de velho a respeito de um

episodio passado ha 47 annos. Sou com toda a consideração, etc. —*Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo*. Rio, 14 de Septembro de 1906.»

Destas transcripções póde-se desde logo concluir da importancia do assumpto.

O livro de Tito Franco, que, afinal, como diz Joaquim Nabuco, «se rendeu á evidencia dos factos, e fez o mais completo repudio de todas as suas prevenções e conjecturas infundadas sôbre a acção pessoal do imperador e o character de sua influencia em nossa historia politica», é um tremendo libello contra d. Pedro II; não raro, violento na phrase, injusto nos conceitos. «*Obra da mocidade politica de Tito Franco*», denominou-o Nabuco, que, no seu magistral trabalho UM ESTADISTA DO IMPERIO,—se valeu das notas do imperador, agora publicadas na intrega.

Não é possivel acceitar de todo a benevola classificação de Nabuco, porquanto Tito Franco, quando escreveu o pamphleto revolucionario, tinha quasi 40 annos, pois nascêra no Pará a 4 de Janeiro de 1829, pertencendo já ao Conselho do Imperador. Não foi «*uma obra de mocidade politica*»;—foi, sim, uma obra de premeditado ataque. Aliás, com algumas excepções, essa era a norma da épocha e, infelizmente, cultivada pelos maiores espiritos. O imperador constituia o alvo predilecto de todas as arremetidas.

Quem estuda a vida parlamentar do Imperio, reconhece sem exfôrço que o sentimento da justiça soffria constantes obliterações. Affonso Celso, no seu bello livro—*Oito annos de parlamento*—revela, num capitulo primoroso de observações e de estylo, as—*primeiras impressões*—na Camara. São paginas do maior valor psychologico e que desnudam toda uma situação.

Tito Franco, máis tarde, num manifesto publicado no Pará, em 1892, e de que Affonso Celso cita alguns trechos no prefacio do—IMPERADOR NO EXILIO,—disse, entre outras cousas: «O nosso patriotismo não contempla o passado, tem vivas saudades delle; não é fructo do fanatismo, é filho da virilidade de character, da sinceridade de convicções profundas, do amor ás virtudes civicas; não calcula—reflexiona e medita; não desespera do futuro da patria—espera com placida confiança melhores dias,

após os actuaes de suprema tristeza e penosa provação.» Razão tem, pois, neste poncto, Nabûco:—o repudio foi completo.

As observações escriptas pelo imperador revelam o seu character; valem muitissimo, como se vai vêr, para a grande obra que ainda não foi systematicamente feita — a historia desse principe insigne. E cumpre escreve-la desde já, aproveitando algumas testimunhas pessoaes, que ainda existem.

A figura de d. Pedro II não mais exprime um crédo politico; não é a bandeira de um partido; não é um programma de opposição. Ninguem hoje deixa de reconhecer que o imperador foi o Brasil de 1840 a 1889. O grande parentheses revolucionario em que viveu, reinou e caiu foi indiscutivelmente um dos trechos mais brilhantes de nossa Historia, a qualquer aspecto que o encaremos.

Si, como inspiradamente o denominou Affonso Celso, d. Pedro II appareceu como o — *Pupillo da Revolução,* — acabou como — *orphão da patria*... É mister que a verdadeira reparação se inicie com o estudo imparcial, consciencioso, reflectido, documentado, — principalmente documentado, — sôbre a sua magna personalidade, arredadas as hyperboles fastidiosas e desvalorizadoras.

Rénan, tractando de Marco Aurelio, não hesitou na analyse: descreveu-lhe as virtudes, mas nem por isso occultou o que havia nelle de menos apreciavel.

Varios ensaios têm sido publicados, sobrelevando a todos o de Benjamin Mossé — « *D. Pedro II — Empereur du Brésil — Paris, 1889* », trabalho devido em sua quasi totalidade ao barão do Rio Branco, que em 16 capitulos procurou delinear a pessoa do imperante; depois vêm os escriptos de Affonso Celso, que se tem occupado por varias vezes, sempre brilhantemente, de d. Pedro II. « *O Imperador no Exilio* » — representa uma contribuição muito apreciavel. Pereira da Silva no — « *Brasil sob o Imperador d. Pedro II* », Pinto Campos no — « *D. Pedro II, Imperador do Brasil* », são, como outros, dignos de nota. Nabuco, em sua immortal obra, projecta egualmente muita luz sôbre o assumpto e propõe, com o criterio de verdadeiro historiador, a divisão do reinado de d. Pedro II em seis phases distinctas: — de 1840 a 1850, consolidação da ordem interna, fim das revoluções, aperfeiçoamento do

governo parlamentar, lucta contra o trafico;—de 1850 a 1863, politica exterior, equilibrio do Prata, conciliação politica, emprehendimentos industriaes, emissões bancarias, abertura do paiz pelas estradas de ferro, centralização crescente: — de 1864 a 1870, guerra do Paraguai; — 1871 a 1878, emancipação gradual, liquidação diplomatica da Alliança, comêço da democratização do systema (imprensa e conducção baratas, — os bondes, que tinham começado em 1868, revolucionam os antigos habitos da população, — idéa republicana, viagens imperiaes e character democratico que o imperador nellas ostenta e depois dellas assume); — de 1879 a 1887, eleição directa, agitação abolicionista, importancia maior do Sul pelo progresso rapido de S. Paulo, desapparecimento de antigos estadistas, novos moldes, processos e ambições;—de 1887 a 1889, doença do imperador, seu afastamento gradual dos negocios, descontentamento do exercito, abolição subita, prevenções contra o terceiro reinado — da grande propriedade contra a princeza Isabel; do exercito contra o conde d'Eu, futuro imperador: ouro abundante, febre da Bolsa, Positivismo, surpresa final de 15 de Novembro.

Cumpre não esquecer tambem os depoimentos isolados que têm vindo a lume, alguns magnificos, e os documentos devidos ao visconde de Taunay. Ainda ultimamente a *Revista do Instituto Historico* (Tomo 75, parte II) publicou as «Cartas do Exilio do Imperador ao Visconde de Taunay», contribuição prestada pelo dr. Affonso d'Escragnolle Taunay, filho do illustre auctor da *Retirada da Laguna*, e que se está mostrando digno continuador de sua notavel progenie.

Mas cuidemos da historia sôbre a vida de d. Pedro II, acceitando o vasto plano de Nabuco. É uma tarefa que se impõe, não como homenagem da politica, — o que lhe retiraria o valor, — mas como um preito nacional.

Os nossos vizinhos do Prata constituiram o Museu Mitre, cujos archivos tambem appareceram, e nos quaes a figura desse inclito americano ficará indelevelmente insculpida em trabalhos que a preservarão do olvido, renovando sempre no animo e no coração de seus patricios a fama desse vulto tão justamente prezado.

Pois bem, imitemos o salutar exemplo. Firmemos em obra que se imponha pela verdade e pelo criterio a personalidade do nosso imperador, de quem escreveu Victor Hugo: — « *Le Brésil a un empereur; cet empereur est plus qu'un empereur, il est un homme.* »

Passemos agora ás observações lançadas por d. Pedro no trabalho de Tito Franco:

Diz Tito Franco ao abrir o livro:

« Meu amigo. — Recorda-se da Esphinge, não a de Euripide, mas a do Pausanias, que sôbre o monte Phicis apoderou-se do caminho publico propondo enigmas aos transeuntes, e devorando aos que não sabiam decifra-los?

Recorda-se de que horrorizados os Thebanos prometteram o poder supremo a quem della os libertasse?

Recorda-se de que Œdipo, apresentando-se-lhe, e decifrando o enigma que lhe fôra proposto, a Esphinge, conforme a sentença do Oraculo, ficára vencida e sumira-se para sempre nas ondas sepultadas?

Pois bem; como os Thebanos, parece-me que temos tambem uma Esphinge, arruinando o Imperio desde Marabitanas e cabo Branco até Castilhos e Javari. — Imperialismo — chamo-a eu. » (Pag. V e VI).

Nota do imperador:

« Os ministros que têm servido depois da minha maioridade podem e devem dar a decifração da Esphinge. Appello para sua lealdade. E Furtado, de quem só tenho que dizer bem, quanto ás suas relações commigo — dirá o que pensa do *Imperialismo.* »

Tito Franco, pag. VII:

« Prevejo que recordarão as palavras de Jacques I de Inglaterra, como a quinta essencia do verdadeiro monarchismo, etc.»

Nota do imperador:

« Prevê *prevenido.* »

Tito Franco, pags. VII e VIII:

«Na Falla do Throno, ao abrir-se o parlamento inglez em 1831, creio lêr as verdadeiras aspirações dos liberaes quanto á pureza do systema constitucional representativo: Dei-me pressa em recorrer, tão cedo quanto me foi possivel, ao vosso conselho e auxilio, depois da dissolução do parlamento anterior. Meu fim,

decretando essa dissolução, foi conhecer o pensamento do meu povo ácerca da opportunidade de uma reforma na representação; chamo actualmente, para esta importante questão, vosso exame attento e consciencioso, persuadido de que todas as medidas que prepirardes para resolve-la serão cuidadosamente harmonicas com os *principios* da Constituição, que asseguram ao mesmo tempo *as prerogativas* da corôa, *a autoridade* das duas Camaras, *os direitos* e as *liberdades* do povo.» Eis tudo a quanto aspiro.»

Nota do imperador:

«Tambem o que quero e sempre quiz.»

Tito Franco, á pag. VIII:

«Assim pensando, esbocei na sua biographia as minhas convicções, porque prefiro antes servir á causa publica com esta corajosa franqueza, do que respirar nos clubs, e trabalhar nas trevas. *Taciturnitas stulto homini pro sapientia est.*»

Nota do imperador:

«Assim pudesse *eu* falar.»

Tito Franco, á pag. 7, § VI:

«Este quadro tenebroso do poder, que abusa, e dos liberaes que são trahidos, perseguidos e tambem infamados, teve grande influencia no futuro do joven estudante de Olinda. Até 1840 só cuidou de exclarecer e robustecer o espirito nas crenças liberaes, cogitando os principios nos melhores livros, e os factos nos acontecimentos que tamanha sensação já nelle produziam.»

Nota do imperador:

«O Sapucahi responderá, si quizer.»

Tito Franco, á pag. 12, § XIII:

«A ficção da irresponsabilidade imperial é toda pessoal: o imperador é irresponsavel; mas a irresponsabilidade pessoal não póde transformar-se em irresponsabilidade real: não ha um só acto, quer do poder legislativo, quer do executivo, judicial ou moderador em que intervenha o imperador, que não tenha responsavel legal.»

Nota do imperador:

«Nos actos do poder *moderador* não ha responsavel legal; mas nunca fiz questão deste meu modo de pensar.»

Tito Franco, pag. 12, mesmo paragrapho:

«Desta theoria constitucional derivam-se principios capitaes. O primeiro, que unicamente governa a opinião publica, manifestada pelos meios legaes, quer favoravel, quer hostil á administração. O segundo é que o imperador só deseja e faz o bem; só se lhe attribue o poder de felicitar e engrandecer a nação, da qual é chefe em sua totalidade, e não de uma fracção por mais consideravel que lhe pareça.»

Nota do imperador:

«Assim tenho eu sempre pensado.»

Tito Franco, á pag. 13, § XIV:

«A maioridade, perante o direito, foi um crime constitucional, do qual o imperador participou, e ao qual a nação annuiu. No arrebatamento de suas boas intenções não comprehenderam seus auctores toda a grandeza do perigo em dar principio a um reinado á custa de profunda ferida na arca sancta da soberania, independencia e liberdade nacional.»

Nota do imperador:

«Eu não tive arrebatamento.—Si não fosse aconselhado por diversas pessoas que me cercavam, eu teria dicto que não queria».

Tito Franco, á mesma pagina:—«Foram mais longe: a assembléa geral votou, o imperador sanccionou, e o respeitavel liberal Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva referendou o decreto n. 146, de 26 de Agosto de 1840, determinando que fosse de festa nacional o dia 23 de Julho, anniversario daquelle em que o sr. d. Pedro II foi acclamado maior, etc.

Nota do imperador:

«Deixou de se-lo, como o fôra, sem ter para isto intervindo minha vontade sinão pela sancção.»

Tito Franco—pags. 13 e 14, § XV—«O Imperialismo conta tres phases bem discriminadas. A primeira (1840-53) sem bandeira, sem partido, sem franqueza. Alimenta-se do exterminio reciproco dos dous partidos. Visa o predominio do executivo pela aniquilação reciproca das opiniões politicas arregimentadas. A segunda (1853-66) com partido, posto que meramente official, com chefes e bandeiras variegadas, conforme as circunstancias e organizações do momento. Alimenta-se da confusão e da corrupção. Visa o predominio do executivo pelo rebaixamento moral

das almas. A terceira (1866 em deante) com o partido official fortemente organizado, sem disfarce atacando ambos os partidos da opinião com os instrumentos que a corrupção, á custa de todas as transformações, tem posto a seu soldo».

Nota do imperador:

«Cansaço dos partidos extremos, que se tornaram moderados. Não fui eu que retirei minha confiança ao Furtado, que nem me pediu a dissolução da Camara.»

Tito Franco, á pag. 14, mesmo paragrapho:—«Vencedor o Imperialismo—ai da democracia! Vencido—ai da monarchia!»

Nota do imperador:

«Por que?»

Tito Franco, ás pags. 14 e 15:—§ XVI «Estudem-se os factos. Organizado o primeiro gabinete depois da maioridade (24 de Julho) com dous Andradas (Antonio Carlos e Martim Francisco), Limpo de Abreu, *Aureliano*, e os dous Hollandas (Antonio e Francisco), iniciando a politica liberal, naufragou pela concessão de uma ampla amnistia, sendo despedido do poder com oito mezes apenas de existencia, sob pretexto de desintelligencia entre o ministro dos negocios extrangeiros (Aureliano) e seus collegas, desintelligencia que era futilidade impropria para auctorizar mudança radical de politica».

Nota do imperador:

«O Abaeté ahi está.»

Tito Franco, á pag. 15, § XVII: «...Ainda resoavam os vivas da festa, e já o *governo* pessoal se inaugurava com a nomeação do chefe da *facção aulica*, o sr. Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, para ministro dos negocios extrangeiros».

Nota do imperador:

«Dava-me com Aureliano; estimava-o por suas qualidades; porém, não o impuz como ministro, nem começando então a governar com menos de 15 annos fazia questão de ministros. Saíram dentre os que me fizeram maior.»

Tito Franco, á pag. 17, § XVIII: «Oito mezes não decorriam ainda depois de ascensão do monarcha, diz o conselheiro Torres Homem, e já o governo do partido que o effectuara achava-se derribado, proscripto sem causa honesta e legitima, etc.»

Nota do imperador :

« Já se vê que é attribuir demasiado a quem tão pouca edade tinha. »

Tito Franco, á pag. 18, § XIX — « Subindo ao poder por mero capricho do Imperialismo, o partido conservador sustentou-se em quanto cifrou exforços no exterminio dos adversarios ».

Nota do imperador :

« Si Imperialismo não é o imperador ; mas o partido que se serviu da inexperiencia delle, concordarei, embora cumpra recordar os erros commetidos pelo ministerio da Maioridade, ou antes, por alguns de seus membros, e as discussões que houve antes de ser dissolvida a primeira Camara da Maioridade.

Tito Franco, á pag. 19, mesmo paragrapho : « Restabeleceu o Conselho de Estado; reformou o codigo do processo, entregando a justiça á vingança de agentes policiaes ; nullificou o Acto Addicional ; ao imperador vedou até que se apresentasse a deputação da assembléa provincial de S. Paulo, que representava contra leis tão inconstitucionaes ».

Notas do imperador :

« Como restabeleceu ? »

« A interpretação do Acto Addicional é anterior á Maioridade. »

« Vedou, por causa da linguagem da representação. »

Tito Franco, mesma pagina e mesmo paragrapho — « Embriagado em tão assignalados triumphos, para os quaes contara sempre com a confiança e protecção do Imperialismo, o partido conservador quiz governar e perdeu-se. O Imperialismo tinha arrancado delle o que queria : a justiça entregue ao *poder executivo* sem o embaraço da perpetuidade ; as liberdades publicas sequestradas em unico beneficio ainda do *poder executivo* ».

Nota do imperador :

« A inversa é que poderia ser. O chamado Imperialismo tem embaraçado a reforma da lei de 3 de Septembro. Não tem pugnado para que o poder competente fixe a intelligencia de artigos pouco claros do Acto Addicional ? »

Tito Franco á pag. 20, § XXI : — « Ha 26 annos que esta organização perpetua-se, sem que tenha sido possivel arrancar ao

Imperialismo uma arma, que tem ferido alternadamente um e outro grande partido politico do paiz, subjugando-os sempre ao poder executivo, isto é, ao seu chefe permanente ».

Nota do imperador :

« Diga, aos ministros, que pela maior parte sempre gostam mais do poder quando o exercitam. »

Tito Franco, á pag. 11, § XXIII : — ... cita as seguintes palavras do visconde de Uruguai : « D'ahi nascia uma desintelligencia *sensivel e funesta,* da qual devia necessariamente resentir-se o *serviço publico, o que devia influir sobre o estado da Camara e do paiz...* » E conclue :—« Tal foi desde a Maioridade a politica constante do Imperialismo ».

Nota do imperador :

« *Tal tem sido* muitas vezes o *character dos ministros* ! Eu, em logar de desuni-los, trato de congraça-los. »

Tito Franco, ás pags. 21 e 22 § XXIV : — « O conselheiro Carneiro Leão, visconde e depois marquez de Paraná, explicou tambem a causa da dissolução do gabinete de 20 de Janeiro de 1843, de que fizera parte : A causa da retirada do ministerio foi uma *questão pessoal* ; nenhuma havia na politica, quer interna, quer externa... O ministerio entendeu que não podia continuar a servir um chefe de repartição de fazenda, que era inteiramente opposto á sua politica, e que por *algum motivo occulto* era inimigo pessoal da administração... »

Nota do imperador :

« Entendi que a demissão era injusta, e pelo *modo* por que o Carneiro Leão insistiu entendi que se cedesse me reputariam fraco. Ninguem influiu no meu espirito para assim proceder, e depois que meu character foi conhecido eu teria accedido, mesmo porque a experiencia me tem provado que os vaivens politicos reparam em mais ou menos tempo os actos injustos que originam. O *marquez* de Paraná relevou-me de qualquer falta que eu houvesse commettido em relação a *Carneiro Leão.* »

Tito Franco cita á pag. 23, ainda Carneiro Leão (§ XXV), dando as seguintes palavras : — « Desde 1850 se tem querido inculcar, que a Corôa perde de sua força e dignidade *sempre que se conforma com a opinião das Camaras,* tanto na organização, como

na dissolução dos ministerios... O direito de nomear e demittir ministros, conferido pela Constituição ao poder moderador, não é absoluto, como nenhum outro ».

Nota do imperador :

« Não é absoluto ; mas *existe*, e eu *procurava* sempre indicar os que me pareciam reunir as qualidades precisas ao bom desempenho das obrigações das respectivas pastas. Depois da creação da presidencia do Conselho, que eu approvei muito, sobretudo si se tivesse adoptado o regulamento, que unificasse o pensamento politico do Ministerio no seu presidente, e ainda mais resguardasse de alheias interpretações a minha intervenção inevitavel nos actos do poder executivo, que procura cada dia mais distinguir a convicção da fraqueza ministerial para não abusar desta inscientemente, tendo-me esmerado em exercitar a attribuição do poder moderador de modo a evitar a accusação de que não attendo á opinião das Camaras ».

Tito Franco á pag. 24 § XXVII :

« O partido liberal não se prestou ao exterminio dos adversarios, e por isso não gozou um só momento da confiança do Imperialismo ».

Nota do imperador :

« Os adversarios do Ministerio sempre têm appellado para mim ».

Tito Franco, ás pag. 25, 26 27, § XXIX cita longamente o conselheiro Torres Homem, de quem são estas palavras :

« Um dia era o camarista de semana, que enxotava os ministros de palacio como a cães, e vedava-lhes brutalmente o accesso junto á pessoa do monarcha ; outro dia era o medico de Sua Majestade, que vinha vangloriar-se em pleno Parlamento das humilhações que os vira soffrer, e cobri-los de improperios e de escarneo. E esse camarista não teve a minima admoestação, e esse medico foi promovido... sem embargo da opposição dos ministros, a quem acabava de enxovalhar publicamente ».

Nota do imperador :

« O camarista e o medico são *conhecidos*. Que factos se deram *depois* desse genero, e qual o ministro que eu tenha maltractado ? Felizmente os que prestam serviços nessas categorias podem ser

castiga-los efficazmente, sem que eu deixe de manter a independencia da minha casa »

Tito Franco, á pag. 27, § xxx:

« Bem caro pagaram os liberaes a independencia e dignidade, com que evitaram novos legados ao inconstitucional patrimonio do executivo, fonte e força do Imperialismo. Seus serviços foram exquecidos em vista de tão *ingratos* sentimentos, aliás de verdadeiro patriotismo; e a pretexto da revolução que fizeram seus adversarios rebentar em Pernambuco, foi o partido liberal metralhado sem piedade em todas as provincias. Para melhor execução do nefando intento foi adiada e depois dissolvida a camara temporaria ».

Nota do imperador:

« Lembre-se do ministerio Paula Sousa, aliás homem de excellentes qualidades, e do estado dos espiritos nas provincias do Norte. A falta de energia contra os amotinadores de Septembro tambem concorreu para a retirada desse ministerio. Alguns ministros, sei eu, que se queixavam de falta de confiança minha por eu me oppôr a algumas medidas propostas pelo Ministerio; mas por que não insistiam? Si não tivesse confiança no ministerio e entendesse que não podia continuar, eu lhe diria isto mesmo ».

Tito Franco á pag. 50 § xxxiv, cita a seguinte these do conselheiro Furtado:

« *Si não podemos ter exercito numeroso, convém empregar todos os meios para supprir a falta de numero pela superioridade da instrucção e do seu armamento* ». E exclama: « Si desde 1848 assim procedesse o Governo imperial, si não desprezasse elle os meios de mobilização rapida, quando não tivessemos evitado a guerra com o Estado Oriental, teriamos com toda a probabilidade evitado a guerra com o Paraguai pela rapidez com que concluiriamos a primeira e suffocariamos a segunda »,

Nota do imperador:

«A resposta é tão obvia, que a não indico».

Tito Franco, á pag. 68, § xxxvi.

« Não contente com a lei de 3 de Dezembro, que entregara ao Imperialismo a justiça; não contente com o predominio quasi absoluto no Conselho de Estado, facilitando-lhe communicação

directa e quasi diaria com a corôa ; não contente com a indiscutivel maioria no Senado vitalicio, que lhe facilitaria o governo e difficultaria o dos adversarios : o partido conservador, depois de reduzir os liberaes do Brasil á condição dos Polacos da Russia, pensou perpetuar-se no poder, e julgou armar-se votando a lei da Guarda Nacional, aliás nova conquista ainda do Imperialismo».

Nota do imperador :

« O Conselho de Estado deve ser composto de pessoas que se recommendem sôbre todas por seu character, illustração e serviços, sem consideração a partidos».

Tito Franco, á pag. 69, § XXXVIII :

« Nesta situação reflectiu o Imperialismo, que era azada occasião de demonstrar mais positivamente que da Corôa, sómente della, como chefe permanente do executivo, que ha 13 longos annos absorvia todos os mais poderes, dependia o governo dos partidos, representantes naturaes das opiniões em que o paiz realmente se divide, aos quaes não pudera, nem poderá jámais, mutuamente exterminar. Foi organizado o gabinete de 6 de Septembro ».

Notas do imperador :

« Para que ? »

« Não fui a causa da dissolução do ministerio. O Eusebio devia dizer os motivos *verdadeiros*, e não allegar cansaço ».

Tito Franco, á pag. 70, § XLI :

« Chamou-se a isto politica de *conciliação* ; mas era o Imperialismo que organizava-se em regra, para o poder absoluto ». (Allusões ao programma do gabinete de 6 de Septembro).

Nota do imperador :

« Foi resultado de lucta prolongada dos partidos ».

Tito Franco, á pag. 71, mesmo paragrapho :

« Era um mediador plastico, ou antes a *Forcida* de Ovidio, com duas cabeças e um só olho, o imperial, que movia-se alternadamente de uma para outra. Maçonaria politica de nova especie, recrutava adherentes em todos os campos, em todas as opiniões, em todas as industrias, em todas as religiões ».

Nota do Imperador :

« Sinto que o Paraná tivesse morrido, porém, creio que es-

crevi alguma cousa sôbre taes adhesões em um papel que dei ao Paraná, e vivem collegas delle, que poderão dizer si eu não fazia advertencias sôbre o que não me parecia *conciliação* ».

Tito Franco, á mesma pag., § XLII :

« O prestimoso chefe do primeiro gabinete imperialista, que por dolorosa expiação de 10 annos havia aprendido a descobrir e apreciar o poder do Imperialismo, curvou-se tambem ».

Nota do imperador :

« O Paraná não se *curvava.* »

Tito Franco, á mesma pag. e mesmo paragrapho :

« Qual, pois, seria a execução do programma? Incompatibilidades incompletas que inutilizaram a medida, dando occasião a asquerosas barganhas. Creação de circulos eleitoraes, que augmentou a força do Imperialismo, a quem seria mais facil dahi em deante debellar toda e qualquer opinião hostil com pequenos exercitos espalhados pelo paiz ».

Notas do imperador :

« Contra a minha opinião ».

« Dahi por diante não houve só *patrulhas* ; mas *minorias* ».

Tito Franco, á pag. 72, § XLIII :

« O provisorio que nascia naturalmente do estado incompleto do Gabinete, que não foi reorganizado, fez diminuir a pressão governativa, podendo o elemento liberal saïr imponente das urnas, e tornar necessaria uma nova organização ministerial em 4 de Maio de 1857 ».

Nota do imperador :

« Saïu por causa da politica de conciliação».

Tito Franco, á pag. 73, § XLVI :

« A escolha recaïu no marquez de Olinda, escolha que por si só expunha á luz meridiana a irresistivel força do poder do Imperialismo ».

Nota do imperador :

« A verdade tem muita força e confessarão por fim que me attribuem o que não mereço ! »

Tito Franco cita um discurso de Christiano Ottoni, em que ha o seguinte topico (pag. 78): «Retirando-se do ministerio o sr. conselheiro Dias de Carvalho, s. ex. escandalizou a Camara com esta

declaração: « de nada soube até vir o meu collega de S. Christovão *já demittido*.

Nota do imperador:

«O Dias de Carvalho não me disse que se considerava demittido. O Olinda devia explicar o que houvera».

Tito Franco, á pag. 79:

« *As proprias convicções* do marquez (de Olinda) *de accôrdo com o pensamento augusto* por elle mesmo expendidas no Senado, foram contra esse *pensamento augusto*, contra a conciliação, como politica sceptica e desmoralizadora ».

Nota do imperador:

« Não como sempre a comprehendi e procurei que fosse executada ».

Tito Franco, á pag. 80, § L:

« Mas não soffrendo a paciencia do muito illustrado conselheiro Sousa Franco, que o partido liberal se contentasse com uma tal ou qual trégua das hostilidades politicas, tractou de realizar algumas idéas economicas no sentido liberal, auctorizando a incorporação de bancos de emissão na Côrte, S. Pedro do Rio Grande, Bahia, Pernambuco e Maranhão ».

Nota do imperador:

« A estas idéas sempre offereci objecções ».

Tito Franco, á pags. 89 e 90, § LIV:

« Na Camara temporaria o conselheiro Sampaio Vianna, inspector da Alfandega da Côrte, e no Senado o conselheiro Manuel Felizardo, ambos conservadores, combateram *totis viribus* a administração financial do Gabinete. O primeiro, sujeito ao ministerio da Fazenda, foi demittido do cargo de confiança que occupava; mas o segundo foi com sorpreza dos collegas proposto, e nomeado, pelo marquez de Olinda para cargo de inteira confiança, a presidencia de Pernambuco. O conflicto assim tão descarnado dissolveu o Gabinete, parecendo-me provavel, que esse mesmo acto fosse lembrado pelo Imperialismo com tal mira ».

Nota do imperador:

« Convençam-se de que eu não attendo sinão ao que me parece util, sem me lembrar de partidos ».

Tito Franco, á pag. 90, § LV:

« E tanto mais plausivel creio a supposição que, como em 1848, os empregados da Côrte em 1858 não poupavam no Parlamento o Gabinete de 4 de Maio ».

Nota do imperador :

« Os empregados da Côrte sempre tiveram toda liberdade de opinião. Custa-lhes comprehender isto ; mas assim é ».

Tito Franco, á pag. 90, mesmo paragrapho, cita as seguintes palavras de um discurso do visconde de Albuquerque :

« *O Sr. Visconde de Albuquerque* : — Sr. Presidente, vou dizer uma cousa que é a minha opinião particular ; não digo que ninguem me siga : *se eu fosse ministro da Corôa ia perante elle humildemente depositar minha pasta* ; e por que ? Porque um dos membros desta casa, *que ninguem ignora o accesso que tem juncto á Corôa*, é o primeiro que vem aqui hostilizar os srs. ministros ».

Nota do imperador :

« Elle tambem tinha e sempre teve o mesmo accesso juncto a mim, e todos sabem quanto o estimava ».

Tito Franco, á mesma pag. § LVI :

« Estavam fechadas as Camaras, tendo a maioria liberal dos deputados sustentado e apoiado brilhantemente a administração das finanças do Gabinete contra a opposição capitaneada pelo conselheiro Torres Homem. Pois bem ; em 12 de Dezembro de 1858, para não haver dúvida alguma do pensamento do Imperialismo em procurar desacreditar a opinião parlamentar, foi entregue o poder á opposição, e a administração das finanças ao proprio conselheiro Torres Homem ».

Nota do imperador :

« A opposição do Senado, de que aliás se arrependeram depois alguns dos que a fizeram, foi causa da mudança do ministerio, e essa opposição era, sobretudo, dirigida contra as idéas do Sousa Franco. O Olinda não me propoz a dissolução da Camara para consultar a nação, e essa medida não deve ser tomada sem muita cautela. Todos sabem que pela sobredicta razão chamei primeiro o Eusebio e o Uruguai, que não acceitaram a commissão, apezar de concordarem com as idéas, que lhes expendi sôbre as minhas relações com os ministros. Si não foram sinceros, eu o

fui. Provavelmente julgaram que ainda não era chegada a épocha dos conservadores puritanos».

Tito Franco, á pag. 93, § LXI:

« Atordoada a Camara com o inesperado desta organização, deixou-se mystificar durante o resto da sessão, e permittiu que, no intervallo que precedeu á quarta e ultima de 1860, o Gabinete cumprisse a promessa de *envidar todos os exforços, de lançar mão de todos os meios* para conseguir-lhe o apoio, e conseguiu-o além da sua propria espectativa ».

Nota do imperador:

« E fez-se nova eleição sem dissolução ».

Tito Franco á pag. acima, e mais na seguinte, mesmo paragrapho:

«Á custa *apenas* de seu credito, a mesma Camara, que em 1857 e 1858 sustentára a liberdade do credito, encarnada no Gabinete de 4 de Maio!... a mesma Camara, que em 1859 derribára o Gabinete de 12 de Dezembro, que tentára firmar a doutrina opposta, sustentára e apoiára com grande maioria em 1860 o Gabinete de 10 de Agosto, que propuzera e fizera votar o que ella combatera até então, a *restricção do credito* ».

Nota do imperador:

«O tempo foi mostrando os males das doutrinas do Sousa Franco.»

Tito Franco, á pag. 94, § LXII:

«E como si tanto não exgotasse o amargoso calice do descredito perante a Historia, essa Camara armava o Imperialismo com a dictadura da reforma eleitoral, de que elle se serviria sem arrependimento para enfraquecer o elemento liberal, que predominava na Camara que findava!»

Nota do imperador:

«Então a lei que se reformou era favoravel ao elemento liberal!»

Tito Franco, á pag. 102, § LXXI:— « O descredito do elemento liberal preponderante na legislatura de 1857-60, causára tamanho desgosto em todo o paiz que, embora quadrasse melhor ao Imperialismo nova Camara, em que todos os partidos se equilibrassem para confundi-los e dominar como *unico poder real*, e nesse sen-

tido utilizasse a execução da reforma eleitoral, contudo as eleições geraes de 1860 mandaram á Camara o partido conservador em grande maioria».

Nota do imperador :

«O que me quadra é o resultado indubitavel de eleições livres. Estimarei que haja uma eleição, que faça caír um ministerio para que da maioria saia o novo. Sempre fallo no sentido da liberdade nas eleições, e alguma cousa tenho conseguido. A boa nomeação de presidentes é o meu maior empenho, e os que eu souber que intervieram em eleições nunca serão mais presidentes, si minha opinião prevalecer. Não digo que não tenha errado; mas o fundamento principal da accusação ao Imperialismo provém do modo por que se fazem as eleições, para o qual tem concorrido a maior parte dos ministros das épochas eleitoraes.»

Tito Franco, á pag. 102, § LXXIII :—«Conhecido o resultado das urnas, e apreciando a necessidade de transigir *temporariamente* com o partido vencedor, o Imperialismo não esperou pela reunião das Camaras para nova organização ministerial; ostentando reconhecimento, tanto mais pressuroso e antecipado quanto nada sincero, organizou o gabinete de 2 de Março de 1861, presidido pelo marquez de Caxias, e no qual predominava o elemento conservador puritano, ou *emperrado,* como depois o qualificou o conselheiro Zacharias».

Nota do imperador:

«Engana-se ainda; influiram as idéas que originara a politica da conciliação.»

Tito Franco cita um discurso do conselheiro Furtado: assignalou o Imperador, á pag. 118, o seguinte topico : — «Porém repito : dae-me eleição livre, parlamento independente, ministros que assignem todos os actos do poder executivo e moderador, e não receio influencias indebitas nem camarilhas».

Nota do imperador:

«Tem carradas de razão.»

Tito Franco, á pag. 125, § LXXXI :—«A mutação ministerial, sorprendente pela sua inesperada antecipação, tinha dous fins: —1.°, adormecer a maioria parlamentar conservadora, evitando-

lhe a influencia na organização ministerial; 2.º explorar a fôrça da minoria.»

Nota do imperador:

«Como podia eu demora-la á vista do que elle já disse, e onde iria eu escolher o organizador, depois das eleições de 1860?»

Tito Franco, mesma pagina, § LXXXIII: — «O Imperialismo já então conspirava, como provam os factos seguintes dentre muitos: 1.º Desvanecida a primeira esperança de desharmonia pela antecipada organização ministerial, que promettia homogeneidade entre o gabinete e o parlamento, o Imperialismo, que por cálculo não havia logo completado o gabinete, introduziu nelle duas creaturas suas, como materia disposta a inflammar-se quando fosse conveniente. Foram o conselheiro Saraiva e o dr. Sá e Albuquerque. Eram *dissolventes* similhantes ao do primeiro gabinete depois da maioridade!...»

Nota do imperador:

«Não mereço esta accusação: eu appello para o Caxias, que sempre foi dos conservadores firmes, porém moderados.»

Tito Franco, á mesma pagina e mesmo paragrapho:—«Este complemento ministerial, tão repugnante com o principio da sua primitiva organização politica, causou impressão, que sómente a presença do marquez de Caxias e do conselheiro Sayão Lobato puderam dissipar, porque o elemento conservador puro era tão forte, que julgavam-n'o livre de ser embaraçado e prejudicado pelos adventicios».

Nota do imperador:

«Ia-se approximando a sua vez.»

Tito Franco, á pag. 126, mesmo §:... «Mas, o corpo legislativo de 1861 contentou-se com as explicações que lhe deram os ministros, de que—«o seu programma estava na falla do Throno», —embora nesse documento nenhum programma politico pudesse descobrir-se.»

Nota do imperador:

«Eu nunca fui partidario dos programmas duvidosos, e por isso sempre tenho querido que os actos dos ministerios sejam os seus programmas. Aguardem-nos e combatam o ministerio quando os seus actos não agradem á maioria. Não nego todavia á Assem-

bléa Geral o direito de manifestar sua falta de confiança a um ministerio logo depois de organizado, e de exigir a declaração de suas idéas politicas.»

Tito Franco, á pag. 126 e 127, § citado: «Preparado pelo Imperialismo o terreno ministerial para a explosão da desharmonia, que elle ambicionava, onde parecia reinar aliás a harmonia mais completa em 10 de Julho, quando menos se esperava, soube-se que o gabinete tinha soffrido reorganização, saïndo os conselheiros Saraiva e Sá e Albuquerque, que foram substituidos pelos srs. Sousa Ramos e Taques, conservadores puros, e por isso harmonicos com o espirito do gabinete.»

Nota do imperador:

«*Si houve manha*, foi dos conservadores».

Tito Franco, á pag. 129, § LXXXVIII, cita as seguintes palavras de Saldanha Marinho:—«E' fatalidade, disse o sr. Saldanha Marinho, *que um vicio accompanhe sempre a todas as nossas organizações ministeriaes*: foi «o vicio da organização» do passado ministerio que o levou a «caïr de podre e por si mesmo»; é ainda «o vicio da organização» do presente, e que já foi denunciado nesta tribuna, e que se conhece verdadeiro agora, o que deu logar «ao acontecimento inesperado» da retirada de dous conselheiros da coróa, em que talvez «grande parte desta camara tivesse muita confiança.»

Nota do imperador:

«Então houve razão para que os dous ministros fizessem parte do Governo!»

Tito Franco, á pag. 129, § LXXXVIII, continua a citar o discurso de Saldanha Marinho, tendo o imperador assignalado com um traço a lapis o seguinte periodo: — «Ora, quando ministros se retiram «nestas circunstancias», ou quando se retiram, como disse o nobre ministro da Fazenda, «pela possibilidade de alguma divergencia futura sôbre questões secundarias», não é claro que a retirada é inexplicavel?...»

Nota do imperador:

«O Sá e Albuquerque explicará o motivo da sua retirada, — que julgo ser o mesmo do Saraiva.»

Tito Franco, á pag. 131, § XCII: — Antes que os factos pos.

teriores venham demonstrar a existencia desta conspiração, cumpre desde já notar, que o proprio marquez de Caxias, na melhor bôa fé, declarou no Senado, «que tinha recebido determinação» para completar o gabinete com dous cavalheiros «das mesmas idéas dos ministros que ficaram».

Nota do imperador:

«Appello para o Caxias».

Tito Franco, á pag. 132 § xciii: :— «Restava achar um laço, que reunisse em opposição os liberaes, que já nella estavam, e tantos quantos conservadores fosse possivel «angariar ou desemperrar».

Nota do imperador:

«Já de muito se tinham mostrado desemperrados».

Tito Franco, á pag. 152 § xcix: — «Estava formada a liga opposicionista, e era o proprio inimigo, mezes antes, quem reunia os titulados conservadores moderados aos liberaes. Graças a esta evolução, a grande maioria conservadora desapparecia da Camara depois de uma sessão apenas; conseguintemente o gabinete de 2 de Março, presidido pelo marquez de Caxias, caïa em pedaços ao estampido das picaretas que dirigiam os imperialistas! Estava dividida, inutilizada, vencida a Camara conservadora de 1861-64, assim como antes o fôra a liberal de 1857-60».

Nota do imperador:

«Evolução dos partidos, cujas modificações produziram a politica da conciliação. Não me compete reorganiza-los, mas apenas attender ás suas manifestações legaes».

Tito Franco, á pag. 156 § civ: —«O gabinete de 2 de Março ficou em minoria de um voto na sessão de 21 de Maio; pediu então á corôa a dissolução da Camara, que lhe foi negada, e depois a demissão, que lhe foi concedida. No dia 24 estava novo gabinete organizado pelo conselheiro Zacharias, que tres dias depois apresenta o programma de Governo ao corpo legislativo».

Nota do imperador:

«Disse ao Zacharias na presença do Caxias que o ministerio deste não se retirava por falta de confiança, mas por que não annuiria á dissolução, ainda que m'a propuzessem».

Tito Franco, á pag. 157, § cvi:—Enfraquecido desde o pri-

meiro dia de existencia, o gabinete era condemnado a viver em quanto approuvesse ao Imperialismo, ao qual não podia convir que o elemento liberal predominasse na liga, porque o detestava na razão directa da impotencia de avassalą-lo».

Nota do imperador :

«Nunca tive antipathia ao partido liberal e admiro a nossa Constituição por suas disposições liberaes».

Tito Franco, á pag. 163, § CXX :—Não convinha ao Imperialismo dissolver a Camara depois do seu independente e vigoroso acto, que encontraria applauso no paiz, o qual lhe renovaria o mandato, pelas urnas, retemperado e purificado».

Nota do imperador:

«A Constituição não me dá sinão direito restricto de dissolver, e todos conhecem o que succede quando ha eleições».

Tito Franco, á pag. 165, § CXXV :—«Talvez que fosse opportuno ventilar qual a maioria constitucional ou parlamentarmente sufficiente para sustentar uma organização ministerial; mas a estreiteza desta biographia aconselha o adiamento de tão importante averiguação».

Nota do imperador :

«Os ministros é que têm resolvido esta questão».

Tito Franco, á pag. 167, § CXXIX : «Soava a hora do partido conservador, cuja brilhante maioria, em principio enfraquecida pelos manejos do Imperialismo, era agora completamente esterilizada por elle !»

Nota do imperador :

«Poderei ter errado; mas já disse como pensei. A maioria era incerta, e eu julguei que devia evitar a dissolução da Camara».

Tito Franco á pag. 168 § CXXXV : «O modo como os conservadores receberam o gabinete de 30 de Maio, deixando-se mystificar pelo marquez de Olinda, e sacrificando a importancia e influencia da grande maioria que tinham na Camara, Senado e Conselho de Estado, prova a extensão dos estragos do Imperialismo. Por si proprios assignaram a sentença, que os condemnava».

Nota do imperador :

«Porque não tinha soado a hora. Não ha melhor systema

para um monarcha só ambicioso de cumprir seus deveres, do que o representativo em toda a sua pureza. Quem me déra eleições genuinas, e, portanto—partidos bem organizados!

Tito Franco, á pag. 169, § CXXXVIII: «Parece, disse o sr. Vilella Tavares, que ha no paiz *uma força extranha e desconhecida* na Constituição, *que impede, que embaraça*, a ascensão de uma opinião ao poder, ao menos ha 14 annos a esta parte; parece *que ha* o *desejo de excluir do poder essa opinião*; e eu entendo que não ha nada mais opposto á liberdade, *nem mais favoravel á desordem*, do que essa exclusão».

Nota do imperador:

«Tem toda a razão, — mas quizera que os contrarios digam que me devem sua ascensão ao poder?»

Tito Franco, ás pags. 171 e 172 § CXL, cita um discurso de Martinho Campos, do qual o imperador assignalou o trecho seguinte: «O unico direito, que têm todos os poderes constituidos neste Imperio, se limita a consultar o paiz. *Ninguem*, mesmo a pretexto de uma falsa prudencia, *tem o direito de pretender levantar partidos*, que não existem na representação nacional, e com uma organização ministerial como esta *nullificar o voto* dos cidadãos activos, que podem por legitimo direito constitucional influir na politica do paiz».

Nota do imperador:

«Derribassem o ministerio; mostrassem que havia maioria decidida».

Tito Franco, á pag. 173, § CXLIV: «Encerrada a Camara, despedidos os representantes da nação, o gabinete largou a mascara e o Imperialiasmo atacou o partido conservador, que estava em maioria no Corpo Legislativo, mas seria victima de tão cobarde traição si não dispuzesse da formidavel arma da *dissolução*. Com effeito: mal tinham sido abertas as Camaras em 1863, sem discussão alguma que auctorizasse o pedido e menos a concessão daquella medida por duas vezes negada em 1862, apezar de factos bem discutidos e averiguados que podiam constitucionalmente aconselha-la, por decreto de 12 de Maio, nove dias apenas depois que Sua Magestade abrira o Corpo Legislativo, foi a Camara dissolvida sem que pudesse ser conhecido o motivo de

salvação do Estado, que exigia a decretação desse importante acto do poder moderador!»

Nota do imperador:

«Si não fosse o desejo de evitar quanto possivel a dissolução,—eu teria sido de opinião que se dissolvesse a Camara logo depois da organização do ministerio de 1862, que pela posição da maioria de seus membros, livre de compromissos, e sem haver soffrido opposição, poderia offerecer mais segurança de imparcialidade durante as eleições. Em 1863, quando se abriram as Camaras, já se via que o ministerio encontraria opposição, com que não pudesse deixar de retirar-se, e o marquez de Olinda propôz-me logo a dissolução, para que os novos presidentes tivessem tempo de, com prudencia, evitar que as auctoridades *abusassem* em opposição ao ministerio, durante as eleições, e eu annui; porque o estado de incerteza politica não podia durar mais».

Tito Franco, á pag. 174, § CXLVII: «A Esphynge levantava soberba a cabeça vencedora: o Imperialismo governava sem trambolho constitucional, e enchia as paginas da Historia patria com as convenções consulares!... com o emprestimo em Londres!... e com o celebre protesto ao Governo britannico!...

Nota do imperador:

«Sempre me oppuz á lei de 1860, origem das convenções. Quanto a emprestimos em Londres houve demora do visconde de Albuquerque, e as circunstancias da praça de Londres em tempo posterior deram grande campo ás discussões pró e contra. Sôbre o protesto direi que o ministerio obrou bem em não fazer questão do que era... (aqui ha uma palavra inintelligivel).

Tito Franco, ás pags. 174 e 175, § CXLIX: «O Imperialismo, assim como todo partido da côrte, sem allianças, influencia nem raizes no paiz real, dispondo unicamente da acção governamental, era condemnado então a navegar ainda sempre de um para outro partido, cujas côres procurava alternadamente reflectir como camaleão, salvo a constante e perseverante intenção de trahi-los ambos».

Nota do imperador:

«Navegar partido! regulo-me pelas manifestações legaes dos partidos».

Tito Franco, á pag. 175, mesmo §, ultimo periodo : «O Imperialismo julgava-se, portanto, em risco de ser condemnado á suffocação por ambos os partidos — procurando por isso afagar e logo depois fugir ora de um ora de outro, — no momento em que ambos comprehendessem e apreciassem bem toda a extensão dos seus direitos sôbre o Imperialismo, toda a magnitude dos seus deveres para com o paiz».

Nota do imperador :

«Não tenho prevenção contra nenhum delles, e portanto vencerá quem dever vencer».

Tito Franco, á pag. 176, § CLI : «O *magnus sacerdos* do Imperialismo, explicando no Senado a dissolução do gabinete de 30 de Maio, (o que repetiu na Camara o seu collega ex-ministro da Marinha), disse : «Já expuz o estado em que se achava a Camara (em 1863), a divisão de opiniões, a impossibilidade de formar uma maioria. Attento esse motivo entendeu o ministerio que, terminado o processo eleitoral, devia dar uma prova de que em seus actos não tinha sido guiado sinão pelos mais nobres sentimentos, e que por isso devia retirar-se, deixando a outro a direcção dos negocios publicos».

Nota do imperador :

«O Olinda ha de lembrar-se do que lhe disse a tal respeito».

Tito Franco, á pag. 180, § CLIX: «Cita varios topicos e um discurso de Saraiva ; o imperador assignalou os seguintes : «Que se fizesse a nação gozar de liberdade plena na industria, no commercio e em toda a parte onde a tutella do Governo é inadmissivel».

Nota do imperador :

«Com explicações admittia e admitto».

Tito Franco : «Que se promovesse por todas as fórmas o desenvolvimento da riqueza publica, até como meio de tornar possivel um corpo eleitoral illustrado e independente».

Nota do imperador :

«Accrescentaria : — educação pública ».

Tito Franco, á mesma pag. § CLX : «Era o imperio de verdadeiro liberalismo !»

Nota do imperador:

«Concordo inteiramente com estas idéas».

Tito Franco, á pag. 182, § CLXIII: «O Imperialismo estava farto dessa organização ministerial, seu instrumento para fementidas promessas, e completa confirmação de suas usurpações. Não consentiu que uma só vez pudesse reorganizar-se, quando o predecessor passára por nem menos de 8 alterações».

Nota do imperador:

«Pois foi minha culpa?»

Tito Franco, á pag. 183, § CLXV, cita o seguinte topico de um discurso de Sousa Dantas—«V. Ex. e a Casa sabem do incidente que inopinadamente deu lugar á quéda impolitica do gabinete de 15 de Janeiro; digo quéda impolitica, porque minha intelligencia não comprehende como poderá ser capitulada uma novidade parlamentar egual áquella a que venho referindo-me... quando em questões, que entendiam directamente com os interesses mais momentosos do paiz ou considerados material ou moralmente, viamos que sustentava-se o gabinete... Só o Imperialismo poderia responder».

Nota do imperador:

«O Zacharias poderia responder tambem».

Tito Franco, á pag. 183, § CLXVI: «Licenciado temporariamente sem dúvida, o conselheiro Zacharias como antes o marquez de Olinda, que ficaram em disponibilidade activa do Imperialismo, foi chamado para organizar novo gabinete o conselheiro Furtado, cujo prestigio e influencia tinham-se revelado na Camara, que presidira até ser eleito e escolhido senador do Imperio».

Nota do imperador:

«Lembrei-me delle sem a menor insinuação, e apenas pelo conceito que formo de suas qualidades».

Tito Franco, á pag. 186, referindo-se ao programma do gabinete Furtado, § CLXX: «Tambem pela primeira vez o programma ministerial nem ao menos uma referencia fazia ao astro do Imperialismo!»

Nota do imperador:

«E fez muito bem».

Tito Franco, á pag. 206, § CXCVII: «A resistencia do gabinete

tinha sido longa e duradoura, e tambem gloriosa; prolonga-la contra os reclamos da opinião, manifestada por todos os meios competentes e naturaes, depois que todos os partidos, pelos seus estadistas do Conselho de Estado a reconheciam imperiosa, seria mais do que êrro, seria perigosa loucura ».

Nota do imperador:

« O Furtado procedeu muito bem durante a crise e mostrou muita energia e sangue frio. »

Tito Franco, á pag. 314, § CCXXXIV — Porque os voluntarios da patria, que affluiam aos milhares, foram substituidos nas fileiras por escravos e galés? Perguntae ao Imperialismo, que, em opposição capitaneada pelos Olindas, Zacharias e Saraivas, derribou o gabinete Furtado; ao Imperialismo que matou o enthusiasmo popular, regeitando voluntarios, etc.

Nota do imperador:

« Se estivesse no Rio, o Saraiva não teria suspendido a vinda de voluntarios. »

Tito Franco, ás pags. 321 e 322, refere-se á acção do gabinete Furtado e diz (§ CCXXXIX): — « Resistiu sempre á pressão extrangeira, sustentando com dignidade os direitos e interesses legitimos do Imperio. :

Nota do imperador:

« Tudo com sincera approvação minha. »

Tito Franco á pag 336 § CCXLII. (Ainda sôbre o gabinete Furtado): — «Como prezou sempre a dignidade mostrando-se prompto para largar o poder quando não pudesse livremente exerce-lo, o gabinete de 31 de Agosto foi condemnado pelo Imperialismo, etc. »

Nota do imperador:

«Appello para o Furtado. »

Tito Franco á pag. 336, § CCXLIV: — « Sem trepidar um instante, o gabinete pediu e obteve demissão. Deixou o poder com a mesma dignidade e independencia com que o tomou e exerceu. »

Nota do imperador:

« O Furtado não me propoz a dissolução, e até disse que a não achava conveniente. Sempre procedemos muito de accôrdo, e tive com elle as melhores relações — estimando muito as suas qualidades. »

Tito Franco, ás pags. 337, 338 e 339, §§ CCXLVI e CCXLVII, cita o discurso de Saraiva, incumbido de organizar o novo ministerio, tendo o imperador assignalado a seguinte phrase, relativa á recusa de Theophilo Ottoni: — « *Não podendo conseguir a entrada de s. ex. sem modificar o character da organização ministerial, que havia concebido,* entendi que devia declinar da tarefa de organizar o ministerio, etc. »

Nota do imperador:

« Não tive a menor parte no que o Saraiva havia concebido.»

Tito Franco, á pag. 340, § CCXLVIII : — « Além da contestação do senador T. Ottoni, mais harmonica com os factos, a entrada do conselheiro Saraiva no gabinete de 12 de Maio, dous ou tres dias depois, sem que nesta organização estivessem representadas todas as feições mais pronunciadas do partido da situação, prova a deslealdade com que deixou de organizar gabinete — *desde que os senadores T. Ottoni e Sousa Franco, cuja recusa esperava, annuiram ao seu convite.* »

Nota do imperador:

« Não me oppuz á entrada delles, nem disse nada neste sentido. »

Tito Franco, á pag. 341, § CCLIII: « Os factos, pois, não foram ainda bem narrados nem explicados. Convinha que o respeitavel visconde de Abaeté, que foi chamado em primeiro logar para organizador de gabinete, e que dizem, recusando-se lembrara á Corôa o nome do conselheiro Saraiva, explicasse os factos a assentar-se na parte que o senador T. Ottoni teve nestes successos. »

Nota do imperador:

« E' exacto. »

Tito Franco, mesma pagina e mesmo § « As explicações do venerando visconde e as que o senador T. Ottoni prometteu ao Senado fariam seguramente descobrir e pôr em relêvo o Imperialismo. »

Nota do imperador:

« Fariam ao contrario desapparecer esse phantasma »

Tito Franco, ainda no mesmo §, pag. 342: « A reserva em objecto tão importante, e em occasiões solennes, tem concorrido para occultar informações a que o paiz tem incontestavel direito.»

Nota do imperador:

«Sim senhor, e para dar azo á calumnia do Imperialismo».

Tito Franco, á pag. 345, § CCLVI: «Naufragando estas duas tentativas recorreu o Imperialismo ao *magnus sacerdos*, ao marquez de Olinda enfim.»

Nota do imperador:

«Havia de recorrer a quem reunisse maioria na Camara.»

Tito Franco, á pag. 359, § CCLXVI: «Si a organização do gabinete de 12 de Maio repugnava com a sua duração, de sorte que até um de seus membros desta admirava-se: quem dava-lhe e prolongava-lhe a existencia?»

Nota do imperador:

«A brilhante maioria.»

Tito Franco, á pag. 360, § CCLXVII: «Obrigado pelas prácticas parlamentares a explicar as causas da dissolução do gabinete de 12 de Maio, o marquez de Olinda declarou no Senado, que — «*Não havia no ministerio perfeita harmonia*; todavia entenderam os ministros, *que na presença de uma guerra deviam conservar-se nos seus logares, porque uma mudança poderia empecer a marcha dos negocios.*»

Nota do imperador:

«Si se mudasse ministerio desde que não houvesse perfeita harmonia, muito soffreria a marcha dos negocios publicos. É preciso attender a tudo e não sómente a um lado desvantajoso.»

Tito Franco, á pag. 363 e 364, § CCLXXII: «O triumpho completo da revolução parlamentar, que produziu a maioridade, confirmou a verdade das causas que a produziram, isto é, que o regente Pedro de Araujo Lima, hoje marquez de Olinda, com o Poder Executivo de que era chefe, era indigno e traidor. E s. m. i. o sr. d. Pedro II sanccionou o acêrto deste brado de indignação.»

Nota do imperador:

«O Olinda estava no terreno legal. Só póde ser censurado por ter preferido ceder á minha declaração, feita como já expliquei, do que á violencia da revolução.»

Tito Franco, á pag. 364, § CCLXXIV: «A guerra podia ser entorpecida por uma mudança ministerial! Mas a guerra era ques-

tão ministerial ou nacional ?! E si assim pensava a corôa : como consentiu que se retirasse o gabinete de 15 de Janeiro, que iniciára essa mesma guerra? »

Nota do imperador :

« Já disse porque se retirou.»

Tito Franco, mesma pagina e mesmo § : « Como não evitou, que se retirasse o gabinete de 31 de Agosto, que primeiro imprimira grande movimento na guerra até hoje não excedido ? »

Nota do Imperador :

« Já disse.»

Tito Franco, mesma pagina e mesmo § : « Como, finalmente, consentira que o proprio gabinete de 12 de Maio, depois de vida longa e sempre inconstitucional e anarchica, se retirasse tambem com maioria no Corpo Legislativo em vesperas de renovação ? »

Nota do imperador :

« Não pude conserva-lo por mais que me exforçasse, conforme ficou bem patente pelas declarações nas Camaras.»

Tito Franco, á pag. 355, § CCLXXV : « A guerra podia ser entorpecida. E por quem ? Não por ministerio algum composto de Brasileiros. Não por qualquer dos partidos politicos do paiz.»

Nota do imperador :

« Basta a mudança só por si para entorpecer ao menos por algum tempo a marcha da administração.»

Tito Franco, á mêsma pagina e mesmo § : « Por quem? Quem quer governar sem responsabilidade constitucional ; quem organiza ministerios com elementos heterogeneos ; quem entrega a direcção da mesma guerra a um doudo furioso, e consente collocar-se em logar conveniente para receber em Uruguaiana a espada de um Guarani esfarrapado e faminto, que por ahi viaja á custa do povo, que insultou roubando e assassinando... poderia dar-nos a chave do enigma, dizer-nos a verdade inteira.»

Nota do imperador:

« Leia a ordem do dia do Ferraz, que elle mandou publicar sem me ter primeiro mostrado. Muito me magoaram estas palavras, que todavia devem ser entendidas de boa fé e no sentido de quem as escreveu.»

Tito Franco, á pag. 365, § CCLXXVII : « O ex-ministro da Agri-

cultura, porém, tão digno instrumento do Imperialismo que escreveu no relatorio apresentado ao Corpo Legislativo estas palavras: «E' possivel que a alta governação do paiz venha a caír em mãos mais habeis, não é licito prescrever limites á esphera da capacidade do homem: jámais, porém, o brio, a honra, a soberania nacional poderão ter uma encarnação mais augustamente digna.»

Nota do imperador:

«Muito me incommodou este trecho do relatorio, que aliás havia notado para suppressão, si Paula Sousa a ella annuisse; porque os ministros muitas vezes não aceitam as notas que faço aos relatorios.»

Tito Franco, a pags. 366 e 367, § CCLXXIX: «Como, com que fim, com que interesse pela causa pública se reorganizava um gabinete, com *extraordinaria divergencia* em seu seio, e *profundamente desunido?* Abstraia-se do Imperialismo, que o segredo ficará desconhecido dos mais perspicazes.»

Nota do imperador:

«Explica-se muito bem — pelo que já tenho dicto.»

Tito Franco, á pag. 367, § CCLXXX: «É para maravilhar além disso que, reorganizado o gabinete, visse o ex-ministro da Fazenda, *logo na primeira conferencia*, posterior a 7 de Março, a divergencia extraordinaria, a desunião profunda dos seus membros, o que confirma que a Corôa, sem duvida e incontestavelmente mais perspicaz do que o conselheiro Carrão, tambem via claramente a vida deploravel de seus ministros: como, pois, viveram até então?»

Nota do imperador:

«Eu não hei de despedir os ministros que, apezar de divergencias, entendem que podem viver ligados.»

Tito Franco, á pag. 370, § CCLXXXVIII: «....porque era tal o enthusiasmo com que súrgiam batalhões de voluntarios para a guerra, que o proprio governo impedira sua marcha, prohibindo-a a pretexto de desnecessaria, matando o fervente patriotismo que fazia explosão em todos os angulos do Imperio.»

Nota do imperador:

«Tem razão; mas o Saraiva pensava que tinha a guerra por assim dizer terminada.»

Tito Franco, á pag. 371, § CCXC: « A que poncto tinha chegado a anarchia ministerial, que manifestava-se uma crise na ausencia do presidente do Conselho e de metade dos ministros! E como a Corôa presidia a esse simulacro de Gabinete! E como o chefe do Poder executivo não evitava essa desrespeitosa ostentação da anarchia, antes perguntava ao ministro da Agricultura — *si queria atirar a pasta pela janella fóra*, — julgando-se o mesmo ministro auctorizado a responder — *sem duvida, porque á minha dignidade repugna conserva la.*»

Nota do imperador:

« Queria ver si o ministerio se sustentava pelas razões expendidas, e como o Paula Sousa não me apresentava razões plausiveis para elle retirar-se, perguntei-lhe si podia — *largar a pasta no chão para outro apanha-la* — O Olinda por ser surdo e não poder discutir facilmente, poucas vezes ficava até ao fim do despacho, accrescendo andar elle adoentado. O Nabuco faltava muitas vezes ao despacho, e não é de admirar que haja casos de não se reunir em despacho a maioria do Ministerio. Foi o Paula Sousa que provocou a questão no despacho.»

Tito Franco, á pag. 375, § CCC, refere-se a uma phrase do ex-ministro Paula Sousa e diz: « A ultima phrase — finalmente tivemos uma conferencia — obriga-me a uma digressão, para provar que a presidencia do Conselho e as conferencias ministeriaes são burla perfeita para o Imperialismo».

Nota do imperador:

« Sempre tenho insistido pelas conferencias ministeriaes.»

Tito Franco, no mesmo paragrapho, pags. 375 e 376, diz: « O gabinete, reunido para despacho imperial, quasi nunca expressa o seu pensamento collectivo. Expostos os negocios pelos ministros das respectivas pastas, o chefe do Poder executivo, posto que saiba que nenhum ministro faltaria á lealdade aos seus collegas, apresentando á assignatura imperial despachos, sem que préviamente nelles concordasse em conferencia pelo menos a maioria dos ministros, offerece dúvidas e provoca discussão, ás vezes sobre objectos muito secundarios, o que concorre para que os gabinetes nunca apresentem unidade e completa homogeneidade de pensamento na augusta presença do monarcha.»

Nota do imperador:

« Pois eu não hei de dizer o que penso?! Os ministros que não discutam commigo sinão até o poncto que quizerem, e si minhas reflexões versam sôbre ponctos muito secundarios, que importancia têm neste caso as divergencias entre os ministros? Haja da parte dos ministros a mesma sinceridade com que eu procedo, e nenhum mal provirá de taes discussões.»

Tito Franco, á pag. 378, § CCCIV: « A Corôa soube da resolução do ex-ministro da Agricultura, claramente manifestada em fórma de *ultimatum* na conferencia de 17 de Julho? Si não soube, mais uma deslealdade e perfidia do marquez de Olinda, o que aliás repugna, repito, com sua secular submissão ao Imperialismo. Si soube e assim mesmo continuou o gabinete até a explosão de 27, mais um attentado contra o regime constitucional.»

Nota do imperador:

« O Olinda parece que desejava manter até á ultima a união ministerial. Isto prova que muitas vezes não sei até que poncto lavra a desunião entre os ministros, que eu não faço sinão por combater, quando elles entendem que não podem continuar unidos.»

Tito Franco, á pag. 380, § CCCVII: « Conseguintemente, como depois de receber, a 28, o pedido formal de demissão, teve o marquez de Olinda a coragem de declarar no Senado que todo o dia 28 e 29 estivera na persuasão de que o sr. Paula Sousa *desistia da demissão!*»

Nota do imperador:

« Esperava que elle desistisse.»

Tito Franco, á pag. 381, § CCCVIII (ultimo periodo): Baldado exforço; Paulista, o sr. Paula Sousa tinha emperrado; nem o proprio Imperialismo, a quem até então servira, podia faze-lo andar.»

Nota do imperador:

« Paula Sousa era um character leal.»

Tito Franco, á pag. 384, § CCCXII: «O Imperialismo estava extenuado; não lhe aproveitara nem o argumento *ad terrorem* sôbre as consequencias da crise, nem mesmo a recusa formal de demissão! Mas deante do descredito da renovação de um gabinete, que

tanto tinha caïdo em desmoralização ; deante da perspectiva das revelações que fariam os ministros demittidos, o Imperialismo curvou-se, etc.»

Nota do imperador :

« Podiam fazer as que quizessem.»

Tito Franco, á pag. 384, § CCCXIII : « Este passo equivalia á retirada de um general deante do inimigo formidavel. Cumpria, antes de tudo, salvar a propria reputação, e levantar poeira sôbre a verdadeira causa da dissolução ministerial, embora fosse o proprio *magnus sacerdos* condemnado ás gemonias, pela repudiação da sua palavra, que deixou de ser honrada sem documentos escriptos, etc.»

Nota do imperador :

« Os documentos escriptos eram para o público e não para mim, que sempre acreditei nas palavras dos ministros.»

Tito Franco, á pag. 385, § CCCXIV : « Segundo as revelações do marquez de Olinda, sua majestade o imperador declarou-lhe, que não daria a demissão aos ministros — *salvo si lhe apresentassem provas patentes de que esse acto não partia sinão dos proprios ministros*. Esta revelação firma um importante poncto da doutrina liberal : responsabilidade e, portanto, intervenção ministerial no exercicio do Poder moderador.»

Nota do imperador :

« O Poder moderador si obra livremente póde contudo carecer de que seus actos sejam justificados.»

Tito Franco, á mesma pag. e mesmo § : « O positivo reconhecimento da Corôa a este poncto capital não diminue o interesse de investigar : de onde poderia partir o acto da demissão de um gabinete, de lado a influencia parlamentar ? A resposta não póde ser mais do que uma ; parte sempre do gabinete pela necessidade de cobrir a Corôa, cuja confiança deve ter perdido. Ora, sendo o presidente do Conselho canal competente e legitimo para transmittir á Corôa os sentimentos do ministerio, como explicar a exigencia da apresentação de *provas patentes*, de que tal acto não partia sinão dos ministros, quando de mais nenhuma outra procedencia podia elle partir ?

Nota do imperador :

« Porque na práctica tem havido ministros, que lançam a responsabilidade até de actos seus sôbre o monarcha.»

Tito Franco á pag. 386, mesmo §: « Aquelles, porém, que, apezar da linguagem que neste caso procura encobrir os pensamentos do Imperialismo, deixarem-n-a aos espiritos vulgares e apresentarem esses mesmos pensamentos impressos nos actos e documentos do Imperialismo, ficarão convencidos de que: a exigencia daquellas provas patentes não teve por fim mostrar que o pedido de demissão partia unicamente dos proprios ministros, mas sim que, si a Corôa concordava em 3 de Agosto numa demissão que julgava inconveniente e perigosa na situação, porque não podia prever o tempo que duraria a crise ministerial, não se podia prever qual seria o seu desenlace e não se podia prever quaes as consequencias de tudo isto nos negocios do Sul, com muito mais facilidade concordaria na mesma demissão, quando anteriormente pedida.»

Nota do imperador:

« Já expliquei meu procedimento sem refolhos.»

Tito Franco, á pag. 387, § CCCXVI: « O Imperialismo comprehendia bem toda conveniencia de apresentar provas patentes, que illudissem o paiz negando a connivencia nos actos do gabinete de 12 de Maio, um dos mais fataes á Nação, pelo descalabro das finanças, pela pessima direcção da guerra, pelas celebres encampações londrinas, pela morte do enthusiasmo popular, pelos esbanjamentos, e por mil attentados.»

Nota do imperador:

«Divergi em muitos ponctos do Paula Sousa sôbre este assumpto.» (As encampações).

Tito Franco, á pag. 390, § CCCXX: — S. M. *ordenou*, portanto, e o conselheiro Zacharias *obedeceu*. Quem, pois, organizou o novo gabinete? Quem o verdadeiro responsavel da nova organização ministerial?»

Nota do imperador:

« O Zacharias já explicou o que houve. Eu não ordeno a ninguem que acceite a organização de ministerio.»

Tito Franco, á pag. 392, § CCCXXIII: — « Si ao novo gabinete aprazia qualificar de neutras as questões das duas grandes neces-

sidades da situação — guerra e finanças — que medida não poderá ser como tal qualificada no futuro para evitar difficuldades, etc.»

Nota do imperador:

« Não as conheço mais neutras do que estas.»

Tito Franco, á pag. 394, § CCCXXVII : — « Fallám em questões importantes como neutras, e são continuadores da traiçoeira politica, que arrojou o estandarte brasileiro aos pés do Leopardo britanico por acto de inqualificavel covardia, acceitando condições que o proprio governo declarára ferir a dignidade nacional!»

Nota do imperador :

« Cedi á opinião de quasi todos os ministros e conselheiros d'Estado. Si o contrario fizesse e d'ahi proviessem graves complicações na questão do Paraguai, que diriam do Imperialismo? O Furtado, assim como eu, tambem cedeu na questão bancaria de Septembro.»

Tito Franco, á pag. 399, § CCCXXX : — «Que épocha! Que homens! Que espelho do Baixo-Imperio!»

Nota do imperador :

« Censurem, censurem os ministros no que eu tambem sempre reprovei, como, por exemplo, as declarações capciosas perante as Camaras, e elles se irão emendando.»

Tito Franco, á pag. 408, § CCCVLII, cita Bulwer Lytton : — « *A Inglaterra e os Inglezes* » : — « O rei possue incontestavelmente o direito de escolher livremente os seus conselheiros.»

Nota do imperador :

« Quem me dera que tivessemos chegado a este ***desideratum***. Nem assim ficaria o monarcha um mero symbolo, porque poderia pessoalmente prestar muitos serviços á sua patria, sem compromettter o papel de monarcha constitucional. Si quizesse, ou antes si involuntariamente deixasse de cumprir seus deveres, logo seria advertido por seu bom senso e sua consciencia, que devemos conceder a quem quer, sobretudo quando não se lhe póde apontar um acto, que revele character ambicioso e falta de modestia.»

Tito Franco, á pag. 410, § CCCXLVI, cita as seguintes palavras de Fox : — « Os Stuarts tinham detestaveis ministros, o que

não os dispensou de serem castigados, um com a perda da vida, outro com a da corôa.»

Nota do imperador :

« Mas pensavam como eu não penso.»

Tito Franco, á pag. 410-411, mesmo paragrapho : — « Dolorosa recordação historica : porém muito mais dolorosa será ao coração do sr. d. Pedro II si o povo repetir-lhe estes dous versos de Catullo :

«Ut mihi, quem nemo gravius nec acerbius urget,
Quam modo qui me unum atque unum amicum habuit.»

Quanto a mim, temo que o mal de nós totalmente se apodere, e que fique tarde para serem ouvidos os conselhos da prudencia.»

Nota do imperador :

« Ouço-os sempre e apezar de todas as injustiças, que me são feitas, não me agastei com o auctor deste pamphleto, e creio que si elle me ouvisse mudaria muitas de suas idéas pelo menos.»

E ahi terminam as observações, merecedoras da critica e do commentario dos que assistiram aos successos ou delles foram contemporaneos.

Foi esse o nosso principal movel dando-lhes publicidade integral, com o que tambem mais se póde apreciar, nas suas expansões intimas, o character desse principe, digno sem duvida das palavras de Renan, referindo-se a Marco Aurelio : « *Un moment, grâce à lui, le monde a été gouverné par l'homme le meilleur et le plus grand de son siècle.* »

Historia constitucional do Brasil

(Resumo das cinco prelecções realizadas no Instituto, em 1914, e inserção integral da IV conferencia

PELO

Dr. Aurelino de Araujo Leal

(Socio effectivo do Instituto)

Annuindo ao convite que lhe dirigira o sr. conde de Affonso Celso, digno presidente do Instituto Historico, o sr. dr. Aurelino de Araujo Leal, auctor de varios trabalhos juridicos e que concorrera com excellente monographia para o Primeiro Congresso de Historia Nacional, realizou, no salão do nosso gremio, um curso de Historia Constitucional Brasileira, iniciado em meiados de Outubro e concluido em meiados de Novembro de 1914.

Constou elle de cinco prelecções, reveladoras não só de profunda investigação da ardua e complexa materia, como tambem do solido criterio que exorna o jovem publicista.

Na impossibilidade de inserir em nossa «Revista» todas as applaudidas conferencias, damos adeante um resumo dellas, seguido da publicação integral da IV, que devemos á gentileza do sr. dr. Aurelino Leal.

Excusamo-nos de chamar para esse trabalho a attenção dos leitores da «Revista», os quaes terão muito que aprender no substancioso escripto.

(NOTA DA DIRECÇÃO)

HISTORIA CONSTITUCIONAL DO BRASIL

PELO

Dr. Aurelino de Araujo Leal

Resumo das cinco conferencias

I — A primeira conferencia versou sôbre o seguinte: — *a*) Primeiras manifestações do govêrno constitucional no Brasil. *b*) Character tumultuario dessas manifestações. *c*) Acção centripeta da metropole. *d*) Reacção centrifuga nacional. *e*) Triumpho nacionalista.

Começa o orador mostrando que as primeiras manifestações do govêrno constitucional no Brasil constituiram um simples reflexo do movimento portuguez de 1820, não tendo passado de aspirações mallogradas a guerra nativista dos «mascates», a inconfidencia mineira, a tentativa bahiana de 1798 e a revolução pernambucana de 1817.

Estudando o levante lusitano contra o absolutismo, evidencia a frouxidão de d. João VI entre os conselhos divergentes do conde de Palmella e de Thomás Antonio de Villa-Nova Portugal e ante as manifestações tumultuarias das tropas e do povo, que, por toda parte, apenas chegou ao Brasil a noticia da sublevação transatlantica, não tardaram a adherir ás Côrtes constituintes do reino de além-mar. Assim, passa em revista as occurrencias do Pará e da Bahia e, depois, os eventos da séde da monarchia, então no Rio de Janeiro.

O primeiro acto regio foi o decreto de 18 de Fevereiro de 1821, que annunciava a missão de d. Pedro a Lisboa, e do qual

promanou o motim de 26 do mesmo mez, indubitavelmente um ardil partidario a favor da permanencia do principe real no Brasil. Alli começa a intervenção do herdeiro da corôa na politica, e o decreto de 24 de Fevereiro (com pouca lisura antedatado) adoptou em nosso paiz a constituição, que se estava elaborando em Portugal.

Resolvido pelo novo ministerio o regresso do rei á terra dos seus maiores, contra o voto unico de Silvestre Pinheiro, saïu a lume o manifesto de d. João VI, de 28 de Fevereiro, seguido do decreto de 7 de Março, commettendo a d. Pedro a loco-tenencia do reino do Brasil.

As intrigas politicas, que abrolharam então, deram ensejo aos alvitres mais disparatados. Um destes foi a convocação dos eleitores de comarca, — já reunidos no Rio de Janeiro para a eleição dos deputados ás Côrtes constituintes, — afim de emittirem o seu voto quanto aos auxiliares da administração de d. Pedro. Foi esta singular assembleia que logrou arrancar á tibiez de d. João VI o decreto de 21 de Abril, pelo qual se devia observar no reino do Brasil a Constituição hispanhola, enquanto não saïsse da gestação a «magna-charta» que se estava elaborando em Lisboa. Houve a dispersão do collegio eleitoral pela força armada, e o decreto de 22 de Abril revogou o do dia anterior, partindo logo depois para além-mar o soberano luso.

Faz o conferencista uma interessante apreciação da lei basica da Hispanha, que por algumas horas vigorou em nossa Patria, e entra, em seguida, na detida analyse da lucta memoravel que se travou, no parlamento constituinte da metropole, entre as aspirações centripetas da maioria lusitana e a reacção centrifuga da minoria brasileira.

Recenseando minuciosamente os multiplos episodios e os varios projectos e decisões das Côrtes, chega o orador á conclusão de que no congresso constituinte o que realmente houve foi um duelo entre centralistas e autonomistas, ás vezes aspero, mas não raro elevado.

Demonstra que, por muito tempo, Portuguezes e Brasileiros nutriram o desejo de manter a união dos dous povos que o Atlantico separava. Mas a nossa Patria não queria por fórma al-

guma retrogradar á recolonização pura e simples, a que se reduzia, afinal, o tentamen da assembleia lusa. As instrucções, que os deputados paulistas levaram e cumpriram com denodo e brilhantismo, e a representação da camara de Itú provam que S. Paulo foi, já então, o porta-bandeira das aspirações descentralizadoras, que deviam terminar pela nossa emancipação definitiva.

E, quando no velho reino se assignava o pacto politico que pretendia manter o Brasil em estado de colonia portugueza, embora com a categoria de reino, — os Paulistas, «os constructores por excellencia da nossa obra de franquias politicas e triumphos constitucionaes», pelo orgam de José Bonifacio de Andrade e Silva, faziam vingar a idéa que já haviam inscripto nas instrucções aos seus deputados: — a de uma constituinte brasileira. D'alli ao 7 de Septembro foi um passo apenas.

Ao terminar, summaría o orador as causas de toda ordem que influiram nesse primeiro estadio da nossa evolução constitucional, e patenteia como a semente das idéas liberaes germinou no cerebro brasileiro, florejando e fructificando fecunda e conscientemente. Ultimado esse processo psychologico, quiz a terra do Cruzeiro pactuar com a sua metropole uma vida de união, mas de autonomia. Portugal resistiu. Ora, a corrente das nossas aspirações, pelo volume da sua corrente e pela energia do seu movimento, podia ser comparada com a caudal do Amazonas. E a barreira que o reino de além-Atlantico lhes oppoz era fragil: — esboroou-se...

II—A segunda conferencia versou sôbre o seguinte:—*a*) A primeira Constituinte brasileira. *b*) Sua psychologia. *c*) O projecto. *d*) Extensão e valor de suas concepções. *e*) Desintelligencia entre o principe e a assembleia. *f*) A dissolução e suas causas.

Dada a palavra ao orador, começou este por mostrar que os germes do nosso movimento constitucionalista tinham as suas geratrizes nas Côrtes portuguezas; e, depois de summariar a convocação do Conselho de Procuradores, cujo preambulo justificativo parecia reproduzir as ideas da representação paulista a prol da permanencia de d. Pedro no Brasil, evidenciou ter sido uma consequencia immediata daquella o decreto de 3 de Junho de 1822, mandando reunir-se a nossa primeira Assemblea Constituinte.

Tendo patenteado o papel de José Bonifacio nesses factos, passou á segunda parte. Citou as opiniões do barão Homem de Mello e de Armitage, quanto á composição da referida Constituinte; deu razão ao primeiro, no tocante ao seu parecer de que não pudera ter sido melhor a escolha dos homens chamados a elaborar o nosso pacto politico; e concordou com o historiographo inglez, no concernente á inexperiencia parlamentar que characterizava a quasi totalidade dos congressistas. Nem pudera ser para menos, numa epocha em que eram tão embryonarios os estudos de Direito constitucional no mundo, e tão nova a practica parlamentar fóra da Inglaterra. Refere-se ao influxo doutrinario dos Anglo-saxões sôbre a propria França; reporta-se a Oliveira Lima, para affirmar que na bibliotheca de João VI não havia obras de Direito Publico, e accentúa que a preponderancia da nossa mallograda Assembleia inicial coube exclusivamente aos Andradas.

Entrando a apreciar o projecto de Constituição, devido a Antonio Carlos, reproduz as palavras deste, quando em 1840 narrou o episodio da sua elaboração. Assevera que elle registava as melhores franquias coetaneas; compara-lhe o capitulo dos deveres dos cidadãos com os de outras constituições; e analysa-lhe as disposições substanciaes, cotejando-as com a outorga de 1824. Ao aprofundar-lhe a organização eleitoral, contou que o mencionado projecto recebeu ao tempo «et pour cause», o nome popular de «Constituição da farinha de mandioca».

Em seguida, assignala o excessivo e vehemente nativismo do referido projecto, achando nelle a causa primordial provocativa da crise politica, que terminou pela dissolução violenta da Assemblea.

Invoca o testimunho de Drummond, quanto á influencia de Francisco Villela Barbosa e da depois marqueza de Santos no acto despotico de Pedro I; mas acceita de preferencia como fundamento daquelle resultado a exorbitancia de poderes, que nosso Congresso inaugural entendeu dever assumir. Historia a proposta de Muniz Tavares contra os Portuguezes, a retirada de José Bonifacio e Martim Francisco do ministerio, a tentativa de uma «entente cordiale» entre o parlamento e o monarcha e a entrada

dos tres ermãos paulistas na franca estacada da opposição. Ahi palpabiliza o grave êrro commettido por Pedro I, não só por ter incorporado em nosso exercito officiaes e soldados lusitanos, vencidos a 2 de Julho na Bahia, como tambem por se haver cercado de alguns Portuguezes aulicos, da mais baixa extracção e do mais ignobil proceder.

Põe em fóco o papel que a imprensa jacobina, o *Tamoyo* e a *Sentinella*, tiveram nos acontecimentos de então. Relata o espancamento do boticario açoriano David Pamplona pelos officiaes portuguezes Moreira Freire e Januario Lapa, e a imprudencia da Assemblea em receber a queixa do offendido e exalta-la desmedidamente. Deixa patente quanto os discursos inflammados de Antonio Carlos, Martim Francisco e Montezuma contribuiram para apressar o golpe desfechado na Constituinte. Recenseia pormenorizadamente todos os successos que se desenrolaram até á «noite da agonia», e cujo epilogo foi a dissolução de 12 de Novembro de 1823.

Sem penetrar inteiramente nas consequencias dessa proesa celebre, o orador conclue pondo de manifesto que ella evitou á nossa primeira Assemblea um desastre moral, que infallivelmente lhe adviria, quando tentasse ella fazer approvar a parte do projecto relativa á força armada.

Assim, a dissolução da Constituinte permittiu que ella caïsse de pé e forçou d. Pedro I a outorgar-nos sem demora a carta politica de 1824.

III. — A terceira conferencia versou sobre estes themas: *a*) Reflexos da dissolução da Constituinte. *b*) Movimento adhesista ao Sul e reaccinario ao Norte. *c*) A redacção da Carta de 1824. *d*) Elementos que influiram na sua formação. *e*) Antonio Carlos e Martim Francisco. *f*) Estudo comparativo entre o projecto da Côrte e o da Constituinte. *g*) Os Conselhos geraes de provincia; a suspensão de garantias e o poder moderador. *h*) O «referendum» das camaras do Imperio. *i*) Emendas das camaras da Bahia e de Itú e reserva feita pela de S. Bento de Tamanduá. *j*) A recusa de Pernambuco e o voto de frei Caneca. *k*) O juramento.

O dr. Aurelino Leal começa descrevendo como a cidade do

Rio de Janeiro recebeu o acto de violencia, com que Pedro I dissolveu a Assemblеia destinada a dar uma Constituição ao Imperio Brasileiro. Estuda depois, por toda a extensão do paiz, os reflexos produzidos por aquelle golpe de Estado, pondo em evidencia o movimento adhesista manifestado ao Sul, a começar de S. Paulo (mensagem de 6 de Dezembro de 1823), até á Cisplatina (cuja revolução para a conquista da independencia rebentou, entanto, logo depois), a resistencia frustranea da Bahia (a 12 de Dezembro), que não tardou a transigir com a situação, e, finalmente, a rebeldia de Pernambuco e das outras provincias que ao Norte se ligaram a esta para a Confederação do Equador.

Refere-se aos decretos e proclamações do imperador, relativos á dissolução, provando que o proprio Governo se havia apercebido da violencia do golpe, da sua repercussão antipathica e, portanto, da necessidade de diminuir-lhe a intensa efficacia. Reportando-se ao decreto em que d. Pedro reiterou o conceito de perjurio attribuido á Constituinte, applicando-o sómente a uma parte della, — defende o orador ao presidente João Severiano Maciel da Costa, mais tarde marquez de Queluz, inclinando-se a acreditar que este não fôra connivente com o monarcha no attentado politico de 12 de Novembro.

Ao occupar-se, em seguida, da resistencia de Pernambuco, disse o dr. Aurelino Leal que «a Confederação do Equador maculou de sangue a historia constitucional do Brasil» e alludiu aos seus martyres, principalmente a Ratcliff e a frei Caneca.

Depois, entrou a tractar da Carta de 1824, fazendo observações sôbre os elementos que concorreram para a sua redacção definitiva. Discutiu a opinião de A. de M. V. de Drummond — de que ella tivesse sido calcada no projecto de Martim Francisco, que a d. Pedro se deparara no Apostolado. Citou, para apoiar a sua opinião, um discurso do proprio Antonio Carlos (em 1840), sustentando, que o projecto deste é que servira de molde á outorga de 1824.

Examina esta em confronto com o plano da Constituinte, cotejando os artigos correlatos, notadamente os respeitantes á questão tributaria, aos conselhos provinciaes, ao estado de sitio e ao Poder Moderador.

Ainda quanto a este ultimo ponto, invocou o testimunho de Antonio Carlos, para provar que a idéa do Poder Moderador tivera origem no Conselho de Estado, que elaborou a carta de 1824, e não no projecto de Martim Francisco. Dessa apreciação deduziu que o pacto politico outorgado era mais liberal que o projecto da Constituinte, mostrando que as franquias individuaes eram alli mais explicitas e que os dispositivos concernentes ao estado de sitio pouco differem da *magna-charta* republicana ora vigorante.

Analysando o «referendum» das Camaras do Imperio, sustentou que este se reduzia a um estratagema do proprio Governo, para evitar a reunião de uma nova Constituinte, pois que outra illação não se podia tirar das respostas das edilidades, quando ouvidas sôbre o projecto da Carta de 1824.

A este proposito põe em relêvo que a municipalidade de S. Bento de Tamanduá, embora acquiescesse á acceitação do pacto outorgado, em todo o caso não abria mão do parecer de se reunir uma segunda Constituinte. Referiu-se aos votos da Camara da Bahia e da de Itú (este attribuido á penna do Diogo Antonio Feijó) e, finalmente, ao de frei Caneca, do qual se occupou mais detidamente lendo-lhe os trechos mais decisivos.

Concluiu historiando o juramento de 25 de Março de 1824, nesta Capital, as decisões que obrigavam ao mesmo os cidadãos do Imperio e o incendio do theatro de S. João, em que se quiz vêr uma tentativa contra a vida de Pedro I.

IV. — A quarta conferencia versou sobre o seguinte: *a*) Applicação da carta de 1824; *b*) Sua elasticidade constructiva: *c*) Propaganda liberal — adeantada e liberal — moderada da sua reforma; *d*) A lei de 12 de Outubro de 1832; *e*) O Acto addicional; *f*) Sua influencia deleteria na cohesão das provincias; *g*) O contra-choque dos conservadores e a opposição liberal; a lei de interpretação; *h*) A ultima reforma proposta; *i*) As aspirações descentralizadoras e os programmas dos partidos.

O dr. Aurelino Leal começou fallando da resistencia opposta por Pernambuco imitado por outras provincias do Norte, ao juramento da Carta de 1824, determinando o «nosso primeiro estado de sitio» (decreto de 26 de Julho de 1824), ao qual se seguiram

o de 5 de Outubro do mesmo anno e os de 18 e 19 de Maio de 1825, respectivamente para o Ceará, a Cisplatina e o Rio Grande do Sul.

A esses primeiros insucessos do regime constitucional ajunctou o conferencista varios exemplos de attentados á liberdade dos cidadãos, como a instituição de commissões militares, que eram ferrenhos tribunaes marciaes, e a intolerancia em materia de liberdade do pensamento, a proposito da qual citou o caso aqui occorrido com o francez Chapuis.

Examinou varios artigos do nosso primeiro pacto fundamental, cujo espirito o Governo deturpou e cuja lettra violou flagrantemente, referindo episodios e nomes de victimas do odio politico, entre os quaes o de Cypriano José Barata de Almeida.

Mercê de taes factos, poude o dr. Aurelino Leal affirmar que «a Constituição de 1824 foi uma lei decorativa».

Com a reunião do Parlamento, que só se verificou em 1826, a politica geral do paiz tendeu a modificar-se. Entretanto, por muito tempo ainda, os poderes publicos desconheceram as suas linhas divisorias e viveram em constantes incursões dissolventes, cada um na orbita do outro.

Entrando na segunda parte da prelecção, salientou o orador as crescentes dissensões entre Brasileiros e Portuguezes, nascendo d'ahi, e do estado geral das cousas, a idéa da reforma constitucional, dividida em duas correntes, moderada e exaltada, batendo-se esta pelo federalismo exaggerado e aquella pela descentralização prudente.

Estuda a jornada de 7 de Abril e as suas consequencias felizes, graças ao triumpho obtido pelos moderados, pondo em nitido relêvo o papel proeminente que representou, naquelle grave momento da nossa evolução, o inolvidavel Evaristo da Veiga jornalista-estadista.

Occupou-se, em seguida, da lei de 12 de Outubro de 1832, dos embaraços que ella soffreu no Senado e das composições que foi preciso fazer na Camara temporaria e na vitalicia, para que se conseguisse a sua passagem. Antes de abordar a importante materia do Acto addicional, evidenciou o perigo que correu o Brasil com a tentativa de golpe de Estado de 30 de Julho de 1832,

conjurado pelo corajoso e lucido patriotismo de Honorio Hermeto Carneiro Leão.

Apreciando a lei de 12 de Agosto de 1834, disse que a Bernardo de Vasconcellos, — o grande legislador do periodo regencial — ainda não se rendera a devida justiça, e sustentou, com os testimunhos de Justiniano da Rocha, e do visconde do Uruguai, com as decisões do Conselho de Estado e com o juizo de eminentes parlamentares coetaneos, que o Acto addicional atropelou a vida do Imperio e preparou não pequenos riscos ao ideal da unidade nacional.

Traçou um limpido quadro do surto dos partidos, transformados, em fins de 1834, pelo fallecimento de Pedro I, — pois que o chamado restaurador ou caramurú perdera a sua razão de ser, — e da lucta pela interpretação do Acto addicional, travada desde cedo entre conservadores e liberaes e só decidida a 12 de Maio de 1840, que foi quando os ultimos deixaram de crear-lhe tenaz opposição, desde que perceberam convir o novo acto ao problema da antecipação de maioridade de d. Pedro II, pela qual se batiam, como recurso unico de galgarem o poder, ha tanto em mãos dos adversarios.

O conferencista ainda passou em revista, considerando-as como tentativas de reforma do pacto de 1824 e dos seus addendos de 1834 e 1840, a indicação do visconde de Jequitinhonha, apresentada em 1861, e as de Nabuco, em 1885 e 1888, e tambem analysou os projectos de reformas liberaes, esboçados nos programmas dos partidos, que se revezaram no poder até 1889.

Fez um clarissimo resumo das idéas, com que se apresentaram no amplo scenario do govêrno do paiz os gabinetes conservadores, os ministerios liberaes e os da chamada «liga», fazendo notar que a nossa longa campanha do Prata e a questão do elemento servil absorveram por muito tempo as attenções dos corypheus politicos do Imperio, e pondo de manifesto as causas que com isso concorreram para que a Carta de 1824 não soffresse outras modificações além das de 1834 e 1840, até ao advento da Republica.

V. — A quinta conferencia versou sôbre o seguinte: Periodo republicano: *a*) A sessão de 11 de Junho de 1889 na Camara

dos deputados. *b*) A dissidencia liberal e o partido republicano. *c*) Triumpho prematuro da idéa republicana. *d*) Primeiros lineamentos constitucionaes, a acção do Governo provisorio. *e*) A commissão nomeada para organizar e projecto de Constituição: *f*) Revisão do projecto pelos ministros de Estado: *g*) Ruy Barbosa e Diodoro: *h*) Aspirações dictatoriaes dos positivistas: *i*) Discurso do ministro de Estado contra a reunião da Constituinte: *j*) A acção da imprensa e opinião dos homens de Estado em sentido opposto: *k*) A reunião do Congresso Constituinte; propaganda da prompta approvação do projecto: *l*) Influencia americana, suissa e argentina: *n*) Os debates: *n*) Aspirações reformistas.

Começou o dr. Aurelino Leal descrevendo a sessão da Camara dos Deputados, realizada a 11 de Junho de 1889, que foi quando o visconde de Ouro Preto fez ao Parlamento a apresentação do gabinete de 7 daquelle mez e leu o seu programma de govêrno.

Entende que o illustre estadista tinha razão em attribuir á monarchia representativa elastério sufficiente para realizar as reformas, cuja propaganda se fizera desde o primeiro reinado, e lembra o exemplo da Inglaterra, que ninguem suspeita de estar caminhando para a Republica e que, entretanto, practica com os seus dominios uma politica de larga descentralização, a orçar pela independencia.

Por isso, externa o conceito de que não foram os tentames liberaes do Imperio que fizeram a Republica, e affirma: — «o que não direi é que a idéa, a 15 de Novembro de 1889, tivesse atravessado todo o seu processo de maturação».

Assevera o orador que «havia, sem duvida, uma *élite* republicana no paiz», não sufficiente, todavia, para transmudar o regime, attribuindo a nossa grande transfiguração politica «á exploração dos sentimentos, das maguas, dos desapontamentos, das contrariedades, que fermentavam na alma de grandes patentes do exercito.» Segundo o seu modo de pensar, este factor, «que, aliás, se tem revelado através da nossa Historia, com uma pertinacia inquietante, a que é preciso pôr termo, foi que determinou o triumpho prematuro do ideal republicano.

Em seguida o conferencista estuda a acção do Governo Pro-

visorio, o qual desenvolveu grande actividade para organizar o paiz sob os novos moldes, como provam os seus varios decretos com tal intuito.

Referiu que, a julgar pelos jornaes do tempo e depoimentos de pessoas que ainda vivem, houve então duas correntes: uma contrária e outra favoravel á prompta constitucionalização do paiz. Os positivistas e os jacobinos formavam a primeira, qual se vê de um discurso do ministro de Estado Demetrio Ribeiro, que sustentava «não devia haver anxiedade em consultar as urnas»; e pela outra solução pleiteavam homens como Sinimbú e Manuel Francisco Correia, quasi toda a imprensa e a maioria do Governo Provisorio.

Vencedora esta ultima corrente, analysou-lhe o orador a acção: em primeiro logar, a elaboração do projecto pela commissão, que um decreto do Provisorio nomeara; em segundo, a revisão do projecto pelos ministros, entre os quaes coube o maior trabalho a Ruy Barbosa; em terceiro, a approvação de Diodoro, a quem diariamente, no Itamarati, os ministros submettiam as modificações do plano de Constituição.

O dr. Aurelino Leal recordou phrases do proclamador da Republica, qual a que tanto alarmou a Ruy Barbosa, e a que o generalissimo proferiu sôbre a necessidade de um dispositivo referente á faculdade de dissolver o Parlamento.

Occupou-se, depois, da reunião da Constituinte; da escolha da commissão dos 21; da bôa vontade com que esta trabalhou; das manifestações de incontinencia oratoria do Congresso; da opposição que a imprensa fez a essas manifestações, pedindo a urgente approvação do projecto.

Examinando os debates, alludiu o orador ás duas correntes que se destacaram na Assembléa: a dos federalistas moderados, a que pertenciam Ruy Barbosa, Ubaldino do Amaral, Amphilophio de Carvalho, José Hygino e outros; e a dos federalistas exaltados, a que pertenciam Julio de Castilhos, Leopoldo de Bulhões e outros.

Com esse criterio, apreciou a questão da distribuição das rendas, na qual o regionalismo teve importante papel; a da dualidade do direito substantivo, e a da concessão do voto ás mulheres,

na qual se salientaram Zama, Almeida Nogueira e Costa Machado sendo de notar a opposição levantada pelos positivistas.

Relembrou a intervenção do Apostolado Positivista do Brasil nos debates do projecto do nosso estatuto fundamental, assim como a representação do arcebispo da Bahia. O conferencista rendeu a devida justiça á correcta attitude de Prudente de Moraes, a quem essencialmente se deve a prompta approvação do nosso estatuto basico.

Referiu-se tambem á modificação que tem soffrido, em sentido conservador, as convicções de estadistas que trabalharam na Constituinte, e entrou na ultima parte da sua prelecção, isto é, na critica das aspirações reformistas.

A este aspecto, opina o orador que não ha no paiz um partido revisionista organizado e com vida efficiente, assignalando-se apenas tendencias seguras para uma revisão da suprema lei brasileira. Citou, para comprovar o seu dicto, o officio da Camara de Petropolis, dirigido em Dezembro de 1903 á Camara Federal, pedindo a reforma de varios artigos da nossa «magna carta»; o projecto no mesmo sentido apresentado ao Senado Paulista pelo senador Paulo Egydio; a propaganda feita por varios jornaes; a de Waldemiro Cavalcanti no Ceará; e ainda se reportou á plataforma presidencial de Ruy Barbosa em 1910 e ao programma do partido liberal, surto no anno findo.

Individualmente, o dr. Aurelino Leal não repelle a idéa da revisão; mas teme que no momento, pelas paixões reinantes, pelos odios da hora presente, uma tal tentativa, caso se realise agora, dê maus resultados.

Acha, porisso, inopportuna a reforma constitucional, salvo si pudessem ser adoptadas várias medidas acautelatorias.

«Mas, enquanto não se faz a reforma, disse o orador, ha um largo e proficuo caminho a seguir: é applicar bem a Constituição, é orienta-la sempre no sentido do bem publico e da grandeza do paiz, é identifica-la com a Justiça, é torna-la a columna suprema do apoio á disciplina social; é aproveitar-lhe o potencial de ductilidade constructiva; é, numa palavra, ermana-la com a liberdade.»

Ao encerrar o seu curso, disse o dr. Aurelino Leal que na

realidade, os professores tinham sido os seus ouvintes, a quem elle agradeceu a benigna attenção com que o escutaram, não tendo elle passado de um discipulo convidado a dar prova publica de suas incompletas leituras sôbre a «Historia Constitucional do Brasil.»

IV Conferencia

SUMMARIO: — *a*) A applicação da carta de 1824. *b*) Sua elasticidade constructiva. *c*) Propaganda liberal-adeantada e liberal-moderada da sua reforma. *d*) A lei de 12 de Outubro de 1832. *e*) O Acto addicional. *f*) Sua influencia deleteria na cohesão das provincias. *g*) O contra-choque dos conservadores e a opposição liberal: a lei de interpretação. *h*) A ultima reforma proposta. *i*) As aspirações descentralizadoras e os programmas dos partidos.

Jurada a carta de 1824, aos 25 de Março, o governo baixou, no dia seguinte, o decreto que mandava proceder «á eleição dos deputados para a assembléa simplesmente legislativa».

A revolução, porém, que lavrava ao Norte, continuava.

O presidente nomeado pelo imperador para Pernambuco, — o capitão-mór Francisco Paes Barreto, morgado do Cabo, — não logrou empossar-se, supplantado pelo partido de Manuel de Carvalho Paes de Andrade. O estudo desprevenido da revolução, que pretendeu fazer a *Confederação do Equador*, leva a crer que o governo de Pedro I não foi habil no remediar o conflicto.

O decreto de 24 de Abril de 1824, nomeando José Carlos Mayrink da Silva Ferrão, «residente e casado, e ricamente estabelecido no paiz», em substituição a Paes Barreto, concretizou a transacção do governo, forçado pelo movimento. Foi, talvez, uma transacção eivada de amor proprio.

Pereira Pinto ouviu de um dos deputados que os revolucionarios enviaram á côrte, — Basilio Quaresma Torreão, — que S. M., que se revelara desgostoso com a desobediencia de Pernambuco, lhe dissera: «Não será o Paes Barreto o presidente, porèm tambem não hade ser o Carvalho; tenho escolhido o Mayrink, que goza das sympathias geraes, e que de certo agradará aos Pernambucanos» (1). Ora, parece que mais habil teria sido acceitar o facto

consummado. Transacção por transacção, mais valia adoptar a que trouxesse o restabelecimento prompto da ordem do que a que entretivesse a desordem.

Não nego aos governos o direito de velarem solicitamente pelo respeito á auctoridade legalmente constituida. É dever delles. E da adhesão ao poder publico depende o equilibrio da disciplina social. Casos ha, porém, em que o governo corre o risco de descambar para violencias inuteis, e, neste caso, transigir deve ser a regra. Em Pernambuco, em 1824, não sei como se pudesse resolver logicamente a situação, sem adoptar uma das tres soluções seguintes: sustentar, embora pela fôrça, a nomeação de Paes Barreto; revoga-la, de accordo com os revolucionarios, para que a substituição satisfizesse a todos; ou, finalmente, acquiescer á ordem de cousas e nomear Paes de Andrade.

Mas transigir unilateralmente, para provar aos que oppuzeram resistencia que acima da vontade delles havia outra maior, já não era obra de estadista, era obra de homem; já não era agir serenamente, era ceder ao amor proprio.

A Historia poderia não censurar ao governo a imposição, pelas armas, do presidente que emanara da auctoridade legal, porque a desobediencia é, sem duvida, manifestação dissolvente da ordem juridica, a que é preciso oppor prompto especifico. Como, porêm, a habilidade, a tactica, a prudencia não são incompativeis, antes são da essencia da politica, cuja base deve assentar sempre numa argamassa de energia e tolerancia, esta impedindo que aquella se transforme em despotismo, e aquella obstando a que esta degenere em frouxidão, claro é que o governo, uma vez resolvido a condescender, devia ser logico e pactuar com os revolucionarios. O movimento teria parado na sua marcha, e o governo, insinuando-se, embora com precauções, no animo de Paes de Andrade, despertando-lhe a confiança, transforma-lo-ia, dentro de pouco tempo, em seu precioso allia lo. Não o fez.

A nomeação de Mayrink tornou-se inutil, e os recontros entre ermãos travaram-se com o seu cortejo de victimas, algumas das quaes subiram ao cadafalso, ensanguentando estupidamente a nossa Historia, que, entretanto, ha registado, sem esses transportes de violencia, conquistas liberaes e politicas da maior importancia.

O decreto de 26 de Julho de 1824 mandou suspender em Pernambuco o disposto no § 8 do art.º 179 da Constituição, e um outro, da mesma data, ordenou que os réus fossem «summarissima e verbalmente processados em uma commissão militar». Foi o nosso primeiro estado de sitio.

Após a capitulação do *juiz*, frei Caneca, o major José Maria Ildefonso, frei Antonio Joaquim das Mercês, o major Agostinho Bezerra e outros foram sequestrados em carcere escuro, comparecendo, depois, perante a commissão militar, com os demais companheiros de revolução.

Consultado sôbre quaes, entre os prisioneiros, deviam ser considerados cabeças do movimento, respondeu o governo, pela carta imperial de 16 de Outubro de 1824, que como taes se deviam comprehender «não só todos os chefes de corpos e guerrilhas e commandantes de fortalezas e reductos... que com as armas nas mãos fizeram viva e sanguinolenta oppozição ás leaes e valorosas tropas que desta (capital) marcharam..., mas tambem os que proclamaram contra a legitima e suprema auctoridade» do soberano, «atacando-a com escriptos insolentes e injuriosos». E repetia a ordem cruel de serem «processados e sentenciados verbal e summarissimamente, sem attenção á sua qualidade, empregos e graduação, qualquer que fosse».

D. Pedro teve, nessa emergencia, uma conducta deshumana, que a Historia não ha de deixar de condemnar. Nem sei mesmo sem querer nem de leve contestar os serviços, activos ou passivos por elle prestados á causa da independencia, si o primeiro imperador, depositario da auctoridade paterna no Brasil, auctoridade que elle diminuiu, até eliminar, e, depois auctor imprudente e leviano do golpe de estado contra a Constituinte, dispunha, sem exgottar os meios de conciliação, de fôrça moral sufficiente para impor obediencia aos sonhadores da *Confederação do Equador*.

A verdade é que, sôbre ter sido de inutil barbaridade, a conducta do governo mais se afeiou por haver roubado ao regime nascente servidores da ordem intellectual de Caneca, espiritos conciliadores como o do major negro Agostinho Bezerra, e heroes da independencia como Nicoláu Martins Pereira, para não fallar em outros, embora extrangeiros, como o instruido Ratcliff (2).

O decreto de 5 de Outubro adoptou a mesma medida para o Ceará. Um levante de parte das tropas de guarnição da Bahia e o assassinato do proprio governador das armas, Felisberto Gomes Caldeira, determinaram egual providencia a 16 de Novembro. Em 8 mezes de vida constitucional, tres decretos de suspensão de garantias, com a instituição de commissões militares, e para remediar factos de que a conciliação talvez tivesse sido melhor especifico...

Em 1825, por decreto de 18 de Maio, a Cisplatina teve a mesma sorte, que se extendeu á provincia do Rio Grande de S. Pedro do Sul por decreto do dia seguinte.

Certo, as fermentações do tempo reclamavam um governo energico. Mas energia politica não quer dizer violencia intemperante. Pelo menos, a acção governamental, no que dissesse respeito á Cisplatina e á Confederação do Equador, devia ter bebido inspirações na tolerancia, buscando recursos antes entre os sedativos que excitantes ou os revulsivos.

Durante esse primeiro anno de apparente experimentação constitucional, o proprio absolutismo manifestou desejos de reviver. Camaras da provincia de S. Paulo pretenderam substituir o nascente governo, instituido na carta de 1824, pela monarchia absoluta. D. Pedro foi-lhes ao encontro com a decisão do ministerio do Imperio, de 13 de Maio de 1825, fazendo saber «ao juiz de fóra de Taubaté que só queria e havia de governar com aquelle sagrado codigo (a Constituição de 24 de Março de 1824), procurando, de conformidade com o que se achava nelle determinado, a felicidade geral de seus subditos, e o alto gráu de prosperidade e fôrça, a que podia chegar a nação por seus poderosos meios...»

No entanto, «o sagrado codigo» não estava sendo mais que um phantasma de estatuto politico, suspenso ostensivamente para uns na parte relativa ás franquezas da liberdade individual, e, para todos, póde dizer-se que em mero estado potencial ou de promessa não realizada...

Porque a verdade é que o regime constitucional não passava de um rotulo collado ao absolutismo. Aliás, enquanto não existiu Constituição, houve mais liberdade, do que após o juramento da carta. A liberdade da imprensa fôra larga ao tempo da

Constituinte. *A Sentinella da Liberdade á beira mar da Praia Grande*, *O Tamoyo* e outros jornaes discutiam, á vontade, actos do governo, criticando-os com vivacidade e, não raro, com aspereza.

O golpe de estado de 12 de Novembro, porêm, paralysou o espirito de critica. O testimunho é geral: «Unicamente se tolerava, diz Armitage, a publicação dos jornaes ministeriaes» (3). «Tinha desapparecido do campo a imprensa livre, commenta Pereira da Silva, desde que se dissolvera a Assembléa constituinte, conservando-se unicamente a que o governo estipendiava para defender sua causa e principios e noticiar ao publico o que lhe sorria aos interesses. Como ousaria levantar-se no Imperio um periodico de opposição, posto que moderado, quando as leis facultavam tammanho arbitrio ao governo, que immediatamente o podia supprimir, encarcerar seus escriptores e arruinar a typographia que o imprimisse?» (4). Na sua *Carta aos eleitores da provincia de Minas*, accentuou o mesmo facto Bernardo de Vasconcellos: «Com a extincção da Assembléa Constituinte, expirou a liberdade da imprensa, que ha poucos mezes tinha nascido; e, posto que a garantissem a lei de 2 de Outubro de 1823 e a Constituição da monarchia, considerava-se arriscado o exercicio do mais precioso direito do homem, isto é, o de communicar por escripto seu pensamento» (5).

Não é que o governo não pretendesse galvanizar um estado de liberdade que, de facto, não existia. Póde servir de exemplo o que occorrêra no Maranhão, cujo presidente deportou para Lisboa, levando o facto ao conhecimento do governo em officio de 4 de Junho de 1825, o redactor do *Censor*, João Antonio Garcia de Abranches. Em decisão do ministerio do Imperio, sob n.º 196, de 3 de Septembro do mesmo anno, S. M. «houve por bem desapprovar tão injusto arbitrio, que descobre em quem o practica ou perfeita ignorancia dos meios legaes applicaveis em taes casos, ou determinação criminosa de atropelar direitos garantidos pela Constituição». E terminava a decisão «extranhando mui severamente» ao presidente «o haver-se neste negocio por um modo, que só poderia ser approvado em governo, onde regesse a vontade e não a lei».

Poucos mezes depois, deu o poder um exemplo frisante do

que é um governo, em que rege a lei e não o arbitrio. O francez Chapuis, que, como Ratcliff, luctava pela liberdade onde quer que apparecesse, e que, redigindo *O Regulador* na Hispanha, fôra obrigado a recolher-se em Portugal, onde, por motivos eguaes, não pôde ficar, escreveu um folheto, intitulado *Reflexões sobre o tratado de independencia e a carta de lei promulgada por Sua Magestade Fidelissima*. *O Diario Fluminense* que, segundo Armitage, «mui raras vezes condescendia em illustrar o entendimento de seus leitores,» não publicando sinão «alguns artigos officiaes, uma lista de entradas e saïdas de embarcações, extractos dos jornaes europeus a respeito da Hispanha e Turquia, e longas diatribes sôbre os horrores da democracia», investiu contra Chapuis (6). O desprecavido Francez, para justificar sua interferencia nos negocios do Brasil, escrevera nas suas *Reflexões*: «Póde-se perguntar-me quem me auctorizou a discutir e analysar os actos do governo. A resposta é clara. Como cidadão do mundo, e não como o habitante desta ou daquella parte da terra, eu espontaneamente emprehendo publicar os resultados de minhas reflexões sôbre as actuaes relações do imperio do Brasil com o reino de Portugal. A tarefa que me imponho é patriotica, e eu a levarei a effeito com a Constituição do imperio na mão. Esta me instrue egualmente sôbre meus direitos e meus deveres: não abusarei dos primeiros nem me excederei nos segundos. Assim, nada terei a recciar» (7).

Pobre Chapuis! O facto de estar «com a Constituição do imperio na mão» não o impediu de ser « recolhido á prisão do Aljube e posto incommunicavel», e depois deportado (8).

Das primeiras applicações da carta de 1824, só uma foi pacifica: a que o decreto de 17 de Novembro de 1824 mandou observar. «Attendendo ás repetidas queixas que muitas pessoas pobres e miseraveis... diariamente faziam subir» á pessoa do imperador, «sôbre a impossibilidade de intentarem os meios ordinarios dos processos, não só por incommodos, gravosos e tardios, mas até pelas grandes distancias em que muitos residem das justiças competentes...», o governo resolveu «que nenhum processo pudesse ter principio sem que primeiro se tivessem intentado os meios de reconciliação».

Quanto ao mais, era visivel que a Constituição fôra uma lei decorativa. Dir-se-hia um edificio construido só exteriormente. O interior, sem divisões, que seriam as leis complementares, dava em resultado que o paiz mostrasse ao publico e ao extrangeiro uma construcção de bella fachada, onde, na realidade, porém, tremulava a bandeira do absolutismo.

Esse mesmo decreto, relativo á conciliação prévia dos litigantes, deixa patente que a carta existia em mero estado potencial. S. M., no preambulo do acto, disse desejar «que todos os habitantes deste imperio gozem já, quanto possivel fôr, dos beneficios da Constituição».

Para esse estado de cousas concorriam varios factores: a realização das aspirações democraticas tinha sido mais apparente que real; os que presidiam aos destinos do paiz, o imperador á frente, haviam sido alimentados ao seio enfezado do absolutismo; a assembléa geral legislativa não se tinha ainda reunido; a imprensa continuava garroteada, e a ignorancia do novo regime era quasi completa; finalmente, a propria Constituição não era entendida.

O decreto de 16 de Novembro de 1824 traduziu a phrase — «a força militar é *essencialmente obediente*» — do art.º 147 da Carta, por — *práctica cega da obediencia*. O n.º 35 do artigo 179, relativo á suspensão de garantias individuaes, não permittia essa providencia de excepção sinão — «por tempo determinado», — isto é, determinado no decreto do sitio, designando-se positivamente o inicio e o termino da delicada medida.

Nenhum dos decretos, — nem o de Pernambuco, nem o do Ceará nem o da Bahia, nem o da Cisplatina, nem o do Rio Grande do Sul, — precisou o tempo. A linguagem dos referidos decretos — «suspender provisoriamente... até que cesse a necessidade urgente de tal medida» — era indeterminada e não — determinada, (*in verbis*) — por tempo determinado —, como estava expresso na carta. Todas as commissões militares aberraram do estatuto politico. O n.º 34 do art.º 179 dizia que «os poderes constitucionaes não podiam suspender a Constituição no que dissesse respeito aos direitos individuaes, salvo nos casos e circunstancias especificados no paragrapho seguinte», isto é, no paragrapho 35, re-

lativo á suspensão de garantias. Mas, segundo este, só «*algumas* das formalidades que garantiam a liberdade individual» podiam ser suspensas. No entanto, o decreto de 5 de Outubro de 1824, que estabeleceu o sitio no Ceará, e o de 18 de Maio de 1825, na Cisplatina, suspenderam «*todas*» as formalidades. O resultado foi que, nos termos do n.º 11 do art. 179, não podendo « ninguem ser sentenciado sinão pèla auctoridade competente, por virtude de lei anterior e na fórma por ella escripta», funccionaram as dictas commissões, que Bernardo de Vasconcelos, com razão, considerou «um invento infernal» (9).

Não era só na Carta que essas aberrações flagrantes do governo constitucional se verificavam. Em Matto Grosso, o governo provisorio e o governador da provincia de Chiquitos procederam á incorporação desta ao imperio do Brasil. A 6 e 13 de Agosto de 1825, pelos ministerios dos extrangeiros e do Imperio, o governo declarou «absolutamente nullo» o acto da incorporação, lamentando que a auctoridade de Matto Grosso «ousasse transpor os limites das suas attribuições por ignorar que esse negocio era por sua natureza da competencia exclusiva do soberano...»

Foi nesse estado de cousas que a assembléa legislativa, que se reuniu em 1826, encontrou o paiz.

Logo ás vesperas de sua installação, a 1 de Maio de 1826, dictou-lhe uma regra de práctica parlamentar o ministro do imperio. Tendo a Camara dos deputados communicado ao governo que «entendia que apesar de não estar completo o numero preciso para formar casa... podia verificar-se a installação da assembléa no dia 3 de Maio», «por julgar que nada tem de commum o acto da abertura com o trabalho das sessões», mandou o imperador responder, que a Camara devia «continuar com os seus trabalhos preparatorios até que houvesse o numero de deputados determinado pela Constituição.

O proprio parlamento revelou não comprehender a Constituição em varios ponctos de incontestavel clareza. O art.º 61, que determinava a fusão das camaras, para deliberar sôbre emendas de uma rejeitadas na outra, sempre que o projecto fosse considerado util, recebeu uma interpretação sem nexo. O Senado recusou a votação promiscua do objecto em discussão (10). O

mesmo occorreu com os art.os 15 § 6 e 37 § 1.º, relativos ao exame da administração anterior, e com o art.º 54, sôbre a presença dos ministros no parlamento e o seu direito de votarem, sendo deputados ou senadores, etc. ([11]).

Mas, no que a práctica da Constituição se revelava aberrativa era na assistencia ás garantias dos direitos dos cidadãos. Numa das sessões de 1826, Sousa França disse: «... todos sabem que nas provincias qualquer homem, sôbre que recae a mais leve suspeita de certos crimes, é mandado logo para o Rio de Janeiro sem se embaraçarem do mais as auctoridades remettentes: o ministro não se lembra dos requerimentos destes desgraçados e elles vão ficando presos...» ([12]).

O odio politico tem manifestações brutaes. Cypriano José Barata de Almeida, que fôra deputado ás Côrtes portuguezas, onde, por amor ao Brasil, tivera um récontro com o seu collega de representação Luiz Paulino, a quem atirou escadas abaixo do parlamento; Cypriano Barata, eleito deputado á primeira Constituinte nacional, embora não tivesse tomado assento, ardoroso patriota, espirito inquieto, revolucionario, a quem as revoltas incandescentes do seu civismo levaram a Pernambuco, onde combateu o absolutismo pelas columnas da *Sentinella da Liberdade*,—foi condemnado, recluso na fortaleza da Lage, e «privado», diz um documento parlamentar, «de communicar-se com a especie humana». Houve um momento, em que tornaram incommunicavel até o escravo que o accompanhava. O velho democrata, entre os motivos da sua reclamação á Camara dos deputados, allegou «a natureza da masmorra humida, e não arejada, contra litteral disposição da Constituição». E a respectiva commissão, recommendando ao governo que fizesse cessar taes prácticas, não só se serviu do preceito da carta invocada, como tambem condemnou os excessos empregados ([13]).

Em Junho de 1826, ainda havia vinte e trez officiaes militares presos sem culpa formada e incommunicaveis desde 1824, depois de jurada a Constituição ([14]). Um recrutamento intenso foi feito no Ceará, e a maior parte dos recrutas morreu na travessia para o Rio de Janeiro. O parecer da Commissão de Constituição assim registou o facto: «Seria incrivel, si o não vissemos, que,

de ordinario, morre na viagem a terça parte, e algumas vezes a metade dos recrutas: e o que mais admira e horroriza, é que nas conducções de negros da Costa d'Africa e de colonos da Europa, que ao mesmo tempo chegam a este porto, apenas morre um ou outro». (15)

Era curioso, porém, que só rarissimos objectivassem o imperador como principal responsavel desses factos, pelo poder que tinha de cohibi-los. O proprio Bernardo de Vasconcellos achava que «si até então a Constituição tinha sido violada, si tantos despotismos e arbitrariedades tinham sido commettidos nesta terra da liberdade, era porque o grande monarcha o ignorava» (16), «nosso adorado monarcha», cuja «constitucionalidade ninguem podia pôr em duvida» (17). Era levar longe de mais a ficção de que o rei não póde fazer mal. É incontestavel que a reunião do parlamento, muito embora não tivesse de todo desapparecido o estado d'alma creado pela dissolução da Constituinte, concorreu para oppôr barreiras ao dique dos descommedimentos politicos.

Mas o êrro dos homens do tempo foi não terem completado, tanto quanto possivel, a eurythmia juridica do paiz. A Constituição ficou ainda sendo o edificio, a que alludi, de bella fachada, mas sem divisões complementares e indispensaveis. Junctem-se a esse estado de mera organização potencial os fermentos da intolerancia, e ter-se-ha o resultado exacto dos nossos primeiros passos no regime constitucional. A leitura dos documentos do tempo deixa ver que o facto encontrava explicativa na falta de elementos para a dicta organização. Tudo se fez com grande morosidade. A organização da Justiça, sôbre tardigrada, foi incompletissima. A lei creando o Supremo Tribunal de Justiça é de 28 de Septembro de 1828, mais de quatro annos depois do juramento da Carta. Varias leis a retocaram a breves espaços, demonstrando as suas imperfeições: entre outras, os dous decretos de 31 de Agosto de 1829, o de 23 de Septembro de 1829, o de 9 de Novembro de 1830, etc.

A lei de organização municipal tambem appareceu depois de quatro annos de vigencia da Carta: a 1 de Outubro de 1828,

Em 1827, o paiz teve a lei de responsabilidade dos minis-tros e conselheiros de Estado, a que Vergueiro, com a visão enganada, disse que podia «chamar-se por excellencia a lei prá-ctica da Constituição». (18)

Falando das primeiras prácticas constitucionaes no Brasil, Uruguai dá este voto preciso: «Auctoridades administrativas como, por exemplo, directores de cursos juridicos, camaras mu-nicipaes, dirigiam-se directamente á Camara dos deputados, pe-dindo exclarecimentos e solução de dúvidas. Os particulares que se julgavam, por qualquer maneira, offendidos em seus direitos e interesses, recorriam á mesma Camara, ainda em negocios de competencia do poder administrativo. A Camara, armando á popularidade, *da qual, aliás, gozava exclusivamente*, accolhia tudo, occupava-se de insignificantes questões administrativas, mal e incompletamente instruidas e examinadas, e tendia a administrar por meio de pareceres de commissões. Dirigia advertencias e recommendações ao governo, indicava-lhe soluções, mandava responsabilizar empregados... As Camaras invadiam a attribuição do poder executivo de fazer regulamentos. Os ministros propu-nham ás Camaras objectos de regulamentos». (19)

A ignorancia desses assumptos durou ainda bastante tempo. Em 1841, Alves Branco disse no Senado (e já se tinham feito duas reformas!): «Eu creio que a Constituição é uma lei que ainda não está bem entendida e nem desenvolvida em leis regu-lamentares, que hão de ir, pouco a pouco, apparecendo e pas-sando em tempo proprio.» (20)

Muito mais adeante ainda, em 1870, Mello Mattos affirma nas *Paginas de Historia Constitucional*: «A obra dos illustres va-rões que fizeram parte do primeiro Conselho de Estado ainda espera o seu complemento. Falta-lhe a vida, a fôrça activa que preserva os corpos de decomposição espontanea e torna possivel luctar contra a destruição externa.» (21)

O estado de cultura dos nossos homens, nos primeiros annos do regime, bem póde ser avaliado por este annuncio, de M. Plancher, livreiro imperial, que li no *Diario do Governo*, de 27 de Março de 1824, quando, pois, já se tinha jurado a Constituição! «A rica collecção das obras que trouxe offerecerá aos Brasileiros co-

nhecimentos mui vantajosos do systema monarchico constitucional representativo. Distingue-se na sua collecção muitos numeros importantes, os de M. Ferrières, de Mad. Rolland, de Riouffe, onde se podem ver os horrores produzidos pelas revoluções politicas. Igualmente se fazem recommendaveis as instituições de direito por M. Massalian, o escriptor que, com mais erudição, com uma logica indestructivel, mostra a impossibilidade dos estabelecimentos republicanos, attendida a civilização dos povos.» (22)

Com livros taes e mais as obras de Rousseau e de Benjamin Constant, si era possivel ter feito uma constituição liberal, não era facil completa-la, desdobrando-a nos seus complementos. As proprias abstracções theoreticas, ainda inconsistentes e prenhes de um idealismo, não raro, impracticavel, tornavam difficil o manejo das molas que compunham o machinismo do supremo estatuto.

Através da práctica constitucional brasileira, vê-se que, quasi sempre, a confusão foi o principio. Os poderes invadiam as attribuições uns dos outros, despercebidos da autonomia de cada um. Já mostrei o que era o legislativo com o executivo. Este não fazia menos incursões nos dominios do judiciario. Os orgãos deste tambem não viviam em harmonia. No seu relatorio de 1854, Nabuco alludiu á anomalia «de que os tribunaes imperiaes pudessem julgar em materia de direito o contrario do que decidiu o primeiro tribunal do Imperio. Sobreleva á subversão dos ideaes de gerarchias, infringidos por esse presupposto, a desordem da jurisprudencia sem uniformidade e aonde se acham arestos para tudo.» (23) Enquanto o parlamento não centralizava na maior côrte judicial da monarchia a jurisprudencia do paiz, segundo a sua proposta, o grande estadista do imperio expediu a celebre circular de 7 de Fevereiro de 1856, commettendo a interpretação das leis ao proprio executivo, até que o parlamento a attribuisse ao judiciario. Esse documento mostra como o regime absoluto continuou a manifestar-se, porque o mesmo é dizer que o executivo, além da sua preponderancia de facto, assumiu essa de verdadeira superioridade ao legislativo e ao judiciario, como interprete das leis. Neste poncto a circular de Nabuco attestava um facto inconfundivel: «A Constituição do imperio, no art. 102,

§ 12, disse elle, confere ao poder executivo a attribuição de expedir decretos, instrucções e regulamentos adequados á boa execução das leis. Por virtude dessa disposição, o governo, sob o imperio successivo de todas as opiniões politicas, com assentimento dos demais poderes, tem exercido o poder de interpretar as leis por via de auctoridade.» (24)

Por outro lado, não appareceram cedo os commentadores da Carta. Só em 1857 Pimenta Bueno nos deu o seu *Direito Publico Brasileiro e analyse da Constituição do Imperio.* Em 1867, tivemos a *Analyse e Commentario da Constituição politica do imperio do Brasil*, do desembargador Joaquim Rodrigues de Sousa. Intermediariamente, em 1860, 1864 e 1872, tivemos estudos parciaes sôbre o poder moderador, da lavra de Zacharias de Góes e Vasconcellos e Braz Florentino e as *Considerações politicas sobre a Constituição do Brasil*, publicação posthuma de França e Leite. Em 1862 e 1865, Uruguai deu á publicidade o *Ensaio sobre o direito administrativo* e os *Estudos praticos sobre a administração das provincias.* Ribas, em 1866, enriqueceu o nosso escasso thesouro com o *Direito administrativo brasileiro.* Tavares Bastos, em 1870, escreveu *A Provincia.* O livro de Mello Mattos, *Paginas da historia constitucional*, publicado tambem em 1870, é um livro de critica politica mais do que de doutrina e commentario. O art. 178 consagrou a regra de que «só era constitucional o que dissesse respeito aos limites e attribuições respectivos dos poderes politicos e aos direitos politicos e individuaes dos cidadãos», e de que «tudo o que não fosse constitucional podia ser alterado sem as formalidades referidas pelas legislaturas ordinarias.» Era um dispositivo que expunha o flanco da lei suprema, mas que teria facilitado a sua elasticidade construtiva, si o regime constitucional tivesse sido entendido e houvesse escapado ás tumultuarias interpretações e á falha organização administrativa do tempo.

Trabalhada por todas essas cousas e pelas fermentações politicas que succederam á dissolução da Constituinte, com a consequencia do dominio do partido portuguez, não era difficil surgir a idea da reforma.

O proprio d. Pedro deu-lhe, por assim dizer, character official, quando, na sua malfadada viagem a Minas, a 30 de Dezem-

bro de 1830 dirigiu ao povo a célebre proclamação anti-revisionista: «Existe um partido desorganizador, disse elle, que, aproveitando-se das circunstancias peculiares da França, pretende illudir-vos com invectivas contra a minha inviolavel pessoa, e contra o govêrno, afim de representar no Brasil scenas de horror, cobrindo-o de lucto, com o intuito de empolgarem empregos e saciarem vinganças e paixões particulares, a despeito do bem da patria, a que não attendem aquelles que têm traçado plano revolucionario. Escrevem sem rebuço e concitam os povos á federação, e cuidam salvar-se deste crime com o artigo 174 da lei fundamental que nos rége, quando este artigo não permitte alteração alguma no essencial da mesma lei. Haverá attentado maior contra a Constituição, que juramos defender e sustentar, do que pretender altera-la em sua essencia?»

Percebe-se dos documentos do tempo que foi profunda a emoção causada por essa proclamação. O imperador omnipotente declarava-se adversario de uma idéa, que tinha creado raizes na opinião nativista. O que se queria combater era, — ainda e sempre, — o elemento portuguez. Acertou-se que tal *desideratum* só com a reforma da Constituição seria levado a effeito.

Não passo adeante sem notar que o partido nacional concorreu, por uma manifestação systematica da sua conducta, para essa separação lamentavel entre elle e o principe. Refiro-me á incompatibilidade pessoal, que os liberaes estabeleceram entre si e o chefe do Estado. O seu systema de combate foi o mais condemnavel em politica: recusavam o poder, o que, sem nenhuma duvida, collocava o imperador num verdadeiro *impasse*. Justiniano José da Rocha alludiu a essa «singularidade» na *Acção, Reacção, Transacção*: «A opposição, disse elle, não buscava a conquista dos postos; estava convencida que seu fim era abnegar-se, renunciar á direcção do govêrno, luctar permanentemente, não tendo por fim do combate, por victoria, sinão a ruina do poder. Quando alguma vez a corôa chamava ao Gabinete algum dos mais proeminentes representantes da opposição, via-se este, desde logo, incurso na desconfiança do seu partido... Chegou isso a ponto de não consentirem os amigos de um dos mais illustres parlamentares daquelle tempo que conservasse elle a liberdade

de sua deliberação, quando constou que d. Pedro I queria entregar-lhe as redeas da governança» ([26]). Foi com Bernardo de Vasconcellos que esse facto occorreu : « D. Pedro, diz um biographo seu, o chamou logo em 1828 para o ministerio; mas então o regime parlamentar não era comprehendido ; entendia-se que o deputado liberal devia condemnar-se eternamente á posição de adversario do govêrno, nunca acceitar o poder. Por deferencia aos seus amigos politicos, Vasconcellos teve de curvar-se a essa doutrina, e de repellir o convite da corôa» ([27]).

E, como a abdicação foi inesperada, constituiu uma verdadeira surpresa para o povo e para a tropa, que se achavam no Campo de Sant'Anna, — segue-se que, si o imperador tivesse restaurado o ministerio demitido, facto que deu logar ao pronunciamento de 7 de Abril, o partido liberal teria feito uma revolução, para não participar das respectivas vantagens, a menos que não rompesse com a sua má orientação de não governar com o chefe perpetuo do Estado.

Tres grupos se distinguiam no scenario da politica: os Portuguezes, o grupo de que fazia parte o visconde de Barbacena e o grupo dos liberaes. Este não acceitava o poder : agia como demolidor, não querendo tomar parte na reconstrucção. O segundo participava do govêrno e pôde, sinão em toda a extensão, mas com efficaz proveito, não raro contrastar a acção do gabinete secreto, de que era *maga pars* o Chalaça.

É verdade que a irrequietude do imperador fazia receiar do futuro de quaesquer combinações. Mas, si o partido liberal não evitasse systematicamente a investidura governamental, duas fôrças actuariam no espirito de d. Pedro, mostrando-lhe o caminho errado que estava impenitentemente seguindo, cavando na alma do povo fundas prevenções nativistas.

E o concurso teria sido inestimavel: espiritos tolerantes, como de Vergueiro, Evaristo, Honorio Hermeto, Pedro de Araujo Lima e um conservador de raça, mas sem emperramentos, como Bernardo de Vasconcellos, teriam podido influir na conducta do primeiro imperador, diminuindo a influencia dos Portuguezes.

Actuando num cerebro como o de d. Pedro, elles teriam alcançado, talvez, a propria reforma constitucional sem os atrope-

los revolucionarios. Tudo dependia de paciencia, sem curvaturas, sem humilhação, de tactica e diplomacia sem cortezanice.

Seja como fôr, a aspiração da reforma constitucional conquistou adeptos. Evaristo, a quem não sorria a idéa, terminou por abraça-la: « Por toda a parte, disse elle na *Aurora Fluminense*, se deseja a federação e a reforma, todos a querem e seria uma imprudencia não ceder; combati-a, enquanto não a julguei do voto geral; hoje é necessaria e pugno por ella, faça-se; mas a ordem e a tranquillidade presidam a tudo, e a lei á sua propria alteração. Modifique-se o nosso pacto social, mas conserve-se a essencia do systema adoptado; dê-se ás provincias o que ellas precisam e lhes póde ser util, mas conserve-se o Brasil unido e não se afrouxem demasiadamente os laços, que o prendem a esta união; faça-se tudo quanto é preciso, mas evite-se a revolução. Isto é possivel, isto espero que ainda se consiga ».

Depois do regresso de d. Pedro, de Minas, os acontecimentos que levaram á abdicação e á reforma da Carta de 1824 desenvolveram-se com grande rapidez. Das festas celebradas pelos Portuguezes em sua honra, resultaram os motins das noites de 13, 14 e 15 de Março, dos quaes um recebeu o nome historico de *Noite das garrafadas*. Os zelos nativistas saíram ainda mais exaltados dessa refrega. Com ella, disse Armitage, « reviveu todo o antigo odio e rivalidade contra os Portuguezes. A offensa da nacionalidade, e consequentemente do amor proprio dos Brasileiros, conciliou como por milagre individuos de todas as crenças politicas: cada um se sentiu insultado, e todos se reuniram em clamar que era necessario reprimir a insolencia dos extrangeiros ». (27) Na casa do padre José Custodio Dias, reunidos vinte e tres deputados e um senador, e não tendo sido approvada a idéa de uma solução revolucionaria, teve-se como acertado representar ao imperador. O documento, elaborado por Evaristo, assentou em base nativista, contendo phrases como estas: « os ultrages crescem, a nacionalidade soffre, e nenhum povo tolera, sem resistir, que o extrangeiro venha impôr-lhe no seu proprio paiz um jugo ignominioso». « Os Brasileiros, tão cruelmente offendidos, os Brasileiros que se ameaça ainda com prisões parciaes e injustas, nutrem em seu peito a indignação mais bem fundada e

mais profunda, não sendo possivel calcular até onde chegarão os seus resultados, si acaso o Govêrno não cohibir desde já similhantes desordens». «A confiança que cumpria ter no Govêrno, está quasi de todo perdida, e si porventura ficarem impunes os attentados contra que os abaixo assignados representam, importarão uma declaração de guerra ao povo brasileiro, de que lhe cumpre vingar elle mesmo, por todos os meios, a sua honra e brio, tão indignamente maculados». D. Pedro capitulou recompondo o ministerio, que não esteve na altura das circunstancias, mas o qual os liberaes receberam bem. Um movimento irreflectido, porém, daquelles que lhe eram tão habituaes, tudo comprometteu: o ministerio foi demittido poucos dias depois e substituido por outro composto de titulares sem o favor publico. Foi a 6 de Abril. A 7, o imperador abdicava e os liberaes se assenhoreavam do poder.

Os federalistas e os liberaes, então consorciados, haviam-se distinguido na propaganda pelas aspirações de reformas adeantadas, os primeiros, e as de modificações moderadas, os segundos. O partido destes, no dizer de Moreira de Azevedo, «desejava que os progressos e mudanças na ordem social marchassem de accordo com os progressos da intelligencia e da civilização, que as reformas, afim de permanecerem, fossem operadas lentamente e pelos meios legaes. Exforçava-se por estabelecer o culto da legalidade, a economia, a substituição do regime civil e militar, a concessão de reformas constitucionaes e legislativas exigidas pela opinião pública, e porfiava por sustentar a monarchia cercada de instituições republicanas». O daquelles, que era o partido dos exaltados, «queria que todas as mudanças e todos os melhoramentos fossem feitos já e já, sem consultar-se a aptidão do povo nem as disposições dos elementos existentes em relação ás reformas que pretendia dar á organização social. Proclamava a necessidade de vinganças...» (28)

A imprensa, já redimida dos grilhões do tempo que se seguiu á dissolução da Constituinte, entretinha em alta pressão o sentimento nacional. *A Luz Brazileira*, *O Republico* entraram a prégar idéas federalistas. Antonio Borges da Fonseca, redactor deste, visado pelo govêrno para ver si, como no passado, era

possivel conter a onda da propaganda escripta, foi levado ao jury e estrondosamente absolvido.. O *veredictum* do tribunal foi como combustivel ou inflammavel atirado ás labaredas do incendio politico. O *Tribuno* chegou a prégar a substituição da monarchia hereditaria por um govêrno de investidura electiva (39). No meio dessas demasias, cujo triumpho teria, talvez, eliminado do convivio da *magna civitas* a nossa nacionalidade, pairava sereno, superiôr e proficuo, o espirito de um grande, — Evaristo da Veiga. Os que, como eu, são jornalistas, ou por outra, todos os que comprehendem que, em politica, a semente da tolerancia e da transacção superior e opportuna é capaz de brotar nos terrenos mais safaros, ao passo que a da violencia e do despotismo não medra nos campos mais fecundos, não lêem, sem grande commoção, as predicas da *Aurora Fluminense*. O seu perfil, vejo-o eu, nos meus enlevos de civismo, entre illuminuras que lhe glorificam a memoria. A tolerancia em Evaristo não era o expoente de um character tibio. Si elle prégava uma composição entre os absolutistas e os exaltados, sabia enfrentar o perigo, para levantar a dignidade da terra que lhe era berço. Num dos numeros da *Aurora* elle descreveu, sem ostentação, a resistencia que oppôz aos Portuguezes, quando, numa das noites de Março, por entre as festas celebradas pelo regresso de d. Pedro da sua excursão a Minas, o quizeram obrigar a pôr luminarias na fachada de sua residencia.

Para felicidade do paiz, o govêrno pairou ás mãos dos liberaes moderados: na imprensa, sobresaïa Evaristo; na alta administração, appareceram vultos como o de Feijó, padre de idéas adeantadas, que prégou a extincção do celibato clerical, e estadista de punho de aço, que teve a coragem de licenciar a tropa; Bernardo de Vasconcellos, o grande, o extraordinario Bernardo de Vasconcellos, a quem não se fez ainda a devida justiça, e que, na desenvolução das idéas democraticas, exerceu um papel de ponderador, representando, por assim dizer, no mechanismo juridico-politico do paiz, exposto a abalos continuos e violentos, uma mola de equilibrio, de anteparo, capaz de operar contra-choques efficazes aos disparos inopinados ou intencionaes da machina pouco experimentada.

O trabalho dos moderados foi conter as tendencias e aspirações ultra-liberaes de todos os exaltados. D'ahi, as decepções de muitos a que se referiu Nabuco, e que Theophilo Ottoni havia consagrado, referindo-se ao 7 de Abril, como uma *journée des dupes* (30). Mas, esse movimento prudentissimo de contra-marcha não foi ao ponto de impedir a reforma da Constituição. Aliás, o proprio Evaristo adheriu á idéa da revisão da carta de 1824.

Foi a 6 de Maio de 1831 que se deu inicio ao processo da reforma, com o requerimento do deputado Cesario de Miranda, pedindo a nomeação de uma commissão para indicar os artigos que reclamavam reforma. Approvado o requerimento, foram eleitos Miranda Ribeiro, auctor do requerimento, Paula Sousa e Costa Carvalho. Na sessão de 9 de Julho, essa commissão desobrigou-se do seu encargo. Havendo varios projectos que tambem alteravam a Charta Constitucional, discutiu-se a 9 de Septembro qual delles devia ter a preferencia: venceu-se que o da commissão, cujo projecto era longo, reconstituia capitulos inteiros do estatuto vigente. Na sessão de 8 de Outubro, porém, foi esse voto modificado, para que se iniciasse a discussão pelo substitutivo de Miranda. Este eliminava o poder moderador, transferindo para o executivo as funcções daquelle que fosse conveniente manter; discriminava as attribuições do poder legislativo; estabelecia a legislatura biennal e a temporariedade do Senado, renovavel pelo terço; o voto do imperador era sujeito ao contraste do legislativo; supprimia o Conselho de Estado; os conselhos geraes das provincias eram transformados em camaras legislativas, e estas divididas em *dous ramos*: camara dos deputados e senado; distinguia as rendas publicas em nacionaes e provinciaes, sendo o poder tributario tambem dividido pelo parlamento nacional e pelo das provincias; substituia a regencia trina pela regencia singular, com um vice-regente, eleitos pelas assembléas provinciaes, sendo a eleição apurada pela assembléa geral; e creava em cada municipio um intendente. Aqui a idéa de descentralização era grande, porque o projecto dizia que o intendente «seria para elle (municipio) o que fosse o presidente nas provincias».

Quando esse projecto foi enviado ao Senado, levou mais

um dispositivo, que lhe não era originario: «O govêrno do imperio do Brasil será uma monarchia federativa».

A Camara alta, porém, não esteve por todas as aspirações da Camara temporaria, patenteando em varias rejeições a sua indole conservadora, talvez diga eu melhor,—reflectindo ainda a educação absolutista, em que muitos dos seus membros se tinham formado e a sua opposição a Feijó. Em repetidas occasiões, disse Armitage, appareceram elles como os defensores não só dos vicios do antigo govêrno, como dos abusos até então observados no novo e dos interesses oppostos á prosperidade da nação e á constituição» ([31]).

Em outro sentido, porém, a resistencia do Senado foi proficua. No momento historico, de que me estou occupando, toda resistencia aos exaltados era prudente e importava num auxilio á conducta calma dos moderados. Houve, assim, embora por causas diversas, uma reciprocidade de contrastes, de modificadores importantes, que influiram nos destinos politicos do paiz. Na Camara, os moderados contrastavam os exaltados, mas cediam em alguns pontos das suas aspirações. No Senado, houve, por sua vez, uma revisão das concessões, em que os moderados haviam combinado, restando sempre alguma cousa, que foi, depois, na fusão das Camaras, definitivamente assentada. Assim, a segunda camara rejeitou a idéa da monarchia federativa; manteve o poder moderador; consentiu na idéa de que o Senado pudesse reunir-se independentemente da Camara, quando lhe coubesse julgar como tribunal de justiça. Quanto á vitaliciedade do Senado, era de instincto de conservação não acceitar a suppressão approvada na Camara. O Conselho de Estado tambem escapou do alfange reformista. Finalmente, a Camara alta modificou a idéa da descentralização das provincias, embora incumbisse os Conselhos geraes de «resolverem definitivamente com approvação dos presidentes em Conselho quanto fosse de interesse peculiar de suas provincias e que não se oppuzesse ás leis geraes do imperio ou aos interesses de outra provincia, sendo tudo participado pelos presidentes á assembleia geral legislativa e ao govêrno»; acquiesceu á divisão das rendas; permittiu a revisão do § 4.º do art. 101, afim de modificar-se a

attribuição conferida ao poder moderador para «approvar ou suspender interinamente as resoluções dos Conselhos provinciaes»; rejeitou a idea da autonomia municipal, da regencia una e das alterações que a Camara pretendera introduzir no direito de voto do chefe do Estado.

A Camara dos Deputados respondeu ao Senado mantendo: a idéa federativa, a legislatura biennal e o Senado temporario e renovavel pelo terço; a suppressão do Conselho de Estado; a creação de assembleas geraes; a regencia una. Por outro lado, repelliu a idea de poder o Senado reunir-se independentemente da Camara, para funccionar como tribunal de justiça, e a reforma que o mesmo alvitrava ao art. 61, relativo á fusão das Camaras.

Uma composição era indispensavel, e esta deu-se nas sessões de 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27 e 28 de Septembro de 1832, a requerimento de Evaristo. Esta parte da Historia parlamentar ficou quasi totalmente desconhecida da posteridade. Foi debalde o esforço de Pereira Pinto, o compilador dos *Annaes*, para descobrir nos jornaes politicos do tempo, inclusive o *Diario da Camara dos Senadores*, os debates da sessão promiscua. Apenas conseguiu elle publicar discursos de Rebouças e do marquez de Barbacena e um de Martim Francisco ([32]).

Da fusão das duas camaras resultou a lei de 12 de Outubro de 1832, com um só artigo, auctorizando os eleitores da seguinte legislatura a conferirem aos deputados poderes especiaes para reformar o art. 49 da Constituição, permittindo que o Senado se pudesse reunir independentemente da Camara dos deputados, desde que funccionasse como alta côrte de justiça; o art. 72, para que a metropole tambem tivesse um Conselho geral de provincia; os arts. 73, 74, 76, 77, 80, 83 § 3.º e 84 a 89, para o fim de serem os Conselhos geraes convertidos em assembléas legislativas; o art. 101 § 4.º sôbre approvação das resoluções dos Conselhos provinciaes pelo poder moderador; o art. 123, para o fim de que a regencia permanente fosse de um só membro, quanto á forma de sua eleição; os arts. 137 a 144, para o fim de ser supprimido o Conselho de Estado; os art. 170 e 171, em relação á forma que se fizesse no art. 83 § 3.º

Em 1832, todos esses sacrificios estiveram na imminencia

de ser inutilizados. Em Minas, na villa do Principe, Theophilo Ottoni fundou a *Sociedade Promotora do Bem Publico*, destinada a pleitear, de par com *A Sentinella do Serro*, um golpe de Estado eleitoral, para que, caso o Senado, como se esperava, rejeitasse o projecto que no anno anterior a Camara dos deputados approvara auctorizando as reformas, os deputados da proxima legislatura fossem investidos do poder de reformar unilateralmente a Constituição. Era «no Senado», dizia a circular de propaganda, que existia «o primeiro escolho que se deveria evitar, si queriam chegar ao porto da liberdade»... [33] A 3 e 17 de abril houve motins nesta capital. O partido restaurador, que era o partido de d. Pedro I, desapparecido da arena no primeiro momento pelo choque inesperado da abdicação, mas resurgido impetuoso, deu as mãos ao partido exaltado, para afastar do poder o partido moderado.

Este teve, então, o mau pensamento de um golpe de Estado, a instancias de Feijó. Os *leaders* do partido moderado, com assento na Camara, reuniram-se em uma chacara da rua da Ajuda, e, de accordo com a regencia, propuzeram que esta e o ministerio se demittissem e communicassem o facto á Camara, que se converteria em assembléa nacional, decretando nova lei politica, por voto de acclamação. Para este fim, serviria a chamada «Constituição de Pouso Alegre», cujos principios characteristicos eram: suppressão do poder moderador, sendo as suas attribuições transferidas para o executivo; descentralização politica e administração das provincias; autonomia municipal; uma redacção mais precisa na disposição relativa ao estado de sitio; a temporariedade do Senado; a suppressão do Conselho de Estado; a permissão dos deputados e senadores serem ministros independentemente de nova eleição, etc.

Inconvenientes que a práctica já tinha revelado, como o relativo ao exame da administração passada, foram conservados. Outros foram corrigidos.

Ao *complot* do golpe de Estado nem todos acquiesceram, e á calma, á superioridade, á visão ponderada de Honorio Hermeto, deve o paiz não ter na sua Historia politica mais uma pagina escripta pelo punho feroz do despotismo.

Na Camara, já se havia lido o officio da regencia communicando a sua renuncia, bem como a representação da officialidade dos batalhões da guarda nacional, e a commissão especial já se tinha manifestado pela idéa de ser a Camara convertida em assembléa nacional, quando Honorio pediu a palava, achando-se, disse elle, «com a cabeça bem fria», e «com bastante energia para dizer a sua opinião com liberdade e franqueza». Duas vezes fallou Honorio. Na segunda, a sua palavra foi como a de um pastor evangelico a congregar christãos tresmalhados «Bom seria, snr. presidente, que pudessemos lançar balsamo sôbre as chagas que reciprocamente temos aberto... Persuado-me que nós todos queremos a mesma cousa, estamos todos em boa fé, mas cheios de desconfianças uns dos outros... Acalmem-se os espiritos vulcanizados... Seria absurdo desmancharmos em uma noite o que tanto nos tem custado a conservar. Não demos este passo, que nos arrastará a outros egualmente máos e perigosos... Senhores, faça-se tudo o que exige o bem da nação, mas pelos meios legaes». (34)

Neste sentido, o 30 de Julho tem uma alta significação politica. Vale por uma dessas licções que os homens de Estado não devem nunca olvidar. Attesta como nos meios revoltos, como nas assembléas incendidas, a despeito de certas leis inflexiveis da psychologia das multidões, uma palavra calma, ponderada, age como balsamo, como sedativo, capaz de modificar orientações perigosas.

Honorio foi, então, um *vir probus*. Viu, sentiu, discerniu. Percebeu o perigo, avaliou-lhe a extensão e resolveu conjura-lo. A sua orientação, no 30 de Julho, póde ser simplificada numa formula de conducta social: «O homem politico, deante de supremas exigencias do bem commum, deve orientar-se segundo os interesses deste, embora com sacrificio da disciplina do partido».

De assim ter agido orgulhou-se elle através de sua vida. Em 1840, por occasião da Maioridade, ainda o nobre estadista sentia tranquilla a consciencia. Na sessão de 18 de Maio, fez elle esta rememoração gloriosa: «Sr. presidente, já me achei cercado dos maiores amigos, vivendo debaixo dos mesmos tectos, comendo na mesma mesa. Para o 30 de Julho, procurou-se mover

o meu coração, procurou-se convencer a minha intelligencia; todos os meios de persuasão, todos os meios que a amizade podia suggerir, foram empregados para eu ceder; mas debalde, a tudo pude resistir...» (35)

Caiu, assim, a idea do golpe de Estado, que, por muito tempo, serviu de objecto de accusação contra os moderados.

Havendo a Camara alta accordado com a dos deputados os termos definitivos da lei de reforma, ficou o paiz na espectativa da proxima legislatura, que devia fazer as desejadas modificações da Carta de 1824.

Foi no anno de 1834. Logo na segunda sessão, a 5 de Maio, a requerimento do deputado Henrique de Rezende, foi escolhida a commissão para redigir o projecto. Compuzeram-na Bernardo de Vasconcellos, Limpo de Abreu e Paula Araujo. Apresentada a proposta na sessão de 7, foi dada para ordem do dia de 14. A 6 de Agosto foi approvada a redacção final, e a 9 apresentada á regencia. É o *Acto Addicional*, publicado aos 12 de Agosto de 1834. Politicamente, a reforma representa uma conquista descentralizadora. As ideas defendidas antes de 7 de Abril e depois delle tiveram ahi consagração, após o contraste das opiniões em jogo, isto é, dos moderados, refreando conciliadoramente o ultraliberalismo dos exaltados, e dos restauradores, que contrabalançaram quanto puderam, por intermedio do Senado, as aspirações de uns, as concessões dos outros, compondo-se, afinal, com todos. Assim, o Acto Addicional representa, através da lei de 1832 que lhe auctorizou a feitura, uma obra de transacção politica em que cada matiz resistiu e cedeu, marchou e contramarchou, avançou e recuou, até um pacto difinitivo.

Em resumo, a reforma estabeleceu o poder legislativo local, com um poder proprio sôbre a divisão civil, judiciaria e ecclesiastica das provincias; instrucção publica, excepção feita do ensino superior; a desapropriação municipal ou provincial; policia e economia municipal, precedendo propostas das Camaras; fixação das despesas provinciaes e municipaes e impostos; repartição da contribuição directa; creação de empregos municipaes e provinciaes e ordenados respectivos; obras públicas, casas de prisão, de assistencia pública; modo de proposta, discussão e sancção

das leis locaes; fixação da força policial; auctorização para emprestimos; modo de administração dos bens das provincias; suspensão e demissão dos magistrados, contra os quaes houvesse queixa de responsabilidade; exercicio cumulativo da suspensão de garantias. Os presidentes de provincia, que continuavam sendo de nomeação do governo central, exerciam o poder executivo, com o direito de veto suspensivo. A regencia passou a ser una, quatriennal e eleita pelos eleitores da respectiva legislatura. O Conselho de Estado foi supprimido. Era vedado ás assembléas legislarem sôbre impostos de importação. O art. 25 estabelecia que «no caso de duvidas sôbre a intelligencia de algum artigo desta reforma, ao poder legislativo competia interpreta-lo».

Uma das particularidades do *Acto Addicional* esteve em que só o discutia a Camara dos deputados. Assim se resolveu em consequencia de um requerimento de Hollanda Cavalcanti. Uns argumentavam que a Camara, só, não constituia poder legislativo; outros, que a intenção do legislador fôra que a reforma passasse por tres Camaras: a que auctorizasse a reforma, o Senado que collaboraria nessa auctorização, e a terceira, investida de poder constituinte. Si, então, o Senado interferisse, votaria duas vezes. Outros discutiam com a differença entre poder legislativo e poder constituinte. Representavam o papel de corypheus dessas distincções Custodio Dias, Gonçalves Martins, Lins Cavalcanti, Paula Araujo, Ferreira França, Evaristo, Ernesto e outros. Não faltavam adeptos da intervenção do Senado. Sousa Martins viu na exclusão da segunda camara um verdadeiro golpe de Estado. O proprio auctor do requerimento, Hollanda Cavalcanti, disse que «o Senado» tinha «o direito de proclamar e protestar contra essa offensa feita á Constituição, porque, si elle tinha todo o direito de entrar na confecção de leis de pouca monta e transcendencia, muito mais devia ter para entrar nesta, que é da maior importancia» (35).

Foi invocado na discussão o voto do visconde de Cairú, que, por occasião de debater-se no Senado a lei de 1832, recommendou aos seus pares que attentassem muito para o voto que dessem, porque a reforma não voltaria á Camara vitalicia (36). Foi Evaristo, quem se serviu desse argumento.

O que não deixa duvida, é que a politica conservadora do Senado, a suspeita do seu appoio ao partido caramurú ou restaurador determinaram essa conducta da Camara.

A orientação do Senado merece registo: foi liberal e conciliadora. Pereira Pinto tem razão em assignalar que « o espirito que dominou nos debates foi extremamente patriotico, porque se referiu aos perigos que poderiam vir para a ordem pública, si, por aquelle motivo, nascesse o conflicto entre as duas Camaras ».

Foi o senador José Saturnino da Costa Pereira quem pretendeu atear fogo á questão, indicando que o Senado considerasse inconstitucionaes as reformas, pela falta de sua collaboração. Embora sómente Francisco Carneiro de Campos tivesse concordado com a exclusão do Senado na factura do Acto Addicional, o voto geral foi acceitar o facto consummado, para não prejudicar a ordem pública. Vergueiro, o liberal Vergueiro, chamou á indicação de Saturnino « anarchica e revolucionaria ». Paula Sousa apressou a decisão, aterrado com as consequencias do conflicto » (37). Foi approvada uma proposta do grande liberal, « para que se respondesse á outra Camara que o Senado recebêra a copia official » do Acto Addicional, «e que a reconhecia como parte da Constituição do Estado » (38). Por outro lado, na Camara, o projecto não passou sem haver quem muito ponderasse sôbre as reformas que elle continha. Neste sentido, esteve na vanguarda Bernardo Pereira de Vasconcellos, que foi, aliás, o seu relator. Aqui e alli encontram-se phrases suas que revelam a sua grande cautéla como legislador e denunciam flagrantemente o seu espirito conservador: « Estou, disse elle na sessão de 1.º de Julho de 1834, que se deve diminuir os laços da centralização, mas não de um jacto, que faça dar um tão grande salto ». Elle queria «reformas necessarias..., operadas pela razão e calma, e não reformas que em dous dias tornassem este nome odioso ao Brasil» (38). A 4 de Julho insistia: « Si as reformas de que fomos incumbidos forem feitas com tranquillidade, si não se verificarem as idéas que os inimigos das luzes tem querido ligar á palavra — reformista —, isto é, si a palavra — reforma — não fôr, entre nós, synonymo de anarchia, de guerra civil, muito facil nos será para o futuro fazer não uma só reforma, mas muitas, accommo-

dar a nossa Constituição ás necessidades reaes, aos interesses do Brasil...» Aparando demasias descentralizadoras, proclamou elle que «não eram os excessos que haviam de fazer a felicidade do seu paiz» (39).

Conheço uma tradição respeitavel, segundo a qual Bernardo de Vasconcellos teve sérias apprehensões (e todas se confirmaram) com a execução do Acto Addicional. Transmittiu-m'a, por te-la ouvido dos seus ascendentes, o respeitavel republicano sr. dr. Alexandre José Barbosa Lima. Quando Bernardo teve prompto o projecto do *Acto Addicional*, passou-o ás mãos dos seus pares, dizendo-lhes: «Entrego-lhes o codigo da anarchia».

A tradição merece fé, não só pela respeitabilidade da fonte do que a hauri, como tambem porque a palavra — anarchia, — como ouvistes ha pouco, esteve, a proposito, mais de uma vez na bocca de Bernardo. Na sessão do Senado, de 29 de Maio de 1839, insistiu no conceito: «Eu entendi que o Acto Addicional devia ser approvado tal qual o redigi e apresentei... Não consegui o meu desejo; fizeram-se-lhe consideraveis emendas que o podem tornar como eu receiava, a carta da anarchia...» (40).

Por outro lado, Bernardo de Vasconcellos nunca interpretou extensivamente a reforma, segundo o sustentou na mesma sessão: «Alguns meus antigos companheiros quizeram que eu o alargasse muito. (O sr. Ferreira de Mello: — Quem queria alargar muito era o nobre senador). — Bernardo: É mistér muita coragem para negar um facto reconhecido! Eu não queria que se alargasse muito o Acto Addicional, e por uma razão, porque a nossa revolução não tinha chegado ao ponto de dispensarmos todas as provincias da tutella do governo geral...» (41).

A verdade é que, practicamente, elle não correspondeu á espectativa, em que pese á opinião, em contrario, dos liberaes que o defendiam, enquanto, para conseguir a Maioridade, não tiveram de votar ás pressas a lei de interpretação.

Em 1836 falava-se já, obstinadamente, na necessidade de interpretar disposições do Acto addicional (42). No Senado e na Camara, em «1835, 1836 e 1837, foi requerida e proposta a sua interpretação, mas não acolhida». «Nessa epocha, segundo Uruguai, era prudente que não começasse o exame e discussão da materia do Senado» (43).

A verdade é que a logica dos factos fez patentear-se no paiz uma fôrça que estava em grande potencial. Com o desapparecimento de d. Pedro I, o partido restaurador tinha chegado ao seu termo. Saïu do scenario como um actor que houvesse terminado o seu papel. As suas unidades, porém, eram naturalmente conservadoras. Por outro lado, os liberaes moderados, mais vizinhos delles que dos exaltados, podiam facilmente fazer uma alliança, para construir resolutamente uma barreira que obstasse a confusão, de que o Acto addicional fôra causa.

Quaesquer que tenham sido os motivos pessoaes do dissidio de Bernardo de Vasconcellos com os seus amigos, elles não podiam ter representado mais do que um papel secundario no que chamaram, em 1837, a sua defecção. Só quem não quizer ver claro, só quem achar que as grandes causas sociaes, os graves factos da desenvolução-politica pesam menos que meros pontos de vista individuaes, poderá desconhecer que o nascimento do partido conservador, com o estandarte do regresso symbolico, que, afinal, valia o progresso, pela ordem, pelo reequilibrio das relações inter-provinciaes, teve a mais absoluta significação de um effeito sociologico produzido por determinantes da mais facil individuação critica.

A verdade é que elle teve, na sua complexa individualidade, grandes characteristicos de um formidavel estadista. No momento, o seu espirito conservador, de que deu provas na elaboração e discussão do Acto addicional, ajustou-se plenamente á condição politica do tempo, que reclamava uma intervenção tambem conservadora. Homem e momento historico combinaram-se. O primeiro foi o elemento plastico e coordenador dos agentes de cohesão, que era urgente argamassar, para reforçar a base da unidade do imperio e evitar um insucesso para o segundo.

Não poucos viam «no Acto addicional o germe da anarchia e da ruina da unidade brasileira». Justiniano da Rocha, de quem colho esse juizo do tempo, sustentou que «a primeira necessidade que se fez sentir foi a de acudir á unidade do imperio, ameaçada pela extensão abusiva dada ás attribuições das assembléas provinciaes» (44).

Nós, republicanos de 1889, que sentimos de perto os peri-

gos da politica da retaliação tributaria, quando não poucos Estados da União Brasileira quizeram enveredar pelo processo de taxar os generos das respectivas producções, sendo preciso recorrermos a uma lei explicativa do texto constitucional e valermo-nos da armadura do poder judiciario, que nos tempos imperiaes não velava pela supremacia da lei fundamental, bem podemos comprehender que, entre 1834 e 1840, isto é, ha septenta e oitenta annos, esses perigos fossem muito maiores.

Houve provincias, diz Justiniano, em que «se iam mostrando duas tendencias fataes: uma para crear antagonismos de interesses territoriaes e fiscaes entre ellas; outra para alterar a legislação, transforma-la, e, acabando com a unidade della, acabar com a unidade nacional» (45).

Nas obras do visconde de Uruguai, *Ensaio sobre o direito administrativo* e *Estudos praticos sobre a administração das provincias*, estão compendiados os innumeros casos de incursões provinciaes nos direitos do imperio. Uma emenda do deputado bahiano Paula Araujo, definindo os empregos provinciaes e municipaes, abriu margem á maior confusão (46).

Tudo isso levou á lei de interpretação, apresentada em projecto, com um parecer longo e meditado, na sessão de 10 de Julho de 1837. Só a 2 de Julho de 1839, quasi dous annos depois, o Senado recebeu o projecto. Ahi tambem a marcha foi emperrada. No art. 1.° consumiram-se vinte e oito sessões. Os demais dispositivos ficaram para o anno seguinte. Os liberaes, que tinham resolvido o golpe de Estado da maioridade do segundo imperador, e que, anteriormente, tanto se oppuzeram á interpretação do Acto addicional sem as fórmulas da revisão constitucional, desatravancaram o caminho, e, por isso, a 7 de Maio de 1840, o projecto estava approvado: foi a lei n. 105 de 12 de Maio do mesmo anno.

Os partidarios da interpretação foram depois censurados, por não terem remediado as confusões do constitucionalismo nacional. Na sessão de 17 de Maio de 1844, Honorio Hermeto defendeu os que haviam dado inicio á questão, respondendo a Paula Sousa: «O nobre senador se engana, disse elle, quando pensa que nós julgamos que pediamos coarctar todos os abusos

das assembléas provinciaes; nenhum de nós negou nunca a insufficiencia do Acto addicional, nem como elle passou, nem depois da interpretação; conhéciamos que tinhamos faculdade de interpretar e não de revogar... Si tivessemos a faculdade de revogar o Acto addicional, elle não seria tal qual é; as nossas opiniões são mui claras a este respeito..., mas nós nos deviamos limitar ao que era simples interpretação, e simples interpretação era insufficiente para fazer o bem do paiz; era e ainda é insufficiente» (47).

Vinte e um annos depois, na sessão de 31 de Maio de 1861, o senador visconde de Jequitinhonha requereu a nomeação de uma commissão mixta, para propor um projecto de interpretação a varios artigos do Acto addicional. As Camaras acquiesceram, mas a commissão nada fez (48). Em 1885, Nabuco e trinta e septe companheiros apresentaram um projecto sôbre o estabelecimento do regime federal, idéa que Nabuco reproduziu em 1888.

Para Uruguai, a lei de interpretação apenas «simplificou, facilitou a reforma da administração da justiça e da guarda nacional» (49).

Dessas tentativas parlamentares do visconde de Jequitinhonha e de Nabuco, a reforma da Carta de 1824 apenas surge nos programmas dos partidos. Nas Camaras ella soffreu, é certo, uma reforma, a da eleição directa, mas por lei ordinaria. Em 1862 o partido progressista, isto é, a liga de liberaes e conservadores moderados, teve como programma, entre outras idéas, não querer a reforma da constituição politica, salvo pelos meios consignados na Carta de 1824, si no futuro se reconhecesse que alguns dos seus artigos mereciam reforma. Por outro lado, tinha como maxima sagrada «a sincera e effectiva execução do Acto addicional» (50).

Em 1868, *A Opinião Liberal*, desenvolvendo o programma do partido liberal radical, emergido da dissidencia dos progressistas, firmou mais nitidamente as aspirações que esboçara em 1866, prégando a descentralização, o Senado temporario e electivo, a extincção do poder moderador, a eleição dos presidentes das provincias. A esse campeão se junctou em 1869 o *Correio Nacional*, prégando as mesmas reformas, inclusive a extincção

do Conselho de Estado, e mais a policia electiva, a liberdade de associação e de cultos.

Em Julho de 1868 operou-se a união da maioria progressista com a minoria liberal, e, em consequencia, fundou-se o *Club da Reforma*, apparecendo como seu orgam o jornal *A Reforma*. A bandeira que se desfraldou, já em 1869, pleiteava «a descentralização, no verdadeiro sentido do *self-government*, realizando-se o pensamento do Acto addicional quanto ás franquezas provinciaes, dando ao elemento municipal a vida e a acção de que carece», a reorganização do «Conselho de Estado, como auxiliar da administração e não politico», «a reforma do Senado no sentido da suppressão da vitaliciedade», etc., e, depois, com o apparecimento da questão religiosa, «o registo civil dos nascimentos e obitos, o casamento civil, a secularização dos cemeterios, a liberdade plena de religião e a suppressão do juramento catholico» (51).

Foi este o celebre manuscripto, que tinha entre as suas legendas aquella que lhe augmentou a fama: «Ou a reforma ou a revolução». Nabuco teve de explicar depois o pensamento do dilemma supposto rubro: «A reforma para conjurar a revolução; a revolução como consequencia necessaria da natureza das cousas, da ausencia do systema representativo, do exclusivismo e oligarchia de um partido. Não ha que hesitar na escolha: A reforma. E o paiz será salvo» (52).

Depois da reforma eleitoral instituindo a eleição directa, o gabinete de 3 de Julho de 1882 reportou-se ao programma do partido liberal de 1868, promettendo «promover, quanto possivel, a descentralização administrativa, e fortalecer a autonomia das Camaras municipaes..., por meio da melhor classificação ou distribuição das rendas geraes, provinciaes e municipaes...» (53). Em 1883, Lafayette, tirado dos arraiaes republicanos, proclamou, á frente do gabinete de 24 de Maio, — «a necessidade da reorganização da administração das provincias e dos municipios». É preciso, disse elle, destacar para os presidentes de provincias certas faculdades que não podem ser convenientemente exercidas pelo governo central. Refiro-me ás faculdades que entendem com serviços geraes localizados nas provincias, mas que

importam mais á provincia do que ao Estado... As provincias, senhores, constituem entre nós, segundo o nosso direito publico constitucional, uma entidade juridica... É necessario, pois, entregar-se-lhes a gestão dos seus interesses», e, para que não exorbitem, «conservar aos poderes geraes as faculdades que lhes são indispensaveis, para conte-las na justa orbita de sua acção» (54).

Dahi até o ministerio Ouro Preto, a reforma politica teve um registo célebre: o do Congresso liberal em Maio de 1889, com o voto em separado do sr. Ruy Barbosa. Este queria a eleição dos presidentes das provincias, como hoje os dos Estados. A maioria achava mais conveniente uma lista triplice emanando do voto popular, dependendo a escolha do governo central. Ambos reportavam-se ao Acto addicional, extendendo-o em pontos descentralizadores.

Em S. Paulo, o partido conservador tambem approvou um programma adeantado, redigido por Antonio Prado.

Ascendendo ao governo, no ultimo gabinete imperial, o eminente Ouro Preto expôz o seu programma, que assentava preliminarmente na defesa da monarchia. Quanto á republica, foram palavras suas, cumpria «enfraquece-la, inutiliza-la»; «os meios de consegui-lo não são, accrescentou, os da violencia ou repressão: consistem simplesmente na demonstração practica de que o actual systema de governo tem elasticidade bastante para admittir a consagração dos principios mais adeantados, satisfazer todas as exigencias da razão pública esclarecida, consolidar a liberdade e realizar a prosperidade e grandeza da patria, sem perturbação da paz interna em que temos vivido durante tantos annos». Tudo isso se realizaria, «emprehendendo-se com ousadia e firmeza largas reformas na ordem politica, social e economica, inspiradas na eschola democratica...» Entre as modificações, estava a «plena autonomia dos municipios e provincias», com a eleição dos presidentes, segundo os moldes approvados no Congresso liberal, effectividade das franquezas do direito de reunião e liberdade de cultos, reforma do Conselho de Estado, liberdade de ensino, maxima reducção possivel dos direitos de exportação, etc. (55).

A Republica não o deixou realizar as promessas de grande

alcance democratico. Fazia pouco mais de septenta e cinco annos que a Carta de 1824 tinha sido jurada. As primeiras modificações vieram talvez fóra de tempo. O Acto addicional continha, em essencia, idéas dignas de applauso. Mas o que se percebe, lendo-se os debates da Camara, é que o modêlo americano, onde se quiz beber inspirações, não foi bem comprehendido. Vasconcellos era quem mais revelava conhecer o systema do Norte e não se cansou de dizer que nós o não podiamos ainda importar.

Principalmente das transacções, que foi preciso fazer, saïram as desproporções do edificio, que tornariam instavel o seu equilibrio.

Do Acto addicional até á Interpretação, não se fez mais do que mudar de processos até onde se entendeu que era possivel intervir com a construcção dos textos da reforma. Já em 1835, o governo, por meio de simples instrucções, tinha «procurado fixar a intelligencia dos artigos do Acto addicional» (56). Dahi em deante, a vida constitucional foi penosa : as provincias usurpavam ; os municipios vegetavam num centralismo demasiado. Não se póde nunca traçar com mão firme a linha divisoria entre a competencia geral e as attribuições locaes. « Apenas se discutia qualquer projecto, oppunha-se immediatamente a disposição do Acto addicional, que tinha tornado a materia provincial e não geral » (57). Uruguai dá varios exemplos dessa confusão na ordem administrativa, na ordem financeira, na ordem eleitoral. (58) Na propria *A Provincia*, de Tavares Bastos, escripta para defesa e propaganda das idéas descentralizadoras, colhem-se dados os mais positivos de que, sendo uma machina de apparencia boa e adeantada, o Acto addicional continha, entretanto, imperfeições intimas, vicios de essencia, que não facilitavam o seu funccionamento. A leitura dos trabalhos do Conselho de Estado e dos annaes do parlamento dá idéa precisa da confusão que reinou, do tumulto desaggregativo que perturbou a vida juridica do paiz.

Porque não se fez uma reforma accordemente com as licções da experiencia? As causas são varias. Admittindo como ultima reforma proposta a do visconde de Jequitinhonha, portanto a partir de 1861, contou o paiz vinte e um gabinetes, dos quaes

nove estiveram no poder por espaço menor de um anno; septe, menos de dous; quatro, mais de dous, e um por quatro annos, tres meses e 18 dias: foi este o chefiado pelo visconde do Rio Branco.

Durante alguns annos, tem-se a impressão de que os homens de Estado guardavam a Constituição como uma arca sancta. O gabinete de 1861 incluia no seu programma a necessidade da sua rigorosa observancia. Os dous de 1864 tornaram positivo que não se devia « nada alterar na Constituição do imperio », convencidos os seus estadistas de que a carta « não carecia de reforma ». Os de 65 e 66 gastam toda a actividade na guerra contra o Paraguai. Os de 70, 71, 84, os dous de 85 e o de 88 dedicam memoraveis cuidados ao elemento servil, até á sua extincção. O segundo gabinete de 1862, para não falar no primeiro, de Zacharias, que durou seis dias apenas, contentava-se com refreiar os abusos da prisão preventiva, com alliviar os serviços da Guarda Nacional, e separar a policia administrativa da judiciaria. Será o mesmo o programma de 1868, accrescido da reforma eleitoral, que em 78 e 80 se agita em caminho da eleição directa. Para não alludir ao ephemero gabinete de 82, de Martinho Campos, deve-se datar do segundo, presidido pelo visconde de Paranaguá, a promessa definitiva da realização de reformas que não poderiam ser feitas sem tocar na lei suprema. Eram os ideaes lançados no programma do partido liberal de 1868: descentralização, ensino livre, policia electiva, abolição da Guarda nacional, Senado temporario e electivo, extincção do poder moderador, eleição dos presidentes das provincias, etc. (59). Isso mesmo, o presidente do Conselho, sob o fundamento de que «os programmas dos partidos podem ser largos» e «os dos ministros se restringem...», limitou as aspirações do gabinete, como já referi, á descentralização das provincias e autonomia municipal (60). Seguiram-se as grandes promessas de Lafayette, a que tambem já alludi, interrompidas pela questão da escravatura, que absorveu o paiz, até ao gabinete de Ouro Preto, cujo programma já registei. De um lado, pois, havia quem julgasse possiveis innumeras reformas liberaes dentro da propria Carta de 1824, sem recorrer á sua alteração. O gabinete de Rio

Branco, na phrase de Nabuco, tinha por intuito «promover o maior numero possivel de reformas, exgottar o programma liberal, deixar a opposição democratica sem pretexto para guerrea-lo» (61). A lei da eleição directa fez-se por via ordinaria, e Saraiva declarou que a tal respeito «nunca tivera escrupulos constitucionaes» (62).

De outro lado, as dissidencias intestinas dos partidos tornaram difficil uma reforma importante. A *liga* foi uma politica de dissidentes. O partido conservador, justamente a esse tempo, tinha um lado «puro, *puritano extreme*», e outro «moderado» (63). Os liberaes tambem viviam fraccionados, e os dous grupos sustentavam, em 68, uma «lucta... rancorosa e violenta» (64).

E foi assim até ao fim. Ainda em 23 de Julho de 89, a *Tribuna Liberal* dividia os conservadores em «emperrados», representados por Paulino José Soares de Sousa, «evolucionistas», por Antonio Prado e João Alfredo, e «isolados» por Andrade Figueiredo e Ferreira Vianna. Quanto ao partido liberal, a ascenção de Ouro Preto deu causa ao dissidio de Ruy, que acceitaria o ministerio com Saraiva.

Ora, sem cohesão nos partidos, sem grandes corypheus que a tomassem a peito, sinão, verdadeiramente, de 82 em deante, com questões longas e diversorias, como a da guerra do Paraguai, a da abolição do trafico humano, a absorverem os homens de Estado, com o systema parlamentar ficticio, porque, em geral, o governo era uma resultante do célebre *sorites* de Nabuco (65), uma reforma constitucional, além da do Acto addicional e da lei de interpretação, foi cousa difficil.

Não sei até quando duraria esse estado de cousas, si a Republica não surprehendesse a historia politica do paiz, dando um salto por sôbre determinantes sociologicas e annunciando o seu advento inesperado.

Havia factores, de que era preciso desconfiar sempre : o das dissenções intestinas dos partidos, levando a quedas inopinadas de gabinetes, a substituições intempestivas, capazes, só por si, de perturbar reformas constitucionaes, e o do Senado, cioso da sua vitaliciedade. Talvez, o unico a não lhe crear embaraços se-

ria o segundo imperador, a quem, com todo o meu sentir de republicano, distingo ainda como o maior dos Brasileiros.

Por tudo isso, é licito perguntar: — Teria Ouro Preto, com todo o seu incontestavel valor de homem de Estado, conseguido fazer, num paiz de politica inconstante como o nosso, as reformas que annunciara?

O 15 de Novembro deixou para sempre essa interrogativa sem resposta...

---

(1) Pereira Pinto. — « A Confederação do Equador », — *loc. cit.* pags. 89, in fine, e 90.

(2) Id. — Op. cit., pags. 133 e segs.

(3) Armitage. — Op. cit., pags. 76.

(4) Pereira da Silva. — « Narrativa Historica », pags. 22.

(5) Bernardo de Vasconcellos. — « Carta aos senhores eleitores da provincia de Minas », pags. 4, inicio.

(6) Armitage. — Op. cit., pags. 108-9.

(7) Id., ibd., pags. 241, not. 30.

(8) Pereira da Silva. — « Narrativa », pags. 85.

(9) Bernardo de Vasconcellos. Op. cit., pags. 4.

(10) Id., ibd., pags. 13.

(11) Id., ibd., passim.

(12) Id., ibd., pags. 130.

(13) Id., ibd., pags. 144-6.

(14) Id., ibd., pags. 128-9.

(15) Id., ibd., pags. 136-8.

(16) Id., ibd., pags. 8.

(17) Id., ibd., pags. 184.

(18) Id., ibd., pags. 79.

(19) Uruguay. — « Ensaio sobre o direito administrativo », vol. II, pags. 194-5.

(20) Id., Op. cit., vol. II, pags. 194, not. 1.

(21) Mello Mattos. — « Paginas de Historia constitucional », pags. 15.

(22) «Diario do Governo», na Bibliotheca Nacional, 1824, n.º de 27 de Março.

(23) Nabuco. «Um estadista do Imperio», vol. I, pags. 278.

(24) Id., Op. cit., vol. I, pags. 279.

(25) O dr. José Carlos Rodrigues tambem publicou em 1863 um ligeiro Commentario da Constituição do imperio.

(26) Justiniano José da Rocha.—«Acção, Reacção, Transacção», pags. 30-1.

(27) Bernardo de Vasconcellos. — «Carta aos senhores eleitores da provincia de Minas», ed. de Rodrigues de Paiva, pags. 13.

(27) Armitage. Op. cit., pags. 211.

(28) Moreira de Azevedo. — «Historia do Brasil de 1831-1840», pags. 15-16.

(29) Armitage, — «Historia do Brasil», pags. 202.

(30) Nabuco de Araujo. — «Um estadista do Imperio», vol. III, pags. 27 e segs.; Theophilo Ottoni. — «Circular», pags. 16.

(31) Armitage. Op. cit., pags. 199.

(32) Annaes da Camara de 1832, pags. 265 e segs.

(33) Theophilo Ottoni. — «Circular», pags. 22-4.

(34) Annaes da Camara dos Deputados de 1832, vol. II, pags. 129.

(35) Ibd., 1840, vol. I, pags. 342.

(36) Ibd., 1834, vol. I, pags. 131.

(37) Ibd., 1834, vol. II, pags. 149.

(38) Ibd., 1834, vol. II, pags. 11-12.

(39) Ibd., ibd., pags. 32.

(40) «O Despertador», n.º 345 de 1839.

(41) Ibd., ibd., ibd.

(42) Moreira de Azevedo. — «Historia do Brasil de 1831-1840».

(43) Uruguay. — «Estudos praticos sobre a administração das provincias», vol. I, pags. XX-XXI.

(44) Justiniano José da Rocha. — «Acção, Reacção, Transacção», pags. 55-57.

(45) Id., ibd., pags. 55.

(46) Uruguay. — «Ensaios sobre o direito administrativo», vol. II, pags. 20, not. I.

(47) Uruguay. — «Estudos praticos sobre a administração das provincias», vol. I, pags. XXXV.

(48) Id., ibd., pags. XXIV.

(49) Id., ibd., pags. XXVII.

(50) Americo Brasiliense. Op. cit., pags. 16.

(51) Id., ibd., passim.

(52) Nabuco. Op. cit., vol. III, pags. 149.

(53) « Organizações e programmas ministeriaes » (trabalho feito na Camara dos Deputados), pags. 201.

(54) Ibd., pags. 207.

(55) Ibd., pags. 243-47.

(56) Uruguay, Op. cit. pags. XXXII-III, vol. I.

(57) Discursos de Bernardo de Vasconcellos, in « Jornal do Commercio », n.º 156 de 1844.

(58) Uruguay. « Div. ord. », vol. II, pags. 206-7.

(59) Americo Brasiliense. — « Os programmas dos partidos », pags. 25-6.

(60) « Organizações ministeriaes », pags. 200-201.

(61) Nabuco. Op. cit., vol. III, pags. 257, inicio.

(62) « Organizações ministeriaes », pags. 186.

(63) Nabuco. Op. cit., vol. II, pags. 82.

(64) Id., ibd., III, pags. 104.

(65) Id., ibd., pags. 119.

FIM DA PARTE PRIMEIRA

INDICE

INDICE

DAS

MATERIAS CONTIDAS NA PARTE I DO TOMO LXXVII

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO

O Instituto, fundado em 1838, tem por fim proceder a estudos e investigações concernentes á Historia, Geographia e Archeologia, principalmente no Brasil.

Além das sessões que realiza de Abril a Outubro, publica regularmente desde 1839, uma *Revista*, a qual no fim do anno fórma um tomo em duas partes.

A correspondencia e todas as remessas devem ser dirigidas ao 1.° Secretario Perpetuo e encaminhadas para o Instituto (Rua Augusto Severo N.os 4 e 28 — Rio de Janeiro), aberto todos os dias uteis, das 11 ás 16 horas.

PRESIDENTE DO INSTITUTO

Conde de Affonso Celso.

1.° SECRETARIO PERPETUO DO INSTITUTO

M. Fleiuss.

THESOUREIRO DO INSTITUTO

Arthur Ferreira Machado Guimarães.

BIBLIOTHECARIO DO INSTITUTO

Dr. José Vieira Fazenda.

DIRECTOR DA REVISTA

Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão.

REVISTA

DO

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO

BRASILEIRO

Fundado no Rio de Janeiro em 1838

TOMO LXXVII

(1914)

PARTE II

Hoc facit, ut longos durent bene gesta per annos
Et possint sera posteritate frui.

DIRECTOR

Dr. B. F. Ramiz Galvão

RIO DE JANEIRO
IMPRENSA NACIONAL
1916

REVISTA

DO

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO

BRASILEIRO

REVISTA

DO

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO

BRASILEIRO

Fundado no Rio de Janeiro em 1838

TOMO LXXVII

(1914).

PARTE II

Hoc facit, ut longos durent bene gesta per annos
Et possint sera posteritate frui.

DIRECTOR

Dr. B. F. Ramiz Galvão

RIO DE JANEIRO
IMPRENSA NACIONAL
1916

PROJECTO

DE

CONSTITUIÇÃO «NO APOSTOLADO» E SUA AUCTORIA

PROJECTO DE CONSTITUIÇÃO NO «APOSTOLADO» E SUA AUCTORIA

Ha incerteza quanto á data em que se organizou no Brasil a Maçonaria. Suspeita-se vagamente de sua intervenção na Inconfidencia; mas a este respeito a ausencia de dados documentaes é absoluta.

Segundo Mello Moraes (*Brasil Reino* e *Brasil Imperio*, I, 16), em 1809 já existiam em Pernambuco lojas maçonicas, irradiando d'ahi o movimento para a installação de outras na Bahia. Em 1812 — assevera ainda o auctor citado — creava-se na freguezia de S. Gonçalo, da Praia Grande, depois de Nicteroi, a loja denominada *Distinctiva*, de character republicano e revolucionario, com signaes, toques e palavras symbolicas, diversas dos toques, signaes e palavras das outras instituições do mesmo genero, tendo por emblema no sello grande um indio vendado e manietado com grilhões, e um genio em acção de o desvendar e desagrilhoar. Era essa loja dominada pela influencia de dous membros preeminentes: José Marianno Cavalcanti de Albuquerque, Pernambucano que depois tomou parte na revolução de 1817, e Antonio Carlos Ribeiro de Andrade, que então, sob a imputação de um homicidio occorrido na villa de Santos, se encontrava no Rio de Janeiro, occultamente; contando-se ainda entre os demais iniciados o capitão-mór José Joaquim da Rocha, o coronel Luiz Pereira da Nobrega e seu ermão tenente-coronel José Joaquim da Gama Lobo, o capitão Ornellas, o vigario Belchior Pinheiro de Oliveira, parente dos Andradas e outros.

Por documentos incontestaveis sabe-se que intensa e extensa era já em nosso paiz a actividade dos pedreiros-livres, ao findar a segunda década do seculo passado; é facto provado que a essa actividade se deve o mais sympathico dos nossos movimentos repu-

blicanos, a brilhante e mallograda revolução pernambucana de 1817, — que teve a seu lado tantos nomes de relêvo, que se ramificou por toda uma vasta zona do Norte, que legislou e tentou o reconhecimento de sua soberania, buscando fóra do paiz quer o amparo politico, quer o amparo material, e que, enfim, elevou aos altares da Patria tantos martyres gloriosos.

Si em tal epocha só o Recife contava cinco lojas maçonicas, é de crer que em maior numero fossem as então existentes na cidade do Rio de Janeiro. A. M. V. de Drummond, nas *Annotações á sua biographia* (Annaes da Bibliotheca Nacional, vol. XIII, pag. 44.), refere que no paço de d. João VI, quando ainda estava a côrte no Brasil, não faltavam aulicos que fossem proselytos de Hyram, e narra como o rei, infenso a similhante instituição, castigou dous dos seus camaristas, o marquez de Angeja e o conde de Parati, seu valido, os quaes, denunciados, tiveram a hombridade de não negar ao monarcha o serem iniciados nos mysterios da Ordem.

Mello Moraes (*op. cit.* 79, 80), ao estudar a reorganização da Maçonaria no agitado periodo da nossa pre-independencia, menciona as lojas *Commercio* e *Artes*, *União* e *Tranquillidade*, e *Esperança de Nicteroi*, que vieram a constituir o *Grande Oriente*, em 28 de Maio de 1822.

José Bonifacio de Andrada e Silva, ministro do principe desde 16 de Janeiro desse anno, foi eleito grão-mestre da Ordem, sendo os outros postos mais importantes assim distribuidos: grão-mestre adjuncto e logar-tenente, marechal Joaquim de Oliveira Alves; 1º grande vigilante, Joaquim Gonçalves Ledo; 2º grande vigilante, capitão João Mendes Vianna; grande orador, padre-mestre Januario da Cunha Barbosa; grande secretario, capitão Manuel José de Oliveira; grande chanceller, Francisco das Chagas Ribeiro; promotor-fiscal, coronel Luiz Pereira da Nobrega; grande experto, Joaquim José de Carvalho; grande cobridor, João da Rocha.

O principe-regente quiz iniciar-se na Maçonaria. Parece, consoante com a affirmativa de Drummond (*op. et loc. cit.*), que José Bonifacio resistiu quanto poude á vontade de d. Pedro em levar avante tal projecto, cujas consequencias seu espirito clarivi-

dente descortinava no evolver dos acontecimentos; mas, por fim, teve de ceder, e elle proprio a 2 de Agosto veiu a propor o principe, que foi plenamente acceito e tomou o pseudonymo maçonico de *Guatimozin*.

Para Drummond, os desejos do principe lhe eram nutridos por certas pessôas que procuravam por todos os meios arredá-lo da influencia de José Bonifacio. Allude o annotador, evidentemente, a Joaquim Gonçalves Ledo, José Clemente Pereira e outros, que formavam naquella epocha o partido contrario aos Andradas.

O facto é que, antes de partir o principe para S. Paulo, ainda em Agosto, aquelles, aproveitando-se da ausencia accidental de José Bonifacio, em uma das assembléas do povo maçonico revestiram d. Pedro de todos os graus da Ordem e o elegeram seu grão-mestre. Entendiam que assim, lisonjeando-lhe a vaidade, o tinham conquistado para sempre; e, porque sabiam que o principe não soffreria que seu ministro fosse desconsiderado, deixaram a José Bonifacio o posto de grão-mestre adjuncto.

Era um golpe desferido ao egregio Andrada, que, a se dar credito á versão transmittida por Mello Moraes (*op. cit.*, 442), tomando esse acontecimento por uma affronta ao seu orgulho, abandonou o *Grande Oriente*, com seu ermão Martim Francisco e outros amigos. Para Drummond (*op. cit.*, 45), José Bonifacio não dera importancia ao caso: servia-se da Maçonaria como um meio de reunir os homens para um fim, e não para crear um estado no estado, como queriam outros.

Entretanto, os factos deixam suppôr que não era tanto assim como dizia o amigo incondicional do Patriarcha, por vezes parcial em suas *Annotações*, ao tractar dos acontecimentos da epocha, principalmente daquelles em que a pessoa do seu amigo é parte. A verdade é que, depois daquella investidura de d. Pedro, as facções ainda mais se extremaram e hostilizaram reciproca e rancorosamente.

José Bonifacio, que não perdera ainda o seu extraordinario influxo sôbre o animo de d. Pedro, deliberou afastá-lo do *Grande*

Oriente e reunir em outra sociedade secreta os elementos, em que podia apoiar a sua acção.

Surgiu nessa conjunctura o *Apostolado,* á cuja frente, com o titulo de archonte-rei, José Bonifacio collocou d. Pedro, guardando para si o posto de logar-tenente; Martim Francisco e outros grandes figurantes da nossa scena politica naquelle momento vieram a fazer parte delle. Começou o *Apostolado* a funccionar no edificio, que posteriormente foi occupado pela secretaria do Ministerio do Imperio, e onde hoje funcciona o Lyceu de Artes e Officios.

Os seus fins eram os mesmos do *Grande Oriente.* Pelo menos foi isso, diz Mello Moraes (*op. cit.*, 406), o que declarou d. Pedro, em sessão dessa ultima sociedade, quando, interpellado a respeito do que pretendia o *Apostolado*, por constar aos membros do *Grande Oriente* que aquelle principiava a aggredi-lo com vehementes intrigas.

Sabe-se que o *Grande Oriente* foi suspenso por d. Pedro em 30 de Outubro de 1822, e seus membros perseguidos sob suspeita de traição á pessôa do principe, já então imperante.

O *Apostolado* continuou sua missão, não exempta de intrigas e machinações, até á noite de 16 de Julho de 1823, quando teve a mesma sorte do *Grande Oriente*, tendo sua séde invadida por d. Pedro I, embuçado e accompanhado de tropa, por denúncia de que alli se tramava uma conjuração contra a sua pessôa.

E' sabido que no dia seguinte o imperador demittia o minis-erio dos Andradas.

Quer do *Grande Oriente*, quer do *Apostolado*, impossivel é desconhecer a acção benefica e efficiente em pról da emancipação politica do Brasil; todos os historiadores estão neste ponto accordes. Adversarios inconciliaveis em todo o periodo de sua ephemera existencia, reflectindo as torvas paixões dos seus dirigentes, ambos visavam um mesmo e unico ideal — a independencia e integridade da Patria.

O *Apostolado*, sobretudo, tornou-se credor da benemerencia nacional, porque foi em seu seio que se assentaram as bases da nossa primeira carta constitucional.

Quando d. Pedro I invadiu a séde da sociedade, que estava em sessão plena, conta-se que arrebatou das mãos de Antonio Carlos, presidente da sessão, a urna em que aquelle procurava guardar, na sorpresa da investida imperial, certos papeis secretos. Esta urna, contendo os livros de actas e outros do *Apostolado*, por muito tempo pertenceu á bibliotheca particular de d. Pedro II, e com ella, por doação do grande imperador, foi adjudicada ao Instituto Historico, a cujo archivo pertence hoje.

Entre aquelles livros se encontram o *Cathecismo maçonico*, o das quatro sessões da loja *Esperança*, o da cópia da correspondencia recebida pela mesma officina e outros pertencentes às tres *Palestras* do *Apostolado*. Essas *Palestras* correspondiam ás officinas ou lojas na Maçonaria regular. A primeira dellas denominava-se « Independencia ou Morte » ; da segunda não se sabe a designação, porque falta no livro respectivo a folha de rosto ; a terceira era chamada « Firmeza e Lealdade ».

As *Palestras*, que se subdividiam em decurias, estabeleceramse em logares diversos ; a primeira funccionou no Cattete, em casa de Antonio Rodrigues da Silva, ou na do padre-mestre José Cupertino. As decurias trabalharam em outros logares, como na rua da Cadeia, hoje da Assembléa, e na rua de S. José. Mas, quer umas, quer outras, dependiam do centro, onde frequentemente se reuniam todas.

Henri Raffard, em seus *Apontamentos acerca de pessôas e cousas do Brasil*, insertos na *Revista do Instituto Historico*, tomo LXI, parte II, pags. 93 e segs., relaciona os nomes de todas as pessôas que fizeram parte das *Palestras*, junctando-lhes os cognomes maçonicos.

Está provado que Antonio Carlos, apesar de ser maçon antigo, pois já o vimos comparte em 1812 da loja *Distinctiva*, de Nicteroi, não se filiou ao *Grande Oriente*, com os seus dous ermãos e outros parentes. Quando se fundou o *Apostolado* elle estava na Europa.

Mello Moraes (*op. cit.*, 406 *in* nota) diz que elle só chegou a esta cidade no dia 30 de Janeiro de 1823, e cita, em abono de sua

affirmativa, as noticias maritimas do *Diario do Governo*, n. 23, da data acima, onde se lê:

«Londres, 49 dias, brigue inglez *Regente*, equipagem 9, mestre John Scarlet, passageiro o Exmo. Sr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada.»

Não é bem esta a verdade. Dos extractos das actas do *Apostolado*, adeante publicados, evidencía-se que Antonio Carlos já comparecia á sessão de 28, prestava o juramento correspondente ao grau de recruta e tomava o nome symbolico de *Falkland*. Portanto, a sua chegada ao Rio de Janeiro deve ter precedido de alguns dias a data assignalada por Mello Moraes. Aliás, a abonação colhida das noticias maritimas do *Diario do Governo* deve ser tomada em termos, porquanto é claro que aquella folha só as podia publicar com o atrazo de um dia, na melhor hypothese, e que fossem tres, quatro, ou mais dias não seria isso extraordinario.

O conhecimento das actas da *Primeira Palestra* veiu fazer luz sôbre um ponto obscuro da nossa historia constitucional, qual o de se saber a quem pertence a auctoria do projecto de constituição apresentado á Constituinte de 1823. Aquellas actas demonstram que no *Apostolado* se elaborara o projecto, e que Antonio Carlos era o seu relator.

E' facto que, antes de sua entrada para a sociedade, já havia alli uma grande commissão incumbida de redigir o *Periodico* ou *Novo Periodico*, que por ambos os modos é designado aquelle projecto nas actas das sessões; a acta de 15 de Janeiro faz referencia a essa commissão, que, sendo perguntada, communicou já haver «dado principio á sua tão honrosa como util tarefa», apresentando uma indicação para que fosse augmentado o numero de seus membros com os camaradas alli designados, indicação que foi approvada. Mas tambem é facto que, empossado na sessão de 28 de Janeiro, *Falkland*, ou Antonio Carlos, foi nesta mesma sessão indicado pelo camarada *Caramurú* (Antonio da Silva Telles) para fazer parte da commissão do *Periodico*; e depois de longa discussão foi adiada a materia, diz a acta.

A indicação foi posterior, ou subsequentemente approvada, porque a acta da assembléa geral de 22 de Março relata que se leram os trabalhos da commissão « e puzeram-se em livre discussão os 16 artigos apresentados pelo camarada relator Antonio Carlos ».

Note-se que neste passo, e nelle só, fóra da usança estabelecida, Antonio Carlos está designado nominalmente, e não pelo seu appellido maçonico.

Tudo, portanto, leva a crer que elle chamara a si os trabalhos da commissão, porque, como apesar de ser o último a entrar, assume logo posição de destaque, como seu relator, e não só naquella assembléa geral, mas ainda em duas outras effectuadas a 25 de Janeiro, toma parte notavel nas discussões, encaminhando-as, expondo motivos e explicando questões de doutrina. Aliás, era elle sempre a figura central nas assembléas em que occupava um logar. Assim foi nas Côrtes de Lisbôa, assim no *Apostolado*, assim na Constituinte, ao lado de José Bonifacio, Martim Francisco, Silva Lisbôa, Fernandes Pinheiro, Carvalho e Mello, Araujo Lima, Montezuma, Alencar, Carneiro da Cunha, Muniz Tavares, Nogueira da Gama e outros.

« No meio de todos, e como dominando a assembléa inteira, diz o erudito barão Homem de Mello, em sua notavel monographia *A Constituinte perante a Historia* (pag. 10), erguia-se o vulto grandioso de Antonio Carlos. Patriotismo ardente, provado nas luctas do passado, character romano, temperado nas provações do infortunio; coragem civica levada até ao heroismo; nobre e orgulhosa consciencia de seu merecimento; alma vulcanica, exaltada pela prespectiva da gloria : tudo concorreu para fazer de Antonio Carlos o homem do povo, o tribuno audacioso das nossas liberdades.»

No sessão de 1 de Septembro, da Assembléa Constituinte, Antonio Carlos apresentou o projecto de Constituição organizado pela respectiva commissão, e que é, tanto quanto se pode colligir das actas do *Apostolado*, um desenvolvimento do que alli foi discutido em artigos.

Ao espirito de nosso historiador constitucional deixamos a analyse dos documentos junctos.

O Projecto de Constituição do qual foi relator no Apostolado, em 1823, Antonio Carlos Ribeiro de Andrade

APOSTOLADO

Livro de actas

JANEIRO 15 DE 1823

Nesta sessão forão recebidos os cinco Camaradas constantes da competente acta. Lida a da antecedente, que foi longamente debatida, e por ultimo approvada, passou-se a examinar se a commissão tinha já começado os trabalhos de que fôra encarregada a cerca do Periodico. A commissão tendo exposto que havia já dado principio á sua tão honrosa, como util tarefa, aprezentou huma indicação assignada por todos os membros, e nella mostrando a vantagem que resultaria de aumentar-se o numero dos seus membros, pedio os Camaradas J. B. A. Tebiriçá, M. F. R. A. Quatimosim, C. P. M. M. Aristides, J. J. C. C. Aristoteles, A. T. S. Caramurú, B. S. A. Léo, B. I. G. Briareu, F. F. S. P. Claudiano, os quaes cooperando com a transcedencia de suas luzes para a brevidade e aperfeiçoamento de seus trabalhos, tornarião mais facil o fim da Commissão. Posta a votos a referida indicação decidio-se affirmativamente e por escrutinio secreto sahirão eleitos os mesmos que havião sido pedidos.

Mandou o Caudel correr o Saco das propostas, e sobre as que ahi forão lançadas, e julgadas regulares, ordenou por escrito a trez Camaradas, que fizessem as necessarias pesquizas para na seguinte sessão aprezentarem suas informações assignadas por elles; e deste modo findarão os trabalhos da Palestra.

JANEIRO 21 DE 1823

Lida e aprovada a Acta da antecedente forão recebidos os Paisanos constantes da Acta da sua recepção da datta d'hoje. Fallarão depois alguns Camaradas acerca de pessôas mal affectas á Nobre Ordem dos Cavalleiros da Santa Cruz, e das sinistras interpretaçoens que dão aos seos trabalhos, e gloriosos fins a que a mesma se tem proposto; e foi accordado que os Camaradas não poupando diligencias se esforçassem por descobrir os semeadores de taes sizanias para serem atalhados opportunamente. Pedio o Camarada Caramurú ser dispensado de Membro da Comissão e foi geralmente regeitada esta suplica; deo-se finalmente por ordem do dia, que os Camaradas apresentarião quanto antes o rezultado de suas pesquizas sobre as pessôas incluidas na lista que com Officio do Apostolado foi dirigido a esta Palestra em data de 2 do Corrente; e com isto terminarão os trabalhos da prezente sessão.

Aos vinte e oito dias do mez de Janeiro de mil oito centos e vinte e trez forão congregados nesta Primeira Palestra os abaixo assignados e depois das necessarias deligencias prestarão o juramento correspondente ao gráo de Recruta em que forão iniciados, cujo juramento foi concebido nos termos seguintes—Juro aos Santos Evangelhos guardar escrupulozamente o segredo do meu gráo não communicando a pessoa alguma Paisana qualquer coiza que na qualidade de Recruta me for confiada nem tão pouco instruir a alguem do Sinal da Ordem dos Cavalleiros da Santa Cruz, toque, senha, e contrasenha correspondente. Juro obediencia a meus superiores na Ordem. Juro finalmente promover com todas as minhas forças e a custa da minha vida e fazendo a Integridade, Independencia e Felicidade do Brazil como Imperio Constitucional, oppondo-me tanto ao Despotismo que o altera, como á Anarquia que o dessolve. Assim Deus me ajude, e prestado o ditto juramento o assignarão todos, cada hum com as iniciaes do seu nome proprio e Simbolico da Ordem por extenso.

I. A. T. R. Veriato .˙.

A. C. R. A. Falkland .˙.

JANEIRO 28 DE 1823

Lida e aprovada a Acta da antecedente forão recebidos os dois Paisanos constantes da Acta competente da datta d'hoje.

Pedio a palavra o Camarada Caramurú, e sendo concedida, expoz que a Commissão pedia para Membro da mesma ao Camarada Falkland; e depois de longa discussão, foi adiada a materia.

Passou-se a ler as informações apresentadas por escrito pelos informantes sobre os Paisanos que tem sido propostos para Camaradas, e sendo lidas, e passando-se a votação forão alguns plenamente aprovados pela Palestra, e outros reprovados; ficando para a seguinte Palestra a apuração de outros Paisanos cujos nomes se não lerão.

Correo finalmente o Saco das propostas, e as que ahi forão lançadas, ficarão reservadas para a seguinte Palestra.

ASSEMBLÉA GERAL DE 22 DE MARÇO

Lida a Acta da Antecedente, emendou-se a falta que havia, porquanto na mesma Secção Geral se tinha assentado que os Camaradas das Palestras filiaes da N. Ordem dos Cavalleiros da Santa Cruz pudessem hir a qualquer daquellas, que trabalhassem em seus respectivos prazos não tendo comtudo voto em suas deliberaçoens porque se deverião considerar como Vizitantes.

Foi depois da emenda approvada a Acta.

Lerão-se os trabalhos da Commissão para o novo Periodico, e puzerão-se em livre discussão os 16 artigos apresentados pelo Cam. Relator Antonio Carlos. Foi approvado o 1º Artigo sobre a divizão, e harmonia dos Poderes, de que depende a conservação da Liberdade.

Passou-se ao 2º Artigo sobre a organização da Legislatura composta de trez forças distinctas em seus elementos, a saber, d'hum Monarcha, d'hua Camara de Reprezentantes, e d'hua Camara de Senadores: foi o artigo addiado para hua nova Assembléa Geral.

Ficarão igualmente addiados todos os artigos seguintes até o 6º incluzivo por serem dependentes do 2º.

Lerão-se os artigos 7 e 8, e tambem ficarão addiados.

Passou-se ao artigo 9 sobre o Poder Executivo, que pela Inviolabilidade do Monarcha, e segundo os principios politicos Constitucionaes deve ser exercitado pelos Ministros d'Estado ficando estes responsaveis pelas rezoluçoens que assignarem, ou sejão geraes, ou particulares das suas respectivas repartiçoens: foi approvado.

Leu-se o artigo 10 — sobre a responsabilidade dos Ministros que se faria effectiva por hum Jurado adhoc composto de 12 Membros e d'hum Prezidente: foi addiado, e os seguintes por serem connexos até o 14 exclusivo. —

Passou-se ao Artigo 14 que a accuzação dos Ministros seria decretada na Camara dos Reprezentantes á pluralidade: foi approvado: mas a 2ª parte do mesmo artigo em que se dizia que o manejo fosse commettido á hua Commissão ficou addiada: —

Leu-se o Artigo 15 sobre a Liberdade Civil, e seus Limites pelos orgaons da Ley debaixo de formas claras, e determinadas: foi approvado. —

Leu-se o artigo 16 sobre a garantia da Liberdade da Imprensa pela Constituição, sem algũa censura, nem antes, nem depois da impressão do escripto assim como sobre a punição dos abuzos, que a Ley deverá fazer, sendo a existencia dos abuzos apontada pelo Jurado ficou approvado. —

Determinou-se que os Camaradas das 3 Palestras procurassem os seus respectivos Secretarios para que houvessem delles copias dos artigos addiados afim de serem descutidos na seguinte Assembléa Geral.

Que no fim das Palestras os Cam. Inspectores marcassem a falta dos Camaradas, que não havendo dado motivo justo não assistirão as suas respectivas Secçoens.

Que os Cam. que votarão contra os Paisanos Lisbôa e Barrozo propostos para serem admittidos a N. Ord. dos Caval. da S. Cruz communicassem ao Cam. Caudel da 1ª Palestra no prazo fixo de sinco dias os motivos que tiverão para a opposição,

e que na Palestra Geral do dia 22 do corrente o Cam. Caudel dicesse se elles estavão firmes, ou se haviam cedido para que a Assembléa deliberasse sobre este objecto.

Designou-se para a nova Assembléa Geral o dia 25 do Corrente e a ordem do dia forão os artigos addiados.

Deu-se por concluida a Secção.

ASSEMBLÉA GERAL DE 25 DE MARÇO

Foi geralmente approvada a Acta da antecedente.

Expoz o C. Caudel da 1ª Palestra o rezultado da conferencia que tivera com os Cam. que votaram contra os paizanos Lisbôa e Barrozo propostos para serem admittidos á Nobre Ordem dos Cav. da Santa Cruz, dizendo que hum dos votantes adherira as razoens, que lhe offerecera o C. Caudel, e cedera do voto contrario que havia dado: mas que o segundo não comparecêra. A vista do exposto a Assembléa dicidiria se deverião julgar approvados, ou não os ditos propostos. Feita a mocção se deveria correr escrutinio para nova approvação dos paizanos, ou se se deverião julgar approvados; dicidio a (Palestra) Assembléa que estavão approvados.

Leu-se hum projecto que apresentou o Cam. Secretario da 2ª Palestra sobre o melhor modo de se dezempenhar o plano proposto pelo Governo para a subscripção mensal destinada a organisáção da nossa Marinha Brazilica, porque constava que alguns Capitalistas, e proprietarios ricos havião entrado com poucas acçoens, o que dava a entender pouca affeição á causa Nacional e falta de interesse pela segurança do Imperio, sendo as forças maritimas indispensaveis pela nossa pozição corografica. Para que elles pois reformarem as suas subscripçoens sendo a negativa hum testimunho da sua opposição ao bem geral da cauza, se deverião encarregar os Nossos Cam. de os atrahir com razoens bem allegadas e que no cazo de não cederem fossem fustigados pela Imprensa sem se apontarem os seus nomes. Do rezultado desta Commissão farião os Camaradas participaçoens ás Palestras para que nos conhecessemos

os Amigos, ou os Inimigos do Brazil. Foi o Projecto approvado.

Passou-se a Leitura do 2º artigo do Projecto, que havia sido addiado para a 2ª Assembléa Geral; antes de entrar em Livre discussão expoz o Cam. Relator as razoens que tivera a Commissão para a approvação de hua 2ª Camara de Senadores, destruindo com argumentos mui bem fundados os prejuizos daquelles que espalhavão pelo povo ideas vagas de oppozição contra este estabelecimento figurado como hum Degráo para o Despotismo, e como hua Camara de Aristocratas inimigos da Liberdade Nacional. Feita a discussão, foi o Artigo geralmente approvado.

Leu-se o 3º Artigo, fazendo-se a expozição dos motivos que tivera a Commissão para assentar que a Camara dos Senadores fosse composta de membros temporarios e não hereditarios ou vitalicios, pois que as idéas do tempo, mui attendiveis por formarem o grito da Opinião Geral, tendião á repellir tudo quanto parece inclinar-se á privilegios exclusivos na Sociedade; apezar de se conhecer com evidencia que sendo os Senadores hereditarios, e vitalicios ficaria melhor garantida a Constituição. Discutido sufficientemente o Artigo, passou a votação para que a Assembléa dicidisse se o Senado seria hereditario, ou não: decidio-se que não. Fez-se nova proposição disjunctivamente — se seria vitalicio, ou temporario, dicidio-se que fosse temporario: mostrando em particular o C. Romulo Archonte Rey, Prezidente da Secção, que em respeito as idéas do tempo dignas de sua consideração, e pelos seus mesmos principios Liberaes adheria de bòa vontade ao partido da maioridade.— Depois de approvada a 1ª parte do Artigo propoz hum dos Camaradas que visto ser o Periodico destinado á instrucção publica, e conhecermos nós as maiores vantagens que resultarião d'hum Senado vitalicio, se se poderião avançar vagamente algumas proposiçoens para inclinar o povo a este estabelecimento destruindo-se com muito geito os fantasmas com que o partido da oppozição assusta o povo: dicidio a Assembléa que se poderião avançar as referidas proposiçoens. Posta em discussão a 2ª parte do Artigo, se a duração da Camara dos Senadores sendo temporaria deveria ser qua-

drupla, ou ao menos tripla; foi approvada no sentido do Projecto.

Leu-se o Artigo 4°, em que se diz que os Eleitores da Camara dos Reprezentantes, nem por isso o são da Camara dos Senadores, pois este direito he reservado aos que dentre elles tiverem o rendimento, ou pagarem a quotidade de taxas, que a Ley marcar, as quaes sempre serão superiores ás do geral dos Eleitores. Posto o artigo em discussão, foi julgado sufficientemente discutido, e approvado.

Leu-se o Artigo 5° que dizia « os Senadores terão mais de 40 annos de idade, e rendimento superior proveniente de propriedade fixa ou mobilisaria, ou pagarão maiores taxas. A Ley marcará a quotidade d'hua, e outra coiza. Posto em discussão assentou-se que se reformasse o Artigo, e que se dicesse que — os Senadores alem das qualidades exigidas para Membros da Camara tivessem 40 annos de idade — e que na parte em que diz — ou pagarão maiores taxas — se acrescentasse — do que os Eleitores do Senado —. Depois de feita a reforma foi o Artigo approvado. Propoz-se hua condição addicional se hua das qualidades exigidas deveria ser o ter exercido o lugar de Reprezentante na 1ª Camara foi regeitada.

Leu-se o Artigo 6° que para tornar effectiva a Eleição, nomearão os Eleitores o triplo dos Membros, e o Monarcha escolherá dentre elles o Terço para entrar no Senado. Posto em discussão, e havendo alguas duvidas sobre este modo de Eleição, mostrou-se que sendo assim nem se offendia a Liberdade da Nação, mui ciosa sobre este objecto, nem se coarctava a Liberdade do Monarcha, antes ficarião destruidos os receios, que pudessem haver, sendo metade da nomeação feita pelos Eleitores, e outra pelo Monarcha, o que seria constituir hum partido de oppozição entre os Membros do Senado, porque os nomeados pelos Eleitores olharião como suspeitos os que fossem nomeados pelo Monarcha, e vice-versa. Foi o Artigo approvado.

Determinou-se para o dia 25 do Corrente hua nova Assembléa Geral; a ordem do dia foi a discussão do resto dos Artigos addiados, e deu-se por concluida a Secção.

ASSEMBLÉA GERAL DE 25 DE MARÇO

Leu-se a Acta da Antecedente, e com alguas ligeiras emendas foi approvada.

Poz-se em discussão o Artigo 7º « Na confessão das Leis a propozição, oppozição, e approvação compete igualmente a cada hum dos ramos da Legislatura; a propozição, que compete ao Monarca he exercida pelos seus Ministros que tomão igualmente parte na discussão, mais sem voto.

Mostrou o Camar. Relator que fazendo o Monarcha hua parte do Corpo Legislativo lhe competião de direito as attribuiçoens de propozição, opposição, e approvação: que o Monarcha he chamado impropriamente Poder Executivo porque este poder he exercitado pelo Ministerio, que era precizo a bem da Nação dar-se ao Monarcha o poder de se oppor á Leis injustas e dezarrazoadas, sendo certo que nada ha mais despotico do que a reunião de homens com todo o poder e ao mesmo tempo com a certeza de que não existe nem força politica, nem moral para lhes rezistir, ficando deste modo a Nação sujeita ao Despotismo de muitos quando pensava que escaparia do Despotismo de hum só. Em Roma os Consules Depositarios do Poder Executivo propunhão Leis, os Tribunaes tinhão o direito de opposição e bastava hua Lettra = T = para que a Lei não passasse a pezar das ameaças do Senado.

Que hua Camara de Senadores não era sufficiente por si só para se oppôr aos despotismos da Camara dos Reprezentantes: e desta insufficiencia resultava a necessidade das attribuiçoens do Monarcha não em respeito da Pessôa, mas para segurança da Monarquia. Discutido com toda a Liberdade o Artigo foi approvado, assim como a segunda parte sobre a propozição das Leis feita pelos Ministros.

Passou-se ao Artigo 8º « Exceptuão-se as Leis de impostos, recrutamento, e escolha de nova Dynastia na extincção total da que existe. Nestas Leis a iniciativa he privativa da Camara dos Reprezentantes tão somente; não tem lugar a opposição do Monarcha na escolha de nova Dinastia.» Espoz o C. Relator quaes erão os motivos

porque estas Leis erão privativas da Camara dos Reprezentantes, e não da Camara dos Senadores nem do Monarcha: disse que as Naçoens livres seguem esta marcha lembrando-se que sahindo os impostos do geral do povo, devião por consequencia ser propostos pela Reprezentação Nacional; que ha a mesma razão para a Lei do Recrutamento. Em quanto a proposição para nova Dynastia o motivo da excluzão do direito da iniciativa era porque sendo o Monarcha a primeira guarda dos interesses Nacionaes, deveria a escolha da nova Dynastia, depois de extinctos todos os ramos da actual, sahir do corpo Representativo da Nação; podendo acontecer que se o Monarcha por algum motivo particular não approve a Dynastia escolhida pela Nação, fique esta sem Chefe abandonada ao furor das facçoens, e exposta a todas as desgraças, que resultão de sua efervescencia revolucionaria, sendo a opposição do Monarcha a cauza de se abrir o caminho a todas as intrigas da ambição. Comtudo tanto na Ley dos impostos, como na do recrutamento o Monarcha tem o direito de Sancção. Discutio-se por partes o artigo, e julgando-se sufficientemente discutido foi posto á votação, e geralmente approvado.

Poz-se em discussão o Art. 9º, ja visto, e approvado por ser coherente com o art. 7º e julgou-se desnecessaria nova discussão. — Discutio-se o Art. 10 sobre a responsabilidade dos Ministros, os quaes ficão responsaveis pelas rezoluçoens que assignarem, ou sejão geraes, ou particulares das suas respectivas repartiçoens, que esta responsabilidade se faria effectiva por hum Jurado *ad hoc* composto de 12 Membros e d'hum Presidente que he o Juiz de Direito. Expoz o C. Relator que os motivos porque a Commissão redigira assim aquelle Artigo era por não ser a 2ª Camara Vitalicia faltando-lhe por isso toda a Independencia preciza. Posto á votação o Artigo, não foi approvado pela pluralidade. Propoz o C. Caudel Prezidente Romulo Archonte Rey se a responsabilidade dos Ministros se faria effectiva perante o Senado formando hum jurado; responderão quase todos que sim —.

Propoz o C. Caudel se os Arts. 11 e 12, que tinhão relação com o 10 poderião passar, respondeu que não. Tambem se as-

sentou que não passasse o 13.—Os Arts. 14, 15, e 16 sobre a Liberdade Civil, sobre a Liberdade da Imprensa, sobre os limites da 1ª e punição dos abuzos da 2ª forão plenamente approvados.—

Assentou-se que no Periodico futuro não apparecessem os artigos do Projecto, mas somente a sua Doutrina.

Leu o C. Secretario da 1ª Palestra hua indicação sua na qual fazia ver que como os dessidentes inimigos do Brazil indespunhão os povos nas Provincias pelas correspondencias incendiarias, e mentirosas, que daqui lhes enviavão d'onde nascia o estado de indeliberação, em que se achavão alguas povoaçoens do Norte lhe parecia que para se destruir o effeito dessas cartas deverião os Camar. escrever a alguns sugeitos dessas Provincias afim de os prevenir, ou de lhes dár idéas contrarias a aquellas que espalhavão os inimigos da Monarquia Constitucional: que esta medida foi mui feliz na Grecia, quando o Tyrano da Macedonia tentava chamar a si os povos, tirando-os do governo de sua Patria de baixo do pretexto, que elles bem depressa perderião a Liberdade que tanto prezavão.

Foi a indicação approvada e ordenou-se que se puzesse com urgencia em prompta execução.

Leu outra indicação do C. Thesoureiro da 1ª Palestra sobre a organisação d'hum Cathecismo de Doutrina Constitucional que seria destribuido pelo povo em folhas volantes ou no Diario do Governo.

Discutio-se a indicação, e assentou se que se não ajuntasse ao Diario do Governo para que os inimigos da instrucção Monarquico Constitucional não julgassem que erão lembranças do Ministerio. Propoz-se se deverião ser aprezentadas em Periodico á parte; dicidio-se que sim, e que o nome do Periodico fosse Palmatoria. — Determinou-se que os Syndicos das Pal. mandassem fazer os bancos cobertos de palhinha para os Reos. Deu-se por concluida a Assembléa Geral.

F. F. d. S. P. Claudiano, Secret. da 1ª Pal. Indep. ou Morte.

PARECER

FAVORAVEL DO BARÃO DE HUMBOLDT SOBRE OS TRACTADOS DE LIMITES FEITOS PELO BRASIL COM AS REPUBLICAS DE VENEZUELA E NOVA-GRANADA

Parecer favoravel do Barão de Humboldt sobre os tractados de limites feitos pelo Brasil com as republicas de Venezuela e Nova-Granada

Monsieur — Très sensible Monsieur à la confiance que vous avez bien voulu me temoigner et que je dois sans doute à l'affectueuse bienveillance dont m'honore Mr. le Chevalier d'Araujo, j'ai étudié les documens qui traitent de la convention que vous avez si heureusement conclue et qui sera sans doute adoptée dans des momens plus calmes. Lors de la paix de Paris j'avais déjà été invité par le Duc de Wellington de rediger un memoire sur les Limites de la Guiane Portugaise, qui a été publié dans la Collection Diplomatique de Schöll, apres avoir joui de la haute approbation de Votre Cour. Les incertitudes qui ont regné si longtem sur les limites des possessions bresiliennes dans le bassin du Rio Negro, ont pris naissance en grande partie de la préférence qu'on a voulu donner à de vagues suppositions sur le point, où le Rio Negro est traversé par l'équateur, aux indications plus simples et plus rassurantes (là où manquait toute observation de latitude) des confluens de deux fleuves. Lorsque Monsr. de la Condamine venait au Grand Pará on croyait cette ville placée sous l'équateur même ; il la trouvait de 1° 28" au Sud de l'equateur. Pendant un demi siècle on a été persuadé dans la Capitainerie Générale de Carácas que l'habile Ingénieur, Dr. Gabriel Clavero, avait construit le fortin de S. Carlos del Rio Negro là où passait l'equateur.

Aucune observation astronomique n'avait été faite dans ce lieu avant moi. « La Real Expedicion » des limites de Solano n'a pas dépassé le confluent du Guaviare et de l'Orénoque.

J'ai trouvé le fortin de S. Carlos par 1°, 53' 42" de latitude boréale. J'approuve beaucoup, Monsieur, la sagesse avec laquelle dans votre negociation vous n'avez (avec les intentions les plus conciliatrices) pas insisté sur des agrandissemens de territoire et adopté

pour sortir des longues incertitudes qui naissent des vagues expressions del 'ancien Traité du Octobre 1777 le principe de *l'uti possidentis* de 1810. Vous avez très bien senti que ce qu'il y a de plus important pour faire sortir ces sauvages contrées de leur etat d'isolement et d'abandon industriel, c'est d'appaiser les antipathies nationales et de profiter par une libre navigation, de cet admirable entrelacement de rivières qui, comme un don bienfaisant de la Providence, a été acordé, assez inutilement jusqu'ici aux peuples de l'Amérique du Sud. C'est sur ce point de vue que, de retour de l'expedition de l'Orenoque en 1800, j'ai tàché de fixer l'attention du Gouvernement Espagnol, dans un rapport que j'ai adressé au Ministre des affaires Etrangères d'alors, le Chevalier d'Urquijo. Je disais alors: «Lo que ceria lo mas digno de ser obtenido por el medio de mutuas concesiones seria una libertad intera y reciproca de comercio en estos magestuosos rios, el Orinoco, el Cassiquiare y Rio Negro ó Guainia y el Marañon. Nada seria mas entera y proprio para fomentar la prosperidad en unos payses tan atrasados, en el cultivo de las tierras, nada mas entera y proprio para diminuir la infeliz y irracional antipathia que existe desgraciadamente entre dos naciones limitaneas».

Monsieur le Ministre Résident et Commendador Dom Miguel Maria Lisbôa me fait l'honneur de m'adresser à la fin de la lettre (en dàte du 4 Août 54) dont il a bien voulu m'honorer deux demandes especiales auxquelles je tàcherai de repondre avec franchise.

1.° Avant l'expedition de Solano c. à d. vers l'année 1750, la possession de fait des Portugais sur le Rio Negro s'étendait-elle au de la du Cassiquiare?

Il y a eu certainement (bien avant que les Espagnoles ont etabli des missions sur l'Atabapo, le Cassiquiare et le Rio Negro) depuis les établissemens Portugais formés chez les Marabitanos de tems en tems, des incursions vers le Nord, au delà du Cassiquiare par le Cababuri et le Pacimoni. Vous trouverez même sur ma grande carte de l'Orenoque (Pl. 16 de mon Atlas geographique et Physique du voyage) inscrits près d'un lac (par le 3° de latitude du Nord) les mots suivants:

C'est sur les bords de ce lac à l'est du Rio Mavaca que les Portugais s'introduisent par le *portage* (arrastradero) qui va du Rio Seaba, affluent du Cassiquiare au Rio Mavaca, pour cueillir le fruit aromatique du laurier Puchery et la salsepareille, article d'exportation du Pará. On parvenait à l'est de l'Esmeralda là, où j'ai eté, et Monsieur Schomburgk, 30 ans aprés moi le plus pres des sources de l'Orénoque. C'étaient de ce coté là des incursions temporaires, ce n'etait pas une *possession* de fait. Si des Aventuriers Indiens melés à quelques Colons Portugais poussaient assez souvent leurs incursions hostiles jusq'aux eaux du Rio Terui et du Tuamini (avant 1755) c'etait pour faire des esclaves, « aller à la conquête des âmes » et les vendre au Rio Negro Portugais.

L'établissement de Javitá sur le Tuamini existait sans doute, mais comme village indien sous la domination dun chef Indien du nom de Javitá. Les premiers Blancs que le Père Roman, en Fevrier 1744, rencontra en passant le premier de l'Orenoque à Rio Negro, furent des Portugais Marchands d'esclaves, « de la tropa de rescate ». Les Guaipunares leur vendaient les prisoniers qu'ils ne mangeaient pas. Ce n'est pas dans le village Indien que dominait le chef Javitá. C'est dans un des établisemens Portugais du Rio Negro que le Père Roman attendit l'arrivée du Jesuite Portugais Avogadre qui vint du Pará (Voyage, T. II P., 416 et 534). Les Portugais en 1750 n'ont eu, je crois, aucun établissement, aucune culture au Nord du point où entre le Cassiquiare, au nord-est du rocher Culimacari, sur le quel j'ai bivouaqué avec Monsieur Bonpland.

2d Les limites du Traité du 25 de Novembre 1852 sont elles d'accord avec ce que vous avez manifesté dans la Rélation de votre Voyage aux Régions équinoxiales?

Je n'ai pas visité les eaux du Rio Negro à l'ouest du point où cette rivière reçoit les eaux du Caño Pimichin, étant venu à pied à travers la foret de Javitá (mission du Rio Tuamini) au terme du *portage* sur le Caño Pimichin. J'ai pu recueilllir je crois quelques renseignemens assez précis sur les lieux que vous nommez dans le traité. Ma carte de l'Orenoque et du Rio Negro offre le con-

fluent de l'Apoporis (que reçoit le Taraira) avec le Iapurá confluent que est à 1° au Sud de l'Equateur, et par lequel vous commencez vos limites. Art. 1er dans le Traité (*) daté du 25 Juillet 1853. Ma carte offre les *Rios* Aquió, Tomo, Uaupés et Xié.

Je placerai l'Ile de San José près de la Caverne ou Harem (lieu de debauche du célèbre chef indien Cocury), entre San Carlos del Rio Negro et San José de Marabitanos (lá l'on devait me faire prisonier) par les 1°.40. de latitude Nord.

C'est cette île qu'on regarde aujourd'hui comme frontière. Je crois avoir pu donner (Voyage, éd. in 4to T. II, pag. 459) des renseignemens très curieux sur les veritables sources du Guainia et sur le cours supérieur du Uaupés que j'ai dus à un moine très judicieux de St. François, le gardien Fray Francisco Pugnet de la mission des Andaquiès. Il était venu des sources du Japurá (Caquéta) aux sources du Guaviare en partant de la mission du Caguau. Je n'ai rien trouvé, Monsieur, dans votre *Convention* qui soit contraire aux notions géographiques que j'ai pu acquerir.

Recemment il a paru à Londres le voyage d'un naturaliste qui venant du Pará a remonté le Rio Negro et visité les rives si peu connus du Rio Uaupés (Alfred Wallace, *Travels on the Amazon and Rio Negro,* 1853, pag. 273). Cette curieuse expédition a été de l'année 1850. Mr. Wallace est venu comme moi par la forêt de Pimichin à Javitá où il a eu le tort de composer un poème très ennuyeux!

Je dèsire ardemment que mes reminiscences de vieillard puissent vous offrir quelque intérêt.

Daignez agréer, Monsieur le Chevalier, l'hommage de la haute

(*) Je n'ai pas trop compris pourquoi ce traité dans le Mémoire de Mr. Lléras, pag. 32, presente d'autres noms de lieux comme limites que le Traité dâté du 25 Novembre 1852 du « Diario de los Debates » n. 23 qui commence non par le Rio Taraira, mais par les sources du Menachi que j'ignore. Il me reste aussi des doutes (Mem. de Lléras, pag. 32) sur la juste application des mots rives *droite et gauche*. L'Apoporis et Japurá courant du Nordouest au Sudest, ou du Nord au Sud, les rives gauches sont septentrionales et orientales. Comment, ce qui est au délà de ces rives gauches ne serait-il pas du Nueva Granada? Je me trompe peut-être, mais cette note ne change rien au texte de ma lettre.

consideration avec laquelle j'ai l'honneur d'être votre très humble et trés obéissant serviteur — Le Baron de Humboldt.

A Berlin le 22 Décembre 1854.

A Monsieur le Ministre Résident de Sa Majesté l'Empereur du Brésil, commendador D. Miguel Maria Lisbôa etc., etc.

Le Ministre de France certifie que la signature ci-dessus est bien celle de Monsieur le Baron Alexandre Humboldt.

Berlin, le 30 Décembre 1854.

Pour le Ministre de France et par autorisation le secretaire de la légation, *Rothan*.

(Tinha o carimbo da legação) Légation de France à Berlin.

DEFESA MILITAR DO RIO DE JANEIRO EM 1822

MEMORIA SOBRE A MANEIRA DE COBRIR MILITARMENTE A CIDADE DO RIO DE JANEIRO DE QUALQUER ATAQUE, QUE UMA EXPEDIÇÃO INIMIGA TENTASSE DESEMBARCANDO AO SUL DA BARRA DA MESMA CIDADE

DEFESA MILITAR DO RIO DE JANEIRO EM 1822

MEMORIA SOBRE A MANEIRA DE COBRIR MILITARMENTE A CIDADE DO RIO DE JANEIRO DE QUALQUER ATAQUE, QUE HUMA EXPEDIÇÃO INIMIGA TENTASSE DEZEMBARCANDO AO SUL DA BARRA DA MESMA CIDADE

Para proceder com methodo e clareza sobre esta importante Materia, hé preciso antever os planos possiveis, ou ao menos provaveis do ataque que o Inimigo pode formar; e em cada huma das hypotheses, examinar quaes são os meios de lhe oppôr huma resistencia que frustre e mallogre toda a empreza do agressor.

Hé sobre o reconhecimento o mais exacto do paiz que hade servir de theatro da guerra, para contar com os pontos de dezembarque, communicações para o interior, meios de subsistencia nos Lugares occupados, & que o Inimigo deve estabelecer o seu projecto de agressão; e hé exactamente sobre estes mesmos dados que nós devemos fundar o nosso de defeza.

São trez os pontos ao Sul da Barra do Rio de Janeiro que hum Inimigo com sufficiente conhecimento do paiz pode escolher para effeituar o seu dezembarque, e vem a ser: 1º. A praia de Copacabana, comprehendendo a praia de S. João, o Anel, a Vigia, o Leme e a praia do Arpoador junto á Fabrica da polvora. 2º. Desde a ponta da Ioatinga, entrando em pequena embarcação pela Barra da Lagôa de Jacarépaguá, huma pequena Revessa ou abrigo junto a Ilha da Sernambetyba, a praia do Thimoteo, e a Barra immediata desta praia, da Guaratyba. 3º. Entrando pela Ilha Grande na bahia da Septyba athe perto da Ilha da Madeira, em lanchas e embarcações meudas, dezembarcando desde Tacuruçá athe a Guaratyba.

O primeiro ponto pela sua proximidade a Cidade e natureza do seu Local que não admite a arma de Cavallaria para a defeza, porque a pequena planicie que há entre a praia e os morros do Leme hé dehuma arèa tão solta que absolutamente impossibilita as cargas, pode muito bem induzir hum Inimigo a emprehender ou a tentar por este lado o seu ataque, confiado em não encontrar outra arma para resistir-lhe senão aquella que elle tambem tem à sua dispozição, isto hé Infantaria ligeira, porque hé de suppòr que não conduza da Europa nem Cavallaria, nem mesmo parelhas para a Artilharia montada. Effeituando pois o Inimigo o seu dezembarque em Copacabana, só lhe resta forçar os desfiladeiros, e linha de pontos que ha entre aquella praia e a do Botafogo, para ameaçar immediatamente a Cidade, que a não haver huma curagem decidida, apenas pode cá entrar em negociações apoiadas nas pozições de Gloria e montanhas fronteiras.

Hé portanto bem patente a importancia deste ponto, e fondados sobre elle entendemos não dever poupar meio algum da Arte para oppor huma resistencia immediata ao dezembarque, assim como empregar na defeza dos desfiladeiros intrincheiramentos huns continuos, outros em relação de flanqueamento reciproco, Cortaduras abatizes, &c. Projectamos pois para defender o Anel huma Bataria de duas Coronadas de 18, proxima ao dezembarque e hum intrincheiramento entre os morros da Vigia, e do Gambá, em que deve montar-se hum Pedreiro. Para bater o dezembarque da Vigia, dezenhamos no terreno a meio tiro de fuzil, huma Bataria de hum canhão de 12 e huma coronada de 18. No alto do morro denominado o Quartel das Pessas, desenhamos tambem no terreno hum intrincheiramento para cobrir os defensores da Fortalleza da Praia Vermelha : igualmente dezenhamos Batarias convenientemente collocadas para Bater a entrada e dezembarque de Copacabana, destinando paras estas sete canhões de 18 e quatro Coronadas do mesmo Calibre. No revez do Forte do Leme occupamos o desfiladeiro que ali há, com hum intrincheiramento continuo apoiado pela direita em huma montanha inacessivel, e pela esquerda em hum reducto quadrado, tres flexas interrompidas, e huma Cortadura.

O desfiladeiro novo deverá ser fortificado quando houver certeza de se poderem concluir os seus trabalhos antes de poder ser atacado; e entretanto estamos de acordo que se lhe conserve o mato para se tornar em hum abatiz logo que haja certeza de ataque.

Na praia do Arpoadar projectamos huma Bataria de dois canhões de 12 e no desfiladeiro de S. Clemente intrincheiramentos que apoiem os flancos das Obras que ali haja construidas, chamado o Forte de S. Clemente. Quanto a Corcovado deve hum forte Corpo de caçadores, especialmente formado de homens do Campo, occupar esta altura communicando-se com os defensores da Bôa Vista no desfiladeiro de Andray.

O segundo ponto, posto que nem para a Operação do dezembarque, nem para a facilidade das Communicações com o interior ou ameaços immediatos á Cidade, seja da importancia e perigo do primeiro. Com tudo por isso mesmo poderia muito bem ser tentado (e não hé sem exemplo) se huma segurança incauta nos fizesse confiar sómente nos obstaculos naturaes que ali se achão, e felizmente a cada passo. Seguindo pois o plano de oppor sempre a maior resistencia desde que o Inimigo trate de dezembarcar, dezenhamos uma Bataria de dois canhões de 18 na Barra da Lagôa de Jacarépagoá e duas de quatro coronadas de 18 com intrincheiramentos para as proteger no alto e garganta da Bôa Vista onde vem dar todos os desfiladeiros desta serra, para acudirem por caminho mais curto e os pontos atacados do que aquelle que o Inimigo tenha de marchar. Na Barra da Guaratyba em huma pequena ponta de Rocha e terra que domina perfeitamente a dita Barra e a praia do Thimoteo que hé muito capaz para dezembarque, projectamos tambem hum forte com cinco canhões de 12. Quanto aos pontos intermedios, a praia hé geralmente tão estuosa que rara será a occasião em que a resaca de lugar a dezembarque, se exceptua hum pequeno abrigo que há junto á Ilha da Sernambetyba, ora de hum lado ora do outro (conforme os Ventos) de huma restinga de arêa que da praia communica com a Ilha: ainda que deste ponto para o interior do paiz a Communicação seja difficil pelos desfiladeiros que

tem entre as montanhas e os pantanos impraticaveis que lhe ficão defronte, com tudo como ao longo da praia se pode marchar sem obstaculo athé a Barra da Lagôa de Jacarépagoá, e dahi passar a vao para a Serra da Tijuca, hé sempre prudente collocar huma Bataria de 3 ou 4 canhões no principio da tal restinga, que bata perfeitamente o abrigo do dezembarque. Alem das Batarias de posição de que temos fallado neste ponto, he indispensavel para a sua bôa defeza ter permanentes dentro do porto da Guaratyba huma ou duas Barcas Canhoeiras e o mesmo dentro da Lagôa de Jacarépagoá.

Temos finalmente o 3º ponto de dezembarque, isto é, a Bahia da Sepetiva.

Se o Commandante da Expedição inimiga for hum General prudente, e que portanto não queira arriscar o exito da sua empreza á sorte de um golpe de mão, podemos com muita probabilidade julgar que he por este lado que elle formará o seu plano de ataque. Com effeito, no silencio do seu Gabinete, postos de parte bravatas de enthusiasmo, valor & que um General habil deve saber aproveitar a occazião, mas que de modo algum devem entrar em hum plano premeditado, e elle attenderá em primeiro lugar a facilidade, com que por este lado poderá effectuar o seu dezembarque, tendo uma praia indefinida e sempre mansa, onde por conseguinte póde, depois de qualquer reconhecimento, evitar as Batarias de pozição que ali se haja collocado e debaixo do fogo das suas lanchas artilhadas e fuzileiros, por pé em terra e ahi formar-se em forças para atacar as defezas que se lhe fação, e franquear sob a protecção dos seus caçadores, a sua marcha para a R. Fazenda de Santa Cruz, distante uma até duas legoas de qualquer ponto da praia. Em segundo lugar contará com quarteis, e provizões abundantes de gados para sustento do seu Exercito; e de cavallos e muares para montar a sua Cavallaria, Artilharia, bagagens; manejando entretanto a guerra da intriga & e quando vir infructiferas todas as suas tentativas desta natureza, derigiria a sua marcha para a cidade afim de a levar por força.

Deverá pois disputar-se-lhe o dezembarque ao longo das praias da Septyba, Pihay e Guaratyba, com bôas partidas de caçadores,

que por detrás dos arbustos que geralmente guarnecem aquellas praias, pode fazer hum fogo vivissimo e muito efficaz, conservando na retaguarda alguns corpos de Cavallaria cuja cooperação com os caçadores e artilharia montada pode ser de muita vantagem.

No porto da Septyba há huma Bataria já prompta, e outra na Barra do Rio de Itaguay, que defendem dois pontos essenciaes do dezembarque, não restando entre estes, porque a praia he muito lodoza e guarnecida de mangues, senão a Barra do Rio Guandú, que deve ser occupada por huma ou duas Barcas Canhoeiras, alem de outra permanente dentro do Rio de Itaguay : estas dispozições defensivas derigidas com toda a intelligencia pelo Ten. Coronel Elizeario, e huma innundação artificial que o mesmo Ten. Coronel tem projectado alem do Rio de Itaguay, para impossibilitar a marcha do inimigo que tivesse dezembarcado junto a Tacuruçá, fazem mui defensivel o terreno alem do Rio de Itaguay, e por consiguinte a Villa do mesmo nome cuja occupação pelo Inimigo seria muito prejudicial, por poder cortar a estrada de São Paulo, nas pozições da Serra, intruduzir-se pelo interior do paiz, etc.

Vencidas as dificuldades e opozição ao dezembarque, e estabilicido o Inimigo na R. Fazenda de Santa Cruz e suas immediações, temos huma forte pozição no Lamarão no focinho da Cordilheira que vai desde a Barra da Guaratyba, e só he penetrada pelas duas veredas (A) e (B) que dão ingresso da Guaratyba por entre montanhas e disfiladeiros, para Coromary, Vargens grande e pequena, e dahi por Camory ao Campinho, Engenho da Serra, e Tijuca.

Deve pois considerar-se aquella Cordilheira como a primeira linha de postos defensivos, intrincheirando fortemente com Batarias de pozição e outras obras de fortificação de Campanha, apoiadas nas montanhas de hum e outro lado, a pozição do Lamarão, que, sendo bem defendida, custará grandes sacrificios ao inimigo se a pertender forçar ; ou o obrigará a Volteal-a pelo lado de Marapicú ou de Coromary. O mesmo Ten^e. Coronel Eliziario encarregado das fortificações deste districto conhece perfeitamente a importancia deste posto e estamos certos que nada omitirá para o fazer tão respeitavel quanto Comporta a nutureza do local.

A segunda linha de postos difensivos hé a que vai desde a Gavêa pela Serra da Tijuca, Campinho, morros do Irajá athé a Bahia do Rio de Janeiro.

Nesta linha temos o disfiladeiro dos Dois Irmãos (c) e da Boa Vista (d) o do Engenho da Serra (f), a estrada do Campinho (G) e a garganta de Irajá (I). O primeiro não carece de intrincheiramento, mas deve ser occupado por Caçadores, no 2º (d) temos projectado duas Batarias de quatro Coronadas de 18 com intrincheiramentos para as proteger, no 4º (G) temos traçado sobre o terreno hum reducto estrilado de oito redentes que admite 800 homens de guarnição com flexas em relação do flanqueamento reciproco, apoiadas de hum lado na montanha vizinha, e do outro em hum brejo impraticavel : na retaguarda destas obras ha excellentes lugares para ter a Cavallaria coberta e Cargar o Inimigo quando fôr occazião opportuna.

Na garganta de Irajá (I) temos projectado um intrincheiramento para defender o ingresso do Inimigo vindo do lado da Pavuna para a Cidade.

A terceira linha de postos hé a do Pedregulho, apoiada de hum lado na Serra de Andrahy junto ao Macaco, e do outro no mar ; esta linha he penetrada por trez estradas, a saber : a do Pedregulho, a do Engenho Novo, e a do Macaco ; em cada huma temos projectado huma Bataria de dois canhões de 12 ou de 9 para apoiar a retirada das tropas que tiverem sido forçadas a largar as pozições da 2ª linha ; porem não nos parece de toda a confiança, por poder ser volteada pelo lado que diz para a Ponta do Cajú em huma extenção muito consideravel para se poder intrincheirar com vantagem. Finalmente a 4ª e ultima linha defensiva hé a de S. Diogo, Barro Vermelho e desfiladeiro de Catumby, apoiada no mar e na serra do Corcovado: nesta ultima temos projectado huma Bataria de quatro canhões, de 12 em S. Diogo, dois fortes reduitos guarnecidos de Artilharia, no Barro Vermelho huma Bataria de canhões de 9 para enfiar a estrada de S. Christovão para Mata-Porcos, e cinco coronadas de 18 — convenientemente collocadas para o valle e desfiladeiro de Catumby junto a chacara dos Dias.

Temos exposto, fundado no reconhecimento das praias que admitem dezembarque desde a Septiba athe Copacabana, que são em geral os trez pontos essenciaes que o Inimigo tem a sua escolha para formar o seu plano de ataque, expuzemos igualmente quaes são as obras de fortificação que temos projectado em toda a linha de operações, apoiando sempre estas obras sobre obstaculos naturaes inacessiveis, outros mui defensiveis por meio das mesmas obras; resta-nos indicar as posições das Tropas que devem guarnecer a nossa linha para executarem com a maior brevidade possivel os movimentos principaes que as manobras do Inimigo podem fazer necessarios.

Sendo os reconhecimentos militares huma operação preliminar, e indispensavel da parte do atacante, he de absoluta necessidade evitar com a maior vigilancia que elle faça estes reconhecimentos, oppondo-lhe desde que elle se aproxime as praias, hum fogo vivissimo das Batarias de posição (que conforme o nosso plano, se devem achar collocadas em todas as que ordinariamente admittem dezembarque) sustentado sem interrupção por atiradores de Tropa ligeira. He pois necessario que a força pesssoal destinada a guarnecer a nossa linha, se decomponha em trez Divisões correspondentes aos trez pontos de ataque, e que se postem de maneira que defendendo cada hum o posto que lhe pertencer, possa no menor tempo possivel socorrer aquelle que realmente for atacado.

As pozições que parecem milhor prehencher estas duas condições, como se vê na planta, são para 1° ponto (Esquerda da Linha) o Campo do Brocó e suas immediações; para o 2° (Centro) o Engenho da Tacuara e suas immediações, como Engenho Novo, Engenho de Camory dos Padres Bentos, e Engenho dagua do Visconde de Asseca; para o 3° (Direita da linha) a Freguezia da Guaratyba e suas immediações.

Postar-se-ha pois a Divizão da Esquerda no Campo do Brocó e Botafogo, destacando guarnições para todas Baterias de pozição desde a praia de fora athe a do Arpoador, incluindo o Forte do Leme, e de S. Clemente, e Corpos de Caçadores para as mesmas praias, intrincheiramentos e desfiladeiros do Leme, Povo dos Dois

Irmãos, e Corcovado; sendo o seu ponto e reunião e revez dos intrincheiramentos da Gloria.

A Divizão do Centro se postará no Engenho da Tacuara suas immediações, destacando guarnições para as Baterias da Barra da Lagoa de Jacarepagoá, Sernambityba, Boa Vista, Engenho da Serra, Campinho e garganta de Irajá, e Corpos de Caçadores para os desfiladeiros da Tijuca, da Lagoa de Jacarepagoá, do Engenho da Serra, da Corupyra, de Coromary e das Vargens grande e pequena: sendo o seu ponto de apoio e reunião o reducto e intrincheiramento do Campinho.

A Divizão da Direita postada na Guaratyba e suas immediações, destacará Guarnições para as Baterias da Barra da Guaratyba e da Septyba e Corpos de Caçadores para as praias da Septyba, Piahy e Guaratyba, e para os desfiladeiros (A) e (B) da Ilha, e S. João; tendo o seu ponto de apoio e reunião na pozição e intrincheiramento do Lamarão.

Alem destas tres Divizões, deve haver huma força destacada que defenda e conserve a Villa de Itaguay protegida como já apontamos pela inundação artificial ali projectada, e pelo Rio de Itaguahy cuja ponte junto a Guarda do Registo deve ser cortada se fôr precizo.

Dispostas deste modo as forças defensivas, se o Inimigo fizer o seu ataque pela nossa Esquerda, isto he, entre a Fortaleza de S. João e os dois Irmãos, procurar-se-há com maior vigilancia evitar-lhe os reconhecimentos, repelindo-o Vigorosamente em todas as suas tentativas; sustentar-se-hão athe a ultima extremidade os intrincheiramentos e abatizes dos desfiladeiros; e se apezar de todos os esforços forem levadas as nossas pozições, se fará a ultima defesa nas pozições e intrincheiramentos da Gloria. Logo que pelas dispozições do Inimigo se conheça ser este o seu intento deverão os Corpos disponiveis das Divizões do Centro, e da Direita aproximar-se e unir-se effectivamente á da Esquerda apenas se observar que o Inimigo principia a mover as suas embarcações meudas.

Declarando-se o ataque pelo centro, isto he, dezembarcando o Inimigo entre a Gavea e a Barra da Guaratyba, cuja operação, como

ja advertimos lhe deve ser fortemente disputada; então a Divizão da Esquerda reforçará com Corpos de atiradores os desfiladeiros dos Dois Irmãos, da Lagôa de Jacarépaguá e da Tijuca, que sustentarão hum tiroteio continuado desde as margens da dita Lagôa athe ao intrincheiramento da Bôa Vista, que lhe deve servir de apoio e reunião, aproveitando as vantagens de todas as pozições intermedias que são excellentes e muitas. A Divizão do Centro reforçará tambem com Corpos de Caçadores o disfiladeiro continuado ao longo da dita Lagoa desde a Tejuca athe perto do Engenho dos Viscondes, servindo-lhe de apoio e ponto de reunião o intrincheiramento do disfiladeiro do Engenho da serra, aproveitando igualmente todas as pozições intermedias, que tambem são muito boas: reforçará da mesma sorte os desfiladeiros de Coromary, da Corropyra, das Vargens grande e pequena, para onde poderá mandar algum Corpo de Cavallaria apostar-se na Fazenda dos Padres Bentos, denominada a Vargem pequena; servindo de apoio e ponto de reunião a estes Corpos a pozição e intrincheiramentos do Campinho. A Divizão da direita reforçará com Corpos de atiradores, o ponto da Barra da Guaratyba e os desfiladeiros (A) e (B) da Ilha e S. João. Se apezar da vantagem de pozição da Barra da Guaratyba, o Inimigo a vencer, deverão os corpos que ali se achavão reunir-se aos postados nos dois desfiladeiros (A) e (B), e se desses mesmos forem expulsados, retirar-se-hão por entre os matos para o lado da Freguezia da Guaratyba devendo reunir-se aos seus Corpos na pozição e intrincheiramentos do Lamarão; e quando ja ali os não encontrem, deverão pela estrada Real da Cidade, vir-se-lhes reunir aos Affonsos para onde devem ter marchado os corpos disponiveis da Divizão da Direita, logo que o ataque do Inimigo se declare real, e em força áquem da Barra da Guaratyba; afim de ameaçar e atacar a sua retaguarda, quando elle dezembarque pela estrada do Engenho de fóra para forçar os entrincheiramentos do Campinho.

Se porém o Inimigo desprezar como muito excentrico o ponto da Barra da Guaratyba e atacar somente por Coromary, Corrupyra, Sernambityba e Lagôa de Jacarepagoá; então os Corpos des-

tacados na dita Barra, e desfiladeiro de S. João e Ilha, deverão avançar para Coromary e Vargem Grande, picando continuamente a retaguarda do Inimigo. Se apezar de toda a rezistencia forem forçados os intrincheiramentos do Campinho ou alguns dos dois desfiladeiros, do Engenho da Serra ou da Bòa Vista, não nos resta outra pozição de confiança senão a linha de S. Diogo, Barro Vermelho e Catumby, que a Divizão da Esquerda deve a este tempo ter reforçado com todos os meios que tiver á sua disposição. Aqui será forçoso ou propor as ultimas condições, ou fazer os extremos sacrificios.

Tratemos finalmente do 3º ataque, isto hé, dezembarcando o Inimigo na Bahia da Sepityba. Ja dissemos o modo de oppor a este dezembarque toda a rezistencia possivel, fazendo com que lhe custe caro o seu estabelecimento na Real Fazenda de Santa Cruz; dissemos que o Inimigo ali estabelecido, depois de se preparar formar seus projectos dirigia a sua marcha para a Cidade afim de a levar por força.

Para realizar esta empreza elle terá de atacar a forte pozição do Lamarão, ou procurará voltea-la pelo lado de Marapicú, ou da Guaratyba introduzindo-se pelos disfiladeiros (A) e (B) da Ilha e S. João, para as Vargens Grande e Pequena, Camory, Engenho dos Viscondes &ª ou combinando estes ataques, dirigirá a sua maior força pela estrada Real atacando em frente o Lamarão fazendo ao mesmo tempo huma diversão por hum ou ambos os lados. Deverá pois a Divizão da Direita concentrar-se no Lamarão, para defender vigorozamente este passo, tendo feito marchar hum Corpo de Observação pelo lado de Marapicú, para se retirar voltando pelo Norte da Serra do Madureira ; a medida que o Inimigo a compelir a isso.

A Divizão do Centro occupará a pozição do Campinho, mandando huma fòrte Vanguarda para o Engenho da Tacuára e hum Corpo de Cavallaria para a Fazenda da Vargem pequena, e destacamentos de atiradores para os Caminhos (A) e (B) da Ilha de S. João para as praias de Coromary e Corrupyra e para a estrada athe a Lagôa da Tejuca : e pela direita levará as suas Commu-

nicações por meio de Patrulhas athe o Corpo de Observação que deve retirar-se por Marapicú, conservando hum destacamento na Pavuna e guarnição nas obras que defendem a garganta de Irajá.

Forçada a pozição do Lamarão, deve a 3ª Divizão ou da Direita mandar as suas milicias ou parte dellas, para o lado da Jacotinga, fazendo a juncção destes Corpos com os que tiverem seguido por Marapicú, os quaes devem manobrar separadamente; sendo o seu ponto de apoio e reunião os intrincheiramentos da garganta de Irajá, entanto que os Corpos da 1ª linha e Cavallaria se retirarão sobre o Campinho. Nesta segunda pozição devem as nossas forças occupar a linha formada pela Serra da Tejuca, Campinho e morros de Irajá; defendendo o ingresso do desfiladeiro da Tejuca athe ao alto da Boa Vista, o desfiladeiro do Engenho da Serra, as fortificações do Campinho e garganta de Irajá. No Campinho como já notamos podem jogar todas as armas, e o reducto estrelado que ali se traçou, sendo bem defendido, deve obrigar o Inimigo a grandes sacrificios.

Sendo forçada esta pozição ou qualquer das outras trez que ha nesta linha, a saber: Boa Vista, Engenho da Serra e garganta de Irajá, ficamos, como já observamos, reduzidos á linha de S. Diogo e Barro Vermelho; porque a intermedia do Pedregulho, posto que se deva aproveitar, he contudo, como já observamos, accessivel em muitos pontos, e muito extensa para se fortificarem todos, sendo prefeitamente illudida e tomada de revez, se o passo da Bòa Vista fôr forçado.

Reduzidas as nossas defezas á ultima linha de S. Diogo e Barro Vermelho, estamos no cazo da hypothese que consideramos no 2º ataque, e só poderiamos repetir aqui o que então dissemos. Quanto aos movimentos da 1ª Divizão neste 3º ataque, elles devem ser os mesmos do 2º que já expuzemos.

Faremos afinal algumas observações que nos parecem muito nteressantes para o bom exito das nossas operações.

1.ª Será muito vantajozo municiar os Caçadores de Milicias e talvez todas as Milicias alem do Cartuxame Ordinario de polvora e balla, com cartuxos de polvora e zagalotes; porque sendo o seu

fogo quasi sempre de embuscada e muitas vezes á queima-roupa, importa muito, para lhes inspirar Confiança, que empreguem com certeza os seus tiros; em que geralmente são insignes atirando com esta especie de Carga; e pelo contrario os tiros de balla sendo muito incertos, os farão descoroçoar vendo que errão muitos, servir-se hão pois do Cartuxo a balla para os intrincheiramentos e pozições em que tenhão de sustentar o fogo do inimigo, porque hé perciso que os tiros dos defensores não tenhão menos alcance do que os dos agressores e dos tiros a zagalotes em todo o fogo de embuscada por entre os matos.

2.ª Deverão se tomar as medidas mais precizas, e terminantes para se fazerem retirar para o interior do paiz todos os gados, cavalgaduras, escravos, em geral todos os meios de subsistencia e recursos, logo que os navios inimigos apareção sobre a Costa.

3.ª Deverão numerar-se todas as embarcações meudas do porto e Praia Grande, assim como escalleres, lanchas de navios e saveiros para no caso de revez desastrozo, o que Deus não permita, se acharem promptos a receber a Tropa, para a transportar aos portos do interior ou para outra banda.

4.ª Dever-se-ha com maior actividade e sem perda de tempo tratar de apromptar todas as Batarias maritimas de que tratamos nesta memoria; e mui particularmente as que pertencem a Copacabana, Anel, Vigia e Arpoador.

São estas, em geral, as nossas ideias a cêrca da importante materia de que tratamos, de defender a Cidade do Rio de Janeiro de qualquer ataque que huma Expedição inimiga tentasse, dezembarcando ao Sul da Barra desta Capital, as quaes com o maior respeito levamos á presença de V. Ex.

Rio, 4 de 9bro de 1822.

APONTAMENTOS EXTRAHIDOS DA MEMORIA SOBRE A DEFFEZA DO RIO DE JANEIRO

MEMORIA DE JOÃO MANUEL DA SILVA

PRIMEIRA PARTE

HÉ HUMA DESCRIPÇÃO GEOGRAPHICA, TOPOGRAFICA E HYDROGRAFICA

A Barra da Guaratyba tem 50 braças de largura e duas de fundo no preamar e não he transitavel em tempo de Sodoeste pela grande rebentação.

Querendo vir da barra da Marambaya para a Sepetiba he preciso dar resguardo ao parcel que corre desde a Ilha da Marambaya até as Ilhas do Jaguano a rumo N. N. O.; mas pode deitar ao Norte até 200 braças da Guiba grande e passar ao Sul desta em que achará 10 braças, ou ao Norte em que achará 11 e seguir a Este costeando a terra em distancia de 300 braças até chegar á altura da Ilha Tacuruçá; então deitará ao S. E. e passará entre Tacuruçá e a Ilha do Jaguano: daqui a vante não podem hir grandes Embarcaçoens por hir diminuindo o fundo, de sorte que havendo em Tacuruçá 7 braças, na Sepetiba o meio canal há só 3, e daqui até á barra da Guaratiba vai sempre diminuindo, de fórma que na baixa mar tem pouco mais de huma braça.

Os Portos de Macuaba, Mambucaba, Japuïba, Angra dos Reis e Mangaratiba são para grandes Navios e só tem que dar resguardo ao que se vê.

A' vista da carta de reconhecimento deve ler-se o artigo = Lagôas que ha ao Norte do Rio de Janeiro e Rios que nellas entrão = e pedir copia deste artigo.

Defronte da barra de Macahé estão as Ilhas de S.ta Anna aonde há bom ancoradoiro e bôa agoada e podem servir ao abrigo dos corsarios ou contrabandistas.

SEGUNDA PARTE

DESCRIPÇÃO TOPOGRAFICA E MILITAR DA BARRA E PORTO DO RIO DE JANEIRO.

Largura da Barra 800 braças.

A Lage está a 600 braças de S^ta^. Cruz e a 300 do Forte de S. Theodozio na Fortaleza de S. João.

O Canal grande tem junto a S^ta^. Cruz 17 braças; em geral 25 a 30; e junto a Lage 14 braças.

O Canal pequeno tem em geral 10 e 12 braças e junto a S. Theodozio e a Lage tem 8.

Willagalhon dista da ponta do Trem 550 braças e 600 da Snr^a^ da Gloria.

O Canal da Ilha das Cobras tem 90 braças de largura.

A Ilha do Governador tem de comprido 5300 braças e de largura 3400.

De S^ta^. Cruz á Bôa Viagem 1400 braças; a Willagalhon 1750; á Ilha das Cobras 2700; ao Gravatá 1.800; ao Trem 2300; a Lage 600; e S. Theodosio 800.

Da Lage a S. Theodosio 300 braças; a Willagalhão 1250; á Boa Viagem 1400; ao Gravatá 1700; ao Trem 1780; á Ilha das Cobras 2230.

Do Forte de S. Theodosio a Willagalhão 1.200; á Bôa Viagem 1700; ao Gravatá 1900; ao Trem 1800; á Ilha das Cobras 2300.

De Willagalhão ao Trem 580 braças; a Ilha das Cobras 1000, a Bôa Viagem 1250, ao Gravatá 1.100.

Da ponta do Trem á Boa Viagem 1730 braças, ao Gravatá 1480; á Ilha das Cobras 500. Da Ilha das Cobras ao Gravatá 1550 braças, a Bôa Viagem 1900.

Do Gravatá á Bôa Viagem 480.

Os Navios que entrarem para o Sacco de Botafogo e para a Gloria sofrerão muito pouco fogo.

A Fortaleza de S^ta^. Cruz monta 105 peças, das quaes 16 para fóra, 37 sobre a barra, 42 sobre o Porto.

S. João monta 25, das quaes :

S. Theodozio alta 7, baixa 7.

S. João, alta 4, baixa 7.

A Fortaleza da Lage ha hum Exagno que monta 25 Peças.

A Fortaleza de Willagalhão.

A Ilha das Cobras só deve ter em bom estado as Batarias de S. Antonio na ponta da Ilha.

As duas Batarias da Bôa Viagem e Gravatá poderão montar cada huma 7 Peças.

Na encosta do Corcovado ha dois reductos junto ao Forte de S. Clemente.

TERCEIRA PARTE

DA DEFESA DO RIO DE JANEIRO

Evitar o máo effeito dos parapeitos de cantaria nas Batarias Marithimas que estiverem mais expostas a receberem o fogo dos Navios.

Notar na Fortaleza de S. João a pouca distancia entre os Quarteis e as Batarias evitando a ser possivel o perigo dos estilhaços.

Apontar a construcção de uma Bataria continua entre as duas da Barra e de outra do Forte de S. João para o Pau da Bandeira a 1ª poderá montar 30 e a 2ª 20 peças.

Nota a possibilidade de huma Bataria de Morteiros no Pau da Bandeira o que não deve (segundo a minha opinião) construir-se porque compromete a segurança de Sta. Cruz.

Demolir os penedos que mascarão as Batarias da Lage do lado de Sta. Cruz.

Em Willagalhão aumentar a Bataria que olha para o Porto.

Para determinar mais positivamente a entrada das Tropas que desembarcarem aquem do Cabo Frio convem unir as duas Lagôas de Araruama e de Sacarema por hum canal.

Taobem se podem unir as Lagôas de Guararapina, Maricá e Brava aquem da Ponta Negra.

O Lamarão he um ponto de união de Tropas para destacarem sobre o alto da Coropira e a Lagôa Camorim em que se pode fazer hum bom intrincheiramento.

Occupar o alto dos dois morros Guaratiba e Capoeira.

MEMORIA DO TENENTE GENERAL CARLOS NAPION

Sopoem inutil ao Inimigo hum dezembarque na costa entre Cabo Frio e Sta. Cruz (fortaleza) mas dando-o como possivel devide a Tropa daquella parte da Provincia em tres pontos, hum em Cabo Frio; outro na Ponta Negra e o terceiro em Taipù cada hum delles entre os limites precisos de 800 a 1000 homens dos quaes entre a 4ª e 5ª parte será cavallaria, dando a cada devisão 2 peças de 3.

Quanto á parte do Sul parte do principio que o desembarque deve ser feito pelo lado da Ilha Grande e então dispoem as Tropas tãobem em tres corpos: o 1º em Sta. Cruz; o 2º em Campo Grande; e o terceiro nesta Côrte, sendo o Qtel. General no centro e julga bôa a posição do Lameirão.

Finalmente propoem huma Fortaleza de 1ª Ordem nas immediações da Sepetiba para servir de deposito de Armas e reunião das Tropas de S. Paulo e Minas e tornar precarias todas as vantagens que o Inimigo tivesse adquirido sobre a Capital.

MEMORIA DO BRIGADEIRO JOAQUIM JOSÉ RIBEIRO

Indica a necessidade de fortificar a entrada da Lagoa de Araruama porque pode o Inimigo intrudozir-se nella com as embarcaçoens miudas da sua Esquadra e fazer grande damno pela grande extenção da Lagoa no interior do paiz.

Sopoem o Lamarão lugar importante. A sua desposição de Tropas he em geral huma deseminação de pequenos corpos e nada diz de notavel sobre a defeza dos lugares em que realmente se deve esperar o dezembarque.

MEMORIA DO TEN. CORONEL CONY SOBRE CABO FRIO

Toda a Costa desde Macahé até ao Porto de S. João he impraticavel para desembarque.

A praia de Una tãobem he impropria para desembarque.

MEMORIA DE JOÃO DE SOUSA CÔRTE REAL

Considerando as Lagoas entre Taipú e Cabo Frio como huma linha de bôas defesas contra hum desembarque, aconselha a união por meio de vallas abertas nas restingas e brejos que separão estas lagôas.

Sopondo feito o dito trabalho indica o serviço das embarcaçoens miudas para facilitar os meios de defesa e conduzir tropas.

Propoem a Comunicação do Rio de S. João com a lagoa de Araruama. Julga o desembarque em Sernambitiba (entre a barra da Tijuca e Guaratiba) innutil por causa das lagôas Mapindi e Camorim que obrigão a procurar a passagem para a parte de Guaratiba.

Dá o Lameirão como bôa posição Militar.

Mostra que ha perigo em se cortar a comunicação de S. Paulo.

O seu primeiro ataque he a hum tempo pela barra, por Taipú e Praia de Fora e com toda a força sobre Copacabana.

Segundo he hum dezembarque real na Sepetiba ameaçando a barra com a Esquadra para aproveitar os momentos favoraveis.

Terceiro entrar por Cabo Frio e introduzir-se pela Lagoa Araruama até se apoderar do lado oriental da Bahia e forçar então a barra.

Huma maxima attendivel — Em toda a Guerra principiar logo com a maxima força possivel.

DESPOSIÇOENS

Defender a barra de Cabo Frio e meter dentro da Lagoa todas as embarcaçoens que lá houverem.

Defender Ponta Negra.

Defender Taipú Viração.

Defender a Copacabana, Lagôa, dois Irmãos, Praia Vermelha &.

Defender a Marambaia. O Curral Velho he ponto de reunião ou observação em S. Cruz. Fortificar o Campo do Lameirão.

Ajuntar todos os meios de transporte em Inhuan e em S. Christovão e Campo Grande.

Preparar Transportes Maritimos e po-los a coberto da Ilha das Cobras.

Formar hum campo na Ilha Grande para recolher todas as Familias abandonando o resto da Ilha.

NOTAS — OBSERVAÇÕES OU CORRECÇÕES

1.ª Barro Vermelho e S. Diogo com a Estrada do Valle de Catumbi fazem linha com o Corcovado.

2.ª Da Pavúna a José do Egipto (Faraó) são 4.h40' de marcha a cavallo.

3.ª Da Serra de Madureira para Este ha posiçoens disputaveis.

4.ª Em S. Matheus o terreno he proprio para todas as Armas.

5.ª Do Viegas até ao Lamarão ha posiçoens muito vantajosas que se devem disputar obstinadamente.

6.ª Parte dos Corpos de Melicias (sendo forçado o Lamarão) devem retirar-se para a parte de Madureira e acompanharem a Estrada de Sta. Cruz ou as que seguir o Inimigo por emboscadas.

7.ª No Lamarão e pela direita desta posição deve abrir-se huma retirada para a Cavallaria para parte do Viegas para Escaramuçar e demorar o Inimigo nestes campos emquanto se tomam as posiçoens.

8.ª Do Viegas para a Cidade a Segunda Posição fortificavel he o Pedregulho; e todo o intervallo deve ser deffendido por Emboscadas e alguma cavallaria e quando se chegar ao Pedregulho já as Melicias todas excepto alguma cavallaria devem estar entre Madureira e a Bahia deste porto para defenderem o Paiz.

A segunda posição fortificavel he o Campinho que prende pela esquerda, com o desfiladeiro do Engenho Novo e Tejuca e pela direita com a aberta de Irajá e o Mar.

A posição do Pedregulho he muito aberta pelo lado do Engenho Novo.

9.ª No extremo interior da Serra de Madureira deve haver hum deposito de Munições e Mantimentos para fornecer os corpos que baterem a Estrada de Sta. Cruz.

10. De Sta. Cruz ha huma Estrada para Gerecinó e Retiro.

11. O Rio Taguahi he fundo e deve ser coberto para a parte de S. Paulo.

12. O Campo de Sta. Cruz está a coberto de desembarques pelo mangue da beiramar.

13. Toda a costa até a barra de Taguahy (Vindo da Ilha Grande) fica a coberto pela innundação projectada.

14. Da barra de Tagoahy até á Sepetiba está coberta pelo mangue e deve por tanto defender-se a barra do Tagoahy e do Guandú.

15. Da Sepetiba até a Capella da Pedra precisa defeza.

A praia de Sepetiba he toda abordavel porem o mar que lhe corresponde não pode ser protegido pelas embarcaçoens grandes.

A praia he huma capoeira continuada e por detraz desta capoeira tem hum pantano que pega com os morros da Bateria e vai até o fim da praia a pegar com o caminho do Piahy. Por detraz desta Lagoa está o Engenho Piahy que tem muito bom campo.

Em geral vai huma colina por traz do pantano ou lagôa.

O caminho que da Praia vai ao Piahy tem um passo estreito entre dois brejos e muito fortificavel de modo que a melhor estrada para o Inimigo he por sima da Colina da Sepitiba.

16. Da Capella da Pedra até á Guaratiba (Freguesia) está coberta pelo mangue (confirmado).

17. Da freguesia de Sepetiba até a barra preciza deffeza.

18. De Sta. Cruz a Sepetiba são 70' de caminho a cavallo.

19. De Sepitiba ao Engenho Piahy são 20' de caminho.

20. A Bateria que já existe na Sepetiba deve jogar com outras duas que se devem colocar nas Ilhas da Caeira e do Tatú que protegem bem a praia.

21. As entradas de Sepetiba reduzem-ze a duas huma junto á Bataria e outra pelo Engenho Piahy e huma e outra vão dar ao Curral falso.

22. Deve exercitar-se a Tropa na deffeza de Sepetiba e dos pontos successivos em que ha de apoiar-se.

23. Huma parte da praia que fica á vista do Engenho Piahy hé muito bom desembarque por ser descoberta.

24. A ponta do Espigão que do Convento da Pedra entra no mar he tambem bom desembarque por hum e outro lado porque os defensores ficão logo cortados.

25. Na Fazenda dos Padres da Pedra ha planicies e segue em Campo aberto com alguns brejos até entrar no Lamarão.

26. A Cordilheira que forma a barra da Guaratiba he a mesma que vai fexar no Lamarão e parece continuada com a Serra de Madureira.

27. A posição dos Ferreiros junto ao Curral falso he continuada com o Espigão que entra no mar no convento da Pedra e pode voltear-se.

28. Todas as posiçoens até o Lamarão devem ser disputadas, mas a do Lamarão he a primeira que deve ser sustentada á extremidade.

29. Do Engenho Piahy á Freguesia da Guaratiba são duas horas de caminho a cavallo.

30. Passagens da Serra da Guaratiba ou de Coromarim:

1ª. Pelo focinho que entra no mar volteando-o a cavallo;

2ª. Pelo perigoso e não he util ao Inimigo;

3ª. Pelo Campo de S. João que tem má subida e má descida, entra no reconcavo de Coromarim que he boa estrada e sóbe por terras de D. Francisca Cespedes e desce para a parte da Corropira e volteando o reconcavo da Corropira vai pela Varzea grande e Varzea pequena á Fazenda dos Bentos e desta por mais duas Estradas ao Campinho.

4º. No Campo da Ilha sera a legoa e quarto da barra desce para o reconcavo da Corropira muito no interior delle segue pela fazenda dos Bentos.

31. Da Freguesia da Guaratiba segue a estrada Real ao Lamarão.

32. Toda a Serra desde a barra da Guaratiba até ao Lamarão pode servir ás Tropas ligeiras, tanto nossas como do Inimigo.

33. Entre a ponta grossa e a ponta da praia funda chama-se praia funda ou Paranambuco.

34. Entre a ponta da Praia funda e a ponta de Coromarim he a praia de Coromarim.

35. Entre o Canto de Coromarim e a ponta do Ferreira he a prainha do meio.

36. Da ponta do Ferreira até hum morro de pedra (Tapoan) chama-se praia da Corropira.

37. Depois do morro da Tapoan até outra pedra chama se praia do Tapoan.

38. Desde a restinga da Sernambetiba até a Barra da Tejuca chama-se praia de Sernambetiba.

39. Da Ilha da Sernambetiba para a Corropira he praia mansa algumas vezes; e della para a barra da Tejuca he sempre brava a excepção da barra da Tejuca.

40. Sobre a Pontinha na barra da Guaratiba deve ter huma bataria de tres

faces e cinco canhoens para defender a barra e desembarque na praia do Thimotheo o que he util até para proteger as Embarcaçoens de cabotagem.

A praia do Thimotheo he bom dezembarque, querendo o Inimigo por meio delle voltear a posição do Lamarão.

41. Da ponta do Pição até a Ilha rasa he impossivel o desembarque e o mesmo até a ponta grossa.

42. A praia de Coromarim pertence aos Padres Bentos e tem muitos foreiros. He huma grande enseada dentro de huma cordilheira simicircular que terá 800 braças de diametro; o centro he terreno enchuto e tem à direita huma pequena lagôa (Coromarim) com barra para o mar junto a ponta do mesmo nome em que entra a maré; do outro lado tem hum maceió que dá esgoto as agoas.

Os caminhos que entrão neste sacco ou enseada são:

1º, o caminho do perigoso que he huma picada que vem da praia do Jeronimo, Amador, e funda e comunica para o lado da Guaratiba;

2º, a Estrada vem do campo de S. João proximo a barra da Guaratiba e vai para fora.

3º, que he a Estrada que vai para os Padres Bentos, Jacarepauá, Engenho da Serra, Campinho etc.;

4º, huma picada na fazenda de Manoel de Campos (na ponta do Ferreira) que vai dar no rio dos Piabas que desagua na lagôa Maipindy.

RELAÇÃO

DOS

Acontecimentos mais notaveis da guerra proxima passada na entrada e conquista dos sete povos das Missões Orientaes do Rio Uruguay, por José Borges do Canto e Manoel dos Santos Pedroso

I

RELAÇÃO DOS ACONTECIMENTOS MAIS NOTAVEIS DA GUERRA PROXIMA PASSADA NA ENTRADA E CONQUISTA DOS SETE POVOS DAS MISSÕES ORIENTAES DO RIO URUGUAY, POR JOSÉ BORGES DO CANTO E MANOEL DOS SANTOS PEDROSO

Depois que o Capitão de Dragoens e Comandante da Goarda avançada de S. Pedro, Francisco Barreto Pereira Pinto, mandou atacar a Goarda Espanhola de S. Martinho, pelo Dom Manoel dos Santos; o qual por ordem do mesmo Capitão se foi internando a dispor e assegurar aos Indios d'aquelles Povos, que elles de nenhuma forma serião ofendidos ou molestados pelos Portuguezes; mas sim auxiliados, afim de saçudirem o jugo dos Espanhoes, e ficarem debaixo da benefica Protecção de S. A. R. o Principe Regente Nosso Senhor, recebeo o sobredito Capitão Comandante cartas dos Corregedores, e Mandarins dos mesmos Povos, que elles tinhão com effeito a mais eficaz vontade de passarem a Obediencia e Protecção do Nosso Soberano, para o que esperavão anciozamente do mesmo Capitão Comandante serem socorridos e auxiliados pelos Portuguezes.

A este tempo me aprezentei voluntariamente na dita Goarda de S. Pedro com 15 homens que eu havia ajuntado, e agregado a mim, e me ofereci ao referido Capitão Comandante para ser empregado na guerra, debaixo das suas ordens. Tendo elle prehenchido o numero de 40 homens, inclusos os ditos 15, me encarregou de auxiliar os Indios do Povo de S. Lourenço, que herão os que mais instavão pelo socorro dos Portuguezes, prometendo-me, que eu seria brevemente socorrido com outra igoal Partida.

No dia 3 de Agosto me puz em marcha para o 1º Estabelecimento, ou Estancia de S. Pedro, dos Indios, aonde já o mesmo

Capitão de Dragoens meu Comandante havia posto huma Patrulha Portugueza de 7 homens, e ali achei os Indios muito favoraveis, oferecendonos Cavalos, mantimentos, e suas pessôas. Com estes auxilios segui adeante 9 legoas para o Posto de S. Xavier, e nesta marcha aprizionamos hum Bombeiro do Inimigo, vindo do Povo de S. Miguel, Capital dos mencionados Povos, cujo bombeiro deo-me noticia que na Estancia de S. João-Mirim 3 legoas adiante, havia huma Patrulha de 5 Espanhoes, e varios Indios; e que 1 legôa para cá da dita Capital se estava formando hum Acampamento, aonde havião 30 Espanhoes, e 300 Indios.

Na noute deste dia ordenei ao Furriel Miliciano Gabriel Ribeiro marchase com 20 homens a subprender ou atacar aquelle posto de S. João-Mirim; o que com effeito executou o mesmo Furriel, felizmente sem haver morte alguma.

Marchei no dia seguinte para S. João Mirim, aonde achei quatro Espanhoes prezos, e os Indios todos daquelle lugar dispostos a me acompanharem, oferecendo-me mantimentos e cavalgaduras. Conciderando que logo se espalharia a noticia da minha chegada, até a Capital, com o parecer do sobredito Furriel, nos puzemos em marcha na noute deste dia, com o fim de subprender e atacar o dito Acampamento, perto do qual chegamos 3 horas antes de amanhecer. Ao romper do dia puz huma goarda aos Prisioneiros, e á Cavalhada, e com 36 homens que dispuz ataquei repentinamente o sobredito Acampamento com huma descarga de clavina, na parte em que se achavão os Espanhoes; os quaes se renderão immediatamente, ficando 5 mortos, e 8 feridos, sem haver ferido algum da nossa parte. Os Indios que procuravão fugir espavoridos com a bulha dos tiros, logo que lhes mandei falar, e dizer, que nós hiamos a socorrel os, e não a fazer-lhes damno, se voltarão todos a nosso favor, e muito contentes e promptos a nos acompanhar, e auxiliar em qualquer empresa que tentasemos.

Dei logo parte desta vantagem, e feliz acontecimento ao citado Capitão de Dragoens meu Comandante; o qual fez sem demora marchar em meu socorro ao sobredito Manoel dos Santos Pedroso, com 40 homens, e eu acompanhado dos 300 Indios do

Acampamento segui no mesmo dia para a referida Capital de São Miguel, aonde se achava o Tenente Governador dos citados Povos, que hera o Tenente-Coronel de Infanteria D. Francisco Rodrigo, ao qual avizei e mandei intimar que mandasse confeçor para os feridos, e se apromptasse, ou para entregar o Povo de São Miguel, ou para ser atacado : respondeo-me que tinha com que se defender. Chegamos á vista daquele Povo em distancia como de 400 braças ; mandei os Indios recolher todos os animaes Cavalares, e Vacuns que se achassem nas immediaçoens do sobredito Povo ; ao qual puz cêrco : nesta ocazião se oferecerão os mesmos Indios para tentarem com engano que se abrisse o Portão do Colejo, afim de segurarem 10 pessas pequenas d'Artilharia, e perto de 200 Espingardas, e de mais Armamentos, que havia no mesmo Colegio, e podermos entrar ao signal que nos fizessem ; porem o Tenente Governador desconfiado dos indios, não os deixou entrar. Huma grande parte dos indios do povo, e muitas familias se agregarão á nossa Partida neste mesmo dia que foi a 9 de Agosto. No dia seguinte fiz montar a Cavallo 400 Indios, a frente dos quaes marchei com a nossa Partida huma pequena distancia, e mandei intimar por escripto ao sobredito Tenente Governador, que se evacuasse quanto antes o Povo, eu lhe admiteria huma favoravel capitulação e que do contrario sofreria o rigor da guerra : respondeo-me que lhe concedesse 3 dias para se resolver, no que convim. Ao seguinte dia encarreguei ao Furriel Gabriel Ribeiro de patrulhar com 10 homens para a estrada de S. Lourenço, em cuja deligencia aprisionou hum Correio mandado pello Governador de Missoens para o referido Tenente Governador ; ao qual recomendava em huma carta fizesse toda a deligencia por se defender, entretanto que elle proprio Governador o socorria com a maior brevidade. Com esta noticia enviei as cartas ao Tenente Governador, fazendo-lhe saber que eu não podia já convir na espera dos 3 dias, e que se não capitulasse sem demora, o atacava : respondeo-me que logo na manhã do dia seguinte me remeteria as condiçõoes da Capitulação, pedindo-me, que o não atacasse antes.

Na tarde deste dia chegou em meu socorro o referido Manoel

dos Santos Pedroso com 40 homens, remetidos pelo mencionado Capitão de Dragoens meu Comandante, o que havia encarregado ao mesmo Manoel dos Santos, que a não precisar eu de socorro se adiantasse para a Costa do Rio Uruguay a goarnecer, e defender os passos, entretanto que elle dito Capitão procurava enviar mais gente de reforço, conforme a que fosse ajuntando, e as partes que recebesse. Acordei com Manoel dos Santos que não precizando eu já do seu socorro, por querer capitular o Tenente Governador, se fosse adiantando, conforme as ordens do mesmo Capitão Comandante.

Na manhãa do dia 13 me enviou o Tenente Governador por 3 Espanhoes a Capitulação, pela qual exigia, que eu o fizesse escoltar até passar o Uruguay com 160 Espanhoes que tinha comsigo e todo o Armamento, e petrechos de guerrra, no que convim atendendo as funestas consequencias que se poderião seguir de qualquer demora, em rezão do socorro Espanhol, que esperavão sem dilação. Fiz immediatamente apromptar as Carretas, Cavalhada, e Gado de municio para esta condução, que encarreguei a 5 homens da minha Partida.

No seguinte dia tomei conta do Povo e seu Armazem, e puz em marcha o referido Tenente Governador na forma ajustada. Dei logo parte desta grande vantagem ao citado Capitão de Dragoens meu Comandante, e deixei que fossem livremente para seus respectivos Povos os 300 Indios do Acampamento. No dia 15 fiz saber aos dous Povos de S. João, e Santo Angelo, que se devião submeter á obediencia de S. A. R., o que aceitarão sem repugnancia, e dei as providencias que me parecerão nescessarias para o socego, e quietação dos mesmos Povos.

O referido Manoel dos Santos Pedroso que se achava defendendo a passagem do Uruguay, sabendo que varios Espanhoes se incorporavão ao Tenente Governador que hia em viagem, a passar o mesmo Uruguay, e receando que estes favorecessem a passagem do Inimigo para o lado de cá, voltou a encontrar-se com o sobredito Tenente Governador, e o fez retroceder dezarmando toda a sua gente, dando parte desta resolução e providencia ao mesmo ca-

pitão de Dragoens Comandante; o qual enviou immediatamente hum dos Cadetes seus filhos, com hum Capitão de Cavalaria Miliciana, afim de que reunindo-se com huma patrulha de 15 homens que se concervava no Posto de S. Pedro, lhe dirigisse as partes de acordo comigo, encarregando-me assim como a Manoel dos Santos da defeza dos Passos do Uruguay; e sem dilação fez marchar o Capitão Anxeta da Cavalaria Miliciana com a sua companhia, 10 Dragoens e 1 Furriel a encorporar-se commigo e seguirem as minhas disposiçoens.

Acentamos que o dito Capitão Anxeta com a sua companhia, e os Dragoens marchasse para o Povo de S. Francisco de Borja, que hera o mais distante, e proximo ao Uruguay; que o Tenente Governador, e demais Espanhoes se concervassem como Prisioneiros no Povo de S. Miguel, aonde eu me achava, e que o mesmo Manoel dos Santos Pedroso continuasse a defender os passos do Uruguay, e de tudo dei parte ao Senhor Governador do Continente, ao Tenente Coronel Commandante da Fronteira do Rio Pardo, e ao referido Capitão de Dragoens meu Comandante pelo mencionado Furriel Gabriel Ribeiro, remetendo por este 4 Bandeiras dos Povos de Santo Angelo, S. João, S. Lourenço e S. Luiz, de que resultou haver-me o dito Senhor Governador promovido a Capitão de Cavalaria Miliciana e a Tenente da minha Companhia, ao citado Furriel Gabriel Ribeiro, dando-me authoridade para eu nomear Alferes da mesma Companhia, o que fiz ellegendo para este Posto a Francisco Gomes, hum dos meus Camaradas que se havia distinguido.

Na marcha em que hia o sobredito Capitão Anxeta encontrou varios Indios do mesmo Povo de S. Francisco de Borja, que trazião preso e amarrado o Espanhol seu Administrador para mo entregarem, certificando, que aquelle Povo estava rendido a obediencia, e protecção de S. A. Real, e os seus habitantes o ficavão defendendo dos Espanhoes, esperando o socorro Portuguez.

Havendo deixado o Capitão Anxeta na sua marcha hua Patrulha de 9 ou 10 homens no Passo de S. Marco, no Uruguay,

foi esta atacada na seguinte noute pelo Inimigo com forças mui superiores, o que não obstante se defendeo a dita Patrulha toda a noute até o amanhecer, que se retirarão para o outro lado os Espanhoes, e a mesma Patrulha para o Povo de S. Francisco de Borja, por haverem perdido os seus cavalos com arreios, e gastado todos os cartuchos: da nossa parte houve hum homem morto, e da do inimigo 7, alem dos feridos.

Tendo chegado para Commandante dos Povos o Major de Dragoens, recebi deste ordem a 16 de Setembro para mandar 7 Camaradas da minha Companhia, com outros da Partida de Manoel dos Santos a se encorporarem em S. Francisco de Borja com o Tenente de Cavalaria Miliciana Francisco Carvalho; o qual com 9 homens tinha sido atacado no Passo da Cruz, 14 legoas abaixo do de S. Francisco de Borja, nos fins de Agosto, pelos Espanhoes em numero de 150 comandados por hum Official Miliciano, conhecido por antonomazia o Rubio Dulce, de cujo ataque rezultou ficar ferido da nossa parte hum homem e tomarmos ao Inimigo 414 cavallos.

Paucos dias depois Raimundo Santiago que se achava de Patrulha no Passo de S. Francisco de Borja, meteo-se em hum bote com seis homens e foi bombear na margem oposta o Forte dos Espanhoes sendo por estes percentidos se poz em retirada, e lhe fez fogo matando 5 homens, e ferindo 3: no meio do rio foi atacado por 2 botes Inimigos, e apezar do grande fogo que lhe fazião a que correspondia o dito Raimundo, pôde conceguir escapar-se para o lado de cá d'onde havia sahido.

A este tempo o mesmo Rubio Dulce com 2 saveiros goarnecidos com 80 homens cada um, pertendeo fazer um desembarque no referido Passo de S. Francisco de Borja, cujo lugar sendo socorrido pelo Furriel Miliciano Victor Nogueira com alguns soldados, e o mesmo Tenente Francisco Carvalho que ajuntou 30 homens, fizerão estes hum fogo tão bem dirigido sobre o Inimigo, que dezenganado de não poder verificar o seu desembarque, se poz em retirada levando muitos mortos, e feridos, e da nossa parte não houve ferido algum.

Rechassado o dito Rubio Dulce, passou o Uruguay com 80 homens de Cavallo, e foi atacar uma pequena goarda que o sobredito Tenente Carvalho havia deixado no passo de Botoy; cuja goarda constava de hum Furriel Miliciano, e 7 homens; os quaes se houverão com tanto acordo, e valor por mais de 3 horas de fogo, que obrigarão ao Inimigo a retirar-se com perda de 4 homens mortos e 7 feridos, não havendo da nossa parte mais de 1 ferido, que veio a morrer.

Socorrido o referido Tenente Francisco Carvalho como fica dito, e tendo noticia deste acontecimento, se poz immediatamente em marcha com 30 homens para o Passo da Cruz, cujo caminho havia seguido Rubio Dulce com a sua Partida; a qual sendo atacada de madrugada no Passo do Tacuim, junto ao da Cruz, pela nossa que commandava o dito Tenente, teve este huma grande vantagem; pois não só conseguio pôr em fugida os Espanhoes espavoridos pela Costa do Uruguay dexando 7 mortos, e 11 feridos; mas retomou os animaes, que levavão dos Nascionaes; aos quaes se tornarão a entregar. Da nossa parte houve 1 ferido e 1 morto.

Havendo passado de Ordem Superior para o outro lado do Uruguay o mencionado Tenente Governador, e varias familias Espanholas, chegou a Missoens a 24 de Setembro o Major Joaquim Felix pára Commandante dos referidos 7 Povos, e se retirou o Major de Dragoens. No 1º de Outubro tive ordem do dito Major Commandante para deixando eu a gente preciza para goarda dos Prizioneiros, me puzesse em marcha com a que sobrasse para o Povo de S. Nicoláo, aonde elle se achava; porem eu que estava doente, mandei o meu Tenente Gabriel Ribeiro com 19 homens. Depois tive noticias que os Espanhoes atacarão no Passo da Conceição, distante 4 legoas de S. Nicoláo, huma pequena Patrulha nossa, a qual se retirou em rezão do grande numero dos Inimigos, que se contentarão em conduzir 2 canôas ao outro lado, para onde tinhão já passado, quando chegou o reforço de gente, enviada de S. Nicoláo.

Poucos dias despois deo parte o Tenente de Dragoens José dos Santos, que estava continuamente ameassado, e atacado o

Passo de S. Francisco de Borja, aonde só havião 15 homens novos comandados pelo citado Raimu uxiliado pelos Santiago nndldios, e que no Passo de S. Marcos (1 1/2 legoa assima do de S. Francisco de Borja) o Furriel Miliciano Victor Nogueira com 12 homens havia sido atacado por mais de 200 Espanhoes, que o rodearão em hum Laranjal, e o fizerão prizioneiro e a todos os 12 homens : Depois soubemos o grande valor com que aquelle Furriel se defendeo por espaço de mais de 4 horas, matando muitos hespanhoes, cujo numero não se sabe ao certo, não havendo mais de hum morto, da nossa parte, e que só depois de extinto o ultimo cartucho he que o sobredito furriel se entregou prizioneiro. Com esta noticia mandou o Major Commandante Joaquim Felix ao meu Tenente Gabriel Ribeiro com 19 homens, para S. Francisco de Borja, aonde se encarregou o dito Tenente de defender o Passo de S. Marcos, com 30 homens, patrulhando os demais passos immediatos a este.

Logo que melhorei, passei ao Povo de S. Nicoláo, aonde havião chegado do Rio Grande 1 Sargento com 20 Granadeiros, e alguns Dragoens : Segui acompanhando ao dito Major Comandante que se poz em marcha para S. Francisco de Borja, reconhecendo os Passos do Uruguay e dividindo os mesmos Granadeiros com algumas pequenas pessas d'Artilharia pelos Passos, ou lugares mais importantes. Ao passar-mos pelo Passo de S. Marcos, reforçou o sobredito Major Comandante aquella Goarda com mais 10 homens, e seguimos para S. Francisco de Borja, aonde fiquei com alguns dos meus camaradas, para acudir aonde fosse mais nescessario, por ordem do mesmo Major Comandante, que se retirou para S. Nicoláo.

Naquelle Povo de S. Francisco de Borja tive noticia, que no Passo de Sta Maria 1 legoa assima do de Conceição, atacou o Inimigo huma pequena Patrulha da Partida de Manoel dos Santos Pedroso, cuja patrulha se retirou pela grande superioridade dos Espanhoes, dos quaes não se sabe o nº dos feridos e mortos, por serem conduzidos para o outro lado do Uruguay: da nossa parte morreo 1 Miliciano.

Poucos dias depois chegou de socorro da nossa Fronteira da Vacaria o Capitão Varela da Cavalaria Miliciana com 130 homens, ás ordens do sobredito Major Comandante; o qual fez reforçar com esta gente os 3 passos de S. Lucas, Conceição, e Santa Maria, que estavão a cargo do referido Manoel dos Santos, deixando 30 homens para S. Francisco de Borja, aonde havia chegado da Fronteira do Rio Pardo o Tenente João Machado com 40 homens da Cavalaria Miliciana.

A 21 de Novembro mandou o referido Major Comandante passar ao outro do passo de S. Lucas 80 e tantos homens, comandados pelo mencionado Manoel dos Santos, ja promovido a Tenente de Cavalaria Miliciana; o qual atacou os Espanhoes, e teve tão feliz sucesso que, sem perder, nem ficar ferido camarada algum dos nossos, morrerão dos Espanhoes 15, e entre estes o seu Comandante que tinha vindo com 150 e tantos homens rebater a nossa gente; a qual os fez por em fugida matando os referidos 15 homens, e trazendo 11 Prizioneiros. Tomarão-se-lhes 3 pessas de Parque d'Artilharia bem montadas, com sua competente palamenta e 6 Canoas grandes e 1 pequena, alguns cavalos, e arreios.

No dia 23 do dito Novembro passarão os Espanhoes para o lado de cá no Passo de S. Francisco de Borja, em nº de 185 homens d'armas; e 30 Indios commandados pelo citado Rubio Dulce Capitão de Milicias: Ouvindo as nossas Patrulhas á meia noite alguns tiros que derão os Espanhoes pelas chacaras dos Indios, dos quaes morreo 1 e outros forão prezos, acudi aquellas horas com Raimundo Santiago, e o meu Tenente Gabriel Ribeiro, com toda a Companhia ao Passo de S. Francisco de Borja; o Alferes de Dragoens João Antonio com os seus Soldados e alguns Milicianos ficarão em roda do Povo; cujo Comandante, que hera o Tenente Francisco Carvalho se postou com 15 homens, e 2 pequenas pessas de Artilharia no Portão do Colejo. Ao amanhecer quando a minha companhia encilhava cavalos, partio do Povo o Tenente de Milicias Felipe Carvalho com 30 homens, e aos 3/4 de legoa encontrou o Inimigo na Costa do Uruguay, 1/2 legoa assima do passo onde me achava. Neste encontro matarão o nosso Sirurgião, e ferirão a hum

Miliciano, e delles ficarão mortos 7 e 2 feridos. Segui imediatamente com a minha Companhia para o lugar dos tiros, e a este tempo chegou tambem o Tenente João Machado com a sua Companhia, que andava patrulhando de sorte que nos ajuntamos á vista do inimigo 110 homens: Ali fizemos as nossas dispoziçoens, e vendo-se a fortissima, e vantajosa posição do inimigo, cuja recta-goarda se achava coberta pelo Uruguay, e os seus flancos pelo grande Bosque do mesmo Uruguay se offereceo para principiar o ataque pelo flanco esquerdo com 40 homens, o meu Tenente Gabriel Ribeiro: o qual seguindo pelo bosque assima couza de 300 braças e vendo que toda a gente do dito flanco esquerdo havia decido ao Rio, a receber a provizão e socorro de bôca e guerra que acabava de chegar do outro lado em huma Canôa, lhes deo huma descarga de clavina, e continuou a fazer fôgo ao que correspondia o Inimigo e desemparando a canôa se apoderou o mesmo Tenente do fornecimento, que nella vinha e seguio fazendo fogo pela recta goarda inimiga. A este tempo ataquei o Flanco da direita com a gente que havia para aqulle lado e o mesmo fez pela vangoarda o Tenente João Machado com a sua Partida, e o Alferes André Ferreira.

Vendo-se o Inimigo atacado por todos os lados, se pôz em fugida, atirando-se huns a passar a nado o Uruguay, e outros entregando-se prisioneiros, cujo nº chegou a 75. Não se sabe ao certo o numero dos mortos, porém entre os que ficarão, e os afogados no Rio, passão de 60. Dos nossos, alem do Sirurgião, ficarão dois Milicianos mortos e 1 ferido.

Vendo o Governador e Tenente Governador, que se achavão do outro lado, a derrota e desbarato da sua gente, ficarão tão receosos e atemorisados, que não tentarão outra invasão, até que chegou a declaração da Paz em 24 de Dezembro.

Não posso deixar de confeçar, que o felis successo de tudo quanto eu pratiquei devo ao notorio valor, acerto e actividade do referido Gabriel Ribeiro, meu Tenente, que muito me ajudou. O meu Alferes Francisco Gomes tambem se faz recomendavel pelo seu valor e bons serviços que fez. — Porto Alegre, 8 de Maio de 1802, — *José Borges do Canto.*

II

RELLAÇÃO DOS SERVIÇOS QUE PRACTIQUEI NA CONQUISTA DOS SETE POVOS GUARANIS DAS MISSOENS ORIENTAES DO URUGUAY, DESDE O PRINCIPIO ATÉ O FIM DA GUERRA PROXIMA PASSADA

Havendo-me aprezentado voluntariamente na Goarda avançada de S. Pedro ao Capitão de Dragoens Comandante Francisco Barreto Pereira Pinto, offerecendo-me para o serviço da Guerra, logo que se dèo ordem para hostilizar aos Espanhoes, me encarregou o dito Capitão Comandante de atacar a Goarda Fronteira Espanhola de São Martinho, o que eu executei promptamente, fazendo retirar os Espanhoes que ali se achavão, e sem demora participei esta noticia ao sobredito Capitão Comandante, o qual tomando conta da dita Goarda de S. Martinho, e goarnecendo-a com gente nossa, me ordenou que visto falar eu o Idioma Guarany, me avançasse com os mesmos 20 homens para os Estabelecimentos dos Indios das Missoens, afim de os persuadir a que se voltassem a nosso favor, e serem Vassallos Portuguezes, para o que nós os auxiliariamos. Passei ás Estancias dos Povos de S. Lourenço, e S. Miguel, nas quaes falei aos Indios, que alem de me auxiliarem com as Cavalgaduras de que precizei, me assegurarão que todos desejavão passar ao Dominio Portuguez, para o que nescecitavão o nosso socorro, e participando elles os meus avizos aos seus respectivos Corregedores, escreverão estes sem demora ao mesmo Capitão Comandante, assegurando-lhe o desejo e bôa vontade que todos tinhão do nosso socorro para serem Vassalos de S. A. R.

Deixei sete dos meus Camaradas de Patrulha na Estancia de São Pedro, e com licença do mencionado Capitão de Dragoens Comandante, voltei a mesma Estancia a refazer-me de algumas couzas de que precizava e a ajuntar mais alguns Camaradas; o que tudo fiz em quatro dias, e tornei para a dita Goarda de S. Pedro aonde o referido Capitão de Dragoens Comandante me encarregou o comando de huma Partida de 40 homens para hir a socorrer José Borges do Canto, que se havia dirigido a atacar o Povo de S. Miguel, aonde cheguei hum dia despois de o dito Canto haver

subprendido, e atacado o Acampamento 1 legoa distante daquelle Povo.

Segundo as ordens que me dèo o citado Capitão Comandante me ofereci para ajudar, ou auxiliar com a minha Partida ao sobredito Canto; o qual dizendo-me que ali não hera tão necessario o meu socorro como na Costa do Rio Uruguay, em rezão de haver apanhado cartas do Governador de Missoens para o Tenente Governador do Povo de S. Miguel, nas quaes lhe dizia, que naquelles 3 dias o socorria com reforço de gente, me encarreguei da defeza dos Passos do Uruguay, para com mais segurança o referido Canto obrigar e constranger a render-se o dito Tenente Governador, que se achava encerrado no Colejo do mesmo Povo de S. Miguel com 150 homens d'Armas, e 10 Pessas de Artilharia.

Encaminhei-me sem demora para o Uruguay, e com a noticia que derão os Bombeiros Espanhoes da minha marcha, duas Partidas Espanholas, que vinhão pelo Arroyo Pirajú, e Estancia de S. Thiago em socorro do sobredito Tenente Governador, sendo cada huma de 50 homens, retrocederão, e passarão o Uruguay, em cujo passo de Santo Izidro encontrei no dia 11 de Agosto o Tenente de Dragoens da Partida Espanhola da Demarcação com 6 Dragoens, e 12 Melicianos aós quaes tomei as Armas e deixei que passassem o Uruguay; visto hirem de retirada da dita Demarcação. Do dito Passo fiz retroceder 6 Carretas para o Povo de S. Nicoláo, carregadas com as Alfaias da Igreja e generos dos Armazens, que o seu Administrador pertendia fazer passar ao outro lado do Uruguay, o que tudo fiz recolher ao mesmo Povo, entregando ao Reverendo Cura o que pertencia á Igreja, e ao Corregedor o que se havia tirado dos Armazens.

No seguinte dia, tendo eu noticia que o referido Tenente Governador tinha sahido do citado Povo de S. Miguel e se dirigia a passar o Uruguay com 140 Espanhoes d'Armas, 10 pessas d'Artilharia e huma Carreta com petrechos de guerra, e que varios Espanhoes se encorporavam a esta Partida, me puz em marcha com 20 homens afim de lhe tomar o Armamento e fazel-a retroceder; o que practiquei no Povo de S. Luiz, aonde a encontrei,

sem embargo da Capitulação que alegava o mencionado Tenente Governador haver ajustado com o citado José Borges do Canto; porquanto, receando eu, e sendo muito provavel, que se este Corpo de gente armada chegasse ao Uruguay, e se reunisse a outro numero de Espanhoes, cuja passagem para o lado de cá podia favorecer, abuzando do indulto da mesma Capitulação, seria-mos obrigados a evacuar as Missoens e perdermos o trabalho desta conquista que inha-mos conseguido com tanta felicidade, visto a pouca gente nossa, que então lá havia. Dei parte desta minha resolução ao referido Capitão de Dragoens Comandante, que mandou sem demora hum dos Cadetes seus filhos com hum Capitão Meliciano para deterem o mesmo Governador, e demais Espanhoes até segunda ordem; e poucos dias despois o Capitão de Cavalaria Miliciana José de Anxeta com a sua Companhia, 10 Dragoens e 1 Furriel.

Voltei ao Povo de S. Nicoláo, aonde chegou este socorro, e tendo eu goarnecido os Passos de S[ta]. Maria, Santo Izidro, e S. Lucas, acompanhei com 10 homens da minha Partida ao dito Capitão Anxeta que se pôz em marcha com a sua Companhia para o Povo de S. Francisco de Borja; cujos habitantes solecitavão de continuo o nosso socorro. Nesta marcha deixou o sobredito Capitão Anxeta 7 homens de Patrulha no Passo de S. Marcos, cuja Patrulha foi atacada na noite do dia seguinte pelos Espanhoes em grande numero: Ouvindo-se do dito Povo de S. Francisco de Borja ao amanhecer os tiros, parti sem demora com 10 homens a socorrer a dita Patrulha, que tendo perdido os seus cavallos, e perseguida dos Espanhoes procurava ganhar o Passo de Camacuam, mas logo que o Inimigo vio que chegavamos de socorro, se pôz em retirada, atravessando o Uruguay, deixando em nosso poder 500 Animaes entre cavalos e gado-vacum: Neste Ataque, alem dos Espanhoes feridos, morrerão quatro, e da nossa parte só morreu hum Miliciano.

Tendo chegado para Comandante dos sobreditos Povos o Major de Dragoens, recebi deste ordem para lhe falar, e em consequencia me puz em marcha com os meus 10 Camaradas para o Povo de S. Luiz, de donde acompanhei ao dito Major na deli-

gencia de reconhecer os sobreditos Passos, que eu havia goarnecido com os Camaradas da minha Partida, e varios Milicianos. Nesta ocazião passou o Tenente Governador com a sua familia para o outro lado do Uruguay. Segui acompanhando o mesmo Major no Reconhecimento dos Passos debaixo, até o sobredito Povo de S. Francisco de Borja.

Havendo-se prendido hum Bombeiro Espanhol, que nos deo noticia de haver no Arroyo Camacuam 5 legoas distante deste Povo, huma Partida Espanhola de 12 homens, que andava bombeando o mesmo Povo, me ordenou o referido Major a fosse eu atacar, o que fiz immediatamente com 10 homens, do que resultou morrerem 2 Espanhoes, fugirem os mais, e tomarmos 25 cavalos, dos quaes 5 herão encilhados, sem haver nenhum prejuizo da nossa parte.

Voltei acompanhando o citado Major para o Povo de S. Nicoláo, aonde havia chegado o Major Joaquim Felix da Fonseca para Comandante dos mencionados sete Povos, dos quaes se retirou para a Fronteira do Rio Pardo o referido Major de Dragoens. Aprezentei-me ao dito Major Comandante Joaquim Felix da Fonseca, procurando as suas ordens, e dando-lhe conta de tudo quanto eu até então havia practicado nos mesmos Povos : Encarregou-me da defeza dos sobreditos Passos de Santa María, Santo Izidro, e S. Lucas ; os quaes, sendo atacados successivamente com forças superiores pelos Espanhoes, foram estes sempre rebatidos com perda, dexando da 1ª vez no Passo de S. Lucas 8 homens mortos, da 2ª no Passo de Santo Izidro levarão muitos feridos, e da 3ª em Santa Maria levárão 2 mortos, e 1 ferido não havendo da nossa parte em todos esses ataques mais do que 1 homem morto.

Havendo no Passo de S. Lucas huma Goarda Espanhola de 30 homens, me ordenou o sobredito Major Comandante passasse eu com 80 homens ao dito Passo a fazer as hostilidades que se podesse, o que eu executei no dia 21 de Novembro, passando o Uruguay pela meia noute e atacando a dita Goarda pelas 9 horas do dia, ao tempo que recolhião a Cavalhada ; matamos 4 Espanhoes, aprizionamos 3 e os mais fugirão, deixando em nosso poder 100

cavalos : Fiz montar a cavalo sem demora 20 homens, e os mandei bombear até 1 legoa distante do Povo da Conceição, recolhendo ao mesmo Passo os animaes cavallares e vacuns, que encontrassem ; e quando chegavão de retirada com 200 dos ditos animaes, vinha em seu alcance huma Partida de 150 Espanhoes, aos quaes ataquei com alguns tiros de clavina, de que morrerão 3, e os mais se retirarão logo que descobrirão a nossa gente : Pouco tempo depois na acção de passarmos os ditos animaes se encaminharão ao Passo onde nos achavamos 300 Espanhoes, pouco mais ou menos, fazendo-nos fogo com tres pessas de Artilharia ; então os atacamos no mesmo Passo com tiros de clavina e lhes matamos 8 homens incluso o seu Comandante, aprizionamos outros 8, alem dos feridos que levarão, e tomamos as ditas 3 pessas d'Artilharia com sua Palamenta, retirando-se desordenadamente os demais Espanhoes, sem haver da nossa parte em todos estes ataques ferido algum : continuamos a passar os ditos animaes, sete canôas que tomamos e as sobreditas 3 pessas, que conduzimos para o Povo de S. Nicoláo.

Quando pensavamos em atacar hum Acampamento de 400 Espanhoes comandados por um Coronel de Milicias, chegou a declaração da Paz, que se publicou em 24 de Dezembro de 1801. —Porto Alegre 9 de Setembro de 1802.— *Manoel dos Santos Pedroso.*

RECIFES

DE

Pedra na Costa Nordeste do Brasil pelo Professor Dr. John C. Branner, socio correspondente do Instituto. Traducção do Dr. Pedro Souto Maior, socio effectivo do Instituto

INTRODUCÇÃO

Tem por fim esta memoria expor succintamente os resultados dos estudos feitos acêrca dos recifes de pedra da costa nordeste do Brasil, de harmonia com uma investigação geral, geologica e geographica daquella região.

A SITUAÇÃO, ORIGEM E FEIÇÕES ESTRUCTURAES DOS RECIFES

Os recifes de pedra do Brasil acham-se, em sua maioria, em sitio apartado do transito mundial. Estão situados ao longo da costa nordeste daquelle paiz, entre 3°, 43' e 16°, 30' de latitude Sul. Apenas um desses recifes se encontra em ponto já accessivel aos vapores transatlanticos, isto é — no porto de Pernambuco.

Os outros estão dispersos ao longo de uma costa, desprovida de portos commodos, e são por isso pouco conhecidos no extrangeiro.

Esses recifes de pedra são phenomenos geologicos unicos ou quasi unicos no genero.

Darwin, que viu o de Pernambuco, diz em referencia a elle, que duvida « exista, em todo o mundo, qualquer outra estructura natural com uma apparencia tão artificial ». A admiração por essas estructuras augmenta sobremaneira ao ver-se que ellas se repetem por mais de mil milhas ao longo da costa.

Para se dar uma idéa mais clara sôbre os recifes, em poucas palavras, basta dizer que elles são pontas de terra ou bancos de areia lithificados, que foram atacados por ambos os lados até ficarem as bordas mais ou menos quebradas e angulares, e as superficies, limpas das partes soltas, não consolidadas.

Esta theoria da origem dos recifes de pedra parece que se firma em boa somma de dados colhidos.

Entretanto só mencionaremos aqui alguns poucos dos seus mais importantes lineamentos.

A rocha do recife, onde exposta na superficie, é de pedra areenta, quasi tão dura como um quartzito e tinindo sob o martello como um *clink-stone*, mas, algumas vezes, em certos pontos, apresenta-se moderadamente dura.

Contém em abundancia conchas de mariscos e outros restos de animaes e plantas calcareas, apparentemente da mesma especie dos que ahi vivem actualmente, nas proximidades do mar.

As areias da praia na vizinhança dos recifes de pedra contêm invariavelmente restos similares, encontrando-se nellas, em abundancia, pequenos fragmentos de mariscos, coraes e outros organismos secretores de cal. Não fosse portanto tão duro e compacto o recife de rocha, e mal se distinguiria elle das praias actuaes. O material cimentador dessa dura rocha é o carbonato de calcio, que tambem contém, algumas vezes, um pouco de ferro. A rocha tem notavel apparencia de frescura, e as conchas nella incrustadas conservam de ordinario as suas brilhantes côres.

Um côrte através de um recife mostra as camadas inclinadas para o oceano, com um angulo que varia de 2 a 20 graus; os angulos menores são mais communs. Na estructura da rocha não se nota differença alguma de espessura entre as camadas do lado do oceano e as do lado de terra.

Em 1874 foram feitos por ordem do Govêrno do Brasil e sob a direcção de Sir John Hawkshaw tres perfurações no recife de pedra em frente á cidade de Pernambuco. Os registos sôbre essas perfurações ou sondagens geologicas fornecem os unicos dados que possuimos da possança das duras rochas arenosas e da natureza das camadas subjacentes.

A perfuração mais profunda attingiu a 17 metros.

REGISTO DE UMA PERFURAÇÃO NO RECIFE DE PEDRA EM PERNAMBUCO

	Metros
Rocha dura de recife.	2.95
Areia branca	1.22
Mariscos	1.10

	Metros
Areia cinzenta.	0.65
Rocha quebrada	1.22
Areia escura	2.10
Argilla mosqueada	1.80
Argilla amarella	0.70
Areia cinzenta.	3.50
Areia branca.	2.20

Noutra perfuração a camada superior de rocha dura do recife tinha cêrca de quatro metros de espessura ; quanto ao mais, os registos das outras duas perfurações se assimelham muito áquelle. Não se sabe o que vem a ser « broken rok » (rocha quebrada) assignalado no documento. Em nenhuma das perfurações houve repetição, em maior profundidade, da rocha dura da camada superior ; as camadas subjacentes compunham-se ou de argillas ou de areias frouxas fragmentadas.

Os recifes não estão muito afastados da costa e lhe correm approximadamente parallelos. De ordinario uma de suas extremidades liga-se á terra, pelo menos na maré baixa, ao passo que a extremidade livre surge através da foz do rio, angra ou estuario ; algumas vezes, porém, não tem ligação alguma com a praia em qualquer phase da maré. Na preamar ficam pouco mais ou menos nivelados com o mar, ao passo que na vasante se acham expostos quaes muralhas, longas, baixas e chatas, ou quebra-mares. A largura delles varia de alguns passos até 450 pés ; quanto á extensão podem ter de alguns centenares de pés a 8 $\frac{1}{2}$ milhas, não se podendo ver o total por ficar uma extremidade occulta pela areia que a cobre. São geralmente quasi rectos ; quando fazem curvas, são essas suaves e só perceptiveis ao se apanhar com a vista e ao longo grande trecho da sua extensão, ou quando são cuidadosamente traçados nas cartas.

Essas notaveis muralhas naturaes de pedra areenta acompanham a costa nordeste do Brasil, com muitas interrupções desde o Ceará até Porto Seguro, numa distancia de 1.250 milhas. Não apparecem além desses limites sinão mui excepcionalmente.

FACTORES DA FORMAÇÃO DOS RECIFES EM GERAL

Exposta como tenho feito por alto a theoria da origem desses recifes de pedras, não enfastiarei o leitor com o explicar-lhe o processo eliminatorio, pelo qual se obtiveram as conclusões acceitas, mas chamarei directamente a sua attenção para a historia de como foi ella por fim conseguida, mediante estudo do problema, continuado aliás com varias interrupções, por espaço de quasi trinta annos.

A HISTORIA DA COSTA

E' mister antes de tudo esboçar em breves palavras a historia geologica e geographica dessa costa particular.

A maior parte das rochas da região costeira são camadas marinhas sedimentarias, apparentemente da epocha eocena.

No periodo mioceno, a costa parece ter-se erguido muitos centenares de pés mais alto do que no presente, rasgando-se estreitos valles nas camadas do Eoceno, no geral formando angulos rectos com a linha da costa.

Esse periodo de erosão foi seguido por outro de depressão, transformando-se então os valles proximos da costa em bahias. Deram-se algumas mudanças de nivel desde esse periodo, mas não grandes, como se deprehende de um movimento apenas excedente de 30 ou 40 pés.

Nesse interim, fortes ondas avançando sôbre a praia e bem assim correntes littoraes rapido arrastaram os molles sedimentos do Eoceno das pontas ou cabos, e os lançaram nos angulos reentrantes da costa. Proseguiu esse processo até se fecharem quasi, sinão completamente, as barras das bahias, e toda a costa tornar-se pouco mais ou menos recta, tanto quanto uma costa o pode ser.

Os rios desaguando nessas estreitas bahias foram-lhes tirando as pontas ou braços superiores.

A erosão marinha, entretanto, se fazia tão vigorosa que várias bahias dessas ficaram quasi de todo fechadas muito antes dos se-

dimentos de terra haverem-nas obstruido. Desse modo se formaram os lagos da costa do Estado de Alagôas, que são lagamares de agua salobra situados entre vertentes de 200 a 500 pés de altura e apenas separados do oceano por baixas linguetas de areia.

CLIMA DO INTERIOR

Mister é neste ponto dirigir a nossa attenção para certas peculiaridades climaticas e pluviaes deste recanto nordeste do Brasil, que affectam o problema dos recifes de pedra.

Si os recifes do Nordeste do Brasil são pouco conhecidos fóra do paiz, o clima do interior ao longo daquella costa ainda o é menos. Muito se ha falado da abundancia de chuva nas cercanias da foz do Amazonas, e quem quer que escreva sôbre o Brasil tem algo a dizer das copiosas chuvas do Rio de Janeiro. Em uma estação á margem do planalto, ao Sul do Rio, a queda annual da chuva attinge a 11. 7 pés.

Visto se achar a região dos recifes de pedra entre o Rio e a foz do Amazonas e estar inteiramente situada dentro dos tropicos, parecerá ao observador superficial que deve ser tambem uma região de grandes chuvas.

E' facto, porém, que o paiz, das cercanias do cabo S. Roque e por centenares de milhas para Oeste, Sudoeste e Noroeste, é uma região de sêccas devastadoras.

PERIODICIDADE DOS RIOS

Ordinariamente as chuvas ahi caem durante dous ou tres mezes no anno, mas em alguns annos as chuvas annuaes não apparecem, e a estação sècca extende-se a um anno inteiro, a dous, ou mesmo a cinco ou seis. Em taes occasiões toda a vegetação afastada dos rios fica sècca, estes mesmos desapparecem, o gado morre de sêde, e algumas vezes os proprios habitantes são obrigados a abandonar a região. Quando as chuvas caem, são frequentemente torrenciaes, e a precipitação da queda, nessa região de sêcca, é até muito maior do que no Pará e muitos outros logares

notoriamente humidos. Resulta dessas condições que as correntes d'agua da região são assás intermittentes; algumas, não obstante, são de tal volume que dariam para fluctuar um transatlantico, e todavia desapparecem de todo durante as estações sêccas ordinarias, sem contar com os annos de rigorosas sêccas.

O S. Francisco é o unico grande rio perenne ao longo desse grande trecho da costa, e nasce, não na região da sêcca do Nordeste do Brasil, mas a cêrca de 21º de Latitude Sul, muito para Oeste e ao Sul das terras altas de Minas Geraes e a mais de 1.000 milhas da foz. Certamente se assignalam muitos outros rios nos mappas, mas são todos mais ou menos intermittentes. Sob taes circunstancias, succede então que correntes intermittentes desaguam impetuosamente no oceano sómente durante a estação das chuvas, enquanto que na estação sêcca ellas se tornam tão enfraquecidas, que as ondas do oceano lhes fazem recuar até as vasas e areias da praia para dentro de suas fozes, e, em alguns casos, completas barreiras se constroem entre a agua da terra e a agua do mar. Operam-se esses processos ao longo da costa nordeste do Brasil desde quando a terra tomou a forma approximada actual.

RIOS TAPADOS

Effectuaram-se os meus estudos dos recifes de pedra e de coral, parte em pequenos botes e jangadas, mas tambem caminhei varias centenas de milhas ao longo da praia, com o intuito de examina-los e de ver as circunvizinhanças geographicas e geologicas.

De ordinario, quem viaja ao longo da praia espera encontrar difficuldade em atravessar os cursos d'agua; mas o que é certo é que durante a mais longa excursão a pé e na estação das chuvas só encontrei em um percurso de pouco mais de 200 milhas dous rios, que não pude vadear.

Nas fózes de varios rios só havia communicação entre estes e o oceano durante a enchente, e em varios outros logares, onde se devia esperar curso d'agua, havia o que no paiz se conhece como

rios tapados, isto é, rios cujas entradas são completamente fechadas por uma linha de bancos, que vão de um lado a outro. Em certo logar vadeou-se uma corrente, que abrira caminho através de um banco de areia e fluindo do mar para dentro da terra; em dous logares encontraram-se aberturas dessa forma, mas como, ao passa-las, vasava a maré, não havia agua correndo por ellas. Vestigios na areia, porém, não deixavam dúvida alguma da agua ter corrido do oceano para o rio.

A VEGETAÇÃO

Outro facto importante é que a região, de que tractamos, se acha nos tropicos, e, onde ha agua doce a vegetação é viçosa. As margens dos rios revestem-se por toda a parte de denso matto; as lagôas d'agua doce estão cobertas e cheias de plantas aquaticas, enquanto o mais denso mangue cobre os baixios expostos pela vasante na região da agua salgada ou salobra.

A DENSIDADE DA AGUA DO MAR

O outro elemento do problema é a densidade da agua do oceano ao longo dessa parte da costa do Brasil, em que existem os recifes de pedra. No volume I dos Relatorios da Challenger, *Physics and Chemistry*, ha dados e se vê uma charta organizada, mostrando as areas oceanicas de differentes densidades das aguas da superficie. Essa charta mostra que as areas de maior densidade estão no mar Vermelho e no Mediterraneo; essas, contudo, são bacias entre terras. As mais altas densidades no franco oceano formam duas areas no Atlantico: uma quasi a meio oceano e situada entre o Norte da Africa e as Indias Occidentaes; e outra no Atlantico Sul, acercando-se da costa do Brasil, do cabo S. Roque ao Sul do Rio de Janeiro.

E' digno de nota que a area da densidade do Sul Atlantico, como é representada na charta referida não se accommoda bem á area dos recifes de pedra.

O mappa parece que mostra achar-se a area densa muito ao Sul para poder servir á theoria dos recifes aqui apresentada. Isso é pro-

vavelmente devido em parte á falta de dados sôbre a densidade, especialmente para a estação sècca, ao longo da costa do Brasil a Noroeste do cabo S. Roque, e extendendo-se meio caminho dalli para o Pará.

O limite meridional da alta densidade está situado ao Sul do Rio de Janeiro e muito além do limite Sul dos recifes de pedra. A ausencia de recifes nessa direcção é promptamente explicada pelo facto que a chuva nesta parte da costa é muito maior do que mais ao Norte, e os rios estão, portanto, aptos a conservar as fózes abertas.

Em ligação com esse assumpto das condições climaticas ha a notar-se que a longa estação sècca, que enfraquece os cursos d'agua e permitte ás ondas o repreza-los, deve ser tambem a estação da maior densidade da agua do mar. As correntes equatoriaes do Sul Atlantico dirigem-se para Oeste, de proximo da costa d'Africa a dividir-se de encontro ao cabo de S. Roque.

Na estação das sèccas a densidade da superficie deve ser consideravelmente augmentada, especialmente perto da terra e da parte baixa continental. E' muito para notar a ausencia de recifes entre a Bahia e a foz do rio S. Francisco.

Attribue-se isso á influencia da grande massa d'agua doce descarregada por aquelle rio. Os recifes começam a curta distancia ao Norte da foz daquelle curso d'agua, mas as correntes dirigem-se para o Sul e para a praia ao longo desta parte da costa. Isso permitte a formação de recifes ao Norte e impede ao Sul do rio.

AREIAS CALCAREAS

Um factor a mais é o seguinte : o oceano na circunvizinhança é quente e tem, em abundancia, vida marinha tropical.

Ha muitos recifes de coral ao longo da costa, e por toda parte ha molluscos de concha, Echinodermos, Crinoides, Crustaceos, Vermes, Coraes, Algas calcareas e outros organismos secretores de cal. Todos esses organismos contribuem abundantemente para as areias da praia.

CURSO DOS ACONTECIMENTOS

Com a posse desses dados, podemos agora observar o curso dos acontecimentos na referida costa.

Temos uma velha linha de costa com praias extensas, quasi rectas e arenosas. As areias são particularmente grossas e geralmente mixturadas com fragmentos de esqueletos calcareos dos animaes e plantas que vivem no oceano.

Atravez das bahias de antiga formação as areias foram repellidas pelas ondas para terra, até que em muitos logares o fraco escoamento para o mar fica vedado parcial ou totalmente por bancos de areia.

Dentro e ao redor das lagôas, lagos ou correntes vagarosas, assim formadas, vivem e morrem em grande abundancia plantas aquaticas e semiaquaticas. A agua doce torna-se, dessa forma, acida pela presença de grandes quantidades de bioxydo de carbono, produzido pela decomposição organica. A agua acida, do lado de terra, coando atravez dos bancos de areia, na vasante da maré, ataca a materia calcarea da areia e segue com essa solução para o mar, mas desde que se põe em contacto com a densa agua do mar, ao passar pela areia, o carbonato de calcio em solução é depositado nos intersticios entre os grãos de areia.

Com a continuação dos tempos, os intersticios ficam completamente cheios, e o banco de areia, tão endurecido e solidificado, que se torna impermeavel. O processo deve necessariamente parar então nesse sitio indicado, e as aguas escoantes, ou têm de procurar outras areias sôltas, ou hão de ser atiradas para o lado pelo banco impermeavel e forçadas a correr pelos canaes francos. O coamento das aguas doces e salgadas daria o mesmo resultado, quer as aguas doces fossem completamente represadas, quer fossem separadas do mar por um longo banco de areia, atravéz do qual tivesse de correr na baixamar. Assim as correntes constroem com o auxilio do mar, transformando areias sôltas em uma barreira de rocha contra o assalto do proprio mar. Comprehende-se agora por que a rocha dura apparece sómente na parte superior

do recife e não é mais espessa. Explica-se o facto por não ser provavel que o escoamento da agua dôce para o mar se effectue a uma profundidade que exceda ou supere de muito a profundidade do rio por detraz do banco de areia, e provavel é por essa razão que a dura camada superior varie um tanto em espessura e largura, resultando d'ahi que as correntes mais fortes têm recifes mais espessos e mais largos á sua frente, e as mais fracas recifes mais finos e estreitos.

ALTERAÇÕES DA COSTA

A linha de uma costa nunca está completamente em repouso.

As correntes da praia variam um pouco de um anno para outro. Os recifes de coral e a média dos ventos, durante dada estação, concorrem para essas mudanças. O resultado é haver sempre uma tendencia para cortar um pouco mais em um ponto e encher um tanto mais noutro.

No caso de um banco como os acima descriptos, essas alterações podem, com a continuação, ou enterra-lo sob novas accumulações de areia, ou solapar-lhe as bordas não consolidadas, em qualquer dos lados ou em ambos, até serem derribados.

Si o processo de endurecimento não tem avançado bastante, ao tempo em que é atacada pelo mar, toda a estructura pode ficar destruida.

E' evidente que muitos recifes foram atacados dessa forma pelo mar e destruidos em parte antes de se lhes completar a consolidação. Linhas rôtas de fragmentos assignalam a posição de muitos desses recifes ao longo da costa do Brasil. Os recifes ainda os mais fortes ficam solapados num ou noutro ponto, de modo que a maré enche e vasa por baixo delles, ou então os arcos naturaes, assim formados, se quebram, e os fragmentos angulares tapam as aberturas.

Recifes ha que estão enterrados de todo ou em parte sob as areias sôltas. No rio Formoso, o recife passa atravez de um cabo de areia, surgindo de ambos os lados. Varios recifes apresentam-se soterrados numa ponta e expostos na outra; outros ha ainda que se vêem descobertos em toda a sua extensão.

AGENTES PROTECTORES

Enquanto, porém, alguns recifes vão sendo destruidos pela resaca, muitos outros ha que resistiram por centenares ou milhares de annos sem mostrar, durante os tempos historicos pelo menos, signaes notaveis de alteração. Quando um recife se apresenta em parte solapado, o que de ordinario occorre do lado do mar, os fragmentos, que delle se desprendem, caem com os bordos exteriores, os quaes são consideravelmente, mais baixos do que os interiores.

Esses pedaços, ao afundarem, tombam em posição tal que redunda em protecção ao resto do recife.

As ondas, ao baterem nesses blocos chatos, deslisam pelas superficies declives e perdem a fôrça antes de alcançarem o recife principal.

Outro factor importante na conservação dos recifes é a vida organica. As faces, que dão para o mar, cobrem-se por toda parte de Serpulas, Esponjas, Algas, Molluscos e de muitas outras formas de vida, tão abundantes nos mares tropicaes. Essas plantas e animaes formam uma cobertura protectora que resiste, com exito, ás ondas mais violentas.

Verdade é que os ouriços do mar por vezes esburacam a rocha do recife, mas o prejuizo assim causado é insignificante, quando comparado com a protecção fornecida pelos outros animaes e plantas.

A LARGURA UNIFORME DOS RECIFES

A espessura quasi uniforme de um recife parece que se deve attribuir ao fluxo e refluxo das marés e á uniformidade approximada da distancia, que a agua pode alcançar ao infiltrar-se pelas areias no intervallo das marés.

O fluxo e o refluxo das marés se repetem nas bancos de areia tanto quanto a areia o permitte. Alguns recifes são mais largos do que outros; isso é provavelmente devido, em parte pelo menos, ao facto que um estuario maior tem que descarregar, em um dado tempo, mais agua do que um menor. Ha, portanto, mais pressão de superficie e hydrostatica dentro das areias, de sorte que a agua

penetra mais, em um dado tempo, quando o estuario é maior. Visto as aguas provenientes de estuarios maiores moverem-se com mais velocidade, os canaes, tendo a mesma largura, devem ter maior profundidade, e segue-se do que se provou acima que as camadas duras dos recifes, á frente dos maiores cursos d'agua, devem ser tambem mais largas.

A CAUSA DA RECTIDÃO DOS RECIFES

A rectidão do recife nunca foi explicada satisfactoriamente, pois ha poucas praias ou pontas de terra, nesta parte da costa do Brasil, tão longas e direitas como os recifes.

Presume-se que essa rectidão procede de terem sido solidificados nos primeiros tempos da sua historia como bancos de areia em frente a estuarios, ao tempo em que esses bancos eram estreitos e approximadamente uniformes na largura.

Acredita-se entretanto que alguns dos recifes são mais rectos do que as praias e bancos de areia, dos quaes provieram. Comprehender-se-ha isso, si imaginarmos uma longa praia com poucas curvas suaves e, por detraz della, uma corrente ou estuario approximadamente parallelo á praia, porém algum tanto mais tortuoso. As aguas de ambos os lados de tal banco encontrar-se-hão ao longo de uma linha equidistante das duas margens d'agua, e essa linha será mais recta do que a corrente tortuosa atraz ou a praia curva em frente. Si a praia em tal caso fosse direita, o recife seria ligeiramente recurvado.

A FORMAÇÃO DOS RECIFES DE PEDRA AINDA PROSEGUE

Acredita-se que o processo da formação do recife de pedra prosegue ainda. Os novos recifes, ou talvez dir-se-hia melhor, as condições favoraveis para a formação dos novos recifes acham-se agora para o lado de terra dos velhos.

Na *Traição*, por exemplo, as condições facilitam a formação de um novo recife por detraz ou mais perto de terra do que o velho, onde as aguas da lagôa de Sinimbú escôam pela nesga de areia, que separa a lagôa da bahia da Traição.

Em outros logares o novo recife pode estar para fóra ou para o lado do mar em relação ao velho; mas nesses logares o velho recife está invisivel, achando-se enterrado sob as ultimas accumulações de areia. Na cidade de Pernambuco ouve-se falar de rochas, eguaes ás do recife de pedra, encontradas em excavações de poços, cêrca de uma milha para o lado de terra em relação ao actual recife.

Si esses são recifes soterrados, é que são consideravelmente mais velhos do que o que ora se vê em frente da cidade.

RECIFES SIMILARES NOUTROS PAIZES

Affirmou-se, de comêço, que esses recifes de pedra eram unicos ou quasi unicos no genero. Em parte alguma, vi ou ouvi dizer da existencia de taes phenomenos, salvo em poucos logares na costa da Asia Menor no Mediterraneo.

Pela descripção, os recifes em Jaffa parecem ser dos melhores do Mediterraneo.

As condições climaticas e a densidade da agua do mar induzem a esperar recifes similares ao longo das praias do mar Vermelho, mas até agora não se conseguiu averiguar, si taes recifes existem alli.

Na California meridional as condições climaticas são favoraveis no lado de terra.

As areias têm sido repellidas ahi para dentro das fozes dos rios até muitos delles ficarem completamente fechados, quasi todo o anno, por uma bella serie de bancos de areia.

A agua do oceano ao longo da costa, todavia, não é tão densa como a da costa nordeste do Brasil, nem existe alli um clima tropical com a sua viçosa vegetação; mas, quanto se pode apreciar, são esses os unicos elementos que faltam para a formação, naquella costa, de bancos lithificados ou recifes de pedra. Na costa do Brasil formam-se os recifes sob uma notavel combinação de formas geographicas e condições climaticas em terra e no mar — uma bella illustração do exacto equilibrio das fôrças da natureza.

A LITERATURA DOS RECIFES DE PEDRA

Muito se ha dicto ou escripto acêrca do recife de Pernambuco, mas a maior parte das referencias a esse respeito são simplesmente da natureza de exclamações sôbre o seu aspecto e importancia commercial. A maior parte dos escriptores affirma que é um recife de coral, provavelmente baseados em informação colhida dos officiaes, a bordo dos navios em que porventura viajam, e os officiaes, por sua vez, colheram do livro de Findlay — « Sailing directory for the South Atlantic Ocean».

Muito é para notar que o livro mencionado — uma obra classica para os mestres de navegação — até á edição publicada em 1898, affirme que o recife de Pernambuco é de coral.

As noticias dos primeiros escriptores sôbre esse assumpto, pelo menos, têm o seguinte valor — mostram não ter havido alterações sensiveis na elevação ou no aspecto dos recifes durante os ultimos 250 annos ou mais. Apenas quatro ou cinco pessôas escreveram breves noticias de valor sôbre a Geologia do recife de Pernambuco e são: Darwin, Hartt, Rathbun e Hawkshaw e talvez Liais. Exceptuando os dous recifes ao Sul da Bahia, descriptos por Hartt, pouco se sabia dos outros recifes de pedra, antes das investigações pessoaes feitas pelo presente escriptor.

As theorias da origem dos recifes, expendidas por esses auctores, são todas mais ou menos correctas até onde podem alcançar, mas nenhum delles tomou em consideração os factores fundamentalmente importantes no caso, a saber :

1º, a edade e a topographia submarinha da costa ;

2º, a intensidade da queda da chuva e a periodicidade das correntes dos rios ;

3º, a influencia de um clima tropical ;

4º, a aridez do interior ;

5º, a densidade da agua do mar.

E nenhum delles informa satisfactoriamente sôbre a rectidão, largura uniforme, ou sôbre a falta de profundidade das partes lithificadas dos recifes ou sôbre a peculiar e restricta distribuição geographica.

A IMPORTANCIA COMMERCIAL DOS RECIFES

Visto ser a costa nordeste do Brasil falha de grandes bahias, exceptuando a da Bahia, esses recifes de pedra representam papel importante no commercio do Norte do Brasil.

Formam pequenos portos, atraz dos quaes surgiram pequenas cidades, ou onde os navios costeiros carregam e descarregam, ou se abrigam das tempestades. A maior cidade edificada atraz de um recife é certamente a de Pernambuco, com 190.000 habitantes.

A rocha do recife foi antigamente explorada em grande escala para construcção. Quasi todas as casas de habitação, lojas, egrejas, conventos, fortificações e não raro as calçadas das ruas, nas cidades ao longo da costa, são feitas de pedras extrahidas dos recifes. Ultimamente, porém, o Governo Brasileiro, percebendo o perigo do damno assim causado aos portos, prohibiu sabiamente que se extrahisse pedra das rochas dos recifes.

A ANTIGUIDADE DO CLIMA ARIDO

Desde as epochas cretaceas deram-se alterações geographicas importantes na região do valle do Amazonas, mas no angulo nordeste do Brasil ellas não se têm dado. Muito provavel é, portanto, que as fataes sêccas, tão communs no Ceará e nos Estados do Brasil que lhe são vizinhos, tenham sido characteristicas da região desde as epochas cretaceas, e devam continuar a apparecer, emquanto permanecerem as actuaes condições geographicas.

Segue-se tambem que recifes, como os recifes de pedra existentes, characterizaram essa costa, certamente de tão longa data na historia do continente como a epocha do Eoceno, sinão talvez de epocha um tanto anterior ainda.

NOTAS

DE

D. Pedro II ás « Curiosidades naturaes do Paraná » e a « Algumas verdades ».— D. Pedro II e o barão de Taunay.— Na bibliotheca do imperador. — A partida da familia imperial. — Notas de D. Pedro II ás « Japonneries d'automne » de P. Loti. — André Rebouças

PELO

VISCONDE DE TAUNAY

I

NOTAS DE D. PEDRO II ÁS « CURIOSIDADES NATURAES DO PARANÁ »

A 10 de Abril de 1890 publiquei no tomo 53, parte 2ª, da *Revista Trimensal* do Instituto Historico e Geographico Brasileiro descripção um tanto minuciosa de varias *Curiosidades naturaes do Paraná*, que mais attenção me mereceram nas minhas viagens, quando presidente daquella circumscripção administrativa, de 28 de Septembro de 1885 a 4 de Maio de 1886.

Mandando tirar exemplares em separado, enviei, a 31 de Maio daquelle anno de 1890, um desses folhetos á Sua Magestade o sr. d. Pedro II, não só como respeitosissimo preito ao illustre exilado e inclyto soberano, mas tambem em obediencia ás ordens que me dera de escrever quanto pudesse a respeito do Brasil, e logo lh'o remettesse.

Mezes depois, recebi esse exemplar annotado, e, seguindo o bello e util exemplo do digno sr. conselheiro Manuel Francisco Corrêa a respeito da obra de Pressensé, entrego nestas linhas á publicidade as observações, que o imperador escreveu a lapis á margem das folhas, e que vão transcriptas com todo o acatamento e a mais absoluta fidelidade.

Como resumo das impressões geraes incutidas pela leitura, poz Sua Magestade na capa as seguintes e lisonjeiras palavras, que reproduzo com desvanecimento e gratidão : « E' muito interessante ».

A' pagina 14, fallando eu de um pretendido frade, morador largo tempo na *Gruta Sancta* ou *do Monge*, disse o sr. d. Pedro II : « Isto augmenta muito a minha curiosidade de conhecer a vida de

uma especie de leigo-ermitão, que habita no pittoresco Mont Cassien, perto de Cannes, onde escrevo estas linhas a 3 de Julho de 1890 ».

A' pagina 15, reproduzindo eu a descripção da gruta do sertão da Ribeirinha, feita pelo sr. Sebastião José de Madureira, observou Sua Magestade : « Lembra *Mammouth Cave*, onde andei de todas as maneiras, e que é atravessado por um rio. E' uma das cousas mais interessantes dos Estados-Unidos ».

A' paginn 17, a respeito do andorinhão chamado *tapema*, disse o imperador : « Virá de *taba*, aldêa, *eim*, sem ? Sem habitação ? »

A' pagina 18, a proposito da denominação *Gruta de Tapirussú*, accrescentou : « Liga-se o nome á Mythologia dos caboclos. *Ta*, *i-tá*, pedra ; *pirá*, que foi ; *assú*, *ussú*, grande : *Tapir grande*. Suppunham que a anta fôra uma pedra, ou talvez *pedra* signifique *massa* ».

A' pagina 20, tendo eu posto *resvaloso*, emendou, com razão, *resvaladio*.

A' pagina 21, fallando-se da bella ponte dos Papagaios, construida em parte pelo engenheiro Francisco Antonio Monteiro Tourinho, annotou : « Vi essa ponte em companhia delle ».

A' pagina 24, a respeito da palavra *Imbituba*, explicou: « *Imbi*, cupim, *tibá* ou *tuba*, abundancia ». Adeante, apontando eu Guarapuava para possivel e futura capital da provincia dos Campos Geraes, que se desannexaria da do Paraná, appôz esta simples palavra : « Pensar ». E ao lado do elogio aos trabalhos da repartição telegraphica e ao seu chefe, conselheiro barão de Capanema, escreveu : « Com toda a justiça ». Ao nome *Ivahi* deu a etymologia : « *Ibá* ou *ubá*, arvore, madeira ; *hi*, agua, rio ».

A' pagina 25, tendo eu empregado o vocabulo *ancenubio*, elegante e necessario neologismo proposto pelo dr. Castro Lopes, para exprimir o gallicismo *nuança*, reparou o imperador : « E' a primeira vez que leio esta palavra. Parece significar nuvem e marco ».

A' pagina 26, referindo-me á photographia da catadupa do rio dos Patos, que denominei *Salto Visconde do Rio-Branco*, observou : « Não a conheço ».

A' pag. 27, escrevi « Valente e perduravel impressão tiveram todos, quando voltando-me para os companheiros da excursão, exclamei com voz forte: « Esta catadupa terá o nome de *Salto do Visconde do Rio Branco.* » Então, uma saudade funda e travada de indizivel gratidão pungiu o coração dos Brasileiros que se achavam naquellas solidões, e todas as grandezas da natureza inconsciente, aquellas revoltas e estrondeantes aguas, aquellas immensas rochas, aquelles solennes e colossaes gigantes da floresta, tudo, tudo se abateu e ficou pequeno ante a estatura moral do estadista, cuja recordação o seu glorioso nome evocava no meio de invios sertões. Sua Magestade observou : « Tudo isto é muito justo. Os serviços que Paranhos prestou ao Brasil foram muitissimos. Conheci-o desde quando o ouvi dar licção de Physica na Academia Militar, vivendo elle por favor em S. Bento e sendo já substituto da Eschola de Marinha. Ainda não conheci pessôa mais intelligente e perspicaz, nem mesmo na Europa.»

A' pag. 29, explicou a palavra Itaqui : « *Itá*, pedra, *cui*, areia.

A' pag. 31, a proposito dos horrorosos escandalos havidos na chamada *colonização russa* em 1878 e 1879, Sua Magestade declarou á margem :

« Tem toda a razão ; verifiquei por meus olhos os abusos, embora procurassem arredar-me desses logares. Não cessarei de recommendar, ou *antes*, de aconselhar todo o cuidado com o serviço da immigração, e desejaria ser informado do que se houver feito e queiram fazer. Prestarei de bom grado os serviços que puder aqui ».

A' pag. 35, explicou as palavras *Lambari* e *tayabuçú*, do seguinte modo :

« *Ará*, dia, *mbá*, cousa ; *i*, agua. Não será *uára mbá* habitante, *mirim*, pequeno, *i*, rio ; pequeno habitante do rio ? O genitivo precede sempre. *Tá* ou *itá*, pedra, *ia*, *iara* e *u-ara*, comedor ; *uçú* e não *ucú*, *assú*, grande ?. . . »

A' pag. 36, quanto á *gerivá*: «*gê*, amarello, *Ibá* ou *ubá*, arvore.»

A' pag. 37, a proposito de ***tacuára***, ***poçáuna***, e ***caraá***: « ***Itá*** pedra, ***coara***, buraco. ***Pó***, mão, ***a ára*** suffixo agente; ***una***, preto, de mão fazedor apoio preto. Proponho sómente. Não posso explicar a etymologia ***caraá***, corruptéla já da outra corruptéla ***carana*** por ***caarána***, a similhança do matto, falso matto.»

A' pag. 41, a palavra ***capivàra*** explicou: « *Caa*, matto; *pi*, de pé, ***uará***, comedor, roedor.»

A' pag. 42, ao vocabulo ***Polinga***: « *Mbo*, cousa; ***tinga***, branco; ou ***pó***, mão. Tambem ***poti***, camarada (de ***pó*** mão, ***ti***, ***tim***, ponta), ***tinga***, branco — camarada branco? Guarapuava de ***U-ara***, voador, ***puá***, ***poan***, redondo (donde ***caá-poan***, capão; ***caá***, matto, ***poan***, redondo ou tambem ***paún***, cercádo, fechado), ***aba*** terminação indicativa de ***logar***, isto é, de passaro redondo logar.»

Ao vocabulo *bugres*, usado á pag. 43, observou:

« Creio que assim chamaram da palavra franceza, provinda do nome do povo *bulgaro*, que tinha esses habitos de vagabundagem e correrias.»

Nessa mesma pagina, dizendo eu do visconde de Guarapuava:

«E' um Brasileiro que honra o Brasil inteiro. Com a mais viva satisfacção aqui lhe fica prestada esta homenagem de elevadissimo apreço e admiração. O seu nome é Antonio de Sá Camargo.» Sua Magestade escreveu: « Tem razão. »

A' pag. 44, ao lado das ligeiras notas biographicas relativas ao meu venerando pae Felix Emilio Taunay, barão de Taunay, fallecido a 10 de Abril de 1881, disse Sua Magestade: « Devo-lhe muitissimo, principalmente quanto ao amor do bello e seu cultivo.» E traduziu o epitaphio por elle proprio feito e gravado na pedra marmore do seu tumulo (Cemeterio de S. João Baptista):

« Philologue, à demi poète,
Spectateur éternel du beau,
Je perdis mon temps à sa quête...
Un doux regard sur mon tombeau. »

do seguinte modo:

> « Philologo, meio poeta,
> E do bello sempre cultor,
> Tempo perdi com essa méta...
> Olhai-me a tumba com amor. »

Á pag. 45, a proposito do visconde de Beaurepaire Rohan, que elogiei, esboçando mui ligeiramente os traços biographicos, accrescentou: « Nunca poderá dizer bastante de quem tanto estimo. »

A' pag. 46, a respeito do barão de Antonina (João da Silva Machado), observou: « Muito o conheci e apreciei. » *Itaúba*, pedra-páo. »

A' pag. 47, a proposito do nome de Sancta Rita Durão, que dei a um *espraiado* do rio Iguassú, annotou: « Prefiro o seu *Caramurú* ao *Uruguay*. Já o soube quasi de cór, e para não encher papel não escrevo aqui a descripção das fructas do Brasil... Brasil! Quando olho de Cannes o mar, logo delle me lembro, separado

« Por esse longo espaço, immenso d'agua.»

Parece que este verso do poema não acaba. » E em nota: « Visitei a casa onde nasceu » em Cata Preta, arraial de Nossa Senhora de Nazareth do Infeccionado.

Como ultima nota á pag. 53, dizendo eu do sr. Francisco Fasce Fontana: « E' um dos homens mais intelligentes, mais bem intencionados e uteis de Curitiba », Sua Magestade observou: « E'. Muito o conheci. Naquella cidade visitei o seu engenho de matte. »

Ao terminar, tomo a deliberação de offerecer ao Instituto Historico e Geographico Brasileiro o presente exemplar, tornado precioso pelas notas, ora transcriptas.

Tenho por sem duvida que essa Associação dedica vivo e constante empenho em zelar, com o maximo estremecimento, tudo quanto se refere ao sr. d. Pedro II e á sua memoria, nutrindo ella justos motivos de orgulho, gratidão e pungimento, por ter

merecido desse homem extraordinario, desse indvidavel soberano, incessantes provas de entranhado affecto e do mais paternal carinho até aos ultimos momentos da sua excepcional existencia, já no fastigio do poder e rodeado das zumbaias da felicidade, já no duro exilio e nas horas de crudelissimas provações.

A rememoração daquellas singelas e valiosas notas será mais uma homenagem ao espirito largo, amplo, magnanimo e á serenidade divinal de Quem, nas mais penosas vicissitudes, arredando de si todas as pretenções humanas, alheio a ellas e entregue só aos seus nobilissimos pensamentos e ás suas meditações repassadas de sublime amor á patria, grangeou a admiração e o enternecido respeito do Mundo inteiro — deslumbrante e nova coroação de uma vida, que faz a gloria do Brasil e da Humanidade.

II

D. PEDRO II E O BARÃO DE TAUNAY

Nas notas escriptas por s. m. o sr. d. Pedro II, ás margens de um trabalho meu, um conceito do inclyto monarcha referente a meu venerando e amado pae, barão de Taunay, avivou-me a lembrança do justo orgulho que, durante toda a sua vida, nutriu este por haver, mais que ninguem, concorrido para incutir no espirito do soberano brasileiro profunda admiração pelo Bello e por tudo quanto é nobre, elevado e grandioso.

« Devo-lhe muitissimo, disse o imperador, principalmente quanto ao amor do Bello e seu cultivo », tributo á verdade, que não podia deixar de ser prestado por personalidade tão alevantada na orbita moral, como foi o sr. d. Pedro II.

E do brilho offuscador que se desprende daquelle vulto, após todos os admiraveis factos da sua existencia, já no exilio, e dessas scintillações da maior e mais legitima gloria, que tanto engrandece a terra natal e a Humanidade, alguns raios puros e serenos vêm hoje illuminar a figura modesta, mas altiva e digna de meu bom e estremecido progenitor.

Não é simplesmente — e d'ahi o desvanecimento de toda a minha familia — qualquer satellite a receber luz e realce de irradiante astro, por pertencer ao seu systema, não ; mais propriamente deverá ser considerado copiosa corrente de aguas crystallinas, borbulhantes e vivas, que contribuiu com todo o seu contingente para a avolumação do magestosissimo Amazonas.

Era a preoccupação constante de meu pae esse discipulo coroado, que tão bem correspondeu ás mais altas esperanças do solicito mestre ; sobretudo quando ambos punham de parte as cousas do mundo contingente e se entranhavam na abstracção das theorias philosophicas ou scientificas, e a longos tragos sorviam as delicias das lettras antigas, gregas e latinas.

Lembro-me bem que, longos e longos annos, lustros inteiros, jamais deixou elle de ir, ás terças e sextas-feiras, ao Paço de S. Christovam, onde ficava no gabinete do torreão direito em conversação seguida com o imperador, das 11 horas da manhã ás 3 da tarde, para o que levava maços de jornaes com extractos feitos, volumes e volumes annotados, pontos de discussão preparados, ou tambem, quando não trabalhos originaes, as suas bellissimas traducções em francez, de Pindaro, Theocrito, Anacreonte, Horacio e Persio, cujos versos eram, um por um, sujeitos a detida analyse e confrontados com os impeccaveis modelos.

E nunca deslisavam essas interminaveis palestras do terreno neutro e puramente litterario, sendo tão grande e de admirar a discreção e reserva do soberano, desde a sua primeira mocidade, como a delicadeza e o escrupulo de quem fruia a particular, incessante e doce intimidade.

Que supplicio para meu pae, quando alguma notabilidade europea se lembrava de recorrer á sua intervenção, afim de ver si conseguia qualquer mostra de apreço official do monarcha ou do Governo do Brasil, e para isso lhe remettia obras ricamente encadernadas, ou até especial e formalmente dedicadas ao imperador !... Contentavam-se com tão pouco... um simples habito da Rosa !... Recordo-me que não lhe foi possivel obter, apesar de todo o seu empenho e geito, e rompendo quasi invencivel constrangimento,

esse ligeiro favor para o illustre escriptor general Ambert, que, entretanto, merecia bem qualquer signal de applauso pelo notavel e commovente livro «Récits militaires».

Dessa prova da maior evidencia, e que falla muito alto, se infira, em prol da verdade historica e da apreciação do character austero e coherente do imperador, quanto lhe devia intimamente custar, quanto lhe doïa ao coração ter que assignar a derrama de titulos, condecorações e patentes da Guarda Nacional, que, sem cessar e em brados, exigia, cada vez mais accesa, a politicagem para recompensar dedicações interesseiras e instrumentos de corrupção eleitoral.

Muito luctou, muito resistiu, mas afinal cansou.

E assim, de um sem numero de pungentes injustiças tem de ser alliviada a memoria do sr. d. Pedro II!!! Um mundo que elle carregou sempre sôbre a cabeça e as mãos espalmadas, como incurvavel, silencioso e magnanimo Atlas...

Ao imperador menino, então, foram os desvelos de meu pae inexcediveis e, ajudado pelos esplendores da natureza brasileira, em cuja adoração viveu sempre, por ahi é que buscou e conseguiu infundir na alma do joven soberano o culto do Bello em uma das suas mais tangiveis manifestações, unindo a creatura moral ao Creador, na contemplação dessa *gloria immensa*, que, segundo a phrase dos Psalmos, *o dia annuncia ao dia.*

A tal respeito encontrei nos seus papeis, ha pouco tempo, varias paginas que, estou certo, serão lidas com interesse, pois constituem documento historico de não pequeno valor.

Escreveu-as em portuguez, no anno de 1875, e as reproduzo taes quaes se acham no original, tão correctamente manejava a lingua, ao passo que a fallava com certa difficuldade e pronunciado sotaque, apezar dos seus 65 annos de ininterrompida estada no Brasil, de 1815 a 1881, anno em que veio a fallecer.

Eis os trechos alludidos :

« Desses meus cuidados (referia-se ao sr. d. Pedro II) darei alguns exemplos que datam já de 40 annos, em 1835, e que, espero, não serão taxados de pueris. Minhas obrigações

eram simplesmente o ensino interino de francez e desenho durante as infermidades, que terminaram fatalmente, dos respectivos professores effectivos. Parece, porém, que o meu methodo de ensino e o meu constante zêlo em aproveitar a licção das cousas, mereceu particular approvação, porquanto, succedendo eu áquelles professores, vi-me sorprendido, em meiados de 1839, com a nomeação de sub-preceptor do augusto pupillo, sendo preceptor frei Pedro, logo depois bispo de Chrysopolis, por occasião da declaração da Maioridade.

« Passava eu, então, tres vezes por semana o dia inteiro com o imperador. Lembra-me que nessa qualidade assisti a um passeio botanico, dirigido pelo illustre Vandelli nas alturas do Telegrapho de S. Christovam. Nessa digressão, a princeza d. Francisca, dotada de muito espirito espontaneo, deu-me o appellido de « Monsieur oh ! que c' est beau ! » pelas continuas exclamações admirativas que me arrancavam as diversas faces da formosa paizagem. E esse alcunha, aliás passageiro, não deixou, embora causasse certo riso entre os presentes, de me agradar, já por habitual complacencia, já por me ver tão bem comprehendido dos meus imperiaes discipulos. Então lhes expliquei que a admiração pelos grandes espectaculos da natureza e a manifestação das impressões, que elles nos incutem, são só proprias do homem civilizado. Os selvagens e entes primitivos não as sentem ou, si as sentem, têm especial cuidado em occulta-las.

« Direi que essa mesma princeza e sua ermã mais velha d. Januaria tomavam como recompensa da melhor prova em francez ou desenho o prazer de soltarem as borboletas que eu costumava, ao atravessar o parque de S. Christovão, apanhar pelas azas e punha, durante as licções, dentro de um copo emborcado. A admiração por aquellas bellas e aladas creaturinhas e o longo habito de aprisiona-las tinham-me posto muito práctico em agarra-las sem magoal-as ou lhes fazer o menor damno. A reparação de uma injustiça e a boa acção de restituir á liberdade um entezinho dotado de azas pelo Creador para melhor

gozar do espaço e do ar, levava naturalmente a conversa para a consoladora práctica do bem e o uso dignificador da caridade a reparar desgraças e miserias.

« No mesmo sentido de fraternidade no seio da creação e de mutua benevolencia, occorre-me á lembrança ter eu, um dia, na presença do joven soberano, introduzido como actor uma dessas vespas grandes, vulgarmente chamadas « maribondos », asseverando que impunemente o faria percorrer um dos meus dedos, uma vez que tivesse conseguido a sua confiança, evitando amedronta-lo. E assim executei com pleno exito. Um veador da imperatriz, que accompanhava os principes ao passeio, não poude supportar a vista de similhante experiencia e, ou pelo perigo que, segundo suppunha, corrêra o imperador, ou pelo meu, ou antes pelo proprio, m'a exprobrou até quanto permittia a minha paciencia. « Provocar, dizia elle assustado, um bicho tão furioso ! »

« A minha façanha pacifica teve, porém, o bom resultado de estabelecer entre nós, o imperador commigo, o habito de repetirmos dous versinhos de ironia humanitaria que, dias antes, meu ermão Carlos achára em uma folha illustrada de Pariz e m'os mostrára :

« Cet animal est si méchant !...
Quand on l'attaque, il se défend. »

D'ahi a reconhecer que o mal para o mal pouco se produz na natureza, não ha grande distancia. Assim tambem a desconfiança ou o temor de ser molestado gera mais violencias e crimes do que a maldade innata, a malignidade gratuita... »

N'outro trecho, esse em francez, que traduzo, dizia meu pae :

« Ha uma religião (profana) do Bello, uma glorificação da intelligencia humana pelas artes, as lettras, as sciencias e as grandes virtudes, culto cuja séde existiu em Athenas e desde os tempos da Renascença se reproduziu em Pariz, sem ter jámais passado por outro logar, nem siquer Roma. Desse culto é que tive a felicidade de transmittir ao imperador a chamma, o que lhe valeu o applauso

geral na sua viagem á Europa, depois da estada em França e em Pariz. As consagrações dessa natureza não se fazem sinão na capital do mundo civilizado. O imperador colheu de um Francez esse fogo sagrado. Elle proprio o reconhecia, e em Pariz não se enganaram qual a origem. A posteridade nisso fallará talvez um dia, sem que eu reclame para mim a sua justiça.

« Eu mesmo tive essa iniciação, não de um professor, de um preceptor, nem de um erudito, mas de um homem distincto na sociedade *(un homme du monde)* Mr. Calais, antigo censor do Governo nos estudos do Lyceu de Rouen, onde vira meu ermão Carlos e lhe apreciára o espirito ardente, sem, porém, achar nelle a profundeza de sentimento necessaria para a investigação e posse do Bello absoluto. Sentiu Mr. Calais esse enthusiasmo em mim, e jámais delle tive outro ensino sinão a admiração em commum dos grandes rasgos de virtude e das obras primas humanas que elles inspiraram, referindo tudo á fonte primordial, que é Deus.

« Da minha parte não puz em práctica processo diverso para com o imperador, predisposto innatamente como eu no mesmo sentido. A felicidade foi que eu me achasse ao seu lado para lhe transmittir, no correr da vida, esse cirio sagrado.

« De que modo se communica o ardor pelo Bello, pelo Ideal? E' um fogo que péga por si mesmo, onde haja o germe. Póde haver impossibilidade de exprimi-lo, comprehendendo-se-o, contudo, e possuindo-se-o do modo mais intenso.

« Por isto não houve de meu lado nem arte, nem trabalho, nem methodo, nem systema. Não quero nem de leve me attribuir meritos, que não tive.

« Tão sómente nunca deixei escapar occasião propicia para desenvolver preciosas qualidades instinctivas — eis o que fiz. Achar-se-hiam as provas nos 17 folhetos de *Exhortações ao Bello* que escrevi em 1835, com a data do dia da composição e da leitura feita pelo destinatario. Muitos annos depois entreguei-os ao imperador, que m'os pedira para relê-los. Ignoro si os conservou. Não eram, de certo, obras primas; mas o sentimento que, de principio a fim, nelles domina é digno de applauso; ouso affirma-lo.»

Dessa influencia muitas vezes me fallou Sua Magestade, mostrando, na emoção de que repassava as innumeras recordações, o apreço em que a tinha como copioso manancial de muita alegria intima e indefinivel consôlo.

Quando qualquer dúvida surgia sôbre um ponto de Historia, Litteratura ou sciencia, costumava dizer logo: « Falta agora seu pae: elle tudo sabia, tudo aprofundava sem exfôrço e de modo pasmoso.

Adeante ver-se-ha a prova bem espontanea, bem eloquente, de que, em Cannes, nas horas do exilio, comprazia-se particularmente aquella augusta mente com reportar-se aos tempos, em que ouvia o mestre predilecto e com elle se extasiava na admiração das virtudes a que, depois na longa e proveitosa existencia, toda de ingentes sacrificios á patria, deu tammanho realce.

Na attitude da meditação e com o modo tão extraordinario de fitar que ás vezes tinha — a pupila azul celeste quasi toda mettida sob as palpebras e a encher-lhe o rasgado dos olhos, só a esclerotica, alva como a mais pura ágata — voltava aos tempos, em que o furacão das revoluções rugia fremente e se desencadeava ao de redor de S. Christovam, e o povo brasileiro montava guarda fiel para lhe resguardar o throno, symbolo das leis, e a quietude da infancia, elle criancinha, sem pae, sem mãe! . . .

Faltára, por acaso, nos seus 50 annos de reinado, á gratidão que devia ao Brasil, aos compromissos sagrados que tomara consigo mesmo? Dizia-lhe a consciencia que não. . . Então porque?... Não insistamos.

A prova, a que umas linhas acima alludi, tive-a da maneira mais completa e grata, após animada conversa, a viajarmos junctos para Petropolis — na carta do illustrado sr. dr. José Pires Brandão em resposta a meia duzia de linhas minhas relativas aos dias em que se achára juncto do augusto monarcha, na cidade de Cannes; documento tão formoso na fórma, como laconico nos conceitos.

Ei-la integralmente:

« Sr. visconde, veio a sua carta avivar-me a saudade, despertando no meu espirito a lembrança das bellas horas que passei

em Cannes, ao lado do nosso immortal imperador. — Tive a ventura de poder admirar a sua egregia mente e sentir, a cada instante, a magnanimidade daquella alma, sem duvida, a primeira grandeza moral do nosso seculo! Não articulava a menor queixa; não fazia a mais leve exprobração.

« No throno, o poeta da *Legenda dos seculos* comparou-o a Marco Aurelio; no exilio, foi exemplar unico!

« Fallava do Brasil com o amor e ternura de um filho ausente e apreciava os seus homens com a mesma imparcialidade e justiça com que os governou.

« Incapaz de odios e desejos de vingança pode-se applicar áquella Serena Magestade o que escreveu Rénan de Marco Aurelio: « *Toute sa vie fut une étude à rendre le bien pour le mal* ».

« Era o nosso paiz o assumpto favorito das suas conversas. Aprazia-se particularmente em recordar os tempos de sua infancia e seus mestres.

« Em uma dessas occasiões, conversava meu sogro, conselheiro Ferreira Vianna, com Sua Magestade sôbre os meritos de frei Pedro, bispo de Chrysopolis. Sua Magestade, confirmando o juizo do seu interlocutor, pronunciou estas textuaes palavras:

« Tem razão, era mathematico e bom mathematico; mas a quem tudo devo é ao velho Taunay. Espirito vasto, versado em quasi todos os ramos dos conhecimentos humanos, este, sim, foi o meu verdadeiro mestre. »

« Recolhi logo este juizo de Sua Magestade ao meu livro de apontamentos de viagem, a par de outros sôbre homens e cousas da nossa patria.

« Repetindo agora por escripto o que de viva voz já lhe referi, appelle, si quizer, para o testimunho de meu sogro e do illustre Brasileiro o sr. conde de Motta Maia, presente tambem na occasião. »

Não pode haver homenagem mais eloquente do que essa ao Bom, ao Justo, ao Bello, a decorrer com a maior naturalidade de um dos espiritos mais admiraveis, que jámais houve no mundo — o segundo imperador do Brasil.

Na sua vida magestatica, tão longa, tão cheia dos sorrisos da fortuna, como que se preparou, dia por dia, para as horas duras e crueis que a sorte lhe reservára na ultima épocha da velhice, quando, chegado ao jubileu do seu reinado, parecia attingir á apotheose suprema das glorias humanas.

Outras de maior fulgor lhe estavam destinadas. Tinha, fóra do circulo do saber immenso ou na mais formosa combinação de vistas, de dar applicação inteira, irrecusavel, á sentença presciente de Platão, que Sancto Agostinho, em mystico arroubo, capitulou verdadeiramente sublime:

« O homem não se une a Deus sinão pela virtude; e a virtude não se adquire pela sciencia; é um dom divino. »

(Gazetilha do *Jornal do Commercio* de 18 de Dezembro de 1892).

III

NOTAS DO SR. D. PEDRO II

O meu opusculo *Algumas verdades*, publicado a 14 de Março de 1891, mereceu do sr. d. Pedro II, a 29 de Maio, as seguintes notas, que dou á publicidade como elementos historicos de grande valia, sobretudo quando tenho informação exacta de que copioso numero de annotações illustra e elucida outros livros e particularmente os folhetos e trabalho de meu nobre e eloquente amigo Joaquim Nabuco, do conselheiro Christiano Ottoni e do denodado paladino dr. Alberto de Carvalho.

A' pagina 7, fallando eu do Chile, disse: « Era essa Republica o orgulho da America, integralizada ella, segundo a phrase da moda, isto é, equiparado o Brasil e nivelado com o Uruguai, a Argentina, a Bolivia, o Perú, Venezuela, Colombia, Equador, para não fallar em Honduras, Haiti, Guatemala, Costa Rica e outras », o imperador escreveu: « Integralizada? Não entendo bem ».

A' pagina 8, dizendo eu: « E' isto que faz com que muitos milhões de Brasileiros experimentem fundas saudades do sr. d. Pedro II, e da monarchia, que nos deu 68 annos de vida

honrosa e invejada entre as nações civilizadas e quantas liberdades e regalias eram possiveis em regiões tão vastas e mal povoadas ».

Sua Magestade declarou: « Fiz com toda a lealdade o que pude ».

Nessa mesma pagina: « O mais illustre chefe de Estado, após 50 annos de insano labor em bem da patria, foi obrigado a embarcar por noite tempestuosa e mares encapellados », observou o justo monarcha com admiravel amor á verdade; « Agradeço a intenção, mas acho exagerada a expressão *mares encapellados* ».

A' pagina 14: « Tambem dos seus labios irrompeu por fim uma exclamação, exarada, sem duvida, a contra gosto, mas irresistivel na eloquente explosão:

« Estou cansado de sustentar maus governos » ; Sua Magestade ponderou: « não me lembro de haver-me expressado assim ».

A' pagina 15: « A posteridade prestará homenagem inteira a uma das mais extraordinarias organizações de soberano, empenhado de coração em cumprir todos os seus deveres, philosopho da maior elevação, já no throno, já no exilio e na desgraça, e mil vezes mais republicano pelo estudo, pela indole e meditação do que quantos se lembraram de fazer deste paiz uma republica », Sua Magestade declarou: « Agradeço. Não me foi difficil ser o que fui, si é que tudo isto é exacto. Bastou-me ter *verdadeiro* sentimento religioso. »

Nessa mesma pagina : « Não metter em linha de conta, como o mais poderoso factor dos successos de 15 de Novembro o desgôsto que, durante muitas dezenas de annos, lavrou nas fileiras da força de terra, é querer ageitar a Historia a certo modo de ver todo particular e commodista », disse o imperador : « E' exacto ; não ha effeito sem causa ; mas a tropa que se achava no Rio de Janeiro não era todo o exercito ».

« Para tanto, no fim ainda dessa pagina, concorriam mil causas, actuando no espirito da officialidade, ou simples alfinetadas finas e irritantes », Sua Magestade pôz: « Alfinetadas — admittirei ».

Adeante dizia eu: « Sem fallar no uso da fôrça de linha como mero instrumento de desmoralizadora policia, sujeita ás ordens dos mandões eleitoraes, sub-delegados e inspectores de quarteirão », o

imperador declarou: « Inteiramente de accôrdo. Sempre me exforcei por acabar com isso e por boa fòrça de policia. Conseguiu-se alguma cousa, mas não tudo, de certo ».

« Destrinçarei todos esses pontos em um livro», annunciei; ao que annotou o sr. d. Pedro II: « Aguardo com impaciencia o livro, que facilitará as minhas reflexões, expendidas com a maior sinceridade ».

A' pag. 17: « E a parca remuneração? ha a nota: « Tem razão, mas a despesa? O pouco que se augmenta reproduzido milhares de vezes avulta muito ».

A' pag. 18, disse eu: «Bem me recordo da verdadeira lucta que travou um companheiro meu de academia, depois illustre por mil feitos de guerra, para conseguir a mão da esposa que desejava, e as peripecias de toda aquella historia na occasião muito me impressionaram ». Sua magestade indagou: « Quem foi? Não póde referir-se ao Caxias. Talvez ao Tiburcio — foi valentissimo official ».

A' pag. 18, fallando eu da *Festa do Barracão* nos seguintes termos: « A desfeita então irrogada tocou tanto ao exercito como ao imperador », este annotou: « Na guerra do Paraguai e nos factos subsequentes fiz o meu dever ».

A' pag. 20: « Não ha no Brasil quem não conheça os exforços que elle sempre empregou para que os ministros respeitassem as promessas da lei em relação a certos cargos de justiça », o sr. d. Pedro II declarou:

« Por fim já não achava opposição da parte dos ministros. »

A' pag. 22: « O monarcha americano defendeu sempre com a mais admiravel vigilancia as minimas regalias da imprensa e a liberrima expansão de todas as crenças, fossem quaes fossem as suas intenções e o objectivo a que se visassem », annotou: Não ha dúvida. Sempre pugnei por inteira liberdade da imprensa. Repeti mil vezes— o seu correctivo está nella mesma ».

A' pag. 23, affirmei: « Cifrava-se o empenho do *fazendeirismo* na revindicta, na vingança, na conquista da republica já e já a todo o transe, e não pela evolução de um paiz de 15 milhões

de habitantes ». Sua Magestade reflexionou: « Pela evolução sempre a quiz; seria prova do desenvolvimento, sobretudo moral, do meu querido Brasil ».

A' pagina 31, referindo-me ao illustre Fernandes da Cunha, uma das glorias brasileiras nos annaes do character e do pundonor, « Ah! faltou-nos, faltou-nos elle, que depois lavrou um dos mais bellos documentos da dignidade nacional. Faltou-nos o seu verbo inflammado, a sua fibra capaz de fulgurantes repulsas! disse o imperador: « Applaudi este trecho, com tanta maior satisfacção, quanto elle muito concorreu para as injustas accusações do governo pessoal. Achando-o em êrro, sempre o apreciei, entretanto, na medida dos seus muitos meritos ».

A' pagina 35 ha estas palavras: « Ah! de certo o sr. d. Pedro II deve sentir na sua estupenda serenidade acerbas e angustiosas saudades da terra em que nasceu ». Sua magestade pôz em nota: « Todos os dias, todas as horas. Só penso na posição que occupei, por ella ter-me permittido prestar mais facilmente serviços á nossa patria. Serviços contudo, ainda lhe estou prestando, occupando-me de tudo o que mais ou menos directamente lhe possa ser util ».

E, no fim do opusculo, á pag. 37, estas palavras: « Obrigado, Taunay, ainda uma vez obrigado pelas suas *Verdades* ».

Estas e outras muitas notas tão despretenciosas e sinceras, saïdas da mão do imperador, assimelham-se, si me é permittido o parallelo, ás aguas crystallinas de certos e formosos lagos, que deixam transparecer os menores accidentes de um sólo alvissimo, egual e puro de todo o lôdo — peregrina taça a conter, a mais, preciosa lympha.

E, concatenando-as todas, terá a Historia como que o inventario dos actos, e dos intuitos do inolvidavel soberano, e poderá um dia apreciar devidamente no seu conjuncto os seus 50 annos de reinado, isto é, da maior somma de verdadeira felicidade, grandeza e honra, de que jámais gosou este Brasil.

Foi-lhe preoccupação constante ser imperador constitucional, recusando com invencivel tenacidade a parte enorme, ou antes, a

totalidade de poder, que as circunstancias e os homens de continuo lhe entregavam. D'ahi certa vacillação nas normas de proceder, de que por vezes o accusaram.

Elle, porém, como elevadissimo estadista, dos mais honestos que jamais existiram, comprehendia sim, que o seu repouso, a sua tranquillidade de consciencia, a sua responsabilidade perante si mesmo residiam só e só na lei, e que, si é facil e commodo saïr della, posterga-la e pô-la de lado, até com applauso de todos e consenso de um povo inteiro, nada mais difficil, nos tempos duros e penosos, do que tornar a abrigar-se á sua sombra e protecção.

Eis porque tanto doïa ao sr. d. Pedro II a accusação sempre renascente do *poder pessoal*. E' que elle, tão sómente elle, sabia quantos exforços realmente empenhava para arredar de si a somma illimitada de attribuições, que lhe ficava á mão, e para resistir ás incessantes seducções do mando unico e intangivel.

Tinha, de certo, por vezes necessidade, urgencia até de impulsionar os que o cercavam e o fazia por irresistivel e acendrado patriotismo; mas cautelosamente cercava dos mais prudentes rodeios essa sua indeciinavel iniciativa, vendo, em innumeras occasiões, não o seu amor proprio mal ferido, que disso não cuidava, na esphera em que se collocára, mas desvirtuadas e mal interpretadas as suas mais nobres e alevantadas intenções.

E á verberação cruel, ao ataque violento, ao chasco, ás tentativas de ridiculo e desmoralização só podia oppôr a resignação, a paciencia, o silencio !...

Ao imperador do Brasil só faltou um povo no grau de educação e adeantamento do inglez ou norte-americano, perfeitamente conscio dos seus direitos e deveres.

D'ahi a sua aspiração constante á verdade das eleições, a sua repulsa intima e indignada do celebre e tão explorado *sorites*, cuja responsabilidade, entretanto, pesou sôbre toda a sua vida magestatica; d'ahi o enorme valor que deu ao sr. Saraiva após o unico ensaio leal de verdadeiro suffragio popular que houve neste paiz,

abstracção feita dos priscos tempos da nossa organização politica.

Increpam-no de ter, nas occasiões criticas, mostrado falta de energia. Quanto, porém, é difficil ter decisão e parar no limite em que tal virtude degenera na oppressão e no capricho! Quanto é precario discernir o momento, em que é util e necessario applicar ou não similhante remedio? A educação, a indole, a elevação moral e scientifica do imperador lhe não consentiam sinão o que a lei manda e determina, quer em relação a quem deve ordenar, quer a quem tem de obedecer.

Faltou-lhe por acaso energia, quando, identificado como sempre esteve com o Brasil, repelliu as affrontas de Rosas, a arrogancia de Christie e a insensatez sanguinaria de Solano Lopez?

Jamais houve maior tenacidade na exigencia e no conseguimento de reparação inteira e completa, sempre com o mais absoluto desinteresse da ordem material. Quem nunca desanimou, ou antes, quem foi que a todos deu alento e fôrça, dias, mezes e annos?!

No seu glorioso exilio, a mais extraordinaria contraprova de longuissima existencia corôada, poude o sr. d. Pedro II deitar demorado e escrutador olhar retrospectivo para todo um passado com a maior calma e segurança.

Como na admiravel poesia de Longfellow, foi elle subindo sempre e sempre. E em tôrno se lhe alargavam os horizontes immensos. Tambem, ao chegar ao momento da agonia, serena e amiga, devem-lhe ter sôado aos ouvidos essas vozes extranhas, mysteriosas e arroubadas que, de regiões desconhecidas, ainda lhe bradavam « Excelsior! Excelsior! »

Mais do que ninguem em toda a Humanidade, soube elle representar esse hausto enorme, invencivel da fé christã, o « Sursum corda », que alça e mantém o espirito acima de todas as contingencias, de todas as ambições, de todas as desgraças e angustias, de todas as miserias, de todas as indignidades, de todas as infamias, de todas as ingratidões, crueldades e injustiças!

E isto quando o estouro dos escandalos financeiros e economicos faz empallidecer e tremer os mais poderosos e opulentos argentarios, a plutocracia feliz e arrogante em pleno gôso do luxo, dos esbanjamentos e da tresloucada exhibição, os representantes do abuso e da oppressão, os prevaricadores, os concussionarios, os agiotas, os exploradores de concessões e privilegios do mundo inteiro, a se convulsionarem nesse mar de lama e ignominia, que arrasta a todos os ambiciosos, scepticos e cynicos e de envolta os impacientes, os hesitantes, os desanimados, os timidos, os necessitados, e que vertiginosamente gyra como uma torrente oceanica em tôrno de todo o globo.

Sursum corda ! Eis a grande, a unica homenagem ao immortal imperador !. . .

Acima os corações, acima !. . .

(Gazetilha do *Jornal do Commercio* de 13 de Fevereiro de 1893).

IV

NA BIBLIOTHECA DO IMPERADOR

De mim se apossou funda e indizivel emoção, ao transpôr pela primeira vez o limiar da grande bibliotheca do paço de S. Christovam.

Parecia-me a cada momento que não tardaria a encontrar aquelle monarcha tão magestoso e nobre, representante, por mais de meio seculo, do Brasil perante as nações civilizadas como personificação dos mais altos principios humanos e da dignidade e da honra nacional.

Afigurava-se-me vê-lo levantar-se de alguma das compridas mesas, carregadas de preciosos albuns, gravuras, mappas e photographias, que, de espaço a espaço, cortam a solenne sala, ou antes aquella successão de salas, cuja ligação occupa quasi toda a extensa frente do palacio, no terceiro pavimento.

E a sua bella physionomia, tão popular e expressiva, impenetravel quando qualquer cuidado lhe salteava o espirito, ou então

cheia de bondade e meiguice em horas de quietude e despreoccupação, se me apresentava tão clara e distincta, que tudo quanto se passara desde o fatal dia 15 de Novembro tomava visos de simples sonho e pesadello, soffridos com os olhos abertos e os sentidos acordados. . .

Alli, na mysteriosa impassibilidade do livro, á espera de consulta, dezenas de milhares de obras davam incontestes provas do amor, da dedicação, do apreço e estremecimento, que o augusto monarcha americano consagrava ao estudo e á meditação.

Alli, naquellas salas, innumeras vezes passeara, de ponta a ponta, o soberano na solidão das noites, sózinho, buscando solução ás difficuldades que se antepunham á marcha do Brasil e que o seu zêlo, a sua experiencia, o seu patriotismo, em continua vigilia, conseguiam sempre remover.

Alli, no meio dos numerosos e mudos companheiros de trabalho, unicos validos que jámais teve, é que achara consôlo e alento em momentos bem amargos, vendo deturpadas as suas melhores iniciativas, sabendo-se alvo de mil interpretações falsas e odiosas, preso ao silencio, sem poder descer á arena das discussões, quando poucas palavras bastariam, talvez, para tudo explicar, tudo desfazer, annullando as injustiças dos espiritos invejosos e orgulhosos e dirigindo a bom caminho os irresolutos e mal orientados!

Naquelle enorme acervo de livros, que abrangem todas as disciplinas, quantos e quantos volumes não estão com as margens todas tomadas de notas escriptas com lettra miuda e apertada? E só nisso, que mundo de impressões a recolher, a historia intima de todo um reinado de dez lustros!...

De que valeu, porém, tammanho e tão continuo labutar, tão insaciavel ancia de saber, tão largo circulo de conhecimentos sempre e sempre ampliado? No que deram todos os conselhos ministrados pela sciencia accumulada de todos os seculos?

Melhor não lhe teriam servido, ao moderno Marco Aurelio, em vez daquelles 60.000 volumes, de que se rodeou, 6.000 baionetas, commandadas por um general sincero e fiel?

Quem o apearia então do throno, em que se mostrara tão desinteressado e magnanimo?

Quem lhe apontaria o caminho do exilio, fazendo-o passar como dolorosa interrogação por deante de toda a nação brasileira, que lhe respondeu com a mudez da inercia, embora sentisse a consciencia aniquilada e as faces rubras de vergonha?

Quem o separaria daquelles companheiros de existencia, muitos desde os primeiros dias da meninice solitaria, sem pae, sem mãe, quando fóra do palacio rugia o furor das revoluções, essas sim, bem impetuosas, bem leaes no seu desencadear?

Ah! os Brasileiros daquellas éras épicas!. . .

Que elevação de sentimentos, que comprehensão dos interesses da patria!

Com que soffreguidão faziam dos corpos barreira ás tentativas criminosas, poupando ao imperador menino até o sobresalto das agitações externas!

O Brasil inteiro se convulsionava nas garras da anarchia, e, entretanto, naquellas salas só se ouvia a licção dos mestres ou o folguedo de tres innocentes crianças.

E cada estadista arcava braço a braço com a revolução; e cada Brasileiro, amante da patria, era um baluarte ás instituições juradas!

Porventura mentiram ellas ás esperanças e á confiança dos nossos antepassados, a mais illustre mentalidade das gerações que temos tido?

Acaso lhes tocára, a estas, por partilha alma de lacaios?

Que o diga hoje a consciencia dos republicanos velhos e honestos. . .

Quanto na physionomia infantil do imperador se desenhavam já os precoces signaes da preoccupação!

Em duas graciosas estatuetas do museu de S. Christovam, vemos d. Pedro II criancinha, tendo a faixa do Cruzeiro a tiracollo, a brincar, distrahido e abstracto, com folhas de loureiro.

Quantas recordações commoventes naquellas collecções, quantas preciosidades!

São nada menos de tres as bibliothecas : a da imperatriz, a do despacho ministerial e a do imperador, no segundo andar de S. Christovam.

Por toda a parte as homenagens do mundo inteiro a cincoenta annos do mais honrado e nobilitante reinado! Por toda a parte o eloquente P. II. encimado pela rutilante corôa! Por toda a parte, porém, tambem signaes bem evidentes do roubo e da rapina, depois das terriveis scenas que findaram no *Alagôas*.

Falou-se no desapparecimento de brilhantes valiosissimos da Corôa Imperial, de joias do maior valor como a espada e a liga da ordem da Jarreteira e do mesmo modo de não poucos objectos de elevado cabedal. Até coroasinhas e monogrammas em ouro, alem de muitas moedas e amostras mineralogicas desse metal, facilmente tentaram a cobiça, que a gôsto poude cevar-se naquellas riquezas amontoadas.

Que importa, porém, tudo isso?

Não arrancaram o imperador do seio da patria; não lhe trancáram as portas da terra natal, que elle tanto serviu e acima de tudo estremece?

Que valem perdas materiaes, por maiores que sejam, quando a alma foi malferida e tem de curtir as angustias da clamorosa injustiça e da negra ingratidão?

Ah! para tanto sim, para tudo isso é que serviram o estudo, a meditação, aquelles livros todos, aquella immensa bibliotheca!

Eis o que não dariam jámais milhares e milhares de baionetas:

a calma, a serenidade, a paz da consciencia, a confiança na posteridade, o exquecimento da offensa, o amor intangivel ao Brasil, todo esse grandioso pedestal em que se altêa a figura do sr. d. Pedro II!.

Que contraste! Ao passo que o Congresso discutia si a Nação devia como attenuação de crudelissima iniquidade enviar ao mais illustre dos exilados, que algum dia houve, 120:000$ annuaes, cedia elle a essa Nação mais de 2.000:000$ com o maior desprendimento, a mais admiravel largueza e espontaneidade!

V

A PARTIDA DA FAMILIA IMPERIAL

Do barão de Jaceguai ouvi a seguinte narrativa, a 2 de Janeiro de 1890, e que immediatamente, com toda a fidelidade lancei no meu *Diario*:

« Eram duas horas da madrugada, e o imperador parecia resolvido a não embarcar. « Não sou nenhum fugido », dizia com insistencia Sua Magestade — « De certo não é, concordou o sr. barão, mas a hora indicada parece a mais conveniente. Que quer dizer ficar Vossa Magestade, com sua augusta familia, sujeito á curiosidade banal de toda uma população agglomerada nos telhados, nos cáes e nos morros para vêr a sua partida? Ou poderão dar-se violentas manifestações afim de se obstar o embarque — e neste caso correrá muito sangue — esse sangue brasileiro que Vossa Magestade poupou sempre tanto —, sendo talvez victimas pessoas da sua affeição; ou então só apparecerão indifferença e pouco caso, e o seu coração ficará pungentemente ferido, ao presenciar tanto abandono e tamanho desapêgo ».

O imperador, deixando caïr a cabeça sôbre o peito, disse afinal com os olhos a meio cerrados e depois de uma pausa:

— « O sr. tem razão; eu parto.» E a esperar que todos se aprompiassem, poz-se a conversar em voz baixa com o general barão de Miranda Reis.

« Desceu as escadas do paço da cidade com toda a calma, como em dias de cortejo, dando o braço á princeza d. Isabel, seguindo-se a imperatriz, que vinha arrimada ao sr. conde d'Eu. Os soldados em baixo apresentaram armas e elle tirou o chapéu, correspondendo á continencia, e assim fez a quantos o saudaram.

« Ao embarcar, apressando alguem a entrada na lanchinha, o imperador repetiu varias vezes: « Nada de precipitação; não vamos fugindo. » Levava jornaes e revistas debaixo do braço.

« O sr. conde d'Eu viera do paço ao cáes Pharoux a pé, tendo dicto: « Não preciso de carro, irei com o Jaceguai e o Mallet ».

« No angustioso momento da partida Sua Magestade a imperatriz chorava convulsamente. « Resignação, minha senhora », aconselhou com meiguice o barão de Jaceguai. « Tenho-a e muito, respondeu ella ; mas a resignação não impede as lagrimas. E como deixar de verte-las, ao saïr desta minha terra, que nunca mais hei de ver ? » E beijou muitas vezes as poucas senhoras que alli estavam, no rosto e no collo.

Os criados do paço, debulhados em pranto, despediam-se ruidosamente n'um desespèro indizivel. Todos choravam, sem excepção dos marinheiros da lancha.

O imperador era o unico que mostrava serenidade e olhos enxutos, mas de momento a momento concertava a garganta, patenteando que a custo sopitava immensa commoção. »

VISCONDE DE TAUNAY.

VI

NOTAS DE D. PEDRO II ÁS « JAPONNERIES D'AUTOMNE » DE PIERRE LOTI

No verão de 1889 leu cuidadosamente o segundo imperador —e com o maior prazer — as « Japonneries d'Automne » de Pierre Loti num exemplar, que o visconde de Taunay lhe emprestara. Devolveu o volume annotado, como tanto era o seu habito.

Não são muito numerosas as notas, mas teem interesse, sobretudo tractando-se de quem se tracta.

A' pag. 43 diz o escriptor francez falando dos templos do deus do arroz em Kioto. *A' leurs grillages de bois sont accrochés, noués partout, des morceaux de papier contenant des prières ou des sorts.* Annota o imperador: « como nas sepulturas dos santões musulmanos ».

A' pag. 45 conta Loti : *La nuit tombée il y a dans un quartier spécial, l'Exposition des femmes, qui est une chose amusante.* Addiu á margem o monarcha: «No Cairo tambem ha ».

A' pag. 48 fala o auctor dos *djius*, homens atrelados a pequenos carros de praça. Observa o annotador, frisando a homographia: « Palavra arabe significando trasgo ».

A' pag. 52 lembra o romancista que os porticos dos templos japonezes como que procedem do pylão egypcio e do dolmen celtico, a que o soberano responde: « Ia escrever isto mesmo ».

Logo abaixo, á mesma pagina, descreve o auctor do *Pescador da Islandia* as fileiras de animaes monstruosos que precedem ao templo ; e o monarcha accrescenta: « Lembram-me os porticos de Thebas do Egypto e os monumentos celticos de Karnak ».

A' pag. 71, alludindo Loti ao idioma japonez, repara dom Pedro II: « A lingua é alphabetica, o contrario do chinez, que é hieroglyphica e monosyllabica ».

A' pag. 102, a proposito de orações shintoistas vem: «Exquecia-me dizer que o shinstoismo é a religião primitiva. E' muito curiosa. O budhismo, por seus sacerdotes talvez na America, no seculo 12, fosse conhecido ».

Tractando Loti á pag. 275 do vandalismo dos turistas em templos de Yeddo, lembra o principe : « Vi no Egypto o mesmo ».

A' pag. 291 descreve o auctor uma multidão em ascese em certo templo. Nota d. Pedro II: « Maior impressão é a de milhares de musulmanos em oração na mesquita de Sancta Sophia. Parece, quando se prostram e se levantam, uma seara agitada pelo vento ».

A' pag. 348 pinta o romancista uma audiencia da imperatriz do Japão. Uma interprete interroga as embaixatrizes da França, Allemanha, Inglaterra, Russia e Belgica. « *Ce sont de ces questions stupéfiantes de naïveté voulue, comme les fées d'autrefois en devaient faire aux mortelles qui s'aventuraient sur leurs domaines (cette phrase que je viens d'écrire n'a guère de sens que pour moi même, j'en ai peur, mais elle exprime si bien l'impression que ces causeries m'ont laissée)* ».

Deixou o imperador á margem: « O mesmo me succede com o que dizem muitos dos diplomatas ».

Além destas notas, veem-se pelo livro numerosos traços chamando a attenção para a belleza e o exotismo das descripções do

illustre paizagista, a quem se deve *Le Désert, La mort de Philæ* e tantas outras obras primas.

Demonstram o prazer intenso que ao monarcha causou o volume percorrido numa occasião em que mal se restabelecera da gravissima commoção de 1888.

VII

ANDRÉ REBOUÇAS

« Passado o primeiro mez de conturbação e dôr, seja-me licito, mais calmo agora, fallar tambem de André Rebouças, desculpando-se-me com indulgencia o quanto terei, nestas rapidas linhas, de referir-me a mim, tão intimamente com elle convivi por espaço de mais de 28 annos.

Conheci-o em 1860, eu a entrar na Eschola Militar, elle quasi a concluir os seus estudos superiores, coroado dos louros de estudante excepcional, em uma das turmas, contudo, mais afamadas, que teem saïdo daquelle estabelecimento, figurando, *primus inter pares*, ao lado do ermão Antonio, de Carneiro da Rocha, Bernardino Madureira e, entre outros mais, de Joaquim José Pinto Chichorro da Gama, um sabio e um philosopho, infeliz companheiro meu da commissão de engenheiros na expedição de Matto-Grosso, uma das primeiras victimas do beriberi, fallecido, após horrorosos soffrimentos, a 16 de Julho de 1866, no acampamento junto á margem direita do rio Taboco (districto de Miranda).

Arrebentara em fins de 1864 a guerra do Paraguai, e cada qual de nós seguiu o seu destino, reservado eu para as tremendas peripecias da Retirada da Laguna, que teria de narrar. Partiu Rebouças para o Sul e, no Rio Grande, assistiu á rendição de Uruguaiana, onde chorou de emoção ante a magnanima e nobilissima attitude de d. Pedro II, que ahi instituiu a guerra humanitaria na America do Sul, tirando-lhe o character barbaro e de inutil trucidação.

Foi, depois, accompanhar as grandes operações do Passo da Patria e distinguiu-se em não poucas occasiões, particularmente na

ilha de Itapirú, onde, com toda a bizarria, combateu ao lado do inolvidavel e glorioso Tiburcio de Sousa.

O seu coração philanthropico, os seus instinctos de meiguice e brandura não lhe consentiram, porém, o temeroso espectaculo das luctas sangrentas, e dellas, em breve, o arredaram. Pediu, por isso, demissão do exercito no posto de 1º tenente de engenheiros e foi viajar á Europa com o querido e inseparavel ermão.

Lembra-me bem: em Agosto de 1867 estava eu de volta de Matto Grosso, e uma das primeiras visitas que vieram felicitar meus paes pelo inesperado regresso do filho julgado por todos e por elles, no auge da angustia, irremediavelmente perdido nas solidões do Apa, essa visita, o acreditado e opulento negociante Léon Lecomte, fallou-nos, com inexcedivel enthusiasmo, dos dous Rebouças, com os quaes havia, no mesmo vapor, tornado ao Brasil. « O André, disse-nos elle, é positivamente genial ! Ha de fazer fallar de si ! ... »

Não tardou muito, com effeito, e o ruido e renome cercaram logo os primeiros passos e emprehendimentos do emerito e ousado engenheiro hydraulico, que o visconde de Itaborahi nomeara director das obras da Alfandega, necessitadas de vigoroso impulso. E era de ver-se a confiança, que o eminente estadista lhe consagrava, não sómente no ramo da sua especialidade, mas até em materia economica e financeira, manifestações de incondicional apreço aos seus talentos e illustração, continuadas pelo visconde do Rio Branco, outro e ainda mais resplendente luzeiro da nossa Historia politica. Nem esta singela e apressada nota póde disso dar as provas e o devido desenvolvimento.

Foi o decennio de 1870 a 1880 para André Rebouças periodo de terriveis competencias, luctas technicas pela imprensa, ardentes discussões e incessantes embates ; mas tambem de successivos triumphos.

Affluiam-lhe trabalhos e dinheiro e, como era natural, não lhe faltaram amigos e admiradores ... *Donec eris felix, multos amicos habebis*, já disséra Ovidio, por cruel experiencia, no seu sombrio degredo do Ponto Euxino.

Organizou elle, então, a Companhia das Docas D. Pedro II e construiu aquelle soberbo edificio que até hoje não cedeu de si uma linha, não abateu uma pollegada, e é verdadeiro padrão de gloria da Engenharia brasileira. Para assentar os alicerces, alli,— ou talvez na Alfandega, não tenho agora bem certeza — imaginou e levou á conclusão a mais vasta enseccadeira de que havia noticia. O seu amigo Carlos Neate, auctoridade no assumpto, mostrava receios.

« Não ha duvida possivel, replicou-lhe Rebouças; o cálculo não falha; tudo está previsto. O mar não practica absurdos, apesar dos seus caprichos ». E estrondoso exito correspondeu a tammanho rasgo de bem meditada audacia.

Foi em 1870 que se estreitaram, e muito, as nossas relações, concorrendo para tão poderosa causa o enthusiasmo por Carlos Gomes.

Que noite cheia, inexquecivel, a de 2 de Dezembro daquelle anno, por occasião da primeira representação, no Pedro II, do *Guarany*; eu ao lado delle a applaudirmos como loucos!

Um Inglez, pelo menos tal nos pareceu, juncto a nós, observou-nos, um tanto alterado: « Com esse barulho todo, não ficarei sabendo si a opera presta ou não ».

Tivemos impetos de esgana-lo, achando-lhe contudo razão.

Rimo-nos, sympathizámos, e, por fim, o nosso vizinho batia palmas ainda mais ruidosas que as nossas.

Desde aquella epocha muito me liguei a André Rebouças. Haveria mil incidentes que contar, mas tornar-se-hia longo de mais, um não acabar nunca. Quantas vezes não ia eu, por esplendidas tardes de verão, á sua casa, á rua do Passeio, esquina da das Marrecas, tocar piano em um magnifico Pleyel de cauda! Ao lado, o venerado pae, reliquia dos agitados tempos da Regencia, conselheiro Pereira Rebouças, já então cego, ouvia-me enlevado. Em fins de Março de 1873, estive lendo a *Fosca*, accompanhado pela suave flauta do saudoso Callado, no primeiro exemplar chegado ao Rio de Janeiro, pois a formosa e mal apreciada opera fôra por Carlos Gomes consagrada ao *seu incomparavel amigo André*, diziam as palavras autographas da dedicatoria.

Rebouças frequentava, então, muito a sociedade. Estavamos sempre junctos; e, embora na garrulice e futilidade de palestras mundanas, não podia eu deixar de admirar sempre a exuberante copiosidade e o incontestavel valor dos seus conhecimentos em Litteratura, Musica, artes e, ainda mais, em Botanica, Mineralogia, sciencias physicas e naturaes, a não falar nas Mathematicas em que era mestre e se tornou lente respeitadissimo, insigne, de categoria superior. Quanto lhe serviram ellas, depois, que doces distracções não lhe proporcionaram nos tempos da desgraça e do abandono!

« A minha consolação, escrevia-me elle do Funchal (carta n. CXL, de 19 de Dezembro de 1893), é differenciar e integrar funcções. E' o meio mais energico que acho para combater a obsessão brasileira e humanitaria, a obsessão mathematica. Tenho sempre em mente um problema; resolvida essa difficuldade, forja-se logo outra; e assim espero, humilde e resignado, que se cumpra a justiça de Deus.»

Diziamos, porém, que nesse periodo de 1870 a 1880, comparecia elle a todas as festas e ceremonias da capital fluminense, muito brilhantes então. Dava em casa frequentes reuniões e até bailes, a que acudia a gente mais fina e aristocratica do Rio de Janeiro, muito embora todas as prevenções da côr, que Rebouças buscava supplantar e vencer.

Em 1880, houve entre nós ligeiro extremecimento.

Joaquim Nabuco atirára no Parlamento a bomba da abolição dentro de prazo certo, e julguei de obrigação contraria-lo de frente. Pedia eu a applicação, mas applicação séria, real e conscienciosa da lei Rio Branco (28 de Septembro de 1871), enquanto se preparasse o paiz pelo incremento gradual e cada vez mais apressado da immigração européa, programma que eu apresentára na Camara dos Deputados, desde que della fiz parte em 1872, e, mais claramente assentára no meu longo e aliás muito applaudido discurso de 16 de Abril de 1875. « Convém, por certo, insistia eu nos artigos de contestação ao illustre e eloquente abolicionista, cuidar-se, quanto antes, da eliminação da escravaria, que é uma vergonha para o Brasil; mas não sem se tractar da substituição e transformação dos

viciosos e deprimentes elementos de trabalho que temos. E cumpre fazer-se isso tudo, por modo scientifico e systematizado, pondo, quanto possivel fóra da questão, os arrastamentos do sentimentalismo, pois, do contrario, sobrevirá crise medonha, que ha de repercutir longe e cujo alcance não póde ser medido nem previsto ». Por causa dessa serie de artigos, muitos fazendeiros, apavorados com a medida proposta e interpretando mal os seus intuitos e argumentos, enviaram-me pela imprensa enthusiasticas manifestações de applauso.

Um dia, Rebouças, na rua do Ouvidor, puxou-me para dentro de um corredor. « Então, interpellou-me elle, você devéras está escravocrata? Será possivel, um Taunay, o meu Taunay?» « Não, redargui-lhe com força, não me faça tal injustiça! Estou decidido a trabalhar pela abolição; não quero, porém, fazer as cousas a esmo, sem methodo, sem acautelar interesses vitaes da nossa patria, infelizmente ligados á negra escravidão e com ella travados.

Tractemos por isso, *pari passu*, e concomitantemente da immigração, chamemos a nós grandes fôrças de reconstituição moral e material; eis o caminho a seguir para sitiar-se e esmagar-se o horrendo monstro». « Estou prompto, estou prompto! » respondeu-me elle.

A 19 de Novembro de 1883 fundou-se, com toda a solennidade, presente o imperador — e, por signal, ausentes todos os seus ministros, a *Sociedade Central de Immigração*. Desde os primeiros dias da sua existencia, foi Rebouças um dos mais valentes esteios, um dos propulsores mais energicos e fecundos da fervorosa e incessante propaganda. Quanto, quanto não trabalhámos junctos, na mais completa e inalteravel conjuncção de planos e vistas, ardendo ambos em sancto enthusiasmo, ao lado de collaboradores e companheiros unicos e sempre lembrados, Beaurepaire Rohan, tão prestigioso, meigo e de tanto peso no conselho; Wenceslão Guimarães, intelligencia de primeira ordem, grande na estatura moral e na physica; barão de Tautphoeus, cuja erudição era positivamente assombrosa; Carlos de Koseritz, infatigavel polemista, preparado para todas ao discussões e luctas do jornalismo; Fernando Schmidt

(Dranmor), inclinado ao pessimismo e á descrença, mas que procurava ter ainda illusões e esperanças; barão de Irapuá, activo, sempre generoso, — esses, ha muito fallecidos — e, mais os felizmente agora vivos e tão prestimosos Carlos Raynsford, Americo dos Santos, David de Sanson, Tarquinio de Sousa Filho, Ennes de Sousa, Saturnino Gomes, Hugo Gruber, Ferreira de Araujo, Amoroso Lima, Carlos Bolle, João E. Vianna, Gustavo Trinks, Luiz de Magalhães, Octavio Haupt, Zozimo Barroso, A. Denizot, Januario de Oliveira, Alfredo Marc, Max Goebel e Delibonton, estes tres ultimos na Europa, e outros e outros!

Naquelle circulo de homens desinteressados e de coração, empenhados na mais humanitaria e patriotica das tarefas, achou-se Rebouças á vontade e, com os seus habitos de indefessa operosidade e inquebrantavel lealdade, encontrou campo para expansão inteira de todos os seus sentimentos elevadissimos e de cunho só altruista. Na immigração, com as suas innumeras miserias, desfallecimentos, contingencias e azares, como que podia sondar todas as feridas do coração humano e, sinão pensa-las em regra, pelo menos levar-lhes algum balsamo e lenitivo.

« Horrorosa situação, dizia elle, a de um pae de familia que chama a si a responsabilidade de arrancar os seus do solo natal e de atira-los ás mais inesperadas vicissitudes, elle, o centro dos olhares angustiados das mulheres e crianças, afinal, o culpado de todas as desgraças!

Como é sagrada a missão dos que se congregam para ajudar um poucochinho quantos nessas tremendas conjuncturas pisem terra extranha! »

Com que doçura e desvelo, tambem, não acudia Rebouças pressuroso ao appello dos afflictos e infelizes expatriados que o procuravam! Quanto dinheiro não lhes ministrava ás escondidas! E, de par com tudo isso, inflammava-se-lhe indignada a mente, ao ter que repellir, em protestos da maior fogosidade e eloquencia, a introducção de chins e *culis*, audaciosa tentativa de substituição de uma escravatura por outra, ou então a bater o *landlordismo* e o monopolio ferrenho das terras, para conserva-las incultas, impro-

ductivas, e a pedir a *pequena propriedade,* que, tão bellamente, denominava a *democratização do sólo* !

Quanta segurança de vistas economica e financeira, que previsão do futuro, a batalhar imperterrito pelo *livre cambio* contra o *proteccionismo!* Que vigor e, ao mesmo tempo, quanta affectuosidade em profligar a feroz e insensata lei de locação de serviços, que provocou o insultuoso Rescripto prussiano von der Heydt e tanto damno fez aos creditos do Brasil, ou a explorar com a maior lucidez os beneficios das leis Torrens e do *homestead,* protectoras do ignorante, do desamparado e do pobre ! Sem exaggeração, todos os dias, André Relouças levava á *Sociedade Central de Immigração* uma indicação util, um pensamento largo, uma novidade original e proveitosa ! E' delle a idéa tão util e fructifera dos *Portos de immigração* em uma costa, como a nossa do Sul, que os tem tantos e tão bellos, quanto abandonados. Em 1884, ha 14 annos, avisava com insistencia á provincia de S. Paulo ! « Cuidado, arredae, quanto puderdes os vossos immigrantes da influencia do virus contagioso que infesta os portos do commercio. Fareis obra de caridade e, ainda mais, o que sempre agrada ao egoismo, de preservação propria. Afinal, hade a febre amarella transpor a Serra do Mar, agarrar-se aos passos da corrente immigratoria e acabar por inundar immensas regiões centraes até aos seus pontos mais distantes, levando por toda a parte a devastação e as lagrimas, porquanto sereis, vós Brasileiros, para o inhospito mal tão extrangeiros, e, portanto, tão sujeitos aos seus golpes como os que acabam de chegar de fóra ».

E os factos não teem ido e não vão confirmando, á saciedade, a terrivel prophecia ?

Isto tudo fazia elle, a levar sempre por deante a formidolosa campanha do abolicionismo, em que foi incomparavel campeão, a derramar em tórno de si dinheiro a mãos abertas, planos, expedientes — o grande condestavel da exforçada peleja.

No dia 13 de Maio de 1888 quasi que se rompeu o coração de André Rebouças de alegria e exultação. « *La joie fait peur* », disse-me elle ; Mme. de Girardin tem razão ! Tambem desde esse momento se ligou elle por laços de irruptivel gratidão á monarchia

e á sorte do magnanimo d. Pedro II e de sua augusta familia, com os quaes embarcou para a Europa e para o exilio a 18 de Novembro de 1889, a bordo do triste e malsinado *Alagôas*.

Nas incessantes palestras, o dia quasi inteiro, que durante a viagem toda teve com o admiravel monarcha sôbre todos os assumptos possiveis, menos politica, umas palavras do soberano por tal fórma o impressionaram, que dellas fez o lemma da vida que tinha de viver :

« Antes de tudo, a coherencia ; ser coherente sempre, sempre ! »

Bem duro e cruel foi, contudo, para André Rebouças manter essa inflexibilidade de proceder e conservar-se longe da patria, que tanto extremecia e pela qual tanto se exforçara !

Fallecido o imperador, com quem esteve mais uma vez em Cannes, e que alli lhe offereceu o autographo da ***Fé de Officio***, momentos depois de a escrever, voltou elle a Lisboa e, depois de curto tempo de vacillações, acceitou a espontanea offerta do cargo de engenheiro-chefe da estrada de ferro que, do porto de Lourenço Marques, na Africa Portugueza, devia dirigir-se para o interior das terras.

Fracassou, porém, quando menos se esperava, a companhia em via de organização, de maneira que Rebouças se achou logo em precarias condições, já chegado ao ponto inicial dos trabalhos, que não puderam ser encetados.

Naquelle aspero ponto da Costa d'Africa começou a sentir-se pungido por sérias necessidades pecuniarias, além de affectado em sua saude. Tomou, pois, a resolução de mudar-se para Barberton, no Transwaal, onde a vida era mais barata ; mas pouco tempo lá poude demorar-se por causa das diarias e horrorosas scenas de escravidão, tornadas aos seus olhos de intransigente abolicionista ainda mais revoltantes em uma pretendida republica. Transferiu, então, a residencia para a cidade do Cabo da Boa Esperança. « Estou melhor aqui, avisava-me elle ; mas isto tudo por cá não vale, nem de longe, o nosso Brasil ! »

Ah ! essa correspondencia nossa !... Desde os primeiros dias de Dezembro de 1889 até os do fatal Maio deste anno escrevi-lhe

298 cartas (faltaram duas para 300!) e delle recebi 245, a ultima de 27 de Abril! Que longas e adoraveis expansões as do nobilissimo exilado, de meu caro André! Nunca, porém, se queixava, nunca fallava de si, nunca tocava, sobretudo, nos apuros em que vivia, bem minguados já os seus fracos recursos pela terrivel descensão do valor da moeda brasileira.

Passou-se, por fim, para o Funchal, na ilha da Madeira, e ahi fixou residencia, tomando modestissimo aposento no *Reid's New-Hotel*, onde para logo se tornou de todos querido e respeitado. Iam, porém, os seus apertos economicos cada vez mais se aggravando, embora sempre os encobrisse com o mais rigoroso silencio. Debalde instava eu, sem cessar, por informações e noticias que lhe fossem pessoaes: « Menos objectivismo, dizia-lhe sempre: falle-me um pouco mais de si. Como se vai dando pelo Funchal? Que relações formou por lá? Com quem costuma conversar? Que sitios da ilha mais lhe agradam? Quaes os recursos de que você dispõe, as suas despesas? Que intenções tem sôbre o futuro? ».

Respondeu, enviando-me um albumzinho das vistas da cidade, indicando-me, com um lapis azul, a janella do seu quarto, da qual contemplava, á noite o céo, de dia o mar!...

Penosos annos decorreram assim. Afinal, ha uns cinco ou seis mezes, foi salteado de implacavel infermidade, cujo germe talvez tivesse apanhado na adusta e tenebrosa Africa, tuberculose mesenterica, molestia que resistiu a todos os cuidados da mais severa hygiene e dieta e lhe trouxe indiziveis padecimentos.

Foi quando se viu compellido a descortinar-me, em parte, as terriveis collisões em que se debatia, reduzido, por feroz cambio, tudo quanto lhe ia do Brasil a septe libras e poucos shillings por mez! Apressaram-se, então, os seus intimos a arranjar honrosa combinação que não podia, nem de leve, ferir-lhe o susceptivel melindre, homenagem respeitosa e bem justa da Companhia das Docas Nacionaes; e pequeno subsidio foi accrescer, um tanto, aquella triste mensalidade.

A 31 de Dezembro do anno que findou, escreveu-me elle: « CCXXXVIII — Funchal (Reid's New-Hotel) Meu querido

Taunay — Encerro o anno de 1897 e enceto o de 1898 escrevendo ao meu perpetuo amigo — e ahi veem expressões de tanto reconhecimento e meiguice que não me é dado transcreve-las aqui — aliás, sempre e sempre imploro com fervor ao Omnipotente que o ampare e proteja desveladamente.» Depois de pormenores que não vêm ao caso reproduzir, accrescentava elle : « Pede-me você, de continuo noticias de minha saude. Para que lhe affligir o espirito, já tão attribulado ? Não é sem escrupulo que nisso lhe fallo. Vou mal, bastante mal ; uma constante irritação gastro-intestinal, accompanhada dos mais dolorosos accessos, principalmente á noite, tem-me exgottado o organismo. Sinto-me exhausto de fôrças e esperanças. A cada momento apparece-me um phenonemo morbido, que reduz a minha vida « a um conjuncto de desgostos e soffrimentos », conforme você disse tão bem, respondendo a um pensamento intimo meu. Enfim, Deus me conceda paciencia e resignação, não ha outro remedio — impossivel é rebellar-nos contra a natureza. Um abraço, meu bom Taunay, apertadissimo abraço ! »

Mais e mais pungentes e afflictivas foram sendo as cartas que se seguiram, combatendo ellas, contudo, energicamente as instancias, por mim reiteradas, para que voltasse ao Brasil !...

Afinal, em logar delle, André Rebouças, chegou-nos o fatal telegramma !... A 9 de Maio tudo havia cessado ; tudo ficara para sempre concluso !...

Uma grande alma desprendera-se da terra e fôra pelos espaços além, immensos, insondaveis, em busca desse insaciavel ideal sacrosancto, immaculado, de bondade e justiça, que elle tanto procurara em vida !... »

DIVERTIMENTO

ADMIRAVEL

PARA OS HISTORIADORES CURIOZOS OBSERVAREM AS MAQUINAS DO MUNDO RECONHECIDOS NOS CERTOEÑS DA NAVEGAÇÃO DAS MINAS DO CUYABA, E MATO GROSSO &ª

EXTRAHIDO

PELA CURIOZIDADE INCANSAVEL DE HUM CERTANISTA PAULISTENCE, QUE OS CALCULOU SUCCESSIVOS HUNS POUCOS DE ANNOS.

OFFERECIDO

AO ILLMº. E EXMº. SR. MARTINHO DE MELLO E CASTRO, DO CONSELHO DE SUA MAGESTADE SECRETARIO DE ESTADO DA REPARTIÇÃO DA MARINHA E DOMINIOS ULTRAMARINOS

POR P.

ANNO 1783.

Illmo. e Exmo. Sr.

Ainda que amordacidade dos Zoilos, e antigo costume dos Aristarcos me devera des animar, e fazer suspender oprezente impulço, com tudo razão mais prudente excita ama. rezolução.

Elles sim julgarão, que as Dedicatorias, que se fazem aos Mecenas, não são mais, que huns estimulos, que os persuadem afavorecer, eamparar á aquelles, que as mesmas Dedicatorias lhes offerecem, porem he porque não advertem, ou não entendem que humas vezes são precizas satisfaçoens domto., que devem, coutras vezes precizos empenhos, com que oaffecto quer fazer publico as suas veneraçoeñs.

Quando nenhuma destas circuñstancias, equalidades, me movessem, cos vencesse, amesma razão, que elles condemnão, me absolvia da sua errada accuzação; porque quem, como eu ignorando a Geografia, epor consequencia os seus termos, teve a amimozidade de escrever os treze Capitolos do Divertimento, que offereço a V. Exa. necessariamente devera procurar protecção respeitoza, pois conheço que adedução do meu papel senão comparece com os verdadeiros preceitos dos compositores.

Eu bem quizera na certa noticia, que exponho dos Certõens e Navegação das Minas do Cuyaba e Mato Grosso não faltar aaquelles termos necessarios que a Rethorica, verdadeira Arte depersuadir ensinua, porem seria precizo para bem satisfazer aessas regraz assistir-me o Altissimo com aquella especial graça communicada a Adão, aos Apostolos, e outroz escolhidos, visto que nem na Freguezia de Araraytaguaba, de donde sou natural, nem nos certõens que pizei, que aminha obra refere, havião escollas emque mepudesse instruhir nasciencia emelhor Letra; porisso não attendendo

V. Ex.ª aotanto, mas sim aoquanto domeu Compendio lhe rogo oqueira benignamente aceitar, por que não hé de razão, que onde faltão as forças da eloquencia senão gratifique huma vontade.

As razoens porque V. Ex. por simesmo, enão por outra cauza, deve fazer aceitação domeu Compendio, campara-lo, tambem asnão sei dizer, por serem mais para comprehendidas que para explicadas, enesta acção qualquer, que bem a soubesse dezempenhar faria não Dedicatoria, mas hu' copiozo volume das exclarecidas virtudes, e Illustres qualidades, que assistem a V. Ex.ª, porisso remettendo-me ao silencio, só digo, que pelas mesmas qualidades, epara como custuma honrar atodos, prospere D.s aV. Ex.ª felecidades, e Nestorios annos, conforme aos dezejos daquelles, que mais cordealmente amão, e respeitão a V, Ex.ª como com expecialidade o fas.

O seu mais affectuozo cobr.mo Subdito

F.

Ao Leitor.

Amigo Leitor. Sempre foi natural dos Curiozos odezejo de communicarem huns com os outros as noticias domundo, não só daquillo, que alcansão dos Livros, mas tambem do que experimentão nas variedades delle edo que ouvem aos mais noticiozos, que calculão as partes de sua grandeza; epor isso me pareceo propria a rezolução de satisfazer odezejó destes Curiozos com as noticias de hum dilatado certão, como hé oda Navegação das Minas do Cuyaba e Mato grosso, declarando todas as diversidades dos effeitos que nelle se encontrão, como são, aproducção das Fructas, a Creação das Aves, Animais quadrupedes, osnomez dos Rios da Navegação, as Naçoens dos Gentios, que habitão na sua extenção, efinalmente tudo omais, que pode comprehender a curiozidade de suas noticias, ainda que pareça temeridade ointento desta empreza, pois aella só me condúz aambição dedivirtir aos curiozos, que appeteção saber as mesmas noticias; equando não seja obra bem aceita, satisfaço-me emnão continuar, que he ounico despique, que meaconselha a lembrança

Valle.

CAPITULO 1º

DASSE PRINCIPIO A ESTA OBRA MOSTRANDO O RIO DA PRIMEIRA NAVEGAÇÃO, SEU NOME, E O PORTO ONDE SEEMBARCÃO OS NEGOCIANTES PARA AS MINAS DO CUYABA OU MATO GROSSO

1. Distante vinte e duas leguaz, para oponente da muito nobre Cidade de S. Paulo seacha cituada adenominada Freguezia de N. Snr.ª May dos Homens de Araraytaguaba, naqual seembarcão os Negociantes para qualquer das Minas ou do Cuyaba, ou do Mato-Grosso, fazendo a sua derrota pelo rio abaixo, aque derão onome-Anhembú-os primeiros descobridores e hoje trañsmutado — Tietè — decujaz aguaz bebem os moradores dadita Freguezia, por ser asua cituação sobre omesmo, etem este rio oseu principio nas serras da Costa domar entre as Villas de S. Sebastião, edeSantos da mesma Capitania epassa distante dadita Cidade perto de huma legua, eindo com acorrente desuas aguaz, passa pela dita Freguezia, efás oseu termo no rio Grande, ou Paraná.

2.º O tempo que gastão os Negociantes em concluir aNavegação do Rio mencionado he inserto, por que se afazem sahindo do Porto daquella Freguezia em os Mezes do Março, Abril, e Mayo (verdadeiro tempo de semelhante viagem) opassão emvinte dias mais ou menos, não havendo oinconveniente de se embarcar alguma canoa nasperigozas, ehorrendaz Caxoeiras, que tem em toda a sua extenção; escacazo succede darem principio á viagem nos Mezes subsequentes dos referidos, gastão mais tempo pela razão deestar o rio com poucas aguas para amesma Navegação.

CAPITULO 2º

DAS COUZAS NOTAVEIS QUE SEENCONTRÃO NA EXTENÇÃO DO RIO TIETÉ, COMO SÃO ADVERSIDADE DE ANIMAIS, AVEZ, PEIXES, E DOS RIOS, QUE FAZEM BARRAS NELLE, QUE TUDO SE DECLARA POR SEUS NOMES, COMO TAMBEM AS CAXOEIRAS E SALTOS DO MESMO RIO, E DECOMO ADITA FREGUEZIA HÉ PORTO DO EMBARQUE PARA O PREZIDIO DE YGUATEMI

1. No anno de 1766 para o de 1767 mandou o Exmo. D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, que então era General da Capitania de S. Paulo, huma expedição de trezentos etantos homens ao rio Yguatemi aestabelecer hú Prezidio, o qual sendo estabelecido, e fortificado com Artelharia etropas reguladas alem de algumas companhias de Aventureiros, se conservou nesta figura daquelle anno te o dia 26 de Outubro de 1777, por que neste mesmo dia eanno foi tomado pelos Castelhanos asociados com o Gentio Cavalleiro denominado Guaicurú: O embarque desta expedição foi feito na referida Freguezia de Ararytaguaba, como tambem della se extrahirão todos os soccorros para o mesmo Prezidio emquanto teve sua duração seguindo oCurço pelo mesmo rio Tiete, eoutros amaneira dos comerciantes, de que trata aprezente narração, poiz deixo omais deste ponto em silencio para em seu lugar referir.

2.º Hé o rio Tieté bastantemente dillatado, composto de matos frondozos, demuitas Caxoeiras, eSaltos, ejuntamente de Ilhas: he muito fertil de cassa, pois tem com abundancia Antas, Veados, eOnças pintadas: Tem Macacos de quatro qualidades huns tem onome de Bugioz, decôr avermelhada: Outros tem onome de Micos com a côr tocada apreto: Outros tem onome de Saũs, com asemelhança destes, edifferentes notamanho por mais pequenos; eoutros tem onome de Monos muito differentes dos mais pormayores, ena côr, pois são todos brancos.

3.º Os Passaros são innumeraveis edediversas qualidades: as Arâras humas são vermelhas compenas azuis nas azas, e rabo,

aque lhe dão onome Ararapiranga, coutras de côr amarela com as azas, e rabo semelhantes as outras áque lhedão onome Canindéz: os Papagayos são Purúeguas, Araguay', Maitacas Maracanás, Nhendayaz e Tirivas, os quaes sematão com facilidade pelos barreiros quando estão acomer barro: Os Jacús são de duas qualidades hun's sechamão Jacutingaz coutros Jacucácaz: os Jacutingaz são do tamanho da Galinha compintasde branco epreto: os Jacucácas são mais pequenos decôr parda, etem hú papo vermelho amaneira dopirú: o Macuco hé ave terrestre de côr sinzenta, e sem rabo, etem otamanho, efeitio de Galinha: Os Patos são dotamanho, efeitio dos domesticos: os Biguás são mais pequenos, com adifferença dobico por ser pontiagudo: Os Tuyuyús são brancos equaze de altura de hú homem, apelle do pescoço serve de meya para a perna de qualquer pessoa, obico tem mais dehum palmo de comprido, e tão forte que com hua bicada he capaz devarar huma taboa de Grossura mediana: o Tabayayá he quaze do tamanho deste, esemelhante na côr com adifferença deter aspontas das azas, e rabo compostas de penas pretas, easpernas colhos encarnados, eobico mais pequeno: o Guraputepoca hé mais pequeno que este, e semelhante nacôr, menos nas pernas por pretas, eobico arcado: os Gurátayaçús são aves sinzentas e mayor que huma franga no tamanho, ese sustentão só compeixe, e da mesma sorte as Garças: Os Socós Guaçús são de duas qualidades hu'ns são vermelhos coutros sinzentos com suas pintas brancas: Tambem tem nomesmo rio hu'ns passaros pretos pouco mayores que huma franga, q' são precagio dos mosquitos, cujos passaros sechamão Carão e hé de admirar, por que nos pouzos em que cantão estas avez ninguem dorme com os mosquitos: Os Culhereiros são hu'ns passaros de côr da Roza, muito esquivos, eporisso custozos deos apanhar, equaze tem otamanho da galinha eobico amaneira dapalmatoria: as Araquan's são dotamanho, efeitio do Jacucaca, edamesma côr, e serve a sua carne para os doentes purgados: Os Mutun's são mayores que a galinha, porem muy bonitos, porque além das pinturas de q̃. são esmaltadas as suas pernas, tem hũ ramalhete nacabeça que servem as penas para plumas: as Pombas humas se chamão Trocazes,

outras Picacurovas, outras Juritis eoutras Pairaris: Os Tucanos são de duas qualidades huns tem opapo, ebico amarelo, com as costas pretas, e outros mayores, que estes, com opapo, ebico esbranquiçado aque lhe dão onome Tucanuçús: os Aracari's são dofeitio destes, porem mais pequenos: o Guráponga he huma ave toda branca, emais pequena que apomba, o seu cantar fas omesmo zunido dehuma ferradura, q̃. seestá atarracando, eporisso os certanistas lhe dão onome deferrador: Tambem ha nomesmo rio humas Aves, chamadas Anhumas demuita estimação, pois tem hum unicornio na cabeça dehũ gemio decomprido, e fino, que hé degrande virtude para contra venenos além deste unicornio tem mais dois nos encontros das azas: Estas Aves são quaze do tamanho dopirú, com a còr preta; a sua creação eassistencia he nas alagoas, epor isso muy difficil deos apanhar.

4.º Tem em toda asua extenção este rio muitas Antas, Veados, onças como já disse, etambem muitos Porcos do Mato, ebastantes Capivaras, que são hun's animais domesmo feitio dos Porcos, com adifferença do focinho, epèz, os quais secrião pelas beiradas dos rios: estando gordas não hé má a sua carne, e magras dá diarreas.

5.º Damesma sorte tem muita abundancia omesmo rio humas cobras Sucuris, que não fazem mal os seus dentes, pornão terem veneno, porém horrorizão, efazem estremecer os coraçoens mais valerozos pela sua grandeza, pois no comum tem o comprimento de duas braças do homem, e comgrossura correspondente: vivem estas cobras astuciozamente, apanhando animais, ou aves para sua sustentação, ehé de admirar aforma com q' ofazem; epor meparecer digna de contemplação apontarei aideya dasua cassada: Põem-se ellas nas beiradas dos rios onde se crião, eassistem eali esperão nos caminhos poronde as cassas vem beber agua, etendo a cabeça segura em algum páo ou rais dão com o rabo um laço no animal, que por ali passa, e o cinge de tal sorte, que embreves instantes os fás exalar, e quebrando-lhe todos os ossos assim inteiro os engolle: No anno de 67, vindo eu doCuyabá, vi matar uma cobra destas que tinha dezoito palmos de comprido equatro degrossura, eabrindo-se-lhe abarriga, porestar crescida, seachou dentro

hũ veado inteiro que naquelle dia, ou no antecedente ohavia engolido, e no anno de 68 indo eu para as ditas Minas prezènceey matar outra na entrada dacaxoeira Guacuritúmirim, que tinha 28 palmos decomprido, e sinco de grossura, que na verdade fas duvidar esta grandesa aos que não tem notiçia, ou verdadeiro conhecimento das ditas cobras; porem acredite ocuriozo, que he verdade, e sem exageração alguma, eos certanistas comem acarne destas cobras.

6. Produzem as margens deste rio muita fructa silvestre de que se utilizão os Navegantes. Tem duas qualidades de marmeladas, q' são humas Fructas redondas, com acarne de dentro preta, que immita nogosto aodoce da marmelada: Tem a Jaboticava fructa muito singular no gosto, ede saudavel remedio as suas cascas para curços de sangue desfeitas em ajudas. Tem o Uvacrupari, que hé huma fructa avermelhada e quaze comprida que hé menos má no gosto, sem embargo dehum pequeno azedume, que tem: o Nhandipapo que he huma fructa do tamanho e feitio do limão doce: o Sipótaá que he huma fructa vermelha, redonda equaze do tamanho dalaranja pequena: o Jatahy que hé huma fructa comprida, a maneira da baje dofeijão porém grande, com acasca dura que hé precizo quebrar para comer, e snstenta muito misturada com mel de Abelhas, de q' tambem hé abundante.

7. Tambem tem muitos palmitos, com que se sustentão os Certanistas, edevarias qualidades como são a Guarecova, Pariva, Guacuri epalmito mole, etodos elles dão caxos, que quebrados os cocos secome acastanha dedentro, que immita nogosto ococo da Bahia.

8. Os Rios que fazem barras neste deque setrata, são dignos de noticia eporisso os declaro por seus nomes, ecom algumas circunstancias dos seus effeitos: oprimeiro, que se encontra nocurço desta Navegação hé oCapivari, pelo qual sefazem as canoas, que compram os commerciantes das ditas Minas, cujo rio hé pequeno porter perto as suas cabeceiras a o rumo do Norte, e hé distante do Porto da referida Freguezia dia, e meyo de viagem aolado direito do rio Tieté: Abaixo deste, couza de duas leguas, ao lado esquerdo

está o rio Sorocaba, cujas virtentes dizem manão das Serras dacosta do mar nas alturas de Yguape epassa pella Villa de Sorocaba, deonde teve este nome, e tera de largura mais ou menos seis braças: Abaixo deste tres dias deviagem, aolado direito, está o rio Pirácicava, que tera mais, ou menos dez braças de largo, e tem as Suas vértentes para aestrada de Goyazes a oRumo do Norte, por cujo rio, subindo-se sete ou oito dias deviagem se chega a huma Povoação denominada Piracicava, que amandou estabelecer omesmo Ex.mo D. Luiz Antonio para della seextrahirem algun's soccorros deviveres para o Prezidio de Yguatimi. Abaixo deste hun's poucos dedias de viagem, está aomesmo lado o rio Jacarê-pipira, e terá de largura quatro braças: Abaixo deste em pouca distancia está outro do mesmo nome, e outro tanto mais largo, e mostrão ambos terem as suas vertentes para aestrada deGoyazes porque procurão aNorte e dizem os antepassados que num destes rios há ouro bastante descuberto por hum certanista; porem nunca puderão topar com o lugar deste thezouro os que aodepois oforão procurar em razão dehaverem falescido os praticos daquelle tempo e não haver mapa.

9. Ascaxoeiras notaveis deste rio são as seguintes: Acan-gueruçú, Acanguemirim, Purúmirim, Averemanduava, Sobauna Itagacava, Pirapora, Boyuiguara, Piloens, Garcia, Itapema, Pe-derneiras, Pão, Cavallo, Baenharoñ, Potundava, Baurú, Bariri-mirim, Baririguaçú, Sapetuva, Congonhas, Guaimicanga, Tambay, Tambapirica, Cambayuosca, Avanhendemirin, Avanhandavaçú, (esta hé salto medonho que hade ter mais de trinta palmos de altura epara sepassar sevarão as canoas, e cargas porterra), Escaramuça, Urupanema, Mato seco, Ondas grandes, Ondas pequenas, Fu-nilgrande, Funil pequeno, Guacurituvuçú, Araçatuva, Araçangua mirim, Araçanguavuçú, Utupeva, Guacuritumirim, Utupirú Ita-puramirim, Itapura, (esta hé salto a maneira do outro enomeu conceito mais imgrime) deste salto ao rio Grande hé meyo dia de-viagem, onde fas termo o rio Tieté.

10. Os Peixes que ha neste rio, alem daabundacia, são espe-cialisimos porque de todas as formas q̃ sejão beneficiados não

tem variedade o sabor, pois são notaveis os Dourados, Saupez Piracanjuvas Paciis Suruvis, Piraquariaras, e Paũs, de que seutilizão os moradores da dita Freguezia, indo aocertão seis e sete dias de viagem para os pescar salgar e em arrobas vender ao Povo bem lembrado, que amayor parte destes Peixes são detal grandeza que depois de secos ao Sol peza a sua carne arroba emeya e duas depezo: Alem dos referidos Peixes há outras qualidades deque não fazem menção por não darem aconveniencia daquelles, e são muito excelentes de os comer, cujos nomes são Bagres, Piavas, Pacupevas, Ximburus Jurupoca, e Jurupencem: Advirto aocuriozo que todo o referido, que seencontra na extenção deste rio assim de Peixes, Aves, Fructas, e Cassas hé com abundancia consideravel: Odito rio Tieté hade ter delargura, na estimativa, mais de trinta braças.

CAPITULO 3°

DA NAVEGAÇÃO DO RIO GRANDE E SUAS CIRCUNSTANCIAS

1. Entrados os Navegantes no rio Grande (onde sefinaliza orio Tieté) proceguem a sua derrota, seguindo acorrenteza das suas aguaz no rumo do Sul até o Rio pardo, que faz barra nelle.

2.° As particularidades deste rio são as mesmas do Tieté pelo que respeita aCassa, Fructas, ePeixes, com adifferencia somente de haverem nas suas margens muitos cervos animaes bem conhecidos ehé mais suave a sua Navegação por não ter caxoeiras senão huma chamada Iupiá: Tem em si muitas Ilhas e a sua largura na estimativa he de meya legua empartes, e porisso ariscada a sua Navegação em occasião de ventos, porque se estes apanhão aos Navegantes em marcha metem as canoas aofundo com as ondas que se semelhão as domar, de cujos acontecimentos se acautelão os mesmos Navegantes falhando naquellas parageñs, que servem de abrigo aosmesmos ventos.

3. Os rios que fazem barras neste rio Grande são os seguintes: Quaze defronte ao rio Tieté ao lado direito esta o Gua-

curi's, que hade ter dez braças delargo cujas vertentes ignoro, porem julgace procurar a estrada de Goyazes por Ser ao rumo do Norte.

Abaixo deste quaze hũ dia deviagem, e ao lado esquerdo esta o rio Aguapey que hade ter de largura quatro braças, com as vertentes nas alturas daestrada geral de viamão ao rumo deleste: Abaixo deste hũ dia deviagem esta o rio verde, ao lado direito, cujo tamanho hade ser o mesmo do Guacurí, seguindo as vertentes o mesmo rumo: Abaixo deste está o rio Orelha donça com pouca largura, com as vertentes aomesmo rumo dos antecedentez: Abaixo deste quaze meyo dia deviagem está o rio Pardo aolado direito, que hade ter de largura dez braças mais, ou menos.

CAPITULO 4º

DA NAVEGAÇÃO DO RIO PARDO, E SUAS PARTICULARIDADES

1. Deixando os Navegantes ao Rio Grande proceguem aderrota pelo rio pardo acima contra as suas correntes ao rumo do Norte até os Confiñs das suas vertentes, em cujo curço hé comũm gastar-se dois mezes mais ou menos, pelas inumeraveis Caxoeiras, que tem em toda a sua extenção por entre as quais seencaminhão as crystalinas aguas deste rio, enaverdade saborozas, e saudaveis pela virtude da salça, que cria nas suas beiradas.

2.º Hè este Rio dabarra, que faz no rio Grande até o primeiro salto de Cuyurú composto dematos com a mesma fartura dos antecedentes, menos na abundancia das fructas, q̃ não tem tantas remedeando afalta dellas o mel de Abelhas de que hé mais abundante.

3. Do referido salto para cima se compoem o rio de campos deleitozos, nos quais das mesmas canoas em q̃ sevay navegando se estão divirtindo os olhos aver os animais que pastão nelles, como são Veados brancos, Antas Porcos Lobos Tamanduas guaçus edamesma forma Perdizes, Curicacas, que hé huma ave quaze preta, emayor q̃ a Perdis, Quero quero, mais pequena que a Curicaca, Emas, Sariemas etudo comprofuzão consideravel, con-

vidando esta grandeza aos sogeitos asahirem das canoas, efazer cassada nelles, aomesmo tempo que empede amayor frequentação desta deligencia otemor do Gentio Cayapõ, que tendo perto o seu alojamento não cessa de andar pelos ditos campos adeligenciar as pessoas divirtidas na cassada, para as matar átraição como tem acontecido, epor isso os que vão aesta cassada andão com todo o cuidado para se escaparem das tyrannias destes barbaros, que entre os Gentios são osmais cruéis, indomitos, etraidores.

4. Finalmente comclue-se a Navegação deste rio naparagem chamada Sanguixuga, e cujo lugar tem as mesmas particularidades referidas.

5. Ascaxoeiras notaveis deste rio são: As caxoeiras Cayurúmirim, Cayurú, (esta hé salto, que hade ter trinta palmos de altura, e sepassão as canoas eCargas por terra apor-se daparte decima) a Cirga do mato Banquinho, Cirga comprida Embiruçú Mangaval, Tijuco, (esta he salto pequeno) Iupia Nhanduhy, Taquaral, (esta hé salto pequeno) tres Irmãons, Tamandua, (esta hé salto pequeno) caxoeira do Valo, Curão, (esta hé salto grande que de ter mais de quarenta palmos de altura etão ingrime que empede osubirem os Peixes eporisso osnão há dali para cima) Cirga do Campo duas mais sem nomes, aCaxoeira deManoel Roiz Sucuriy,-Lage pequena Lage grande (tambem hé salto pequeno) Embiruçúmirim, Embiruçú Paredão, Formigueiro, Pedras de amolar, Taquarapaya, Banco grande, Banco pequeno (ambos saltos pequenos edeixo em silencio outras muitas mais pequenas por não augmentar aescripta eaborrecer ao Curiozo,

6. Os Rios, que fazem barras neste Rio pardo são o Nhanduyguaçu, aolado esquerdo, com as cabeceiras aoponente, e hado ter de largura mais, ou menos seis braças. Acima deste, e do salto do Tijuco está o Nhaduymirim pouco mais pequeno com as cabeceiras aomesmo lado, erumo: Acima deste, edo salto Curão sinco dias deviagem está o rio Sucuriy, aomesmo lado, e rumo, que terá duas braças de largo.

7. Concluida a Navegação deste rio pardo no lugar citado n. 4º sedá principio apassar as canoas ecargas para a Fazenda de

Camapoam, que seestabelecco naquelle lugar em beneficio dos Navegantes, naqual sereformão estes de viveres p.ª proceguirem avante, pois dadita Fazenda as Minas sepoem outro tanto tempo quanto ate ali segasta.

8. Aforma comque setrans'portão as carregaçoen's do lugar Sanguixuga para ad.ª Fazenda hé aseguinte: As canoas são conduzidas em carros muy grandes de quatro rodas, puxados por seis, sete juntas de boys: As cargaz pezadas vão em outros mais pequenos de duas rodas, e as mais medianas nas costas dos negros, que puxão as mesmas canoas, sahindo daquelle lugar ameya noite para a fazenda acompanhados de outras pessoas que vão alugadas para o serviço da viagem com armas de fogo p.ª guarda edeffeza dos mesmos negros os quais não hindo com esta precaução, he infalivel o serem feudo do mesmo Gentio Cayapo que não cessão as suas traiçoens em semelhantes lugares:

Nos fins de Fever.º do anno de 68 vindo eu do Cuyaba fui cometido dos ditos Gentios neste lugar, que por me topar vigilante menão fes algum estrago eaos mais camaradas. Adistancia deste lugar areferida Fazenda hé de duas leguaz emeya de caminho terral por entre campos, e matos serrados.

CAPITULO 5º

DA CITUAÇÃO DA FAZENDA DE CAMAPOAN E SUAS PARTICULARIDADES

1. Está esta Fazenda cituada em terreno aprazivel: Os Ares mui saudaveis: os campos extenços, e ferteis das Fructas Cajús, Guavirovas e Mangavas, ejuntamente de Cassas: são creadores e produzem bem os animais domesticos: As terras muy fructiferas pois dão em abundancia osmantimentos, e legumes, que nellas se plantão. Agente do serviso quando trabalha esta debaixo de sentinelas por conta do mesmo Gentio Cayapô, pois em qualquer descuido que aapanha lhe faz grande está acontecendo, eda mesma sorte se conserva a Fazenda: Tem ella em si muitas cazas, ejun-

tamente huma cappella de Santo Antonio, naqual dizem Missas os sacerdotes, que cazualmente por ali passão eporisso está acontecendo baptizarem-se os Nacionais daquella situação com sinco, e seis annos deidade, eoutros mais. Tem muita gente pois julgo que entre brancos, escravos grandez e pequenos eagregados cheguem ao numero detrezentos, emais pessoas.

CAPITULO 6°

DA NAVEGAÇÃO DO RIO CAMAPOAN E SUAS CIRCUNSTANCIAS

1. Depois deposto as cargas na Fazenda e canoas selanção estas no rio Camapoan bastantemente pequeno, efalto deagoas eporisso muy trabalhoza asua navegação aqual obriga a repartir as cargaz em duas partez iguais, para suavizar o trabalho, bem entendido, seacanoa leva em si oitenta cargaz de negocio sedeixa quarenta na Fazenda levando as mais ao rio Cuxim, onde se fazem ranchos de folhas de palmitos, e ali sedeixão aquellas com algumas pessoas deguarda, etornão as canoas p.ª a Fazenda aconduzir o resto, gastando-se nesta deligencia vinte, e mais dias.

2. Este rio tem as suas vertentes perto da Fazenda, eao rumo deleste, eas suas correntes seguem quaze aoponente, epor ser muyto pequeno falto de aguas, e entre matos hé despido defartura decassa e Peixe e sem outro divirtimento.

CAPITULO 7°

DA NAVEGAÇÃO DO RIO CUXIIM E SUAS PARTICULARIDADES

1.° Depois depassarem com asegunda caminhada o rio Camapoan chegão os Navegantes ao rio Cuxiim, edão principio a Navegação por elle abaixo oqual hé bastantemente perigozo por ter muitos paos pelo meyo das suas correntes ecaxoeiras temerozas em toda a sua extenção nas quaes se tem perdido m.^to cabedal dos comerciantes.

2. Anavegação deste rio não excede otempo de oito, ou dez dias não havendo máo succeśso findo os quais sechega ao rio Taquari, onde faz o seu termo.

3. As particularidades deste rio são a de serem as suas aguas cristalinas esalutiferas, com abundancia de Cassa e Peixe, deforma dos primeiros menos de fructas que as não tem. Toda a sua extenção he calculada do Gentio Cayapó, easmargen's compostas de matos estreitos porque logo embreve espaço estão as campanhas da mesma perfeição, efertilidades das do rio pardo.

4. Os rios que fazem barras nelle são poucos, e só adois se differenção por seus nomes postos pelos primeiros descubridores q̃. são o rio da Sellada, em que está a força do alojamento, do dito Cayapó, e não tem mayor grandeza que o de Camapoan, com vertentes ao rumo do Norte. O Outro tem onome Jaurú, mayor do que aquelle duas vezes, e com as vertentes aomesmo rumo, o qual tem em si seu ouro bastante descuberto pelo famoso certadista João Bicudo que não podendo melhor conhecer as grandezas que inculcava o terreno por objecção do Gentio Cayapó, efalta de forças para o rezistir, se retirou com vida por felecidade.

5. Ascaxoeiras deste rio são o Mangaval Pedra branca, Colapada, Peralta Furnas tres Irmaons Alvaro Robalo, Anhumas, Guamicanga, Canelas de André Alz, Jaurú, Avanhandavuçú Avanhandamirim, Jiquitaya., ea ultima acaxoeira da Ilha, além das quaes ha outros mais pequenos, que fica em silencio. Tem este rio de largura mais, ou menos oito braças com as vertentes ao rumo do Sudueste. eo curço aoponente.

CAPITULO 8.º

DA NAVEGAÇÃO DO RIO TAQUARI E SUAS PARTICULARIDADES

1. Deixando os Navegantes ao rio Cuxiim proceguem asua derrota pelo de Taquariabaixo, seguindo as suas correntes o espaço de seis dias deviagem até chegarem ahuma paragem chamada o Pouzo alegre.

2. Neste citio se incorporão todas as Tropas para seguirem avante de baixo das ordens do cabo commandante, que entre os mesmos comerciantes hé eleito hum para governar aboa disposição da jornada, e por este principio evitarem qualquer invazão, que possa aver com oGentio Payaguá, cujo Gentio anda embarcado em canoas, epor falta de huma boa dispozição nas tropas tem estas percibido grandes estragos do mesmoGentio.

3. Hê o rio Taquari muito farto de Cassa, e Peixe ecom mais abundancia de todos os primeiros da Navegação mas não tem fructas alguma: Toda asua extenção he com posta de matos, ecampos nos quais tem os mesmos animais dos do rio pardo. Tem m.tas Ilhas e Paiaz de arêas, epor isso se faz muito aprazivel edivirtido.

4. Certeficão os antigos certanistas que nestes campos ha Gentio Pareci, o qual he bastantemente manço porque não fazem mal, bem seprova, que a mayor parte dos Gentios q' ha domestico, ebaptizados por S. Paulo, e Cuyaba são desta Nação.

5. O Gentio Cavalleiro de nome Guaicurú que tem o seu alojamento nas alturas de Yguatimi, tambem andão pelos campos deste rio amontariá.

6. Este d.o rio tem as suas vertentes a Norte eas suas correntes seguem ao ponente: hé bastante m.te largo; porem as suas aguas não são boas por trazerem muitas arêas: hé izento de caxoeiras, pois só tem duas denomes Caxoeira do Taquari ea Caxoeira do Beliago, easua largura hade ser de sincoenta braças mais, ou menos.

7. Juntas as Tropas no Pouzo alegre, na forma indicada, se armão emguerra tantas canoas, quantas são necessarias p.a deffenderem asmais do negocio, em cujas canoas se embarcão as pessoas mais praticas, e devalor conhecido, com armas defogo, Polvora, e balla p.a algum encontro do d.to Gentio Payaguá, enesta ordem proceguem a derrota, entrando deste lugar nos Pantanais, que são hum's campos alagados das aguas do Taquari, e porelles vão procurando aoponente o rio Paraguay, em cuja deligencia sempre se gastão quinze, e mais dias.

8. Em toda aextenção deste atravessa-doiro sempre se pouza em terra de capoin's de matos, que tem em si aquelles Pantanais, nos quais tambem habitão todos os animais, que ha no rio Taquari e secrião os Passaros com amesma profuzão, acrescendo a algu' excesso por haver muitas Araras denominadas Araru'nas, que são mayores q'. as outras edecór quaze preta. Estas Araras são muy bravas porque quando os Navegantes as querem matar basta abanar o chapeo da cabeça p.ª as fazer vir aopé dagente sem temor. Tambem secrião nestes Pantanais humas Aves chamadas Anhúpócas do tamanho das Anhumas, que há no rio Tieté, porem com outra differença porq' estas são muy bonitas, e das mais formozas Avez de todos os certoin's. A sua cor hé pintada de preto, ebranco, com as pernas eolhos encarnados. Tambem tem unicornio na cabeça eazas, mas sem avertude dos outros: o seu cantar he triste, esaudozo e comúmmente só Cantão ameya noite, as duas horas, eas quatro da manhã etão certo por relogio que nafalta deste supre oseu cantico para se renderem as sentinellas, que velão denoite naforça do risco do Gentio Payaguá, que hé do rio Paraguay em diante.

CAPITULO 9º

DA NAVEGAÇÃO DO RIO PARAGUAY, E SUAS PARTICULARIDADES

1. Passando os Navegantes os Pantanais sahem ao rio Paraguay, epor elle acima, contra as Suas correntes, Seguem a derrota, marchando as canoas humas atras das outras debaixo do preceito do cabo commandante, eda vigilancia dos Frascueiros, que vão nas canoas de Guerra, as quais tomão as barras dos sangradouros, que sahem dos Pantanais afazer barra no Paraguay, para empedirem as traiçoeñs e siladas, que naquelles lugares costuma fazer o dito Gentio Payaguá, onde tem asua mayor frequentação enesta forma sepassa o dito rio, em oqual segasta dois dias de viagem atomar o rio dos Porrudos.

2. Hé o rio Paraguay bastante mente largo, pois tem na estimativa mais de secenta braças, com o deffeito de serem as suas aguas pecimas por quentes, e cheiaz de areas.

3. Tem amesma fartura de Cassa, e Peixe do Taquari, com acircuñstancia porem deque tem nelle huma qualidade de Peixes, chamados Tizouras, que empedem opoderse lavar no mesmo rio, porque tudo o que cahe nelle em breves instantes espedação efaz admirar por ser peixe pequeno que não excede emm[to] no tamanho a copa de hum chapeo.

4. O nome deste rio he derivado do Gentio Payaguá, porque tem os seus alojamentos nomesmo abaixo da Navegação oito, ou des dias deviagem, e outros acentão que hé derivado onome da Cid.[e] Paraguay, por perto da qual passa omesmo rio aincorporar-se com o rio Grande, ou Paraná deque já sefez menção.

5. Tem as suas vertentes para oponente ealturas do Mato-grosso, e o seu curço he p.[a] oSul, e serve este rio de Navegação para os que vão ao d.[o] Mato-grosso.

6. Tambem há neste rio os Bugios pretos chamados Guaribas, de cujos couros sefazem chareis e capeladas p.[a] as sellas dos Cavalos, e da mesma sorte há muitos Jacarèis, que são hun's bichos do feitio dolagarto, porem muito grandes, eassistem pelas Prayas: Os seus dentes são contra oar, eporisso os certanistas os matão p.[a] lhos tirar, edão estes bichos huns tais urros, que immitão os das onças.

CAPITULO 10

DA NAVEGAÇÃO DO RIO DOS PORRUDOS E SUAS PARTICULARID[ES]

1. Depois de chegarem os Navegantes ao Rio dos Porrudos, largão aNavegação do Rio do Paraguay, e subindo contra as correntes do d.[o] Rio dos Porrudos hé comun gastarem nelle seis dias ate abarra do Rio Cuyaba, praticando nesta marcha amesma praxe do Paraguay pelo que respeita a conserva das canoas, pois neste rio tambem frequenta o Gentio Payaguá.

2. Hé este rio bastantemente largo porem mais pequeno que oantecedente, etem em si amesma abundancia de Cassa e Peixe, sendo as suas aguas mais soffriveis nogosto, efrias.

3. Teva onome de Porrudos este rio, porq' acima do rio Cuyabá está hum alojamento de Gentio o qual se chama Porrudos, de cujo provem aderivação do nome.

4. Tambem há nas margens deste rio duas Nacoens de Gentios denominados Croyáz eGuayana'rs porem manços. Este rio tem as suas vertentes p^a. aestrada deGoyazes, epor elle passão naestrada os que vão destas Minas para as doCuyaba por terra.

CAPITULO II

DA NAVEGAÇÃO DO RIO CUYABÁ, ESUAS PARTICULARIDADES

1. Juntas as Tropaz na barra do rio Cuyaba, seguem por elle acima os Navegantes a sua derrota ate o Porto do dezembarque das ditas Minas, cuja derrota aconcluem em quinze dias estando elle seco.

2. Hé toda a extenção domesmo rio farta deCassa, e Peixe edetudo omais doantecedente, enelle sepratica a mesma praxe respeito avigilancia sobre oGentio Payaguá, porque até ali exercita as suas montarias.

3. Os Rios, que fazem barras neste são o Guaxúgrande, eo Guaxú pequeno aolado direito, que manão dos Pantanais daquelles campos para aparte deLeste. O Carandá acima destes quatro, ou sinco dias de viage' tambem mana namesma forma delles. Os Tutès, aolado esquerdo, tem as suas vertentes para as partes do caminho, que vay do Cuyaba por terra a Mato grosso, cujo rumo procura ao ponente.

4. Acima dabarra quaze dois dias deviagem, seacha hum bananal famozo, em o qual seenchem as canoas de bananas, ehé de admirar oconservarse aquelle bananal aly desde o principio do descubrimento das ditas Minas sem ter diminuação sem embargo de seutilizarem delle com excesso osmesmos Navegantes etodos os Gentios, que habitão por aquellas paragen's.

5. No tempo das aguas não podem os Navegantes andar pela madre do rio, senão pelos campoz, epara esta deligencia se fa's aentrada nodito bananal amão direita, e seguindo amarcha pelos referidos campos sevay sahir no rio Carandá, de de onde passandose o rio doCuyaba p.ª olado esquerdo sefaz omesmo ate sahir na paragem chamada o Sapé já perto da Povoação.

6. Toda aextenção destes campoz hé cheya de arrós, e muito melhor que o que seplanta nos Povoados por graudo, epormc parecer duvidozo oacreditarse o que queria dizer aomesmo respeito onão faço.

7. Nos centros das margens deste rio há muitos Gentios Bororós, e Parecis esão Gentios aquelles damesma conducta destes dos quais se servião os antigos Paulistas-para conquistarem os mais Gentios differentes, por serem insignes trilhadores, evalerozos.

8. Nas conquistas que fazião os antigos certanistas com estes Gentios, hé que des cobrirão as Minas todas, de q' inda hoje se refazem os Thezouros, elabutão os Comercios, que tambem se vão desmiorando nafalta de descobrimentos, como antigamente se fazião, ehebem verdade que dando eu larga noticia destes certoiu's, porque os tenho calculados, nada posso dizer dos que estão incognitos que ainda senão descobrirão.

9. Nas conquistas, que fizerão João Leme, Antão Leme, e Lourenço Leme todos irmaon's, descobrirão, as ditas Minas do Cuyaba, etrazendo dellas bastante ouro, vinhão á Patria reformarse doprecizo p.ª as hirem povoar eseguindo este destino, ejuntamente o decstaballecerem huma cituação no lugar dobananal para empedirem osque quizessem hir ás ditas Minas formarão acituação, eplantarão obananal deque tratamos, porem como era chegado o tempo deque estes homen's pagassem as muitas mortes, e insultos, que tinhão feito porque não temião aDeos, nem a El Rey, deixarão neste dito citio hú avultado numero de Bugris, que tinhão asociado aescravidão, evindo á Patria para levarem seus parentes, eo mais, que tinhão para as ditas Minas, succedeu chegarem emtempo, q' seachava aordem do Sr. Rey D. João Quinto, p.ª que fossem prezos, e remettidos a sua real prez.ça,

com cuja ordem sefizerão incansaveis deligencias para os prender, e não podendo conseguirem porque na verdade os homen's horrorizavão atoda aCapitania, forão mortos a chumbo dois irmaon's, e só hum delles sepode prender, emorreo nomar indo p.ª Lisboa, coutros dizem morrera na Cidade da Bahia degolado, ficando o descobrimento das Minas reconhecido, efranco para a communicação, e comercio ate hoje frequentado.

10. Deste bananal, emque fallamos, tem os Gentios semeados por aquelles certoen's, de sorte, que nestes campos doarros em varias partes há bananas.

11. A villa do Cuyaba he grande, e está cituada distante do Porto do dezembarque hum quarto de legua mais ou menos. O terreno não hé bom, mas aprazivel. Hé m^to^ farta de mantimentos' Peixe, ecarne devaca ehemuy saudavel edas Minas hé huma das opulentas ; porem esta hoje deffeituoza por ser combatida do Gentio Cayapó, que incessantem.^te^ está matando gente pelos citios e negros pelas lavras, e porisso atrazadas as conviniencias sem em bargo das precauçoen's, comque se conservão aquelles moradores.

CAPITULO 12

EM QUE SE TRATA DA NAVEGAÇÃO DE YGUATEMI SUA CITUAÇÃO, E FERTILIDADES E MAIS PARTICULARIDADES

1. A navegação para este Prezidio he pelo rio Tieté e rio grande de que já tratamos : A distancia, que tem da barra do rio pardo para baixo ate a barra do rio Yguatemi, hé a desinco dias que tantos gastei no anno de 76 quando fui aomesmo Prezidio levar soccorro deviveres, epagamentos ás Tropas desua guarnição demandado do Ex^mo^. Martim Lopez Lobo de Saldanha, que então hera General da Capitania de S. Paulo.

2. A mesma fartura, q̃ tem este rio ate o rio pardo atem ate abarra do Yguatemi, como já participei no Capitulo 3.º n.º 2.º

3. Os Rios, que fazem barras nesta Navegação do rio pardo, para baixo são o rio Paranampanema dois dias deviagem, aolado

esquerdo, que hade ter de largura mais de secenta braças, cujo rio atravessa aestrada Geral de viamão procurando as suas vertentes as serras daCosta domar nas alturas de Iporanga.

4. Abaixo deste, aomesmo lado, esta oTibagi, que dizem ter amesma largura do Paranampanema, tem as suas vertentes nas mesmas serras da Costa do mar nas alturas de Paranaguá.

5. Abaixo deste hum dia dejornada mais ou menos está o rio Piquiri bastante mente largo etem as suas vertentes nos Campos de Gurapuava, na barra de cujo rio já esteve cituada huma Cidade Castelhana, porem foi dezertada pela peste, q̃ dava na gente, como assim exprimentarão os destacamentos, que do Prezidio do Yguatemi erão para ali mandados pelos Governos.

6. Abaixo do Rio Paranampanema ao lado direito, hum dia de viagem estão as tres barras q̃ são tres rios juntos manados de huma alagoa, que se acha nos centros das margen's do mesmo rio grande, ao rumo doponente.

7. Abaixo destes esta o rio Mambay a q̃ terá des braças de largo q̃ vem tambem domesmo lado, e rumo das tres barras.

8. Abaixo deste esta o Yguatemi, defronte ao Piquiri, cujo rio se sobe ao ponente oito ou dez dias deviagem findos os quais estava o Porto do dezembarque no Prezidio: o rio hé estreito, mas bastante m.te caudalozo, com suas caxoeiras temerozas, que entre muitas tem o Upiuva, Larangeiras, Caveiras, eade Uruvú.

9. Nesta de Uruvú sempre se conserva hum destacamento com gente do trabalho para fabricar mantimentos para o Prezidio etambem para empedirem os q̃ quizessem fugir pelo rio abaixo.

10. O Prezidio estava sobre o rio, entre matos, edistante huma legua mais, ou menos, rio acima, tinha huma guarda nossa no lugar chamado o Passo dos Castelhanos, poiz só por elle dava passo ou lugar de poder passar para Castella ou de Castella para oPrezidio, por ter o d.o rio as suas margen's muito pantanozas.

12. Os campoz deste Prezidio são creadores de animais domesticos esão muito ferteis deviados brancos, Antas, Emas, e Perdizes, edamesma sorte de Fructas Silvestre, ediversas na qualidade, como eu nunca topei tão boas nogosto. Asterras m.to ex-

celentes, pois tudo oque nellas seplanta prodúz com abundancia. Oterreno hé aprazivel, esaudavel, menos no tempo das aguaz, e nos Mezes de Fevereiro, e Março que dava huma peste, que em brevez tempoz morrerão seis centas etantas pessoas, não tanto pela violencia da peste, que seconheceo ser cezoen's malignas, como porfalta de remedios, de que sempre foi Con'sternado o Prezidio.

13. Hé distante este citio da Cidade de S. Paulo trezentas leguas pela matematica doBrigadeiro Jozê Costodio deSá Faria, que tambem calculou oPrezidio de mandado do Ex^mo D. Luis Antonio no tempo deseu Governo, por cuja distancia sefazião difficultozos os soccorros a tempo ehoras, sebem que amayor difficuldade dos soccorros hé afalta ded.^ro que tem o Erario de S. Paulo, porque asua Capitania não tem reditos, ebem experimentão esta falta os dois Regimentos, q̃ namesma Cid.^e se criarão, econservão, os quais incessante mente estão clamando pelos soldos, que lhes está devendo a Real Fazenda.

14. Deste Prezidio aprimr.^a Villa de Espanha denominada Cruati distão vinte leguas mais, ou menos, sem empedimento de rios, mais q̃ o Yguatemi, onde só tem os dois possos.

15. Para as partes da Cordilheira referida está oalojamento do Gentio Caguán, e mais adiante o Cavalleiro Guaicurú: Dehum, eoutro foi combatido oPrezidio, e com mais frequentação o Caguán, porque mais repetidas vezes fazião os seus insultos, matando algumas pessoas, que apanhavão dispersas eaomesmo tempo vinhão debaixo depaz ao Prezidio trazendo seus mimos como erão Canas, Bananas, Cera, eoutros legumes de sua sustentação a offerecerem aos Governos, e aelles pedião ferramentas para as suas fabricas cujas lhes davão os mesmos Governos afim deos agradar, mas sem embargo disso logo que dali voltavão hião fazer as suas costumadas traiçoen's, epelo fresco das Fructas que trazião estes Indios, se julga estar distante o seu alojamento dois dias de viagem.

16. Os Cavalleiros Guaicurús nunca vierão aoPrezidio, mas sempre andavão pelos campos amontaria, efazendo amesma deligencia daquelles, e somente em Agosto do anno de 76 vierão ao

Povo denoite, ematarão algumas pessoas em suas cazas, eas queimarão retirando-se salvos por não se lhes poder acudir: As armas destes Gentios são as doCaguán frexas, eas do Cavalleiro Lanças, Tayotes, ebolas, que são hun's laços de couro com tres pernas, ena extremidade de cada hum tem huma bola de terra, ou outra couza pezada, cujo artelicio atirando em hum animal correndo, ou gente embaraça por tal forma q̃ não muda mais opé enesta forma segurão o q̃ for para haver asi.

17. Os campos deste Prezidio são bastantemente dillatados, asegurão os mais antigos certanistas, que facilmente sepodem levar tropas de animaes q̃ houverem nod.º Prezidio para as Minas de Goyazes pelos mesmos campos sem empedimento de rios, o que eu não duvido, segundo aexperiencia que fiz pelos mais certoen's, em que tenho navegado, esó sim hé infalivel nesta deligencia haver encontro do Gentio Cayapó com as Tropas nos campos do rio pardo, onde anda diariamente, mas como hé Gentio patife que só atraição faz asua empreza havendo cautela nada pode succeder, ejulgo tambem, que os tempos q̃ poderão gastar as Tropas deste Prezidio aGoyazes não excederá a quatro mezes.

18. Não havendo Prezidio noYguatemi podem facilmente vir os Castelhanos ao rio pardo, eaprehenderem os comerciantes do Cuyaba, ou Mato grosso, sem em baraço algum, pois julgão os mais experientes que do d.º rio pardo a Villa de Cruati, porindereitura não terá mais distãcia que adeoito, ou dez dias pela campanha.

19. Foi estabelecido oPrezidio de Yguatemi no anno de 67, e tomado pelo Castelhano no dia 26 de 8b.ro, de 1777. Como já disse no Capitulo 3º levando oinimigo todo o trem del Rey, que nelle seachava, queimando as cazas, comais, que não puderão levar: Foi o Prezidio entregue por capitulaçoens pelos nossos, não por falta de valor de rezistir ao inimigo, mas sim por conhecerem ser temeridade opor-se cento etantas praças, que se achavão guarnecendo o d.º Prezidio ahum Exercito de seis mil homen's, que ovinhão combater, commandados pelo General de Pa-

raguay D. Agostinho Fernando de Penedo, seguindo os Officiaes do Prezidio naentrega delle as Leys Militares, avista do suprior poder do inimigo, enesta inteligencia fizerão aentrega, retirando-se o Povo, que ali seachava p.ª S. Paulo, eficando m.ta parte de gente em poder do inimigo por falta de commodidade devir com a mais.

CAPITULO 13

NOTICIAS PARTICULARES DA CID.e DE S. PAULO, DA EXTENÇÃO DA CAPITANIA, NOMES DAS POVOAÇOENS, ENEGOCIAÇOENS DOS SEUS HABITADORES

1. Hé a cid.e de S. Paulo cabeça da Capitania, onde rezidem os Generais, eBispos, etem duas comarcas huma de sua Ouvidoria eoutra da Villa de Paranaguá: Os habitadores da Cidade vivem devarias negociaçoens huns labutão em negocio mercantil, hindo a cidade do Rio de Janeiro buscar as Fazendas para nella disporem Outros de extravagancia dos seus officios, Outros vão a Viamão buscar tropas de animais cavallarias evacúm, p.ª disporem não só aosmoradores; mas tambem aos andantes de Minas Gerais, que exercitão omesmo negocio, vindo comprar os animais em S. Paulo para os hir dispor nas mesmas Minas, eoutros finalmente comprão alguns effeitos damesma Capitania como são panos de algodão, easucares, evão vender as Minas. Labutando nesta forma, todos naquillo aque seaplicão.

2. Hé a cidade aprazivel, e saudavel pelos ares, enão hé muito pequena poiz se conhece a sua grandeza pelo numero das ruas, cujas são as ruas de S. Bento, a rua direita de S. Francisco das Cazinhas, da Freira de S. Gonçalo da Sé, das Flores do Carmo, que hé donde está o Palacio dos Generais do Rozario da Quitanda, e a rua nova do Guacú, etodas ellas com suas travessas com o deffeito porem de serem amayor parte das cazas terreas, e as ruas mal ordenadas eaceadas.

3. Tem varios Templos como são aSé, S. Pedro a Mizericordia, Santo Antonio, o Rozario, S. Gonçalo, ecs Conventos do

Carmo, S. Francisco, S. Bento, o Colegio, q' foi dos denominados Jezuitas, emque assiste o Bispo, o Recolhimento de Santa Thereza, entre os quais tem algun's bem aceados, e fora da cidade em distancia de trezentas braças mais ou menos, está o recolhimento da Luz, onde vão os Magnatos da cid.e, e mais Plebêo por passeyo divirtir-se.

4. Desta Cidade manão todas as estradas que vão para as Capitanias differentes, pelas quais estão cituadas amayor força das Povoaçoen's como são por exemplo pela estrada q' vay desta Cid.e para ado Rio de Janeiro eMinas Gerais seachão as Villas de Mogi das Cruzes, Jacarehy, S. Jozé, Taubaté, Pinda monhangava, Gurátinguetá, e Freguezias da Conceição, Facão, Piedade, e Aldeyas de S. Miguel e N. Snr.a da Escada; mas todas muy pobres; e a mayor parte mizeraveis, por que os seus effeitos que são mantimentos, ePorcos apenas lhes dá p.a vistirem, ecomerem o sal, vendendo hun's namesma cid.e eoutros p.a ado Rio de Janr.o etambem aos Passageiros, mas com tal tenuidade que nada podem alar.

5. Os Moradores das Villas de Jundiahy, S. João de Atibaya, e Mogimirim, Freguezias de Juqueri, e Jaguari, que estão naestrada de Goyazes tambem vivem namesma mizeria, vendendo os seus effeitos nesta cidade e aos Passageiros.

6. Os Moradores debeira mar como são os das Villas de Ubatuva, e S. Sebastião vivem depescarias, Fumos eAguas ardentes p.a hirem vender ao Rio de Janr.o p.a se remedearem. Os da Villa de Santos são mais abastados em rezão de ser este o Porto demar onde sedezembarcão as Fazendas para aCapitania, eMinas do Cuyaba, e Mato grosso, e juntamente ali seacha oContrato do sal, que indispensavelmente ohão de ir ali buscar, ehé distante esta Villa da cid.e de S. Paulo doze leguas asaber oito decaminho de terra equatro de mar.

7. Os Moradores das Villas de S. Vicente, Iguapc Cananêa, e Conceição vivem mizeravel, pois hé tão somente depescarias, algumas farinhas de mandioca, emadeiras para vender aos Navegantes daquella costa, cujo negocio apenas lhes dá para comer

evistir; eos da Villa de Paranaguá são mais remedeados, porq' sendo ali cabeça da Comarca hé mais avultado o comercio, e alem disso corre seu ouro, que se extrahe das faisqueiras dos seus suburbios.

8. Os Moradores das Villas de Parnahiba, Ytú, e Freguezia de Araçariguama, que estão naestrada, que vay da cid.e para o Porto do Cuyaba, vivem das fabricas do asucar, panos de algodão, e de criarem animais cavalares, e vacúm, e por isso são mais remedeados, e os da Freguezia de Araraytaguaba tambem vivem mais remediados, em razão de ser amesma o Porto do Embarque.

9. Os Moradores das Freguezias da Cutia, S. Roque, Santo Amaro, alem de outras Aldeyas dos suburbios da cidade, são mizeraveis.

10. Os Moradores da Estrada do Viamão como são os da Villa de Sorocaba vivem das fabricas do asucar panos de algodão de criarem animais, cavallares, e vacúm, de tirarem seu ouro dos suburbios, cultimamente de comerciarem com os Tropeiros e Mineiros por ser ali oparadouro das tropas de Animaes que vem de Viamão, onde forçozamente se frequenta o Comercio dos que labutão neste negocio eporisso ha suas cazas ricas.

11. Os Moradores da Villa de Itapetininga, distante da de Sorocaba dez leguas vivem de criarem seusa nimais, detirarem seu ouro das faisqueiras, e devenderem mantimentos aos Tropeiros, porem com tal tenuidade, que não dá augmento.

12. Os Moradores da Villa da Faxina distante da de Itapetininge catorze leguas vivem namesma serie, com a differencia porem de não ter naquelle citio faisqueiras de ouro, mas sim na Villa de Apiahy distante della, aolado esquerdo da estrado dez leguas, onde vão vender os effeitos das suas lavouras para se remedearem.

13. Os da Freguezia de Yapó distante da Faxina trinta leguas mais ou menos vivem mizeravais, por que hé tão sóm.te de criarem algun's animais para venderem aos passageiros, ealgũ mantimento.

14. Os da Freguezia de Santo Antonio da Lapa, distante da de Yapó trinta, etantas leguas vivem namesma serie, e os da Villa

das Lagoas, distante desta Freguezia oitenta leguas que hé aextremo da Capitania, vivem de criarem animais cavallares, e vaccúm para venderem aos que vão de S. Paulo a este negocio.

15. Os Moradores da Villa de Curitiba, e seu termo, que está aolado esquerdo daestrada catorze leguas, entre as Freguezias de Yapó, e Santo Antonio da Lapa, alem denão serem as terras fructiferas, epor que não tem para que, nem para onde tenhão consumo o fructo de suas lavouras, estão já no custume deplantarem somente aquillo que baste p.ª sustento de suas familias, inda isto hé aquelles, que tem modo, que amayor parte nem para isso cuidão por que fazem vida de conduzir congonhas para a Villa de Paranaguá, onde aspromutam pelo sal, algodão, e farinha, e sem sahirem desta mizeria desde oprincipio de seus Avoz e não se hes póde condennar este genero devida, porque ainda tem osal, a farinha, ealgodão para vistirem, edamesma sorte vivem os da Freguezia de S. Jozé.

O exposto dá bem a conhecer apobreza da Capitania, eporisso incumpativel o conservar-se nella dois Regimentos pagos, pois não há reditos para se lhes pagar os seus vencimentos, esendo muy necessaria aconservação dos mesmos Regimentos não só para o respeito da Capitania, como para os ministerios do Real serviço só sim se de Sua Mag.ᵉ tivesse a lembrança demandar suspender afabrica dos fumos de tabaco nas Minas Geraes, e extrahirse som.ᵗᵉ da Capitania de S. Paulo para se disporem nas mesmas Minas, impondo-se hum tributo em cada arroba, que passar pelos Registos para negocio, porque sendo este comercio frequentado, serão os reditos avultados para sepagarem os mesmos Regimentos, eficar por este principio remediada aopressão da mesma Capitania.

ADVERTENCIA

Não se admire o Curiozo davastidão destas noticias, porque as dou com experiencia, econhecimento dellas, porquanto p.ª as Minas do Cuyaba naveguei desde o anno de 65 te ode 73. tempo, que parece bastante para asua aprovação.

Para o Prezidio de Yguatemi fui no anno de 76, como já disse no Cap.º 12, explicando me muito nas couzas mais significantes daquelles certoin's, deve ser acreditada aexpressão do Compendio, ainda quando hé unicamente por repetir o que vi nas suas extençoen's.

Das particularidades das Povoçoen's da Capitania tambem vos conto porque tenho verdadeiro conhecimento dellas, como nacional do Paiz, e com expecialidade das que se comprehendem na estrada deviamão, porque no anno de 77 fui por ellas de mandado do Exmo Martim Lopez Lobo de Saldanha aopromptar mantimentos, Gados e cavalgaduras para otransporte de seis mil homen's, que hião em soccorro do Exercito do Sul na occasião, que tomarão os Espanhoes a Ilha de Santa Catherina, cujas circunstancias tambem me requer a vontade exprimir nesta narrativa para vos divertir edamesma sorte passareis o tempo de vossas paioxen's na contemplação dellas, epor que possais tambem divertir aos vossos amigos, quiçá, que huma especulação semelhante, muitas vezes inculta aconprehenção das materias questionadas sobre couzas de igual natureza.

FIM

DIARIO

DA

Jornada que o Padre João de Sotto Mayor fez ao Pacajá em 1656

COM PREFACIO

DE

J. LUCIO DE AZEVÊDO

(SOCIO CORRESPONDENTE DO INSTITUTO)

PADRE JOÃO DE SOUTO MAIOR

O padre João de Souto Maior, auctor da succinta narrativa que vai ler-se, e que a morte lhe não permittiu concluir, foi natura de Lisbôa, e ermão de Manuel David Souto Maior, cujo nome apparece entre os partidarios dos Jesuitas, nas contendas destes com os habitantes, a proposito dos captiveiros indios no Grão-Pará. Em annos juvenis começou o tirocinio de futuro apostolo na Companhia do que tentou a familia desvia-lo, pelo que foi despedido de noviço, com grande pesar seu; todavia, persistindo no proposito e insistindo em solicitações, afinal o readmittiram. Feitos os votos foi estudar Philosophia em Coimbra, vindo depois leccionar Rhetorica no Collegio de Sancto Antão em Lisbôa. Em 1650 embarcou por capellão na armada destinada a combater a de Blake, por occasião do incidente com os principes palatinos, a qual todavia regressou ao Tejo sem qualquer encontro com os navios inimigos.

Depois do naufragio e morte do padre Luiz Figueira e seus companheiros na barra do Pará em 1645 ficara a missão por assim dizer exquecida, até que o zêlo de Antonio Vieira, subitamente espertado, a trouxe de vez á primeira plana no animo dos catechizadores do Brasil. João de Souto Maior, que já uma vez pretendêra ir evangelizar no Japão, abraçou com ancia a opportunidade. Partiu em Septembro de 1652 na frota que devia tambem levar a Vieira, o qual « com o corpo neste navio e a alma no Maranhão », como já embarcado escrevia, teve por ordem régia de voltar á terra, e deixar para mais tarde a saïda do reino. Tambem á de Souto

Maior appareceram obstaculos, buscados talvez pela familia, pois elle e outro padre, « por justos respeitos estiveram occultos até á vespera da partida », segundo Vieira refere em carta de 25 de Dezembro, de Cabo Verde, ao provincial do Brasil.

Tão intenso era o ardor evangelico de Souto Maior que, chegando ao Maranhão, diz o chronista da Companhia, Bethendorff, ao desembarcar se lançou de bruços na praia, a beijar a terra, onde por muitos annos a semente da divina palavra havia de germinar. A 5 de Dezembro de 1652 entrou em trabalho, talvez mais plausivelmente a 3, dia de S. Francisco Xavier, que foi o orago do altar por elle fundado, pobre templo de pau a pique e adobe, que era a primeira morada do Christo nessas paragens.

Ainda assim, para o levantar, assim como as mesquinhas casas que eram habitação dos missionarios, luctou a principio contra a má vontade dos habitantes, que apedrejavam os obreiros. Antes disso Souto Maior tivera de assignar termo na Camara de se não intrometter em negocios de indios, o que assegurou sem cumprir.

A 5 de Outubro de 1653 chegou Antonio Vieira ao Pará, e commetteu a Souto Maior o encargo de accompanhar a expedição destinada a reduzir os indios de Marajó, e castigar os Aruans que haviam trucidado o desditoso Luiz Figueira e seus companheiros, expedição mallograda, porque nem os indios vieram á obediencia, nem o missionario teve ensejo de realizar conversões. Foi a chamada empresa dos Nehengahibas, ordenada por André Vidal de Negreiros em 1655, de accordo com Vieira, mas que só mais tarde, em 1659, este com exito levou a cabo.

Ao voltar Souto Maior preparou-se para a expedição ao Pacajá, chamada tambem a *Viagem do ouro*, porque nella esperavam os aventureiros portuguezes encontrar minas abundantes do precioso metal. Mais uma vez, porém, se lhes desvaneceu a chimera, e lhes tropeçou a audacia com ingentes difficuldades. Penuria e doenças quasi debandaram a expedição, e os poucos indios captivados não eram compensação bastante á cubiça do ouro desenganada. A's fadigas e privações não resistiu o missionario, já combalido das

muitas que padecera na precedente jornada, e succumbiu entre os indios, que pretendera doutrinar. O corpo foi levado ao Pará e sepultado na primitiva egreja dos Jesuitas que o apostolo levantara. Do coval perdeu-se a memoria, na trasladação do templo para outro logar.

J. LUCIO DE AZEVEDO.

DIARIO DA JORNADA QUE FIZ AO PACAJÁ NO ANNO DE 1656

Aos 11 de Fevereiro de 1656 partimos de Bethlem para o descobrimento do ouro: era capitão da tropa Pedro da Costa; constava de tres canôas: nellas iam 32 brancos com mineiros, e o piloto que tambem ia para arrimar a altura: Indios 190, todos gente escolhida. Aos 21 do mesmo mez partimos do Camutá, onde gastamos os dias inclusos em nos acabar de concertar e fazer prestes. E porque tinhamos necessidade de alguns remeiros havendo o capitão Pedro da Costa de mandar duas canôas ás aldeias dos Ganapús e Caũanás a busca-los, quiz eu que fosse a minha uma dellas, para de caminho acudir a alguma necessidade espiritual, que se offerecesse daquelles Indios: aos 4 dias de caminho (depois que nos apartamos do corpo da tropa) entrámos por uma pequena bocca no grande lago dos Guanapús, que terá de comprido 17 leguas e de largo em parte 2, em parte 3 e 4, em partes menos: todo é cercado de terras altas e excellentes, os bosques cheios de cacáo, castanhas, e de grande copia de caça: nunca alli falta viração por estar este lago lançado de norte a sul com pouca declinação para o sulsudoeste; comtudo não lhes bastou estar tão desviado de todo o caminho para que os Nhengaibas os não destruissem já; e a ultima vez que alli deram foi no mesmo tempo em que nós lhes andavamos dando guerra, na tropa passada: e assim d'quella populosa aldeia não restam mais que tres pequenas casas, que achei começadas a cercar com uma forte tranqueira por temor dos mesmos Nhengaibas: as ruinas da egreja (que era de taipa) e da aldeia antiga, que mostram foi grande, mostram tambem a furia com que esses ini-

migos lhe pozeram fogo e a assolaram; e visto não termos aqui gente, fomos demandar a outra cabeceira do lago, onde está a aldeia dos Caüanás: a esta têm respeitado os Nhengaibas por ser grande; mas não deixam de lhe dar assaltos nas roças. Toda a gente d'esta aldeia era ida ao Curupá, a chamamento do capitão d'aquella praça, por dizerem que por espaço de 15 dias ouviram muita artilharia na costa: queira Deos não fosse isto estratagema, para com esta gente se acolherem, porque não deixam de temer o castigo a seus insultos — d'aqui despachei uma ubá com uma carta ao Padre Manuel de Souza, pedindo-lhe visitasse aquellas aldeias, pois são do seu districto e estavam em grande falta de doutrina, visto não ter alli nunca aportado outro Padre mais que eu e tão accaso: a carta (porque levava outras novas, assim domesticas como do soccorro que o Sr. Governador tinha mandado ao Pará para castigar aquelles rebeldes) ia em estylo latino; porque temi que passasse primeiro por outras mãos que as do Padre.— Assim sem trazermos gente, viemos buscar a nossa tropa e entramos pela grande bocca do rio do Pacajá. Pouco depois de entrar pela bocca do rio (que tem menos de meia legua de largo) demos em uma bahia, que o rio faz dentro de si, com muitas ilhas: aqui antigamente, em tempo de Francisco Caldeira, veio Paulo da Rocha com 40 canôas a castigar uma aldeia, por os Indios d'ella ignorantemente terem lançado por terra uma cruz e umas armas de Portugal que os nossos alli tinham levantado. Ajuntaram-se os Indios e sahiram ao encontro com passante de 200 canôas, que todas atropellaram os nossos, matando n'estes miseraveis com tanto rigor que correu por muito espaço o rio tinto: e atemorisados os que escaparam ao nosso furor, se retiraram pelo sertão dentro, com suas familias; d'onde vem estar todo este rio (como os mais que ao nosso bafo estão) despovoados, vendo-se em muitas partes d'elle rastros de grandes povoações. E' este rio Pacajá um dos mais alegres desta America meridional; corre sempre entre oiteiros, que o cercam de uma e de outra parte, e por isto sempre apertado, um tiro de arcabuz e menos; 4 ou 5 ilhas só tem no meio, e essas muito pequenas, salvo junto da bocca, onde achando a terra raza

(como pela maior parte é toda a terra que está debaixo da linha n'esta America Luzitana) se expraia e inclue em si muitas e muito formosas ilhas: seu curso é sempre subindo de norte a sul, e toda a declinação que faz é para o levante entre sul-sueste e sueste e les-sueste, e algumas vezes para les-nordeste: isto é até chegar á primeira cachoeira; d'ahi por diante corre todos os rumos da agulha desde o sul até oéste, e algumas vezes chega a noroéste: todo está cheio de cachoeira; as mais medonhas são quatro, na primeira das quaes, por se a agua despenhar de muito alto, varamos as canôas maiores em terra, e as mais pequenas subimos por um monte acima, á força de braços, com excessivo trabalho, e as pozemos no rio da banda de alem da cachoeira, e para se carregar o fato das canôas, que por grandes, nem por mar nem por terra podiam passar, se fizeram ubás, e foi facil achar páus para ellas, pelas muitas madeiras que este rio produz á sua margem.

Emquanto havia esta forçosa detença, os Indios que se espalhavam á comedia, acharam por vezes troncos de burapinima no chão, que o vento ou a muita edade tinha arruinado; muitos d'elles (havia annos, segundo mostravam, que estavam derrubados) estavam ainda com as cores tão vivas, que mandamos, cortar e guardar alguns rolos para o Desembargador, e dos pedaços menos uteis fizeram os Indios arcos e bastões. O certo é que os Indios não conhecem esta arvore pela folha, como com elles averiguamos, e que só com elles irem picando os páus, que acham pelo matto no chão derrubados, dão com algum delle: tambem é certo que ha muito por estes mattos, pois só dos que o vento ou o tempo derruba se recolheu um bom numero de rolos: e se se promettesse aos Indios premios pela averiguação d'este páu, de modo que o conhecessem pelas folhas, se poderia tirar grande copia delle, que seria uma nova droga d'este Estado. Na terceira cachoeira levou a força da corrente a uma canôa ao fundo; não morreu ninguem: ella depois de deixar tudo em baixo, se veio á tona d'agua, logar das cousas vazias.

Aqui mesmo não podendo os Indios da canôa, em que eu ia, sustenta-la com os cipós, por razão do muito orgulho da agua,

para que ella os não precipitasse largaram os cipós pela mão: ella, revirando com o golpe do rio, sobre um calháo, deu tal pancada nelle, que cuspiu um Indio que ia na prôa, bem longe, de pincho com os peitos sobre um agudo penedo; eu, que só estava na canôa (os mais foram lançados fóra para a tirarem) vendo o Indio estendido sobre a pedra como morto, á uma para lhe acudir com a confissão, á outra por me parecer que não tinha bom partido deixando ir na canôa pelo rolo da cachoeira abaixo, só dei um bom salto, com que ainda pude alcançar um resquicio da penha, escalavrado, porém, em um joelho: emquanto cheguei ao Indio que estava todo tremendo, com a força da dor, a canôa foi a parar bem longe levada da enxurrada da cachoeira; de lá a tornaram a trazer os que a tinham largado: o Indio com o ensopar de vinho por dentro e por fóra, apertando-o com pannos molhados nelle, tornou a si, e livrou.

Com estes trabalhos e com outros similhantes, descarregando muitas vezes as canôas para que leves passassem com mais facilidade, já por cima dos penhas, já pela madre das correntezas, chegamos onde o rio se corta em dous braços. Entendi com quanta razão os Indios temem mais as cachoeiras do Pacajá do que as do Tocantins. Aqui despedi uma ubá com trez Indios, que levassem a nova da minha vinda ao Pacajá: estes encaminharam por um braço que este rio faz para a parte do sul; nós tomamos por outro braço, onde está uma pouca de gente, parentes de Capauba, o Principal do Maracaná, por nos dizerem que alli tinhamos ouro. Seguindo este braço demos com outra cachoeira muito mais féra que as passadas: apertam o rio todo dous penedos, que ameaçam ao céo, e entre ambos como por imprensa, vem o rio tão agastado que é necessario fugir de o encontrar, e passar as canôas por grades de tranças muito fortes, que para isto fizemos; comtudo inda o resaco nos alagou quatro, e uma dellas debaixo da corrente fez tal assento, que nem por força nem por arte todo o poder da gente a poude mais mover (*).

(*) Aqui conta a historia de uma grande cobra: mas o auctor cortou o que escreveu.

Andados trez jornadas por este braço ácima cheguei a um penedo que todos desejavam ver: embalaram-nos em toda a jornada com elle os Indios Tapejaras, afirmando que todo estava debuxado com lavores, figuras e rostos, similhantes aos nossos santos que elles vêem nos altares: diziam que não sabiam o auctor d'aquella obra; e assim, uns a attribuiam a Deos, outros ao demo. Tudo isto nos fazia desejar a vista d'este altar de pedra. Achei o penedo lavrado ao ferro, e n'elle algumas caras, tão feias e disformes que se poderam attribuir ao demonio, o que entendi assim pelo feitio dos lavores como pela figura de um crocodilo, que por outra face do penedo estava lançada, é que aquillo foi obra de alguns Indios ociosos, se bem que tão antiga que lhe não conhecem elles auctor; comtudo, porque a superstição com o penedo é grande, e tanta a leviandade que os Indios com elle mostram, que até alguns dos que já são christãos, chegaram a pedir áquellas figuras que os deixassem viver por muito tempo.

Eu os desenganei mostrando-lhes que eram aquillo obras dos Indios e para escurecer de todo aquella ignorancia, mandei abrir duas cruzes na face da mesma pedra, que moveram, aos que passaram ao diante por alli, a melhor veneração. Aqui demos vista de quatorze ubás, em que vinham como quatorze ou mais casaes, que todos de rota batida, se vinham com o seu enxoval para o Maracaná; se movidos de si mesmos? se por força de recados de Capauba? ainda o não sabemos de certo; comtudo, cremos isto, segundo; e pareceu-nos que Capauba mandara dizer a estes seus parentes que se descessem á causa de que os brancos determinavam ir as suas terras, buscar ouro, e que se os achassem, se lhes seguiria a elles grande trabalho em o cavarem e beneficiarem. A presteza com que vinham; o acharmos entre elles um Indio do Maracaná, que levou o aviso, e outras conjecturas, que todas cahiam bem no orgulho de Capauba (que eu contra minha vontade levei n'esta jornada) nos fizeram este juizo, quasi evidente; eu lhes ordenei que tornassem commigo para cima, por me parecer que elles como tapessaras nos podiam dar alguns signaes do metal, que íamos buscar; elles voltaram com a mesma facilidade

com que se vinham descendo; e antes duas jornadas de chegarmos ás suas taperas, eu me adiantei a toda a tropa, e com o mesmo Cupauba, e duas ubás mais, do numero das que encontramos, nos fomos adiante: para que os Indios não se perturbassem vendo toda a tropa de repente: e sabendo que ía Padre, se aquietassem; e assim, aos 4 de Abril aportamos no fim da jornada, havendo partido do Pará aos 11 de Fevereiro, tão grande é ella, e tão trabalhosa, que cá se pintava tão facil. A primeira cousa que vimos no Pacajá foi uma aldeiota de quatro casas: depois de os constar com as novas do céo e com alguns mimos da terra, passei adiante a outra aldeia maior: aqui, depois de fazer o mesmo, mandei uns mensageiros com uma canôa a outra aldeiota, que está pelo rio ácima quatro dias de caminho, para que viessem ouvir as novas do céo. Entretanto mandei levantar uma Egreja para n'ella termos a semana santa, e ensinar a estes gentios, e como eu suppunha que haviamos por cá cinco ou seis mezes, mandei-a fazer capaz e de páus fortes. Estando dando ordens a isto, eis que chega uma India com seu marido, ambos lastimados pela mãe trazer nos braços uma creança quasi de um mez expirando, com os olhinhos em alvo: arremecei-me a um cabaço d'agua e nos braços da mãe a baptizei: para mais vagar não davam espaço as agonias da morte, em que estava. Dentro de poucas horas se foi para o céo: ditosa que primeiro entrou na gloria que conhecesse a vida, ou soubesse temer a morte.

Só por este fim se podéra ir do Pará ao Pacajá e atravessar muitas vezes as cachoeiras.

Acabou-se a Egreja e n'ella celebramos a semana santa com vantagem á limitação em que estavamos: houve um sepulchro de luzes escondidas que faziam sahir as cores azues, verdes, vermelhas e roxas, de tafetás que se achavam no arrayal (a ambição de escravos traz ao sertão estas alfaias) o remate era um crucifixo: nesta Egreja houve mandato, paixão, disciplina e resurreição; e o que mais me espantou muitas lagrymas, cousa nova em gente do Pará. Aqui commungaram todos quinta-feira de Endoenças: houve procissão de cruz e tambem dia de Paschoa, com repetidas salvas de mosquetaria, musica (que se achou quem cantasse),

tambores, gaitas e varias dansas, com que sahiram os Indios das nossas aldeias, o que tudo causava grande admiração nos gentios, e muito mais quando viram as cerimonias com que, depois de instruidos, baptizei meninos e meninas: os adultos, como mais occupados e mais rudes, iam aprendendo pouco a pouco, até que, depois de instruidos, os baptizei. Entretanto chegaram os Indios, que mandára chamar e moravam pelo rio acima 4 dias de jornada: alegraram-se muito das novas que lhes dei de Deos (que era a primeira cousa com que os recebia) e vendo que estando longe as não podiam ouvir a meudo, disseram-me que íam buscar suas casas e familias, e que queriam vir morar junto de mim. Eu estimei e approvei o seu intento; porque era o mesmo que eu poderia desejar; e assim, em breves dias chegaram onde eu estava, com suas mulheres e filhos, e fizeram casa junto da Egreja. Depois d'estes chegaram os Indios que eu tinha mandado em uma ubá pelo outro braço do rio a dar novas da minha vinda ao Pacajá: com elles vinham outros trez, nos corpos philisteus, e nas razões nada barbaros: depois de me saudarem, um delles, já branco, disse assim: «Por ventura vão ainda ás aldeias, e quando não acham Indios para lhes remarem as canôas, fazem ir remar as Indias? Por ventura andam ainda trabalhando nos tabacos e nos cannaviaes? Por ventura são ainda perseguidos como eram no tempo em que eu de lá fugi»?

Foi necessario muito para eu lhe persuadir que tudo estava já mudado, e que el-Rei compadecendo-se d'elles e das injustiças com que os vexavam, nos mandara a nós para os defendermos: mostrei-lhe as Provizões d'el-Rei, que levava, firmadas por sua mesma mão: disse a outros Indios que o inteirassem da verdade e lhes dissessem como já os Padres estavam nas aldeias, como já os brancos tinham jurisdição sobre elles e tudo quanto o podia confirmar. «Se assim é como dizes (tornou elle) espera aqui, que eu vou juntar os meus filhos e depois de juntos farei caminho por estes mattos e te virei buscar com os Indios que houveres mistér para levarem o altar e os teus nastes (*), comtanto que tu só has

(*) O auctor cortou, depois de escrever, a palvra *cml treis*, e sublinhou esta, mas de modo que pode ser *nastes* ou *rastes*.

de ir a ensinar-nos e nenhum branco ha de ir comtigo; porque de outro modo meus parentes se metterão pelos mattos ». Acceitei a condição, posto que perigosa, porque estas gentes do Pacajá são voracissimas de carne humana.

Partiram-se os Indios, e emquanto eu esperava por sua volta me chegaram novas que principaes com suas familias ouvindo dizer que eram chegados os brancos, se levantaram e deixando suas casas e roças se entraram pela terra dentro: a resposta que davam a alguns que os viram fugir, era: « que os brancos, sem causa, fizeram captivos seus parentes; que sempre entravam com praticas bôas e no cabo os repartiam; que agora os queriam ajuntar para os venderem; que ainda que viesse com elles o Padre (que aos brancos se lhe não dava dos Padres) e que assim ou assim os haviam de captivar, e, finalmente, que não queriam nem as camisas dos brancos nem o seu Pae ». Eu, para dar remedio a estas almas, lhes mandei cinco Indios velhos e eloquentes, bem informados do que lhes haviam de dizer, offerecendo-me a eu só os ir ver e falar, se elles assim o quizessem, sem que branco algum me acompanhasse. De modo que o maior estorvo que temos com estes Indios para os trazer á fé, é a vista dos brancos, tão aborrecida é a sua memoria! tão viva mora n'elles a lembrança dos muitos aggravos que lhes têm feito. A maior escolta que póde levar um Padre da companhia entre estas nações mais barbaras é não levar comsigo nenhum branco: e se o mesmo Padre podera trocar a pelle, ainda fizera mais effeito com sua doutrina. Emquanto isto se passava com os Indios, os Portuguezes fizeram sua caissara muito forte a um lado da aldeia: eu me não quiz metter n'ella, mas levantei um Girau mistico com a Egreja, em que me agasalhei, e fiz uma pequena roça de feijões, milho e outras sementes para me ajudar a sustentar e não ser pesado aos Indios Tasejaras. Todo o espaço no redor da aldeia roçaram os nossos Indios, para lograrmos de alguma viração, pelo sitio ser abafado.

A fama que o sertão do Pacajá tem de ser doentio, é menor que a verdade: não foram bastantes diligencias, algumas para não derramar por todo o arrayal um mar de febres: não havia casa,

nem rancho, nem canôa, onde não entrasse o sangrador: quatro homens se occupavam em pela manhã e á tarde, andarem picando as veias, não sem grande trabalho meu: porque, acabada a missa, ia correr o arrayal, e depois delle a aldeia, em que havia tantos ou mais doentes, vendo o que haviam mister, mandando a todos carimã e assucar; a outros alguma caça, ou pescado leve, conforme a fraqueza e qualidade da doença; e quando me recolhia era já sol bem alto: muitas camisas se desfizeram para ataduras, e muitas gallinhas que havia na aldeia em breve se consumiram todas; por que os Portuguezes do mesmo modo cahiam que os Indios. Esta é a causa desta gente ter multiplicado tão pouco, e dos mais dos meninos serem orphãos, e de haver tão poucos velhos nestas aldeias; sem esta miseravel gente tratar de se melhorar de sitio, sendo a America tão larga, os rios tão multiplicados e tudo tão despovoado. Acabada a estacada e casas dos brancos, os que para isto estavam com os Indios, que ou já tinham convalescido ou ainda não tinham adoecido, se partiram caminho das serras a buscar o metal que por fugir e haver medo dos homens, dizem, se faz amarello: muitas diligencias fizeram, muitas serras subiram, muitos rochedos picaram, muitas areias dos ribeiros mais claros com as aguas lavaram, mas debalde. — Entretanto cundiam (!?) as febres pelo arrayal e pela aldeia com o mesmo impeto a modo de peste, chegaram em um rancho a estarem dezenove doentes sangrados: e vendo eu que era muito trabalho dos barbeiros em andarem correndo tantas choças, e que a alguns doentes se não acudia determinei fazer hospital; e assim mandei despejar um comprido rancho, que logo todo foi cheio de doentes, e parte de outro, por que não couberam todos em um.

Aqui eu mesmo á minha vista os fazia sangrar e curar a todos e pela manhã, ao jantar e á noite, se faziam tres alguidares grandes de mingáos doces, com que a todos se dava sua ração, e eu mesmo muitas vezes fui obrigado a o fazer com minhas mãos por não haver quem nisto se quizesse occupar: do mesmo modo os barbeiros aos quatro dias se começaram a enfadar; o cirurgião dizia que não tinha obrigação de curar mais que os Indios d'el-Rei, como

se os outros não foram proximos, ou não fossem vassalos d'el-Rei de Portugal. Os barbeiros começaram a não querer sangrar sem os Indios lhes pagarem: queriam que o pagamento fosse quatro embayes que tem (?!); fui forçado a aprender a sangrar, por não ver perecer estes miseraveis: faziam-me graça de me emprestarem as lancetas: com as muitas sangrias que fiz venho um tanto exercitado. O certo é que os Portuguezes não querem destes Indios mais que o serviço e o sangue, e que lhes não lembra outra cousa mais que fazel-os escravos. Tomando-os doentes com a dieta e bom regimento convaleceram todos.

Eu, por não estar ocioso, quiz visitar uma aldeia e outras casas que estão pelo rio acima, o qual, se até aqui se navega, difficultosamente é navegavel, por não ser mais que uma ribeira semeada de penedos e rochas; e assim, me metti numa ubá com cinco moços, e caminhamos pelo rio acima sete dias, com grande trabalho, por cima de pedras, já por baixo de matto; porque a agua, como enfadada de impeçar em tanto calháo, se retira de sua aspereza e, entrando pelo matto, busca caminho mais brando, e como isto, por outra parte, até agora foi escondedouro dos Pacajás fugidos, elles o tinham tão inculto que parecia não habitar por aqui gente, e assim nos era necessario ir fazendo o caminho a machado, para passar a ubá. As topadas e immundicies e o mais que eu soffri nestes sete dias de chuva e calma, por não levar toda a ubá, nem ser capaz disto: os jateuns que toda a noite nos faziam gastar passeiando, suspirando pela manhã para escapar de seus ferrões fôra para mim materia de assás merecimento se eu o soubera offerecer a Deos. Cheguei, finalmente, á aldeia: nunca vi Indios mais alegres com a vista dos Padres, que estes barbaros; todos meninos, e velhos, homens e mulheres, estavam sobre um breve outeiro que a aldeia faz sobre o rio: dalli me levaram para os seus ranchos e me regalaram com tantos mimos da sua riqueza rustica, quantos nunca recebi de outros Indios. Perguntei a causa d'este alvoroço e desta novidade: achei que a principal parte de que resultava, era o vir eu visital-os sem levar brancos commigo. Torno a dizer que os brancos são o maior estorvo que podemos ter n'estes sertões.

N'esta aldeia me detive o que me pareceu necessario, e depois de bastantemente instruidos, baptizei adultos e innocentes que era toda a aldeia, e acabando de os baptizar, os casei conforme a Egreja.

Só o Principal, com duas mulheres que tinha, ficava por baptizar: as mulheres eram a causa; eu não lh'o declarava porque elle se não fosse para o matto: dizia-lhe que determinava baptizar os Principaes todos juntos, na cidade, com grande festa: elle entendeu o desvio; chamou suas mulheres e disse-lhes:

«Não é bem que sendo toda a nossa aldeia filha de Deos, nós sós sejamos filhos do diabo: a causa porque o Padre me não baptiza sois vós; não podem os que se baptizam ter duas mulheres; pelo que, tu és minha verdadeira e primeira mulher; tu busca marido á tua vontade.» Ellas, que tambem sentiam ver as outras baptizadas todas e só ellas não, gostaram muito do meio que o Principal tomou, e com estas novas se vieram todas a mim. Eu lhes louvei a resolução e os baptizei logo todos trez, e casei o Principal, que se quiz chamar Francisco, com a mulher que tambem se chamou Francisca.

E com isto ficou toda a aldeia baptizada.

Levantei n'ella uma cruz, deixei-lhes mestre que entretanto os ensinasse e encommendei-lhes que fizessem canôas e recolhessem suas familias, para com as primeiras aguas descermos rio abaixo. Pediram-me que mandasse os brancos, e que sem elles se viriam commigo; tanto é o medo que têm dos homens do Pará. Acompanharam-me, não só até o porto, mas mettendo-se nas canôas que n'elle estavam, homens e mulheres, com seu refresco me seguiram pelo rio acima, até que desembarquei; e alli se tornaram a despedir de mim, e me deram os Indios necessarios para me acompanharem, e me levaram o altar e mais fato; porque vendo eu que os Indios que tinha mandado ao Pacajá, tardavam em me vir buscar, receiando, podesse mais com elles o medo dos brancos, que minhas praticas, e que se fossem para o matto, como est'outros o tinham feito, determinei de os ir buscar; e assim me puz ao caminho pelo sertão dentro sete dias a pé, com trabalhos de mosquitos e chuvas,

por ir em conjuncção de aguas, passando muitos alagadiços e muita fome, pelo matto ser esteril; com farinha e castanhas passamos alguns dias, e outros só com palmitos: so duas cotias e dous jacarés que achamos em duas ribeiras, matamos n'este caminho; mas, que era isto, para dezenove pessoas que, assim por razão do fato, como de segurança, me acompanhavam? Dois dias tinha marchado pelo matto dentro quando me chegam dois Indios Principaes da aldeia que deixava baptizada, dando-me conta que toda estava amotinada, por um Indio lhes persuadir que nas minhas costas vinham os brancos a repartil-os, e, portanto, se fossem para o matto: vinham saber de mim se isto era assim, e que haviam de fazer. Eu lhes extranhei a facilidade com que crêram a um Indio contra o que eu lhes tinha dito, e os mandei estar de bom animo, e que se voltassem: trez eram os que se partiram da aldeia a dar-me conta d'esta perturbação: o principal, que era um d'elles, adoeceu no caminho de tal sorte, que não poude passar adiante; o segundo, que era irmão do outro principal, deu-lhe uma dor de garganta, ao parecer, leve.

Era força continuar meu caminho: deixei-o em um tijupar, com quatro pessoas, que curassem d'elle, e tanto que estivesse para se tornar para a sua aldeia, elles me viessem seguindo: á mor cautella, baptizei-o; já era cathecumeno. Ao outro dia chegaram a mim os quatro Indios que deixara para o curarem, dizendo-me que expirara: estas mortes tão repentinas que, conforme a relação dos tapujaras, são ordinarias no Pacajá; o achar um Indio pagão morto na rede pela manhã, sem ter mais que uma sangria; o dizerem-me, chegando ao Pacajá: «o Pae, hontem morreram duas moças de febres», e outras cousas como estas e mortes que succederam, foi causa, P. Ps. R.Rv.dos de eu, sem ser lingua, me apressar a baptizar esta gente, sem esperar que dous Rv.os se cançassem n'isto: é verdade que por boas linguas com praticas muito continuadas e comparações muito claras por muitos dias antes de os baptizar, os catechizei, de modo que sem escrupulos os pude fazer filhos de Deos. E que havia eu de fazer em tantos mezes que estive entre esta gente? Aos cinco dias de

marcha pelo mais infame matto que nunca vi, indo sempre abrindo o caminho ao ferro, encontrei com dous Indios, que do Pacajá me traziam duas novas, uma bôa, e era que os Principaes, que fugiram com medo dos brancos, movidos dos recados que lhes mandara, como atraz disse, se tornaram a descer, a segunda, ruim, era que o irmão de Thomé, o Principal de Mocajuba, era fugido com sua gente para o matto : bem me pareceu a mim que tardar tanto esta gente em me ir buscar, segundo o que commigo assentara, era alguma novidade : parecia-me, comtudo, a mim que a tinha segura, pelo principal d'aquella gente ser irmão d'este Thomé, que eu levava em minha companhia, (Indio que, com ser meu interprete e com suas praticas me serviu muito n'esta jornada) mas enganei-me : mais póde o medo do captiveiro que o sangue do irmão; metteu-se pelos mattos, tão amedrontados têm os homens do Pará esta gentilidade, tantas vezes os têm enganado, que se não fiam os miseraveis nem dos seus, e deixam suas roças, que tanto mais estimam quanto mais miseraveis são, só por se não encontrarem com elles. Deos me leve a sertões onde eu seja o primeiro branco que la seja visto; n'este onde a fama dos homens d'este Estado tem chegado, não ha que esperar senão medos, receios, odios, fugidas e mortes.

« Se vieras só (dizem os Indios) nenhum havia de fugir de ti, Pae; vens com os brancos, por isto fogem, não de ti, mas d'elles.»

Comtudo, eu continuei meu caminho, esperando que, sabendo este Principal que eu estava na sua aldeia, só, sem brancos, se desceria logo do matto. Triste ia com estas novas, quando os que iam abrindo o caminho, exclamaram : « Gente ! Gente !» ; poderam ser inimigos, que bastam quatro escravos fugidos para pôrem estes mattos mal seguros : eram um golpe de Indios moços, de uma aldeia do Pacajá, que, crendo meus recados, não fugira : trazia-me refresco e muita carne de porco e demandavam levar-me o fato e guiarem-me para a sua aldeia. Era dia de peixe ; mas eu vinha morto de fome, que não podia caminhar, e só tinha comido uns grãos de farinha aquelle dia, e assim, entendendo que fazia n'isto

serviço a Deos, dispensei commigo e com todos, ou dispensou a fome, a necessidade, e nos reforçamos todos com a carne, que nunca, cuido, comi outra que mais bem me soubesse. Descançamos, e ao outro dia, que era o da Ascensão de Christo, demos em um rio que passamos com agua pelos peitos, e chegamos á Aldeia, com trabalho, por levar os Indios doentes, com o do caminho; os seis de sezões. Não está ella sobre o rio, por respeito dos muitos jateuns, que n'elle vivem, mas mettida pela terra dentro uma meia legua. Grande parte d'este caminho tinham os Indios limpo por respeito do Padre que esperavam: chegando á aldeia me sahiram a receber todos com mostras de muita alegria, e me levaram para um girão pequeno, que para mim tinham despejado e limpo: a primeira cousa que fizeram, em me assentando na rede, foi cercarem-me e fazerem-me um sapiron muito enternecido: eu dissimulei por não os desgostar n'isto: elle acabado, visitaram-me com seus mimos, e eu a elles com os meus. Mandei logo levantar Egreja, onde baptizei dezeseis innocentes: despachei trez Indios a que fossem buscar os fugidos pelo matto, e para virem contentes lhes dei a cada um seu machado. Informei-me logo das nações com que aquella gente tinha guerra ou paz; paz, com nenhuma; guerra, com trez, que lhe estavam ao redor: uns delles são os Carajás: d'estes tinham vivo na aldeia um escravo (os mais logo os comem e as cabeças guardam: d'estas reliquias barbaras vi eu muitas). Este tomei; e com um bom presente de sal, machados e foices, velorios, uma camisa, alfinetes, anzóes, facas e outras ninharias, mandei fazer pazes com seus parentes, instruindo-o no que lhes havia de dizer. Deus me mande boas novas d'elle. Isto feito, me parti da aldeia, onde não estive mais que dous dias, por não ter que fazer, visto a gente ser fugida. Este é o fructo que se tira da escolta de gente branca n'estas jornadas. Metti-me em uma ubá com o altar portatil e trez Indios mais que apenas ella pode levar, e com elles me lancei pelo rio abaixo para ver o que Pedro da Costa determinava; gastei na viagem treze dias, caminhando a grandes jornadas, desde o sol nascer até se pôr, com muita incommodidade de mosquitos, chuvas e sol, sem toldo, por a ubá ser limitadissima,

sobretudo com fome. Cheguei, finalmente, á aldeia que achei um hospital: sahiram-me a receber os brancos, que estavam, para isto, com caras de desenterrados, os mais delles com bordões em logar de espadas: eu, malato como vinha, (com umas sezões que me deram no caminho) os visitei e logo reparti por elles vinte e sete cabeças de gallinhas que para similhantes necessidades tinha comprado, (já na aldeia não havia outras, senão estas, a que tinham respeito por serem minhas e estar eu ausente): foi este um grande refresco para os miseraveis. Apertava a calma, cresciam as doenças: morreram, em 27 dias, 13 pessoas, 9 dos tapujaras, 2 escravos antigos dos brancos, que tinham levado da cidade, um nehengaiba mais e dous innocentes, todos baptizados: tudo na aldeia eram prantos; um não acabava, outro começava: houve dous dias de quatro mortos, e por já não caberem na Egreja, os enterravam no adro: sobre esta, houve outras cousas que me deram muita molestia; porque logo depois, de Mortigura com outros poucos de Garapiranga, furtando uma canôa, se acolheu: foram em seu alcance, mas debalde: atraz delle se seguiu Bastião, alferes de Mortigura, em outra canôa, levando comsigo cinco pessoas, que eu tinha baptizado: pae, mãe e filho; alem disto deixou ruins praticas entre os Indios, que se pozeram em papeis, por serem graves. Se que Pedro da Costa os havia de repartir; que quem quizesse ser forro o seguisse; outras cousas d'este molde. (*) Vendo que as doenças iam por diante, e que ouro não apparecia, houve grande clamor no arrayal contra Pedro da Costa.

Este chegou, no mesmo dia em que eu cheguei, das serras em que andava cavando ouro, e das mostras que trouxe, fundiu o mineiro prata, e diz elle que de sufficiente rendimento. Propuz-lhe o estado da gente, a muldidão dos mortos, as queixas dos vivos, suas disformes caras, todos amarellos, todos rajados, todos famintos: resolveu-se de ceder.

(*) Este periodo, posto que incomprehensivel, vae como está. (N. do cop.)

Faltava agua para as canôas nadarem : fizemos uma procissão todos descalços, de noite, rezando as ladainhas ; disse uma missa a Nossa Senhora, que todos lhe offereceram pela mesma tenção. Isto feito, mandei ordem á aldeia de Jagapitanga que logo todos se partissem rio abaixo, o que logo fizeram sem contradicção : com elles mandei vir um homem de S. Paulo chamado Vicente Bicudo, sangrador, cirurgião, lingua, e de modo para com os Indios, para que os viesse acompanhando : ás duas aldeias de Igarapicuera e Ochingú, dei as mesmas ordens, e todos mandei, me fossem esperar á cachoeira grande : consultei os brancos enfermos, confessei-os e dei o Senhor e Viatico aos desconfiados, animando-os, a esperar em Deos saude, tanto que nós partissemos de tão pestilento terreno. As canôas se começaram logo a concertar, e feito isto, me parti outra vez para o Pacajá, pelo mesmo sol e incommodidades da ubá, e caminho com que havia vindo dous dias e meio havia ; a causa foi que estas outras aldeias estavam seguras a se descer, por terem já perdido o medo que os brancos os captivariam, vendo por repetidos actos que só eu entendia com elles e os mandava (isto devemos a Pedro da Costa em nada se metter com os Indios : e assim elles se vieram a desenganar). Comtudo, os do Pacajá, de onde eu tinha chegado, era a maior parte fugida : eu lhe tinha mandado recados que se descessem, e inda não sabia do successo, nem assim mesmo das pazes que mandara commetter aos Carajás. Para tudo isto, sem descançar, me puz outra vez ao caminho, e vendo que a ubá em que ía, por ser algo maior do que a pouca agua do rio requeria, me exforçava á pressa, achando uma no mesmo rio, que por pôdre a deixaram ir pela corrente delle, a mandei, desalagar e calafetar e depois, tentando se podia commigo e com dous Indios, mais, me metti nella, sem outro cabedal mais que a rêde e um guardanapo de farinha ; a outra ubá em que vinha o altar e mais fato, ordenei, me viesse seguindo.

Triste jornada foi esta jornada para mim : todo o dia sentado n'agua, ora lançando-a fóra, ora remando, despido, descomposto, todo molhado : a farinha acabou-se : houve dia que passamos os trez com Inembú, outros só com castanhas : a jornada fôra mais

comprida do que eu quizera, por irmos sempre contra a veia de uma ribeira, que não tem mais força que a que lhe causam innumeraveis penedos de que coutinuadamente se vem precipitando: até que aos oito dias, por não poder já mais, me lancei em terra, assim o braço direito inchado de remar, que me alli acudiu da continuação do remo: e porque não estava para andar, por ter um grande golpe na solla do pé, com outros menores que ao arrastar da ubá recebi das pedras cegas, que estão no rio, mandei um Indio por terra a que fosse dizer aos da aldeia que estava eu alli: eu fiquei só com outro companheiro esperando a resposta; e porque de nenhum modo podemos parar á beira do rio com mosquitos e outras sevandijas, de dia e de noite, como pude, me metti pelo matto dentro um terço de legua com o meu companheiro, que apenas achava com que sustentar os dous; aos dous dias de espera, me veio novas que a gente da aldeia era ida a visitar outra aldeia, que está ácima quatro dias de jornada; puz-me outra vez ao caminho, e chegando lá, achei que os Indios fugidos, morto o Principal, a que seguiam no matto, creram meus recados; todos estavam na aldeia; perguntei-lhes a causa de sua fugida, responderam-me que os annos atraz viera Pedro de Costa e com praticas de paz ajuntara muita gente e depois de os levar enganados, lhe perguntava o Principal, pela lingua, pelos escravos que tinham, ao que o Principal respondera, todos eram seus filhos e parentes, e que a isto o lingua lhe déra com um cipó e o ameaçara com uma faca, da parte do governador, se não dava escravos: alli os tendes todos, disse o Principal, e com isto os repartiram entre si: muitos d'estes repartidos, antes de chegarem á terra, fugiam, e são os mesmos que aqui estão, e o mesmo Pedro da Costa trouxe comsigo um P.º ferº que então captivou tão forro como os mais parentes que aqui vi e me mostrava seus. Veja-se agora se tinham esses miseraveis senão de fugir ouvindo dizer que Pedro da Costa estava no Pacajá (*).

PADRE JOÃO DE SOTTO MAIOR.

(*) Ha mais duas linhas cortadas pelo auctor, (N. do cop.)

O CHARACTER CANONICO

DAS

REDUCÇÕES NO RIO GRANDE DO SUL

PELO

Pe. C. TESCHAUER

O CHARACTER CANONICO DAS REDUCÇÕES NO RIO GRANDE DO SUL

Bem conhecidos são os célebres Septe Povos ou Missões Orientaes neste Estado. Ignoradas ha pouco ainda eram as Reducções—; assim são chamadas essas christandades — que precederam áquellas mais de meio seculo, umas na banda oriental do Uruguai, das quaes a mais antiga, S. Nicolau, foi fundada pelo primeiro apostolo do Rio Grande do Sul, o venerav. Roque Gonzales de S. Cruz (1), martyrizado em 1628 na margem esquerda do rio Ijuhi, as outras nas bacias dos rios Jacuhi e Ibicuhi.

Naquella epocha o Rio Grande do Sul fazia parte do dominio hispanhol e do governo civil e ecclesiastico de Buenos Aires.

A conversão e civilização dos indios Guaranis e Tapes, nações consideradas indomaveis, fórma a primitiva historia civil e ecclesiastica deste Estado.

Não desta, que ainda não se escreveu, tracta este artigo, mas das relações daquellas christandades para com o govèrno ecclesiastico; por outra, do seu character canonico.

I

Em principios do seculo XVIII, quando as Reducções iniciadas pelos Jesuitas se conservavam no estado das missões, chamadas pelos Hispanhoes de « vivas » ou missões no sentido estricto, em que predominavam os infieis, formando um nucleo de povoações que pouco a pouco se ia christianizar, a jurisdicção espiritual nas Reducções não pertencia a diocese nem bispo algum, mas devia

(1) Cf. Vida e obras do ven. Roque Gonzales de Santa Cruz, 2ª ed., Rio Grande, 1913. Livraria Americana.

receber-se immediatamente por missão do Summo Pontifice, como ainda hoje succede com similhantes missões.

Os missionarios, que as fundaram ou se encarregaram de sua direcção, estavam sujeitos directamente á jurisdicção papal, exercendo todos os ministerios sem depender de outra auctoridade ecclesiastica, sinão do seu superior regular.

Paulatinamente mudou o estado das Reducções, completando-se a conversão dos infieis, de sorte que já depois de dez, ou quando muito vinte annos, entraram no rol de cidadãos.

Ainda assim, antes do Concilio Tridentino continuaram os regulares á testa destas christandades sem outra condição alem da designação de seu superior e licença do rei ou do governador, que representava como padroeiro, não se differençando as missões de parochias, sinão em que seus curas eram só encommendados e não collados ou inamoviveis.

Entrado em vigor o Concilio Tridentino em 1563 e admittido sem restricção por Philippe 2º em todos os seus dominios, mudou este estado de cousas; appareceu então a difficuldade de poder pô-lo em práctica na America, porque sujeitava os curas das missões aos bispos quanto á provisão, correcção, visita e remoção. Os regulares se acharam deante desta alternativa: ou abandonar as suas missões ou sujeitar-se aos bispos; ambas as cousas, porèm, causavam grandes embaraços a uma e outra parte. Si abandonassem as parochias ou missões, estas ficariam orphãs, e os bispos sem clero, por faltarem na America clerigos seculares, que se encarregassem das parochias; si ficassem os regulares, perigava a exempção do instituto religioso e a disciplina regular.

Philippe 2º, ponderando essas inconveniencias, com a mesma promptidão com que acceitára o Tridentino, pediu dispensação delle neste ponto a S. Pio 5º, a fim de que os religiosos pudessem continuar, como antes, a administrar as parochias e dispensar os sacramentos, como si fossem verdadeiros parochos, sem todavia dependerem de prelado algum, sinão só de seus superiores. Assim o concedeu o S. Pontifice Pio 5º pelo breve *Exponi Nobis* de 24 de Março de 1567.

Foi esta a praxe observada na America; assim administravam os padres Franciscanos as missões, quando entraram os Jesuitas a estabelecer as Reducções na bacia do Paraná e depois no Rio Grande do Sul, e assim continuaram administrando-as sem opposição, até que em 1633 se viram obrigados a defender-se na Audiencia de Charcas, onde seus adversarios exigiram que fôsse applicado o Padroado ás Reducções. Porêm a Audiencia, ouvidas ambas as partes, decidiu que não deviam ser inquietados os Jesuitas, e que se respeitasse a posse de suas Reducções, «que têm povoado, reduzido e convertido.»

Ainda em 1636 renovaram-se as pretenções de despojar os missionarios das Reducções. Foi o portuguez Pedro Gomes, procurador do Paraguai, quem na Audiencia de Charcas apresentou um requerimento, em que pediu provisão para que fôssem removidos das Reducções novas os religiosos da Companhia de Jesus. A Audiencia defendeu o direito dos padres, fazendo ver que o rei de Hispanha, gozando do Padroado da America e tambem do privilegio de S. Pio 5º, podia usar daquelle que mais convinha, preferindo o privilegio que em nada prejudicava sua jurisdicção real. O tribunal de Charcas decidiu que, enquanto o rei não ordenasse outra cousa, o bispo do Paraguai nada mudasse.

Ainda uma vez perseverou constante o tribunal, quando o Illmo D. Cárdenas em 1645 reiterou as mesmas pretenções de desapossar a Companhia das Reducções (1). Mas quando o prelado em 1650, apoiando-se em um decreto real do mesmo anno, pediu provisão para obrigar os Jesuitas a abdicar as Reducções, a audiencia desta vez fraqueou e deu a exigida provisão.

Representando a Companhia que no decreto real não se tractava do caso em litigio, a Audiencia enviou as actas ao vice-rei, e este emittiu um decreto, de que nada se innovasse até á definitiva resolução do Conselho de Indias, pois taes eram as ordens expressas que tivera do rei (2). Este decreto foi reproduzido pela Audiencia em sua provisão de 1653.

(1) Trelles, Rev. do Archivo General de Buenos Aires, 2º, pag. 123.
(2) Sevilla, Archivo de Indias.

II

Entretanto no Conselho de Indias, supremo tribunal para as questões americanas, ventilando-se já desde muito o caso vertente que agitava as Missões Guaranis, sôbre si os regulares se teriam de sujeitar á presentação pelo padroeiro e á instituição e previo exame pelo Ordinario, ou si seria conveniente continuar a usar o privilegio de S. Pio 5º, resolveu-se expedir o decreto real de 15 de Junho de 1654.

Este dispoz em primeiro logar, que se mudasse o nome de Reducções (parece que este nome era mui odioso a certos ouvidos) em o de Doctrinas ou parochias. Em segundo logar, que os superiores regulares propuzessem para cada uma tres padres, dos quaes o governador tinha que escolher um, que lhe parecesse mais proprio, e presenta-lo em nome do rei, para que, em virtude da presentação, o bispo da diocese lhe conferisse a instituição canonica. Terceiro, que os curas religiosos se sujeitassem, quanto ao officio de parochos e administração da parochia, á jurisdicção e visita do Ordinario. Finalmente « é minha vontade, continúa o decreto real, que nos casos em que o superior regular da Companhia de Jesus julgasse conveniente remover os curas religiosos de taes Doctrinas por motivos que para isso tenha, o possa fazer sem que seja obrigado a manifesta-los nem propol-os ao dicto meu governador nem ao bispo daquella provincia, com a obrigação, porém, de propôr outros tres sujeitos na forma prescripta. . .» (1)

Nesta data as Reducções foram incorporadas na jerarchia ecclesisatica, tornando-se verdadeiras parochias, porém com duas differenças; a primeira, que não eram providas por concurso, devendo os propostos pelo superior regular somente submetter-se ao exame e approvação do bispo diocesano; a segunda, que podiam ser removidos sómente por seu superior regular. Tão bem como

(1) Archivo General de Buenos Aires. Companhia de Jesus (Cedulas Reales, 1º.

aquella, esta não podia conciliar-se com os canones do Tridentino, precisando de especial dispensação da Sé Apostolica ou de recurso ao privilegio de S. Pio 5º.

Os adversarios da Companhia não deixaram escapar uma occasião, que julgaram ter achado, de calumniar os seus membros, dando a entender que os missionarios do Paraguai e Uruguai de nenhum modo obedeceriam ás prescripções do decreto de 1654, por não quererem sujeitar-se ao bispo diocesano. D. Cárdenas e seus partidarios, espalhando memorias diffamantes, conseguiram fazer tanta impressão, que os rodeios que percorreu o decreto e a maneira de scientifica-lo e da-lo á execução transpiram uma desconfiança immerecida e compromettedora para os missionarios da Companhia.

O decreto foi enviado a d. J. Blasques de Valverde, presidente da Audiencia de Charcas, e este o remetteu ao governador Baigorri com um officio datado de Potosi em 9 de Abril de 1655, em que lhe manda que faça saber aos padres e lhes intime ou a execução immediata do decreto ou a entrega das Reducções.

Na instrucção dada a Valverde não menos clara, foi expressa a alternativa intimada aos Jesuitas: « si porém não se sujeitarem, vos mando que nas doctrinas ou Reducções, onde não se sujeitarem ao disposto pelo dito real Padroado, ponhaes clerigos seculares que as administrem conforme a elle ; e na falta delles encarregareis religiosos de outras ordens. . . »

Mas a obediencia e cumprimento, que deram os Jesuitas ás prescripções do decreto, frustrou todo o plano dos emulos, que esperavam ve-los abandonar as Reducções.

III

Ao decreto real de 15 de Junho de 1654, em que se deu ás Reducções dos Jesuitas o seu definitivo character canonico, antecederam outros, que sujeitaram cada vez mais os curas regulares á visita e correcção *de moribus* dos bispos, á presentação do padroeiro e á remoção com aviso e consentimento de ambos. Essas successivas modificações vinham subtrahir á livre disposição do

superior regular o religioso que havia de ser cura, e foram a causa de estarem então os Jesuitas em ponto de abandonar as Reducções, por não se poder alliar tal regime com a subordinação essencial ao instituto da Companhia.

Propondo esta materia o procurador da provincia do Paraguai, o p. J. Pastor ao p. geral Vicente Carrafa, em um memorial de 1646, respondeu este « que antes deixaria a Companhia qualquer Doctrina (Reducção) por principal que fosse, do que sujeitar-se a condições que não dizem com a nossa profissão ».

E foi em 1652 que o mesmo p. João Pastor, então já provincial, interpoz a renuncia ás Reducções ante a Audiencia de Charcas, e em Madrid fez outro tanto ante o Conselho Superior de Indias o p. Julião de Pedraza, procurador geral das provincias da Companhia na America.

Os senhores da Audiencia, tomando em consideração o bom exito e a fidelidade, com que os indios Guaranis tinham defendido o territorio contra os Paulistas, não queriam admittir a renuncia, que lhes offerecêra o provincial.

Apezar desta resolução foi dous annos mais tarde elaborado o decreto do Padroado de 1 de Junho de 1654 e notificado aos pp. Julião Pedraza e Simão Ojeda, que então se achavam em Madrid e, sendo instados, responderam que era necessario abandonarem os Jesuitas as Reducções, por não poderem acceitar a forma do Padroado prescripta no decreto, que de todo impedia o govêrno dos superiores da Companhia.

Com uma promptidão, não conhecida no mechanismo burocratico do governo hispanhol, resultou desta representação um novo decreto, que o leitor já conhece, expedido no dia 15 do mesmo mez e anno, com ordem a todas as auctoridades, a que se tinha enviado o do 1 de Junho, se recolhessem os exemplares deste e se devolvessem ao Conselho de Indias, não podendo entrar em vigor sinão o segundo (1).

---

(1) Sevilla, Archivo de Indias, Est. 122.

IV

Antes de terminar convem resolver uma dúvida: si as parochias de indios desde 1655 em deante (1) ainda se podem chamar Reducções ou Missões.

Ao prescrever o Conselho de Indias a norma, segundo a qual se havia de observar o Padroado nas Reducções da Companhia nas provincias do Paraná e Uruguai, accrescentou a clausula seguinte: «Pelo presente resolvo declarar (como declaro) que d'aqui em deante se tem que administrar aquellas Reducções e Missões com o nome de Doctrinas (parochias)».

Attendendo-se ao teor destas palavras, parece que desde então em deante as Missões ou Reducções cessaram de ser taes, e não se deviam mais chamar Reducções, mas Doctrinas ou parochias, si um grande numero de documentos subsequentes as não chamassem Missões ou Reducções, dando assim a entender que o decreto de 15 de Junho de 1654 declarára que não se deviam considerar ou chamar Missões ou Reducções, só quanto ao effeito da presentação ou forma do Padroado.

De facto, si por Missão se entende uma povoação, cujos habitantes são infieis, herejes, scismaticos ou catholicos mixturados com acatholicos ou si convertidos já todos, neophytos, isto é, convertidos de não mais de dez annos, então as Doctrinas, na epocha de que se tracta, já antes de apparecer o decreto de 1654 e independentemente delle, tinham cessado de ser Missões ou Reducções no sentido estricto.

Todavia, consideradas as circunstancias de todo peculiares e originaes das Doctrinas ou parochias dos indios, encontrar-se-ha uma certa analogia entre estas e as Missões precisamente dictas assim. A indole do indio, sua inconstancia, volubilidade e falta de previsão não mudou tanto nos Guaranis depois de convertidos, que não exigisse a constante fadiga de não só ensinar-lhes e explicar-

(1) Só então foi publicado o decreto de 1654.

lhes o catechismo, mas de vigiar-lhes a vida e economia domestica, para não descurarem as suas familias nem desperdiçarem seus bens moveis e immoveis. Seu prurido de mudar de domicilio e de occupação, a difficuldade de vencerem a monotonia da vida quotidiana exigiam nos curas uma rara circumspecção, para evitar que seus parochianos, cançados da ordem e regularidade dos povos, fugissem para os mattos e voltassem á vida gentilica ou ás povoações hispanholas, com ruina certa de seus bons costumes e habitos de civilidade. As excursões que faziam os curas aos paizes vizinhos, onde ainda existiam pagãos, e o cuidado de converte-los e civiliza-los quando se tinha conseguido traze-los ao povo, demandaram sacrificios só proprios de Missões ou Reducções, para não falarmos na lingua extrangeira, difficil de aprender, no isolamento e privação de toda a sociedade civilizada, nem no tracto com pessoas rudes e incultas.

O conjuncto dessas como de outras circunstancias imprimiu ás Parochias de indios o character de christandades em formação, como o são as verdadeiras Missões. Foi, sem duvida, por isso que continuaram a ser chamadas indistinctamente Doctrinas ou Reducções. E as auctoridades ecclesiastica e civil attestaram o uso commum, esta nos decretos posteriores, p. ex. no de 1743, aquella nas informações dirigidas ao rei, como a do bispo do Paraguai, d. fr. José Palos em 1733 e a de d. José Peralta, bispo de Buenos Aires, em 1743.

Rio Grande do Sul, Abril de 1915.

P^E. C. Teschauer.

O BRASIL E A FRANÇA NO SECULO XVI

(UM CAPITULO DA HISTORIA DIPLOMATICA DO BRASIL-COLONIAL)

PELO

DR. A. G. DE ARAUJO JORGE

O BRASIL E A FRANÇA NO SECULO XVI

(UM CAPITULO DA HISTORIA DIPLOMATICA DO BRASIL-COLONIAL)

I O Brasil colonial e as tentativas de colonização franceza.— II. Primeiras negociações diplomaticas entre Portugal e a França.— III. O Tractado de 14 de Julho de 1536 e o Tribunal arbitral franco-portuguez.— IV. Ultimas tentativas dos Francezes no Brasil durante o seculo XVI

I

Nos primeiros annos da sua existencia colonial o Brasil permaneceu desamparado, num absoluto isolamento do mundo. Portugal, preoccupado com a India, cujas riquezas lhe atestavam as arcas do thesouro e ainda sobravam para passear pela Europa a faustosa opulencia asiatica da Côrte lusitana, só de longe em longe distrahidamente volvia os olhos para a remota terra de Sancta Cruz, que o pessimismo de Americo Vespuccio, «o primeiro orgão de descredito da nossa terra», ajudara a relegar para o mais completo olvido. A historia do Brasil, nesse periodo inicial, offerece a monotonia de todas as nomenclaturas: é o catalogo das intrusões extrangeiras. Poderia capitular-se sob um titulo unico — a defesa obstinada da terra contra a pirataria universal.

Especuladores e aventureiros de todos os paizes aportavam em varios pontos do vasto e mal conhecido littoral, traficando socegadamente com os indigenas que, a trôco de miudezas e quinquilharias, abarrotavam as suas naus de toda a sorte de productos do paiz, vendidos a preços avultados nos mercados europeus.

Os Francezes, attrahidos pelas noticias das riquezas da nova terra, tornaram-se dentro em breve os mais intrepidos promotores desse commercio clandestino. Em 1504 já se assignala a presença dos seus navios na foz do rio Paraguassú na Bahia. Aproveitando-se da desidia do Governo portuguez e da insignificante resistencia offerecida pelos miseraveis colonos disseminados pela vastidão das costas brasileiras, chegaram mesmo a fundar estabelecimentos e feitorias, que facilitassem o escambo com as tribus do interior.

Os armadores de Honfleur, Ruão, Dieppe, La Rochelle e mais tarde do Havre, animados ainda do enthusiasmo que lançara os navios normandos e bretões, antes dos portuguezes e hispanhoes, no encalço de novas terras pelo mar desconhecido, despachavam successivas expedições, umas destinadas a transportar o brasil utilizado na industria tintureira, que em França passava por um periodo de excepcional prosperidade, outras a capturar os riquissimos galeões portuguezes, pejados de preciosidades da India e das costas d'Africa. Houve um momento em que os navios francezes se espalharam em tão grande numero pelos mares, que puzeram em serio risco o commercio maritimo de Portugal « tractando já de contrabandistas e piratas os navios portuguezes, contra os quaes combatiam quando julgavam facil a victoria ». Parmentier, um dos mais celebres capitães ao serviço de João Ango, de Dieppe, escrevia que « si o rei Francisco I quizesse afrouxar as redeas aos negociantes francezes, em menos de quatro ou cinco annos, estes teriam grangeiado a amizade e assegurado a obediencia dos povos dessas novas terras, e isto sem outras armas que a persuasão e bom comportamento ». (1)

A continuidade do trafico estabeleceu desde cedo uma profunda e constante sympathia entre o indio e o Francez, a contrastar com a ogeriza que lhe inspiravam os Portuguezes. Provavelmente, a vivacidade e o bom humor characteristicos dos primeiros impres-

(1) *Histoire du Brésil Français au seizième siècle*, par Paul Gaffarel pag. 72. Paris, 1878.

sionavam melhor o selvagem que a rudeza do conquistador lusitano, decidido á tomada e occupação do solo pelos processos heroicos e brutaes, de que já tinha lançado mão na India. Os interpretes normandos, intermediarios preciosos entre os traficantes francezes e os indigenas, installavam-se no Brasil e algumas vezes se identificavam de tal forma com a sua nova existencia, que recusavam voltar para o seu paiz de origem. Lery conta de interpretes ou linguas, que haviam convivido oito e nove annos entre os indigenas, adoptado o mesmo systema de vida, aprendido a sua lingua e levando não raro a adaptação ao ponto de tomarem parte nos festins canibalescos. Montaigne refere ter tido a seu serviço um homem, que habitara dez a doze annos «en cest autre monde qui a été decouvert en nostre siecle en l'endroict ou Villegagnon print terre, qu'il surnomma la France Antarctique».

A qualidade de francez acabou por constituir um verdadeiro passaporte, um titulo de recommendação juncto de certas tribus. Preso pelos Tupinambás, Hans Staden, um allemão de Homberg em Hesse, e que esteve duas vezes no Brasil, conseguiu evitar a morte immediata, a que já estava condemnado, declarando-se francez; o inglez Knivet, em viagem pelo interior do actual Estado de São Paulo, utilizou com exito o mesmo estratagema, assistindo á morte dos seus companheiros portuguezes.

O Brasil, os seus productos, os costumes dos seus habitantes tornaram-se então populares em algumas partes da França. Os baixo-relevos da egreja de S. Jacques em Dieppe representam varias scenas da vida indigena do Brasil daquella epocha. Conta Heulhard que um lojista de Ruão, inaccessivel, como legitimo francez, á geographia dos paizes extrangeiros, encimara a porta do seu estabelecimento de madeira com uma taboleta, onde se lia *Ile du Brésil*. E sabe-se que, por occasião da visita feita por Henrique II e Catharina de Medicis a Ruão em 1550, um dos mais curiosos numeros do programma de festejos em honra dos soberanos consistia numa representação de indios, com as suas danças e os seus combates, em que tomaram parte trezentos homens, dos quaes cincoenta eram genuinos habitantes das selvas brasileiras e os restantes escolhidos

entre marinheiros e antigos interpretes normandos, perfeitamente familiarizados com a lingua, usos e vida do indigena brasileiro.

Nessa situação tornavam-se inevitaveis os conflictos entre os subditos de Portugal e França. Elles nasceram no dia, em que o Governo portuguez sentiu o perigo extrangeiro, que ameaçava a integridade da sua colonia. As primeiras medidas de ordem administrativa, as providencias rigorosas tomadas para atalhar o commercio clandestino, os actos de força a que tiveram de recorrer os Portuguezes para purgar as aguas brasileiras da pirataria normanda, provocaram protestos, pedidos de indemnização, reclamações por parte da França, dando origem nas duas Côrtes a uma serie de negociações, que se prolongaram até ás vesperas de 1580, data da incorporação das Corôas portugueza e hispanhola.

Essas negociações fornecem uma excellentre amostra da natureza da longa lucta entre o monopolio commercial, defendido estrenuamente pelo Governo portuguez, contra o principio, por fim victorioso, da liberdade de navegação sustentado com mais ou menos vigor pelos governos, que não tinham participado directamente do grande movimento de descobertas do seculo XV e encontravam com desapontamento, já distribuidos, os quinhões mais preciosos.

Successivas embaixadas deixam Lisboa em demanda de Paris, e os soberanos dos dous paizes, particularmente d. João III e Francisco I, porfiam de manha e habilidade na defesa e salvaguarda dos interesses dos seus nacionaes.

II

As primeiras reclamações levadas ao conhecimento da Côrte de França, pelo intermedio de Jacome Monteiro, embaixador de d. Manuel, o Venturoso, não produziram resultado. Nem d. Manuel, offuscado pelas magnificencias da sua Côrte e pela miragem fascinante da India, se interessava verdadeiramente pelos destinos do Brasil, nem os Francezes tomavam muito a serio a ingenua e portentosa partilha de Tordesillas, invocada em apoio dos direitos de Portugal.

Conta o chronista Herrera (2) que Francisco I, uma vez, em resposta ás queixas do enviado portuguez em 1516, declarara «que él entendia seguir sus Conquistas y Navegaciones, que de derecho le competian, como á los otros principes de la Christiandad». E noutra occasião, ás impertinentes observações de um enviado do imperador Carlos V, o desabusado soberano francez manifestou-lhe desejo de ler o artigo do testamento de Adão, que repartia a America entre os reis de Portugal e Hispanha, excluindo-o da successão.

E' bem possivel que a phrase não tenha sido proferida: mas na sua concisão ella reflecte os sentimentos da epocha em relação ás pretenções portuguezas e hispanholas no tocante ao monopolio commercial sôbre as terras descobertas pelos seus navegantes.

A d. Manuel succedeu no throno portuguez d. João III. Ao primeiro, despreoccupado de tudo quanto não fosse o brilho exterior do seu reinado, amante do fausto e da magnificencia, succedia um homem calmo, espirito práctico, meticuloso, inimigo das ostentações, governando o seu Reino com o zelo estreito e acanhado de um caixeiro, mas considerando uma tarefa sagrada a conservação do opulento patrimonio territorial recebido dos seus antecessores.

A politica colonial de d. João III tem sido egualmente exaltada e deprimida pelos historiadores de Portugal e do Brasil: ninguem entretanto poderá contestar que era naquelle momento historico a unica a seguir, ante os primeiros symptomas de decomposição manifestados no gigantesco organismo colonial portuguez.

A magia da India principiara a desvanecer-se. As vantagens do commercio do Oriente já não compensavam as grandes perdas em homens e os immensos sacrificios de dinheiro. Cerrara-se definitivamente o periodo, em que os capitaes empregados nessas empresas longinquas chegavam a render o juro fabuloso de qui-

---

(2) *Historia General de los Hechos de los Castellanos en las Islas y Tierra firme de Mar Oceano* Escrita por Don Antonio de Herrera, Coronista Mayor de Su Magestad de las Yndias y Leon. Madrid, 1730. Decada VII, Libro I, pag. 14.

nhentos por cento. No reinado de d. Manuel, apezar da prosperidade apparente, surgem os primeiros embaraços financeiros com a instituição da divida consolidada iniciada com a creação dos *padrões e de juros reaes* (3).

D. João III voltou as suas vistas para o Brasil, que até então era notavel «por mui conveniente e necessario para a navegação das Indias». A audacia crescente dos armadores francezes, a sua intenção, mais de uma vez manifestada, de fundar estabelecimentos nas costas do Brasil, os continuados assaltos dos navios portuguezes, as repetidas queixas dos colonos, reclamando medidas urgentes e inadiaveis e, para que não dizel-o?, a certeza de que a terra era rica, provocaram a attenção da Corôa.

Um facto veiu precipitar os acontecimentos.

A noticia chegada a Lisboa de que em França o florentino João Verazzano se offerecera a Francisco I para fazer descobertas e que nos portos da Normandia se aprestava uma forte esquadra destinada ao Brasil, decidiu a Côrte portugueza. D. João III resolveu enviar para Paris um embaixador com o objectivo de combinar o melhor meio de evitar os constantes attritos entre os subditos das duas nações e, ao mesmo tempo, solicitar a restituição das tomadias feitas aos Portuguezes pelos navios da França, lembrando a Francisco I « quam alheyo era de tam antiga hirmandade roubarem-se os vassalos e matarem-se huns aos outros como enemigos, onde quer que se topavão no mar ». (4)

A escolha recaïu em d. João da Silveira, mixto de soldado e diplomata, cujos prestimosos serviços na India e uma missão diplomatica em França na Côrte de Luiz XII, o tinham recommendado á confiança de d. João III. Recebidas as instrucções constantes do regimento de 5 de Fevereiro de 1522, o embaixador « não tardou mais em se partir que o tempo que lhe foi necessario pare se fazer prestes ».

(3) *Portugal nos mares. Ensaios de critica, historia e geographia.* Pag. 115. Lisbôa, 188[illegible].

(4) *Annaes de Elrei Dom João Terceiro*, por Fr. Luiz de Souza, publicados por A. Herculano. Pag. 33, Lisboa, 1848.

O enviado portuguez foi recebido em Paris com todas as honras e mostras de cordialidade, mas acêrca dos negocios de que ia encarregado só obteve de Francisco I respostas dilatorias, mais apparentes que decisivas, as quaes tendiam antes a dilatar as negociações e a entreter tempo que a conclui-las.

Entretanto, a missão, no comêço, parecia ter tido o mais completo exito. Conseguira retardar a expedição do florentino Verazzano e, o que constituia o principal objecto das instrucções, obtivera a ordem de restituição de algumas tomadias e presas illegitimamente feitas pelos Francezes. Francisco I estava inclinado a tomar medidas, que atalhassem as violencias commettidas no mar pelos seus subditos. O rei de Portugal, encantado com a facilidade com que todas as difficuldades se tinham composto, determinou mesmo recolher seu embaixador, encarregando em Paris a Pedro Gomes Teixeira e ao mestre Diogo de Gouveia de remover quaesquer embaraços supervenientes e assistir os Portuguezes nas suas demandas e reclamações. (5)

Noticias contristadoras vinham tirar d. João III dessa illusão e prepara-lo para todas as decepções futuras. A situação critica em que se encontrava o rei de França tornava impossivel o cumprimento do ajustado. «Os protestos energicos da burguezia contra os seus pedidos incessantes de dinheiro em fins de 1522; os meneios perfidos do duque de Bourbon no anno seguinte, meneios que tinham por fim parcellar a França em beneficio proprio e de seus alliados, o rei de Inglaterra e Carlos V de Hispanha: e as expedições malaventuradas na Italia, em que morreu Bayard, rematadas com o desastre formidavel de Pavia, constituiam embaraços assaz graves para não consentir que a attenção de Francisco I se volvesse a outro assumpto que não fôsse a segurança do seu throno e a conservação dos seus Estados.»

Essas complicações e embaraços na administração interna da França estimulavam os piratas e corsarios que, sentindo-se fóra do

---

(5) *Chronica do muyto alto e muyto poderoso Rey destes Reynos de Portugal Dom João o III deste nome*, composta por Francisco d'Andrada. Tomo I, pags. 42-43. Coimbra, anno de 1796.

alcance da fiscalização directa e immediata das auctoridades distrahidas com os acontecimentos politicos, se entregavam com mais ardor a toda a sorte de violencias no mar.

E o Governo, que participava indirectamente das vantagens das tomadias, incapaz de impedir por medidas energicas a continuação desse estado de cousas, contemporizava, de braços cruzados, fazendo promessas vagas, logo caïdas no olvido.

A d. João III não escapava a gravidade da situação. As depredações e assaltos que se realizavam por toda a parte punham em constante risco o commercio maritimo de Portugal. Em Fevereiro de 1526 era avisado pelo seu embaixador de que nos portos da França se armavam numerosos navios contra Portugal. A audacia dos ladrões crescera de maneira assombrosa: já não havia segurança nos mares infestados: galeões e bergantins, acuculados de preciosidades ultramarinas, viajavam de conserva, sob a guarda de naves poderosamente artilhadas de canhões roqueiros, bombardas e falconetes, promptos a lançarem sôbre o adversario uma saraivada de pedras, bombas e pelouros, ao grito tradicional do capitão encarapitado no chapiteu: *Jesus! S. Thomé! Ave Maria!*

Que valia insistir com a Côrte de França? Pedir a restituição das fazendas apprehendidas importaria negociar indefinidamente, sem resultado práctico. Jacome Monteiro, que fôra embaixador de d. Manuel em Paris e estava familiarizado com todas essas negociações, convidado por d. João III a manifestar-se sôbre o assumpto, lavrou um parecer desanimador, abundando nas mesmas considerações.

O experimentado diplomata dizia sem rebuços que era tempo perdido reclamar a restituição de bens apprehendidos pelos corsarios e piratas francezes «por haverem sido estas fazendas ha muito repartidas por gentes pouco afeitas a restituir o alheio, muito mais tendo todas aquellas presas ido parar ás mãos de el-rei de França e ás de seu almirante e officiaes, os quaes as tinham mandado vender publicamente, apropriando-se o dicto monarcha do producto da venda com o pretexto de que havia mister aquelle dinheiro para as guerras de Italia e de Inglaterra». E accres-

centava que embora « se provasse a illegalidade das mencionadas tomadias, nunca se nos restituiria o valor : porque seria mister ou que el-rei de França o pagasse ou que o fizesse pagar aos que as tinham feito, o que em ambos os casos abriria margem a demandas interminaveis, que nunca se decidiriam a favor dos Portuguezes » (6).

A essas razões ponderosas de Jacome Monteiro accrescente-se a ultima communicação de João da Silveira, em fins de 1527, de que o florentino Verazzano partiria no anno seguinte com cinco naus « a um grande rio da costa do Brasil.... Parece que farão ahi pé e depois irão por deante... Não se está cá nada bem com se querer defender o Brasil ».

Todas estas circunstancias decidiram o rei de Portugal a tomar medidas extremas. Só a fôrça poderia fazer valer os direitos da Corôa e os interesses do seu commercio ultramarino. Uma flotilha confiada a Christovão Jacques, investido do titulo de governador das terras do Brasil, foi encarregada de cruzar nas aguas brasileiras e dar caça sem treguas aos navios de qualquer nacionalidade, que se entregassem ao trafico clandestino. Tres naus francezas foram destruidas, seu carregamento aprisionado e trezentos homens da tripolação trazidos depois para Lisboa.

Os prejudicados não tardaram em reclamar contra o acto de Christovão Jacques. O governador da Bretanha, conde de Laval, recebeu dos armadores uma representação contra o procedimento dos Portuguezes, atacando os navios francezes, quando os dous paizes mantinham as mais cordiaes relações de amizade. Pediam ao governador para encaminhar ao rei uma petição, na qual requeriam justiça, sob a forma de uma carta de marca no valor de sessenta mil cruzados, para se indemnizarem das perdas soffridas. O requerimento dos armadores foi longamente fundamentado; as testimunhas inquiridas contavam o ataque inopinado dos Portuguezes aos navios francezes, que commerciavam tranquillamente pelo littoral brasileiro, a deshumanidade com que foram tractados os tripolantes

(6) *Quadro elementar das relações politicas e diplomaticas de Portugal*, pelo Visconde de Santarem. Tomo III, pags. 223-224, Paris, 1843.

sobreviventes, enforcados uns, e suppliciados com requintes de crueldade os que não conseguiram internar-se pelas mattas.

O mestre d'armas Helies d'Alesgle d'Angouleme foi mandado a Lisboa por carta de 6 de Septembro de 1528, onde chegou em principios do anno seguinte, sendo logo recebido pelo rei em audiencia solenne. A sua missão não teve resultado apreciavel: em vão o enviado francez se queixou das violencias commettidas no Brasil contra os subditos do seu paiz. Em vão apresentou o protesto baseado no inquerito mandado proceder pelo conde de Laval. Um *Verei tudo* era a resposta invariavel de d. João III ás continuas solicitações do embaixador durante os dous longos mezes decorridos desde a sua chegada.

Descoroçoado com a absoluta indifferença do rei, Helies d'Alesgle se limitou a reclamar a restituição dos seus documentos, havidos a muito custo pelo intermedio do mestre Diogo de Gouveia que lhe disse ao entrega-los: « Cuidaes haver dinheiro? o rei vosso Senhor deve a el rei de Portugal e aos Portuguezes mais de quatrocentos mil cruzados de que os Portuguezes foram roubados ».

Não ha censurar o procedimento de d. João III e dos seus conselheiros deante da absoluta indifferença da Côrte de França ás reclamações de Portugal. Gomes de Carvalho (7) no seu erudito estudo sôbre as negociações dessa epocha, contesta a d. João III o direito de impedir a navegação dos Francezes nas aguas portuguezas, de exclui-los do commercio nas suas colonias e de empregar violencias contra os navios que fossem encontrados nesse pacifico

---

(7) *D. João III e os Francezes*, por M. E. Gomes de Carvalho, Lisboa. 1909. E' o livro mais completo sobre as negociações diplomaticas entre Portugal e a França, nascidas das primeiras intrusões dos negociantes bretões e normandos no littoral do Brasil. Os documentos historicos ineditos, extrahidos dos archivos da Torre do Tombo, são utilizados com o mais rigoroso escrupulo na restauração de varios aspectos das Côrtes de Francisco I e d. João III e no estudo das relações internacionaes entre os dous paizes no seculo 16, quando os principios do direito das gentes apenas se esboçavam e as grandes difficuldades de transportes e meios de communicação tornavam summamente complexa a mais simples missão em paiz extrangeiro. Si alguma censura se poderia fazer ao livro notavel de Gomes Carvalho, seria a extrema benevolencia com que tracta a Francisco I e a sensivel antipathia que lhe inspira a figura de d. João III, julgada com uma severidade, que diriamos contemporanea, por esquecer o meio historico em que o grande

mister. O digno historiador portuguez pensa que só os actos de pirataria mereciam o tractamento desapiedado e brutal infligido por Christovão Jacques aos traficantes francezes que encontrou nas costas do Brasil, mas exquece que naquelles tempos os actos de commercio legitimo se confundiam tão facilmente com o trafico clandestino, que era de melhor aviso impedir de vez e por quaesquer meios a navegação do commercio de extrangeiros nas terras de sua propriedade.

O mallogro da embaixada de Helies d'Alesgle devia ter irritado a Francisco I. Sómente, as circunstancias difficeis em que este se encontrava não lhe permittiam dar demasiado vulto ás impertinencias de d. João III. Desde 1526, os filhos do rei de França estavam encarcerados na Hispanha, em troca da liberdade do pae, que fôra feito prisioneiro na desastrosa batalha de Pavia. Francisco I não dispunha na occasião de recursos para comprar-lhes a liberdade, que Carlos V arbitrara em um milhão e duzentos mil escudos.

Nessa conjunctura, lembrou-se de recorrer a d. João III afim de que este, mediante um emprestimo, completasse aquella somma. Nomeou logo um embaixador, Pedro de la Garde, com plenos poderes para liquidar o negocio do dinheiro e, ao mesmo tempo, resolver as questões pendentes entre as duas Côrtes e, accordando num meio honroso de pôr termo ás constantes violencias practicadas no mar pelos subditos de um e outro paiz. Pela primeira vez Francisco I, com o intuito de acautelar os interesses dos seus armadores, suggeria a creação de um tribunal internacional desti-

---

rei colonizador foi chamado a exercer a sua actividade. Mas esta ligeira falta, si é que isto constitue uma verdadeira falta, é largamente compensada por uma serie de qualidades não vulgares em auctores que se dedicam a esses assumptos: copiosa documentação, perfeita intimidade com todos os vultos que tomaram parte nas longas e laboriosas negociações entre as duas Cortes, zêlo da exactidão historica, escrupulo na utilização dos documentos e seriedade na analyse critica dos factos submettidos ao seu exame.

Veja-se tambem: *As primeiras negociações diplomaticas respectivas ao Brasil*, por Francisco Adolfo de Varnhagen, nas *Memorias do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, tomo I, pags. 89-117; e a monographia de Oliveira Lima, *O descobrimento do Brasil, suas primeiras explorações e negociações diplomaticas a que deu origem*, no tomo I do *Livro do Centenario (1500-1900)*.

nado a ouvir os queixosos e resolver sem appellação as demandas suscitadas entre Portuguezes e Francezes.

Todos os bons desejos de Francisco I inutilizaram-se ante a resistencia do rei de Portugal, que tinha motivos sobejos para desconfiar da sinceridade dessas promessas. Desejando aproveitar-se da situação difficil em que se encontrava o rei de França, d. João III fez saber que estaria disposto a emprestar cem mil cruzados e que os restantes poderiam ser reclamados dos Francezes, que tinham despojado os Portuguezes, e cuja importancia total montava a muito mais de quinhentos mil. Depois, suggeriu uma serie de medidas tendentes á manutenção do monopolio commercial do seu paiz: impedição de navegarem os navios francezes nos dominios coloniaes de Portugal, restituição das presas aos Portuguezes, prohibição de capturarem os Francezes navios ou mercadorias pertencentes aos Portuguezes.

Conta Gomes de Carvalho que o enviado de Francisco I prometteu tomar nota de todas as clausulas propostas, mas, antevendo a recusa formal do seu soberano, suggeriu que a memoria fosse apresentada directamente pelo embaixador portuguez em Paris.

Assim se fez.

D. João da Silveira foi auctorizado a submetter ao rei de França as propostas portuguezas, previamente examinadas pelo mestre Diogo de Gouveia, que procurou tanto quanto possivel attenuar o character humilhante de algumas das exigencias nellas contidas.

Sem embargo das investigações feitas nos archivos portuguezes, não consta o teor da resposta.

Os acontecimentos ulteriores nos induzem a crer que ella foi negativa.

Um facto veio revela-lo.

Em 1529 uma barca e um galeão, batidos pelos ventos, aportaram a Lisboa, sendo logo aprisionados pela esquadra guarda-costa portugueza. A carga, composta de productos de origem americana, apresentava indicios evidentes de pertencer a Hispanhoes e de ter sido capturada pelos piratas francezes. Foi logo confiscada afim de ser restituida aos seus legitimos proprietarios, e os mari-

nheiros francezes, que se verificou estarem ao serviço de João Ango, foram entregues ás justiças do reino, que os condemnaram á morte. A sentença não foi executada : « D. João III, ou porque receiasse azedar o animo de Francisco I, ou porque esperasse conquistar com a generosidade o auxilio do soberano francez na repressão da pirataria dos subditos, entregou-os a Henri de Cais, embaixador francez, que assim lh'o pedira ».

As consequencias desse procedimento não se fizeram esperar.

Restituidos ao seu paiz, os normandos expuzeram o succedido a João Ango que, indignado com o procedimento das auctoridades portuguezas, se dirigiu a Francisco I e obteve a 27 de Julho de 1530 uma carta de marca, auctorizando-o a atacar os navios portuguezes e indemnizar-se dos prejuizos soffridos na importancia de duzentos e vinte mil ducados.

III

A carta de marca expedida em favor de João Ango era um meio de legalizar todas as violencias commettidas contra o commercio maritimo de Portugal.

A Côrte sobresaltou-se com a noticia. As proezas do formidavel ladrão do mar corriam de bocca em bocca. Ainda estava na lembrança de todos a atrevida captura dos thesouros de Montezuma, expedidos por Cortez a Carlos V. As primeiras victimas de João Ango foram os navios portuguezes que, de passagem para a Flandres, demoravam nos portos da França e eram detidos e confiscados sem outras formalidades.

D. João III sentiu toda a gravidade da situação. Não se deixou arrastar por medidas impensadas. Agiu com uma calma e prudencia, que bem mostrava o seu character avisado e reflectido. A Legação não fora preenchida por morte de João da Silveira, em 1530, depois de oito longos annos de bons serviços. Tornava-se necessario mandar um novo embaixador. O Conselho do rei, convocado para esse fim em Monte-Mor-o-Novo, onde se achava então a Côrte, discutiu largamente o assumpto e por fim decidiu mandar

nessa delicada missão um valido do rei, homem de sua absoluta confiança, o vedor da Fazenda, d. Antonio de Athayde, depois duque de Castanheira, secretariado pelo dr. Gaspar Vaz.

As instrucções, datadas de 24 de Abril de 1531, continham uma infinidade de recommendações, mas o objectivo principal da negociação era revogar a carta de marca, ainda que fosse mediante uma indemnização em dinheiro. Tambem estava o negociador auctorizado a entender-se directamente com João Ango, si de todo fosse impossivel um accordo directo de Governo a Governo. (8)

A missão era na realidade espinhosa, mas d. João III tinha motivos para acreditar em seu completo exito. Carlos V, que não exquecèra o procedimento das auctoridades portuguezas capturando as naus hispanholas, que tinham sido aprisionadas pelos prepostos de João Ango, mandou á Côrte de França um capitão da sua guarda, sr. Corvaron, com o unico objectivo de auxiliar a missão de Antonio de Athayde.

Francisco I não se manifestou disposto a modificar o seu acto. Na primeira audiencia, concedida ao embaixador portuguez, declarou-lhe que a concessão de cartas de marca não constituia um acto pessoal do soberano, mas emanava do seu Conselho e que sómente este poderia revoga-las.

---

(8) *A Carta de marca de João Ango.* Exposição summaria dos factos extrahida de documentos originaes e ineditos, por Fernando Palha. Lisboa, 1882.

A obra de Fernando Palha tracta somente da primeira carta de marca expedida em favor de João Ango a 27 de Julho de 1530, a qual não se refere ao Brasil. Este opusculo, documentado com uma seriedade e um escrupulo que honram a lealdade intellectual do notavel bibliographo portuguez, ataca uma tradição, segundo a qual o famoso João Ango, para vingar-se sôbre os Portuguezes da captura de navios de sua propriedade, equipou uma poderosa frota que bloqueiou o porto de Lisboa e devastou a barra do Tejo, até que embaixadores do rei de Portugal, carregados de presentes e de desculpas, foram mandados entender-se directamente em França no proprio palacio do capitão dieppez. Os documentos ineditos, publicados em appendice, no livro de Fernando Palha, restauram a verdade dos acontecimentos, destramando de vez a urdidura romanesca desse episodio vulgar admittido mesmo por escriptores francezes pouco escrupulosos. O famoso bloqueio fica reduzido ao apresamento de meia duzia de navios portuguezes, que descuidadamente entravam nos portos da França em demanda de Flandres, e ao equipamento de dez navios que foram cruzar nos Açores a espera dos galeões da India. Essa tentativa mallogrou-se graças á habilidade de Antonio de Miranda, capitão da armada portugueza, que desbaratou as forças do famoso corsario.

D. Antonio de Athayde, cauteloso, mudou de tactica: procurou entender-se com o almirante Philippe Chabot, o qual, mediante uma gratificação de dez mil cruzados, se prestou da melhor vontade a intervir com os seus bons officios nas negociações com a Legação portugueza.

As negociações correram rapidas.

A carta de marca foi finalmente revogada por sessenta mil cruzados pagos a João Ango, que em acto escripto desistiu de todos os direitos, que lhe eram conferidos pela mesma. E o almirante assegurou a d. Antonio de Athayde que obteria de Francisco I uma carta autographa para d. João III, declarando revogadas todas as cartas de marca expedidas até então e promettendo submetter ao exame de uma commissão arbitral todas as que tivessem de ser expedidas a partir daquella data.

De posse desses resultados, d. Antonio de Athayde, jubiloso, escreveu para Lisboa, dando conta do resultado. Não obstante as hesitações de d. João III, que não parecia disposto a subscrever os termos do concerto negociado pelo seu embaixador, tudo ficou ultimado.

O embaixador deixou a Côrte de Francisco I, exforçando-se antes por obter de Francisco I a confirmação escripta do contracto celebrado pelo almirante Chabot com João Ango, e partiu para Portugal.

Na ausencia do embaixador, os acontecimentos tomavam outra feição. O zêlo de Chabot, estimulado por presentes riquissimos e sommas de dinheiro, e a fiscalização rigorosa que elle fazia exercer nos portos da França, conseguiram por algum tempo reduzir o numero das viagens ás colonias portuguezas. Mas tiveram de ceder por fim ante os reclamos das populações maritimas da Nomandia, que se queixavam amargamente da protecção dispensada aos Portuguezes em prejuizo dos armadores franceezes. Gaspar Vaz, que ficara em Paris durante a ausencia do embaixador, não perdia de vista os movimentos dos interessados na continuação das viagens ultramarinas. E em carta de 19 de Outubro de 1531 avisava a d. João III que, sem embargo dos mais solennes compromissos,

partiam navios clandestinos de varios portos da França, e, desalentado, declarava « que não via outro remedio si não os mandar el rei metter no fundo, com que ficariam escarmentados os que pretendessem andar naquelles tratos ».

Enquanto as duas Côrtes se exforçavam para compôr amigavelmente as difficuldades provocadas pelas depredações e violencias commettidas pelos seus subditos, chegavam do Brasil noticias pouco tranquillizadoras.

Martim Affonso de Sousa recebêra o commando de uma nova expedição portugueza destinada ao Brasil. Partira investido de plenos poderes para tomar posse dos territorios comprehendidos na linha de demarcação entre as colonias de Portugal e Hispanha, dar em sesmaria as terras que julgasse conveniente, organizar o govêrno e a administração da colonia. Tres naus francezas, encontradas nas immediações de Pernambuco, foram logo aprisionadas, enquanto parte da esquadra, sob o commando de Pero Lopes, destruia uma fortaleza provisoria mandada construir em Pernambuco pelo commandante de uma nau franceza, *La Pelerine*, a qual, illudindo a vigilancia dos Portuguezes, conseguira fazer-se de vela para Marselha com um riquissimo carregamento de productos brasileiros.

Para ainda mais complicar a situação, a mesma nau *La Pelerine*, armada pelo commandante da esquadra franceza no Mediterraneo, Bertrand d'Ornesan, barão de Saint-Blancard, foi aprisionada á entrada do estreito de Gibraltar, pela esquadrilha portugueza incumbida de vigiar e perseguir os navios francezes suspeitos, o seu carregamento confiscado e a tripulação encarcerada e depois remettida para Lisbôa.

Todas estas complicações actuaram fundamente no espirito de d. João III, que entrou a se preoccupar seriamente com o problema da colonização do Brasil e com os meios de activar o povoamento e occupação da terra. Foi adoptado o expediente de dividir o vastissimo territorio em varios lotes, enfeudados a diversos donatarios, investidos de poderes quasi soberanos. Esse alvitre fôra suggerido pelo notavel portuguez Diogo de Gouveia, director do

Collegio de Sancta Barbara em Paris, onde desde 1513, pela variedade dos seus conhecimentos e grande numero de amizades na sociedade e na alta administração franceza, prestava inestimaveis serviços aos enviados portuguezes, encarregados de discutir as infindaveis questões de presas e tomadias.

Ao mesmo tempo que se tomavam medidas sérias em relação ao Brasil, d. João III não exquecia a situação do commercio maritimo portuguez. Em 1533, Bernardim Tavora foi mandado a Paris, sob o pretexto apparente de felicitar o rei de França pelo casamento de seu filho, o futuro Henrique II, e cumprimentar a rainha Leonor pelo seu restabelecimento, mas na realidade encarregado de grangear a sympathia dos altos personagens da administração da França pelos interesses de Portugal, cada vez mais compromettidos pelas violencias dos corsarios no mar.

Bernardim Tavora nada conseguiu. Mercadorias francezas começaram a ser sequestradas mesmo em portos francezes, em represalia ao procedimento dos navios de Martim Affonso de Sousa no Brasil. E a attitude ameaçadora de Francisco I, que declarou estar disposto a expedir novas cartas de marca, apressou a saïda de Bernardim Tavora, sendo logo substituido por um homem notavel, o feitor de Flandres, Rui Fernandes.

O capitulo principal das instrucções dadas ao novo enviado em Maio de 1534 versava sôbre a creação de um Tribunal para decidir as reclamações resultantes de violencias commettidas no mar pelos subditos de um e outro paiz. Francisco I, que já tinha suggerido o expediente de um juizo arbitral, por occasião das negociações relativas ao emprestimo para auxiliar o resgate dos filhos, mostrou-se disposto a entrar nas vistas do novo embaixador portuguez.

Um Tribunal de presas foi instituido por decreto de 22 de Março de 1535 e composto de quatro membros designados pela França e Portugal, e que se reuniriam em Bayona e Fuenterabia. As decisões seriam irrecorriveis, e, no caso de divergencia, um quinto magistrado, escolhido de commum accordo, seria convidado a optar por um dos pareceres.

No intuito de cercar de todas as garantias o commercio dos dous paizes, Rui Fernandes assignou a 14 de Julho de 1536 um tractado, em virtude do qual ficavam livres e communs aos vassallos de ambas as Coroas os portos de França e de Portugal e se prohibia, sob pena de confisco, que navios portuguezes transportassem mercadorias pertencentes aos subditos de Carlos V ou que negociantes de Portugal se utilizassem de naus hispanholas para transporte de suas fazendas.

Estas sábias disposições eram de natureza a salvaguardar os interesses do commercio. Mas ao espirito de Rui Fernandes ellas não eram completas. Era necessario prohibir terminantemente as viagens ao Brasil e outras colonias portuguezas. Francisco I, a quem não passaram despercebidos a sinceridade do embaixador portuguez e o enthusiasmo com que trabalhava para o restabelecimento das boas relações entre as duas Coroas, correspondia aos seus bons desejos com a mesma sympathia : « pouco depois, ensina Gomes de Carvalho, prohibia aos seus vassallos as navegações ao Brasil e á Malagueta e as aggressões no mar aos Portuguezes. Em consequencia de queixas de Rui Fernandes ordenou mais ás justiças que, mediante processos summarios, tractassem de haver as presas que os subditos acabavam de empolgar aos de Portugal para as restituirem aos seus donos e punirem severamente os quebrantadores da amizade ».

Tão boas disposições infelizmente não deviam durar muito tempo.

A instituição do Tribunal de Presas veio perturbar a cordialidade dessas relações. Francisco I nomeou seus delegados, que não tardaram em partir para Bayona, conforme ficara convencionado. Mas o Governo portuguez, desconfiado da sinceridade dos Francezes que continuavam nas costumadas tropelias no mar a despeito dos tractados, só em principios do anno de 1538 enviou os seus representantes.

Os primeiros trabalhos corriam regularmente, não obstante as difficuldades oriundas do exame de tantas pendencias, suscitadas ha tantos annos, mortas as partes algumas vezes. Por fim, uma

divergencia entre os delegados de Portugal e da França degenerou em discussão violenta, resultando d'ahi a suspensão das sessões do Tribunal.

Nesse intervallo, o escandaloso processo movido contra o almirante Chabot veiu inutilizar todos os exforços de Rui Fernandes. O condestavel de Montmorency e o chanceller Poyet, estrenuos adversarios do monopolio commercial portuguez, denunciaram os processos tortuosos que empregara o almirante nas negociações com os enviados de d. João III, accusando-o de ter recebido presentes e dinheiro para favorecer a causa de Portugal.

Instaurado o processo, o almirante francez foi condemnado em 1541 a prisão e á perda de honra e bens.

Houve uma reviravolta na politica colonial.

Annullou-se a prohibição de viajar para o Brasil, e aos 13 de Novembro de 1540 foram novamente permittidas as navegações ultramarinas. « Suspenso o Tribunal e restabelecida a liberdade de navegação renascia a era de conflictos e de angustias, que o embaixador estava em caminho de corrigir por meio de sincera amizade de Portugal com a França ».

Rui Fernandes ainda tentou obter a revogação da licença para as viagens transoceanicas. Iniciou uma activa politica de suborno. Todas as pessoas da Côrte, que podiam exercer influencia no animo de Francisco I, receberam presentes valiosos. O proprio condestavel Montmorency, que se mostrara tão severo com o almirante Chabot, a rainha d. Leonor, o cardeal de Lorena, a duqueza d'Etampes, favorita do rei, se exforçaram em vão juncto de Francisco I para obter a annullação da ordem. Prevaleceu o principio da liberdade dos mares, ardorosamente patrocinado pelo chanceller Poyet, cuja opinião pesava agora nos Conselhos da Corôa.

Rui Fernandes deixou a embaixada, que servira com tanta competencia e tão exclarecido zêlo durante cinco annos. O seu successor, d. Francisco de Noronha, sobrinho de d. João III, nada poude fazer. As viagens corriam animadas e numerosas: « ninguem ousava pleitear os interesses mais legitimos de Portugal, como a defesa dos seus desventurados marinheiros contra os piratas da

França, nem até approximar-se do agente portuguez, com o receio da eiva de corrompido ».

Practicamente, d. João III verificara que de nada valiam promessas e tractados.

Os Francezes, estimulados pelas luctas continuas entre Francisco I e Carlos V, se obstinavam em armar clandestinamente navios em seus portos e a commetter depredações por toda a parte.

Uma nova carta de marca expedida em favor de João Ango a 3 de Fevereiro de 1543 veiu lançar em sobresalto a Côrte portugueza.

Expediu-se a toda pressa novo embaixador para Paris: d. Gonçalo Pinheiro, bispo de Tanger, e antigo delegado de Portugal no Tribunal de Bayona. Felizmente, as complicações internacionaes, em que a França se viu envolvida, facilitaram consideravelmente a tarefa da diplomacia portugueza: a lucta entre Francisco I e Carlos V terminou pelo tractado de Crepy, de 18 de Septembro de 1544.

Numa clausula obtida por solicitação de d. João III, estipulava-se a revogação das cartas de marca contra Portugal e a prohibição de se conceder novas.

E tres annos depois, o acto de 27 de Fevereiro de 1547 vinha fortalecer essa resolução, renovando a revogação e estatuindo a creação de um Tribunal para julgar as reclamações formuladas pelos prejudicados de ambos os paizes, no prazo de dous annos.

Não obstante essas boas disposições do Governo da França, as expedições para o Brasil continuavam. Uma frota de 28 navios partira do Havre a 22 de Abril de 1546 com destino ao Brasil, de onde chegavam constantemente reclamações contra os flibusteiros, cuja audacia continuava a ameaçar a integridade territorial das capitanias.

Azoinavam o rei com reclamações: Duarte Coelho, donatario de Pernambuco, em uma carta amarga queixava-se de que as constantes ameaças dos Francezes não lhe permittiam internar-se pelo sertão em busca de ouro, conforme era seu desejo.

Em Todos os Sanctos, Francisco Pereira Coutinho foi obrigado a abandonar sua capitania, caïndo tudo em mão dos Francezes, os quaes, de parceria com os indigenas, já tinham extendido o seu commercio até o Cabo Frio e o Rio de Janeiro.

Com a morte de Francisco I em 31 de Março de 1547, Henrique II foi elevado ao throno e o condestavel Montmorency chamado aos Conselhos da Coroa. As primeiras medidas do novo Governo em relação ao commercio com as colonias portuguezas denunciavam nova orientação da politica colonial franceza. Por acto de 20 de Outubro de 1547 foram officialmente prohibidas as viagens e expedições francezas aos dominios ultramarinos do rei de Portugal, « á nulles terres descouvertes par les portugallois».

D. João III respirou.

Fez retirar de Paris seu sobrinho d. Francisco de Noronha e d. Gonçalo Pinheiro, mandando em seu logar o licenciado Braz de Alvide para assumir a Legação e assistir os reclamantes portuguezes juncto do Tribunal de Presas. Recommendou-lhe muito especialmente a fiscalização do movimento maritimo nos portos da França.

Alem disso, devia o novo embaixador procurar grangear as sympathias e boa vontade dos juizes, com todo o tacto e discreção, « afim de que, explicava cautelosamente o regimento, não damne o negocio nem seja escandalo aos Francezes, os quaes, de sua natureza, se alteram com muito pequenas causas ».

Feito isto, tractou d. João III de modificar o systema de colonização adoptado no Brasil. As capitanias hereditarias não deram os magnificos resultados que anteriormente nos Açores e Madeira. Tornou-se necessario instituir um Governo central, afim de assegurar a unidade politica nas capitanias isoladas umas das outras, e estabelecer regras uniformes de administração, refreiar os desmandos e abusos dos donatarios e, mais do que tudo, tornar effectivas a guarda e a propriedade da terra, constantemente ameaçada pelas intrusões dos Francezes, Inglezes e até Hispanhóes. Ainda em Maio de 1548, Luiz de Goes escrevia de S. Vicente a d. João III: « Venha Vossa Alteza em nosso auxilio : em breve esta terra se

perderá: os Francezes, que a tomarem, tomarão depois a Africa e irão atacar a Asia portugueza ».

Foi posta em execução a idéa de um Governo Geral, com séde na Bahia. Em Dezembro de 1548 Thomé de Sousa, investido do titulo de governador geral do Brasil, inaugurou a nova administração. Partiu para o Brasil accompanhado das primeiras auctoridades civis: um ouvidor-mor, um procurador e um capitão-mor das costas, bem como de seis Jesuitas, sob a direcção do padre Manuel da Nobrega, encarregados da catechese dos indigenas.

Enquanto d. João III, aproveitando este periodo de relativa calma, voltava as suas vistas para o Brasil, a guerra entre a Hispanha e a França em 1552 dava origem a novos conflictos no mar. Os corsarios não respeitavam os navios portuguezes, que se dirigiam tranquillamente para Antuerpia, e atacavam-n'os sob o pretexto de que eram destinados a abastecer os portos imperiaes em Flandres. Braz de Alvide reclamava em vão contra as violencias. Em resposta Henrique II, que bem se sentia incapaz de conter os seus subditos no mar quando a guerra se declarava em terra, promettia providenciar afim de que fosse garantida aos Portuguezes a navegação directa entre os portos de Portugal e França.

Um golpe mais serio se preparava contra Portugal.

Dous viajantes francezes, André Thevet e Guillaume de Testu, chegados em Dieppe, em Julho de 1552, contavam cousas maravilhosas do Brasil.

As suas narrativas sôbre a situação dos Francezes no Brasil e as possibilidades de activar as relações commerciaes da França com essas riquissimas terras, decidiram Henrique II a fundar alli um estabelecimento colonial permanente.

IV

Um homem adeantara-se aos desejos do rei: Villegaignon, vice-almirante da Bretanha.

Nascido ao influxo da França aventurosa e cavalheiresca do seculo XVI, Villegaignon transitara por todas as profissões: sol-

dado, diplomata, marinheiro, escriptor, « um dos escriptores latinos mais claros e elegantes do seculo XVI », no sentir de Bordier. Florejava a penna tão destramente quanto brandia o montante. Não o incompatibilizava com os puros prazeres da intelligencia a bruteza do seu physico: a constituição athletica, as mãos enormes, gadelhudas, um torso de Hercules, dando-lhe o aspecto de um arrais abrutalhado e denotando a fereza bravia do seu temperamento.

Antes de se aventurar á expedição do Brasil, se ensaiara num longo tirocinio de heroismos. Todas as empresas arrojadas da sua epocha, glorificadoras da força bruta, dos arrancos de bravura, encontraram sempre no primeiro plano. a figura gigantesca do cavalleiro de Malta. Assignalara-se na desastrosa expedição de Carlos V a Alger. Foi um dos mais estrenuos paladinos de Henrique II na tentativa de conversão da Escocia ao catholicismo. Participou das luctas da Europa contra o Turco. E quando tudo parecia indicar o termo desta vida tumultuosa eis que um dia, em Brest, Villegaignon, encandeiado com as narrativas dos esplendores do Brasil, acreditou-se destinado a fundar naquellas remotas terras um reino onde reflorissem, mais vivazes ao sol dos tropicos, todas as glorias da França (9).

A expedição de Villegaignon constitue o mais illustrativo commentario da natureza das relações diplomaticas entre as Côrtes de Portugal e de Hispanha e dos sentimentos de amizade que animavam os dous soberanos, durante o seculo XVI. O rei de França auctoriza a fundação de um grande estabelecimento colonial em terras, cujo dominio portuguez fôra tantas vezes e tão solenne-

---

(9) Arthur Heulhard, *Villegaignon, Roi d'Amerique, Un homme de mer au XVI siècle* (1510-1572), Paris 1897. O livro de Heulhard é uma rehabilitação de Villegaignon. As versões admittidas sem exame, as calumnias que durante tantos annos tiveram livre circulação sôbre o fundador da França Antarctica, são rebatidas com um ardor tão sincero, um enthusiasmo tão communicativo e sobretudo uma documentação tão copiosa, que instinctivamente sentimo-nos inclinados a admittir com Heulhard que Villegagnon não era o typo cynico e deshumano pintado com cores tão negras pelos escriptores protestantes, nem a sua missão, exclusivamente colonial, teve o character eminentemente religioso que sempre lhe tem sido emprestado por todos os historiadores.

mente reconhecido. Colonos, tripolantes, soldados, são alliciados com pregões publicos nas ruas de Paris. A expedição larga do Havre a 12 de Julho de 1555. As hostilidades accendem-se do outro lado do Atlantico. Portugal e Hispanha, paradoxalmente, indiffe-rentes á sorte dos seus subditos, continuam a manter a mesma cordialidade de relações. Villegaignon e seus sequazes, depois de uma serie de vicissitudes, acabam sendo expulsos definitivamente do Rio de Janeiro, por Mem de Sá, emparceirado aos Jesuitas que viam, apprehensivos, a installação dos hereges na provincia da Companhia de Jesus.

A *França antarctica* esvaïu-se, passando á categoria de reminiscencia historica.

Nos archivos de Portugal e França não se rastreia o mais ligeiro vestigio das negociações entre os dous paizes, nem de protesto de d. João III contra o dobre procedimento de Henrique II.

Perdeu-se para a historia a missão de João Pereira d'Antas, mandado a Paris em substituição a Braz de Alvide, que se retirara do Corpo Diplomatico em 1555.

O que interessa á historia diplomatica é o triste destino de Villegaignon, decaïdo do antigo esplendor, estropiado, descrente, a mendigar nas antecamaras da Legação portugueza a esmola de uma indemnização pelo malaventurado termo da sua empreitada de talhar um reino em terras alheias.

Não nos compete narrar o insuccesso das outras tentativas francezas no littoral do Brasil, a ephemera duração da *França equinocial* no Maranhão. Animadas mais por um pensamento civilizador do que pelo espirito mercantil e ganancioso que characterizava as fundações inglezas e hollandezas, as colonias francezas estavam fatalmente destinadas a desapparecer. E, depois, como muito bem dos francezes disse Raynal, «leur legereté ne leur permit pas d'attendre le fruit communement tardif de nouvelles entreprises».

Em rigor, essas derradeiras tentativas não deram nascimento a negociações diplomaticas. Os habitantes do Brasil, emparceirados aos indigenas, preferiram recorrrer á fôrça, e esta se mostrou sempre

mais proficua que o papagueiar esteril dos embaixadores, afastados milhares de leguas do theatro dos acontecimentos.

Por outro lado, a situação de Portugal não comportava arrogancias. Accentuava-se assustadoramente a decadencia, que o pulso rude de d. João III contivera durante o seu reinado. Em 1578 Alcacer Kibir tragava os restos do Portugal heroico, que desapparecia com o ultimo rebento da casa d' Aviz, cuja bravura cavalheiresca ficou resoando no bronze eterno das estrophes camoneanas.

A partir de 1580 estavam incorporadas as Coroas Hispanhola e Portugueza. Philippe II, do Escurial, extendia o seu poder sôbre o maior imperio colonial ja existente. A rodagem administrativa do Brasil, embora continuasse a ser movida por funccionarios portuguezes, evolvia emperradamente ao influxo de um governador e meia duzia de frades, que tanto bastavam ás necessidades temdoraes e espirituaes da nacionalidade infante.

As primeiras auctoridades civis e religiosas delegadas pelo Governo central iam entretanto lançando os fundamentos de uma novorganização social. Surgiam ao longo do desmedido littoral os priameiros estabelecimentos permanentes, nucleos das futuras cidades. Regularizava-se o commercio, resguardado tanto quanto possivel dos ataques dos piratas extrangeiros. Attrahia-se o indigena ao girão civilizador da Egreja. A penetração se operava lentamente ao compasso da marcha tarda mas segura dos missionarios. E já os olhos cupidos dos homens do littoral, ainda mal seguro, se alongavam numa interrogação muda, para os sertões distantes.

Um perigo maior ameaçava a nacionalidade infante: a cubiça dos inimigos de Philippe II, isto é a cubiça.

(Do livro a publicar-se *Historia Diplomatica do Brasil Colonial*).

HISTORIA DIPLOMATICA DO BRASIL

(1ª SERIE)

CURSO PROFESSADO

NO

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO

PELO

Dr. Arthur Pinto da Rocha

(Socio effectivo do Instituto)

MEUS SENHORES — A responsabilidade do desprazer que vão experimentar os generosos corações, que hoje acudiram a esta sala, onde vibra ainda a palavra elegante e erudita de Aurelino Leal estudando a Historia constitucional brasileira, não me pertence: deverá caber inteira ao illustre e brilhante presidente desta casa, pelo convite ao mesmo tempo generoso e delicado, com que se dignou distinguir-me para missão de tanta celsitude.

S. Ex. confiou demais nas palavras do seu dedicado secretario perpetuo, velho amigo commum de nós ambos e, incautamente, como todas as grandes almas, bom e credulo, conduziu-me a este recincto, para vos dizer acerca da Historia diplomatica da nossa Patria.

Eis-me aqui obedecendo á intimação e cumprindo o meu dever. Nesta casa, vasto campo de saber, vós sois a seara fecunda e eu a papoila inutil: a esta flôr enganadora o povo chama — dormideira. Ides dormir a sesta; nem vos contrarieis por isso, o genio da raça está comvosco: *quandoque bonus dormitat Homerus.*

Curso de Historia diplomatica brasileira no Instituto Historico e Geographico do Brasil

PRIMEIRA CONFERENCIA

SUMMARIO — Conceitos de Diplomacia — Bullas de Alexandre VI — Tractado de Tordesillas — Christovam Jacques — Primeiras negociações diplomaticas — Martim Affonso de Sousa causa de reclamações — Periodo das capitulações e rendições e somnolencia da Diplomacia — Padre Antonio Vieira; sua influencia; sua acção diplomatica — Alexandre de Gusmão; seu papel na Diplomacia; a sua obra prima: tractado de 13 de Janeiro de 1750 — D. Luiz da Cunha — O Marquez de Pombal; sua acção; a sua Diplomacia — Tractado de Sancto Ildefonso, em 1777

Segundo a doutrina de Martens, o sabio professor de S. Petersburgo, a Diplomacia, numa accepção lata, é a sciencia das relações exteriores ou negocios extrangeiros dos Estados; e, em sentido menos amplo, é a sciencia ou a arte das negociações.

Na opinião do conde de Garden, a Diplomacia envolve o systema completo dos interesses que nascem das relações estabelecidas entre as nações; tem por objecto a sua segurança, a sua tranquillidade e a sua dignidade; o seu fim directo, immediato é, ou deve ser ao menos, a manutenção da paz e a boa harmonia entre os Estados.

Conforme ensina Calvo, a Diplomacia é a sciencia das relações que existem entre os diversos Estados, taes como resultam dos seus interesses reciprocos, dos principios do Direito internacional e das estipulações dos tractados ou das convenções.

Piedelièvre define Diplomacia a arte de dirigir e de seguir as negociações diplomaticas; é o instrumento da Politica internacional, ou o Direito das gentes applicado.

Bonfils considera a Diplomacia como sciencia e como arte. Como sciencia, tem por objecto o conhecimento das relações juridicas e politicas dos diversos Estados, dos seus interesses respectivos, das tradições historicas, das estipulações contidas nos tractados; como arte, tem por objecto a gestão dos negocios internacionaes, implica a aptidão para ordenar, dirigir e accompanhar, com conhecimento de causa, as negociações politicas.

Mas, de todos os conceitos de Diplomacia, de que temos conhecimento, o que mais nos encanta pela simplicidade da sua expressão e pela profundeza do pensamento que o inspira e enche, é o de um illustre diplomata argentino, o saudoso dr. Garcia Merou, espirito finissimo de scientista e de artista, em cujos labios a ironia tinha, por vezes, nas cousas mais sérias, como nos momentos mais graves, o estalido secco e nervoso de uma leve explosão electrica, docemente ruidosa e suavemente luminosa. Dizia o eminente diplomata argentino, em uma das suas encantadoras palestras, nesses momentos em que o jurista rivalizava com o poeta, que « la Diplomacia és la sciencia del derecho, de las conveniencias internacionales y de la astucia con que se tratan los negocios entre Estados. »

Na vida da Nação Brasileira, quer na sua longa gestação colonial de 322 annos, quer na plena expansão da sua independencia, a Diplomacia foi sempre a sciencia do direito, das conveniencias internacionaes e da maior ou menor astucia com que os diplomatas tractaram os negocios dos Estados interessados por multiplos accidentes e incidentes, geographicos, politicos, sociaes, commerciaes, ou religiosos.

Estudar a sua evolução peregrinadora nessa longa estrada de quasi quatro seculos, que vem de Cabral a d. Pedro e a Diodoro; da Descoberta, á Independencia e á Republica; do Monte Paschoal, ao Ipiranga e ao Campo de Sanct'Anna, equivale a fazer a Historia diplomatica do Brasil, embora aqui a procuremos traçar em rapido escorço.

Poucas vezes, durante tão largo espaço de tempo, a Diplomacia foi a sciencia do direito; quasi sempre triumpharam as conveniencias, conforme a astucia dos homens que teciam as redes das negociações, algumas das quaes ficaram por terminar, como no grandioso monumento da Batalha, as capellas imperfeitas que, ainda assim, attestam o genio do architecto, embora cego para executa-las, mas em plena visão de Lynce para concebe-las.

* * *

Com a bulla de 4 de Maio de 1493, Alexandre VI traçou uma linha imaginaría, do polo Norte ao polo Sul, a cem leguas ao occidente do archipelago açoriano e resolveu, do alto da sua soberania pontificia, que os reis catholicos de Hispanha, Fernando e Isabel, e bem assim os seus successores nos thronos de Castella e Aragão, fossem os senhores de todas as terras já descobertas, ou que o viessem a ser, ao occidente e ao Sul daquelle meridiano.

Nessa mesma bulla pontificia, o papa determinava que o dominio sôbre taes terras era outorgado á Hispanha, a menos que houvesse nellas verificado occupação qualquer outro principe christão, antes do Natal de 1492, resguardando assim as conquistas de Portugal.

Por uma segunda bulla, Alexandre VI estabeleceu que os reis de Castella e Aragão teriam sôbre as novas conquistas os mesmos direitos e privilegios, que os reis de Portugal haviam conseguido da Sancta Sé para as suas descobertas em Africa e na India.

Uma terceira bulla, ainda em 1493, confirmou as anteriores e, para melhor assegurar aos subditos dos reis de Castella e Aragão o exclusivo direito de fazer descobertas nos mares do globo, annullou todas as outras concessões.

D. João II de Portugal reclamou, mas allegando, então, que essas bullas estavam em opposição ás concessões anteriormente reconhecidas pela Curia Romana á Corôa portugueza.

Assim, summariamente, em menos de um anno, S. S. Alexandre VI, o Borgia famoso, decidiu da metade do mundo, da

sorte dos povos que o acaso maravilhoso fazia surgir á prôa das caravellas castelhanas e portuguezas e, de um golpe só, desferiu sôbre a redondeza da terra um anathema inocuo, rasgando uma estrada ampla em que os navegadores rivaes se deveriam encontrar necessariamente, e dando origem a pendencias futuras, quasi inextricaveis.

Determinando que todas as descobertas, ao Occidente do meridiano traçado pela sua bulla, seriam hispanholas e as do Oriente seriam portuguezas, Alexandre VI, exquecendo ou ignorando a esphericidade da terra, não cogitou da certeza de um encontro inevitavel entre os pilotos das duas procedencias, ao navegarem embora a rumos divergentes.

E quando se topassem, uns e outros, na mesma latitude, as complicações haviam de surgir sem dúvida, como surgiram immediatamente.

A 5 de Junho de 1494, reuniram-se em Tordesillas, nas immediações de Valladolid, os representantes diplomaticos de Portugal e Hispanha e, dous dias depois, assignaram o celebre tractado que tem na Historia o nome da modesta localidade hispanhola, e que tão grande influencia exerceu, no futuro, sôbre as relações das duas soberanias da Peninsula Iberica, bem como das suas successoras na America do Sul.

Por esse documento internacional, que é o fundamento remoto da nossa Historia diplomatica, foi dada outra situação á linha imaginaria, que a soberania pontificia lhe attribuira na bulla de Maio anterior: as corôas temporaes da Peninsula erguiam-se acima da tiara papal infallivel e deliberavam com independencia absoluta sôbre cousas, que o vigario de Christo, por uma decisão inappelavel, decidira em ultima instancia.

O tractado de Tordesillas deslocou a linha traçada pela bulla pontificia, para 370 leguas ao Occidente de Cabo-Verde e estabeleceu que uma frota de quatro caravellas de Portugal e outras tantas de Castella, tripuladas por quem entendesse das sciencias geographicas, astronomica e nautica, procederia á determinação exacta do meridiano demarcador, dentro dos tres mezes seguintes á data do tractado.

Assim ficou resolvida a serie de pendencias, que foram suscitadas pelas bullas pontificias e pela descoberta da America; mas esse tractado não impediu que outras, e muitas, brotassem pelo correr dos annos, a proposito de limites entre as possessões de Portugal e Hispanha no Atlantico, sobretudo no Continente Sul-americano.

Parecerá um absurdo que esse documento, formulado seis annos antes da descoberta do Brasil, seja considerado o ponto de partida da Historia diplomatica brasileira; mas convem accentuar que delle partiram todas as negociações dessa natureza tendo por objecto a extensão das costas descobertas em 1500, destas terras, cujo encontro o proprio monarcha venturoso de Portugal attribuia ingenuamente a « uma dadiva milagrosa de Nosso Senhor, porque, « era mui conveniente e necessaria á navegação da India; porque « alli parou Cabral os seus navios e fez aguada... »

O tractado de Tordesillas, bem como as bullas de Alexandre VI, ficaram sempre lettra morta, não passaram de aspirações ou de simples demonstração inócua do poder temporal do papa, collocado entre os reis catholicos tal como medianeiro natural que conservava, ainda áquelle tempo, um resto do grande prestigio que na Edade-Media aureolava a Curia, e que permittiu ao successor de S. Pedro intervir com auctoridade, em Portugal, para desthronar d. Sancho II.

As tres bullas do papa e o tractado de Tordesillas não puderam ser executados, simplesmente porque a execução dependia de se fazer a medição das longitudes para fixação exacta da linha ficticia, que a bulla de Alexandre VI collocara a 100 leguas ao Occidente dos Açores, e o tractado de Tordesillas deslocara irreverentemente para 370 leguas ao Occidente de Cabo-Verde.

Não obstante haverem determinado os diplomatas portuguezes e hispanhóes em Tordesillas que a frota mixta das duas altas partes contractantes seria tripulada por quem entendesse das sciencias de marear, ao tempo em que tal succedeu, e ainda por muitos annos depois, não era conhecido de alguem o processo scientifico para medir as longitudes: consequentemente, impossivel se fazia o deter-

minar a localização da linha, que a suprema auctoridade do Summo Pontifice sonhara e suppuzera poder tracejar no Oceano, com facilidade egual á que despendêra para risca-la no pergaminho das suas bullas.

Nunca mais se chegou a definir a posição desse meridiano, nem mesmo no seculo XVI, quando appareceu o processo de Fernão de Magalhães e de Sebastião Cabot, que este acreditava ter sido a inspiração de Deus quem lh'o revelara, para suprema gloria do serviço d'el-rei.

E apezar da confirmação que ao tractado de Tordesillas deu a bulla pontificia de Julio II, em 24 de Janeiro de 1506, não obstante as conferencias de Badajós e de Elvas, entre os emissarios de Portugal e Castella, as cartas continuavam erradas, a medição não se fazia e os navegadores de uma e outra procedencia, por varios e oppostos roteiros, se encontravam nas mesmas paragens, como succedêra com o archipelago das Molucas, disputado por ambos os contendores, porque ambos o incluiram na região do globo que a sabedoria da Curia lhes offerecera com o meridiano tão difficil de acertar nas cartas, como facil fôra fixar nas bullas.

Finalmente, o problema capital da determinação das longitudes, que constituiu a grande preoccupação dos mareantes nos seculos XV, XVI e XVII, foi resolvido, tal qual succedeu a tantos outros de sciencia, de arte, de moral e até de religião, por um processo expedito e convincente, em que, nem a Algebra, nem a Astronomia tiveram collaboração: d. João III de Portugal pagou a Carlos V de Hispanha 350.000 ducados de ouro, o grande imperador abriu mão das suas pretenções sôbre o archipelago das Molucas, e o tractado de Tordesillas, oriundo das bullas sagradas de Alexandre Borgia, e sagrado pela bulla de Julio II, vive na Historia da diplomacia e no Direito Internacional apenas para assignalar o inicio de um periodo, em que a Diplomacia portugueza entrou a considerar as terras cabralinas como objecto das suas cogitações, e para fundamento do *uti possidetis*.

A 22 de Abril de 1529 celebrou-se em Saragoça a escriptura de Convenção, pela qual o imperador da Allemanha e rei da His-

panha, d. Carlos V, vendeu ao senhor rei de Portugal d. João III e seus successores, por 350.000 ducados de ouro, a propriedade e posse ou quasi posse e o direito de navegação e commercio de « *Moluco e Islas*, lugares, tierras y mares», segundo se declara nö referido contracto. « Foi, outrosim, concedido pela Hespanha a Portugal tudo o que por qualquer via ou direito lhe pertencesse ao Occidente de outra linha meridiana imaginada pela Ilha das Velas, situada no mar do Sul, a dezesete graus de distancia das Molucas, com declaração que, si não fosse impedida a navegação da dicta linha, para o Poente, se consideraria extincto aquelle facto; e mais se estipulou que quando alguns vassallos hispanhóes, por ignorancia ou necessidade, entrassem dentro della, e descobrissem algumas terras ou ilhas, ficasse tudo pertencendo a Portugal ».

* * *

Coube ás descobertas de Christovam Jacques o condão de provocar as primeiras negociações diplomaticas sôbre cousas e terras brasileiras. O mais antigo documento dessa especie, de que temos exacta noticia, é a carta que, em 23 de Dezembro de 1527, escreveu João da Silveira, embaixador de Portugal em Paris, e que, por ordem de d. João III, foi assassinado em Avignon, depois de ter exercido o alto cargo de trinchante d'el-rei e de haver desempenhado a missão de commandar a frota que conduziu a Nice a Infanta d. Beatriz, noiva do duque de Sabola, quando foi merecer a honra de partilhar a meias o thalamo ducal.

E' a esse incidente historico, por si bastante para pintar a nobre consciencia d'el-rei, que se refere a sextilha attribuida ao amigo e émulo de Bocage, o abbade de Jazente :

« De tanto trinchar no Paço
« faizões á meza real,
« mister em que era collado,
« Senhor de faca e baraço,
« João da Silveira, afinal,
« como um capão foi trinchado.»

Nesse documento, o embaixador denunciava a el-rei que o almirante de França aprestava uma esquadra de cinco náos, para se fazerem de vela ao entrar a primavera de 1528, a rumo do « rio que descobriu Christovam Jacques ».

Os documentos, que depois desse apparecem nos archivos portuguezes, sôbre negociações diplomaticas referentes a terras brasileiras, são os que tractam da missão enviada por Francisco I a Lisboa, a 18 de Janeiro de 1529, acreditando no cargo de seu negociador a Helies Alésge d'Angoulême. Essa missão durou seis mezes, de modo que, já a 3 de Julho, em Crucy, o representante francez dava contas da missão ao proprio rei, que lh'a confiára. Não foi muito feliz o diplomata Angoulême, e Franscisco I propoz novas negociações ; os delegados dos dous monarchas se avistaram em Bayonna e Fonterrabia, surgindo desse encontro um tractado de paz e alliança, cujo principal objectivo era acabar definitivamente com as cartas de marca. Assignados os preliminares em Fontainebleau, a 4 de Agosto de 1531, veiu a romper-se o tractado, em virtude do ataque da armada de Martim Affonso contra os navios francezes.

Não é de admirar que este mareante fosse causa e origem de repetidas reclamações de extranhos, quer de Castella, quer de França, porquanto o seu character, sendo de bem ruim estofa, estaria sempre em situação de crear á sua patria desagradaveis occurrencias.

São de um historiador conspicuo de Portugal as seguintes palavras asperas, que retratam o homem de confiança de d. João III para as entreprezas, de que se encarregou nas costas do Brasil:

« Martim Affonso de Sousa é um heroe cynico. Valente como « poucos, habil general, sagaz administrador, politico intelligente, « não approveitava todas estas qualidades sinão para satisfazer o « seu amor immoderado da rapina, a sua insaciavel cobiça. De « nada approveitaram os seus dotes ao Estado da India, porque « durante os tres annos que governou, não pensou sinão em gran- « gear dinheiro por todos os modos, ou pelas armas, ou pela « venalidade, ou pelo peculato. » Tal era o homem.

Essa raça damninha deixou raizes, os phenomenos do atavismo fizeram o resto, de modo que não ha como extinguir a semente, que proliferou na terra ubertosa que Cabral revelou ao mundo.

Em 1531, surgiu nova pendencia; esta, agora, em Castella, em virtude da occupação de um porto do Rio da Prata pela frota de Martim Affonso de Sousa. A reclamação de Castella não se fez esperar, e com tal vehemencia foi feita, que o diplomata de Portugal houve de se occupar muito seriamente de tal assumpto. Todo esse negocio diplomatico, segundo informa o visconde de Porto Seguro, foi tractado por aquelle representante portuguez, em cartas, algumas das quaes cifradas, que alcançam de Septembro a Dezembro do mesmo anno, e das quaes se vê que a imperatriz, irmã d'el-rei de Portugal, com este se empenhou para que pudesse Castella saïr bem da pendencia, mandando d. João III que Martim Affonso regressasse ao Tejo.

Já a esse tempo as saias tinham nas negociações diplomaticas importantes, tal qual succede ainda hoje, uma influencia talvez mais efficaz e fecunda que a intelligencia dos Metternichs daquellas éras, em que a graça delicada da gavota transtornava o cerebro dos reis e dos cardeaes.

Ambal-as altas partes reclamavam a honra e a gloria de senhorio sôbre o Rio da Prata: el-rei de Portugal affirmando que ao tempo do seu venturoso antecessor uma frota lusitana, sob as ordens de d. Nuno Manuel, havia feito o descobrimento da cobiçada paragem, el-rei de Castella allegando, por intermedio do seu Conselho da India, que se achava na posse antiga desse pedaço do paraiso terrestre.

São de 1532 os protestos do almirante de França contra as tomadias de navios, gentes, e fazendas, feitas por Martim Affonso em terras da costa brasileira; recebeu esses protestos o diplomata de Portugal, Diogo de Gouvêa, para communica-los a el-rei. Surgiu então pela primeira vez, na correspondencia desse representante lusitano, a idéa de dividir o Brasil em capitanias concedidas a donatarios.

Em 1535, Francisco I enviou nova missão a Lisboa, confiada aos talentos de Micer Raimundo Relison como embaixador, sendo representante de Portugal na côrte de França, Rui Fernandes, para que se negociasse um tractado de franca, livre e segura navegação e, no anno seguinte, o monarcha francez asseverava ao diplomata lusitano que os navegadores, seus subditos, não voltariam mais ao Brasil.

Como, porém, não conseguisse impôr a sua auctoridade de rei áquelles que de França se aventuravam aos azares do Oceano, em busca das preciosidades das novas terras descobertas, entre Portugal e França de novo se celebrou um tractado, avistando-se os negociadores em Baionna, no dia 16 de Agosto de 1537. Diziam sôbre a justiça das pretenções portuguezas o bispo de Cabo-Verde que, tendo fallecido, foi substituido pelo bispo de Çafim, e o desembargador Affonso Fernandes. Taes difficuldades houveram de vencer os diplomatas de amba-l- as partes, que ainda em 1542 não estava concluida a convenção alludida, e Christovam Falcão, de Roma, podia enviar documentos elucidativos para servirem á decisão das « negociações que s. a. d. João III trazia com « el-rei de França. »

Das informações de Christovam Falcão consta que uma náo franceza que ao Brasil, de Portugal viera em busca de mercancias, arribara por via de temporaes, a um porto de Apulia, onde mostrou que conduzia 600 papagaios. Si esses loquazes representantes das primitivas selvas brasileiras lograram ou não convencer os negociadores de Baionna dos direitos de Portugal, não n'o diz a chronica; nem o bispo de Çafim, nem Christovam Falcão nol-o transmittiram, e grande pena é, por assim ficar em perpetuo desconhecimento este ponto obscuro da Historia diplomatica brasileira : a influencia dos papagaios nas relações internacionaes.

* * *

Segue-se largo periodo de quasi um seculo, durante o qual o Brasil foi theatro de uma serie immensa de luctas entre a ambição

de conquista hispanhola, franceza e hollandeza, fundamente aggravada pela dominação philippina em Portugal, por largos 60 annos, sem que a Diplomacia lusitana se distinguisse, de qualquer forma, em relação á terra aonde d. Antonio Oquendo, Jansen Patter, Villegaignon e Mauricio de Nassau vieram colher glorias para os seus nomes, triumphos para as suas patrias e fortunas para as suas bolsas.

Em 1615, a 2 de Novembro, celebrou-se a capitulação dos Francezes de La Ravardière, em S. Luiz do Maranhão, figurando nesse documento o nome de Alexandre de Moura, governador de Pernambuco, o qual acudiu alli e fez partir para Europa os prisioneiros vencidos.

Dez annos depois, em 1625, a 30 de Abril, houve a capitulação dos 2.000 Hollandezes do coronel Kliff, na cidade da Bahia, rendida a d. Fradique de Toledo, que commandava a esquadra hispano-portugueza.

Dez annos depois, em 1635, a 19 de Junho, deu-se a rendição de Porto Calvo, onde os 420 Hollandezes do major Picard resistiram ás forças de Pernambuco, sob o commando superior de Mathias de Albuquerque, o qual os aprisionou e mandou para a Hollanda, com excepção de Calabar, o calumniado traidor, que, por ironia da sorte e da palavra foi justiçado.

Dez annos depois, em 1645, a 4 de Agosto, verificou-se a rendição dos 111 Hollandezes de Serinhaem, os quaes, ás ordens de Lambertzs, se entregaram a Paulo da Cunha, official das tropas de André Vidal de Negreiros; a 3 de Septembro a rendição da fortaleza do Pontal, defendida pelos hollandezes Hoogstraten e Vander Ley; a 17 de Septembro a rendição de Porto Calvo a Christovam Lins; a 19 de Septembro, a rendição da fortaleza do Penedo com 266 Hollandezes, ás fôrças de Nicoláo Aranha.

Dez annos depois, em 1654, a 15 de Janeiro, deu-se a rendição do forte das Salinas, com oito officiaes e 70 soldados, que sobreviveram ao bombardeio; a 19, a rendição da fortaleza de Altenar, com o commandante Berghen, 11 officiaes e 227 sol-

dados; a 22, a rendição do reducto de Milhou, com o capitão Brinck e 52 soldados, unicos sobreviventes da segunda batalha dos Guararapes.

Entre esses quatro decennios de capitulações e rendições, o que de mais notavel ha a registar, como trabalho da Diplomacia portugueza, attinente aos interesses do Brasil, é, apenas, a provisão régia de 1641, pela qual d. João IV concedeu liberdade de commercio aos subditos das Provincias Unidas dos Paizes-Baixos; seguida do tractado de treguas e cessação de hostilidades, do mesmo anno, entre d. João IV e os Estados Geraes dos Paizes-Baixos.

De resto, a Diplomacia adormeceu na somnolencia beatifica da indifferença, enquanto as riquezas deste abençoado paraiso de maravilhas americanas enchiam os corsarios de todas as procedencias.

Ao tempo de Miguel de Vasconcellos, esse, sim, traidor, villão e ebrio contumaz, que foi apêado do governo pelos conspiradores triumphantes de 1640, nesta riba do Atlantico onde os Hollandezes se haviam estabelecido e fortificado, um grande espirito se alevantára nas azas da eloquencia sagrada e se tornára celebre pelos rasgos de um vasto e profundo saber: era o padre Antonio Vieira, o mais notavel dos jesuitas que aquelle seculo produzira e que tão alto havia de erguer o Pulpito e a Diplomacia, desvendando para o Brasil um futuro de grandezas.

Quando o marquez de Montalvão, d. Jorge de Mascarenhas, e os notaveis da Bahia, reconheceram o govêrno do duque de Bragança que a revolução victoriosa elevara ao throno com o titulo de d. João IV, o marquez enviou a Lisboa seu filho d. Fernando, a communicar a el-rei que a parte da colonia, sob o seu govêrno, o havia reconhecido: compunham essa missão os dous jesuitas celebres: Simão de Vasconcellos e Antonio Vieira; a este já os eloquentes sermões haviam coberto de fama.

O genial jesuita conseguiu insinuar-se na confiança de d. João IV e por tal forma, que dentro em pouco, logrou subir a cargos de alta representação diplomatica, posições nas quaes os seus talentos destacavam, muito embora por vezes se approximassem

da fraqueza alguns actos, que feriram fundamente os melindres da alma portugueza.

Não ha, por honra do insigne prégador o cremos, felonia nos seus actos de diplomata, e, si tal culpa deve ser lançada a alguem, ao rei de Portugal ella haverá de caber inteira e não ao astuto padre da Companhia de Jesus, que executava as ordens recebidas de el-rei, seu augusto amo e senhor, com a humildade habitual e characteristica das naturezas que a severidade da monita de Sancto Ignacio adormecia ou mutilava, antes de as admittir ao convivio dos seus secretos designios, para domina-las absolutamente depois de as empolgar.

— Joaquim de Araujo, o delicado poeta e distincto consul de Portugal, em Genova, escreveu de Vieira, lamentando não haver «um livro que alevante o perfil desse grande homem, a maior cabeça « politica peninsular do seculo XVII, a mais elevada gloria que a « Companhia de Jesus vingou conquistar em terras portuguezas « e um dos escriptores que dão lustre e honra a uma litteratura... « essa eloquencia assimiladora e dominante, que empolgava os « simples e os humildes, conquistando, d'uma avançada, monarchas « e poderosos e arrastando a Curia romana atrancar as decisões « da Inquisição de Portugal, com a mesma persuasão que subjugou « as tribus selvagens do Brasil e os frios soliloquios dos rabbinos « das synagogas hollandezas ».

Napoles era a fonte de perigos para a Hispanha, e conforme a habilidade do govêrno de d. João IV, redundariam elles em vantagens para Portugal: fomentar a insurreição naquelle pedaço da peninsula italica, parecia de bom conselho, e o marquez de Niza, que então representava a corôa lusitana em Paris, recebeu instrucções reservadas em tal sentido, mas quando procurou torna-las effectivas por intermedio do principe de Galiano, todos os seus exforços se perderam pela prisão do intermediario.

Em 1649, el-rei d. João IV resolveu approveitar para esse fim as habilidades do confidente padre Antonio Vieira e mandou-o a Roma, auctorizado a despender até 600.000 cruzados, para confabular com os Napolitanos e induzi-los á revolta contra

o Governo da Hispanha, mas procurando conseguir que a França se encarregasse dessa prebenda, entregando a Condé a mesma missão que o duque de Guize anteriormente experimentara.

Para tal encargo, o astuto sermonista havia já revelado habilidades notaveis: em 1647 fôra á Hollanda e á França para accompanhar de perto, e em segredo, a conducta dos embaixadores e principalmente com o fim de negociar o consorcio do principe d. Theodosio com mademoiselle de Montpensier, segundo uns, ou com a filha do duque de Longueville e sobrinha do principe — Condé, conforme outros.

Pela quantia exigua de 600.000 cruzados levava o padre embaixador a ordem de comprar a consciencia e o patriotismo dos Napolezes; ou em muito baixa monta el-rei d. João IV havia a nobreza d'alma dos rebellados vizinhos do Vesuvio, ou em muito alta conta fazia elle a astucia do jesuita da Bahia, que por tal somma não se chegaria hoje a peitar um só politico de somenos altitude.

Não referem os chronistas do tempo quantas consciencias chegou elle a açambarcar com tão pouco; mas, compensando a falta, nos ensinam de quantas habilidades e engenho fez elle praça e uso, por bem de conseguir a mão da formosa Montpensier ou Longueville, para o filho d'el-rei. O velhaco jesuita bem sabia o que convinha em tal caso ao herdeiro do throno, que elle proprio e os seus ermãos da Companhia tinham educado no mesmo fervoroso amor de Deus e no maior medo ás tentações da carne, por forma tal que, *si vera fama est*, o moço principe veiu a fallecer aos 19 annos, entregando ao Senhor uma alminha livre de peccado pelas 13 confissões geraes que fizera nos ultimos tres annos, e á terra da patria legando um corpo que saïa da vida, tal qualmente entrara nella, exempto de macula, casto e virgem, como succedeu com o cardeal d. Henrique, após o desastre de Alcacer-Kibir.

Nem soube nunca a preciosa Montpensier o que perdeu com a morte prematura do Bragancinha seu noivo, nem o principe sonhou jamais com a gemma d'alto quilate, que para o seu thálamo real lhe andara negociando a astucia do padre Vieira, seu perverso conselheiro.

Neste detalhe, perdido em meio do seculo XVII, talvez a Diplomacia brasileira haja encontrado fundamento para os dous actos similhantes que levaram a Vienna, em 1816 e ás duas Sicilias, em 1842, as embaixadas incumbidas da missão de buscarem pelas côrtes da Europa, as futuras e mallogradas imperatrizes do Brasil: a archiduqueza d'Austria d. Carolina, para esposa do principe real d. Pedro d'Alcantara e a princeza d. Tereza Christina para consorte do segundo monarcha; a primeira destinada a finar-se lentamente até se perder na morte, aviltada injustamente pela preferencia do marido á concubina escandalosa que a Chronica perpetúa com as armas heraldicas da marqueza de Santos; a segunda guiada á dolorosa sorte do repudio, que a revolução triumphante converteu em morte no exilio. Parece, pelas consequencias, que missões dessa natureza devem ser preferentemente confiadas a padres como Antonio Vieira; este padre escolheu o frueto que convinha á castidade bragantina de d. Theodosio, caso sporadico no ramo portuguez de tal dynastia, e elegera a formosura de uma encantadora Montpensier para companheira do futuro senhor d'aquem e d'alem mar; tinha ou teve dedo o eximio prégador d'el-rei para funcção de tal delicadeza: Cupido não fôra melhor embaixador; ao passo que mais tarde, 195 annos depois, o diplomata palaciano, que o imperador encarregou de escolher a companheira da sua vida, do seu throno e do seu thálamo, não deu mostra de muito gosto esthetico, nem de muita consideração pelo noivo que devia servir, a julgar pelas palavras de um chronista da epocha, testimunha presencial do incidente que turbou por largo tempo a alma sonhadora do joven imperador do Brasil, esbelto, elegante e fino.

« No podia escojer mujer *de visu,* mar por medio como se « allaba de los tronos en que pullulaban las candidatas; y las dis- « tancias por mar y aun por tierra eran entonces diez veces mayores « que en la actualidad. Comissionó, pués, a unos palaciegos para « que recorrieran el viejo mundo visitando cortes y coleccionando « miniaturas, las que le permitieran elegir a Teresa Crístina de « Borbon, la más agraciada, simpatica y atrayente, segun las cir-

« cumstancias febracientes del pincel, para compartir con el los es-
« trados del trono y el tálamo imperial. Una embajada fué enviada
« a Napoles, a bordo de un buque de guerra, que debía traer a
« Rio á la imperatriz del Brasil, desde que, gracias a un poder en
« forma la ceremonia consorcial debía realisar-se antes de la par-
« tida, como realmente se realisó, en el palacio real, á la incandes-
« cente claridad del Vesubio.

« El novel principe, en la plenitud de las illusiones y de los
« ardores de la juventud, contaba y descontaba los días y veia
« correr las horas con la más natural y humana de las impaciencias.
« Por fim se anuncia la imperial fragata, á lo lejos, empavesada
« y, poco despuès, entre las estruendosas salvas de las fortalezas
« y el alborozado repicar de las campanas, Don Pedro, presuroso,
« anhelante sube á bordo acompañado por un séquito suntuoso...
« Viene a su encuentro una mujer pequeña, tosca, que cojeaba...
« No puede ser ! Si, se parece al retrato, en efecto, pero no és la
« del retrato... »

Não era a do retrato, á parte a parecença ; era, porém, uma bonissima e virtuosissima senhora, o que não impediu que começasse por derramar copiosas lagrimas ao desembarcar, até que d. Pedro, dias depois, se submetteu ao seu destino, destino que acabou por não lhe ser pezado, não obstante nunca se haver dissipado do seu espirito, extendendo-se, até os seus descendentes, o resentimento que lhe inspirou a perfida conducta dos seus embaixadores.

Amargo destino o da sancta creatura que foi durante quarenta e septe annos a cognominada Mãe dos Brasileiros : desembarcou em lagrimas provocadas pela fealdade do seu corpo e, depois de quasi meio seculo, gasto em revelações de uma alma feita de rosas, embarcou de novo entre lagrimas provocadas pela excelsa belleza do coração !

Antonio Vieira, depois de taes demonstrações de tino, estava talhado para a missão, que d. João IV lhe confiara. Entretanto, talvez por um resto de leveza que lhe ficara de tractar cousas attinentes a interesses de amor, o jesuita não se houve, dessa feita, com

discreção que fôra de exigir-se, desgostou o marquez de La Caya, e a missão, si não foi á garra tambem não progrediu.

El-rei sentia sôbre a cabeça o pêzo da corôa, de que a revolução de Dezembro lhe havia feito mercê, e sôbre os hombros a responsabilidade de a manter na dynastia de Bragança, muito embora a honra da Patria portugueza viesse a ficar lanhada e gottejante.

O jesuita, portanto, entre as instrucções mysteriosas que recebeu em Lisbôa, no paço da Ribeira, levava uma que lhe devia encher toda a consciencia, e bem larga e funda era ella, por conter tal instrucção um segredo de Estado, cuja revelação, si viesse a lume, poderia custar tamanha imprudencia o sacrificio da soberania lusitana.

D. João IV via na paz de Westphalia um poderoso esteio á majestade da Hispanha; evitar um attrito com a vizinha, rival e orte, era todo o seu empenho; si a corôa lhe viera ás mãos, deixa-la perder seria um desastre e uma derrota para o seu egoismo e para a sua vaidade. Afim de impedir o desastre e conservar a corôa, o padre Antonio Vieira devia riscar da memoria as negociações em que se empenhara para casar a filha de Montpensier com o principe d. Theodosio e, Mercurio de sotaina, encaminhar a onzenice diplomatica de geito a que o pudico successor do throno bragantino ligasse o coração e a virgindade dos seus 18 annos incompletos ao coração e á virgindade da infanta de Hispanha, a filha de Philippe IV.

E a alma do prégador bem se exforçou em facundia para convencer os diplomatas de Madrid que tal consorcio viria a ser a garantia da União Iberica, do regresso de Portugal á corôa de Hispanha, porque, realizado o casamento, Philippe IV teimaria em não reconhecer a legitimidade da corôa de d. João IV, este abdicaria no principe, seu filho e na princeza sua nora e.... consequentemente, no proprio Philippe IV, que os conjurados de 1640 haviam escorraçado da patria.

E' muito para se pôr em dúvida a sinceridade do diplomata advogando com tal fervor essa idéa do casamento dos principes,

com o fim de conseguir o consorcio das duas corôas peninsulares: contra essa sinceridade se levanta o parecer que elle mesmo, padre Antonio Vieira, em 1676 deu, oppondo-se a que o casamento da infanta portugueza, filha do regente, mais tarde rei d. Pedro II, fosse feito em Castella, « com fundamento de que, illudida facilmente a promessa de residir a Côrte em Lisboa, só feita por Castella com animo de enganar, para introduzir-se com o casamento, isto é, dando a princeza e a corôa, Portugal não faria mais do que comprar o antigo captiveiro ».

Não se póde affirmar com segurança quando foi sincero o padre Antonio Vieira, si em 1650 ao offerecer, como diplomata portuguez, a diplomatas hispanhóes, o casamento do principe de Portugal com a infanta hispanhola, si ao condemnar em 1676, como consultor do Reino, o casamento de um principe de Castella com a infanta de Portugal.

Si bem lhe ordenara el-rei, seu augusto amo e senhor, bem executara o famoso prégador seu confidente: em troca de tantas vantagens, Vieira exigiu apenas que a Côrte da futura monarchia iberica fosse transferida para Lisboa, exigencia que em 1676 transformou elle em argumento contra o alludido consorcio.

Madrid rejeitou tamanha liberalidade, chegou a ameaçar o embaixador portuguez, e Vieira houve de saïr de Roma, deixando desnoivado o principe Theodosio, o qual se finou em 1653, entre confissões e cilicios, sem ter tido a ventura de conhecer nenhuma das tres princezas encantadas e promettidas, que o padre diplomaticamente lhe alcovitara.

E antes que o principe se partisse á gloria da vida eterna, o prégador d'el-rei, vencido nas missões diplomaticas, abalou-se pelo mar afóra e em Janeiro desse anno aportou a S. Luiz do Maranhão, a exercer, como superior, o encargo de levar pelas florestas interiores do Norte as missões de catechese dos indios, missões nas quaes, como em outras que lhe confiou el-rei em côrtes da Europa, foi tambem vencido.

E, preso, se retirou, para sempre, das terras do Maranhão, no tombadilho da náo *Sacramento*, ironia dolorosa do destino, ao

genio assombroso do pulpito, que tanto se batera pela liberdade dos Indios e pela victoria do Sacramento lustral, *ad majorem Dei gloriam*.

O illustre escriptor e prégador bahiano rvdo. José Basilio Pereira, da nobre estirpe de oradores de que Manuel Victorino foi modêlo superior, em uma conferencia brilhantissima e de largo fôlego historico, estudou com grande proficiencia a psychologia de Antonio Vieira como diplomata, exgottando o assumpto. A defesa que sustenta das intenções, do saber, da habilidade diplomatica e do patriotismo do padre Vieira, é um alto monumento á gloria do prégador eximio. Entretanto nas questões da cessão de Pernambuco e dos casamentos do principe Theodosio e do bastardo de Philippe de Castella o exfôrço do defensor não chega a vencer os accusadores do diplomata, si bem que deixe em perplexidade o espirito de quem o lê. Quanto á honra pessoal do grande sermonista, essa fica pairando, na defesa do Bahiano illuste, como obra prima de sinceridade, de argumentação e de prova: a reputação do diplomata do seculo XVII apparece illibada, *ad majorem Patriæ gloriam*.

A diplomacia do afamado prégador duas vezes attingiu directamente o Brasil.

Si houve tempo em que o rei de Castella repelliu a proposta casamenteira do Mercurio portuguez, pouco depois era esse govêrno quem, exquecendo o repudio anterior, procurava agitar o enlace de d. João d'Austria, bastardo de Philippe IV, com a infanta de Portugal, d. Catharina, mais tarde rainha de Inglaterra, para que ao novo casal de reis coubesse o throno portuguez, tocando a d. João IV o throno do novo reino do Brasil, ou a corôa da Sicilia. A idéa naufragou.

Entretanto, não era ella original: ao padre Antonio Vieira pertencia a paternidade dessa solução: — quando as circunstancias politicas de momento collocaram Portugal em situação de desfavor.

E que não havia absurdo na proposta aventada pelo confidente do duque de Bragança, provou-o, 160 annos depois, a

viagem, um tanto apressada, do principe regente d. João, com toda a familia real, acossado pelas baionetas invasoras de Junot. Entretanto, ainda em tempo da regencia da rainha d. Luiza, o projecto do padre Vieira esteve a pique de se realizar, quando o tractado dos Pyreneus collocou Portugal em situação verdadeiramente critica; na Hispanha triumphara a diplomacia de d. Luiz de Haro; na França triumphara o genio de Mazarino. E nesse tractado, que Ourossow classifica entre os mais notaveis duellos da diplomacia, celebrado na ilha dos Faizões, ao meio da corrente do Bidassôa, em Novembro de 1659, figuravam aquelles dous vultos superiores, que Voltaire distinguiu com os applausos do seu genio : a victoria desses diplomatas redundou em ameaça cruel á independencia de Portugal.

O diplomata jesuita, pois, tinha larga visão politica, sabia descortinar o futuro e entreviu num porvir longinquo a côrte no Brasil, o throno de um imperio novo.

* * *

Tractava-se de Pernambuco : os Hollandezes estavam senhores daquella joia brasileira e parecia empresa difficil, sinão impossivel, expulsa-los dalli pelas armas, num decisivo movimento de reconquista.

Acudiu então a idéa de rehaver Pernambuco, a titulo oneroso: Portugal propunha-se a comprar o que lhe pertencia, e dous homens de grande auctoridade adoptavam esse meio de solver a difficuldade : o marquez de Montalvão e o padre Antonio Vieira; este, principalmente, que exercia sôbre o espirito d'el-rei uma influencia decisiva, chegou mesmo a formular o processo práctico de se attingir esse fim, para que Pernambuco jamais saïsse dos dominios da corôa lusitana e se não quebrasse ao longo da costa atlantica a continuidade da terra, que Cabral desvendara para a corôa de d. Manuel.

No entanto, e mais uma vez o padre Vieira revelou a versatilidade das suas opiniões, a cegueira da sua submissão ao rei.

A proposta de compra de Pernambuco não agradou aos Hollandezes, que a receberam, principalmente quando o embaixador francez lhes fez ver o que havia por trás desse accôrdo, proposto ao mesmo tempo que o govêrno portuguez mandava alimentar a insurreição pernambucana.

Os Estados hollandezes repelliram a proposta, resolveram fazer a guerra a Portugal em todos os seus dominios, e assim participaram ao embaixador de d. João IV, Francisco de Sousa Coutinho.

A esse diplomata deveu Portugal a salvação, porque, excedendo os limites da sua missão, levou ao govêrno hollandez, em nome d'el-rei, a desistencia dos direitos de Portugal sôbre Pernambuco, de modo que a Hollanda abandonou as suas intenções bellicosas.

O egoïsmo bragantino do rei exultou, e embora a opinião do reino repellisse a solução da contenda, o padre Antonio Vieira, que pouco antes havia aconselhado a acquisição de Pernambuco, por compra aos Hollandezes, naquella emergencia opinava contrariamente para lisonjear el-rei e não trepidou em redigir o *Papel Forte* com o fim de justificar a entrega daquelle florão da corôa lusitana aos conquistadores.

Assim, com tantas e tão grandes leviandades de espirito, o eloquente jesuita auctorizou o juizo dos posteros a classifica-lo entre os homens de genio, mas sem character, e a descobrir-lhe « no procedimento politico manchas impossiveis de disfarçar », como escreve um conceituado historiador portuguez do seculo XIX.

E, realmente, a questão diplomatica da compra de Pernambuco aos Hollandezes, seguida immediatamente da sua cessão completa, foi a derrota irreparavel de Antonio Vieira, que deixou nas suas obras maravilhosas de estylo, de eloquencia e vernaculidade, documentos flagrantes da inconsistencia lamentavel das suas convicções e da censuravel fraqueza, com que o seu extraordinario talento e o seu vastissimo saber se prestavam a pensar pela forma que el-rei exigisse, embora sôbre o mesmo assumpto houvesse de se manifestar em diametral opposição a si mesmo, no curto espaço de um mez.

Mas si o character do padre Vieira tanto se amoldava ás exigencias da Monita, ao ponto de accompanhar voluvelmente a vontade inculta d'el-rei, os talentos e a sabença do grande homem eram incontestaveis e fariam delle um estadista de notavel estatura, si á profundez dos seus estudos se junctassem a energia e a rigidez moral.

As suas ideas boas eram, felizes e fecundas as suas iniciativas, mas si dúvida houvesse no conceito do epico: — « um fraco rei faz fraca a forte gente » — a vida do padre Antonio Vieira, na atmosphera do paço da Ribeira, na intimidade do rei bragantino, dissipa-la-ia, por que a grandeza dos seus projectos de estadista não poude desfazer a desagradavel impressão das suas contradicções, humilhantes para um genio de tão elevado quilate.

Antonio Vieira revelou-se um economista versado e profundo.

Começando por libertar os judeus e as suas fortunas das exigencias da Inquisição, o padre Vieira conseguiu firmar em Portugal os capitaes volumosos, que esses perseguidos deixavam de movimentar no commercio para não perde-los pelas extorsões do Sancto-Officio.

Propoz simultaneamente a fundação de um banco e a organização de companhias de commercio, moldadas pelo modêlo hollandez; a prohibição de navegarem pelos mares do Sul navios inferiores a 400 toneladas e 20 peças de artilharia.

Pretendeu elevar o commercio á altura de uma profissão nobilitante e não, como até alli, aviltadora, admittindo-se nos negocios de Portugal os extrangeiros inimigos da Hispanha; pleiteou a abolição de distincções entre velhos e novos christãos e a reforma do processo de julgamento pela Inquisição.

Nem tudo se fez, mas a Companhia de Commercio teve realidade e, por alvará de Fevereiro de 1649, foi ella instituida para explorar o commercio do Brasil.

O papa, em um breve, fulminou a Companhia, e o padre Vieira conseguiu que d. João IV, por sua vez, fulminasse o breve pontificio; a Companhia iniciou os seus trabalhos, até que, em 1657, a rainha viuva d. Luiza, com o decreto de 2 de

Fevereiro, lhe vibrou o primeiro golpe mortal, extinguindo-se ella em 1720.

Sôbre todas as ideas de excellente administração, de larga politica interna, porém, a que mais avulta a sua figura na Historia é, incontestavelmente, a da libertação dos Indios no Brasil, que elle prégou, advogou e defendeu e que, de 1653 em deante, no desempenho do cargo de superior das Missões no Maranhão, constituiu todo o seu empenho, todo o seu orgulho, enchendo e exgottando o resto de uma vida cheia de ensinamentos, vasta em annos, fecunda em serviços á Patria, a Deus e á Humanidade durante 89 annos, dos quaes alguns amargurados pelas perseguições da Sagrada Inquisição.

O padre Antonio Vieira falleceu em 1697, mas o seu papel de diplomata e conselheiro d'el-rei terminára havia quarenta e quatro annos, no momento de regressar ao Brasil, como superior das Missões no Maranhão.

* * *

Dous annos antes de expirar o padre Vieira, nasceu em Santos Alexandre de Gusmão.

Quando houve de ser negociada a paz, cançada a Europa da longa e terrivel guerra da Successão ao throno de Hispanha, coube ao conde da Ribeira Grande a missão de embaixador de Portugal e a Alexandre de Gusmão o encargo de a secretariar. A embaixada chegou a Paris em 1715. Era de esperar que, filho do Brasil, o moço diplomata, encetando a sua carreira aos vinte annos apenas, fizesse pela sua patria, embora colonia, tudo quanto dos seus talentos havia a esperar.

Muito embora ao serviço d'el-rei d. João V, que em 1720, portanto aos 25 annos, o destinara ao Congresso de Cambray com outros embaixadores, preferiu o monarcha destaca-lo para a Curia Romana, perante cuja auctoridade deveria auxiliar seu ermão Bartholomeu, no decurso de dous mezes, em pleito que então se debatia para obtenção das bullas pontificias referentes — ao serviço da Patriarchal de Lisboa e ás quartas partes dos Bispados, voltando então a Cambray, logo que estivessem impetradas aquellas bullas.

Entretanto, as incumbencias de Lisboa se succediam, e entre ellas a que se referia á obtenção do titulo de *Fidelissimo* —, deveria enflorar a côroa de d. João V. Tudo isso lhe valeu, aos 28 annos, o titulo de Principe Romano, que el-rei não lhe permittiu acceitar.

Quem tanto merecera do papa, do rei não lograra a nomeação de conselheiro d'Ultramar, e só em 1742 foi elevado a tão alta dignidade, pelos modos mais alta que a de principe papalino, não obstante caber-lhe a direcção dos negocios de Roma, desde 1731 até 1740, e dos negocios internos que el-rei confiara ás suas reconhecidas sabedoria e compostura.

Coube ainda a Alexandre de Gusmão a gloria de transformar fundamentalmente o processo de escolha e provimento dos bispos de Portugal, abolindo-se o costume de os prover a Curia, *ad supplicationem*. Taes foram as razões de sciencia pelo diplomata brasileiro adduzidas, que d. João V resolveu adopta-las em *ultimatum* á Sancta Sé, e conseguindo, afinal, que o provimento se fizesse *ad præsentationem*, como depois das minutas de Gusmão se constituiu, para o futuro, o direito do Real Padroado portuguez.

Após tantas e tão repetidas futilidades, que a beatice do devasso violador de Odivellas erguera á altura de principios internacionaes, entregues á fama e ao engenho preclaro de habeis diplomatas, teve felizmente Alexandre de Gusmão o ensejo de ser util á patria nativa, deixando de sua carreira triumphal pela diplomacia um monumento imperecivel.

O tractado de Utrecht, em cuja confecção collaborou d. Luiz da Cunha, embaixador de Portugal e amigo de Alexandre de Gusmão, havia sido grosseiramente sophismado, e o marquez de Grimaldi fugia a restituir a Portugal a Colonia do Sacramento, tal como determinava expressamente o art. 6º. Por esse facto de evidente fé punica e pela injuria feita ao embaixador de Portugal em Madrid, Pedro Alvares Cabral, a guerra entre as duas nações da Peninsula esteve a pique de estalar, chegando el-rei d. João V ao extremo de collocar na fronteira um exercito de 40.000 homens.

Alexandre de Gusmão suscitou os bons officios da Grã-Bretanha e, redigindo as condições da negociação, revelou a sua alta

capacidade politica. D'ahi provém o esbôço perfeito de demarcação das fronteiras brasileiras e uruguaias estudadas e assentadas no Tractado de limites de 13 de Janeiro de 1750. A tal respeito, assim se exprime o visconde de Porto Seguro:

« Um serviço da maior transcendencia, que alçará seu nome « nos fastos do Brasil, foi o primeiro gisamento geral das nossas « raias no Tractado de Limites de 13 de Janeiro de 1750. Havião « abortado quantos tractados sôbre limites do Brasil entabolaram na « côrte da Hispanha em diversas epochas d. Luiz da Cunha, Pedro « de Vasconcellos, Manuel de Siqueira, Antonio Guedes, José da « Cunha Brochado, o marquez de Abrantes e Pedro Alvares Cabral; « attendeu por fim o Gabinete de Madrid ás razões de mutua « conveniencia e encetou-se seriamente a negociação: em assumpto « tão grave ouviu el-rei a homens d'estado da sua confiança, e « admiravel foi a discrepancia de pareceres; opinou d. Luiz da « Cunha que Portugal cedesse á Hispanha a Colonia do Sacramento « e seu territorio; em compensação afiançasse áquelle a posse do « littoral, desde a fóz do Rio da Prata para o Norte com dez leguas « de fundo; Gomes Freire d'Andrade aconselhou que nos conten- « tassemos com a costa do mar, do parallelo do forte de S. Miguel « para o Norte (pouco mais de Castillos pequenos), e para o in- « terior, na distancia arbitrada por d. Luiz da Cunha, e para « mais clara demonstração ajunctou um mappa chorographico. Taes « pareceres por mesquinhos não encheram o coração grandioso « de Gusmão nem coadunavam com as doutas investigações, e « noticias das arduas entradas e posses de seus heroicos patricios; « imbuido nestes incontrastaveis direitos bosquejou e marcou os « pontos capitaes, prescreveu as instrucções, accompanhou passo a « passo as discussões, desempeçou das dúvidas, que se sugge- « riram; e bem que se divulgasse que muito influiram para o « bom exito da negociação o ascendente, que no animo de seu « esposo tinha a rainha catholica d. Maria Barbara e o pendor « para as vantagens do paiz do seu nascimento, no que tambem « assentimos, todavia pelo que nos consta do character, duro e « fragueiro do plenipotenciario concorrente d. José Carvajal e Lan-

« castre, nada seria capaz de dobrar a complacencia, si principal-
« mente não entrasse aqui a propria convicção.»

Não podemos comprehender como, com taes e tão altas qualidades, com juizos tão seguros emanados não só dos talentos incontestaveis de Gusmão, mas ainda das doutas investigações a que procedera, com os incontrastaveis direitos em que se baseava, tendo bosquejado e marcado pontos capitaes, prescrevendo instrucções, accompanhando passo a passo as discussões que se suggeriram e desempeçando duvidas, o tractado de 1750 abriu mão da Colonia do Sacramento, que Portugal perdeu, embora adquirindo os septe povos das Missões Orientaes do Uruguai.

Contrarios a esses principios eram d. Luiz da Cunha e Gomes Freire, que optavam pela cessão da Colonia á Hispanha; entendeu o visconde de Porto Seguro que taes principios eram mesquinhos e, como tal, não puderam encher o grandioso coração de Alexandre de Gusmão, mas o tractado de 1750 confirmou esses principios mesquinhos, e o erudito historiador e critico entende que esse tractado alçou o nome do diplomata de Santos nos fastos do Brasil.

Si Gusmão queria a cessão da Colonia á Hispanha e assim fez o tractado, que tanto o exalça como obra prima, si d. Luiz da Cunha e Gomes Freire queriam e aconselhavam o mesmo, não se comprehende a mesquinhez de principios que o erudito historiador fulmina contra estes, alevantando aquelle ás pontas do Crescente.

Lembra-nos o dicto picante do poeta de Castella, d. Francisco de Quevedo, que, alludindo ás constantes perdas de terras que soffria Philippe de Hispanha quando pretendia o cognome de *Grande*, opinava pela concessão, visto como tambem os poços se tornam grandes e tanto maiores quanto mais terra se lhes tira.

E o visconde de Porto Seguro insiste no seu pensamento.
« Com a morte de d. João V, em Julho de 1750, variou o systema
« da Côrte; surdiu um cardume de detractores, e aquelle tractado
« até alli exaltado por publicistas nacionaes e extrangeiros, consi-
« derado o primor da Politica, sacrificando todos os argumentos e
« direitos de mór valia, que de parte a parte se allegavam, ao inte-
« resse de uma paz estavel, taxavam agora de prejudicial e inexe-

« quivel; por tantos modos o desacreditaram que conseguiram nul-
« lifica-lo pelo tractado de 12 de Fevereiro de 1761. Dentre os que
« acerrimamente o contradictavam, foi o brigadeiro Antonio Pedro
« de Vasconcellos, recem-chegado de governador da praça da Co-
« lonia do Sracamento; mais militar que politico, no parecer que
« sôbre a utilidade della offereceu a d. José I, enlevou-se antes e
« viu o padrão do valor e da constancia portugueza, do que pesou o
« bem geral do Estado: respondeu-lhe victoriosamente Alexandre
« de Gusmão na bem conhecida — Impugnação — datada em
« Lisboa, aos 8 de Septembro de 1751; nella nada ficou a desejar:
« rigor e solidez de principios, vasta erudição no desenvolvimento
« da materia, evidencia irresistivel nas conclusões.

No entanto, pelo tractado de 12 de Fevereiro de 1761, que annullou o de 13 de Janeiro de 1750 e mandou que ficassem em vigor os anteriores, voltou a Colonia do Sacramento ao dominio da Corôa portugueza, até que, em 1777, pelo tractado de Sancto Ildefonso, negociado entre o conde Florida Blanca e d. Francisco de Sousa Coutinho, este renunciou por Portugal ao dominio sôbre a Colonia do Sacramento, e a Hispanha lhe restituiu a Ilha de Sancta Catharina e a parte do continente que lhe fica fronteira. O tractado de Pardo, datado de Março de 1778, confirmou o antecedente, de Sancto Ildefonso. Consequentemente, o triumpho de Alexandre de Gusmão foi posthumo: o grande diplomata fallecera 24 annos antes.

E' um historiador portuguez, devotadissimo amigo do Brasil, talvez o mais dedicado, o mais leal, o mais perfeito dentre os amigos que a nossa patria ha conquistado nas lettras portuguezas, Pinheiro Chagas, que escreve: « E enquanto o Governo portuguez
« mal sabia aproveitar os incommensuraveis territorios de que era
« possuidor, continuava em contenda constante com a Hispanha
« por causa de umas faixas de territorio nas margens do Rio da
« Prata, ácerca das quaes nunca se chegou a um accôrdo definitivo.
« Alexandre de Gusmão considerava como obra prima da sua di-
« plomacia o tractado de limites de 1750, que foi negociado por elle,
« e que julgou a conclusão definitiva das longas discordias entre

« as duas corôas; não o foi, contudo; pelo contrario, deu origem « a novas guerras e a novas disputas ».

Entretanto, convem notar que o tractado de Sancto Ildefonso foi preliminar; o definitivo, que se devia realizar, não chegou a ter existencia. Em uma nota a pags. 43 e 44 do 1º vol. dos *Actos Diplomaticos*, elucida o sr. Cardoso de Oliveira: — « Este tractado « simplesmente preliminar, e que servirá de base e fundamento ao « definitivo de Limites que se ha de extender a seu tempo a indi- « viduação, exacção e noticias necessarias, mediante o qual se « evitem e acautelem para sempre novas disputas e suas conse- « quencias. » — Tractado definitivo esse que nunca se realizou — « ficou annullado pela guerra superveniente entre os dous paizes em « 1801, e assim se considerou para sempre, não tendo sido restaurado « pelo de Badajóz, de 6 de Junho do mesmo anno, em virtude do « qual a Hispanha conservou a praça de Olivença e Portugal todo « o territorio que occupava na America ».

* * *

« D. Luiz da Cunha e Alexandre de Gusmão eram os dous « unicos homens de vistas largas que existiam na côrte de d. João « V, em que o beaterio predominava e em que os aspectos se- « rios da Politica nunca foram comprehendidos », como assevera um biographo portuguez dos homens brasileiros.

D. Luiz da Cunha foi, por parte de Portugal, o negociador do tractado de Utrecht e o conselheiro pertinaz d'el-rei, para que se offerecese medianeiro da paz entre as nações belligerantes da Europa. Realmente, o Congresso d'Aix-la Chapelle foi convocado, e o tractado que delle resultou teve a collaboração desse diplomata; foi, portanto, d. Luiz da Cunha um dos *phantasmas de plenipotenciarios* a que se referiu o espirito satyrico de Voltaire quando estudou a psychologia desse congresso, presidido por um « phantasma de arbitro, que era o nuncio do papa Clemente IX ». A paz que delle saïu teve antes o character de uma tregua prolongada; entretanto o de Utrecht, cujas consequencias foram indubita-

velmente mais proficuas, recebeu as censuras e malsinações da critica contemporanea, ao passo que o de Aix foi accolhido com as mais altas demonstrações de approvação, menos para Alexandre de Gusmão que condemnou a tentativa de d. Luiz da Cunha, pelo menos quanto á reunião desse Congresso, em Lisboa. Gusmão bem sabia que a côrte fradesca do rei, o meio a tresandar incenso em que vivia Portugal, sob a direcção do cardeal da Motta, um vasio de merecimento mas superabundante de chorume adiposo, não comportavam uma assembléa de tal grandeza.

Na resposta que deu á carta-consulta de d. Luiz da Cunha, Alexandre de Gusmão, em tres periodos, pinta flagrantemente a pequenez dos homens, a curteza dos espiritos, a mesquinha formação das almas que compunham aquella sociedade de opas, libidinosa e obesa, que arrastava Portugal ás arestas do abysmo. Diz a carta de Gusmão :

« Primeiramente o cardeal da Motta me respondeu que a « proposição de V. Ex. era inadmissivel, em razão de poder re- « sultar della ficar el-rei obrigado ao cumprimento do tractado, o « que não era conveniente. Enquanto fallámos na materia, se en- «treteve o secretario de Estado, seu ermão, na mesma casa, em al- « porcar uns craveiros, que até isto fazem alli fóra de logar e « tempo.

« Procurei fallar a S. Revma. mais de tres vezes, primeiro « que me ouvisse, e o achei contando a apparição de Sancho a seu « amo, que traz o padre Causino na sua Côrte Sancta, cuja his- « toria ouviram com grande attenção o duque de Lafões, Fernão « Freire e outros. Respondeu-me que Deus nos tinha conservado « em paz, e que V. Ex. queria metter-nos em arengas, o que era « de tentar a Deus.

« Finalmente, continúa Gusmão, fallei a el-rei (seja por « amor de Deus) que estava perguntando ao prior da Freguezia, « porquanto rendiam as esmolas pelas almas, e as missas que se « diziam por ellas. Disse-me que a proposição de V. Ex. era « muito propria das maximas francezas, com as quaes V. Ex. se « tinha conaturalizado, e que não proseguisse mais. Si V. Ex.

« caïsse na materialidade (do que está muito livre) de querer in-
« stituir algumas irmandades e me mandasse fallar nellas, haviamos
« de conseguir o empenho, e merecer alguns premios.»

E si a materialidade, a que se refere Gusmão, fosse feita de freiras polpudas e noviças frescas, d. Luiz da Cunha teria sido, pelo menos, marquez.

A figura de d. Luiz da Cunha, na diplomacia portugueza, muito pouco approveitou ao Brasil. A paz de Aix, pela qual tanto se empenhou, não deu á vasta colonia de Portugal o menor resultado practico e o tractado de Utrecht, em que collaborou, conquanto houvesse contribuido para confirmação do dominio portuguez sôbre as terras commummente chamadas do *Cabo-Norte*, pertencentes ao territorio do Maranhão e situadas entre os rios das Amazonas e de Vicente Pinson, bem como sôbre a Colonia do Sacramento que a Hispanha cedia á corôa lusitana, não obstante, soffreu as profundas modificações que lhe deram os tractados de 13 de Janeiro de 1750, negociado por Alexandre de Gusmão ainda em vida de d. Luiz da Cunha, e o de Sancto Ildefonso, de Fevereiro de 1777, celebrado 28 annos após a sua morte. Com o fallecimento do rei d. João V não se apagou da diplomacia o vulto de d. Luiz da Cunha, mas passou a um plano inferior e surgiu então em todo o esplendor a figura do conde de Oeiras, depois marquez de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Mello.

* * *

O primeiro acto do ministro de d. José, si bem que economico e administrativo, teve um aspecto internacional e deu origem a uma negociação com o Govêrno da Inglaterra.

Homem do seu tempo, não se poude furtar á influencia das doutrinas correntes e considerando perniciosa a dependencia, em que Portugal se achava da Inglaterra, pela quantidade de ouro que lhe pagava annualmente, em trôco das mercadorias de lá importadas, prohibiu imprudentemente a exportação de metaes preciosos, pensando que assim restabeleceria o equilibrio commercial e impediria a emigração da moeda boa : era o êrro de suppôr que a fortuna de

uma nação consiste no meio circulante. Os metaes preciosos e a propria moeda são mercadorias como quaesquer outras e obedecem ás mesmas leis economicas. Prendêl-os, seria prender a mercadoria que só na liberdade commercial da distribuição e da circulação encontra um processo natural de se valorizar e reproduzir.

O Brasil, que era a fonte primacial dos metaes preciosos, soffreu profundamente com tal regimen ; a Inglaterra, alvejada por essa medida do estadista portuguez, sentiu-lhe tambem os effeitos e mandou, sem detença, a Lisboa, uma embaixada de protesto, confiada a lord Tirawley que a desempenhou admiravelmente, embora a energia do ministro de d. José defendesse o decreto que estabeleceu a providencia impugnada e punisse os transgressores da lei.

Mas a compressão devia produzir os seus necessarios effeitos, e o contrabando surgiu ; consequencia immediata : — grandes prejuizos para o Brasil, para a Fazenda de Portugal, para o prestigio da lei. O dinheiro emigrava, não obstante o decreto ; o equilibrio commercial não se fez ; Pombal teve de transigir ; a prohibição foi substituida por um imposto ; este, pouco a pouco, deixou de ser cobrado e o problema ficou sem solução ; resultado final de tudo:— a reclamação diplomatica da Inglaterra, triumphante, e o prejuizo do Brasil, verificado.

Mas o marquez de Pombal realizou alguns actos que o recommendaram á gratidão da colonia, e com a execução de taes actos deu o grande estadista a mais completa victoria ao genio do padre Antonio Vieira.

Este bateu-se tenazmente pela libertação dos Indios, e Pombal realizou essa obra de grandeza moral e de benemerencia humana, rasgo de energia civilizadora que teve complemento na extincção da escravatura no reino.

Antonio Vieira prégava a creação das Companhias de commercio, pelo modêlo das congeneres, hollandezas e o marquez de Pombal fundou a Companhia do Grão Pará e Maranhão, a exemplo das prosperas e fortes Companhias similares francezas, inglezas e hollandezas.

E' certo que essa companhia contribuiu para o desenvolvimento do commercio e, portanto, da região por ella servida, mas os falsos principios economicos a que obedecia a sua constituição e que dominavam a epocha, dominando o espirito do grande estadista, contribuiram para o seu anniquillamento gradativo, até que Pombal se negou a renovar-lhe os privilegios: isso foi o golpe de misericordia, e ella desappareceu depois de 20 annos de existencia incerta e vária.

A libertação dos Indios vibrou um golpe mortal na Companhia de Jesus, cuja influencia no Brasil alastrava com as missões que penetravam no interior dos sertões em busca das tribus selvagens. Esse serviço de Pombal ficou chumbado á grandeza do Brasil; só isso exalçaria o seu nome. Ao mesmo tempo, desenvolveu a cultura do arroz no Maranhão, por tal fórma que o Brasil chegou a influir no intercambio daquella epocha, sendo como foi a região mais importante do mundo, relativamente a tal producção.

Todas essas medidas de character interno e administrativo tornavam conhecida a Colonia portugueza do Brasil nos paizes da Europa, mas muito especialmente na Hispanha, cuja vizinhança na America tornava as relações com Portugal em francas e constantes hostilidades reciprocas.

As linhas fronteiriças na immensa região do Prata eram, para Portuguezes e Hispanhóes, fontes de perpetuas reclamações e luctas, nas quaes se crearam e desenvolveram na plena vastidão do pampa, a figura dominante e perniciosa do caudilho e o processo monstruoso da caudilhagem politica.

Nem a expulsão dos jesuitas do Paraguai, nem o tractado de 16 de Maio de 1703, conseguiram pôr côbro ás pendencias que se suscitavam constantemente, até que em 1766, rebentando uma revolução em Buenos-Aires, o govêrno portuguez offereceu os « seus bons officios ao governador hispanhol e fez-lhe com-« municar que as tropas da fronteira portugueza estavam promptas « a auxilia-lo para restabelecer a ordem.

« Isso deu ensejo ás negociações entre as côrtes da peninsula, « das quaes resultou ordem positiva aos governadores americanos

« para suspenderem todas as hostilidades. Reinou profundissima
« paz na America, desde 1767 a 1773, quando d. Francisco Zavalla
« chegou a Buenos Aires com instrucções de Madrid para retomar
« posse das terras contestadas ; tanto que um dos seus subordinados,
« com um exercito de 6.000 homens, declarou em proclamação mi-
« litar que ia expulsar, até Rio Pardo, todos os Portuguezes que
« encontrasse, porque o territorio pertencia ao rei de Hispanha.
« Fortificando-se na barra do Rio Grande, commetteu violencias,
« fez aprisionar postos avançados e invadindo as fronteiras, sendo,
« entretanto, batidos os Hispanhóes pelo capitão Rafael Pinto Ban-
« deira ».

A acção de Pombal não se fez esperar ; o diplomata acudiu sem demora ; o embaixador portuguez em Madrid pediu explicações ao marquez de Grimaldi, ministro do rei, e este não as recusou immediatas e promptas, com estas palavras textuaes :

« — El-rei d. José, vosso amo, que diga o que quer, e sua majestade catholica lh'o concederá immediatamente, ainda largando do que lhe pertence. »

A victoria diplomatica seria completa para Pombal, si essas palavras não fossem tambem diplomaticas, no sentido que Voltaire emprestava ás suas, quando affirmava que a palavra deu-a Deus ao homem para que possa occultar o seu pensamento.

Entre as duas chancellarias foram trocados officios de absoluta segurança, para que as hostilidades tivessem termo ; ambos os governos expediram, para as respectivas possessões, navios especiaes, portadores das ordens mais terminantes, afim de cessar a guerra. Tudo parecia correr no melhor dos mundos, com as explicações trocadas, e que a diplomacia concertara com fervoroso empenho, mas como o conceito de Voltaire, repetido por Talleyrand, deixa vêr, não havia sinceridade nas palavras do marquez de Grimaldi.

Eis como se exprime um historiador portuguez :

« A lealdade na execução não correspondeu ás promessas, e apezar de parecer que fôra el-rei de Hispanha quem, até com muita antecipação, mandara suspender as hostilidades no Rio da Prata, apezar disso, quando no Rio de Janeiro se receberam, no dia

1º de Abril de 1776, as ordens de Lisboa, recebiam-se, ao mesmo tempo, noticias de terem sido queimados no Rio Grande do Sul nove navios portuguezes, de terem os Hispanhóes levantado seis novos fortes, de terem entrincheirado os passos difficultosos e de haverem junctado uma fragata e cinco grandes náos de guerra. O marquez do Lavradio, que era então o vice-rei do Brasil, recebeu com muita repugnancia a ordem da suspensão das hostilidades, e participou para Lisboa que lhe era quasi impossivel obedecer, porque os governadores das provincias do Sul lhe officiavam dizendo que os Hispanhóes, em vez de suspenderem as hostilidades, pelo contrario, as tornavam cada vez mais energicas. »

« De tão graves informações resultou a attitude forte decisiva do Governo portuguez, comprehendendo o marquez de Pombal que só a guerra poderia decidir da delicadeza da situação, e preparou o reino para exigir com as armas, o respeito á sua soberania, muito embora chegasse ao conhecimento de Pombal o accôrdo entre a França e a Hispanha, que viria aggravar a crise em Portugal, pelo apoio que á sua inimiga dariam as armas francezas em qualquer emergencia. O diplomata francez que levou ao conhecimento de Pombal a existencia dessa alliança, ao mesmo tempo lhe fez vêr a melhor conveniencia para Portugal acceitando a mediação da França, com o intuito de evitar a guerra, porquanto a Hispanha não poria duvida em abrir mão de terras na America do Sul, tendo em vista tornar impossivel um conflicto armado.»

A proposta de mediação, quando o medianeiro era o alliado offensivo e defensivo da Hispanha, já como tal declarado e havido. envolvia uma ameaça: acceita-la seria curvar a espinha á imposição dourada de cortezia diplomatica. Pombal rejeitou-a; nem o seu temperamento, nem a altivez do seu cargo, nem a comprehensão das suas responsabilidades permittiriam que a tomasse em consideração.

Participou ao Governo da Inglaterra a natureza do incidente e, asseverando a resolução de sustentar pelas armas a honra da corôa lusitana e da soberania portugueza, reclamou, de accôrdo com as clausulas do tractado de alliança entre os dous governos, armas e dinheiro para sustentar a causa d'el-rei d. José I.

A Inglaterra, depois de algumas evasivas, negou peremptoriamente o seu apoio, allegando impossibilidade absoluta, em virtude da guerra que empenhara com as colonias da America do Norte. Essa recusa categorica do govêrno de S. James difficultou a acção de Pombal, mas não desnorteou o seu grande e forte espirito.

E o notavel reformador de Portugal concebeu a idéa da reunião de um congresso em Paris, com a mediação da França e da Inglaterra, destinado a dar solução definitiva ás pendencias entre as duas nações da Peninsula.

A idéa do ministro de d. José teve desde logo as sympathias das duas medianeiras, mas a Hispanha, para acceita-la, impoz a dura condição de lhe dar Portugal satisfacção por haver apresado dous navios em aguas hispanholas.

Pombal recusou-a, mas o empenho da França e da Inglaterra e a opinião dos embaixadores portuguezes nas duas côrtes, favoraveis á exigencia hispanhola, demoveram o estadista e elle accedeu, impondo, por sua vez, a retirada da clausula em que a Hispanha exigia a punição dos officiaes portuguezes apresadores dos barcos.

A clausula não foi supprimida, mas accordou-se em que não seria executada. Parecia terminada a pendencia : iam voltar a ser normaes as relações entre os dous governos; chegou porém a noticia de haver sido desrespeitada pelas forças portuguezas a tregua negociada entre as duas côrtes, proseguindo a lucta armada.

Provado todavia exuberantemente, que as forças portuguezas não podiam ter conhecimento do armisticio concertado na Europa quando romperam as hostilidades, foi combinado que, para proseguimento das negociações, o govêrno de d. José entregaria á Hispanha os postos recentemente conquistados pelos Portuguezes em terras do Rio Grande.

A indignação de Pombal explodiu, violenta e decisiva : recusou-se a acceitar a nova imposição, não obstante os conselhos da França e da Inglaterra e, sem receios vãos, sem perda de tempo, preparou-se para a guerra, apezar de saber que a Hispanha tambem se preparava fortemente.

Pombal acudiu sem tardança á nova phase da contenda e só, desamparado pela sua alliada, enfrentou a rival audaciosa, apezar do apoio militar que lhe dava a França, mas...

A morte de d. José e o advento de d. Maria I mudaram a face da politica portugueza, precipitaram Portugal na vergonha e Pombal no desterro, na perseguição, na sepultura...

E a interminavel questão diplomatica de limites entre Portugal e Hispanha, na America do Sul, foi apparentemente derimida em 1777, pelo tractado de Sancto Ildefonso; apparentemente, o dizemos, porque só pelo preliminar o fôra.

Quanto ao definitivo, até este momento não consta que tenha sido celebrado... *fué una broma*... diplomatica.

Disse.

SEGUNDA CONFERENCIA

SUMMARIO — A Colonia do Sacramento e a illusão do Prata — O tractado de 1701 — Duas epochas distinctas da questão — A Familia Real no Brasil e suas consequencias — Pretenções de d. Carlota Joaquina e o embaixador inglez — Operações militares — Artigas, Rivera, d. Diogo de Sousa, Lecor, Verdun, Curado, Marques de Sousa — A Cisplatina e o reino do Brasil — O Imperio — Lavalleja, Alvear, marquez de Barbacena — Ituzaingo — Fructos da derrota — Convenção de 1828 — Missões do marquez de Sancto Amaro e do visconde de Abrantes — Rosas — A politica de intervenção.

Meus senhores — Como deixámos estudado anteriormente, a Colonia do Sacramento foi a origem das mais duras e graves cações diplomaticas entre Portugal e Hispanha, attingindo o Brasil durante a sua existencia de possessão portugueza.

Essa situação aggravou-se sensivelmente com a vinda da familia real portugueza para o Rio de Janeiro, tornou-se delicada com a elevação do Brasil á categoria de reino e chegou a ser aguda após a Independencia e fundação do imperio, pondo á prova a habilidade, a intelligencia, a perspicacia e a astucia da diplomacia luso-brasileira e dando ensejo ás mais brilhantes paginas da historia diplomatica da nossa patria.

Estuda-la-hemos, pois, um pouco mais demoradamente, remontando ás suas origens e seguindo o seu curso através dos seculos como quem accompanha, caminhando ora por uma, ora por outra margem, a corrente de um rio, desde a fonte em que nasceu á foz, pela qual se precipita no Oceano.

I

« O Prata é uma illusão geographica, que a pouco e pouco se apaga». Si bem que esse conceito do altissimo espirito de Euclides da Cunha se refira ao amplo « estuario a extinguir-se nas derradeiras phases da evolução de um rio », em relação á politica não é elle menos verdadeiro: atraz dessa illusão vem o Brasil ca-

minhando, ha seculo e meio, como um sonhador; em principio, na ancia vã de attingi-la; depois no empenho romantico de protegê-la.

* * *

As origens da primeira phase remontam á fundação da Colonia do Sacramento pelo govêrno de Lisbôa, á margem esquerda do Prata, em 1680. O nome de d. Manuel Lobo, capitão-general do Rio de Janeiro, representante do rei de Portugal, d. Pedro II, apparece como fonte inicial de todos os acontecimentos posteriores que finalizaram com a convenção de 27 de Agosto de 1828, pelo reconhecimento da independencia da Banda Oriental.

Até ahi, o Brasil, quer como colonia lusitana, quer como Reino Unido, e ainda nos primeiros albores do Imperio soberano, foi o heróe das conquistas: a cada tentativa, porém, correspondia uma decepção.

A última destas traz a data de 20 de Fevereiro de 1827, com a chancella final de Ituzaingo, onde teve occaso a gloria do marquez de Barbacena, para deixar subir no horizonte a estrella do general Alvear, o qual, depois de dez horas de combate renhido, ao vêr retirar do campo de acção o exercito brasileiro, teve a ingenuidade de o não perseguir, ou por não querer ou por não poder, satisfazendo-se com aquella confissão tacita de derrota.

Fundada em 1680, a Colonia do Sacramento, a Leste do vice-reinado hispanhol de Buenos-Aires, porque assim entendera o monarcha portuguez procurar para sua colonia a fronteira natural, assegurando a posse da margem esquerda do Prata, o governador daquella possessão hispanhola entendeu dever dalli expulsar os Portuguezes, o que realmente levou a effeito em Agosto de 1680.

As circunstancias delicadissimas, em que se achava a politica hispanhola na Europa, e a energica attitude do monarcha portuguez, fazendo prever a guerra entre os dous paizes peninsulares, determinou a mediação das potencias, dando a Hispanha todas as satisfacções a Portugal, restituindo-lhe a Colonia do Sacramento,

punindo o governador de Buenos-Aires, d. José Garro, e celebrando-se o tractado provisorio de 7 de Maio de 1681.

Entretanto, o fermento da discordia e dos odios ficou, para levedar mais tarde.

Philippe V, pelo tractado de 1701, com intuito de evitar complicações que o prejudicariam, reconheceu a Portugal o dominio total da margem esquerda do Prata e, em 1703, proclamou solemnemente os direitos do seu rival na Peninsula Iberica ás terras que se extendiam ao Norte do mesmo rio, direitos que lhe foram tambem reconhecidos e confirmados pelos thronos da Inglaterra, da Hollanda e da Allemanha, aos quaes o rei portuguez prestára solidariedade e apoio ao empenho de collocarem no throno hispanhol o archiduque de Austria.

Esse facto determinou um novo movimento contra a Colonia do Sacramento, dirigido pór d. Affonso Valdez, governador de Buenos-Aires, e seguido da capitulação da praça e aprisionamento de Veiga Cabral que a commandava, voltando a Colonia ao dominio da Hispanha, até que a 16 de Fevereiro de 1713 o tractado de Utrecht a reincorporou á coróa de Portugal.

Em 1750, surgiu outra investida contra o dominio portuguez, e d. Miguel Salcedo, que tentava apossar-se da cubiçada joia, foi repellido pelas forças de Antonio de Vasconcellos. Apezar da victoria que coroou a resistencia das armas lusitanas, a diplomacia conseguiu collocar a Colonia sob o dominio hispanhol, pelo tractado de 1750, operando a sua permuta pelo territorio das missões do Uruguai, que entrava no patrimonio da monarchia portugueza.

Mas appareceu em scena a poderosa Companhia de Jesus, e a influencia indiscutivel que exercia naquellas paragens levou os indigenas á revolta contra os dous dominadores portuguezes e hispanhóes. Para combaterem o inimigo commum, uns e outros se junctaram, e as fôrças de Gomes Freire, fraternizando com as de Adonalgui, esmagaram os rebeldes, sem entretanto se entenderem a respeito dos limites das respectivas terras. O tractado não poude resistir á fôrça e, em 1762, a Colonia do Sacramento

voltou a pertencer á Hispanha, até que, commandados pelo general Bohm, em 1763, Portuguezes e Brasileiros a reconquistaram.

O resultado desse feito d'armas, porém, não devia durar muito tempo, porque a monarchia hispanhola enviou ao Sul do Brasil e ás aguas do Prata uma forte armada que, não só retomou os territorios da Colonia do Sacramento aos seus recentes possuidores, mas que levou mais longe a sua ambição, atacando, vencendo e tomando a ilha de Sancta Catharina, sôbre a qual jamais se levantara a menor dúvida e que sem contestação pertencia á corôa de Portugal. O tractado de Sancto Ildefonso, de 1 de Outubro de 1777, que lhe restituiu a ilha e a parte do territorio vizinho no continente, levou-lhe a Colonia do Sacramento que elle havia fundado, defendido e tantas vezes regado com o sangue de seus filhos. E para que ficasse definitivamente esvahido o sonho luso-brasileiro de dominio sôbre a margem esquerda do Prata, para que fossem essas aguas os limites naturaes ao Sul do Brasil, o tractado do *Pardo*, de 1 de Março de 1778, ratificou o de Sancto Ildefonso, confirmando-o para sempre.

A primeira phase da peregrinação brasileira em busca da *illusão do Prata* pode ser estudada em duas épochas distinctas: uma que vem da fundação da Colonia do Sacramento ao tractado de Sancto Ildefonso; a segunda que começa com a chegada de d. João e a familia real portugueza ao Brasil, terminando pelo tractado de 27 de Agosto de 1828, que sanccionou a independencia da Cisplatina.

Naquella dominou exclusivamente a politica portugueza e foi characterizada pela lucta permanente entre as armas e a diplomacia, conquistando e reivindicando ora para a corôa portugueza, ora para o dominio hispanhol, o cobiçado territorio banhado pelas aguas do Prata á margem esquerda da caudalosa illusão.

Nesta, na segunda épocha, já se fez sentir a influencia da politica brasileira que se iniciou sob a inspiração de José da Silva Lisbôa, depois visconde de Cairù, politica toda economica e de expansão commercial, com que d. João iniciou a *Vita nuova* da colonia, abrindo-lhe os portos ao commercio extrangeiro e tor-

nando possivel o desenvolvimento e a prosperidade da patria, muito embora, concomitantemente, andassem pelos desvãos do paço real a perfidia, a ambição e a luxuria nymphomaniaca de d. Carlota Joaquina, a tecer, mixto incongruente de Penelope e e de Messalina, a rêde das intrigas, na ancia incontida e insaciavel de ser um dia a rainha soberana do Vice-Reino Independente de Buenos-Aires.

* * *

Entre 1777 e 1801 decorreram 24 annos de somnolencia e de calma apparente nas fronteiras em que lindavam as duas soberanias rivaes da Peninsula Iberica.

Em Maio desse anno romperam-se as hostilidades entre Portugal e Hispanha, não obstante as deploraveis condições em que se achavam os dous exercitos, quer em relação á disciplina, quer quanto á organização, e apesar do auxilio que abnegadamente prestou Portugal á sua vizinha, na campanha de Roussillon. Vergonhosissima para as armas portuguezas, que para sempre perderam Olivença, essa lucta teria finalizado pela entrada triumphal do inimigo em Lisboa, si, logo em seguida á declaração de guerra, o governo de Madrid tivesse iniciado as hostilidades.

A guerra na Europa fez despertar os povos coloniaes da somnolencia em que se achavam, e estalou a guerra na America. A victoria corôou o exfôrço dos Luso-brasileiros guiados pela espada de Sebastião da Veiga Cabral, com a expulsão dos Hispanhóes de varios pontos, até que a 30 de Outubro, o coronel Marques de Sousa os levou á capitulação em Serro-Largo, ao mesmo passo que era occupado o territorio das Missões pelas fôrças de Borges do Canto e Manuel Pedroso.

O tractado de Badajoz, assignado a 6 de Junho de 1801 entre as duas nações belligerantes, pôz termo ás duas contendas, na Europa e na America, determinando que Portugal conservaria no seu dominio todo o territorio occupado a essa data pelas suas fôrças na America, voltando a paz a estas paragens ensanguentadas pela cobiça das duas nações secularmente rivaes e inimigas.

* * *

A entrada de Junot em Portugal, a evasão de d. João, regente do reino, accompanhado de toda a familia real, para o asylo seguro, embora longinquo, do Brasil, no dia 29 de Novembro de 1807, comboiado pelos proprios navios inglezes, inimigos da vespera, e a sua installação nas terras da vasta e opulenta colonia, mudaram a face da Politica.

Aos homens de genio, estadistas que se revelavam triumphalmente, logo ás primeiras medidas inspiradas ao novo govêrno, contrapunha-se a personalidade irrequieta e trefega da esposa de d. João. Enquanto o regente abria os portos do Brasil ao commercio extrangeiro, abria ella os braços aos almirantes e a rede das intrigas de alcova aos sonhos com que acariciava as ambições de princeza, pretensa successora de seu pae, o rei Carlos IV de Hispanha, aos direitos sôbre as possessões no Prata, onde affagava a esperança de fundar um reino, cuja corôa, independente da de Portugal, lhe cingisse a fronte de rainha já conspurcada pela lascivia, porque a princeza de Bourbon e Bragança — « imaginara res- « taurar, no vice-reinado do Prata, o throno castelhano, desabado « na Europa com Fernando VII » — no dizer de Euclides da Cunha.

Na *Historia de Belgrano*, o grande Mitre, fazendo exhaustivamente o estudo documentado e brilhante da invasão portugueza na provincia de Montevidéo, escreveu: « en vista de estas causas « y antecedentes historicos, de la ambición tradicional de Por- « tugal, respecto del engrandecimiento territorial en America; « de las tendencias que en el mismo sentido habia manifestado la « Inglaterra en los ultimos años; y teniendo presente, que el « Principe Regente estaba casado con la Infanta Carlota, her- « mana de Fernando VII, la cual habia manifestado tener de- « rechos eventuales al throno español, de temer-se era que la « politica portuguesa se complicasse con la situación de las ve- « cinas colonias del Rio de la Plata. . . »

A « complicação » surgiu realmente, emmaranhou-se e, de difficuldade em difficuldade para ambas as margens da « illusão

do Prata», chegou á precaria e ephemera incorporação da Cisplatina ao Reino Unido de Portugal, Brasil é Algarves, a 31 de Julho de 1821.

Para esse desfecho contribuiu lamentavelmente a inconsistente e antijuridica resolução unanime do cabildo de Montevidéo.

* * *

Nas colonias do Rio da Prata surgiram dous partidos, correspondentes a outros dous que, na Hispanha, se haviam organizado, por motivo do rompimento entre o rei Carlos IV e seu filho Fernando VII.

Os dous partidos coloniaes eram — o dos Hispanhóes, favoravel ao velho monarcha Carlos IV e obedecia á direcção do governador Elio, de Montevidéo; e o dos liberaes, composto de filhos do paiz, dedicados a Fernando VII, que recebeu o apoio e a orientação de Liniers, vice-rei de Buenos-Aires..

Assim extremados os dous campos, Elio declarou-se independente do vice-rei e organizou uma Juncta soberana de govêrno, sob sua presidencia.

Foi nessa conjunctura que d. Carlota Joaquina entendeu intervir na contenda, enviando secretamente os seus emissarios ao Rio da Prata, com a promessa e a proposta de formar um reino independente, cuja capital seria Buenos Aires « sin que su marido tuviera parte en el gobierno, para mantener la division y separacion de los dominios españoles y portugueses. »

A' resolução audaciosa de Elio respondeu o gesto do cabildo de Buenos Aires no dia 1 de Janeiro de 1809, para arrancar o govèrno a Liniers, cuja origem franceza não merecia confiança aos Hispanhóes. O partido liberal, porém, dominou essa explosão, ficando só em campo a Juncta Soberana, sob a direcção suprema de Elio.

Simultaneamente, no Rio de Janeiro, onde o principe regente e sua mulher d. Carlota jogavam perpetuamente as cristas, dous partidos tambem se haviam formado, — um que obedecia á prin-

ceza e afagava as suas tresloucadas ambições; outro que favorecia e accompanhava a indecisa e pachorrenta tolerancia do regente, si bem que com mais energia do que revelava o marido da filha de Carlos IV.

Aquelle, o partido hispanhol, desejava manter integralmente as colonias hispanholas creando um reino independente; este, o partido portuguez, trabalhava pela annexação da Banda Oriental: um e outro teciam a interminavel rêde das intrigas, derramavam muito sangue que a nenhuma dessas ambições approveitou seguramente: o sonho da princeza se desfez, e a illusão da conquista oriental para o Reino Unido, viveu o classico « espace d'un matin ». Interveio a Juncta de Sevilha e afastando Liniers, que representava o perigo francez, nomeou vice-rei a Hidalgo Cisneros, cuidando resolver o problema das pretenções napoleonicas. A revolução de Maio de 1810 embargou a resolução da Juncta, revogou-a pela deposição do vice-rei, enviou as suas fôrças á Banda Oriental, conseguiu um triumpho no combate das Pedras em 18 de Março de 1811, para occupar Montevieéo.

Elio recorreu então á côrte do Rio e supplicou á princeza d. Carlota com o intuito de obter o apoio luso-brasileiro, por meio da intervenção militar no territorio da Banda Oriental.

O governo portuguez no Rio accedeu ás supplicas de Elio, e a politica de intervenção foi iniciada com a invasão daquelle territorio por um exercito sob o commando de d. Diogo de Sousa, com o pretexto sybillino de garantir os direitos de d. Carlota Joaquina, pretensa successora do rei Carlos IV, em virtude da rebeldia do principe das Asturias, rebeldia que determinára a sua prisão.

Alem de futil, esse pretexto não logrou prestigiar a verdadeira intenção do govêrno portuguez, e a conquista da Banda Oriental abortou pela influencia do diplomata inglez no Rio, lord Strangford, a cuja sagacidade o govêrno da Grã-Bretanha confiara a tutella politica de d. João. A invasão do territorio do vice-reino podia excitar a reacção do governo hispanhol e romper a cordialidade das relações politicas entre as duas nações da Peninsula, que a Inglaterra necessitava manter, empenhadas como estavam as suas

fôrças militares em Portugal, auxiliando a independencia do reino contra os exercitos de Junot. E com taes razões superiores arrancou ao principe regente o compromisso de não intervir na contenda da Juncta de Buenos-Aires, contra o vice-rei de Montevidéo.

E assim, avançando e recuando, intervindo e retirando-se, a politica luso-brasileira incerta, medrosa ás vezes, atrevida tambem, mas quasi sempre desorientada e vacilante, nem fixou o seu papel superior no Prata, nem protegeu as ambições de Elio, nem as aspirações de liberdade daquelles povos, deixando o vice-rei de Montevidéo emmaranhado nas suas proprias rêdes.

Essa solução inesperada e afflictiva levou naturalmente os dous contendores, de Buenos Aires e Montevidéo, a um accordo que se operou com o tractado de pacificação, celebrado a 20 de Outubro de 1811, o qual affirmou a unidade da monarchia hispanhola, ficando assentado que, retiradas as tropas de Buenos-Aires, fosse reconhecida a auctoridade do vice-rei em toda a Banda Oriental, compromettendo-se este a fazer com que o exercito portuguez evacuasse o territorio occupado.

Mas o exercito de d. Diogo de Sousa não se submetteu ao estipulado naquella convenção. Elio reclamou o auxilio da Juncta alliada de Buenos-Aires para repellir os Portuguezes, quando surgiu a figura de Artigas, o arrojado e bravo caudilho, augmentando a complexidade da situação, aggravando os acontecimentos.

A Juncta de Buenos-Aires insistia pela retirada dos Portuguezes ás suas fronteiras. Apparecem os documentos originaes do embaixador hispanhol no Rio de Janeiro, Casa-Yrujo, demonstrando as intenções portuguezas de conquista sôbre o territorio hispanhol. Apparecem os officios do general portuguez d. Diogo de Sousa e os papeis do agente de d. Carlota Joaquina, o italiano Contucci, exigindo que Buenos-Aires reconhecesse os direitos de soberana que a infanta, esposa do principe regente d. João, reclamava, promettendo em troca a submissão de Montevidéo.

A Juncta reclamava a intimação aos Portuguezes para que abandonassem o territorio da Banda Oriental e estes, allegando que a Juncta não tinha jurisdicção naquelle territorio, onde sómente

reconheciam a do vice-rei, a cujo pedido e chamado haviam acudido, não se moviam em retirada.

Dessa situação oppressiva saiu a guerra. Artigas foi auxiliado efficazmente, enquanto o partido hispanhol, no empenho de apoiar as loucas pretenções da infanta d. Carlota Joaquina, preparava um novo movimento revolucionario, pelo que lord Strangford, receioso de um rompimento que poria em perigo na Europa a politica da peninsula iberica, influiu no espirito do regente para que contrariasse abertamente aquellas pretenções, revelando-lhe que uma guerra entre Portuguezes e Hispanhóes na America repercutiria necessariamente em Portugal e na Hispanha, quebrando a união indispensavel desses dous povos na guerra, contra a usurpação napoleonica.

Essa interferencia do ministro britannico produziu o resultado apetecido, sendo enviado então a Buenos-Aires, como representante diplomatico, João Rademacker, intimo de lord Srangford e por este tão habilmente instruido que, no mesmo dia de chegada áquella cidade, declarava que era toda de paz e de harmonia a sua missão; que o principe regente antecipara as suas ordens de retirada ás fôrças de d. Diogo de Sousa; exhibiu um officio de lord Strangford offerecendo a mediação e garantia da Inglaterra para firmeza de quaesquer tractados que fossem celebrados e assignou, á noite, o armisticio de 26 de Maio de 1812 e mais os dezeseis artigos addicionaes e secretos.

Esse recúo vergonhoso do exercito luso-brasileiro, sob o commando de d. Diogo de Sousa, «que contra elle protestou muito nobremente» foi resultado da nefasta politica intervencionista em connubio clandestino e infamante com a volupia da ambiciosa infanta, na ancia incontida de dominar e ser rainha.

* * *

Fernando VII, filho de Carlos IV e ermão de d. Carlota Joaquina, fôra feito prisioneiro pelas fôrças de Bonaparte, durante a guerra da Hispanha em 1808, mas restaurado em 1813 aprestou-se para combater a insurreição das colonias hispanholas da America

do Sul. Tanto bastou para que o govêrno do principe regente se alarmasse e offerecesse secretamente á Hispanha para auxiliar esse empenho do govêrno de Madrid, sob a condição de annexar a Banda Oriental á corôa de Portugal. Essa ambiciosa esperança era afagada pela Inglaterra, a cujos interesses não convinha a victoria do rei de Hispanha sôbre as aspirações das suas colonias, pois que seria isso o fechamento dos portos do Prata á sua expansão commercial.

A Hispanha de Fernando VII recusou-se a entrar em taes negociações simplesmente porque, entre perder o territorio da Banda Oriental para servir os interesses da Inglaterra através da ingenua velhacaria diplomatica do govêrno do principe regente e conserva-lo sob o dominio da sua corôa mantendo o vice-reino do Prata, o governo de Madrid preferiu esta solução, tanto mais quanto a soffreguidão, com que o govêrno do Rio se offereceu e o da Inglaterra o amparou, descobriu inteiramente as intenções do pacatissimo Bragança, inspirado por lord Strangford, o seu divino espirito sancto.

E, assombrosa resolução politica, o govêrno portuguez do Rio de Janeiro, que intimara o « cabildo de Buenos-Aires a acceitar as « suas propostas sob pena de experimentar a sua fôrça em causa « commum com o seu poderoso alliado contra o povo do vice-rei- « no, si não reconhecesse os direitos de d. Carlota Joaquina, « terminou por celebrar, em 1812, um armisticio que burlava Elio « e, revelando a conspiração de Alyaga, consolidava a revolução « e a independencia », como escreve Quesada.

* * *

Si o conde de Linhares havia sido, com lord Strangford, o inspirador das aventuras portuguezas no Prata, para as quaes contribuira tambem a intriga de d. Carlota Joaquina, sonhando com a corôa de rainha, o ministro Rademacker, dedicado fiscal da politica britannica, teve o condão de conseguir aquelle resultado e sobretudo a desastrosa « approximação e convivencia perigosa do povo

« brasileiro com os caudilhos, de que José Artigas foi o primeiro « molde », na opinião de Euclides da Cunha.

Mas não é menos exacto que de 1812 a 1816, nesse intervallo em que as chammas desappareceram, deixando vivas as brasas sob as cinzas, o principe regente d. João teve opportunidade de entregar-se á politica interna, dedicando-se efficazmente á sua administração da vasta colonia, de modo tal que, por uma serie de medidas profícuas, attendendo a necessidades imperiosas, chegou á satisfacção da necessidade superior que então se manifestara, elevando o Brasil á categoria de reino, pela carta de lei de 16 de Dezembro de 1815.

* * *

Em 1814 Montevidéo succumbira aos exforços da Juncta de Buenos-Aires e « por acaso, diz Euclides da Cunha, o principe « regente feriu a questão internacional mais séria deste continente. « Approveitando-se das discordias entre os Orientaes daquelle José « Artigas, que é a figura mais representativa da caudilhagem sul-« americana, e os Argentinos, para firmar com a espada de Frederico « Lecor, barão de Laguna, o seu dominio em Montevidéo, a poli-« tica exterior de d. João lançara as primeiras linhas de uma oppo-« sição, victoriosa até hoje, contra o pensamento da reconstituição « do vice-reinado platino, que se planeara desde 1811, na Juncta « Governativa de Buenos-Aires. »

José Artigas proseguia nas suas incursões guerreiras em territorio luso-brasileiro e proclamando-se general dos Independentes da Banda-Oriental, convocara os seus patricios á lucta pelas armas, no « intuito talvez de preparar a união do extremo « territorio brasileiro áquelle em que a sua incontestavel bravura de « caudilho conseguira impor-se ».

A necessidade de mais fortemente assegurar os limites meridionaes do Brasil contra as aventuras e ambições do caudilho fez resurgir no espirito do govêrno do Rio de Janeiro a idea de conquista da Banda Oriental.

E os *Voluntarios Reaes do Principe*, sob o commando do tenente-general Lecór, vindos de Portugal, desembarcaram em Sancta Catharina, afim de se dirigirem a Montevidéo, com ordem de a occuparem, auxiliados pelo general Curado, que deveria operar no territorio do Rio Grande do Sul com as tropas que já então obedeciam á sua espada.

Lecór, pela fronteira de Serro Largo, invadiu a Banda Oriental, á frente de 6.000 homens, e Artigas internou-se em territorio brasileiro, onde soffreu successivas derrotas. O general portuguez, avançando, tomou o forte de Sancta Tereza a 13 de Novembro; venceu Fructuoso Rivera á margem do arroio *India Muerta*; desalojou do passo de Chafalote o commandante Muniz e acampou em Maldonado, onde entrou sem resistencia.

Artigas e Verdun experimentaram a influencia das armas luso-brasileiras triumphantes em S. Borja, Catalão e Ibirocahi, até que o general Lecór, em combinação com a pequena esquadra do conde de Vianna, avançou de Maldonado sôbre Montevidéo.

Fructuoso Rivera, que se retirara para essa capital, vendo que não podia sustentar-se nessa posição, abandonou-a ás fôrças invasoras; d. Manuel Barreiros, logar-tenente de Artigas, seguiu-lhe o exemplo, ordenando que fosse incendiada a praça. O cabildo, porém, não obedeceu ao caudilhete, e a 20 de Janeiro de 1817 o general Lecór entrou victorioso em Montevidéo, tendo encontrado duas leguas antes a deputação do Cabildo, que lhe offereceu solennemente as chaves da cidade.

Vencido Artigas e os seus chefes pelos soldados do general Curado, do general Marques de Sousa, do coronel José de Abreu, do brigadeiro João de Deus Menna Barreto, do brigadeiro Oliveira Alvares e do marquez de Alegrete, nas margens do Uruguai, nos serros do Carumbé, no Arapehi e em Catalã, ficaram as fronteiras do Sul libertas por algum tempo, fixando-se então os limites entre o Rio Grande e a Banda Oriental do Prata, pela convenção de 30 de Janeiro de 1819.

Entretanto, sem desalentos que os insuccessos repetidos das suas fôrças justificariam amplamente, animado de um largo e forte

espirito de altivez e de independencia, Artigas não se subordinou ás victorias de Lecór, nem á resolução do cabildo de Montevidéo; reencetou a lucta contra os seus inimigos luso-brasileiros e, depois dos combates no Passo do Rosario, foi totalmente derrotado em Taquarembó pelas fôrças do general Corrêa da Camara e do conde da Figueira, a 22 de Janeiro de 1820. Sem guerrilheiros e sem amigos, abandonado e até perseguido por aquelles mesmos que dias antes eram os seus logares tenentes, houve o bravo e historico modêlo dos caudilhos platinos de homisiar-se no Paraguai, onde Francia, o historico modêlo dos dictadores implacaveis e dos despotas sanguinarios, o manteve prisioneiro até 1826.

Dessa invasão commandada por Lecór, « considerando vigente o armisticio de 1812, respeitando a integridade do territorio que não atacava » ; dessa invasão que tinha apenas o character de provisoria e sómente se fazia contra as depredações de Artigas, para suffocar a anarchia e fazer respeitar por elle as fronteiras luso-brasileiras, como em officio de 23 de Julho de 1818, dirigido ao director supremo das Provincias Unidas, affirma o proprio ministro dos negocios extrangeiros no Rio de Janeiro, Thomaz Antonio de Villa-Nova Portugal, dessa invasão de apparente respeito á integridade do territorio platino e de simples defesa da ordem contra a anarchia, mas que levara nas instrucções secretas do general invasor o intuito final e o proposito occulto da conquista, dessa invasão que tinha por escopo capital « collocar o Brasil por aquella « fronteira, a coberto do contagio revolucionario do paiz vizinho », onde lavravam as ideas de liberdade e independencia, resultou a incorporação da Banda Oriental, sob a denominação de Provincia Cisplatina, ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, por fôrça do tractado de 31 de Julho de 1821, sendo já regente do reino do Brasil o principe real d. Pedro e ministro dos negocios extrangeiros Pedro Alvares Diniz.

* * *

Ha nesse tractado uma nota interessante que, si não é uma ironia, tem entretanto esse travor e bem póde characterizar a poli-

tica externa daquelles tempos. Foi elle accompanhado da Resolução de 21 de Julho, pela qual se mandava consultar previamente a vontade dos povos da provincia de Montevidéo, a respeito da incorporação da Banda Oriental ao Reino Unido, sob a denominação de Provincia Cisplatina.

Quando Lecór partiu para o destino indicado na ordem real, que o mandava seguir com os Voluntarios do Principe, levava nas instrucções reservadas do marquez de Aguiar, ministro dos negocios extrangeiros, a missão de se apoderar da Banda Oriental, occupando Montevidéo.

Consultar previamente, em 1821, sôbre a sua incorporação ao Reino Unido, a vontade dos povos, cujo territorio se mandara occupar em 1816 por fôrças armadas de mar e terra, si não é um sarcasmo é uma ironia amarga e de máo instincto.

«Quando foi conhecida a invasão de Lecór, o cabildo de «Montevidéo concitou o povo á resistencia; o director supremo «das Provincias Unidas do Prata, obedecendo á pressão da opinião «geral e popular, lançou uma proclamação, em cujo texto expunha a «confiança do povo no cumprimento integral do armisticio de 1812 «e na paz garantida pela Inglaterra, terminando com estas palavras «de alta significação: «La patria está en peligro; salvemos-la!»

Nada satisfez a anciedade pública, e porque essa proclamação não traduzia toda a grandeza do sentimento platino contra a invasão extrangeira, o director supremo, Balcarce, que não soubera sentir com a alma popular, nem exprimiu toda a magestade da sua revolta, foi deposto!

A 9 de Junho de 1816 já o congresso de Tucuman havia declarado a independencia, definindo com clareza a situação e evitando assim as intrigas e traições, que haviam characterizado as negociações com o govêrno do Rio. Nesse congresso foi eleito director supremo do Estado o general Juan Martin de Puyrredon.

E si poucos dias depois de haver Lecór penetrado na praça o cabildo de Montevidéo solicitava a annexação á corôa do Reino Unido, fazia-o coagido, tendo nos rins e na garganta as baionetas e as mãos crispadas dos guerreiros luso-brasileiros. Nem se com-

prehende a lealdade e a sinceridade dessa consulta em um povo que acabava de resistir, desde 1816 a 1821, com as armas na mão, por toda a parte onde podia chegar a coragem, a audacia, a bravura, a actividade de José Artigas, de André Artigas, de Fructuoso Rivera, de Ortoguez, de Sotello, de Verdun, de La Torre, na immensa extensão do pampa platino e nas *cochillas* do Rio Grande do Sul.

Mas com o tractado de 30 de Janeiro de 1819; com o auto de demarcação de territorios na fronteira entre o Brasil e a Provincia Oriental do Rio da Prata, em 3 de Novembro desse anno; com as condições de submissão do departamento de Canelones ao general Lecór, em 19 de Dezembro; com a convenção de 2 de Fevereiro de 1820 entre os commissarios do cabildo de Montevidéo e os deputados do Districto de S. José sôbre as condições de sua submissão, ratificada pelo general Lecór e, finalmente, com o tractado de 31 de Julho de 1821, celebrado em Montevidéo, incorporando o Estado de Montevidéo ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, sob o nome de Provincia Cisplatina, seguido da resolução de 21 do mesmo mez para consulta prévia á vontade dos povos da provincia de Montevidéo, e accompanhado das condições addicionaes de 1º de Agosto, relativas a um distinctivo e ás armas do novo Estado, reforçado com a acceitação do general Lecór datada de 2 de Agosto, foi realizado o sonho da politica externa do govêrno do Rio de Janeiro com a conquista da «illusão do Prata».

Tres mezes antes, a 26 de Abril, o principe real d. Pedro fôra investido nas funcções de regente do reino do Brasil: d. João VI regressava a Portugal, deixando em mão de seu filho a previsão da proxima independencia do Brasil e vaticinando-lhe que seria elle o seu primeiro imperador.

* * *

Como todas as conquistas de illusões, essa, da Banda Oriental denominada Cis-platina, foi ephemera, e, além de ephemera, ruinosa, ingloria e humilhante.

Surgira o Imperio em 1822, começara e crescera a agitação das provincias, rugia subterraneamente a revolta das consciencias ao Norte, e a ameaça de desmembramento apparecia como um temporal que avolumava no horizonte.

Ao Sul, para as bandas orientaes da « illusão » erguiam-se os primeiros rumores e acastellavam-se as primeiras nuvens.

A incorporação da Cisplatina fôra um acto violento e punico: a sua consistencia era apparente; o primeiro pretexto bastaria para determinar a desaggregação, ainda mesmo que o govêrno do Rio, em mãos do novo imperador e dos seus conselheiros mais notaveis, pudesse adoptar uma politica de maior habilidade e ainda que á bravura de mais experimentados generaes se confiasse a sorte das armas para garantirem com a diplomacia e com a espada os limites do Imperio ao Sul, pelas aguas daquella caudalosa illusão.

O pretexto appareceu: o govêrno de Buenos-Aires, por intermedio do seu emissario Valentim Gomes, communicou ao gabinete imperial do Rio que o desejo do povo de Montevidéo era de voltar á sua antiga origem historica, unindo-se á republica limitrophe.

Era a scentelha.

Coube a tarefa de responder a essa insinuação de Buenos-Aires, ao ministro dos negocios extrangeiros, Luiz José de Carvalho e Mello, a 6 de Fevereiro de 1824.

E a incapacidade da politica brasileira concluiu os exforços da aspiração nacionalista de Montevidéo, habilmente amparados pelas Provincias Unidas, já então independentes.

Desde que da Costa Sousa Macedo capitulara em Montevidéo, entregando a praça a Lecór, que reconhecera a independencia brasileira, retirou-se para Portugal a divisão dos Voluntarios do Rei, e o Prata reconheceu a inferioridade em que ficava o novo imperio, para manter a incorporação da Cisplatina.

Immediatamente cresceu e corporificou-se o partido separatista da Banda Oriental, animado pelo apoio efficaz de Buenos-Aires, principalmente depois que a communicação de Luiz José de Carvalho e Mello respondêra á insinuação do emissario argentino,

no *memorandum* de 15 de Septembro de 1823. Assim se exprimia o ministro brasileiro: « A incorporação da provincia cis-platina ao Imperio é acto da livre vontade de todos os seus habitantes, e o Brasil pelos sacrificios que fez está resolvido a defender aquelle territorio, não admittindo que se consulte novamente a opinião, a respeito da incorporação daquelle estado ás Provincias Unidas.»

E' falso o fundamento dessa resposta : a incorporação se fez pela fôrça das armas, contra a vontade popular nobremente manifestada nos campos de batalha ; os caudilhos daquella épocha memoravel eram a expressão selvagem sim, mas epica, mas bella, mas sincera da alma platina. O Imperio não admittia nova consulta á opinião, porque tinha certeza plena de que, não tendo a fôrça das armas para apoiar agora a sua politica, a resposta á consulta seria favoravel ao desmembramento, a illusão se desfaria, o sonho se dissolveria e os limites do Imperio teriam de recuar, pelo menos, ao *statu quo* de 1804.

Continúa a nota do Governo imperial :

« Quanto ao direito de dispor livremente dos seus destinos,
« separando-se da antiga União, Montevidéo o tem perfeito, como
« teve o vice-reinado de Buenos-Aires para desligar-se da metro-
« pole, e outras provincias desse vice-reinado para se separarem de
« Buenos-Aires, como Cordoba, Santa Fé, Entre-Rios. . . e o Go-
« verno de S. M. I, em vista de tão graves razões, não pode entrar
« com o de Buenos-Aires em negociação que tenha por base fun-
« damental a cessão do Estado Cisplatino, cujos habitantes não
« deve abandonar. »

O mesmo politico e diplomata, que nessa resposta historica sustentava doutrina tão funesta ao direito de consolidação, que não se pode negar ás sociedades politicas sem ferir fundamente a natureza humana e as expansões da liberdade, assignava a nota official emanada do palacio do govêrno do Rio de Janeiro em 6 de Agosto de 1825, desapprovando a conducta do governo de Matto Grosso, que havia reconhecido, acceitando-a, a annexação da provincia boliviana de Chiquitos, cujo governador preferira annexar o seu territorio ao imperio do Brasil, fundado em uma

manifestação do povo. E Luiz José de Carvalho e Mello, em nome do imperador, escrevia e assignava nessa data, estas palavras textuaes : « . . . que lhe foi extremamente desagradavel que houvesse ultra-« passado os limites das suas attribuições, por ignorar que esse ne-« gocio é, por sua natureza, da exclusiva competencia do soberano, « e que tão mal soubera avaliar os sentimentos de seu magnanimo « coração que chegasse a persuadir-se que se pudesse approvar só « por ser util o que é inteiramente contrario aos principios do direito « publico reconhecido por todas as nações civilizadas, quando por « feliz experiencia se conhece que está guiado invariavelmente pelos « dictames mais sãos da justiça e da politica, procurando o maior « bem da nação que governa, sem quebra do direito das outras. »

No entanto, pouco mais de um anno antes, a 6 de Fevereiro de 1824, esse mesmo ministro e diplomata escrevêra e assignara esta doutrina : « Que ainda quando consultasse novamente a « vontade geral da Provincia Cis-Platina por algum meio que se « quizesse propor, ainda quando essa vontade de se manifestar, o « que não era crivel, pela incorporação, seja a Buenos-Aires, seja a « Portugal, seja a qualquer outra potencia, o governo imperial não « poderia deixar de a reputar um ataque, não só aos verdadeiros « interesses do Estado Cis-Platino, sinão tambem aos direitos ad-« quiridos com tantos sacrificios pelo Brasil ao referido Estado, « pois que uma convenção solenne feita entre este Estado e o « Imperio do Brasil, ao qual foi e é muito oneroso, não pode dis-« solver-se só pelo arrependimento de uma das partes contractantes, « sinão pelo de ambas.»

A contradicção é flagrante ; mas muito mais clamorosa se torna quando a compararmos com a doutrina observada pelo govêrno do Imperio na politica interna : em Pernambuco, em 1824, por occasião da rebellião daquella provincia do Norte ; e no Rio Grande do Sul, onde durante tantos annos combateu e perseguiu aquella doutrina.

* * *

Consequentemente foi facil a Lavalleja, e aos seus trinta e dous companheiros de jornada, em 19 de Abril de 1825, protegidos por

Fructuoso Rivera, com as suas tropas, levantar o grito de independencia, no Areal da Agraciada: o grito repercutiu por todo o territorio da Banda Oriental, formou-se na Villa de Florida um Congresso de Representantes, e por essa reunião de patriotas foram declarados irritos e nullos todos os actos da sua incorporação a Portugal e Brasil, e sem mais considerações proclamada a independencia do Estado de Montevidéo, por esta forma eloquente: « Resumiendo la provincia oriental en la plenitud de sus derechos, « libertades y prerogativas inherentes a los demás pueblos de la « tierra, se declara de hecho y de derecho libre e independiente del « Rey de Portugal y del Emperador del Brasil y de cualquiera otro « del Universo, y con amplio y pleno poder para darse las formas « que en uso y exercicio de su soberania estime conveniente.»

Surgira uma patria nova no continente sul-americano, destinada a ficar perpetuamente livre, nas margens do Prata, como sentinella vigilante para que não desappareça da vida das nossas raças essa illusão, que lhes alenta os ideaes de grandeza e de liberdade.

«Las patrias, como los mundos, nacen del fondo de los nublados « y de las tempestades. Son primeramente una materia cosmica lu« minosa, un instincto que brota de leyes misteriosas, leyes etnicas, « geologicas, sociologicas, historicas, todas ellas emanadas del « Supremo Legislador. Son después un hombre, brotando de « las entrañas del pueblo, y arraigado en ellas, que concentra y que « acaudilla esos instinctos; son, por fin, una multitud que empujada « por una ley superior a su voluntad, ajusta el ritmo de su alma « colectiva al del alma del heróe, afinada á su vez con la divina « armonia universal, realisa hazañas legendarias, é impone alfin por « la fuerza su voluntad, órgano inconsciente de la voluntad de « Diós.»

Dispa-se esse conceito das galas da eloquencia e da poesia, que characterizam o estylo do grande tribuno e poeta oriental que é Zorrilla de San Martin, e iremos encontra-lo synthetizado na proclamação de independencia do Congresso de S. Fernando de Florida, em 25 de Agosto de 1825 e, mais tarde, nas palavras austeras

e fundas do visconde de Cairú, em 18 de Dezembro de 1845, na resposta ao protesto do plenipotenciario argentino : « rotos os « laços que ligavam a America hispanhola á metropole, voltou a « soberania á sua origem, isto é, aos povos e não aos vice-rei- « nados, fracções da sociedade ; e sendo o contracto social livre, « espontaneo e unanime dos povos, que se emanciparam, o unico « titulo da sua nacionalidade, era nelle que se devia ir buscar a « existencia politica ».

Approveitando o ensejo favoravel que se lhe deparava, o govêrno de Buenos-Aires, em nota de 4 de Novembro de 1825, declarou immediatamente ao gabinete do Rio que reconhecia a separação da Cisplatina proclamada pelo povo, para considera-la incorporada ás provincias Unidas do Rio da Prata e promover a sua defesa :

« Por esta solemne declaracion el Gobierno general está obli- « gado a proveer á la defensa y seguridad de la Provincia « Oriental. Sostendrá su compromiso por cuantos medios esten a « su alcance, y por los mismos apersurará su evacuacion de los dos « unicos puntos militares que aún estan guarnecidos por tropas de « S. M. I. »

A essa notificação respondeu o Governo Imperial com a declaração de guerra, em 10 de Dezembro de 1825, contra as Provincias Unidas e seu govêrno, dando como causa determinante desse acto a intervenção de Buenos-Aires a favor da separação e independencia da Provincia Cisplatina : procedia assim o mesmo govêrno, que tres annos antes proclamara a independencia do Brasil !

« Travou-se a mais ingloria das nossas guerras, numa suc- « cessão de combates inuteis, onde apenas sobresaem as victorias « de Rodrigo Lobo, contra o almirante Brown », como escreveu Euclides da Cunha.

A 24 de Septembro de 1825, Fructuoso Rivera teve os louros de uma victoria sôbre as armas brasileiras, enluctadas pela morte do bravo coronel José Luiz de Menna Barreto, no *Rincão das Gallinhas*.

Em 12 de Outubro, no combate de Sarandi, foi derrotado Bento Manuel.

A 24 de Novembro de 1826, o proprio imperador embarcou para o Rio Grande do Sul, a vêr si com a sua presença incutia valor ás forças do seu exercito, desalentadas pelas derrotas, e sem consegui-lo, houve de regressar, porque a 11 de Dezembro a imperatriz fallecera. E si bem que alguns sopros de victoria houvessem bafejado as nossas armas em varios pontos, como nas margens do Quarahi, a derrota que ao marquez de Barbacena infligiu o general Alvear, a 20 de Fevereiro de 1827, no Passo do Rosario, o aprisionamento da esquadra de Senna Pereira pelo almirante Brown, na ilha de Martin Garcia, e a perda dos navios de Shepperd nas costas da Patagonia, puzeram termo definitivo a essa aventura perigosa e fizeram desabar a illusão de tantos annos na mais dura das realidades.

E' certo que a victoria de Alvear e a derrota do marquez de Barbacena foram largamente compensadas depois pela victoria da diplomacia brasileira sôbre a diplomacia argentina, ao redigir-se o tractado preliminar de paz, em 24 de Maio de 1827, em cujo art. I ficou pactuada a renùncia dos direitos argentinos á Provincia Cisplatina e o Imperador se obriga a cuidar com o maximo carinho aquella provincia, do mesmo modo ou melhor que as outras do Imperio. Eis o texto desse artigo:

« A Republica das Provincias Unidas do Rio da Prata reconhece a independencia e integridade do Imperio do Brasil, e renuncia a todos os direitos que podia pretender ao territorio da provincia de Montevidéo, hoje denominada Cisplatina. »

Quesada, o illustre publicista argentino, escreve:

« El triunfo del Brasil era asi completo, y la derrota de la Republica tenia mucho de afrontoso : el triunfo de Itusaingo quedaba manchado con semejante vergonzoso tratado ; las victorias navales y el terror de los corsarios, tampoco habian pesado en la balanza !

« La diplomacia brasilera reivindicaba asi los honores de exito: la Republica victoriosa en Itusaingo, deponia humilde sus laureles en un tratado ignominioso, sancionando la consumación de la conquista, colmaba con esceso la secular ambicion portuguesa, recogida, y levantada por la colonia emancipada. »

Pouco valeu a brilhante victoria da esquadra do almirante Brown; nada se conseguiu com a substituição do marquez de Barbacena pelo barão da Laguna, a guerra extenuara os contendores, Alvear confessava-se impotente para triumphos mais completos do que a retirada do exercito brasileiro, sob as ordens de Barbacena, e o plenipotenciario argentino affirmava a proxima dissolução da Republica na anarchia inevitavel, si a lucta proseguisse; o tractado de paz de 24 de Maio de 1827 não foi ratificado, porque em tal não consentiu a opinião nacional, e Rivadavia, não podendo resistir á onda das exigencias populares, renunciou.

O govêrno da Republica tombara em plena guerra externa, os partidos politicos proseguiam na lucta apaixonada das suas ambições desorientadas, e a dictadura, que começava a despontar entre os movimentos da anarchia, ganhava vulto ameaçador. E o congresso de Buenos Aires decretou a continuação da guerra, entregando-a ao coronel Manuel Dorrego, que tentou captar o govêrno de Montevidéo, para uma alliança com Bolivar, contra o Imperio, invadindo-o por todas as fronteiras.

E muito embora Lavalleja, reassumindo o govêrno em Durasno, augmentando a desordem politica; muito embora o plano de Bolivar não tivesse logrado approvação, muito embora se houvessem dissolvido as fôrças orientaes, tivesse caïdo o govêrno nacional, deixando as provincias sem vinculos que lhes fortificassem a união, muito embora fosse difficil sinão impossivel a reorganização de um exercito capaz de enfrentar a temerosa empresa, o general Rivera, que queria a guerra, succedesse o que succedesse, invadiu a provincia de Missões em Abril de 1828, confiando apenas na sua audacia de caudilho e « contando com o possivel auxilio que esperava dos republicanos de S. Paulo, sublevando-se contra o imperador.

Bem sabia este, porque lh'o havia informado o diplomata inglez lord Ponsonby, da verdadeira situação interna da Republica, da anarchia que lavrava nas Provincias Unidas, da desorganização das suas fôrças militares, e sobretudo da intenção em que se achava o govêrno de Buenos Aires de fazer da Banda Oriental uma nação

independente, tanto que na falla do throno, ao abrir o parlamento, affirmava que « não faria a paz, desmembrando do Imperio a Provincia Cisplatina ».

E assim se explica a facil victoria diplomatica obtida com a negociação e o tractado preliminar de paz, sôbre a delicada e critica situação em que se encontrou o plenipotenciario argentino.

No entanto, um anno depois, quando a anarchia na Republica augmentara e a caudilhagem alçara o collo sem rebuços e sem escrupulos, bastou a noticia da invasão de Missões, para que a politica imperial mudasse rapidamente de orientação e, á custa do desmembramento do imperio, com sacrificio das velhas aspirações portuguezas, com o esvahir da illusão de um seculo e a renúncia para sempre de ter o Prata como limite, no extremo Sul, do territorio brasileiro, fizesse a paz e confessasse definitivamente a sua impotencia, reconhecendo a soberania da Republica Oriental do Uruguai.

Ainda uma vez a mediação da Inglaterra se fez sentir: a primeira fracassara, mas a segunda produziu resultado. Sendo bem recebida pelas duas partes belligerantes, a Argentina enviou ao Rio os seus dous emissarios: os generaes Balcarce e Guido, para negociarem a paz.

Buenos Aires anciava por ella; a anarchia dominava assustadoramente, ameaçando a Republica. Si nesse momento o Imperio pudesse resistir, talvez a fortuna lhe sorrisse, mas o proprio imperador sentia a precariedade da sua situação; sem generaes, sem apoio na opinião, sem a sympathia dos governos extrangeiros e nesse estado d'alma, entre o receio de perder o throno e a perplexidade em face de um problema que o seu espirito não sabia resolver, assignou a convenção preliminar de paz, em 27 de Agosto de 1828, reconhecendo nesse mesmo instante a independencia da Banda Oriental, e firmou o artigo addicional, relativo á livre navegação do Rio da Prata e de seus affluentes.

Em 25 de Dezembro do mesmo anno, os generaes Sebastião Barreto, brasileiro, e Fructuoso Rivera, uruguaio, completavam a obra final da independencia da Banda Oriental, assignando em

Irebeasubá uma convenção, na qual ficou estatuido que, até ulterior deliberação dos governos interessados sôbre as questões pendentes, o rio Quarahi seria uma linha divisoria provisional.

E a Provincia Cisplatina, que Portugal annexara ao reino do Brasil e que o Congresso Constituinte de Buenos Aires, em 25 de Outubro de 1825, declarara parte integrante da Republica das Provincias Unidas do Rio da Prata, com a denominação de Provincia Oriental, que, em 31 de Março de 1827, jurara solennemente a constituição daquelle Congresso, que fôra o pômo da discordia e a causa da guerra entre a Republica e o Imperio, dessa lucta memoravel saïu para a independencia. A mediação ingleza produziu esse resultado: á convenção preliminar da paz entre os dous belligerantes succedeu o accôrdo, pelo qual renunciaram ambos as suas pretenções, e o territorio que fôra o sonho dourado de ambos, e a illusão enganadora do Brasil, passou a ser, com o reconhecimento expresso do Imperio e da Republica, o novo estado soberano, a Republica Oriental do Uruguai.

Assim, da ancia vã de conquistador, correndo atrás da illusão inattingivel, o Brasil, nos primeiros albores do Imperio, passou galhardamente á posição romantica de protector do sonho... que duas vezes se esvahira.

* * *

O govêrno imperial que se apressara a fazer a paz, apenas teve conhecimento da invasão das Missões pelas fôrças desorganizadas do caudilho Rivera, depois de haver affirmado que não a faria, consentindo em desmembrar a Cisplatina do Imperio; que não pudera resistir em Ituzaingo á investida do exercito do general Alvear e houvera de retirar-se do campo de batalha, abandonando artilharia, bandeiras e bagagens, para asylar-se na margem opposta do Jacuhi, a septenta leguas da arena de combate; o govêrno imperial que não se contentava com o territorio continental da Cisplatina e por mão do proprio monarcha dera ao marquez de Queluz, ministro dos negocios extrangeiros, a minuta das condições para o tractado de paz, incluindo a clausula do art. 6º que impunha a en-

trega ao Brasil da ilha de Martin Garcia, da qual o Imperio necessitava para melhor segurança das suas fronteiras e da sua tranquillidade, o govêrno imperial consentiu que os seus diplomatas incluissem na convenção preliminar de paz, de 1828, duas clausulas que o armavam em cavalleiro manchego, assumindo espontaneamente obrigações que, em sua consciencia, não podia desempenhar. Si durante cinco annos, depois de promulgada a Constituição politica, a Republica fosse perturbada por commoções intestinas, ou si corresse perigo a sua independencia, o Imperio se compromettia, e a nova soberania auctorizava a intervir nos negocios do Uruguai: o Brasil, minado por dissenções internas, batido pela adversidade precoce, ferido pela lucta impiedosa das facções nas suas provincias, veste a cota-malha de Magriço e apresenta-se á diplomacia internacional como o fiador e o campeão da honra e da intangibilidade da donzella do Prata, que havia sido atè alli a sua esperança.

As agitações politicas, até então irreprimiveis no territorio das Provincias Unidas, ganharam incremento com a proclamação da independencia, as luctas avolumavam-se e repetiam-se; por outro lado, não faltavam os desejos e até mesmo as tentativas de annexação da Banda Oriental aos territorios vizinhos, sob pretexto de se formar uma confederação das antigas provincias do vice-reinado, de sorte que, pela lettra expressa daquelle acto diplomatico, o Brasil teve ensejos repetidos de intervir, mas absteve-se outras tantas vezes de levar a effeito essa politica, porque, como observa o sr. Clovis Bevilacqua: «Si lisongeava a vaidade de nossos estadistas, era pouco commodo o papel de garante e campeão de um povo, que a juventude e as condições ethnicas faziam irrequieto.»

E a politica imperial, na impossibilidade manifesta e absoluta de levar a effeito o seu compromisso, embora o tractado de 27 de Maio de 1827 houvesse abortado, por não ter merecido ratificação do govêrno de Buenos-Aires, que o revogou em 25 de Junho do mesmo anno, para fugir a essa situação moral crudelissima, imaginou e iniciou uma outra aventura diplomatica em 1830, entregando ao marquez de Sancto Amaro uma missão delicadissima,

que não logrou resultado apreciavel e que, renovada em 1844 com o visconde de Abrantes, fracassou tambem. Procurava o Imperio interessar a Europa nos negocios politicos da America do Sul, para lhes dar uma solução que o libertasse do grave compromisso, pela intervenção do Velho Continente nas questões do Prata.

Em 1823, Monrõe na sua mensagem annual, havia lançado a famosa doutrina que visava salvar as novas nações americanas da absorpção européa; e o Imperio, isolado com o seu regime dynastico, em meio de um enxame de republicas, contrariava inhabilmente aquella expressão de uma politica externa liberal, garantidora e efficaz para o seu desenvolvimento, procurando attrahir ás suas fronteiras a intervenção das potencias da Europa, collocando alli, naquella atmosphera propicia, o germe de futuras contendas internacionaes.

Em 1830, sendo ministro dos extrangeiros o illustre Miguel Calmon du Pin e Almeida, depois visconde de Abrantes, coube ao marquez de Sancto Amaro receber as instrucções secretas da sua missão á Europa, com o fim principal de tractar dos negocios concernentes á situação politica de Portugal e obter modificação no *Memorandum* britannico sôbre o pagamento de presas. Esse foi o fim principal apparente, mas o intuito verdadeiro era outro, referia-se á intervenção das potencias européas — Inglaterra e França — nos negocios da America latina, no Prata, para conseguir a pacificação.

Essa missão nenhum resultado apreciavel produziu para o Brasil, para a Argentina ou para a França, que realizou a intervenção em 1838.

Ao contrario, depois de dous annos de aventuras militares e de alguns milhões de despesas desnecessarias, foi celebrado, entre o Almirante Mackau e o govêrno de Buenos-Aires, o tractado de 29 de Outubro de 1840, pelo qual, á custa de uma humilhação e do pagamento de indemnizações, Rosas conseguiu o reconhecimente formal da legitimidade do seu govêrno, firmando assim a sua intoleravel e intolerante dictadura.

Pelo art. 3º, esse tractado ficou como o documento perpetuo « do character verdadeiramente injustificavel de uma intervenção « que, reduzida á dolorosa contingencia de abandonar os seus « alliados á clemencia de um govèrno tyrannico, e sem definir « nenhum direito verdadeiro e legitimo, sem consagrar nenhum « pensamento fecundo, condemnava a França a reconhecer a legiti- « midade de um poder, que os seus proprios agentes haviam censu- « rado acremente, proclamando que elle tinha violado todas as leis « de humanidade ».

* * *

As luctas e as desordens internas que abalavam as republicas do Prata não cessavam, e, não obstante a obrigação contrahida pelo Brasil ao assignar o tractado de 1828, o governo imperial assistia impassivel a todos os acontecimentos que ameaçavam levar aquelles povos á anarchia, quando rebentou no Rio Grande do Sul a revolução *farroupilha* de 1835, que se prolongou pelo decennio memoravel.

As sympathias que os governos da Argentina e do Uruguai manifestavam pela causa dos revolucionarios obrigaram o gabinete do Rio de Janeiro a saïr da sua espectativa.

Um incidente inesperado cambiara a situação no Rio da Prata. Entre os republicanos de Bento Gonçalves e Fructuoso Rivera ficára ajustada uma alliança offensiva e defensiva, em 1838, cujo texto primitivo foi caïr em mãos do general barão de Caxias e do qual se deprehende que seria formada uma confederação de Piratinim, Corrientes, Entre-Rios e Montevidéo.

Essa *entente* contrariava e punha em risco os planos mais vastos do dictador argentino d. Manoel Rosas, e este, muito habilmente, apressou-se a entabolar negociações com o govèrno imperial, em 1843, afim de ser celebrado entre Argentina e Brasil um tractado de alliança tambem offensiva e defensiva, attendendo a que o Imperio seria grandemente prejudicado, si tal acontecimento politico se viesse a realizar, victoriosa que fosse a revolução rio-grandense.

«Cumpliendo instrucciones de Buenos-Ayres, en nota de 14
«de Marzo de 1843, el expressado diplomatico (General Guido)
«enbiaba al Ministro de Negocios Estranjeros, Carneiro de Leão,
«la correspondencia de Bento Gonçalves interceptada después de la
«batalla (Arroyo Grande), por la que probaba los arreglos exis-
«tentes entre el titulado Presidente de Rio Grande y el usurpador
«Rivera. El Ministro del Brasil verá en estes documentos compro-
«bada la exactitud con que el infrascrito anunció repetidas veces
«al Gobierno de S. M. I. la existencia de convenios secretos entre
«aquel agitador y los anarquistas de Rio Grande para ayudarse
«mutuamente contra el throno imperial y contra la Confederación
«Argentina; y para hacer triunfar la más vil deserción de los
«principios americanos.»

Estas palavras pertencem a Pelilla, no seu precioso livro intitulado: *La dictadura de Rosas*. Nesse mesmo anno, accedendo o gabinete do Rio de Janeiro, foi celebrado o tractado de 24 de Março, ratificado a 27 do mesmo mez por parte do Brasil e pelo qual «as «duas partes se obrigavam a restabelecer a auctoridade legitima «no Uruguai, expulsando os rebeldes e os intrusos não só dos «territorios da Argentina e do Imperio, mas tambem da Banda Ori- «ental, que, a seu turno, ficava absolutamente extranha á celebração «desse tractado».

Rosas, que não se deixou enredar tão facilmente como o seu representante general Guido pela diplomacia do Brasil, com grande tino e raro golpe de intelligencia, negou-se a ratificar o tractado.

Foi um rasgo de audacia que o tyranno de Buenos-Aires veiu a pagar caro, mas não é menos certo que, por essa forma, infligiu elle, com grande habilidade, uma derrota a Honorio Hermeto Carneiro Leão, visconde de Paraná, que, como ministro dos negocios extrangeiros, negociava manhosamente essa convenção.

A diplomacia brasileira não se desalentou e, sendo ministro dos negocios extrangeiros o visconde de Uruguai, não teve duvida o govêrno imperial em, por intermedio do seu representante em Buenos-Aires, Ponte Ribeiro, trocar notas com o govêrno argen-

tino pelo facto de haver o plenipotenciario brasileiro no Uruguai, Cansanção de Sinimbú, desconhecido o bloqueio, que a Montevideo puzera o general Rosas.

Rosas negara ratificação ao tractado de 24 de Março, allegando que não lhe seria possivel pôr em execução as clausulas respectivas, sem consentimento do governo do Uruguai, que ficara extranho ao tractado e em cujo territorio deviam penetrar as fôrças do Imperio; mas a causa verdadeira desse procedimento deve ser attribuida ao facto de a esse tempo já poder o tyranno de Buenos-Aires dispensar a alliança com o Imperio, que elle mesmo acariciara, insinuara, pedira e conseguira realizar.

O govêrno imperial, como opina o sr Bevilacqua, volveu á neutralidade. Mas essa neutralidade era ficticia.

Rosas bem sabia que, enquanto o Imperio negociava com o seu govêrno o tractado de alliança que alvejava a Banda Oriental, não abandonara o seu velho ideal: a creação da soberania paraguaia, que se apresentava aos olhos perspicazes da diplomacia brasileira como uma imposição natural para manter o equilibrio com a Republica Argentina, e que para esse fim já havia reconhecido solennemente a independencia do Paraguai em 1844, tendo, aliás, acreditado agentes diplomaticos em Assumpção nos annos de 1842 e 1843.

Ao dictador argentino não escapou a circunstancia de ter accedido o governo imperial tão facilmente á celebração do tractado de alliança offensiva e defensiva, que lhe propunha o seu representante general Guido, ao qual o ministro dos negocios extrangeiros deixara entrevêr que o Imperio não se opporia aos planos do govêrno de Buenos Aries tendentes á absorpção da Banda Oriental, quando estava ainda na memoria de todos os estadistas o teor do tractado de paz de 1828, que reconheceu a independencia do Uruguai, com a obrigação espontaneamente assumida pelo Imperio de garantir não só essa independencia como tambem a integridade.

Ou essa insinuação do diplomata brasileiro encobria um desprezo criminoso pela fé dos tractados e era uma traição á Republica Oriental do Uruguai, ou era uma simples armadilha ao dictador:

em qualquer das hypotheses, Rosas não podia confiar nas negociações e cobria-se perfeitamente, negando ratificação ao tractado de 24 de Março de 1843.

E, quasi simultaneamente, o govêrno imperial lavrava dous actos diplomaticos de uma grande gravidade e extrema delicadeza, para definir a sua politica externa. Em 23 de Agosto de 1844 nomeava o eminente visconde de Abrantes para a importante missão especial na Europa, com o fim de se manter a independencia das republicas do Uruguai e do Paraguai, e convencer a França e a Inglaterra da conveniencia de mandarem aos seus representantes diplomaticos, acreditados na Côrte do Imperio, instrucções para se poderem entender como govêrno imperial sôbre negocios pendentes e quaesquer occurrenciaes futuras, relativas áquellas duas republicas.

Pertencem aos archivos da Chancellaria Brasileira as instrucções reservadas que ao visconde de Abrantes deu o govêrno imperial, sendo ministro dos negocios extrangeiros o conselheiro Paulino José Soares de Sousa, em 23 de Agosto de 1844. Dessas instrucções destacamos os periodos que seguem ;

« Objecto da missão — Sabe V. Ex. que o Imperio não pres-« cinde por modo nenhum da independencia plena e absoluta da « Republica do Uruguai, independencia que se acha tambem esti-« pulada entre a França e a Confederação Argentina, pela Con-« venção de 29 de Outubro de 1840, e ao mesmo tempo não ignora « V. Ex. que muito suspeitam o governo de Buenos Ayres de « nutrir vistas ambiciosas contra o dicto Estado do Uruguai. « Consequentemente, deve estar V. Ex. convencido de quanto « importa ao Gabinete Imperial conhecer completamente quaes são « as vistas dos Gabinetes de Londres e de Paris, relativamente « a essas Republicas do Rio da Prata e do Paraguai. Finalmente, « muito convem que os Agentes diplomaticos dessas duas nações, « acreditados nesta Côrte, recebam instrucções para poderem en-« tender-se com o Governo Imperial sobre os negocios pendentes « e quaesquer futuras occurrencias relativas a essas republicas. « Tambem convem que V. Ex. informe circunstanciadamente

« acerca dos projectos e instrucções que, nas grandes nações
« maritimas, por ventura occupem, ou aos governos ou aos par-
« ticulares, a respeito da navegação fluvial na America do Sul,
« companhias que se tiverem formado com esse intuito e tudo
« o mais que fôr relativo a este importante objecto, sobre o qual
« deve haver grande reserva.»

Consta ainda do mesmo archivo a seguinte informação — datada de 22 de Outubro de 1844:

« O Visconde de Abrantes recebeu de Lord Aberdeen a noticia
« da doença grave de Rosas e disse-lhe que se viesse elle a fallecer
« mudar-se-ia a face da politica no Rio da Prata. Lord Aberdeen
« concordou, temendo que a anarchia viesse a devastar aquelles
« paizes. O Visconde de Abrantes lhe observou que, já havia dois
« annos, ella os devastava e barbarizava completamente, insinuando
« que os Governos civilizados o não deveriam permittir, princi-
« palmente a Inglaterra. Nem tão pouco o Brasil.»

A 14 de Septembro do mesmo anno, o govêrno imperial assignou o acto de formal reconhecimento com que ratificou, em Assumpção, a independencia do Paraguai.

Eram dous actos de franca hostilidade aos planos e ao govêrno de Rosas.

A missão Abrantes fracassou: a França e a Inglaterra, acceitando a insinuação da diplomacia brasileira, recusaram a fórmula offerecida pelo govêrno imperial e resolveram intervir directamente, sem audiencia do Brasil, que recebeu em cheio essa desconsideração formal e teve que se recolher ao retrahimento posterior, vencido pelo dictador argentino e menosprezado pelas nações europeas.

E' certo que foram quatro as missões anglo-francezas que intervieram nos negocios do Prata: que á quarta vez a Inglaterra reconsiderou os seus propositos anteriores e poz ponto final nessa politica ruinosa e attentatoria da liberdade e do direito; que a França ainda uma vez insistiu, confiando ao almirante Lepredour a execução da última tentativa, recuando finalmente á sua antiga politica anti-intervencionista.

E o Imperio, com a sua politica de intervenção, conseguiu exactamente o que desejava evitar: « a consagração definitiva do poder « dictatorial de Rosas e as 21 salvas com que a artilharia franceza, « em nome de Luiz Philippe, saudou a bandeira argentina », além « da confissão quasi expressa que antes fizera o govêrno inglez « da inutilidade dos seus exforços, do perigo dos seus bloqueios, « da injustiça e do arbitrio das pretenções sustentadas em seu nome « por agentes mais zelosos que esclarecidos ».

E' exacto que depois da exclusão do Brasil pelos dous governos europeus, na intervenção por elle mesmo suggerida, por intermedio da missão Abrantes, foi mais tarde solicitado o govêrno imperial a tomar parte na empreza « como um elemento americano de primeira importancia », segundo lhe dizia o govêrno da Republica Oriental, á guisa de premio de consolação.

Que resultados beneficos á humanidade, á civilização, ao desenvolvimento do Direito internacional e á Justiça produziu essa politica de intervenção?

Que lucrou o Brasil com o seu acto inconsiderado, provocando a interferencia das duas nações europeas nos negocios internos das republicas platinas?

A confirmação do prestigio do tyranno argentino e do seu logartenente em Montevidéo e duas guerras, em que houve de empenhar-se, atrazando o seu desenvolvimento, derramando inutilmente o sangue de seus filhos e dos seus ermãos americanos, quando é certo que, pelo immenso e innegavel talento dos mesmos diplomatas, teria conquistado muito, si a politica externa fosse inspirada por outros principios menos duros e mais liberaes.

TERCEIRA CONFERENCIA

SUMMARIO — Oribe e as pretenções de Rosas — D. André Lamas e a Defesa de Montevidéo — A queda do partido liberal e o Gabinete conservador — Pimenta Bueno e o Paraguai — Convenio de 29 de Maio de 1851 — Lucta contra Rosas e Oribe — Tonellero e Monte-Caseros — Psychologia de Rosas — A politica externa do Brasil e a visão da Diplomacia — Anomalias de Direito Internacional arvoradas em bons principios — A missão Abrantes e a politica das intervenções — Visconde de Rio Branco, sua figura e influencia — Tractados de 7 de Março de 1856 e de 2 de Janeiro de 1859 — Neutralidade perpetua da Republica Oriental do Uruguai — A *illusão* desfeita.

Meus Senhores — Si, como deixámos demonstrado anteriormente, a politica externa do Imperio, provocando a intervenção européa nos negocios americanos do Prata, foi um èrro grave, de funestas consequencias para as aspirações brasileiras, a acção diplomatica do Governo Imperial, incontestavelmente brilhante, não deu melhores resultados, e a illusão se desfez de todo, apezar da victoria que destruiu para sempre, em Caseros, a dictadura de Rosas.

* * *

Desde 9 de Março de 1835, dominava Oribe na presidencia da Republica Oriental, como successor de Fructuoso Rivera, e de pleno accôrdo com o dictador argentino.

Fructuoso Rivera era, no dizer de Schneider, o favorito dos Orientaes. Para elle se volveu a nação quando comprehendeu que havia confiado os seus destinos a um caudilho da raça de Rosas. Desse embate surgiram os dous partidos — *colorado* e *blanco*, e a lucta prolongou-se tenazmente.

A revolução, em nome da « nação illudida », resistia com alentadora energia, concentrada na cidade de Montevidéo que afastava heroicamente a idéa de rendição e prolongava a resistencia, talvez « mais do que permittia a força humana. »

E, não obstante as clausulas do tractado em que o Brasil assumira a obrigação de acudir para salvar a soberania e a integridade da Republica recentemente creada á margem do Uruguai, o govêrno do Imperio assistia áquella pugna desegual e demorada, que punha em risco a independencia uruguaia, visto como todo o empenho de Oribe era, prescindindo do tractado de 1828, incorporar a Republica á Argentina, accompanhando a larga « aspiração de Rosas a formar um Estado poderoso pela sua extensão territorial, que pudesse equilibrar o poder do Imperio.»

Rosas, desembaraçado e livre das exigencias inglezas e francezas nas cinco missões interventoras, que o Governo brasileiro havia levianamente provocado por intermedio da missão Abrantes, com deslustre para o seu pundonor, voltou as suas attenções para o Brasil, repetindo, ora com fementida cortezia, ora com intoleravel insolencia, reclamações infundadas umas, futeis outrás, quasi todas traduzindo um pensamento de provocação.

Parece que o fracasso da referida missão e o desaire que ao Governo Imperial adveio da exclusão do Brasil da intervenção que desavisadamente inspirara á França e á Grã-Bretanha, haviam imposto ao gabinete do Rio a resolução de não voltar a immiscuir-se nas contendas da politica interna das republicas do Prata.

Convencem-nos desse proposito, alêm do acto de formal reconhecimento da independencia da Republica do Paraguai em 14 de Septembro de 1844, a nota do Governo Imperial, de 26 de Junho de 1845, ao ministro das Relações Exteriores da Republica do Uruguai, respondendo que o govêrno brasileiro guardaria estricta neulidade na lucta das republicas do Rio da Prata ; a nota de 14 de Novembro de 1845 á legação do Uruguai contestando a conveniencia de aggregar-se o Brasil á intervenção europea : a nota de 28 de Fevereiro de 1846, á legação do Uruguai, declarando que o Governo Imperial não se aggregava á intervenção européa, para que fôra solicitado pela propria Republica platina ; toda a correspondencia com a chancellaria argentina, de 16 de Abril de 1846 a 17 de Abril de 1847 sôbre tal intervenção ; a pertinacia do Governo Imperial em não travar relações officiaes, recusando-se a recebê-lo, com o

diplomata D. André Lamas que, representando a Defesa de Montevidéo, se achava no Rio de Janeiro, desde 1848, e mantendo-as, entretanto, com o general Guido, representante de Rozas, o qual ameaçava rompê-las com o Brasil, si este reconhecesse o diplomata de Montevidéo, no character de plenipotenciario.

Era, sem dúvida, uma insistencia atrevida que o Governo Imperial não devera nem podia tolerar.

A esse tempo dirigia a pasta dos Negocios Extrangeiros a alta mentalidade de Paulino José Soares de Sousa. As discussões que se travavam repetidamente com o representante argentino tiveram termo em 30 de Septembro de 1850, com a retirada da legação daquella Republica e, pouco depois, com o rompimento de relações entre o general Oribe e o representante brasileiro, encarregado de negocios em Montevidéo.

« El Ministro Araña, por nota de 30 de Setiembre, manifestó al « brasilero, de orden perentoria de Rosas, que desde aquella fecha « quedaba cortada toda correspondencia diplomatica. En esta ex- « tremidad, Da Ponte Ribeiro pidió sus pasaportes que le fueron « enviados el 4 de Octubre inmediato.»

O Governo Imperial tractou então de defender-se, defendendo as instituições nacionaes, a patria, o prestigio brasileiro e a propriedade dos seus subditos contra as ambições e a arrogancia do dictador. Eis como o Governo Imperial justificou então o seu procedimento:

« Os exforços feitos pelos generaes Rosas e Oribe para se- « parar do Imperio a provincia do Rio Grande do Sul; a maneira « pela qual cortejavam a revolução de 1835 e contribuiam para que « engrossassem as exaggeradas pretenções de fazer reviver o nullo « tractado de 1777 e de recobrar os povos de Missões que con- « quistámos e dos quaes ha tão longo tempo estamos de posse; « as continuadas tropelias, violencias e extorsões commettidas « sôbre subditos e propriedades brasileiras na fronteira, pondo em « agitação a provincia do Rio Grande do Sul e tornando imminente « um rompimento de um dia para outro, são circunstancias que « nos deviam fazer desejar e empenhar todos os exforços para uma

« solução definitiva dessas questões que, arredando os perigos
« imminentes da posição em que se achava o Imperio, nos
« offerecessem garantias e nos permittissem viver tranquillos.

« Ao mesmo tempo que o Governo Imperial repelliu a le-
« gação argentina como orgam e representante do general Oribe,
« procurava, por intermedio da legação imperial em Montevidéo,
« accommodar as difficuldades nascidas das extorsões e violencias
« practicadas contra subditos brasileiros e da consequente invasão
« do barão de Jacuhi.

« O general Oribe, seguindo, porêm, o exemplo do gover-
« nador de Buenos-Aires, rompia as suas relações com o encarre-
« gado de negocios do Brasil e declarou que não tomaria mais em
« consideração reclamação alguma.

« O Governo Imperial tinha somente duas alternativas:

« 1ª — Proceder como procedeu, acalmando a agitação das
« nossas fronteiras e tomando a si essas questões, como era de seu
« dever.

« 2ª — Empregar com evidente risco de conflagrar a provincia,
« a pouca fôrça de linha, que tinha então nella 5.316 praças
« (tendo sido retirada a indispensavel para pacificar a provincia de
« Pernambuco) em perseguir, prender e castigar homens que nunca
« tinha protegido efficazmente e que reduzidos á desesperação pro-
« curavam rehaver por si os bens, de que haviam sido iniquamente
« espoliados. E isto sem garantia e segurança alguma que o general
« Oribe faria cessar as causas que tinham produzido taes resultados,
« e para satisfazer a quem, accumulando queixas sôbre queixas de
« suppostos aggravos, assim accumulava pretextos para um rom-
« pimento, quando o julgasse opportuno.»

Estas palavras são officiaes: pertencem ao relatorio de 1852, do ministerio dos Negocios Extrangeiros, que era então dirigido por Paulino José Soares de Sousa.

Em Abril de 1848, a Republica do Uruguai insistiu para que o Governo Imperial interviesse nos negocios do Rio da Prata. Essa insistencia foi renovada com rara tenacidade pelo representante da Defesa de Montevidéo, D. André Lamas, que, residindo no

Rio de Janeiro, luctava heroicamente para conseguir que o Brasil amparasse a causa da liberdade contra a dictadura, da civilização contra a barbaria :

« La propaganda del *Jornal del Commercio*, ardiente, incisiva, « apasionada, conmovió a los partidos, contaminó a la opinion, « despertó y electrisó las consciencias. Con Rosas ó contra Rosas. « Claudicar contra el tirano, a quien M. Thiers clasificaba de bandido desde el alto de la tribuna francesa, ó alzar-se viril y « dignamente contra él, contra su poder, contra su sistema. « Barbarie ó civilisacion. Ese era el dilema.»

E o Governo Imperial resolveu abandonar o seu proposito de não intervir, accedeu ás rogativas instantes e começou a agir.

A queda do partido liberal, que se oppunha a lançar o Brasil numa guerra exterior, veio favorecer a intervenção. Chamado ao poder o partido conservador, nesse mesmo dia o imperador recebia em S. Christovam o juramento dos novos ministros e reconhecia a d. André Lamas, no character de enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Republica Oriental do Uruguai, até então simples emissario da Defesa de Montevidéo : o Governo Imperial respondia assim ás provocações insolentes do tyranno argentino.

A 19 de Fevereiro de 1850, Paulino J. Soares de Sousa iniciou a correspondencia com a Legação Oriental, respondendo á nota que esta enviara á Chancellaria brasileira. Essa correspondencia prolongou-se até Novembro de 1851, acêrca da resolução do « Governo Imperial de coadjuvar a praça « de Montevidéo ; da « prestação de auxilios pecuniarios ao govêrno daquella praça ; da « entrada do exercito brasileiro no territorio da Republica ; da « disposição do representante da Republica para negociar ajustes « com o govêrno do Imperio ; dos movimentos do General Urquiza contra Oribe, da nota collectiva dos representantes dos « Estados que tomaram parte no Governo de 29 de Maio, ao presidente da Republica do Paraguai ; e da intelligencia dada pelo « Governo britannico ao art. 18 da convenção de 27 de Agosto « de 1828.»

Entretanto, para proceder com segurança, o Governo Imperial buscou as allianças do Paraguai, celebrando o tractado de 25 de Dezembro de 1850 e o convenio de 29 de Maio de 1851, com as provincias argentinas de Entre-Rios e Corrientes.

Para a primeira dessas missões o Governo Imperial, que de ha muito a vinha preparando, escolheu o grande jurisconsulto e illustre estadista Pimenta Bueno, depois marquez de S. Vicente, que, além de uma prodigiosa actividade desenvolvida, dedicou-lhe todo o alcance do seu talento, e toda a energia da sua audacia, ao « ponto de crear em face da Confederação de Rosas uma potencia « de capacidade militar, que poderia prestar um concurso efficiente « ás intenções do Imperio.»

« El politico brasileño, diz o Snr. Onneto Vianna, pudo darse « cuenta, mediante un ligero estudio, de la situacion en que se « encontraba el pais y de cuales eran los medios conducentes a « hacer pratico su plan. La tradicion jesuitica, la ignorancia colonial « extendida por todo el territorio de la provincia, la larga tirania « iniciada por Francia y continuada por Carlos Antonio Lopez, « habian rebajado de tal modo el nivel moral y politico del pueblo « paraguayo que en verdad constituia una nacion miserable, que no « pensaba, ni sentia, ni era capaz de un solo acto de voluntad « propia — Comprendió Pimenta Bueno cual era el camino que « debia recorrer para assegurar la primacia del Imperio en un pais « donde no existia conciencia nacional. Lo prático y indispensable « era sancionar y prestigiar el despotismo enervador de Carlos « Lopez, que manteria a su pueblo en una inconciencia degradante, « y valerse de su poder omnimodo para levantar una muralla contra « Rosas, que persistia en sus propositos de enviar una seria expe- « dicion contra la provincia rebelde.»

Pimenta Bueno foi tudo, no Paraguai. Amigo intimo de Carlos Lopez ; seu conselheiro ; fundador do *Paraguay Independiente* e seu redactor ostensivo, o que bem demonstra a sua energia de acção, a envergadura da sua personalidade, a pertinacia do seu espirito, a largueza da sua intelligencia e a tenacidade da sua politica.

E tal foi a influencia suggestiva exercida sôbre o dictador, que lhe inspirou a idea de fazer da sua pequena patria, apenas saïda das faixas da tutella colonial, uma potencia militar que mantivesse em respeito as expansões de Rosas, « suggerindo-lhe ao mesmo tempo a possibilidade de constituir com Paraguai, Entre-Rios e Corrientes uma nação poderosa, no intuito apenas de affagar a vaidade e a megalomania do sombrio dictador e precipital-o no plano inclinado das grandes obras militares ».

Eis como o sr. Onneto Vianna, referindo-se ás *Memorias do meu tempo*, do conselheiro Pereira da Silva e a Joaquim Nabuco, em seu livro *A guerra do Paraguay*, synthetiza a acção diplomatica de Pimenta Bueno, no Paraguai :

« Carlos Antonio Lopez, inducido por los consejos de su « mentor, se entregó a la tarea de preparar un tren de guerra formi« dable. Para asegurar el monopolio de la navegación fluvial « fortificó las margenes de los rios, dió comienzo á la formación « de una escuadra regular, llamó officiales ingenieros europeos, « ingleses e hollandeses, con el cometido de promover mejoras en « el ejercito, en la marina y en las artes mecanicas. El diplomatico « brasileño tomó participación activa en todos los aprestos y facilitó « á Lopez officiales é ingenieros de su país para la construcción y « organización belicas. Porto Carrero, Soares Pinto, Caminada, « Cabrita y otros distinguidos jefes del ejercito imperial prestaron « el concurso de su inteligencia y de su saber para instruir el ejer« cito y marina Paraguayos. »

E citando uma passagem do proprio Pimenta Bueno, na sua memoria intitulada *O plano de Humaytá*, publicada na *Revista Brasileira*, o sr. Onneto Vianna assevera que :

« Las baterias y trincheras de Humaytá y el camino « estrategico desde el Paso de la Patria hasta la Asunción, « que más tarde habian de ser destruidas por las fuerzas alia« das contra Solano Lopez, fueron tambien construidas con el « concurso de Pimenta Bueno, quien conjuntamente con el y dic« tador argentino revisó los planos dibujos, obra de un ingeniero «prusiano. »

Indubitavelmente Pimenta Bueno preparava uma habil arremettida contra Rosas e minava-lhe o poderio para derruba-lo mais facilmente : o dictador argentino era o maior perigo para as instituições brasileiras, para a nossa integridade e para o prestigio da nossa patria, mas tambem, indubitavelmente, sem olhar as consequencias futuras da sua acção diplomatica no momento, preparava dias amargos para a politica do Imperio, como vieram a demonstrar mais tarde os cinco annos terriveis de 65 a 70, durante os quaes, não obstante as glorias militares para a historia do exercito e da marinha, fôrça é convir que a civilização nada lucrou, o direito não triumphou, e a nossa patria, além das dezenas de milhares de filhos inutilmente sacrificados, assumiu a responsabilidade de haver esmagado para sempre um povo que ajudara, digamos a verdade, punicamente, a erguer-se e armar-se até os dentes, para que mais depressa e efficazmente se pudesse precipitar depois.

Conseguido o seu intuito, armado o Paraguai em potencia militar, a diplomacia de Pimenta Bueno e a politica externa do Governo Imperial levaram a effeito o tractado de alliança offensiva com o Paraguai, em 25 de Dezembro de 1850, contra o Governo de Rosas e em favor da Defeza de Montevidéo, compromettendo-se ambas as partes contractantes a « manter a independencia da Banda Oriental do Uruguai ».

Mas não bastava esse elemento poderoso para vencer a colligação de Rosas e Oribe ; era necessario mais : urgia afastar Urquiza da esquerda do dictador argentino e interessa-lo na alliança com o Paraguai, contra o dictador de Buenos Aires.

« Esa combinacion tenia por base, como elemento concurrente « á las fuerzas de Montevidéo y del Brasil, la defeccion de Urquiza, « su cooperacion, su anza para combatir, para vencer Rozas. Era « evidente que Urquiza dejaria de serle fiel a Rozas el dia en que « contara con elementos para substituir-se á él en el mando de la « Republica. Urquiza... antes de pronunciar-se definitivamente, de « comprometer-se, de romper com Rosas, de exponer-se a perder « lo seguro, que era su omnipotencia en Entre-Rios, exigia que el « Brasil le diera seguridades positivas, que admitiese, el Brasil

« como Montevidéo, sus condiciones en cuanto al mando de las « tropas, á la reorganisacion de la Republica. »

E por obter esse concurso, tão rogado, tão negociado, com condições quasi humilhantes para o Brasil, impostas por Urquiza com o fim de trahir o homem a quem devia tudo quanto era, confabulavam entre si e por meio de emissarios secretos, o representante da Defeza de Montevidéo, no Rio, d. André Lamas, Herrera y Obes na Republica Oriental e o imperador do Brasil em S. Christovam : os ministros de S. M. I. « no entraban de lleno « en la combinacion. » Assim « se iba formando aquella red entre « cuyas mallas acabaria por enredarse el tirano ».

Eis ahi como se fazia e fez realmente a politica externa do Brasil para conquista inattingivel e para protecção liberal e romantica da « illusão do Prata ».

Urquiza era um factor importante, como tambem o era o Brasil, na combinação que se tramava para derrocar a tyrannia de Rosas; talvez se pudesse presciudir do genial caudilho de Entre-Rios contando-se com o apoio decidido do Governo Imperial, mas para evitar difficuldades maiores que adviriam da conservação de Urquiza ao lado de Rosas, o mais seguro seria aproveitar-lhe o valor e os exforços.

« A Urquiza, en un momento se le dijo, ante sus reticencias y « ambigüedades, *con Usted ó contra Usted*, esto és, Montevidéo y « el Brasil se uniran, de todos modos, contra Rozas, y Usted, el « de Vences é India Muerta, que ha sido, que és una rueda del « engrenaje de opresion y de sangre que estamos resueltos a des- « truir; si no marcha con nos otros, caerá con el.

« Se le dijo tambien, seguramente, por lo menos al oido, en « ese ó en otro instante de la negociacion, *con Usted y para Usted*, « aunque otra cosa se pensara.

« Lo esencial era derrocar a Rozas.

« Después se veria. »

De todas essas confabulações e trabalhos preliminares resultam a declaração prévia de 16 de Março de 1851, pela qual o Governo Imperial fazia sentir que estava resolvido a coadjuvar a defesa da praça de Montevidéo e embaraçar a sua tomada pelo general Oribe.

E dous mezes depois, em Montevidéo, era feito o convenio de 29 de Maio, entre o Brasil, o Uruguai e os Estados de Entre-Rios e Corrientes, para uma alliança offensiva e defensiva, afim de manter a independencia da Republica do Uruguai e de pacificar o respectivo territorio.

« O artigo 23 desse tractado estabeleceu que : — o govèrno do « Paraguai seria convidado a entrar na alliança, enviando-se-lhe « um exemplar do presente convenio, e si entrar, concordando « com as disposições aqui consignadas, tomará a parte que lhe « corresponda na operação, afim de que possa tambem gosar das « vantagens mutuamente concedidas aos governos alliados. »

Pelo mesmo tractado, a politica e a diplomacia brasileiras obrigavam Urquiza a reconhecer a soberania do Paraguai garantida pelo Imperio e pela Republica Oriental.

Não se pode negar, mandam a justiça e a lealdade da critica historica confessar que foi habilmente, intelligentemente, brilhantemente redigido esse acto da diplomacia brasileira, e nessa affirmação vai implicita a homenagem legitima de grande veneração á memoria do estadista J. Paulino Soares de Sousa que o negociou e levou a cabo : pois que ao firmar-se no art. 23 que o Paraguai poderia gosar de todas as vantagens mútuamente concedidas aos governos alliados, si viesse a concordar com as clausulas do convenio, o illustre diplomata bem sabia que os artigos 15, 16 e 17 que, nem de leve, se referem ao Paraguai, estabeleciam que as altas partes contractantes assumiam a responsabilidade de respeitar a independencia, a soberania, e a integridade dos estados alliados.

Entretanto, ficando estipulado no art. 15 que, si o govèrno de Buenos Aires fizesse a guerra a qualquer dos alliados, individual ou collectivamente, a alliança se tornaria commum contra o referido govèrno, Urquiza e a Republica Oriental junctamente com o Imperio, ficavam obrigados a defender o Paraguai, contra o qual necessariamente se levantaria o dictador argentino, logo que viesse a acceitar as estipulações do tractado de 29 de Maio, o que seria absolutamente certo, como se deprehende do facto de haver

elle exigido auctorização do poder legislativo: « para que hiciese « uso de todos los recursos de Buenos-Aires para someter « la provincia del Paraguay » quando teve conhecimento do art. 2º do tractado de 25 de Dezembro de 1850, não só porque o texto desse artigo implicava uma alliança offensiva contra o governo de Buenos Aires e em favor de Montevidéo, como tambem porque o referido tractado estabelecia a livre navegação do Rio Paraguai.

Estava iniciada a lucta contra o tyranno de Buenos Aires: a politica externa e a diplomacia do Imperio, embora fossem grande o seu talento, profundo o seu tino, largas as suas vistas de penetração no futuro, não puderam evitar a guerra, muito embora estivesse affirmado por actos seguros e claros que o Brasil não se empenhava em lucta de conquista territorial, nem era inspirado por uma injustificavel revivescencia de velhos odios entre Portuguezes e Hispanhóes, resurgindo atavicamente num momento em que, esmagada, asphixiada e ensanguentada a liberdade de ermãos por ermãos da mesma descendencia hispanica, estavam ameaçadas as instituições nacionaes e a propria integridade da patria. Victorioso Rosas contra o Paraguai, contra o Uruguai e contra Entre-Rios e Corrientes, estaria triumphante a idea, tanto tempo acalentada, da reintegração do vice-reinado do Prata, ganharia vulto a reconstrucção de uma grande nação platina, ideal dos politicos argentinos, pensamento que povoava os sonhos de Velez Sarsfield e de Sarmiento, que já enchera o coração de Bolivar e que, ainda hoje, não se apagou das *miradas* de alguns poetas e tribunos do Prata, cuja alma nobre e grande ainda é pequena para a majestade de tamanha epopeia. E, victoriosa essa idéa, o Brasil teria ameaçado o seu futuro, ferida a sua existencia, compromettida a sua integridade que seria necessariamente violada « por todas as suas fronteiras ».

Consequentemente, á politica e á diplomacia do Imperio impunha-se a realização de todos os exforços para desanuviar o futuro, para garantir as raias do territorio brasileiro e as instituições proclamadas em 1822.

D'ahi essa anomalia em Direito internacional: a negociação do convenio de 29 de Maio de 1851, em que figuram como altas partes contractantes « um imperio soberano, independente e con-« stituindo uma personalidade juridica, « duas provincias argentinas « que não tinham soberania externa, que não tinham manifestado « siquer a intenção de se constituirem em estados independentes, e « uma cidade, a de Montevidéo, em cujos muros apenas não domi-« nava Oribe, sem ter consigo o resto da Republica que, com esse « general e as suas fôrças, reconhecia o govêrno de Buenos Aires, « obedecendo ao dictador ».

« El Imperio del Brasil pactaba, pues, con dos fracciones, ar-« gentina y oriental, é intervenia asi, *de facto*, en los negocios in-« teriores de las republicas limitrophes », como observa muito udiciosamente um illustre publicista portenho.

Precedendo o tractado de 29 Maio de 1851, fez-se de vela para o Rio da Prata, em Abril desse anno, a esquadra brasileira, sob o commando do vice-almirante Greenfell, e logo depois de assi-gnado o convenio em Montevidéo, seguiu para o Rio Grande do Sul o conde de Caxias, a assumir o commando do exercito que deveria pacificar a Republica Oriental e garantir-lhe a independencia.

A pacificação alludida importava em combater Oribe, auxili-ando a defesa de Montevidéo, e Rosas não se podia conservar como simples espectador dessa lucta que iria enfraquecer mortal-mente o seu poderio, alvejando o seu proprio govêrno: pre-parou-se, tomou posição e saïu a campo.

Dessa resolução do famoso e irascivel tyranno surgiu a con-venção especial de 21 de Novembro do mesmo anno, na qual ficou estabelecida definitivamente a alliança estipulada no tractado de 29 de Maio de 1850, e romperam-se as hostilidades.

Oribe foi cercado pela esquadra de Greenfell e pelo exercito dos generaes Urquiza e Garzon, capitulando quando soube que o exercito brasileiro do conde de Caxias se approximava dos seus reductos com 16.000 homens.

Montevidéo fôra libertada do sitio, que lhe puzera Oribe desde longo tempo, mas a phase mais terrivel da campanha ia co-

meçar ; era urgente seguir ao encontro de Rosas que se preparava para enfrentar a alliança, concentrando todos os seus elementos na provincia de Buenos-Aires, contando, sobretudo, com o effeito que produziria no seu povo de adoradores phanatizados, a presença das armas invasoras, recordando a opportunidade em que o seu govêrno havia resistido com energia ás intervenções francezas e inglezas. Errou !

O Brasil cumprira o seu dever : libertara Montevidéo, pacificara a Republica Oriental e vencera Oribe : faltava libertar o povo argentino da tyrannia de Rosas. Aos Argentinos coube a parte principal dessa campanha ; o govêrno imperial auxiliou-a com a sua esquadra e com um exercito de 4.000 homens, sob o commando do general Marques de Sousa, e com um emprestimo de 400.000 patacões ás provincias de Entre Rios e Corrientes, ficando o grosso do exercito brasileiro, num total de 16.000 homens, ás ordens do conde de Caxias, na Colonia do Sacramento, para acudir, em caso de necessidade, e completar a acção das fôrças atacantes.

O exercito do general Marques de Sousa subiu o Paraná nos navios de Greenfell, operando a juncção com as fôrças de Urquiza, a quem coube o commando em chefe da expedição libertadora.

O feito militar brilhante da passagem do Tonelero foi um auspicioso triumpho para a campanha, que se ia desenrolar, e uma pagina triumphal para a historia da marinha brasileira. Operada a juncção das fôrças, Urquiza assumiu o commando do exercito alliado composto de 20.000 Argentinos, 4.000 Brasileiros e 2.000 Orientaes, e marchou contra Rosas.

O tyranno saïu a campo, á frente dos seus 22.000 homens e, a 3 de Fevereiro de 1852, chocaram-se os dous exercitos.

O encontro foi tragico e rapido ; a victoria coroou as armas dos alliados, e a queda do tyranno, desabando do alto de 20 annos de despotismo, rasgou um sulco luminoso de liberdade no céo nublado, extenso e soturno da terra platina.

Houvera elle redimido a montanha dos seus crimes si tivesse caïdo sem vida no campo de batalha ; o seu sangue amortizaria a

divida que elle contrahira em duas decadas de oppressão; mas o tyranno, como todos os tyrannos, covarde, preferiu a ignominia da fuga: mascarou-se em marinheiro e pediu a esmola do asylo ao pavilhão inglez, a bordo de um vaso de guerra: o seu despotismo de sangue terminou num carnaval de medo; a grandeza do dictador, ao crepitar da fusilaria da batalha, converteu-se na ninharia ridicula de Arlequino.

Monte Caseros redimia Ituzaingo. Este fôra o Calvario da nossa illusão de conquista; aquelle foi a Tarpea de um despota, sonhando a grandeza de um vasto reinado que nem Bolivar pudera realizar.

* * *

« Decia Olegario Andrade, que para escribir la vida de Rosas « se requeria el alma de Neron y la pluma de Tacito.» A citação é feita por Pelilla no seu livro intitulado *La dictadura de Rosas*.

Quem não tiver a alma de Nero e a penna de Tacito não poderá estudar, escrevendo-a, a psychologia do tyranno, que por longos annos deshonrou a America, acorrentou a patria, injuriou a liberdade, ensanguentou a Historia e foi morrer abandonado e coberto de maldicções longe da terra que empestara, depois de haver ameaçado a paz, a ordem, a integridade e a vida de meio continente.

Entretanto, o illustre escriptor platino, sem se arreceiar do conceito citado, enfrenta a difficuldade e o seu livro é um brilhante documento a demonstrar que nem só com aquelles dous elementos de analyse, exigidos por Olegario Andrade, se pode levar a effeito empresa de tanta monta.

« Si la critica és á la litteratura lo que la anatomia és á la sci-« encia medica, los procedimientos deben ser analogos. La pluma, « como el escalpello, necessitan llegar al hueso, para formar el « criterio de conviccion. »

E a penna de Pelilla, estudando a dictadura de Rosas, é bem o escalpello do anatomista, devassando os mais intimos segredos

de um organismo em comêço de decomposição: vai além do osso, alcança a medulla; sóbe muito acima da materia, culmina sôbre a alma do tyranno e embrenha-se na multidão das almas phanatizadas, escravas, sob a hypnotização do seu despotismo.

« Rozas, desgraciadamente, era tirano de raza y en vez de « amor, tenia desprecio por sus semejantes. Naturaleza formada « en la lucha, habia desenvuelto sus facultades entre el choque « de las passiones ardientes de la politica y de los intereses mas « encontrados. Ningun sentimiento suave se movia en su corazon. « No amaba ni a sus hijos, que, de amarlos, no los habia espuesto « brutalmente á la sátira tambien brutal de sus enemigos, permi- « tiendo que sobre la frente pura de una niña se clavaran las « dolorosas espinas de la sospecha. Rozas tenia las astucias y los « sentimientos de Tiberio y obraba como él; la quinta de Pa- « lermo fué la Capua del tirano argentino. Odiaba instintiva- « mente a los hombres superiores y de costumbres delicados. « Nunca buscó apoyo ni el aplauso de los primeros centros so- « ciales. Inclinaciones incultas le llevaban á solicitar el afecto de « las clases inferiores. De su vida de campo traia el cariño de los « gaúchos y de los indios que le llamaban padre. Una ves en la « capital y en el gobierno atrajo hacia su persona á la gente me- « diocre, les dió puestos rentados, autorisandolos para que en su « defensa y en la de la *Santa causa* cometieran los mas criminales « excessos. Los desheredados esclavos tuvieron en Rozas un pro- « tector que consagró de hecho su emancipación definitiva. A los « negros jovenes y fuertes los libertó para ajugarlos á sus tropas « veteranas, y todos los demás de ese color fueron invitados a « vivir en los campamientos, convirtiendo á las madres y á las « hermanas de aquellos disgraciados que aceptaron, en costureras « de los uniformes de lienzo y baeta colorada, con que se vestia el « ejercito de la federacion. En esa clase desgraciada encontró « Rozas elemento poderoso para su sistema de terror. Las negras « emancipadas se colocaban de sirvientas en las casas ricas de la « ciudad y hacian el espionaje de las familias para comunicar-lo á « la policia. Por este medio infame se descubrieron muchos

« secretos, y los castigos mas atroces, como lo hacemos conocer
« mas adelante, fué su triste resultado. »

E' o depoimento insuspeito de um Argentino, cincoenta annos depois da morte do despota.

Pedro de Angelis, jornalista italiano, redactor da *Gaceta Mercantil*, que foi durante muito tempo o panegyrista do tyranno, confessava ao diplomata uruguaio, d. André Lamas:

« — Mire, Snr. Lamas; yo leia todo lo que U. U. escribian,
« Usted, Indiarte, Florencio, todos, en Montevidéo, sobre los hor-
« rores de aquella tirania.»

« Ustedes se quedaban todos cortos, muy cortos. No mencio-
« naban Ustedes, no insistian, ó por lo menos como correspondia,
« á parte la sangre, que a veces no era lo más cruel, el martirio de
« las madres, la zozobra mortal de las esposas, las angustias de los
« inocentes. Aquel hombre era un tacaño, un ingrato, un miserable,
« y aquellos malvados, perversos, asesinos: Quiroga, Salomon,
« Cuitiño, Troncoso ».

O snr. Pedro Lamas, filho de d. André, que foi secretario de seu pae, durante a permanencia d'este no Rio de Janeiro, como diplomata representante da Defesa de Montevidéo e depois enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Republica Oriental, juncto ao govêrno do imperador d. Pedro II, escrevendo as memorias daquelle tempo, affirma:

« Se trataba de un tirano audaz y sanguinario que habia con-
« cluido por imperar en absoluto desde los Andes hasta el mar, a lo
« largo de todos los rios, de un confin al otro de aquella immensa
« region, con la sola y exclusiva excepcion de una lengua de tierra,
« que se confunde con el mar, donde se alça una enseña de indigna-
« cion y protesto, como un lábaro o una cruz: — Montevidéo! Se
« trata de un regimen omnimodo, personal, salvage, impuesto por al
« terror, fundado sobre una base de sangre derramado sin mirami-
« entos ni piedad; pero no solamente se trata de un regimen y de su
« feroz personificacion sino de un pueblo que, antes varonil y altivo,
« se somete, docil y sumiso, al conculcador de sus libertades, acla-
« mando-le, soteniendo-le, adorando-le. Y tan este hecho és incon-

« testable, patente, que los patriotas que se alzan contra el tirano « se ven defraudados en sus esperanzas redentoras por la indife- « rencia ó la hostilidad de las poblaciones, mientras ilustres ciu- « dadanos, civiles y militares, que se habian distinguido, muchos « de ellos, en las campañas de la emancipacion o habian dado su « nombre á la Republica en los consejos administrativos, tiraban « del carro del mandon audaz, mesclando-se en sus orgias de opre- « sion, y de sangre, — mientras damas de elevada alcurnia se « prostaban, en los templos, ante su pretenciosa imagen, colocada « con la sacrilega conivencia de um clero pervertido, al lado de la « del Sublime Redentor!... El governador de Buenos-Ayres re- « presentaba, en la supremácia que ejercia, la negacion de toda « humanidad, de toda civilisacion y justicia, manteniendo en la « opresion y la ignorancia á aquellos pueblos que, si habian sacu- « dido el tutelage colonial no habia sido, por cierto, para retro- « ceder hacia los tiempos del más negro y nefasto salvagismo!»

Era esse o homem, o politico, o general, o tyranno que o Brasil ajudou a derrubar, embora tivesse necessidade de recorrer á politica das intervenções armadas, fazendo a guerra e ateando a fogueira das paixões!

Dessas intervenções não colheu o Brasil a menor vantagem material; para leva-las a effeito não se inspirou na ambição das conquistas e, sendo um imperio com raizes num povo de conquistadores, a sua politica não se characterizou pela ancia voraz do imperialismo!

E' certo que durante a phase da sua vida colonial, sobretudo depois que o principe regente estabeleceu a sua residencia no Rio de Janeiro, toda a actividade politica externa se fez em tôrno da idéa de fixar os limites meridionaes do novo reino pelas aguas do Prata, ideal que andámos acalentando em sonhos e buscando realizar em aventuras que nos custaram muito sangue, muito dinheiro e muitas decepções.

Mas não é menos exacto que em 1828, ao assignar o tractado de paz com a Republica das Provincias Unidas do Rio da Prata, pelo qual ficou separada do Imperio a provincia de Montevidéo e

garantidas as suas independencia e integridade, o Brasil renunciou para sempre ao seu primitivo ideal.

Dessas intervenções ficam na historia do continente americano a affirmação de duas soberanias novas, de duas personalidades internacionaes : — a Republica Oriental do Uruguai e a Republica do Paraguai, além da salvação da honra e da liberdade argentinas.

Realmente, o Brasil passou de conquistador *manqué* a protector romantico da liberdade e da independencia alheias... que não tinha podido conquistar !

E não sendo possivel á politica externa do novo reino e depois á do imperio, auxiliadas pela brilhante diplomacia portugueza e brasileira, conservar incorporado ao Brasil o territorio da Cisplatina, somente lhe restava seguir um de dous caminhos : ou promover e proteger a formação de uma nação unica, revivendo o antigo vice-reinado do Prata que seria uma ameaça perpetua á sua integridade, ás suas instituições e ao seu prestigio, ou combater essa aspiração, auxiliando a independencia de todas.

E' incontestavel que a Diplomacia brasileira viu longe e descortinou com prodigiosa certeza o futuro que esperava a nossa patria, e si durante o desenvolvimento da sua intelligentissima actividade, repetidas vezes o Direito foi profundamente ferido pela Politica, é impossivel negar que, alentando, protegendo e impressionando os sentimentos patrios dos irrequietos e bravos povos do Prata a rumo da independencia, a Diplomacia brasileira assegurava os destinos da sua patria.

E tanto mais é para admirar o resultado colhido quanto é certo que os espiritos illustres da Diplomacia brasileira tinham de luctar em um meio duas vezes infenso á sua acção, já destruindo as naturaes tendencias historicas e ethnicas, que impelliam esses povos para o resurgimento do antigo vice-reinado e combatendo as ambições dos innumeros caudilhos que amparavam esse ideal, já defendendo as instituições imperiaes representadas por uma dynastia que era planta exotica, um caso sporadico entre as republicas nascentes da America hispanhola, quer do Prata, quer do Pacifico.

Não foi, positivamente, o amor á liberdade humana que levou o Brasil á situação de paladino da independencia da Cisplatina e do Paraguai e da libertação argentina ; não o impelliram a essa aventura o desinteresse, a abnegação, o altruismo, conquanto não houvesse tirado de toda a sua acção as compensações materiaes, em territorios novos ou em indemnizações pecuniarias aos enormes sacrificios que fez e que ainda hoje pezam na sua existencia politica e na sua historia.

Ao contrario, mesmo depois dos tractados de 27 de Agosto de 1828, de 25 de Dezembro de 1850 e 29 de Maio de 1851, proclamada e reconhecida a independencia das Republicas Oriental e do Paraguai e negociada a acção conjuncta do Imperio, do Uruguai e de Corrientes e Entre-Rios, para a libertação argentina, o Brasil não descançou á sombra dos louros colhidos e teve de sacrificar sangue precioso, trabalho exhaustivo, tempo immenso em duas guerras cobertas de glorias, mas cheias de responsabilidades e de prejuizos : as campanhas do Uruguai e o quinquennio paraguaio com a triplice alliança.

Os diplomatas do Imperio : Honorio Hermeto Carneiro de Leão ; Antonio Paulino Limpo de Abreu ; José Antonio Pimenta Bueno ; Bento da Silva Lisboa ; Paulino José Soares de Sousa ; Cansanção de Sinimbù ; Duarte da Ponte Ribeiro ; Manuel Alves Branco ; Pedro de Araujo Lima ; Bernardo de Sousa Franco ; Francisco Vilella Barbosa ; Miguel Calmon Du Pin e Almeida deixaram os seus nomes ligados intimamente a todas as luctas que, em diversas epochas, o Brasil houve de travar no Prata, ora com o fim de assegurar-se a fronteira meridional pelas aguas dessa caudalosa illusão, como lhe chama Euclides da Cunha, ora para tornar impossivel, com a independencia do Paraguai e da Banda Oriental, a resurreição do vice-reinado, sob a fórma de uma vasta confederação que viria a ser mais tarde um rival perigoso e terrivel.

E' indiscutivel o valor intellectual de cada um desses grandes homens ; entretanto a politica do Brasil no Rio da Prata até á queda de Rosas, si teve fulgurações de victorias, teve tambem eclipses de derrotas : estas, de consequencias mais duradouras do que aquellas, por assim dizer, fugaces.

Tudo contribuia para que entre os herdeiros das dominações hispanhola e portugueza na America se prolongassem as luctas e as rivalidades que, durante seculos, constituiram a preoccupação permanente dos dous povos da Peninsula Iberica: da differença de lingua á diversidade de temperamento; da fórma de govêrno aos interesses economicos; da extensão territorial á fixação de fronteiras; dos costumes populares ás instituições sociaes.

Aos primeiros albores da emancipação dos povos coloniaes das duas origens, as almas de Castella e Aragão revigoradas pelo clima americano e renascidas nas populações dos pampas, das cordilheiras e das savanas, pensaram em fazer a guerra aos descendentes dos Portuguezes acclimados no immenso territorio brasileiro, e Bolivar, que synthetizara essa aspiração, ter-se-ia lançado contra o Imperio e a casa de Bragança si não houvessem fracassado as negociações, que entabolára nesse sentido com San Martin.

E o Brasil, que conhecia perfeitamente as intenções dos seus vizinhos, correspondeu com eguaes sentimentos: as turbulentas democracias do Prata receiavam que a fórma monarchica que regia o Brasil influisse perniciosamente no seu meio e viesse a prejudicar-lhes a fórma republicana, que haviam escolhido para reger os seus destinos; a monarchia brasileira, a seu turno, nutria receios eguaes a respeito da suggestão, que as instituições platinas pudessem trazer ao povo do Imperio.

As communicações economicas e politicas com o alto interior do reino e, mais tarde, do imperio, só pelas aguas do Prata e dos seus tributarios seria possivel: essa circunstancia impunha aos governos do Rio a necessidade de assegurar a livre navegação dessas correntes e, sobretudo, da emboccadura do grande estuario; dahi, a teimosia diplomatica e politica em fixar, por aquellas aguas, as fronteiras naturaes do Brasil.

E todas as luctas em que, na America do Sul, andaram empenhadas as armas portuguezas e hispanholas e, depois, as brasileiras e platinas tiveram origem nessa pretenção pertinaz de conquista e na indomavel resistencia que lhe era offerecida. Si a victoria coroava a acção das armas hispanholas, Portugal, pela

incontestavel habilidade e pelo comprovado talento dos seus diplomatas, annullava o triumpho da fôrça e com a argucia dos seus representantes approveitava os louros do adversario.

A' guerra iniciada em 1825 e terminada em 1828 com a derrota de Ituzaingo para as armas luso-brasileiras, deveria succeder logicamente a imposição de condições pelos vencedores aos vencidos; no entanto, o que succedeu foi o contrario: a convenção de 27 de Agosto de 1828 apparece impondo aos vencedores, que acceitaram, a fórmula declaratoria, por parte do imperador, de separação e independencia da Cisplatina, o que implica o reconhecimento do direito que sôbre ella disputava o Brasil e negara sempre o govêrno de Buenos Aires.

Já, anteriormente, a invasão de Lecór fôra levada a effeito com o pretexto de suffocar a anarchia reinante na Banda Oriental, e affirmando-se que seriam respeitadas e reconhecidas a integridade das Provincias Unidas e a vigencia do tractado de 1812, protestos estes confirmados em nota de 23 de Julho do ministro dos Negocios Extrangeiros do govêrno do Rio, ao director supremo das Provincias Unidas, na qual se dizia que: « A occupação do terri-« torio de Montevidéo foi uma medida provisoria para procurar « a paz, aquietando-se o que lhe ficava contiguo e que a agitação « de Artigas não lhe permittia demorar por mais tempo ». No entanto apparecem, mais tarde, em Janeiro de 1817, o cabildo de Montevidéo, corporação meramente municipal, sem autonomia siquer, solicitando a annexação da provincia á corôa de Portugal, Brasil e Algarves, e o govêrno do Rio, que bem sabia não ser o cabildo uma personalidade soberana com quem pudesse e devesse tractar similhante negociação, acceitando-a, para invoca-la depois, como justificação dos seus actos de conquista e o fundamento dos seus direitos o — *uti possidetis*.

E' exacto que o visconde de S. Leopoldo, pelas paginas das *Memorias do Instituto*, procura demonstrar que o cabildo de Montevidéo era, áquelle tempo, auctoridade com a qual o govêrno portuguez podia tractar a questão da incorporação da Banda Oriental ao Brasil. Mas não é menos exacto que, além de Montevidéo,

e, portanto o cabildo, se achar em poder das forças luso-brasileiras que obedeciam ao general Lecór, faltando-lhe por isso a liberdade para tractar com a necessaria autonomia de assumpto tão importante, tambem não se deve exquecer que o territorio da Banda Oriental fazia parte integrante das Provincias Unidas do Rio da Prata, as quaes se haviam declarado independentes em 9 de Julho de 1816.

A incorporação, pois, fundada no pedido, no offerecimento, no accôrdo, na cessão, ou que nome lhe quizerem dar, feita pelo cabildo de Montevidéo, é, em Direito internacional, absolutamente insustentavel, visto como não ha tractados de tal natureza, ou, havendo-os, são nullos, quando feitos por quem não é ou não representa uma pessoa soberana. E o cabildo de Montevidéo era tão sómente uma corporação administrativa municipal, sem attribuições politicas que pudessem auctorizar e justificar cessão territorial de uma provincia inteira das mais importantes entre as da União do Rio da Prata, pela sua posição geographica, chave da navegação do grande rio e dos seus affluentes.

Os agentes do Brasil fomentavam os movimentos separatistas do Paraguai para torna-lo independente das Provincias Unidas. Quando estalou a revolução de 1810, o govêrno do Paraguai negou a sua adhesão á causa commum do vice-reinado, e dentro em pouco se separou do laço que unia as provincias. Isso deu origem á expedição de Belgrano, que fracassou em Paraguai e Tacuari e que capitulou em 12 de Março. Em vista da occupação de Corrientes pelas fôrças do Paraguai, houve o tractado de 1811, que, provisoriamente, assentou as linhas limitrophes do novo Estado.

A diplomacia do Brasil insistiu na creação da soberania do Paraguai : era um meio excellente para se impôr á Republica Argentina e, aos poucos, sem reconhecimento formal da respectiva independencia, o govêrno do Rio de Janeiro enviou um consul que o representasse perante a dictadura de Francia, depois acreditou-o na qualidade de encarregado de negocios.

Quando o general Guido, representando Rosas, e o ministro Carneiro Leão, do Governo Imperial, celebraram o tractado de 27

de Março, o dictador argentino negou-se a ratifica-lo: era um aggravo irrogado ao govêrno imperial e delle poderiam resultar consequencias graves. A Politica resentiu-se e a Diplomacia entrou em scena: passaram-se esses acontecimentos em 1843.

Em 1844, partiu para a Europa, em missão especial, com instrucções reservadas, o eminente visconde de Abrantes, para conseguir a intervenção da França e da Inglaterra nos negocios do Prata e o reconhecimento da independencia da Republica do Paraguai. Essa missão produziu effeito contrario ao que desejava o Governo Imperial, mas a Diplomacia não se desconcertou: o retrahimento da politica brasileira nos negocios do Prata era apparente; por traz da cortina, a Diplomacia trabalhava. Em Assumpção, Pimenta Bueno aquecia ao peito a serpente, que nos havia de morder mais tarde; no Rio de Janeiro confabulava com o representante da defesa de Montevidéo a quem extendia a mão: punha assim o dictador de Buenos-Aires entre dous fogos; e por intermedio de d. André Lamas negociava a solidariedade de Corrientes e Entre-Rios na obra commum da queda do tyranno, procurando segregar do territorio argentino aquellas duas fracções, insinuando a Urquzia «a possibilidade da formação de um novo estado, «cujo limite seria o rio Paraná».

E o Imperio soberano apparece como parte contractante de uma convenção de alliança offensiva e defensiva com Corrientes e Entre Rios, entidades que não eram nem jamais foram soberanas e que, consequentemente, não podiam contrahir obrigações na esphera do Direito internacional.

* * *

Desfeito o poder de Rosas, esmagada a dictadura do despota argentino, a Diplomacia, obedecendo á politica externa do Governo Imperial, não adormeceu á sombra dos louros colhidos, porque muito embora houvessem as armas alliadas vencido o maior inimigo do Brasil, continuavam no Paraguai e na Banda Oriental os germes das revoltas e da anarchia, o caudilhismo em acção, perpetuamente erguidas sôbre o Imperio essas duas clavas,

uma dominando o Uruguai, outra dominando o Paraná, caminhos necessarios ao desenvolvimento economico do Brasil; este, communicação obrigada para alcançar o interior de Matto-Grosso; aquelle, limite occidental do Rio Grande do Sul e, entre ambos, a mesopotamia feracissima, rica, promissora e ambicionada de Entre Rios e Corrientes.

Surge, então, no vasto scenario da Politica imperial e na intrincada Diplomacia brasileira no Prata, a figura excepcional de « Paranhos, el más illustre de los estadistas del Imperio; el coloso « de la politica imperial que fué el alma de la mision del Plata; « que con los años estaba reservado a cubrir de gloria á la diplo-« macia del Brasil y salvarlo en las situaciones mas dificiles, y llegó « a ser por su talento y erudicion el diplomatico mas eminente del « Brasil », como o considera o Sr. Onneto Vianna.

A politica intervencionista no Rio da Prata, que andou sempre a tramar o tecido da intriga, recorrendo ás armas para abafar os movimentos que a sua acção dissolvente fomentava, e emmaranhando com as navetas da diplomacia tortuosa, quando as armas eram infelizes, a politica, nem liberal nem conservadora, que se servia de todos os meios e processos para alcançar um fim teimosamente ambicionado, desde a má fé á conquista, desde a usurpação á compra, essa politica póde ficar amplamente characterizada pelas negociações secretas, entre o plenipotenciario da cidade de Montevidéo, sitiada, em 1845, Francisco Margarinos y Cervantes e o proprio ministro dos Negocios Extrangeiros do Governo Imperial, Ernesto Ferreira França, durante as quaes foram apresentadas as bases de um tractado já redigido, talvez definitivamente. O art. 7º desse tractado estabelecia « a renùncia peremptoria, « da Republica Oriental em favor do Imperio, ao territorio compre-« hendido na ultima demarcação realizada em tempos do govêrno « hispanhol e cuja *reserva* ficara contida na Acta do Congresso « Cisplatino, de 31 de Junho de 1821; *reserva* que o referido « projecto de tractado annullava para sempre ».

E para coroar a belleza dessa obra prima, o art. 8º esti-« pulava que : « em compensação á renuncia que fazia o govêrno

« da Republica do Uruguai em favor do Imperio, se obrigava este « a entregar, á ordem e disposição do govèrno oriental, a « quantia de um milhão de pesos fortes de prata que pagaria em « tempo, modo e fórma, que fossem estabelecidos em artigo addi- « cional, que valeria como annexo e parte integrante do tratado ».

O diplomata oriental, escrevendo annotações ao teor desse tractado que recebeu redigido e prompto das mãos do govèrno que representava, deixou, de seu proprio punho, estas palavras suggestivas, que valem por um brado da consciencia, sentindo-se alarmada pelo juizo que a Historia haveria de externar a respeito desse acto diplomatico e do seu negociador : « Sé hoy que com- « prometo mi reputación ».

E o illustre escriptor argentino, sr. Quesada, pergunta: « Porque tenia esa intima y profunda creencia de que tal tratado comprometeria la reputación del plenipotenciario oriental? Sabia que era perjudicial a su pais? Sabia que pactaba sobre territorios argentinos ? ».

E o Governo Imperial acceitava propostas dessa natureza, e negociava cessões dessa ordem com quem não tinha personalidade juridica para taes emprehendimentos e sòbre extensões territoriaes, cujo dominio, desde tempos remotos, o Brasil contestava ao vice-reinado do Prata, nas diversas modificações pelas quaes havia passado !

* * *

Depois do triumpho enorme de Monte-Caseros, o Brasil constituiu-se, naturalmente, o árbitro da situação, podia impor-se, e aproveitou realmente o ensejo. O Rio da Prata offerecia á observação dos politicos um aspecto totalmente diverso daquelle que distinguira todo o tempo que durara o despotismo de Rosas. O facto de haver sido, por um largo periodo, solicitada a sua intervenção na Republica Oriental e de haver accedido a tão reiteradas solicitações, acudindo com um exercito poderoso para liberta-la da acção oppressora de Oribe, deu ao Governo Imperial uma grande auctoridade e um prestigio notavel sòbre os homens politicos da nação oriental.

Montevidéo, pela sua excellente posição geographica e pela heroicidade da resistencia offerecida ao tyranno de Buenos-Aires e ao seu logar tenente Oribe, constituiu-se um magnifico centro de observação politica e diplomatica, de onde irradiaria toda a influencia brasileira sôbre os negocios do Prata.

Era alli, portanto, que o Governo Imperial devia concentrar todo o seu cuidado, toda a sua energia prudente, todo o seu talento, toda a sua habilidade diplomatica.

Era ministro dos extrangeiros do gabinete de 8 de Outubro de 1849 o conselheiro Paulino J. Soares de Sousa, que nomeou ministro plenipotenciario do Brasil, em Montevidéo, José Maria da Silva Paranhos, mais tarde visconde de Rio Branco.

O valor moral e politico do diplomata, alliado ás circumstancias especiaes em que se achava a capital da Republica, converteu Montevidéo em centro de actividade : Assumpção havia perdido o interesse que despertara antes da queda de Rosas, pelo facto de haver desempenhado o papel que lhe fôra distribuido na empreza de esmagar o tyranno.

Caseros transformara apenas a face da politica platina, mas não teve o condão de acalmar as luctas, de serenar as ambições, de tranquillizar os espiritos.

Logo em seguida, Buenos-Aires separou-se da Confederação e surgiu a dualidade de governos : o de Paraná, nas mãos de Urquiza com treze provincias, e o de Buenos-Aires em completa autonomia. A lucta foi sangrenta, e só a victoria de Mitre em 1861, oito annos depois, produziu a unificação argentina.

Esse largo periodo de desavenças e dissenções internas foi de plena paz para o Brasil e permittiu que o Imperio desenvolvesse serenamente todas as suas fôrças vitaes numa expansão, que se avigorou notavelmente. De todo esse periodo, de 1853 a 61, são culminantes os actos diplomaticos de 7 de Março de 1856 e de 2 de Janeiro de 1859, ambos effectuados nas gestões do visconde de Rio Branco.

No primeiro, tractado de amizade, commmercio e navegação, Argentina e Brasil garantem a livre navegação dos rios Paraná,

Uruguai e Paraguai nas partes pertencentes ás duas soberanias, ainda mesmo no caso de guerra entre as nações do Prata; consagram o compromisso mútuo de não permittirem segregação de qualquer parte dos seus territorios, nem a erecção de governos independentes em desconhecimento da auctoridade legitima; confirmam a independencia da Cisplatina constituida desde 1828 em Republica Oriental do Uruguai e o reconhecimento da soberania da Republica do Paraguai, bem como a obrigação de defenderem a integridade e a independencia da Republica Oriental; estabelecem a neutralização da ilha de Martim Garcia em tempo de guerra e accordam em se opporem por todos os meios a que essa ilha deixe de pertencer a um dos Estados do Prata, que se obrigue a não se servir della para impedir a livre navegação aos outros ribeirinhos e signatarios do tractado de 10 de Julho de 1853.

Esse documento continha e consagrava principios liberaes e amplos, francamente favoraveis ao engrandecimento das nações do Prata, estabelecendo as bases de uma politica larga e pacifica.

A livre navegação dos rios affluentes, que formam o grande estuario do Prata, e o convite dirigido ao Paraguai para acceitar esse principio, eram a consagração de um grande ideal de prosperidade economica e o complemento daquella grande medida que immortalizara a inspiração de Cairú, abrindo os portos do Brasil; o compromisso referente á segregação de territorios e formação de governos independentes era um golpe de morte no caudilhismo turbulento; a confirmação da independencia das Republicas do Uruguai e do Paraguai significava a extincção, para sempre, das ambições imperialistas; e a neutralidade da ilha de Martim Garcia em tempo de guerra, bem como sua permanencia como territorio americano, eram a segurança plena da livre navegação do Prata e seus tributarios.

No tractado de 2 de Janeiro de 59 ficou estabelecida a neutralidade absoluta e permanente da Republica Oriental do Uruguai, entre o Imperio e a Republica Argentina.

Pelo artigo 4º, as duas chancellarias, do Rio e de Buenos-Aires, contrahiam a obrigação perpétua de defender a indepen-

dencia da Republica Oriental, estabelecendo no art. 5º os casos em que deveria ser considerada offendida a independencia ou a integridade territorial.

E pelos artigos 8,º 9º e 10º, os governos argentino e brasileiro convencionavam a conservação da Republica Oriental em estado de neutralidade permanente, especificando os direitos e obrigações que deveriam characterizar a referida neutralidade.

A alta significação internacional e politica desse documento, emanado do espirito superior do visconde de Rio Branco, é indiscutivel.

Estabelecendo em fundamento solido o equilibrio das nações sul-americanas, abria uma era nova de paz e de prosperidade para as duas potencias rivaes que, desde os tempos de colonias, vinham luctando pela posse, pelo dominio exclusivo daquelle territorio, e punha termo final á serie velha e ininterrupta de intervenções, invasões, intrigas, luctas, guerras e odios que se succediam e accumulavam sem vantagens de nenhuma especie, antes com prejuizo manifesto para o progresso do continente, retardando o desenvolvimento economico e commercial dos vastos e uberrimos territorios banhados pelas correntes do Prata e affluentes.

Era a solucção unica e equitativa : economicamente, dava a a cada um a tranquillidade para, em plena e perpétua paz, tractar dos poblemas internos, da cultura dos seus campos, do povoamento dos seus desertos, da exploração das riquezas do seu sólo; politicamente, punha termo ás luctas entre as instituições republi canas do Prata e as imperiaes do Atlantico, impedindo as ambições de conquista.

« La neutralisacion de la Republica Oriental del Uruguay como « Estado intermedio entre el Imperio del Brasil y la Republica Ar- « gentina, fué una solucion prudente y necessaria entonces y una « solida garantia de paz ahora. Las naciones, como los individuos « tienen que acceptar las evuluciones fatales de los acontecimientos : « la annexion de la provincia Cisplatina al Imperio era una amenaza y « una perturbacion para la nacion argentina y tan lo era, que produjo « la guerra entre la Republica y el Imperio ; y la reincorporacion

« á los territorios del antiguo Vireinato, que formaron las Provin-
« cias Unidas del Plata, alarmaba al Brasil que ocupó al fin el terri-
« torio de la Banda Oriental. La prudencia y la prevision aconsejó,
« pues separar la piedra del escandalo, y crear uma naciona-
« lidad por el concurso y covencimiento de los Estados limi-
« trofes, y en condiciones que la neutralisacion de su territorio inter-
« medio alejara los conflictos producidos por los celos y rivalidades
« tradicionales, lo que hacia dificil la armonia de las dos naciones
« independientes. »

São palavras de um argentino illustre, Vicente Quesada, em um trabalho intitulado *La aliança contra Rosas y Oribe*, nas paginas da *Nueva Revista* de Buenos Aires.

Pois essa solução vantajosa para todos; a unica verdadeiramente juridica e digna, producto de uma grande politica internacional, não teve realização, porque não foi regularmente ratificado o tractado que a continha.

E o Prata, como « illusão » atrás da qual correu o Brasil durante um seculo e meio, esvaiu-se dos sonhos da Politica imperial: — nem como perpetuamente neutra a Banda Oriental poude ficar entre a Argentina e o Brasil, continuou como um pesadelo a pedir intervenção, a debater-se constantemente na lucta das paixões partidarias, fonte perenne de reclamações e de rivalidades e de contrabando e revoltas, que tanto prejudicam o desenvolvimento commercial e economico e a cultura social dos dous povos vizinhos e amigos, berço de tantos e tão grandes homens, patrias de tantos heróes, ninhos de poetas e tribunos que o mesmo céo inspira e cobre, e a mesma brisa livre e oxygenada do Atlantico alenta, fortalece e banha numa ablução lustral de altivez.

QUARTA CONFERENCIA

SUMMARIO — Intervenção do Brasil na Republica Oriental em 1855 — Trez annos de calma apparente — A vida e os bens dos Brasileiros — Exigencias do Imperio — Revolução de 1858 — Um êrro grave: — Quinteros — Anomalias, ridiculos e ironias de um tractado — Missão Saraiva — Figura do diplomata, sua acção — Notas de Saraiva e do ministro Herrera — O general Netto: impressão causada pelo seu protesto — No parlamento e na imprensa; Zacharias e Evaristo da Veiga — Solano Lopez; concentração do seu exercito — Nota do ministro Berges — Tormenta no horizonte — Ultimatum de Saraiva: represalias; invasão de Menna Barreto; Mello, Salto, Montevidéo — Flores belligerante; sitio e bloqueio da Capital — Questão Christie; barca mercante *Prince of Wales*; officiaes da fragata *Forte* — Ultimatum inglez; represalias do almirante Wannen — Laudo do rei dos Belgas — Victoria do Brasil — Barão do Penedo e Sir Thorntom — Saraiva e Christie

Si é exacto que a Diplomacia brasileira não conseguiu a conquista do ideal longo tempo acariciado, estabelecendo pelas aguas do Prata o limite extremo do territorio da Patria, ao Sul; si não poude conseguir a conquista, que devera ter sido a succedanea daquell' outra inattingida, estabelecendo-se a perpetua neutralidade da Republica Oriental do Uruguai, tambem não é menos certo que, pelo seu exforço, pela sua tenacidade e pela sua intelligencia, impediu a formação soberana do antigo vice-reino de Buenos-Aires, o ideal opposto pelos povos do Prata oriundos da antiga colonização hispanica, ideal que, uma vez realizado, como sonhara Bolivar e como tanto ambicionaram Rosas e Lopez, traria necessariamente, ao Brasil, os dias mais amargos e talvez mais vermelhos da Historia sul-americana.

Ao grande imperio do Atlantico oppor-se-ia ou o Vice-Reino do Prata ou a Grande Republica do Pacifico, e o que seria o embate dessas duas correntes oppostas, o que seria o choque dessas duas montanhas de interesses contrarios, alvejando ambas o mesmo poncto, desejando ambas a mesma conquista, poderá ser calculado pela serie de luctas cruentas e politicas, nos campos de batalha e na sombra dos gabinetes da Diplomacia, luctas que ainda não estão

completamente extinctas, que são como brazas, que um conjuncto de causas complexas conserva accesas sob uma espessa camada de cinzas apparentemente frias.

A queda de Rosas parecia haver aberto novos horizontes de prosperidade e de affeição entre os povos vizinhos e fronteiriços, iniciando uma era nova de paz, que fomentaria a actividade agricola, commercial e industrial, a caminho de um futuro mais grandioso e mais nobre.

Essa esperança durou pouco.

Rosas foi vencido a 3 de Fevereiro de 1852, e tres annos mais tarde, em 1855, o Governo brasileiro voltava á intervenção na Republica Oriental.

Juan Francisco Giró, membro proeminente do partido *blanco*, fôra elevado á presidencia da Republica, amparado pela auctoridade de Urquiza que lhe prestou todo o apoio das suas armas e, immediatamente, rebentou a guerra civil originada na intolerancia do novo govêrno, collocando-se á frente do energico movimento as figuras prestigiosas de Venancio Flores, Fructuoso Rivera e Lavalleja.

O arranco foi tão violento que o presidente Giró sentiu-se incapaz de resistir-lhe e vence-lo e, muito embora inimigo declarado do Brasil a cujo govêrno e a cujo povo fizera duros aggravos, não duvidou pedir-lhe auxilio para salvar-se. Flores e os seus amigos não lhe deram tempo para tanto; a investida dos *colorados* foi impetuosa e Giró retirou-se do poder, sendo este occupado pelos vencedores em um triumvirato, que pouco sobreviveu ao triumpho: Lavalleja e Fructuoso falleceram e Venancio Flores, a 11 de Março de 1854, era reconhecido presidente da Republica pelo prazo de dous annos.

O govêrno provisorio dos triunviros não foi mais feliz e houve de seguir os mesmos passos do antecessor, voltando a pedir auxilio de fôrças imperiaes, para restabelecimento da ordem e da paz na Republica.

Apezar do exercito de quatro mil homens, commandado pelo general Pereira Pinto, que o gabinete do Rio de Janeiro fez seguir

para a Republica, o general Venancio Flores não se poude manter no govêrno.

Fraccionado o partido *colorado*, uma parte uniu-se aos *blancos* formando a *União Liberal*; Flores não poude resistir á revolta de Agosto de 1855 e teve de renunciar.

Decorreram tres annos de relativa calma, durante os quaes foi possivel aos dous governos entabolar diversas negociações diplomaticas, entre as quaes avultam as que dizem respeito a subsidios pecuniarios e emprestimos, mas, sobretudo, o tractado de 7 de Março de 1856, entre o Imperio e a Republica Argentina, de amizade, commercio e navegação, celebrado na cidade do Paraná, ratificado a 29 de Abril pelo govêrno brasileiro e a 25 de Junho pelo govêrno argentino.

Esse tractado, que merece menção especial pela grandeza das suas conquistas, pelo valor intrinseco das doutrinas juridicas que contem e observa, pela extensão do horizonte que conseguiu descortinar, pela habilidade e competencia dos seus negociadores, é um documento diplomatico notavel e fecundo.

Com o govêrno do Uruguai houve, durante esse curto intervallo de 11 de Junho de 1855 a Septembro de 1858, negociações de grande vulto que começaram pelo pedido do Governo de Montevidéo ao Governo Imperial, sôbre a prestação de um novo subsidio pecuniario ou a garantia de um emprestimo, pedido que não foi satisfeito, por não estar o govêrno brasileiro auctorizado pelo poder legislativo.

A 5 de Septembro de 1855, o govêrno da Republica, por uma nota de sua legação no Rio de Janeiro, solicitava a retirada da divisão auxiliadora brasileira, de Montevidéo, agradecendo ao Imperio o grande serviço prestado á paz, á ordem, á liberdade e á independencia da Republica : foi tudo quanto recebeu o Brasil, em compensação do enorme sacrificio, esse gesto banal de vulgarissima cortezia.

Retirando-se effectivamente as fôrças brasileiras de Montevidéo a 14 de Novembro, atravessaram a fronteira a 19 de Dezembro de 1855.

Mas logo a 16 de Janeiro de 1856, a legação imperial em Montevidéo teve necessidade de enviar ao govêrno da Republica uma nota resguardando os direitos dos reclamantes brasileiros.

Era o germe de mais graves acontecimentos futuros, em que o Brasil iria empenhar de novo a sua energia, sacrificando o sangue dos seus soldados para fazer respeitar a propriedade e a vida dos seus subditos e sobretudo os direitos da sua soberania.

No entanto, a 7 de Março desse anno, no tractado que celebrou com o govêrno argentino, o Imperio incluiu a confirmação solenne da separação da Cisplatina, para constituir-se estado independente, assumindo o Imperio, de concêrto com a Argentina, a obrigação de defender-lhe a integridade territorial e a soberania politica.

A 6 de Abril de 1856 foi celebrada a acta do proseguimento da demarcação de limites entre os dous paizes vizinhos, continuada na de 15 de Junho de 1853, acta que tem grande importancia, porque ficaram resolvidas dúas duvidas em pontos essenciaes da demarcação : o rio Jaguarão, pelo qual deveria passar a linha fronteiriça, e o verdadeiro arroio S. Luiz, pontos esses que haviam ficado sem solução no tractado de 12 de Outubro de 1851.

A 13 desse mesmo mez, a legação oriental no Rio de Janeiro reclamava do govêrno imperial satisfacções por insultos que dizia ter recebido o consul da Republica na provincia do Rio Grande do Sul e ainda pelos assaltos, que haviam soffrido as estancias de d. Francisco Sacias e d. Justo Costa, no departamento de Florida, exquecido o govêrno oriental de que as propriedades brasileiras na mesma provincia eram constantemente assaltadas, não obstante os grandes beneficios que o Imperio concedia ao povo oriental, já defendendo-lhe a independencia, já salvando-lhe a liberdade, já amparando-lhe as finanças e garantindo-lhe o futuro.

Não obstante esses contratempos, esses incidentes que perturbavam o sincero trabalho do govêrno imperial para solução definitiva de problemas, cuja permanencia deixaria sempre campo vasto para attritos inconvenientes e perigosos, o Brasil proseguia

na sua obra de pacificação dos povos platinos e de consolidação da soberania oriental do Uruguai.

E, a 28 desse mez, era assignada em Sanct'Anna do Livramento a acta do proseguimento da demarcação, ficando solvidas as difficuldades erguidas a proposito da linha fronteiriça, que passava pelas cóxilhas de Sanct'Anna e do Haedo a encontrar o arroio *Invernada*, affluente do Quarahi.

A cada difficuldade, paciente e sinceramente resolvida pela Diplomacia do Brasil, o govêrno oriental erguia uma nova discrepancia, como para demonstrar que, contra o Imperio, havia na alma nacional da antiga Cisplatina um fermento implacavel de odio, que deveria explodir mais tarde ou mais cedo.

Appareceu então uma exigencia de ordem fiscal e economica, um imposto injustificavel attingindo o gado que passasse da Republica para o Rio Grande do Sul, exigencia a que o govêrno imperial teve de oppôr-se energicamente, visto como, no regime de propriedade territorial commum e continua, em que viviam os naturaes de ambos os Estados, em uma fronteira ainda por demarcar definitivamente, seria extorsão inqualificavel aos fazendeiros brasileiros, tanto mais quanto não haveria um criterio capaz de distinguir, no instante da applicação do imposto, o territorio brasileiro, do territorio oriental.

Não obstante essa exigencia do govêrno uruguaio, felizmente revogada, mas demonstradora de má vontade ao Brasil, o Governo imperial, ainda uma vez, acudiu em favor da Republica Cisplatina, quando esta lhe pediu a sua mediação, em 31 de Janeiro de 1857, para evitar as consequencias da lei argentina de 19 de Junho de 1856, sôbre direitos preferenciaes.

Sempre empenhado no trabalho de demarcar os respectivos territorios, o Governo imperial, a 1 de Abril de 1857, fez assignar a acta respectiva que descreveu e fixou as rectas da divisa, em Aceguá e S. Luiz. Foi esse documento que produziu a situação original e interessante, em que ficara a villa brasileira de Sanct'Anna do Livramento : a linha divisoria passando pela villa, cortava-a por fórma tal que, quem saïsse do interior da provincia do Rio

Grande do Sul, com destino á Sanct'Anna do Livramento, para lá chegar teria de atravessar territorio oriental.

Essa situação anomala foi resolvida pelo tractado de permuta de territorio, celebrado a 4 de Septembro de 1857, em um artigo addicional, datado de 31 de Outubro seguinte.

Segundo informa o sr. Cardoso de Oliveira, em uma nota a pag. 232 do 1º vol. dos Actos Diplomaticos, a despeito das repetidas declarações da legação oriental no Rio, chegando a affirmar que « o presidente da Republica considerava a acceitação desse tractado como questão de honra para o seu govêrno », o tractado não foi approvado pelas Camaras uruguaias e, á vista disso, a 1 de Fevereiro de 1861 o govêrno brasileiro denunciou a cessação do accôrdo, em virtude do qual se conservava o *statu quo* anterior á demarcação proposta pelo govêrno oriental em 21 de Septembro de 1858, e assumiu a jurisdicção no territorio que lhe pertencia.»

Era ministro dos negocios extrangeiros do Imperio o visconde de Maranguape, quando, de 7 de Julho a 4 de Septembro de 1857, foram realizadas as conferencias entre os plenipotenciarios, visconde do Uruguai e d. André Lamas, para revisão do tractado de commercio e navegação de 12 de Outubro de 1851, conferencias que deram em resultado a assignatura do tractado de 4 de Septembro de 1857.

A meio dessas negociações, em que o govêrno brasileiro sinceramente se empenhava, auxiliado pela incontestavel boa vontade do diplomata oriental d. André Lamas, surgiu uma nova difficuldade opposta pelo govêrno oriental que, sem attender á justiça das reclamações dos subditos brasileiros por prejuizos soffridos com a guerra civil, extinguiu a commissão nomeada para classifica-las e dizer sôbre a sua procedencia : a legação imperial em Montevidéo houve de protestar a 17 de Julho, mas só a 28 de Agosto immediato poude ver attendido o seu protesto, ficando salvaguardados os direitos e interesses dos Brasileiros.

A 15 de Septembro de 1857, entre o visconde de Maranguape, ministro dos extrangeiros, e o plenipotenciario oriental d. André Lamas, foi assignado no Rio de Janeiro esse protocollo para

accôrdo sôbre os principios que deviam regular a navegação fluvial entre os dous paizes, desenvolvendo-se assim, como consequencia logica, os arts. 14, 15 e 16 do tractado de 12 de Outubro de 1851.

A esse accôrdo seguiu-se a convenção sanitaria de 16 de Septembro de 1857 e, ainda nesse mez, a 25, o Governo imperial, sempre inclinado á cordura, á manutenção de relações amistosas e fecundas, solicitava ao govêrno da Republica que tornasse extensivo aos prejudicados Brasileiros o accôrdo celebrado com a França e a Inglaterra, para indemnização dos seus subditos.

De 5 de Outubro de 1857 datam as negociações sôbre a intelligencia do tractado de commercio e navegação celebrado a 4 de Septembro anterior, e, bem assim, as notas sôbre direitos de consumo, como ainda a respeito da navegação da Lagoa-Mirim e rio Jaguarão.

A 31 de Outubro foi redigido o artigo addicional ao tractado de 4 de Septembro desse anno para melhorar a demarcação de limites, por meio de cessão de territorios nas immediações de Sanct'Anna do Livramento, artigo esse que não foi approvado pelo Poder Legislativo da Republica.

Ainda de 13 de Novembro a 21 de Dezembro de 1857, por meio de notas trocadas no Rio de Janeiro, entre a legação oriental e o ministro dos negocios extrangeiros, empenharam-se os dous governos em resolver o problema relativo á successão dos Orientaes fallecidos no Brasil, assumpto que foi regulado por meio de reciprocidade, e accôrdo que vigorou até Agosto de 1894, data em que foi denunciado pelo govêrno de Montevidéo, sendo acceita a denúncia pelo gabinete do Rio, em Septembro de 1895.

De 25 e 30 de Novembro datam as notas entre o Governo imperial e a legação oriental, no Rio, a respeito de providencias tomadas para garantir a liberdade de pessoas arrebatadas do territorio da Republica para o Rio Grande do Sul; e da mesma data são ainda as notas do accôrdo, celebrado no Rio de Janeiro, sôbre contractos effectuados com pessôas de côr que, como libertos, tinham servido em estabelecimentos industriaes e agricolas da Republica.

De 28 de Novembro a 3 de Dezembro realizou-se o ajuste, por meio de notas, para que fossem respeitados os titulos de nacionalidade passados pelas legações e consulados, de modo a evitar, para o futuro, o grande numero de reclamações brasileiras contra o recrutamento na Republica, e de orientaes contra o mesmo abuso no Rio Grande do Sul, ajuste completado por outro datado de 1 a 7 de Dezembro, por meio de notas reversaes, relativo ao engajamento de Brasileiros no exercito oriental e de Orientaes no exercito brasileiro.

* * *

Apezar dessas demonstrações repetidas e seguras da mais perfeita lealdade, buscando sempre o Governo imperial aplanar difficuldades que fossem obstaculo á manutenção das melhores relações entre os dous povos fronteiros, a 26 de Dezembro de 1857 o Governo brasileiro teve necessidade de ordenar á legação imperial em Montevidéo que pedisse ao gabinete oriental a expedição de ordens tendentes não só a garantirem a vida e a propriedade das familias brasileiras do departamento de Maldonado, as quaes, ameaçadas pelos perigos internos que a politica da Republica não sabia evitar, emigravam para o Rio Grande do Sul, mas tambem que lhes assegurassem o regresso immediato aos lares, em territorio oriental.

E' exacto que o Governo oriental deu as providencias que entendeu bastantes para satisfacção á exigencia brasileira, mas não é menos exacto que tudo isso revela bem a má vontade dos governos da Republica aos seus vizinhos, constantemente solicitados e sempre dedicados ao amparo, defesa e segurança da independencia uruguaia.

Apezar desses sentimentos injustamente hostis aos Brasileiros, a 12 de Janeiro de 1858 o Governo oriental pedia, e o brasileiro consentia em dar, o auxilio dos agentes do Imperio para embaraçarem o desembarque de fôrças organizadas em Buenos-Aires, com intuito de fomentar a revolta no Estado Oriental. Passados nove dias, a 21 do mesmo mez, a nova solicitação do govêrno

oriental correspondia o govêrno brasileiro mandando um vaso da sua marinha de guerra ao porto de Colonia, impedir o desembarque de fôrças que corriam em auxilio da revolução.

O Brasil não recusou amparo, não se furtou ao cumprimento daquillo que entendia ser o seu dever, de accordo com as estipulações dos tractados e de conformidade aos principios geraes do Direito internacional.

E, rompendo o movimento revolucionario de 58, acudiu lealmente ás solicitações do govêrno oriental: — « foi um êrro », « segundo a opinião do sr. Clovis Bevilacqua, desses erros que « são communs na apreciação dos factos e das responsabilidades; « pois, suffocada a revolta, tivémos de vêr sacrificados, na chacina « de *Quinteros*, os nossos alliados de *Monte-Caseros* ».

Foi realmente um êrro, mas inevitavel naquelle momento, porque era a consequencia natural, necessaria e perfeitamente logica dos erros anteriores, longo tempo accumulados e contra os quaes o meu obscuro espirito houve de se manifestar sinceramente, ao poncto de magoar a sensibilidade irritadiça da critica indigena, que não teve paciencia para esperar e por isso já fulminou de pessimismo lamentavel a opinião com que, pelos meus labios despretenciosos, fallou a Historia da nossa patria, sinceramente escripta, e não o incondicionalismo *chauvinista* que cifra todo o seu empenho em elogiar por elogiar, sem attender ao futuro.

E esse êrro não foi dos mais crueis, rapidamente se compensou, muito embora o sangue que correu em *Quinteros*, a 1 de Fevereiro de 1858, não houvesse afogado sómente os martyres orientaes da politica de caudilhagem e tambem tivesse manchado a honra da nossa nacionalidade.

Outros erros mais graves, cuidadosamente cultivados pela nossa Diplomacia, ao serviço de uma politica externa nem sempre criteriosa, mas sempre dubia ou duplice, estavam ainda ameaçadoramente suspensos sôbre o horizonte, para o desdobramento tempestuoso do quinquennio paraguaio.

O Brasil ajudou a suffocar a revolução de 1858 e concedeu um auxilio pecuniario ao govêrno oriental, por meio do emprestimo de

110.000 patacões, que o Banco Mauá entregou ao gabinete de Montevidéo, segundo se vê do protocollo firmado pelo representante do Imperio, conselheiro Joaquim Thomaz do Amaral, depois barão e visconde de Cabo-Frio, e o ministro das relações exteriores da Republica, d. Antonio de las Carreras, em 23 de Janeiro desse anno.

Foi um êrro tal emprestimo, como fôra um êrro o auxilio de um exercito de 4.000 homens que, em 1855, prestara o Brasil, sob o commando do general Pereira Pinto, quando o presidente Giró lh'o solicitou.

E tudo isso foi o producto de uma politica externa, que não duvidára, pela sua diplomacia, realizar aquelle tractado internacional, cujo art. 16 impunha á Republica Oriental do Uruguai o compromisso de sustentar, junctamente com o Brasil, a independencia do Paraguai!

A Republica Oriental, muitas vezes inferior ao Paraguai em poder militar e em população; tão pobre e tão agitada por dissenções da politica de caudilhagem, que necessitava do auxilio de 4.000 soldados brasileiros e de 110.000 patacões, para suffocar duas revoluções consecutivas contra a auctoridade do seu proprio govêrno, assumia aquelle compromisso internacional, ridiculo, de parceria com o Imperio immenso, poderoso e rico, para defender a alheia independencia, quando nem a sua propria podia manter!

Essa politica, totalmente opposta ás prescripções do Direito e até mesmo contraria á propria natureza humana, não podia produzir outros resultados que não fossem os erros apontados.

Mas o absurdo dessa politica não se limitou ao art. 16 do tractado, extendeu-se ás imposições contidas nos arts. 4º e 13. Por um, a Republica Oriental se compromettia a garantir a independencia e a integridade territorial do Imperio; e pelo outro, assumia a obrigação de contribuir para manutenção da tranquillidade pública em nossa patria!

Que consequencias era licito esperar dessa politica de absurdos, que a Diplomacia transformava em clausulas de tractados internacionaes?

Pois teria sido o meu pessimismo de hoje que inspirou, ha 63 annos, as clausulas d'esse tractado? Pois, em qualquer tempo, em quaesquer condições, seria cousa de admittir que, por um tractado, se fizesse a Republica Oriental do Uruguai potencia garantidora da independencia, da integridade territorial e da ordem pública interna do Brasil, e por esse mesmo tractado assumisse o Imperio a obrigação de auxiliar, sempre que fosse solicitado, a auctoridade da Republica Oriental a sustentar-se a si mesma?

Entretanto, ajudando a esmagar a revolução de 58 e a afoga-la na sangueira de *Quinteros*, o Brasil ergueu contra si a má vontade dos *blancos*, continuaram as perseguições e as violencias, levantando por toda a parte o protesto dos Brasileiros, victimas daquelle odio oriental, muito humano, muito explicavel, producto natural dos nossos erros.

Bastaria para justificar esses sentimentos contra as nossas instituições e até alcançando o povo brasileiro, o art. 6º do tractado de extradicção de criminosos e desertores e devolução de captivos, o qual impunha á Republica a obrigação de entregar os escravos que se internassem no territorio oriental. E para cúmulo de exigencia, transformando-se em humilhação á soberania uruguaia e gerando resentimentos que se transmudavam em odio, a obrigação que o tractado impunha não se limitava á reclamação brasileira por via diplomatica, de soberania a soberania; as auctoridades da Republica tinham o dever de receber e attender ás reclamações das auctoridades da provincia do Rio Grande, e até ao senhor de escravos era concedido o direito de penetrar em territorio oriental, em perseguição do infeliz fugitivo, apresentar a sua exigencia ás autoridades locaes e arrebatar a victima da mais abjecta das instituições humanas.

Era o desprêzo do Brasil forte pelo direito constitucional do Uruguai fraco, do Imperio grande pela Republica pequena, da soberania brasileira pela soberania oriental, claramente expressos no art. 131 da Constituição republicana: e o Brasil, que promettia protecção á soberania da Cisplatina, era o seu primeiro violador!

Os erros dessa politica produziram outros erros de amargas e dolorosas consequencias.

Felizmente, porém, surgiu no scenario da Diplomacia brasileira a figura distinctissima, nobre, competente, brilhante e integra de José Antonio Saraiva, um dos mais notaveis estadistas da America do Sul, vulto de soberano destaque na politica do Imperio.

O eminente estadista recebeu a missão especial de conseguir com brandura que o govêrno oriental fizesse cessar a dolorosa situação, em que se achavam os Brasileiros na Republica, e a desagradavel posição que teria de assumir o Imperio para ampara-los e garanti-los, no caso de se verificar a denegação de justiça ás victimas de tantas e tão repetidas perseguições.

« Sin embargo, no lo entendieron así los politicos *blancos*. En el tren agresivo en que se habian colocado, no solo rechazaron las proposíciones de Flores, sino que continuaran fomentando los odios populares contra el Imperio, hostilisando á sus subditos, que no tenían en la Republica garantia ninguna, ni para sus personas, ni para sus bienes.

« La más ligera penetracion hubiera llevado por otro camino á la politica gubernista.

« Solamente una aberracion muy grande podia mantener á los hombres de la situacion en un convencimiento tan falso y tan erróneo. Negar al hermano desidente el agua y el fuego, como norma de politica interna, y provocar á un país poderoso, para imponerse en su politica externa solo puede ser escuela del fanatismo llevado a un grado extremo.

« El presidente Berro y sus ministros llegaron hasta a crer que habia sonado la hora de poner termino á la accion brasileña en el Plata. Con el apoyo de Urquiza y del Paraguay, y con la actitud de Mitre, de perfecto equilibrio, el gobierno oriental se entregó á combinaciones fantasticas sobre la base de la derrota de la politica brasileña. Prescindió en sus cálculos de factores que se imporian á la vista de cualquier politico mediocre, desconociendo la fuerza incontrastable que encerraba el Brasil y la habilidad tradicional de

su Diplomacia, que siempre habia sido mantener incólume el poder y prestigio del Imperio, desbaratando los planos de sus enemigos hasta obligarlos á concurrir al triunfo de los propósitos imperiales. »

Ora, si na verdade, como reconhece o illustre escriptor platino cujas palavras acabo de citar lealmente, os politicos orientaes fomentavam os odios populares contra o Brasil, hostilizando os subditos brasileiros que na Republica não tinham garantia nenhuma para as suas pessôas, nem para os seus bens ; si a norma da politica interna da Republica era essa de negar agua e fogo aos proprios ermãos dissidentes, para provocar o Imperio e derrotar a politica brasileira, foi justificadissima a missão especial, que o govêrno do Imperio confiou ao conselheiro Saraiva :— outro procedimento teria sido um crime de lesa-patria, abandonando os seus subditos « aos anarchizados elementos que combatiam a politica de lealdade, de ordem, que inspirava o governo brasileiro » ; tanto mais quanto as declarações officiaes, absolutamente contrarias a essa conducta carthagineza, davam razão aos Brasileiros, condemnando o govêrno da Republica.

E' o proprio ministro do exterior, d. Juan José Herrera, quem, em nota de oito de Outubro de 1863, á legação imperial em Montevidéo, affirmou que :

« el gobierno de la Republica hacia justicia á la honradez y lealtad de la politica del Brasil para con este pais. » ; palavras essas confirmadas em nota de 12 de Novembro seguinte, quando o mesmo ministro asseverava que :

« el gobierno de la Republica no dudó por un solo instante de la sinceridad y celo con que el Imperio se esfuersa por hacer guardar la neutralidad por las autoridades de la frontera », pedindo ao representante diplomatico brasileiro, que se dignasse transmittir ao seu govêrno : « — el agradecimiento del de la Republica. », expressões essas ainda uma vez repetidas com abundancia de colorido, em nota do referido ministro, a 31 de Dezembro de 1863, declarando que :

« el presidente de la Republica vió con placer confirmadas las ideas que tiene formadas de la altura y cordialidad de los pro-

cederes imperiales, sin dejar de hacer especial mencion de la politica de orden que sin duda inspira siempre al gabinete imperial, tratando-se de los gobiernos legales de esta Republica y de los anarquisados que la combaten. »

Não era possivel ao gabinete do Rio de Janeiro occultar a gravidade da situação.

O general Netto, cuja velhice austera, cuja palavra acima de qualquer suspeita, cuja lealdade excluia qualquer vestigio de paixão e de falsidade, éra o interprete dos seus patricios perante o imperador. A publicidade do seu protesto ergueu a alma nacional, agitou os sentimentos populares, penetrou nas altas regiões do poder, abalou a consciencia do parlamento e dominou a propria intelligencia do ministerio presidido pela serenidade, pela energia e pela segurança moral de Zacharias de Goés e Vasconcellos, uma das figuras mais brilhantes do Imperio.

E foi tal a impressão produzida pelos acontecimentos em questão que, na sessão de 5 de Abril de 1864, na Camara dos Deputados, houve quem lembrasse a necessidade de uma guerra para pôr termo definitivo a tantos e tão grandes desatinos.

Os melhores espiritos do tempo não conseguiram fugir á influencia da excitação popular. No parlamento Theophilo Ottoni, Pimenta Bueno e até o visconde de Uruguai cuja serenidade era bem conhecida, vibravam e faziam vibrar a alma da nação.

Enquanto na imprensa a penna-clava de Evaristo da Veiga relampejava, o temporal cresceu e culminou quando se soube que Francisco Solano Lopez procurava intervir na contenda, preparando-se militarmente pela chamada ás armas das milicias paraguaias, concentrando-as em Cerro Leon, Encarnacion, Assuncion e Consepcion, em nummero superior a 50.000 homens.

O Parlamento decretou então a missão especial ao Prata, e della foi encarregado Saraiva.

« El consejero Saraiva, estadista distinguido, la figura más
« simpatica y noble de la diplomacia brasileña en el Plata, supo
« penetrarse de los peligros de su misíon, previó las contingencias
« que naturalmente se derivarian de la applicacion rigurosa de sus

« sus iustrucciones, y tuvo el valor patriotico y entereza bastante
« para levantarse sobre la opinion de su pais y aun mismo del
« gabinete, y la autoridad necessaria para desviar á uno y á otro
« de la corriente á que se habian incorporado en un momento de
« impulsividad patriotica.»

Essas palavras de um illustre publicista uruguaio definem bem, não só a situação dos dous paizes, mas a figura do diplomata, cujo merecimento o escriptor oriental confirma com esta phrase suggestiva :

« Saraiva, con su miráda de águila, dominó de inmediato, la
« situacion.»

Desde 12 de Maio, dia em que foi recebido pelo presidente Aguirre até 4 de Agosto de 1864, data em que apresentou o *ultimatum* do Governo imperial, o illustre diplomata brasileiro fez tudo quanto lhe foi possivel fazer para que entre os dous povos fronteiriços e entre os dous governos vizinhos voltasse a reinar a mais perfeita harmonia, baseada no respeito mútuo, na justiça e no bem commum.

« Era evidente el propósito del embajador, de no agraviar
« las susceptibilidades de nuestro pueblo, cosa que obstaria al felis
« coronamiento de sus planes,» escreve o illustre publicista ori-
« ental.

No entanto, como correspondia o govêrno da Republica a esse proposito do diplomata brasileiro? Que o diga o mesmo escriptor :

« La pasion de partido, encendida por la guerra y sobretodo
« por el perjuicio de que la mision extraordinaria no tenia otro
« proposito real que preparar la intervencion en favor de Flores,
« descargó su iracundia contra Saraiva.

« El ministro Herrera contesta al plenipotenciario imperial en
« forma que no hace honra a nuestra cancilleria.

« Este tono hiriente, revelador de una inconsciencia inexcusa-
« sable en los politicos que dirigen los destinos de un pais, era
« completado con una serie de notas declamatorias que des-
« naturalisaban la seriedad del gobierno, y enseñaban al diplomatico

« brasileño el nivel intelectual de nuestros hombres de estado, que
« en aquellos momentos no sabian elevarse á la altura de su mision. »

A essa e mais notas de uma lamentavel inconveniencia, Saraiva respondeu com outra que :

« era una leccion de urbanidad que el habil enbajador daba
« á los hombres del gobierno ofuscados por la pasion de partido y
« por los odios inveterados hacia el Brasil.

« Saraiva, teniendo presente los peligros de la mision
« encomendada á sus talentos y experiencia de estadista, sabe
« replicar en tono energico á nuestra cancilleria, sin provocar
« soluciones que obstasen á sus propositos amistosos, que eran
« los que mas convenian á los intereses del Imperio.

« Asumiendo una posicion muy por encima de los hombres
« con quienes ventilaba cuestion tan transcendental, el pensador
« brasileño señala á la consideracion del gobierno las verdaderas
« causas de la guerra que habia envuelto á gran numero de sus
« compatriotas.

« No le animaba otro proposito que illuminar á nuestros
« politicos y preparar el terreno para las gestiones de paz que
« venia meditando. »

Tudo foi em vão. O governo oriental persistia em recusar tudo, em repellir todas as propostas conciliadoras, de modo que se viu Saraiva obrigado a concluir a sua ultima nota por estas palavras :

«... dou-me por inteirado de não poder e de não estar disposto
« o govêrno oriental, nas actuaes circunstancias, a satisfazer as
« solicitações amigaveis que o govêrno imperial lhe fez por meu
« intermedio ; .... tenho por conveniente levar todas essas
« occurrencias ao conhecimento de s. m. o imperador e aguardar
« suas ordens.»

E assim foram interrompidas as negociações.

A responsabilidade das consequencias ia caber inteira ao Governo oriental. O partidarismo despotico dominava totalmente a consciencia do govêrno, de modo que os actos deste, que deveriam ser a expressão meditada de uma politica superior, eram simplesmente productos malsãos de um facciosismo obliterador da intelligencia.

« La intransigencia y el exclusivismo reclamaban el triunfo com-
« pleto de las armas gubernistas, disimulando sus odios con la de-
« fensa del principio de autoridad, expediente del que tanto se ha
« abusado entre nós otros para cohonestar la politica criminal de
« anacronismos que más de una vez ha determinado la prolon-
« gacion de la guerra civil que nos cubriera de sangre.

« Paizes nuevos y yá enfermos y con vicios organicos, presas
« constantes de la anarquia y de la plaga del militarismo y del cau-
« dillaje, su maior aspiracion debe ser el orden para anular los
« germenes de su desgracia y preparar un porvenir prospero y
« fecundo.

« Saraiva esforzose por convencer al presidente Aguirre de
« que la paz interna podria dar la solucion que mantuviera á
« todos en el terreno del derecho. »

Nada, absolutamente nada conseguiu convencer o governo oriental da lealdade que inspirava o Governo Brasileiro, representado superiormente pela lealdade do seu honrado e brilhante diplomata. A paixão partidaria dominou a grandeza do amor á patria, a lealdade de Saraiva foi vencida pelas intrigas de Vasquez Sagastume, e o Governo oriental para defender-se fementidamente das suppostas imposições humilhantes de um extrangeiro — o imperador do Brasil — que lhe abria a alma, acceitou a intervenção de outro extrangeiro — o dictador paraguaio —, que humilhava a nobre nação uruguaia.

Surgiu então a figura audaciosa de Solano Lopez, offerecendo a sua mediação ao Brasil, para harmoniza-lo com a Republica Oriental.

Mediação é o termo empregado, mas a nota-protesto que o ministro paraguaio José Bergés enviou ao ministro residente do Imperio em Assumpção, é um verdadeiro *ultimatum* do dictador.

« El gobierno de la Republica del Paraguay..... no puede
« mirar con indiferencia, ni menos consentir que en ejecucion de la
« alternativa del ultimatum imperial, las fuerzas brasileñas, yá sean
« navales ó terrestres, ocupen parte del territorio oriental, ni tempo-
« raria, ni permanentemente.... y considerará cualquier ocupacion

« del territorio oriental por fuerzas imperiales..... como atenta-
« toria al equilibrio de los Estados del Plata, que interesa á la
« Republica del Paraguay como garantia de su seguridad, paz y
« prosperidad, y que protesta de la manera mas solemne contra tal
« acto, descargandose desde luego de toda la responsabilidad de las
« ulterioridades de la presente declaracion.»

Era impossivel a solução pacifica, impunha-se a solução pelas armas: os *blancos* estavam hypnotizados pelo apoio de Solano Lopez, pelo poderio paraguaio que Pimenta Bueno havia ajudado a erguer, incautamente exquecido de que, esmagando com elle a dictadura de Rosas, contribuia para formar uma outra talvez mais perigosa e com a qual esperavam elles fulminar o Imperio:

« El asiento de nuestra política », escreve d. André Lamas a pag. 25 do seu livro — *Tentativas para la pacificación de la Republica Oriental del Uruguay* — « se colocó en el Paraguay y
« vuelto hacia allí, esperando de allí la ley y la victoria, el triunfo
« del partido y la satisfaccion del odio partidario, el gobierno
« desafiaba la tormenta que se levantaba y se ennegrecia sobre
« todas sus fronteras terrestres y fluviales. »

E a tormenta estalou.

Saraiva apresentou o seu *ultimatum* concedendo seis dias para que o governo oriental affirmasse o proposito decidido de dar satisfacções plenas ao Brasil. O govêrno do presidente Aguirre, apoiado na insolencia de Solano Lopez, devolveu o *ultimatum*, propondo a solução por arbitragem; Saraiva repelliu essa proposta fallaz, feita exclusivamente para ganhar tempo, communicou as occurrencias ao corpo diplomatico em Montevidéo, transmittiu instrucções do governo imperial ao almirante Tamandaré que commandava a esquadra brasileira, e ao presidente da provincia do Rio Grande do Sul, retirou-se para Buenos-Aires, e as represalias começaram.

Desses actos de represalia que, muito avisadamente, de accordo com os principios correntes de Direito internacional, Saraiva tinha definido de modo peremptorio, em sua nota de 4 de Agosto, ao ministro da guerra, advertindo-lhe que:

« — as represalias não são actos de guerra» ; desses actos de represalia que tinham por fim vingar as injustiças e a violação dos direitos dos Brasileiros edo Brasil, difficilimo, sinão impossivel, seria deixar de passar ao rompimento de hostilidades, e as fôrças brasileiras do general Menna Barreto invadiram o territorio da Republica ; tomaram as villas de Mello e Salto ; Paysandú resistiu-lhes, mas capitulou depois de um bombardeio de dous dias ; Flores, já reconhecido belligerante, incorporou-se ao exercito invasor ; ambos avançaram sôbre Montevidéo que, bloqueada pela esquadra de Tamandaré e ameaçada pelo exercito imperial, foi obrigada a render-se.

Aguirre, impotente para vencer, passou o govêrno ao presidente do Senado, d. Thomaz Villalba, cabendo a este o desgosto de assignar a rendição da capital da Republica, mas tendo, ao mesmo tempo, a satisfacção de negociar com o novo representante do Brasil, dr. José Maria da Silva Paranhos, futuro visconde do Rio Branco, a pacificação da sua patria, a cessação da occupação brasileira, e o tractado da triplice alliança, então celebrado entre o Imperio, a Argentina e o Uruguai, para a guerra contra o Paraguai do dictador Solano Lopez, resultado final, sangrento e dolorosamente cruel de todas as loucuras e desatinos de uma politica de aventuras, que andou durante seculo e meio a sonhar com a illusão do Prata.

Antes, porêm, o govêrno de Aguirre, em intimidade absoluta com a populaça, commettera os mais reprovaveis excessos, entre os quaes se conta o attentado inaudito, dirigido pelo proprio ministro da guerra, dr. Jacintho Susviela, o qual, havendo declarado que preferia reduzir Montevidéo a um montão de ruinas a ter de capitular, não se pejou de levar a bandeira brasileira de rastros pelas ruas da cidade, pisando-a e incitando a plebe amotinada a cuspir sôbre aquelle symbolo, que tantas vezes havia amparado a liberdade oriental, depois de lhe ter garantido a independencia e a soberania.

Flores foi elevado á dignidade de presidente provisorio da Republica e sustentado no seu posto, depois de ter visto fugir Aguirre, Carreras, Susviela, Juanicó e outros caudilhos ; mandou

arvorar a bandeira brasileira no forte de S. José e, com uma salva de 21 tiros de canhão em honra do symbolo de uma patria e em homenagem á soberania do Imperio, saudou o povo vizinho e resgatou por essa forma o crime dos seus inimigos e antecessores, declarando irritos e nullos todos os actos do presidente deposto, contra o Brasil.

De Saraiva, da sua acção nobremente conciliadora, da grandeza desinteressada dos seus serviços á causa dos dous povos, trinta annos depois, ainda eram conservadas lembranças, com saudades e com reconhecimento, como se vê das palavras simples e ligeiras, mas fundamente sentidas, de um cartão que existe, em original, na collecção de manuscriptos preciosos do Instituto Historico.

Esse cartão, que tem a data de 19 de Janeiro de 1895, foi escripto de Montevidéo ao conselheiro Saraiva, e é assignado por Fortunato Flores, filho do general Venancio Flores.

Delle destacamos o periodo seguinte, que tem a eloquencia da simplicidade e é um brado de reconhecimento a confirmar, depois de 30 annos decorridos, o depoimento dos contemporaneos que a Historia já consolidara :

Montevidéo, Enero 19 de 1895.

« Excellencia...

« La obra que contribuistes a lebantar en conjuncto con mi padre en la Republica del Uruguay ha sido tan sana y noble que lleba treinta años el partido *colorado* gubernando el país — podeis estar satisfecho. Soy de Vuestra Excellencia. « am. qs. m. b. *Fortunato Flores.*»

* * *

Em sua nota de 4 de Agosto ao ministro Herrera, o conselheiro Saraiva deixou bem nitidamente affirmado que « as represalias não são actos de guerra. »

E' esse um principio indiscutivel de Direito internacional, amplamente acceito por todos os povos cultos; seria, pois, desnecessaria aquella declaração do diplomata brasileiro, tanto mais

que se dirigia a um ministro de relações exteriores, jurista de nomeada, a cujo espirito não devia ser extranho aquelle principio fundamental.

Mas Saraiva, prevendo que teria de lançar mão desse recurso, precisava deixa-lo definido com clareza : corria o anno de 1864 e o Brasil tinha de pôr em práctica no Rio da Prata a licção que um anno antes, entre 31 de Dezembro de 1862 e 5 de Janeiro de 1863, lhe dera a prepotencia da Inglaterra, a proposito da questão Christie.

No Rio da Prata, o Brasil ia usar de um principio juridico, com ampla justificação, ao passo que, no porto do Rio de Janeiro, a Grã-Bretanha, pelo seu diplomata Christie havia recorrido a uma violencia que não se fundava no Direito nem nos factos.

A questão Christie originou-se em um caso de fortuna do mar, no naufragio da barca mercante ingleza, *Prince of Wales*, nas praias desertas, ainda hoje inhospitas, do Albardão, em territorio do Rio Grande do Sul, banhado pelo Atlantico e onde reina violentamente a majestade indomavel dos pampeiros.

A carga deu á costa, sendo arrebatada por piratas, que a levaram para a Republica Oriental. As auctoridades locaes do Rio Grande do Sul, com a presença pessoal do chefe de policia de Porto Alegre e de quatro facultativos da cidade do Rio Grande, verificaram que não houvera assassinatos; que os corpos encontrados tinham succumbido em virtude de asphyxia por submersão; que as mercadorias haviam sido roubadas; que os criminosos estavam homisiados em territorio extrangeiro, onde não tinham jurisdicção as justiças brasileiras; ficou tambem provado que fôra pedida a extradição, de accordo com os principios de Direito internacional : entretanto o govêrno britannico, por intermedio da sua legação no Rio, exigia uma indemnização de 6.000 libras esterlinas ao govêrno brasileiro, o que equivalia a responsabilizar o Brasil por não ter impedido o temporal, que desarvorou a barca; por não haver impedido que as vagas do oceano em furia afogassem os marinheiros; e por não ter evitado que, num logar ermo e inhospito, os piratas houvessem pilhado as mercadorias, que o mar arrojara á praia.

Mas a Inglaterra não se contentava com a indemnização pecuniaria reclamada; exigiu mais, em nota de 16 de Julho, ao ministro dos negocios extrangeiros, marquez de Abrantes, que o capitão Saumary, da sua marinha de guerra, interviesse officialmente no inquerito que a auctoridade brasileira instaurara para apurar a verdade do successo e as responsabilidades das pessoas envolvidas nos crimes, que porventura, fossem verificadas.

O ministro repelliu peremptoriamente essa exigencia do diplomata Christie, porque « proceder de outro modo importaria « reconhecer a impotencia ou inepcia das justiças do paiz, e « incapacidade do proprio govêrno, importando ao mesmo tempo « a tolerancia por parte deste o mais « flagrante desrespeito á « soberania e á dignidade nacional. »

Em nota de 29 de Dezembro, ainda o marquez de Abrantes repetia ao ministro Christie: « 1º, que não podia nem devia « o govêrno de s. m. o imperador acceder ao principio de « responsabilidade, que se lhe attribuia, e contra o qual, alto e « categoricamente protestava; 2º, que se recusava peremptoriamente « a consentir e a intervir na proposta de liquidação das perdas « soffridas pelos donos da barca naufragada e da indemnização que « se exigia pelos suppostos assassinios; 3º, finalmente, que si fosse « obrigado a ceder á força nessa questão pecuniaria, pagaria, pro- « testando tambem contra a violencia que se lhe fizesse, a somma « que o sr. Christie ou o govêrno de s. m. britannica quizesse. »

Como se vê, o ministro brasileiro estava com a boa doutrina juridica, além de ter a seu favor a eloquencia dos factos.

A essa questão, porém, originada nas falsas informações prestadas pelo consul inglez em Porto Alegre, a respeito do naufragio referido e suas consequencias, junctou-se uma outra, mais melindrosa, que veio aggravar a situação.

Tres officiaes da fragata de guerra *Forte*, da marinha britannica, entenderam de passar um domingo na Tijuca e ao regressarem á cidade, á noite, sob a acção excitante daquelle precioso licor que já fizera as delicias de lord Byron inspirando-lhe as mais bellas paginas do Child-Harold e do Manfredo, os tres compa-

triotas do grande poeta-soldado de Missolonghi, tomaram-se de razões com a sentinella de uma estação policial, sentinella que não se deixou injuriar pelos extrangeiros e que, sem receio do numero, prendeu-os no xadrez destinado aos desordeiros vulgares, tanto mais que não se achando fardados os tres patricios de Milton, o soldado de policia, que não estudara o idioma de Walter Scott, não podia saber que tinha sob sua auctoridade, muito legalmente presos, tres officiaes embriagados da poderosa dominadora dos mares.

Tão depressa, porém, a auctoridade superior da policia teve conhecimento, por informação do consul britannico, da prisão dos tres officiaes, providenciou para que lhes fossem dispensadas todas as considerações devidas á sua situação social e militar, até que as diligencias policiaes terminassem, sendo então postos em liberdade.

O govêrno inglez, pelos olhos do seu diplomata, viu em tudo isso um grave insulto á marinha da Grã-Bretanha e exigiu, para desaggravo da honra e da soberania inglezas e da sua bandeira: a demissão do alferes commandante da guarda policial da Tijuca; o castigo da sentinella que sendo desacatada e offendida cumprira o seu dever, prendendo os desordeiros; satisfacção do pretenso ultraje feito á marinha ingleza, quando esta, pelos seus officiaes em lamentavel estado de desequilibrio pela intoxicação aldehydica, é que havia offendido as leis e a soberania brasileiras, na pessoa da sentinella policial; censura pública ao chefe de policia e ao official que recebeu os tres officiaes inglezes « sem as reverentes curvaturas « a que os habituara a nossa fraqueza », como observa muito judiciosamente o sr. Clovis Bevilaqua. O diplomata Christie exqueceu-se de exigir tambem um castigo severo ao hoteleiro que forneceu o jantar. . . e o vinho aos seus patricios.

A essa exigencia descabida respondeu altivamente o marquez de Abrantes que o « Governo Imperial, conscio de que as auctori-« dades policiaes, como foi demonstrado, não faltaram ás attenções « devidas á marinha britannica no procedimento que tiveram com « tres individuos vestidos á paisana, que recusaram declinar seus « nomes e qualidades, não podia nem devia satisfazer as exigencias

« do *ultimatum*, e, por muito que deplorasse os males que dessa sua
« deliberação poderiam resultar, julgava preferivel e mais honroso
« soffre-los do que sacrificar o decoro e a dignidade nacional.»

A' vista dessas duas negativas peremptorias e da bella altivez brasileira do marquez de Abrantes, o ministro inglez William Dougal Christie, cumprindo as suas ameaças, ordenou ao almirante Warren, a 30 de Dezembro de 1862, que désse começo ás represalias, sendo capturados, durante o bloqueio, cinco navios brasileiros no valor de 13.000 libras, os quaes, conduzidos á bahia da ilha das Palmas, alli aguardaram a solução do conflicto.

Rotas as relações entre os gabinetes de St. James e do Rio de Janeiro, o governo brasileiro, coagido pela fôrça, victima de uma injustiça clamorosa, pagou, sob protesto, a indemnização de 3.200 libras, anteriormente fixada, pelo naufragio da barca *Prince of Wales*, por intermedio do ministro brasileiro em Londres, Carvalho Moreira, depois barão do Penedo, que se houve, nessa pendencia, com grande altivez, com indiscutivel brio e louvavel energia.

Como, porém, a 1 de Janeiro de 1863, o ministro Christie, em nome do seu governo, propuzera ao governo brasileiro a solução da pendencia por arbitragem, o marquez de Abrantes, em nota de 5 desse mez, manteve a sua deliberação anterior, quanto ao incidente oriundo do naufragio da *Prince of Wales*, acceitando a proposta ingleza somente para o caso dos officiaes da fragata *Forte*, entendido, porém, peremptoriamente, que o árbitro conheceria apenas da seguinte questão: — si no modo de applicação das leis do paiz aos tres officiaes houvera offensa á marinha britannica.

Esse accôrdo definitivamente estabelecido determinou a cessação das represalias, sendo libertadas as presas feitas pelo almirante Warren. Submettida a questão ao laudo arbitral de s. m. o rei Leopoldo da Belgica, a sentença foi favoravel ao Brasil. As relações diplomaticas voltaram a ser restabelecidas pela mediação d'el-rei de Portugal d. Luiz I, superiormente representado em Londres pelo conde do Lavradio, tornando o barão de Penedo a occupar o seu posto em Londres, em cuja côrte foi recebido

com grande solennidade, o que não succedeu ao neurasthenico sr. William Dougal Christie, que foi substituido pelo representante inglez em Buenos Aires, sr. Thornton.

E, coincidencia interessante, estava o imperador d. Pedro II em Uruguaiana, entre as tropas do seu exercito que encurralára e sitiara naquella praça as fôrças paraguaias do general Estigarribia, quando, em pleno acampamento, recebeu o novo plenipotenciario.

* * *

A Inglaterra junctou duas pendencias de natureza differente, uma indemnização pecuniaria e uma reparação de affronta, ambas indevidas, portanto injustas.

Da parte do governo brasileiro não houve, em nenhuma dellas, denegação de Justiça que permittisse a intervenção diplomatica.

Em ambas o governo brasileiro cumpriu o seu dever, observou os principios de Direito internacional, applicou normalmente as suas leis internas.

No primeiro caso, não fôra culpa sua o naufragio da barca nem as consequencias desse accidente commum a todas as paragens do mundo, inclusive as costas da Grã Bretanha, onde, segundo resa a Historia, os primitivos habitantes accendiam pharóes para attrahir as incautas embarcações phenicias que iam, a rumo do Baltico, em busca do ambar.

No segundo caso a offensa fôra feita pelos officiaes da fragata *Forte* á sentinella brasileira que, no seu posto, era a representação da auctoridade, das leis e da soberania nacional. E os officiaes inglezes deviam saber, não estando em estado comatoso, muito embora não estivessem tambem em estado de deliberar, que um superior não deve nem póde, sem practicar um crime, desacatar uma sentinella, seja qual fôr o paiz do mundo em que se encontre.

Thiers não o teria feito e não era official da armada ingleza. Saïa o grande homem do palacio da Assemblea, depois de ter sido eleito presidente da Republica : a sentinella, que o reconheceu, não se conteve e ergueu um viva á França.

Thiers descobriu-se, approximou-se do soldado que se perfilou e admoestou-lhe:

— *On ne doit jamais parler, sous les armes, pas même pour saluer la Patrie.*

* * *

As represalias, pois, ordenadas pelo ministro Christie e executadas pelo almirante Warren não tinham fundamento em nenhum principio de Direito internacional.

As represalias, segundo a opinião de todos os internacionalistas, são, em tempo de paz, actos de violencia exercidos por um Estado contra outro, que se tornou culpado de uma injustiça. E' assim que as definem Foignet, Calvo e Bluntschili. O Brasil, em nenhum dos casos capitulados na questão Christie, se tornou culpado de qualquer injustiça: as represalias, pois, não tinham justificação possivel, tanto assim que, submettido um desses casos ao laudo de um árbitro insuspeito, o Brasil viu coroado o seu direito pela sentença favoravel; quanto á outra questão relativa ao naufragio da barca *Prince of Wales* — a conducta da Inglaterra foi universalmente reprovada, como affirma Calvo. E no seio do proprio parlamento britannico os actos de violencia commettidos pela esquadra do almirante Warren foram asperamente censurados como indignos do nosso tempo. Na sessão da Camara dos Communs, a 17 de Julho de 1863, sir Seymour Fitzgerald observou que tendo a Inglaterra, no Congresso de Paris, proposto e acceito como principio obrigatorio que, para o futuro, todas as pendencias suscitadas entre duas nações seriam submettidas á arbitragem de uma terceira potencia, era para extranhar que a potencia auctora de tal proposta tivesse sido a primeira a violar esse principio, recorrendo a meios coercitivos antes de invocar a arbitragem.

* * *

Na hypothese, porém, prevista, pelo conselheiro Saraiva, em sua nota de 4 de Agosto de 1864, bem sabia elle que muito possivelmente teria necessidade de exceder as represalias, chegando até a actos de guerra, a que realmente chegou o Brasil, invadindo

o territorio oriental, tomando Mello e Salto, bombardeando Paysandú, reconhecendo ao general Flores o character de belligerante, fazendo com elle uma alliança em campo, sitiando e bloqueando Montevidéo e intimando-lhe a rendição.

E para fazê-lo, o governo brasileiro exgottara todos os meios suasorios, enviara a missão especial do conselheiro Saraiva que, durante quatro mezes inutilmente gastos em negociações, não teve a felicidade de conseguir do governo oriental, em mãos dos *blancos*, nem a reparação de injurias feitas á soberania do Imperio, nem indemnização ás victimas da perseguição das proprias auctoridades da Republica, nem, pelo menos, a cessação dessas arbitrariedades commettidas contra Brasileiros que, como confessa o illustre escriptor já citado, não tinham no territorio oriental nenhuma garantia de vida ou de bens.

E quando, depois de largas e pertinazes negociações pacificas para que a dolorosa situação se resolvesse amigavelmente, o Brasil recebeu ainda o atrevido *ultimatum* do Paraguai, com cujo govêrno o oriental negociava clandestinamente o aggravo insultuoso á soberania do Imperio, enquanto ganhava tempo com a troca de notas entre a chancellaria de Montevidéo e a legação brasileira na sua capital.

E nessa mesma nota, Saraiva, com a maior lisura de que era capaz a integridade do seu character sem jaça, escrevia este aviso prudente que era, ao mesmo tempo, uma licção de Direito :

« As represalias e as providencias para garantia dos meus
« concidadãos acima indicados, não são como v. ex. sabe, actos
« de guerra e espero que o govêrno desta Republica evite au-
« gmentar a gravidade daquellas medidas, impedindo successos
« lamentaveis, cuja responsabilidade pesará exclusivamente sôbre
« o mesmo govêrno.»

De modo que, quando a 10 de Agosto de 64, Saraiva, recusando a proposta de arbitramento que lhe fizera o governo oriental, declarou que, exgottados os seis dias improrogaveis fixados pelo *ultimatum* de 4 de Agosto, « ia expedir as ordens conveni-
« entes para o inicio das represalias », o diplomata brasileiro

estava perfeitamente abroquellado pelo Direito internacional, pela eloquencia dos factos, por toda a correspondencia trocada, pela denegação de justiça pertinazmente sustentada pelo governo oriental e pelo exgottamento de todos os recursos suasorios e amigaveis.

E tão seguro estava o diplomata brasileiro da sua posição, do seu direito pleno, que nesse mesmo dia dirigiu uma nota circular a todo o corpo diplomatico em Montevidéo, cousa que não fez no Rio de Janeiro o ministro inglez Christie.

Entre Christie e Saraiva, entre as represalias de 1863 no Rio de Janeiro e as represalias de 1864, no Rio da Prata, ha um abysmo.

Um, o diplomata britannico, era um impulsivo, violento, intractavel, orgulhoso e rude ; o outro, o diplomata brasileiro, era um homem equilibrado, severo mas conciliador, modesto e simples, embora energico e forte ; com a energia e a fôrça que dá aos homens de honra a consciencia do direito, limpida e austera.

As represalias do inglez não encontraram apoio na Justiça nem na consciencia politica do proprio parlamento britannico; as represalias do brasileiro foram a expressão juridica da soberania de um povo fazendo valer as suas regalias.

Saraiva era um estadista, Christie era um funccionario ; o Brasileiro era uma consciencia illustre ; o Inglez era um instrumento vulgar.

QUINTA CONFERENCIA

SUMMARIO — A guerra do Paraguai, suas origens — Opinião de Joaquim Nabuco — Polemica entre liberaes e conservadores — A responsabilidade de Saraiva e a missão especial — As instrucções do govêrno imperial e a conducta de Saraiva — Opinião de Affonso Celso — A unanimidade nacional — Juizo dos escriptores platinos — As represalias e a arbitragem — As intrigas de Sagastume — A guerra era inevitavel — Acção de Pimenta Bueno — Lopez e Rosas; o perigo desloca-se de Buenos Aires para Assumpção — A politica do Imperio — O protesto de Lopez e a imprevisão brasileira — Discurso de Paranhos em 1862 — A imprevidencia do Imperio e o poder militar do Paraguai — A mediação anglo-argentina — Notas do barão do Rio Branco a Schneider — Invasão de Matto-Grosso, Corrientes e Rio Grande do Sul — Psychologia de Lopez — Missão, figura, grandeza e influencia de Paranhos. — Convenio de 20 de Fevereiro.

MEUS SENHORES — Joaquim Nabuco, o mais elegante dos diplomatas brasileiros, no seu grande livro — *Um Estadista do Imperio* —, perpetuando a gloria paterna que elle continuou brilhantemente, concluiu um rapido e primoroso estudo sôbre a *Missão Saraiva*, durante a questão uruguaia, com este conceito:

« Da guerra do Uruguai procede a guerra com o Paraguai, e desta a Triplice Alliança.»

Parece, portanto, e esta conclusão é logicamente permittida, que o illustre e saudoso escriptor dá á missão Saraiva sinão a responsabilidade plena, pelo menos a origem dessa guerra, que durante cinco annos ensanguentou a historia de quatro povos e reduziu a patria de Solano Lopez á dolorosa condição, em que hoje se encontra.

Si foi esse o pensamento do distincto escriptor brasileiro, cuja penna, como as estrellas extinctas, ainda hoje offusca — e fulge, que — sua memoria nos perdôe esta audaciosa irreverencia do mais obscuro dos seus fetichistas — : é uma injustiça.

Aliás, esse criterio não é total e originalmente producto do espirito clarividente do preclaro embaixador do Brasil em Washington.

O sr. Helio Lobo, intelligencia moça e culta que já se emancipou dos preconceitos e soube afastar o seu nome e a sua mocidade do convivio pernicioso das mediocridades para fazer do estudo o arnez da sua consciencia na lucta pela vida, estudou a *Missão Saraiva*, no seu excellente trabalho intitulado — *Antes da guerra*.— Em nota á pag. 60, reproduz o moço escriptor um trecho da polemica travada em 1873 entre a *Nação* e a *Reforma*, a respeito da intervenção brasileira no Estado Oriental do Uruguai, no anno de 1864. Nessa polemica memoravel, a *Nação*, orgam do partido conservador, defendia o ministerio Rio Branco, e a *Reforma*, adversario do grande estadista, sustentava a accusação.

Na defesa escreveu a *Nação*, em 13 de Outubro de 1873:

« A intervenção de 1864, que nos trouxe a guerra com a Re-
« publica Oriental, e, depois de curto intervallo, a guerra com o
« Governo do Paraguai, não pode correr nem corre á conta do
« partido conservador. Essa energica politica que nos levou ao
« recurso das represalias contra o govêrno de Aguirre e das re-
« presalias á sanguinolenta lucta do Paraguai, foi obra do gabinete
« liberal... Dir-se-ia que no seio desse partido, a que se deu por
« um quasi epigramma o nome de progressista, respirava-se, desde
« as fanfarronadas da questão ingleza, uma atmosphera de
« guerra. »

Mas nem a Saraiva pessoalmente, nem á missão diplomatica por elle tão brilhante e tão lealmente desempenhada, nem ao partido liberal ou progressista, nem ao gabinete que áquelle tempo dirigia a politica e os destinos do Brasil se pode hoje, com justiça, attribuir a responsabilidade dessa guerra.

Muito embora pelas instrucções, que recebeu do gabinete liberal, Saraiva devesse apresentar o *ultimatum* do seu govêrno ao de Montevidéo, ainda assim, o eminente estadista, com a grande auctoridade que o distinguia e com a immensa clarividencia do seu espirito de patriota, comprehendeu, logo aos primeiros dias da sua missão, que mais acertado andaria orientando-a no sentido de a tornar pacifica e conciliadora.

A atmosphera que o eminente estadista encontrou era de franca desconfiança, de aberta antipathia, de completa hostilidade ao Brasil, a respeito de cuja politica interna a opinião em todo o Rio da Prata era absolutamente infensa.

Impossivel nos fôra até então convencer a alma do povo uruguaio da nossa lealdade, da sinceridade dos nossos intuitos : pairava ainda e sempre o temor de uma expansão imperialista, buscando estabelecer a extrema fronteira do Brasil, ao Sul, pelo immenso estuario daquella caudalosa corrente, sacrificando assim a mesma soberania que o proprio Imperio havia creado em 1828, impellido pela fôrça das circunstancias.

Era essa a tradição da influencia portugueza, tradição que não se apagara no espirito platino : o patriotismo uruguaio, exagerado pelos impetos infrenes das ambições dos caudilhos incultos, não deixava comprehender o ideal brasileiro em toda a sua plenitude.

As expansões da alma brasileira, precedendo a missão Saraiva, tinham despertado no povo uruguaio a perpetua desconfiança e tinham feito reviver os velhos odios abafados, de modo que, ao chegar a Montevidéo, « *de una sola mirada de aguila* », o diplomata brasileiro comprehendeu que muito mal iria a sua missão, si fossem integralmente executadas as instrucções do govêrno imperial, descortinou todos os obstaculos que se ergueriam á sua acção e que fariam fracassar inevitavelmente a incumbencia por elle acceita a convite do govêrno.

No seu officio confidencial de 24 de Maio de 1864, Saraiva deixou bem nitidamente formulada a sua situação nestas palavras claras e sem ambages :

« Não posso adeantar acerca do procedimento que o govêrno
« oriental terá para comnosco.

« Calculando, porém, com os dados que vou colhendo, aven-
« turo-me a dizer que não poderá elle satisfazer as nossas reclamações, nem quererá satisfaze-las.

« Não poderá, porque alguns dos seus agentes, responsaveis
« pelas violencias perpetradas contra Brasileiros, são homens de

« influencia politica e que o embaraçariam na lucta, que sustenta
« com Flores.

« Não quererá, porque o govêrno oriental considera maiores
« as difficuldades que lhe podem sobrevir de suas divergencias
« com os amigos em que se apoiou, do que aquellas que lhes possa
« suscitar o govêrno imperial.

« Este é o parecer que, segundo creio, prevalece nos circulos
« dos homens da situação. Elle assenta na politica erronea, que se
« obstina em prolongar a presente guerra. »

Com tal convicção radicada pelos factos que observava e comparando-a com o rigor das instrucções, que recebera do seu govêrno, Saraiva meditou profundamente e viu que essas instrucções eram naquelle momento inexequiveis. O gabinete do Rio ordenara-lhe que: « Baseando-se nesses dados e nas considerações que
« deixo expendidas, V. Exa. dirigirá, pois, ao mesmo govêrno, o
« *nosso ultimo appello amigavel*, concluindo por exigir, em nome
« do govêrno de S. M. o Imperador, como solução das reclamações pendentes e como satisfacção das que foram desattendidas:

« 1º — Que o Governo da Republica faça effectuar o devido
« castigo, sinão de todos, ao menos daquelles criminosos reconhe-
« cidos que passeiam impunes, occupando até alguns destes postos
« no exercito oriental ou exercendo cargos civis do Estado.

« 2.º — Que sejam immediatamente destituidos e responsa-
« bilizados os agentes de policia, que têm abusado da auctoridade
« de que se acham revestidos.

« 3.º — Que indemnise competentemente a propriedade, que,
« sob qualquer pretexto, tenha sido extorquida aos Brasileiros
« pelas auctoridades militares ou civis da Republica.

« 4.º — Finalmente, que sejam postos em plena liberdade
« todos os Brasileiros que houverem sido constrangidos ao serviço
« das armas da Republica. »

Como se vê, a missão Saraiva fôra incumbida de um verdadeiro *ultimatum* ao govêrno oriental. O diplomata brasileiro, porém, entendeu mais acertado, mais prudente, mais seguro para o exito da sua missão, para os interesses do seu partido, para o

govêrno imperial e para a Patria, transforma-la em missão de paz, e assim procedeu com approvação do gabinete do Rio, e necessariamente do imperador, que o conservaram naquelle posto durante os quatro mezes das negociações por elle dirigidas, com conhecimento pleno do gabinete de S. Christovam.

Si Saraiva procurou evitar a situação penosa que devera ter estalado em Abril de 1864 ao executar rigorosamente as instrucções recebidas, como é possivel, com sinceridade e fundamento, responsabiliza-lo por uma guerra que veio a declarar-se muitos mezes mais tarde, com um Estado que nada tinha a ver na questão meramente particular, suscitada na fronteira commum do Brasil com o Uruguai?

Si Saraiva queria a paz com a Republica Oriental, cuja situação precaria sob todos os pontos de vista lhe garantia o triumpho completo, como é possivel attribuir-lhe a imprudencia de provocar uma guerra com o Paraguai, que elle sabia perfeitamente preparado, de longo tempo, com auxilio moral, material e diplomatico do proprio Imperio?

A verdade inteira a respeito da responsabilidade dessa lucta contra Aguirre, que arrastou Solano Lopez e nos levou depois ao quinquennio terrivel, que foi de Uruguaiana a Humaitá e d'alli ás cordilheiras da Bolivia, disse-a em 1873, pelas columnas da *Reforma*, a penna liberal e brilhante de Affonso Celso, respondendo á *Nação* e defendendo o seu partido e a missão Saraiva da accusação que lhes dirigia o orgam conservador:

« A missão de 1864 exprimia o voto da unanimidade nacional;
« foi um desses impetos soberbos, que assignalam a historia de
« todos os povos não abastardados, nem envilecidos, quando
« vibra-lhes forte a fibra do patriotismo. Não foi o discurso do
« sr. Ferreira da Veiga que impelliu o gabinete de 15 de Janeiro
« a assumir aquella attitude, nem o contrario se infere de nossas
« palavras, como quer inculcar o contemporaneo.

« A missão especial não foi deliberada nos conselhos do Go-
« verno, resolveu-a a nação pelo seu voto soberano. Qualquer outro
« gabinete, conservador ou liberal, seria obrigado a seguir a po-

« litica que assim lhe era imposta pela opinião, fiel interprete dos
« derradeiros e supremos interesses do paiz, graças a esse mara-
« vilhoso instincto dos povos, que os guia e dirige nas grandes
« crises ».

E, cousa interessante, coincidencia curiosa, como observava naquella data o eminente jornalista que foi depois o grande e derradeiro estadista do Imperio, « no mesmo dia, quasi á mesma hora,
« dous membros dos partidos oppostos, um alliado do govêrno e
« seu decidido adversario o outro, o interpellavam sôbre os suc-
« cessos do Rio Grande do Sul, em cuja fronteira 40.000 Brasileiros
« soffriam inauditas perseguições e violencias ».

A propria imprensa conservadora, pela palavra auctorizada do *Espectador da America do Sul*, affirmou que « a abstenção do
« Governo importaria a perda de uma provincia ou a guerra civil »
e que, em tal questão « houve verdadeira *unanimidade nacional* ».

Ora, si a missão Saraiva foi fructo da convergencia de opiniões dos dous partidos — de govêrno e de opposição —, si a imprensa de todos os matizes applaudiu, si o parlamento a sanccionou com o seu voto, si houve a tal respeito a unanimidade nacional, não se comprehende que ella tivesse sido precipitada, quando é facto que, durante tres annos consecutivos, como já ficou demonstrado, os exforços do govêrno brasileiro, quer de um quer de outro partido, por intermedio das missões ordinarias da sua Diplomacia, procuraram sempre as soluções amigaveis para todos os conflictos e reclamações, e tudo isso foi sempre improficuo e perdido, como asseveram os proprios publicistas do Prata, entre os quaes o sr. Onneto Viana, escrevendo que : « el estado de lucha se
« prolongaria haciendo impossible la seguridad de la vida y la pro-
« piedad para los residentes brasileños.

« La legacion imperial reclamó reiteradamente el castigo de
« los delincuentes.

« El Presidente de la Republica no se consideró con fuersa
« bastante para reprimir con mano vigorosa los excesos de sus su-
« bordinados, y acaso no dióse cuenta exacta de las graves respon-
« sabilidades en que incurria.

« El estado anarquico, producto de la guerra, facilitó la realiza-
« ción de muchas persecusiones criminales, a las que seguian la más
« completa impunidad, pues que el gobierno sólo prestaba atención
« á las exigencias de la guerra, que eran las exigencias supremas.

« Salta á la vista la torpeza de este proceder. En el tren agre-
« sivo en que se habian colocado, no solo rechazaran (los politicos
« blancos) las proposiciones de Flores, sinó que continuaron fo-
« mentando los odios populares contra el Imperio, hostilisando á
« sus subditos, *que no tenian en la Republica garantia ninguna ni*
« *para sus personas ni para sus bienes.* »

Que mais era necessario para iniciar uma acção energica, immediata e prompta?

A denegação de justiça era flagrante, as violações de direitos eram constantes, as perseguições aos Brasileiros eram permanentes, o govêrno oriental deixava impunes os criminosos e não attendia ás repetidas reclamações da Diplomacia brasileira, e havia 40.000 Brasileiros que não tinham na Republica nenhuma garantia, nem de vida, nem de propriedade...

No entanto a missão Saraiva, em logar de iniciar a sua actividade, como lhe impunham as instrucções, apresentando um *ultimo appello amigavel,* preferiu entabolar negociações pacificas, persistindo na continuação das reclamações diplomaticas em segredo das chancellarias, afastando cuidadosamente a emergencia de uma guerra, em que a victoria seria rapida e segurissima. E ainda ha quem censure essa missão por haver lançado mão das represalias, por haver assim originado... a guerra com o Paraguai.

Era tal a segurança da visão de Saraiva, que os proprios publicistas platinos lhe fazem justiça:

« El caracter belico de su misión envolvia peligros inume-
« rables, y, de aplicarse rigorosamente sus instrucciones podia
« sobrevenir una conflagración general.

« Por otra parte, su espiritu honrado resistiose a exigir del
« gobierno oriental la applicación inmediata de medidas energicas,
« pués que era imposible otra solucion en el estado caótico en que
« se encontraba el pais»

« El embajador estaba convencido de que solamente la paz « podia asegurar el exito de la politica imperial, por cuanto colocaria « al gobierno oriental en condiciones de poder reprimir cualquier « exceso de que fueran victimas sus compatriotas. En este orden de « ideas, con firme resolucion de cambiar radicalmente el caracter de « la mission especial, dió el primer paso. »

A missão Saraiva recorreu ás represalias, tendo recusado a arbitragem proposta pelo govêrno do presidente Aguirre quando recebeu o *ultimatum*. Eis o grande argumento invocado: a recusa peremptoria ao arbitramento; si a proposta do govêrno oriental tivesse tido boa accolhida por parte de Saraiva as represalias não teriam determinado a occupação de Mello e Salto, nem o bombardeio de Paisandú, e Lopez não teria pretexto para declarar a guerra.

A arbitragem proposta não era acceitavel: I) o govêrno oriental que a propunha não era sincero nem procedia com lealdade; a proposta foi feita para ganhar tempo; II) enquanto era offerecida essa solução, Aguirre esperava o resultado das negociações clandestinas, em que se achava empenhado Vasques Sagastume, com o govêrno do Paraguai; III) quando J. J. Herrera, ministro das Relações Exteriores do Uruguai, propunha a solução por arbitragem, Solano Lopez, influenciado por Sagastume, offerecia a sua mediação para harmonizar os contendores, declarando desde logo, categoricamente, que « en bien del equilibrio politico necesario en el Rio « de la Plata no permitiria que tropas brasileñas invadieran el « territorio oriental ».

Não era o offerecimento leal e abnegado de uma mediação honesta, era uma ameaça intempestiva, irritante, impertinente, audaciosa, atrevida. O govêrno oriental teve della noticia, antes de a conhecer o diplomata brasileiro:

« Vasques Sagastume antecipadamente annuncia al gobierno de « Montevidéo la protesta de 30 de Agosto, de Solano Lopez, dando « lugar a una violenta reaccion en todos los espiritus, temeraria- « mente agresiva contra el Brasil. »

Lopez não esperou a effectividade das represalias para, em face dellas, tomar uma resolução definitiva. Muito antes da invasão

do territorio oriental por fôrças brasileiras, a 12 de Outubro, antes da occupação de Mello e Salto pelo pequeno exercito de Menna Barreto, quando ainda Saraiva e o govêrno oriental não haviam saído do terreno das negociações, quando ainda as duas chancellarias, brasileira e oriental, discutiam entre si a solução dos problemas, o dictador lançou o seu protesto, não contra uma declaração de guerra, mas apenas contra actos futuros de represalias; não contra uma violencia indebitamente practicada por mera prepotencia, mas contra o exercicio de um direito que cabia á soberania brasileira em face das repetidas e reincidentes denegações de justiça commettidas propositadamente pelo govêrno oriental.

Evitar as represalias, desistir do *ultimatum* para acceitar a arbitragem proposta em taes condições, equivalia a ceder á intimação do Paraguai. Saraiva recusou; podia recusar, devia recusar; si acceitasse aviltaria o Brasil e ficaria aviltado perante a propria consciencia.

A occupação de Mello e Salto, o bombardeio de Paisandú, o bloqueio e rendição de Montevidéo foram os pretextos, que Solano Lopez invocou, — inspirado por Vasquez Sagastume — e, consequentemente, com pleno conhecimento do govêrno oriental, para mover a guerra ao Imperio e á Republica Argentina, pensamento que gerara na sua alma a influencia perversa e poderosa da aventureira mme. Lynch, cuja ambição sem limites arrastou o torvo dictador até a hora tragica do Aquidaban.

Mas essa guerra era inevitavel; havia muito que ella sorria, como um ideal supremo, ao espirito sombrio de Solano Lopez; póde-se affoitamente affirmar que o dictador o recebeu de seu pae junctamente com os encargos, os compromissos e as prerogativas do poder, naquella originalissima democracia hereditaria.

Essa idea germinou no cerebro de Carlos Lopez e foi alimentada pelo espirito imprevidente de Pimenta Bueno quando, procurou captar a sympathia do Paraguai ao seu plano duplo de esmagar a tyrannia de Rosas e separar a aspiração de independencia da Cisplatina, da aspiração de hegemonia argentina, para resurgimento historico do vice-reino do Prata.

Quando Pimenta Bueno premeditava a quéda de Rosas, ergueu na alma de Carlos Lopez a ambição de predominio, deu-lhe elementos materiaes de engrandecimento, creou no velho Paraguai dos jesuitas uma potencia militar notavel, armou-a até os dentes, suggeriu-lhe a idéa de se fazer invencivel, construindo as trincheiras e as baterias formidaveis de Humaitá e a estrada estrategica do Passo da Patria a Assumpção. Foi o proprio estadista e diplomata quem o confessou na *Revista Brasileira*: « O plano de Humaitá « foi traçado no meu tempo, e o desenho estrategico do caminho « do Passo do Patria a Assumpção examinado por mim com « o presidente Lopez. E' obra de um tenente coronel prus- « siano ».

Um publicista oriental, insuspeito portanto, narra o seguinte:

« Pimenta Bueno, adueñado de la voluntad de Carlos Antonio « Lopez, lo indujo a convertir su pais en una potencia militar, de « manera que estuviese á cubierto de toda agresion del gobierno « de Buenos Ayres. Además le sugirió la idea de la formacion de « una nacion poderosa que comprendera Paraguay, Entre-Rios y « Corrientes, proyecto que no tenia otro fin sinó alagar la vanidad « del sombrio dictador y precipitarlo en la pendiente de las grandes « obras militares. Carlos Antonio Lopez, inducido por los consejos « de su mentor, se entregó á la tarea de preparar un tren de guerra « formidable. Para asegurar el monopolio de la navegacion fluvial, « fortificó las margenes de los rios, dió comienzo á la formacion de « una esquadra regular, llamó officiales ingénieros europeus, ingle- « zes y holandezes, con el cometido de promover mejóras en el ejer- « cito, en la marina y en las artes mecanicas. El diplomata bra- « sileño tomó participacion activa en todos los aprestos y facilitó á « Lopez officiales é ingenieros de su país, para construccion y « organisacion belicas.»

Convencera-se Pimenta Bueno da necessidade imprescindivel para o Imperio de esmagar a dictadura de Rosas, que se impunha como um perigo immenso : a confederação que o dictador sonhara realizar com a Argentina e com o Uruguai, logo que triumphasse em Montevidéo e nas provincias, apparecia aos olhos do diplomata bra-

sileiro com todos os aspectos de uma fôrça, que lhe cumpria não deixar crescer.

O processo para impedir essa medrança ou pelo menos, contrabalançar o poder daquella confederação, foi, no entender de Pimenta Bueno, a formação de um estado militarmente organizado, sem cogitar das consequencias que necessariamente adviriam dessa solução num paiz, em que o despotismo era a fórma de govêrno reinante e que, uma vez sentindo-se forte, buscaria expandir-se por todas as formas, procurando impôr-se pela audacia da sua politica.

Para derrocar o poder indiscutivel de Rosas, ameaça permanente ao equilibrio sul-americano, Pimenta Bueno alimentou a vaidade enfermiça de Carlos Lopez e creou, incautamente, a dictadura que devia ser a successora da que veiu a expirar em Monte-Caseros.

Realmente, o que inspirava a diplomacia de Pimenta Bueno era o mesmo pensamento, que formava o fundo historico de toda a acção diplomatica brasileira : — tornar impossivel a reconstituição do vice-reino de Buenos-Aires.

Impossibilitado o Brasil de estabelecer a sua fronteira ao Sul pelas aguas do Prata, o meio unico para solver o problema seria provocar, proteger e sustentar a independencia e a soberania das Republicas Oriental e do Paraguai, de modo que a Argentina de Rosas não pudesse aspirar á realização daquelle sonho dourado.

Mas derrubando um despota perigoso, Pimenta Bueno creava um outro mais perigoso, não em Carlos Antonio Lopez, em Francisco Solano, o filho, sôbre o qual não poude extender a mesma influencia com que soubera envolver e dominar a alma do pae.

Retirando-se Pimenta Bueno de Assumpção, nenhum outro diplomata brasileiro soube exercer sôbre Solano Lopez tão completo poder de fascinação ; a alma do successor de Carlos Lopez formou-se em plena independencia dos seus proprios sentimentos, embora tambem sob as influencias extranhas mas conjugadas daquella mulher, que foi a inspiradora de todas as suas ambições e daquelle ministro, que foi o estadista das suas aspirações de supremacia.

Enquanto Saraiva conduzia delicadamente a sua missão, no sentido de evitar a guerra, demonstrando, pelas negociações demoradas, o seu alto respeito pela soberania da Republica e o proposito firme de não ferir a sua susceptibilidade, embora exigindo reparação aos aggravos feitos á vida e á propriedade dos subditos do Imperio; enquanto por essa forma, que era o reconhecimento plenissimo da independencia oriental e o afastamento absoluto da idéa de conquista, o Brasil demonstrava a sua sinceridade, o governo de Montevidéo por intermedio de Sagastume ia fazer com Solano Lopez, em Assumpção, para destruir a politica do Imperio, o mesmo que o Imperio, por intermedio de Pimenta Bueno, havia feito com Carlos Lopez, para destruir a dictadura de Rosas.

Como bem affirma Joaquim Nabuco, « desde a guerra contra « o dictador argentino Rosas, quando obstámos a que Montevidéo « caïsse em poder de Oribe, o Estado Oriental do Uruguai « tornou-se o mais delicado e perigoso problema da nossa politica « exterior. Não tinhamos ambição de annexa-lo; desejavamos « não nos envolver em seus negocios internos, só tinhamos um « interesse em relação a elle, o de termos uma fronteira socegada « e segura, para o que era essencial que elle se tornasse defini- « tivamente independente ».

O barão do Rio Branco escreveu que— « a politica internacional « do Brasil, creada pelo partido conservador e principalmente « pelo illustre ministro Paulino de Sousa, visconde do Uruguai, « consistia então em manter a independencia dos dous Estados « ameaçados pela ambição argentina, o Paraguai e o Uru- « guai ».

Essas foram, realmente, as sinceras intenções do Imperio, que nellas via a solução para o problema da sua tranquillidade; era isso que convinha ao Brasil, e todo o empenho da politica externa foi sempre o de realizar efficazmente esse largo plano de desambição, mas nem no Estado Oriental, nem na Argentina nem no Paraguai se acreditava na lealdade da politica brasileira, nem, muito menos, na diplomacia imperial.

Quando o pretexto appareceu, a guerra surgiu. Mas a Saraiva não cabe a responsabilidade de have-la provocado.

« A fatalidade da sua missão consistia em que a guerra, diz « Joaquim Nabuco, preparada e accumulada por tanto tempo no « Rio da Prata, sequella da antiga lucta entre Buenos-Aires e « as provincias, na Argentina, entre *Blancos* e *Colorados*, no « Uruguai, sôbre o qual pendia a desforra infallivel de Quinteros, « resultava necessariamente dos armamentos despoticos do Pa- « raguai e havia, mais cedo ou mais tarde, de rebentar, desde « que o delirio de Lopez se pronunciasse ».

Quando o delirio se pronunciou a guerra explodiu.

Lopez, induzido pelas intrigas do govêrno oriental em poder dos *Blancos*, protestou contra as possiveis represalias, com que Saraiva ameaçara Aguirre e contra o apoio, que a esquadra do almirante Tamandaré offerecera ao general Venancio Flores. O govêrno imperial desprezou esse protesto, e Lopez, sem se preoccupar com declaração de guerra, aprisionou o vapor *Marquez de Olinda*, que conduzia o presidente de Matto Grosso, a quem fez passar martyrios, e um mez depois invadiu aquella provincia brasileira, que devastou a saque e a fogo. Era a guerra em plena erupção.

Mas quando esta explodiu, a imprevisão no Brasil era geral; ninguem pensava na possibilidade de tal aventura, nem o proprio govêrno acreditava que Lopez se abalançasse a tamanha loucura, tanto que era uma realidade dolorosa o estado de penuria militar, em que se encontrava o Brasil.

« A imprevisão era geral, diz Joaquim Nabuco; era de todos « os nossos homens publicos e assentava sôbre o preconceito po- « litico, do qual a eschola conservadora tinha feito uma especie de « dogma nacional: — que a amizade, a alliança do Paraguai era « o principal interesse do Brasil no Prata. Esse preconceito era « tão forte, que sem a aggressão de Lopez difficilmente teriam « estadistas brasileiros daquella épocha consentido nunca em « mover o nosso exercito e esquadra contra o Paraguai ».

Resalta nitidamente, pois, esta verdade: si a imprevisão era geral, tão geral que o Brasil se conservava em estado de absoluto

desarmamento; si essa imprevisão era de *todos* os homens publicos; si assentava em um preconceito tão forte, que dominava todas as consciencias da eschola conservadora, a accusação que se fez a Saraiva e que os mesmos conservadores fizeram ao ministerio liberal e á missão especial, como responsaveis por essa guerra, é absurda, é illogica, é insustentavel.

A guerra era a expressão dos sentimentos dominantes no Prata: só o Brasil pensava em paz e por ella trabalhava. Em guerra estava a Republica Oriental: Flores contra Aguirre, *Colorados* contra *Blancos*; em guerrra ia entrar a Argentina, e Sarmiento dizia a Mitre: « Tenemos que recorrer á la guerra, Snr. Go-« bernador, para que los dos partidos tradicionales de la Repu-« blica puedan medir, una vez por todas, sus fuerzas en el campo « de batalla e quede difinida para sempre la unidad nacional ».

« Unitarios e federalistas, observa o sr. Helio Lobo, haviam « travado, sem resultado definitivo, a grande lucta. A batalha « de Pavon assegurara o triumpho a Buenos-Aires. Ainda não « exprimia, contudo, o termo desejado ».

Em pé de guerra estava o Paraguai, desde que Pimenta Bueno acordara na alma de Carlos Lopez a possibilidade de esmagar a Argentina de Rosas. Humaitá era a corôa intransponivel de ferro e fogo, que faria do Paraguai a Republica conhecida no mundo. Mas contra quem se levantariam os 80.000 homens de Lopez? Contra o Imperio, ou contra a Argentina?

Contra a Argentina, para extender os seus limites ao Sul, conquistando Entre-Rios e Corrientes, como lhe desvendara Pimenta Bueno ao hypnotizar a alma paterna, si sentisse que as dissensões entre federalistas e unitararios lhe poderiam facilitar a realização desse sonho; contra o Brasil si este, receioso do seu predominio militar e politico na America do Sul, tentasse conte-lo nas fronteiras da sua soberania; contra ambos, Argentina e Brasil, si ambos quizessem erguer contra elle suas fôrças alliadas.

A guerra explodiu contra o Imperio, porque a paixão dos *Blancos*, escurecendo-lhes a razão, os levou á intriga, até que a palavra de Sagastume poude convencer o despota de Assumpção

de que existia entre o Brasil e a Argentina um tractado secreto de alliança, em virtude do qual essas duas nações haviam convencionado a conquista e o retalhamento do Paraguai e da Republica Oriental.

« E foi com essas impressões que o vaidoso dictador se lançou á guerra contra o Brasil », como observa o saudoso barão do Rio Branco.

« A guerra simultanea com as duas nações vizinhas foi um atordoamento que só se explica pela falta de uma politica anteriormente assentada, pela fluctuação de um poderio militar desvairado, que aspirava a fazer a sua entrada na scena sul-americana, de modo a não se fallar sinão delle, a parecer um milagre, a offuscar a imaginação do mundo.»

A responsabilidade, pois, da guerra não pertence á missão Saraiva; a guerra foi uma fatalidade, cujas origens arrancam da profundidade insondavel da psychologia dos caudilhos sul-americanos, perdida nas remotas paragens de uma historia em que collaboraram elementos tão differentes, factos imprevistos, raças tão dispares, ambições polarmente adversas e interesses diametralmente oppostos.

Era fatal essa guerra, tinha de rebentar forçosamente e, já em 1855, estivera a pique de estalar, como se vê, claramente, do notabilissimo discurso proferido na sessão de 11 de Junho de 1862, na Camara dos Deputados, pelo eminente estadista e diplomata J. M. da Silva Paranhos, depois visconde do Rio Branco, a figura mais completa, talvez a mais brilhante, de certo a mais notavel do parlamento brasileiro do Imperio, essa corporação illustre entre as mais illustres do mundo, em cujo seio fulgiram talentos de primeira grandeza, nomes de primeira agua, characteres dos mais limpidos, patriotas que ainda estão esperando, na gloria da vida subjectiva, que surja a penna de um Plutarcho para que os seus nomes saiam do ambito acanhado da nossa Historia para os vastos dominios da civilização humana.

Nesse discurso, que é um modelo de sobriedade tribunicia, que é um exemplo de cortezia num primor de logica e numa licção

de civismo, repetidamente o illustre estadista, o Pitt brasileiro, allude a essa guerra que já naquella epocha elle julgava inevitavel. São dessa joia da eloquencia parlamentar estes conceitos seguros:

« Mas tendo desapparecido da scena o dictador Rosas, o go-
« vêrno do Paraguai, que se mostrara intimo amigo do Brasil,
« cuja confiança para comnosco chegara ao ponto de dar carta
« branca ao ministro que o govêrno imperial nomeasse para nos
« representar em Buenos Aires, dada uma supposta intervenção
« do Imperio com a França e a Inglaterra, o govêrno do Paraguai
« então deixou-se possuir de prevenções contra o Brasil; receiou
« que, ufano com os resultados que haviamos alcançado nas
« margens do Prata, nos tornassemos ambiciosos e quizessemos
« substituir o dictador Rosas em seus designios contra a Republica
« do Paraguai! Deus sabe si a politica extrangeira teve ou não
« grande parte nessas prevenções, que assaltaram o espirito do go-
« vêrno paraguaio.

« Convidado para esta missão procurei declinar de mim ta-
« manha honra, não porque não esteja sempre prompto para o
« serviço do nosso paiz, mas porque compartilhava a opinião
« geral, que não seria possivel uma solução amigavel com o go-
« vêrno paraguaio, no estado em que a questão se encontrava.

« Quando cheguei a Assumpção, todas as disposições do
« governo paraguaio eram bellicas.

« A' minha approximação tinha havido um grande exercicio
« militar no acampamento de Humaitá; pouco depois da minha
« chegada houve um exercicio de fogo entre tropas da guarnição
« da cidade ».

Interrompido pelo deputado Tavares Bastos, Paranhos responde:

« Eu comecei por affirmar a imminencia de uma guerra entre
« o Imperio e a Republica do Paraguai...

« Attitude bellica tambem a tiveramos nós em 1855... »

Mas já em 1850, si a guerra não estalou, foi porque o govêrno brasileiro se fez desentendido...

Nesse anno, o Brasil empenhado em esmagar a dictadura de Rosas, celebrou a alliança com Carlos Lopez e constituiu-se defensor da soberania nacional : em troca desse alto serviço, obteve a livre navegação do Paraguai. Rosas caïu, a Republica Argentina reconheceu a independencia do Paraguai e o govêrno de Assumpção começou a receiar-se da amizade brasileira, e annullou de facto, com exigencias policiaes sôbre a navegação daquelle rio, todas as concessões de que resava o tractado de 1850, tornando absolutamente impossivel o commercio exterior com a provincia brasileira de Matto Grosso : o Imperio fechou os olhos e cerrou os ouvidos ao aggravo.

Em 1853, Pereira Leal, em *ultimatum* dirigido ao govêrno paraguaio, por ordem do gabinete do Rio, exigiu para o Brasil o reconhecimento da margem direita do Apa e que o ajudasse em suas contendas com a Bolivia para fixação de limites pelo Norte da Bahia Negra, em troca do reconhecimento,em favor do Paraguai, de todo o Chaco, até o Sul daquelle ponto. Carlos Lopez resistiu, e aggravando-se a situação mandou entregar os passaportes ao diplomata brasileiro residente, no dia 12 de Agosto : o Imperio tornou a fechar os olhos e a cerrar os ouvidos ao aggravo, desta vez mais duro... E Paulino Soares de Sousa, queixando-se da falta de cumprimento do convenio de 1850, dizia :

« Só a guerra poderá cortar, já que é impossivel desatar, as « difficuldades do Imperio com a Republica.»

Mais tarde, em 1855, os Brasileiros tentaram estabelecer-se em Salinas, sôbre a margem direita do Paraguai ; o govêrno de Lopez os mandou expulsar dalli pela fôrça das armas, e o Imperio tornou a fechar os olhos e a cerrar os ouvidos ao aggravo, que desta vez subiu de tom e chegou a actos de fôrça armada.

Apezar de julgar inevitavel a guerra em 1855, foi Paranhos quem a evitou pela habilidade da sua diplomacia, enredando o plenipotenciario paraguaio D. José Bergés, subscrevendo o protocollo de Abril desse anno, no qual Paranhos nega peremptoriamente valor legal ás clausulas do tractado de Sancto Ildefonso que serviam de fundamento aos direitos territoriaes do Paraguai.

Lopez torna a annullar a victoria do diplomata e com outras exigencias regulamentares impediu de novo todo o commercio fluvial com Cuiabá, trancando a navegação.

O Imperio nem viu nem ouviu a injuria, e só em 1858 tornou Paranhos a conseguir pelo protocolo de 12 de Fevereiro a livre navegação do Paraguai e do Paraná.

Como é possivel, pois, com bom senso, lançar sôbre a missão Saraiva de 1864 a responsabilidade de uma guerra que rebentou em 1865 e que já em 58, em 55, em 53 e em 1850 era geralmente julgada inevitavel, e que no decurso das negociações entaboladas pelo eminente estadista brasileiro esteve na aresta de ser declarada e somente o não foi porque a sua habilidade diplomatica varias vezes evitou o rompimento fatal?

Hoje é uma questão incontroversa que Saraiva, abroquellado na sua honra inatacavel e inatacada, firme na confiança que nella depositavam o govêrno do imperador e a opinião do seu partido, envidou todos os esforços que lhe permittiam a sua brilhante intelligencia e os recursos da diplomacia para assegurar a paz á Republica Oriental e á sua Patria. Tudo quanto era honestamente possivel fazer, elle fez para que o govêrno oriental cumprisse o seu dever em relação á soberania brasileira e ainda com respeito á politica interna que devia restabelecer a vida normal na Republica, depondo as armas os revolucionarios colorados, com Flores á frente.

Saraiva chegou a acceitar a interferencia dos ministros srs. Edward Thornton e Rufino Elizalde, e com elles teve a historica entrevista de Puntas del Rosario em 18 de Junho de 1864, na qual ficaram assentadas as condições da pacificação, de modo que a 25 do mesmo mez o presidente Aguirre dirigiu aos seus concidadãos uma proclamação participando-lhes que:

« As bases para a pacificação do paiz estão combinadas, medi-
« ante a amistosa interposição de SS. EExs. os ministros de S. M.
« Britannica, do Imperador do Brasil e da Republica Argentina.»

Nesse mesmo dia 25 Saraiva dirigia ao govêrno imperial o seguinte officio reservado:

« Hoje veio visitar-me o sr. presidente da Republica com os

« seus ajudantes de ordens, e de novo manifestou-me verbalmente a
« sua gratidão pelo que haviamos feito a bem do paiz.

« Achavam-se aqui commigo os srs. Elizalde e Thornton, a
« quem o sr. presidente tinha de visitar egualmente, e todos en-
« tramos com elle na mais interessante conversação a respeito de
« uma politica de paz e de concordia.

« Declarou-nos S. Ex. que era esse o seu desejo, e seria a sua
« gloria; que a isso estava resolvido.

« Quanto ás nossas respectivas questões internacionaes pro-
« feriu estas palavras: Encontrar-me-hão disposto a fazer quanto
« possivel, e estou seguro de que os srs. ministros hão de ficar
« satisfeitos com o Governo Oriental.» Agradeci a segurança que
« me dava; accrescentei que não duvidava da boa vontade de
« S. Ex. como não podia elle hoje duvidar de minhas benevolas
« intenções; que as questões brasileiras, porém, offereciam diffi-
« culdades consideraveis; que para conciliar os interesses de dous
« paizes vizinhos era mistér da parte do Governo o proposito
« firme de extinguir as causas dos males, que lamentamos, por
« maneira que não se reproduzam as mesmas difficuldades, mais
« tarde ou mais cedo. Disse-me o sr. presidente que o Governo
« Oriental empenharia quanto em si coubesse para viver bem com
« um Estado vizinho e amigo, como o Brasil.»

Politica de paz e concordia! Viver bem com um Estado vizinho e amigo como o Brasil!

E ao mesmo tempo que essas palavras eram dictas ao Brasil, o mesmo Governo que as dizia, tramava, em Assumpção, as aggressões do dictador ao Imperio, calumniando o paiz vizinho e amigo, e creando a mentira do tractado secreto com a Argentina, para retalhamento do Uruguai e do Paraguai. Não se sabe que mais admirar nas palavras do presidente Aguirre: si o desplante, si a má fé.

Em todo o caso, o açodamento com que Saraiva communicou a boa nova ao Governo Imperial demonstra que a sua grande alma queria a paz e não pensava na guerra com o Paraguai. Hoje, á distancia de meio seculo, essa intenção de Saraiva se

destaca da Historia com a mesma limpidez da estrella pollar na profundez da noite.

Vem a pêllo referir um incidente commentado por Saraiva, que dá bem a impressão da psychologia de Aguirre e permitte calcular seguramente o valor que se podia dar ás palavras do então presidente da Republica Oriental do Uruguai.

Haviam-se aggravado as difficuldades que entorpeciam a acção benefica e conciliadora do diplomata brasileiro, em face do procedimento exquisito do govêrno oriental.

E a tal ponto haviam chegado essas difficuldades, que o ministro das Relações Exteriores da Argentina, Rufino Elizalde e o diplomata inglez, Sir Edward Thornton entenderam acertado unir os seus exforços, indo ambos pessoalmente á presença do plenipotenciario brasileiro em Montevidéo, com o fim de se pôr termo áquella lucta que ameaçava tomar proporções assustadoras.

A seu turno, o snr. André Lamas, antigo diplomata oriental, amigo do Brasil e o snr. Castellanos, representando o presidente Aguirre, approximaram-se tambem do ministro brasileiro e depois em Puntas del Rosario se realizou a historica entrevista com o general Venancio Flores, entrevista que o eminente Joaquim Nabuco tão brilhantemente descreve no seu excellente livro intitulado *Um Estadista do Imperio*.

A interferencia dos diplomatas produziu o melhor effeito: o governo de Montevidéo offereceu a paz e amnistia geral aos revoltosos *colorados*, pelo decreto de 10 de Junho de 1864; o general Flores acceitou e reconheceu o govêrno do presidente Aguirre, para o fim de se proceder a novas eleições; o presidente Aguirre fez então officialmente ao ministro brasileiro a visita já referida, e aos outros mediadores, manifestando a todos a sua gratidão pelo muito que haviam feito a bem do paiz. Tudo sorria admiravelmente.

Flores lembrou-se, porém, de pedir garantias á execução desse accôrdo, e entre ellas figurava a mudança de ministros.

E, commenta Saraiva, no seu officio reservado de 5 de Julho, ao Governo Imperial:

Mas para tanto Aguirre não tinha fôrça; elle era o instrumento do seu partido, receiava ser por elle abandonado e temia até uma revolta do exercito, si viesse a afastar os ministros de que se rodeara.

Saraiva, cujo espirito se costumara a encarar as situações do alto e em conjuncto, sem se deter com detalhes minimos ou considerações de natureza pessoal, teve um dos muitos rasgos de genio que, por varias vezes, haviam salvo situações difficeis e delicadas em crises de politica interna, e, com audacia admiravel mas segura, offereceu-se ao presidente Aguirre para apoia-lo e sustenta-lo *quand même*, si « elle organizasse immediatmente um govèrno superior « ás facções em lucta ».

Essa franqueza, de uma lealdade que se lhe estampou nas faces, commoveu e enthusiasmou Elizalde e communicou-se á fleugma britannica de Sir Edward Thornton e, por sua vez, fez estremecer de contentamento os srs. André Lamas e Castellanos, que do occorrido deram conta ao presidente Aguirre. Esperavam todos anciosamente a resposta do presidente, na certeza de que seria a acceitação pura e simples.

E, conta Saraiva, textualmente, no citado officio: « Foram os « snrs. Lamas e Castellanos ter com o presidente e volveram « para dizer-nos que S. Exl.ª achava bom o caminho que se abria, « mas que lhe era preciso ouvir algumas pessoas ».

Essa resposta de Aguirre provocou os commentarios justissimos e conceituosos com que Saraiva, estudando e definindo a psychologia do presidente oriental, ha 51 annos, parece que fixava no seu officio as figuras superiores de todos os homens de govèrno, que, por sua indecisão ou por mal entendida lealdade partidaria, deixam de resolver situações que são problemas urgentes á vida das nações.

E Saraiva, commentando a resposta de Aguirre, escreveu estes conceitos: « Esta necessidade de tomar conselhos com homens « presos á situação por suas malversações ou cego espirito de « partido, é o que faz do sr. Aguirre o homem mais indeciso e « fraco, que a desgraça desta Republica collocou sôbre a cadeira da « presidencia. » Ha meio seculo foi escripta por um grande Brasi-

leiro, grande estadista, grande diplomata, essa sentença preciosa: parece que foi hoje.

Não foi possivel, porém, chegar a um accôrdo, vencer a indecisão e a fraqueza de Aguirre; os mediadores deram por terminada a sua missão, Saraiva retirou-se para Buenos Aires, e a Historia diz o que foi o resto.

O resto foi: o *ultimatum*, a invasão do territorio oriental, a occupação de Mello e Salto, o bombardeio de Paisandú, o bloqueio e capitulação de Montevidéo, a invasão de Matto Grosso, a invasão de Corrientes, a invasão do Rio Grande do Sul, a occupação de Uruguaiana pelo exercito de Estigarribia, a guerra do Paraguai, a destruição de um povo, muito sangue derramado, muitas centenas de milhares de vidas ceifadas, seis centos mil contos de réis gastos inutilmente!

Tudo isso porque o presidente Aguirre, indeciso e fraco, precisou consultar alguns homens presos á situação por suas malversações e pelo seu cego espirito de partido, teimando em conservar no seu ministerio os homens que tinham contra si as reclamações teimosas, insistentes e justas da opinião publica e as reclamações extrangeiras fundamentadas!

São, pois, incontestaveis as seguintes conclusões que se impõem com energia dominadora:

I — Si a missão especial confiada a Saraiva tinha o character bellicoso pela apresentação immediata de um *ultimatum*, o diplomata brasileiro, transformando-a em missão de paz, até chegar a consegui-la por fórma tão eloquente, não queria a guerra, nem a suppunha possivel com o Paraguai.

II — Si querendo e chegando a conseguir a solução pacifica, tal como provam os documentos referidos, elle evitava as represalias, é claro que evitava naquelle momento o pretexto allegado por Lopez para a attitude que assumiu.

III — Si a guerra com o Paraguai teve por origem proxima as represalias a que houve de recorrer o diplomata brasileiro, como se affirma, não cabe a Saraiva essa responsabilidade, visto como elle quiz e obteve a paz. Si esta foi burlada, a responsa-

bilidade immediata do fracasso daquellas negociações, em que tomaram parte a Argentina e a Inglaterra pelos seus diplomatas, cabe a quem levou Lopez a intervir intempestivamente : ao proprio presidente Aguirre e a Vasquez Sagastume, seu representante em Assumpção, convencendo o dictador de que o Brasil preparava com a Argentina a conquista do Uruguai e do Paraguai para fazer de ambas a Polonia da America do Sul, aos dous homens do govêrno oriental que reclamavam soccorro ao filho de Carlos Lopez contra o Imperio, que a ambos havia dado a soberania e a independencia.

Depois disso, si Saraiva recuasse seria um traidor ; e Saraiva era um integro, o seu character não tinha jaças, nem falhas.

Os dados estavam lançados, a guerra veiu, a victoria coroou as armas brasileiras e alliadas, e hoje, 50 annos depois, a figura de Saraiva emerge das vagas do tempo, do pó dos archivos, do segredo das chancellarias, do labyrintho dos protocollos, envolta na chlamyde de sua lealdade de pacifista, em toda a austeridade da sua vida, em toda a grandeza de seus serviços indiscutivelmente nobres, notaveis, como um verdadeiro estadista digno de seu tempo e da posteridade, cujas intenções de uma limpidez de chrystal ficam absolutamente affirmadas em face deste argumento supremo :

Em Agosto de 1864 apresentou Saraiva o *ultimatum* do govêrno imperial ao govêrno oriental, que o repelliu immediatamente ; e tanto pensava em guerra, quer com o Estado Oriental do Uruguai, quer com o Paraguai, que só em Outubro do mesmo anno, e não em Dezembro, como affirma o sr. Clovis Bevilacqua, foi que poude invadir o territorio oriental uma « pequena força brasileira composta de um batalhão de infantaria e de dous corpos « de cavallaria, sob o commando do general José Luiz Menna « Barreto, que penetrou no departamento de Cerro Largo para « practicar represalias, tendo por objectivo a Villa de Mello », como affirma o illustre sr. general Bormann.

Isto é, o Brasil não tinha naquelle momento um exercito capaz de apoiar e garantir a resolução extrema que dictava ao seu diplo-

mata em Montevidéo e, muito menos, capaz de enfrentar os 80.000 homens de Lopez!

A guerra surgiu, porque Francisco Solano Lopez entendeu que aquelle era o momento opportuno para precipita-la.

Si para apoiar o seu *ultimatum* a um govêrno comballido, em um paiz açoutado pela guerra civil, o Imperio não tinha nas suas fronteiras, nem nos seus quarteis « um só soldado », como asseverou Christiano Ottoni na sessão de 14 de Julho de 64, na Camara dos Deputados, com que fôrças poderia resistir ou tomar a offensiva, si o tyranno de Assumpção se abalançasse á lucta com o seu exercito em armas, adestrado nos acampamentos de Cerro-Corá e entrincheirado formidavelmente em Passo da Patria, Humaitá e em Assumpção?

O Paraguai era a esphinge e, infelizmente, a esphinge sorriu.

* * *

A contrastar com a imprevidencia do Imperio, erguia-se a Republica previdente: aquelle, sem soldados, sem armamentos, sem munições, sem equipamentos, sem transporte; esta, com 100.000 homens, com serviço militar obrigatorio, com acampamentos para exercicios e manobras militares de grandes massas, com fortificações inexpugnaveis, com marinha de guerra adequada aos accidentes das suas correntes fluviaes, e tudo isso realizado em tres governos successivos, de Francia a Solano, com methodo, com perseverança, com vontade firme e orientada pela bussola de um ideal que, embora occulto na consciencia dos dictadores, era, entretanto, um elemento poderoso para conquista da hegemonia sul-americana, sonhado pela alma de Bolivar, de Rosas e de Sarmiento, e ainda hoje acalentado por muitos publicistas argentinos, embora um tanto reduzido na extensão dos territorios que deveriam ser abrangidos pela grandeza da nova entidade politica: a Republica dos Estados Unidos da America do Sul.

A'quella epocha, em 1865, tal como faz notar Joaquim Nabuco, a these de Sarmiento : « Ha alguma difficuldade invencivel em que « a Republica do Paraguai, a Republica do Uruguai e a Con- « federação Argentina se reunam para formar uma federação sob « o nome de Estados Unidos da America do Sul ? » appareceu renovada em uma conversa do ministro argentino das Relações Exteriores, Rufino Elizalde, com o diplomata inglez em Buenos-Aires Sir Edward Thornton, que ouviu daquelle estes conceitos : « espero viver bastante para vêr la Bolivia, el Paraguay, el Uru- « guay y la Republica Argentina, unidos en una confederacion y « formando uma poderosa Republica en la America del Sud».

Seria o resurgimento do vice-reino do Prata, o sonho antigo, a larga aspiração da alma hispanica irrigada e bafejada pelas aguas da caudalosa illusão e pelos ventos do Pampa tão propicios á creação da caudilhagem.

Francia e os dous Lopez eram homens intelligentes e de largas vistas, de character rijo e de vontade prepotente, o ideal seduzia-os e por elle trabalharam, crearam uma nação poderosa e nesse empenho a imprevidencia brasileira os auxiliou, quando para esmagar o poderio de Rosas, que era o arauto do ideal, creou a outra tyrannia que lhe devia custar, mais tarde, rios de sangue e vidas preciosas.

O barão do Rio Branco, annotando Schneider, escreveu :

« Estamos persuadidos, e isso se deprehende de documentos « do archivo de Lopez, que o dictador não se armava para fazer « guerra ao Brasil. O projecto que alimentava era extender seus « dominios para o Sul, conquistando Corrientes ; talvez, nem « isso, mas sómente ganhar fama militar e influencia nas questões « do Rio da Prata.»

Salvando o altissimo respeito que votamos á grande auctoridade do saudoso demarcador do territorio patrio, do insigne chanceller brasileiro, o nosso atrevimento chega a contestar essa asserção. A conquista satisfeita de Corrientes aguçaria a ambição do dictador, e o successo, coroando o exforço das suas armas, iria mais longe : é da psychologia humana, principalmente das nações que

têm como guiadores dos seus destinos as figuras do aspecto bizarro, da consciencia torva, do espirito sombrio, que characterizavam o dictador paraguaio.

Quod volumus facile credimus : bastou que Vasquez Sagastume lhe lançasse na alma a semente da intriga, para que Solano Lopez, exquecendo tudo quanto a sua patria devia ao Imperio que tudo lhe dera, desde a independencia ao amparo material e moral para que nunca fosse ella sacrificada, rompesse a cordialidade existente e invadisse o imperio, «levando suas tropas as mesmas « ordens de saque e destruição, a mesma antecipação de rapina e « lascivia com que mais tarde hão de atravessar o Uruguai. Não « era uma guerra civilizada que nos tomava de surpresa, era uma « invasão de barbaros, o tropel de uma horda de Hunos, de repente « lançados sôbre as nossas populações indefesas », como refere Joaquim Nabuco.

Matto-Grosso foi assolado, devastado e annexado sob o titulo de departamento do Alto Paraguai. Depois o tyranno voltou a sua attenção para o Sul e alvejou o Rio Grande : para invadi-lo, era necessario atravessar a Argentina. Mitre negou-lhe o transito pelo territorio da Confederação, e Lopez invadiu Corrientes com 30.000 homens. Seguiu-se o sacrificio do territorio rio-grandense: Uruguaiana foi occupada por Estigarribia.

A alma do despota desabrochou em plena florescencia de sangue : a conflagração se extendera violentamente e, mais uma vez, a corrente do Prata ia ser para o Brasil uma illusão vermelha, decepada a ferro e crestada a metralha.

Lopez encontrou as nossas fronteiras totalmente francas e os Brasileiros completamente alheios à possibilidade de uma guerra que ninguem previra, para a qual ninguem se preparara.

« Naturalmente parecia, então, inacreditavel que a audacia « de Lopez fosse tamanha a ponto de nos provocar brusca e insolitamente para uma guerra que não podia estar em nossos planos. « Caro haviamos de pagar a nossa imprevidencia, que nem ao « menos se justificava por uma firme resolução de mantermos « relações de concordia com os nossos vizinhos ».

Esses conceitos do sr. Clovis Bevilacqua apoiam a nossa asserção : o Paraguai aguardava apenas o pretexto e o homem que o devia lançar á aventura : para pretexto serviu a ameaça de represalias brasileiras ao govêrno oriental ; o homem necessario era Solano Lopez, que, julgando provavel a approximação favoravel de « Urquiza, acceitou com açodamento o papel que as circunstancias « lhe traçaram, jubiloso por encontrar uma boa occasião de dar « ensanchas ás suas desmesuradas pretenções. Quando a indivi- « dualidade de Solano Lopez fôr estudada pela critica superior e « implacavel de um Taine, ver-se-ha que o caudilho guarani, « que tinha a ambição, a crueldade e a sensualidade do primeiro « Napoleão, teve como elle os nervos violentamente sacudidos « por abalos epilepticos, ou por qualquer psychopathia de effeitos « similhantes. Psychologicamente considerados, os dous typos « apresentam traços de singular similhança, apezar da superioridade « intellectual do Francez ; sociologicamente é que differem, porque « diverso foi o meio em que desenvolveram a sua acção. Solano « Lopez, sob o ponto de vista sociologico, foi um producto « do estado social da America do Sul, em uma epocha em « que elementos diversos, obscuros, chaoticos, elaboraram numa « zymose turbulenta as formas definitivas de nacionalidade, « recentemente desaggregadas das metropoles europeas.

« E' um typo que se vinha esboçando em Artigas, Rosas « e outros caudilhos, e que assumiu sua feição mais elevada « no audaz dominador do povo paraguaio.»

* * *

Na dolorosa emergencia em que se encontrava o Imperio pela fôrça irreprimivel dos acontecimentos, retirou-se de Montevidéo a figura notavel de Saraiva e em seu logar surgiu o vulto superior de J. M. da Silva Paranhos.

« Su nombre sonó de inmediato como el del politico más « indicado para sustituir a Saraiva en la dificil mission de hacer-se « cargo de los negocios del Plata. Unia el famoso diplomatico

« a un talento vigoroso una competencia igual en las cuestiones
« relativas á las relaciones de sú país con estas republicas ».

Deante do eminente Brasileiro erguiam-se todas as difficuldades que o destino se comprazia em junctar. O bombardeio de Paisandú levantara em toda a Republica, em toda a America do Sul, uma antipathia immensa contra as armas brasileiras, antipathia que foi aggravada pelo fusilamento de Leandro Gomez após a capitulação da praça, miseria attribuida ás fôrças de Menna Barreto, injustamente alvejadas pelos *blancos* e sobretudo pelo govêrno de Aguirre.

No Chile, no Perú, e na Bolivia a opinião se declarava francamente contra o Imperio.

O proprio govêrno inglez se deixou influenciar pelas intrigas e manifestava a sua desconfiança quanto ás intenções do govêrno imperial. O almirante Eliot chegou a insinuar ao plenipotenciario brasileiro « a conveniencia da conservação dos limites actuaes da Republica Oriental, como assumpto que interessava o govêrno britannico », accrescentando que « para manter a bôa vontade ou não intervenção dos governos europeus, não devia o Brasil pretender expansão alguma das suas fronteiras ».

Sagastume triumphava. Mas a sagacidade de Paranhos não podia desconhecer a delicadeza extrema da situação em que se achavam, elle diplomata, e o Imperio.

O govêrno de Montevidéo sentia-se totalmente perdido e estava resolvido a provocar uma conflagração, que impossibilitasse os planos do govêrno brasileiro. Desfeita a esperança no soccorro que Solano Lopez lhe promettera, Aguirre procurava interessar na sua causa os governos da Europa, convencendo-os de que o Brasil não tinha outros intuitos que não fossem de expansão territorial e de conquista.

« Paranhos revelóse en estos instantes un coloso como estadista
« y diplomatico. Contemplava todas las eventualidades sin descuidar
« siquiera los detalles. Simultaneámente atendia las operaciones
« belicas de las fuerzas de Tamanadré y Menna Barreto, observaba
« los movimientos de Solano Lopez, trabajaba al gobierno argentino

« para inducir á Mittre á la alianza, dirigiase á las autoridades
« de Rio Grande como encargado que era de la direccion politica
« de la guerra y aun enseñaba al gabinete de Rio los rumbos por
« donde debian encamiñarse las gestiones del gobierno de S. M. »

Foi então que Paranhos, empenhado na justificação completa da sua patria, publicou o manifesto de 19 de Janeiro, dirigido ao corpo diplomatico para demonstrar « em nome e por ordem do « govêrno imperial a posição actual do Brasil relativamente ao « govêrno de Montevidéo ».

O seu trabalho foi herculeo e heroico, habilissimo e intelligente, de uma rara prudencia e de uma grande fôrça de persuasão, de diplomata e de estadista de publicista e de politico, de patriota e de jurista, de immensa actividade e sem precipitação, e começando pelo reconhecimento das fôrças de Flores como belligerantes, para celebrar com ellas a alliança em campo que realizou, recusa habilmente a mediação de Mitre que d. André Lamas havia conseguido, estabelece o bloqueio severo de Montevidéo pela esquadra de Tamandaré, notificando-o ao corpo diplomatico; sem se desorientar com as injurias da multidão infrene que, dirigida pelo proprio ministro da Guerra, arrasta pelas ruas a bandeira brasileira e queima em auto de fé na praça publica e em presença do govêrno, todos os tractados feitos com o Brasil, no mesmo dia que expirava o prazo imposto pela esquadra de Tamandaré para capitulação da praça; sem se perturbar com a intervenção dos diplomatas extrangeiros annunciada para impedir o bombardeio; contrariando a opinião do almirante, que se manifestara radicalmente por essa solução extrema; convencido da delicadeza subtilissima da sua propria situação politica no Imperio, diplomatico no Prata e de director politico da guerra, mas tendo em vista o supremo triumpho do Brasil; entre duas guerras que se impunham e das quaes uma se desenhava já cruel e dolorosa por largo tempo; obrigado a prorogar o prazo para o ataque á cidade, por influencia do corpo diplomatico, Paranhos habilmente, digamos sem rebuço e sem favor, genialmente, aproveita o ensejo que lhe offerecia a terminação do govêrno provisorio de Aguirre, acceita o govêrno de d. Thomaz

Villalba, presidente do Senado e successor eventual, recebe a mediação do ministro Barbolani, representante da Italia e a commissão dos representantes do govêrno de Montevidéo e encetou negociações para a paz, nas quaes :

« Paranhos reveló una vez más sus condiciones de politico previsor.

« Dos soluciones se presentaban al habil estadista para obte-
« ner la terminacion de la lucha.

« La una, que el gobierno Villalba, representante de la situa-
« cion á la que el Imperio habia declarado la guerra, se someta
« las exigencias que habian motivado la lucha, pactando con el re-
« presentante brasileño.

« La otra, que el gobierno vencido celebre la paz con el jefe de
« la revolucion triunfante, reservandose el Imperio obtener de este
« las garantias para sus subditos y la punicion de los delincuentes
« que habia amparado el gobierno de Montevidéo ».

Muito embora affirme o publicista uruguaio que só a primeira solução era a logica e a unica legitima, Paranhos não a podia acceitar como tal: é possivel que assim fosse naquelle momento para o govêrno oriental, sem duvida o era ; mas Paranhos era o diplomata do Imperio e não de Aguirre ou Villalba ;

Paranhos succedera a Saraiva, cuja missão consistira exactamente em obter do govêrno oriental garantias de vida e bens para 40.000 Brasileiros victimas das violencias dos blancos e das suas auctoridades na fronteira e a punição dos dilinquentes ; a hypothese, pois, que contivesse essas condições ou a possibilidade da sua realização era a unica legitima e logica para Paranhos ; o momento proporcionava a mudança de govêrno com o qual Saraiva negociara improficuamente durante longo tempo, vendo-se por fim obrigado a recorrer á fôrça. Si este continuasse, era de presumir com justiça que os mesmos processos, as mesmas violencias continuassem : Paranhos viu que de um govêrno de Flores, triumphante sôbre Aguirre, dos *Colorados* sôbre os *Blancos*, teria a satisfacção plena da missão de Saraiva e da sua propria, e acceitou essa solução, que o momento lhe proporcionou.

A primeira hypothese seria apenas um adiamento das difficuldades; a segunda continha a solução definitiva. Da primeira nunca poderia resultar uma situação de amizade segura entre o Imperio e a Republica: o auto de fé dos tractados e as injurias á bandeira brasileira estavam ainda a poucos dias de distancia; da segunda, Paranhos podia esperar uma amizade, sinão profunda, ao menos segura, que permanece ha meio seculo, tão segura que permittiu ao diplomata brasileiro celebrar a convenção de 20 de Fevereiro, que representa, na phrase do sr. Onnetto Vianna « un « nuevo triunfo de la diplomacia imperial; Paranhos impuso las « clausulas que jusgó necesarias para asegurar la victoria definitiva « del Brasil y su influjo en el desenvolvimento de la politica ex- « terior de la Republica. Previó todas las contingencias, todas las « eventualidades que pudieran derivarse de un avenimiento que « dejara algo para los vencidos, y con la idea de subordinar á las « conveniencias del Imperio la propia vida de la Republica negó á « los caidos hasta el derecho de vivir en la tierra que los vió nacer.»

Paranhos era Brasileiro e diplomata, politico e estadista; conhecia profundamente as cousas e os homens do Prata, desde que os estudára quando, como secretario, accompanhara Carneiro Leão a Montevidéo em 1851, e entre os interesses de um partido e os do Imperio que representava, elle, que nada tinha a ver com a lucta dos partidos uruguaios, preferiu os interesses do Imperio, que eram os interesses da justiça negada por um govêrno oriental. Desde que a sua preferencia não sacrificasse o povo uruguaio na sua independencia, na sua soberania e na sua integridade, o diplomata deixaria de o ser, o estadista desceria da sua estatura, o politico diminuiria de valor e o Brasileiro mentiria á sua patria si, para salvar a honra de um govêrno e de um partido que o não tinha sabido ser, acceitasse a primeira solução.

E com a segunda solução Paranhos, cujas instrucções, cuja politica, cuja consciencia jamais haviam alvejado a integridade territorial ou a independencia da Republica, salvou a paz, a vida, o sangue e a honra do povo uruguaio e tornou immediatamente possivel o seu seguimento politico. No entanto, Paranhos foi demittido pelo go-

vêrno imperial, porque no convenio de 20 de Fevereiro «não viu este a fiel expressão do seu pensamento.»

« E, diz o sr. Clovis Bevilacqua, para significar o seu des-
« agrado, demittiu bruscamente o negociador, sem contudo re-
« pellir o acto ».

« As instrucções não eram sufficientes, realmente, porque os
« acontecimentos iam tomando uma feição não prevista ; mas a
« increpação era infundada, porque o egregio diplomata não se
« desviou do espirito das instrucções recebidas, e com a sua luci-
« dez reconhecida comprehendeu qual o interesse brasileiro pre-
« dominante no momento, para satisfaze-lo do melhor modo, sem
« prejuizo dos interesses secundarios, que se lhe não oppunham.
« E os acontecimentos vieram mostrar que o diplomata vira me-
« lhor a situação e provêra, mais intelligentemente, ás necessi-
« dades do paiz, do que o govêrno, dominado por impeto belli-
« coso, e ajuizando mal das fôrças, que o Brasil precisava de
« desenvolver para debellar as hostes de Solano Lopez ».

A primeira consequencia altamente benefica para o Brasil, decorrente do convenio de 20 de Fevereiro, foi a entrega de Montevidéo ao general Flores, porque desde esse instante, o Imperio deixava de se empenhar em duas guerras — a do Uruguai e do Paraguai, que já começava pela invasão de Matto Grosso, passando a ser o Estado Oriental o seu primeiro alliado contra Solano Lopez. Só esse resultado, de um valor inestimavel, quer politico, quer militar, merecia a gratidão da Patria, confessada publicamente pela gratidão do govêrno: succedeu o contrario, e Joaquim Nabuco escreve:

« Nada é mais provavel do que a opinião que attribúe ao
« imperador a brusca demissão de Paranhos, por causa daquelle
« accordo : é, no entanto, impossivel imaginar o que se podia
« querer mais.»

D. André Lamas, escrevendo a Paranhos, a respeito da missão que lhe fera dada, fez a defesa do diplomata brasileiro, de modo brilhante e completo, como ninguem a fizera, diz Joaquim Nabuco. E esse juizo do eminente escriptor brasileiro sôbre a

defesa escripta pelo seu illustre collega uruguaio é verdadeiro e nobre. D. André Lamas escreveu:

« El Brasil condemna en la persona de Ud el convenio de « 20 de Febrero! Que más queria el Brasil? Que sendo posible « una solucion incruenta, los cañones brasileros hiciesen en « ruinas la ciudad de Montevidéo e los intereses nacionales y « extranjeros que ella encierra? Que no hubiese ajuste entre « Orientales ní mismo para que el partido vencido se rendiera a « discrecion al partido aliado del Brasil?»

Em 5 de Junho de 1865, porém, no Senado, como em 11 de Junho de 62 na Camara, Paranhos fez a sua propria defesa de modo cabal e perfeito. A sua eloquencia subiu muito alto porque, si era inspirada pela grandeza do assumpto que envolvia a propria patria e as instituições que elle amava e servia com inexcedivel zêlo, amor e carinho, esse discurso arrancava da profundez de uma nobre e pura consciencia, agitava um coração de patriota inconfundivel e sacudia os nervos de um organismo que se avigorara sempre ao Sol da terra em que nascera. Defendendo a sua acção diplomatica no Prata, Paranhos deixava rasgada, nesse discurso, a trajectoria luminosa da sua intelligencia, e sem collocar a sua personalidade acima daquelles que o haviam demittido bruscamente, poz a patria acima da sua personalidade e por tal forma a emoldurava no ouro da sua argumentação inderrocavel, de tal modo a chumbava ao pedestal da sua eloquencia, que o seu vulto, elegante como o do duque de Morny, fino como o do principe de Metternich, austero como o do conde de Cavour, ficou vinculado na Historia politica e parlamentar do Brasil Imperio como um dos altos relevos de bronze, que fazem o nobre orgulho da França no arco da Estrella.

Nesse discurso, que é um modelo de perfeição, Paranhos poderia ter repetido de si mesmo, sem vaidade e com mais verdade, as palavras de Talleyrand no codicillo do seu testamento:

« De tous les gouvernements que j'ai servis, il n'y en a aucun « de qui j'aie reçu plus que je ne lui ai donné. »

Poderia ter repetido essa phrase celebre do diplomata illustre, se precisasse de justificar-se um homem que serviu a sua patria

com a constancia, a lealdade e o brilho que caracterisam a sua trajectoria pelas regiões do Poder; se a sua acção e a sua influencia na evolução da politica nacional não dessem ao seu vulto uma estatura muito superior á do Principe que não foi estadista como esse brasileiro notavel do segundo imperio.

Quando a Historia puder fallar serenamente, por homem desapparecido no tempo e no espaço, as ultimas ondulações dos movimentos da paixão que separou partidos e creou facções, a figura do visconde do Rio Branco ha de destacar no horisonte, integra e forte, para modelo dos homens publicos do futuro, como as estatuas de bronze que perpetúam a memoria dos benemeritos.

SEXTA CONFERENCIA

SUMMARIO — Atmosphera hostil no Prata — Effeitos do convenio de 20 de Fevereiro — A demissão de Paranhos — A nomeaçãe de Octaviano — Psychologia do diplomata — O meio em que teve de operar — Indecisão do Governo imperial — Consequencia da invasão de Corrientes — Rapidez e habilidade de acção de Octaviano — Tractado de triplice alliança — Gabinete Marquez de Olinda — Periodo brilhante e fecundo do Imperio — Triumphos diplomaticos do Brasil — Uma carta do imperador — A critica ao tractado de 1º de Maio de 1865 e auto defesa de Octaviano — O Senado do Imperio — A Consulta ao Conselho de Estado e os publicistas platinos — Quatro gabinetes brasileiros durante a guerra — O rosario das victorias — Rosas e Lopez, parallelo — Caxias e o fim da guerra — Paranhos e Cotegipe — O novo diplomata da paz: a sua figura, a sua acção, resultados da sua missão — Contradicções flagrantes dos publicistas argentinos — O Cruzeiro do Sul — Conclusão da 1ª serie do Curso

MEUS SENHORES — Pouco tempo antes dos successos, que determinaram a retirada de Saraiva de Montevidéo, Mitre escrevia a Sarmiento estas palavras:

« Trabajo com perseverancia para evitar que seamos envueltos « por esa tempestad que hace más de un año estamos orillando. »

Por que? Respondam os escriptores platinos. Escreve o sr. *Onelo Viana*:

« Mitre temió desde un principio desafiar la opinion popular « manifestamente hostil al Brasil, contra el que sentian estos « pueblos la tradicional prevencion de raza, unida á la antipatia á « sus instituciones monarquicas y la esclavatura.

« En Buenos Ayres, como en las provincias, como en Santiago, « en Lima y en Bogotá, el sentimiento republicano, antibrasileño « y antiesclavista, se rebelaba contra el Imperio. Mitre abnegada« mente manifestaba sus simpatias á la causa del Brasil, contra« riando las preocupacions reinantes, pero se encontraba solo, « aislado, en medio de indiferentes y de enemigos. »

Alberdi affirma:

« Toda Republica de Sud America debe ser aliada natural de « todo Estado europeo ó norteamericano que tenga conflictos

« con el Brasil, y de antemano le garantiza el contingente moral de
« sus simpatias. Este contingente será más que moral cuando el
« conflicto suceda entre una Republica sud americana y el
« Brasil.

« El Brasil, mientras permanesca Imperio fundado en la escla-
« vatura, no forma parte de la familia americana. . . La Republica
« es la ley de America.

« No conviene á las republicas de America que exista um
« poder monarquico en el Brasil . . . , por ser contrario a su
« equilibrio : — y esta inconveniencia debe ser un principio y regla
« de su gobierno exterior. Esta politica pertence á las tradiciones de
« la gran revolucion de America, y tiene en su apoio todas las
« sanciones de la historia, de la razon y de la gloria americana.

« Es la politica de Sud-America segun Bolivar, según Sucre,
« según Rivadavia, según Alvear.

« Todas esas grandes autoridades del dogma americano vieron
« una completa incompatibilidad entre los distinos republicanos y
« democraticos de la revolucion de America y la presencia de un
« trono en el Brasil.

« Cincoenta mil hombres y cuarenta buques de guerra en el
« corazon del Paraguay, estan alli para probar la popularidad de
« Lopez y la libertad del Paraguay. . .

« El Paraguayo és al brasileño, lo que el leon és al mono.
« Para el argentino es mas digno ser hermano de um pueblo de
« leones que no de un pueblo de monos.»

« *Juan Carlos Gomes*, em carta a Mitre, dizia : « Tiranisado
« cuanto se quiera, el pueblo paraguayo era una associacion republi-
« cana democratica, de la misma familia, con los mismos antece-
« dentes de las que habitan en los estados del Plata. Faltabale,
« es cierto, la vida constitucional representativa, las praticas de la
« libertad, de los habitos de civilisacion : detesto la monarquia
« brasileña, amo el pueblo del Brasil.

Alberdi, ainda, affirmou nos seus *Ensayos*: «Todo argentino,
« que en sus sinmpatias no dá preferencia á la historia, hasta á los
« defectos mismos del Paraguay, respecto del Brasil, de su raza,

« de su pueblo, es un desnaturalizado ; pués dá en sus afecciones el
« primer lugar á los portugueses y africanos, en mengua de los
« que fueron argentinos, de los que son hasta hoy nuestros her-
« manos, carne de nuestra carne, como decía Mitre. »

Todos os publicistas nutriam sentimentos hostis ao Brasil, alguns ao seu povo, a quasi totalidade odiava rancorosamente as suas instituições politicas, as suas origens ethnicas, a sua civilização, os seus costumes. . .

« Las prevenciones contra el Brasil estaban en el alma po-
« pular, arraigadas por la tradición y vigorizadas por los mismos
« hombres de pensamiento que sentian sistemada repulsion ha-
« cia el pais esclavista y monarquico, y se esforzaban por concitar
« contra el Imperio los sentimientos democraticos de los pueblos
« de orijen hispana. »

Era essa atmosphera, em que ia respirar no Prata o espirito de Paranhos ; esse era o ambiente moral, aggravado na Republica Oriental pela acção das armas brasileiras, que já se fizera sentir por intermedio da esquadra de Tamandaré, irritado no Paraguai pela influencia perniciosa e punica de Vasquez Sagastume no espirito de Lopez, creando um perigo tremendo que não tardaria a estalar, como estalou, com todo o fragor de uma guerra : a tempestade em que Mitre receiava ser envolvido e que realmente o envolveu.

A' frente do Paraguai, armado até os dentes, estava Francisco Solano Lopez que : contra « el Brasil sentia las prevenciones here-
« ditarias de raza, vigorizadas por los conflictos frecuentes que
« originaron el problema de limites y la navegación de los rios.
« Despota por herencia, ambicioso, audaz é irresoluto al mismo
« tiempo, malvado hasta el punto de sentir placer ante los sufri-
« mientos de sus victimas, egoista e sin intellijencia, reunia en su
« persona una mezcla confusa de cualidades contradictorias que lo
« presentan á la observacion del historiador como un tipo singular,
« *sui generis*, incapaz de una deliberación meditada, sin un pen-
« samiento que envuelva acierto ni siquiera sensatez, sin un rasgo
« que acuse condiciones de estadista ni tampoco habilidades de
« politico. »

Esse homem que, «desde un principio reveló sus ambicio-
« nes desmedidas, que deslumbrado con el espectaculo que habia
« presenciado en sus viajes al exterior (Brasil y Europa) deseaba
« reproducir en la Asunción la situación que habia envidiado en
« presencia de los grandes potentados de la tierra », como no-lo
pinta o sr. Oneto Viana ;

« que tinha o projecto de extender os seus dominios ao Sul,
« conquistando Corrientes », como escreveu o saudoso barão do
« Rio Branco em notas a Schneider ;

« cujo sonho dourado era « recuperar los antiguos límites de
« la provincia del Paraguay incluyendo las famosas Misiones
« Orientales », como nos elucida o sr. Vicente Quesada ;

« que tenia acaso la pretensión de adquirir fama y gloria mi-
« litar para hacerse proclamar imperador e para eso queria llamar
« la atención del mundo como un gran diplomatico y guerrero »,
« tal como no-lo descreve o sr. Zinny, na Historia dos gover-
nantes do Paraguai ;

que « pelas suas obras militares indicava a tendencia imperialista
« de suas ideas ; que chamando-se *El Supremo* e tambem pela pre-
« sença a seu lado de uma extrangeira grandemente ambiciosa e
« cuja posição de nenhum modo podia regularizar senão coroan-
« do-se, confirmam a crença de que em seus planos entrava fundar
« uma especie de imperio sul-americano ou talvez dar-lhe o chara-
« cter autoritario-plebiscitario que teve o de Napoleão III renun-
« ciando o poder absoluto em troca do reconhecimento da sua di-
« gnidade imperial, pelo resto do mundo », como o retrata a penna
de Joaquim Nabuco ; que, « só pela guerra podia dar a conhecer
« ao mundo a Republica do Paraguai », como aventa Thompson,
que o julgava « um monstro sem parallelo » ;

« que se convencera de que el « Paraguay estaba destinado a
pezar en la balanza de estos pueblos anarquizados », como nos
revela Decoud, dando a conhecer palavras do proprio Lopez a
Margariños Cervantes ;

Nessa atmosphera irritante e irritada é que tinha de respirar
Paranhos, tendo pela frente a indecisão de Aguirre, a neutralidade

de Mitre e a figura desse homem que synthetizava, dominava e empolgava o Paraguai para lança-lo onde, como e quando quizesse, esse homem sombrio que já em Junho de 1864 havia offerecido a sua mediação para harmonizar os governos de Montevidéo e Rio de Janeiro; que já em Agosto desse mesmo anno havia lançado o seu protesto ratificado em 3 de Septembro, considerando como *casus belli* a occupação militar da Banda Oriental por fôrças brasileiras.

E desse meio eriçado de espinhos, de perigos, de hostilidades foi que Paranhos poude arrancar o Convenio de 20 de Fevereiro, que o govêrno brasileiro julgou honroso para o Imperio, tendo declarado o *Diario Official* de então « que a paz fôra assentada sobre as mais honrosas bases ; que em Paisandú venceramos pelas « armas, e em Montevidéo só com a presença do nosso exercito e « esquadra e pelos exforços da Diplomacia, que o acontecimento « era um magnifico triumpho . . . »

E o govêrno de então confessava ainda officialmente os effeitos desse convenio, que os publicistas platinos consideravam um dos mais notaveis e proficuos triumphos da Diplomacia do Imperio e dos grandes talentos de Paranhos. Desse convenio resultou :

I. que o general Venancio Flores assumiu o supremo poder da Republica e organizou logo um gabinete inteiramente destinado a dar ao Convenio a mais leal execução ;

II. O primeiro acto do governo provisorio foi considerar de nenhum effeito o decreto de 13 de Dezembro, que havia condemnado ás chammas todos os tractados celebrados com o Brasil ;

III. Nessa mesma occasião prohibiu a exportação de artigos bellicos ou qualquer outro auxilio directo ou indirecto por parte dos habitantes da Republica ao govêrno do Paraguai ;

IV. Restabeleceram-se os consulados do Imperio em toda a Republica ;

V. Foi dispensada a missão enviada á Europa pelo govêrno de Aguirre para captar as sympathias dos governos das potencias contra o Brasil ;

VI. Foram expedidas as providencias necessarias para se tornar effectiva a submissão dos caudilhos Munhoz e Apparicio e a averiguação dos factos que a elles e a outros scelerados eram attribuidos, para serem processados administrativa e judicialmente ;

VII. Mandou-se egualmente syndicar, para o mesmo fim, do insulto feito por Susviela e Palomeque e outros á bandeira brasileira ;

VIII. Quanto aos caudilhos Munhoz e Apparicio, fizeram-se logo effectivas as providencias convencionadas, tendo-se ambos submettido depondo as armas, restabelecendo-se a paz em toda a Republica ;

IX. Immediatamente ficou a Republica do Uruguai na situação de alliada do Imperio, contra o dictador e tyranno do Paraguai. Isto é, Paranhos, negociando esse convenio, conseguiu realizar todas as exigencias do govêrno imperial, contidas nas instrucções reservadas, não só da missão que lhe fôra conferida como tambem da que fôra confiada á honra e ao talento de Saraiva.

Não obstante a confissão pública desses effeitos moraes, internacionaes, politicos e juridicos decorrentes do convenio; não obstante have-lo approvado, julgando-o honroso para o Imperio, o govêrno imperial entendeu que devia demittir e demittiu o brilhante triumphador brasileiro da direcção daquella missão, que fôra a corôa luminosa de 12 annos de reclamações infructiferas, de violencias, de revoltas, de supplicios e de sangue para os dous povos vizinhos, porque o « Convenio era deficiente e não interpretava bem o pensamento do govêrno. »

No seu memoravel discurso de 5 de Junho de 1865, no Senado do Imperio, Paranhos porém apertou o gabinete, que o demittira, neste torniquete de logica :

« Difficil é conhecer a opinião do gabinete transacto a respeito
« da deficiencia do acto de 20 de Fevereiro. O que faltava era es-
« sencial ao desaggravo da nossa dignidade, ou á segurança de
« nossos legitimos interesses ? Si era essencial a deficiencia que
« notastes, não podieis approvar aquelle acto como approvastes,
« sem tornar-vos solidarios com o plenipotenciario brasileiro...

« *O Sr. T. Ottoni* — Não é a consequencia.

« *O Sr. Paranhos* — Não é a consequencia ?!

« Pois um acto deshonroso, que deixasse aggravada a dignidade « nacional, sacrificados os nossos legitimos interesses, podia ser « approvado por um govêrno que prezasse a dignidade deste paiz ?

« Si o que falta ao acto de 20 de Fevereiro é accessorio, de « pouca monta, não torna o acto indigno do Brasil ; neste caso « por que tanto escarcéo, por que tanta severidade contra o nego- « ciador brasileiro ? » E concluia com esta apostrophe, que dá bem a medida da altivez daquella grande e nobre consciencia de Brasileiro, dirigindo-se aos membros do gabinete que o demittira :

« Sou um pygmèo em presença daquelle gigante, do illustre « auctor do Genio do Christianismo, mas, assim como elle, « quando accusado nas camaras francezas de ter sacrificado a « dignidade da França no congresso de Verona, posso dizer aos « nobres ex-ministros e a todos aquelles que como elles pensam : « Concedo-vos toda superioridade, mas não que qualquer de vós « seja melhor Brasileiro do que eu. Não tenho a importancia de « Chateaubriand, mas posso tambem dizer, como elle, que nunca « dei, nem darei a alguem o direito de tractar-me como a um « lacaio. »

Essa phrase, como o chicote vibrado pela mão do Rabbino quando expulsou os vendilhões do templo, ficou zumbindo na peroração daquelle discurso que não teve resposta, que paira ainda hoje na atmosphera do Senado tal qual a fulminação suprema de uma consciencia limpida e austera sôbre a ingratidão e a miseria dos impotentes vencidos pela propria insignificancia das suas frivolidades.

Saraiva teve a substitui-lo o espirito elevado e forte de Paranhos ; e quando a injustiça e a ingratidão afastaram Paranhos daquelle posto, occupou-o o espirito illustre e nobre de Francisco Octaviano.

Alma simples e delicada, toda tecida de energia moral e de ternura de sentimentos, pode-se bem avaliar o esplendor das suas qualidades intimas de homem fino, educado e austero, por uma

carta de familia que não era destinada á publicidade, escripta a uma sobrinha que lhe solicitara qualquer obsequio em favor de um recommendado ; eis como lhe respondeu o estadista galanteador e gentil aos 60 annos, mais ou menos :

« Minha querida sobrinha e senhora.

« Naturalmente o seu recommendado já lhe terá communicado « que cumpri as suas ordens, sem demora e com grande prazer. « Já é raro um momento de goso na minha pobre vida, e devo bei- « jar-lhe as mãos porque me proporcionou esse momento de lhe « mostrar em cousa tão ridicula o muito e muito que a preso pelas « suas grandes qualidades de coração mais do que pelos laços do « parentesco. Creia, minha querida sobrinha, que tem sempre ás « suas ordens o seu

verdro amo e cro
F. OCTAVIANO. »

A delicadeza dessa carta espelha a delicadeza da alma do diplomata.

Poeta, a mesma delicadeza de sentimento revestia o seu ideal, e depois de ter recebido a investidura da missão no Prata, quando já conhecia o grande rio, dizia o seu formoso espirito :

« O magestoso Prata bem claro nos ensina
« Nesta juncção feliz, de rios tão distantes,
« Que os sul-americanos, por uma lei divina,
« Devem viver unidos se querem ser gigantes,
« Dos Andes argentinos, das serras brasileiras,
« E como dous amigos unidos peito a peito,
« Abraçam-se no encontro e teem o mesmo leito.

Ninguem ainda melhor estudou essa figura interessante e original do parlamento Brasileiro do Imperio, do que o sr. conselheiro Lafayette em uma pagina rapida, concisa, feliz e segura, na qual ficou bem nitidamente impressa a psychologia do eminente patricio :

« Octaviano foi por ventura o Brasileiro que no ultimo seculo « escreveu o portuguez com mais pureza, propriedade, graça e

« elegancia, reunindo o dom da clareza á excellencia da concisão.
« Tudo que caïu da sua penna, versos, folhetins, critica, artigos
« politicos e até as cartas particulares, são primores de pensa-
« mento e de phrase. Comprehendeu e realizou melhor do que
« ninguem entre nós o typo do que é e do que deve ser o jornalista
« politico, esse agitador de idéas e discutidor de factos. Inter-
« pretou com maravilhosa sagacidade o pensar, o sentir, as pre-
« occupações e ancias do dia e as traduzia em artigos curtos,
« vivos, incisivos, scintillantes de espirito e de principios. E' ahi
« que está o segredo da magica influencia que exercia na opinião
« pública.

« Nas poucas composições poeticas que deixou, que delicadeza
« de sentimento, que formosura de ideaes, que harmonia de lingua,
« que atticismo !

« Octaviano possuia ainda em grau eminente os talentos de
« homem de Estado. Intelligencia de rara penetração, via com
« admiravel segurança o dia de amanhã. Sabia o passado e tinha a
« intuição do futuro. Não cultivou com assiduidade a tribuna po-
« litica, mas os discursos que proferiu numa e noutra camara de
« que foi ornamento, pela solidez e elevação do pensamento, pela
« correcção da forma, perfeita intelligencia das circunstancias de
« debates, pelo espirito, pela agudeza e velado do sarcasmo lhe
« asseguraram, fóra de toda a dúvida, as palmas de orador
« parlamentar.»

Tal era o espirito superior que foi designado para succeder ao superior espirito de Paranhos, si bem que pela primeira vez fosse desempenhar uma incumbencia diplomatica, sem experiencia portanto dos negocios do Rio da Prata, nos quaes Paranhos se havia notabilizado desde os primeiros passos.

Octaviano saïa de um meio totalmente differente daquelle em que ia fazer a sua estréa, logo como plenipotenciario em missão de uma suprema delicadeza, e em um paiz que já tivera ensejo de queimar na impiedosa fogueira das paixões politicas dous homens da estatura de Saraiva e de Paranhos, as duas summidades dos dous partidos que serviam o Imperio.

« Ni la anarquia, ni los caudillos, ni el sable — plagas de la « civilizacion hispano-americana — hacian sentir su accion en el « vasto imperio. El profundo respeto á la vida y demás derechos « de los ciudadanos, garantidos por las autoridades y por los « habitos populares, acena una civilizacion vigorosa, superior en « mucho á la de las naciones vecinas, las cuales, bajo el nomble de « repúblicas, cubrian las mayores monstruosidades, el tormento de « los ciudadanos y la tirania y degradacion del pais.

« La monarquia habia asegurado á los brasileños el gobierno « de los mejores. Ni los ignorantes ni los aventureros escalaban « las alturas del poder. No figuraron jamás en la alta direccion « de su politica, ni los improvisados ni los advenedizos. Fué cons- « tante la benefica influencia del talento sobre los destinos de la « nacion. Ofrecia á la contemplacion de los pueblos republicanos un « cénaculo de estadistas que podrian honrar á la civilizacion euro- « péa..., en el libro de oro de la politica brasileña, para proclamar « la robusta intelectualidad del Imperio, reflejada en los actos de « la vida interna y de las relaciones internacionales.»

A differença de ambientes era profunda e aggravada pela situação politica interna e externa da Republica Oriental do Uruguai e pela rudeza do golpe que a resolução brusca de Solano Lopez vibrava contra Matto Grosso e, pois, contra a soberania do Imperio.

A inexperiencia do diplomata, o desconhecimento completo do meio em que ia desdobrar a sua actividade ameaçavam tornar mais difficil e mais critica a sua situação, tendo que succeder a Paranhos e realizar todas as exigencias do gabinete do Rio, que o convenio de 20 de Fevereiro não tinha realizado, tornando-se por isso deficiente e motivando a demissão do grande estadista brasileiro do posto em que havia conquistado para sua patria e para a diplomacia do Imperio aquella estupenda victoria.

Paranhos fôra demittido por não ter comprehendido todo o ideal do govêrno relativamente á politica externa a seguir na Republica Oriental; nomeado Octaviano, era de crêr que elle preenchesse as lacunas, que o gabinete de São Christovam tinha lobrigado no convenio de Fevereiro.

E quando Octaviano chegou ao Prata para iniciar a sua missão encontrou toda aquella atmosphera transmudada: o ambiente de hostil que fôra a Paranhos se tornara favoravel ao novo diplomata; o convenio de Fevereiro, deficiente como o declarava o govêrno imperial, operava o milagre: na suprema magistratura da nação uruguaia estava agora Flores, amigo do Brasil, seu alliado contra Aguirre; os tractados incinerados no auto de fé da praça publica estavam todos reconstituidos e reintegrados na chancellaria de Montevidéo, em pleno vigor; a bandeira brasileira fôra desaggravada recebendo a salva de 21 tiros da ordenança, disparados pela fortaleza de S. José, em homenagem á soberania do Imperio; os consules do Brasil haviam regressado aos seus postos na plenitude das suas jurisdicções; Munhoz e Apparicio haviam deposto as armas, sendo iniciado o processo criminal de ambos; fôra dispensada e chamada a Montevidéo a missão diplomatica enviada á Europa com o fim de levantar a opinião dos governos contra o Brasil; fôra prohibida a exportação de artigos bellicos para o Paraguai e os animos estavão calmos pela retirada dos maioraes da politica *blanca*, vencidos pela acção das armas brasileiras alliadas aos belligerantes de Flores.

Na Argentina a situação estava tambem profundamente alterada: a intimação de Solano Lopez ao govêrno para que este permittisse a passagem do exercito paraguaio em direcção ao Rio Grande do Sul, excitava a alma nacional, puzera no espirito do presidente Mitre a desconfiança contra o dictador de Assuncion e dera á sua neutralidade na questão do Brasil com o Uruguai uma outra feição mais favoravel.

Ainda assim, o govêrno do Rio, tão exigente com Paranhos ao ponto de julga-lo merecedor de uma demissão brusca, não sabia o que fazer em tal emergencia e, nas instrucções que dera a Octaviano, tão insufficientes, tão pallidas, tão anemicas e tão vazias como as que dera a Paranhos, lhe recommendava que conseguisse de Mitre apenas a mediação para evitar que o conflicto com o Paraguai tivesse consequencias mais graves; isto é, o govêrno imperial, mais uma vez, pretendia fechar os olhos e calafetar os ouvidos

aos aggravos do Paraguai, tal como fizera em 50, em 53, 55, e em 58.

Paranhos erguera a honra do Brasil que Saraiva sustentara, que as fôrças de Menna Barreto e Tamandaré haviam feito respeitar, e o govêrno imperial, que se abespinhara contra o convenio de Fevereiro, e queria o bombardeio *quand même* de Montevidéo, mandava a Octaviano que, permitta-se o plebeismo, *embrulhasse* Mitre na contenda para que este acalmasse a ferocidade do tigre guarani de Assuncion: Saraiva e Paranhos erguiam-se, o govêrno imperial agachava-se e mandava que com elle se achatasse a nobre altivez de Octaviano; era o espirito de cego partidarismo, que se manifestava em tota a sua plenitude.

Felizmente, porém, o delirio de Lopez explodiu, e essa explosão salvou a dignidade do Brasil: a boa estrella accompanhou os passos do novo diplomata brasileiro.

Mitre, negando consentimento para que o exercito paraguaio transitasse por territorio de Corrientes em direcção ao Rio Grande do Sul, para não quebrar a linha austera da neutralidade argentina, irritou Lopez e lançou-o no terreno escorregadio das loucuras: o dictador paraguaio invadiu Corrientes.

A alma popular argentina vibrou intensamente, a reacção manifestou-se subitamente, e declarou-se em franca hostilidade ao Paraguai; a multidão por toda a parte, na capital e nas provincias, pedia ao general Mitre que vingasse a injuria e salvasse a honra e a soberania nacional.

Mitre, argentino e patriota, impetuoso e bravo, soldado e politico, prometteu *traduzir em factos* aquella expressão febricitante da alma popular, e na eloquencia da sua resposta, elle, que tambem era um orador que sabia inflammar as turbas, proferiu a phrase historica, bellissima, nobre e altiva manifestação da sua alma de guerreiro que no momento era a synthese da alma epica do seu povo, phrase já consagrada como a legenda daquella hora de agonias:

« en veintecuatro horas á los cuarteles, en quinçe dias á
« campaña; y en tres meses á la Assuncion ».

Surgiu então a Octaviano o ensejo para demonstrar que, como escreveu o conselheiro Lafayette, « possuia em grau elevado os « talentos de homem de Estado, com intelligencia de uma pene« tração que via com admiravel segurança o dia de amanhã; que « sabia o passado e tinha a intuição do futuro ».

E' verdade que não tinha instrucções para fazer allianças, mas apenas para « evitar que o governo argentino pretenda estorvar por qualquer fórma a acção do Imperio »..., como se vê do documento de 25 de Março de 65 que instruiu a missão de Octaviano; mas este viu que o momento era propicio para preencher as lacunas desse papel historico, como Paranhos preenchera a seu tempo as omissões do que lhe fôra dado; que aquella era a opportunidade para obter o concurso do governo argentino em condições mais amplas e com mais largas vantagens do que as que obteria si as tentasse antes da invasão de Corrientes, de modo que, quando pelas noticias chegadas ao Rio o govêrno imperial teve conhecimento do desacato de Lopez á soberania territorial da Argentina, recommendava ao seu plenipotenciario no Prata que procurasse conquistar o general Mitre, já « Octaviano havia dado o golpe e nesse mesmo dia 1º de Maio de 1865 firmava, com Rufino Elizalde pela Argentina, e com Carlos de Castro pelo Uruguai, o tractado de triplice aliança « que serviria para demonstrar « una vez más á la America la habilidad de la diplomácia imperial ».

« A Francisco Octaviano de Almeida Rosa, sucessor de Paranhos, cupole la gloria de completar la obra de su ilustre « antecesor, imponiendo á los países del Plata las clausulas del tra« tado contra el Paraguay, que constituyen una nueva derrota « para la diplomacia republicana y encierran el secreto del engran« decimiento ulterior del Brasil.»

Comprehendeu Octaviano o que naquelle momento era mister fazer para que o Brasil pudesse triumphar, como Paranhos em meiados de Fevereiro teve a felicidade de comprehender e executar para que, em vez de ser immolado junctamente com a patria, em face da intervenção do corpo diplomatico europeu, o Brasil pudesse impor e fazer respeitar os direitos da sua soberania; da attitude de

Paranhos resultou o convenio de 20 de Fevereiro, que representa « un nuevo triunfo de la diplomacia imperial»; da attitude de Octaviano resultou o tractado da triplice alliança de 1º de Maio de 1865 que — serviria para « demostrar una vez más á la America la « habilidad de la diplomacia imperial ».

O que se impunha naquelle momento, para que o Brasil triumphasse, era exactamente o mesmo que em meiados de Fevereiro se impunha ao corpo diplomatico europeu para que o Brasil fosse vencido: o enfraquecimento do poder militar. Si Paranhos não resistisse aos desejos manifestados pelo ministro Barbolani, em nome do corpo diplomatico, a sua fraqueza militar se teria revelado e, humilhado o Brasil, todas as suas exigencias contidas no *ultimatum* de Saraiva, aliás absolutamente justas e rijamente fundamentadas, estariam totalmente sacrificadas e perdidas: o que se pretendia naquelle instante era o enfraquecimento militar do Brasil, ou melhor, a revelação da sua fraqueza militar.

O que, em face dos acontecimentos de Abril, se impunha á politica brasileira, para que o Imperio viesse a triumphar, era enfraquecer o Paraguai, cujo poder militar se tornára incontestavelmente o primeiro da America do Sul e constituia a mais perigosa ameaça á paz do continente e á integridade territorial do Brasil, exquecido como se mostrava Lopez de que a Republica lhe devia a independencia e a fôrça de que dispunha, de que a Diplomacia brasileira conseguira do govêrno de Buenos Aires o reconhecimento da nova soberania...

E para enfraquecer aquelle poder militar, que o Brasil auxiliara, e cujo desenvolvimento amparara para esmagar a dictadura de Rosas, a alliança com a Confederação argentina impunha-se, dada a invasão de Corrientes, aproveitando-se habilmente a opportunidade que offerecia a indignação frementc da alma popular, que nos seus impetos de vingança arrancára á alma de Mitre aquella heroica legenda.

Mas o tractado de 1º de Maio não teria sido possivel sem a existencia do convenio de 20 de Fevereiro: a não existencia deste implicaria a derrota do Imperio, e esta ou não teria produzido a

explosão de Lopez ou te-la-ia produzido contra a Argentina, sinão naquelle momento, mais tarde, quando o govêrno de Buenos-Aires houvesse de liquidar com o de Assuncion a questão de limites entre as duas soberanias.

Entretanto, como assevera um publicista platino, portanto « insuspeito, « desde la celebracion del tratado de alianza, hasta la « solucion definitiva de la cuestion paraguaya, en 3 de Febrero de « 1876, la diplomacia brasileña nos presenta una serie de triunfos, « conquistados la mayor parte con mengua del prestigio de los « paises del Plata, y siempre en obsequio á las mas caras exigen- « cias del Imperio ».

Para afastar do espirito platino e da alma européa a desconfiança sempre vicejante contra as intenções do Brasil, não obstante as provas materiaes e politicas, pertinaz e constantemente offerecidas pelo Imperio em contrario das imputações que lhe faziam, ficou fundamentalmente consignado no tractado de alliança que : « a « guerra não era feita contra o povo, mas sim contra o govêrno « do Paraguai » e que « os alliados respeitavam a independencia, « a soberania e a integridade territorial da Republica ».

Para que não pairasse na alma do povo argentino a mais leve sombra de dúvida a respeito da lealdade brasileira, o diplomata do Imperio não oppoz o menor embaraço ás reclamações da chancellaria de Buenos Aires, de modo que tudo quanto Elizalde exigiu foi incluido no tractado e, além disso, mais o offerecimento de Octaviano ao seu collega para que ao general Mitre coubesse o commando em chefe do exercito alliado.

Pois não obstante tudo isso que, segundo os proprios historiadores platinos, constitue uma serie de triumphos para o Brasil e para a sua diplomacia, ainda houve uma forte corrente de censores que condemnaram o tractado de 1º de Maio, como houvera a corrente dos maldizentes que procuraram esmagar o convenio de 20 de Fevereiro.

Modificada a situação politica interna do Imperio, demittido o ministerio Furtado que alijara bruscamente o illustre Paranhos, subiu o ministerio Olinda, e coube a Saraiva a pasta dos

Negocios extrangeiros : á lucida previsão desse grande estadista-diplomata se deve a serie de victorias notaveis que couberam á Diplomacia brasileira durante a guerra.

Foi um periodo brilhante e fecundo esse, em que ao mesmo tempo corria nas bairancas e nas cochilhas do Paraguai o sangue generoso dos Brasileiros, de mixtura com o sangue bravo das nações argentina e uruguaia : aliás, todo esse espaço de tempo que decorre de 1840 a 1868 foi um periodo de ouro que se desdobra por todo o segundo reinado, numa prodigalização phantastica de talento e de grandeza que, em 28 annos, arranca o Brasil da rêde emmaranhada das dissenções internas e o levanta á altura da civilização contemporanea.

Era um *fervet opus* de actividade maravilhosa, durante o qual se consolidou a ordem no interior, se fez a grandeza moral do prestigio internacional, a gloria militar do exercito e da armada, o esplendor litterario, a liberdade das raças, da consciencia e da imprensa, a formação do direito patrio, a colonização do territorio, a entrada do Brasil no convivio das nações de primeira ordem, e a lenta mas poderosa formação de um parlamento notavel entre os mais illustres do mundo no dominio pleno das duas grandes escholas politicas — a liberal e a conservadora — ambas amigas e defensoras das liberdades populares, vastas florestas de celebri dades, a cuja sombra cresciam e se revigoravam os espiritos novos, desta nacionalidade moça e fadada a maravilhosos destinos, como a Flora intellectual que começava a bracejar para a vida pública, em cerebros poderosos de estadistas, publicistas, diplomatas, marechaes, almirantes, magistrados, financeiros, industrialistas, engenheiros, medicos, artistas, toda uma botanica social tão vasta, tão rica, tão exhuberante, como aquell'outra que brotava do sólo privilegiado e cuja historia fez a gloria e a fama do sabio Martius, o rival de Linneu e de Brotèro.

Paraná e Abaeté, Cabo Frio e Itaborahi, visconde de Uruguai e Francisco Octaviano, Ouro Preto e Zacharias de Góes, Paranaguá e Saraiva, Dantas e Cotegipe, Nabuco de Araujo e Teixeira de Freitas, João Alfredo e visconde do Rio Branco,

duque de Caxias e marquez do Herval, Laffayette e Miguel Calmon, José de Alencar e Torres Homem, barão de Amazonas e visconde de Araguaia, Araujo Porto-Alegre e visconde de Mauá, marquez de Baependi e Costa Ferraz, marquez de Caravellas e barão de Penedo, visconde do Cruzeiro e Ferreira de Araujo, Evaristo da Veiga e Ivinheima, Jaceguai e Ottoni, Carlos Gomes e Homem de Mello, visconde de Inhaúma e Manuel de Macedo, visconde de Pelotas e marquez de Tamandaré, marquez de Olinda e Pedro Luiz, Silveira da Motta e Tito Franco, Tavares Bastos, Ribeiro de Andrada e marquez de Sapucahi, Pereira da Silva e visconde de Sinimbú, Pimenta Bueno e Saldanha Marinho, Gaspar Martins e Taunay, Cotegipe e Muritiba formavam em tôrno do grande monarcha a esplendida e gloriosa cohorte dos espiritos que constituiam o patrimonio do Brasil em todos os ramos da actividade humana e, como escreveu um brilhante publicista oriental, « proclamaban la robusta intelectualidad del Imperio, y reflexaban « en los actos de la vida interna y de las relaciones internacionales « bajo el amparo de una paz imperturbable que hacia vívir el pais « una vida tranquilla, consagrada á la tarea fecunda del engrande- « cimiento nacional ».

Mas nesse quinquenio que vai de 20 de Fevereiro de 1865 a 20 de Junho de 1870, ou melhor, desde o tractado de triplice alliança de 1º de Maio de 65 ao accôrdo preliminar da paz por protocollo de Junho de 70 firmado em Assunción, a Diplomacia brasileira, obedecendo á politica externa dirigida pelos espiritos superiores dos grandes estadistas, cobriu-se de louros, não só com respeito á guerra como tambem no vasto scenario da Europa e ainda da America, em ambos os hemispherios: Norte e Sul.

E para não referir sinão os mais notaveis triumphos bastará recordar: o tractado da triplice alliança em 1º de Maio de 65; capitulação de Uruguaiana em 18 de Septembro; restabelecimento das relações diplomaticas entre o Brasil e a Grã-Bretanha, por mediação do rei de Portugal; protesto de 15 de Maio de 66 contra o bombardeio de Valparaizo pela esquadra hispanhola do almirante Mendes Nuñez « que assim punha a fogo uma cidade completa-

« mente aberta, desservida de obras de defesa e que encerrava uma
« consideravel quantidade de bens pertencentes a neutros. » E Sa-
« raiva terminava assim o seu eloquente protesto: — A moderna
« civilização, respeitando os direitos dos belligerantes, tende a mi-
« norar os males que resultam do estado de guerra; consegue
« proteger tanto a propriedade neutral como a inimiga inoffensiva;
« e condemna todo acto de hostilidade que não seja necessario...»
« O Brasil e a maior parte dos Estados americanos, novos ainda,
« não dispõem de todos os recursos precisos para se fazerem res-
« peitar; e, disseminada a sua riqueza e a sua população ao longo
« de costas extensas e indefesas, estão sujeitas ao abuso da fôrça
« e necessitam, por isso, mais do que as outras, que sejam mantidas
« as maximas da civilização moderna que constituem a sua principal
« e mais efficaz protecção.» E' de Septembro de 1866 a nota do Go-
verno Imperial declinando, de accôrdo com os alliados, o offereci-
mento feito pelo govèrno peruano dos seus bons officios para
terminação da guerra do Paraguai, offerecimento que era o re-
sultado encapotado de uma acção conjuncta das Republicas Occi-
dentaes da America do Sul em favor do Paraguai e que abortou
pela firmeza do Governo Imperial e do general Mitre. E' de De-
zembro de 66 o decreto que abriu os rios Amazonas, Tocantins,
Tapajoz, Madeira, Negro e S. Francisco á navegação mercante
de todo o mundo, complemento necessario do acto de d. João VI
e de Cairú abrindo os portos do Brasil ao commercio do globo.
E' de Janeiro de 68 a convenção concluida no Rio para nave-
gação da lagôa Mirim, do rio Jaguarão e dos rios da Republica
Oriental, que a elles affluem, que era o comêço da consagração
de um principio juridico incontestavel, e que só em Outubro de
1909 teve a sua solução definitiva pelo tractado de condominio.
E' de Fevereiro de 67 a nota de Francisco Varnhagen, depois
visconde de Porto Seguro, ao govèrno peruano, protestando alti-
vamente contra a mensagem do presidente da Republica, solici-
tando os seus passaportes e rompendo as relações diplomaticas com
aquelle govèrno, relações que só em 69 foram reatadas pela revo-
lução triumphante com o general Canseco. Tem a data de 7 de

Março de 67 o tractado de amizade, limites, navegação, commercio e extradição, assignado na cidade de La Paz de Ayacucho, com troca de ratificações em 22 de Septembro de 68. Tem a data de 11 de Dezembro de 68 a declaração firmada em S. Petersburgo, pela qual o Brasil adheriu em Outubro de 69 á convenção que prohibe emprêgo de balas explosivas em tempo de guerra. E' de Maio de 69 a suspensão de relações do ministro americano general Watson Webb, com a devolução da nota daquelle ministro, nota em que se revelam brilhantemente a altivez e a energia do barão de Cotegipe, mas intervindo com seus bons officios o diplomata inglez, o americano retirou as suas notas e fez-se de viagem para Washington, sendo em seguida reatadas as relações com o consul geral americano James Monröe acreditado na qualidade de encarregado de negocios. Foi a 2 de Junho de 69 que o conselheiro Paranhos, depois visconde de Rio Branco, firmou em Buenos Aires dous protocollos sôbre a creação de um govêrno provisorio no Paraguai e seu reconhecimento pelos alliados. E' de 4 de Abril de 1870 a circular ao Corpo Diplomatico do Rio de Janeiro participando-lhe a terminação da guerra do Paraguai : e dessa mesma data uma carta de d. Pedro II dirigida ao conselheiro Paulino J. Soares de Sousa, cujos termos nobilissimos retratam admiravelmente a alma do monarcha brasileiro.

« Leio no *Diario* que se pretende fazer uma subscripção para « elevar-me uma estatua. O Snr. conhece meus sentimentos, e de- « sejo que declare, quanto antes, á commissão de que fala o « mesmo *Diario*, que si querem perpetuar a lembrança do quanto « confiei no patriotismo dos Brasileiros para o desaggravo completo « da honra nacional e prestigio do nome brasileiro por modo que « não me contrarie na minha satisfacção de servir a minha patria « unicamente pelo cumprimento de um dever de coração, muito « estimaria eu que só empregassem seus exforços na acquisição do « dinheiro preciso para a construcção de edificios apropriados ao « ensino das escholas primarias, e o melhoramento do material « de outros estabelecimentos de instrucção pública. Agradecendo a « idéa que tiveram da estatua estou certo de que não serei forçado

« a recusa-la.» Finalmente tem a data de 20 de Junho de 1870 o accordo preliminar de paz firmado em Assuncion pelo plenipotenciario brasileiro conselheiro Paranhos, depois visconde do Rio-Branco, pelo argentino general Julio de Vedia e pelos paraguaios d. Carlos Loizaga e d. Cirilo Rivarola.

Não obstante, a perversídade, que não dorme nem repousa, continuou as accusações e as censuras ao eminente diplomata que negociara o tractado de triplice alliança.

Enquanto durou a guerra e o patriotismo de Octaviano o obrigou ao silencio, a censura proliferou, a injuria insistiu, a calumnia manteve a sua primazia contra o brilhante diplomata: mas terminada a guerra, quando a alma do negociador brasileiro podia fallar sem receio, dando largas á sua palavra castiça e fulgurante, surgiu elle, como o seu antecessor, na tribuna do Senado e, em um discurso notavel, cujos conceitos luminosos se emmolduram em uma forma perfeita, de uma concisão elegante e de uma auctoridade suprema, deixou na historia da sua patria a defesa completa do seu nome, da sua acção intelligente, do seu grande serviço não só ao Brasil, mas á America e á civilização.

Nesse discurso, em cujos periodos a sinceridade palpita em todas as linhas, a modestia do Brasileiro illustre começa por affirmar que « o tractado de 1 de Maio de 65 não pode ser considerado sob « o ponto de vista dos formularios ou modelos. Inspirado por cir- « cunstancias de um momento critico, quando a febre da cholera « inflammava a nação inteira contra esse homem funesto que nos « offendera mortalmente, não podia aquelle tractado ser um com- « pendio de perfeições ideaes, o resumo da sabedoria humana, com « previsão de todas as eventualidades, com solução para todos os « problemas, como o está exigindo agora uma critica que parece des- « confiar do presente e irrita-se de encontrar ainda alguma cousa « por fazer. Desaffrontar-nos bem e depressa era, no momento em « que se tractou da alliança, o empenho do govêrno e a exigencia « da nação. »

Era a mesma censura feita a Paranhos pelo convenio de 20 de Fevereiro: o eminente diplomata depois do ***ultimatum*** de Saraiva

encontrou-se na mesma situação em que se encontrou Octaviano depois da invasão de Corrientes ; em ambos os momentos dolorosos e criticos, delicados e supremos, a mesma necessidade se impunha e a mesma exigencia surgiu : desaffrontar-nos bem e depressa. Sob a pressão dessas duas exigencias : « dos governos e das multidões » se acharam os dous diplomatas, á distancia apenas de 70 dias, em um meio hostil, tendo sôbre as consciencias de ambos a desconfiança, a má vontade e o despeito da opinião das republicas sul-americanas, e dos proprios governos europeus, além da sombra sinistra da guerra pairando já nas fronteiras, em um momento amargo de imprevisão geral, quando o Brasil sem defesa, sem exercito e sem marinha capazes de enfrentar o inimigo, vibrava de indignação e de odio... A critica sempre exigente, quasi sempre futil quando não é fundamentalmente ignorante, mas impenitentemente perfida, deixou de parte essas considerações de alta monta e apegou-se ás ninharias, que os espiritos superiores dos negociadores do tractado haviam posto á margem para encararem a situação do alto e de conjuncto. A critica dos censores, dos architectos de obras feitas, via somente as clausulas do tractado, não sabia o que estava no segredo das chancellarias porque não podia nem devia apparecer no momento, e no entanto vociferava contra o diplomata. Cinco annos depois, na tribuna do Senado, a critica assistia ao esboroar das suas censuras impertinentes quando Octaviano, em um rasgo de bella sinceridade brasileira saïdo do fundo da sua consciencia estoica, revelava : « Remettendo o tractado para exame « e referenda do govêrno imperial, eu « me exprimia em carta « confidencial, pouco mais ou menos nestes termos :

« O que ahi ha de bom é consequencia natural dos aconteci-« mentos recentes ; é a alliança de dous povos livres, os unicos « que têm na actualidade o direito de impedir que pelas aguas do « Paraguai e do Paraná o inimigo receba recursos. Quanto ao « mais, que a intelligencia dos negociadores procurou providen-« ciar para casos futuros, está sujeito ás contingencias das cousas « humanas. Pode ser bom ou máo, proficuo ou inutil, conforme o « dia de amanhã. Entretanto houve sinceridade e lisura de parte

« a parte ; a guerra nos irá conquistando entre homens politicos e
« entre chefes militares a estima reciproca, e Deus que proteje as
« boas intenções fará o resto. »

A critica insistiu sôbre o facto de ter confiado o tractado o commando em chefe das fôrças alliadas ao general Mitre, considerando esse facto uma humilhação para a Brasil e, percutindo a tecla da patriotice barata, para commover a alma das multidões, esquecia ineptamente que o momento pertenceu á Diplomacia habil que devia resolver um problema delicado e complexo e não ás irritações indignadas da populaça e dos criticos de gabinete, que longe da scena onde se desdobra o drama não podem sentir nem medir as conveniencias e as possibilidades do ensejo. Octaviano responde-lhe triumphantemente: « Approveito a occasião para desta
« tribuna agradecer a esse eminente Americano o grande serviço
« que fez á causa da alliança, oppondo aos preconceitos e ás sus-
« peitas infundadas da democracia o argumento irresistivel do seu
« nome sem mancha, que responsabilisou-se perante o mundo pela
« justiça da nossa causa e pela pureza das nossas intenções. O
« commando em chefe ao general Mitre não foi resolução arrancada
« a condescendencias pueris por exigencia de vaidade : foi um acto
« de politica tão illustrada por parte do govêrno imperial, como
« generosa por parte do chefe do governo argentino, e o digo com
« franqueza, quanto ao Brasil, porque o debate solenne, ha pouco
« instituido na imprensa de Buenos-Aires por homens de convic-
« ções sinceras e de talento reconhecido, ja divulgou que a iniciativa
« da offerta do commando ao general Mitre pertence ao meu illus-
« trado antecessor, sr. conselheiro Paranhos. Essa mesma su-
« perioridade de nossos recursos, que os censores do tractado
« allegam como devendo conferir-nos o commando do todas as
« forças, essa mesma superioridade nos aconselhava o contrario.
« O que se não diria no Pacifico, nos Estados Unidos, na Europa,
« de nossas intenções, si além de estarmos na alliança com ele-
« mentos dobrados de fôrça, o que por si só já nos dava preponde-
« rancia natural, apparecessemos ainda com o commando em chefe,
« o que seria pintado como um poder dictatorial, ameaçador, sem

« limites para a nossa ambição, sem respeito á autonomia dos
« outros alliados? Si mesmo tendo a Republica Argentina o com-
« mando em chefe, foram as republicas platinas accusadas de tra-
« hirem nesta guerra a causa da democracia, como o não seriam,
« e apparentemente com razão, accompanhando o Brasil contra uma
« Republica, sob o commando supremo de um general do
« Imperio? »

O Sr. Zaccharias « Isto é irrespondivel ».

E apezar da rigidez dessa argumentação e do juizo supremo de Zaccharias considerando irrespondivel a defesa do illustre diplomata, a critica impiedosa não descançou, proseguiu na sua maldade: mas a superioridade moral de Octaviano jamais desceu a levantar-lhe as injurias : elle havia fallado da tribuna do Senado do Imperio, e desse Senado, que bastas vezes recordou a grandeza do Senado Romano, não podia baixar quem lá chegara para hombrear com Paranhos, Nabuco, Cotegipe, Zaccharias, Saraiva, Salles Torres Homem, Itaborahi, Abaeté, Pimenta Bueno, Silveira da Motta, Jequitinhonha e tantas outras glorias, cujas sombras ainda hoje adejam naquelle recincto para que subam até ellas na mudez triumphal e impalpavel da sua grandeza historica, algumas das figuras liliputianas, que o falseado suffragio universal engendrou nos utero cançado da democracia.

E Octaviano podia repetir aos sabios censores do tractado de 1 de Maio de 1865 aquellas palavras do mesmo general Mitre no discurso proferido em Chivuilcoy : son eses los maestros pre-
« suntuosos que creen que el saber humano está encerrado unica-
« mente en un libro y un tintero. Nos otros tambien tenemos
« nuestros sabios que saben lo bastante para nuestro gasto. Tene-
« mos nuestros semisabios que apenas tienen lo bastante para su
« propio uso. Tenemos otros que se creen muy sabios, y to-
« do lo que creen por que ellos lo dicen, y que á veces no saben
« decir otra cosa ».

E' exacto que a consulta da Secção dos Negocios Extrangeiros, assignada pelos nomes notaveis de Pimenta Bueno e Paulino de Sousa, com voto separado do visconde de Jequitinhonha,

foi impiedosa na critica do tractado de 1 de Maio, em face do projecto argentino de paz offerecido no mesmo anno de 1865 e ao qual em 1866 o conselheiro Saraiva offereceu o contra-projecto. Mas não é menos certo que a essa critica, producto de um excessivo receio, a cujos argumentos o decorrer do tempo e o desenvolvimento dos successos deram refutação plena e cabal, se oppõe a critica severissima dos escriptores platinos que consideram, não só o convenio de 20 de Fevereiro como o tractado de 1 de Maio, incontestaveis triumphos da Diplomacia imperial.

Os eminentes Brasileiros, dedicados servidores da Patria e lealissimos conselheiros da corôa, deixaram nesses dous documentos a demonstração irrefragavel do muito amor que dedicavam ao berço commum de todos nós e ás instituições que elles illustravam com talentos e virtudes de primeira grandeza, e sobretudo lhes mereceu severos reparos a parte do tractado de 1º de Maio e os artigos do projecto argentino de paz, que se referiam aos limites entre a Argentina e o Paraguai e entre esta Republica e o Imperio, limites que aquelles grandes homens consideravam um perigo para a nossa Patria, cuja soberania territorial, em suas opiniões, estava irremediavelmente ameaçada, porque o tractado de triplice alliança compromettera a obra tradicional da Politica externa e da Diplomacia do Brasil.

Mas esses grandes Brasileiros, ciosos das suas velhas opiniões e das conquistas historicas, estavam incautamente exquecidos de que I — o tractado de triplice alliança só era difinitivo em relação á forma de fazer a guerra; II — que quanto ao resto era todo elle provisorio, dependendo a realização das suas clausulas do exito da guerra; III — que, muito embora fixando definitivamente os limites que o Conselho de Estado desejava ver por esse tractado estabelecidos, só a sorte das armas os sanccionaria, e si ella nos fosse adversa nada lucrariamos com o que de seguro e acabado houvesse no tractado de 1º de Maio; IV — que relativamente aos limites entre Paraguai e Argentina o plenipotenciario brasileiro não podia nem devia oppor quaesquer objecções, não só porque o momento não comportava delongas de discussão e seria impolitica qualquer

opposição, como tambem porque, sendo essa parte provisoria e pendente da acção das armas, só futuramente podia ser discutida e fixada, tanto mais que o territorio brasileiro não soffria por essa forma restricção de qualquer especie.

E tanto isso é certo que Alberdi, o mais rispido dos publicistas argentinos e o mais severo adversario do Brasil, commentando o tractado de 1° de Maio, escreveu : « Era en el secreto del « tratado de alianza um assalto dado sobre territorios que todas « las cartas geograficas conocidas, aun las argentinas, atribuian al « Paraguay y á Bolivia : el *Chaco Boreal* hasta los 20 grados de « latitud (Bahia Negra). El Brasil hubiera dejado á su aliado atri- « buirse todo el Continente hasta el Ecuador. Que mal habia en « ello? La diplomacia imperial se encargaria de hacer caer todos « esos castillos en el aire de su aliado.»

E note-se que Alberdi não tem razão quando attribue a culpa dessa clausula ao negociador brasileiro : foi ella reclamação da chancellaria argentina ; é outro publicista platino quem n'o affirma : « La Confederacion adquiria por la clausula 16, más arriba del Rio « Bermejo, 740 millas de costa en el Paraguay, con un fondo « inmenso sobre el gran Chaco, absorbiendo territorios que ni si- « quiera pertenecian al pais contra el cual se llevaba la guerra. « La diplomacia imperial al celebrar el tratado de 1° de Mayo, no « ignoraba que la clausula 16 comprometia en favor de la Argen- « tina dominios de Bolivia. Ex profeso lo hizo, con el convenci- « miento de que en manera alguna podria su aliado, en definitiva, « adueñarse de esos territorios. Octaviano no trepidó en consentir « lo que reclamaba la cancilleria argentina... »

Tanto um como outro, esses publicistas não têm razão nas censuras que dirigem ao Brasil ; ambos se deixaram influenciar demasiadamente pela nobre paixão de seu patriotismo.

Para os negociadores do tractado de 1° de Maio não houve nada secreto, nem mysterioso : Elizalde que foi um dos seus signatarios era um diplomata experimentado ; já lidara com Saraiva e com Paranhos e conhecia bem o pensamento da Diplomacia brasileira ; consequentemente o assalto a que Alberdi se refere com tanto

fel só poderia ter existido na sua apaixonada razão de pamphletario. Mas si, ainda assim, apezar do tempo haver demonstrado que esse assalto foi uma phantasia, o Brasil conseguiu essa victoria, Alberdi deveria ter lançado a culpa da derrota á conta da incapacidade diplomatica do seu illustre patricio e não contra o Brasil, cujos plenipotenciarios no Prata demonstraram sempre, com especialidade Pimenta Bueno, Saraiva, Paranhos, Octaviano e Cotegipe, um grande poder de talento, uma grande fòrça de fascinação, uma grande habilidade diplomatica, um grande amor á Patria e uma extraordinaria lealdade ás instituições que serviam.

E si a chancellaria argentina reclamava o que foi concedido pelo tractado, que culpa tem nisso o Brasil? Si o chanceller argentino entendesse de pedir que a lua ficasse após a guerra pertencendo á sua soberania, nem o plenipotenciario do Brasil nem o de Montevidéo podiam ou deviam oppor qualquer resistencia a essa aspiração encantadoramente poetica: o Romano heroico e bravo trocara o mundo inteiro por um beijo de Cleopatra, quem se poderia oppor a essa exaltação sublime do amor?

Ninguem, nem mesmo o mundo inteiro: Antonio estava no seu direito, e o mundo não ficaria pertencendo por isso á formosa hetaira das margens do Nilo. Octaviano, como diplomata, não contrariou a reclamação do seu collega argentino, nem podia contrariar nem apoiar, pois que tudo quanto o tractado dispunha ia ser decidido pelas armas nos campos de batalha: tanto valia, pois, consentir como negar. Mas no momento annuir á reclamação não prejudicava o Paraguai nem a Bolivia, ao passo que podia prejudicar o Brasil a negação de Octaviano, compromettendo ineptamente a conclusão e o successo do tractado. A' susceptibilidade dos publicistas platinos póde ser conjugada a susceptibilidade dos conselheiros de Estado do Brasil: sòbre o mesmo assumpto, no mesmo tractado, todos « publicistas e conselheiros » entendem que houve derrota para os diplomatas negociadores; entendem Alberdi e Oneto que a Diplomacia imperial triumphou derrotando a argentina; entendem os conselheiros de Estado que a Diplomacia argentina triumphou sòbre a incompetencia do negociador brasileiro;

e por fim, os acontecimentos, o tempo, as armas e a lucta de cinco annos vieram a demonstrar que o unico derrotado foi o Paraguai para nunca mais se poder prumar na desventura da sua combalida soberania.

E depois de passarem pelo govêrno do Brasil quatro gabinetes do notaveis estadistas, nesse periodo angustioso da vida do Imperio, — o gabinete Olinda, que durou até Agosto de 66 e cujo ministro dos Extrangeiros, Saraiva, firmava a ratificação do tractado de triplice alliança, o gabinete Zacharias que se retirou em Julho de 68, depois de ter presidido á phase mais amarga e mais dura da guerra; o gabinete que enviou ao theatro da guerra o vulto do marquez de Caxias para precipitar as operações terminando honrosamente a lucta como era do seu programma; gabinete em que se destacou a figura distincta e galharda de Affonso Celso, na pasta da Marinha, consagrando-se proficientemente ao augmento do poder naval e do prestigio maritimo militar do Imperio, conseguindo esses louros para o seu nome e para a sua patria, enquanto o ministerio dos Negocios Extrangeiros « preparaba la derrota de la diplo-« macia argentina, á fin de conjurar el peligro del engrandecimiento « del aliado y la intervencion de las republicas del Pacifico, en la « guerra; o gabinete Rodrigues Torres, que tombou em Maio de « 69, e o gabinete Pimenta Bueno em cujo govêrno terminou a guerra pela entrada de Caxias em Assuncion; depois das victorias successivas dos alliados, de 11 de Junho de 65 em que Barroso destruiu a flotilha paraguaia; de 17 de Agosto em que Flores anniquilou em Jatahi a columna de Duarte; de 18 de Septembro em que Estigarribia se rendeu em Uruguaiana; depois da retirada de Resquin de Corrientes; da victoria de 31 de Janeiro de 66 que os Argentinos conseguiram em Passo da Patria; da invasão do Paraguai pelas forças alliadas, em 16 de Abril seguinte, coroada pela victoria dos Brasileiros em Itapirú; depois de Estero Bellaco a 2 de Maio, e da gloria suprema de Tujuti em 24 desse mesmo mez, batalha na qual a espada de Osorio teve os lampejos da de Bonaparte, derrotando e anniquillando a raça hispanhola nos campos do Paraguai, como ensina Mastermann; depois de Jataiti-Corá, de Boqueron, de

Curuzú respectivamente em 3 e 10 de Julho e 3 de Septembro; de Curupaiti, a derrota gloriosa de 22 de Septembro; depois do feito heroico practicado pela esquadra de Inhauma; depois das derrotas paraguaias de Tujú-Cué, em 3 e 21 de Outubro de 67; depois da passagem de Humaitá a 18 de Fevereiro e sua rendição a 5 de Agosto; depois de Itororó em 6 de Dezembro e de Avahi em 11 do mesmo mez, em que os Paraguaios foram totalmente anniquilados; depois do assalto de Menna Barreto ás trincheiras de Pikisiri e da acção assombrosa de Caxias em Ita-Ivaté a 21 de Dezembro, capitula finalmente Angostura em 30 de Dezembro! E em 2 de Janeiro de 69, como que para saúdar o novo anno, Caxias faz a sua entrada triumphal em Assuncion e envia á America, ao mundo e á civilização a sua mensagem de boas festas, declarando terminada a guerra.

« Mas...— faltaba la muerte de López. El Conde d'Eu triunfa « en Caraguaty a 18 de Setiembro e en 21 del mismo mes com« pleta la victoria. Nueva victoria alcanza el conde el 29 de No« viembre, donde la caballeria brasileña arrolló por completo al ene« migo. Desde esse momento el ejercito imperial se dedica a des« truir los restos dispersos del ejercito de Lopez, operacion que « dura hasta el 1º de Março de 1870, en que muere el tirano », (ha 45 « annos!) esse vulto negro da historia americana, de quem Mas« termann escreveu: « a sua expressão era perfeitamente feroz; o « indio selvagem apparecia através do verniz superficial da civili« sação » ; de quem a penna delicada de Nabuco disse que « antes de « começar a guerra a disposição moral de Lopez já mostrava ser a « de um despota de nascença, de um semi-civilizado em quem o ins« tincto do indio a miúdo fazia explosão. Historias da sua moci« dade, do simulacro da sua eleição, faziam delle uma especie de « Cesar Borgia, davam-lhe o prestigio sinistro de fazer desapparecer « rivaes ou inimigos. O de Carreras, entregue ao Padre Maiz, que o « torturou no *cepo uruguayano* tres dias seguidos, foi ainda uma « vez torturado antes da execução. E o velho José Berges que era o « homem mais respeitado do Paraguai, que por muitos annos foi « ministro das Relações Exteriores na sua Patria, Mastermann

« conta que o viu de joelhos implorando a vida ao major Caminos
« e foi açoitado antes de ser morto por Aveiro.»

Lopez era um monstro da laia de Rosas: feras da mesma raça. Entretanto ha entre ambos um abysmo: Rosas, ao ser vencido em Caseros, mascarou-se e fugiu, terminando a tragedia sangrenta da sua vida de assassino por uma apotheose de covardia e medo, num carnaval de ridiculo. Lopez, vencido desde o primeiro momento, resistiu cinco annos ao impeto de tres exercitos, vendeu cara a vida, morreu luctando, expirou no campo de batalha, não converteu a tragedia da sua vida numa farça hedionda, caïu em plena tragedia e resgatou com o sangue ardente da sua raça todo o sangue innocente, que o seu coração de fera havia derramado durante o despotismo lubrico da sua tyrannia infrene.

E, coincidencia notavel, justiça plena da Historia. Paranhos, que quatro annos antes havia sido despedido bruscamente do Prata, como um lacaio, era agora chamado a substituir Octaviano: a delicadeza suprema do momento impunha a grandeza do seu vulto, o despeito cessou, a injustiça encolheu as garras e o immenso valor moral, o immenso talento, o immenso tirocinio, o immenso criterio do estadista e do diplomata voltavam de novo ao Prata para resolver o problema dos preliminares da paz nesse quinquennio tremendo, cujas exigencias haviam ainda de revelar á civilização humana mais um vulto de diplomata notavel. E surgiu então o nome do barão de Cotegipe para fechar o pentagono da Diplomacia brasileira, que tinha podido transformar a velha e perdida illusão do Prata na mais gloriosa realidade politica do Continente Sul americano: a creação das duas soberanias do Uruguai e do Paraguai e o aniquillamento das duas dictaduras sanguinarias de Rosas e de Lopez — em Caseros e em Aquidaban.

« Cotegipe era de esos espiritus intransigentes, apasionados
« por el engrandecimiento del Brasil, tan vehemente como Tejedor,
« sin tenir las austeridades del canciller argentino, pero más audaz
« y más resuelto.»

Essa é a opinião insuspeita de um escriptor platino. Joaquim « Nabuco escreveu: « O visconde do Uruguai e o barão de Cote-

« gipe foram, como o visconde do Rio Branco, dous creadores da « politica brasileira externa, ao mesmo tempo que interna, mas a « responsabilidade da missão de Cotegipe foi de Rio Branco, e a « difficuldade de deslindar a meada do tractado da alliança sem « sacrificar os interesses do vencidó que eram os nossos, nem « alienar de nós o vencedor que acabáramos de ter por alliado, era « muito mais séria e delicada do que a alliança contra Rosas, que « não affectou a nossa lealdade nem os nossos compromissos.»

Ia desempenhar essa missão o homem, de quem o brilhante escriptor do *Estadista do Imperio* affirma « O barão de Cotegipe, « emulo de Rio Branco, tem esse *quid* poderoso e original, a que « se chama *genio*, e de que em Rio Branco estão incertos ou dis- « persos os traços.»

« O genio, emulo de Rio Branco, do Brasileiro que « foi o « mais capaz director da nossa politica externa em uma épocha em « que ainda dependia della a união do Brasil », ia succeder no « Prata áquelle que dalli fôra quatro annos antes bruscamente retirado depois de ter feito o convenio de 20 de Fevereiro, por não ter este exprimido o pensamento do govêrno.

E succedendo agora a Rio Branco, cabia-lhe a missão de continuar a obra, que elle encetara de aplanar as difficuldades decorrentes do tractado da Triplice Alliança que não fôra obra sua, que o fôra, porém, do diplomata escolhido pelo gabinete Furtado para realizar depois de Paranhos toda a extensão do espirito do govêrno, que « o mais capaz director da politica externa » não soubera traduzir no referido convenio e que naturalmente o seu successor Octaviano tinha sabido interpretar amplamente no tractado de Alliança, visto como do govêrno de então recebeu elle immediata e inteira approvação.

Como se sabe, o accordo preliminar de paz, que poz termo legal ás hostilidades entre os alliados e o Paraguai, tem a data de 20 de Junho de 1870. Mas o tractado definitivo é de 9 de Janeiro de 1872 : ha entre ambos um prazo longo de 18 mezes, que foram gastos nas negociações a que deu origem, segundo a phrase de Joaquim Nabuco, a « meada do Tractado da Alliança ».

Si antes da invasão de Corrientes a Republica Argentina já comprehendera que a sua salvação dependia da victoria do Imperio contra Lopez, depois que o exercito de Robles pizou territorio daquella sua provincia, sentiu-se a Republica entre as duas pontas do dilemma : ou fazer a guerra sósinha, arriscando-se á derrota ; ou celebrar a alliança com o Imperio, assegurando a victoria dos exercitos alliados. E a guerra começou e continuou dirigida e regulada pelas clausulas do tractado de 1º de Maio de 1865.

Segundo Nabuco, essa guerra « foi um dos grandes crimes « da America do Sul ; não foi porém o crime do vencedor : foi o « crime do vencido que exigiu do seu povo até o suicidio ».

E depois de have-la ajustado, em 1º de Maio de 65, na alliança com o Imperio, para se poder salvar das pontas dos dous dilemmas entre as quaes se achava collocada, na realização definitiva da paz, a Argentina oppunha embaraços que obrigaram a Diplomacia a perder dezoito longos mezes em negociações estereis, com exigencias que o visconde do Rio Branco poude contornar, em parte, e que só *Cotegipe más audáz y más resuelto* conseguiu vencer, decidindo-se a negociar isoladamente com o Paraguai, deixando de lado a Republica Argentina, não obstante a resposta peremptoria que dera o Conselho d'Estado á consulta do govêrno, affirmando que: « tendo sido feita a guerra pelos alliados, a paz devia ser « feita por elles, por tractados collectivos. O procedimento do « Brasil, separando-se da Republica Argentina e tractando a sós, « podia trazer difficuldades diplomaticas graves e imprevistas ».

Mas, si esse seria realmente, e devia ser, o procedimento juridico e diplomatico do Brasil e da Argentina, não o era, no entanto, o interesse altamente politico do Imperio, tanto mais que a Republica, pondo de parte o dever imposto pelo tractado e a lealdade na interpretação das suas clausulas, procurava fazer do Brasil o garante dos seus interesses politicos, relativamente aos territorios com que pretendia alargar os seus dominios. Ora, o tractado affirmava que os alliados não só respeitariam obrigatoriamente a independencia, a soberania e a integridade territorial da Republica do Paraguai,

como ficara estabelecido no art. 8º, mas tambem se compromettiam a garanti-las collectivamente, tal qual deixara estatuido o art. 9º. Não se comprehende pois, como, terminada a guerra, que não era de conquista e apenas fôra feita contra o govêrno da Republica e não contra o Paraguai e o seu povo, podia o Governo Imperial concordar em fazer da fôrça das suas armas victoriosas um instrumento para que a Argentina alargasse o seu territorio, não só com prejuizo da integridade do Paraguai, mas ainda contra o territorio da Bolivia. E é interessante ver como a paixão tão nobre do patriotismo cega não só os homens, mas os povos, a propria Nação, até o proprio Estado: ainda hoje os mesmos publicistas que, estudando a historia desses dias passados ha meio seculo, censuram o tractado de alliança porque por elle « la Confederación adquiria « por la clausula 16, más arriba del rio Bermejo, 740 millas de costa « en el Paraguay, con un fondo inmenso sobre el gran Chaco », « absorbiendo territorios que ni siquiera pertenecian al país contra « el cual se llevaba la guerra », sendo isso, « en el secreto del « tratado de allianza, un assalto dado sobre todos territorios « que todas las cartas geograficas conocidas, aun las argentinas, « atribuian al Paraguay y á Bolivia: el Chaco boreal hasta los 20 « grados de latitud » agora, commentando os effeitos da guerra e as negociações da paz, censuram o Brasil e os seus diplomatas, principalmente a Cotegipe que — venia á Assunción con el indeclinable « proposito de conspirar contra las disposiciones del tratado que « beneficiaban á la Argentina con grandes zonas territoriales, « cuya conquista era hecho sancionado por el exito de sus « armas. »

Continuar as negociações conjunctamente com a Argentina, em taes condições, seria prolongar indefinidamente a conclusão definitiva da paz, ou suscitar a cada momento um novo attrito com o govèrno da Republica, em intima alliança até aquelle momento, dando-se talvez ensejo a uma situação tão delicada, que só pelas armas pudesse ser dirimida. Mas Cotegipe, estadista e diplomata, cortou a difficuldade, e tendo recebido do visconde do Rio Branco, então ministro dos Negocios Extrangeiros, consentimento para

tractar definitivamente da paz, sem audiencia do govêrno argentino, e havendo-se retirado o diplomata da Republica, Cotegipe no dia 9 de Janeiro de 72 firmou os tractados definitivos de paz e de limites, no dia 16 assignou o tractado de extradição e no dia 18 concluia a sua missão, firmando o tractado de amizade, commercio e navegação.

« Conocido en Buenos Ayres el triunfo estupendo de la diplomacia brasileña, el sentimiento patriotico estalló. La Republica habia sufrido evidente derrota, apareciendo vencida en sus pretenciones de conquista, ante los pueblos de America...

« Recien entonces los Porteños, después de vencidos y en-« gañados por la diplomacia imperial y repudiados por los « Paraguayos, evocan el sueño de Bolivar y proclaman la allianza « de la America republicana contra el Imperio.»

Nem enganados, nem vencidos pela diplomacia de Cotegipe foram os Argentinos naquella delicada emergencia.

Quando se celebrou o tractado de 1º de Maio, a situação era angustiosa para todos, mas principalmente para o Imperio : discutir naquelle instante seria protellar a offensiva contra Lopez, seria a victoria do Paraguai. Elizalde comprehendeu bem a situação da Argentina e do Imperio e approveitou habilmente para impor-se. Mais habilmente, porém, mais astuciosamente ainda « Octaviano no « trepidó en consentir lo que reclamaba la cancilleria argentina... » e, como dizia Alberdi commentando a victoria de Octaviano : « El Brasil hubiera dejado á su alliado atribuirse todo el Continente hasta el Ecuador. Que mal habia en ello ? La diplomacia imperial « se encargaria de hacer caer « todos esos castillos en el aire de « su aliado. »

De modo que tudo quanto fez Cotegipe, com incontestavel superioridade, foi apenas destacar a responsabilidade do Imperio das tentativas de conquista que a sua heroica alliada pretendia, depois da guerra, obter do Paraguai, como « un hecho sancionado « por el exito de sus armas ».

Si por isso, somente por isso, que era apenas a consagração das clausulas do tractado que mandavam respeitar e garantir a inte-

gridade territorial do Paraguai, os Porteños « evocaran el sueño « de Bolivar y proclamaran la allianza de la America republicana « contra el Imperio », que fariam as Republicas americanas si o Imperio houvesse consentido, pela sua Diplomacia, em negociar uma paz que, contrariando a fé internacional desse mesmo tractado, se fundaria na absorpção de « 740 millas de costa en el Paraguay, « con un fondo imenso sobre el gran Chaco, territorios que ni « siquiera pertenecian al país contra el cual se llevaba la guerra », de uma paz que se firmaria em « un asalto dado sobre territorios que « todas las cartas geograficas conocidas, aun las argentinas, atri- « buian al Paraguay y á Bolivia: el Chaco boreal hasta los 20 « grados de latitud » ; de uma paz, que se basearia « na exigencia del « Gobierno de Buenos Ayres, lo cual, una vez en la pendiente de « las grandes combinaciones no tardó em solicitar las islas de Atajo « y la de Apipé, esta ultima la más valiosa del Paraná, y concluyó « por ocupar Villa Occidental, frente a la Assuncion» ?

Que teriam feito as republicas americanas si o Imperio, violando as clausulas 7 e 8 do tractado, houvesse consentido na realização daquella absorpção sabendo que: « El Presidente argentino « procedia en aquelos momentos más como patriota que como po- « litico honrado, pués no podia ignorar que en el hecho de consi- « gnar-se en el convenio celebrado para llevar la guerra a un país « vecino, los limites que se le han de imponer á este después de « vencido acusan una politica monstruosa que en manera alguna « puede justificarse? »

Parece que está nessas palavras a mais bella e completa defesa do Brasil, contra as censuras e accusações erguidas no Prata aos tractados de Alliança e de Paz, e desferidas sôbre Octaviano e Cotegipe. Mas a verdade sobe mais alto :

« El gabinete Olinda, que succedió en Mayo de 1865 al de « Furtado, supo preparar el terreno para ir annulando las preten- « ciones de la cancilleria de Buenos Ayres, sin provocar ninguna « solucion definitiva, dejando que el tiempo y los sucessos « sirviesen de auxiliares á la cancilleria imperial para obtener un « triunfo completo sobre la diplomácia argentina.

« Saraiva desde el ministerio de Negocios Estrangeros procedió
« con admirable prevision, contemplando al mismo tiempo la
« victoria del Brasil sobre el enemigo y los medios de dificultar
« la expansion territorial de la Confederacion, cuyo engrandeci-
« miento de ningún modo podia reportar ventajes al Imperio.

« No convenia á la cancilleria de Rio oponerse abierta y te-
« nazmente desde un principio á las exageradas pretensiones de la
« Argentina, siendo la cooperacion de esta elemento indispensable
« para la destruccion del Paraguay. La conducta de la diplomacia
« brasileña no pudo ser más habil. »

A Historia da America não regista outro caso que demonstre, como esse, tão cabalmente, as condições de habilidade, cordura, intelligencia, previsão e sabedoria, que foram empregadas pelos estadistas brasileiros no angustioso periodo de 63 a 68, seguido pela decade formosa de triumphos obtidos á custa da sua extraordinaria e notavel competencia sôbre as chancellarias do Prata, realçando a figura magestosa do Imperio e avigorando o prestigio do Brasil. E no fundo da Historia patria, como no céo sereno e doce que nos cobre, destaca-se a constellação luminosa dos cinco diplomatas Pimenta Bueno, Paranhos, Saraiva, Octaviano e Cotegipe, tal qual as estrellas do Cruzeiro no hemispherio astral que forma o docel da nossa nacionalidade.

Tenho concluido a primeira serie do Curso que, sôbre Historia diplomatica brasileira, tive a honra de iniciar no recincto desta sala, em cuja tribuna tão altas mentalidades têm fulgido, acceitando com desvanecimento o delicado e generoso convite que a nobreza d'alma do ex. sr. conde de Affonso Celso quiz ter a gentileza de dirigir á minha obscuridade.

Durante as seis conferencias que hoje terminam exforcei-me, em vão, por estudar: I, A Diplomacia portugueza na epocha do Brasil colonial; II, A Diplomacia brasileira imperial, no Atlantico e no Prata. Si o eminente presidente do Instituto me permittir e V. Exas. quizerem ter a bondade de me ouvir, opportunamente proseguirei, estudando, em segunda serie: III, A Diplomacia brasileira no Amazonas; IV, A Diplomacia brasileira no Pacifico;

V, A Diplomacia brasileira na Europa; VI, O Brasil e a arbitragem; VII, A evolução da Diplomacia brasileira; trabalho esse que terá, como o que hoje finda, um merecimento apenas: a sinceridade do meu espirito na admiração pela grandeza da Historia desta terra querida, que é o objecto supremo do nosso culto commum, e pela acção brilhante, mas quasi desconhecida, desses benemeritos operarios da formação e affirmação da nossa nacionalidade que foram os diplomatas do segundo Imperio.

Queiram receber e acceitar os meus profundos agradecimentos, o benemerito Instituto Historico, o seu nobilissimo e distincto presidente, o seu illustre secretario perpetuo e o benevolo auditorio que tanto me penhorou, ouvindo-me e dando incentivo ao meu modesto espirito

---

FREI GASPAR DA MADRE DE DEUS

PELO

DR. AFFONSO D'ESCRAGNOLLE TAUNAY

(SOCIO CORRESPONDENTE DO INSTITUTO)

FREI GASPAR DA MADRE DE DEUS

CONFERENCIA COMMEMORATIVA DO SEGUNDO CENTENARIO NATALICIO DO HISTORIADOR, PROFERIDA NO INSTITUTO HISTORICO DE SÃO PAULO, A 17 DE JULHO DE 1915

Dentre o primeiro nucleo de fundadores de S. Vicente, gente havia muito bem aparentada em Portugal, — e isto incontestavel é — pretendam o que quizerem as allegações de certa corrente da moderna critica da nossa Historia que, obstinadamente, se recusa a acceitar as informações iniciaes de Pedro Taques, inquinando-as de suspeitas ou lendarias, nascidas da mania nobiliarchica e do prurido da vaidade exagerada, frequente entre os genealogistas e os Paulistas em geral, accrescenta-se com certa malicia.

— Desde muito, denunciando accentuado vezo destes, não dissera Garção que a todos procuravam aturdir: *Co'a fabulosa, illustre descendencia de seus claros avós*... de Portugal emigrados, no entanto, *em jaleco e ceroulas?* — Incontestavel é: no littoral vicentino estabeleceram-se, desde a primeira decade colonizadora, Portuguezes de prol.

Discutir este assumpto, que levou o illustre Candido Mendes de Almeida a atacar com a maxima violencia o historiador notavel, cujo segundo centenario agora se celebra nesta modesta e patriotica solennidade, demonstração de justiça e brasileirismo, *non est ibi locus*.

Um facto unico lembremos, porém, em opposição aos argumentos aggressores.

Solennemente denunciou o senador maranhense, na faina de *demolir* a frei Gaspar, a improbidade, a tendencia á invencionice do benedictino. Accusou-o formalmente de haver forjado o famoso testamento de João Ramalho e, no entanto, poude o dr. Was-

hington Luiz, ha alguns annos, trazer a lume irrefragavel depoimento comprobatorio da veracidade e da boa fé do historiador.

Assim, pois, repudiando esta crítica de Candido Mendes e seus imitadores ao nosso biographado e á sua obra, que nos parece a legitima demonstração de certa phobia nobiliarchica, muito commum entre Brasileiros formados sob o primeiro imperio e o periodo regencial, inclinamo-nos a acceitar como perfeitamente admissiveis as origens por Pedro Taques attribuidas ás primeiras familias, que aportaram ao littoral vicentino.

Acaso procurou o linhagista — dominado como o monge, seu primo, pelos mesmos preconceitos e idéas de casta — acaso imaginou prender os primeiros povoadores de S. Paulo ás dynastias européas, siquer ás casas titulares portuguezas? Absolutamente não; provèm os troncos, de que se orgulha, da pequena nobreza do reino, da boa burguezia; aos mais afidalgados attribue modestos morgadios e commendas.

Titulos para elle altisonantes são « a limpeza de sangue » dos christãos velhos, livres da mescla de « judeu, mouro ou qualquer outra infecta nação » — o emprêgo no real serviço e a ausencia de *mechanismo* nas progenies.

Seria tão difficil empresa obter-se em Portugal cincoenta ou cem casaes nestas condições, cincoenta ou cem individuos pertencentes a familias distinctas, muito embora pobres, decadentes ou decaïdas, a ponto de, como unica bagagem, só poderem ao Brasil levar o jaleco e as ceroulas, de que nos falla o auctor da *Cantata de Dido*?

Representa isto, a nosso ver, tão pequenas exigencias, por parte do genealogista e do monge chronista, que, francamente, não comprehendemos o furor de que se possuiu o illustre Maranhense ante o que intitulou as pretenções dos escriptores paulistas.

A nenhum dos dous cabe a recente phantasia, graças á qual milhões dos Brasileiros de hoje provêm de Carlos Magno e Meroveu, por linhas rectas e travessas, por bem ou por mal, ou a trancos e barrancos. . .

A' Nobiliarchia Paulistana, pois, recorremos sem o menor escrupulo em acceitar-lhe as indicações relativas á familia de frei Gaspar da Madre de Deus, no seculo denominado Gaspar Teixeira de Azevedo.

Sua arvore genealogica facilmente levantada, graças ás nunca assás admiradas « diligencias infatigaveis » de Pedro Taques, colloca-o entre os membros dos mais velhos clans vicentinos: os Lemes, os Buenos da Ribeira, os Siqueiras Mendonças, os Pires e os Carvoeiros.

O fortissimo *in breading*, em terras paulistas havido, nas fa milias dos primeiros povoadores, já em principios do seculo XVIII, manifesta-se intensissimo no crùzamento das gerações, de onde procede o benedictino. Pelos Pires recebeu o affluxo do sangue tupi de Antonia Rodrigues, catechumena do beato José de Anchieta e filha de Pequerobi, maioral de Ururahi; pelos Carvoeiros o da india Isabel Dias, a filha de Tibiriçá e mulher de João Ramalho, as duas *princezas* indigenas, contra cujos titulos tanto investe a critica, procurando ridiculiza-las no afan de, em futil empenho, provar que não passaram de duas *bugras vulgares*, filhas de vulgarissimos tuxauas. Exquece-se a moderna balda, entre parenthesis, de quanto era familiar aos Portuguezes, e ainda no seculo XVIII, designar as nossas tribus indigenas e as da Africa pelo qualificativo *reinos*, e seus chefes pelo de *reis*. Quanto nos annaes de Goiaz e Matto-Grosso se falla em *reinos* de Caiapós e *reinos* de Paiaguás? E mais... avultasse um quilombo, e já lhe davam officialmente o titulo de *reinos de pretos fugidos*... Si, portanto, caciques e zumbis eram reis, natural que ás suas filhas chamassem *princezas*, sem que a ninguem occorresse a idéa da equiparação das dynastias pelle-vermelhas ou negras aos sangues e instituições militares da Europa. Aos nossos republicanos exaltados dos dous primeiros quarteis do seculo XIX verdadeiro horror causava a idéa de localização de principes nas terras da *livre America*, segundo o chavão consagrado; dahi a má vontade para com os historiadores e genealogistas de S. Paulo, que tiveram a petulancia de remontar ao sangue azul dos nossos *principes* tupis, transvasado nas veias dos filhos de

pretensos fidalgos reinóes. E, no entanto, repousa quasi tudo isso na simples rememoração de quanto frequentemente mudam o tempo e a evolução das idéas o sentido das palavras! Questões affectas aos elucidarios como o de Viterbo provocaram verdadeiras tempestades em copos de agua... Descendente dos dous morubixabas ethnographicamente differia frei Gaspar do primo, amigo intimo e confrade illustre, Pedro Taques de Almeida Paes Leme, que se podia gabar da pureza do sangue branco. Verdade é que nas veias do benedictino notavelmente dynamizada se encontrava esta proporção do *sal da terra, do sainete brasilico*, constante de um cento e vinte oito ávos apenas.

Nos 256 antepassados do septimo gráu contava 254 brancos e 2 tupis. Em compensação, era o genealogista muito mais Brasileiro, pois, ao passo que os seus oito bisavós haviam todos nascido no Brasil, entre os de frei Gaspar cinco de Portugal provinham.

Tataraneto de Amador Bueno, o *acclamado*, por elle se aparentava aos dous *Anhanguera*, pae e filho, descobridores de Goiaz. Um outro tataravô, Luiz Dias Leme, enviado dos Paulistas a Portugal para a dom João IV levar a adhesão da capitania vicentina, prendia-o á familia poderosa dos Lemes, tornando-o primo de notabilissimos sertanistas como Fernão Dias Paes, o *governador das esmeraldas*, João Leite da Silva Ortiz, Bartholomeu Paes de Abreu e ao « historiador dos bandeirantes », Pedro Taques. . .

Além destas allianças com os claus de serra acima, o que realmente dava á familia de frei Gaspar verdadeira proeminencia na zona littoranea, era a ascendencia dos Siqueira Mendonça, estirpe santista, oriunda de Antonio de Siqueira, escrivão e tabellião da villa no seculo XVI, e gente que com o decorrer do tempo notavel posição de fortuna adquirira.

Assim é que o avô materno do chronista provinha de d. Anna de Siqueira e Mendonça e do Pernambucano, capitão mór da capitania de S. Vicente e S. Paulo, Cypriano Tavares.

Era elle o sargento mór José Tavares de Siqueira, capitão da fortaleza de Itapema, um dos homens opulentos do littoral paulista

e pessoa de prestigio « pelo merecimento adquirido da commum estimação dos povos e egualmente dos grandes ». Falleceu quando já velho e, com o fim de refazer a fortuna, ia de jornada de mudança para as regiões auriferas novamente descobertas, o primeiro eldorado paulista, os *Cataguazes*.

Quanto ao avô paterno de frei Gaspar, Gaspar Teixeira de Azevedo, o reinol natural de Bayão, homem de posição e merecimento, governara a capitania de São Vicénte e S. Paulo (1697-1699) e foi provedor dos reaes quintos das minas de Paranaguá e Iguape, merecendo frequentes vezes a « incomparavel honra » de receber cartas firmadas pelo real punho do sr. rei d. Pedro II. Desposara uma neta de Amador Bueno, e seu filho, Domingos Teixeira de Azevedo, coronel do regimento das ordenanças de Santos e S. Vicente, superintendente das minas dos Cataguazes e provedor da Real Casa da Fundição da villa de Paranaguá, casando-se com d. Anna de Siqueira e Mendonça, filha do sargento mór José Tavares de Siqueira e da portugueza d. Isabel Maria da Cruz, foi o pae do nosso biographado.

I

Nasceu frei Gaspar, segundo de seis ermãos, a 9 de Fevereiro de 1715, na fazenda de Sanct'Anna, a seus progenitores pertencente. Era sua mãe senhora de alta intelligencia, exclarecida vontade e proposito firme, qualidades que lhe provinham da herança materna, pois d. Isabel Maria da Cruz, quando viuva, se notabilizara pela resistencia opposta á prepotencia do governador da praça de Santos, o tenente-general Jorge Soares de Macedo, que, a viva força, lhe occupára uns predios, sob requisição, para o real serviço, pretexto que em tempos coloniaes revestia de sagrado character e da intangibillidade correspondente os actos dos governantes, — despoticos e arbitrarios que fossem. Longa lucta sustentara d. Isabel com o poderoso adversario, levara a questão ao governador do Rio de Janeiro, Alvaro de Albuquerque, e conseguira vencer. Em Septembro de 1703, após mil delongas era o tenente-general reprehendido pelas violencias commettidas e em

asperos termos intimado a indemnizar a contendora pelas arbitrariedades soffridas. Herdara d. Anna de Siqueira e Mendonça essa feição materna, e assim sorprendida pela morte inesperada do marido, da vida arrebatado na flor dos annos, longe de assumir as attitudes de incapacidade e timidez tão communs á mulher portugueza e brasileira, em eras coloniaes, soube com admiravel tino gerir os avultados bens do casal e encaminhar a educação dos filhos. Além das fazendas vicentinas, possuia o coronel Domingos de Azevedo largos tratos de terras no littoral paranaense, na zona aurifera de Minas-Geraes e nos Campos Geraes de Curitiba, nas paragens de Itaiacoca, por sesmarias concedidas em 1712, 1714, etc. Obteve do capitão-general Caldeira Pimentel, em 1728, a revalidação dos titulos de suas terras longinquas: nellas poz administradores, enquanto pessoalmente geria as de Sanct'Anna e cuidava da educação dos filhos.

Viuva aos 35 annos, talvez, viera a dôr da perda do esposo fazer com que lhe redobrasse a já austera piedade. Numerosos os seus parentes, que haviam escolhido o estado ecclesiastico; entre elles um tio, fr. João Baptista da Cruz, benedictino, abbade provincial do Brasil em 1720, e abbade da Bahia, « homem de lettras e de virtudes », que acabou a vida contemplativamente no mosteiro de Santos; outro tio, Estevão Tavares, jesuita, e duas ermãs, d. Maria e d. Catharina, professas no mosteiro de Sanct'Anna de Vianna do Minho; um sobrinho, José da Costa de Britto, fizera-se carmelita. Entre os primos contava o deão dr. Gaspar Gonçalves de Araujo, natural de Santos, clerigo de grande prestigio no Brasil septecentista, luminar da egreja fluminense, vigario geral e governador do bispado numerosas vezes, « varão sapientissimo, certamente digno de seculo mais attento, e gloria perduravel do cabido fluminense » ; coberto de serviços numa longa vida de 93 annos não obtivera a investidura episcopal, porque Roma se achava então muito longe do Brasil e as dioceses do paiz cabiam só a Portuguezes.

Dentre os parentes do marido de d. Anna de Siqueira Mendonça não menos numerosos os ecclesiasticos. Dos dez filhos de

sua cunhada d. Catharina da Silva Teixeira, dous havia benedictinos, dous jesuitas, tres franciscanos e um padre secular!

Esposa extremosissima, soffreu d. Anna de Siqueira — já dissemos — violento abalo com a morte prematura do marido.

Deixava-lhe este quatro filhos e duas filhas; dos homens, o mais velho era Gaspar, a quem fôra imposto o nome integral do avô paterno; acima delle havia uma menina, Isabel, abaixo tres rapazes José, João Baptista e Miguel e outra menina Anna Maria.

Tempos felizes os da infancia do futuro historiador, passados no latifundio materno, onde grande lavoura de canna e arroz florescia. Alli nascera e alli fôra baptizado; outras propriedades extensas possuia a familia na vizinhança, como a grande fazenda do avô Gaspar Teixeira de Azevedo, a ilha do Teixeira e o sitio de Piassaguera. Monotona corria, porém, a vida, quando muito animada pela concurrencia dos grandes dias sanctos do anno. A festa maxima celebrava-se em fins de Julho: a da Senhora Sanct'Anna, tradicional, quasi secular, na familia dos Siqueiras Mendonças desde que o antepassado Alonso Pelaes, Castelhano ouvidor de S. Vicente, quasi em eras martim-affonsinas a instituira, deixando a fervorosa devoção por herança aos filhos e netos. Gastára o genro Luiz Dias Leme, annualmente, grandes sommas com a dulia á mãe da Virgem. Era a capella a primeira á Sancta dedicada em terras do Brasil, e reinava na familia a tradição de que Affonso Pelaes e sua mulher haviam lido em certo livro, por acaso encontrado, uma prophecia affirmando que « quem festejasse a gloriosa Sancta não teria detrimento no credito, nem fallencia nos bens da fortuna ».

Erguera Cypriano Tavares, bisavô de frei Gaspar, a segunda capella, sendo a festa do orago bisada no dia do apostolo São Tiago. Francisco Tavares Cabral, bisavô do nosso chronista, ainda accrescentara a estas praxes devocionarias, e na sua capella « chegou a tanto merecimento o culto, que os illms. bispos lhe concederam muitos privilegios ». Neste tempo de Cabral foi, com effeito, a gloriosa sancta « applaudida com grandeza ».

Eram dos magnos acontecimentos do anno estas solennidades, a que concorriam « os da primeira nobreza das villas de Santos e de S. Vicente ».

Além das missas cantadas, executadas com o concurso de theorias de celebrantes, regulares e seculares, « e estrondo de instrumentos musicos », havia « festejos de comedias e banquetes ». Basta lembrar que tudo se passava no Brasil, em principios do seculo XVIII, para sem difficuldade se imaginar o que seriam estas bodas de Camacho; bem dispensavel, portanto, a addenda de Pedro Taques, quando nos diz que a festa se realizava « com toda a abundancia de iguarias ».

E' preciso notar, em homenagem á verdade, que isto contribuiu para que viesse Cabral a « decaïr da opulencia em que se achava », motivo pelo qual « passou com muita parte de sua familia para as minas dos Goiazes já com avançada edade, attrahido das amorosas rogativas de sua filha dona Francisca Xavier Tavares, que se achava nellas com grande estabelecimento de lavras mineraes e numerosa escravatura ».

Nestes annos felizes de infancia e adolescencia, vividos nas terras patrimoniaes, adquiriu o futuro historiador o entranhado affecto á marinha paulista, que apaixonadamente amou a vida toda. Desde estes primeiros annos consagrou a mais forte amizade a sua mãe, com multiplas demonstrações de affecto, formosas e tocantes. De perto fiscalizava d. Anna de Siqueira os estudos dos filhos. Rapidamente progredia Gaspar, e em pouco tempo adquiriu a justa fama de *bom latino*. « A' lingua latina, diz Pedro Taques, applicou-se com desvelo », egual aos estimulos da honra com que o adornou a natureza por tantos costados de nobre sangue ».

Quem lhe teriam sido os mestres? Ignoramos por completo; em Santos numerosos eram os clerigos benedictinos, franciscanos, carmelitas, jesuitas, e nesse tempo ainda se não notava entre Brasileiros e Portuguezes a grande decadencia dos estudos do latim, tão accentuada no seculo XIX. Possuia d. Anna de Siqueira na villa excellente « morada de casas de sobrado » nos « Quatro Cantos »,

no comêço da antiga rua Direita, principal arteria da povoação que se extendia do convento dos carmelitas ao Trem Real.

Para alli transferiu a sua residencia afim de completar a educação dos filhos. Em 1731, aos dezeseis annos havia o joven Gaspar feito taes progressos que, obedecendo á vocação ecclesiastica, se achou em condições de apresentar-se postulante ao noviciado benedictino.

Passando por Santos o abbade provincial do Brasil, frei Antonio da Trindade, que regressava á Bahia de sua visita canonica aos mosteiros do Sul, a elle se apresentou o moço candidato seguindo em sua companhia para a Abbadia Geral, naquella cidade, de que era então prelado seu tio avô frei João Baptista da Cruz. A 4 de Agosto entrava no noviciado e no anno seguinte, 1732, a 15 de Agosto, diz-nos Pedro Taques, « recebia a illustre cogula de seu Sancto Patriarcha, fazendo profissão com o nome de frei Gaspar da Madre de Deus ».

Quer-nos parecer que a determinante inspiradora desta nova denominação já fôra o pendor para as cousas da Historia. Tomando o nome de Madre de Deus, lembrava o novo monge o engenho quinhentista de Pero de Goes, o segundo fundado em terras vicentinas, logo após o do *Senhor Governador*, mais tarde passado aos Schetz de Antuerpia, o tão conhecido S. Jorge dos Erasmos.

II

Noviço na Bahia, applicou-se frei Gaspar com extraordinario ardor ao estudo da Philosophia, da Historia e das sciencias ecclesiasticas. Quando se ordenou presbytero consideravam-no os seus confrades como uma das bellas esperanças da Ordem, professando pelo seu talento e saber profundo acatamento.

Encontrara o joven vicentino, entre os companheiros de noviciado, edoso monge portuense, que obtivera transferencia da Congregação do Oratorio para a Ordem de S. Bento, o dr. frei Antonio de S. Bernardo, homem de grandes virtudes e conhecimentos, a quem, desde os primeiros dias, muito e muito se

affeiçoou, e de quem recebeu as primeiras licções de sciencias ecclesiasticas.

Viera o vice-reinado de Vasco Fernandes Cesar de Meneses, conde de Sabugosa, trazer notavel brilho á capital brasileira, sobretudo porque nella creara uma atmosphera intellectual inteiramente nova no paiz. Membro da notavel familia dos Cesares de Meneses, illustrada pelo *sol cesario*, o famoso arcebispo d. Sebastião Cesar, por Pedro Cesar, governador de Angola, do Pará e do Maranhão; Luiz Cesar, capitão-general da Bahia; Rodrigo Cesar, capitão-general de S. Paulo, membro de uma das maiores casas do Reino, pertencia o conde da Sabugosa ao numero daquelles grandes fidalgos portuguezes e exclarecidos mecenas do typo dos condes de Ericeira, que tanto fizeram em pról das lettras nos seculos XVII e XVIII. Vice-rei da India, dalli se retirara em 1717, coberto do mais merecido prestigio. Encetara em 1720 o seu segundo vice-reinado, o do Brasil, que devia durar quinze annos. Muito lhe deveu o nosso paiz, pois além de excellente administrador, a largueza de vistas attribuiu-lhe ao govêrno uma characteristica de grande realce e que até então totalmente faltava aos seus antecessores: teve Vasco Fernandes Cesar a gloria de ser a primeira alta auctoridade portugueza que se interessou pela cultura da grande colonia luso-americana. Em 1724 fundava, como se sabe, a primeira associação litteraria no Brasil havida, a *Academia Brasileira dos Exquecidos*, frivola e futil como as congeneres européas, oriundas do gongorismo e do marinismo, entretanto altamente significativa como documento e incentivo de civilização.

A compressão exercida no terreno das idéas pelo govêrno da metropole, que tão tenazmente perseguia a imprensa em terras brasileiras, não permittiu que vivesse a *Academia Brasileira dos Exquecidos*. Teve ephemera duração. Merece, no entanto, Vasco Fernandes Cesar, « sol do Oriente ao Occidente passado », que lhe contemplemos com a maior sympathia a generosa tentativa em pról das lettras brasileiras; bem lhe mede ella o amor ás cousas da intelligencia e a affeição amistosa das relações para com os colonos, geralmente olhados tão de alto, e tão de longe pelos satrapas ultra-

marinos. De septe academicos dos *Renascidos* um apenas, o *Vago*, tinha elementos para grangear real e duradoura reputação: Sebastião da Rocha Pitta. Trouxe-lhe a publicação da *Historia da America Portugueza*, em 1730, immenso renome. Passou a ser o maior padrão da gloria, o expoente, dir-se-ia hoje, da mentalidade brasileira. Accolhida a obra com applausos em Portugal, com enthusiasmo no Brasil, valera ao auctor a elevada honra da eleição de socio da Academia Real de Historia e a mercê de fidalgo da casa de d. João V. Septuagenario, rico, glorioso, possuindo a moderação do sabio, placidamente desfructou o historiador os ultimos annos de vida na Bahia, cercado da unanime admiração dos concidadãos e de todo o Brasil. No seu remanso frequentou-o frei Gaspar: quanto não devia ao joven monge approveitar o contacto com o admirado e invejado mestre supremo da Historia nacional, o primeiro a quem se attribuira o titulo de historiador, quando no paiz não houvera até então sinão chronistas?

Viriam o decorrer dos annos e sobretudo os estudos em commum com Pedro Taques, fazer com que muito se lhe diminuisse esta veneração dos dias de mocidade. « Phantasioso e credulo », incidiu a sua « desenfreada penna » em « muitos e pessimos erros » com o « afastar-se da alma da Historia, que é a verdade », di-lo Pedro Taques, em termos duros quanto possivel, para com quem entendia ser o bonzo da Historia brasileira na epocha septecentista.

Menos violento, lembrando-se talvez da sympathia que lhe trouxera o conhecimento pessoal do historiador, entendeu, no entanto, frei Gaspar advertir aos seus leitores que « se não fiem no auctor da *America Portugueza*, o qual muitas vezes claudica, em saindo fóra da sua patria, sendo mais frequentes os lapsos quando tracta de assumptos paulistas ».

Deixando o convivio de Rocha Pitta e das notabilidades bahianas, antes de completos os estudos, passou-se o moço benedictino, já então professo, para o mosteiro do Rio de Janeiro a mandado dos seus superiores. Alli, no severo scenario tão altamente monastico daquella abbadia magestosa, continuou a ser o discipulo

querido do provecto mestre na Bahia conhecido, o dr. frei Antonio de S. Bernardo. Já nos referimos á amizade que ao seu mestre ligava frei Gaspar, verdadeiro affecto filial, que tambem se extendeu ao abbade dr. frei Matheus da Encarnação Pinna, cujo espirito de energia, e as contendas em defesa de privilegios abbaciaes com o governador Luiz Vahia Durão, que o chegara a exilar, haviam tornado muito conhecido, não só no Brasil como no Reino, pois até á Côrte, com singular pertinacia, levara a sua questão, defendendo em pessoa o que entendia ser uma postergação de direitos.

Illustrado e zeloso, muito a peito levava este prelado a instrucção de seus religiosos; desvelou-se para que se aproveitassem quanto possivel os recursos e dotes naturaes do monge vicentino.

Em Agosto de 1740 fazia frei Gaspar os actos ou exames finaes, que lhe valeram o titulo de *passante*: o diploma de capacidade para o cargo de substituto e auxiliar do curso de seus mestres, por estes e pelo abbade conferido.

« Continuou, diz-nos Pedro Taques, os seus estudos de Philosophia e de Theologia, em que fez tão grandes progressos, que se contituiu digno para lhe darem a cadeira de mestre no mosteiro da cidade do Rio de Janeiro».

Dentro em breve via o novo e joven lente os seus cursos summamente acreditados: pelo brilhantismo da exposição, fluencia da phrase, firmeza dos conhecimentos, e sobretudo a innovação dos methodos do ensino philosophico. Proferiu, em dous annos consecutivos, series de conferencias que tiveram larga repercussão: « Duas vezes leu Philosophia, conta-nos Pedro Taques, com gloria de ter sido o primeiro que na sua provincia dictou Philosophia moderna ».

Qual teria sido esta *Philosophia moderna*, que tanto lustre trouxe á reputação de frei Gaspar nos centros intellectuaes e scientificos do Brasil de antanho?

Não existia entre os benedictinos uma tradição philosophica original; grande philosopho da Ordem um apenas se apontava, verdade é que dos maiores, Sancto Anselmo. Os Jesuitas, com a

prodigiosa energia que lhes characterizara o surto inicial, avassalando o ensino universitario em todo o mundo catholico, haviam, desde os primeiros dias, imposto a sua Philosophia e os seus philosophos. Fonseca com o seu famoso *Cursus Conimbricensis*; Suarez, o *doctor eximius*, Vasquez, reinaram soberanamente no mundo philosophico iberico durante os seculos XVI e XVII.

Em meiados do seculo XVIII, porém, estavam estes velhos escholasticos summamente gastos: na propria Companhia de Jesus innumeros eram os cartesianos. Via-se frei Gaspar entre as grandes correntes do seu tempo, fertil em pensadores illustres. De um lado o ultra espiritualismo de Descartes, Leibnitz e Malebranche, perfeitamente acceitavel por catholicos; de outro lado o materialismo dos positivistas inglezes, o sensualismo dos que reagiam contra Descartes, e os nomes illustres de Hume, Locke e Condillac e, afinal, a eschola athea e sceptica, cujo chefe era Bayle. Bossuet, escholastico em Theologia, representava em Philosophia o ecclectismo, graças aos exforços empregados com os recursos integraes de seu genio, para harmonizar Descartes e Leibnitz, Aristoteles e os Padres da Egreja.

Tudo isto fazia com que no terreno compressivel e escaldante da Philosophia septecentista nascesse certo mal-estar nos meios ecclesiasticos de ensino da sciencia. Si, em seu curso, contentou-se frei Gaspar em ser apenas um vulgarizador intelligente e modernizado, transmissor do criterio medio do ensinamento philosophico catholico contemporaneo, é provavel que em Logica se mostrasse aristotelico, em Psychologia espiritualista com tendencias demasiadas; em Cosmologia adepto de certo dynamismo anti-materialista, em Moral apologista do individualismo characteristico do seculo XVIII; em Theodicéa partidario exagerado da acção directa de Deus sôbre a alma, reflexo das idéas jansenistas, que tão poderosa e vivamente se infiltraram até aos nossos dias nos cleros ibericos e latino-americanos.

E' possivel, tambem, que frei Gaspar, espirito superiormente dotado, tambem fosse um pensador original, e imprimisse ao curso o cunho individual das suas syntheses philosophicas. Destruidos,

quiçá occultos e destinados a reapparecer um dia, estão os manuscriptos de suas lições. Nada mais podemos aventar, pois, além de meras conjecturas. De sua acção no terreno das idéas e do ensino philosophico no Brasil fica-nos o echo laconico das palavras de Pedro Taques, lisonjeiro quanto possivel para a sua reputação de homem de saber, accompanhador do movimento scientifico da epocha e inimigo de chinesismo esterilizante e dissolvente.

Proseguindo a carreira professoral, onde continuamente adquiria novos louros, pois numerosos eram os moços alheios ao mosteiro, seculares e ecclesiasticos, que lhe vinham ouvir as aulas, viu-se frei Gaspar a 10 de Agosto de 1743, aos 28 annos, investido da cathedra de Theologia, que durante largos annos regeu com notavel brilho. A 18 de Maio de 1749, perante numeroso e selecto auditorio, presidido pelo capitão-general do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, conde de Bobadella, defendia elle theses de Theologia e Philosophia ante uma commissão dos mais doutos theologos da cidade, sendo estas justas brilhantissimas corôadas pela approvação distincta do defendente, a quem se conferiu a borla de doutor, no meio dos applausos e felicitações geraes.

Manteve-se á testa dos seus cursos de Theologia, *regente* como então se dizia, até que, cansado do magisterio, obtivesse jubilação.

Orador fluente, estribado no grande conhecimento das sciencias ecclesiasticas, angariara *pari passu* a fama de philosopho e theologo consummado, e a de excellente prégador.

« Não só nas cadeiras e nas aulas soube reconciliar a sua pessoa e a religião, exprime o seu biographo na Chronica benedictina do Rio de Janeiro; tambem no pulpito fez estimavel o seu talento, e bem o mostrou em muitos sermões que de repente, ou quasi sem tempo, prégou, dentro e fóra do mosteiro, com applauso universal dos seus ouvintes. »

Nas vizinhanças de 1750 teve a grande alegria de ver transferida para o Rio de Janeiro a residencia de sua mãe e ermãos.

Continuara d. Anna de Siqueira a viver ora na fazenda de Sanct'Anna, ora em Santos, a cuidar da educação dos demais filhos.

Dous delles, João Baptista e Miguel, manifestavam a mesma vocação para o sacerdocio, que actuara sôbre o primogenito da familia. Ao primeiro mandara d. Anna estudar « nos pateos » do collegio jesuitico de S. Paulo, onde tomara o grau de mestre em artes; ordenara-se depois clerigo secular, sendo-lhe attribuida a parochia de S. Francisco do Sul, como vigario da egreja e da vara da villa.

Decidindo Miguel ser benedictino, como Gaspar, professara no mosteiro de S. Bento da Bahia, com o nome de frei Miguel Archanjo da Annunciação.

Um unico dos quatro ermãos, José Tavares de Siqueira, deixara pois de seguir a carreira ecclesiastica :

« Herdeiro da casa de seus paes, diz-nos Pedro Taques, deu-se muito ao cuidado de augmentar os bens patrimoniaes della ».

Excellente a gerencia feita por d. Anna de Siqueira da fortuna propria e dos filhos. Em Abril de 1744 obtivera do capitão general de S. Paulo, d. Luiz de Mascarenhas, conde de Alvor, a revalidação dos titulos de posse dos latifundios de Itaiacoca e Cabejú nos Campos Geraes de Curitiba *posseadas* por seu marido e de que lhe fizera mercê o capitão general Caldeira Pimentel.

Alli havia « grossas fazendas » de criar, que José Tavares passou a administrar : a de Itahupámirim, na baixada paranáense, herança paterna, e a do Tibagi, provindas de sua avó d. Isabel Maria da Cruz. Multiplicando-se os rebanhos extraordinariamente, começou o moço administrador a encaminha-los para S. Paulo e Rio de Janeiro. Em Septembro de 1749 obtinha de Gomes Freire uma sesmaria nos campos da Bocaina, no caminho que ligava as duas cidades, « com excellentes pastos para nelles engordarem as boiadas que descem para o talho, « refere a « Nobiliarchia Paulistana ».

Assim, pois, próspera quanto possivel a sua situação financeira, passaram d. Anna de Siqueira e Mendonça e suas duas filhas, d. Isabel e d. Anna, a residir no Rio de Janeiro, juncto ao filho e ermão, de cujos talentos e virtudes tantas glorias lhes cabia.

Reunido á familia, póde fr. Gaspar, quanto lhe permittia a estreiteza da disciplina monastica, gozar da companhia da sua mãe, por quem professava a mais justa e extensa das venerações. Ia, porém, d. Anna de Siqueira passar a viver só, pois as filhas, tomando a directriz que norteava a familia, manifestaram o desejo de envergar o habito das freiras do novo Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda, installado no novo e enorme edificio, cujas dimensões eram o orgulho dos Fluminenses da epocha. Desde 1745, em que assumira o govêrno da diocese fluminense, fôra a grande preoccupação do bispo d. fr. Antonio do Desterro a instauração deste cenobio, construido no Sul para corresponder aos constantes pedidos das Camaras do Rio de Janeiro e aos votos da população, « pois muito carecia a cidade, que já naquella epocha contava mais de dez mil familias, de um mosteiro de religiosas, em que pudessem ser offerecidas a Deus as filhas de seus habitantes, que merecessem do céo esta vocação, sem que se vissem precisadas a ir buscar o da Bahia ou os do reino, com o perigo de padecerem a escravidão dos barbaros que, com seu corso, infestavam os mares », diz a « Gazeta de Lisbôa » de 1 de Dezembro de 1750.

Decididas a professar no novo mosteiro, fizeram-lhe as ermãs de fr. Gaspar doação da fortuna pessoal, ajunctando d. Anna de Siqueira avultada somma á já consideravel dadiva das filhas.

A 30 de Maio de 1750 iniciava-se a vida regular do convento edificado pelo brigadeiro Alpoim e cuja regra ia ser a de Sancta Clara; para elle entravam as novas religiosas — dez — accompanhando-lhes os coches o capitão-general, o bispo e seu cabido, os ministros da Justiça, o Senado da Camara, com seu estandarte, as « Religiões », confrarias e irmandades, nobreza, funccionarios, cidadãos, a população em pêso da cidade.

Saïdo o prestito da egreja de S. Bento passou pelas ruas alcatifadas de flores, espadanas e folhas, entre as paredes de tapeçarias e colchas riquissimas e as alas de soldados dos tres terços da guarnição e dos auxiliares, a Companhia dos Estudantes e cavallaria da « terra firme e outra banda », retinindo a harmonia fes-

tiva dos instrumentos bellicos, pois havia cada mestre de campo levado uns dez, outros mais musicos pretos, « vestidos todos á tragica, mas de differentes côres », relata um contemporaneo.

Durante largo tempo impressionou aos Fluminenses a magnificencia das ceremonias e festejos da inauguração do convento da Ajuda.

« Foram tres dias de júbilo para os moradores da cidade, pelo grande bem que se lhe segue desta fundação, manifestando todos o seu contentamento com as innumeraveis luminarias, com que desmentiram a tenebrosidade das noites, e com discretissimas poesias que se recitaram nos outeiros apollineos. »

A 8 de Junho de 1751 faziam as duas ermãs solenne profissão perante o diocesano, sua mãe e ermãos, passando a chamar-se de ora em deante soror Isabel Maria da Cruz e soror Anna Maria do Sacramento. Fundadoras do mosteiro, póde-se dizer, lhe foram por ordem de antiguidade as primeiras religiosas.

Algum tempo mais tarde chegava a frei Gaspar a noticia de que o capitulo geral de sua Ordem, celebrado em Portugal, no mosteiro primaz de Tibães, a 28 de Dezembro de 1752, elegera-o abbade de S. Paulo.

Resolveu, no entanto, recusar tão alta dignidade; não desejava sair do Rio de Janeiro, interromper os cursos de Philosophia e Theologia, nem deixar a mãe e ermãs. Allegou diversos pretextos, entre outros o de precisar gerir a fortuna materna, dada a ausencia dos ermãos. Continuou, pois, entregue a seus estudos e affazeres, occupando-se muito de assumptos historicos. Já nesta epocha era o revolvedor incansavel de cartorios e archivos e estava em communicação assidua com Pedro Taques, correspondencia que com a estadia do genealogista em Goiaz soffreu larga solução de continuidade.

Em 1756 incumbiu-o o provincial de defender os direitos do mosteiro benedictino de Santos á posse da capella de Monteserrate, direitos estes que os carmelitas contestavam.

A fundo estudou a questão *in loco*, produzindo a *Dissertação e Explicações*, sôbre as terras litigiosas, libello que revela profundo

conhecimento da historia territorial quinhentista do littoral de São Paulo. O capitulo de Tibães, em sessão de 4 de Fevereiro de 1756, elevara-o a definidor primeiro, collocando-o no « Conselho de Estado » da Ordem no Brasil, pois aos definidores cabia a confecção dos projectos de reforma a effectuar, relatar as queixas e reclamações, suggerir medidas disciplinares, etc.

Invocando os mesmos pretextos, pediu frei Gaspar dispensa dos novos e honrosos encargos, que lhe eram attribuidos. Não desejava afastar-se do Rio de Janeiro.

Era então das mais salientes figuras intellectuaes da cidade; cada vez mais se lhe affirmavam os creditos de philosopho e theologo, orador sacro e conhecedor profundo da Historia brasileira.

A exemplo do conde de Sabugosa, promovera em 1736 Gomes Freire de Andrada a fundação da *Academia dos Felizes*, com 30 academicos de número e cuja existencia fôra das mais fugazes. A 30 de Janeiro de 1752 renovara-se a tentativa de 36, surgindo a *Academia dos Selectos*, que, segundo parece, celebrou uma unica sessão, a inaugural, dedicada ao seu protector o capitão-general, que acabava de ser promovido ao posto de mestre de campo general.

Todo o gongorismo das nuvens de incenso dos academicos condensou-se nos *Jubilos da America*, polyanthéa dedicada ao querido — sinceramente querido — e illustre patrono da illustre companhia a quem, talvez, só faltou chamarem *bonito heróe* doutores licenciados, padres e frades, physicos-mores e desembargadores, militares e funccionarios, e até a poetiza d. Angela do Amaral Rangel, céga *a nativitate*. A 6 de Junho de 1759 inaugurava-se na Bahia a quarta academia brasileira, a dos *Renascidos*, cujo symbolo era o phenix e cujo número de membros effectivos se fixara nos quarenta, que a imitação da França suggeria. Havia, no entanto, elevado número de socios supra-numerarios, ou correspondentes, distribuidos pelo Reino á peninsula iberica e todo o Brasil, desde d. Agostinho de Montiano y Loyando, director perpetuo da Real Academia de Historia da Hispanha até o vigario das minas de Tocantins em Goiaz, perdido nas solidões centraes do

continente. Não podia fr. Gaspar deixar de ser distinguido com a eleição de academico, e com effeito figura com o número quarenta dos supra-numerarios *Renascidos*, attribuindo-se-lhe o qualificativo de « mestre jubilado na sagrada Theologia ».

Pouco, tambem, devia durar a pobre academia, ferida de morte em 1760 com a subita e mysteriosa prisão de seu presidente o conselheiro José de Mascarenhas, arbitraria e inexplicavelmente encarcerado por Pombal durante dezesepte annos.

Acreditavam-se cada vez mais os meritos oratorios de frei Gaspar, cuja « admirada erudição e eloquencia frequentemente brilhava em improvisos.»

Em 1758 alcançara notavel triumpho a sua oração funebre nas exequias solennes do bispo titular de Areopolis, d. João de Seixas da Fonseca Borges, que desde 1745 voluntariamente vivia recolhido ao mosteiro de S. Bento, na observancia da disciplina monastica.

Com o maior pesar vira-o frei Gaspar desapparecer; a dôr se lhe traduziu em expressões de verdadeiro e inspirado surto oratorio...

Uma circunstancia occorrera, que sobremaneira lhe augmentava a melancholia e lhe afinara a eloquencia: o fallecimento do ermão José, nas fazendas dos Campos Geraes. Poucos annos antes, em Junho de 1754, finara-se tambem o virtuoso vigario de S. Francisco, João Baptista de Azevedo; pouco depois em Agosto de 1760, morria uma das freiras da Ajuda a agora madre d. Maria do Sacramento, « primeira religiosa que para o Céo deu o convento », diz-nos Pedro Taques. Em seis annos presenciara d. Anna de Siqueira e Mendonça o desapparecimento de tres dos seis filhos.

Nesse mesmo anno de 1760 teve porém a consolação de ver a outra filha, a madre d. Isabel Maria da Cruz, eleita abbadessa da Ajuda.

Ia o mosteiro mal, diz-nos Pedro Taques, e a nova superiora, sentindo em si a energia da avó e homonyma, jurou reforma-lo por completo e extirpar-lhe da administração e da vida conventual os abusos intoleraveis.

Ouçamos o genealogista no seu estylo pittoresco:

« As suas grandes prendas lhe adquiriram a pluralidade dos votos para ficar com o pêso daquella clausura. Foi esta eleição geralmente applaudida por toda a cidade, pelo grande conceito que tinha adquirido a vida religiosa da madre d. Isabel. Não faltava o obsequio dos primeiros grandes do govêrno ecclesiastico e secular, o exmo. e revmo. bispo d. fr. Antonio do Desterro, o illmo. exmo. conde de Bobadella Gomes Freire de Andrada, governador e capitão-general da capitania do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Geraes. Desempenhou a expectação em que havia posto a todas as grandes virtudes moraes da madre d. Isabel.

« Dotada de affabilidade, prudencia e humildade, conseguiu lentamente uma total reforma na sua clausura, lançando della tudo quanto era indecente nos moveis, com que as religiosas adornavam as cellas, em muitas dos quaes haviam cadeiras de damasco, cortinados e pannos de bofete da mesma seda. Fez tambem lançar para fóra o excesso de criados com que se serviam as religiosas, com tanta superfluidade e indecencia. Enfim, suspendamos a penna em formar o character desta religiosa e prelada, porque as linhas do sangue nos embaraçam os periodos por não ficarmos sujeitos á emulação dos que nos quizerem constituir affastados da pureza, e singeleza com que escrevemos a nossa Historia Genealogica. »

Em 1762 reelegera o Capitulo Geral ou Junta de Tibães abbade do Rio de Janeiro ao dr. frei Antonio de S. Bernardo e este, allegando a edade e o estado valetudinario, pediu e obteve do abbade provincial que lhe désse substituto na pessoa do seu amado discipulo frei Gaspar da Madre de Deus.

Sensato e prudente como era, entendera que melhor cabia a carga ao amigo, cuja energia e valor tão bem conhecia, pois exigiam as difficuldades da epocha uma série de qualidades, proprias dos homens vigorosos, para o prelado que houvesse de assumir o govêrno da abbadia fluminense. Máos tempos corriam para a secular instituição benedictina! Confiantes na vitalidade da metropole brasileira haviam os prelados anteriores gasto avultadas sommas, construindo predios nas ruas recentemente abertas em sua antiga

e vasta « Horta », sobretudo, na « rua nova de S. Bento », attendendo aos rogos do Senado da Camara fluminense. Para subvencionar as despesas pedira o mosteiro elevadas sommas a juro; contava amortiza-las paulatinamente com os rendimentos dos predios; occorrera, porém, um certo periodo de estagnação da cidade, de modo que numerosas casas não achavam alugadores e as dividas da abbadia sobremaneira cresceram.

Devia ella nesta epocha 57 contos, somma que hoje representaria uns dous milhares de contos de réis. Velho timorato, e acima de tudo, tão dedicado á sua Ordem quanto dotado de nitida percepção da gravidade do momento, pediu fr. Antonio de S. Bernardo ao discipulo que lhe passasse dos já debeis hombros para as robustas espaduas o pêso de tão espinhoso govêrno.

Gostosamente annuindo a tão honrosa indicação assumiu o monge vicentino o govêrno da grande abbadia fluminense a 2 de Outubro de 1763 «com geral applauso de seus confrades e de todos os grandes da cidade», diz-nos um auctor. Recentemente ainda brilhara-lhe o talento sob diversos aspectos, em festivas e lugubres occurrencias: convidara-o o bispo do Rio de Janeiro a proferir, na Sé da cidade, o sermão em acção de graças do *Te-Deum*, remate dos grandes festejos provocados pelo casamento da infanta d. Maria, a futura d. Maria I, e as suas expressões de jubilo haviam provocado as mais agradaveis impressões. Um anno mais tarde, em Março de 1762, outro assumpto feliz, o *Te-Deum* pelo nascimento do principe da Beira, fazia com que ao pulpito voltasse, agora na egreja de S. Bento, merecendo o sermão geraes applausos pela elegancia dos conceitos e propriedade das expressões.

A 1 de janeiro de 1763 occorria o fallecimento de Gomes Freire de Andrade no meio do mais profundo e sincero pezar dos Fluminenses, que se não consolaram de perder quem durante 29 e meio annos os règera com tanta rectidão e devotamento, generosidade, largueza de vistas e moderação.

Amigo particular dos benedictinos e de seu abbade frei Antonio de S. Bernardo, dera aos monges, havia alguns annos, ganho de causa numa questão com a Relação do Rio, obrigando esta a

retirar o patibulo do logar onde o collocara, em face ao mosteiro.

Perante o seu cadaver, e em presença de incontavel multidão, pathetica e arroubadamente traduziu frei Gaspar a dôr que aos Fluminenses trazia o desapparecimento do notavel homem de Estado.

A 28 de Janeiro nova oração funebre produziu, por occasião das exequias celebradas pelos benedictinos, e este novo sermão luctuoso teve, como o primeiro, larga repercussão em todo o Brasil, a julgarmos pelo testimunho dos contemporaneos.

Nada mais natural, portanto, do que o apreço que ao novo abbade de S. Bento consagrou o successor de Gomes Freire, o vice-rei conde da Cunha, empossado a 16 de Outubro de 1763.

Fôra a capital brasileira transferida da Bahia estacionaria, sinão decadente, para o Rio de Janeiro, prospero, cheio de enorme vitalidade, crescendo prodigiosamente desde que a descoberta e povoamento do territorio de Minas Geraes lhe trouxera a multiplicação da população e o augmento colossal do commercio.

III

Ao assumir o govêrno do seu mosteiro sentiu fr. Gaspar tumultuar em si as impulsões auctoritariamente esclarecidas, o amor á linha recta, o zêlo, a consciencia, os escrupulos que tanto characterizavam o pae e o avô, e a este haviam valido a deposição do cargo de superintendente das Minas.

De sobra sabia quanto o esperavam difficuldades de monta e de toda a especie; inteirado se achava dos segredos da administração da abbadia; muito havia que corrigir, muito que sanar, muito que combater. Encetou o govêrno « tendo os olhos fitos na sancta regra do seu patriarcha », diz-nos um chronista, e os seus primeiros cuidados foram o exame e balanço das condições espirituaes em que se achava o seu cenobio. Intrinsecamente piedoso, como era, receiou que as obrigações devocionarias do mosteiro para com os seus benfeitores e doadores do patrimonio defuntos houvessem sido postergadas.

Escrupuloso inquerito levou-o á convicção de que, desde longos decennios, 2.312 missas se deviam ás almas destes benfeitores! Embora lhe objectassem que taes compromissos se achavam satisfeitos, na dúvida que lhe ficou no espirito, preferiu renova-los; o que dentro em breve realizou. Ainda: ao encontrar no cofre do mosteiro o testamento do padre Estevão de Rezende, que fizera os benedictinos seus testamenteiros, verificou que varios legados havia a pagar: com afinco procurou reparar a desidia até então havida, custando-lhe o cumprimento destes exforços não pequenos gastos e trabalhos.

Assim tambem restabeleceu immediatamente a procissão annual de S. Gonçalo, em Jacarepaguá, cumprimento de uma clausula do testamento da doadora e benfeitora d. Victoria de Sá, festa esta que se não realizava havia muitos annos.

As questões de Liturgia, desde o primeiro dia de prelatura, o preoccuparam como apaixonado que era da pompa do ritual benedictino, « o culto divino e as funcções da Egreja lhe mereceram a sua maior attenção, fazendo que ellas se executassem com o maior asseio e decencia, principalmente na musica e canto, em que excedeu os seus antecessores », relata-nos a chronica da Abbadia Fluminense.

Reformou os antigos paramentos e, de accôrdo com as prescripções do ceremonial, substituiu as casulas destinadas ás missas de « requiem », trocando as roxas de outr'ora por outras pretas, das quaes uma de veludo agaloada de ouro. Novas dalmaticas egualmente agaloadas foram preparadas, e vieram rica ambula de ouro, varios e pesados castiçaes e lampadarios de prata, artisticamente lavrados, enriquecer o thesouro da egreja abbacial.

Entrou o vasto templo em obras de aformoseamento: novos retabulos foram postos em diversos altares, recebendo a capella do S. S. Sacramento « a rica obra de talha e a porta de jacarandá refendida, que é a melhor obra que tem de madeira este sanctuario », diz-nos o singelo dictarista.

Voltando o zêlo e a actividade incansavel para os reparos e melhoramentos do mosteiro, ordenou a construcção de aprazivel

sala para a recreação dos monges, em jogos licitos e conversação, nas tardes e dias permittidos « ao mesmo tempo que zelava com cuidado todo e qualquer excesso deste divertimento ».

Duas officinas fundou : a de encadernador e pintor, logo frequentadas por numerosos artifices do mosteiro e da cidade.

Varios predios do patrimonio abbacial foram por elle, então, construidos e numerosos reconstruidos, sobretudo na Prainha.

Passando a inspeccionar as fazendas, tomou as melhores e mais efficazes providencias para que florecessem. Não fôra elle o benedictino em toda a extensão da palavra, da raça dos arroteadores e civilizadores de terras ! Em Iguassú installou excellente fôrno, na Olaria ; na ilha do Governador, optimas moendas para canna. As fazendas de Jacarépaguá e Camorim, Vargem Grande, as mais importantes do patrimonio, muito lhe deveram, realizando-se « grande mudança em suas lavouras e fabricas.» « Nada se poupou ou deixou de fazer que não fosse util e necessario ». « Arrotearam-se as ferteis terras com arados, de que já se não conhecia o uso que antigamente tiveram ».

Reformou-se todo o material agricola, repararam-se as estradas, valas e cercados : tomou a pecuaria grande incremento, e reencetou-se o serviço de exploração de madeiras para as obras da cidade.

Achavam-se as importantes terras da Vargem Grande quasi abandonadas « destituido o engenho de todo o necessario e absolutamente falto de tudo ».

No breve espaço de dous annos nelle se operou enorme transformação.

Grande rêde de canaes foi aberta para drenar as terras empantanadas, levando-lhes as aguas para a lagôa de Camorim, tudo isto á custa de « grande despesa e maior trabalho de indios ».

Excellente casa de morada construiu-se vasta e confortavel, em optima posição.

Enthusiasmado, classifica-a o chronista : « obra mais completa e de melhor gosto que se tem feito neste mosteiro neste genero ; della resultou o adeantamento com que ficaram muitos escravos

officiaes de carpinteiros e pedreiros, que nella trabalharam. O asseio e ornato interior é correspondente á sua grandeza e nella se pode accommodar até doze hospedes ».

Ao lado deste pequeno mosteiro rural ergue-se elegante e ampla egrejinha consagrada a Nossa Senhora do Pilar, padroeira da fazenda. Fez-se a consagração do novo templo com grande solennidade e concurrencia de convidados e povo, nelle se enthronizando jubilosamente as imagens da Virgem, de Sanct'Anna e S. Bento.

Si ao patrimonio tantos e tão especiaes carinhos dedicou, comprehende-se bem quanto intenso seria o amor com que cuidou de cousas e factos directamente ligados ás instigações da intellectualidade.

Mereceram-lhe os já avultados bibliotheca e archivo do mosteiro a mais saliente attenção desde os primeiros dias de prelatura.

Nada mais natural que esta demonstração de amor apaixonado da Historia a livros, codices e documentos ! Pensou logo em « augmentar e conservar a casa da livraria », a que foi annexa a officina de encadernação.

Assim pois : « não duvidou recolher um livreiro, a quem pagava todos os annos avultado salario para conservar os livros damnificados do bicho, ensinando justamente este official a um escravo, que se lhe destinou para ter cuidado no asseio e limpeza da casa.

Vieram numerosas e boas obras enriquecer a bibliotheca, a que incorporou a excellente livraria particular do abbade Pinna, de quem mandou fazer um retrato a oleo ainda hoje existente.

Os trabalhos do archivo realizou-os frei Gaspar pessoalmente com aturada paciencia, pertinaz e singular intelligencia : grande desordem nelle reinava ; refez os antigos livros do tombo do mosteiro do Rio, deixando principiada « uma historia chronologica de todos os documentos pertencentes ás propriedades do mosteiro.»

Tudo isto á custa de enorme labor. Ouçamos o dietarista : « Só póde fazer uma idéa verdadeira do quanto trabalhou o prelado em formar estas relações quem sabe o estado ou confusão, em que

se achava naquelle tempo o mesmo cartorio. Com ellas é facil hoje reduzi-lo a melhor forma. Esta obra ou este trabalho seria o mais interessante si o vissem completo os que nos hão de succeder.»

O afan com que agiu frei Gaspar para a organização do archivo repousava em grande parte numa serie de argumentos e razões ligadas á estricta defesa da vida de sua Ordem.

Tormentosos se annunciavam os tempos para os religiosos: triumphara Pombal dos jesuitas expulsos de Portugal e do Brasil em 1759; proseguindo na serie de violencias, fazia em 1761 queimar o padre Malagrida; em 1762 rompia as relações de Portugal com a Sancta Sé e logo depois deixava ver quão funda era sua animosidade contra os regulares.

Aos benedictinos escolheu como alvo das primeiras hostilidades anti-monasticas.

Expediu ordens restrictas para que nos mosteiros de S. Bento se não acceitassem mais noviços até nova auctorização do poder civil. Logo depois exigiu dos cenobios do Reino e do Brasil relações exactas e pormenorizadas de todas as abbadias, priorados e presidencias, com o numero de sacerdotes, coristas e donatos, e a descripção dos respectivos patrimonios.

Veio este periodo de afflicção encontrar o previdente frei Gaspar á testa do mosteiro fluminense: a 15 de Outubro de 1764 entregava elle ao abbade provincial do Brasil minuciosissimo relatorio do estado financeiro da abbadia, nelle discriminando os rendimentos urbanos, os dos foros, os ruraes e os da sacristia. Si avultado era o patrimonio, avultadas tambem eram as dividas: mais de cincoenta e seis contos, que dous mil seriam actualmente, como atrás deixámos notado. Cincoenta e dous monges de côro, seis coristas e tres donatos viviam no Rio.

Nove religiosos administravam as grandes propriedades ruraes da casa.

Logo depois novo alarma: pedia-lhe o conde da Cunha, vice-rei do Brasil, a mandado de Pombal, um estudo sôbre a posição da Ordem nas capitanias do Rio de Janeiro e de S. Paulo, no que foi promptamente satisfeito a 9 de Fevereiro de 1765.

Accentuavam-se cada vez as ameaças de proxima e gravissima tormenta: ainda em 1765, a 3 de Julho, recebia o abbade uma carta do corregedor da comarca do Rio de Janeiro, dr. Alexandre Nunes Leal, exigindo, em cumprimento de ordens da Côrte, a prompta entrega, por parte do mosteiro, de todos os titulos e documentos de propriedades concernentes aos seus predios e terras.

Marcara-lhe o magistrado um prazo inadiavel, de dous mezes, para a apresentação dos papeis: a 2 de Septembro recebia elle das mãos de frei Gaspar todos os documentos, em regra e admiravelmente coordenados: fôra este o resultado immediato da reorganização do archivo, sabiamente levada a cabo pelo historiador precavido.

Aproveitando os dias criticos que a Ordem benedictina atravessava, pretenderam os procuradores dos viscondes de Asseca, recorrendo á violencia, dar um golpe decisivo em favor das pretenções de seus constituintes, no interminavel processo por elles movido ao mosteiro de S. Bento, do Rio, sôbre a posse contestada de enormes latifundios, nos então chamados Campos dos Goitacazes, processo este que foi dos mais celebres e longos jámais havidos no Brasil. Si nos não trahe a memoria, só veio a terminar em 1895, pois a Camara Municipal de Campos, dizendo-se cessionaria dos direitos dos viscondes, retomou-o e afinal perdeu-o.

Agiu frei Gaspar, nesta difficil contingencia, com a mais sábia prudencia e energia: começou pretendendo negociar um accôrdo. Convocou o conselho de sua communidade e fez ver quanto seria conveniente ceder as terras chamadas da « Restinga » em troca da cessação do processo. Acceito o alvitre, propoz o abbade aos adversarios a nomeação de um tribunal arbitral para dirimir o litigio, cujos juizes seriam escolhidos pelo visconde de Asseca, reservando-se o mosteiro apenas o direito de vetar esta ou aquella escolha.

Acceita a proposta, declarou frei Gaspar pessoas de toda a confiança o chanceller João Alberto de Castello Branco e o conego Francisco Simões, apontados pelos adversarios. Note-se, havia pouco fôra o chanceller summamente rispido para com o prelado

numa carta em que, por ordem real, convidara-o a declarar «em que direitos se fundava o mosteiro do Rio para impôr nos districtos ruraes de suas propriedades a eleição de juizes conservadores», consulta esta que motivara, em contestação, erudita e cabal exposição de motivos.

Ia começar o tribunal arbitral os seus trabalhos quando, vendo-se em má postura, decidiram os procuradores denunciar a convenção firmada, a conselho do advogado Manuel Henriques, «a quem não podia fazer conta o nosso socego e quietação», diz o dietarista.

Grande victoria moral fôra, porém, devida á acção de frei Gaspar.

Triumphos judiciaes obteve-os varios o nosso biographado durante a sua prelatura, devido ao seu conhecimento dos documentos.

Assim, por exemplo: a uma causa perdida imprimiu nova e victoriosa feição — a do mosteiro contra o Senado da Camara do Rio de Janeiro, sôbre uns chãos do Campo de S. Domingos, graças á descoberta de antiquissima sesmaria.

Si como administrador revelava o abbade vicentino qualidades superiores, outra notavel face de character simultaneamente apresentou á admiração de seus jurisdiccionados e dos Fluminenses em geral: a da philantropia exclarecida e incansavel. Avultaram sob o seu govêrno as grandes esmolas habituaes do mosteiro: procurando-se então, sobretudo, proteger discretamente os necessitados, a quem a ostentação da miseria era o mais penoso dos sacrificios.

«Soccorreu o abbade, principalmente, aos que viviam occultos e recolhidos», conta-nos a chronica e, como receiasse exorbitar, recorreu constantemente á pingue bolsa materna, sempre posta ao serviço do bem e da caridade.

Visitando, nos primeiros dias do seu govêrno, a fortaleza da ilha das Cobras, voltou frei Gaspar com o coração confrangido do aspecto dos seus lobregos subterraneos, daquelles sinistros calabouços, onde ha ainda tão poucos annos se passou uma das scenas

mais vergonhosas, um dos nefandos crimes, felizmente raros, que a nossa Historia regista.

Longamente conversou com os grilhetas, ouviu-lhes os brados de angustia e as queixas dos máos tractamentos decorrentes do terrivel systema penitenciario de antanho: prometteu minorar-lhes os soffrimentos, quanto lhe fosse possivel, e durante o seu periodo de prelatura não houve segunda-feira em que aos calabouços do presidio não chegasse um bom jantar « para grande consolação dos miseraveis alli detidos », conta-nos o « dietario ». Alargando o circulo de sua caridade, recommendou expressamente aos administradores das fazendas de S. Bento a maior brandura para com os escravos. Ouçamos as simples palavras da chronica, ricas de antiquado sabor:

« Ordenou que sustentassem as crianças com os mantimentos da fazenda e tivessem cuidado de as bem vestir, sempre que nellas conhecessem a necessidade. Prohibiu ao mesmo tempo que se tirasse o dia de sabbado aos escravos naquellas semanas em que occorriam dias festivos e de guarda, por mais urgente que se representasse a necessidade. »

Grande carestia de mantimentos occorrendo em 1764 no Rio de Janeiro e circumvizinhanças, ordenou o abbade largas distribuições áos pobres, de cereaes, que fez vir das fazendas do mosteiro.

Era natural, pois, que revelando a superioridade sob tantas fórmas, angariasse o prelado paulista o maior prestigio entre a população fluminense e as mais altas auctoridades da colonia.

Apreciador dos seus meritos, grande amizade dedicou-lhe o vice-rei conde da Cunha, homem aliás reservado e rispido, que deixou o govêrno no meio da maior antipathia dos Fluminenses, muito embora bastante pela cidade houvesse feito durante o seu quatriennio e, em termos severos, ousasse representar ao omnipotente Pombal contra a iniqua lei de 1765, suppressora das industrias brasileiras. Installara o vice-rei o Arsenal de Marinha no sopé do morro de S. Bento; ao localizar-se o estaleiro da construcção dos navios de guerra, quizeram os mestres collocar a *carreira* de modo

tal que se tornava incommoda ao mosteiro: a pedido de frei Gaspar, por quem tinha «especial veneração», ordenou o conde que de modo algum se molestassem os religiosos, verificando-se então que havia manifesto proposito de invadir os terrenos da abbadia, abuso tanto mais reprovavel quanto cedera este á Corôa, a titulo de occupação provisoria, o local do Arsenal.

Pouco depois, novamente, valeu o vice-rei ao abbade, assaltado por grandes tribulações.

Ameaçava um grande capitalista da epocha, certo Pantaleão de Sousa Telles, executar o mosteiro pela quantia de quarenta e dous mil cruzados, de que desde alguns annos era credor. Representaria hoje este credito uns septecentos contos. Muito embora offerecesse reforma dos titulos, com refôrço de garantias e augmento da taxa de juros, nada alcançara o prelado. Era a situação melindrosissima; tinha, aliás, Pantaleão Telles razão de sobra, pois já doze mil lhe eram devidos de juros vencidos; mostrou-se, pois, irreductivel. Recorreu frei Gaspar ao vice-rei, e este, com o prodigioso prestigio que o cercava naquelles tempos do «quero, posso e mando», obteve um prazo de seis mezes para os seus amigos de S. Bento, sob promessa solenne de que não seria excedido. E, realmente, antes que se vencesse pagava o abbade dous terços da divida, obtendo novo esprestimo a juros mais commodos, que veio desafogar o mosteiro de parte de tão grandes encargos.

Com todo o empenho procurava o conde vice-rei auxiliar os benedictinos; tanta affeição lhes consagrava, que continuamente affirmava «á vista das pessoas mais auctorizadas, que os monges lhe não davam cuidado ao seu govêrno e que parece não haver na terra esta regular corporação, resultando destas honradas expressões um respeito e veneração dos mesmos seculares para toda a communidade», diz-nos o dietario da abbadia fluminense.

Grato a estes serviços e demonstrações de amizade, a elles procurou frei Gaspar do melhor modo corresponder. Fallecendo a condessa de Val dos Reis, sogra do vice-rei, fez celebrar na sua egreja abbacial solennissimas exequias, com toda a magnificencia

liturgica, « acceitando o conde este obsequio com grandes demonstrações de agradecimento.»

Estava a expirar o prazo governamental de frei Gaspar. Occupara os ultimos mezes em confeccionar o seu relatorio: o *Estado*, que devia ser presente ao Capitulo Geral de Tibães. Acêrca dos bens da Ordem em Campos, escrevera minuciosa « relação para que os prelados futuros os pudessem conhecer ».

Mais brilhante não podia ter sido o balanço da sua adminisração: deixava pagos mais de metade dos compromissos assumidos para custear as obras da Rua Nova. Desta dívida de 47.000 cruzados, vinte e quatro mil estavam amortizados, achando-se o mosteiro habilitado a uma nova prestação de cinco mil para o mesmo fim. Haviam ao mesmo tempo as outras dívidas diminuido de tres mil cruzados!

Immenso o que conseguira! Tão benemeritos serviços, em todos os campos de demonstração da actividade abbacial, tiveram immediato e justissimo galardão. A 19 de Agosto de 1765 reunia-se em Tibães o Capitulo Geral, sob a presidencia do abbade geral frei João Baptista da Gama. Votou a assembléa um voto de summo louvor ao prelado fluminense e, por unanimidade de votos, elevou-o á mais alta dignidade da Ordem no Brasil: a de abbade provincial, cargo de que tomou posse a 9 de Fevereiro de 1766.

Encetou immediatamente o novo provincial as visitas canonicas ás cinco abbadias, tres priorados e seis presidencias, que a congregação contava no Brasil, de Santos á Parahiba do Norte.

Em cada casa tudo quiz ver e examinar por si: nada lhe escapou. Os livros do mosteiro de S. Paulo mostram quão escrupulosa foi esta perquisição methodica e infatigavel.

A 25 de Agosto de 1768 reunia o Conselho desta ultima abbadia para ouvir pormenorizado relatorio sôbre as occurrencias notaveis da vida do estabelecimento no ultimo triennio, estudar-lhe as necessidades, satisfazer-lhe os reclamos urgentes de ordem moral e material, tomando-se então numerosas providencias de toda a especie para que males e inconvenientes sanados fossem.

Soffreram os livros das fazendas rigorosa busca. Escrupuloso como era o provincial teve diversas dúvidas a solver: assim, pois, na fazenda de S. Bernardo fez revalidar numerosos casamentos de escravos, por lhe parecer que não haviam sido realizados de accôrdo com as prescripções da Egreja. Um facto curioso nos mostra quanto era incansavel em sua fiscalização: encontrando num dos livros do mosteiro de S. Paulo a transcripção de velho manuscripto que certo monge fizera, entendendo salva-lo da ruina, pelo tempo e os insectos, cotejou-a com o original e com a maior franqueza escreveu-lhe á margem, assignando-as, diversas notas: «Neste trecho o copista foi infiel», «este trecho não póde ser acceito, pois não concorda com o original» e assim por deante.

Por toda a parte identicamente procedeu nas visitas canonicas. A ida a Olinda forneceu-lhe o ensejo de visitar os archivos de Pernambuco e, sobretudo, os das Camaras Municipaes, outr'ora pertencentes ao quinhão de Itamaracá, annexa á capitania de Sancto Amaro, como se sabe.

A questão do cumprimento exacto dos legados, uma das suas maximas preoccupações, tomou-lhe muito tempo e muitos cuidados em todas as casas visitadas.

No Rio de Janeiro a sua politica de ordem e de economia exclarecida continuara a dar os melhores fructos. Pôde seu successor, frei Francisco S. José, aproveitando o vigoroso impulso do triennio precedente, concluir a edificação da Rua Nova e ainda amortizar quarenta mil cruzados das dividas do mosteiro.

Em septe annos salvara-se, graças a frei Gaspar, a situação financeira da grande abbadia. Devêra em 1763 cento e quarenta mil cruzados — mais de dous mil contos hoje —, e em 1770 restava-lhe pagar quarenta mil apenas.

Durante o provincialato, tentou o historiador fazer sustar os effeitos do aviso pombalino de 30 de Janeiro de 1764, em que se prohibira terminantemente a acceitação de noviços nos cenobios de Portugal e Brasil. Mallograram-se-lhe os passos inteiramente: em 1769 expedia Sebastião José de Carvalho um aviso sôbre o

assumpto, mais rigoroso do que o primeiro: « E' de conjecturar-se a profunda magua com que este religioso, varão de tão grandes lettras, como de preclaras virtudes, recebeu a noticia », observa Ramiz Galvão. Remedio não havia sinão conformar-se...

Outros grandes desgostos de ordem íntima assaltaram a frei Gaspar, neste mesmo periodo: em fins de 1764 fôra sua ermã obrigada a renunciar ao exercicio da prelazia no convento da Ajuda; adoecera de modo tal, que inteiramente inutilizada ficara. Durante tres annos ainda devia arrastar uma existencia de soffrimentos e da mais austera devoção, até que viesse a fallecer em Outubro de 1767, summamente contristando á mãe e ao ermão esta ausencia de pessoa, a quem tanto queriam.

Mais ou menos nesta epocha começava a serie dos extraordinarios infortunios de Pedro Taques. Soubera frei Gaspar, em fins de 1766, com verdadeiro desgosto, e maior surpresa, dos desarranjos financeiros do querido amigo e confrade. E o peior era que se tractava de uma questão de alcance e em uma repartição pública de character ecclesiastico, a thesouraria da Bulla da Sancta Cruzada, por quem se responsabilizára o genealogista. E peior ainda aos olhos do austero prelado: fôra a fonte destes males o « eterno feminino », avassallador do avelhantado linhagista. Succedera ao terno coração do historiador, viuvo duas vezes e cincoentão, render-se aos encantos de uma viuva desasisada e prodiga; fôra-se agua abaixo a ponctualidade irreprehensivel e celebrada do antigo thesoureiro das minas do Pilar. De sua caixa distrahira forte somma para attender ás « amorosas rogativas » da dulcinéa, archi-quarentona, possuidora ainda de apreciaveis reminiscencias estheticas. Emprestando-lhe Pedro Taques avultada quantia arrecadada, não pudera a dama restitui-la na epocha convencionada, muito embora imprescriptivel e fatal se annunciasse a expiração do prazo para a entrega do saldo liquido do exercicio annuo, a partida da frota de 1767 a 1 de Junho. Urgia providenciar: era o alcance forte; espavorido ante as consequencias da imprudencia, obtivera Pedro Taques de sua devedora, tambem desprovida de valores realizaveis na occa-

são, que procurasse vender, no Rio de Janeiro, a baixella de prata de sua casa.

Comprara-a um ourives; mas, apezar de tudo insufficiente fôra o producto da venda. Nestes transes afflictissimos recorreu o genealogista a frei Gaspar, acenando-lhe com a proximidade da voragem que o ameaçava tragar. Era o abbade, como já vimos, generosissimo coração, um amigo dos bons e dos máos dias. A experiencia dos homens e o contacto com suas fraquezas fe-lo encarar indulgente a falta do amigo; soccorrendo-se da fortuna materna, promptamente veio em seu auxilio, embora apenas trouxesse esta intervenção generosa o adiamento da fatal catastrophe. Mezes mais tarde, pelo seguimento natural das cousas, era Pedro Taques destituido do cargo e via seus bens e os de seus fiadores sequestrados pelo commissario da Bulla em S. Paulo, preludio este da serie de desgraças, que o reduziram á mais deploravel situação.

Fundamente magoaram, como é facil suppôr, estes acontecimentos a frei Gaspar, cujos ultimos mezes de provincialato se passaram na faina de redigir e documentar o relatorio, devido ao proximo Capitulo geral.

Longamente meditada exigiu-lhe esta peça immenso labor. De todos os contratempos havidos durante o seu govêrno nenhum o incommodara tanto quanto a insistencia com que Pombal mantinha fechadas as portas dos noviciados. Começou, pois, a sua exposição de motivos pelo desabafo da magua, que lhe provocara a intolerancia ministerial. Proseguindo, apontou diversas medidas a tomar ou confirmando anteriores resoluções, ditadas pela experiencia do provincialato e o extremo amor á boa reputação do seu hábito; lembrou, por exemplo, a conveniencia dos superiores das diversas abbadias fornecerem informes annuaes sôbre o prestimo, capacidade, instrucção e qualidades dos religiosos, em vista do seu ulterior aproveitamento para os altos cargos da Ordem; egualmente a necessidade de se não outorgar aos religiosos com menos de vinte annos de habito a permissão de possuir escravos, nem a qualquer monge, quer o contacto prolongado com os famulos negros, quer a licença de alugarem os escravos possuidos a titulo pessoal. Prohi-

bição expressa, reclamava, se renovasse aos monges de irem aos logares de mineração, fócos de espantosa corrupção de costumes, assim como a permissão para que os prelados fizessem retirar dos mosteiros todos os moveis e alfaias não condizentes com a simplicidade monastica. As festas em adros de egrejas, abuso muito commum no Brasil colonial, deviam egualmente ser rigorosamente interdictas; assim tambem se vedasse aos seculares o intimo convivio com os religiosos, como então muito se practicava.

Fosse dos abbades exigido, sob pena de immediata suspensão do cargo e inhibição por seis annos de exercer qualquer dignidade, trouxessem sempre em dia os livros de depósito e escripturação do mosteiro.

Nenhum monge de illustração conhecida pudesse ser nomeado para a administração das fazendas.

Ao lado destas medidas administrativas e disciplinares pedia o ex-provincial á Juncta que toda a attenção prestasse aos cursos professados nos mosteiros, aos « Collegios de Philosophia », á assistencia e vigilancia dos mestres leitores aos « actos e conclusões ». Aos provinciaes, cohibindo-se abusos, devia fallecer auctoridade para conferir o gráo de doutor, regalia privativa do Capitulo Geral.

Foram estas algumas das mais importantes medidas, entre muitas outras, pelo zêlo e intelligencia de frei Gaspar suggeridas ao Capitulo Geral da Congregação Benedictina Portugueza aberto a 5 de Agosto de 1768 em S. Martinho de Tibães, sob a presidencia do abbade geral o dr. frei Caetano de Loreto.

Em uma das primeiras sessões leu-se o *Estado* do mosteiro do Rio de Janeiro, o relatorio relativo á administração de frei Gaspar, documento que desencadeou verdadeiro côro de applausos ao prelado vicentino, consignando-se em acta que « a Juncta não podia deixar de louvar o incansavel trabalho, particular zêlo e economia, com que soubera administrar o patrimonio de Jesus Christo ».

Logo depois tomava-se conta dos actos do Provincialato, cujo triennio expirava, exprimindo a Juncta a sua satisfacção pelos

« trabalhos incansaveis » com que o m. r. p. provincial agira nas visitas de todos os mosteiros do Brasil. Ao exame da obrigação dos legados attribuiu o Capitulo Geral a maxima importancia, satisfazendo o modo pelo qual fôra tractado aos dictames da mais escrupulosa consciencia.

A 20 de Agosto realizavam-se as eleições para o triennio de 1769 a 1772; não eram de praxe as reeleições na Ordem Benedictina: assim, pois, querendo o Capitulo testimunhar o seu grande apreço a frei Gaspar, elegeu-o prelado do mosteiro capital da Provincia Brasileira, o de S. Sebastião da Bahia, cuja situação se achava então precaria.

Foi a noticia recebida com o maior jubilo no Brasil; representava um testimunho de apreço e sobretudo de justiça; ao mesmo tempo appellava a Congregação para os talentos consagrados do administrador.

« Havendo satisfeito no supremo logar da Provincia com os maiores acertos e desinteressada conducta a expectação dos que o elegeram, diz o chronista anonymo do *Dietario*, « no fim do seu triennio o escolheram os padres da Juncta de 1768 para d. abbade do mosteiro da Bahia, collocando-se neste revmº. p. huma bem fundada esperansa de restabelecimento daquella casa. »

« Teve por bem, porém, renunciar escolhendo para viver retirado o mosteiro de Santos, sua patria ». Com effeito, resolvera frei Gaspar, de modo inabalavel, pôr termo á sua carreira prelacial. Recusou terminantemente as novas honras, e em Janeiro de 1769 recolhia-se humildemente ao mosteiro de Santos « para descansar com tranquillidade de espirito no retiro de uma cella, feito subdito quem desprezava ser prelado », escrevia a esse respeito Pedro Taques, commentando tal resolução.

Quaes teriam sido as determinantes de similhante acto?

E' difficil explica-lo. Quiçá desgosto do fallecimento recente da abbadessa da Ajuda, a nostalgia do torrão natal, a attracção vehemente pelos estudos historicos tão sacrificados pelos affazeres e preoccupações dos altos cargos exercidos nos ultimos annos...

IV

Fosse como fosse, em 1769 voltava frei Gaspar ao seu caro berço, satisfeito de se ver no lindo mosteirinho santista, typicamente architectural em sua simplicidade, amplo, sympathico e acolhedor, situado no dorso do Monteserrate, em situação felicissima, tendo, para a alegria dos olhos, extenso e risonho panorama: o que, desde um millenio, faz parte dos programmas da collocação dos filhos de S. Bento, o patriarcha que amava as collinas e os largos golpes de vista.

Fôra frei Gaspar substituir ao ermão, frei Miguel Archanjo, que, após seis annos de presidencia do cenobio santista, acabava de ver pelo mesmo Capitulo Geral galardoados os meritos com a investidura da importante abbadia olindense.

Na presidencia de Santos dous religiosos apenas havia, o presidente e o nosso historiador, « agora por vontade propria humilde subdito de quem, recentemente ainda, fôra o archi-hierarcha. Organizou elle logo a sua nova vida na pequena e calma villa littoranea. Voltava d. Anna de Siqueira, accompanhando o filho querido, a residir em sua casa dos Quatro Cantos, onde diariamente ia ter o ex-provincial, apenas terminados os deveres espirituaes da manhã; o dia occupava-o em visitar os archivos, a coordenar a enorme messe de documentos trazidos do Rio de Janeiro e da Bahia, a traduzi-los e commenta-los.

Sentia-se tão feliz naquelle placido ambiente, que nada mais dalli o conseguira arrancar, no longo periodo de trinta annos que ainda lhe caberia viver.

Por vezes viajou em busca de documentos a S. Sebastião, Itanhaem, Iguape e Cananéa, subindo frequentemente a S. Paulo pelo caminho que classificou « talvez o peior que tem o mundo ». Que enthusiasmo porém lhe provocava a evocação do panorama offerecido pela « serra escrabrosissima de Paranapiacaba » aos que lhe vencem as quebradas e asperezas: « o jardim amenissimo de ruas alagadas e canteiros de vegetaes sempre verdes » que o mar e a

floresta formam aos olhos deslumbrados do viajor. «Prospecto mais agradavel que este não ha!» affirma em patriotico arroubo. As bellezas sem conta do littoral paulista compensadoras da mono tonia paizagista do planalto, transportavam-no. Nas excursõe pelas praias muitas vezes se deteve a explorar os sambaquis, pre occupado com os aspectos da Prehistoria brasileira. Indo a S. Paul no exercicio das funcções de commissario geral visitador dos mos· teiros da Capitania, cargo de que não pudera eximir-se, completou o historiador a sua documentação. Data dahi o mais prolongado contacto com Pedro Taques. Ao illustre genealogista perseguido, reduzido á miseria, tendo a saude arruinada, trouxe poderoso confôrto moral e material. Eram os dous unicos picos preeminentes na depressão profunda da vida intellectual da epocha, em S. Paulo; typos superiores, incomparavelmente acima de quantos os cercavam, não os comprehendiam e provavelmente os desdenhavam.

Precisava um do outro; dahi o affecto entranhado, a admiração reciproca, leal, intensa.

Ora era frei Gaspar quem á rua do Carmo, á triste morada do linhagista, vinha trazer a alegria da sua presença, o pretexto para interminaveis conversas sôbre os factos da Historia patria, ora avisava Pedro Taques ao amigo que, precisando ir a Iguape, passaria uns dias em Santos em sua companhia, desde que lhe chegasse certa « remessa de Guaiazes ».

« Vivia tão flagellado, porém, que os mezes passavam sem que pudesse adeantar certo trabalho pedido pelo seu correspondente » e antevia com o coração estortegado pelo pezar o provavel fim dos seus escriptos « papel para os fogos da noite de S. João ».

Muito sacrificados lhe iam os estudos, não sentia em si fôrça para os proseguir, poder pagar a um secretario era irrealizavel sonho de quem nem siquer possuia mais a faculdade de escrever!

Quanto estimava poder offerecer-lhe a cópia das preciosas obras e manuscriptos a elle dados — presente do brigadeiro Sá e Faria durante a sua passagem em S. Paulo — ; via-se na impossibilidade de o fazer pela miseria em que vivia, graças «á paixão

odiosa que o privava de fazer este mimo sem o contrapeso do desembolso do amigo! »

Permutavam os dous historiadores tudo quanto tinham: assim pois commentava e annotava Pedro Taques as folhas das *Memorias* e submettia ao correspondente, para o mesmo fim, os seus titulos genealogicos e a narrativa dos episodios mais notaveis da Historia paulista, muitos das quaes infelizmente para nós perdidos, como por exemplo a historia da expedição de Estevão Baião aos sertões bahianos, entre tantos outros.

Contínua — já o dissemos — a troca de documentos e manuscriptos entre os dous historiadores; da sua extensa correspondencia conseguiu Antonio Piza encontrar duas cartas apenas; por uma dellas, interessantissima, repleta de informações valiosas, é facil aquilatar-se a importancia da perda, que sua destruição á Historia de S. Paulo acarretou.

Quando a adversidade accumulou sôbre o illustre genealogista golpes tão frequentes quanto crueis, como a perda dos dous filhos homens, o aggravamento da penuria, vizinha da miseria, a serie de attribulações judiciarias, havida aos tramites do processo de desfalque da Bulla da Cruzada, accompanhou frei Gaspar, quanto pôde, ao infelicissimo amigo; foi com Agostinho Delgado Arouche, o amigo, para quem o *donec eris felix* nada significava. Approvou com todas as fôrças o projecto de seu regresso ao reino a pleitear perante o govêrno da metropole uma indemnização reparadora da magna e já semi-secular injustiça feita a seu pae, um dos descobridores de Goiaz, espoliado dos beneficios constantes de promessas majestaticas pela tyrannia e falta de escrupulos dos satrapas coloniaes e seus perversos conselheiros.

Assim, pois, agitou-se o benedictino, quanto de tão longe lhe era possivel, para que ao infeliz surtisse algum effeito a penosa viagem emprehendida em tão dolorosas condições.

Recorreu aos ermãos Azeredo Coutinho, o desembargador e o bispo conde de Coimbra, seus illustres e poderosos primos, homens de pról na côrte de d. José I; e ao despedir-se de Pedro Taques a quem levava ao navio, na tarde de 29 de Junho de 1774,

procurou incutir ao desventurado amigo uma confiança no bom exito da viagem, que provavelmente lhe era muito contingente.

Neste anno de 1774, grandes desgostos saltearam o velho benedictino; falleceu em Fevereiro, no Rio de Janeiro, coberto de annos e de prestigio, o mestre e amigo frei Antonio de S. Bernardo, e a sua perda lhe foi summamente sensivel; o fim do anno lhe iria trazer novo e mais doloroso golpe: finou-se-lhe a mãe, com quem tantas affinidades sempre sentira. Acabara-se-lhe « a terna consolação desta vida » como em carta lhe dizia Pedro Taques. Resignado respondia-lhe o monge que Deus lhe conservara tal consôlo até que entrado já se achasse nos annos da velhice.

Más lhe vinham as noticias do genealogista: peiorava sempre; a estação nas Caldas da Rainha de nada lhe valera; o despacho do requerimento intermino se apresentava, incrivel a inercia governamental, si não o descaso e a má vontade.

Reduzido a quasi completo tolhimento da acção, nem por isto deixara elle de frequentar os archivos, pesquisava e estudava continuamente a Historia paulista. Pedia ao « amabilissimo amigo senhor todo da sua fiel veneração, que lhe remettesse os seus cadernos da Historia do Paraguai, que os queria combinar com algumas memorias da Torre do Tombo ».

Annunciava-lhe ao mesmo tempo que, acêrca de muita cousa, « em Portugal descobrira o que totalmente ignoravam ambos ».

Em principios de 1777 voltava Pedro Taques a Santos, semi-moribundo, apenas alentado com as esperanças nas vagas promessas reaes, com que o embalaram até á hora extrema. Grande dôr teve frei Gaspar ao recebe-lo, tão cruelmente combalido pela molestia; bem percebia que as mercês acenadas e entrevistas se reduziam a simples miragem; a 3 de Março fallecia o misero historiador em plena lucidez, a esta illusão agarrado com todas as fôrças da vitalidade a exvahir-se.

Grandemente soffreu o amigo com o seu desapparecimento. Era o linhagista o homem, cuja intelligencia e cultivo mais o impressionara: « Portento de retentiva, escreve, conseguira pasmosa erudição das antiguidades do Brasil », a sua auctoridade para elle

era sempre de grande pêso. « Genealogista eruditissimo e muito verdadeiro », não lhe ousava pôr em duvida as affirmações nem comparar seus escriptos aos proprios. « Erudito rebuscador, só lhe escapara um unico livro da camara de S. Vicente, e os seus manuscriptos preciosos eram o fructo das pesquisas apaixonadas em todos os archivos da Capitania, dos cartorios ecclesiasticos e seculares durante quasi meio seculo ».

A este culto á memoria de Pedro Taques se deve em grande parte, certamente, a conservação do que resta da *Nobiliarchia Paulistana* e das demais obras do chronista das bandeiras.

Para elles chamou a attenção de Diogo Ordonhes, São Leopoldo e Varnhagen. Do seu archivo particular passaram ás mãos de S. Leopoldo cópias da *Historia da Capitania de S. Vicente* e da *Informação sobre as minas de S. Paulo,* que, em meiados do seculo passado, o filho de Fernandes Pinheiro offereceu ao Instituto Brasileiro, sem saber identifica-las, attribuindo-as á penna do benedictino.

Em todas estas manifestações procedeu frei Gaspar com a lisura, que tanto lhe traduz a rectidão do character. Quanto, sem perigo nem responsabilidade alguma, poderia ter-se aproveitado da obra do amigo illustre e confrade invejado! Quão grande lhe poderia ter sido a tentação de approximar se do que lhe estava á mão, abandonado, e tanto admirava!

Procedeu, no entanto, sempre com uma escrupulosidade digna de admiração.

Fallecendo d. José I a 24 de Fevereiro desse mesmo anno de 1777, decidio a Camara de Santos, ao saber da noticia, mandar celebrar solennes exequias pela alma do soberano que — alheio ao que se lhe attribuia, como ao hollandez proverbial — se convencionara appellidar o *Reformador*.

A 14 de Julho pronunciava frei Gaspar o último dos seus grandes sermões, correspondendo assim ao instante e honroso convite da Municipalidade Santista. Não é certamente esta oração funebre uma obra prima : muito longe disto ; nem o panegyrico de d. José I assumpto capaz de inspirar um surto oratorio de

certo vulto. Não podia um espirito como o de frei Gaspar illudir-se acerca do que, na realidade, fôra o titere real, engonçado na mão potente de Pombal, quasi abulica nullidade coroada, que o terrivel ministro manejava a seu talante; o que do pulpito entendeu fazer foi uma demonstração de fidelidade, propria e em nome dos habitantes de Santos, á corôa lusitana, um preito de lealismo do vassallo reverente ao soberano respeitado com todas as veras do coração. Optimo o ensejo para dar larga aos sentimentos, que constituiam a trama da sua formação de aristocrata e tradicionalista.

Assim, pois, exquecendo-se de Pombal e de d. José I, vio frei Gaspar no morto apenas el-rei, e convicto prestou sincera homenagem de respeito e affeição á memoria de quem, por mercê de Deus e sem o concurso da vontade dos povos de áquem e além mar, vinte e septe annos governara o Imperio lusitano ou passara por fazê-lo.

Era o momento de angustias e vexames; apossara-se o Hespanhol da ilha de Sancta Catharina, exactamente no dia em que morrera o rei, sem encontrar a minima resistencia da guarnição portugueza capitulante. Achando-se o povo de Santos «muito consternado pela vergonhosa entrega», aproveitou-se frei Gaspar para fazer vibrar a nota patriotica no seu sermão: assim, habilmente, principiando pela comparação entre certa feição da vida do rei defunto e a do sancto varão Job, confronto este encarado sob curioso aspecto, embora bastante forçado, achou meio de apontar ao seu auditorio a esperança de proximo e completo desfôrço, sob a inspiração da nova soberana «mulher forte tão illustre quanto a grande Catharina das Russias, escolhida por Deus como Debora para redemptora de Portugal». Si a ilha de Sancta Catharina caïra no dia do fallecimento de d. José I é que a morte, alliando-se ao inimigo, escolhera aquella data para levar ao monarcha, por saber que o estylo ordinario dos militares é renderem-se quando lhe morrem os commandantes no conflicto. Tudo, porém, se sanaria breve para maior gloria do Luso e castigo do Castelhano.

Ha no sermão algum tanto do empolamento tão characteristico daquella epocha de decadencia litteraria no mundo portuguez. Nem podia o antigo academico supranumerario dos *Renascidos* deixar de sacrificar no altar do gongorismo, muito embora o contivessem a habitual modestia e o commedimento de austero historiador.

Fazia frei Gaspar o possivel para afastar-se das glorias do mundo e tornar-se exquecido na paz do seu viver actual, e, no entanto, até ao longe, muito ao longe, repercutiam ainda os echos de seus meritos e acções; ao solio real chegaram as vozes clangorosas da sua nomeada; inesperadamente recebeu certo dia, directamente emanado da Côrte, um convite a que acceitasse a mitra madeirense. Tractando-se de um Brasileiro, era a lembrança régia o mais raro e honroso attestado de apreço: espavorido com a idéa de deixar o canto natal, recusou peremptoriamente o historiador o baculo, que lhe offerecia o soberano; nada mais desejava da vida do que presentemente possuia: Santos, a sua querida Sanct'Anna, valiam-lhe tanto quanto os legumes de Salonica ao imperador Diocleciano.

Respeitosa, repassada de reconhecimento mas terminante, foi a recusa. Ainda assim não o deixaram em paz; em Abril de 1780 pedia-lhe o Capitulo Geral que assumisse o cargo de mestre dos noviços no Rio de Joneiro.

A isto não se pôde furtar o ex-provincial, dadas as circunstancias que então occorriam: um aviso de d. Maria I, esperado a todo momento, ia reabrir o noviciado da Ordem, fechado havia dezeseis annos por Pombal; collocando fr. Gaspar na posição de preceptor dos jovens monges, que iam reatar a successão das gerações monasticas, dava-lhe o Capitulo Geral a mais estrondosa prova de apreço. Entendeu não poder esquivar-se a um chamamento de tal importancia, e assim voltou ao Rio de Janeiro, por alguns mezes, em fins de 1780. Com o maior zêlo e paciencia exerceu a missão de educador dos jovens confrades, apezar da edade avançada em que já se achava; jubiloso vira revogada a lei « que ameaçava estancar as fontes da vida do seu Instituto », e quiz reatar a tradição entre os novos benedictinos do Brasil e as camadas de seus predecessores.

A Santos voltou, passado certo tempo, para não mais saïr das terras paulistas. Em 1784 alli o vemos redigir a « Noticia dos annos em que se descobriu o Brasil », o opusculo que, devido á famosa referencia a João Ramalho, iria tanta celeuma provocar mais tarde e tantas aggressões injustas e insultuosas trazer á memoria de seu auctor.

Em 1786 teve fr. Gaspar a grande alegria de vêr o ermão attingir ás culminancias, onde já estivera elle. Elegeu a Juncta de Tibães a frei Miguel Archanjo abbade provincial do Brasil, para o triennio de 1787-1789, justo remate de uma bella carreira de dedicação á Ordem. E com effeito, presidente em Santos, durante seis annos, fôra eleito tres vezes abbade de Olinda em 1769, 1778 e 1783, definidor em 1780 e assistente do provincial em 1774.

Sobremaneira engrandecera a importante abbadia olindense; reconstruira-lhe a egreja, obedecendo a uma directriz esthetica e reconstruira-lhe parte do avultado patrimonio, bastante combalido então. De seus exforços se dissera em Juncta que administrara « com incansavel trabalho ».

A faina de percorrer os mosteiros de toda a provincia brasileira trouxe-o á cidade natal, proporcionando-lhe o ensejo de se avistar pelas ultimas vezes com o ermão. Orgulhavam-se um do outro e tinham-no de que, durante a longa existencia, haviam sabido honrar-se mutuamente, honrando as tradições da familia e o hábito de sua eleição.

Findo o provincialato em 1789, retirou-se fr. Miguel para o seu mosteiro de Olinda, não mais voltando ao Sul.

Ainda devia fr. Gaspar viver onze annos, da sua robusta ancianidade, ora no cenobio santista, ora viajando a S. Paulo, como em Agosto de 1793, em que o vemos, então, visitador commissario dos mosteiros da Capitania, tomar parte como testimunha no processo de justificação de nobreza de seu amigo Agostinho Delgado Arouche.

Em Santos residia em companhia do presidente fr. Miguel de Sancta Catharina Motta; eram os dous os unicos moradores do mosteirinho de Montesserrate. Presidiu-o fr. Miguel Motta du-

rante mais de trinta annos, dos quaes vinte e septe passados em companhia de fr. Gaspar. Tocante o espectaculo da amizade dos dous velhos monges: viviam como si fossem pai e filho; o historiador ancião, octogenario, entregue ás preoccupações intellectuaes, e seu companheiro de habito, sexagenario, chamando a si o govèrno da casa e cheio de deferencia filial para com o amigo e commensal illustre.

De vez em quando ia fr. Gaspar reviver as lembranças dos dias da infancia nos locaes, onde tão feliz lhe correra a vida nascente, em Sanct'Anna, na velha fazenda patrimonial, agora em decadencia franca, como aliás toda a zona littoranea e a capitania paulista em geral.

Saïdo de Santos em escaler, ia o chronista reconhecendo as paragens familiares aos annos da meninice: horas inteiras a navegar no largo e extenso canal de Guarapissumã, hoje reduzido ás dimensões muito menores do Canihú, pela conquista do mangue sòbre o mar, desde o « Porto do Bispo », onde vinham encontrar-se as duas antigas directrizes galgadoras da serra, o « caminho velho » e o « caminho do Padre José ».

Em certa altura defrontava-se-lhe o local famoso do antigo « Engenho do Senhor Governador », o primeiro havido em terras vicentinas, a celebrada usina assucareira dos opulentos Schetz, de Antuerpia. Quanto não devia dizer ao historiador dos annos primevos de S. Paulo á vista deste local de S. Jorge dos Erasmos! Pouco depois entrava a montaria na extensa e sinuosa *Volta de Sanct'Anna* e assignalava-se a Pedra do Judeu, padrão da secular sesmaria patrimonial, fincado na sombria encosta de serra, onde a matta opulentissima assume todos os matizes possiveis do verde. Um pouco mais longe eram as aguas do *Butoroca* sulcadas até o seu pequeno affluente, o Acarahú, correndo ambos entre o inextricavel manguezal cheio de pittorescas abertas. Do poncto de desembarque caminhava-se em direcção a uma eminencia no sopé da grande serra, seguindo o declive de pequeno valle ao lado de poetico arroio, e galgado o outeiro desenrolava-se o vasto panorama littoraneo, glorioso de luz, ensoberbecido da cercadura majestosa da

montanha e abrangendo a extensão immensuravel da floresta. Alli se erguia a famosa « capella de Sanct'Anna », ampla como uma grande egreja matriz, orgulhosa do seu cyclopico *arco cruzeiro*, da larga nave central e da capella-mór, onde o orago, a Senhora Sanct'Anna, em altares valiosos, hospedava a Virgem sua filha: a Senhora do Pilar e da Piedade, e onde, entre outros, Sancta Quiteria, Sancta Escolastica e Sancta Rita de Cassia lembravam certas preferencias devocionaes da ultima possuidora da egreja, e ainda, entre as toscas offerendas votivas da singela piedade dos povos daquelle quasi perdido recanto, surgiam as imagens de S. Sebastião, o sancto querido dos Lusos, e Sancto Antonio, gloria maxima da Hagiographia portugueza, esculpidos toscamente em barro por artistas locaes, cujo talento modelador era escasso, mas cuja fé era viva.

Duzentos metros mais longe levantava-se o solar de Antonio Pelaes e Luis Dias Leme, casarão que o decorrer dos seculos fizera avultar, a cavalleiro dos terreiros das senzalas e dos paioes, assente sobre as alvenarias espessas que characterizavam a construcção portugueza.

Do alpendre não menos deliciosa perspectiva se abria aos olhos do apaixonado de paizagens: a capella e a sua linha elegante, os cannaviaes no seu alegre verde gaio, os pomares, as cazinhas dos colonos nos primeiros planos até ás mansas aguas do Boturoca: mais longe as sinuosidades a perder de vista da *Volta de Sanct'Anna*, a grande área dos manguezaes enquadradora do lagamar de reflexos cinzentos. No fundo, as cristas da Serra do Mar envoltas na magnificencia do manto de sua selva virgem...

Este contacto com a natureza e as tradições do latifundio avoengo devia ser delicioso para o historiador! Não ha impressão mais funda nem inebriante como a sensação da intimidade do passado, das cousas idas e das gerações mortas.

E é um privilegio de raros a apprehensão forte de tal convivio, uma eleição sobremaneira singular composta de poesia e mysticismo, que só é dada aos espiritos, cuja elevação e cultura se aferem uma pela outra. Traz o sentimento do passado particular

estado d'alma que é uma suave oppressão, indefinivel mal estar, ao mesmo tempo delicioso, em que a curiosidade exacerbada, a soffreguidão, a ancia de explorar a treva causam indizivel perturbação ao lado do gòso, que as evocações provocam. E' sob o imperio deste *flebile nescio quid* que se evidencia em toda a sua magnitude a exactidão do poderoso axioma comtista acêrca da dominação, que os mortos sòbre os vivos exercem.

Retemperado por estas excursões pelo passado, e pelas recordações das pessoas amadas volvia o historiador ao trabalho.

Tão uniforme lhe corria a vida em Santos! Na pequena villa escassamente havia então quatrocentos fogos para 3.500 habitantes, dos quaes 1.000 brancos.

No coração da futura cidade, os *Quatro Cantos* onde se achava a casa paterna do chronista, cruzavam-se-lhe as principaes arterias, a rua Direita, a mais importante, vinda do largo do Carmo, em direcção á casa do Trem Real, a rua de Sancto Antonio, que morria no convento deste nome, e a da Praia, dando volta da parte do Norte até entrar na rua de Sancto Antonio, e comprehendendo os moradores da « ilhota ».

Modestas então as fortunas locaes; alguns abastados commerciantes « com commissões de Lisboa », havia, contudo, e várias pessoas possuiam numerosa escravatura, sobretudo lavradores. O mais opulento, porém, destes agricultores não colhia annualmente mais de 100 arrobas de café, 100 alqueires de arroz, nem fabricava mais de 10 pipas de aguardente. Toda a exportação santista, arroz, aguardente, couros, farinha, taboas, peixe secco, azeite de baleia, gomma, montava, segundo era cálculo official, a 12:000$ em 1795, 500:000$ hoje; commerciava-se com o Reino, Pernambuco, Bahia, Rio Grande e sobretudo com o Rio de Janeiro.

O ouvidor Marcellino Pereira Cleto, constatando em fins do seculo, na sua *Dissertação*, a grande decadencia de toda a capitania paulista e sobretudo da marinha, reclamava, para remediar aos males, a transferencia da capital de S. Paulo para Santos e o fomento da navegação directa entre este porto e o Reino, pois até então eram menos de meia duzia, si tanto, os navios que annual-

mente dalli iam ter das escassas dezenas de embarcações que constituiam todo o movimento maritimo. Exhaurira-se S. Paulo a sacrificar no altar do bezerro de ouro das minas; estancara-lhe quasi a *auri sacra fames* as fontes da vida. « Sirvam de exemplo a Villa de Santos e seu termo, em que em 1693 havia mais de 400 homens lavradores habeis para servirem na Camara, e desta qualidade não ha hoje meia duzia. E ainda se conhece que todo o termo era povoado e cultivado; agora quasi tudo são nelle ruinas, e deserção; o ouro das minas veio a diminuir, o negocio tambem diminuiu ». E impressionando-se com as proprias palavras, bradava o magistrado sem o conselheirismo da adjectivação gravibunda: que em S. Paulo ficaram todos « sem minas, sem negocio e sem agricultura ».

Consistia o supremo remedio, porém, em que « general e ministros castigassem exemplarmente os vadios, distinguindo no que fosse honroso, e util primeiro », a todos aquelles que mais se adeantassem na agricultura, mineração e commercio ».

Das locubrações profundas do dr. Cleto subsiste a *Dissertação*. Quanto lhe abençoariamos a memoria, si houvesse desistido de taes velleidades historico-litterarias! Para a deixar, na magreza das suas 50 paginas, escassas, requisitou, *rapou* os archivos de Santos, S. Vicente e Itanhaem, onde, em logar dos inestimavelmente preciosos, dos veneraveis livros de vereanças, registos e tombo, ficaram os seus autographos de agradecimento á complacencia dos ignaros camaristas, que Varnhagen teve a occasião de ler...

Deploravel economista historiador este dr. Marcellino Pereira Cleto!

Si a vida em Santos corria na placidez da singeleza diaria, nem por isto faltava a frei Gaspar o convivio de pessoas illustradas...

Numerosos os ecclesiasticos da villa... nada menos de onze seculares e nove regulares; exercia o curato o vigario José Xavier de Toledo, homem de excellentes lettras, diz-nos o visconde de São Leopoldo; o unico capaz talvez em toda a capitania de fallar o francez; occupava o juizado de fóra o dr. Sebastião Luiz Tinoco da Silva, integro e illustrado magistrado que devia acabar senador

do Imperio. O capitão-mór da villa, Francisco Xavier da Costa Aguiar, cunhado dos Andradas, era homem intelligente e de largueza de vistas, e entre as pessoas a quem preoccupavam as cousas da Historia encontrava o benedictino attento interlocutor, entre outros, na pessoa do velho capitão governador da fortaleza da Itapema, João Teixeira de Carvalho, possuidor de numerosos documentos velhos.

Assistiu o historiador aos primordios da carreira dos concidadãos illustres, que tanta gloria haveriam de trazer á villa santista. Viu José Bonifacio partir para Portugal, aos 18 annos, levando as esperanças enormes que todos os conterraneos fundavam em seu futuro, dada a reputação que os precoces talentos lhe angariavam, e póde ouvir-lhe os échos dos triumphos além mar. Presenciou ao desabrochar da intelligencia de Antonio Carlos, Martim Francisco e José Feliciano Fernandes Pinheiro, e accompanhou-lhes os primeiros passos da carreira illustre.

Em 1795 completava o historiador oitenta annos de edade e nada publicara ainda. Volumosos manuscriptos tinha-os na cella que não se resolvia a imprimir.

Timidez? modestia? afastamento das officinas typographicas, de que não havia uma só em toda a vastidão brasileira? Certo é que a morte se lhe avizinhava sem que se pudesse salvar da destruição o que tanto trabalho custara.

Recursos pecuniarios possuia-os sobejos como sabemos; achara melhor emprega-los em obras, que lhe não viessem exaltar o amor proprio. Dava, e dava muito, esmolas aos pobres e subvenções ao seu mosteiro, cujo patrimonio se reduzia a quasi nada, custeio da festa de Sanct'Anna que fez celebrar até o ultimo anno de vida etc., relatam-nos os livros de contas do cenobio santista.

Receiosos de que se perdessem os escriptos do amigo, lembraram-se Agostinho Delgado Arouche e seus filhos de apresenta-los ao exame da Academia Real de Sciencias, immensamente prestigiada no mundo intellectual lusitano, desde que em 1780 surgira, sob a inspiração de d. João de Bragança, duque de Lafões.

Fôra um dos filhos de Agostinho Delgado, o dr. Diogo de Toledo Lara e Ordonhes, ouvidor em Cuiabá, eleito em 1795 socio correspondente da Academia. Tanto elle como o ermão, o futuro marechal Arouche, tambem formado em Coimbra, conservavam excellentes relações nos meios litterarios portuguezes, sem contar que o parentesco e amizade com o bispo conde de Coimbra, reitor da Universidade, muito os prestigiava.

Tomou a si Diogo Ordonhes a iniciativa da apresentação dos manuscriptos do amigo e delles fez a remessa para Portugal á commissão academica de exame de memorias ineditas.

Dera frei Gaspar á sua obra o titulo seguinte: *Fundação da Capitania de S. Vicente e acções de Martim Affonso de Souza.*

Enviara, depois de certa hesitação, os dous primeiros livros. O terceiro não ousara infelizmente annexa-lo aos mais; precisava lima-lo, dar-lhe definitiva feição, circunstancia infeliz, que trouxe o desapparecimento da preciosa continuação.

A 23 de Fevereiro de 1796 officiava a Diogo Ordonhes o illustre mathematico Francisco de Borja Garção Stockler, mais tarde barão de Villa da Prata, e então vice-secretario da Academia, que a obra de frei Gaspar merecêra geral applauso dos seus examinadores.

Estava a Academia prompta a imprimi-la « debaixo do seu privilegio », impondo-lhe em compensação, porém, certas modificações. O titulo seria outro, *Memorias para a historia da Capitania de S. Vicente;* supprimisse o auctor o epitheto *novato* dado aos Portuguezes recem-chegados ao Brasil, por descortez, a palavra *bugre* e outros brasileirismos, « por não serem termos geralmente adoptados na lingua portugueza », ou então, em notas, lhes explicasse a significação.

Omittidos fossem os epithetos de « doutissimo e erudito », attribuidos pela generosidade do auctor ao padre Sancta Maria e mais alguns escriptores citados « de merecimento não distincto ».

Finalmente, exigia a Academia a correcção de phrases do jaez de « contendas que houveram », escrevendo « contendas que houve », etc., « como practicaram constantemente os escriptores de melhor

nota, sem se atreverem a emendar um idiotismo geralmente adoptado ».

Aplainadas estas pequenas difficuldades, foram impressas as *Memorias* « á custa da Academia e debaixo do seu privilegio », segundo se decidiu em sessão de 5 de Abril de 1797 ».

Ainda no mesmo anno se ultimou a confecção do volume, revisto pelo illustre erudito Antonio Caetano do Amaral, secretario interino da sábia Companhia.

Em principios de 1798 recebia frei Gaspar os primeiros volumes de sua obra.

Grande prazer lhe devia ter causado este acontecimento, que lhe libertava a obra principal da sorte precaria dos manuscriptos. Era um escriptor estreante para o público, o octogenario ex-provincial!

Recebidas foram as *Memorias* com verdadeiro enthusiasmo e angariaram desde os primeiros dias, entre os Paulistas, a reputação que Varnhagen veio encontrar summamente enaltecida em 1840, quando « com fr. Gaspar á vista », andou em Santos « a examinar as localidades e inscripções » e em S. Paulo viu numerosos documentos paleographicos quinhentistas, traduzidos provavelmente por Taques e pelo benedictino, e em S. Vicente constatou a destruição do mais velho archivo brasileiro e a fatal passagem do dr. Cleto pelo cartorio. Nesta occasião « verificara e acertara, pela confrontação, varias investigações do chronista ».

E, realmente, outro não podia ser o confronto, tal a minuciosidade da citação das fontes principaes : os cartorios da Provedoria da Fazenda Real em S. Paulo, de notas de toda a Capitania, o registo das sesmarias, os cartorios civis e ecclesiasticos da capitania, os archivos da propria familia e os das camaras de S. Vicente, Santos, Itanhaem, S. Paulo, Goiana, dos mosteiros de S. Bento de todo o Brasil, dos conventos do Carmo de Santos e S. Paulo, sem contar os volumosos mananciaes dos archivos do Estado do Brasil na Bahia e no Rio de Janeiro. As citações e transcripções attingem, na absoluta pormenorização, ao limite do exigivel pelos mais incontentaveis rigoristas.

Das paginas das *Memorias* surgem, na sua plenitude, a boa fé, a lealdade do historiador, que se orgulha da sua veracidade: « A boa fé com que escrevo obriga-me a não occultar outra noticia, que parece destruir quanto fica dicto. »

Trahem-lhe a cado passo os preconceitos, as idéas de casta, a noção do valor proprio, sabe que é um homem celebrado em todo o Brasil. Si se refere a Amador Bueno e á sua aventura real « não é pelo gosto de o contar entre os seus terceiros avós e sim para propôr ao mundo um exemplo da mais heroica fidelidade ». Sobremaneira o lisonjeia ser aparentado com muitas « nobres familias existentes nas capitanias de S. Paulo, Goiazes, Geraes, Cuiabá e Rio de Janeiro », entre outras com a casa de Marapicú, dos illustres Azeredo Coutinho ».

Vibra nas *Memorias* a nota patriotica intensamente. Indignam-o as « fabulas » de Charlevoix contra os Paulistas, a proposito dos destruidores das reducções do Paraguai: « homem sem criterio, fantazioso autor de historias da carocha », como a do « Hirco-cervo dos antigos logicos », « cego pela paixão », « escripter de cousas ridiculas e futeis ».

Trouxe-lhe a leitura da obra do jesuita francez certamente um accrescimo da antipathia de fundo atavico á Companhia de Jesus.

Não fôra elle tão intrinsecamente paulista para não apreciar os antagonistas seculares dos descedores de indios, os invasores do Oéste que teriam trazido as lindes hispanholas ao coração do territorio vicentino, si a isto se não oppuzessem os famosos sertanistas desalojadores dos taes padres castelhanos e arrazadores de suas missões ». O entranhado espirito regionalista denuncia-se a cada passo em frei Gaspar; ora o leva a protestar na mais justa aliás das reivindicações contra as allegações insultuosas de Dom Vaissette, historiador maurino, ora a demonstrar quanto em terras de S. Paulo era já volumosa a corrente nacionalista e quanta consciencia já ahi se tinha da importancia do indigenato brasileiro. Acodem-lhe ao bico da penna, honesta e commedida, severas palavras e irritados conceitos.

Dom Vaissette, seu ermão de habito benedictino, « historiador celebre e sábio monge », aliás envergonhar-se-hia de ter illudido o público a respeito dos Paulistas », a quem tanto calumniara, chamando-lhes bandidos e piratas sem fé, lei, nem rei, « si não houvera bebido no mesmo charco que Charlevoix ».

Descendente dos mais velhos sangues vicentinos, a cogula do monge não lhe comprime as idéas e preconceitos nobiliarchicos. « Podia, como tantos outros patricios, apontar a nobreza dos 3^{os}, 4^{os}, 5^{os} e 6^{os} avós» e lembrar o que entre os seus succedera e tão frequente era, nas terras de S. Paulo, a chegada de « sujeitos de certa qualidade », da Europa ou de outras capitanias brasilicas, « certos de um bom casamento, ainda que fossem muito pobres » e a facillima acquisição, subsequente aos ricos dotes, « de muitas terras, indios e pretos com que vivessem abastados ». Os Paulistas antigos, « desinteressados e generosos, altivos em demasia, porém », attendiam « por conta desta elevação de espiritos mais ao nascimento do que ao cabedal daquelles que haviam de ser seus genros ».

Surtos de estylo não devemos esperar nas *Memorias*; nellas ha, porém, certa feição litteraria que nossos criticos contemporaneos assignalaram; assim, por exemplo, no auge da indignação que ao auctor inspiram as historias de Charlevoix, despontam paginas vivas e coloridas, como as que narram o episodio de Ruy de Moschera.

Cabia, ao anno de 1798, trazer a frei Gaspar outra grande alegria; á beira tumulo devia receber uma última e notavel demonstração de apreço de seus ermãos de habito: recommendava expressamente o Capitulo geral de Tibães na sessão de 20 de Julho aos abbades provinciaes do Brasil, que, « nas visitas, em virtude da sancta obediencia, seguissem o methodo, declarações e apontamentos praticados pelo m. r. p. ex-provincial frei Gaspar da Madre de Deus ».

Era a justa consagração de uma longa vida de serviços relevantes e devotamento continuos.

Anno e meio devia ainda viver o historiador, trabalhando sempre.

Em 1796 concluira o catalogo dos capitães-mores e generaes do Rio de Janeiro, que Antonio Piza descobriu. Eleito em 1774 chronista-mór da Ordem no Brasil, e, successivamente reeleito até 1798, escreveu, durante vinte e cinco annos, o historico das occurrencias principaes da provincia.

Até os ultimos dias exforçou-se no proseguimento das *Memorias*, promettido no fim do seu livro; nesta continuação, hoje extraviada, reside um dos principaes problemas da Bibliographia nacional.

Coube a Antonio Piza a fortuna de encontrar uma pequena parte dos materiaes reunidos pelo chronista e salvou-os da destruição irremediavel, imprimindo-os. Constituem a *Relação dos Capitães-Tenentes da Capitania de S. Vicente* e as *Notas Avulsas*.

Teve Varnhagen a occasião de ver em S. Paulo um exemplar manuscripto das *Memorias* accompanhado das notas, que o historiador «já havia talvez recolhido para a composição do outro livro promettido no fim do impresso».

Julgou Silvio Romero trazer a lume a revelação da existencia da cubiçada continuação, nos depositos de manuscriptos da nossa Bibliotheca Nacional.

No inquerito a que procedeu o illustre sr. dr. Manuel Cicero Peregrino da Silva, a pedido nosso, ficou patente que o codice proveniente da collecção dos marquezes de Castello Melhor é uma simples cópia com pequenas variantes do texto, que serviu de guia aos compositores das *Memorias*.

Continúa o problema, pois, á espera de solução.

Diz-nos o recenseamento de 1799, em Santos, que frei Gaspar, dr. padre mestre jubilado, ex-abbade provincial, contava 84 annos, e seu unico companheiro do claustro, alli, o prior presidente frei Miguel de Sancta Catharina Motta, 63. Tres escravos, de propriedade do ex-provincial e do prior, serviram assim como tres outros mais, pertencentes ao Mosteiro, cujos rendimentos mal davam para o sustento da casa, pois continuava a marinha paulista a deperecer, vivendo agora quasi em cachexia economica.

Doïa ao velho monge, tão aferrado á sua região natal, constatar « este estado miseravel a que se achava reduzida toda a costa da Capitania », tudo porque os governos só cuidavam do planalto, sem ligar importancia á parte vulneravel da circunscripção. Havia alguns indicios de melhores dias, no entanto : « o commercio principiava a reviver ».

Foi sob a impressão destes felizes prenuncios divisados das epochas, proximas talvez, que a seu querido torrão haveriam de trazer a compensação dos longos annos de abatimento e doloroso confronto com os dias venturosos do passado que « adormecendo no Senhor » suavemente se extinguiu o historiador, a 28 de Janeiro de 1800.

Delle se poderia dizer, como dos patriarchas biblicos : morrera *senex et plenus dierum*, realizando essa comparação poderosa, que tão frisantemente traduz a imperiosa necessidade do somno eterno a assaltar os organismos privilegiados daquelles para quem a vida, por mais longa que haja sido, verificou o perfeito concêrto das funcções physiologicas.

Em Dezembro de 1803 tragava o tumulo o seu fiel companheiro dos trinta ultimos annos de vida, fr. Miguel Motta.

Em Dezembro seguinte desapparecia em Olinda o ermão fr. Miguel Archanjo...

VI

Do espolio de frei Gaspar recolheu o Mosteiro de S. Paulo a *Noticia dos annos em que se descobrio o Brasil*, publicada por indicação do conselheiro Amaral Gurgel, e a *Dissertação e Explicações* que tivemos a honra de fazer imprimir. Muita cousa se perdeu dos seus manuscriptos, como por exemplo o *Extracto Genealogico*, de que nos falla o visconde de S. Leopoldo.

Possuia o marechal Arouche varios escriptos do benedictino ; das ruinas de seu archivo salvou Antonio Piza os fragmentos, a que á nos referimos.

A questão da continuação das *Memorias* preoccupou vivamente os espiritos dos nossos historiographos a ponto de provocar

uma das mais flagrantes apocryphias, de que reza a nossa Historia bibliographica.

Publicou-se no tomo 24 da *Revista do Instituto Historico Brasileiro* uma *Continuação das memorias de Frei Gaspar da Madre de Deus* que reputamos, de accôrdo com o parecer dos nossos mais eruditos criticos, inteiramente falsa.

Offerecido ao Instituto pelo brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, constam as 77 paginas de tal mixtiforio da indigesta serzidura de trechos mal copiados da *Historia da Capitania de S. Vicente*, de Pedro Taques, e do resumo mal feito e annotado de outros trechos da mesma obra.

A isto se annexa a transcripção de diversos documentos do archivo da Camara de S. Paulo e uma lista de ouvidores de São Paulo, varios dos quaes posteriores ao fallecimento de frei Gaspar. A última parte da pretensa *Continuação* é da lavra de Manuel Cardoso de Abreu, official maior da Secretaria da Capitania de S. Paulo em 1797, segundo expressa declaração nella consignada, circumstancia esta que inexplicavelmente escapou á commissão de redacção da *Revista*.

Sobremaneira acatado por quantos estudavam a Historia do Brasil, prestigiado pela auctoridade de Porto Seguro, que o admirava em 1847, lhe reeditou as *Memorias* e lhe chamava o Jaboatão do Sul; soffreu frei Gaspar enorme depreciação de sua obra e do seu renome, com a violenta e célebre aggressão de Candido Mendes em 1876, ataque este que por infelicidade do chronista teve a maior repercussão, dado o valor e a reputação do seu refutador.

Tomou-se o illustre senador maranhense de verdadeiro odio á pessoa e á obra do benedictino, e como já o lembramos, atacou-os com uma vehemencia pouco consentanea da moderação e imparcialidade exigida dos historiadores, pois si a principio usou de phrases commedidas, acabou com verdadeiro desabrimento de expressões.

Legitima gloria do Brasil imperial, grande talento servido pelas mais poderosas faculdades de Dialectica, possuidor de immensos conhecimentos das cousas brasileiras e americanas, pro-

duziu Candido Mendes duas longas memorias, onde o grande advogado e jurisconsulto, o brasilologo e americanista sabio patentearam a opulencia da cultura privilegiada, correndo-lhe as argucias da argumentação parelhas com as fulgurações da cerebração.

Aos olhos do observador moderno, que não póde afastar-se do axioma de que a Historia se faz com os documentos, e só com os documentos — de nada vale, porém, este amontoado de argumentos, todo o arrazoado eloquente em que tudo ha, menos a mais elementar pesquisa documentaria.

Fulminando a excommunhão *vitanda* a frei Gaspar, baseou Candido Mendes a sua sentença no seguinte facto: desvairado pelo orgulho de casta e pelo bairrismo, falsificara e forgicara o benedictino os documentos acariciadores da sua megalomania ncommensuravel, sobretudo o testamento de João Ramalho, feito em S. Paulo a 3 de Maio de 1580.

Accumulando as deducções habilmente encadeiadas, *demonstrou* o senador maranhense que Ramalho « uma e unica pessoa com o bacharel de Cananéa » não podia ter vivido além de 1560.

E no entanto, tres annos mais tarde, reproduzia a obra de Azevedo Marques a célebre acta da Camara de S. Paulo, de 15 de Fevereiro de 1564, em que vem uma declaração do famoso naufrago, confessando-se maior de septenta annos, então!

Desabou de vez o já combalido castello de cartas, tão penosamente edificado por Candido Mendes, com a descoberta do documento publicado por Washington Luiz em 1905. Alguem mais, além do chronista, havia lido o original do malsinado testamento; não o inventara pois frei Gaspar...

Assim succedeu a muitos historiadores, de muito maior polpa do que o nosso illustre compatriota, a muitos e eminentes escriptores de Historia que tentaram supprir a documentação pela argumentação.

Haja vista e por exemplo os exforços de Ranke, de Voigt e de outros grandes historiadores papaes detidos pela intransponivel muralha das portas dos archivos vaticanos. Os exforços extraordinarios para tirar premissas e conclusões da deficiencia das fontes

consultadas, máo grado toda a energia da pujança mental, totalmente os inutilizou a apparição de uma serie de documentos inatacaveis trazidos á luz por Pastor, a quem dera Leão XIII o sesamo dos archivos pontificios.

« Causa dó vèr tanto e tão nobre trabalho perdido!» exclama o illustre historiador contemporaneo. Assim succedeu a Candido Mendes.

Movido por generoso impulso de desaggravo ao que imaginava ser um attentado á verdade da Historia brasileira, levou-o a paixão muito além do que devia ir. A voz dos documentos rehabilitou a memoria de frei Gaspar das increpações e invectivas do seu adversario; o que ainda subsiste de tão formidavel assalto pouco desmerece o valor da obra do chronista.

Nova e estrondosa reparação devia proporcionar ao benedictino o segundo ataque á sua obra, verdade é que incomparavelmente menos ponderoso...

Generalizando, avançara imprudentemente Candido Mendes que no formigar das patranhas de frei Gaspar uma havia de singular descaro: as invencionices relativas a Amador Bueno.

Lançou o repto, que Moreira de Azevedo soffregamente reaffirmou em 1887 com verdadeira leviandade.

Que bella occasião para *faire aussi son petit Niebuhr*, pensou o aliás tão sympathico auctor d'*O Rio de Janeiro*.

Achou a tarefa tão facil que nem siquer se deu ao trabalho de ler attentamente as indicações do benedictino relativas aos documentos por elle Moreira acoimados *a priori* de falsidade!

Mandou procurar a fls. 125 de certo livro do archivo da Camara de S. Paulo o que frei Gaspar declarara achar-se a fls. 125 de outro no da Camara de S. Vicente!! E, como naturalmente não encontrasse o que alli nunca se achara, fulminou « que o frade mentira e que o frade inventara ! »

Tivemos o prazer de publicar o documento em questão, cujo original se acha desde 1700 no Archivo do Rio de Janeiro, á inteira disposição de todo e qualquer consulente. E' *ipsis verbis* o que frei Gaspar transcreveu...

Para muitos dos nossos historiadores, sobretudo os de certa epocha imperial, era singularmente absurdo escrever a Historia recorrendo ao que ainda não fôra impresso!

Não se gabava o velho Mello Moraes de ter sido o unico Brasileiro que durante longos decennios lera documentos no Archivo Nacional?

Que valor pois attribuir aos ataques dos abbades Vertot brasilicos?

Fizeram elles entretanto muito mal á reputação dos nossos chronistas: diminuiram-lhes o prestigio, foram os inspiradores das palavras e conceitos depreciativos de Silvio Romero e mais criticos.

A hora da rehabilitação soou, porém, para frei Gaspar, desde 1905.

Reveste-se a commemoração, que o Instituto Historico e Geographico de S. Paulo leva hoje a effeito, dos attributos de uma solennidade desaggravante e reparadora. O tempo se encarregará de remover do nimbo que envolve a memoria do historiador honesto, que frei Gaspar da Madre de Deus foi, os vestigios do embaciamento produzido pelas invectivas de seus detractores. Novos documentos clamarão a sua defesa *de profundis*, dos recessos dos archivos, onde os irão buscar os ardorosos pesquisadores dia a dia a avolumar-se no paiz e inspirados nos verdadeiros principios da moderna critica historica. Assim tambem o senso das cousas historicas não trahiu a Porto Seguro, quando comprovou várias das osserções do auctor das *Memorias*.

Defendido pela voz dos documentos inatacaveis, confundirá frei Gaspar as últimas allegações de seus adversarios.

Já está um delles, Moreira de Azevedo, fóra de combate; longe de conseguir amesquinhar o apreço, em que a obra do benedictino deve ser tida, proporcionou retumbante ensejo para que de modo absoluto se evidencie quão grande o respeito por elle consagrado á exactidão dos documentos transcriptos para o alicerçamento de suas affirmações leaes.

— Na sessão de hoje, meus senhores, realizamos uma obra de justiça, promovendo a glorificação do historiador vicentino, amante

da verdade, cujas faltas e cujos deslises não são sinão as manifestações da boa fé, productos sub-conscientes do mais geral, do mais intrinseco dos attributos humanos: a inevitabilidade do pendor para o êrro.

Si frei Gaspar mal inspirado nem sempre escreveu a verdade na plenitude de sua pureza, procurou, estamos convictos, fazê-lo com todas as veras da alma, agindo com o maior escrupulo, após as longas meditações e o extenuante labor das pesquisas e dos cotejos rigorosos.

Haverá historiador que melhor possa ter procedido?

A LENDA DE AMADOR BUENO

CONTESTAÇÃO A UM ARTIGO DE MOREIRA AZEVEDO, PUBLICADO NA « REVISTA DO INSTITUTO », TOMO 50, PARTE 2ª, PAGS. 1-10, 1887

A' formidavel aggressão de Candido Mendes a frei Gaspar da Madre de Deus (1) seguiu-se, alguns annos mais tarde, a de Moreira de Azevedo (2). Accompanhando as inspirações do illustre antecessor, de rijo atacou o escriptor fluminense ao benedictino e a Pedro Taques, pretendendo destruir o que intitulou a *Lenda de Amador Bueno*. Partiu, porém, de premissas falsas ao asseverar que o senador maranhense já provara « não serem exactos no que escreveram de João Ramalho e Tibiriçá » os dous chronistas de São Paulo; muito mais sensato e prudente, no entanto, ao avançar que as hypotheses do eminente Candido Mendes, e a sua argumentação, apenas se revestiam do aspecto da verosimilhança, pois, com effeito, nenhuma prova cabal pudera adduzir da falsidade daquelles a quem detractara. Entendeu Moreira de Azevedo propicia a occasião para « faire aussi son petit Niebuhr ». Grata e elegante tarefa! Muito pouco resta para o dominio da lenda na

(1) Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, tomo 40, parte II.
(2) « Ibid » Tomo 50, parte III, a pag. 1-10, 1887.

Historia do Brasil, tão exigua, tão despida de grandes lances. Já Varnhagen pulverizara a de Caramurú e Paraguassú, afilhado dos reis Christianissimos; assestou, pois, as suas baterias o estimavel auctor d' *O Rio de Janeiro* contra Amador Bueno, que lhe pareceu summamente expugnavel, cousa de quatro ou seis tiras de papel. De um facto simples, tão verosimil e possivel de se ter passado como esse da acclamação de Amador, quiz fazer monstruosa deturpação da Verdade Historica, com V grande e H maiusculo, obra da vaidade incommensuravel, da descabellada imaginativa, do bairrismo super exaltado dos dous chronistas. Tudo isto « transeat » ; injustissima, porém, a pecha de falsificadores de documentos irrogada aos dous escriptores septecentistas de S. Paulo. E assim « ab ovo » decretou que a famosa patente de capitão passada a Manuel Bueno da Fonseca pelo governador do Rio de Janeiro, Arthur de Sá e Meneses, base de toda a documentação do benedictino e do genealogista, fôra escandalosamente manipulada, si não mais escandalosamente ainda inventada.

Como argumento insophismavel fizera copiar do Archivo da Camara de S. Paulo no livro de Registos « que principiou em 1684 », a fol. 125, o malsinado documento, vibrando de indignado, quando o archivista lhe communicara que não encontrara vestigio deste acto. Que maior prova do embuste do que esta ? a citação feita por frei Gaspar do livro de 1684 ás folhas citadas contém registo differente do que elle se refere. Vê-se pois que não foi o chronista exacto no documento que exhibiu. « Proh pudor » ! não teria deixado de accrescentar o rectificador, caso fosse o conselheiro Accacio. Perfidia, ou mera e aliás grave distracção inspiraria o escriptor ao traçar estas linhas ? Commettera no entanto monstruoso engano. Não se dera ao trabalho de prestar attenção á mais elementar indicação das fontes documentarias do chronista, pois quizera encontrar em S. Paulo o que jámais existira. A patente de Manuel Bueno da Fonseca achava-se registada, diz-nos com toda a clareza o benedictino (Memorias, 1ª edição, nota 2ª, pag. 134) no Livro de Registos que principiou em 1684, a fol. 125, no Archivo da Camara de S. Vicente!!!

Triumpho completo para o nosso Niebuhr brasilico, que para mero desencargo de consciencia ainda allega pequenas buscas realizadas *sempre no archivo da Camara de S. Paulo,* afim de poder « *ex-cathedra* e *ex-corde* fulminar esta sentença: *Assim não ha documento algum que prove a acclamação e recusa da corôa por Amador Bueno, sendo este facto apenas uma tradição* ».

Tal prurido em expurgar a Historia brasileira da pretensa lenda de Amador Bueno, filho da pricipitação leviana, do juizo malevolo e preconcebido, ha de custar-lhe á reputação de historiador bem grave nodoa porém.

Vendo-se desmentido agora, e formalmente, pela voz do documento que declarou forjado, dirão os observadores imparciaes que ao accusador de frei Gaspar bem se póde attribuir o baldão arrasador lançado pelo velho Mello Moraes á sua geração de historiadores, de que jámais de leve siquer perscrutara os arcanos dos Archivos Nacionaes; verdadeiro horror consagrava ao contacto com os papeis velhos, á « poeira dos seculos », unicas fontes da verdade historica. Historiadores á feição de certo conselheiro fariam o historico dos cêrcos como o abbade Vertot.

Si o chronista vicentino e si Pedro Taques (3) do modo mais formal declararam que a patente fôra passada por Arthur de Sá e Meneses, nada mais elementar, como justiça e como criterio, do que suppor no Archivo Nacional, no Rio de Janeiro, em algum livro de registo daquelle notavel governador do Rio de Janeiro, a

---

(3) « A substancia do referido caso se confirma com as palavras de Arthur de Sá e Meneses, capitão general da Repartição do Sul, e governador da cidade do Rio de Janeiro, em uma patente de capitão e governador da Companhia dos Officiaes de guerra reformados, juizes e vereadores, que tivessem servido na Camara de S. Paulo, por elle passada a Manuel Bueno da Fonseca, e datada aos 3 de Março de 1700 ». « Memorias », 1ª edição, pag. 1.134. « Este facto da intentada acclamação de rei, que não acceitou Amador Bueno, se lê no « Archivo » da Camara da Villa, Capital de S. Vicente, no livro grande de registos, tit. 1684, fls. 125 até 126. No mesmo « Archivo », livro 1.684 até 1702, fls. 125, se acha a patente de Arthur de Sá a Manuel Bueno da Fonseca em que se declara a lealdade de Amador Bueno, sendo acclamado pelo povo. « Nobiliarchia Paulistana ». « Revista do Instituto Historico » t. 32, pag. 182.

existencia do original trasladado para outro livro identico da Camara de S. Vicente, apontado pelos auctores desmentidos. Para tanto era preciso, porém, ir ao Archivo e remexer papeis velhos. Muito mais facil declarar pura e simplesmente « demolida » a reputação do frade e do genealogista, com a simples affirmação de que haviam sido os auctores de colossal invencionice. E, no entanto, bem á mão se achava a defesa dos calumniados: No livro VII da collecção « Governadores do Rio de Janeiro », a fls. 82 (4) em deante se encontra o documento rehabilitador, que mais abaixo na integra transcrevemos, delle havendo graciosa copia, graças á obsequiosidade extraordinaria do nosso erudito amigo, tão amavel quanto versado na Historia nacional, dr. Eduardo Marques Peixoto.

Não é nossa intenção discutir detidamente as opiniões e affirmações de Moreira de Azevedo; haveremos de faze-lo com mais vagar; apenas aqui desejamos offerecer aos estudiosos da Historia do Brasil o acto reivindicador das accusações aos dous chronistas, inteiramente destituidas de base e fundamento, levianas, malevolas e sobretudo clamorosamente injustas :

PATENTE DE CAPITÃO GOVERNADOR DA COMPANHIA DOS REFORMADOS A MANUEL BUENO DA FONCECA (5)

Arthur de Sáa e Menezes. Faço saber aos que esta minha Carta patente virem que tendo respeito ao mto. q. comvem ao serviço de sua Magestade, que Ds. gde. e ao bem Cumum destes Povos de São Paulo alistaremce todos homens q. ha Capazes de pegarem em armas p.ª o q. formei dous terços de auxiliares e ordenança e porq. a principal gente está por alistar q. aser os officiaes de guerra Reformados, Juizes e Vereadores q. tem servido na Camara e porq. estes são os principaes p.ª qualquer incidente suceda, porq. de todos fio obrasão conforme a sua nobreza e pes-

(4) « Annaes do Archivo Nacional », t. XI, pag. 91.

(5) O grypho é nosso.

soas, e p.ª governar esta infantaria Se necessita de Capitão de grande talento, experiencia, Valor e Respeito que com a sua actividade e dispozição obre com acerto que se espera e vendo eu os Serviços q. tem feito Manoel Bueno da Fonceca, alem de ser huá das principaes pessoas das familias de São Paulo e ter servido a Sua Magestade q. Ds. Gde. nos postos de Alferes de Infantaria da ordenança Capitão e Sargento mór Com muita aceitação e zello, e sendo Juiz ordinario na Camara desta Villa, Sabendo as ordens q. Sua Magestade q. Ds. Gde. tinha mandado Sobre a baixa da moeda Logo pos em execução a d.ª baixa, Sendo Contra a vontade de muitos, malquistandose e pondose em Risco de perder a Vida no que se mostrou Com dilliberada Resolução, mostrando ozello de leal vaçallo por dar a verdadeira Execução as Reais Ordens E na occasião q. se lhe encarregou arecadação do Donativo Real foi á Villa de Jundiahy arrecadar o D.º Donativo, Como consta dos seus papeis e quando não bastarão estes serviços era merecedor de grandes Cargos, por Ser netto de Amador Bueno q. Sendo chamado pello Povo para o acclamarem Rey obrando Como Leal e verdadeiro vaçallo com evidente perigo de sua Vida, Exclamou dizendo que vivesse El-Rey Dom João o quarto seu Rey e senhor q. pella fidillidade q. devia de vaçallo queria morrer nessa defença e respeitando eu neste tão Louvavel Vaçallo digno de grande remuneração Hey por bem nomear, e eleger, como pella prezente faço nomeo, elejo ao d.º Manoel Bueno da Fonceca por Capitão Governador da Comp.ª dos Reformados, Juizes e vereadores q. tem servido na Camera e sirvirá o d.º posto enquanto Sua Magestade q. Ds. Gde. o ouver assim por bem ou eu não mandar o Contrario, esperando delle que en tudo o de q. for Encarregado dará inteira satisfação, Como delle espero, e gozará com o d.º posto de todas as honras e previlegios, Liberdades e yzenções que em rezão delle lhe pertencerem e será yzento dos terços, e só se agregará na occasião que por mim ou o Capitãm lhe for ordenado, e ordeno a todos os officiaes mayores de guerra e justiça tenhão, honrem e estimem e conheção ao d.º Manoel Bueno da Fonceca por Capitão Governador da Comp.ª dos Reformados, Juizes, Ve-

readores q. tem servido na Camara, e ordeno a todos os officiaes e soldados da sua Comp.ª lhe obedeção como são obrigados, guardando suas ordens por escripto, e de palavra e jurará em minhas mãos de bem e verdadeiramente comprir Com as obrigações do seu posto para firmeza do q. lhe mandei passar a prezente sob meu signal e sello de minhas armas q. se comprirá como nella se contem, Registandosse nesta secretaria em Livros da Camera da Capitania. Dada nesta Villa de São Paulo aos tres dias do mez de Março de mil e settecentos. O Secretario Joseph Rebello Perdigão o escrevi.— Arthur de Saa e Menezes. — Lugar do sello. — Carta patente por q. V. S. fas mce nomear no posto de Capitão, governador da Companhia dos Reformados, Juizes, Vereadores que servirão na Camera a Manoel Bueno da Fonceca pellas rasões nella declaradas. P.ª V. S.ª Ver.

Dos mais interessantes é o cotejo do texto da patente e o do auctor das« Memorias »:

TEXTO DE FREI GASPAR	TEXTO DO DOCUMENTO DO ARCHIVO NACIONAL
E quando não bastavão estes serviços era merecedor de grandes cargos, por ser neto de Amador Bueno, que sendo chamado pelo Povo para o acclamarem Rei, obrando como leal e verdadeiro Vassalo, com evidente perigo de sua vida, « clamou », dizendo que vivesse El Rey Dom João o IV seu Rey, e Senhor, e que pela fidelidade que devia de Vassalo queria morrer nesta defensa; e respeitando eu tão louvavel Vassalo, digno de grande remuneração, hei por bem nomear...	E quando não bastavão estes serviços era merecedor de grandes cargos, por Ser netto de Amador Bueno, q. sendo chamado pello Povo para o acclamarem Rey, obrando como Leal e verdadeiro vaçallo, com evidente perigo de sua Vida, « Exclamou » dizendo q. vivesse El Rey Dom João o quarto seu Rey e Senhor q. pella fidellidade q. devia de vaçallo queria morrer nessa defença, e respeitando eu neste tão louvavel Vaçallo digno de grande remuneração, Hey por bem nomear...

Mais favoravel não póde ser o confronto; inequivocamente demonstra a escrupulosa fidelidade de frei Gaspar. Pondo de lado as divergencias meramente orthographicas, sem importancia alguma, notamos num dos documentos *clamou* e noutro *exclamou*; ha no original um *neste* que não existe no de S. Vicente, e só... Raramente se commetteu tão séria injustiça contra a reputação de um historiador quanto a de Moreira de Azevedo em relação ao chronista vicentino. Lavrou o decreto condemnatorio do benedictino, a « demolição » da « lenda » de Amador Bueno, e as consequencias da tão iniqua sentença, revestida das apparencias da verdade, não se fizeram esperar. Assim, pois, estribado no que escrevera o auctor d' « O Rio de Janeiro », avança Silvio Romero na « Historia da Litteratura Brasileira » : « *Investigações recentes* provaram o exagerado do caso, reduziram-no ás proporções mais modestas".

Protestando contra o injustificavel emprêgo do substantivo inicial, e do verbo de que é sujeito, entendemos que o respeito ás fontes historicas impõe a substituição da phrase por outra: « Recentes hypotheses e meras conjecturas sem fundamento documentario algum pretendem demonstrar o exagerado do caso, reduzindo-o a proporções mais modestas ».

Esta é a verdadeira licção que se deprehende do exame das allegações de Moreira de Azevedo que, longe de conseguir amesquinhar o apreço em que a obra de frei Gaspar deve ser tida, proporcionou retumbante ensejo para que, de modo absoluto, se evidenciasse quão grande foi o respeito pelo chronista consagrado á exactidão dos documentos transcriptos para o alicerçamento das suas affirmações leaes.

O LIVRO TERCEIRO DAS « MEMORIAS PARA A HISTORIA DA CAPITANIA DE S. VICENTE »

« Em virtude deste contracto se reunirão, como era justo, á Corôa, as 50 leguas de Pedro Lopes constitutivas da capitania de *Santo Amaro*; ellas motivarão grandes discordias, e forão causa de nada possuirem os herdeiros de Martim Affonso até que a Rainha nossa

Senhora foi servida conceder-lhes hum equivalente pela capitania de 100 leguas de Costa, chamada de *S. Vicente* como se verá em outro Livro, que destinamos publicar sobre estas materias ».

Taes são as ultimas linhas do paragrapho nonagesimo, com que termina o segundo e o ultimo livro das *Memorias para a Historia da Capitania de S. Vicente*. Publicadas em fins de 1797, quando o auctor mais que octogenario se achava quasi á beira do tumulo, é de suppor que tal continuação se achasse, pelo menos, em adeantada elaboração, quando as duas primeiras partes foram entregues ao prélo. Morto frei Gaspar, em Janeiro de 1800, dispersaram-se os seus papeis, como havia succedido aos de Pedro Taques; foram alguns recolhidos ao Archivo do Mosteiro de S. Bento de S. Paulo, como a *Noticia dos annos em que se descobriu o Brasil* e o libello do processo do Monserrate em Santos; grande parte foi ter ás mãos do dr. José Arouche, unico Brasileiro realmente culto e amante das cousas intellectuaes vivendo na capitania de S. Paulo, em principios do seculo XIX. Passando por S. Paulo em 1840 (1) poude Varnhagen comprovar a existencia de dous exemplares manuscriptos das *Memorias* : pertencia um ao então presidente da provincia, Rafael Tobias de Aguiar, e outro ao Archivo da Camara Municipal de S. Paulo. Ao primeiro accompanhavam as notas, que o historiador « já havia talvez recolhido para a composição do outro livro promettido no fim do impresso », dizia em carta ao Instituto Brasileiro.

Algum tempo mais tarde, por suggestão de Porto Seguro talvez, offertava o brigadeiro Rafael Tobias ao Instituto a *Continuação das Memorias de Frei Gaspar da Madre de Deus*. Trouxe a publicação deste manuscripto, no tomo 24 da *Revista*, grande desillusão aos estudiosos da Historia paulista. Era totalmente apocrypha a tal *continuação*, indigesta serzidura de trechos, copiados, interpolados e deturpados, da *Historia da Capitania de S. Vicente* de Pedro Taques e do resumo, muito mal feito e annotado, de outros pedaços da mesma obra. Como annexos se

(1) Revista do Instituto Brasileiro, t. II, pags 524 e 529.

addicionam diversos documentos do archivo da Camara de S. Paulo e uma lista de ouvidores, em que se mencionam magistrados muito posteriores á morte do benedictino! Rematando este acervo de apocryphos surgem as *Noticias sobre a vinda dos primeiros governadores até o presente Capitão-General* de que Manuel Cardoso Abreu, official maior da Secretaria da Capitania de S. Paulo em 1797, se attribue a auctoria de taes paginas, circunstancia esta que, de todo e inexplicavelmente, escapou á vigilancia da commissão de redacção da *Revista.*

As ineditas e excellentes *Notas*, esparsas, que Antonio Piza descobriu por acaso, identificou e publicou, salvando-as de fatal destruição, dentre maços e maços de documentos abandonados e deteriorados de um dos mais ricos archivos particulares de S. Paulo, as notas insertas no tomo quinto da *Revista do Instituto Historico de S. Paulo*, junctamente com a *Relação dos Capitães Loco-Tenentes da Capitania de S. Vicente* pertencem, quer nos parecer, ao arcabouço documentario do terceiro livro das *Memorias.*

Veio a *Exposição de Historia do Brasil* em 1881 provocar o apparecimento do monumental *Catalogo,* titulo maximo de benemerencia, que aponta o nome do illustre Ramiz Galvão á gratidão nacional.

Revelou o *Catalogo* (2) a existencia, nos depositos da Bibliotheca Nacional, de volumoso manuscripto de frei Gaspar, 134 folhas, numeradas, in-folio, letra do seculo XVIII, e esta indicação levou Silvio Romero a declarar que encontrada fôra a « continuação » authentica, ardentemente procurada, o terceiro livro das *Memorias para a historia da Capitania de S. Vicente.*

« Existe em manuscripto um terceiro (tomo) na Bibliotheca Nacional. E' a genuina continuação das Memorias » ; é um codice authentico, em letra do seculo passado » affirma na *Historia da Literatura Brasileira*, sem que, contudo, haja cotejado o manuscripto com algum exemplar impresso da obra do chronista vicentino.

---

(2) Docum. interes. IV, 25.

Occasionou-nos esta ausencia de confronto, e tão formal affirmativa, cruel decepção. Encarregados pelo Instituto Historico de S. Paulo da reconstituição biographica do benedictino, tendo em vista a commemoração do segundo centenario do seu nascimento, consideravamos como a recompensa dos exforços despendidos no desempenho da difficil commissão o desvendamento do incognito, em que até hoje se envolve o paradeiro do ultimo — e talvez jámais escripto — livro das *Memorias*.

Muito nos sorria a idéa da revelação ao público de tão importante documento sôbre a Historia patria e, neste proposito, impacientemente consultámos o eminente director da Bibliotheca Nacional, o nosso bom amigo, o illustre dr. Manuel Cicero Peregrino da Silva, benemerito guarda de um thesouro incalculavelmente precioso, hoje graças a elle, sobretudo, condignamente installado, ao alcance dos estudiosos, quer pelo accesso franco, facil, immediato ás suas peças componentes, quer pela communicação destas, por meio da transcripção commentada, aos consulentes afastados do Rio de Janeiro, como é o nosso caso. Delle obtivemos a seguinte e desanimadora resposta :

« A cópia que a Bibliotheca Nacional possue das « Memorias para a Historia da capitania de S. Vicente por fr. Gaspar da Madre de Deus » e a que se refere a nota que se segue ao n. 5540 do Catalogo da Exposição de Historia do Brasil, não vai além do livro 2o. Não estava bem informado Silvio Romero quando na « Historia da literatura brasileira » affirmou tractar-se do livro 3o, « genuina continuação das Memorias ».

O manuscripto da Bibliotheca Nacional pertenceu á collecção dos marquezes de Castello Melhor, em cujo catalogo está mencionado sob o n. 162 como *inedito e autographo* (?)

Confrontando-se o manuscripto com o impresso (a edição do Rio, de 1847, reproduz a de Lisboa, de 1797), nota-se que os paragraphos são numerados diversamente; que não é a mesma a orthographia; que não ha no manuscripto varios trechos, como por exemplo as linhas 3 a 19 da página 27 da edição do Rio, ao passo que outros ha que não constam do impresso, como por

exemplo os paragraphos 13, 14 e 134, a nota 8 do paragrapho 165 e vinte e quatro linhas da nota 24, paragrapho 166 do livro 1º, nota que corresponde á de n. 2 da página 115 da edição do Rio, e as onze ultimas linhas da nota 1 do paragrapho 28 do livro 2º (o paragrapho 28 corresponde ao 27 do impresso); que ha finalmente innumeras variantes, si bem que, em geral, pouco importantes.

O livro 2º termina no paragrapho 91, que é o seguinte: «Em virtude deste contracto se reunirão á corôa as 50 leguas de Pedro Lopes, constitutivas da capitania de Santo Amaro: ellas motivaram grandes discordias e foram occasião de nada possuirem no tempo presente os herdeiros de Martim Affonso, como tenho dito, e hei de repetir no livro seguinte».

LIVRO 3º

(Seguem-se várias folhas em branco).

O original dessa cópia do seculo XVIII deve ter precedido aquelle que serviu para a publicação das «Memorias» pela Academia Real das Sciencias em 1797.

Taes são as informações que posso prestar a v. exc. e ao Instituto Historico e Geographico de S. Paulo a respeito do codice em questão.

Queira V. Ex. acceitar, etc. ...»

Acaso teria frei Gaspar redigido o seu terceiro volume? Eis um problema da nossa Bibliographia nacional, cuja solução nos parece summamente obscura.

Parece-nos que, si não terminou o livro, deixou-o adeantado, pois trabalhou continuamente, até aos dias extremos da longa vida. Revela o estudo de seus manuscriptos quanto eram lentos os seus processos de composição; emendava muito e copiava frequentemente os seus assumptos, duas e tres vezes.

Receava, certamente, ser encontrado em contradicção com a verdade dos documentos, hesitava, e isto o tornava tardo em publicar, tanto mais quanto no seu tempo quasi nada havia de defini-

tivamente assentado sôbre as cousas da Historia do Brasil meridional.

Que trabalhou até á extrema velhice demonstram-no os originaes do seu *Catalogo dos Capitães-mores e Governadores do Rio de Janeiro,* de que existem dous exemplares, cheios de emendas e rasuras. Em uma das paginas lê-se a data 2 de fevereiro de 1796; tinha o monge quasi 81 annos completos e escrevia diuturnamente; estava em vesperas de publicar as suas *Memorias.*

Ninguem póde emittir hypotheses sôbre a possibilidade do encontro do terceiro volume de frei Gaspar, num paiz como o nosso, em que salvo infima minoria de exclarecidos, profundo desprèzo ha e mesmo acirrada antipathia e repugnancia aos papeis velhos. Em que estado foi Antonio Piza encontrar tantos e tantos dos preciosos documentos que salvou da destruição, a começar pelos que pertenciam ao patrimonio publico ?!

Possivel é tambem por diversas razões que em Portugal se encontrem os manuscriptos de frei Gaspar. Remetteu-os elle a seu primo Diogo Ordonhes para que os apresentasse á Academia Real das Sciencias (3), quando pensou em imprimi-los, e eis como o codice actualmente da Bibliotheca Nacional foi ter á livraria dos marquezes de Castello Melhor, onde nenhum bibliothecario aliás soube identifica-lo, como da leitura do respectivo catalogo se deprehende. Muito provavelmente fe-los tambem conhecidos de seus outros primos os Azeredos Coutinhos, protectores e amigos de Pedro Taques, Brasileiros de excepcional prestigio no seculo XVIII, aos olhos de todos os compatriotas, pela importancia dos cargos exercidos no Reino.

« Florente ramo da America Brasilica, cujos troncos de Pires, Buenos e Rondons, ficarão em S. Paulo, de onde se transplantou hum garfo para o Rio de Janeiro » (4) os dous ermãos fluminenses João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho — desembargador da Casa da Supplicação, procurador geral da Corôa, guarda-mór da

(3) *Annaes da Bibliotheca Nacional,* tomo IX, pgs. 471

(4) Carta de Pedro Taques a Frei Gaspar, Doc. interes. III — 11.

Torre do Tombo, procurador da Sancta Egreja de Lisboa — e d. Francisco de Lemos Faria Pereira Coutinho, bispo-conde de Coimbra e reitor da Universidade, fascinavam a todos os Brasileiros de então — humildes, modestos, constantemente supplantados em sua patria pelos reinóes — graças ao brilho da extraordinaria carreira em terras de além-mar. Affaveis, serviçaes, amigos dos compatriotas, directamente relacionados com Pedro Taques, a quem protegeram quanto possivel, mereceu o primeiro amistosa referencia de fr. Gaspar nas *Memorias*.

« Respeitavel por tantos titulos, » delle diz o monge, cheio de veneração por tão illustre parente, encaixando-lhe o nome no seu paragrapho 185, como o de Pilatos se viu transportado para o Credo, si nos é permittida a vulgar comparação. Assim como Varnhagen se julgava não muito longe de se avistar com os manuscriptos autographos de Pedro Taques em Coimbra, deve-se admittir a possibilidade de algum pesquisador feliz, um dia ou outro, descobrir em Portugal o terceiro livro das *Memorias para a Historia da Capitania de S. Vicente*.

BIBLIOGRAPHIA

OBRAS DE FREI GASPAR :

Memorias para a historia da Capitania de S. Vicente.

Manuscripto existente na Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, cópia com variantes do texto que serviu para impressão das *Memorias*.

Noticia dos annos em que se descobriu o Brasil e das entradas das religiões e suas fundações. (Rev. do Inst. Bras., tomo 2).

Relação dos capitães loco-tenentes da capitania de S. Vicente (Rev. do Inst. de S. Paulo, tomo 5).

Notas avulsas sobre a historia de S. Paulo (Rev. do Inst. de S. Paulo, tomo 5).

Dissertação e explicações sobre terras de contenda entre o Mosteiro de S. Bento e o Convento do Carmo em Santos (Ms. *do Inst. Hist. Bras).*

Oração funebre nas exequias que pelo Serenissimo Senhor Dom José Primeiro mandou celebrar a camara da villa do porto de Santos (Rev. do Inst. de S. Paulo, tomo 16).

Catalogo dos Capitães-Móres, Generaes e Vice-Reis que governarão a capitania do Rio de Janeiro (manuscripto inedito existente no Archivo do Estado de S. Paulo).

PEDRO TAQUES — *Nobiliarchia Paulistana.*

AYRES DO CASAL — *Corographia Brasilica.*

ROCHA PITTA — *Historia da America Portugueza.*

BALTHAZAR DA SILVA LISBOA — *Annaes do Rio de Janeiro.*

MONSENHOR PIZARRO — *Memorias historicas.*

MARCELLINO PEREIRA CLETO — *Dissertação a respeito da Capitania de S. Paulo* (*Annaes da Bibl. Nac.* 21)

RAMIZ GALVÃO — *Apontamentos historicos sobre a Ordem Benedictina.*

FERNANDES PINHEIRO — *A Academia Brazilica dos Esquecidos* (*Rev. do Inst. Braz.*, tomo 31).

FERNANDES PINHEIRO — *A Academia Brazilica dos Renascidos (Rev. do Inst. Braz.*, tomo 32).

MACEDO — *Anno Biographico.*

J. NORBERTO DE SOUSA E SILVA — Memoria na *Revista Popular* do Rio de Janeiro, 1860.

CANDIDO MENDES DE ALMEIDA — *Os primeiros povoadores. Quem era o bacharel de Cananéa.*

CANDIDO MENDES DE ALMEIDA — *João Ramalho, o bacharel de Cananéa, precedeu a Colombo na descoberta da America?* (*Rev. do Inst. Braz.* tomo 40).

MOREIRA DE AZEVEDO — *Amador Bueno* (*Rev. do Inst. Braz.*, tomo 50).

WASHINGTON LUIZ — *O testamento de João Ramalho* (Rev. do Inst. de S. Paulo, tomo 8).

BENEDICTO CALIXTO — *Uma visita ás ruinas da fazenda de Sant'Anna.*

SILVIO ROMERO — *Historia da Litteratura Brazileira.*

SACRAMENTO BLAKE — *Diccionario bibliographico brazileiro.*

MONSENHOR FERREIRA DOS SANTOS — *Noticia historica da Ordem da Immaculada Conceição da Mãe de Deus.*

Continuação das Memorias de Frei Gaspar da Madre de Deus, falsamente attribuida ao historiador. (*Revista do Instituto Brasileiro*, tomo 24).

Annaes da Bibliotheca Nacional.

Annaes do Archivo Nacional, tomo XI.

Revista do Archivo Publico Mineiro, tomo V.

Documentos interessantes para a historia e costumes de São Paulo. (Tomos 4 e 17).

Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro.

Revista do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo.
Collecção d'*A Gazeta de Lisboa*, de 1750.

DOCUMENTOS INEDITOS E MANUSCRIPTOS

Actas dos capitulos geraes da Congregação de S. Bento de Portugal realizados no Mosteiro Primaz de S. Martinho de Tibães.

Dietario anonymo do Mosteiro de S. Bento do Rio de Janeiro.

Livros de actas dos conselhos, da mordomia, das visitas, do tombo, sacristia e fazendas, numerosos documentos esparsos dos archivos dos mosteiros benedictinos de S. Paulo, Santos, Rio de Janeiro e Olinda.

Historia de S. Paulo, por Manuel Cardoso de Abreu.

Inventario de d. Anna de Siqueira Mendonça, mãe do historiador.

Testamento de Pedro Taques.

Os Jubilos da America, polyanthéa dedicada ao conde de Bobadella, manuscripto do archivo do Instituto Historico e Geographico Brasileiro.

Recenseamentos coloniaes de Santos, S. Vicente e S. Paulo, e outros documentos do Archivo do Estado de S. Paulo.

Fr. Joaquim do Monte Carmello.— *Memoria historica sobre o Mosteiro de Santos.*

Documentos do Archivo Nacional sôbre Amador Bueno, Gaspar Teixeira de Azevedo e d. Isabel M. da Cruz, etc.

ACTAS DAS SESSÕES DE 1914

PRIMEIRA SESSÃO ORDINARIA EM 20 DE ABRIL DE 1914

Presidencia do sr. conde de Affonso Celso

A's 20 horas abre-se a sessão com a presença dos seguintes socios:

Conde de Affonso Celso, desembargador Antonio Ferreira de Sousa Pitanga, Max Fleiuss, drs. Edgard Roquette Pinto, Gastão Ruch, Augusto Tavares de Lyra, Homero Baptista, Major dr. Liberato Bittencourt, drs. Eurico de Góes, Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho, Alfredo Rocha, Luiz Gastão de Escragnolle Doria, Amaro Cavalcanti, Alfredo Valladão, Rodrigo Octavio, José Americo dos Santos e almirante Arthur Indio do Brasil.

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) diz que, ao encetar o Instituto os seus trabalhos, apresenta cordiaes saudações a todos os consocios e funccionarios do mesmo, e desejando e esperando que esses trabalhos sejam no correr deste anno, como no dos melhores da Associação, que já conta cêrca de 16 lustros de existencia, agradaveis, proficuos e fecundos.

Em seguida declara que na acta da sessão de hoje será consignado um voto de pezar pelo fallecimento de dous consocios, o cardeal Rampola, honorario, e o desembargador Paranhos Montenegro, benemerito.

Proseguindo, o Sr. Conde de Affonso Celso lembra que a data da presente sessão é a do anniversario natalicio do barão do Rio-Branco.

Nos Estados Unidos, recentemente o ex-secretario de Estado, sr. Elihu Root, bem conhecido no Brasil, propoz que, em começo do proximo anno de 1915, ao celebrar-se o centenario do tractado de paz entre a Inglaterra e os Estados Unidos, os representantes do povo de ambos os paizes se levantem ao mesmo tempo nos respe-

ctivos Congressos, em hora e momento préviamente combinados, e, durante cinco minutos meditem sôbre os beneficios das relações pacificas entre as duas grandes nações saxonias.

As bellas idéas, diz o Sr. CONDE DE AFFONSO CELSO, teem o merecimento de despertar imitações. Assim, pois, convida todos os presentes a se erguerem num movimento de admiração, reconhecimento e saudade, para durante alguns instantes, evocando a nobre figura de Rio-Branco, recordarem a sua grande obra patriotica e humanitaria. »

(A proposta é recebida com calorosos applausos, e imitando o presidente, todos os socios e assistentes levantam-se e conservam-se de pé por alguns minutos.)

O Sr. FLEIUSS (*1º secretario perpetuo*) diz que o expediente consta de communicações dos consocios drs. Manuel Cicero Peregrino da Silva e João Pandiá Calogeras, justificando a sua ausencia na sessão de hoje.

Diz mais que hoje foi distinguido com duas honrosissimas cartas do venerando sr. barão Homem de Mello, illustre 2º vice-presidente do Instituto, a que accompanharam outras duas, dirigidas a s. ex. pelo sr. dr. d. José J. Biedma, director geral do Archivo da Republica Argentina, e bem assim o autographo, luxuosamente encadernado, do artigo do general Bartolomé Mitre, publicado na *Nacion*, de Buenos Aires, por occasião do advento da Republica no Brasil, e no qual rende as maiores homenagens ao sr. d. Pedro II, offerta esta feita ao Instituto pelo dr. Biedma. Passa a ler as cartas, a que se referiu :

— « 20 de Abril de 1914. Illmo. Sr. Max Fleiuss, 2º Secretario Perpetuo do Instituto Historico. A deliberação do Instituto mandando sob proposta minha copiar no Museu Mitre as notas do Imperador D. Pedro 2º por elle escriptas á margem do exemplar da traducção da «Divina Comedia», que para esse fim lhe enviára o general Mitre, foi recebida com maxima sympathia no seio da nação amiga. O eminente literato argentino, Sr. José J. Biedma, chefe do Archivo da Nação Argentina, distinguiu-me com a honrosa incumbencia de apresentar ao Instituto o precioso auto-

grapho do general Mitre, intitulado «*La Republica en el Brasil*» no qual o preclaro historiador e poeta põe em brilhante relêvo o papel historico do Imperador D. Pedro 2°, nos destinos de nossa patria: honroso testimunho da estima e amistosas relações sempre existentes entre os dous eminentes chefes de Estado, cujos nomes fulguram com luz immortal na historia destes continentes. Peço-lhe acceitar as minhas mais cordiaes saudações.— *Barão Homem de Mello.*»

— «Illmo Sr. Max Fleiuss, 1º Secretario Perpetuo do Instituto — Agradeço-lhe ter mandado receber aqui o precioso autographo do General Mitre, que o eminente literato argentino Sr. José J. Biedma, chefe do Archivo Nacional da Republica Argentina, offerece ao Instituto Historico. Julgo que este precioso autographo deve ser traduzido e publicado no primeiro numero da nossa *Revista*, dando-se conjunctamente a traducção e o texto original, *ad instar* do que se fez com a publicação no ultimo numero da nossa *Revista* da correspondencia da gloriosa primeira Imperatriz do Brasil D. Leopoldina. Peço-lhe entender-se com o nosso Presidente para o fim de ser proposto socio correspondente do Instituto o illustrado chefe do Archivo Geral da Republica Argentina, eminente homem de letras, tão extremado em seu amor ao Brasil: obtida essa annuencia, a proposta será assignada por mim (para que peço-lhe me fique representando assignando nella o meu nome) e pelos dignos consocios, que a queiram honrar com a sua assignatura. Rogo-lhe queira acceitar o autographo juncto do Sr. seu Pae, o qual se sentirá bem ficando guardado em seu archivo, como outros que teem logar de honra no meu archivo. Offereço para a galeria do Instituto o quadro juncto, que é um complemento obrigado do quadro que o Sr. seu Pae desenhou, dos membros do Gabinete de 28 de Março: um é o complemento do outro, e assim devem estar sempre junctos. O Instituto é o unico juiz de publicar ou não as cartas amistosas que me dirigiu o illustrado literato argentino, tão amigo de nossa Patria. Queira acceitar as minhas cordiaes saudações.— *Barão Homem de Mello.* »

« Archivo General de la Nacion — Jefe— Buenos Aires, Noviembre, 3 — 1913 — Exmo. Sr. Baron Homem de Mello —

Rio de Janeiro — Exmo. Sr. Me permito rogaros os digneis oferecer al Instituto Historico y Geografico Brasilero como un homenaje de mi consideracion y respeto al noble pueblo, cuya exquisita cultura representa, el original, que os envio, del articulo con que el ilustre Bartolomé Mitre saludó en -- *la Nacion* — de Buenos Aires el nacimiento de la Republica en ese pais, haciendo al proprio tiempo merecida justicia al grande Emperador que desaparecia del escenario politico para iniciarse en la inmortalidad de la Historia, en la que ha llenado una pagina hermosisima llena de luz y enseñanzas. El nombre de Mitre, tambien de memoria augusta, ha sido recordado en estos dias con alto aprécio por vosotros, provocando en mi corazon un sentimiento de gratitud que exteriorizo y satisfago en esta forma. Como ciudadano argentino, como amigo personal que fue del eximio hombre, como modestisimo biografo suyo hé de agradeceros siempre, Ex. Sr Baron Homem de Mello, la bondad y gentileza con que habeis aceptado este mi pedido. Con votos por vuestra salud y felicidad personal soy vuestro atentisimo servidor — *José J. Biedma.*

Archivo General de la Nacion — Jefe — Buenos Aires, Nov. 1913.— Exmo. Sr. Baron Homem de Mello — Rio de Janeiro— Con mucho placer recebi vuestra gentil carta de 16 Octubre que no contesté ántes por impossibilidad material, y los interesantisimos folletos con que habeis dignado obsequiarme privadamente y á la repartiçion importantisima que tengo la honra de presidir. Os envio Señor, con ésta, el autógrafo del General Mitre que destino al ilustre Instituto Historico del Brasil con el motivo que ya os expliqué : y me separo de el sin pena, porque sé que con ello contribuyo á acrecentar el amor de los brasileños á su gloriosa memoria y á salvarlo de una posible destruccion después de mi muerte.

Creedme, señor, que os agradesco de verdad la bondad con que habeis aceptado mi pedido. Cuadró la coincidencia de ser vos quien rescordó á Mitre en el seno del Instituto ; y de haber conversado dias antes de vos, extensamente, en el seno de una familia amiga, en que se os recuerda con tanta como merecida distincion, y en que la gloria de Mitre tiene fervorosos cultores, como que el

Coronel Vergára fué uno de sus predilectos ayudantes de campo. Esto me animó á dirijiros mi pedido, con él exito que me complasco en celebrar. Excuso, señor, repetiros que contaes en mi con un amigo tan modesto como sincero, que os ruego creais en la lealdad de mis sentimientos para con vuestra pátria y de mi consideracion personal hacia vos cuyos grandes titulos me eran conocidos..

....

Vuestro obediente y seguro servidor. — *José J. Biedma*, Calle Godoy Cruz, 2.549 — B. Aires — Despacho -- Victoria, 328 — »

Havendo tempo, diz o Sr. Fleiuss, submetteu as cartas do sr. barão Homem de Mello ao egregio sr. conde de Affonso Celso, que nenhuma dúvida teve quanto á apresentação do sr. Biedma para socio correspondente do Instituto. Nesta conformidade redigiu a proposta, remettendo-a ao sr. barão Homem de Mello, que pessoalmente a assignou.

O Sr. Conde Affonso Celso (*presidente*) agradece, em nome do Instituto, as valiosissimas offertas, salientando a do autographo, verdadeiramente precioso, do general Mitre, o qual será enviado ao illustre director da *Revista* do Instituto para os fins convenientes, sendo depois archivado.

O Sr. Fleiuss (*secretario perpetuo*) diz ainda ter recebido neste momento do sr. dr. Escragnolle Doria o seu parecer, como relator, sôbre as obras do visconde de Faria, proposto para socio correspondente do Instituto. Este parecer vai ser submettido aos demais membros da Commissão de Historia.

O Sr. Desembargador Sousa Pitanga (*3º vice-presidente*) diz ser portador da offerta, que ao Instituto faz o sr. dr. Affonso Claudio da sua importante obra — *Historia da Litteratura Espirito Santense* — e em rapidas palavras elogia esse trabalho.

O Sr. Presidente declara que vai envia-lo ao director da *Revista* do Instituto, agradecendo a offerta.

O Sr. Fleiuss (*1º secretario perpetuo*) lê o seguinte parecer :

« A Commissão de Fundos e Orçamento examinou com a mais detida attenção o balanço geral do exercicio de 1913 do Instituto

Historico e Geographico Brasileiro, e os documentos comprobatorios, achando tudo na melhor ordem. A Commissão, opinando pela approvação das contas apresentadas, lembra a justiça de ser consignado um voto de louvor ao honrado thesoureiro, sr. commendador Arthur Guimarães, que, ha quasi dez annos, exerce com a maior dedicação e escrupulo esse cargo. Rio de Janeiro, 25 de Fevereiro de 1914. O relator, *Clovis Bevilaqua*. De inteiro accordo. *Luiz Rodolfo Cavalcanti de Albuquerque, Alfredo Rocha, Jesuino da Silva Mello, Rodrigo Octavio.* »

Posto em discussão, ninguem pede a palavra e procedendo-se á votação, é o parecer approvado por unanimidade em ambas as conclusões.

O mesmo Sr. 1º Secretario Perpetuo lê o seguinte parecer da Commissão de Geographia, que é approvado :

— « De tres interessantes trabalhos vem accompanhada a proposta para admissão do sr. Affonso A. de Freitas, como socio do Instituto Historico Brasileiro. Delles o mais recente é « *A autochtonia do selvagem brasileiro* », que já veio a lume na *Revista* do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo e teve por objectivo ampliar as informações e argumentos em apoio da opinião, que emittiu, e sustentou no anterior opusculo « *Os Guayanás de Piratininga* », que egualmente accompanha a proposta para sua admissão. Nessa memoria, que occupou a attenção dos competentes e mereceu da redacção da *Revista* deste Instituto septe paginas de critica e contestação, no tomo LXXIII, parte II, collimou demonstrar que os Caingangs do sertão occidental paulista não descendem dos Guyanás de Piratininga, opinião essa que, si não mereçeu applauso de algum dos criticos, foi por outros favoravelmente acolhida. A essa memoria, illustrada por algumas photogravuras em apoio das affirmações e deducções do texto, accompanha excellente *Vocabulario comparado de varias nações indigenas que habitavam ou habitam o territorio da Capitania de S. Vicente.*

São estes trabalhos, que denotam aturado estudo e demoradas investigações, sôbre assumpto de que se occupa nosso Instituto. O terceiro trabalho apresentado « Geographia do Estado

de S. Paulo» mais volumoso e illustrado com tres mappas, dos quaes dous representam a localidade, em que está situada a cidade de S. Paulo, em 1560 e de 1820 a 1874, é vasado em molde moderno e está bem elaborado, tornando-se excellente livro de consulta e ensino da geographia daquelle Estado. Contém, preliminarmente, o esbôço historico, em que tracta da divisão territorial, raça primitiva e povoamento, e, em seguida, na primeira parte, a descripção physica, orographia, potamographia, mar do Estado e producções naturaes e, na segunda parte, a divisão administrativa, divisão judiciaria e vias de communicação. É este trabalho mais pertinente á commissão da Geographia, bem elaborado e recommendavel.

O sr. Affonso A. de Freitas, que além de se dedicar ao magisterio particular, é funccionario publico do Estado de S. Paulo, em cuja Repartição de Aguas occupa o cargo de chefe da Contadoria, dá sobejas provas, nos trabalhos que apresentou, de ser um espirito exclarecido, muito estudioso e investigador, sendo os assumptos, sôbre que de preferencia dirige sua attenção, dos que constituem materia de estudo de nosso Instituto. Parece pois, perfeitamente justificada sua eleição para socio do Instituto Historico Geographico Brasileiro. Rio, 6 de Abril de 1914.— *José Americo dos Santos*, relator.— *Gastão Ruch*.— *Sebastião de Vasconcellos Galvão*. » — Vai á Commissão de Admissão de Socios, relator o sr. dr. Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho.

O mesmo Sr. Secretario Perpetuo lê as seguintes propostas:

— Propomos que o Instituto galardôe os serviços prestados pelo socio effectivo o sr. dr. Manuel Cicero Peregrino da Silva, elevando-o a socio honorario.

O art. 10 dos Estatutos estabelece nas letras A e C as seguintes condições para a classe dos honorarios: A — Os socios effectivos com serviços notaveis ao Instituto; C — As pessoas que se tiverem distinguido por seu consummado saber, especialmente no dominio da Historia, Geographia, Ethnographia ou Archeologia.

Ora, ao sr. dr. Manuel Cicero Peregrino da Silva não se póde negar a serie de serviços que tem prestado ao Instituto, sendo tambem notoria a sua competencia no departamento das sciencias historicas.

Rio de Janeiro, 20 de Abril de 1914.— *Fleiuss.— Homero Baptista.— Liberato Bittencourt.— Eurico de Góes.— Gastão Ruch.— Sebastião Galvão.* »

Vai á Commissão de Admissão de Socios, sendo relator o sr. dr. Ramiz Galvão.

— « Por sua vasta erudição patenteada no terreno da Bibliographia e no da Historia Patria, do que constituem elevado testimunho muitos dos seus trabalhos, como a — *Constituição Politica do Imperio do Brasil — interpretação e analyse—*, as *Religiões catholicas*, e o seu monumental — *Catalogo annotado dos livros sobre o Brasil* — merece o sr. dr. José Carlos Rodrigues que o Instituto lhe dê nova demonstração de apreço, retribuindo tambem assim os serviços que como socio effectivo tem prestado. Propomos, pois, a sua elevação a socio honorario.

Rio, 20 de Abril de 1914.— *Fleiuss.— Homero Baptista. — Liberato Bittencourt.— Eurico de Góes.— Gastão Ruch.— Sebastião Galvão.* »

Vai á Commissão de Admissão de Socios, sendo relator o sr. dr. Miguel de Carvalho.

—« Propomos seja elevado á classe dos honorarios o socio effectivo sr. almirante barão de Teffé, decano da sua classe, admittido ao Instituto em 27 de Outubro de 1882 e sendo, na ordem da antiguidade, o quarto socio.

Nosso ex-thesoureiro e sempre prestimoso membro, o sr. barão de Teffé mereceu do illustre sr. dr. Vieira Fazenda, nos « Subsidios para a Historia do Instituto», as mais lisonjeiras referencias.

Está rigorosamente nos casos previstos da letra A do art. 10 dos Estatutos.

Rio de Janeiro, 20 de Abril de 1914.— *Fleiuss.— Homero Baptista.— Liberato Bittencourt.— Eurico de Góes.— Sebastião Galvão.— Manuel Cicero.* »

Vai á Commissão de Admissão de Socios, sendo relator o sr. barão de Alencar.

—«Os serviços prestados ao Instituto pelo sr. dr. Augusto Olympio Viveiros de Castro, no exercicio de varias Commissões, inclusive cargo na Directoria, o recommendam á gratidão da nossa Companhia e, assim, nos termos dos Estatutos, temos a honra de propôr seja elevado á classe dos socios honorarios. Será um justo premio a um dos nossos socios mais respeitaveis pela dedicação, pelo talento e pelo character.

Rio de Janeiro, 20 de Abril de 1914.— *Fleiuss.— Homero Baptista. — Liberato Bittencourt. — Eurico de Góes. — Gastão Ruch.— Alfredo Valladão.*»

Vai á Commissão de Admissão de Socios, sendo relator o sr. dr. Antonio Olyntho.

— «O nome do sr. dr. Clovis Bevilaqua dispensa qualquer elogio. Todos conhecem o grande valor moral e intellectual, bem como a notavel equanimidade de tão illustre Brasileiro.

Deve-lhe o Instituto prestimosos trabalhos como socio effectivo. Propor a sua elevação a socio honorario é um acto, que por certo provocará unanime applauso. Assim, submettemos esta proposta ao *veredictum* do Instituto.

Rio de Janeiro, 20 de Abril de 1914. — *Fleiuss. — Homero Baptista.— Liberato Bittencourt.— Eurico de Góes.— Gastão Ruch.— Alfredo Valladão.*»

Vai á Commissão de Admissão de Socios, relator o sr. dr. Manuel Cicero.

— « Temos a honra de propor para socio correspondente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro o illustre chefe do Archivo da Republica Argentina, dr. D. José J. Biedma, eminente homem de lettras, tão extremado no seu amor ao Brasil, justificando esta proposta os trabalhos de que é auctor.

Rio de Janeiro, 20 de Abril de 1914.— *Barão Homem de Mello.— Fleiuss.— Homero Baptista.— Liberato Bittencourt. — Eurico de Góes.— Gastão Ruch.*»

Vai á Commissão de Historia, relator o sr. dr. Pedro Lessa.

O Sr. Dr. Gastão Ruch apresenta e justifica a seguinte proposta:

—« Propomos a elevação a socio honorario do effectivo sr. Max Fleiuss, admittido ao Instituto em Agosto de 1900, eleito 2º secretario em Dezembro desse mesmo anno e reeleito até Dezembro de 1905, quando foi eleito 1º secretario, sendo pela Assembléa Geral de Março de 1907 eleito secretario perpetuo. São bem conhecidos os importantes serviços, que o secretario perpetuo tem prestado ao Instituto; consulta, pois, a mais absoluta justiça a sua elevação a honorario, de inteiro accôrdo com o texto do art. 10, lettra *a*, dos Estatutos.

Rio de Janeiro, 20 de Abril de 1914. — *Conde de Affonso Celso.— Gastão Ruch.— Liberato Bittencourt. — Eurico de Góes. — Homero Baptista.— A. Tavares de Lyra.»*

Vai á Commissão de Admissão de Socios, sendo relator o sr. dr. Ramiz Galvão.

O Sr. Fleiuss muito agradece essa demonstração de apreço, generosamente indicada por seus collegas.

Corrido o escrutinio para a votação do parecer da Commissão de Admissão de Socios, relativo ao sr. dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida, e lido na sessão de 6 de Outubro do anno passado, é o mesmo approvado por unanimidade, e acto continuo o Sr. Presidente proclama socio effectivo do Instituto o sr. dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida.

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) diz que, passando-se á 2ª parte da ordem do dia, vai dar a palavra ao illustre socio effectivo, o sr. senador Augusto Tavares de Lyra. Não o fará, porém, sem primeiro agradecer os muitos e valiosos serviços que, como senador federal, tem prestado ao Instituto o sr. dr. Tavares Lyra.

O Sr. Dr. Tavares de Lyra diz que vai ler um capitulo do seu trabalho — *Notas historicas sobre o Rio Grande do Norte* — é o que tracta da conquista da Capitania até á invasão hollandeza.

Precisa, porém, salientar que essa leitura lhe foi pedida pelo seu amigo o sr. secretario perpetuo do Instituto Historico.

Por espaço de uma hora o sr. dr. Tavares de Lyra occupa a attenção do Instituto, sendo vivamente applaudido ao terminar.

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) felicita o sr. dr. Tavares de Lyra pelo seu trabalho tão brilhante e tão documentado, e annuncia que na proxima sessão de Maio o illustre sr. dr. Roquette Pinto, muito digno 2º secretario do Instituto, lerá um capitulo de sua — *Viagem a Matto Grosso.*

Levanta-se a sessão ás 22 horas. Roquette Pinto, *2º secretario.*

PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINARIA EM 12 DE MAIO DE 1914

Presidencia do sr. conde de Affonso Celso

A's 16 horas abre-se a sessão, com a presença dos seguintes socios: conde de Affonso Celso, dr. Manuel Cicero Peregrino da Silva, dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Max Fleiuss, drs. Homero Baptista, Augusto Tavares de Lyra, Alfredo Rocha, almirante Antonio Coutinho Gomes Pereira, conselheiro Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque, drs. Rodrigo Octavio, Norival Soares de Freitas, Sebastião de Vasconcellos Galvão, Eduardo Marques Peixoto e conde de Leopoldina.

Não tendo comparecido por motivo de molestia o sr. 2º Secretario, Dr. Roquette Pinto, o Sr. Presidente convida o Sr. Marques Peixoto para occupar esse logar. Assumindo-o, o Sr. Marques Peixoto lê a acta da sessão anterior, a qual é sem debate approvada.

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) communica, em sentidos termos, o fallecimento do consocio effectivo sr. desembargador João da Costa Lima Drummond e do consocio correspondente dr. Paulo von Ehrenreich, lançando-se na acta, como determinam os Estatutos, um voto de profundo pezar por essas perdas.

O Sr. Fleiuss (*1º secretario perpetuo*) diz que o desembargador Lima Drummond não era sómente um homem de notavel saber e elevado character. Mais do que isto: era um exemplo de todos os attributos moraes e intellectuaes que o homem póde possuir. Proverbial a impeccabilidade de seu character; todos a sentiam, todos a admiravam, e para isso Lima Drummond jámais precisou abroquelar-se nem na insociabilidade, nem na acrimonia. As suas qualidades eram espontaneas, innatas, grandiosas por si mesmo, e o seu alto sentimento de justiça, insusceptivel de impressões além das que dimanassem de um estudo meditado e imparcial, fez delle um juiz modêlo, que não era temido, mas ardentemente desejado, pois as suas sentenças reflectiam sempre a verdade.

E para corôar esse excepcional conjuncto de virtudes, possuia tambem um coração, que servia de pendulo desses rythmos, lembrando a bellissima expressão de Raul Pompeia.

Propõe, pois, que seja collocado o seu retrato na galeria do Instituto, para que quantos o contemplem, entre os dos outros grandes Brasileiros, pensem nesse moço, cujo nome foi um symbolo de rectidão e de bondade.»

A proposta é unanimemente approvada.

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) participa ter nomeado para substituir o desembargador Lima Drummond na Commissão de Historia o dr. Helio Lobo e para servirem interinamente, na mesma Commissão, os srs. dr. Alfredo Valladão e Eduardo Marques Peixoto.

O Sr. 1º Secretario Perpetuo diz que o sr. dr. Eurico de Góes não comparece por motivo de fôrça maior.

O mesmo Sr. Secretario Perpetuo lê as seguintes propostas:

« Propomos que seja elevado a socio honorario o socio effectivo sr. dr. Augusto Tavares de Lyra, a quem o Instituto deve os maiores serviços e que sempre tem demonstrado dedicar ao Instituto todo o interesse do seu elevado espirito e prestigio pessoal.

« Rio de Janeiro, 12 de Maio de 1914. — *Conde de Affonso Celso.— Fleiuss.— Manuel Cicero.— Ramiz Galvão.— Sebastião de Vasconcellos Galvão.— Eduardo Marques Peixoto.* »

Vai á Commissão de Admissão de Socios, sendo relator o sr. barão de Alencar.

« Temos a honra de propôr que seja elevado a socio honorario o effectivo sr. dr. Homero Baptista, que tem prestado ao Instituto Historico assignalados serviços, quer no desempenho de seu cargo social, quer como representante da Nação.

« Rio de Janeiro, 12 de Maio de 1914.— *Conde de Affonso Celso.— Fleiuss.— Manuel Cicero.— Ramiz Galvão.— Sebastião de Vasconcellos Galvão.— Eduardo Marques Peixoto.* »

Vai á Commissão de Admissão de Socios, sendo relator o sr. dr. Miguel de Carvalho.

O Sr. Fleiuss (*1º secretario perpetuo*), pela ordem, julga dever communicar ao Instituto que, devido aos exforços do illustre sr. dr. Homero Baptista, conseguiu o Instituto fazer-se representar no Congresso de Sciencias Historicas, que em Abril ultimo se reuniu em Sevilha, tendo o sr. presidente nomeado para esse fim o socio effectivo dr. Pedro Souto Maior, o qual, ainda devido aos exforços dó sr. dr. Homero Baptista, ficará por algum tempo em pesquisas nos archivos da Hispanha.

O Sr. Presidente agradece o novo serviço, tão efficaz, que ao Instituto prestou o illustre consocio dr. Homero Baptista.

O mesmo Sr. Secretario Perpetuo lê as seguintes propostas:

— « Propomos para socio correspondente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro o sr. A. Velloso Rebello, bacharel em Direito, primeiro secretario da Lagação do Brasil em Lisbôa, membro de diversas associações scientificas e auctor das seguintes obras : « *La Nouvelle Loi Brésilienne sur les Faillites* » *(Decrét n. 2.024, du 17 Décembre (1908), 2 ème édition. Lisbonne, Aillaud, Alves et Cie.*

Les sources du Droit Brésilien (Esquisse historique). Bruxelles, Imprimerie F. Van Buggenhoudt, 1913.

« *Histoire sommaire de l'Arbitrage permanent,* — (em que collaborou).

— *Rapport sur le fonctionnement du Jury au Brésil — Extrait de la «Revue de l'Institut de Droit Comparé— Tome VI, 1913.*

Rio de Janeiro, 7 de Maio de 1914.— *Fleiuss.— Eduardo Marques Peixoto.— Sebastião Galvão.»*

— Vai á Commissão de Historia, sendo relator o sr. dr. Pedro Lessa.

— « Propomos para socio effectivo do Instituto Historico e Geographico Brasileiro o monsenhor Antonio Alves Ferreira dos Santos, auctor do seguinte trabalho : « *Noticia Historica da Ordem da Immaculada Conceição da Mãi de Deus e do Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda do Rio de Janeiro* — 12 de Maio de 1914.— *Fleiuss.— Marques Peixoto.— Sebastião Galvão.»*

Vai á Commissão de Historia, sendo relator o sr. dr. Alfredo Valladão.

O mesmo Sr. Secretario Perpetuo lê depois os seguintes pareceres da Commissão de Historia :

— « Numerosos e variados são os trabalhos scientificos e litterarios do dr. Lucas Ayarragaray, medico, jornalista, homem de letras, politico e, actualmente, ministro da Republica Argentina no Brasil. Na imprensa, na tribuna, no livro, tem elle dado bellos testimunhos de uma grande intelligencia fortemente cultivada e nobremente fecunda. Entre os seus principaes volumes publicados, de alguns dos quaes esgottadas se acham as edições, notam-se : *Pasiones — Estudios Médicos-Sociales* (1893) ; *La Anarquia Argentina y el Caudillismo — Estudio psicologico de las origines nacionales* (1902) : *Estudios historicos y politicos* (1907); *La Constitucion etnica argentina y sus problemas* (1910) ; *Socialismo argentino y legislacion obrera* (1912).

« O simples titulo destes trabalhos, — diz delles um critico brasileiro, — indica um espirito voltado para exame das altas questões que interessam os pensadores de todos os paizes e, ao mesmo tempo, dedicado ás cousas de sua terra natal, cuja evolução procura investigar, desde o inicio, inquirindo-lhe as fontes, apuran-

do-lhe as condições presentes, afim de lhes deparar a mais conveniente direcção. Sabio, operoso, patriota, eis os predicados que desde logo se lhe reconhecem. »

No dr. Lucas Ayarragaray, « o amor da acção se une á meditação e ao vivo gôsto pela origem e o fim moral das cousas, segundo uma conceituosa phrase por elle proprio empregada. »

Sôbre Historia, sobre Sociologia, sôbre Literatura, elevadas e criteriosas manifestam-se sempre as suas idéas, revestidas de uma fórma tão singela quão elegante e encantadora.

Inspira-lhe fundada repugnancia o caudilhismo, que «é sempre esteril e desmoralizador, não fundando sinão situações ephemeras sustentadas pela fraude, a violencia e a corrupção financeira, tendo ante si um porvir inseguro e sombrio ».

A obra capital do dr. Lucas Ayarragaray, aquella cuja composição lhe mereceu maior carinho e que mais lhe recommenda a capacidade é — *L' Anarquia Argentina*, obra que muito serviu ás conclusões do famoso livro de F. Garcia Calderon — *Les Démocraties latines de l'Amérique* —, o qual entretanto, nem sempre a cita.

Em *L'Anarquia Argentina* examina o auctor os elementos psychologicos que presidiram ao desenvolvimento da origem da sua patria sem se deter nas fórmas externas dos acontecimentos, porém procurando as causas essenciaes dos mesmos.

Estuda e busca resolver ahi problemas ethnicos e sociaes do maior alcance, varios dos quaes communs ao Brasil, pois, como este, teve a Argentina tres factores humanos na sua formação : o indio, o negro e o europeu.

Brevemente apparecerá uma versão brasileira deste valioso, substancial e interessante volume de 350 paginas de grande formato.

Bastam as succintas considerações expendidas, para mostrar que a producção literaria e scientifica do dr. Lucas Ayarragaray o habilita a entrar para o Instituto Historico.— 28 de Dezembro de 1913.— *Dr. B. F. Ramiz Galvão*, relator.— *Clovis Bevilaqua*.— *Eduardo Marques Peixoto*. »

E' approvado e vai, com a proposta, á Commissão de Admissão de Socios, sendo relator o sr. dr. Manuel Cicero.

— « Recebi, nos ultimos dias do anno social findo, para dar parecer, quatro volumes do livro do sr. visconde de Faria, distincto membro do corpo consular portuguez. Na primeira sessão do corrente anno venho desobrigar-me do dever de relator, dizendo a respeito dos trabalhos, com os quaes pleitea o auctor ingresso no Instituto.

Os livros apresentados ao exame e ao juizo da Commissão de Historia versam sôbre d. Antonio, prior do Crato e pretendente á corôa lusitana por morte do cardeal-rei d. Henrique. Em dous volumes, o sr. visconde de Faria tracta exhaustiva e definitivamente da descendencia genealogica de d. Antonio, e com proveito para estudiosos no correr daquelles volumes se refere á ascendencia e á vida do neto de d. Manuel, que jamais logrou haver o throno avoengo.

Para exgottar o assumpto, o auctor recorreu a archivos, a doutos, a documentos preciosos ou rarissimos, tornando o seu livro indispensavel a quem se occupar de d. Antonio e do periodo historico em que existiu.

Nos dous volumes restantes da sua « Antoniana », o auctor reuniu extractos, notas e documentos referentes ao principe, além de variada, extensa e curiosa bibliographia.

Todos esses trabalhos em tôrno de uma só figura historica, emprehendidos á custa de sacrificios, já de tempo, já de viagens, já de paciencia, demonstram a pertinacia e o devotamento do sr. visconde de Faria. As cousas da Historia lhe são familiares e queridas.

Bem conhecido é na Europa o exfôrço do sr. visconde de Faria a favor do renome, da gloria e da justiça que cabem a Bartholomeu de Gusmão, em a navegação aerea. Por meios tão engenhosos quão multiplicados, o sr. visconde tem buscado attrahir a attenção, o favor publico para a obra de Gusmão, sendo numerosos os artigos, os opusculos, os discursos em que os tem pedido. Poderia ter junctado a sua propaganda de Gusmão aos titulos, com que

se acha amparada a sua candidatura no Instituto. Tendo-a por justificada e proveitosa sou de parecer que o sr. visconde de Faria está no caso de ser eleito socio correspondente do mesmo Instituto, devendo haver na sua admissão uma parte de reconhecimento pelo que ha feito em pról de Bartholomeu Lourenço, do qual se constituiu o sr. visconde de Faria o cavalleiro andante.

Sala das sessões, em 20 de Abril de 1914. — *Escragnolle Doria*, relator. — *Clovis Bevilaqua*. — *Eduardo Marques Peixoto*. »

E' approvado e vai, com a proposta, á Commissão de Admissão de Socios, sendo relator o sr. barão de Alencar.

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) declara que a ordem do dia da presente sessão extraordinaria consta de votações.

O Sr. Fleiuss (*1º secretario perpetuo*) lê os seguintes pareceres da Commissão de Admissão de Socios :

— « A Commissão de Admissão de Socios examinou a proposta que apresentou o sr. dr. Enéas Galvão para socio effectivo do Instituto e leu o magistral parecer, que sôbre os trabalhos do proposto emittiu a illustrada Commissão de Historia.

« Cabe á presente commissão dizer sôbre a individualidade do candidato, suas condições de idoneidade e conveniencia de sua admissão. Basta citar o nome do sr. dr. Enéas Galvão, para que a Commissão de Admissão de Socios dê por cumprido o seu dever e recommende o proposto á approvação do Instituto.

Rio de Janeiro, 20 de Abril de 1914. — *Manuel Cicero*, relator. — *Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho*. — *Antonio Olyntho dos Santos Pires*. — *Barão de Alencar*. »

Corrido o escrutinio, é o parecer approvado por unanimidade de suffragios e, acto continuo, o Sr. Presidente proclama o sr. dr. Enéas Galvão — socio effectivo do Instituto.

— « O nome do sr. dr. João Ribeiro devia já pertencer a o cadastro social do Instituto Historico : é o de um eximio cultor das letras historicas, do que tem dado fartas e competentissimas provas.

A Commissão de Admissão de Socios pensa, portanto, que ha toda a conveniencia na sua admissão, reconhecendo-lhe os demais requisitos exigidos pelos Estatutos.

Rio de Janeiro, 20 de Abril de 1914. — *Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho*, relator. — *Antonio Olyntho dos Santos Pires.* — *Barão de Alencar.* »

Corrido o escrutinio, é o parecer approvado por unanimidade de suffragios e, acto continuo, o Sr PRESIDENTE proclama o sr. dr. João Ribeiro — socio effectivo do Instituto.

— «A Commissão de Admissão de Socios nada tem a oppôr á proposta que apresentou para socio correspondente o sr. Affonso A. de Freitas; tracta-se de um funccionario de elevada categoria, socio do Instituto Historico de S. Paulo e reunindo, portanto, as condições dos Estatutos.

Rio de Janeiro, 30 de Abril de 1914. — *Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho*, relator. — *Manuel Cicero Peregrino da Silva.* — *B. F. Ramiz Galvão.* — *Barão de Alencar.*»

Corrido o escrutinio, é o parecer approvado por unanimidade de suffragios e, logo depois, o Sr. PRESIDENTE proclama o sr. Affonso A. de Freitas — socio correspondente do instituto.

— «A Commissão de Admissão de Socios recommenda á approvação do Instituto a proposta que apresentou o socio effectivo sr. almirante barão de Teffé para ser elevado a honorario. Reconhece a Commissão que a proposta está inteiramente de accôrdo com os Estatutos, merecendo por isso a sancção do Instituto.

Rio de Janeiro, 30 de Abril de 1914. — *Barão de Alencar*, relator. — *Ramiz Galvão.* — *Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho.*»

Corrido o escrutinio, é o parecer approvado por unanimidade de suffragios e, acto continuo, o Sr. PRESIDENTE proclama o sr. barão de Teffé — socio honorario do Instituto.

— « Tractando-se da elevação de um socio effectivo a honorario, só cabe á Commissão de Admissão de Socios verificar, de accôrdo com o § 2° do art. 46 dos Estatutos, si a proposta reune as condições exigidas. Ora, o sr. dr. José Carlos Rodrigues está perfeitamente nos casos estabelecidos no art. 10, letras A e C. Assim, a Commissão entende que a proposta deve ser approvada por todos os motivos.

Rio de Janeiro, 30 de Abril de 1914. — *Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho*, relator. — *Manuel Cicero Peregrino da Silva*. — *B. F. Ramiz Galvão*. — *Barão de Alencar*.»

Corrido o escrutinio, é o parecer approvado por unanimidade de suffragios e, acto continuo, o Sr. Presidente proclama o sr. dr. José Carlos Rodrigues — socio honorario do Instituto.

— « A Commissão de Admissão de Socios, tendo examinado a proposta que eleva a socio honorario o effectivo dr. Clovis Bevilaqua, é de parecer que seja approvada a mesma proposta. É um acto de justiça que vai o Instituto practicar, incluindo o nome de um dos nossos mais notaveis jurisconsultos e seu prestimoso socio, no numero dos honorarios. Tudo nos merece o nosso eminente consocio, que certamente preenche todas as condições exigidas pelos Estatutos para a sua admissão na classe, para a qual foi proposto.

Rio de Janeiro, 11 de Maio de 1914.— *Manuel Cicero*, relator.— *Ramiz Galvão*. —*A. C. Gomes Pereira*.»

Corrido o escrutinio, é o parecer approvado por unanimidade de suffragios, e, acto continuo, o Sr. Presidente proclama o sr. dr. Clovis Bevilaqua — socio honorario do Instituto.

— « A Commissão de Admissão de Socios só tem motivos para applaudir a proposta que indicou a elevação do sr. dr. Augusto Olympio Viveiros de Castro de socio effectivo para honorario. E' sem contestação um dos membros mais merecedores do respeito do Instituto, que approvando a proposta confirmará o alto conceito, a que sempre se impoz o illustre dr. Viveiros de Castro.

Rio de Janeiro, 24 de Abril de 1914.— *Antonio Olyntho*, relator.— *Barão de Alencar*.— *Ramiz Galvão*.— *Miguel J. R. de Carvalho*.— *Manuel Cicero*. »

Corrido o escrutinio, é o parecer approvado por unanimidade de votos, e, acto continuo, o Sr. Presidente proclama o sr. dr. Viveiros de Castro — socio honorario do Instituto.

— « Nosso illustrado consocio, sr. dr. Manuel Cicero Peregrino da Silva, está nas condições de ser elevado á classe dos socios honorarios, já pelos seus notaveis serviços ao Instituto Historico,

já pela sua competencia provada em cargos publicos, nomeadamente na direcção da nossa opulenta Bibliotheca Nacional, cujos *Annaes* dirige de ha muitos annos com grande brilho.

A Commissão de Admissão de Socios é, pois, de parecer que a respectiva proposta seja approvada.

Sala das sessões, 28 de Abril de 1914. — Dr. *B. F. Ramiz Galvão*, relator.— *Barão de Alencar.— Miguel J. R. de Carvalho.*»

Corrido o escrutinio, é o parecer approvado por unanimidade de votos, e, acto continuo, o Sr. Presidente proclama o sr. dr. Manuel Cicero Peregrino da Silva — socio honorario do Instituto.

O Sr. Dr. Manoel Cicero agradece penhoradissimo e pede fique consignado em acta ter-se abstido de votar.

O Sr. Marques Peixoto (*servindo de 2º secretario*) lê o seguinte parecer da mesma Commissão:

— « A elevação do laborioso e distincto consocio sr. Max Fleiuss á classe dos socios honorarios do Instituto Historico é o justo galardão dos extraordinarios serviços por elle prestados como secretario da nossa Companhia e fervoroso propugnador do seu progresso.

Dedicando ao Instituto desde muitos annos o melhor de suas fôrças e um vivissimo interesse que se tem traduzido em actos de notoria relevancia, merece o digno secretario perpetuo, de accôrdo com os nossos Estatutos (art. 10, lettra *a*), esta distincção, á qual a Commissão de Admissão de Socios presta o seu sincero apoio.

Sala das sessões, 28 de Abril de 1914.— Dr. *B. F. Ramiz Galvão*, relator.— *Manuel Cicero Peregrino da Silva.— Barão de Alencar.— Miguel J. R. de Carvalho.*»

Corrido o escrutinio, é o parecer approvado por unanimidade de votos, e, acto continuo, o Sr. Presidente proclama o sr. Max Fleiuss — socio honorario do Instituto.

O Sr. Fleiuss agradece a nova prova de bondade do Instituto e pede que na acta se registe, sôbre a votação do parecer a seu respeito, declaração egual á do sr. dr. Manuel Cicero.

Nada mais havendo a tractar, o sr. PRESIDENTE levanta a sessão ás 17 1/2 horas e convida os socios presentes a comparecerem á proxima sessão ordinaria, em que o distincto socio effectivo, sr. dr. Roquette Pinto, fará a leitura de um capitulo de seu livro — *Viagem a Matto Grosso.* — *Servindo de 2º secretario* EDUARDO MARQUES PEIXOTO.

ACTA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINARIA EM 23 DE MAIO DE 1914

Presidencia do sr. conde de Affonso Celso

A's 20 horas, na séde social, abre-se a sessão com a presença dos seguintes socios:

Conde de Affonso Celso, drs Manuel Cicero Peregrino da Silva, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Max Fleiuss, Edgard Roquette Pinto, Alfredo Valladão, D. Carlos Lix Klett, almirantes Antonio Coutinho Gomes Pereira e A. Indio do Brasil, general dr. Gregorio Thaumaturgo de Azevedo, major dr. Liberato Bittencourt, drs. Augusto Tavares de Lyra e José Americo dos Santos e conde de Leopoldina.

O Sr. FLEIUSS (*1º secretario perpetuo*) lê a acta da sessão anterior, que é approvada sem debate.

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente*) dá conta da importantissima offerta que a exma. viuva Lima Drummond fez ao Instituto de uma boa parte da livraria daquelle saudosissimo consocio, e agradece a preciosa dadiva.

O SR. FLEIUSS (*1º secretario perpetuo*) lê a seguinte carta do sr. Theodore Roosevelt:

«American Consular Service», Pará, Brazil, 6 de Maio de 1914.

Exmº. Sr. Conde de Affonso Celso, Presidente do Instituto Historico Brasileiro. — Presado Senhor — Venho agradecer-lhe e por seu intermedio ao Instituto Historico as finezas que muito me penhoraram.

Guardarei sempre grata memoria da cortezia e generosidade do Brasil.

Sou de V. Ex. creado obrigadissimo — *Theodore Roosevelt.* Releve as pressas destas linhas».

Lê tambem uma carta do consocio sr. dr. Augusto Olympio Viveiros de Castro, agradecendo a sua elevação a socio honorario.

O Sr. Dr. Roquette Pinto (2º *secretario*) lê as seguintes propostas:

— Temos a honra de propôr para socio correspondente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro o sr. Basilio de Magalhães, lente de Historia do Brasil no Gymnasio de Campinas e auctor dos seguintes trabalhos que offereceu ao Instituto:

Lições de Historia do Brasil — S. Paulo, 1895; *Pela Republica Civil* (discurso) — S. Paulo, 1910; *A Monarchia Poruguez*a synthese perfunctoria da sua evolução historica) — Campinas 1910; O *Estado de S. Paulo e o seu progresso na actualidade* (notas historicas, estatisticas e criticas, etc.) Rio de Janeiro, 1913.

Rio de Janeiro, 23 de Maio de 1914. — *Fleiuss.* — Major *Liberato Bittencourt.* — *Roquette Pinto.*

Vai á Commissão de Historia, sendo relator o sr. dr. Alfredo Valladão.

— « Propomos para socio effectivo do Instituto Historico e Geographico Brasileiro o illustre medico dr. Juliano Moreira, actual director do Hospicio de Alienados do Rio de Janeiro, que tem representado o Brasil com brilho e distincção em varios congressos internacionaes scientificos e auctor de trabalhos notaveis, entre os quaes o importante estudo historico, que tem por titulo « Esboço sobre a evolução da Medicina do Brazil ».

Rio de Janeiro, 23 de Maio de 1914. — *Conde de Affonso Celso.* — *Barão de Alencar.* — *Fleiuss.* — Major *Liberato Bittencourt.* — *Roquette Pinto.*

Vai á Commissão de Historia, sendo relator o sr. dr. Viveiros de Castro.

O mesmo Sr. 2º Secretario lê os seguintes pareceres da Commissão de Admissão de Socios.

— « Parece á Commissão de Admissão de Socios que deve ser approvada pelo Instituto a proposta que indicou a elevação do socio effectivo sr. dr. Homero Baptista a honorario. Reconhece a Commissão que a proposta consulta plenamente os interesses sociaes, obedecendo egualmente ás disposições dos Estatutos.

Rio, 20 de Maio de 1914.— *Miguel J. R. de Carvalho*, relator.— *Barão de Alencar*.— *Ramiz Galvão*.— *A. C. Gomes Pereira*. »

Corrido o escrutinio, é o parecer approvado por unanimidade, e, acto continuo, o sr. presidente proclama o sr. dr. Homero Baptista — socio honorario do Instituto.

— A Commissão de Admissão de Socios approva, sem restricção alguma, a proposta que indica a elevação a socio honorario do socio effectivo sr. dr. Augusto Tavares de Lyra.

Acceitando-a, o Instituto mais uma vez demonstrará que sabe reconhecer os serviços que lhe são prestados pelos seus dedicados consocios.

Rio de Janeiro, 20 de Maio de 1914. — *Barão de Alencar*, relator.— *Ramiz Galvão*.— *A. C. Gomes Pereira*. »

Corrido o escrutinio, é o parecer approvado por unanimidade, e, acto continuo, o sr. presidente proclama o sr. dr. Augusto Tavares de Lyra — socio honorario do Instituto.

O Sr. Dr. Tavares de Lyra confessa-se muito penhorado e pede se consigne em acta que se absteve de votar.

— O Sr. Antonio Portugal de Faria, (visconde de Faria,) pode com vantagem para o Instituto ser eleito seu socio correspondente. Ha muito tempo que pertence ao corpo consular portuguez, tendo sido chanceller em Paris e depois consul em Cadiz, Montevidéo e Livorno, exercendo actualmente as suas funcções em Lausanne.

« Brito Aranha diz delle o seguinte no tomo XX (13° do supplemento) do « Diccionario Bibliographico Portuguez » : « Effectivamente é grande o trabalho a que se tem dedicado o Sr. Antonio Portugal de Faria, principalmente em interessantissimas pesquizas nos cartorios e bibliothecas da Italia, e cabem-lhe por sem

duvida merecidos louvores pelo bom exito de suas patrioticas e bem orientadas diligencias ».

A Commissão de Admissão de Socios pensa, pois, que a proposta que indicou o sr. Antonio Portugal de Faria (visconde de Faria) para socio correspondente está no caso de ser approvada.

Rio de Janeiro, 20 de Maio de 1914.— *Barão de Alencar*, relator.— *Ramiz Galvão.— A. C. Gomes Pereira.* »

Corrido o escrutinio, é o parecer approvado por unanimidade, e o sr. presidente proclama o sr. Antonio Portugal de Faria (visconde de Faria) — socio correspondente do Instituto.

— « O sr. dr. Lucas Ayarragaray é, como bem o demonstrou a illustrada Commissão de Historia, um homem digno da maior consideração por sua cultura e notaveis predicados, que vantajosamente o recommendam á admissão no Instituto Historico.

A Commissão de Admissão de Socios applaude a proposta que o indicou, reconhecendo mais no illustre ministro argentino um dedicado e constante amigo do Brasil, sempre filiado aos que accompanhavam o glorioso general d. Bartolomé Mitre.

Acha, por isso, a Commissão, que o sr. Ayarragaray está em condições de ser eleito socio correspondente do Instituto.

Rio, 20 de Maio de 1914. — *Manuel Cicero*, relator.— *Barão de Alencar. — A. C. Gomes Pereira.* »

Corrido o escrutinio, é o parecer approvado por unanimidade, e, acto continuo, o sr. presidente proclama o sr. dr. D. Lucas Ayarragaray — socio correspondente do Instituto.

O Sr. General Thaumaturgo de Azevedo, pedindo a palavra, lembra a conveniencia de se convidar o sr. dr. Ayarragaray, que se acha presente, a tomar posse.

O Sr. Conde de Affonso Celso, (*presidente*) diz que a lembrança suggerida pelo illustre sr. general Thaumaturgo bem exprime o alto grau de sympathia, que cerca a pessoa do distincto sr. dr. Ayarragaray. Infelizmente, porem, não a póde acceitar, pois que a isso se oppõem terminantes disposições dos Estatutos que regulam de modo minucioso a ceremonia da posse dos socios.

Só por esse motivo deixa de attender ao que propõe o sr. general Thaumaturgo, o qual lhe merece a maior consideração.

Passando-se á segunda parte da ordem do dia, o Sr. Presidente dá a palavra ao Sr. Dr. Roquette Pinto, que lê o capitulo do seu trabalho sôbre os *Indios da Serra do Norte* (Matto Grosso), sendo, ao terminar, alvo de grandes applausos.

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) annuncia que o sr. dr. Lucas Ayarragaray, illustre ministro argentino, a quem por se achar presente dirige os cumprimentos do Instituto pela sua eleição para socio correspondente, tomará posse na sessão que se realizará no dia 1 de Junho, ás 20 horas, e para a qual convida não só aos socios como ás demais pessoas presentes.

Levanta-se a sessão ás 21 horas.— *Roquette Pinto*, 2° secretario.

TERCEIRA SESSÃO ORDINARIA EM 1° DE JUNHO DE 1914

Presidencia do sr. conde de Affonso Celso

As' 20 1/2 horas abre-se a sessão, com a presença dos seguintes socios: conde de Affonso Celso, dr. Manuel Cicero Peregrino da Silva, desembargador Antonio Ferreira de Sousa Pitanga, dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Max Fleiuss, drs. Edgard Roquette Pinto, Alfredo Rocha, Carlos Lix Klett, major dr. Liberato Bittencourt, drs. Alfredo Valladão, Sebastião de Vasconcellos Galvão, almirantes A. C. Gomes Pereira e A. Indio do Brazil, Felix Pacheco, drs. Alberto de Carvalho, João Luiz Alves, Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho e Manuel Alvaro de Sousa Sá Vianna.

O Sr. Dr. Roquette Pinto (*2° secretario*) lê a acta da sessão anterior, que é approvada sem debate.

O Sr. Fleiuss (*1° secretario perpetuo*) lê o expediente, que consta de um officio do dr. Lucas Ayarragaray, agradecendo a sua eleição de socio correspondente, e de telegrammas em que jus-

tificam sua ausencia os consocios drs. Tavares de Lyra, Rodrigo Octavio, Homero Baptista e general Thaumaturgo de Azevedo.

O Sr. 1º Secretario Perpetuo requer depois que, como annexo á acta da presente sessão, se insira o discurso proferido pelo sr. conde de Affonso Celso, dignissimo presidente do Instituto, a 27 de Abril ultimo, por occasião de inaugurar, na sala de leitura do Instituto, a galeria dos Chefes do Estado.

E' approvado.

Em seguida, o mesmo Sr. 1º Secretario Perpetuo communica achar-se na casa o novo socio correspondente sr. Lucas Ayarragaray, que veio tomar posse.

O Srs. Conde de Affonso Celso (*presidente*) designa os srs. Secretarios e o dr. Alfredo Rocha para introduzi-lo no recincto.

Dá entrada no recincto, debaixo de applausos, e presta o compromisso dos Estatutos, o Sr. Dr. Lucas Ayarragaray, que pronuncia o seguinte discurso :

« La aristocracia intelectual, aquella que estudia, investiga, medita y trata de cimentar la civilización material sobre lo espiritual y el ideal, es en todos los países una minoria esclarecida. — La del Brasil tiene aqui su cenáculo, á donde acuden de tiempo en tiempo sus representantes más genuinos para discurrir sobre el origen y el fin moral de las cosas y desentrañar de la subversión aparente de la historia y del conflito de los interesses humanos, las fuerzas imponderables que los elaboran y gobiernan. Asi construyen, recogidos en la meditación, la obra transcendental y desinteresada, que completará y ennoblecerá lo que en el porvenir ha de constituir el gran Brasil, aureolado con la irradiación de las bellas letras y de las artes.

Al recibirseme en este Instituto Historico, solar augusto del genio brasilero, manifesto francamente mi reconocimiento por el altisimo honor que se me discierne. Acepto pués con orgullo e titulo de socio de Centro tal, de investigación y de estudio, y me es grato invocar en este momento las solidaridades immanentes de nuestros espíritus y las correlaciones profundas del pensamiento

americano. Ocuparé tranquilo y confiado un sitial en este viejo hogar espiritual, donde se congregan después de tres cuartos de siglo, los hombres más ilustres del país, por el talento, la cultura, el idealismo y la superioridad de acción, de todos aquellos que hacen de la vida una tarea de especulaciones puras y son, por consiguiente, los místicos obreros del progreso moral de su raza.

La opinión vulgar no siempre atribuye á la idea el papel fundamental que le corresponde, en las modalidades y en los destinos de una civilización; ella busca, por el contrario, en las fuerzas positivas y en las combinaciones arbitrarias y estériles de la política, el origen de los cambios y de los progresos fundamentales. Es, sin embargo, la civilización espiritual que supedita y orienta la material y es, por su intermedio, que se transmite de edad en edad la simiente, el soplo moral que suscita los pensadores, los visionarios y reformadores que impulsan á la humanidad á hacer la jornada a grandes pasos, como los dioses de la Iliada. Son aquelos los que descubren y fecundan las regiones desconocidas ó inesploradas, á las que llegan jadeantes, después, los hombres de acción ó los ejecutores violentos. *Mens agitat molem!*

A menudo, trato de reconstruir imaginativamente el estado de espíritu de los letrados, filósofos, políticos, artistas, grandes señores, burócratas y conservadores de toda laya del Imperio Romano, contemporáneos del Cristo. Para todos ellos seguramente, el porvenir del mundo, las fuerzas y pendientes morales, capaces de desviar el curso de aquella civilización, debian dormir parafraseando á Homero, sobre las rodillas de los dioses del Palatino, del Senado ó del Foro. La solución de los problemas de sentimiento y de conciencia, como todos los demás, vinculados a los destinos, que por entonces aquejaban al mundo y á la Ciudad Romana, se incubaban naturalmente, ante el concepto de todas las clases, en las cumbres oficiales, las únicas enhiestas y visibles, de todos los puntos del horizonte antiguo. Sin embargo, las potencias morales, de donde iban á manar los torrentes de emociones é ideas que pronto arrasarian, para transformar, la vieja organización del mundo, se ocultaban, como los manantiales del Nilo, en

regiones ignotas y rústicas, fuera de los limites de la gran civilización y de la cultura tradicional, en hombres simples, extraños á la sabiduría y al arte clásico, pero arrebatados por una inspiración espontánea y activa, por la virtualidad de una gigantesca misión que cumplir, por la iluminación de una causa expansiva, que encendia en las almas la potencia inconmensurable que dá la idea cuando a ella se adhiere el ingénuo amor, la vision confusa y quimérica de una fé integral.

En las filas opuestas, para sostener la magnifica civilización pagana, yá caduca, roida por el escepticismo y la incoherencia, como toda civilización que agotó los principios que le dieron impulso y vida — como en la decadencia contemporánea — no habia sinó pedantes saturados de sofismas, filósofos utilitarios, constructores de sistemas convencionales, investigadores de espiritu especializado y fragmentario, políticos obsecados por la rutina y corrompidos por las aberraciones del poder, declamadores sin entusiasmos, reformadores sin convicción, clases dirigentes extenuadas por el escepticismo y las preocupaciones egoistas y sensuales. En ese mundo de materialismo concupiscente no había espacio para la abnegación ó el sacrificio desinteresado, capaces de alentar los inertes residuos de las grandes cosas que fueron y que solamente subsistían como apariencias sin alma. Por todas partes se observaba la decadencia espiritual irremediable por más que la complexión del poder y de las cosas ostentaran engañosa robustez. Las raices morales que habían nutrido la brillante y grandiosa civilización pagana habían muerto; sólo pendían frutos extenuados de las ramas secas del arbol.

Mientras tanto, en aquellos que entonces combatían, como hoy, las cosas consagradas de la sociedad, de la familia, de la religión. del sentimiento, de la organización de los intereses tradicionales, ardia el verbo, la potencia propia de la convicción infinita, la seguridad en la gravitación hiperbólica del alma humana y la creencia en la realización inevitable del destino. En aquellos hombres nuevos é iletrados, la capacidad para esperár y creer es naturalmente absoluta. El espiritu de apostolado es expontáneo, sin que

ningun sentido critico sea capaz de separar la leyenda de la verdad, lo quimérico de lo real; sin que ninguna sutileza de análisis destruya, como en los hombres de civilizaciones quintesenciadas, los valores tradicionales y misticos. Al lado de la confianza y del entusiasmo, impera la iluminación fervorosa y el visionarismo, sin que la duda metódica de la ciencia ó de la filosofia y erudición de cátedra regule con sus canones y marchite con las temperaturas inclementes del escepticismo, las inspiraciones expontáneas, propias de las naturalezas intactas. Es asi, sin las disciplinas academicas de las civilizaciones en declinación, que las robustas expontaneidades nativas del sentimiento y de la idea, realizaron en todas las épocas las grandes revoluciones espirituales...

« Que predicais » pregunta Pilatos, y el Maestro, interrogado, responde : « La verdad ». El Romano, analitico y esceptico, reflexivo é irónico, como un mundano y un moderno, pregunta a su vez : « Y qué es la verdad ?... »

Resume este dialogo toda la filosofia de la magna lucha de dos mundos morales : uno caduco, otro naciente ; aquel con las dudas de la madurez, este con los optimismos de la juventud, mediante los cuales pudo forjar un instrumento espiritual, tan poderoso como no habia conocido otro semejante el mundo. La lucha trabóse entonces, como acontece en las revoluciones transcendentales, entre dos personas : la persona mistica y la persona autoridad ; la que combate en la creencia absoluta de la bondad de su causa, y la que resiste, obedeciendo á una consigna ó á un deber tradicional, para defender la situación legal y el hecho secularmente consumado. En sintesis : la realidad extenuada, delante de la doctrina viviente.

Fué asi que en el siglo XVIII mientras los reyes y los ministros procedian, como arbitros perpetuos del porvenir de Europa, imperando por la espada y la diplomacia sobre las tierras y sobre las almas, un visionario nacido en Ginebra, errabundo é inquieto, solitario y miserable, irritaba con sus teorias y paradójas el alma turbulenta de la multitud y, creyente convencido de la potencialidad de la idéa, arrojaba sobre los surcos del mundo palabras de

rebelión, que al fin arruinaron las formas arcaicas y vacias, restos de la edad feudal.

Vosotros, que os sentis agitados por todas las inquietudes del pensamiento contemporáneo y creis en las fuerzas imponderables y sois atraidos por los misterios del mundo y de la vida, haceis obra duradera, poniendo vuestro empeño para desenvolver los factores espirituales de la civilización brasilera.

Es en tal concepto que, incorporándome a este Instituto, me siento intimamente confundido con el alma profunda de vuestro pais. Os congregais aqui, para difundir vuestras meditaciones é interpretar la realidad del presente por el pasado, en armonia con las transformaciones experimentadas por el sentido histórico y, exhumando las cosas que fueron, más que como eruditos, como sociólogos y pensadores, luchais por descubrir en el sub-suelo nacional las raices psicológicas y étnicas, que imprimirán á vuestra civilización sus caracteres propios y definitivos. Apreciado de tal punto de vista, las funciones y caracteres de vuestro Instituto Historico asume entonces una autoridad excepcional, para erigirse en contrapeso espiritual, tanto más necesario en pueblos nuevos cuanto en ellos, naturalmente, predominan las preocupaciones y tendencias utilitarias.

Este centro de alta investigación revela una intensa vida intelectual y es, por si mismo, el exponente más brillante y el más noble ornamento del Brasil.

Vuestro país tuvo desde antiguo la vida espiritual mejor organizada de América. — Recordad que hace más de setenta años, que, mientras la semi barbarie desgarraba las democracias demagógicas y mestizas del Continente, en vuestro país, un regimen culto por excelencia erigia este Instituto y otorgaba en consecuencia al pensamiento el lugar, que ocupaba en las Repúblicas vecinas la fuerza y la turbulencia. — Hubo entonces un Emperador, miembro y protector de este Instituto, que realizaba como Marco Aurelio y Antonino Pio, el sueño fugaz de Platón : un filosofo al frente de su república. — Era Don Pedro II aqui un Emperador de pensadores ; de tal manera fomentaba un movimiento intelectual

dignificador, que suscitó clases sapientes y alta cultura, cuya influencia propulsó la evolución pacífica, quizás fatal y necesaria, que transuntó el regimen esclavista en regimen de liberación, y el regimen imperial en regimen republicano, porque toda forma de organización política, antes de ser realidad, es doctrina; primero patrimonio de los pensadores, despues de los estadistas.— Aconteció, pués, que cuando la forma augusta del imperio alcanzó su noble caducidad, surgió con la republica una pléyade de talentos vigorosos y audaces, de políticos transcendentales, de oradores y tribunos, hijos de la vieja cultura integral que este Instituto habia engendrado y en cuyo seno asumió formas y expresiones superiores de organización.

Se me antoja que, incorporándome á este Centro de estudio, el hecho aparentemente aislado asume las proporciones de una tendencia, y echamos sin apercibirnos las bases de la solidaridad espiritual, de las correlaciones sistemáticas de todos los centros análogos al Instituto Histórico Brasilero, existentes, no solo en mi pais, sinó en el resto de América latina.— Es menester establecer nuestra fraternidad de pensamiento, con estudios correlacionados, con intercambio de conferencistas y profesores, y tambien, con congresos universitarios Pan-Americanos, que unifiquen la alta cultura del Continente.— Son tan profundas nuestras afinidades, que el estudio de cualquier problema nacional es en definitiva un problema general.— A consecuencias tan singulares contribuye la mancomunidad de origen y de metodos iniciales de conquista y colonización, con las mismas modalidades anárquicas, que precedieron la organización legal, con elementos constitutivos de población, complexion de familia, factores históricos y juridicos semejantes y afines que modelaron todas las instituciones, de la cual ha surgido la entidad histórica y continental contemporánea. — Estamos entonces obligados, para llegar a resultados fundamentales en estudios é investigaciones historicas y formular grandes sintesis y postulados filosóficos, hacer la correlación de las influencias étnicas y geográficas, de la arqueología y filologia de todas las repúblicas latinas, sometiendo sus problemas, sus ori-

genes y evoluciones, a metodos generales y científicos, para poder emprender el estudio fundamental de la historia de América.— Quizás esta tarea pudiera encomendar se a una junta permanente Pan-Americana, que reuniera tan vasto y multiple material.— Nuestro passado yace aún silencioso, como ciudad abandonada, rodeada de regiones incultas, bajo cielos nebulosos, en los que flotan las pálidas sombras de hombres y acontecimientos, en el caos originario.

En vuestros anales patrios no existe el fondo turbulento, mágnifico por la expontanea barbarie, cuando en las Repùblicas de origen hispanico imperaba el tumulto y las fuerzas desencadenadas del poema anárquico.— Caudillos extraordinarios y torvos, tiranos y demagogos á la vez, bajo la impulsión de sus naturalezas primitivas, arrastraban como titanes en pos de sí montoneras depredadoras y delirantes.— El caos social y político engendraba en su limo, como el caos geológico, monstruos gigantescos, que hoy nos asombran a nosotrós, hombres comunes, disciplinados por la cultura europea en medio siglo de vida regular é intensa, cuando desde lejos se nos ocurre contemplar sus instintos y desenfrenos de ciclopes.

Pero las situaciones, aun las mas anómalas, en la coherencia general de la historia, tienden siempre á un resultado moral y á una significación trascendente en los destinos de una civilización. — En aquel medio barbaro trabajaban silenciosamente las fuerzas vitales; los caracteres lejos de disolverse en la quietud se forjaron en la lucha.— Cada cual veíase forzado a abrazar un partido y defender una causa; la débil é incipiente minoria, con la palabra y la pluma, la turbulenta mayoria, con la espada.— La lealtad y abnegación por la causa nivelaba todas las energias, pués entonces una opinion costaba a menudo la vida y casi siempre los bienes. — En aquel áspero embate, se acumularon energias superiores que fueron utilizadas en las edades subsiguientes, cuando alboreó la organización legal.— De tal manèira, que hoy, en las mismas tierras que cubrió la lava con sus residuos igneos, emergen prados tranquilos y risueños, climas serenos, donde el pensamiento

pugna por consolidar su imperio, y donde centros de cultura, análogos a vuestro Instituto, desempeñan tambien mision intelectual y civilizadora.

Nada hay inmovil en el mundo; las obras del espiritu, como las formas generales de la vida, estan sometidas á continuo vaiven.

La historia es quizás el genero literario, que experimentó cambios más fundamentales en su manera de expresión y en sus métodos de investigación y de critica, es decir, en la apreciación de los hechos y las causas de los mismos. Qué lejos estamos del gran genero histórico de arte y elocuencia, épico y de ficción, regulado en su recitacion y en sus tópicos, por « el decorum » y gravedad romana, obra mitica por excelencia, narrativa é ingenua! — Apenas interrumpen su grandiosa simplicidad las arengas atildadas y sonoras, las biografias, sucediéndose à las biografias los personajes de una pieza, con contornos de semidioses, enfilados como las estatuas de los museos, en actitudes convencionales y de ficción. — El heroe, sustraido à las influencias del medio, ensimismado en la unidad inquebrantable de un caracter, es el árbitro solitario de los destinos, de él parten y hacia él vuelven todos los hechos de la historia y, cuando actua, es su inspiración que levanta ciudades, erige murallas, enseña las artes y las ciencias y, despues de meditar en el bosque sagrado, dicta leyes á los hombres y á los pueblos. — El héroe moderno, en modesto pedestal, está sometido á influencias y proporciones humanas, rodeado por las causas innumerables y confusas que gobiernan nuestras complicadas sociedades; es un propulsor secundario, y su acción es la resultante de factores palpables y positivos, derivados del determinismo de la raza y del ambiente histórico, económico y geográfico. — Un indice final, de una serie de causas remotas y próximas. — El personaje-multitud, casi ignorado hace un siglo, irrumpe tumultuosamente en la escena del mundo, para compartir con el héroe, la responsabilidad y la gloria, que en las viejas sociedades desempeñó el Titan solitario.

Entonces qué subversión mas grande en el sentido y en el analisis histórico! — Asi, por ejemplo, mientras el origen de

Roma reposa para los historiadores clásicos en causas legendarias y sobrenaturales, como cuadraba á la esplendorosa juventud del mundo, cuando la imaginación tenia aún la luz de las primeras auroras y los dioses visitaban la tierra, para mezclarse en las querellas de los hombres. Para el cronista moderno, como cuadra à una edad utilitaria y esceptica, en la que imperan los dioses del comercio, la Ciudad Eterna surge del juego de fuerzas económicas, por su situación en la ampla ruta de intercambio, entre la Sabina y el Lacio.

Aún no es posible precisar la ley que preside el desarrollo de los fenómenos históricos y el principio esencial á que obedece el origen, progreso, culminación y decadencia, ciclo fatal de las civilizaciones. Al enigma, no lo resuelve ni el racionalismo puro, ni la selección, ni las diversas doctrinas que se sustentan en factores etnicos, antropologicos, geográficos, psicológicos ó económicos, que, yá aislados ó yá combinados, formane l núcleo de los diversos sistemas de Guizot, Gobineau, Buckle, Taine, Mommsen, Marx, etc. — Pero cuando se observan los vastos movimientos, los grandiosos conjuntos, condensandoseles en sintesis filosóficas, se perciben a traves de los misterios que nos rodean, mas allá de las lineas flotantes de los fenómenos adventicios, las causas, confusas todavia, que deciden de las formas y destinos de una civilización. En los metodos positivos y cientificos se excluye naturalmente el viejo fatalismo providencial, aquel que ponia en mano de los dioses, imbuidos de odios y venganzas, el porvenir de las cosas, como asi tambien las doctrinas con tendencias finalistas, y, no solamente el metodo dramático de los historiadores antiguos, sinó tambien el imaginado por Voltaire, sujetando el recitado à la exposición, nudo y desenlace.

Ha muchos años oi a Gaston Boissier, en su cátedra del Colegio de Francia aseverar que la forma del recitado histórico en las edades clásicas debiase á que la mayoria de los historiadores salian de las filas de los hombres politicos y eran por lo tanto oradores. La elocuencia abria entonces las puertas de la politica ; el discurso implicaba una acción, y en los tumultos del

foro y deliberaciones del senado era la musica de la frase y el ademan que imponian á la multitud. Era el gobierno una función noble é indeterminada, función esencialmente directiva, y la autoridad del magistrado no derivaba de un codigo politico ni de la virtualidad de la institución, como acontece en nuestros dias. Ante todo, era una conquista personal, una imposición del prestigio y de las calidades intrinsecas de aquel que la ejercia. Hoy el mandatario legal es casi una entidad puramente simbolica, sin caracter dramatico ó heróico, de ordinario figura indecisa y palida, cuyo poder dimana sobre todo de la ley. Simple director de una vasta administración, regular y disciplinada, con funciones prescritas y dentro de las cuales las potencias expansivas del héroe no encuentran ambiente ni escena. Dentro de la virtualidad de tal mecanismo, la personalidad es elemento inerte ó por lo menos secundario.

Los nuevos métodos, sin embargo, no convierten á la historia en un recitado impasible y frio; en él puede el escritor mezclar parte de su alma, y en la trama realista caben aún los hilos de luz de la evocación poética y de la filosofia. Pués bien considerados los acontecimientos, no tienen otra realidad que aquella que les imprime el temperamento del que los rememora. Producido un hecho, vive solamente por las evocaciones suscitadas en la imaginación del que lo describe y por las imagines é ideas, que á su vez levanta en la fantasia de la posteridad.

No existe para el hombre un enigma más dramático que el hombre mismo, y todo lo que se relaciona con sus origines, sus obras, sus grandezas y decadencias, sus esfuerzos, sus penas, sus afanes y sus zozobras, sus esperanzas, luchas y miserias serán temas eternos de meditación y de estudio.

Debemos confesar, sin embargo, que aquellos elementos espirituales son débiles en nuestras historias sud-americanas, vale decir, que la perspectiva historica, la larga posteridad, el tiempo que dramatiza y ennoblece los hechos, es á menudo precario. La mayoria de los hombres y de los acontecimientos estan próximos, de manera tal, que casi somos sus contemporaneos. El tiempo es elemento in-

dispensable para depurarlos. Nada dignifica tanto un hecho, un hombre, una escena ó un paisage, como cuando cae sobre ellos la luz crepuscular de un pasado remoto. Porque entonces los caracteres secundarios se esfuman y con ellos las pequenas actitudes, las violentas contorsiones cotidianas, destacandose solamente los caracteres fundamentales del personaje y del drama. En realidad, la historia, como obra humana y como obra de arte, lleva en si las impresiones indelebles de las situaciones y circunstancias, en medio de las cuales se concibió y escribió. De manera bien diferente se perciben los hombres y se tiene la sensación de los hechos, cuando se los examinan desde el seno de tiempos tranquilos de libertad ó de triunfos ó en epocas de decadencia ó de oprobio. En estas condiciones extrinsecas, como en los caracteres de las epocas que se narran, radica en gran parte el pesimismo de los historiadores romanos, como Tácito y Suetonio, por ejemplo, y el optimismo confiado y expansivo de Tito Livio que, à medida que avanza en el recitado « su alma se vuelve antigua ». El mismo fenómeno psicológico es fácil observar en los historiadores contemporaneos y, si no fuera por temor de salvar los limites de un discurso academico, precisaria, con un análisis minucioso, mi anterior aseveración. A menudo también sin apercibirnos, flagelamos el presente en el pasado y a fuer de moralistas, exageramos los vicios de las épocas que describimos. La moralidad de los hombres y de los gobiernos siempre fué precaria; el vicio es de todos los tiempos; creo con Séneca, que su nivel no sufre fluctuaciones fundamentales. Aquel que no tolera el vicio, no tolera los hombres. Todos los decalogos y códigos penales tienen una gran similitud desde la más remota antiguedad, y la prueba está que la enumeración de los delitos, sobre los cuales legislan, son siempre los mismos.

Er definitiva, lá vida individual y colectiva no es acaso, segun Renan, un tejido de crimenes que prosperan y de esfuerzos virtuosos que fracasan?

Señores:

En este momento decisivo de mi vida intelectual, espreso mi inquebrantable admiración por vuestra tierra, por vuestra diáfana

historia, por vuestros esfuerzos civilizadores, por vuestro intenso idealismo y solida cultura, y con satisfacción siento que mi espíritu se confunde con el alma inquieta y profunda del Brasil.

La carta de ciudadania espiritual, que me habeis otorgado, nos confunde en una fraternidad superior de aspiraciones y pensamientos comunes.

En lo sucesivo, habitaremos el mismo país incorpóreo y sereno, donde imperan las fuerzas imponderables y las cosas aladas, país de ideal, de ensueño, de meditación y de misterio, donde todas las cumbres tienen su aureola y flotan las idéas increadas en la luz inmortal y al que llega el alma humana, en los raros y fugaces momentos, en que cree realizar un ideal, cuando el pensamiento, cargado de zozobras, descansa á la sombra del árbol simbólico del jardin de Academus, para escuchar, embelezado, los cantos matinales, que modulan indecisas las aves del cielo, entre el follaje sutil de las ideas y de las quimeras... ! »

O discurso do illustre ministro argentino é coroado por uma longa salva de palmas de todas as pessoas presentes.

O Sr. Dr. Ramiz Galvão, orador do Instituto, assim responde : — « Sr. Dr. Lucas Ayarragaray, eminente consocio. Os bellos e profundos conceitos da oração, que acabamos de ouvir com intenso deleite, são a confirmação mais eloquente do acêrto e da solicitude com que o Instituto Historico e Geographico Brasileiro approvou a vossa admissão ao seu gremio. Espirito de elevada cultura, philosopho, sociologo, cultor do ideal, sois mais um illustre Argentino que honra e abrilhanta as nossas fileiras, e sois tambem um mensageiro da paz e da confraternização, que devem cimentar mais profundamente a união dos nossos dous paizes. Não posso calar a gratidão, que deve esta Companhia á gentileza com que nos qualificastes de «mysticos obreiros do progresso moral da nossa raça». De facto, illustre consocio, si não temos a pretenção de haver feito o melhor, diz-nos todavia a consciencia que o Instituto ha labutado em tres quartos de seculo por adeantar a construcção deste bello monumento, que se chama a Historia da patria, esquadrinhando origens, substituindo lendas insubsistentes, rehabilitando

nomes e figuras dignas de relêvo, archivando tradições honrosas, fazendo a critica serena do passado, e tirando desse trabalho patriotico, por vezes rude e mal apreciado, a licção que ha de illuminar, como luzeiro, a rota do futuro, porque a *Historia* é o phanal benefico dos povos.

E' profundamente verdadeiro esse pensamento virgiliano, a que alludistes: *mens agitat molem*. Sim, o espirito faz mover o mundo. A civilização espiritual orienta o progresso material. Ai dos povos, em que essa deusa não tenha altares nem apostolos!

Aqui, sob o influxo e patrocinio do Brasileiro illustre e magnanimo, que se chamou Pedro II, e a quem cognominastes — *um imperador de pensadores* —, aqui levantou-se ha 76 annos uma tenda de trabalho, por onde passaram muitos dos nossos mais bellos talentos, eruditos e scientistas de alto valor. Nesta casa de estudo, onde não entraram jámais as paixões politicas, porque lhe guarda os humbraes a imagem soberana e austera da *Verdade*, aqui só temos uma preoccupação e um ideal: zelar pelo patrimonio sancto do passado, que é o thesouro da patria, e pugnar pelo brilho e engrandecimento do nome americano, ao lado de nossas brilhantes ermans, as auspiciosas republicas do Novo Mundo.

Houve tempo, em que susceptibilidades de vária natureza procuraram apartar-nos, como si não fossemos ermãos neolatinos, filhos todos desta opulenta America, collaboradores de uma mesma grande obra e apostolos de um mesmo evangelho. Essa nuvem sombria felizmente passou e desfez-se. A nobre cruzada iniciada pelo vosso insigne Bartholomeu Mitre e mais tarde prégada pelo nosso immortal Rio Branco acabou por cimentar a amizade sincera e fructuosa das duas grandes nações sul-americanas deste lado do continente.

Ainda agora, impellidos por um mesmo sentimento humanitario e obedecendo ao mesmo ideal politico, os nossos embaixadores unem suas vozes á de outro campeão da paz, e em bellissimo accôrdo trabalham pelo seu restabelecimento nas duas grandes republicas

do Septentrião. Esperemos que esta conjuncção de exforços ganhe as palmas do triumpho, para maior felicidade de povos ermãos e para maior honra da diplomacia americana.

Viestes, sr. dr. Ayarragaray, viestes como delegado de um povo amigo, não só representa-lo nas suas relações internacionaes, hoje cordialissimas, mas ainda, como illustre representante da cultura argentina, dar-nos o typo desses scientistas que tanto realçam o brilho de vosso paiz no periodo de paz, progresso e prosperidade, que succedeu ás épochas agitadas do caudilhismo, felizmente morto e sepultado nas formosas ribeiras do Prata.

Sois um delegado dessa geração patriotica, que tão nobremente serve á causa da civilização, preparando esta porção do Continente para os altos destinos que a Providencia lhe reserva, e a que só poderemos attingir com a fôrça do trabalho, com o cultivo da paz, com as virtudes civicas e a educação do povo, com a estreita e sincera união pan-americana.

O Instituto Historico e Geographico Brasileiro tem muita honra em contar-vos no seu seio, e nos seus Annaes marcará mais este dia *albo lapillo.*»

Este discurso é tambem muito applaudido.

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) diz que o Instituto ouviu, com grande aprazimento na ultima sessão, a leitura da carta em que o seu eminente consocio sr. coronel Theodoro Roosevelt agradeceu as gentilezas recebidas do mesmo Instituto e do Brasil.

«Não se conheciam então os pormenores da grandiosa expedição realizada pelo ex-presidente norte-americano.

Agora que são conhecidos em toda a sua heroica extensão, propõe o sr. presidente que se consigne na acta da sessão de hoje um voto de congratulação não só ao sr. Theodoro Roosevelt como ao seu imperterrito companheiro de glorias, coronel Rondon, e a seus illustres collaboradores.

Propõe mais que tambem na acta da sessão de hoje se lance uma moção de applauso, solidariedade e louvor ao socio correspondente do Instituto, dr. Affonso Arinos, pela maneira resoluta,

erudita, patriotica e esmagadora com que na imprensa européa rebateu os conceitos injustos e ingratos do explorador Savage Landor sôbre a nossa Patria.»

Ambas as propostas são unanimemente approvadas entre calorosos applausos.

O Sr. Fleiuss (*1º secretario perpetuo*) dá conta ao Instituto, já o tendo feito ao egregio presidente, da offerta com que o illustrado dr. F. Mendes Pimentel, de Bello Horizonte, distinguiu o Instituto.

Tracta-se do archivo do conselheiro José Antonio Saraiva, o conhecido e notavel estadista do Imperio.

Antes de tudo, lê a seguinte carta do dr. Mendes Pimentel, seu antigo condiscipulo e amigo, e que agora provou ser tambem amigo do Instituto Historico.

«Bello Horizonte, 5 de Maio de 1914. — Max Fleiuss. — Quando, na capital da Bahia, falleceu em 1895 o conselheiro Saraiva, seu testamenteiro dr. José Antonio Saraiva Sobrinho, desembargador em Minas Geraes, recolheu e trouxe consigo o archivo politico do tio — mais de um milheiro de cartas por elle recebidas de homens publicos, que occuparam as mais altas posições no paiz no longo periodo de 1847 a 1895. Era intuito do desembargador Saraiva catalogar esse vasto epistolario e entrega-lo á guarda de um instituto que zelasse pela conservação dessa preciosa fonte de informações sôbre a nossa historia politica. Seus affazeres de magistrado e de professor de Direito não permittiram ao meu amigo realizar esse seu desejo. Morto o desembargador Saraiva, por seu testamento fui nomeado executor de suas ultimas vontades. Dou cumprimento á que elle tantas vezes manifestou em vida, e o faço entregando, por teu intermedio, ao Instituto Historico o opulento archivo do notavel estadista do Imperio. Não o cataloguei, porque esse serviço deve ser feito ahi, não conhecendo eu o processo de methodização do Instituto — a distribuição por datas, ou a catalogação por auctores, ou a seriação por assumptos. Para o nosso bom amigo dr. Vieira Fazenda esse trabalho será uma delicia — tão amoroso é elle da documentação da nossa

Historia. Encontrará septenta autographos do imperador, entre elles a critica, por artigos, ao projecto de reforma para a eleição directa. Lerá muitas dezenas de cartas de Francisco Octaviano, de Ferraz, de Tamandaré e do general Mitre, relativas á guerra do Paraguai e á politica da Triplice Alliança. Accompanhará, nas do conselheiro Nabuco, a acção dos dous grandes chefes e amigos na alta direcção politica do paiz, na organização das novas forças partidarias e no preparo e encaminhamento das reformas liberaes. Verá nas de Sinimbú, Paranaguá, Dantas, Joaquim Nabuco, o trabalho das diversas correntes de opinião sôbre o problema da ibertação dos escravos. Das de Octaviano e Tavares Bastos poderia extrahir trechos para anthologia, tão attico o estylo e tão alevantado o ideal que as dicta. Presenciará o desfilar de todos os grandes nomes que durante cincoenta annos dominaram a scena politica brasileira — Jequitinhonha, Olinda, Theophilo Ottoni, Eusebio de Queiroz, Uruguai, S. Lourenço, Zacharias, Paranhos, Itajubá, Bom Retiro, Abaeté, Cotegipe, Villa da Barra, Martinho Campos, Ouro Preto, para só falar dos mortos e dos maiores. Até os pequenos incidentes, as anecdotas de corredores parlamentares, as *miettes* de que tambem se faz a Historia, são narrados por politicos menores, que traziam o chefe informados das escaramuças, que então como hoje se ferem nos bastidores. Em rapido exame do archivo eu me limitei a separar e a encerrar em envolucro lacrado alguns documentos, cuja divulgação me parece inopportuna. Pede ao dr. Vieira Fazenda (que naturalmente contigo dirigirá a catalogação) para dar o mesmo destino a outros do mesmo genero, que acaso tenham escapado á selecção feita por mim. Manda buscar a preciosa papelada e dá conhecimento ao Instituto da entrega, para que elle assuma a responsabilidade da sua guarda. Abraços do velho camarada affectuoso.— *F. Mendes Pimentel.*»

Esta carta vale por uma esplendida synthese da offerta.

Está o orador procedendo á minuciosa separação chronologica dos documentos e já teve ensejo de ler muitos delles. São depoimentos de incalculavel importancia, quer sob o ponto de vista

politico, quer para o estudo de characteres. Talvez mesmo seja este o lado mais relevante.

Entre os documentos encontrou a carta de bacharel formado em sciencias sociaes e juridicas, datada da Academia de S. Paulo, a 29 de Outubro de 1846, e assignada pelos drs. José Maria de Avellar Brotéro, José Ignacio Silveira da Motta, Manuel Francisco da Costa Silveira e conselheiro Carlos Carneiro de Campos.

Além desta, a carta patente assignada pelo: — « ciudadano Francisco S. Lopez, General de Division, Presidente de la Republica del Paraguay, y General en Gefe de los Esércitos », datada de Assumpção, a 12 de Dezembro de 1864, promovendo Aniceto Lopez a 2° tenente de Marinha; a carta de condecoração de segunda classe, do busto de Simão Bolivar, datada de Caracas (Venezuela), a 28 de Janeiro de 1884.

Como curiosidade lê duas cartas do importantissimo archivo. A primeira, do dr. João de Almeida Pereira filho, depois ministro do Imperio, datada do Rio de Janeiro, a 30 de Março de 1847; outra, toda do punho do glorioso general Bartolomeu Mitre, datada de Buenos Aires, em 22 de Maio de 1865, documento que deve ser citado hoje que o Instituto recebe com tanta honra o illustre ministro da Argentina, agora prezadissimo consocio.

Accompanhando todo esse precioso acervo, reuniu o dr. Mendes Pimentel um pacote, que traz a seguinte declaração:

— « *Archivo do Conselheiro José Antonio Saraiva* — As peças encerradas neste envolucro foram por mim separadas das que constituem o archivo politico do Conselheiro Saraiva, que entrego á guarda do Instituto Historico. Para só serem lidas em 1930.— Bello Horizonte, 7 de Maio de 1914.— *F. Mendes Pimentel.* »

Obedecendo á clausula do illustre doador, já recolheu ao cofre o envolucro, a fazer companhia ás memorias do inclyto visconde de Taunay, que se acham depositadas desde 1892 e só podem ser lidas depois do anno de 1943.

Em summa, desde o anno de 1847 até o de 1895 apparecem documentos no archivo Saraiva de incalculavel valia. E do im-

perador então ha novas e copiosas provas do seu grande patriotismo e da sua alta comprehensão politica.

O orador espera ter dentro de pouco tempo systematizado o seu trabalho e pedirá ao illustre sr. presidente que lhe conceda a palavra para ler alguns documentos. (*Palmas.*)

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) diz que o Instituto muito agradece a valiosa offerta.

Nada mais havendo a tractar, levanta-se a sessão ás 22 e 1/2 horas.— *Roquette Pinto*, 2º secretario.

ANNEXO

Discurso pronunciado pelo sr. conde de Affonso Celso, presidente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, por occasião de inaugurar, na sala de leitura do mesmo Instituto, a galeria de retratos de todos os chefes de Estado do Brasil, de 1815 a 1910, a 27 de Abril findo

— « O Sr. Conde de Affonso Celso disse, mais ou menos, o seguinte:

« O *Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, no sereno exercicio do seu ministerio civico, inaugura a galeria de retratos das vinte e uma individualidades que, no decurso de um seculo, do Brasil reino ao actual regimen, occuparam a magistratura suprema da Nação.

« Nenhum paiz poderá apresentar uma série ininterrupta de chefes de Estado superior a esta nossa, na qual fulgura o vulto egregio de uma senhora representando os incomparaveis predicados da mulher brasileira.

« Mais de um desses chefes foi deposto por uma convulsão revolucionaria: soffreram todos vehemente opposição e, no desempenho dos seus deveres, victimados se viram de apodos, contumelias, calumnias, invectivas crueis — o que aliás constitue uma regra, deploravel mas geral.

« Com o lapso rectificador do tempo, reconheceu-se que elles, sem excepção, possuiram alguma qualidade mental ou moral que os tornou dignos de governar os seus concidadãos : capacidade, energia, rectidão, bondade, amor da Patria.

« Esta galeria é um documento abonador do Brasil perante a consciencia universal.

« *O Instituto Historico*, presidido honorariamente por varios delles, e cuja primordial tarefa consiste na calma elaboração do processo, onde se pronuncia a sentença definitiva da posteridade, o *Instituto* regista e assignala este facto com a satisfacção, o desvanecimento, o reflexo de gloria nacional characteristicos do seu tão intenso quão ponderado patriotismo.

« Tenho a honra de convidar o representante do exm. sr. marechal presidente, representante cujo comparecimento muito agradeço, a desvendar a effigie de S. Ex. e a de seus predecessores. » (*Calorosos applausos.*)

ACTA DA QUARTA SESSÃO ORDINARIA EM 27 DE JULHO DE 1914

Presidencia do sr. conde de Affonso Celso

A's 20 1/2 horas abre-se a sessão, com a presença dos seguintes socios : conde de Affonso Celso, dr. Manuel Cicero Peregrino do Silva, dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Max Fleiuss, dr. Edgard Roquette Pinto, dr. d. Lucas Ayarragaray dr. Sebastião de Vasconcellos Galvão, dr. Alfredo Valladão, dr. Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho, dr. Alfredo Rocha, dr. José Americo dos Santos, major dr. Liberato Bittencourt, Eduardo Marques Peixoto e Carlos Lix Klett.

O Sr. Dr. Roquette Pinto (2º *secretario*) lê a acta da sessão anterior, que é sem debate approvada.

O Sr. Fleiuss (1º *secretario perpetuo*) dá conta do expediente, lendo um telegramma enviado ao Instituto Historico pela

Sociedade de Geographia de Lisbôa, em signal do profundo pezar pelo fallecimento do socio do mesmo Instituto sr. dr. Sylvio Roméro.

Em seguida o mesmo Sr. Fleiuss (*1º secretario perpetuo*) communica que a veneranda sra. viscondessa de Ouro Preto offereceu ao archivo do mesmo Instituto, por intermedio de seu eminente filho o sr. conde de Affonso Celso, illustre presidente do Instituto, varios documentos de grande valor historico, pertencentes a seu finado pai, o sr. conselheiro Joaquim Floriano de Toledo, presidente que foi da Provincia de S. Paulo, e por varias vezes deputado geral pelo antigo regime. Congratula-se com o Instituto por essa valiosa offerta.

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) traz em seguida ao conhecimento do Instituto o passamento de seu illustre socio effectivo sr. dr. Sylvio Roméro, declarando que, nos termos dos Estatutos, será lançado na acta um voto do profundo pezar.

O Sr. Fleiuss (*1º secretario perpetuo*) propõe então, sendo unanimemente approvado, seja inaugurado na galeria do Instituto o retrato do insigne historiador, como se practicou com o saudoso consocio o sr. desembargador Lima Drummond.

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) lê a seguinte moção unanimemente approvada :

« Causaram ao Instituto Historico e Geographico Brasileiro o maior regosijo a intervenção do Brasil e os resultados por ella obtidos, de par com a da Argentina e a do Chile no recente conflicto entre os Estados-Unidos da America do Norte e os do Mexico.

Faz o Instituto calorosos votos para que a solidariedade americana, bem como a preponderancia das soluções juridicas e pacificas alli manifestadas, se accentúe de dia para dia, abrangendo todo o Novo Mundo, quer na esphera de litigios internacionaes, quer no tocante a questões de ordem interna.

Congratula-se o *Instituto* com o seu socio honorario, sr. Lauro Müller, e com o digno delegado deste, sr. Domicio da Gamà, factores relevantissimos de tão auspiciosos acontecimentos.

Sala das sessões, 27 de Julho de 1914. — *Conde de Affonso Celso*. — Dr. *Manuel Cicero*. — *M. Fleiuss*. — *Lucas Ayarragaray*. — *Ramiz Galvão*. — *Roquette Pinto*.»

Passando-se á leitura dos pareceres constantes da ordem do dia, o Sr. Fleuss (*1º secretario perpetuo*) lê o seguinte da Commissão de Historia, de que foi relator o consocio sr. professor dr. Augusto Olympio Viveiros de Castro:

— « O dr. Juliano Moreira que occupou, após concurso memoravel, a cadeira de clinica de doenças nervosas e mentaes da Faculdade de Medicina da Bahia e que hoje dirige com tanta proficiencia o serviço de assistencia aos alienados, é uma das figuras mais representativas da intellectualidade brasileira, admirado em todo paiz e estimado nos centros cultos extrangeiros, onde tem representado o Brasil em congressos scientificos com tanta honra para seu nome, quanto brilho para a medicina brasileira.

Os seus trabalhos medicos, quer visando a origem do *ainhum*, que é, como se sabe, a enfermidade peculiar á raça negra (descripta por Silva Lima em 1867), quer a existencia remota da lepra, quer ainda a frequencia da paralysia geral em relação com os grupos ethnicos, revelam á saciedade o desejo de valorizar o factor historico no computo de extensão dos agentes morbidos.

Mas, para satisfazer a mais rigorosa interpretação dos nossos Estatutos, bastaria o seu « Esbôço da evolução da Medicina no Brasil », no qual o conceituado alienista traçou o quadro perfeito, em seus largos lineamentos, da materia que se propõe a estudar.

Começa tornando claro que, a despeito de não haver Portugal enviado ao Brasil-colonia alguns dos seus medicos, padres Jesuitas e o *capuchinho* Ivo d'Evreux estudaram a nossa flora.

Esses estudos, porém, não passaram de pequenos ensaios,

« Necessario foi que, transcorrido um seculo após o povoamento do paiz, lembrasse á Hollanda enviar ao Brasil o conde João Mauricio de Nassau, para que pela primeira vez viesse a estas plagas um pequeno, porém notavel, contingente de homens de sciencia. »

Entre elles avulta Piso, auctor da *Historia Naturalis Brasiliæ*, de 1678, e que « parece ter sido o primeiro medico que fez autopsias no Brasil ».

Cabe a primazia a Ferreira da Rosa, na publicação de trabalho medico que em vernaculo appareceu em nossa terra. E' o « *Tratado unico da Constituição Pestilencial de Pernambuco* » — Lisboa, 1694.

Já no seculo XVIII successos occorreram de relevancia maior.

Entre nomes illustres salientam-se os de Manuel dos Santos, João Rodrigues de Abreu, João Cardoso de Miranda, Luiz Gomes Ferreira, Antonio Nunes Ribeiro, José Antonio Mendes e Alexandre Rodrigues Ferreira, que reconheceu o beriberi.

Dous medicos fluminenses, muito cultos, tiveram a sorte a mais contraria: João Thomaz de Castro, em consequencia de opiniões expendidas e que pareceram eivadas de atheismo, soffreu a pena de fogueira; José Pinto de Andrade, fascinado pela justa fama que então aureolava William Cullen, então professor da Universidade de Edimburgo, depois de ter professado com tanto brilhantismo em Glasgow, partiu para a Escocia, apenas terminou os estudos preparatorios; doutorou-se em Edimburgo, publicou valiosa monographia nos « *Medical Commentaries* » e teve a honra de receber um premio das mãos do sabio Duncan, em sessão solenne.

«Dos clinicos brasileiros do fim do seculo XVIII e começo do XIX o de maior valia foi, sem duvida, Francisco de Mello Franco.»

O dr. Juliano Moreira estuda em seguida, circunstanciadamente, a fundação do ensino medico e pharmaceutico, as associações medicas e pharmaceuticas, e os vultos de maior notoriedade na evolução das sciencias medicas e accessorias no Brasil, atravez do seculo XIX.

Na apreciação da vida e obras de cada medico ou chirurgião, o auctor se mantem nos ponderados limites do historiador: imparcialidade, animo sereno, conhecimento do assumpto.

E assim conclue a substanciosa monographia, onde não se encontram inuteis divagações: «Termino aqui esse rapido esbôço bi-

bliographico, cujo fim foi apenas dar uma ligeira idéa do que tem feito o Brasil por accompanhar os progressos da Medicina.

« Para melhor noticia bibliographica da contribuição medica nacional, a Academia Nacional de Medicina, por iniciativa do então seu presidente, dr. Fernandes Figueira, publicou um excellente livro intitulado: *Em commemoração do centenario do ensino medico* — Rio — 1908.»

Admittindo o dr. Juliano Moreira entre os seus socios effectivos, o nosso Instituto fará uma excellente acquisição; será muito proficua para os nossos trabalhos a sua collaboração tão exforçada e competente.

Instituto Historico, 7 de Julho de 1914. — *Viveiros de Castro*, relator. — *Alfredo Valladão*. — *Escragnolle Doria*. — *Clovis Bevilaqua*.»

Posto em discussão, é o parecer unanimemente approvado, e enviado com a proposta á Commissão de Admissão de Socios, sendo relator o sr. dr. Miguel de Carvalho.

Em seguida o sr. dr. Roquette Pinto (2º *secretario*) procede á leitura de outro parecer da Commissão de Historia, tambem relatado pelo sr. professor dr. Augusto Olympio Viveiros de Castro:

— O sr. José Ribeiro do Amaral é uma figura de incontestavel destaque na phase actual do desenvolvimento da litteratura maranhense; e a longa serie de trabalhos, que instruem a proposta para a sua inclusão entre os nossos socios correspondentes, comprova a sua operosidade e o especial carinho com que cultiva os estudos historicos, revelando-se pesquizador consciencioso e exclarecido.

Dentre os referidos trabalhos destacarei tres, dos quaes darei succinta noticia pela ordem do valor dos mesmos trabalhos:

1º. « *Apontamentos para a historia da Revolução da Balaiada* », tres volumes.

É o melhor trabalho que tem apparecido sôbre este triste periodo da historia maranhense.

Si bem que não occulte a sua admiração quasi fanatica pelo grande João Francisco Lisbôa (e não serei eu quem o censure por

isso) e a sua preoccupação de evitar que paire sôbre a memoria de uma das glorias maranhenses a mais leve suspeita de co-participação no movimento revolucionario, o sr. Amaral procurou em todo o seu trabalho conservar a serena imparcialidade do historiador, e é de justiça reconhecer que elle consultou as melhores fontes, algumas ainda inexploradas, e se serviu com criterio do material que conseguiu reunir. Antes de tractar do *drama*, elle descreve com muita sobriedade o *scenario*; recorda a derrota do partido *Bentevi* e a exaltação partidaria dos seus adversarios, que chegou ao ponto de inventarem um movimento revolucionario em Caxias, no intuito de arrancar da credulidade do Presidente da Provincia, capitão de mar e guerra Francisco Bibiano de Castro (*cidadão prestante, bom chefe de familia*, mas sem a envergadura para homem de governo), medidas impensadas para aniquilar de vez o partido da opposição.

É exacto que, melhor informado, o presidente se apressou em considerar sem effeito os seus ultimos actos, restabelecendo a situação anterior.

Isto, porém, ainda mais exasperou os odios partidarios, e, em breve, o assassinato em Caxias do tenente-coronel Raimundo de Teixeira Mendes veio iniciar a longa serie dos homicidios politicos

Descreve a chegada do novo presidente, Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo, precedido da mais lisonjeira reputação como administrador, e muito bem recebido pelo unico jornal da opposição, a *Chronica Maranhense*; mas que não comprehendeu a gravidade da situação e, em vez de uma administração conciliadora e reflectida que acalmasse os animos, enveredou francamente pelo terreno partidario e procurou se armar com a celebre *Lei dos Prefeitos*, que sómente poderia ser approvada pela *facção dos irracionaes*, como duramente, mas justamente, affirmou a *Chronica Maranhense*.

Para dar uma idéa dessa *lei de arrocho* basta dizer quaes eram as principaes attribuições do prefeito, que tinha as honras militares que competem aos coroneis: elle exercia as funcções policiaes do juiz de paz e de chefe de Policia, podendo mandar

chamar á sua presença toda pessoa que chegava á localidade, afim de declarar o que vinha fazer; inspeccionava escholas; qualificava jurados; presidia aos corpos de delicto; executava sentenças criminaes, e podia *conservar em custodia os bebados durante a embriaguez*, o que quer dizer que, além de prender o adversario, elle podia infama-lo.

Era, enfim, um *Deus ex-machina*.

A proposito dessa lei, o sr. Amaral narra um facto que transcrevo com a maior satisfacção e orgulho.

Apezar de ser chefe politico em Alcantara e adversario irreconciliavel dos *bentevis*, o meu bisavô materno, senador Jeronymo Viveiros, sendo nomeado prefeito, recusou altivamente a nomeação, tambem recusada posteriormente pelo seu inimigo senador Franco de Sá.

Na terra gloriosa de meu saudoso pai, senador Gomes de Castro, os adversarios terçavam armas leaes, não convertiam o poder publico em estylete de bandido para traiçoeiramente ferir o inimigo pelas costas.

Dous factos pintam admiravelmente o character violentamente partidario do presidente Camargo:

1.º Joaquim José Castanheira, cidadão qualificado e até proprietario na Capital, sendo adversario da situação, foi processado por crime de morte na pessoa de José Marques de Oliveira. Uma unica testimunha depoz contra elle, e foi de tal ordem esse depoimento contestado formalmente por todas as outras testimunhas que a alludida testimunha foi processada e condemnada pelo crime de falso testimunho.

Apezar disto Castanheira foi pronunciado, e esteve preso durante seis mezes.

Absolvido unanimemente pelo jury, Camargo o mandou prender no dia seguinte, assentando-lhe praça de grumete em um navio de guerra que, por ironia das cousas, se chamava *Regeneração*.

2.º Para castigar o illustre Estevão Rafael de Carvalho pelo crime de publicação do *Bentevi*, Camargo o demittiu do cargo de lente substituto de Geographia e Historia no Lyceu Maranhense.

Tal era o ambiente politico, quando rebentou a revolução.

Os amigos do Governo começaram logo a accusar a opposição e, principalmente, a João Francisco Lisboa, de ser o instigador de todo o movimento revolucionario, e dessa accusação se fez écho o dr. Domingos José Gonçalves de Magalhães (que exerceu o cargo de secretario do presidente, o então coronel Luiz Alves de Lima e Silva), o qual assim se expressou na sua muito interessante memoria — « *A Revolução da Provincia do Maranhão desde 1839 até 1840* »:

« Que mão occulta dirigia este drama não se póde duvidar. Era Raimundo Gomes incapaz de tomar por si uma tal resolução, posto que por seus habitos muito proprio para executa-la...

« Instrumento estupido de um cego partido que cuidou poder, quando lhe aprouvesse, fechar o dique da cholera popular, Raimundo Gomes, o vaqueiro assassino, converteu-se em chefe do partido *Bentevi*, e os que o levantaram do pó da terra envergonharam-se da sua obra.»

E' de lamentar a leviandade com que o insigne visconde de Araguaia prestigiou com a auctoridade do seu nome uma accusação que não ha documento algum, uma simples carta, que comprove, apezar do archivo dos revolucionarios ter caïdo mais de uma vez em poder das fôrças legaes.

E João Francisco Lisboa não deixou correr a accusação á sua revelia: pulverizou-a em artigo publicado no n. 170 da *Chronica Maranhense* de 22 de Septembro de 1839.

Ao testimunho de Araguaia, oppõe o sr. Amaral um outro muito auctorizado, em se tractando de combater rebeldes e prestigiar a autoridade.

Em officio dirigido ao presidente da Bahia, em 13 de Outubro de 1839, o barão da Parnahiba, sob cujo jugo ferreo esteve o Piauhi por longos annos, mas que prestou relevantes serviços para debellar a revolução, affirma positivamente « *que nenhum tom politico tem esta infernal revolta: a rapina accompanhada do assassinio é só o fim de tal canalha* ».

E' esta, creio eu, a verdade historica: *o Governo*, com as suas violencias, com o desrespeito systematico da lei, e a *opposição* com o desregramento da linguagem, com o solapamento do prestigio da auctoridade, prepararam o *meio social*; o banditismo se encarregou do resto.

Passa o sr. Amaral a demonstrar o desacêrto das providencias tomadas pelo presidente Camargo, cuja imprevidencia chegou ao ponto de fazer seguir o capitão Pedro Alexandrino de Andrade, a quem confiara o commando geral das fôrças que iam combater os rebeldes, *sem dinheiro e sem as provisões necessarias para a viagem*, achando que era sufficiente auctoriza-lo a requisitar das auctoridades locaes os auxilios de que precisasse, e a comprar gado, farinha e *quaesquer objectos necessarios para a tropa, passando vales aos vendedores, afim de serem apresentados ao Governo, que mandaria paga-los pelo Thesoureiro Geral!* Auctorizou tambem o commandante das forças *a pedir dinheiro emprestado*, como se houvesse no interior da provincia convulsionada pelas paixões politicas, antes de se-lo pela revolta armada, banqueiros promptos a abrir credito ao Governo.

O capitão Pedro Alexandrino, aliás, não estava na altura da missão que, em tão má hora, lhe fôra confiada; a sua inepcia e frouxidão foram os melhores auxiliares dos revoltosos.

O coronel José Francisco de Miranda Osorio, prefeito da Parnahiba, communicando ao prefeito do Brejo uma estrondosa derrota que infligira a Raimundo Gomes, diz o seguinte: «*Se o capitão Pedro Alexandrino houvesse chegado então da outra parte do rio* (Parnahiba), *como eu o preveni e convidei por meu officio de 29 do passado, certamente a derrota dos facciosos seria completa*».

Mas, si era um inepto, talvez pouco bellicoso, não foi contudo um traidor, como affirma o dr. João Mendes de Almeida.

No seu livro *Algumas notas genealogicas* elle pretende corrigir erros historicos da citada memoria do dr. Domingos de Magalhães e diz que o capitão Pedro Alexandrino não foi morto pelos rebeldes, trahiu a causa legal e entregou aos rebeldes em Angicos o tenente-coronel João José Alves de Sousa e seus milicianos.

E' para comprovar esta extranha affirmação, diz o dr. João Mendes de Almeida que o proprio dr. Domingos de Magalhães menciona varios successos de 1840, nos quaes Raimundo Gomes figura accompanhado por Pedro Alexandrino.

Ora, accusação tão grave á honra de um militar não devia ser formulada sem provas irrecusaveis; o foi sem detido exame, apenas por uma similhança de nome!!!

O nome do revoltoso que sempre figura ao lado de Raimundo Gomes era — *Pedro Alexandrino dos Santos.*

O capitão Pedro Alexandrino de Andrade foi assassinado em Angicos, sendo a sua morte attribuida ao rebelde Mulunguèta.

A segunda parte da monographia do sr. Amaral se occupa com a administração do presidente Manuel Felizardo de Sousa a Mello, abrangendo, portanto, o periodo de maior expansão de revolta (3 de Março de 1839 a 6 de Fevereiro de 1840).

E a terceira parte comprehende a administração do coronel Luiz Alves de Lima e Silva (o glorioso *duque de Caxias*) que conseguiu a pacificação da provincia, encontrando precioso auxiliar em um militar maranhense, o brigadeiro Feliciano Antonio Falcão, valente cabo de guerra que um outro Maranhense, o mavioso poeta Trajano Galvão de Carvalho, não hesitou em comparar a Alexandre, a Pompeu e a Napoleão, explicando a sua diminuta gloria pela estreiteza do scenario:

Falcão!... si, vencendo os seculos,
Seus nomes enchem o mundo,
Foi a scena mais esplendida,
Não foi genio mais profundo,
Não foi peito mais viril...

Tanto o segundo como o terceiro volume descrevem sobriamente os acontecimentos, sem exaggeros de minucias, mas sem omittir circunstancia alguma digna de menção; e ambos estão perfeitamente documentados.

2°. *Fundação do Maranhão* é outro trabalho, que se lê com tanta satisfacção quanto proveito, porquanto o sr. Amaral

não se contentou com informações colhidas em segunda mão, foi directamente ás fontes, e soube tirar partido do material que outros estudiosos haviam accumulado.

Os nossos compatriotas que consideram todo o Norte do paiz inhospito e doentio, fariam bem em lêr, no original, as obras dos reverendissimos padres Claude d'Abbéville e Ives d'E'vreux, que conheceram o Maranhão em toda a sua rudeza selvagem, e, entretanto, o descrevem como si fosse uma miniatura do Paraiso terreal.

Até os nossos aborigenes, cujo contacto não é actualmente exempto de riscos, se apresentaram aos bons dos padres sob um aspecto tão pacificoe a ttrahente, que Ives d'E'vreux não hesitou em declarar :

Je tiens qu'ils sont beaucoup plus aisés à civilisèr que le commun de nos paysans de France.»

Filho, como eu sou, da unica cidade brasileira que não foi fundada pelos Portuguezes, o sr. Amaral não occulta o seu enthusiasmo pelos Francezes, cuja derrota sinceramente deplora.

«Taes os Francezes no Maranhão, diz elle; taes no dizer, mais que insuspeito, de Diogo de Campos. Descobridores ou exploradores, evangelizadores ou colonizadores, onde quer que os encontreis, em a sua estadia, aqui, de tres annos e quatro mezes, antes como depois da guerra, na boa como na má fortuna, vel-os-heis os mesmos sempre : — gentis, cavalheirosos, grandes sempre; incomparavelmente maiores ainda, si é. possivel, depois do immenso revez, que tão duramente os feriu em Guaxenduba, com a perda do melhor de seus companheiros, e que decidiu de vez da sorte da nascente colonia.»

E, para comprovar a nunca desmentida gentileza franceza, o sr. Amaral narra o cavelheiresco procedimento de Daniel de la Touche, o sr. de la Ravardière, o qual, sabendo que no forte de Sancta Maria os feridos portuguezes morriam á mingua de remedios e de quem os applicasse, mandou immediatamente o seu proprio cirurgião, De Laistre, com medicamentos em abundancia, em soccorro dos seus inimigos da vespera.

Em recompensa desse procedimento, indo La Ravardière a Lisboa reclamar o cumprimento das condições, mediante as quaes Jeronymo de Albuquerque negociára a rendição dos Francezes, foi preso, durante dous annos, na *torre de Belém* ! !

Tendo a honra de contar entre os antepassados de meu pae justamente a Diogo de Campos Moreno, o valente guerreiro, ao qual uma *carta regia*, que conservo no meu archivo de familia, attribue a reconquista do Maranhão, sou talvez atavicamente suspeito para emittir juizo sôbre a influencia que exerceu nos destinos dessa provincia a derrota dos Francezes.

Confessada, porém, essa possivel suspeição não estou de accôrdo com o sr. Amaral sôbre os funestos effeitos, para o Maranhão, da victoria dos Portuguezes.

Contestando tambem essa opinião João Francisco Lisboa apresenta dous argumentos :

1.º Si vingasse o estabelecimento francez, nunca em ouvidos maranhenses, eternamente surdos e cerrados, soaria tão branda e maviosa a voz sublime do auctor dos *Primeiros*, *Segundos* e *Ultimos Cantos* :

> «............ não sabidos
> Das orgulhosas bocas dos Sycambros.»

2.º « A victoria dos Francezes converteria o Maranhão talvez em nova *Cayenna*, obscuro presidio de degredados, ou em *Louisiana*, objecto vil e desprezivel de mercancia, posta na feira das nações em publico leilão.

O primeiro argumento, francamente o digo, não me parece na altura de uma auctoridade do alto valor de João Francisco Lisboa.

Sou do numero dos que pensam que a lingua portugueza, tal como os mestres sabem maneja-la, é muito mais flexivel, mais rica e mais harmoniosa do que a franceza, que eu presumo conhecer alguma cousa, porque, ha mais de vinte annos, que leio continuadamente livros francezes.

A lingua franceza, porém, si bem que menos rica, é a grande propagadora das idéas ; a sua opulentissima literatura não cessa de influir na formação intellectual de tantos povos de raças differentes.

A sua poesia percorre facilmente toda a gamma dos sentimentos: ora é suave e doce como o murmurio de um ribeiro que desliza entre folhagens, ora é heroica, grandiloqua, altisonante.

Não creio, pois, que o estro de Gonçalves Dias fosse sacrificado, si elle tivesse de cantar em francez a nossa terra, que tem palmeiras onde canta o sabiá.

Mas o segundo argumento se me afigura valioso.

Os Francezes não são colonizadores, e não podem se-lo, devido ao chauvinismo que os faz considerar uma especie de degradação ser obrigado a residir — *là bas* — expressão com que designam tudo o que não é França, e principalmente os paizes... *exoticos*, entre os quaes estamos collocados, em que peze ao orgulho nacional.

Conseguintemente, si os Francezes tivessem ficado no Maranhão, passado o primeiro enthusiasmo pela conquista e entregue a direcção a mãos menos nobres, viria o desanimo, — ou á colonia seria explorada no estricto ponto de vista mercantil, sem a menor preoccupação pelo seu progresso.

Não sejamos injustos: entregue exclusivamente á influencia portugueza, o Maranhão progrediu, teve dias aureos, e os males do presente não são devidos a causas hereditarias.

3.º «*O Estado do Maranhão em 1896.*» Encarregado pelo Governo do Estado de escrever uma Geographia do Maranhão, o sr. Amaral deu a maior extensão possivel ao seu trabalho, revelando-se o mesmo pesquisador criterioso e paciente, e o mesmo trabalhador incansavel, que carinhosamente estuda o assumpto de que se encarrega, qualidades já reveladas em outros trabalhos.

A monographia é dividida em quatro partes: *historica, physica, politica e topographica*.

A primeira se subdivide em tres periodos: *Colonial*, (destacando-se os seguintes acontecimentos: *Donatarios*; *occupação franceza*; *creação da capitania do Maranhão*; *creação do Estado do mesmo nome*; *invasão hollandeza*; *revolução de Bequimão*; *extincção do Estado do Maranhão e creação do Governo do mesmo nome*; *Junctas Administrativas e Governativas anteriores*

á nossa emancipação politica) — Independencia (salientados os seguintes factos : nomeação do primeiro presidente da Provincia, Bruce; revolta de Antonio João; Balaiada, etc.) — Republica (Juncta Provisoria e lista de governadores).

As partes —*physica e politica* — são minuciosas e si bem que, como a anterior, apresentem alguns sinões, inevitaveis em trabalhos officiaes, offerecem proveitosa leitura. Entre outros dados estatisticos interessantes, menciona o sr. Amaral a *divisão da Guarda Nacional,* salientando que, em 1896, o Maranhão já possuia nada menos de trinta brigadas, todas compostas de tres batalhões activos e um de reserva, isto é, um total de 120 batalhões.

Como depois da publicação da alludida monographia, não esmoreceu, antes recrudesceu a solicitude do Governo Federal, posso presumir, sem exaggerado bairrismo, que o Maranhão não terá actualmente menos de 60 brigadas, isto é, um total de 240 batalhões, o que prova como são deficientes os dados estatisticos até agora colhidos sôbre a nossa população, porquanto excluidos os velhos, as mulheres, as crianças e os que podem apresentar excusa legal, ainda fica bastante gente valida para formar tantos batalhões, e ainda haver pessoal disponivel para acudir ás novas creações de mais brigadas !!!

Na parte *topographica*, o sr. Amaral dá minuciosa noticia de todas as comarcas do Estado.

Em annexo a monographia traz a Constituição do Estado, a lei eleitoral e o regulamento da Instrucção Publica.

E conclue com os quadros demonstrativos dos generos de producção e exportação do Estado; *Carta do Estado do Maranhão*: plantas das principaes barras do rio Parnahiba; planta da cidade do Maranhão em 1844; e, finalmente, Mappa da Ilha de S. Luiz do Maranhão.

Pela importancia do assumpto, não posso deixar de observar que nos modelos dos diplomas, que accompanham os regulamentos sôbre a Instrucção Publica se lê: *Estado Confederado do Maranhão.*

Ora, sem quebra do respeito que tributo á sabedoria do Governo do Maranhão, acho que esta expressão offende a technologia

juridica; não seria possivel a existencia de um *Estado confederado* em um paiz, cujo regime politico é uma federação.

Não existem entre nós os motivos que levaram outros paizes a mascarar, sob as apparencias de uma confederação, o systema federativo sob que vivem.

Todos os outros trabalhos, na sua maioria artigos historicos publicados no *Diario Official* do Maranhão, são interessantes; muitos encaram o assumpto sob um aspecto original, e em todos se encontra alguma cousa a respigar; mas a desusada extensão deste parecer, motivada, aliás, pelo valor e pelo numero dos trabalhos a examinar, não me permitte faze-lo.

Basta o que ficou dicto para provar que, admittindo o sr. José Ribeiro do Amaral entre os seus socios correspondentes, o nosso Instituto não concederá apenas um premio de animação a um trabalhador indefesso, que revelou desejos de investigar a nossa Historia; coroará o merito comprovado, arregimentará nas suas fileiras quem já traz brilhante fé de officio como franco atirador.

E' este o meu parecer, cuja conclusão submetto ao douto juizo dos illustres collegas da Commissão de Historia».

Instituto Historico, em 21 de Julho de 1914.— *Viveiros de Castro*, relator.— *Alfredo Valladão*.— *Clovis Bevilaqua*.»

Posto em discussão, é o parecer unanimemente approvado, sendo enviado á Commissão de Admissão de Socios, relator o sr. dr. Ramiz Galvão.

O Sr. Dr. Alfredo Valladão, logo após, pede a palavra para ler o seguinte parecer da Commissão da Historia, do qual foi relator.

O sr. Basilio de Magalhães, lente de Historia no Gymnasio de Campinas, Estado de S. Paulo, foi apresentado e proposto socio correspondente do Instituto, com os seguintes trabalhos:

Lições de Historia do Brazil (S. Paulo, 1895);

A Monarchia Portugueza (Campinas, 1910);

Pela Republica Civil (S. Paulo, 1910);

O Estado de S. Paulo e o seu progresso na actualidade (Rio de Janeiro, 1913);

As *Lições de Historia do Brasil* são, na ordem chronologica, o seu primeiro trabalho.

E deste facto se resentem.

Formam apenas uma compilação para uso dos preparatorianos.

São breves, e não pretendem originalidade.

Mais: apresentam defeitos, contradicções e injustiças. E, até certo ponto, é o proprio auctor quem o confessa na *Declaração necessaria*, com que encerra o opusculo:

«*Discordando, sob o duplo ponto de vista scientifico e religioso*, de algumas theorias que de auctores diversos transcrevemos para o presente opusculo, fazemos esta declaração, afim de prevenir quaesquer incriminações por parte de quem porventura puder notar o *ecdetismo* de nossas licções.

«A divergencia é, no entanto, pequena, e si a não fizemos desapparecer foi porque nos veriamos obrigado a explicações tão desenvolvidas, que augmentariam consideravelmente um volume *planejado reduzido.*»

Na *Monarchia Portugueza*, entretanto, o auctor se revela.

Em castigado estylo, o sr. Magalhães — historiador que o é, pois sabe generalizar — accompanha em paginas succintas todo o cyclo daquella monarchia.

Vai busca-la nos campos de Ourique.

E só a deixa no barco em que humildes pescadores da Ericeira, intemeratos, a recolhem decaída, na pessoa do joven d. Manuel, o *Desventurado*.

Entretanto o momento, em que o sr. Magalhães produziu o seu trabalho, e a razão por que o produziu, não eram propicios a um juizo sereno sôbre a monarchia portugueza, como a Historia exige.

A *Monarchia Portugueza* é uma conferencia realizada no Club Vinte e Quatro de Fevereiro de Campinas, no dia 12 de Outubro de 1910.

Septe dias, apenas, tinham decorrido da proclamação da Republica em Portugal. Ainda se ouviam os échos da Rotunda!

E foi precisamente em commemoração á Republica que se realizou a conferencia.

Em taes condições, aquelle trabalho houvera de ser, como foi, antes que julgamento historico da monarchia portugueza, um verdadeiro acto de accusação, no que se refere á ultima casa reinante, a dos Braganças.

Assim é que o sr. Magalhães, elle proprio o declara, se ampara muitas vezes na *Historia de Portugal*, de Oliveira Martins.

E, não raro tambem, soccorre-se do *Libello do Povo*, do nosso *Timandro*.

Ora, na *Historia de Portugal*, o eximio e inexquecivel Oliveira Martins nem sempre foi o historiador; ha passagens em que toma posição o combatente da causa republicana.

E, por isso, arrefecido o seu sentimento democratico, elle entendeu que podia collaborar com os Braganças: foi ministro.

O *Libello do Povo* é, como se sabe, um pamphleto em que — sob a mascara de *Timandro* — notavel figura de nosso scenario politico, na effervecencia de seus sentimentos liberaes, desferindo os mais rudes golpes contra a situação dominante em 1849, não poupou nem a causa monarchica, nem mesmo a individualidade do então imperador.

E, neste caminho, foi longe.

Chegou a Portugal: envolveu todos os Bragancas.

Entretanto, dez annos não se haviam passado e elle era um dos conselheiros da Côroa.

Ainda não é só; *Timandro* acabou visconde.

Sob a impressão daquelles trabalhos o sr. Magalhães attribuiu, póde-se dizer, todos os males de Portugal á casa de Bragança.

E contra esta usou de asperos conceitos.

Certo, a casa de Bragança teve culpas, e não foram poucas.

Seria injusto, entretanto, responsabiliza-la pela decadencia a que chegou aquella nação.

O primeiro revez de Portugal se deu sob a propria casa de Aviz: a hecatombe de Alcacerquibir!

E, tão formidavel, que a nação, por longo tempo, ficou sem sentidos.

Conseguiu a Hispanha subjuga-la.

Voltando a si, Portugal tinha, pois, como problema, o de sua propria liberdade.

Restaurou-a, em 1640, com a casa de Bragança.

E não fez pouco.

Da *Restauração* disse Oliveira Martins:

« Para consolidar a dynastia, cedeu-se o Oriente aos Hollandezes: e se não se perdeu o Brasil, foi porque elle proprio soube defender-se. Depois enfeudou-se o reino aos Inglezes. »

Certo, aquelles factos se deram.

Entretanto, o que os determinou não foi apenas a consolidação da dynastia; mas ainda, e principalmente, a da propria independencia nacional.

Com o cavalheiresco e mallogrado dom Sebastião, Portugal se exhauriu de pessoas e de recursos.

E, sob o dominio da Hispanha chegou mesmo á penuria!

Em tal estado o encontrou d. João IV, ao ascender ao throno.

A uma nação que mal se sustinha de pé, que acabava de saïr do jugo extrangeiro, que se extorcia na miseria, como attesta o proprio Oliveira Martins — não lhe era possivel manter suas colonias.

E nem podia dispensar a alliança com outras nações. Vem ao caso perguntar si a Republica modificou as ligações entre Portugal e a Inglaterra, creadas pela monarchia...

Só o *ouro* do Brasil, tão cubiçosamente arrecadado por d. João V, como pelo marquez de Pombal — embora fosse diverso o emprêgo que estes lhe deram — conseguiu reanimar aquella nação.

Com elle, no dizer insuspeito de Oliveira Martins, « d. João V poude dar largas á sua ostentação fradesca, e o marquez de Pombal reconstruir não só Lisboa, mas todo o reino ».

Mas este ouro havia de se extinguir.

E, com a sua extincção coincidia o flagello napoleonico, que caïu sôbre Portugal.

Assombrou Napoleão as grandes nações; não era muito que delle se intimidasse o pequeno e indefeso reino.

Trasladou-se então a Côrte para o Brasil.

E este acto, como salienta o nosso eminente consocio Oliveira Lima, na sua importante obra *D. João VI no Brasil*, não deve ser tido em conta de deserção cobarde, mas de intelligente e « feliz manobra politica ».

« Era um alvitre amadurecido, porquanto invariavelmente lembrado em todos os momentos difficeis da independencia nacional. »

E depois da obra de Oliveira Lima, já não é permittido a ninguem desconhecer os grandes e reaes serviços, que d. João VI prestou ao Brasil.

De tal arte que injusto, manifestamente injusto, é o conceito que Oliveira Martins e *Timandro* fizeram deste rei.

Com a independencia do Brasil, por certo inevitavel, ia Portugal soffrer mais um revez.

E não era só.

O *trafico de Africanos* fôra uma instituição portugueza, como reconhece Oliveira Martins, que a defende!

E, nesta fonte, por seculos, Portugal hauriu recursos.

O marquez de Pombal, que tanto se apiedara dos Indios do Brasil, não teve egual attitude com referencia aos Africanos.

O trafico se exercia ás escancaras e rendosamente para Portugal.

Entretanto, por interesse ou não, a Inglaterra veio a protestar — montou os seus cruzeiros.

Passou o trafico a ser uma pirataria.

E começou a render mais!

Apenas não rendia officialmente.

E esta renda cresceu, como nunca, para Portugal, depois do Brasil independente!!!

Segundo Joaquim Nabuco, de 1831 a 1850, o Brasil gastou quatrocentos mil contos com o trafico, sendo que de cento e trinta mil contos foi a despesa total dos negreiros e de duzentos e septenta mil o seu lucro.

E dizia ainda Joaquim Nabuco: « a maior parte dos traficantes e os mais celebres dentre elles, os que teem a seu credito nos Livros Azues inglezes maior numero de victimas, eram extrangeiros, e — para vergonha de Portugal e nossa tambem — Portuguezes!!!! »

Do capital realizado pelos negreiros, continuava o grande abolicionista, « parte foi empregada na edificação do Rio de Janeiro e da Bahia, mas o restante foi exportado para Portugal, que tirou do trafico, como tem tirado da escravidão no Brasil, não menos lucro do que a Hispanha tirou dessas mesmas fontes, em Cuba ».

Com as energicas medidas tomadas em 1850 por Eusebio de Queiroz havia de cessar, entretanto, para Portugal esta fonte de renda.

E, por tudo que ficou dicto, se explica a decadencia deste paiz.

Em synthese:

Tammanha a desproporção entre os recursos de Portugal e a sua enorme *Conquista*, que esta havia de se perder fatalmente!

E taes as vicissitudes por que elle tem passado, em sua longa historia, que admira haja se mantido independente até hoje!

Sinceros os votos de todos nós, Brasileiros, pela prosperidade do glorioso Portugal, seja qual fôr a fórma de governo que eleger lhe apraza, como nação soberana que é.

A justiça da Historia, entretanto, não consente que julguemos o Portugal de hontem — o Portugal de 778 annos — sob o imperio das paixões que agitam o Portugal de hoje.

Pela Republica Civil é um folheto contendo dous discursos que o sr. Magalhães pronunciou em Campinas, um no Gymnasio e outro no theatro S. Carlos.

Vae-lhe bem o titulo.

O primeiro discurso teve por objecto uma festa escholar em 1909.

O segundo, a recepção do nosso eminente consocio sr. conselheiro Ruy Barbosa, na memoravel campanha da eleição presidencial de 1910.

Em ambos o sr. Magalhães se mostrou orador fluente, culto e versado em nossas letras.

Como paranympho, na solennidade do Gymnasio, falou ao espirito dos bacharelandos e falou-lhes ao coração.

Salientou a necessidade de uma plena cultura espiritual para « os multiplos e elevados encargos que actualmente pesam sôbre quantos se consagram á vida especulativa. »

Mas exhortou:

« Não olvideis tambem que a intelligencia deve ser a ancilla do coração e nunca a sua brutal dominadora. »

Indispensavel o culto dos sentimentos affectivos, sem o qual não se completa a preparação do espirito, não se fórma integro o o character.

Entretanto, isto ainda não basta:

« Para que a actividade tenha applicação util é mister que a coragem, a firmeza, a perseverança não visem a fins retrogrados ».

E passa o sr. Magalhães a prevenir o espirito dos bacharelandos contra o *militarismo*.

E' este, póde-se dizer, o fim principal de seu discurso.

Combate o militarismo.

E affirma ainda, que não ha, « no mundo culto, nação alguma que lhe seja tão avessa, que o abomine tanto, como o Brasil ».

Desenvolve, em seguida, esta these.

Accompanha, para demonstra-la, todas as phases da historia patria, desde os tempos coloniaes.

E conclue salientando que os nossos mais proeminentes cabos de guerra, Caxias e Osorio, foram declaradamente anti-militaristas.

No theatro S. Carlos, o sr. Magalhães, em nome de Campinas, deu as boas vinda ao conselheiro Ruy Barbosa.

A excursão que levou áquella cidade o emerito Brasileiro era, certamente, um acontecimento nunca visto!

Jámais assistiramos a um pleito na eleição de presidente da Republica. A escolha se fazia sem o voto da Nação.

E difficilmente algum dia poderá surgir, concorrendo áquelle posto, um vulto da estatura de Ruy Barbosa.

As mais adeantadas democracias não apresentam maior combatente, nem combate mais brilhante!

Com o fulgor de sua palavra incomparavel, Ruy Barbosa levantou o sentimento civico nos Estados, onde apostolou. Vieram ao comicio as populações, até alli indifferentes á sorte politica do Brasil.

Lapidares na fórma, e de brilho inexcedivel, os discursos sem numero que elle proferiu, e as conferencias que realizou.

São monumentos destinados a se perpetuar em nossa Historia.

E naquellas conferencias Ruy Barbosa tractou de todos os assumptos da administração, como só os mais abalisados mestres de cada um delles poderiam faze-lo.

Saudando-o, o sr. Magalhães poz em relevo a acção brilhante que o grande Brasileiro vem exercendo, ha longo tempo, na politica nacional, e fez votos ardentes porque triumphasse nas urnas a causa da Republica Civil.

O Estado de S. Paulo e o seu progresso na actualidade é um outro interessante opusculo do sr. Magalhães, que assim o justifica:

« A brilhante evolução do Estado de S. Paulo tem sido frequentemente posta de manifesto, quer aquem, quer além Atlantico, por varios meios de publicidade.

« Mas a apreciação, que até agora se ha feito, do rapido progresso daquella unidade politica nacional, não tem servido de ensinamento proveitoso ás outras circunscripções federadas, porque a preoccupação exclusiva de encomia-la sobrepujou, quando de todo não empeceu, o exame positivo, consciencioso e calmo de tão extraordinario adeantamento.

« A similhante analyse — a unica que permitte pôr em evidencia efficaz o sabio conceito do vencedor de Catilina — é que nos abalançamos hoje, não vacillando em apontar os defeitos que se nos depararem no organismo politico-social da terra dos Bandeirantes, porquanto na mais resplendente trajectoria dos povos progressivos não raro se defrontam escuridões e tortuosidades.»

Começando a sua analyse, o sr. Magalhães attribue desde logo á Republica Federativa o progresso actual de S. Paulo.

Faz vêr que « aquelle Estado, tão sómente em quatro annos de Republica tivera maior receita orçamentaria do que em 67 annos de Monarchia.»

E argumenta :

« Nem se diga que essa subitanea opulencia pudera ter sido grangeada á sombra da instituição exotica implantada aqui em 1822, porquanto o ultimo acto da corôa, e precisamente o unico em que revelara altruistico desprendimento, fôra a lei de 13 de Maio,— nobre aspiração nacional, é certo, porém, que não deixou de ser, como realmente foi, « rude assalto á fortuna privada, verdadeiro esbulho de uma anti-humana propriedade que, desde tempos immemoriaes, vinha sendo assegurada pela legislação portugueza, que a creara, e pela sua continuadora nesta esplendorosa porção do continente colombiano.»

« Si se tractava de uma providencia instantemente reclamada, e imposta pelo bem geral, si se tractava de um *estado de necessidade*, como effectivamente era, — que se fizesse a Abolição, mas de accôrdo com o principio regulador de toda expropriação, isto é, indemnizando-se previamente os senhores de escravos.»

E « não procedendo assim, refugindo ás normas da mais elementar equidade, a Monarchia sabtrahiu do patrimonio particular cêrca de *um milhão de contos de reis*, porque a *lei aurea* libertou a mais de setecentos mil individuos, afóra os que ainda não haviam attingido os prazos determinados pelas duas leis de 28 de Septembro (de 1871 e 1885), isto é, os nascidos de « ventre livre » e os sexagenarios, todos os quaes até então sujeitos ao poder heril ».

« Das zonas que contavam nos braços servis a sua quasi que exclusiva riqueza, raras foram as que não se abysmaram em deploravel depauperamento.»

O Norte (do Pará até á Bahia) se desfizera em tempo dos escravos, alienando-os ás provincias cafeeiras do Sul.

Na provincia do Rio de Janeiro muitos argentarios se viram reduzidos á miseria.

Minas soffreu consideravelmente, e, da mesma fórma, o Espirito Sancto.

S. Paulo « forrou-se algum tanto a tão funestos sobresaltos », porque ha muito vinha introduzindo em suas lavouras colonos europeus.

E' que aquella venturosa porção do territorio brasileiro sempre teve, mesmo nos tempos ominosos da Monarchia e da escravidão, estadistas abalizados que, de olhos fitos no bem collectivo, antepunham a seriedade da administração aos torvos azares da politicagem sinistra.»

Disse, com verdade, o sr. Magalhães que nas mais resplendentes trajectorias não raro apparecem escuridões e tortuosidades.

E' o que se observa em seu proprio trabalho.

Escripto com brilho e proficiencia, elle contém, todavia, alguns defeitos.

Nestes, como nos outros trabalhos, o sr. Magalhães não occulta o fervor de seus sentimentos republicanos.

E' um fervor que o empolga.

E d'ahi certas injustiças, que elle commette.

O merecimento dos factos historicos não póde ficar subordinado ao accidente da fórma de governo.

Além disto, é do eminente jurista-sociologo Roul de la Grasserie, o seguinte conceito :

« Embora diametralmente oppostas, a Monarchia e a Republica por vezes se approximam de tal modo, que a unica differença que apresentam é o nome. Verifica-se isto no governo constitucional, sôbre tudo quando parlamentar. De certo ponto em deante nada ha de positivo que distinga um rei de um presidente de Republica.» (*Les Principes Sociologiques du Droit Public*, pag. 117.)

E si fôra mister comprovar este principio sociologico, nenhum melhor exemplo do que a monarchia brasileira, no reinado de d. Pedro II.

Entretanto, o sr. Magalhães ainda se deixa impressionar pela denominação da fórma do governo.

Só assim se explica a hostilidade quasi permanente com que se manifesta sôbre os actos da Monarchia.

E esta hostilidade é de clamorosa injustiça, na affirmativa de que « o unico acto da Corôa em que ella revelára altruistico desprendimento fôra a lei de 13 de Maio ».

Altruismo e desprendimento teve a Monarchia quando libertou povos vizinhos !

Altruismo e assignalado desprendimento, quando entrou victoriosa em Assumpção.

Venceu, dominou ; e não quiz conquistar, e não pensou em conquistar !

Ao contrario, dominou para libertar ; libertou um povo e libertou uma raça!

De modo que o brilhante dispositivo do art. 88 da Constituição da Republica, prohibindo a guerra de conquista, é a reproducção de um principio que, embora não constasse de lei, a Monarchia houvera sustentado, mesmo no calor da victoria.

De altruismo e desprendimento contam-se, ainda, outros actos da Monarchia.

Desprendimento, a vida inteira de Pedro II, o magnanimo!

Ainda desthronado, recusou importante donativo que a Republica lhe offerecia. Para o exilio quizera levar sómente um punhado de terra brasileira, onde repousar a cabeça, em seu ultimo somno, elle que no Brasil, muito mais do que em si proprio, sempre havia pensado !

Entretanto, depois de accentuar que a lei de 13 de Maio foi um acto de altruistico desprendimento e que correspondia a uma nobre aspiração natural, o sr. Magalhães declara que ella constituiu « rude assalto á fortuna privada », « esbulho de uma propriedade assegurada por lei e expropriada sem indemnização ».

Ainda neste conceito percebe-se que o sr. Magalhães se acha dominado, principalmente, pelos seus sentimentos anti-monarchicos.

Assim censura a Monarchia por não haver indemnizado os senhores de escravos.

Entretanto não irroga similhante censura á Republica, que, surgindo anno e meio depois, isto é, a tempo de reparar a supposta injustiça, não o fez, antes completou brilhantemente a obra da Monarchia, procedendo a um auto-de-fé nos registos da maldicta propriedade!

Mas não é só.

Contraria aos principios de Direito Natural, a escravidão no Brasil, ao demais, infringia todas as leis!

Infringia a lei internacional.

Infringia a lei brasileira.

Aquella escravidão originava-se do trafico. Era, segundo Joaquim Nabuco — « essa trilogia infernal, cuja primeira scena era a Africa , a segunda o mar, a terceira o Brasil!»

Tão horrivel no mar, que Castro Alves bradava:

« Andrada! arranca esse pendão dos ares!
« Colombo! fecha a porta dos teus mares!»

Horrivel na *caçada* da Africa, mais horrivel ainda havia de ser no Brasil, desde quando as sinistras fogueiras annunciavam no littoral que a *carga* humana tinha entrado, até que esta fosse despejada nas *fazendas*, para o supplicio.

Ora, como ensinava Bluntschli, em sua *Codificação*: «o direito internacional não reconhece a nenhum Estado e a nenhum particular o direito de ter escravos».

De modo que os Africanos não podiam ser escravizados no Brasil, como fazia vêr Joaquim Nabuco.

Ainda:

A Constituição de 1824 não ousou proclamar a existencia da escravidão, o que importava em extingui-la, tanto mais quanto a escravidão era incompativel com o proprio regime constitucional!

Accresce que era ainda irrespondivel o seguinte argumento do eximio Joaquim Nabuco:

« Si os escravos fossem cidadãos *Brasileiros,* a lei particular do Brasil poderia talvez e em these applicar-se a elles; de facto, não podia, porque, pela Constituição, os cidadãos brasileiros não

podem ser reduzidos á condição de escravos. Mas os escravos não são cidadãos brasileiros, desde que a Constituição só proclama taes os ingenuos e os libertos. Não sendo cidadãos brasileiros, elles ou são extrangeiros ou não têm patria, e a lei do Brasil não póde auctorizar a escravidão de uns nem de outros, que não estão sujeitos a elle pelo Direito Internacional, no que diz respeito á liberdade pessoal.» (*O Abolicionismo*, pag. 114.)

Mas, ainda sob o ponto de vista estrictamente legal, a escravidão era um crime!

A lei de 7 de Novembro de 1831 dispoz expressamente em seu art. 1º:

« Todos os escravos que entrarem no territorio ou portos do Brasil, vindos de fóra, ficam livres.»

Esta lei nunca foi revogada.

Entretanto, por muito tempo, não foi cumprida.

A pirataria do trafico zombou da lei; profanou o pendão auriverde.

A *carga* humana se amontoava nas praias do littoral, em tal quantidade, que Joaquim Nabuco podia calcular em um milhão o numero de Africanos importados de 1831 a 1850.

Foi uma quadra de amarguras para a nacionalidade brasileira, que só respirou quando Eusebio de Queiroz empunhou o latego e correu os traficantes.

Assim, a maior parte dos escravos libertos pela lei de 13 de Maio, já o eram pela lei de 7 de Novembro.

A lei de 13 de Maio não foi, assim, um esbulho á propriedade: nenhuma indemnização, pois, devia ser feita aos senhores de escravos.

Esbulho, attentado contra os Direitos do Homem, e contra a Lei Brasileira, era, sim, a escravidão!

Salientando os effeitos da lei de 13 de Maio, o sr. Magalhães assegura, como se viu, que «das zonas que contavam nos braços servis a sua quasi exclusiva riqueza, raras foram as que não se abysmaram em deploravel depauperamento».

Entretanto, assim não aconteceu.

Foi certamente o Norte, onde, póde-se dizer, já não havia escravos, que depauperou.

A prosperidade de S. Paulo chegou ao assombro.

Minas prosperou consideravelmente.

O Estado do Rio de Janeiro, este, sim, decaïu, empobreceu.

Quaes, porém, as causas deste phenomeno?

Vinham de longe: e eram em summa — a propria escravidão!

Já em 1884 Joaquim Nabuco salientava que, em 1880, a Assembléa Provincial do Rio de Janeiro dirigira á Assembléa Geral uma representação, onde se lia o seguinte:

« E' desolador o quadro que se offerece ás vistas do viajante que percorre o interior da provincia, e mais precaria é sua posição nos municipios de serra abaixo, onde a fertilidade primitiva do solo já exgottou e a incuria deixou que os ferteis valles se transformassem em lagôas profundas, e que intoxicam todos aquelles que dellas se avizinham.

« Os infelizes habitantes do campo, sem direcção, sem apoio, sem exemplo, não fazem parte da communhão social, não consomem, não produzem. Apenas tiram da terra alimentação incompleta, quando não encontram a caça e a pesca das coutadas e viveiros dos grandes proprietarios. Dessa arte, são considerados uma verdadeira praga, e convém não exquecer que mais grave se tornará a situação quando a esses milhões de pariás se addicionar o milhão e meio de escravos que hoje formam os nucleos das grandes fazendas.»

E o grande abolicionista commentava:

« Essas palavras insuspeitas de uma Assembléa esclavagista descrevem a obra da escravidão: onde ella chega queima as florestas, minera e exgotta o solo, e quando levanta suas tendas deixa após si um paiz devastado, em que consegue vegetar uma população miseravel de proletarios nomades.»

De facto, não eram, apenas, de ordem politica e social os grandes males da escravidão.

Eram, tambem, de ordem economica!

Foi a escravidão que devastou a antiga provincia do Rio de Janeiro!

E ainda foi ella que devorou as economias daquella provincia.

Como dizia Cobb : « Em um regime de escravos, a melhor riqueza é o escravo.»

O senhor de escravos só pensava em comprar mais escravos!

Trabalhava, inconscientemente, para a sua propria ruina.

Não havia servido o exemplo da pirataria do Trafico. A obsessão de comprar escravos, como salientava Eusebio de Queiroz, chegou a tal ponto, naquelle tempo, que muitos fazendeiros se arruinaram por completo, tendo de entregar as suas propriedades aos traficantes!

Viviam os fazendeiros na illusão do café e exquecidos de que a terra tambem cansa e precisa ser intelligentemente arroteada.

Exqueciam-se, ainda, do exemplo do Norte, que se perdera na illusão do assucar!

E quando passasse a illusão do café, e quando as margens do Parahiba se exhaurissem, a antiga provincia do Rio de Janeiro havia de ser, como ficou sendo — a decadencia, a ruina!

A prosperidade de S. Paulo não se verificou apesar da lei de 13 de Maio (como pareceu ao sr. Magalhães) e, sim, em virtude da mesma lei.

Antes della, S. Paulo já se ia destacando.

O Estado do Rio de Janeiro descambava para o occaso.

S. Paulo caminhava francamente para o zenith.

Certo, suas lavouras se abriam em terras virgens, em uberrimos latifundios. E, na *terra roxa*, que nasceu para o café.

Mas não era por isto, unicamente, que S. Paulo prosperava.

Era tambem pela colonização européa; era pelo braço livre e intelligente, posto ao lado do braço escravo como contraste, como exemplo, como ensinamento!

E' tal o prodigio do braço livre que Minas, onde era insignificante a colonização, muito havia de prosperar após a lei de 13 de Maio.

O progresso de S. Paulo não é só uma consequencia da Republica Federativa, mas, ainda, e principalmente, da lei de 13 de Maio.

Feitos estes reparos, não ha desconhecer a importancia do trabalho do sr. Magalhães, — *O Estado de S. Paulo e o seu progresso na actualidade.*

E' um trabalho que, devéras, se recommenda, pelo brilho da exposição e pela variedade dos assumptos que nelle se conteem.

Assim que o sr. Magalhães tracta em primeiro logar das *bandeiras*, mostrando-se perfeito conhecedor desta phase historica, em que os Paulistas deixaram assignalado o seu arrojo, nas famosas incursões, á cata de indios a principio e de ouro, afinal.

Salienta a obra politica dos *bandeirantes*, dilatando as fronteiras do Brasil e a sua obra economica, descobrindo o *ouro*.

O espirito *yankee* de seus filhos affirmado desde aquelle momento é uma das causas do progresso de S. Paulo.

Allude (com certo exaggêro) á influencia do glorioso Estado de S. Paulo nos grandes acontecimentos politicos do paiz.

Em seguida occupa-se do café.

Estuda-o longamente : em sua producção, em sua crise, e em sua *valorização*.

E não se exquece dos problemas connexos.

Foi o café, a principio, cultivado no Norte da antiga provincia e posteriormente no Oéste.

O *Norte* se exgottou ; e pouco havia dado.

O *Oéste — a terra roxa* — foi um acontecimento !

Descreve o sr. Magalhães o progresso fabuloso, a que chegou aquella zona no curto espaço de dez annos.

E diz, com razão : « por esse quadro fidelissimo, que a qualquer momento póde ser contemplado por quem visite o Oéste de S. Paulo, é licito calcular-se de quanto é capaz a energia de um povo que toma a serio o seu engrandecimento e o seu porvir ».

A colonização européa, o braço livre foi, certamente, o mais importante factor deste progresso.

A ella se refere o sr. Magalhães.

Salienta que sua iniciativa se deveu ao visconde de Indaiatuba e a José Vergueiro, logo após a guerra do Paraguai.

Esta brilhante iniciativa, porém — feita sem o menor auxilio dos governos, geral, provincial e municipal — ficou isolada, não teve imitadores.

Só mais tarde prolificou.

E, ainda assim — diz com flagrante injustiça o sr. Magalhães — sem auxilio da monarchia, que, para elle, foi « a inepcia, mesmo no tocante á immigração » !

De facto.

De 1882 a 1888, o sr. Magalhães o confessa, entraram no Brasil mais de 150.000 immigrantes.

E, em sua maior parte, em sua quasi totalidade, para S. Paulo.

Entretanto : S. Paulo autonomo ; São Paulo — Estado Federado ; — São Paulo sem a escravidão ; S. Paulo em assombroso progresso ; S. Paulo — café, precisando sempre e cada vez mais de braços ; S. Paulo rendendo mais nos quatro primeiros annos da Republica do que nos 67 annos de monarchia ; S. Paulo, cuja renda, nos ultimos exercicios, quasi se emparelha com a renda do Brasil inteiro nos ultimos exercicios da monarchia ; S. Paulo recebeu 1.300.000 immigrantes europeus de 1889 a 1912.

De modo que, proporcionalmente, em materia de immigração, a monarchia quasi fez tanto por S. Paulo, de 1882 a 1888, quanto elle fez, por si mesmo, de 1889 a 1912.

Um outro factor importante da prosperidade de S. Paulo em suas lavouras do *Oéste* foram — os Mineiros.

Assim como os Paulistas haviam desbravado, em edade anterior, o territorio de Minas, os Mineiros, em um movimento de refluxo, haviam de formar outras tantas *bandeiras* para desbravar, em parte, o Oéste de S. Paulo.

Entretanto, uma crise formidavel veio a pesar sôbre o café !

Uma crise longa, demorada : uma crise de doze annos.

Mas serviu para deixar evidente a superioridade dos Paulistas, que a ella resistiram sem um momento de desanimo.

Resistiram galhardamente, conforme salienta o sr. Magalhães.

« O grande Estado passou por toda a dilatada crise sem que houvesse em seu desenvolvimento notavel solução de continuidade, sem que paralysasse a marcha vigorosa de seu progresso, e o que ainda mais pasmo deve causar, sem desequilibrio dos seus orçamentos. »

Estudando a valorização, o sr. Magalhães a qualifica de « golpe mais atrevido que até agora se tentou em materia economico-financeira, quer em nosso paiz, quer talvez em todo o mundo culto ! »

E não foi ella, mas a propria natureza, que salvou o café !

Foi a exiguidade das colheitas, fazendo ceder os especuladores ante a diminuição dos supprimentos.

Estudando a situação economica de S. Paulo, o sr. Magalhães apresenta, como expoentes de sua prosperidade, a exportação do Estado, que corresponde á metade da exportação do Brasil e o seu movimento bancario que excede, ás vezes, quando não eguala ao da Capital Federal.

Occupa-se, em seguida, do vigoroso impulso tomado pelo movimento ferroviario de S. Paulo, desde o ultimo quartel do seculo XIX.

Tracta, ainda, da organização policial e do ensino em S. Paulo.

A estes dous serviços são destinadas alli as verbas orçamentarias de maior vulto, o que prova o cuidado que elles merecem.

Tece encomios á organização policial, que revela muita perfeição e está dirigida por officiaes francezes.

Discorre com proficiencia sôbre a organização do ensino.

E mostra os progressos verdadeiramente admiraveis do ensino em S. Paulo, tanto o ensino publico, como o particular.

E' uma organização exemplar, e de cujos ensinamentos se teem servido diversos Estados da Republica.

Della se póde orgulhar o Estado de S. Paulo.

Um outro serviço perfeito em S. Paulo, faz ver o sr. Magalhães, é o da saúde publica.

São estes os mais importantes assumptos de que se occupa o sr. Magalhães no seu excellente trabalho.

Certo, ha nelle, ainda um outro defeito.

Annunciou o auctor que apontaria os defeitos, que se lhe deparassem no organismo politico-social de S. Paulo.

Entretanto, pode-se dizer, que não o fez.

Apenas, quanto ao ensino critica o seu demasiado *theorismo*.

Fóra d'ahi, só apontou na organização constitucional um defeito, que é questão opinativa — a dualidade de Camaras — e dous outros com referencia aos municipios.

Mas elle mesmo se encarrega de immediatamente declarar que estes dous ultimos não são defeitos e sim « apparentes anomalias, consequencias ainda do tino práctico que em tudo prepondera alli (em S. Paulo), pois taes falhas não passam de meios seguros, aconselhados pela experiencia ao legislador paulista, afim de subtrahir melhor os suborganismos do Estado, em que mais vitaes são os interesses deste, ás obnoxias intervenções dos corrilhos de campanario ».

Ora, *na mais resplendente trajectoria dos povos progressivos não raro se defrontam escuridões e tortuosidades.*

E' o proprio sr. Magalhães quem o diz:

Impossivel é que não haja escuridões e tortuosidades no grande e, incontestavelmente, maravilhoso Estado de S. Paulo!

Entretanto, o sr. Magalhães dellas não cuidou:

Salvo este ultimo reparo, e os que anteriormente fizemos, o trabalho do sr. Magalhães é dos que mais se recommendam.

Assim, a Commissão de Historia é de parecer que o sr. Basilio de Magalhães — que em seus trabalhos se revela um historiador, um escriptor brilhante e um espitito de variada cultura — deve ser acceito socio correspondente do Instituto Historico.

Instituto Historico, em 27 de Julho de 1914.— *Alfredo Valladão*, relator.— *Clovis Bevilaqua*, com restricção a alguns conceitos do brilhante e erudito parecer, cujas conclusões acceito gostosamente.— *Eduardo Marques Peixoto*.— *Escragnolle Doria*. — *Viveiros de Castro*.»

Posto em discussão, é o parecer approvado unanimemente e muito felicitado o seu relator. Vai com a proposta á Commissão de Admissão de Socios, relator o sr. barão de Alencar.

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) agradece a presença á sessão do sr. Walter Lichtenstein, professor da Universidade de Northwester, e representante da Universidade de Harward, Cambridge, Massachussets, Estados Unidos da America, o qual, em companhia do dr. Herman Watjen, professor da Universidade de Heidelberg, esteve em demorada visita ao Instituto Historico, a 12 do corrente, tendo sido ahi apresentados pelo 1° vice-presidente, o sr. dr. Manuel Cicero Peregrino da Silva, e recebidos pelo 1° secretario perpetuo, o sr. Max Fleiuss, e bibliothecario, dr. José Vieira Fazenda.

O Sr. Fleiuss (*1° secretario perpetuo*) antes de encerrar-se a sessão, communica ao Instituto que o sr. dr. Enéas Galvão tomará posse de sua cadeira de socio effectivo na sessão do mez de Outubro; communica ainda que o sr. almirante Gomes Pereira, por motivo de força maior, deixa de comparecer á sessão, e que o consocio sr. general Thaumaturgo de Azevedo enviou ao Instituto as suas despedidas.

O Sr. Eduardo Marques Peixoto apresenta depois a seguinte proposta :

« As relações de amizade que o Brasil mantém com todas as nações, principalmente com as do Continente Sul-Americano, procurando cada vez mais fortalecer tão delicado vinculo, com tractados arbitraes, com visitas officiaes de auctoridades superiores e de representantes de congressos scientificos, enfim, com a bondade dos povos, determinam que cessem, de vez, as manifestações festivas que lembram acontecimentos historicos, nacionaes, de luctas sangrentas. Assim, o Instituto Historico e Geographico não commemorará de hoje para o futuro data alguma de feito de armas brasileiras, que possa ferir a delicadeza, magoar o coração de povo amigo, envolvido em épocha lamentavel em guerra ; e envidará esforços para que as demais corporações o accompanhem nesta resolução de alto sentimento humano.

Rio de Janeiro, 27 de Julho de 1914.— *Eduardo Marques Peixoto.— Sebastião de Vasconcellos Galvão.*— Major *Liberato Bittencourt.— Roquette Pinto.*»

Vai á Commissão de Historia, sendo relator o sr. dr. Alfredo Valladão.

Nada mais havendo a tractar, levanta-se a sessão ás 22 horas. *Roquette Pinto*, 2º secretario.

ACTA DA QUINTA SESSÃO ORDINARIA EM 27 DE AGOSTO DE 1914

Presidencia do Sr. conde de Affonso Celso

A's 16 e meia horas, na séde social, abre-se a sessão com a presença dos seguintes socios: conde de Affonso Celso, dr. Manuel Cicero Peregrino da Silva, desembargador Antonio Ferreira de Sousa Pitanga, Max Fleiuss, drs. Edgard Roquette Pinto, Augusto Tavares de Lyra, Homero Baptista, João Pandiá Calogeras, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, almirantes Arthur Indio do Brasil e Antonio Coutinho Gomes Pereira, dr. Lucas Ayarragaray, drs. Alfredo Valladão, Sebastião de Vasconcellos Galvão, conselheiro Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque, Eduardo Marques Peixoto e dr. José Americo dos Santos.

O Sr. Dr. Roquette Pinto (*2º secretario*) lê a acta da sessão anterior, que é approvada sem debate.

O Sr. Fleiuss (*1º secretario perpetuo*) diz que o expediente consta apenas de uma carta do socio effectivo, sr. capitão de corveta Francisco Radler de Aquino justificando a ausencia, e de um telegramma do sr. dr. Soares dos Santos, presidente da Camara dos Deputados, offerecendo ao Instituto uma collecção completa dos « Documentos Parlamentares ».

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*), testimunha em nome do Instituto, sinceros agradecimentos por essa valiosa offerta.

Em seguida o Sr. Presidente diz que:

« O Instituto, depois da ultima sessão, deplorou a perda de dous consocios emeritos: os drs. Adolfo Carranza, eminente

historiador, eleito socio correspondente em 30 de Agosto de 1913, e fallecido a 15 do corrente, e Roque Saenz Peña, eleito presidente honorario em 21 de Novembro de 1911 e fallecido a 9 deste mez, por cujo fallecimento será lançado na fórma dos Estatutos, independentemente de debate e votação um voto de profundo pezar.

O sr. Saenz Peña era um dos nossos seis presidentes de honra, sendo os outros, o actual chefe de Estado e dous ex-chefes de Estado do Brasil: s. a. r. o sr. conde D'Eu e o general Julio A. Roca.

Mereceu o illustre finado esta alta investidura.

Pertencia á egregia familia intellectual e moral de Bartholomeu Mitre, gloria de sua Patria e da America, familia cujos characteristicos são a capacidade, a cultura e a rectidão.

As suas phrases lapidares — *Tudo nos une, nada nos separa*, referindo-se á Argentina e ao Brasil e — *A America para a Humanidade* — demonstram a sua elevação de idéas, a sua nobreza de sentimentos, o seu descortino.

Notavel na guerra, na tribuna, na imprensa, no govêrno, homem de acção, homem de Estado, homem de bem, conseguiu a moralidade eleitoral em seu paiz e outras exclarecidas medidas, que o hão de aureolar perpetuamente.

Sempre se mostrou leal e dedicado amigo do Brasil, que de coração se associou a todas as grandes homenagens prestadas á sua honrada e luminosa memoria.

Sôbre o seu tumulo, regado de immenso pranto, o Instituto depõe as flores da sua sincera e enternecida commoção. (*Palmas*).

Continuando, o Sr. Presidente propõe tambem que na acta da presente sessão se insira um voto de profundissimo pezar pelo fallecimento de Sua Sanctidade o papa Pio X, que foi sempre amigo do Brasil.

Em seguida o Sr. 1º Secretario Perpetuo lê os pareceres abaixo, da Commissão de Admissão de Socios:

— « A Commissão de Admissão de Socios entende que o sr. dr. Basilio de Magalhães reune todas as exigencias dos Estatutos, para ser eleito socio correspondente do Instituto.

Apreciadas como foram as provas de sua competencia, a Commissão de Admissão de Socios reconhece no candidato completa idoneidade, não vê inconveniencia em sua admissão e verificou ter elle cumprido o § 2º do art. 7º dos Estatutos, remettendo os seus trabalhos com offerecimento autographo ao Instituto.

Rio de Janeiro, 25 de Agosto de 1914.— *Barão de Alencar*, relator.— Dr. *Ramiz Galvão*.— Dr. *Manuel Cicero*.»

— « A Commissão de Admissão de Socios dá sua opinião favoravel á admissão do sr. professor José Ribeiro do Amaral, como socio correspondente do Instituto, reconhecendo-lhe todas as condições de idoneidade e conveniencia, tendo o candidato satisfeito ao que determina o § 2º do art. 7º dos Estatutos, remettendo os seus trabalhos com offerecimento autographo ao Instituto.

Rio de Janeiro, 25 de Agosto de 1914.— Dr. *Ramiz Galvão*, relator.— Dr. *Manuel Cicero*.— *A. C. Gomes Pereira*.»

Correndo-se o escrutinio, são esses pareceres approvados por unanimidade de suffragios, e, acto continuo, o Sr. Presidente proclama socios correspondentes do Instituto os srs. Basilio de Magalhães e professor José Ribeiro do Amaral.

Pede depois a palavra o Sr. Eduardo Peixoto que lê o seguinte complemento justificativo da proposta, que com outros consocios apresentou na sessão anterior.

— « Exm. Sr. Presidente — A proposta que tivemos a honra de submetter ao criterioso estudo de V. Ex. vem augmentar a grande somma de actos de sentimento humano, naturaes da indole do povo brasileiro, sempre bom, generoso e embora brioso na sua independencia sinceramente pacifista.

O Brasil, no tempo do Imperio, na capital consagrou á data de sua emancipação politica festas e cortejos — o « hymno da Independencia ». A praça antigo Rocio, ao lado do monumento a d. Pedro I, era pequeno para a expansão da alegria dos naturaes do paiz. E no alto, no morro de Sancto Antonio, um parque de artilharia salvava ao 7 de Septembro.

A data « 13 de Maio » da lei aurea, a maior lei humana, e que motivou a delicada lembrança do Leão XIII, ao vulto grandioso e

venerando de Isabel a « redemptora » *A rosa de Ouro*, foi solennizada a principio com enthusiasmo pelos Brasileiros abolicionistas.

E foram estas as datas nacionaes solennizadas no Imperio e na Republica, na primeira decade e na metade da segunda.

Até então a nacionalidade nada soffreu.

O Brasileiro teve a audacia de fazer frente á metropole, em Minas em 1789, e um Joaquim José da Silva Xavier foi o martyr da ousadia. Mais tarde, em 1817, 24 e 48 em Pernambuco; em 1842, em Minas e em S. Paulo; em 1835 em o Rio Grande do Sul, novos emprehendimentos de independencia politica forçaram aos dirigentes da nação a medidas de extraordinaria severidade.

E quando em 1865 houve necessidade da *nacionalidade* se manifestar, sabemos o que aconteceu ao Sul: a *honra* da nação tinha sido mantida *illeza* com o sacrificio de vida de mais de 100.000 brasileiros!...

Depois não se festejou a data deste acontecimento, houve silencio. O Imperio respeitou a dor do vencido e a perda de seus filhos.

A Republica, em 1889, encontrou a *nacionalidade* intacta... E annos depois pretenderam desperta-la com os clarins agudos, e as datas guerreiras eram solennizadas, as mesmas que o Imperio tinha silenciado. E o Instituto Historico, cujo fim unico de sua organização é o que consta do art. 1º de seus Estatutos que diz: tem por fim proceder a estudos e investigações concernentes á Historia, Geographia, Ethnographia e Archeologia, principalmente do Brasil, devendo para realização desse fim, colligir, conservar e classificar documentos, livros, cartas geographicas e outros objectos que lhes possam fornecer elementos de informação e devam constituir um Archivo, uma Bibliotheca, e um Museu, e publicar annualmente a Revista, associara-se a essas manifestações...

Assim não foi o espirito da *nacionalidade* desenvolvido nem firmado com armas, nem com as organizações militares, mas sim com o trabalho moral, intellectual e physico ou material, com a producção que valorizou o solo, com as classes productivas industriaes e scientificas, que rompendo os sertões foram até o longinquo territorio acreano, o retiro infernal do trabalhador cearense.

O maior èrro que se póde fazer á Humanidade é se disputar na *nacionalidade* de um povo o amor ás armas, a lucta á guerra !. .

Sirva de exemplo o momento actual...

Qualquer nação, por muito bem armada que se sinta, impondo na realidade o terror, tem contra si as antipathias das outras, tambem armadas. E, embora vencedora, é vencida nas suas forças economicas e moraes.

O Brasil já observou a demonstração de antipathia ao desenvolvimento do serviço de armas quando, em 1875, houve a lei do recrutamento do exercito e armada. Mulheres em grupos, mães extremosas, correram ás mesas de alistamento em diversas provincias e rasgaram as listas e mais papeis concernentes á execução da nova lei. E ha bem poucos annos similhante procedimento foi causa de identicos resultados.

A mulher brasileira, em espirito de decadencia militarista, não quer ver seu filho soldado ou marinheiro, praça de pret. Ella prefere e sorri ao vê-lo official...

E' conveniente prender a attenção do Instituto para o seguinte facto com relação á proposta apresentada.

Regressaram de passeio nas ruas e praças desta capital, para bordo, dous officiaes, um brasileiro e outro extrangeiro. Ao enfrentarem a estatua de um valoroso militar, a cavallo, indagou o official extrangeiro que significavam os quadros que representavam combate nos medalhões.

O nosso distincto patricio ia responder com a maior sinceridade, quando do seu intimo um protesto de dignidade impoz-lhe delicado e correcto procedimento. E, preferindo passar por descuidado, poude a custo balbuciar :

« Não me lembro...»

Os medalhões representavam combates de guerra entre as patrias dos dous distinctos militares amigos.

Assim considerando que :

O Imperio deu exemplo nobre, não festejando datas guerreiras nas condições da proposta :

A Argentina ha muito tempo tornou-se merecedora e digna da admiração dos povos cultos, não solennizando as alludidas datas;

O Uruguai, postando-se na vanguarda da civilização fraternal, enviou navio onde embarcou commissão especial, afim de restituir á nação amiga os objectos até então considerados *trophéos de guerra*;

A nacionalidade do povo brasileiro progrediu, independente de festividades que lembram lucta sangrenta;

Existem muitas familias constituidas de Brasileiros e filhos de outra nação sul-americana, não só de militares, mas de civis, e que qualquer manifestação no sentido alludido póde perturbar a paz dos lares assim organizados:

O Instituto Historico e Geographico Brasileiro é composto de socios de todas as nações, e que as solennidades a que se refere a proposta não estão de accôrdo com os principios de delicadeza de tòdos os seus illustres membros;

Não houve nesse sentido proposta apresentada em sessão ordinaria, em assembléa, nem pela directoria, nem por socio, para as alludidas solennidades;

Os fins do Instituto estão bem definidos no art. 1° dos Estatutos desde 1838 á presente data, fins já transcriptos acima:

Tem logar a justificação da proposta apresentada em sessão de 27 de Julho ultimo, ficando certos os seus signatarios de que não soffrerá debate a sua approvação. Rio, Agosto de 1914. — *Eduardo Marques Peixoto.*»

O Sr. Presidente manda esse complemento ao relator da proposta o sr. dr. Alfredo Valladão.

Nada mais havendo a tractar, o sr. presidente levanta a sessão ás 17 1/2 a horas.— Roquette Pinto, 2° *secretario.*

ACTA DA SEXTA SESSÃO ORDINARIA EM 28 DE SEPTEMBRO DE 1914

Presidencia do sr. conde de Affonso Celso

A's 21 horas, na séde social, abre-se a sessão com a presença dos seguintes socios: conde de Affonso Celso, drs. Manuel Cicero Peregino da Silva, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, M. Fleiuss, padre dr. Julio Maria, barão de Studart, Carlos Lix Klett, coronel Honorio Lima, drs. Sebastião de Vasconcellos Galvão, Augusto Tavares de Lyra, Roquette Pinto, João Coelho Gomes Ribeiro, major dr. Liberato Bittencourt, Eduardo Marques Peixoto, drs. Alfredo Rocha, Lucas Ayarragaray e José Americo dos Santos.

O Sr. Dr. Roquette Pinto (*2º secretario*) lê a acta da sessão anterior, que foi approvada sem discussão.

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) communica ao instituto o fallecimento occorrido a 8 do corrente, em Lisboa, do socio correspondente dr. Pedro Wencesláo de Brito Aranha, eleito em 7 de Agosto de 1885 e propõe que se insira na acta um voto de profundo pezar.

Participa tambem ao Instituto o Sr. Presidente que o convite dirigido aos drs. Aurelino Leal, Alfredo Valladão, Pinto da Rocha e Viveiros de Castro, para realizarem cursos no Instituto sôbre Historia constitucional e administrativa, diplomatica e tributaria, foi gentilmente acceito pelos illustres homens de lettras, e que brevemente o Instituto terá occasião de inaugurar os referidos cursos que, por certo, alcançarão o maior brilhantismo.

— O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) lê a seguinte moção:

« A data de hoje é duplamente memoravel, pois é da sancção de duas leis que desfecharam decisivo golpe na maldicta instituição do captiveiro, — a de 1871 e a de 1885, — a primeira estatuindo que ninguem mais nasceria escravo no Brasil, e a segunda decretando a manumissão dos captivos que attingissem 60 annos de edade.

Estas duas leis, com a de 1831, que aboliu o trafico, e a de 1888, que declarou extincta a escravidão, significam columnas triumphaes da uma e jornada, que sobremaneira nos enaltece.

O Instituto Historico, sempre vivamente interessado em tudo quanto se relacione com a grandeza e a gloria nacionaes, evoca, cheio de reverencia, admiração e reconhecimento, ao reunir-se hoje, os benemeritos vultos dos heróes da abolição, entre os quaes se destaca Isabel a Redemptora e figuram varios consocios do nosso gremio, como Perdigão Malheiro, Candido e João Mendes, Rio Branco, Joaquim Nabuco e João Alfredo.

Proponho que, na acta da presente sessão, se insira um voto neste sentido, e que o approvemos, levantando-nos, em signal de que os nossos corações se soerguem á lembrança dos nobres feito, dos nossos maiores. »

A proposta do sr. presidente é approvada por acclamação, levantando-se toda a assistencia.

O Sr. Fleiuss (*secretario perpetuo*) propõe que, antes de ser ido o expediente, seja introduzido no recincto o socio correspondente dr. Basilio de Magalhães, o que é approvado.

O Sr. Presidente designa para, em commissão, accompanharem o novo socio ao recincto, os srs. Fleiuss, Roquette Pinto e Liberato Bittencourt.

Dá entrada no recincto e presta o compromisso dos Estatutos o sr. dr. Basilio de Magalhães.

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) declara empossado o novo socio.

O Sr. Dr. Basilio de Magalhães profere, da tribuna, o seguinte discurso :

« Paul Louis Courier, mais do que profundo hellenista, qual se revelou nas insuperaveis traducções de Herodoto e Plutarcho e sobretudo no refundir a versão, feita por Amyot, das encantadoras pastoraes de Longus, era principalmente dextro fundibulario da satyra mordaz. Não póde haver melhor exemplo desta feição do seu espirito do que a carta aberta, por elle endereçada á Academia de Inscripções e Bellas-Lettras, quando em tal collegiada pretendeu

vãmente uma curul. Para menoscabar das exigencias do sodalicio, onde por certo só se dava guarida a homens cujas crenças não fossem subversivas da ordem estabelecida pelo dominio politico theologico, então vigorante, saïu-se o eximio pamphletario com esta sarcastica declaração dos seus principios:

J'ai à vous dire que mes principes sont connus de ceux qui me connaissent, et j'en pourrais demeurer là. Mais afin qu'on ne m'en parle plus, je vais les exposer en peu de mots. Mes principes sont — *qu'entre deux points la ligne droite est la plus courte; que le tout est plus grand que sa partie; que deux quantités, égales chacune à une troisième, sont égales entre elles.* Je tiens aussi *que deux et deux font quatre,* mais je n'en suis pas sûr... Mes principes religieux sont ceux de ma nourrice, morte chrétienne et catholique, sans aucun soupçon d'hérésie... Mes principes de morale sont tous renfermés dans cette règle: — *ne point faire à autrui ce que je ne voudrais pas qui me fût fait...* Quant à mes principes politiques... j'aime mieux vous dire en un mot ce qui me distingue, me sépare de tous les partis, et fait de moi un homme rare dans le siècle où nous sommes: c'est que je ne veux point être roi, et que j'évite soigneusement tout ce qui me pourrait me mener là. »

Vinha eu accompanhando, srs., como bom Brasileiro que me prezo de ser, a nobre faina deste Instituto, e em sua obra avultada e opulentissima não me cançava de haurir licções, indispensaveis ao consciencioso desempenho do meu mister de professor de Historia patria. Mas, avesso, por indole e por doutrina, a candidatar-me a postos quaesquer nos cenaculos scientificos ou litterarios sem lhes recusar, todavia, a minha leal collaboração ininteresseira, quando desta ha quem espontanea e gentilmente se lembre, — confesso-vos que recebi com grata surpresa a nova da acceitação unanime do meu obscuro nome como digno de figurar entre os venerandos cultores das tradições nacionaes, que honram esta longeva e benemerita associação.

E, ao ser hoje fidalgamente accolhido nella, eu, que sempre tomei a serio as instituições de minha terra e os encargos que me

incumbem como cidadão e como homem de letras — longe de imitar a Paul Louis Courier, cuja tersa escurrilidade de mais a mais nem eu pudera arremedar, nem se applicaria ao meu caso, — julgo da minha obrigação dizer-vos as ideas que trago á rebrilhante convergencia das vossas, para a altanada empresa de que benevolamente me fizestes communheiro espiritual.

Nos quatro opusculos meus, que consoante com a ritualidade aqui observada, tivestes a ardua tarefa de analysar, já está a toda luz a projecção da trajectoria do meu pensamento. Do primeiro, escripto aos 19 annos, ao ultimo, traçado 19 annos depois, o embryão da minha fé, quer politica quer philosophica, não fez mais que radicar-se com maior profundeza em minha alma e esgalhar-se frondentemente com os fructos de novas e mais amadurecidas licções de uma contínua acquisição empirica e de uma tenaz cultura theorica.

Preïteio ao passado o mais profundo respeito. Mas a veneração me não leva a esculpar-lhe as erronias, nem a querer-lhe a revivescencia. Isso seria contrario á evolução organica da Humanidade, ou, melhor, á concepção positiva do progresso.

Bem sei que ha quem julgue as fórmas de govêrno como cousas de pouca monta na vida dos povos. Mas só a ignorancia das leis sociologicas póde explicar similhante menospreço, porquanto as collectividades quaesquer, desde as pequenas e atrazadas tribus selvaticas aos maiores e mais antigos imperios, têm forçosamente de galgar o Thabor da sua transfiguração politica, a menos que desappareçam por um cataclysmo cosmico ou social.

Por outro lado, é pueril acreditar-se na estabilidade dos codigos e das constituições.

Quando li a substanciosa obra de Léon Donnat, *La Politique expérimentale*, admirei-me de que aconselhasse elle como entidade nova a entidade mais vetusta do mundo: — a politica é immanentemente experimental e não passa de uma serie de mutações, determinadas por antecedentes irrevogaveis e impostas por necessidades fataes. Proclama-o melhor que tudo o axioma de Pascal sabiamente modificado por Augusto Comte: — « O homem se agita, e a Humanidade o conduz ».

Ora, como o grande ser collectivo não retrograda nunca, por maiores e mais dolorosas que sejam as suas crises e as suas catastrophes, bem é de ver que a ancylose e a stase dos organismos sociaes do nosso planeta são tão impossiveis como a paralysação do movimento deste no espaço infinito.

Assim sou convicta e inabalavelmente republicano, em plena conformidade com o avanço a que chegámos nesta phase de transição organica da massa humana mais progressiva, lamentando eu apenas que a curteza da existencia me não permitta ver, dentro talvez de mais um seculo, a victoria da sociocracia em toda a face do orbe cultural.

Na esphera puramente philosophica, emancipei-me por completo, desde annos muito em flor, da ociosa pesquisa das causas primarias e finaes, e, guiado pelo incomparavel pensador de Montpellier, cheguei ao ponto em que estou, de só admittir a fé demonstravel, a mais sympathica de quantas crearam homens, a mais humana de quantas se attribuem a super-homens, a que em summa possibilita a felicidade, neste ephemero transcurso da vida, pelo supremo influxo do amor em todas as suas excelsas manifestações. Como a este proselytismo espontaneo não me prendem juras, nem peias de filiação ecclesiastica, ostento-o qual precioso talisman que me foi doado, mas me não excluo de acceitar outro melhor, que acaso se me offereça e que me substitua com vantagem. *Je prends mon bien où je le trouve.* E, si não abracei o nietscheismo ou o bergsonismo, este agora tão no galarim alèm-atlantico, foi porque tanto a viril concepção do primeiro como o suave monismo do segundo se nimbaram de subtilezas metaphysicas, incompativeis com o estado do meu espirito, em más condições de receptividade para com os nephelibatismos quaesquer, e não attingiram á formação de uma synthese perfeita, explicativa do *cosmos e do microcosmos*, *conditio sine qua non* de toda verdadeira creação philosophica destinada a conquistar e a erguer bem alto a razão humana.

Exposto dessa rude maneira o meu credo, — permitti-me vos diga, como delle deduzo o conceito da Historia e sua applicação

ao meritorio exforço que realizaes em nossa Patria e para o qual acceitastes a minha desvaliosa cooperação.

Evidentemente a Historia não é sciencia *per se*, pois no quadro encyclopedico do saber humano não figura como tal. Não era possivel categorizar as acquisições mentaes, longa e pacientemente feitas pela humanidade, sem o rigor de um estalão incontroverso, qual o da generalidade decrescente e da complexidade crescente dos phenomenos, cujas leis, regidas por um dado methodo, só dellas peculiar, constituem o systema particular a que se chama sciencia.

E, assim a Historia, nada é mais que um esgalho da Sociologia, isto é, estudo da Dynamica social.

Os que têm julgado sem esse criterio recorrem ás obras dos Herodotos e dos Xenophontes, dos Livios e dos Tacitos, da assombrosa elaboração greco-romana, como demonstração de que ella é tão velha quanto o mundo.

Mas essa infantilidade se esvai ante a simples observação de que a Chimica tambem surgiu no passado remoto, sobretudo na portentosa floração da cultura islamica, sem que, entretanto, se admitta ahi a sua exacta enquadração no rol das sciencias, a não ser no seculo findo, na mesma centuria em que tambem se constituiu a Sociologia. Mais claramente, não será êrro affirmar-se que a Historia, qual é ou tem de ser escripta hoje, está para a Historia dos évos transidos, como a Chimica, que existe hoje, está para a Alchimia do preterito.

Como, porém, toda sciencia se characteriza por um complexo de leis harmonicas systematizadas, e é frequente ouvir falar em « leis historicas », fôra de boa logica substituir sempre essa expressão technica, que demanda uma correcta linguagem scientifica — « leis sociologicas ».

Ora, collocada, como está, a Sociologia no penultimo degrau do quadro encyclopedico, e como cada sciencia superior da escala não se prepara sem o concurso das anteriores, — fica nitidamente em fóco quanto de porfiosa habilitação theorica se não exige do mourejador de tal seara.

Entra aqui, muito a meu intento, o que desejo exprimir-vos sôbre as responsabilidades de quem se abalançar á empresa de escrever a Historia do Brasil.

A exemplo dos antigos, cuja *cratolatria* era inevitavel, porquanto a humanidade discorria por sua sanguinosa phase militar, de conquista ou de defesa, e só primavam, no vasto scenario da evolução collectiva, os grandes, os fortes, os guieiros do rebanho social, «pasteurs de l'humanité», na phrase feliz de Augusto Barbier, patriarchas, theocratas, reis, generaes, prophetas, — os chronistas nossos tambem fizeram dos seus livros simples biographias encomiasticas dos chefes da administração publica ou meras narrações de campanhas bellicosas, sem que jámais se preoccupassem com as coefficiencias reaes e insupprimiveis da marcha ascendente da nossa nacionalidade.

A um sabio europeu, profundo conhecedor do nosso paiz, que percorreu demoradamente em proveitosa cruzada scientifica, é que devemos os primeiros lineamemtos para a composição de uma historia integral da nossa patria. Logo depois de installado, lembrou-se este Instituto de pedir aos seus consocios o auxilio de suas luzes para lhe clarear a rota apenas encetada. Já retornado ao seu berço, Martius de lá, no comêço de 1843, acudiu pressuroso ao appêllo, e o seu plano foi inserto no tomo VI da «Revista Trimensal», de paginas 389 a 411.

O auctor da «Philosophia positiva» e da «Politica positiva» mal havia, naquella epocha, finalizado a construcção maravilhosa da Sociologia, com os solidos materiaes que os seus antecessores lhe herdaram e mercê do alto poder de synthetização e systematização que lhe exornava o cerebro robusto. Não é de crer, entanto, que o scientista bavaro se houvesse dessedentado no manancial do inegualavel pensador francez. Deve elle ter lucubrado por si só, e para tanto lhe não fallecia ampla preparação intellectual, as suas «idéas geraes sôbre a Historia do Brasil», porque si as suas opiniões, postas sob tão modesta epigraphe, são adeantadas e acceitaveis no dominio puramente logico, a mole soberba que architectara se rematava pelo panegyrico da monarchia, e um inspirado da obra

genial de Augusto Comte só devèra persuadir aos povos americanos como aos demais do mundo, que se organizassem «sem deus nem rei» fórmula visceral da eschola politica por elle fundada.

A traça de Martius, salvante a falha que acabo de apontar, era digna de realização por parte dos escriptores nacionaes. Demonstrara elle que o estudo da nossa evolução não podia ser feito sem que se abrangessem no mesmo grau de profundez da analyse os coefficientes geneticos do povo brasileiro, e sem que se tivessem em linha de conta todas as parcellas activas da marcha ascensional do paiz. Tendo egualmente percebido as correntes potenciaes de differenciação cada vez mais intensa, entre certas zonas da nossa Patria, inculcava a necessidade de bater-se o historiador pelo «nexo pragmatico», base em que se devèra assentar a defesa da união das provincias. E ao concluir a exposição das regras que methodicamente gizara, assim se exprimia:

— «Evitará não menos ter o character de uma chronica, do que de investigações historicas, sêccas e puramente eruditas. Como qualquer Historia que esse nome merece, deve parecer-se com um Epos. Si de um lado é verdadeiro que o Epos popular só é composto onde o povo ainda se acha em desenvolvimento progressivo, então do outro lado não podemos duvidar que actualmente o Brasil é um objecto digno de uma Historia verdadeiramente popular, tendo o paiz entrado em uma phase que exige um progresso poderoso: por isso, uma Historia popular do paiz vem muito a proposito, e possa seu auctor, nas muitas conjuncturas favoraveis que o Brasil offerece, achar um feliz estimulo, para que imprima á sua obra todo o seu amor, todo o zêlo patriotico, e aquelle fogo poetico proprio da juventude, ao mesmo passo que desenvolva a applicação e profundidade do juizo e da firmeza de character, pertencentes á edade madura e varonil.»

Onze annos depois, em 1854, apparecia a primeira tentativa de uma Historia geral do Brasil, oriunda de penna patricia, e na qual era de crer se houvesse obedecido á sabia delineação, esboçada pelo illustre compositor da *Flora brasileira*. Elaborara-a Varnhagen, após titulado visconde de Porto Seguro.

Teria elle realizado o Epos, tão previdentemente preconizado por Martius, e do qual tanto careciamos?

Que respondam dous competentissimos compatriotas nossos, que fizeram, com alta e incontradictavel justiça, a critica daquella obra.

Mal fôra ella entregue ao publico, e já o venerando Homem de Mello, então na plena ardideza da promissora mocidade, saïa a campo pelos «Ensaios litterarios» do Atheneu Paulistano, em 1858, e assim dizia da *Historia Geral do Brasil*: «...o sr. Varnhagen refez o passado no sentido de suas idéas, mutilou a verdade historica para fazer prevalecer a sua opinião... Tudo na obra do sr. Varnhagen é pallido e sem vida! » E, cêrca de 30 annos depois, Eduardo Prado repetia e completava esse irrefragavel conceito: — « O eminente e excentrico Varnhagen tem toda a dureza de um saxão, que era, e uma inexplicavel indole deprimidora de toda a grandeza e de toda a belleza; é, enfim, o homem que em nossa Historia menoscaba de todas as heroicidades! »

O historiador, srs., quando digno da sua missão, quando tem a mira posta exclusivamente nos fóros de cultura e no engrandecimento da Patria, é incontestavelmente inestimavel factor de progresso. Quanto me pesa acrescentar ao que já fica dicto — que o sr. visconde de Porto Seguro excluiu do seu livro o retrato do patriarcha da nossa Independencia, do previdente auctor do incomparavel projecto abolicionista de 1825, para substitui-lo pelo do bispo Azeredo Coutinho, defensor pervicaz da escravidão africana!

Si se recensearem as producções de éras remotas, ver-se-ha que os «Tratados» e « Historias » de Gandavo e Gabriel Soares, de frei Vicente do Salvador e do jesuita Andreoni apenas armazenaram os poucos factos, que se iam desdobrando na lenta evolução da colonia luso-americana, e tiveram que ser mais escorços chorographicos do que chronicas politicas. O ultimo delles, contudo, salienta-se pela preoccupação das nossas divicias economicas. E Rocha Pitta, cuja obra é posterior á de Antonil, notabiliza-se já por uns éstos de sentimento patriotico, que o seu estylo gongorico mais

aqueceu e alcandorou. O derradeiro quartel do seculo XVIII e o primeiro do seculo findo, certo por influencia do sôpro forte que nos vinha das escholas philosophicas da centuria excepcional, são os do surto das nobiliarchias, memorias annaes, em que a geração brasileira lançava ao sólo, com vigor e consciencia, as raizes pujantes das suas tradições, como vinculo imprescindivel á conquistada autonomia politica. E' a era de Jaboatão, de Claudio Manuel da Costa, de Pedro Taques, de frei Gaspar da Madre de Deus, de José Joaquim da Rocha, de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos, de Casal, de José Feliciano Fernandes Pinheiro e de monsenhor Pizarro. Collectaneas especiaes, embora, são elementos preciosos de que ha de fatalmente servir-se o escriptor, que tomar aos hombros a redacção da Historia definitiva do Brasil.

Mas, já no primeiro quartel do seculo XIX, surgira a obra de Southey. Bem é de comprehender-se que um extrangeiro, que não estanciara nunca em nossa terra e lhe não sentira os bafejos varonis, os anceios de um porvir melhor, não podia dar-nos a Historia de que precisavamos, pois esta é como as *magnas-chartas*, que só o povo póde crear, consoante com as suas aspirações e consoante com as suas necessidades. O codigo da vida de uma nação, como o seu pacto politico fundamental, são cousas sagradas, que se não recebem de mãos extranhas. Ou a nação as faz por si mesma, ou é indigna do nome de nação.

Southey teve ante os olhos os melhores elementos, colhidos em Portugal, para o seu trabalho, que lhe demonstra sobejamente a alta capacidade em labores de tal genero. A sua obra é, a muitos respeitos, superior á de Varnhagen. Mas o erudito inglez era poeta, poeta de arroubada inspiração, e o seu Tractado historico, qual bem o observou o nosso doutor Oliveira Lima, resente-se, em mais de um passo, do phantasioso tão grato aos conversados das Musas, a quem naquella phase de declinio do classismo, sorriam sobretudo as encantadoras lendas do romanceiro iberico. Além disso, o cytharista bretão se não conformava com a excessiva thaumaturgia, que lardeava as annuas e chronicas jusuiticas, e o seu protestantismo sublevado gastou-se no desancar essa inocua espiritualidade, per-

dendo tempo que melhor teria applicado á analyse do nosso status social.

Antes do visconde de Porto-Seguro, outras obras fragmentadas, de Historia regional ou visando a assumptos especializados, tinham vindo a lume, e dellas merecem citadas as de Accioli, Baena, Balthazar da Silva Lisboa. Extrangeiros illustres haviam perlustrado o nosso paiz, estudando-lhe as opulencias, as raças indigenas e os costumes, e este Instituto, que repontara em 1838, incrementara vigorosamente as investigações respeitantes á Historia e á Geographia da nossa terra, fazendo da sua excellente *Revista Trimensal* o mais copioso e mais rico repositorio das tradições patrias.

Os successores de Varnhagen, infelizmente, em vez de lhe aproveitarem os documentos authenticos, pacientemente accumulados, e pôr nelles a scentelha do amor patrio, que elle não soubera accender, nada mais fizeram do que repeti-lo em livros de compilação, que tanto careciam de primores de estylo, quanto de vibração civica. Tal é o caso de Abreu Lima e de Macedo. Outros, — não fallando nos que escreveram com o escopo de interesses ou de paixões de natureza partidaria, — enveredaram por pesquisas menos genericas, e deixaram dellas productos de consideravel valia, como o velho Mello Moraes, o conego Gay, Machado de Oliveira, Joaquim Felicio dos Santos, e principalmente João Francisco Lisboa, primoroso manejador da lingua, que devêra, em logar do *Jornal de Timon* e dos *Apontamentos para a Historia do Maranhão*, ter posto em práctica os conselhos de Martius. ter traçado a Historia geral do Brasil.

Mas, para vergonha nossa, a uma penna alienigena estava reservada a missão de perpetuar em lettra de fôrma um dos melhores trabalhos de conjuncto sôbre a nossa evolução. Fel-o Handelmann, cuja *Geschichte von Brasilien* é de 1860, estampada em Berlim. Mal conhecida dos nossos compatricios, e durante muito tempo, porque nenhum se lembrou de vernaculiza-la, é entretanto, um dos mais conscienciosos trabalhos sôbre a trajectoria social da nossa nacionalidade. O plano do scientista bavaro alli foi seguido admiravelmente. O historiographo allemão apreciou, com inteireza

e clarividencia, os elementos formativos do nosso povo e, além de accompanhar-lhe a desenvolução politica, analysou-lhe a organização civil e o desdobramento das forças economicas.

Terminada a nossa longa e cruenta campanha do Prata, como que um alento de vida nova perpassou pelo espirito nacional, incentivando-o a luctar pelo engrandecimento pacifico da Patria. E' a épocha de Homem de Mello, de Pereira da Silva, de Candido Mendes, de Taunay, de Azevedo Marques, de Joaquim Caetano, de Rio Branco, de Joaquim Nabuco e de tantos outros que estudaram as guerras então acabadas, as nossas graves questões de limites e voltaram a sua actividade mental para a gloriosa peleja do abolicionismo e para a propaganda da Republica, victorias que tambem se não alcançariam sem o inderrocavel apoio dos exemplos colhidos na Historia.

Entretanto, ainda em 1883, Silvio Romero,— incansavel batalhador das nossas lettras ha pouco desapparecido na voragem do Além, — lamentava a falta de uma verdadeira Historia do Brasil, e assim bosquejava, em um surto da sua alma sempre retemperada no chrysol de um civismo sem jaça, este schema do como se deveria elaborar aquella obra :

«O verdadeiro historiador do Brasil deveria ser bastante naturalista, para no portico de seu livro, distender a descripção vasta, exacta, verdadeira, da terra nacional, determinando-lhe as zonas, os climas, os aspectos, todos os cem modos diversos, pelos quaes os meios collaboram com os homens ; deveria ser bastante ethnologista, para comprehender e amar as diversas raças que levantaram neste paiz as suas tendas e agitaram á luz do sol brasileiro seus musculos de combatentes, travando a lucta da vida, a lucta da civilização ; para entende-las em seus cantos, em suas aspirações ; deveria ser bastante philanthropo e democrata, para rir e chorar com o povo, segui-lo na sua formação gradativa e suas transformações progressivas, assistir á geração do nosso terceiro estado e da nossa burguezia, accompanha-los na vida municipal, nas agitações da vida politica, nos anhelos de liberdade ; deveria ser bastante economista, para surprehender o povo no seu trabalho,

tomar nas mãos os fios determinadores da formação da nossa riqueza publica e particular, mostrando a irradiação desse polypo enormissimo,— a escravidão,— polypo de nova especie, fecundo, productor, sugado pelo parasitismo immenso e infamante, o grande crime da raça colonizadora, o grande crime que tem feito, que ainda hoje faz, a nossa Historia ser uma obra de privilegio e iniquidade; deveria ser bastante philosopho, para ter uma nitida idéa da cultura e dos destinos humanos, comprehender a formação das patrias recentes, o advento dessas nações coloniaes, mestiçadas, herdeiras de antigas glorias e antigos ideaes, prestes a transformar-se, urgidas por necessidades novas; deveria ser bastante erudito, para conhecer a fundo todos os factos, todas as peripecias do passado nacional; deveria, finalmente, ser bastante poeta, para construir de tudo isto uma obra artistica, viva, palpitante de seiva e de enthusiasmo.»

A pagina é lapidar, os conselhos são magistraes,— mas esse rutilo anceio de um patriota exclarecido está ainda no ar, como a *vox clamantis in deserto*. . .

Quando ella foi escripta, já se iniciara a pasmosa actividade do douto Capistrano de Abreu, e, enquanto o operoso barão de Studart, o erudito Oliveira Lima, Nina Rodrigues, Alfredo de Carvalho e muitos outros illustres compatricios nossos da região septentrional e central do paiz amontoavam competentemente os materiaes dispersos da nossa Historia, cá, no Sul, Antonio Piza, Theodoro Sampaio, Orville Derby, Calogeras, José Hygino, Francisco Lobo Leite Perreira, José Pedro Xavier da Veiga, Euclides da Cunha, Jaceguai, Bormann, Bellarmino Mendonça, Torres Homem, os dous Affonso Celso, Ramiz Galvão, Vieira Fazenda e varios outros, não inferiores a estes no brilho e na capacidade, esquadrinhavam archivos, reconstruiam roteiros, revocavam episodios do passado e desentranhavam para a luz da publicidade os fundamentos em que se apoiava o edificio grandioso da Patria.

Mas a Historia integral, a Historia que tanto se tem almejado, a Historia, que é uma necessidade imperiosa da nossa cultura, essa nem siquer tem a sorte do ainda inacabado Codigo Civil. Este

está por pouco a receber o baptismo dos antistes do poder legislativo, ao passo que aquella,— o codigo maximo das nossas tradições — consta de projectos engoiadós e dorme no preguiçoso mysterio de marasmatica incubação.

Todavia, o recente emprehendimento — que é mais um florão de gloria deste Instituto — o Primeiro Congresso de Historia Nacional, que se acaba de realizar com exito tão próspero e tão fecundo, faz crer que um dos seus consectarios naturaes seja o surto de uma Historia geral do Brasil, em que se aproveitem os cabedaes agora grangeados e nos moldes que a uma tal obra de folego impõem as conquistas do progresso, as conquistas da sciencia contemporanea.

Cada um dos nossos estudiosos compatriotas, alguns de justa e notoria fama, nos certamens do saber, acudindo de todos os angulos do paiz ao appèllo, que lhe foi feito, carreou a sua pedra, a sua trave, o seu ornato, o seu dixe, o seu estemma para a mole portentosa, que planeara a brilhante assentada. Falta agora o architecto que reuna esses materiaes e lhes dê, exuberante de civismo, a disposição convinhavel.

Urge que elle appareça, pois que o momento historico que atravessamos o reclama, a rogos redobrados.

E' um èrro, senhores, exigir-se do historiador uma imparcialidade absoluta. O simples narrador de factos, pela tonalidade que lhes dá ou pelo methodo que lhes põe no relato, trahe forçosamente a sua opinião.

Ora, si o verdadeiro historiador não é o que singelamente expõe as occurrencias da vida nacional, e, sim o que, ao recensea-las, nellas applica o seu processo critico e dellas tira doutrinamento — esse tem que encara-las necessariamente travez o prisma do seu credo politico, traves o prisma da sua philosophia, travez o prisma da sua fé religiosa. Não posso imaginar que exista á face da terra um homem sem convicções, e, si elle não circunvolve, não sobredoura, não entranha dellas tudo o que arranca da sua intelligencia, tanto é indigno do nome de historiador, como, sobretudo, é indigno do nome de homem.

Si me fosse permittido apontar-vos um escriptor que, pela belleza da expressão e pela cavalheiresca franqueza das idéas, póde servir de modelo ao futuro auctor da Historia geral do Brasil— eu não vacillaria em indigitar-vos Alexandre Herculano. Sentava-se no throno de Affonso Henriques a familia real de Bragança, e elle, o corajoso patriota, não trepidou em escalpellar os desmandos daquella casa na direcção da terra dos Lusiadas.

Que importa que o historiador defenda a sua politica e a sua philosophia? Ou suas idéas são boas e terão fatalmente que vingar no seio da maioria exclarecida do paiz, ou não são, e o seu esfôrço se perderá, como se perdem todas as cousas imprestaveis. Nosso avanço para o futuro não se ha de operar com hoplitas tibios, servis, amorphos, emasculados, mas com os que, souberem terçar o limpido montante com a nobre altivez de quem nasceu viril e livre, e com a radiosa coragem de quem traz os olhos postos na virilidade e na liberdade da Patria.

O que se lhe deve exigir capitalmente é a probidade, dote sem o qual se não attinge á verdade, e esta é o sustentaculo de toda construcção historica, como é o pavez inamolgavel da vida.

A idéa, fructo do pensamento, deve romper e sazonar-se sem entraves, como a flor de aroma capitoso que desabrochando, por vezes solitaria, na floresta virgem e umbrosa, infiltra do seu olor todo o aranhol da fronde opulenta.

Urge que cultuemos as nossas tradições, para que refaçamos tambem a nossa vida.

Disse Augusto Comte que os povos sem tradições tacteiam nas trevas como cegos.

Vêde, srs., o mal que a indifferença pelos estudos historicos acarreta a toda a nossa Litteratura.

Não são os feitos dos nossos maiores, as suas heroicidades, os seus gestos magnificos, as suas porfias tragicas, que embellezam os cantos dos troveiros nacionaes. Não é o nosso sol tropical, a nossa natureza luxuriante de seiva e de encantos, — desde o «Inferno verde» do Amazonas até aos pampas e ás cochilhas do Sul, desde os «verdes mares bravios» até aos matagaes impervios do nosso

«Far-west»,— nem os nossos astros, nem as nossas catadupas, nem o nosso passaredo, nem as nossas montanhas, nem as nossas flores, nem os amores cálidos e fecundos de varias raças que aqui se cruzaram,— nada disso serve de thema a uma grande parte dos poetas da geração actual. Essa juventude rebrilhante de talento vive a enaltecer em suas rimas formosas os canaes de Bruges ou os luares de Veneza, e abebera-se de todo « leit-motif » que traz o sinete de algum corypheu de eschola do Velho Mundo, como si nada a seduzisse no berço natal, como si na patria nada houvesse que lhe librasse a alma, estuante de emotividade, ás mais supernas esthesias !

No theatro, no conto e no romance,— estamos a ponto de engendrar uma nova e bizarra « renascença». Os assumptos gregos, romanos e biblicos,— não falando no deploravel mimetismo da producção abundante da França,— tendem a retomar aqui a ascendencia que tiveram alhures quatro seculos atrás, e, si este impulso de retrogradação fôr continuado, não tardará o dia em que tambem o gongorismo se estadeie em nossas tão pobres lettras.

Si isto se dá na esphera puramente esthetica,— que é que se não passa no dominio da Politica?

A Historia,— como, de facto, parece não existir aqui,— não é para nós a « magistra vitae », de que fala Cicero. Os nossos timoneiros da administração e da legislação buscam, para explicar os seus actos e para fundamentar os seus projectos, não o que está na longa e indissoluvel corrente que nos ela ao passado e que, pois, tem de elar-nos ao futuro, mas, sim, o que, vai por nações que ás vezes nem siquer têm comnosco affinidades ethnicas.

Em tudo quanto levo dicto, espero não lobrigueis um nacionalismo « à outrance», porém o desejo que nutro de peculiarizar-nos, de tomarmos fórma propria, como todo povo que quer viver digna e cumpridamente no concêrto universal. Extasiemo-nos ante o thesouro amealhado pela cultura occidental, admiremos a elaboração greco-romana e até as civilizações levantinas, utilizemo-nos das experiencias de outras patrias, mas tudo isso depois que tivermos exgottado a materia prima nacional, e como uma distracção de viageiros ricos e ociosos.

Só o culto acendrado de nossas tradições póde tonificar a geração de agora, amollentada, além do mais, por esta desoladora crise proteiforme, que a alquebra e apavora simultaneamente.

Precisamos desse culto, como de um remedio urgente e efficaz.

O destino, que nos está pretraçado pelos nossos antecedentes historicos, e sobretudo pela posse desta região privilegiada do orbe, é risonho e venturoso.

Para que o attinjamos, si não nós, ao menos os nossos posteros felizes, devemos seguir, sem tergiversações, os conselhos de Emilio Zola em sua *Lettre à la jeunesse*.

« Si queremos que o *amanhã* nos pertença, é mistér que sejamos homens novos, marchando para o futuro pelo methodo, pelo estudo e pela posse do real. Applaudir a vã rhetorica, enthusiasmar-se pelo ideal, são apenas bellas emoções nervosas; as mulheres choram muitas vezes, quando ouvem Musica. Hoje precisamos da virilidade do verdadeiro, para que sejamos gloriosos no porvir ! »

* * *

Tive a honra, Senhores, de ser o primeiro recebido no vosso gremio, depois da victoria do vosso magno emprehendimento, — a reunião do Primeiro Congresso de Historia Nacional,— e ainda não me é menos grato assignalar que este dia, por vós escolhido, relembra duas assignaladas conquistas da nossa terra, quando se exforçava ella por absterger-se da mancha hedionda da escravidão.

A ufania e o deslumbramento, que de mim se assenhoreiam, ao ser fidalgamente accolhido neste templo das nossas venerandas tradições, mais me aviventam a fibra, sempre vibrante, de um civismo que repontou na quadra auroral da existencia e se não entibiou jámais, ainda quando o attritaram as primeiras desillusões amargas de uma senda sonhada como um tapiz de rosas e onde, entretanto, abrolharam, triste e pavidamente, urzes e cardos lacerantes.

O fogo sagrado da juvenilidade, conservo-o sempre em labaredas vivas e crepitantes, como o Arya antigo, que fizera

de Agni um deus, por temor das tribus barbaras circundantes e adversas.

Nada mais vos posso offerecer, na cooperação que vos trago, que esse patriotismo doutrinado e inflexivel.

E, para terminar o meu agradecimento á distincção que me concedestes, permitti-me vos recorde, alterando-a por exigencia de applicação intencional, a imagem feliz que se me deparou na autobiographia de Booker Washington:

— Uma embarcação costeira, que não sulcara nunca as aguas do nosso rio-mar, fôra compellida para o alto oceano por inopinado temporal, que a maltractára furentemente. Lograram, todavia, os tripulantes, graças a energicos exforços, encaminhar de novo a náu para o littoral, em cujas proximidades, depois de extenuante viagem, durante a qual toda se consumira a agua potavel, avistaram, pela primeira vez após a dura refrega, um grande e bello transatlantico europeu. Deste se avizinhou o desmantelado veleiro, cuja gente, em altos brados, lhe pediu suppplice alguns toneis de agua. A resposta foi que colhessem aquella mesma, em que navegavam. E o vapor continuou garboso e tranquillo a sua marcha emquanto o barco, parado alli, á mercê das ondas encapelladas, via os seus poucos homens immersos no desalento ou na cholera impotente ante o que reputavam um egoïsmo innominavel. Mas um delles, não podendo supportar por mais tempo o terebrante supplicio da sêde, arremessou um balde áquelle mar agitado, suspendeu-o e ao levar soffregamente á bocca resequida o liquido, que estava certo de encontrar salgado, achou-o doce, deliciosamente doce. A chusma toda bebeu avidamente, reconfortou-se, e, dias mais adeante, aquelle phenomeno singular se lhes explicava em clareza meridiana: é que estavam na foz do Amazonas, cuja formidavel massa liquida penetra triumphalmente no Atlantico com uma extensão de cêrca de 70 milhas, conservando todas as condições de potabilidade.

Ha tambem, srs., uma nau batida de procellas e sequiosa de tradições:— é este nosso amado Brasil, que anda a mendigar de alheios povos o que tem elle fartamente no seu sólo e na caudal da

sua evolução. O que falta aos seus filhos são apenas os alentos da firmeza, da coragem e da perseverança, para que mettam mãos possantes e indefessas no filão, que ahi está na propria terra.

Ella dá tudo, minerios preciosos e vegetaes preciosos, cria todos os animaes uteis ao serviço e á alimentação do homem, e é principalmente a *alma genitrix* de grandes corações e de grandes talentos.

Choremos esta medonha hecatombe de seres humanos e este uctuoso desabar de monumentos de civilizações multimillenarias, nos quaes acaba de engolfar-se, com rubra e retroante insania, quasi todo o Velho Mundo!

Façamos, porém, uma Patria cada vez mais nossa, uma Patria que baste quanto possivel a si mesma, uma Patria em summa que, aos impulsos da propria synergia, prosiga a sua róta de paz em demanda do progresso e do porvir, sempre livre, sempre unida, sempre grande e sempre forte!»

(*Applausos prolongados*).

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) dá logo depois a palavra ao Sr. Dr. Ramiz Galvão, orador do Instituto, que pronuncia o seguinte discurso:

— « Sr. Presidente, meus srs., sr. dr. Basilio de Magalhães, illustre confrade.

Si é verdade que pela insigne cultura do espirito tendes similhança ou parentesco com o famoso Courier, cuja canditatura á Academia Franceza foi repudiada pelos immortaes, bem differente é o vosso caso.

Não sois um pamphletista sarcastico e mordaz; sois um pensador e um severo cultor da verdade historica, que vem honrar a nossa phalange com estudos sérios, cuja prova está dada. Vossos trabalhos valiosos, vossas conferencias eruditas e interessantissimas no proprio seio deste Instituto, que hoje vos accolhe com legitimo enthusiasmo, vosso tirocinio de professorado em um dos meios mais cultos do nosso Brasil bem amado, vosso papel brilhante no certame do 1º Congresso de Historia Nacional, que acaba de se encerrar, — são titulos todos que vos recommendam á nossa

admiração e que justificam amplamente a vossa entrada para o nosso gremio.

Não pretendo nem careço indagar do vosso credo philosophico nem do vosso credo politico, — ambos muito dignos de respeito. Nesta casa da Verdade e da Justiça, onde é ampla a liberdade de opiniões e onde temos por divisa venerar as convicções sinceras, só se requerem o talento, o saber e o patriotismo; todos estes predicados possuis em gràu elevado, e, si do vosso passado já não constassem, bastaria a oração inaugural que acabamos de ouvir e applaudir para demonstra-los a toda a evidencia.

Tivestes nella ensejo de passar em succinta revista os nomes mais illustres, nacionaes e extrangeiros, que firmaram livros de Historia do Brasil. As vossas observações a este respeito são sem duvida criteriosas, e nenhum de nós deixará de convir que de facto está ainda por compôr-se a grande e completa Historia Patria, tal como a possuem outros povos, embora valiosissimos contingentes tenham apparecido para essa bella obra.

Fostes quiçá demasiado severo, subscrevendo os juizos de Homem de Mello e Eduardo Prado, que accentuaram com desusado rigor as falhas do nosso Varnhagen; parece que dentre os investigadores meticulosos do nosso passado poderieis ter destacado a personalidade desse illustre patricio como um dos que mais apaixonadamente se votaram desde o albor da mocidade até os dias da velhice ao estudo da nossa Historia. Faltou-lhe talvez a amplitude de vistas philosophicas, faltou-lhe de certo a vibração patriotica; mas seu espirito frio e analytico deixou paginas e quadros, que não é licito desestimar.

Em todo caso é certo, como dizeis, que a « Historia integral, a Historia que tanto se tem almejado, a Historia que é uma necessidade imperiosa da nossa cultura, o codigo maximo das nossas tradições, consta ainda de projectos» : é certo que a grande obra espera ainda o seu maximo architecto, ardoroso, profundo, imparcial e probo, capaz a todos os respeitos de erigir o monumento ambicionado.

Afaguemos a esperança de que elle surja da pleiade brilhante do nosso 1º Congresso de Historia Nacional, pleiade luminosa na qual brilhastes como um dos astros de maior grandeza.

E' tempo effectivamente de curar-se desta gloriosa missão, como é tempo de procurar na nossa Historia e na opulentissima Natureza, que nos cerca, a fonte de inspiração das obras litterarias brasileiras.

A bellissima e expressiva imagem que colhestes na autobiographia de Booker Washington, e com que puzestes fecho de ouro ao vosso discurso inaugural, é o transumpto fiel do vosso acendrado patriotismo e a um tempo o phanal, que deve servir de Norte á geração contemporanea e aos posteros.

Caminha, o escrivão da armada de Cabral, em sua famosa *Carta* escripta ao alvorecer da « Ilha da Vera Cruz », escreveu estas palavras que lá estão gravadas no monumento commemorativo :

« A terra em tal maneira é graciosa, que querendo-a aproveitar dar-se-ha nella tudo. »

E o grande José Bonifacio, patriarcha da nossa Independencia em sua « Ode aos Bahianos » accrescentou propheticamente :

« Qual a palmeira que domina ufana
Os altos topos da floresta espessa,
Tal bem presto ha de ser no Mundo Novo
O Brasil bem fadado. »

Realizemos, illustre confrade, á custa de exfôrço e coragem, robustecidos pela Fé mais viva, estes augurios sanctos. Tal é o distícho da nossa bandeira. E para « metter mãos possantes e indefessas no filão que ahi está na propria terra », para ganharmos as palmas da victoria, é que contamos com trabalhadores illustres e com hoplitas valorosos « que sabem terçar o limpido montante com a nobre altivez de quem nasceu viril e livre e com a radiosa coragem de quem traz os olhos postos na virilidade e na liberdade da patria. »

Sois um desses hoplitas, sr. dr. Basilio de Magalhães, e por isso o Instituto Historico e Geographico Brasileiro vos recebe por entre palmas e flores. »

(*Calorosos applausos.*)

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) dá em seguida a palavra ao Sr. Secretario Perpetuo para ler o expediente.

O Sr. Fleiuss (*secretario perpetuo*) pede licença para, antes de cumprir a ordem do sr. presidente, propôr que na acta da presente sessão se consigne um voto de contentamento pela presença do prezado companheiro e illustre historiographo sr. barão de Studart, o que é approvado unanimemente.

Logo depois o mesmo Sr. Secretario Perpetuo lê as seguintes propostas :

— « Temos a honra de propor que o Instituto Historico faça tambem sua a moção offerecida pelo eminente consocio dr. João Luiz Alves na sessão inaugural do Congresso de Historia, na parte em que consigna na acta da sessão dous votos: — « um, de pezar pela guerra que ensanguenta o continente europeu e que se generaliza a outros pontos do globo ; outro, que é uma sincera aspiração que todo o povo brasileiro tem pela cessação da tremenda conflagração, que directa ou indirectamente afflige e atormenta a todos os povos civilizados, cujo concurso, na sua obra de desenvolvimento e progresso, o Brasil deseja e promove, assegurando-lhes no seu territorio a egualdade do direito e do tractamento.»

Rio de Janeiro, 28 de Septembro de 1914.— *Fleiuss.— Tavares de Lyra.— Sebastião de Vasconcellos Galvão.— Manuel Cicero.— Roquette Pinto.* »

E' approvada sem discussão.

« O Primeiro Congresso de Historia Nacional, inaugurado a 7 e encerrado a 16 do corrente nesta Capital, offereceu-nos afortunado ensejo para que conhecessemos a carinhosa solicitude, com que muitos Brasileiros illustres se dedicam ao estudo de cousas do passado. Algumas das memorias alli apresentadas constituem prova irrecusavel de que não são poucos os que, em nossa terra, cultuam

intelligentemente as gloriosas tradições que opulentam nossa Historia. E si, em relação aos que demonstrando altos meritos, vieram de toda a parte trazer-nos espontaneamente o seu concurso, corre-nos o dever de acolhe-los em nosso seio, maior e mais imperioso é esse dever tractando-se de escriptores já feitos e de nomes laureados, convidados para relatar as theses formuladas pela commissão organizadora daquelle Congresso, alguns dos quaes, correspondendo ao appêllo que lhes foi dirigido, enviaram trabalhos verdadeiramente notaveis. Quanto a esses, temos a obrigação inilludivel de pedir que venham collaborar comnosco, dando-nos o contingente de seu esfôrço e capacidade: si, pelos limites de nossos quadros sociaes, não podemos faze-lo de uma só vez, nada nos impede de chegar, aos poucos, ao mesmo fim, desde que, como tudo nos aconselha, procuremos entre elles, de accôrdo com as aptidões de cada um e alternando a escolha dos competentes pelas diversas secções em que se dividiu o Congresso, quem deva preencher as vagas que forem occorrendo.

Cumpre, entretanto, ponderar que os srs. drs. Aurelino Leal e Arthur Pinto da Rocha, que brilhantemente tomaram parte no referido Congresso, foram convidados pelo egregio presidente do Instituto para realizar nesta associação, gratuitamente, importantissimos cursos sôbre Historia constitucional e Historia diplomatica, a isso acquiescendo com a mais cavalheirosa solicitude.

Devem, pois, caber a estes as primeiras vagas na classe dos effectivos, depois de apreciados os trabalhos pelas respectivas commissões. Feito isto, as demais vagas que occorrerem serão preenchidas de accôrdo com as considerações acima.

Rio de Janeiro, 28 de Septembro de 1914.— *Tavares de Lyra. — Fleiuss. — Manuel Cicero. — Roquette Pinto.* »

E' approvada por unanimidade.

« Rio, 28 de Septembro de 1914 — Exmo. sr. presidente — De conformidade com os estatutos, cabe-me propor ao Instituto, por intermedio de v. ex. e ouvida a Commissão de Fundos e Orçamento, o orçamento para o exercicio de 1915. Cumprindo esse dever, proponho a prorogação do actual orçamento, ficando v. ex.

auctorizado a modifica-lo, si assim o exigir o alto interesse do Instituto.

Rio, 28 de Septembro de 1914 — *Fleiuss*, primeiro secretario perpetuo. »

« E' apoiado e remettido á Commissão de Fundos e Orçamento, relator o dr. Clovis Bevilaqua. »

— « O sr. marechal José Bernardino Bormann foi proposto em 6 de Dezembro de 1897 para socio correspondente do Instituto, servindo de titulo de sua admissão o primeiro volume de sua « Historia da Guerra do Paraguay » (vide « Revista do Instituto », tomo 60, pag. 405, parte III). »

Até hoje essa proposta não teve solução e, por esse motivo, a reiteramos, amparando-a mais na obra « Rosas e o Exercito alliado », 1913, do illustrado marechal, e por elle offerecida ao Instituto. Além disso, o sr. marechal tomou parte, como relator official, no Primeiro Congresso de Historia Nacional, produzindo magnifico trabalho « A marcha do exercito de Caxias até Assumpção. Operações combinadas da esquadra ».

Rio de Janeiro, 28 de Septembro de 1914.— *Fleiuss.— Roquette Pinto.— Sebastião Galvão.* »

Vai á Commissão de Historia, sendo relator o sr. dr. Viveiros de Castro.

O Sr. Fleiuss pede que o Instituto tome conhecimento da seguinte proposta apresentada na primeira sessão plena do Congresso de Historia e approvada naquella reunião :

« Temos a honra de propôr que, de harmonia com o Instituto Historico e Geographico Brasileiro, se convoque um Congresso de Historia Continental Americana, para o dia 7 de Septembro de 1922, no Rio de Janeiro. O Instituto Historico, si acquiescer, entrará immediatamente em relações com todos os paizes da America para que em cada um delles se estabeleça uma commissão executiva, todas dependentes da commissão central, que será nomeada pelo egregio presidente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro.

Rio, 11 de Septembro de 1914.— *Fleiuss.— Affonso Arinos.* »

O Sr. Presidente põe em discussão a proposta, que é unanimemente approvada. Declara o Sr. Presidente que opportunamente nomeará a commissão.

O Sr. Fleuiss (*secretario perpetuo*) diz que acaba de ler no jornal a *Noite* a noticia de que o sr. dr. Ulysses Brandão, conhecido advogado do nosso fôro, offerecera ao Instituto 43 cartas do visconde do Rio Branco e 81 do barão de Cotegipe, todas autographas, escriptas umas daqui e outras das Republicas do Prata, e tendo certeza da veracidade da noticia, propõe que desde já se consigne um voto de agradecimento ao offertante e outro á redacção do jornal escolhido para intermediario. E' approvado.

O mesmo Sr. Secretario Perpetuo lê a seguinte carta do sr. desembargador Virgilio de Sá Pereira:

« Rio, 28 de Septembro de 1914 — Exm. sr. primeiro secretario perpetuo do Instituto Historico e Geographico Brasileiro — Por intermedio de v. ex. tenho o prazer de offerecer ao Instituto Historico os retratos de d. João VI., d. Carlota Joaquina, d. Pedro e d. Miguel de Bragança, com que me presenteára, ha tempos, o abbade do Mosteiro de S. Bento, fr. João das Mercês Ramos. Foram elles feitos por José Leandro e Ubaldo, o que significa que não são apenas interessantes sob o ponto de vista historico, mas tambem como documentos artisticos servindo ao estudo da evolução da Pintura no Brasil. No Instituto deviam elles estar, no Instituto estarão, si acceita fôr minha offerta. Peço a v. ex. que receba com o exm. sr. presidente e demais membros da Directoria do Instituto os protestos da minha mais subida consideração. De V. Ex. — *Virgilio de Sá Pereira.*

O Sr. Presidente diz que o Instituto muito agradece a valiosa offerta do illustre sr. desembargador Virgilio de Sá Pereira.

O Sr. Secretario Perpetuo dá ainda conta da offerta do sr. marechal Torres Homem de um volume da obra de sua lavra — Annaes das Guerras do Brasil.

O Sr. Presidente agradece a delicadeza do sr. marechal Torres Homem.

Em seguida o Sr. Eduardo Marques Peixoto lê a seguinte proposta, que é enviada á Commissão de Historia, sendo relator o sr. dr. Clovis Bevilaqua.

— Propomos que o Instituto Historico e Geographico Brasileiro, compartilhando das solennidades do Centenario da Independencia politica do Brasil, se apresente — no Congresso de Historia a se realizar, com edição especial de uma «Publicação historica, que constará de tantos volumes quantos os Estados da União.

Cada volume, correspondente a um Estado, tractará da historia colonial ou da capitania ; da provincial, ou do imperio ; da estadual ou da Republica.

Em cada periodo, de preferencia, constará o maior numero possivel de vistas, photographias, ou photogravuras, não só da capital, cidades, villas, rios, valles, montanhas, etc., como de qualquer monumento historico, obras de arte e documentos, de fórma a constituir o volume um *album* do Estado, com periodos historicos.

Para a publicação o Instituto se dirigirá desde já aos presidentes de Estado, associações scientificas, etc., para, com vagar e sem a precipitação de ultima hora, serem preparados clichés e textos.

Para a realização desse emprehendimento, o Instituto fará o programma, sendo condição principal e character de trabalho o de maior numero de vistas do que de textos, que constarão de resumos historicos. — *Eduardo Marques Peixoto.— Sebastião de Vasconcellos Galvão.— Major Liberato Bittencourt.*»

O Sr. Secretario Perpetuo communica que na proxima sessão tomará posse o sr. dr. Enéas Galvão, socio effectivo do Instituto. Levanta-se a sessão as 10 1/2 da noite.— Roquette Pinto, 2º secretario.

ACTA DA SEPTIMA SESSÃO ORDINARIA EM 12 DE OUTUBRO DE 1914

Presidencia do sr. conde de Affonso Celso

A's 21 horas, na séde social, abre-se a sessão com a presença dos seguintes socios:

Srs. conde de Affonso Celso, dr. Manuel Cicero Peregrino da Silva, dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, barão Homem de Mello, Max Fleiuss, dr. Edgard Roquette Pinto, dr. Alfredo Rocha, dr. Joaquim Nogueira Paranaguá, conde de Leopoldina, dr. Rodrigo Octavio Langaard de Menezes, almirante Antonio Coutinho Gomes Pereira, dr. Sebastião de Vasconcellos Galvão, dr. Epitacio Pessoa, major dr. Liberato Bittencourt, conselheiro Salvador Pires de Carvalho de Albuquerque, dr. Viveiros de Castro, barão de Studart, general dr. Gregorio Thaumaturgo de Azevedo, dr. Lucas Ayarragaray, dr. Alfredo Valladão, dr. João Coelho Gomes Ribeiro e dr. Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho.

O SR. DR. ROQUETTE PINTO (2º *secretario*) lê a acta da sessão anterior, que é approvada.

O SR. FLEIUSS (*secretario perpetuo*) lê telegrammas dos socios dr. Tavares de Lyra, almirante Indio do Brasil e dr. Homero Baptista, excusando-se por não poderem comparecer á sessão.

O SR. SECRETARIO PERPETUO, allegando que o restante do expediente consta de pareceres e propostas, pede que sejam introduzidos no recincto os socios, effectivo dr. Enéas Galvão e correspondente dr. Afranio de Mello Franco, que vêm tomar posse de suas cadeiras.

O SR. PRESIDENTE, á vista do assentimento da casa á indicação do SR. SECRETARIO PERPETUO, designa para, em commissão, accompanharem os novos socios ao recincto os srs. almirante Gomes Pereira, general Thaumaturgo de Azevedo, dr. Gomes Ribeiro e os srs. 1º secretario perpetuo e 2º secretario.

Dão entrada no recincto e prestam o compromisso dos estatutos os novos socios, sendo pelo SR. PRESIDENTE declarados empossados.

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) dá a palavra ao Sr. Dr. Enéas Galvão, que lê o seguinte discurso:

«Exmos. srs. presidente e membros do Instituto Historico e Geographico Brasileiro:

Sem exforços dignos de vossa attenção, sem os titulos de brilhante saber com que aqui penetraram todos os que me precederam na honra de occupar uma cadeira nesta doutissima assembléa, bem longe estava eu de contar com a suprema distincção de vossos suffragios para vir preencher uma vaga de membro do Instituto Historico e Geographico Brasileiro.

Fechastes, porém, os olhos á insignificancia dos meus tentamens em assumptos historicos, e entendestes que a ausencia de merito podia ser supprida pelo sentimento de profunda reverencia, que eu nelles revelara, pelas cousas do passado, no indagar as fontes de alguns dos nossos costumes e prácticas judiciarias.

Eu vos agradeço a generosidade com que me accolhestes, dando-me prova de tal estima, recompensa de tanta valia.

Constituis, pelo rumo de vossas investigações e pelos altos intuitos que vos animam nessas pacientes pesquisas acêrca de tudo que diz respeito á formação e desenvolvimento da nossa nacionalidade, não apenas um importante centro de actividade intellectual, mas, tambem, uma verdadeira eschola de amor da Patria.

Revelando-nos o passado cheio dos mais bellos exemplos de coragem, de abnegação e de civismo, que nos legaram os espiritos superiores que collaboraram na grande obra da fundação do Brasil, fizeram a sua independencia, zelaram sempre pela sua unidade e glorificaram o seu nome, fortaleceis e avivais aquelle nobre sentimento, sem o qual não ha inspirações nem estimulos capazes de manter a existencia livre de uma nação e assegurar-lhe os destinos de progresso.

Patenteais, por outro lado, a exactidão deste aphorismo de Gustave Le Bon: « Le passé ne meurt jamais. Il vit en nous même et constitue le guide le plus sûr de la conduite des individus et des peuples. L'âme des vivants est faite, surtout, de la pensée des morts. »

Das sombras do passado como que emerge o suave clarão, que nos mostra as voltas do caminho no presente; as esperanças que tecemos, fitando um risonho porvir, teem suas raizes profundas nas tendencias e nas aspirações que sobrevivem.

Nenhuma geração tem, por isso, o direito de menoscabar ou de maldizer das que passaram, nenhuma póde orgulhar-se de haver creado, por si mesma, a obra da civilização; esta, como observa Bagehot estudando as leis scientificas do desenvolvimento dos povos, não é uma serie de pontos destacados, mas uma linha colorida, cuja nuança, numa progressão constante, cada vez mais vigorosa se accentúa.

Esplendem, assim, a Litteratura e as artes, crescem a industrias, desenvolve-se o commercio, enriquece-se a lingua, brilham as conquistas em pról da liberdade individual, progridem as instituições sociaes e politicas, alargam-se os horizontes do espirito humano, preparando o triumpho final da sciencia.

E' o concurso efficaz de todas as epochas, é o crescente, o incessante labor das gerações que se succedem; formam-se, desta arte, os mais vastos imperios, organizam-se as mais florescentes republicas.

Inestimavel, além disso, é a cooperação do vosso saber para illuminar, a cada momento, os amplos dominios da sciencia social, accumulando factos, reunindo observações preciosas, salientando os mais notaveis acontecimentos da vida super-organica, de modo a fazer refulgir a causa de certos phenomenos historicos.

A Historia, tal qual se escreve, não é uma sciencia, mas uma arte, repetiu Gumplowicz.

Esta *sciencia* tão altiva, adverte o grande pensador, não faz mais que urdir incessantemente a trama do tempo, sem saber o que ella tece, sem aperceber o que representa e significa a sua tarefa.

Quanto ao grandioso espectaculo natural, que se desenrola no dominio social da humanidade, a *sciencia* da Historia não o sente, nem tem olhos para vê-lo, accrescenta o mesmo publicista.

Já antes de Gumplowicz, Buckle fizera identica censura aos historiadores, não podendo, todavia, contestar-lhes o merecimento

de haverem recolhido materiaes que formam uma mina preciosa, quer no que respeita aos annaes politicos e militares, quer no que entende com a historia da legislação, da litteratura, da sciencia, das bellas artes, das invenções uteis, dos costumes e de outros productos, concretos ou abstractos, da intelligencia.

Sem esses dados, a que allude Buckle, impossivel seria constituir-se algum dia a base da sciencia, cujas verdades foi elle o primeiro a sentir na sua genial concepção da civilização ingleza.

Foi nesse vasto campo de ensinamentos repetidos e accumulados anteriormente que elle poude colher observações, que lhe inspiraram um novo plano para traçar a marcha ascencional da Humanidade.

Sem isso, Buckle não se teria referido á regularidade das acções humanas, cogitado da influencia exercida pelas leis physicas sobre a organização social e o character dos individuos, bem como do parallelo das leis moraes e intellectuaes, penetrado as causas da Revolução franceza, analysado o movimento intellectual da Hispanha, do seculo V ao seculo IX, e da Escocia, do seculo XIV ao seculo XVIII.

Gumplowicz, por sua vez, não encontraria terreno para archiectar o seu processo natural de formação dos povos, para affirmar a perpetua identidade da essencia das phases sociaes, estabelecendo como principio basico definitivo do seu systema a lucta constante das raças.

Nas primitivas civilizações do Egypto, da Babylonia, da Assyria, entre os Medos e os Persas, na India, na China, entre os Phenicios e Judeus na Europa, finalmente, e que lhe revelaram os historiadores, encontrou Gumplowicz o criterio com que explicou o successo e a decadencia dos povos.

Ahi assentou elle sua sinistra previsão de futuras e cada vez mais terriveis guerras, entre as maiores nações do velho continente, até que, fundidos em um só, os elementos slavo, germanico e romano, constituindo afinal a raça européa, tenha o mundo, ainda, de presenciar o sangrento espectaculo de uma lucta entre a Europa e a America.

Tenho por intuito, nestas ligeiras referencias, salientar o valor, a importancia e a significação dos estudos historicos, qualquer que seja a theoria com que se possa explicar e conceber a Historia e o desenvolvimento da Humanidade: ou seja a vontade de um Ente Supremo guiando as creaturas e a sociedade para o caminho da perfeição ou do castigo; ou seja o determinismo acorrentando o individuo ás influencias da raça de que provém e do ambiente que a cerca, ou seja o livre arbitrio permittindo organizar e medir as fôrças do progresso, ou finalmente, a theoria que em tudo vê o effeito, sómente, das leis immutaveis da Natureza, envolvendo o mundo physico e o mundo moral nas dobras do mesmo mysterio, prendendo-os á fatalidade de identicos phenomenos.

Perdido, jámais, poderá ser considerado o trabalho, inutil a perseverança dos que recolhem imparcialmente, num culto sereno de verdade, triumphos ou derrotas do homem na sua peregrinação pela terra, na angustia da ignorancia do seu destino final ou na indifferença pela solução dos enigmas do universo, ou na consoladora esperança de uma vida superior, considerando uma passagem este valle de dôres, aspirando renascer em fórmas mais perfeitas, em pensamentos mais puros, libertado, por completo, das contingencias da materia.

Fortalecendo o amor da Patria, fazendo reviver as grandes licções do passado ou offerecendo á meditação thesouros opulentos para as construcções scientificas, qualquer que seja o aspecto por que se a encare, verdadeiramente augusta é a vossa missão.

Dos varões illustres que por aqui passaram, honrando a sciencia e sempre ao serviço dos mais nobres ideaes, não é preciso que eu vos fale, que outras vozes mais auctorizadas e eloquentes antes de mim já o fizeram.

Seja-me permittido, senhores, porém, destacar dentre aquelles quem mais velou pelo renome do Instituto, foi seu guia e protecção, esse bondoso monarcha, maior no infortunio do exilio que nas pompas da majestade, cuja memoria é imperecivel nesta casa como no coração de todos os Brasileiros, esse magnanimo imperador, dom Pedro de Alcantara, cujo nome tremem ainda de saudade os labios

ao proferi-lo, e para quem tão duro se mostrou o « rigor da iniqua sorte» que nem poude descansar, no somno derradeiro, na terra que elle tanto amou.

Com esta singela homenagem, que me julgo feliz por ter o ensejo de prestar, sem necessidade de mentir á minha consciencia e de quebrar a minha antiga fé republicana, encerro este pallido discurso que os Estatutos me impõem, e onde, bem vêdes, está a alma de um discipulo, que arde por aprender comvosco.» (*Applausos*).

O Sr. Presidente dá a palavra ao sr. dr. Afranio de Mello Franco, que lê o seguinte discurso:

« Sr. presidente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro — Meus senhores — Dous annos são já decorridos, depois que me fizestes a honra insigne de admittir-me ao vosso gremio e, entretanto, sómente agora me é dado empossar-me do nobre posto de membro correspondente deste Instituto.

Não são senhores de sua vontade os que, como eu, teem de dividir o seu tempo entre as imposições do cumprimento de deveres politicos, serviços de funccionario, obrigações de professor e os arduos trabalhos da profissão de advogado, quando esta se exerce com dignidade e virtudes.

Bem pouco é o tempo que resta de liberdade á nobre vida do pensamento, alforriado de preoccupações na escolha do assumpto, a cujo estudo e meditação queira dedicar-se a intelligencia.

Da vossa bondade devo esperar a generosa exculpação, mercê do esfôrço a que porfiadamente me entreguei para render-vos, nesta ultima sessão do corrente anno, um pequeno tributo do meu reconhecimento com a offerta, que faço ao Instituto, do meu insignificante trabalho sôbre a extraordinaria figura de Guido Thomaz Marlière, cognominado, com razão, por Augusto de Lima « o apostolo das selvas mineiras».

Esse singelo esbôço biographico resente-se, naturalmente, dos defeitos originarios do auctor, sob o ponto de vista da concepção, do estylo e da fórma; mas taes imperfeições foram aggravadas pelas condições especiaes em que o trabalho foi feito, — ora adeantando-se, ora relegado ao abandono, com raras assentadas de côte.

De execução assim desordenadamente repartida e fragmentada, o ensaio pouco vale, litterariamente falando; o assumpto, porém, é digno deste gremio de patriotas, pois que se refere a um typo extraordinario de soldado, colonizador de sertões, pacificador de gentios, auctor e executor do plano de numerosas vias de communicação terrestres e fluviaes no Brasil, apostolo da libertação de duas raças excruciadas : a do indigena brasileiro e a do africano importado.

Dedicando-vos esses modestos traços biographicos do notavel servidor de nossa Patria, tenho como objectivo remir a minha falta para comvosco, provando que sempre guardei em memoria o meu indeclinavel dever de apresentar-me aqui, e, tomando assento ao vosso lado como obscuro confrade, dizer-vos que me sinto ennobrecido pela investidura que me outorgastes.

Acceitae, pois, senhores membros do Instituto, o penhor da minha gratidão e contae sempre com a minha desvaliosa, mas constante e dedicada contribuição para a crescente prosperidade deste glorioso monumento, que é o venerando depositario das nossas tradições, a séde principal do culto da nossa Historia, o registo dos feitos em que se manifestam as virtudes nacionaes e as qualidades superiores de nossa raça, o evangeliario, enfim, do patriotismo, cujas fundas raizes no passado nutrem e avigoram os sentimentos civicos, para que desabrochem e floresçam pelo tempo a fóra.

Si me permittis, direi ainda que, desta feita como da outra em que, com tanta benevolencia, julgastes trabalho meu, acolho-me ao ensombro da frondosa ramagem de um gigante da floresta humana. Da primeira vez, foi sob a égide do abençoado nome de Rio Branco que o meu pobre nome chegou ao vosso conhecimento, quando, em respeito sómente ao assumpto, me animei a mandar-vos um exemplar do discurso que, representando o Club Republicano de Bello Horizonte, proferi na sessão civica em commemoração do trigesimo dia do fallecimento, daquelle grande Brasileiro, ao qual a justiça dos contemporaneos — tão raramente possivel — déra, com absoluta propriedade, a designação de « Chanceller da Paz ».

Seja-me licito, pois, evocar neste momento o nome do rectificador das nossas fronteiras, do prégoeiro da paz entre as nações deste Continente, junctando-o ao nome de Marlière no desprimor de minhas palavras, pois creio bem que essa approximação não constitue desrespeito á memoria imperecivel daquelle excelso varão, cuja aureola de glorias adquiriu em nossa Historia um tal poder de irradiação, que ha de lançar em eterna cegueira os raros contemporaneos, que devastados pela inveja, ousem fitar aquella luz poderosa, pelo helioscópio do odio e do despeito.

Ha, com effeito, pontos de affinidade na vida desses dous estrenuos lidadores pela defensão das causas do Brasil.

Nascidos em epochas tão differentes, foram ambos apostolos da paz, dessa paz « creadora e progressista », de que ainda hontem falava, no Senado, o egregio senador Ruy Barbosa, a paz abençoada, « a deusa dos seios inexgottaveis, a Isis egypcia, a fecundidade, a germinação, o renascimento, a vida ».

Um delles — Marlière — pelejou em favor dos aborigenes desta nossa amada terra, procurando estabelecer entre as tribus irreconciliadas a paz duradoura, e estancar entre os povoadores primitivos a fonte de perseguições contra os selvicolas, — o excidio das aldeias, o cruciato das crianças, a violencia ás mulheres, a escravização dos homens; o outro,— Rio-Branco,— em um campo de acção muito mais vasto, cujos lindes se constituem pelas proprias extremas do Continente Americano, foi tambem o evangelista da concordia entre os Estados e o constante affirmador do principio de que aos direitos dos fortes correspondem deveres de honra para com os fracos.

Marlière foi por outro lado, o grande precursor da abolição dos escravos no Brasil, da suppressão do trafico de Africanos e de sua substituição por um systema intelligente de colonização do paiz por Europeus. Em Junho de 1825 apresentava elle á Assemblèa Nacional, por intermedio de um deputado, um projecto completo sôbre o assumpto, acompanhado da indicação dos processos de incorporação dos libertos no meio social, de que os excluia a sua anterior condição de escravos.

Rio-Branco foi um dos legionarios da campanha de 1871, em que seu glorioso pae, pela lei de 28 de Septembro, levantou o padrão de sua propria immortalidade, como um dos grandes collaboradores da Sancta Cruzada da redempção dos captivos.

Um e outro foram defensores de territorios, confiados á sua guarda: — Rio-Branco, nas questões de limites com paizes vizinhos; Marlière, nas ainda hoje existentes entre os Estados de Minas Geraes e Espirito Sancto.

Devemos assignalar que, destas ultimas, havia sido escolhido para arbitro, por accôrdo das partes, o preclaro « Embaixador da Paz », que teria assim de proferir o seu veredictum sôbre litigio em que talvez oitenta annos, antes, figurara Marlière.

Falar, porém, de arbitramentos e de paz nesta quadra angustiosa, em que no fumo das batalhas se evolam os anhelos e se dissipam os sonhos, que a anteviam triumphante como soberana do imperio definitivo do Direito, parecerá a muitos um vaniloquio de phantasia.

Quero viver, porém, nesse sonho e acreditar que a Humanidade não baniu de seu seio a Justiça, não exilou para sempre a Liberdade, não se petrificou no puro utilitarismo, não encerrou o cyclo da Paz, não queimou o Codigo do Bem.

A pervicacia militarista desatrelou os demonios da guerra, mas a oppressão ha de passar, della ficando apenas a pungente recordação, como o eterno *memento* dos responsaveis pela desolação, pela miseria e pelo lucto.

O vosso ambiente, senhores membros do Instituto, convida a exquecer o desmoronamento transitorio do ideal pacifista.

A realidade parece antes um pesadelo. Mas, como disse Faguet, o historiador é um semeador de patriotas; — continuae, pois, a vossa obra, tão paciente e nobremente executada até agora; semeae, semeae sempre, para as abundantes colheitas do futuro.

E si, desgraçadamente, a Europa entôa o *de profundis* da civilização, procuremos erguer na America, entre as Alleluias da paz,

a resurreição dos grandes e inviolaveis principios, que hão de reger o porvir. » (*Applausos.*)

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) dá depois a palavra ao Sr. Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, orador do Instituto, que profere o seguinte discurso :

« Sr. presidente. Illustres consocios. Dignissimo confrade, sr. dr. Enéas Galvão.

Os precedentes honrosissimos da vida pública, em que haveis demonstrado, prezado collega, altos predicados de saber e de character ; o sangue generoso de um benemerito servidor da Patria que vos corre nas veias ; a vossa posição social de representante da alta magistratura brasileira; vossos trabalhos, e por ultimo estas bellas palavras de eximio patriota, com que acabaes de justificar o « veredictum » do Instituto Historico, que jubiloso vos chamou para as suas fileiras,— estes elementos reunidos dão azo á segurança que todos temos de que vindes honrar a nossa Companhia e trazer-nos preciosos contingentes para a obra patriotica, que é o nosso escôpo, o alvo supremo das nossas aspirações.

Fóra do Tribunal, onde pontificaes, exercendo uma das mais nobres e espinhosas funcções sociaes, porque o magistrado tem de facto em suas mãos os haveres, a liberdade, a honra e até a vida dos cidadãos,— fóra do Tribunal não tendes talvez logar mais propicio e adequado ao vosso ministerio.

Aqui tambem funcciona, magestoso e sereno, um tribunal. A Historia analysa e julga o passado ; inquire testimunhas, ouve depoimentos, pondera allegações de defesa, acceita ou recusa embargos, e lavra a sua sentença,— e si ella não tem um codigo fixo e invariavel, que sirva de base aos seus julgamentos, tanto mais ardua e melindrosa é a sua missão.

Um espirito esclarecido e independente, habituado á funcção de julgar é, pois, sempre benvindo nesta casa, cuja divisa suprema é — Justiça e Verdade.

Não trazeis para aqui o partidarismo politico, que tantas vezes desvaira espiritos cultos ; tambem não vos apaixonam exclusi-

vismos philosophicos, que conduzem por vezes os mais respeitaveis scientistas a juizos menos seguros.

Vindes collaborar no Instituto Historico, concorrendo para a obra commum com a serenidade de um D'Aguesseau, alliado ao patriotismo de um Maracajú.

Si não tivessemos tantas outras provas da ponderação, da cultura e da imparcialidade que vos distinguem, bastaria para julgar-vos, a vós que acabaes de accentuar antiga fé republicana, a honrosissima e justa referencia que fizestes a d. Pedro II, o bondoso imperador que tanto velou pelo renome deste Instituto, esse cuja memoria, dissestes com grande acêrto, « é imperecivel nesta casa, como no coração de todos os Brasileiros » — esse de quem, com sobeja razão, poderia Mendes Leal dizer: « mais rei no exilio do que os reis no throno ».

Essa referencia, com que rematastes a vossa oração inaugural, sr. dr. Enéas Galvão, é documento irrecusavel da serenidade, com que tendes por habito julgar os homens e as cousas.

Similhante serenidade de juiz, alliada ao saber e ao sentimento patriotico, de que haveis dado provas, são predicados valiosos que prenunciam grandes serviços ao nosso Instituto, cada vez mais carecido de batalhadores enthusiastas e aptos para o desempenho da nossa alta missão.

Acceitae, pois, as nossas saudações fraternaes e disponde-vos a collaborar activamente comnosco na obra meritoria, que a todos preoccupa — a construcção deste egregio monumento em que se reclamam aptidões varias: a investigação paciente do bibliographo, o espirito analysta do critico, a concepção synthetica do philosopho, o ardente enthusiasmo do poeta, o vivo colorido do artista.

Todos têm aqui a sua funcção; a vossa está claramente assignalada pelo pendor natural de vossos estudos predilectos e especiaes. Sêde benvindo!

— Sr. dr. Mello Franco.

Tardaveis, prezado e illustre collega! Não vai nestas palavras a menor sombra de censura; sabemos todos quanto os estudiosos e amigos do trabalho se veem enleiados por obrigações

multiplas, a que não ha fugir, maxime quando elles teem o vosso merito solicitado em varias direcções para o serviço da Patria.

Estas palavras traduzem simplesmente o anceio do Instituto Historico por ver-vos no seu gremio, na fila dos combatentes, na vanguarda de suas hostes. Accresce que ardiamos em desejo de testimunhar-vos *corum populo* a nossa gratidão profunda pelo interesse que revelastes em prestar a esta Companhia um magno serviço, advogando a nossa causa no seio do Congresso, pleiteando alli uma regalia, a que parece realmente ter feito jús o nosso Instituto — arca sancta das tradições brasileiras, velho operario laborioso das glorias nacionaes.

Tardaveis, portanto; mas tambem é justissimo dizer que redimis amplamente a demora com as bellas palavras, que acabamos de applaudir, e com o precioso livro sôbre Guido Thomaz Marlière que nos trazeis á ultima hora, como prova de vossa gentileza. Sois um legitimo filho dessa gloriosa terra mineira, tão rica de patriotismo, de talento e de thesouros.

Colhestes alli mais uma pepita de ouro, e no-la offereceis como resgate da culpa *Felix culpa* !

Esse interessante livro, sr. dr. Mello Franco, dedicado á memoria do benemerito Marliére — o apostolo das selvas mineiras — como acertadamente o cognominou Augusto de Lima, completa quanto sabiamos sôbre o benemerito director geral dos Indios de Minas Geraes, aquelle avisado precursor do nosso illustre Rondon, civilizador de visão lucida, que ha quasi um seculo prégou a sancta doutrina, mal comprehendida pelos homens do seu tempo, e que é hoje felizmente a doutrina triumphante. Essa homenagem, prestada pelo vosso espirito culto e investigador, bem demonstra quanto é licito esperar do vosso patriotismo nesta casa de estudo.

Concluindo a vossa eloquente oração accentuastes, illustre collega, o vosso desejo de viver no bello sonho da soberania do Direito, que garante os triumphos da paz, embora sejam essas palavras proferidas, quando lá, no Velho Mundo, desatrelados os demonios da guerra, parece que renovam os quadros tristissimos e maldictos dos tempos da barbaria.

Estou comvosco, illustrado consocio.

Este pesadêlo, que opprime todo o universo, passará. A Providencia não permittirá que sossobre a civilização conquistada á custa de tammanho exfôrço, de tantas vigilias, de tão grandes sacrificios. E, alentados por esta doce esperança, permitti que eu conclua com as vossas bellas palavras, filhas de um bello espirito brasileiro — alentados por esta doce esperança, procuremos nós « erguer na America, entre as Alleluias da paz, a resurreição dos grandes e inviolaveis principios, que hão de reger o porvir ».

Salve, distincto patricio ! (*Muitos applausos*).

O Dr. Roquette Pinto (2º *secretario*) lê os seguintes pareceres :

— « Tão criteriosos são os termos da proposta do sr. primeiro secretario perpetuo do Instituto, relativamente á prorogação do actual orçamento, que a Commissão de Fundos e Orçamento aconselha a sua approvação, ficando o illustre presidente do Instituto plenamente auctorizado a fazer as modificações que as circumstancias e o alto interesse da associação exigirem. Rio, 6 de Outubro de 1914.— *Clovis Bevilaqua*, relator.— *Luiz Rodolfo Cavalcanti de Albuquerque.— Alfredo Rocha.— Rodrigo Octavio.*

O Sr. Presidente põe em discussão este parecer, e ninguem pedindo a palavra submette-o á votação, sendo approvado por unanimidade.

« Não me parece que o Instituto deva assumir a responsabilidade de levar por deante a obra proposta pelos illustres consocios srs. Eduardo Marques Peixoto, dr. Sebastião de Vasconcellos Galvão e major Liberato Bittencourt. Seria, sem duvida alguma, um trabalho extremamente apreciavel, mas, para leval-o a effeito, o Instituto careceria indispensavelmente do concurso de varias auctoridades, e todos sabemos quaes as preoccupações que assoberbam taes funccionarios, não lhes deixando tempo para assumptos da ordem do proposto. O Instituto poderá envidar exforços no sentido da *Publicação Historica*, e para isso convirá a nomeação de uma commissão especial, sem ficar porém no dever definitivo de se apresentar no Congresso de Historia, a effectuar-se pelo centenario

da nossa independencia, com a alludida edição especial. Aliás, o Instituto approvou a proposta dos srs. Fleiuss e Affonso Arinos sobre o Congresso de Historia Continental Americana em 7 de Septembro de 1922, e o egregio presidente do Instituto ficou de nomear a respectiva commissão organizadora. A essa commissão deverá ser submettida a proposta, a que se referem estas linhas.

Rio, 6 de Outubro de 1914.— *Clovis Bevilaqua*, relator.— *Viveiros de Castro.— Alfredo Valladão.*»

O Sr. Presidente declara que esta proposta irá á Commissão especial.

— O sr. marechal José Bernardino Bormann pertence á classe gloriosa dos Xenophontes e Taunays, militares escriptores, que illustram a historia patria, antes de escrever as suas paginas immortaes. Os seus trabalhos historicos, bem escriptos, bem documentados, sem exaggeros de minucias, são lidos com prazer e consultados com proveito, quando se faz preciso invocar uma auctoridade de incontestado valor. Talvez que um critico demasiadamente severo o censure por não pairar sempre nessas regiões elevadas, de onde não se avistam as personalidades. Estou, porém, de accordo com a opinião de Paul Sabatier— « *l'impartialité absolue est une entité métaphysique, un pur symbole. L'historien qui se met à l'œuvre ne peut songer à remplacer les yeux qu'il a ; il ne peut se recréer lui-même pour devenir un homme qui n'aurait ni âge, ni sexe, ni patrie, ni une âme sur laquelle d'innombrables influences ont laissé chacune quelque trace* ». O historiador é *humanamente* imparcial, quando não deturpa conscientemente a verdade, pondo a Historia ao serviço do odio. E' assim imparcial o sr. marechal Bormann ; descreve os factos como elle os *vê*, traduzindo sempre sinceramente as suas impressões pessoaes. Os seus escriptos não são pamphletos a distillar malevolencia ; nelles palpita a alma do patriota, que desejava que todos os personagens da nossa Historia estivessem na altura dos nossos gloriosos destinos. Admittido como socio effectivo do Instituto, o marechal Bormann virá occupar um logar, a que tem incontestavel

direito; abramos as fileiras para receber um esforçado trabalhador.

Rio, 6 de Outubro de 1914.— *Viveiros de Castro*, relator.— *Alfredo Valladão.— Clovis Bevilaqua.*»

Submettido á discussão, é approvado e remettido, com a proposta, á Commissão de Admissão de Socios, relator o sr. dr. Manuel Cicero.

O Sr. Secretario Perpetuo lê as seguintes propostas:

«Propomos que seja elevado á classe dos socios honorarios o correspondente sr. dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe, que faz parte do Instituto desde 7 de Dezembro de 1883, tendo prestado ao mesmo notaveis serviços e achando-se por isso essa proposta de inteiro accôrdo com o que estabelece o art. 10, lettra B, dos nossos Estatutos.

Rio de Janeiro, 12 de Outubro de 1914.— *Fleiuss.— Clovis Bevilaqua.— Sebastião de Vasconcellos Galvão.— Roquette Pinto. — Viveiros de Castro.— Barão de Studart.*»

— «Temos a honra de propôr que seja elevado a socio honorario o correspondente sr. dr. Martim Francisco Ribeiro de Andrada, que faz parte da nossa companhia desde 24 de Outubro de 1902 e a ella tem dedicado os esforços de seu talento de escól e de sua illustração verdadeiramente notavel.

Rio de Janeiro, 12 de Outubro de 1914.— *Fleiuss.— Clovis Bevilaqua.— Sebastião de Vasconcellos Galvão.— Roquette Pinto. — Viveiros de Castro.— Barão de Studart.— Manuel Cicero.*»

— «Temos a honra de propôr seja elevado a socio honorario o effectivo sr. Arthur Ferreira Machado Guimarães, que faz parte do Instituto desde 9 de Dezembro de 1904, sendo thesoureiro interino — por nomeação do presidente Aquino e Castro — em 23 de Junho de 1905 e sendo eleito para esse cargo em 21 de Dezembro daquelle mesmo anno, merecendo sempre as reeleições e fazendo jús aos cabaes elogios da Commissão de Fundos e Orçamento, nos pareceres de seus insignes relatores, o saudosissimo sr. visconde de Ouro Preto e o dr. Clovis Bevilaqua. Está, pois, plenamente sanccionada pelos Estatutos esta proposta, que apresen-

tamos como um preito de sincero reconhecimento aos ininterruptos serviços de um dos nossos mais dignos e prestimosos companheiros.

Rio, 12 de Outubro de 1914.— *Fleiuss.— Sebastião de Vasconcellos Galvão.— Roquette Pinto.— A. C. Gomes Pereira.— Viveiros de Castro.— Barão de Studart.* »

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) declara que estas propostas para socios honorarios são enviadas á Commissão de Admissão de Socios, sendo relator o socio benemerito sr. dr. Ramiz Galvão.

—« De conformidade com o resolvido pelo Instituto, temos a honra de propor para socio effectivo o sr. Aurelino Leal, bacharel em Direito, auctor de importantes trabalhos, e que ao primeiro Congresso de Historia Nacional apresentou a monographia sôbre —« *O Acto addicional. Reacção conservadora. Bernardo de Vasconcellos. A lei de interpretação. O golpe de Estado da Maioridade. O Ministerio das nove horas.*»

O sr. dr. Aurelino Leal, acquiescendo ao convite que lhe dirigiu o sr. conde de Affonso Celso, nosso insigne presidente, vai dentro de poucos dias iniciar nesta associação um curso sôbre « *Historia constitucional do Brasil* ».

Rio de Janeiro, 12 de Outubro de 1914.— *Fleiuss.— Sebastião de Vasconcellos Galvão.— Viveiros de Castro.— Roquette Pinto.— Barão de Studart.*

Vai á Commissão de Historia, relator o sr. dr. Alfredo Valladão.

—« De accordo com o resolvido pelo Instituto em sua ultima sessão ordinaria, temos a honra de propor para seu socio effectivo o illustre homem de lettras, sr. Arthur Pinto da Rocha, bacharel em Direito, auctor de varios trabalhos, que lhe teem grangeado muitos applausos, especialmente do intitulado — « O Tractado do Condominio», — de que offereceu ao Instituto um exemplar, e da monographia que apresentou ao Primeiro Congresso de Historia Nacional, sôbre a— « Politica Brasileira no Prata até á guerra contra Rosas ». Além disso, o dr. Pinto da Rocha, convidado pelo

eminente sr. conde de Affonso Celso, presidente do Instituto, vai realizar nesta associação um curso sôbre « Historia diplomatica do Brasil. »

Rio de Janeiro, 12 de Outubro de 1914.— *Fleiuss.— Sebastião de Vasconcellos Galvão.— Roquette Pinto.— Viveiros de Castro.— Barão de Studart.* »

A' Commissão de Historia, relator o sr. dr. Clovis Bevilaqua.

—« Propomos, de accordo com o resolvido pelo Instituto, para socio effectivo, o sr. Antonio de Barros Ramalho Ortigão, formado em sciencias juridico-commerciaes pelo Instituto Superior de Commercio de Antuerpia, redactor do *Jornal do Commercio*, auctor de varios trabalhos, que se impuzeram aos maiores applausos e da monographia que apresentou ao Primeiro Congresso de Historia Nacional, intitulada— « A Moeda circulante no Brasil».

O sr. Ramalho Ortigão vai, a convite do sr. conde de Affonso Celso, nosso illustre presidente, realizar no Instituto um curso sobre « Historia financeira do Brasil ».

Rio de Janeiro, 12 de Outubro de 1914.— *Fleiuss.— Sebastião de Vasconcellos Galvão.— Roquette Pinto.— Viveiros de Castro.— Barão de Studart.* »

A' Commissão de Historia, relator o sr. dr. Alfredo Valladão.

—« Temos a honra de propor para socio effectivo do Instituto, de accordo com o que ficou resolvido na ultima sessão, o sr. dr. Antonio Fernandes Figueira, formado em 1886 pela Faculdade de Medicina desta Capital, bacharel em lettras pelo Collegio de D. Pedro II em 1881, antigo orador do *Instituto dos Bachareis em Lettras*, ex-presidente da *Academia Nacional de Medicina*, homem de lettras, auctor applaudido de varios trabalhos scientificos e litterarios e da monographia que offereceu ao Primeiro Congresso de Historia Nacional, sôbre o *Padre Antonio Vieira*.

Rio, 12 Outubro de 1914.— *Fleiuss.— Sebastião de Vasconcellos Galvão.— Roquette Pinto.— Barão de Studart.* »

A' Commissão de Historia, relator o sr. dr. Viveiros de Castro.

— « Temos a honra de propôr, de conformidade com o resolvido pelo Instituto, para seu socio effectivo, o sr. dr. Alfredo Pinto Vieira de Mello, notavel jurisconsulto, presidente do *Instituto dos Advogados*, auctor de varios trabalhos de summa importancia e da monographia, que apresentou ao Primeiro Congresso de Historia Nacional, sôbre o « *Poder Judiciario* ».

Rio de Janeiro, 12 de Outubro de 1914.— *Fleiuss.— Sebastião de Vasconcellos Galvão.— Roquette Pinto.— Viveiros de Castro.— Barão de Studart.* »

A' Commissão de Historia, relator o sr. dr. Pedro Lessa.

O Sr. Fleiuss propõe que se insira na acta da presente sessão um voto de profundo pesar pelo fallecimento, hontem occorrido nesta Capital, do notavel jurisconsulto dr. João Evangelista Sayão de Bulhões Carvalho, o que é approvado unanimemente.

Em seguida o Dr. Gomes Ribeiro lê um trabalho, sob o titulo — *Uma data historica : 12 de Outubro de 1492.*

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) agradece a presença dos illustres circumstantes e os convida para a sessão solenne que o Instituto realizará a 21 do corrente, para commemorar o septuagesimo sexto anniversario da sua installação.

Levanta-se a sessão as 10 1/2 horas da noite.— Roquette Pinto, 2º secretario.

ACTA DA SESSÃO MAGNA COMMEMORATIVA DO 76º ANNIVERSARIO EM 21 DE OUTUBRO DE 1914

Presidencia do sr. conde de Affonso Celso

A's 21 horas, na séde social, abre-se a sessão com a presença dos seguintes socios : conde de Affonso Celso, dr. Manuel Cicero Peregrino da Silva, barão Homem de Mello, desembargador Antonio Ferreira de Sousa Pitanga, dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Max Fleiuss, dr. Edgard Roquette Pinto, almirante Antonio Coutinho Gomes Pereira, major dr. Liberato Bittencourt

dr. Enéas Galvão, dr. Sebastião de Vasconcellos Galvão, dr. João Coelho Gomes Ribeiro, dr. Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho Carlos Lix Klett, conde de Leopoldina, general dr. Gregorio, Thaumaturgo de Azevedo, barão de Studart, padre dr. Julio Maria, conselheiro Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque, dr. Augusto Olympio Viveiros de Castro, dr. Alfredo Valladão, almirante Arthur Indio do Brasil e dr. Martim Francisco Ribeiro de Andrada.

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) pronuncia o seguinte discurso:

— «O anno transcorrido, desde a ultima sessão solenne, si abrange uma quadra de agitações e tristezas para quasi todo o globo, passou, mercê de Deus, suave, operoso, fecundo, no tocante ao Instituto, que o póde até assignalar entre os seus melhores periodos.

Satisfactoriamente, na realidade, trabalhou durante elle o nosso gremio, registando resultados que nos animam, nos honram, nos conferem justa ufania e nos indemnizam de quaesquer sacrificios.

Além da regularidade e lustre, com que se effectuaram as reuniões estatutarias, nas quaes, sem excepção, se apresentaram bellos estudos; além do apparecimento pontual da nossa tão antiga quão conceituada *Revista*; além do proficuo funccionamento da nossa bibliotheca, do nosso archivo, do nosso museu; tivemos a vantagem de ouvir, na tribuna das nossas conferencias publicas, eruditos e deleitosos oradores, um delles extrangeiro, o dr. Juan Carlos Garay, ministrando a intelligentes auditorios os mais apurados ensinamentos.

Ao ser recebido, em sessão extraordinaria, o famoso ex-presidente da America do Norte, nosso consocio coronel Theodoro Roosevelt, confessou, em um discurso de larga repercussão, ter vindo á America do Sul em virtude de convite do Instituto.

Respondeu-lhe em inglez o nosso provecto orador, barão de Ramiz Galvão, mostrando que, mesmo em alheio idioma, conserva a admiravel facundia, feita de peregrina capacidade, escrupulosa

diligencia e, sobretudo, de inexcedivel auctoridade moral, que ides applaudir na necrologia dos socios fallecidos, — muitos, infelizmente, — o unico traço deploravel do anno.

A esses factos e a outros de que dará conta o relatorio de nosso secretario perpetuo, benemerito entre os benemeritos, cumpre addicionar o da nova modalidade da actuação do Instituto : a abertura de cursos francos, em que competentes professores vão elucidar interessantes assumptos patrios, — cursos já com venturoso exito iniciados.

Sobreleva a tudo o Congresso Nacional de Historia, fructo magnifico da nossa iniciativa, o qual sem duvida constituirá um dos padrões abonadores da actual geração e deixará longos vestigios lucidos no desenrolar do tempo.

Delle surdiu o esplendido projecto do Congresso Geral de Historia Americana, para commemorar o centenario da nossa separação da metropole, de agora a oito annos.

Praza á Providencia que validos até lá nos mantenhamos !

Quanto ao Instituto, perdurará, de certo, pois o opulentam sobejos elementos de vitalidade e gloria.

Ocioso fôra rememorar os seus serviços e beneficios, inscriptos na consciencia do paiz. E' um dos preciosos apparelhos da cohesão da nossa gente, um dos plexos encadeadores e coordenadores da nossa nacionalidade.

Estudando-lhe zeloso as origens, a natureza, a evolução, as necessidades, os destinos, attesta, todo o dia, o Instituto a indissoluvel solidariedade de interesses, idéas, sentimentos, aspirações, responsabilidades, deveres do nosso povo, proclamando, propagando, evidenciando que o primordial de taes deveres consiste em tornar, mais e mais unido e identificado o enorme conjuncto, o continente brasileiro, formado e cimentado pelo suor, pelas lagrimas, pelo sangue, pelo labor pacifico e pelos tentamens heroicos de nossos antepassados, cuja sacrosancta e grandiosa herança seria um crime delapidar ou enfraquecer, cabendo-nos ao contrario, a todos e a cada um, na orbita de suas possibilidades, a sagrada obrigação de amplia-la, de fortalece-la com exemplar carinho e infinita dedicação.

Toda a grande obra é didactica, affirmou um pensador. Sim; instructiva, educadora, no que a arte de ensinar offerece de mais alevantado, manifesta-se a tarefa do Instituto.

E' uma eschola de actividade. Aqui applicamo-nos todos, com ardente vontade, a elaborar algo de util á communhão. Copiosos documentos testificam o nosso inclito afan.

E' uma eschola de tolerancia e confraternização. Aqui labutam emissarios de todos os recantos e de todas as classes laboriosas do Brasil, sem a menor exclusão do merecimento, e com a collaboração de illustres alienigenas. Ao lado de principes da Egreja Catholica sentam-se livres pensadores; a par de summidades do exercito e da armada, encontram-se pacifistas, propugnadores da extincção dos insuppriveis factores militares; com os republicanos, convictos da soberania popular e da excellencia do processo eleitoral, como fonte do supremo commando temporario, hombream os que preferem o principio da hereditariedade ao do numero revelado pelas urnas, e querem no chefe do Estado representante integral da nação, e não apenas da maioria dos votantes, um magistrado vitalicio inamovivel, com todas as possiveis garantias de imparcialidade e exempção.

E' uma eschola de equanimidade, cultura e polidez, porque, sem deslise de suas crenças, todos esses milicianos de doutrinas oppostas, antagonicas, egualmente respeitaveis, aqui se entendem e convivem em ameno tracto, animados de altos designios communs.

E' uma eschola de patriotismo, porque aqui se afervora a religião da Patria e se aprende a melhor conhece-la, para melhor preza-la e mais scientemente servi-la.

E' uma eschola de ideal, como o definiu o poeta:

«... *Ah! ideal, ideal,*

E's a concentração da força universal,

Irradiando o trabalho, a vida, o movimento.»

E' uma eschola de ideal, porque aqui se nutre a ambição abnegada do que deve ser, em opposição ao que é, a enteléchia de Aristoteles, a sêde insaciavel da perfeição.

Gonfaloneiro dessa nobre cubiça; guardador e incitador da chamma augusta; transmissor, em constante lampadophoria, do facto tradicional que illumina e aquece; protesto permanente contra os negadores, eivados de sècco pessimismo; paladino da fé civica: evangelizador dos milagres do enthusiasmo e do amor — agentes maximos do progredimento, o Instituto, ao completar hoje 76 annos de honesto exfôrço, apenas pouco além de cinco lustros mais joven do que a Patria autonoma, o Instituto sente-se vigoroso, disposto e preparado para o bom certamen, a libar o generoso vinho da juventude, que o cantor da *Noite de Maio* dizia estar fermentando nas veias de Deus.

Roteando o passado, semeando a verdade dos acontecimentos, nos espiritos e nos corações, busca o Instituto fazer vicejar na immensidão do nosso solo essas duas flores celestes, que tudo impregnam de seus purificadores effluvios: a Justiça e a Bondade. (*Applausos prolongados*).

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) dá a palavra ao Sr. Max Fleiuss (*secretario perpetuo*), que procede á leitura do seguinte Relatorio:

« Illustrados consocios. — *Aedem veritatis studiose construimus* — Com esta bellissima legenda, creada pelo talento de nosso insigne orador, inicio o meu oitavo relatorio. Com applicação construimos um templo á Verdade. Outra cousa não foi o anno social, que hoje expira. Em synthese: os nossos trabalhos sociaes, a avultada consulta ao nosso archivo e á nossa bibliotheca, o Primeiro Congresso de Historia Nacional, os cursos...

Nestas simples palavras resume-se o que fizemos. E' porém, mistér salientar ligeiramente alguns pontos.

— Tractarei em primeiro logar das sessões. Realizaram-se em numero de oito, septe ordinarias e uma extraordinaria, todas concorridas, todas notavelmente interessantes, pois que constaram de propostas, indicações e pareceres criticos, devidos aos illustres consocios drs. José Americo dos Santos, Ramiz Galvão, Escragnolle Doria, Viveiros de Castro, Alfredo Valladão, além dos emittidos pela Commissão de Admissão de Socios.

Antes destas sessões, effectuadas em 1914, houve uma especial em 24 de Outubro de 1913, para que tomasse posse o coronel Theodoro Roosevelt, socio honorario do Instituto, e recebido em nosso paiz com as maiores demonstrações de cortezia, o que elle proprio confessou em carta dirigida ao nosso presidente, datada do Pará a 6 de Maio deste anno, na qual disse: « Venho agradecer-lhe e, por seu intermedio, ao Instituto Historico, as finezas que muito me penhoraram. Guardarei sempre grata memoria da cortezia e generosidade do Brasil ».

Houve tambem a assembléa geral para eleições, realizada a 17 de Dezembro de 1913, tendo sido reeleito presidente do Instituto o sr. conde de Affonso Celso, na mesma occasião elevado a socio benemerito, nossa ultima graduação social.

As provas de apreço dadas pelo Instituto ao sr. conde de Affonso Celso, merece-as elle de tal modo, que as referencias neste particular não podem ser tidas sinão como um preito, de que é credor.

A presidencia do Instituto Historico foi sempre um posto tão elevado, que para o mesmo só escolheu a nossa associação dentre os socios, os mais notaveis; havia, não obstante, acima delles a figura augusta do imperador, que jámais deixou de ser, de facto, o nosso supremo chefe. Com o novo regime permaneceu o alto criterio na escolha dos presidentes, todos dignos da nossa mais profunda veneração.

A investidura, porém, de Rio-Branco deu tanto realce ao cargo, que a substituição se apresentava difficilima. Rio-Branco foi, como muito bem escreveu o illustre homem de lettras portuguez sr. Alberto de Oliveira: — «Um homem cuja biographia excepcional é a de um general, que não conheceu a derrota. As suas batalhas, chamem-se ellas Washington, Berna ou Acre, foram sempre grandes victorias. Nas mais ligeiras escaramuças de sua carreira politica não se nota uma sombra ou um passo em falso. Rendeu-se enfim á Morte, que só teve fôrças para levar o seu corpo e deixou intactos, e em plena vida e luz, o seu exemplo e a sua memoria».

A herança era colossal. Affonso Celso acceitou-a com serenidade e firmeza, e o patrimonio de benemerencias não diminuiu,

antes tem sido augmentado. A elevação, a dignidade, a cultura, que assignalaram a presidencia de Rio-Branco, não tiveram até hoje a mais ligeira hesitação. Quando, no futuro, se escrever a historia desta associação, os dous nomes ficarão ermanados no mesmo applauso da justiça.

— Perdeu o Instituto, desde a sua última sessão magna, os seguintes socios: cardeal Mariano Rampolla, desembargador Paranhos Montenegro, dr. Paulo von Ehrenreich, desembargador Lima Drummond. dr. Silvio Romero, dr. Roque Saenz Peña, dr. Adolfo P. Carranza, Pedro Wenceslão de Brito Aranha, Adolpho Saldias e general Julio A. Roca.

Dentro em pouco teremos ensejo de ouvir o nosso eminente orador sóbre estes varões illustres, aos quaes se póde applicar o que dizia o poeta:

> « O sabio não vai todo á sepultura;
> Não morre inteiro o justo, o virtuoso;
> Na memoria dos homens brilha e dura.»

— No correr do anno foram elevados, por unanimidade de suffragios, a socios honorarios, os effectivos: barão de Teffé, drs. José Carlos Rodrigues, Clovis Bevilaqua, Augusto Olympio Viveiros de Castro, Manuel Cicero Peregrino da Silva, Max Fleiuss, Homero Baptista e Augusto Tavares de Lyra; foram eleitos socios effectivos: drs. Miguel Calmon du Pin e Almeida, Enéas Galvão e João Ribeiro; e socios correspondentes: dr. Affonso A. de Freitas, Antonio de Portugal de Faria (visconde de Faria), drs. D. Lucas Ayarragaray, Basilio de Magalhães e José Ribeiro do Amaral.

Tomaram posse: na sessão de 1 de Junho, o socio correspondente sr. dr. d. Lucas Ayarragaray; na sessão de 28 de Septembro, o socio correspondente dr. Basilio de Magalhães; na sessão de 12 de Outubro, o socio effectivo dr. Enéas Galvão e o correspondente dr. Afranio de Mello Franco, sendo todos recebidos pelo nosso orador.

— Valiosas offertas recebeu o Instituto. Salientarei em primeiro logar a da veneranda viscondessa de Ouro Preto, por intermedio de seu dilecto filho o sr. conde de Affonso Celso, de documentos que pertenceram a seu respeitado progenitor conselheiro Joaquim Floriano de Toledo e a seu marido, e tambem de cerca de dous mil volumes da bibliotheca de seu inolvidavel companheiro de cincoenta e tres annos de vida, o sr. visconde de Ouro Preto, que foi nosso eminentissimo primeiro vice-presidente, personalidade de brilho inapagavel nos annaes patrios, nome indelevel no coração dos muitos que o amaram.

A exma. viuva do nosso muito querido consocio desembargador Lima Drummond, tambem por favor do sr. presidente, offereceu ao Instituto cêrca de tresentos volumes que pertenceram áquelle moço, cuja vida constituiu um exemplo inexcedivel de todas as virtudes.

O meu velho companheiro de infancia dr. F. Mendes Pimentel, justamente tido como dos mais integros jurisconsultos mineiros, nos agraciou com o archivo do conselheiro José Antonio Saraiva : — mais de mil documentos de valor extraordinario, e entre os quaes veio uma parte, cuja leitura o doador interdictou até o anno de 1930. Temos, pois, nestas condições, dous involucros : — esse, do conselheiro Saraiva, e o do visconde de Taunay, contendo as suas memorias, que só poderão ser conhecidas em 1943.

O sr. dr. d. José Biedma, director geral do Archivo da Republica Argentina, nos dedicou, por intermedio do illustrado sr. barão Homem de Mello, nosso digno vice-presidente, o autographo, luxuosamente encadernado, do artigo do general Bartolomé Mitre, publicado em *La Nacion*, de Buenes Aires, por occasião do advento da Republica no Brasil, o qual termina da seguinte fórma : « ... e a Republica Argentina, ao saudar o novo regimen, deve inclinar-se com respeito ante a augusta figura do imperador decaïdo, s. m. d. Pedro II, cujo largo e glorioso reinado constituiu até hoje a maior e mais formosa pagina da Historia brasileira ».

O nosso provecto consocio honorario sr. professor dr. Augusto Olympio Viveiros de Castro tambem de novo nos presenteou com algumas obras de subido valor.

Por intermedio da redacção d' *A Noite*, o dr. Ulysses Brandão, notavel advogado do nosso fôro, offertou ao Instituto 43 cartas autographas, do visconde do Rio-Branco e 87 do barão de Cotegipe.

O sr. desembargador Virgilio de Sá Pereira, ornamento da nossa magistratura, nos offereceu quatro valiosas telas pintadas por José Leandro e Ubaldo, representando figuras da familia imperial, e á sra. viscondessa de Ouro Preto, ainda por intermedio de seu filho, nosso presidente, devemos um retrato a oleo de d. Pedro II, pintado pelo artista Ernest Papf. em 1874.

Além dos magnificos discursos de posse, houve nas sessões diversas leituras que despertaram francos applausos : — a primeira, feita pelo distincto consocio sr. dr. Augusto Tavares de Lyra, de um trabalho seu, denominado *Notas historicas sobre o Rio Grande do Norte*; a segunda, pelo sr. dr. Roquette Pinto, dedicado segundo secretario do Instituto, tambem de um capitulo do seu estudo sobre *Indios da Serra do Norte* (Matto Grosso) ; a ultima foi a do sr. dr. Gomes Ribeiro sôbre a data de *12 de Outubro*.

Antes de dar a palavra ao sr. dr. Tavares de Lyra, lembrou o Presidente do Instituto, com inteiro cabimento e justiça, os muitos e efficazes serviços que, como membro do Governo e do Poder Legislativo, tem prestado á nossa Companhia o illustre parlamentar. Outros nomes que tambem se impõem ao nosso reconhecimento, pelo muito que lhes devemos, são os dos nossos dignos consocios drs. Felix Pacheco e Homero Baptista, que tanto nos teem auxiliado.

E que dizer do moço illustre que é o dr. Roquette Pinto? Todos o conhecem e sabem que neste joven reside a promissora estofa de um dos mais legitimos padrões da nossa cultura e do nosso orgulho, a que elle, estamos todos certos, jámais deixará de corresponder integralmente.

— Entre as propostas offerecidas á deliberação do Instituto,

nas suas sessões, cumpre destacar as do sr. presidente, com relação á memoria do barão do Rio Branco, e de applauso e louvor ao consocio sr. dr. Affonso Arinos — « *pela maneira resoluta, erudita, patriotica e esmagadora com que na imprensa européa rebateu os conceitos injustos e ingratos do sr. Savage Landor* ».

Por meu turno, accrescentarei que o nosso consocio sr. professor John Casper Branner, grande scientista norte-americano e devotadissimo amigo do Brasil, respondeu tambem ao sr. Landor de modo irretorquivel.

As outras propostas do sr. presidente foram relativas á intervenção do Brasil no conflicto entre os Estados-Unidos e o Mexico, fazendo votos pela solidariedade americana e congratulando-se com o socio honorario sr. dr. Lauro Müller e com o embaixador do Brasil, sr. Domicio da Gama ; e á data gloriosa de 28 de Septembro.

Além destas, houve ainda as do sr. Marques Peixoto, dictadas delas mais nobres suggestões do patriotismo e cordialidade internacional, e a do sr. dr. Tavares de Lyra, concernente aos que concorreram ao Primeiro Congresso de Historia Nacional.

Não posso deixar de referir-me tambem á que tive a honra de apresentar com o nosso illustre consocio sr. dr. Affonso Arinos, para que ao Instituto coubesse a iniciativa de um Congresso de Historia Continental Americana, a reunir-se nesta Capital em 7 de Septembro de 1922.

— Tractarei agora das outras faces do anno social.

Os cursos iniciados em Dezembro de 1913, com as prelecções do illustrado sr. dr. Alberto Rangel, que realizou quatro apreciaveis conferencias sôbre os — « Aspectos geographicos do Brasil », conquistaram desde logo fartas sympathias. Houve depois a do sr. d. Juan Carlos Garay, jornalista argentino ; seguiu-se a prelecção magistral do eminente dr. Vieira Fazenda sôbre — « Aspectos do periodo regencial ». Mais tarde o dr. Pereira da Silva tractou dos — « Antigos vehiculos do Rio de Janeiro », dando prova do seu espirito grandemente investigador. Coube tambem a vez ao dr. Basilio de Magalhães, que em tres primorosas licções se occupou do — « Bandeirismo no Brasil ».

Recentemente, o illustre dr. Aurelino Leal começou o seu já applaudido curso de — « Historia constitucional do Brasil ». Ouviremos depois o professor dr. Alfredo Valladão, o dr. Pinto da Rocha e, para o anno, o professor dr. Viveiros de Castro e os drs. Ramalho Ortigão e Sousa Reis.

Os cursos constituem a vida nova do Instituto. Intuitiva a sua vantagem, infalliveis os seus effeitos em beneficio da nossa Historia.

Destes estudos isolados, procedidos com sinceridade e criterio, é que surgirá o material para a grande obra definitiva.

— Uma referencia agora ao Primeiro Congresso de Historia Nacional, ha pouco encerrado, emprehendimento que se traduziu no mais bello triumpho, não só para o Instituto, mas para a propria existencia nacional, no ponto de vista da sua intellectualidade.

Sim, porque do copioso acervo, composto das monographias offerecidas, muitas excellentemente tractadas, ficam em nitido relêvo a dedicação, a pujança, o exfôrço e a cultura de espirito de nossos patricios.

E, falando neste ponto, cumpre não deixar em olvido o nome consagrado do presidente effectivo do Congresso, o sr. dr. Ramiz Galvão.

— Graças á intervenção do nosso egregio consocio sr. dr. Homero Baptista, poude o Instituto fazer-se representar no Congresso de Sciencias Historicas, que se reuniu em Sevilha, em fins de Abril deste anno, pelo socio effectivo dr. Pedro Souto Maior, agora em trabalhos de investigação nos archivos da Hispanha, tendo já extrahido dos de Sevilha cêrca de quinhentos documentos absolutamente ineditos e dos de Madrid um numero superior a duzentos.

— Foi o Instituto visitado pela Commissão dos professores americanos, que aqui estiveram accompanhados do seu digno embaixador, e, além desse, outros homens notaveis, como os professores Hermann Watjen, da Universidade de Heidelberg, Walter Lichtenstein, da Universidade de Harvard, e o consul sr. Alberto d'Oliveira procuraram conhecer a nossa associação. Não hesito em assegurar a boa impressão colhida.

— A consulta pública teve, em parte devido ao Congresso de Historia, um augmento consideravel, notabilizando-se mais uma vez o sr. dr. Vieira Fazenda pela maneira por que attendeu e orientou aos que demandaram as luzes dos seus vastos conhecimentos. Ao sr. dr. Vieira Fazenda cabem, em boa parte, os louros que colhemos no Congresso de Historia. Nestas simples linhas registo, com o applauso de todos, o reconhecimento do Instituto, que tanto admira, respeita e preza o seu bibliothecario.

— Um facto tambem occorreu fóra das sessões — a inauguração da galeria dos chefes de Estado, que o Brasil tem tido, desde d. João VI, imperador honorario, até o exmo. sr. marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, actual presidente da Republica.

Posso affirmar que em nosso paiz até hoje não existe collecção egual. Nella figuram os retratos de todos quantos, sem excepção dos vice-presidentes, teem dirigido os destinos da nossa Patria. Foi essa mais uma feliz iniciativa do sr. presidente do Instituto.

A nossa parte economica merece reparos.

Com o desenvolvimento que tiveram os novos serviços, tornando-se o Instituto uma verdadeira bibliotheca pública de immediato accesso, maiores teem sido os nossos gastos, subordinados sempre ao rigoroso exame, que tal materia merece de nosso presidente. Aliás, todos os processos tambem nesse particular desenvolveram-se com a perfeita regularidade observada pela Commissão de Fundos e Orçamento, reflectindo votos de louvor ao nosso thesoureiro, sr. commendador Arthur Ferreira Machado Guimarães.

Foi a meu pedido que os nossos dignos consocios srs. drs. Afranio de Mello Franco e José Bonifacio de Andrada e Silva propuzeram em 1906 o restabelecimento do auxilio, que o Congresso Nacional sempre destinou ao Instituto, emenda esta que teve tambem as assignaturas de Eloy de Sousa, Leite de Castro, Christiano Brasil, Lindolfo Caetano, Simeão Leal, Honorato Alves, Bueno de Paiva, Menezes Doria e Wenceslão Braz.

Do Parlamento e do Poder Executivo desde então não nos tem faltado o indispensavel concurso, e ao qual o Instituto faz jús,

pois ha 76 annos vem desempenhando religiosamente a sua alta missão patriotica, buscando com sincero esfôrço tornar-se um estabelecimento de indiscutivel utilidade publica.

A nossa *Revista* está em dia; dentro em breve apparecerão as duas partes do tomo 76, encerrando magnificos trabalhos de documentação e pesquisa.

As tarefas da Secretaria foram executadas a contento geral.

Continuam a desenvolver-se as relações do Instituto com as bibliothecas extrangeiras, principalmente americanas, tendo havido constantes trocas de publicações.

São estes os principaes factos.

O Instituto Historico e Geographico Brasileiro tem sabido affirmar nobremente a sua razão de ser. E' uma associação que, pelos trabalhos que já realizou, pelos que executa e pelos que se devem esperar della, impõe-se definitivamente á estima e veneração dos Brasileiros, que sabem prezar os grandes patrimonios nacionaes.

No desassombro com que exercitamos os nossos deveres encontramos o melhor incentivo para proseguir na louvavel empreza, e na investigação do passado, de par com os constantes exemplos de patriotismo, encontramos nobre prazer, pois a antiguidade, como ensinou Taine, é a juventude do mundo, e, si não nos foi dado viver nesses bellos tempos, podemos ao menos goza-los pela saudade e pelo estudo.» (*Applausos.*)

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) dá a palavra ao Sr. Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão (*orador*), que pronuncia o seguinte discurso:

«Exm. sr. representante do sr. presidente da Republica, sr. presidente e illustres confrades, exmas. senhoras, meus senhores — Não venho fallar-vos da morte, nem do profundo pezar com que o Instituto Historico viu apartar-se de suas fileiras este anno um grupo de benemeritos batalhadores sob o imperio inflexivel da lei da Natureza. A commissão, que me delega a nossa honrada Companhia, é mais patriotica e mais alta.

Os homens de saber, virtude e talento, que fizeram da vida um poema de trabalho e de lucta pelo ideal — esses revivem eterna-

mente em suas obras, deixam traços luminosos que se não apagam, legam á posteridade exemplos e modelos, que são outros tantos incentivos á nossa actividade. Não ha prantea-los aqui; ha glorificar-lhes o nome e rememorar os seus feitos. Esta deve ser, portanto, a minha missão; tomar do facho acceso, que os luctadores vão passando de mão em mão, á maneira dos corredores de Olympia, e illuminar com elle a sagrada imagem da Patria, de cujo culto devemos todos ser levitas enthusiastas e apaixonados.

Deixemos para as necropoles o lucto e as lagrimas; o coração fique sangrando á beira dos tumulos. Neste alcaçar solenne da Historia, illuminado pelos clarões da Justiça, predizendo o *veredictum* da Posteridade, só temos que render homenagem aos lucidos espiritos de gloriosos companheiros de jornada, que vivem e viverão sempre nas nossas almas e nos annaes do Instituto, cercados de respeito e de amor.

Não é pequena a lista de consocios que perdemos neste anno social, e tão notaveis foram os seus meritos, que mal os poderei resumir nesta sincera homenagem, traductora dos sentimentos do Instituto.

— Pedro Wencesláo de Brito Aranha nasceu em Lisboa aos 28 de Junho de 1833, e era filho de Francisco Manuel de Brito Aranha e de d. Maria José da Silva Brito Aranha.

Pobre e muito pobre, não poude enveredar por estudos academicos, e é forçoso dizer que delles não careceu para bem servir ás lettras e á Patria.

Seu primeiro rumo foi para a arte typographica e depois para o jornalismo, que elle soube honrar em uma longa vida de trabalho, até expirar aos 81 annos de edade, coberto de louros. E' enorme a lista dos jornaes e revistas, em que collaborou desde 1857; mas nesta especialidade seu logar proeminente foi no *Diario de Noticias*, de Lisboa.

A obra maxima do emerito e incansavel trabalhador foi a continuação erudita e brilhante do «Diccionario Bibliographico Portuguez» de Innocencio Francisco da Silva, que ficaria um mo-

numento inacabado e lacunoso, si não houvesse encontrado este grande discipulo e amigo.

Sabemos todos que a velha *Bibliotheca Lusitana* do grande Diogo Barbosa Machado,— obra de immenso vulto para seu tempo,— não correspondia mais ás exigencias modernas e parára em meiados do seculo XVIII. Innocencio tomara a si em boa hora a tarefa ingente de recompo-la, continua-la e moderniza-la. Seu *Diccionario* foi um serviço relevante ás lettras portuguezas e brasileiras; mas a morte cortou em meio o notavel exfôrço do bibliographo, e Brito Aranha não consentiu que esse facho de luz se apagasse. Seu concurso foi pertinaz e brilhante. O «Diccionario» que Innocencio da Silva deixára no tomo X, proseguiu-o elle até o XXI, com cópia larga de informações sôbre a obra dos novos escriptores portuguezes e brasileiros, com rectificações valiosas, com a severa imparcialidade de juizos, que se faz mistér em livros desta natureza. Bastaria o tomo XXI do *Diccionario Bibliographico Portuguez* para recommenda-lo ao respeito e á estima dos posteros; esse tomo é um monumento litterario, erguido á memoria gloriosa de Alexandre Herculano. Não parou, entretanto, ahi o precioso contingente fornecido por Brito Aranha ás lettras; além de uma série abundante de opusculos sôbre assumptos varios, historicos e litterarios, todos elles dignos de interesse, o laboriosissimo escriptor lisbonense dedicou-se egualmente á composição de livros para o ensino primario,— este genero de trabalho, cujas difficuldades só bem avalia quem conhece os segredos do officio.

Em uma palavra, jornalista consciencioso e modelar, pedagogista, historiographo, critico, polygrapho notavel, Brito Aranha foi um dos mais distinctos trabalhadores, de que se póde ufanar o moderno Portugal.

Falleceu o nosso venerando consocio a 8 de Septembro deste anno.

— Paulo Ehrenreich, natural de Berlim, onde nasceu aos 27 de Dezembro de 1855, graduou-se em Philosophia e Medicina, foi *privat-docent* de Ethnologia na Universidade de Berlim e director

do *Baessler-Archiv*, que é uma das mais apreciadas publicações scientificas da Allemanha.

Homem de grande cultura e meticuloso investigador á feição germanica, quiz estudar na propria patria dos nossos aborigenes seus usos, costumes e linguas, e em 1888 accompanhou a famosa expedição do dr. Karl von den Steinen, ao Xingú. Desta viagem, feita com olhos de sabio, provieram os trabalhos importantissimos, que publicou em 1891 e em 1904, sôbre a Ethnographia brasileira.

Alli se encontra, entre uma centena de observações preciosas, uma classificação interessantissima dos nossos grupos ethnicos indigenas.

Ehrenreich, que logo em 1905 foi proposto para honrar a nossa Companhia, aqui já entrou coberto de louros. Era sincero amigo dos Brasileiros, e póde dizer-se sem hesitação que entra no numero dos maiores anthropologos de seu tempo.

No circulo vasto dos seus estudos muito maiores serviços poderia ainda prestar ao nosso paiz, si a morte o não colhera tão cedo, a 17 de Abril deste anno. Mas a obra que deixou é uma das mais serias contribuições, que modernamente appareceram sôbre Ethnographia brasileira.

— Marianno Rampolla del Tindaro, nascido em Polizzi a 17 de Agosto de 1843, foi o estadista conspicuo que o mundo catholico conheceu e admirou com o simples nome de cardeal Rampolla.

Depois de cursar o Collegio Capranica de Roma, recebeu ordens sacras e preparou-se em estudos diplomaticos no Collegio dos Nobres Ecclesiasticos. Em 1875 foi nomeado conselheiro da nunciatura da Sancta Sé em Madrid; mas, pouco depois, chamado a Roma, occupou o cargo de secretario da Propaganda e dos Negocios Ecclesiasticos Extraordinarios.

Não tardou muito que seus altos meritos o recommendassem para maiores distincções e honrosissimos postos. Arcebispo titular de Heraclea em 1885, foi despachado como nuncio para Madrid, onde aliás não teve demora, porque o Sancto Padre o elevou ao cardinalato, chamando-o depois para o importante cargo de secretario de Estado.

Ninguem ignora o que esta funcção reclama de saber, de tacto, de habilidade politica.

Antonelli servira por largos annos com o papa Pio IX. O illustre e grande Leão XIII, cuja altissima capacidade é universalmente proclamada pelos catholicos e dissidentes, o grande Leão XIII, que foi um astro de primeira grandeza no pontificado, não podia escolher um prelado vulgar para esta funcção, mais que nunca melindrosa. No cardeal Rampolla recaïu a sua escolha; similhante investidura bastaria para enaltece-lo perante o mundo.

O que foi este pontificado brilhante de Leão XIII, não preciso repetir-vos. Rampolla secundou amplamente o programma do glorioso vigario de Christo; auxiliar intelligente e vigoroso, esteve sempre na altura do seu chefe.

A elevada consideração, em que o tinham os povos catholicos, recommendou-o naturalmenfe aos suffragios do nosso Instituto, que em 7 de Abril de 1893 se honrou a si proprio, conferindo-lhe o titulo de socio honorario.

O cardeal Rampolla desappareceu dentre os vivos a 16 de Dezembro do anno passado.

Havia dez annos que se tinha afastado da scena politica, deixando a outras mãos a continuação de sua obra, que foi notavel capitulo da historia ecclesiastica contemporanea.

— Percorrendo a galeria de consocios extrangeiros illustres, chegamos á pleiade brilhante de Argentinos, cuja perda a nossa prezada ermã do Prata deplora com justissima razão. O dr. Adolfo P. Carranza, admittido em nosso gremio a 30 de Agosto de 1913 e fallecido a 15 de Agosto de 1914, era um devotado cultor da Historia, e sua patria deve-lhe neste particular excellentes serviços. Basta para attesta-los percorrer a interessante *Ilustracion Historica*, publicação mensal por elle dirigida com maestria; basta considerar a série de livros que deixou sôbre o mesmo assumpto, entre os quaes se acham obras de vulto e de merito, como *Los grandes ciudadanos, Argentinos ilustres, El clero argentino de 1810 a 1830*, etc. Nem foi este o seu unico contingente precioso para a Historia; estampou memorias e auto-biographias que são

do mais alto interesse, como fontes de informação para os successos do tempo.

O dr. Carranza redigiu egualmente a Revista Nacional, que é um rico repositorio, onde irão de certo colher seus patricios valiosissimos dados para a elucidação do passado.

Quasi se póde affirmar que a vida desse illustrado escriptor se devotou exclusivamente a trabalhos desta especialidade, tendo a fortuna de se não distrahir em campos varios de estudo. O governo argentino por sua parte o reconheceu, commettendo-lhe a importante funcção de director do Museu Historico de Buenos Aires.

— Adolfo Saldias, natural de Buenos Aires, onde nasceu a 6 de Septembro de 1850, doutorou-se em 1874 e entrou logo na vida publica, onde representou papel saliente como escriptor, jornalista, administrador e politico. Fez parte da Camara e do Senado, foi ministro das Obras Publicas, governador da provincia de Buenos Aires e ultimamente era ministro argentino na Bolivia.

Seus primeiros ensaios na imprensa datam de 1870, anno em que elle muito joven redigiu *El Fenix;* mais tarde, em 1881, dirigiu a gazeta *La Libertad* e, como este amor ao jornalismo raramente se apaga, ainda em 1893 o encontrámos na redacção do *El Argentino.*

A obra que legou é vasta e variada, já sobre pontos de Direito, já relativa a assumptos méramente litterarios, já finalmente sôbre Historia propriamente dicta. Entre as muitas producções de Saldias destacam-se estas, sufficientes para revelar o seu operoso espirito: *Ensayo sobre la Historia de la Constitucion Argentina,* dada a luz em 1878; *Les étrangers résidents devant le Droit international,* de 1890; *Historia de la Confederacion Argentina,* de 1892; *Cervantes y el Quijote,* de 1893; *Bianchetto — La patria del trabajo,* de 1896.

Pertencia á raça dos trabalhadores enthusiastas, que não acceitam repouso, e morrem com as armas na mão. Quando falleceu, tinha em preparo um novo livro — *De la República* — que infelizmente se não ultimou. Tivemo-lo por socio correspondente em 8 de Dezembro de 1899; acabamos de perde-lo ha tres dias.

— Fazem parte da mesma galeria e nella se destacam com extraordinario relêvo, duas figuras de alta significação, dous nomes de sul-americanos, que honraram a sua Patria e o nosso continente. O primeiro, já o presentis, é o dr. Roque Saenz Peña, presidente honorario do Instituto desde 1911.

Este glorioso cidadão, que não ha muito se finou, deixando em rigoroso lucto a Argentina e as Republicas ermãs, nasceu em Buenos Aires a 15 de Março de 1851.

Ainda estudava Direito, quando seu nobre character o impelliu a tomar as armas por occasião da revolução de 1874. Depois de graduado em Jurisprudencia, advogou, e entrando no scenario politico, conquistou uma cadeira de deputado, graças ao enthusiasmo suscitado pelo seu notavel papel na discussão da lei do ensino.

Um rasgo de independencia e de nobreza fe-lo pouco depois resignar o proprio cargo de presidente da Camara, a que o haviam elevado seus pares. O cidadão egregio começava a sua vida pública com actos de nobilissima altivez, e não devia desmentir estes sentimentos no largo percurso de uma existencia de 63 annos, toda votada ao culto dos mais alevantados ideaes.

Na luta chileno-peruana de 1879 não resistiu ao espirito cavalheiresco que o dominava: foi dos batalhadores de Tarapacará e dos bravos defensores de Arica.

De regresso á patria, volveu ás luctas politicas e ao jornalismo. Chamado a funcções diplomaticas, representou em 1888 a Republica Argentina juncto ao Governo do Uruguai, e, em 1889, no Congresso Pan-Americano de Washington. Em ambos esses postos o bello talento e o patriotismo lucido de Saenz Peña tiveram campo de ampla demonstração: em Washington enfrentou galhardamente o ministro Blaine, contrapondo ao projecto de união aduaneira pan-americana a sua dialectica e o seu ponderado criterio, resumido naquella celebre phrase,— *America para a Humanidade,*— antithese da divisa de Monroe.

Novamente deputado ao Congresso, depois ministro plenipotenciario em Madrid e em Roma, delegado argentino na Confe-

rencia de Haya, o distincto dr. Saenz Peña por toda parte revelou as altas qualidades de seu privilegiado espirito.

Estava assás provado quanto merito lhe sobrava para o exercicio de funcção mais elevada e mais espinhosa. O povo argentino reconheceu-o sem demora, levantando a sua candidatura á presidencia da Republica, como um dos mais nobres e dignos filhos da patria de Bartholomeu Mitre e Julio Roca. Quando o nome de Saenz Peña foi apresentado aos suffragios da nação, a desistencia de outros candidatos foi prompta, e a eleição correu victoriosa, quasi por acclamação. O escrutinio de 12 de Junho de 1910 elevou-o ao posto supremo do govèrno de seu paiz.

Traçar o que foi alli o seu magnifico programma de acção, não é facil tarefa neste rapido bosquejo. Baste ao nosso proposito salientar os sentimentos de amor á paz, que o animaram sem quebra, e a sua obra ingente de confraternização internacional, da qual tambem resultou a benefica approximação do Brasil e da sua brilhante ermã do Prata.

Ergue-se nos Andes, senhores, em Puente del Inca, aquella formosa imagem do Christo Redemptor, levantada em 1904, na linha divisoria entre a Argentina e o Chile, como um protesto de amizade perenne e de união indissoluvel. Fòra mister que, á margem do Peperiguassú, como lembrança de um solenne pacto simillhante, erguessemos tambem um monumento symbolico e representativo da obra pacifista e civilizadora de dous grandes americanos.

Permitti que eu o imagine.

Sòbre um socco de marmore brasileiro, no qual fulguram em lettras de ouro de um lado o nome de Saenz Peña e do outro o do barão do Rio-Branco, ergue-se magestoso e sorridente o Anjo da Paz. Este não empunha gladio nem sobraça escudo; agita aos quatro ventos da terra um simples labaro sancto, que tem esta divisa memoravel: « *Tudo nos une, nada nos separa* ». Foi a phrase-programma do grande estadista argentino, quando nos honrou com a sua visita em 1910, e conto que seja no futuro o ideal querido de todos os proceres desta parte da America.

A 9 de Agosto deste anno desappareceu da scena do mundo o amigo do Brasil, que tanto dignificara sua patria e tanto trabalhara para a obra da civilização e do progresso.

— Acabavam de ser escriptas estas palavras, senhores, quando echoou na nossa Capital a nova tristissima do passamento do general Julio Roca, tambem presidente honorario do Instituto, outro Argentino illustre, a quem o Brasil admirava e amava desde muitos annos, outro filho daquella nobre terra, cidadão cuja vida foi um poema de patriotismo ardente e de serviços inestimaveis.

Julio A. Roca viu a luz do dia na cidade de Tucuman, a 17 de Julho de 1843. Educado no famoso Collegio Nacional, tão sabiamente dirigido por Alberto Laroque, dalli saïu em verdes annos para alistar-se no exercito. Attrahido pela carreira das armas, tinha de nella ascender aos mais altos postos pela bravura e pela intelligencia, de que deu sempre evidentissimas provas.

Não lhe faltou campo para esta demonstração. A Republica Argentina debatia-se ainda, naquella epocha, em lastimosas luctas intestinas, que felizmente acabaram, para deixa-la entrar na phase auspiciosa dos trabalhos da paz, que a teem feito prospera e feliz.

Roca teve parte na batalha de Cepeda a 23 de Outubro de 1859, pelejou em Pavon a 17 de Septembro de 1861 e ainda depois no porfiado recontro de Las Playas.

Quando em 1865 rebentou a campanha dos alliados contra o Paraguai, o intrepido official seguiu nas fileiras do contingente argentino, e, hombro a hombro com os nossos soldados, bateu-se como heroe na grande pugna de 24 de Maio, em Tuiuti, assim como no mallogrado assalto a Curupaiti. Graças a esta distincção, ganhou em 1868 os galões de tenente-coronel ; tinha então 25 annos.

Logo depois, finda a guerra com Solano Lopez, estala em sua patria a sublevação da provincia de Entre Rios. Trava-se o combate de Nhambé, e Roca, desenvolvendo bellissima tactica, derrota formalmente os rebeldes. Estava ganho o posto de coronel.

Nomeado commandante das fronteiras de Sudoéste, iniciava alli trabalhos, quando outra rebellião o chamou á lucta em Se-

ptembro de 1874. O galhardo coronel não trepida, vôa ao encontro de Arredondo, o chefe revoltoso, realiza em Dezembro aquella proeza de Santa Rosa, que os mestres qualificam como um dos movimentos mais atrevidos e felizes da estrategia moderna. Estavam ganhos os bordados de general, e Roca ainda não completára 32 annos. Havia alli uma boa estrella, mas, é força convir, havia tambem um grande merecimento, e é sempre bello vê-lo premiado.

Não pararam ahi os seus grandes serviços militares. Outra pagina brilhante da vida de Julio Roca foi a famosa expedição de 1879 aos Pampas, em que elle realizou o grandioso projecto de augmentar de milhares de leguas o dominio civilizado da Republica.

Era naturalissimo que a nação chamasse este preclaro cidadão a posto de maior responsabilidade, e assim succedeu. Eleito presidente da Argentina no anno seguinte, regeu elle com largas vistas de administrador os destinos da Republica, distinguindo-se por uma sabia politica de confraternização com os paizes vizinhos e trabalhando com afinco pelo engrandecimento do progresso economico de sua patria.

Mais tarde foi ainda ministro do Interior na presidencia de Pellegrini, e em 1898 tornou a merecer os suffragios do povo para o cargo de primeiro magistrado da nação, porque era geral e legitima a confiança que todos tinham em seu alevantado patriotismo e em sua bellíssima orientação politica.

Si da primeira vez trabalhara muito pela consolidação da concordia internacional, agora dobrou de vigor a execução deste programma. Deve-se ao illustre general Julio Roca, em grande parte, a feliz approximação entre a Argentina e o Brasil, e o termo dessa desconfiança, aliás infundada, que entre ambos existia. Veio em visita gentilissima ao Rio de Janeiro e proporcionou ao nosso prezado e saudoso dr. Campos Salles a retribuição da fineza.

Eis a obra de consummados estadistas, que sabem lêr no futuro, comprehendendo com lucidez os incalculaveis beneficios da paz e da concordia, a cuja sombra se desenvolvem o progresso e a

felicidade dos povos. Não é com milhões de homens armados, nem com obuzes phenomenaes, nem com submarinos traiçoeiros que a Humanidade realiza a obra da Civilização, que é uma obra de amor. E' com estes paladinos da paz que a civilização triumpha.

Julio Roca, descendo da cadeira presidencial que tanto illustrára, volveu á vida particular, mas jámais deixou de actuar com seu conselho, com sua incontestavel influencia no feliz destino de sua patria.

O Instituto Historico conferiu-lhe com inteira justiça, a 7 de Julho de 1899, o titulo de presidente honorario, e hoje, dous dias depois de sua infausta morte, tece-lhe esta modesta corôa de louros, que ainda é minimo galardão para os altissimos serviços que elle prestou á sua Patria e ao mundo. Grande na guerra, mas muito maior na paz, elle completa com Bartholomeu Mitre e Saenz Peña a triade brilhantissima de preclaros Argentinos, a quem devemos culto de sincera veneração e amizade.

— E' tempo agora, senhores, de render homenagem aos dignos consocios patricios, que desta vida se apartaram para a immortalidade da Historia.

Thomaz Garcez Paranhos Montenegro, nascido na villa da Matta de S. João, na Bahia, aos 22 de Janeiro de 1830, estudou Direito na Faculdade de Olinda, e seguiu a carreira da magistratura depois de largo tirocinio na sua provincia natal, como promotor publico e juiz de direito, passou a juiz do commercio no Recife, e dahi a desembargador da Relação,—cargo em que se aposentou.

Não escapando ás seducções da politica, foi eleito varias vezes deputado provincial na Bahia e, depois que aqui se proclamou o regime republicano, mereceu de seus correligionarios o mandato de deputado ao Congresso, em mais de uma legislatura. Seus meritos o chamaram egualmente á cathedra de professor na Faculdade Livre de Direito da Bahia.

Provecto cultor das sciencias juridicas, seus trabalhos no parlamento tiveram por objecto particular assumptos desta especialidade, como o Codigo Penal, hypothecas, justiça federal e outros.

A obra, que lhe deu entrada neste Instituto como socio correspondente, em 20 de Abril de 1877, foi seu curioso livro intitulado *A Provincia da Bahia e a navegação do rio S. Francisco*,— publicado no anno anterior. E' uma interessante producção de genero historico-politico, em que o auctor advoga a creação da provincia de S. Francisco. Le-la-hão com cuidado e proveito os nossos posteros, quando pelo successivo e fatal desenvolvimento deste bello torrão sul-americano se vier a realizar talvez a subdivisão dos nossos Estados, alguns de tão enorme vastidão e riquezas taes, que mal póde chegar aos seus confins a acção benefica do Governo.

Paranhos Montenegro, que veio a fallecer a 15 de Fevereiro de 1914, na edade avançada de 75 annos, foi um trabalhador e um sincero patriota. O Instituto elevára-o successivamente a socio honorario em 17 de Junho de 1904 e a socio benemerito em 21 de Novembro de 1906; não se lhe poderia ter dado prova mais eloquente do alto apreço, em que sempre foi tido.

— Deixei propositalmente para fecho desta homenagem, senhores, dous nomes illustres, duas personalidades totalmente diversas, dous characteres antagonicos, mas ambos dignos do nosso maximo respeito por qualidades raras.

O primeiro, na edade e na cópia de producções, foi Silvio Romero.

O distincto Sergipano, filho de André Ramon Romero e de d. Maria de Vasconcellos da Silva Vieira, ambos oriundos de familias portuguezas, nasceu na cidade do Lagarto a 21 de Abril de 1851. Estudou humanidades no Rio de Janeiro e bacharelou-se na Faculdade de Direito do Recife em 1873.

Iniciando carreira de magistrado, como juiz municipal de Parati, no Estado do Rio, cedo a abandonou, attrahido pelas funcções do magisterio. Em 1880, após brilhante concurso, foi nomeado lente de Philosophia no Collegio Pedro II, occupando a cadeira que havia sido outrora illustrada por Gonçalves de Magalhães e frei José de Sancta Maria Amaral, aquelle — o famoso cantor da « Confederação dos Tamoios », este — o sapientissimo e virtuoso benedictino,

que foi gloria do claustro brasileiro, e de quem me honro de haver recebido licções, exemplo e conselho.

Quando se fundaram as faculdades livres de Direito, á sombra da legislação nova, Silvio Romero foi chamado para uma das cadeiras, que dignificou por muitos annos.

Em 1899 seu Estado natal elegeu-o deputado. Foi um dos primeiros quarenta membros fundadores da Academia Brasileira de Lettras, e entrou para o nosso Instituto em 1905.

Em todos estes postos brilhou Silvio pelo talento, pela erudição e pelo trabalho; em nenhum delles, porém, seu merito egualou o do escriptor. Fervoroso cultor das letras, legou o exforçado Sergipano á posteridade uma série vasta de producções poeticas, philosophicas, politicas e criticas, que honram seu nome, o seu tempo e a sua patria.

A obra capital de Silvio Romero foi sem duvida sua *Historia da Literatura Brasileira*,— livro em que fulguram todas as suas qualidades, posto que tambem padeça das falhas de seu temperamento apaixonado e combativo.

Polemista por indole e por habito, não raro Silvio faltou á justiça e á serenidade de critico, confessemo-lo. Reputações solidadamente consagradas, nomes justamente aureolados, pretendeu demolir com a vehemencia inaudita de seus golpes: mas ainda ahi, ha tanta revelação de talento e de erudição, que quasi se lhe perdôa por vezes o injusto arremêsso.

Apreciando o valor excepcional do escriptor, disse com muito acêrto o nosso preclaro dr. Clovis Bevilaqua estas palavras, que traduzem a verdade:

« Na sua obra literaria distingue-se das suas congeneres em primeiro logar a clareza e segurança das vistas de conjuncto, resultantes da applicação intelligente dos principios do evolucionismo á critica literaria; em segundo logar, o entranhado amor aos homens e ás cousas do paiz, transparecendo mesmo quando a critica vibra notas mais desagradaveis á vaidade dos individuos, e manifestando-se melhor ainda nas pacientes colheitas do *folk-lore* nacional; depois, uma forte aspiração por assimilar e reflectir as

idéas mais novas, mais progressistas e mais liberaes do dominio scientifico.»

Não é commum, senhores, não é commum encontrarmos homens dessa tempera e desse valor.

O Instituto desvanece-se de o haver contado entre seus membros, e só lastima que as predilecções philosophicas e criticas do illustrado dr. Silvio Romero lhe não houvessem dado tempo para trabalhos puramente historicos, desses que constituem particularmente a nossa faina e a nossa missão.

— O outro illustre consocio, de quem vos fallei, é o saudosissimo e pranteado desembargador João da Costa Lima Drummond, jurista e cultor das lettras como Silvio Romero, professor abalizado como elle, mas alma vasada em outros moldes, antithese perfeita do seu genio.

Esse talentoso e emerito filho do Rio de Janeiro, bacharel em lettras em 1881, formado em Direito em 1888, promotor em 1889, juiz e desembargador com poucos annos de intervallo, ascendeu muito cedo a esta distincta posição social pela fôrça exclusiva de seu merito raro.

Não obstante a mocidade, occupou pelo voto de seus pares o alto posto de presidente da Côrte de Appellação, — o que representa incontestavelmente um tributo de admiração e respeito.

Na Faculdade Livre de Sciencias Juridicas e Sociaes, onde professou com brilhantismo excepcional, seus collegas o elevaram egualmente ao cargo de director, — o que tambem significa uma prova altissima de apreço.

De onde procediam tantos e tão espontaneos testimunhos de consideração?

Não vinham de origem politica, porque Drummond jámais quiz enveredar por esse labyrintho espinhoso e bordado de perigos; não procediam de valiosas protecções, oriundas de relações de familia. Provinham sómente daquella soberana justiça, que mercê de Deus ainda se faz ao merecimento intellectual e á integridade de character dos homens, apezar de todos os eclipses e desfallecimentos que pa-

dece a Humanidade, em todos os tempos e em todos os cantos da Terra.

Lima Drummond, o insigne consocio que aqui se sentou pela primeira vez em 1912, foi um dos mais bellos talentos e uma das almas mais puras desta geração.

Como criminalista, seu renome atravessou os mares, segundo se vê da carta honrosissima de Lucchini, a confessar *que aprendêra no seu livro*, e que este revelava *cultura raramente encontrada nos maiores criminalistas da Italia.*

A sua famosa conferencia, contradictando as doutrinas de Ferri, é outra demonstração incontrastavel.

Como juiz, elle foi modêlo pelo saber, pelo escrupulo, pela independencia. Jámais, jámais maculou a sua toga com uma sentença, que não proviesse da convicção mais sincera e do estudo mais apurado do direito.

Professor, constituiu-se o idolo de seus alumnos pela lucidez das prelecções, pelo encanto da palavra, pela bonhomia e gentileza do character.

Homem particular, filho, esposo e amigo, honestissimo, crente, cultor de todas as virtudes publicas e privadas, foi Lima Drummond um desses entes privilegiados, sôbre quem Deus derrama todas as suas graças.

Alma rija na distribuição da justiça, formoso talento no culto da Verdade e do Bello, coração purissimo e affectuoso,— eis senhores, em breve synthese, o que foi esse distincto companheiro que a 5 de Maio de 1914 deixou as contingencias da terra para subir aos páramos da Eternidade, onde ardia por encontrar-se com a sua mãe querida, essa mãe veneranda e adorada, deante de cuja separação estalou de dôr o coração do filho amoroso.

Goza, preclaro Drummond, goza na outra vida a satisfacção do teu mais ardente anhelo, mas não te exqueças tambem desta outra mãe que deixaste em lucto; intercede pelo Brasil com teu valimento de justo ante o Supremo Senhor do Universo, pede-lhe os beneficios da paz, da ordem e do progresso, para que sejamos sempre unidos, grandes e dignos dos dons da Providencia!

— Está cumprida, senhores, a minha missão.

Perdoae-me sómente a pallidez dos conceitos e o pouco brilho de uma voz quasi septuagenaria, que só por obediencia veio até aqui occupando esta tribuna, anteriormente illuminada por egregios Brasileiros da estatura de Porto Alegre, Macedo, Joaquim Nabuco e conde de Affonso Celso.

Miliciano da velha guarda de 1872, não poderei mais revestir a armadura pesada e gloriosa daquelles Bayards «*sans peur et sans reproche*»; consenti, pois, supplico-vos, que recolhido á penumbra das fileiras, me seja dado apenas applaudir os triumphos de um companheiro illustre e capaz, pela mocidade e pelo talento, de corresponder aos elevadissimos propositos do Instituto.

Dalli, dignos e caros consocios, como simples soldado, accompanharei desvanecido os vossos triumphos, que tambem serão meus e sobretudo da Patria, porque já agora do coração de um velho Brasileiro, encanecido no serviço della, não poderá mais romper-se este liame sagrado que o alentou por meio seculo de vida publica. Esta é a sua fibra mais forte, a que não foi partida por vicissitudes e desgostos; esta, a exemplo vosso e dos benemeritos patricios, cuja vida rememorei,— esta, com a graça de Deus, manterei tensa, illesa e vigorosa até o ultimo alento de filho da nobre Terra de Sancta Cruz.» *(Prolongados applausos.)*

O Sr. Conde de Affonso Celso *(presidente)* diz que tendo o sr. dr. Ramiz Galvão manifestado, no final do seu discurso, a intenção de exonerar-se do logar de orador do Instituto, apresenta e justifica a seguinte moção, que é unanimemente approvada entre calorosos applausos, levantando-se todos os consocios:

« O Instituto Historico põe o maior empenho em que o sr. Ramiz Galvão continue como seu orador official, cargo em que tem sido o alto, prestigioso e condigno interprete dos sentimentos e aspirações do mesmo Instituto.»

O Sr. Dr. Ramiz Galvão muito agradece a demonstração que acaba de receber e diz que só lhe cabe obedecer.

O Sr. Conde de Affonso Celso *(presidente)* concede a palavra ao sr. dr. Roquette Pinto.

O Sr. Dr. Roquette Pinto (2º *secretario*) diz ter sido o discurso do sr. barão de Ramiz Galvão um feixe de idéas. Aquelles que, como o orador, veem para aqui aprender, acharam nesses conceitos uma verdadeira licção de civismo. O optimismo é constructor, e o consocio que fala neste momento é optimista. Por isso deseja que uma dessas idéas do sr. barão de Ramiz Galvão saia daqui consagrada.

Propõe, pois, que o Instituto delegue poderes ao seu illustre presidente para promover a propaganda necessaria á construcção, na fronteira do Brasil com a Argentina, de um monumento vasado nos moldes suggeridos pelo sr. barão de Ramiz Galvão, com a mesma significação daquelle outro que Argentinos e Chilenos levantaram nos pincaros dos Andes. (*Palmas*).

Esta proposta é approvada por unanimidade.

Excusaram-se por telegrammas, dirigidos ao sr. presidente e secretario perpetuo, de não comparecimento á sessão, por motivos superiores, os srs. socios drs. Tavares de Lyra, Homero Baptista e Lucas Ayarragaray. — Roquette Pinto, 2º Secretario.

Entre as pessoas presentes á sessão se achavam os srs. : capitão-tenente J. F. da Cunha Menezes, representando o sr. presidente da Republica ; dr. Samuel de Souza Leão Gracie, representante do sr. ministro das Relações Exteriores ; Arthur Obino, representante do sr. ministro da Justiça ; dr. Olympio da Fonseca, representando a Academia Nacional de Medicina ; dr. Alfredo Pinto, pelo Instituto dos Advogados ; Antonio da Silva Couto, Fredolino Cardoso e Senhora, José Pereira Guimarães, dr. Affonso Celso, Parreiras Horta, Ramalho Ortigão, H. C. de Sousa Araujo, dr. Alberto d' Oliveira, Lara Fernandes, O. O. R. da Fonseca e outros distinctos cavalheiros.

ANNEXO

CADASTRO DOS SOCIOS

DO

Instituto Historico e Geographico Brasileiro, em 31 de dezembro de 1915, organizado de inteira conformidade com os Estatutos de 27 de junho de 1912

PRESIDENTES HONORARIOS

ORDEM, NOME, DATA DA ENTRADA NO INSTITUTO, RESIDENCIA

1. Conde d'Eu, 16 de setembro de 1864, Eu — França.

2. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, 30 de agosto de 1896, S. Paulo.

3. Dr. Nilo Peçanha, 27 de novembro de 1909, Nictheroy — Rio de Janeiro.

4. Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, 21 de novembro de 1911, Petropolis — Rio de Janeiro.

5. Dr. Wencesláu Braz Pereira Gomes, 15 de dezembro de 1915, Rio de Janeiro.

SOCIOS BENEMERITOS (em numero de 10)

1. Barão Homem de Mello, 3 de junho de 1859, Rio de Janeiro.

2. Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, 16 de agosto de 1872, Rio de Janeiro.

3. Barão de Alencar, 13 de setembro de 1889, Rio de Janeiro.

4. Dr. Conde de Affonso Celso, 2 de dezembro de 1892, Rio de Janeiro.

5. ....
6. ....
7. ....
8. ....
9. ....
10. ....

SOCIOS HONORARIOS (em numero de 50)

1. Barão de Teffé, 27 de outubro de 1882, Rio de Janeiro.
2. Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe, 7 de dezembro de 1883, S. Paulo.
3. Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, 19 de outubro de 1887, Rio de Janeiro.
4. João Capistrano de Abreu, 19 de outubro de 1887, Rio de Janeiro.
5. Contra-almirante Arthur Indio do Brasil, 31 de agosto de 1888, Rio de Janeiro.
6. D. Pedro Augusto de Saxe Coburgo, 2 de agosto de 1889, Vienna.
7. Conselheiro José Francisco Diana, × 13 de setembro de 1889, Rio Grande do Sul.
8. Commendador Tobias Laureano Figueira de Mello, 12 de dezembro de 1890, Rio de Janeiro.
9. Dr. Alfredo do Nascimento e Silva, 12 de dezembro de 1890, Rio de Janeiro.
10. Dr. Barão de Studart, 20 de maio de 1892, Fortaleza, (Ceará).
11. D. Carlos Luiz d'Amour, × 9 de dezembro de 1892, Cuyabá (Matto Grosso).
12. Dr. Antonio Olyntho dos Santos Pires, 4 de maio de 1894, Rio de Janeiro.
13. Dr. Manuel de Oliveira Lima, 11 de agosto de 1895, Londres.
14. D. Jeronymo Thomé da Silva. 25 de julho de 1897, Bahia.

15. D. Francisco do Rego Maia, 25 de julho de 1897, Roma.

16. Cardeal D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, 31 de outubro de 1897, Rio de Janeiro.

17. Dr. Amaro Cavalcanti, 6 de dezembro de 1897, Rio de Janeiro.

18. Conselheiro João de Oliveira Sá Camelo Lampreia (*), 15 de maio de 1898, Lisbôa.

19. Dr. Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho, 12 de dezembro de 1899, Rio de Janeiro.

20. D. Pedro de Orléans e Bragança, × 22 de junho de 1900, Eu— França.

21. Desembargador Antonio Ferreira de Sousa Pitanga, 3 de agosto de 1900, Rio de Janeiro.

22. Max Fleiuss, 3 de agosto de 1900, Rio de Janeiro.

23. Dr. Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes, 26 de outubro de 1900, Rio de Janeiro.

24. Eduardo Müller (*), × 10 de dezembro de 1900, Suissa.

25. Dr. Epitacio do Silva Pessoa, 29 de março de 1901, Rio de Janeiro.

26. Dr. Pedro Augusto Carneiro Lessa, 23 de agosto de 1901. Rio de Janeiro.

27. Dr. Sabino Barroso Junior, 2 de maio de 1902, Rio de Janeiro.

28. Dr. Martim Francisco Ribeiro de Andrada, 24 de outubro de 1902, S. Paulo.

29. Alberto dos Santos Dumont, 11 de setembro de 1903, Paris.

30. D. Luiz de Orléans e Bragança, × 6 de novembro de 1903, Eu—França.

31. Dr. Manuel de Mello Cardoso Barata, 20 de maio de 1904, Belém (Pará).

32. Barão de Muritiba, × 12 de agosto de 1904, Paris.

33. Commendador Arthur Ferreira Machado Guimarães, 9 de dezembro de 1904, Rio de Janeiro.

34. Dr. José Joaquim Seabra, 28 de abril de 1905, Bahia.

35. Dr. José Leopoldo de Bulhões Jardim, 28 de abril de 1905, Rio de Janeiro.

36. D. João Braga, × 21 de julho de 1905, Curityba (Paraná).

37. Dr. Manuel Cicero Peregrino da Silva, 21 de julho de 1905, Rio de Janeiro.

38. Dr. Clovis Bevilaqua, 15 de outubro de 1906, Rio de Janeiro.

39. D. Joaquim José Vieira, × 6 de maio de 1907, S. Paulo.

40. Dr. Augusto Olympio Viveiros de Castro, 20 de maio de 1907, Rio de Janeiro.

41. Dr. José Carlos Rodrigues, 10 de junho de 1907, Rio de Janeiro.

42. Dr. Augusto Tavares de Lyra, 16 de setembro de 1907, Rio de Janeiro.

43. Dr. Alberto de Seixas Martins Torres, 3 de outubro de 1910, Rio de Janeiro.

44. Dr. Homero Baptista, 26 de agosto de 1911, Rio de Janeiro.

45. Dr. D. Julio Fernandez, (*) 4 de maio de 1912, Buenos Aires.

46. Dr. Rivadavia da Cunha Corrêa, × 4 de maio de 1912, Rio de Janeiro.

47. Dr. Lauro Severiano Müller, × 4 de maio de 1912, Rio de Janeiro.

48. Coronel Theodoro Roosevelt (*), 6 de outubro de 1913, Rio de Janeiro.

49. Dr. Urbano Santos da Costa Araujo, × 31 de julho de 1915, Rio de Janeiro.

50 ....

SOCIOS EFFECTIVOS (em numero de 60)

1. Almirante José Candido Guillobel, 24 de novembro de 1882, Rio de Janeiro.

2. José Verissimo Dias de Mattos, 16 de novembro de 1887, Rio de Janeiro.

3. Dr. Brasilio Augusto Machado de Oliveira, 12 de setembro de 1890, Rio de Janeiro.

4. Dr. Francisco Baptista Marques Pinheiro (*), 11 de agosto de 1895, Rio de Janeiro.

5. Dr. Paulino José Soares de Sousa, 11 de junho de 1898, Rio de Janeiro.

6. Padre Dr. Julio Maria, 15 de setembro de 1899, Rio de Janeiro.

7. Dr. Manuel Alvaro de Sousa Sá Vianna, 17 de outubro de 1899, Rio de Janeiro.

8. General Dr. Innocencio Serzedello Corrêa, 8 de dezembro de 1899, Rio de Janeiro.

9. Dr. José Americo dos Santos, 12 de dezembro de 1899, Rio de Janeiro.

10. José Francisco da Rocha Pombo, 3 de agosto de 1900, Rio de Janeiro.

11. General Dr. Gregorio Thaumaturgo de Azevedo, 17 de agosto de 1900, Rio de Janeiro.

12. Dr. Sebastião de Vasconcellos Galvão, 26 de outubro de 1900, Rio de Janeiro.

13. Conselheiro Ruy Barbosa, × 23 de maio de 1902, Rio de Janeiro.

14. Conselheiro Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque, 13 de junho de 1902, Rio de Janeiro.

15. Monsenhor Vicente Ferreira Lustosa de Lima, 19 de junho de 1903, Rio de Janeiro.

16. Dr. Alberto de Carvalho, 18 de outubro de 1903, Rio de Janeiro.

17. Eduardo Marques Peixoto, 23 de outubro de 1903, Rio de Janeiro.

18. Coronel Jesuino da Silva Mello, 23 de outubro de 1903, Rio de Janeiro.

19. Conselheiro Candido Luiz Maria de Oliveira, 17 de junho de 1904, Rio de Janeiro.

20. Dr. João Pandiá Calogeras, 18 de setembro de 1905, Rio Janeiro.

21. Dr. Joaquim Nogueira Paranaguá, 4 de dezembro de 1905, Rio de Janeiro.

22. Dr. José Pereira Rego Filho, 25 de junho de 1906, Rio Janeiro.

23. Paulo Barreto, × 29 de julho de 1907, Rio de Janeiro.

24. Dr. Gastão Ruch Sturzenecker, 29 de julho de 1907, Rio de Janeiro.

25. Antonio Jansen do Paço, 30 de setembro de 1907, Rio de Janeiro.

26. Dr. João Luiz Alves, 30 de setembro de 1907, Rio de Janeiro.

27. General Emygdio Dantas Barreto, 29 de agosto de 1908, Rio de Janeiro.

28. Dr. Alexandre José Barbosa Lima, 29 de agosto de 1908, Rio de Janeiro.

29. Dr. Alfredo Augusto da Rocha, 29 de agosto de 1908, Rio de Janeiro.

30. Dr. Norival Soares de Freitas, 5 de outubro de 1908, Rio de Janeiro.

31. Dr. João Coelho Gomes Ribeiro, 20 de agosto de 1909, Rio de Janeiro.

32. Dr. Antonio Ernesto Lassance Cunha, 12 de outubro de 1909, Rio de Janeiro.

33. José Felix Alves Pacheco, 1 de agosto de 1910, Rio de Janeiro.

34. Contra-almirante Antonio Coutinho Gomes Pereira, 3 de outubro de 1910, Rio de Janeiro.

35. Dr. Eurico de Góes, 3 de outubro de 1910, Rio de Janeiro.

36. Dr. Pedro Souto Maior, 15 de julho de 1911, Rio de Janeiro.

37. Dr. Alipio Gama ×, 15 de julho de 1911, Rio de Janeiro.

38. Dr. Aloysio de Castro ×, 15 de julho de 1911, Rio de Janeiro.

39. Capitão de corveta Francisco Radler de Aquino, 26 de agosto de 1911, Rio de Janeiro.

40. Dr. Carlos Maximiano Pimenta de Laet ×, 16 de outubro de 1911, Rio de Janeiro.

41. Dr. Luiz Gastão de Escragnolle Doria, 4 de maio de 1912, Rio de Janeiro.

42. Major Dr. Liberato Bittencourt, 27 de maio de 1912, Rio de Janeiro.

43. Dr. Helio Lobo, 6 de junho de 1912, Rio de Janeiro.

44. Dr. Alberto Rangel, 6 de junho de 1912, Rio de Janeiro.

45. Desembargador Ataulpho Napoles de Paiva ×, 6 de junho de 1912, Rio de Janeiro.

46. Francisco Agenor de Noronha Santos, 9 de junho de 1912, Rio de Janeiro.

47. Dr. Alfredo Valladão, 19 de julho de 1912, Rio de Janeiro.

48. Capitão de corveta Raul Tavares, 23 de agosto de 1912, Rio de Janeiro.

49. Dr. Edgard Roquette Pinto, 4 de agosto de 1913, Rio de Janeiro.

50. Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida, 20 de abril de 1914, Rio de Janeiro.

51. Dr. Enéas Galvão, 12 de maio de 1914, Rio de Janeiro.

52. Dr. João Ribeiro, 12 de maio de 1914, Rio de Janeiro.

53. Marechal José Bernardino Bormann, 20 de abril de 1915, Rio de Janeiro.

54. Dr. Arthur Pinto da Rocha, 28 de junho de 1915, Rio de Janeiro.

55. Dr. Aurelino de Araujo Leal, 28 de junho de 1915, Rio de Janeiro.

56. Antonio de Barros Ramalho Ortigão, 28 de junho de 1915, Rio de Janeiro.

57. Dr. Antonio Fernandes Figueira, 28 de junho de 1915, Rio de Janeiro.

58. Dr. Alfredo Pinto Vieira de Mello ×, 28 de junho de 1915, Rio de Janeiro.

59. Dr. Juliano Moreira ×, 12 de outubro de 1915, Rio de Janeiro.

60. ....

SOCIOS CORRESPONDENTES (em numero de 80)

1. Dr. Francisco Augusto Pereira da Costa, 9 de dezembro de 1886, Pernambuco.

2. Antonio Ribeiro de Macedo ×, 19 de outubro de 1887, Antonina, (Paraná).

3. Dr. Virgilio Martins de Mello Franco, 31 de agosto de 1888, Minas Geraes.

4. D. Enrique Moreno (*), 13 de setembro de 1888, Montevidéo.

5. Rodolpho Marcos Theophilo ×, 11 de julho de 1890, Ceará.

6. João Baptista Perdigão de Oliveira ×, 19 de julho de 1891, Ceará.

7. Dr. Antonio Martins de Azevedo Pimentel, 1 de junho de 1894, Campinas.

8. Christiano Frederico Seybold × (*), 1 de junho de 1894, Allemanha.

9. João Lucio de Azevedo ×, 31 de março de 1895, Lisboa (Portugal).

10. Dr. Cincinato Cesar da Silva Braga, 25 de agosto de 1895, S. Paulo.

11. Coronel Raymundo Cyriaco Alves da Cunha ×, 20 de outubro de 1895, Belém (Pará).

12. Dr. Henrique Americo de Santa Rosa ×, 16 de agosto de 1896, Belém (Pará).

13. Padre Raphael Maria Galanti, S. J. (*), 22 de novembro de 1896, Friburgo (Rio de Janeiro).

14. André Peixoto de Lacerda Vernek, 13 de dezembro de 1896, Rio de Janeiro.

15. D. Joaquim Silverio de Sousa ×, 19 de setembro de 1897, Diamantina (Minas Geraes).

16. Coronel Honorio Lima, 10 de novembro de 1899, Rio de Janeiro.

17. Dr. Antonio Zeferino Candido (*), 24 de novembro de 1899, Lisboa.

18. Dr. Emilio Augusto Goeldi × (*), 10 de dezembro × de 1900, Berne.

19. Dr. Ermelino Agostinho de Leão ×, 10 de dezembro de 1900, Curityba (Paraná).

20. Dr. D. Manuel B. Otero × (*), 24 de maio de 1901, Montevidéo.

21. Dr. D. Susviela Guarch (*), 24 de maio de 1901, Montevidéo.

22. Dr. Antonio Augusto de Lima, 9 de agosto de 1901, Bello Horizonte (Minas Geraes).

23. Dr. João Mendes de Almeida Junior, 23 de agosto de 1901, S. Paulo.

24. Dr. Nelson de Senna, 23 de agosto de 1901, Bello Horizonte (Minas Geraes).

25. Dr. Sebastião Paraná de Sá Sottomayor ×, 23 de agosto de 1901, Curityba (Paraná).

26. Horacio de Carvalho ×, 18 de outubro de 1901, S. Paulo.

27. Dr. José Vieira Couto de Magalhães, 18 de outubro de 1901, S. Paulo.

28. Dr. Affonso Arinos de Mello Franco, 6 de dezembro de 1901, S. Paulo.

29. Dr. Alfredo de Toledo ×, 6 de dezembro de 1901, S. Paulo.

30. D. Carlos Lix Klett (*), 6 de dezembro de 1901, Buenos Aires.

31. Dr. D. Ernesto Quesada × (*), 6 de dezembro de 1901, Buenos Aires.

32. Dr. D. Anselmo Hévia Riquelme (*), 8 de agosto de 1902, Chile.

33. Dr. Theodoro Sampaio, 24 de outubro de 1902, Bahia.

34. Dr. Albino Alves Filho, 22 de maio de 1903, Minas Geraes.

35. Dr. José Manuel Cardoso de Oliveira ×, 22 de maio de 1903, Rio de Janeiro.

36. Dr. Augusto de Siqueira Cardoso ×, 25 de junho de 1903, S. Paulo.

37. Dr. José Maria Pereira de Lima × (*), 11 de setembro de 1903, Portugal.

38. Victor Ribeiro × (*), 11 de setembro de 1903, Lisbôa.

39. José Feliciano de Oliveira ×, 19 de fevereiro de 1904 Paris.

40. Alberto Pimentel × (*), 23 de junho de 1905, Lisbôa.

41. Dr. Alfredo Ferreira de Carvalho, 7 de julho de 1905, Recife (Pernambuco).

42. Dr. Luiz Gonzaga da Silva Leme ×, 21 de julho de 1905, S. Paulo.

43. Dr. Diogo de Vasconcellos ×, 4 de dezembro de 1905, Ouro Preto (Minas Geraes).

44. Dr. Bernardino Machado Guimarães × (*), 9 de julho de 1906, Lisbôa.

45. Dr. D. Daniel Garcia Acevedo × (*), 3 de setembro de 1906, Montevidéo.

46. Dr. Arthur Orlando da Silva, 8 de outubro de 1906, Recife (Pernambuco).

47. Dr. Adolpho Augusto Pinto, 20 de maio de 1907, S. Paulo.

48. Dr. Luiz Antonio Ferreira Gualberto, 29 de agosto de 1908, S. Francisco do Sul (Santa Catharina).

49. Fernando A. Georlette ×, 24 de maio de 1909, Antuerpia.

50. D. João Baptista Corrêa Nery, 31 de agosto de 1909, S. Paulo.

51. Dr. D. Ramón J. Cárcano (*), 1 de agosto de 1910, Cordoba (Republica Argentina).

52. Dr. Justo Jansen Ferreira ×, 22 de junho de 1911, S. Luiz (Maranhão).

53. Dr. Braz Hermenegildo do Amaral ×, 22 de junho de 1911, Bahia.

54. Henry R. Lang (*) ×, 22 de junho de 1911, Cambridge (Estados Unidos).

55. Dr. José Bonifacio de Andrada e Silva, 15 de julho de 1911, Barbacena (Minas Geraes).

56. Dr. Affonso d'Escragnolle Taunay, 23 de setembro de 1911, S. Paulo.

57. Dr. D. José Salgado (*) ×, 10 de outubro de 1911, Montevidéo.

58. Dr. Washington Luis Pereira de Sousa, 4 de maio de 1912, S. Paulo.

59. Dr. Afranio de Mello Franco, 27 de maio de 1912, Bello Horizonte (Minas Geraes).

60. Dr. Manuel Emilio Gomes de Carvalho ×, 27 de maio de 1912, Paris.

61. Dr. Nicoláo José Debbané, 23 de agosto de 1912, Cairo (Egypto).

62. Dr. John Casper Branner (*), 30 de maio de 1913, California (Estados Unidos).

63. Pedro de Azevedo × (*), 30 de maio de 1913, Lisbôa.

64. Dr. Eugenio de Andrada Egas, 28 de julho de 1913, S. Paulo.

65. Dr. Gentil de Assis Moura ×, 28 de julho de 1913, S. Paulo.

66. Fidelino de Figueiredo (*) ×, 28 de julho de 1913, Lisbôa.

67. Dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, 26 de setembro de 1913, Juiz de Fóra (Minas Geraes).

68. Dr. Affonso A. de Freitas ×, 12 de maio de 1914, S. Paulo.

69. Dr. D. Lucas Ayarragaray (*), 23 de maio de 1914, Rio de Janeiro.

70. Antonio de Portugal de Faria (visconde de Faria) (*) ×, 23 de maio de 1914, Genebra (Suissa).

71. Basilio de Magalhães, 27 de agosto de 1914, S. Paulo.

72. José Ribeiro do Amaral ×, 27 de agosto de 1914, S. Luiz (Maranhão).

73. Dr. Alberto Lamego ×, 28 de julho de 1915, Londres.

74. D. Juan José Biedma × (*), 12 de outubro de 1915, Buenos Ayres.

75. Dr. Annibal Velloso Rebello ×, 12 de outubro de 1915, Lisbôa.

76. José Cervaens y Rodriguez (*), 12 de outubro de 1915, Porto.

77. ....

78. ....

79. ....

80. ....

Secretaria do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, 31 de dezembro de 1915.— Francisco Martins Guimarães.— Visto. Fleiss.

O signal (*) indica que o socio é extrangeiro.

O signal × indica que o socio não tomou posse, tendo porém acceito a eleição.

CADASTRO SOCIAL

DO

Instituto Historico e Geographico Brasileiro, organizado por ordem chronologica

---

ORDEM CHRONOLOGICA, NOMES, DATA DA ENTRADA NO INSTITUTO

1. Barão Homem de Mello, 3 de junho de 1859, benemerito.

2. Conde d'Eu, 16 de setembro de 1864, presidente honorario.

3. Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, 16 de agosto de 1872, benemerito.

4. Barão de Teffé, 27 de outubro de 1882, honorario.

5. Almirante José Candido Guillobel, 24 de novembro de 1882, effectivo.

6. Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe, 7 de dezembro de 1883, honorario.

7. Dr. Francisco Augusto Pereira da Costa, 9 de dezembro de 1886, correspondente.

8. Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, 19 de outubro de 1887, honorario.

9. João Capistrano de Abreu, 19 de outubro de 1887, ho orario.

10. Antonio Ribeiro de Macedo, 19 de outubro de 1887, correspondente.

11. José Verissimo Dias de Mattos, 16 de novembro de 1887, effectivo.

12. Dr. Virgilio Martins de Mello Franco, 31 de agosto de 1888, correspondente.

13. Contra-almirante Arthur Indio do Brasil, 31 de agosto de 1888, honorario.

14. D. Pedro Augusto de Saxe Coburgo, 2 de agosto de 1889, honorario.

15. Barão de Alencar, 13 de setembro de 1889, benemerito.

16. D. Enrique Moreno (*), 13 de setembro de 1889, correspondente.

17. Conselheiro José Francisco Diana, 13 de setembro de 1889, honorario.

18. Rodolpho Marcos Theophilo, 11 de julho de 1890, correspondente.

19. Dr. Brasilio Augusto Machado de Oliveira, 12 de setembro de 1890, effectivo.

20. Commendador Tobias Laureano Figueira de Mello, 12 de dezembro de 1890, honorario.

21. Dr. Alfredo do Nascimento e Silva, 12 de dezembro de 1890, honorario.

22. João Baptista Perdigão de Oliveira, 19 de junho de 1891, correspondente.

23. Dr. Barão de Studart, 20 de maio de 1892, honorario.

24. Dr. Conde de Affonso Celso, 2 de dezembro de 1892, benemerito.

25. D. Carlos Luiz d'Amour, 9 de dezembro de 1892, honorario.

26. Dr. Antonio Olyntho dos Santos Pires, 4 de maio de 1894, honorario.

27. Dr. Antonio Martins de Azevedo Pimentel, 1 de junho, de 1894, correspondente.

28. Christiano Frederico Seybold (*), 1 de junho de 1894, correspondente.

29. João Lucio de Azevedo, 3 de março de 1895, correspondente.

30. Dr. Manuel de Oliveira Lima, 11 de agosto de 1895, honorario.

31. Dr. Francisco Baptista Marques Pinheiro (*), 11 de agosto de 1895, effectivo.

32. Dr. Cincinato Cezar da Silva Braga, 11 de agosto de 1895, correspondente.

33. Coronel Raymundo Cyriaco Alves da Cunha, 20 de outubro de 1895, correspondente.

34. Dr. Henrique Americo de Santa Rosa, 16 de agosto de 1896, correspondente.

35. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, 30 de agosto de 1896, presidente honorario.

36. Padre Raphael Maria Galanti, S. J. (*), 22 de novembro de 1896, correspondente.

37. André Peixoto de Lacerda Vernek, 13 de dezembro de 1896, correspondente.

38. D. Jeronymo Thomé da Silva, 25 de julho de 1897, honorario.

39. D. Francisco do Rego Maia, 25 de julho de 1897, honorario.

40. D. Joaquim Silverio de Sousa, 19 de setembro de 1897, correspondente.

41. Cardeal D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, 31 de outubro de 1897, honorario.

42. Dr. Amaro Cavalcanti, 6 de dezembro de 1897, honorario.

43. Conselheiro João de Oliveira Sá Camelo Lampreia (*), 15 de maio de 1898, honorario.

44. Dr. Paulino José Soares de Sousa, 10 de junho de 1898, effectivo.

45. Padre Dr. Julio Maria, 15 de setembro de 1899, effectivo.

46. Dr. Manuel Alvaro de Sousa Sá Vianna, 12 de outubro de 1899, effectivo.

47. Coronel Honorio Lima, 10 de novembro de 1899, correspondente.

48. Dr. Antonio Zeferino Candido (*), 24 de novembro de 1899, correspondente.

49. General Dr. Innocencio Serzedello Corrêa, 8 de dezembro de 1899, effectivo.

50. Dr. José Americo dos Santos, 12 de dezembro de 1899, effectivo.

51. Dr. Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho, 12 de dezembro de 1899, honorario.

52. D. Pedro de Orléans e Bragança, 22 de junho de 1900, honorario.

53. Desembargador Antonio Ferreira de Sousa Pitanga, 3 de agosto de 1900, honorario.

54. José Francisco da Rocha Pombo, 3 de agosto de 1900, effectivo.

55. Max Fleiuss, 3 de agosto de 1900, honorario.

56. General Dr. Gregorio Thaumaturgo de Azevedo, 17 de agosto de 1900, effectivo.

57. Dr. Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes, 26 de outubro de 1900, honorario.

58. Dr. Sebastião de Vasconcellos Galvão, 26 de outubro de 1900, effectivo.

59. Dr. Emilio Augusto Goeldi, 10 de dezembro de 1900, correspondente.

60. Eduardo Müller (*), 10 de dezembro de 1900, honorario.

61. Dr. Ermelino Agostinho de Leão, 10 de dezembro de 1900, correspondente.

62. Dr. Epitacio da Silva Pessoa, 29 de março de 1901, honorario.

63. Dr. D. Manuel B. Otero (*), 24 de maio de 1901, correspondente.

64. Dr. D. Susviela Guarch (*), 24 de maio de 1901, correspondente.

65. Dr. Antonio Augusto de Lima, 9 de agosto de 1901, correspondente.

66. Dr. Pedro Augusto Carneiro Lessa, 23 de agosto de 1901, honorario.

67. Dr. João Mendes de Almeida Junior, 23 de agosto de 1901, correspondente.

68. Dr. Nelson de Senna, 23 de agosto de 1901, correspondente.

69. Dr. Sebastião Paraná de Sá Sotomayor, 23 de agosto de 1901, correspondente.

70. Horacio de Carvalho, 18 de outubro de 1901, correspondente.

71. Dr. José Vieira Couto de Magalhães, 18 de outubro de 1901, correspondente.

72. Dr. Affonso Arinos de Mello Franco, 6 de dezembro de 1901, correspondente.

73. Dr. Alfredo de Toledo, 6 de dezembro de 1901, correspondente.

74. D. Carlos Lix Klett (*), 6 de dezembro de 1901, correspondente.

75. Dr. D. Ernesto Quesada (*), 6 de dezembro de 1901, correspondente.

76. Dr. Sabino Barroso Junior, 2 de maio de 1902, honorario.

77. Conselheiro Ruy Barbosa, 23 de maio de 1902, effectivo.

78. Conselheiro Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque, 13 de junho de 1902, effectivo.

79. Dr. D. Anselmo Hévia Riquelme, 8 de agosto de 1902, correspondente.

80. Dr. Martim Francisco Ribeiro de Andrada, 24 de outubro de 1902, correspondente.

81. Dr. Theodoro Sampaio, 24 de outubro de 1902, correspondente.

82. Dr. Albino Alves Filho, 22 de maio de 1903, correspondente.

83. Dr. José Manuel Cardoso de Oliveira, 22 de maio de 1903, correspondente.

84. Monsenhor Vicente Lustosa Ferreira de Lima, 19 de junho de 1903, effectivo.

85. Dr. Augusto Siqueira Cardoso, 25 de junho de 1903, correspondente.

86. Dr. José Maria Pereira de Lima (*), 11 de setembro de 1903, correspondente.

87. Alberto Santos Dumont, 11 de setembro de 1903, honorario.

88. Victor Ribeiro (*), 11 de setembro de 1903, correspondente.

89. Dr. Alberto de Carvalho, 18 de outubro de 1903, effectivo.

90. Eduardo Marques Peixoto, 23 de outubro de 1903, effectivo.

91. Coronel Jesuino da Silva Mello, 23 de outubro de 1903, effectivo.

92. D. Luiz de Orléans e Bragança, 6 de novembro de 1903, honorario.

93. José Feliciano de Oliveira, 19 de fevereiro de 1904, correspondente.

94. Dr. Manuel de Mello Cardoso Barata, 20 de maio de 1904, honorario.

95. Conselheiro Candido Luiz Maria de Oliveira, 17 de junho de 1904, effectivo.

96. Alberto Pimentel (*), 23 de junho de 1904, correspondente.

97. Barão de Muritiba, 12 de agosto de 1904, honorario.

98. Commendador Arthur Ferreira Machado Guimarães, 9 de dezembro de 1904, honorario.

99. Dr. José Joaquim Seabra, 28 de abril de 1905, honorario.

100. Dr. José Leopoldo de Bulhões Jardim, 28 de abril de 1905, honorario.

101. Dr. Alfredo Ferreira de Carvalho, 7 de julho de 1905, correspondente.

102. D. João Braga, 21 de julho de 1905, honorario.

103. Dr. Manuel Cicero Peregrino da Silva, 21 de julho de 1905, honorario.

104. Dr. Luiz Gonzaga da Silva Leme, 21 de julho de 1905, correspondente.

105. Dr. João Pandiá Calogeras, 18 de setembro de 1905, effectivo.

106. Dr. Joaquim Nogueira Paranaguá, 4 de dezembro de 1905, effectivo.

107. Dr. Diogo de Vasconcellos, 4 de dezembro de 1905, correspondente.

108. Dr. José Pereira Rego Filho, 25 de junho de 1906, effectivo.

109. Dr. Bernardino Machado Guimarães (*), 9 de julho de 1906, correspondente.

110. Dr. D. Daniel Garcia Acevedo (*), 3 de setembro de 1906, correspondente.

111. Dr. Arthur Orlando da Silva, 8 de outubro de 1906, correspondente.

112. Dr. Clovis Bevilaqua, 15 de outubro de 1906, honorario.

113. D. Joaquim José Vieira, 6 de maio de 1907, honorario.

114. Dr. Augusto Olympio Viveiros de Castro, 20 de maio de 1907, honorario.

115. Dr. Adolpho Augusto Pinto, 20 de maio de 1907, correspondente.

116. Dr. José Carlos Rodrigues, 10 de junho de 1907, honorario.

117. Dr. Gastão Ruch Sturzenecker, 29 de julho de 1907, effectivo.

118. Paulo Barreto, 29 de julho de 1907, effectivo.

119. Dr. Augusto Tavares de Lyra, 16 de setembro de 1907, honorario.

120. Antonio Jansen do Paço, 30 de setembro de 1907, effectivo.

121. Dr. João Luiz Alves, 30 de setembro de 1907, effectivo.

122. General Emygdio Dantas Barreto, 29 de agosto de 1908, effectivo.

123. Dr. Alexandre José Barbosa Lima, 29 de agosto de 1908, effectivo.

124. Dr. Alfredo Augusto da Rocha, 29 de agosto de 1908, effectivo.

125. Dr. Luiz Antonio Ferreira Gualberto, 29 de agosto de 1908, correspondente.

126. Dr. Norival Soares de Freitas, 5 de outubro de 1908, effectivo.

127. Fernando Augusto Georlette, 24 de maio de 1909, correspondente.

128. Dr. João Coelho Gomes Ribeiro, 20 de agosto de 1909, effectivo.

129. D. João Baptista Corrêa Nery, 31 de agosto de 1909, correspondente.

130. Dr. Ernesto Antonio Lassance Cunha, 12 de outubro de 1909, effectivo.

131. Dr. Nilo Peçanha, 27 de novembro de 1909, presidente honorario.

132. Dr. D. Ramón J. Cárcano (*), 1 de agosto de 1910, correspondente.

133. José Felix Alves Pacheco, 1 de agosto de 1910, effectivo.

134. Dr. Alberto de Seixas Martins Torres, 3 de outubro de de 1910, honorario.

135. Dr. Eurico de Góes, 3 de outubro de 1910, effectivo.

136. Contra-almirante Antonio Coutinho Gomes Pereira, 3 de outubro de 1910, effectivo.

137. Dr. Justo Jansen Ferreira, 22 de junho de 1911, correspondente.

138. Dr. Braz Hermenegildo do Amaral, 22 de junho de 1911, correspondente.

139. Henry R. Lang (*), 22 de junho de 1911, correspondente.

140. Dr. Pedro Souto Maior, 15 de julho de 1911, effectivo.

141. Dr. José Bonifacio de Andrada e Silva, 15 de julho de 1911, correspondente.

142. Dr. Alipio Gama, 15 de julho de 1911, effectivo.

143. Dr. Aloysio de Castro, 15 de julho de 1911, effectivo.

144. Capitão de corveta Francisco Radler de Aquino, 26 de agosto de 1911, effectivo.

145. Dr. Homero Baptista, 26 de agosto de 1911, honorario.

146. Dr. Affonso d'Escragnolle Taunay, 23 de setembro de 1911, correspondente.

147. Dr. D. José Salgado (*), 10 de outubro de 1911, correspondente.

148. Dr. Carlos Maximiano Pimenta de Laet, 16 de outubro de 1911, effectivo.

149. Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, 21 de novembro de 1911, presidente honorario.

150. Dr. D. Julio Fernandez (*), 4 de maio de 1912, honorario.

151. Dr. Rivadavia da Cunha Corrêa, 4 de maio de 1912, honorario.

152. Dr. Lauro Severiano Müller, 4 de maio de 1912, honorario.

153. Dr. Luiz Gastão d'Escragnolle Doria, 4 de maio de 1912, effectivo.

154. Dr. Washinton Luis Pereira de Sousa, 4 de maio de 1912, correspondente.

155. Major Dr. Liberato Bittencourt, 27 de maio de 1912, effectivo.

156. Dr. Afranio de Mello Franco, 27 de maio de 1912, correspondente.

157. Dr. Manuel Emilio Gomes de Carvalho, 27 de maio de 1912, correspondente.

158. Dr. Helio Lobo, 6 de junho de 1912, effectivo.

159. Dr. Alberto Rangel, 6 de junho de 1912, effectivo.

160. Desembargador Ataulpho Napoles de Paiva, 6 de junho de 1912, effectivo.

161. Francisco Agenor de Noronha Santos, 6 de junho de 1912, effectivo.

162. Dr. Alfredo Valladão, 19 de julho de 1912, effectivo.

163. Capitão de corveta Raul Tavares, 23 de agosto de 1912, effectivo.

164. Dr. Nicoláo José Debané, 23 de agosto de 1912, correspondente.

165. Dr. John Casper Branner (*), 30 de maio de 1913, correspondente.

166. Pedro Azevedo (*), 30 de maio de 1913, correspondente.

167. Dr. Eugenio de Andrada Egas, 28 de julho de 1913, correspondente.

168. Dr. Gentil de Assis Moura, 28 de julho de 1913, correspondente.

169. Fidelino de Figueiredo (*), 28 de julho de 1913, correspondente.

170. Dr. Edgard Roquette Pinto, 4 de agosto de 1913, effectivo.

171. Dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, 26 de setembro de 1913, correspondente.

172. Coronel Theodoro Roosevelt (*), 6 de outubro de 1913, honorario.

173. Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida, 20 de abril de 1914, effectivo.

174. Dr. Enéas Galvão, 12 de maio de 1914, effectivo.

175. Dr. João Ribeiro, 12 de maio de 1914, effectivo.

176. Dr. Affonso A de Freitas, 12 de maio de 1914, correspondente.

177. Dr. D. Lucas Ayarragaray (*), 23 de maio de 1914, correspondente.

178. Antonio de Portugal de Faria (Visconde de Faria) (*), 23 de maio de 1914, correspondente.

179. Basilio de Magalhães, 27 de agosto de 1914, correspondente.

180. José Ribeiro do Amaral, 22 de agosto de 1914, correspondente.

181. Marechal José Bernardino Bormann, 20 de abril de 1915, effectivo.

182. Dr. Arthur Pinto da Rocha, 28 de junho de 1915, effectivo.

183. Dr. Aurelino de Araujo Leal, 28 de junho de 1915, effectivo.

184. Antonio de Barros Ramalho Ortigão, 28 de junho de 1915, effectivo.

185. Dr. Antonio Fernandes Figueira, 28 de junho de 1915, effectivo.

186. Dr. Alfredo Pinto Vieira de Mello, 28 de junho de 1915, effectivo.

187. Dr. Alberto Lamego, 28 de junho de 1915, correspondente.

188. Dr. Urbano Santos da Costa Araujo, 31 de julho de 1915, honorario.

189. Dr. Juliano Moreira, 12 de outubro de 1915, effectivo.

190. D. Juan José Biedma (*), 12 de outubro de 1915, correspondente.

191. Dr. Annibal Velloso Rebello, 12 de outubro de 1915, correspondente.

192. José Cervaens y Rodriguez (*), 12 de outubro de 1915, correspondente.

193. Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes, 15 de dezembro de 1915, presidente honorario.

Secretaria do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, 31 de dezembro de 1915.— FRANCISCO MARTINS GUIMARÃES.— Visto, FLEIUSS.

Socios fallecidos de 21 de outubro de 1914 a 31 de dezembro de 1915

Barão de Paranapiacaba, effectivo, eleito em 21 de julho de 1905, fallecido em 2 de fevereiro de 1915.

Dr. D. Gonçalo de Quesada, (*) correspondente, eleito em 8 de outubro de 1906, fallecido em fevereiro de 1915.

Dr. D. Norberto Quirno Costa, (*) honorario, eleito em 17 de setembro de 1889, fallecido em 2 de março de 1915.

Dr. Alfredo Eugenio de Almeida Maia, honorario, eleito em 10 de agosto de 1900, fallecido em 20 de março de 1915.

Luiz Rodolpho Cavalcanti de Albuquerque, effectivo, eleito em 23 de dezembro de 1892 e fallecido em 26 de abril de 1915.

Dr. Vicente Ferrer de Barros Wanderley e Araujo, correspondente, eleito em 3 de junho de 1904, fallecido em maio de 1915.

Dr. Orville Adalbert Derby, effectivo, eleito em 26 de outubro de 1900, fallecido em 27 de novembro de 1915.

Dr. Bernardo Teixeira de Moraes Leite Velho, (*) honorario, eleito em 24 de abril de 1903, fallecido em 13 de dezembro de 1915.

Secretaria do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, 31 de dezembro de 1915. — FRANCISCO MARTINS GUIMARÃES. — Visto, FLEIUSS.

O signal (*) indica que o socio é extrangeiro.

INDICE

DAS

materias contidas no tomo LXXVII, parte 2ª da Revista

897 — Rio de Janeiro — Imprensa Nacional — 1916

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO

O Instituto, fundado em 1838, tem por fim proceder a estudos e investigações concernentes á Historia, Geographia e Archeologia, principalmente no Brasil.

Além das sessões que realiza de Abril a Outubro, publicando regularmente desde 1839, uma *Revista*, a qual no fim do anno fórma um tomo em duas partes, tem uma sala publica de leitura.

A correspondencia e todas as remessas devem ser dirigidas ao 1.° Secretario Perpetuo e encaminhadas para o Instituto (Rua Augusto Severo N.os 4 e 28 — Rio de Janeiro), aberto todos os dias uteis, das 11 ás 16 horas.

PRESIDENTE DO INSTITUTO

Dr. Conde de Affonso Celso.

1.° SECRETARIO PERPETUO DO INSTITUTO

M. Fleiuss.

THESOUREIRO DO INSTITUTO

Arthur Ferreira Machado Guimarães.

BIBLIOTHECARIO DO INSTITUTO

Dr. José Vieira Fazenda.

DIRECTOR DA REVISTA

Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão.